TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XI • Edição 2568 • Manaus, quinta-feira, 7 de março de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Intimações

Precatório - N.º 0001178-69.2018.8.04.0000 - Credor: Gustavo Aguiar da Costa. Advs: Edinelson Alves de Sousa (8225/AM) e Moacir Teles da Costa - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 73, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a renúncia ao mandato às fls. 69, bem como a petição de fls. 70/71, intime-se a patrona Greice Kelly dos Santos Silva para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar nova procuração, tendo em vista a revogação de seus poderes de representação às fls. 65. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0001541-90.2017.8.04.0000 - Credor: Smith International do Brasil Ltda. Advs: Marcelo Henrique Soares Cipriano (4011/AM) e Walter Amaral Kerr Pinheiro (51038/RJ) - Devedor: Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 206, cujo teor final é o seguinte: "Intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 48 horas, sobre os novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 202/203. Não havendo impugnação, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor do credor no importe total de R$ (...). À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0001541-90.2017.8.04.0000 - Credor: Smith International do Brasil Ltda. Advs: Marcelo Henrique Soares Cipriano (4011/AM) e Walter Amaral Kerr Pinheiro (51038/RJ) - Devedor: Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 206, cujo teor final é o seguinte: "Intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 48 horas, sobre os novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 202/203. Não havendo impugnação, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor do credor no importe total de R$ (...). À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0000415-34.2019.8.04.0000 - Credores: Paulo Romerio Ribas de Oliveira e Thiago Andrade de Melo. Advs: Thiago Andrade de Melo (7214/AM - Devedor: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss.. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 49/50, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 48. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 48. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 48, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0002961-33.2017.8.04.0000 - Credor: Luiz Claudio Marques Leão. Advs: Cynthia Luiza Mafra e Silva (5627/AM) e Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 1187, cujo teor final é o seguinte: "Intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 48 horas, sobre os novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 1180/1182. Não havendo impugnação, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor dos credores no importe total de R$ (...). À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0006694-70.2018.8.04.0000 - Credores: Raimundo Feitosa da Costa Filho, Elizabeth Litaiff Feitosa da Costa, Miguel de Holanda Vital. Advs: Miguel de Holanda Vital (16690/DF) - Devedor: O Estado do Amazonas. - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 158/159, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório permanece incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 157. Isto posto, intime-se os credores para que, providenciem a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 157, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0008056-10.2018.8.04.0000 - Credor: Daci Mouta Castello. Advs: Alysson George Gomes Cavalcante (3710/AM) e Aroldo Pereira Cavalcante (A354/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 60/61, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 59. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 59. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 59, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que

se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019

Precatório - N.º 0008029-61.2017.8.04.0000 - Credor: Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas -APEAM, Daniel Lourenço, Elizete de Jesus Colares, Patrick Yago Ferreira da Silva e Silvana Ferreira de Souza. Advs: Alex de Souza Cabral (12096/AM) , Alex de Souza Cabral (12096/AM) , Daniel Lourenço (3192/AM) e Julio Cesar de Vasconcellos Assad (4765/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 145/146, cujo teor final é o seguinte: "intime-se o requerente Alex de Souza Cabral para, no prazo de 10 (dez) dias, comunicar o Juízo da execução e a entidade devedora do documento de fls. 143/144, juntando aos presentes autos de precatório as referidas comunicações. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0007683-76.2018.8.04.0000 - Credor: Darison de Souza Ramos. Advs: Mara Inêz Ribeiro de Lima (6449/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 107/108, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 106. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 106. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 106, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0000489-59.2017.8.04.0000 - Credor: Maria das Graças Pinto Cassote. Advs: Amanda Lima Martins (2487/AM) e José Eldair de Souza Martins (1822/AM) Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 186, cujo teor final é o seguinte: "Intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 48 horas, sobre os novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 181/182. Não havendo impugnação, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor dos credores no importe total de R$ (...). Caso considere mais cômodo pode o ente, no mesmo prazo, efetuar o recolhimento da diferença do imposto de renda no valor de R$ (...) e depositar o restante, no total de R$ (...), em favor de Maria das Graças Pinto Cassote. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0007713-14.2018.8.04.0000 - Credores: Sandro Vidal Mendonça Guimarães e Mariano Andrade Mendonça e . Advs: Raisa de Azevedo Siqueira (10781/AM) e Sandro Vidal Mendonça Guimarães (11914/AM) - Devedor: Prefeitura Municipal de Autazes. Advs. Antonio Brasil Vieira (5411/AM) e Luciany Mota Bezerra de Oliveira (5679/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 160/161, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório permanece incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 159. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 159. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 159, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Precatório - N.º 0003223-17.2016.8.04.0000 - Credores: Abraão Paes da Silva, José Dorneles Neves e Cartorio Judicial da Comarca de Fonte Boa Advs: José Dorneles Neves (5312/AM) - Devedor: Município de Fonte Boa/AM Advs. Ricardo Mendes Lasmar (5933/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 120, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a decisão de fls. 109/111, bem como a certidão de fls. 119, intime-se os credores para, no prazo de 48 horas, requererem o que entender de direito, observando o art. 100, § 6.° da Constituição Federal. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 1º de março de 2019.

Processo Administrativo - N.º 0006595-37.2017.8.04.0000 – Devedor: Município de Maués. Advs.: Sérgio Vital Leite de Oliveira (9124/AM) . Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 484/485, cujo teor é o seguinte: "seja oficiado ao Banco do Brasil para que, em complemento à decisão-ofício n.º 17/2019 - CPJAUX, proceda aos bloqueios do Município de Maués no dia 10 de cada mês. Advirta-se, no entanto, que em caso de insuficiência de recursos no dia solicitado, a entidade bancária deverá proceder a novos bloqueios em dias subsequentes até que a totalidade do valor a ser levantado seja alcançada. Os demais termos da decisão-ofício n.º 17/2019 - CPJAUX devem ser mantidos. A presente decisão serve como ofício, devendo no momento do envio, ser anexada cópia da decisão de fls. 444/445.". Manaus, 1º de março de 2019.

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0210980-41.2018.8.04.0022 - Correição Extraordinária, Juiz Corregedor Auxiliar - Setor 2

Corrigente: Exmo. Sr. Corregedor Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NA VARA 1.ª VARA DA COMARCA DE TEFÉ. HOMOLOGAÇÃO- A presente Correição extraordinária merece ser homologada, porquanto reflete com fidelidade os fatos narrados em sua missão, além de ter realizado minucioso trabalho nos autos dos processos examinados, livros e documentos existentes no Cartório da 1.ª Vara da Comarca de Tefé, consoante as formalidades legais exigidas;- Quanto à recomendações feitas, tenho-as como adequadas ao resultado da inspeção, merecendo destaque as que objetivam o aperfeiçoamento das condições físicas do Fórum de Justiça da Comarca de Tefé, bem como a designação de juízes, com exclusividade, e servidores para atuarem nas respectivas unidades judiciárias da referida Comarca,

motivo porque acolho todas as recomendações sugeridas. - Relatório aprovado e homologado. . DECISÃO: "Por unanimidade, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu aprovar e homologar a Correição Extraordinária realizada no Cartório da 1.ª Vara da Comarca de Tefé, observadas as formalidades legais pertinentes à espécie, nos termos do voto do Reltor.". Sessão: 12 de fevereiro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 1º de março de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000431-85.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração, Vara de Origem do Processo Não informado
Embargante: O Estado do Amazonas
Procurador: Júlio Cézar Lima Brandão (OAB: 2258/AM)
Embargada: Juliana Maciel de Araujo
Advogado: Hugo Monteiro de Oliveira (OAB: 12346/AM)
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. DECLARATÓRIOS REJEITADOS.- O Acórdão embargado está bem fundamentado, tendo sido claro quanto ao reconhecimento do direito à promoção vertical da ora Embargada, ante o preenchimento dos requisitos insculpidos nos arts. 24 e 26 da Lei Estadual n.º 3.951/2013;- O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de acolher os declaratórios, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida;- Outrossim, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada. (STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 08/06/2016) (Info 585).- Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu rejeitar os presentes Embargos de Declaração.". Sessão: 26 de fevereiro de 2019.

Processo: 0008380-34.2017.8.04.0000 - Correição Extraordinária, Fórum de Silves
Corrigente: Desembargador Corregedor Geral de Justiça do Estado do Amazonas - Aristóteles Lima Thury

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. COMARCA DE SILVES. DESENVOLVIMENTO REGULAR DO PROCEDIMENTO. NECESSIDADE DE SE ATENDER AS SUGESTÕES APRESENTADAS. HOMOLOGAÇÃO.1. Estando regularmente instruído o procedimento, mostra-se evidente a necessidade da adoção das medidas indicadas no Relatório de correição;2. Relatório final homologado.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu homologar o relatório de correição, com as recomendações nele constantes, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de fevereiro de 2019.

Processo: 0209300-26.2015.8.04.0022 - Recurso Inominado, Juiz Corregedor Auxiliar - Setor 2
Sindicante: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Recorrente: Auslan Pereira Barroso
Advogado: Wilson Jorge Braga do Vale (OAB: 6360/AM)
Recorrido: Lúcio Sergio Gomes de Souza
Advogado: Samuel Cavalcante da Silva (OAB: 3260/AM)
Advogado: Claudine B. Klenke (OAB: 4099/AM)
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE DEMISSÃO AO BEM DO SERVIÇO PÚBLICO. GRAVIDADE DA CONDUTA. ADEQUAÇÃO DA PENALIDADE. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE OBSERVADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Estando comprovado, mediante a instauração de processo administrativo disciplinar no qual foram garantidos o contraditório e a ampla defesa, a gravidade da conduta do servidor, válida é a imposição da penalidade de demissão a bem do serviço público;2. Demonstrado está o cumprimento dos requisitos da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como o princípio da individualização da pena, considerando a extensão do dano e o proveito patrimonial obtido pelo agente;3. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, em conhecer e negar provimento ao recurso inominado, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de fevereiro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 1º de março de 2019.

Despachos

1000111-23.2016.8.04.0000 - Cumprimento Provisório de Decisão
Exequente : Maria José da Cruz Gonçalves
Exequente : Walter Francisco de Souza Bezerra
Exequente : Sarita Cabral dos Santos
Exequente : Cibele Johnson de Assis
Exequente : Sebastiana de Souza Assis
Exequente : Elizabeth Maria Nina de Oliveira
Exequente: Espólo de João Bernardo de Oliveira (Inv: Leila Pinto de Oliveira Fernandes)
Exequente: Maria Lúcia dos Reis Ramos
Exequente: Jerônimo Gonçalves Pereira Bastos
Exequente: Adairdes Souza Santana
Exequente: Raimunda Fátima Ribeiro Saraiva
Exequente: Antônio Marcelo Dantas Porto
Exequente: Sindicato dos Trabalhadores da Justica do Estado/am
Advogado: Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM)
Requerido: Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas/am

FICAM INTIMADOS os peticionantes do petitório de fls. 510/513, por meio de seus representantes legais, Advogado: Drs. Denise Coêlho de Souza (OAB/AM Nº 10.520), Dennys Lopes Moraes (OAB/AM Nº 10.662) e Tiago Albuquerque Lazarini dos Santos (OAB/AM Nº 9.946), do DESPACHO de fls. 542/543, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Relator(a) destes autos, cujo teor final é o seguinte: " Desta feita, intimem-se os peticionantes para que prestem as informações necessárias para viabilizar a intimação dos demais herdeiros indicados à fl. 513, bem como promover a citação dos Requeridos, nos termos do art. 690, do CPC/15, no prazo de 5 (cinco) dias". Manaus, 1º de março de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno
1º de março de 2019

Intimações

INTIMAÇÃO: Fica o representante legal Dr. **LUCAS CEZAR JOSÉ FIGEUIREDO BANDEIRA (OAB/AM nº 8.798).** Advogado do Agravantes: **AGENOR DOS SANTOS HAIDEN, TONY MAGNO PAULO DOS SANTOS e WUELLITON ALMEIDA DA SILVA.** Intimado da Decisão de fls. 139/140, exarada pelo Exmo. Sr. Desdor. **ARISTÓTELES LIMA THURY -** Relator nos autos de **MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4004040-76.2017.8.04.000,** em que e Agravantes: Agenor dos Santos Haiden, Tony Magno Paulo dos Santos e Wuelliton Almeida da Silva e Impetrado: Governador do Estado do Amazonas**. Decisão.** Ante o exposto, decido desde logo, nos termos do art. 485, VI, do CPC, por extinguir o presente mandado de segurança, ante a perda superveniente do seu objeto, denegando, por via de consequência, a segurança pleiteada. Intime-se a partes acerca da presente decisão. Decorrido o prazo sem a oposição do recurso cabível, desse baixa nos autos, com a consequente remessa ao juízo de primeiro grau. Manaus, 01 de março de 2019.

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4000330-14.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança (Cível) - Manaus - Impetrante: Carlos Eduardo de Matos Costa - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: Ilmo Sr. Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Amazonas/am - 4000330-14.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Impetrante : Carlos Eduardo de Matos CostaAdvogado : Amauri Vieira dos Santos (11881/AM)Impetrado : Governador do Estado do AmazonasImpetrado : Ilmo Sr. Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Amazonas/amIntssado : Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGEIntssado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Amauri Vieira dos Santos (OAB/AM Nº 11.881), do DESPACHO de fl. 34, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: " Considerando que o governo do Estado, ora impetrado, promoveu a promoção de vários policiais militares, determino a intimação do impetrante acerca do interesse no prosseguimento". Manaus, 1º de março de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 1º de março de 2019 - Advs: Amauri Vieira dos Santos (OAB: 11881/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Segurança nº 4004895-21.2018.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Roseany da Silva Abensur

Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM)

Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM)

Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM)

Impetrado: Diretor-presidente da Fundação Adriano Jorge-fhaj

Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amaozonas

Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE

MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Elci Simões de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 1º de março de 2019.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusões de Acórdãos

CÂMARAS REUNIDAS

Proc. Nº 0006060-74.2018.8.04.0000 - Agravo Interno - C. Reunidas - Agravante: Ônix Empreendimentos Imobiliários LTDA (Direcional Engenharia). (Advogados: Dra. Carolina Ribeiro Botelho - OAB/AM nº 5963, Dra. Raphaela Batista de Oliveira - OAB/AM nº 9169, Dra. Angélica Ortiz Ribeiro - OAB/AM nº 2847 e Dra. Keyth Yara Pontes Pina - OAB/AM n.º 3467 e Sociedade Andrade GC Advogados - OAB/AM n.º 5797). **1º Agravado: Juízo de Direito da 2ª Turma Recursal dos Juizados Esp. Cíveis do Amazonas. 2º Agravado: Claudiana Ferreira de Azevedo. Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **José Hamilton Saraiva dos Santos-Relator,** Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins e Airton Luís Corrêa Gentil. **EMENTA**: AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DE AÇÃO RECLAMATÓRIA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. NECESSÁRIA SIMILITUDE ENTRE ACÓRDÃOPARADIGMA E DECISÃO RECLAMADA, E INDICAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA SITUAÇÕES IDÊNTICAS. NÃO OBSERVÂNCIA. REANÁLISE DOS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS ORIGINÁRIOS. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. UTILIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. RECLAMAÇÃO QUE NÃO ENCONTRA CABIMENTO. FUNDAMENTOS DO AGRAVO INTERNO INCAPAZES DE ALTERAR A DECISÃO GUERREADA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Em respeito ao princípio da dialeticidade, pressuposto de admissibilidade recursal, constante no art. 1.021, § 1.º, do Código de Processo Civil, cabe à Agravante infirmar os fundamentos utilizados para o não conhecimento da Reclamação n.º 4000313-75.2017.8.04.9000, isto é, o não cabimento do instrumento da Ação de Reclamação no caso vertente. Dessa feita, a Agravante, a princípio, defrontou os fundamentos utilizados no decisum repreendido, restando, regularmente, preenchida a exigência legal, prevista no do art. 1.021, § 1.º, da Lei Adjetiva Civil. 2. *In casu*, a Agravante argumenta que a Agravada sempre esteve ciente da transferência do encargo relativo à taxa de corretagem, sendo possível e legal a sua cobrança, nos termos do *decisum* advindo do Recurso Especial n.º 1.599.511/SP, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, motivo pelo qual, a Decisão Monocrática por mim proferida deve ser reformada, para se admitir o processamento da sobredita ação, julgando-a procedente. 3. Nesse contexto, para viabilizar o cabimento da Reclamação, não basta que a Reclamante indique um Precedente do colendo Superior Tribunal de Justiça, de julgamento de Recurso Especial Repetitivo, forçando-o a enquadrar-se em hipótese pacificada, é necessário que haja similitude entre o Acórdão-Paradigma e o decisum reclamado e, sobretudo, a indicação de tratamento diferenciado para situações idênticas que seja capaz de representar, indubitavelmente, a inobservância da Decisão superior. Precedente do excelso Supremo Tribunal Federal. 4. Da análise do caderno processual, exsurge, à vista fácil, que o Acórdão exarado pela colenda 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, considerou o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, firmado no julgamento do Recurso Especial n.º 1.599.511/SP, muito embora haja indicado, expressamente, que não existia, naqueles Autos, a comprovação da efetiva prestação dos serviços, relativos à comissão de corretagem, sendo, por conseguinte, ilícita, a cobrança da mencionada taxa. 5. Dessa forma, depreende-se que a intenção da Reclamante, ora, Agravante, não se amoldava à

adequação do Acórdão proferido pela colenda 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, ao entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial n.º 1.599.511/SP, mas, correspondia à demonstração de possíveis provas relativas à prestação do serviço de corretagem, o que é inviável em sede de Reclamação e, sobretudo, na presente via recursal. 6. Nesse ínterim, salienta-se que a Reclamação não pode ser manejada, indistintamente, como sucedâneo recursal, em razão de mera irresignação da parte reclamante com a decisão que lhe foi desfavorável, visto que, nessa via processual, somente é possível a rediscussão da matéria de direito, sendo inviável a reanálise do conjunto fático-probatório da causa originária. Precedentes do Pretório Excelso, do colendo Tribunal da Cidadania e das colendas Câmaras Reunidas desta egrégia Corte de Justiça. 7. Dessa feita, permanecem incólumes as razões que lastrearam o não conhecimento da Reclamação n.º 4000313-75.2017.8.04.9000,nos moldes da Decisão Monocrática guerreada. 8. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. **ACORDAM** as colendas Câmaras Reunidas do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas por unanimidade de votos, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.

Processo nº 0007493-16.2018.8.04.0000 - Emb.de Declaração - C. Reunidas. embargante: Município de Borba(AM). (Advogada: Dra. Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM n.º 3149). **Embargado: Antonio Maia Cidade.** (Advogados: Dr. Paulo Sérgio de Menezes - OAB/AM n.º A-187 e Dra. Ana Rita de Souza Nascimento Gonzalez - OAB/AM n.º 10121). **Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Wellington José de Araújo-Relator**, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Ari Jorge Moutinho da Costa, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo Cesar Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques e Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL INEXISTENTES. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DEFINIDOS EM LEI. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE SE REJEITAM. I. Consoante dispõe o artigo 1022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a retirar do julgado eventual omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da lide. II. Havendo no acórdão manifestação expressa sobre as matérias objeto do recurso, a parte inconformada já está de posse das razões de decidir. Assim, inexistentes os pressupostos indispensáveis contidos no artigo 1022 do CPC, impõe-se o não acolhimento dos embargos declaratórios. III. Embargos de Declaração rejeitados. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os presentes embargos declaratórios, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Proc. nº 0007652-56.2018.8.04.0000 - Emb. de Declaração - C. Reunidas. Embargante: Espólio de Christina Augusta Lopes Frota. (Advogado: Dr. Giuliano Cavalcante Saoares - OAB/CE n.º 20437). **Embargado: Estado do Amazonas.** (Procuradores do Estado: Dr. Rafael Cândido da Silva - OAB/AM n.º 6499 e Dr. Júlio Cesar de Vasconcellos Assad - OAB/AM n.º 4765). **Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Ari Jorge Moutinho da Costa-Relator**, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa e João de Jesus Abdala Simões. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO A QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA. MATÉRIA CENTRAL DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. CARÁTER PROTELATÓRIO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO. 1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso; 2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre as questões centrais, valendo ressaltar que este já é o segundo recurso seguido com nítido propósito protelatório, razão pela qual, em havendo futura reiteração poderá haver aplicação do art. 1.026 do CPC/15; 3. Embargos de declaração rejeitados. **ACORDAM** as e. Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº 0201395-39.2016.8.04.0020 - Conflito de Competência - C. Reunidas - Origem: 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital(AM). **Suscitante: Juízo de Direito da 2.ª Vara do Tribunal do Júri da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito do 1.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Anselmo Chíxaro-Relator,** Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**:CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PENAL. CRIME DOLOSO CONTRA VIDA NÃO CONFIGURADO. ANIMUS NECANDI AUSENTE. CONFLITO DE COMPETÊNCIA JULGADO PROCEDENTE PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO 1.º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (MARIA DA PENHA), EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - Ausente o animus necandi na conduta do acusado, resta inequívoca a incompetência do Tribunal do Júri, haja vista que o delito imputado não se tratar de crime contra a vida, mas sim de crime de violência doméstica e familiar. - Conflito de competência julgado procedente em consonância com o Parecer Ministerial. - Declaração de competência do Juízo Suscitado - 1.º Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em julgar procedente o conflito, declarando a competência do Juízo de Direito do 1.º Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.

Processo nº 0210270-55.2016.8.04.0001 - Conflito de Competência – C. Reunidas. Origem: 15ª Vara do Juizado Especial Criminal. **Suscitante: Juízo de Direito da 15ª Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus(AM). Suscitado: Juízo de Direito da Vara Especializada Em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus(AM). Presidente, em**

exercício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Cláudio César Ramalheira Roessing-Relator**, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima e João Mauro Bessa. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. 15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA. ARTIGO 310 DO CTB. PENA MÁXIMA EM ABSTRATO NÃO SUPERIOR A DOIS ANOS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUANTO À OCORRÊNCIA DAS CAUSAS DE AUMENTO DE PENA OU DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE AFASTAM A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. 1. Modificação legislativa advinda na LC nº 17/97, por meio da LC nº 190/2018, a qual afastou da competência da Vara Especializada os julgamentos dos feitos criminais de trânsito quando estiverem submetidos à competência do Juizado Especial Criminal. 2. A conduta tipificada no artigo 310 do CTB possui pena máxima em abstrato inferior a dois anos, enquadrando-se como delito de menor potencial ofensivo, o que atrai o processamento segundo as regras da lei n. 9.099/95. 3. Conflito negativo de competência conhecido para declarar competente a 15ª Vara do Juizado Especial Criminal. Precedentes deste Tribunal. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer ministerial, conhecer do conflito de competência e declarar competente para cumprimento da presente carta precatória o juízo da 15ª Vara do Juizado Especial Criminal de Manaus.

Processo nº 0600631-29.2018.8.04.0016-Conflito de Competência – C. Reunidas - Origem: 6.ª Vara Criminal. **Suscitante: Juízo de Direito da 6.ª Vara Criminal da Capital (AM). Suscitado: Juízo de Direito da 18.ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital (AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Airton Luís Corrêa Gentil-Relator,** José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis e Jorge Manoel Lopes Lins. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. QUEIXA-CRIME. PROCESSO DISTRIBUÍDO AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. QUERELADA NÃO LOCALIZADA PARA INTIMAÇÃO PESSOAL. SUPOSTA NECESSIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. REMESSA AO JUÍZO COMUM. ART. 66, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 9.099/95. NÃO EXAURIDAS AS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO DA PARTE. POSSIBILIDADE DE COLETA DE INFORMAÇÕES EM SISTEMAS OFICIAIS DE DADOS. CONFLITO PROCEDENTE. 1. A necessidade da citação editalícia é causa de deslocamento da competência para a Justiça Comum, pois considera-se que tal medida é incompatível com o procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais, calcado nos princípios da celeridade e informalidade. 2. Nesse sentido, o art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95 dispõe que _ Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei_ . 3. Todavia, é imprescindível o esgotamento das possibilidades de localização da parte, o que não ocorreu no caso concreto, pois a querelada somente foi procurada em um único endereço e, embora tenha o Oficial de Justiça atestado que o mesmo estava incompleto, não foram determinadas diligências complementares para a obtenção de novos dados, muito embora o Magistrado tivesse à sua disposição sistemas oficiais que proporcionam esta ferramenta. 4. Conflito procedente. Necessidade de regresso do feito à 18ª Vara do Juizado Especial Criminal. **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em JULGAR PROCEDENTE O CONFLITO, PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO 18º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº 0602054-12.2018.8.04.0020 - Conflito de Competência – C. reunidas - Origem: 3.º Juizado Esp. da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher(AM). **Suscitante: Juízo de Direito do 3.º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher(AM). Suscitado: Juízo de Direito do 1.º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Nicolau Libório dos Santos Filho. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Paulo Cesar Caminha e Lima-Relator,** João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira e Flávio Humberto Pascarelli Lopes. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO PENAL. 1.º e 3º JUIZADOS ESPECIALIZADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. COMPETÊNCIA DECORRENTE DO LUGAR DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 3º E 4º DA RESOLUÇÃO N. 15/2017. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PROCESSUAL (ART. 22, I, DA CF). AUTONOMIA DOS ESTADOS PARA ORGANIZAREM A SUA JUSTIÇA EM SEUS RESPECTIVOS ÂMBITOS. ARTS. 96, I, E 125 DA CF. COMPETÊNCIA DO 3º JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CONFLITO IMPROCEDENTE. - Não violam o art. 70 do Código de Processo Penal e art. 22, I, da Constituição Federal, os arts. 3º e 4º da Resolução n. 15/2017, desta Corte, uma vez que a escolha do local de residência da vítima, como forma de fixar a competência territorial dos órgãos jurisdicionais de primeiro grau inseridos na Comarca de Manaus, decorre da autonomia constitucional dos Estados de organizarem a atividade dos órgãos jurisdicionais estaduais no limite de suas circunscrições territoriais, nos termos dos arts. 96, I e 125, todos da Constituição Federal. - Conflito improcedente. **ACORDAM** os Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em harmonia com o parecer do G. Órgão Ministerial, julgar improcedente o conflito para declarar o juízo suscitante como competente para julgar a demanda, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº 0606094-94.2018.8.04.0001 - Conflito de Competência - Origem: 1ª Vara de Família. **Suscitante: Juízo de Direito da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 16ª V. Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. **Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Djalma Martins da Costa-Relator,** João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles e Onilza Abreu Gerth. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO DA 1.ª VARA DE FAMÍLIA

E JUÍZO DE DIREITO DA 16.ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA. AUSÊNCIA DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL QUE ATRIBUA A QUALQUER OUTRO JUÍZO ESPECIALIZADO. PROCEDÊNCIA. - De acordo com os arts. 151 e 154 da Lei de Organização Judiciária (Lei Complementar n.º 17/97), o juízo da vara de família possui competência restritiva e taxativa, de modo que deve prevalecer a competência da vara cível, que é geral e residual, para o processamento e julgamento de ação de anulação de negócio jurídico entre ascendente e descendente, eminentemente contratual, não afeta ao Direito de Família; - Conflito conhecido e julgado procedente, para declarar competente o Juízo Suscitado. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, reconhecer a competência do Juízo da 16.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital para processar e julgar os autos.

Processo nº 0606194-07.2018.8.04.0015 - Conflito de Competência - C. Reunidas. - Origem: 15ª Vara do Juizado Especial Criminal. **Suscitante: Juízo de Direito da 15ª V. do Juizado Esp. Criminal da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito da Vara Esp. Em Crimes de Trânsito de Manaus(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. José Roque Nunes marques. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Elci Simões de Oliveira-Relator,** Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos e Anselmo Chíxaro. **EMENTA**: Conflito Negativo de Competência. Vara do Juizado Especial Criminal. Vara Especializada em Crime de Trânsito. Delito. Menor Potencial Ofensivo. Modificação Legislativa. Competência absoluta. 1. O advento do art. 8º da Lei Complementar nº 190/2019, ressalvou a competência dos Juizados Especiais Criminas para processar e julgar os crimes de trânsito de menor potencial ofensivo, considerados como os crimes que possuem pena máxima não superior a 02 anos, consoante a legislação especial. 2. Conflito de competência improcedente. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em em harmonia com o Ministério Público, julgar improcedente o conflito negativo de competência a fim de declarar o suscitante (Juiz de Direito da 15ª Vara do Juizado Especial Criminal) competente para processar e julgar a demanda, nos termos e fundamentos do voto do relator.

Processo nº 0606273-62.2017.8.04.0001-Cautelar Inominada - Câmaras Reunidas - Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública. **Requerente: Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Grande Família.** (Advogados: Dra. Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo - OAB/AM n.º 7338 e Dr. André Humberto Fortes Papaléo - OAB/AM n.º 5688). **Requerido: Secretário de Estado e Cultura do Amazonas.** (Procurador do Estado: Dr. Ticiano Alves e Silva). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernande**s. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes-Relator,** Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Onilza Abreu Gerth, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura(votou em sessão anterior), Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins e Nélia Caminha Jorge. **EMENTA**: MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA SECRETARIA DE ESTADO. ART. 50, II, "E", DA LC 17/97. INCOMPETÊNCIA DAS CÂMARAS REUNIDAS. REMESSA DO FEITO A UMA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. 1.Nos moldes do art. 50, II, "e", da Lei Complementar nº 17/97, compete às Câmaras Reunidas julgar os Mandados de Segurança, Habeas-corpus e Habeas-data, contra atos dos Prefeitos Municipais, das Câmaras Municipais e de seus Presidentes, e de Secretários de Estado. 2. No caso concreto, verifica-se que a demanda não possui natureza mandamental, tratando-se de ação cautelar inominada, não elencada no rol de competências deste Órgão Julgador. 3. Além disso, observa-se que a ação foi ajuizada impropriamente contra a Secretaria de Estado de Cultura, órgão que não detém personalidade jurídica para figurar no pólo passivo da lide. 4. Dessa forma, cuidando-se de pretensão que deveria ser dirigida contra o Estado do Amazonas, exsurge a competência das Varas da Fazenda Pública Estadual, para onde o processo deve ser remetido. **ACORDAM** Por unanimidade de votos, as câmaras decidiram pela remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, nos termos do voto do Relator.

Processo nº 0615907-48.2018.8.04.0001 - Conflito de Competência - C. Reunidas. Origem: Juízo de Direito do 2.º Juizado Esp. no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher(AM). **Suscitante: Juízo de Direito do 2.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher(AM). Suscitado: Juízo de Direito do 3.º Juizado Especializado no Combate a Violência Domestica e Familiar contra a Mulher(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Elci Simões de Oliveira-Relator,** Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos e Anselmo Chíxaro. **EMENTA**: MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA SECRETARIA DE ESTADO. ART. 50, II, "E", DA LC 17/97. INCOMPETÊNCIA DAS CÂMARAS REUNIDAS. REMESSA DO FEITO A UMA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. 1. Nos moldes do art. 50, II, "e", da Lei Complementar nº 17/97, compete às Câmaras Reunidas julgar os Mandados de Segurança, Habeas-corpus e Habeas-data, contra atos dos Prefeitos Municipais, das Câmaras Municipais e de seus Presidentes, e de Secretários de Estado. 2. No caso concreto, verifica-se que a demanda não possui natureza mandamental, tratando-se de ação cautelar inominada, não elencada no rol de competências deste Órgão Julgador. 3. Além disso, observa-se que a ação foi ajuizada impropriamente contra a Secretaria de Estado de Cultura, órgão que não detém personalidade jurídica para figurar no pólo passivo da lide. 4. Dessa forma, cuidando-se de pretensão que deveria ser dirigida contra o Estado do Amazonas, exsurge a competência das Varas da Fazenda Pública Estadual, para onde o processo deve ser remetido. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Ministério Público, julgar procedente o conflito de competência para determinar o Juízo de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (suscitado) como competente para processar e julgar o presente processo , nos termos e fundamentos do voto do relator.

Proc. Nº 0618666-82.2018.8.04.0001 - Conflito de Competência – C. Reunidas - Origem: Juízo de Direito do 2.º Juizado Esp. no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher(AM). **Suscitante: Juízo de Direito do 2.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher(AM). Suscitado: Juízo de Direito do 3.º Juizado Especializado no Combate a Violência Domestica e Familiar contra a Mulher(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr.

Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Elci Simões de Oliveira-Relator,** Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos e Anselmo Chíxaro. **EMENTA**: Conflito Negativo de Competência. Varas Do Juizado De Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher. Resolução. Tribunal de Justiça do Amazonas. Arguição. Inconstitucionalidade. 1. Em resolução, o Egrégio Tribunal de Justiça dispôs acerca da competência do julgamento das demandas pela unidade geográfica dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher como constitucional, bem assim norteou a distribuição dos feitos a ser observada pelos julgadores. 2. Conflito de competência procedente. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em em harmonia com o Ministério Público, julgar procedente o conflito de competência para determinar o Juízo de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (suscitado) como competente para processar e julgar o presente processo, nos termos e fundamentos do voto do relator.

Processo nº 0625831-83.2018.8.04.0001-Conflito de Competência – C. Reunidas - Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. **Suscitante: Juízo de Direito da 17ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 13ª Vara Cível e de Acid. de Trabalho da Capital(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Paulo Cesar Caminha e Lima-Relator,** João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira e Flávio Humberto Pascarelli Lopes. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE À AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO INDIVIDUAL. OBRIGATORIEDADE DA REUNIÃO DOS PROCESSOS POR CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. CONVIVÊNCIA AUTÔNOMA ENTRE AS DEMANDAS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE RISCO DE DECISÕES CONFLITANTES. OPÇÃO DO CONSUMIDOR EM SUSPENDER A AÇÃO INDIVIDUAL PARA SE SUJEITAR AOS EFEITOS DE EVENTUAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO COLETIVA. PRECEDENTES DO STJ. ART. 55, CAPUT, DO CPC C/C ARTS. 103 E 104 DO CDC. CONFLITO PROCEDENTE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. "ACORDAM os Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, julgar procedente o conflito para declarar o juízo suscitado da 13. ª Vara Cível como competente para julgar a demanda, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Proc. Nº 0626431-07.2018.8.04.0001 - Conflito de Competência - C. Reunidas. Origem: 2º Juizado Esp. no Combate a Violência Doméstica contra a Mulher(AM). Juíza Prolatora: Dra. Luciana da Eira Nasser. **Suscitante: Juízo de Direito 2º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 3.º Juizado Especializado no Combate a Violência Domestica e Familiar contra a Mulher(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira. **Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos e Anselmo Chíxaro. **EMENTA**: Conflito Negativo de Competência. Varas Do Juizado De Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher Na Comarca De Manaus. Resolução. Tribunal de Justiça do Amazonas. Arguição. Inconstitucionalidade. 1. Em resolução o Egrégio Tribunal de Justiça dispôs acerca da competência do julgamento das demandas pela unidade geográfica dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher como constitucional, bem assim norteou a distribuição dos feitos e ser observada pelos julgadores. 2. Conflito de competência procedente. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Ministério Público, julgar procedente o conflito de competência para determinar o Juízo de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (suscitado) como competente para processar e julgar o presente processo, nos termos e fundamentos do voto do relator.

Processo nº 0629360-13.2018.8.04.0001 - Conflito de Competência – C. Reunidas. Origem: 15ª Vara do Juizado Especial Criminal. Juíza Prolatora: Dra. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. **Suscitante: Juízo de Direito da 15ª V. do Juizado Esp. Criminal da Comarca de Manaus(AM). Suscitado: Juízo de Direito da V. Esp. Em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa. **Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Ari Jorge Moutinho da Costa-Relator,** Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa e João de Jesus Abdala Simões. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL Nº. 174/2018. APURAÇÃO DOS CRIMES TIPIFICADOS NO ART. 311 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E NOS ARTS. 157 E 180 DO CPB. CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. ART. 60, DA LEI Nº. 9.099/95. COMPETÊNCIA DO JUIZADO SUSCITANTE. - Consoante o art. 311 do Código Trânsito Brasileiro, a pena para o crime de direção perigosa é de 06 (seis) meses a 01 (um) ano de detenção, ou multa. *In casu*, o Inquérito Policial nº. 174/2018, apura a responsabilidade de Thiago Lima Ferreira e de Géssica Almeida da Silva, pelo cometimento do citado delito. - Noutro giro, não paira dúvidas de que o delito em questão enquadra-se nos crimes de menor potencial ofensivo, já que a pena máxima não excede 02 anos. - Desse modo, a competência para processar e julgar o presente feito é do Juízo Suscitante, nos moldes previstos no art. 60, da Lei nº. 9.099/95. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA JULGADO IMPROCEDENTE, PARA DECRETAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. **ACORDAM** as Câmaras Reunidas do e. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade dos seus membros, em total sintonia com o parecer Ministerial, JULGAR IMPROCEDENTE O CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO e DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 15ª VARA ESPECIALIZADA CRIMINAL DA CAPITAL para o julgamento do feito, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais".

Processo nº 0630766-40.2016.8.04.0001-Conflito de Competência – C. reunidas - Origem: Vara de Família. Juiz Prolator: Dr. Marcos Santos Maciel. **Suscitante: Juízo de Direito da 2.ª Vara de Família da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 10.ª Vara de Família da Capital(AM). Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes.

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Flávio Humberto Pascarelli Lopes-Relator,** Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PARTILHA DE BENS INTERVIVOS. ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2017. TRANSFORMAÇÃO DO JUÍZO SUSCITANTE EM VARA ESPECIALIZADA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES CAUSA MORTIS. ORDEM DE REDISTRIBUIÇÃO DO ACERVO PROCESSUAL. ART. 16, §1º, DA LC Nº 178/2017. INUTILIDADE DA TUTELA. CONFLITO PREJUDICADO. - A modificação legislativa superveniente que transformou o juízo suscitante, atribuindo-lhe nova competência jurisdicional e determinou, ao mesmo tempo, a redistribuição do acervo processual existente torna inútil a deliberação definitiva buscada neste incidente, levando ao juízo de prejudicialidade deste. - Conflito prejudicado e não conhecido. **ACORDAM**, vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, julgar prejudicado o presente conflito para não conhecê-lo, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.

Secretaria das Colendas Câmaras Reunidas, em Manaus, 28 de fevereiro de 2019.

CÂMARAS REUNIDAS

Processo nº 4005084-96.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento- C. Reunidas - Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública - Agravante:Universidade do Estado do Amazonas - UEA Procuradora da UEA:Dra. Wanessa Cavalcante Fecury Soares (6367/AM) e outros - Agravado:Adriel Martins das Neves - Advogados: Dr. Matheus L. Beltrão (13287/AM) e Dr. Rafael Yan de Souza Silva (13427/AM) - Presidente em exercício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator:Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana M. M. Pinto dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Ari Jorge Moutinho da Costa-Relator, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa e João de Jesus Abdala Simões. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA ANTECIPADA. MATRÍCULA EM PERÍODO DO CURSO DE MEDICINA APESAR DE REPROVADO EM MATÉRIAS DO 8º PERÍODO. AUSÊNCIA DE PROBABILIDADE DO DIREITO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Merece ser provido o presente recurso haja vista que o agravado fora reprovado em duas disciplinas essenciais à transposição do 8º período do curso de medicina na UEA, não tendo justificado suas faltas a contento, além de que reprovou também pelo critério das notas, razão pela qual não há probabilidade do direito para fins de determinar, in limine, seu prosseguimento no curso diante de flagrante reprovaçãO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes destas Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o Ministério Público, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão

Processo nº 4004787-89.2018.8.04.0000 - Reclamação C. Reunidas - Reclamante:Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários S/A - Advogada:Dra. Ingryd dos S. Mousse (8304/AM) e Dra. Angélica O. Ribeiro (2847/AM) - Reclamado:Juízo de Direito da 1ª Turma Recursal do Estado do Amazonas - Presidente em exercício:Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa - Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. Desembargadores preesntes: os Exmos. Srs. Desdores. Djalma Martins da Costa-Relator, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles e Onilza Abreu Gerth. EMENTA: RECLAMAÇÃO. COMISÃO DE CORRETAGEM. PRESCRIÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO RESP 1.551.956. AUSÊNCIA. ALTERAÇÃO DE CONTEXTO FÁTICO FIXADO PELA DECISÃO DA TURMA RECURSAL. IMPOSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA. A Reclamação não equivale a uma terceira instância recursal, pois não foi prevista no ordenamento jurídico pátrio com esta função, apenas sendo posível a rediscusão quanto a matéria unicamente de direito, sendo inviável o rexame fático ou probatório da causa. I- Da leitura do Acórdão proferido pela 1.ª Turma Recursal, percebese há menção expresa à prescrição trienal da pretensão para reaver a taxa de coretagem, tese firmada pelo Superior no REsp. 1.51.956, fazendo resalva apenas no que diz respeito ao termo a quo da contagem do prazo prescricional, tendo em vista a ausência de ciência inequívoca por parte do consumidor. Reclamação improcedente. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Câmaras Reunidas, por unanimidade de votos, em concordância com o Graduado Órgão Ministerial, julgar improcedente a presente Reclamação.

Processo nº 4004191-08.2018.8.04.0000-Mandado de Segurança C. Reunidas - Impetrante: Município de Maués/AM - Procurador do Município:Dr. Sérgio Vital Leite de Oliveira (9124/AM) - Impetrado:Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas - Sefaz - Procurador do Estado:Dr. Isaltino José Barbosa Neto - Presidente em exercício/ Relator - Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Procurador de Justiça:Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Jomar Ricardo Saunders Fernandes-Relator, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis e Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, LITISPENDÊNCIA E INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. TESES REFUTADAS. CONVÊNIO PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS ENTRE ESTADO E MUNICÍPIO. PEDIDO DE REPASSE DA VERBA PACTUADA. PERÍODO ELEITORAL. VEDAÇÃO CONTIDA NA LEI 9.504/97. NÃO COMPROVADO O INÍCIO DA EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS. AUSÊNCIA DA HIPÓTESE EXCEPCIONALMENTE AUTORIZADA. INEXISTÊNCIA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. À luz do disposto no art. 37, § 1º a 4º, do CPC, não há falar em litspendência, na medida em que o mandamus apontado como causa idêntica foi julgado extinto, nos moldes do art. 485, do CPC, tendo em vista o pedido de desistência pelo Impetrante. Contudo, a existência da impetração anterior, protocolada e distribuída previamente, dá ensejo à prevenção deste relator, consoante já reconhecido pela relatoria originária. 2. Refuta-se a preliminar de competência da Justiça Eleitoral, na medida em que o exame da pretensão mandamental não envolve a prática de abuso do poder político ou econômico, com interferência do equilíbrio das eleições. Na realidade, o cerne da questão resume-se a verifcar se a hipótese de amolda à exceção contida no art. 73, VI, a , da Lei nº 9.504/97, que autorizaria a transferência voluntária de recursos entre Estado e Município, pretendida pelo Impetrante. 3. De igual maneira,

não prospera a preliminar de inadequação da via eleita, ao paso em que o caso concreto não diz respeito ao inadimplemento de relação obrigacional, mas sim à liberação de verba decorente de convênio já estabelecido com o Governo Estadual. 4. O desiderato do Impetrante (Município de Maués) é a liberação de verba decorente de convênio celebrado com o Estado do Amazonas, para a realização de evento cultural. Entretanto, a Lei 9.504/97 veda expresamente aos agentes públicos a transferência voluntária de recursos do Estado aos Municípios, durante o os três meses que antecedem o pleito eleitoral, excepcionando apenas os recursos destinados à obrigação prexistente, para a execução de obra ou serviço em andamento. 5. Na hipótese, todavia, embora alegue que o cronograma dos preparativos para o Festival, tiveram início anteriormente ao período eleitoral, inexiste comprovação efetiva nese sentido, pois sequer foi acostado aos autos o cronograma dos trabalhos.6. Logo, ausente o direito líquido e certo ao repase da verba, imperiosa a denegação da segurança. ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em DENEGAR A SEGURANÇA, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante

Processo nº 4004028-28.2018.8.04.0000-Revisão Criminal - C. Reunidas - Origem: 3ª V.E.C.U.T.E. Requerente:Wallace Ferreira Jinkings - Advogado:Dr. Nilton Mendes Pinto Junior (10346/AM) - Requerido:Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Presidente em exercício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques - Revisor: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis - Procurador de Justiça:Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Sabino da Silva Marques-Relator, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa e Cláudio César Ramalheira Roessing. EMENTA: AÇÃO PENAL CONSTITUTIVA DE REVISÃO CRIMINAL. PEDIDO DE REVISÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. ATENUANTE DA MENORIDADE RELATIVA. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. IMPROCEDÊNCIA. 1. As hipóteses que admitem a propositura de revisão criminal estão expresamente previstas nos incisos do art. 621 do Código de Proceso Penal, entre as quais não se prevê a posibildade de reavaliação da dosimetria da pena, apenas quando, excepcionalmente, ocorer ero técnico ou explícita injustiça na decisão, o que não é o caso. 2. A decisão que se pretende desconstiuir está apoiada fundamentadamente em sólidos e válidos fundamentos, não destoando da mais recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a qual admite a inteira compensação entre a atenuante da menoridade relativa e a agravante da reincidência. 3. Revisão Criminal improcedente. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer a presente Ação de Revisão Criminal, e julgá-la improcedente, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente".

Processo nº 4003651-57.2018.8.04.0000-Mandado de Segurança C. Reunidas - Impetrante:Raimunda Rodrigues de Souza - Advogados:Dr.Aleksander Cuesta de Oliveira (5607/AM) Impetrado:Município de Benjamin Constant/AM - Presidente em exercício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa - Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. José Roque Nunes Marques. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Djalma Martins da Costa-Relator, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles e Onilza Abreu Gerth. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PREFEITURA DE BENJAMIN CONSTANT. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS EM MELHOR COLOCAÇÃO. EXPECTATIVA DE DIREITO CONVOLADA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CONCESÃO DA SEGURANÇA. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite que o direito à nomeação "também se estende ao candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital, mas que pase a figurar entre as vagas em decorência da desistência de candidatos clasificados em colocação superior" (ARE 675202 AgR/PB, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, 2.ª Turma, DJe 2/08/2013); No caso, a Impetrante, aprovada em 87.º (octogésima sétima) colocação no Concurso Público realizado pela Prefeitura de Benjamin Constant para o cargo de Auxilar de Serviços Gerais da SEMED, conseguiu comprovar que dos candidatos nomeados dentro das vagas, 09 (nove) não asumiram por terem sido considerados inaptos, asim, deveriam ser nomeados os candidatos clasificados nas posições seguintes, abarcando a sua colocação; Segurança concedida. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o Egrégio Câmaras Reunidas do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, conceder a segurança pleiteada, extinguindo o feito com a resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Processo nº 4003585-77.2018.8.04.0000-Mandado de Segurança C. Reunidas - Impetrante:Pello Menos Franchising Ltda. Advogados:Dra. Patricia Gonzalez Baubeta (142076/SP) e Dra. Tatiana Teixeira de Almeida Pedote (204002/SP) - Impetrado:Juízo de Direito da 14ª V. Cível e de Acid. do Trabalho de Manaus/AM - Litisconsorte Passivo: NMG Gomes - ME - Advogado:Dr. Mendelsson Costa Duarte (8.319/AM) - Presidente em exrcício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões - Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. José Roque Nunes Marques. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. João de Jesus Abdala Simões-Relator, Ari Jorge Moutinho da Costa, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth e Djalma Martins da Costa.EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO À ÉPOCA CONTRA DECISÃO JUDICIAL SOBRE COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE IMEDIATA DE PRELIMINAR. VIOLAÇÃO AO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO. CONCESSÃO DA ORDEM. No momento da prolatação da decisão combatida, ainda prevalecia interpretação literal da jurisprudência pátria acerca da taxatividade absoluta do rol do artigo 1.015 do CPC. Era, àquela altura, patente o descabimento de agravo de instrumento contra decisão que versase acerca da abusividade da cláusula de eleição de foro ou tratase de modificação de regras de competência relativa, admitindo-se, por esa razão, a impetração de mandado de segurança. Precedente do STJ em recurso repetitivo; I - Denota-se, ainda, preliminarmente, que a decisão judicial combatida tem traços de teratologia, visto que peca em seu dever de fundamentação e deixa de seguir procedimentos previstos no Código de Ritos; IV - Conclui-se que a decisão judicial confrontada deve ser anulada, tendo em vista que há eror in procedendo. ACORDAM, os Desembargadores integrantes das Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidades de votos, em dissonância do parecer ministerial (fls. 333/339), conceder a segurança, nos termos do voto do Relator. No presente julgamento houve sustentação oral realizada pelo advogado Dr. Mendelsson Duarte (8. 319/AM) em favor do Litisconsorte passivo NGM Gomes - ME.

Processo nº 4003510-38.2018.8.04.0000-Mandado de Segurança C. Reunidas - Impetrante:Josiane Nascimento de Menezes - Advogados: Dr. Aleksander C. de Oliveira(5607/AM),Dr. Francisco C. de Oliveira (13008/AM) - Impetrado: Município de Benjamin Constant(não prestou informação) Presidente em exercício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa - Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Djalma Martins da Costa-Relator, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles e Onilza Abreu Gerth. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PREFEITURA DE BENJAMIN CONSTANT. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS EM MELHOR COLOCAÇÃO. EXPECTATIVA DE DIREITO CONVOLADA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CONCESÃO DA SEGURANÇA. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite que o direito à nomeação "também se estende ao candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital, mas que pase a figurar entre as vagas em decorência da desistência de candidatos clasificados em colocação superior" (ARE 675202 AgR/PB, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, 2.ª Turma, DJe 2/08/2013); No caso, a Impetrante, aprovada na 9.ª (nona) colocação no concurso público realizado pela Prefeitura de Benjamin Constant para o cargo de Secretário de Escola, conseguiu comprovar que dos candidatos convocados dentro das vagas, 02 (dois) não asumiram por terem sido considerados inaptos e 01 (um) por desistência, gerando, asim, o seu direito subjetivo de ser convocada para perícia médica e, estando apta, ser nomeada e emposada; Segurança concedida. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o Egrégio Câmaras Reunidas do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer ministerial, conceder a segurança pleiteada, extinguindo o feito com a resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil

Processo nº 4002866-95.2018.8.04.0000-Agravo de Instrumento-C. Reunidas Origem:2ª Vara de Iranduba/AM - Juiz Prolator:Dr. Rafael da Rocha Lima - Agravante: Município de Iranduba/AM - Procuradores do Município: Dr. Isaac Luiz Miranda Almas (12199/AM), Diego de Assis Cavalcante(OAB/AM nº 9224) e Dr. José Raimundo Monteiro da Silva(OAB/AM nº 9490) - Agravado: Kapef Serviços de Construções e Transportes Ltda - Advogados:Dr. Eduardo José Silva dos Santos (7171/AM) e Dr. Malber Magalhaes Souza Tavares (6455/AM) - Presidente em exercício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Sabino da Silva Marques-Relator, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa e Cláudio César Ramalheira Roessing. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DE IRANDUBA/AM. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO A QUO. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 50, I, "e", LEI COMPLEMENTAR 17/97. SUSPENSÃO DO ATO QUE ANULOU PREGÃO ELETRÔNICO. ATO DISCRICIONÁRIO. PODER DE AUTOTUTELA. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a C. Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator que passa a integrar o presente".

Processo nº 4002179-21.2018.8.04.0000 - Revisão Criminal - Origem:5ª Vara Criminal - Juíza Prolatora:Dra. Andréa Jane Silva de Medeiros - Requerente:Alex Sandro Santos de Castro - Advogado:Dr. Marcos Augusto dos Santos Ferreira (11940/AM) - Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Promotora de Justiça:Dra. Christiane Dolzany Araújo - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relatora: Exma. Sra. Desa. Mª do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Revisor: Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Procurador de Justiça:Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura-Relatora, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões e Ari Jorge Moutinho da Costa. EMENTA: REVISÃO CRIMINAL. LATROCÍNIO. MOTORISTA DE FUGA. IGNORÂNCIA QUANTO À INTENÇÃO DE MATAR. DESCABIDA. ANUÊNCIA IMPLÍCITA À POSTURA ADOTADA. DIVISÃO DE TAREFAS. COAUTORIA FUNCIONAL. IMPROCEDÊNCIA.1. Inequívoco que o Requerente tomou ciência da possibilidade do resultado morte, uma vez ter identificado as armas de fogo na posse dos demais corréus, e anuiu à prática criminosa, prosseguindo como motorista de fuga e participando da repartição da res furtiva. 2. Descabe reduzir a importância do motorista de fuga na divisão de tarefas criminosas, porquanto com sua conduta contribui decisivamente para o sucesso da empreitada delitiva, embora não "suje as mãos" diretamente.3. Revisão improcedente. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para, em sintonia com o parecer ministerial, julgar improcedente a Revisão Criminal, nos termos do voto condutor da decisão.Sala das Sessões, em Manaus, 19 de dezembro de 2018.PUBLIQUE-SE

Processo nº 4000204-61.2017.8.04.9000- Reclamação C. Reunidas - Origem:2ª Turma Recursal - Juíza Prolatora:Dra. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira - Reclamantes: PATRIURBIS 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Ltda - Advogados:Dra. Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM); Dra. Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM) e outros - Reclamado: Juízo de Direito da 2ª Turma Recursal do Estado do Amazonas - Presidente em exercício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Sabino da Silva Marques-Relator, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa e Cláudio César Ramalheira Roessing. EMENTA: : RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO 03/2016 STJ E ARTIGO 98 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INADMISSIBILIDADE. RECLAMAÇÃO PROPOSTA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO QUE VISA ATACAR. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARTIGO 85, §2º DO CPC. I - A reclamação que ora se analisa foi proposta intempestivamente, pois já operado o trânsito em julgado do acórdão atacado quando de sua propositura. I. Considerando que a Reclamação ganhou status de ação é cabível a condenação em honorários, nos termos do artigo 85, §2º do CPC. I Reclamação não admitda. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em dissonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, não admitir a reclamação, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente".

Proc. nº 0635288-42.2018.8.04.0001- Conflito de Competência C. Reunidas - Origem:Juízo de Direito do 2.º Juizado Esp. no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/AM - Suscitante: Juízo de Direito do 2.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/AM - Suscitado:Juízo de Direito do 3.º Juizado Especializado no Combate a Violência Domestica e Familiar contra a Mulher/AM - Presidente em exercício: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator: Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira - Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. Elci Simões de Oliveira-Relator, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos e Anselmo Chíxaro. EMENTA: Conflito Negativo de Competência. Varas Do Juizado De Violência Doméstica e Familar Contra Mulher Na Comarca De Manaus. Resolução.Tribunal de Justiça do Amazonas. Arguição. Inconstiucionalidade. 1. Em resolução o Egrégio Tribunal de Justiça dispôs acerca da competência do julgamento das demandas pela unidade geográfica dos Juizados de Violência Doméstica e Familar contra a mulher como constiucional, bem asim norteou a istribuição dos feitos e ser observada pelos julgadores. Conflito de competência procedente. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em em harmonia com o Ministério Público, julgar procedente o conflito de competência para determinar o Juízo de Direito da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (suscitado) como competente para processar e julgar o presente processo, nos termos e fundamentos do voto do relator".

Secretaria das colendas Cãmaras Reunidas, em Manaus, 1º de março de 2019

Intimações

Câmaras Reunidas-Vice-Prsidência

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Cumprimento Provisório de Sentença N.º 0008258-21.2017.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Exequente **Luciana Almeida de Souza e Silva,** Advogada: Drª. Ana Rita Lima Freire (3056/AM) e Executado **Secretario de Estado, Administração e Gestão-Sead,** Procuradora: Drª. Ingrid Monteiro (3629/AM, fica a parte Exequente intimada, na pessoa de sua Advogada, **Drª.Ana Rita Lima Freire (3056/AM),** para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente manifestação esclarecendo seu pedido, pois, no caso presente restringiu-se tão somente à obrigação de pagar. Em 25.02.2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Agravo Interno N.º 0001057-07.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Agravante **Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev,** Advogados: Dr. Fábio Martins Ribeiro (A449/AM) e Drª. Caroline Retto Frota (4411/AM) e Agravado **Alvadir Assunção Carolino da Silva,** Advogados: Dr. Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM) e Dr. Lucas de Castro Rivas (51.830/DF), fica a parte Agravada intimada, na pessoa de seus Advogados, **Dr. Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM) e Dr. Lucas de Castro Rivas (51.830/DF),** para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, manifestar-se acerca do presente recurso. Em 22.02.2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Agravo Interno N.º 0001050-15.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Agravante **Fundação Amazonprev,** Advogados: Dr. Fábio Martins Ribeiro (449A/AM) e Drª. Luciane Barros de Souza (4789/AM) e Agravada **Ana Geisa de Souza Moura**, Advogada: Drª. Arlecy de Souza Ferreira (6581/AM), fica a parte Agravada intimada, na pessoa de sua Advogada, **Drª. Arlecy de Souza Ferreira (6581/AM),** para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, manifestar-se acerca do presente recurso. Em 21.02.2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Embargos À Execução N.º 0001139-09.2017.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Embargante **O Estado do Amazonas,** Procurador: Dr. Cláudio Roberto Barbosa de Araújo (5402/AM) e Embargados **Alberto de Queiroz**, **Raimundo Fonseca e Outros,** Advogada: Drª. Leila de Oliveira Sousa (5310/AM), ficam as partes Embargadas intimadas, na pessoa de sua Advogada, **Drª.Leila de Oliveira Sousa (5310/AM),** para, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer o que for de direito, instruindo seu pedido com os calculos, bem como atentando para a forma de execução contra a Fazenda Publica, sob pena de arquivamento. Em 21.02.2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 1º de março de 2019. Roberval Wilkens Marinho

CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Délcio Luís Santos**, Relator(a) nos Autos de **Agravo de Instrumento nº 4001696-88.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Agravante **O Estado do Amazonas**, Procurador Dr. Luis Eduardo Mendes Dantas (28790/CE) e Agravado **COOPEAM - Cooperativa de Enfermeiros do Amazonas**. Fica a parte Agravada Intimada, na pessoa de seus advogados, **Dr. Luiz Gustavo Cardoso Maia (6971/AM), Jean Wakim Hanna Wakim Filho (5181/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo interno, nos termos do art. 932, II, do Novo CPC. Em 26/02/2019. Desembargador(a) **Délcio Luís Santos** - **Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Délcio Luís Santos**, Relator(a) nos Autos de **Agravo de Instrumento nº 4002831-38.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Agravante **Estado do Amazonas** e Agravado **Norte Comercial Distribuidora de Medicamentos Ltda.** Fica a parte Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. Mauricio Lima Seixas (7881/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Ante o exposto, face a ausência de interesse superveniente, NÃO CONHEÇO do recurso, nos termos do art. 932, II, do Novo CPC. Em 26/02/2019. Desembargador(a) **Délcio Luís Santos** - **Relator(a).**

--

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em **01 de março de 2019**

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, Relator nos Autos de **Embargos de Declaração nº 0001174-95.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Embargante **Universidade do Estado do Amazonas - UEA**, advogado Dr. Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (6002/AM) e Embargado **Jesuan Henrique da Silva**, advogados Drª. Goreth Campos Rubim (8542/AM), Dr. Erivan Oliveira Oliveira Passos (7864/AM), Drª. Adriana Oliveira de Azevedo (3555/AM) e Thaysa Lippy Silva de Souza (12120/AM). Fica a parte Embargada Intimada, na pessoa de seus advogados, **Drª.**

Goreth Campos Rubim (8542/AM), Dr. Erivan Oliveira Oliveira Passos (7864/AM), Drª. Adriana Oliveira de Azevedo (3555/AM) e Thaysa Lippy Silva de Souza (12120/AM), para manifestar-se acerca das razões recursais, no prazo de 5 (cinco) dias. Em 25/02/2019. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Anselmo Chíxaro**, Relator nos Autos de **Incidente de Suspeição nº 0240330-74.2017.8.04.0001 Manaus(AM),** Excipientes **João Victor Neves dos Santos Ribeiro e Lucca Neves dos Santos Ribeiro**, advogadas Drª. Camila Medeiros Coelho (9798/AM), Drª Monalisa Gadelha Cordovil e Excepto **Juízo de Direito da 1ª Vara de Família, MM. Luiz Cláudio Cabral Chaves**. Fica a parte Excipiente Intimada, na pessoa de suas advogadas, **Drª. Camila Medeiros Coelho (9798/AM) e Drª Monalisa Gadelha Cordovil (7154/AM),** para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, informando se ainda tem interesse no feito, com a consequente extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do CPC. Em 28/02/2019. Desembargador **Anselmo Chíxaro - Relator.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, Relatora nos Autos de **Ação Rescisória nº 4000791-49.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Autora **Olgarina Pinheiro Serrão**, advogado Dr. Marvyn Boris de Oliveira Costa (12571/AM). Fica a parte Autora Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. Marvyn Boris de Oliveira Costa (12571/AM)**, para emendar a inicial, na forma do art. 321 e 968, ambos do CPC/2015. Em 25/02/2019. Desembargadora **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos**, Relator nos Autos de **Agravo Regimental nº 0001029-73.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Agravante **Grupo de Comunicação Três S/A**, advogado Dr. André Marsiglia de Oliveira Santos (331724/SP) e Agravado **José Mario Frota de Moreira**, advogada Drª. Caroline Ribeiro Frota Moreira (5670/AM). Fica a parte Agravante Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. André Marsiglia de Oliveira Santos (331724/SP),** para tomar ciência do inteiro teor do Despacho de fls. 80/81. Em 27/02/2019. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, Relator nos Autos de **Mandado de Segurança nº 0637595-37.2016.8.04.0001 Manaus(AM),** Impetrante **Ziula Ferreira da Silva**, advogado Dr. Luiz Jaílton Lopes Cordeiro (5398/AM) e Impetrado **Secretário de Estado da Saúde - Susam**. Fica a parte Impetrante Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. Luiz Jailton Lopes Cordeiro (5398/AM**), para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 66/67. Em 28/02/2019. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos Autos de **Mandado de Segurança nº 4000874-65.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Impetrante **Gremio Recreativo Escola de Samba Império do Havaí**, advogada Drª Tayza Reis Meireles (14059/AM) e Impetrados **Secretaria de Estado da Secretaria de Estado de Cultura–SEC e Procuradoria Geral do Estado do Amazonas-PGE**. Fica a parte impetrante Intimada, na pessoa de sua advogada, **Drª Tayza Reis Meireles (14059/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão de fls. 60/61. Em 28/02/2019. Desembargador **Délcio Luís Santos - Relator.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 1 de Março de 2019. Roberval Wilkens Marinho

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. **Jorge Manoel Lopes Lins**, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Apelação nº 0609027-79.2014.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Ana Cristina Ribeiro dos Santos. Advogado: Dr. Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM). **Apelado: Universidade do Estado do Amazonas – UEA.** Advogados(as): Dra. Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB: 6367/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Suzete Maria dos Santos

Conflito de Competência nº 4000405-19.2019.8.04.0000, de 1ª Vara de Família

Suscitantes: Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus/AM. e Henrique Martins dos Santos. Advogada: Dra. Karina Bandeira da Costa (OAB: 10281/AM)**Suscitados: Juízo de Direito da 6ª Vara de Família e Sucessões do Comarca de Manaus/AM e Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/AM**. Interessados: Henrique Martins dos Santos e Débora Cristina Pereira Mafra. Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Noeme Tobias de Souza.

Apelação / Remessa Necesária nº 0627519-51.2016.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública

1.º Apelante: Município de Manaus/AM. Procuradora do Município: Dra. Adriana Carla de Souza Silva (OAB: 3030/AM). **2.º Apelante: Manaus Previdência – MANAUSPREV.** Advogados(as): Dra. Iza Amélia a de Castro Albuquerque(OAB/AM n 3814); Dr. Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM). **Apelada: Lúcia Maria Pinto Moreira**. Advogada: Dra.Larissa Brito Moreira(OAB/AM nº 11.188) **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a).Noeme Tobias de Souza

Apelação nº 0612175-59.2018.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Patricia do Rosário Reis.Advogados(as): Dra. Alice Vieira Nunes (OAB: 7323/AM). Dr. Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB: 5273/AM). **Apelado: Universidade do Estado do Amazonas – UEA**. Procuradores da UEA: Dra. Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB: 6367/AM); Dr. Aly nAsser Abrahim Ballut Filho(OAB/AM nº 6002); Dr. Marcelo Carvalho da Silva(OAB/AM nº 6193). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos**.Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 28 de fevereiro de 2019, Dr. Roberval Wilkens Marinho, Secretário.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4000653-82.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ladyane Serafim Pereira4990/AM e Agravado: Force Line Industria e Comercio de Produtos Eletronicos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Leandro Parras Abbud162179/SP fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Leandro Parras Abbud 162179/SP. "Pelo exposto, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal em caráter liminar. Intime-se a parte Agravada para que responda ao presente recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, II do Código de Processo Civil. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4006144-07.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: LMG Cavalcanti & Cia Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Pedro de Araújo Ribeiro, Luis Felipe Avelino Medina, Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar6935/AM, 6100/AM, 11441/AM e Agravado: OPX Operadora Portuária e Logística Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Erivelton Ferreira Barreto, Cristiane Rodrigues Silveira5568/AM, 10838/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Erivelton Ferreira Barreto, Cristiane Rodrigues Silveira 5568/AM, 10838/AM. "Intime-se a parte Agravada para que responda ao presente recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, II do Código de Processo Civil. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração nº 0001064-96.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Hoje Sistemas de Informática Ltda (Advogado(a): Dr(a). Fabio Forti, Daniela Avila, Sergio Luiz Piloto Wyatt, Henrique Otto Benites Mahlmann, Fabíola Maria Carvalho Vasques29080/PR, 54348/PR, 36342/PR, 80516/PR, 4167/AM e Embargado: Tim Celular S/A (Advogado(a): Dr(a). Graziela Coelho Silva, Marco Vanin Gasparetti357616/SP, 207221/SP fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Graziela Coelho Silva, Marco Vanin Gasparetti 357616/SP, 207221/SP. "Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4006140-67.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Caixa Econômica Federal (Advogado(a): Dr(a). Kátia Regina Souza Nascimento4189/AM e Agravado: R&b Plásticos da Amazônia Ltda. (Advogado(a): Dr(a). João Manoel Silva de Olievira, Antonia Pereira da Silva4677/AM, 5841/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). João Manoel Silva de Olievira, Antonia Pereira da Silva 4677/AM, 5841/AM. "Pelo exposto, indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo em caráter liminar. Intime-se a parte Agravada para que responda o presente recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil. Após, abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000559-53.2019.8.04.0900 - Manaus/Am, em que é Agravante: Ari Badarane Nicolau. (Advogado(a): Dr(a). Guilherme da Costa Lins, Ari Badarane Nicolau Júnior, Leonor Regina Pinto de Andrade(10685/AM, 11935/AM, 11932/AM). Agravado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). DECISÃO: "Pelo exposto, indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo em caráter liminar. Intime-se a parte Agravada para que responda o presente recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil. Cumpra-se.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4000604-41.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Asclepiades Costa de Souza, Cyll Farney Costa de Souza, Hugo Jose Costa de Souza, Jose Edmilson Costa de Souza, Petrolino Costa de Souza, Raimundo da Costa Souza e Terezinha de Jesus Costa de Souza (Advogado(a): Dr(a). Alcimar de Almeida Sena2788/AM e Agravado: Concinete Vasconcelos (Advogado(a): Dr(a). Silvia Roberta Padilha de Oliveira6664/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Silvia Roberta Padilha de Oliveira 6664/AM. "Notando preliminarmente a regularidade formal do recurso, bem como a inexistência de pedido de atribuição de efeito suspensivo ou de qualquer outro pleito que merecesse a apreciação imediata desta relatora, determino a intimação do agravado, por publicação no Diário de Justiça, para que, em 15 (dez) dias, apresente contraminuta ao recurso.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração nº 0000480-29.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Anna Karina L. Brasil Salama, Vivian Maria Oliveira da Frota2528/AM, 6880/AM e Embargado: Tec2doc Servicos de Tecnologia e Documentos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Fernando Munhoz Ribeiro, Raquel Cristina Ribeiro Novais, Daniella Zagari Gonçalves, Marcelo Paulo Fortes de Cerqueira, Marco Antônio Gomes Behrndt, Daniel Monteiro Peixoto292215/SP, 76649/SP, 116343/SP, 144994SP, 173362/SP, 238434/SP fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Fernando Munhoz Ribeiro, Raquel Cristina Ribeiro Novais, Daniella Zagari Gonçalves, Marcelo Paulo Fortes de Cerqueira, Marco Antônio Gomes Behrndt, Daniel Monteiro Peixoto 292215/SP, 76649/SP, 116343/SP, 144994SP, 173362/SP, 238434/SP. "Intime-se o embargado para manifestar-se sobre os embargos opostos, conforme disposto no art. 1.023, §2º do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4000662-44.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Ana Cláudia da Silva Jatahy, Ana Tereza Jatahy Santos, Dulce Margareth da Silva Jatahy, Dulcinéa da Silva Jatahy, Espólio de Pedro Fernandes Jatahy, inventariante Pedro Roberto da Silva Jatahy e outros, Grace Mara da Silva Jatahy e Pedro Roberto da Silva Jathay (Advogado(a): Dr(a). Danyelle Jatahy Benaion126585/RJ e Agravado: Aguia Servicos e Representacoes Ltda (Advogado(a): Dr(a). Eli Marques Cavalcante Junior2881/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Eli Marques Cavalcante Junior 2881/AM. "Destarte, presentes os pressupostos autorizadores, a saber, a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano, antecipo os efeitos da tutela recursal, de modo a determinar a suspensão da execução autuada sob o número 0210095-32.2014.8.04.0001, até o julgamento deste recurso e, por consequência, do mandado de penhora do imóvel, matrícula nº 19.970, registrado no 2o Ofício do Cartório do Registro de". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4002093-50.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Videolar-innova S/A (Advogado(a): Dr(a).

Adriana Rother, Priscila de Oliveira Véras, Arizza Rachel Morais Cunha319A/AM, 6681/AM, 7826/AM e Agravado: Fazenda Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Maria Hosana Machado de Souza2333/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Maria Hosana Machado de Souza 2333/AM. "Desta feita, ante a possível perda do objeto recursal, tanto por ter sido proferida nova decisão, como pelo seu conteúdo esvaziar a pretensão da Agravante, determino a intimação das partes para, em 5 (cinco) dias, se manifestar a respeito, a teor do que prescrevem os artigos 9º e 10 cumulados com 932, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Intimem-se". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Apelação nº 0701045-90.2012.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Pdg Construtora e Incorporadora. (Advogado(a): Dr(a). Yun Ki Lee, Eduardo Luiz Brock, Solano de Camargo, Fabio Rivelli(131693/SP, 91311/SP, 149754/SP, 1119/AM). Apelado: Rodrigo Lizardo Pessoa. (Advogado(a): Dr(a). Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz(7391/AM). DECISÃO: "nego seguimento ao recurso diante da intempestividade manifesta.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração nº 0001206-03.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: FIDC Ipanema III (Advogado(a): Dr(a). Cauê Tauan de Souza Yaegashi357590/SP e Embargado: Raimundo Carlos Espindola da Silva (Advogado(a): Dr(a). Vanessa Freire Litaiff, Imbergman Maia Litaiff, Valéria Freire Litaiff5722/AM, 5699/AM, 8009/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Vanessa Freire Litaiff, Imbergman Maia Litaiff, Valéria Freire Litaiff 5722/AM, 5699/AM, 8009/AM. "Considerando o pleito de concessão de efeitos modificativos aos Embargos de Declaração, determino seja o Embargado intimado para, em 5 (cinco) dias, se manifestar, nos termos do artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração nº 0001208-70.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Mm Engenharia Ltda. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Advogado(a): Dr(a). Carlos Roberto Deneszczuk Antonio146360/SP e Embargado: Karen Bezerra Rosa Braga (Administração Judicial) fica INTIMADO o EMBARGANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Carlos Roberto Deneszczuk Antonio 146360/SP. "Considerando o pleito de concessão de efeitos modificativos aos Embargos de Declaração, determino seja a Administradora Judicial intimada para, em 5 (cinco) dias, se manifestar, nos termos do artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil. Outrossim, intime-se o Embargante para que se manifeste, em igual prazo, sobre a aplicação de multa por ser o recurso protelatório, nos moldes do artigo 1.026, § 2º, cumulado com 9 e 10, todos do Código de Processo Civil . Intimem-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4006098-18.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Natalino Acordi (Advogado(a): Dr(a). Felipe Almeida Ferreira10271/AM e Agravado: Jose Mathias dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Emanuel Marques de Melo Junior2621/AM fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Felipe Almeida Ferreira 10271/AM. "Nesse sentido, com fundamento no artigo 99, § 2.º do CPC/2015, assinalo ao Agravante o prazo de 10 (dez) dias para que comprove a alegada hipossuficiência, por meio de documentos, ou comprove a alegada concessão do benefício pelo Juízo de Piso, tudo isso sob pena de indeferimento do benefício. Intime-se, observando o disposto no artigo 272, §2.º, do CPC/2015. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, relator dos autos virtuais de Apelação nº 0620046-77.2017.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A. (Advogado(a): Dr(a). Alvaro Luiz da Costa Fernandes(831A/AM). Apelado: Jose Hermano Petrola Feitosa. (Advogado(a): Dr(a). Roberto Carlos Leandro Soares(7653/AM). DECISÃO: "Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o Recurso de Apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Por se tratar de processo referente à DPVAT, encaminhe-se os autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração nº 0000991-27.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Petrobras Distribuidora S/A (Advogado(a): Dr(a). Juliano Luis Cerqueira Mendes, Francisco Augusto Martins da Silva, José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior3940/AM, 1753/AM, 5517/AM e Embargado: Maria Solange da Rocha Barbosa (Advogado(a): Dr(a). Priscila Nogueira França, Monique Rodrigues Lopes3340/AM, 5550/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Priscila Nogueira França, Monique Rodrigues Lopes 3340/AM, 5550/AM. "Intime-se a Embargada para que apresente contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023, §2.º, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração nº 0001203-48.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Município de Manaus/am (Advogado(a): Dr(a). Janary Yoshizo Kato Yokokura, Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz6324/AM, 7391/AM e Embargado: Instituto Medico de Clinica e Pediatria do Estado do Amazonas S S (Advogado(a): Dr(a). Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes, Bruno Sena Pereira, Paulo Tyrone Perasa de Souza Júnior7269/AM, 9555/AM, 6573/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes, Bruno Sena Pereira, Paulo Tyrone Perasa de Souza Júnior 7269/AM, 9555/AM, 6573/AM. "Intime-se o Embargado para que apresente contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023, §2.º, do CPC.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, relator dos autos virtuais de Apelação nº 0613598-30.2013.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Banco Intermedium S.aintermedium S/A. (Advogado(a): Dr(a). João Roas da Silva, Alessandro Fernando Braga(98981/MG, 72065/MG). Apelado: Alessandro Pinho da Silva. DECISÃO: "Pelo exposto, homologo a desistência de p. 114, subscrita por advogado com poderes especiais para desistir. À Secretaria para as providências cabíveis.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4005985-64.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Ilmacc Comercio e Servicos Postumos Ltda (Funeraria Canaã). (Advogado(a): Dr(a). Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras(10625/AM). Agravado: Canaa Infinity Assistencial e Servicos Funerarios Ltda. (Advogado(a): Dr(a).Joyce Lima da Silva(8807/AM). DECISÃO: "Decisão n.º 017/2019. Cuida-se do agravo de instrumento interposto ILMACC Comercio e Serviços Póstumos Limitada (Funerária Canaã), buscando a atribuição de efeito suspensivo contra os termos da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da a 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/AM nos autos de busca e apreensão n.º 0645610-24.2018.8.04.0001, que determinou em sede de tutela de urgência,

a busca e a apreensão de veículo de propriedade do Agravado. Ao que consta do conjunto processual, Canaã Infinity Assistencial e Serviços Funerários Limitada requereu a busca e apreensão do veículo marca NISSAN, modelo Pathfinder SE25, Placa NON-2868, RENAVAM 15728265, Chassi VSKJVWR5180317688, cor prata, que foi dada em locação a Luís Teixeira dos Santos, na qualidade de prestador de serviço da empresa Funerária Canaã / ILMACC Comércio e Serviços Póstumos Limitada. Em suas razões, diz a Agravante que os efeitos da decisão devem ser suspensos, sob os seguintes argumentos: (I) trata-se de parte ilegítima para figurar no polo passivo da busca e apreensão, eis que o veículo foi locado a Luís Teixeira dos Santos, não é funcionário da agravante e nem obedecia a nenhuma ordem da agravante quando da locação; (II) ante a ilegitimidade passiva da Agravante, o feito deveria ser extinto sem resolução de mérito, com arrimo nos artigos 337 e 339, todos do CPC/2015; (III) o pedido em primeiro grau apresenta as provas com as quais pretende demonstrar a realidade dos fatos; (IV) há um questão familiar envolvendo o sócio da Agravada, Antonio Ildemar Coutinho, com o sócio dirigente da Agravante, Senhor Marcelo Antônio de Castro Coutinho, que se tratam de pai e filho, respectivamente; (V) não estão presentes os requisitos autorizadores à concessão da tutela de urgência, eis que há indícios de que Luis Teixeira dos Santos é terceirizado que não cumpria ordens da Agravante. Ao final, requereu a atribuição de efeito suspensivo ao recurso. É o relato do essencial. Decido. Perlustrando o conjunto processual, verifico que não há elemento algum, hábil a autorizar a concessão do pretendido efeito suspensivo ao recurso, senão vejamos. A partir do início da vigência do CPC/2015, para a concessão da tutela de urgência, basta estar comprovada a presença do fumus boni juris e o periculum in mora. No caso da Busca e apreensão do veículo, tem-se que o Requerente, ora Agravado demonstrou ser o proprietário do veículo por meio de prova documental, comprovando que o bem fora entregue ao senhor Luís Teixeira dos Santos, que ao menos se apresentava na qualidade de prestador de serviço da empresa Funerária Canaã / ILMACC Comércio e Serviços Póstumos Limitada, o que demonstra cabalmente que o proprietário está privado do exercício de seus direitos de propriedade sobre o bem. Resta, portanto, atendido o requisito do fumus boni juris. No que respeita ao requisito do periculum in mora, tem-se, ainda, por prova documental, que ante a privação do uso do bem, a Agravada vem sendo obrigada a ter despesas com a locação de veículo para atendimento dos eventos fúnebres para os quais é contratada, demonstrando dessa forma, o periculum in mora, diante do prejuízo experimentado pela empresa, ante a falta de devolução do veículo. Com efeito, uma vez presentes os requisitos legais para a busca e apreensão, não vislumbro qualquer mácula na decisão objeto do recurso. No que respeita à alegação de ilegitimidade passiva da Agravante como causa para a imediata extinção do feito sem resolução de mérito, melhor sorte não assiste ao Agravante. Assim entendo, ante o disposto no artigo 338, do CPC/2015, que assim estabelece: CPC/2015, art. 338. Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu. Parágrafo único. Realizada a substituição, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8o. No caso sob exame, todavia, ainda não está clara a questão referente à ilegitimidade passiva, pois ainda não há elemento algum, além da simples negativa da Agravante, de que o Senhor Luís Teixeira dos Santos agia ou não, na qualidade de preposto desta última, o que somente será possível de se descobrir após a busca e apreensão do bem e com a instrução do feito. Registro, por oportuno, que ante a expressa dicção legal, antes de se extinguir o feito sem resolução de mérito por ilegitimidade passiva, caberá ao magistrado de origem facultar à parte Requerente a substituição do Requerido e não, simplesmente, extinguir o feito. Por fim, mas não menos importante, a alegada questão atinente a desavença familiar, caso comprovada em primeiro grau, é passível de condenação, inclusive com a imposição das sanções pertinentes à litigância de má-fé, que neste momento processual, ainda não foi demonstrada. Necessário seja dito que embora haja alegado que a manutenção da decisão importará em enorme prejuízo à Agravante, esta não apresentou nenhum documento ou argumento hábil a amparar tal alegação. Se o veículo não está sob sua posse e se não o utiliza para qualquer fim, inexiste prejuízo a ser suportado. Demais disso, a teor do parágrafo único do artigo 338, do CPC/2015, caso comprovada sua ilegitimidade para compor o polo passivo da demanda, será reembolsado das despesas que suportou, além do dever da parte contrária de arcar com honorários de advogado. Diante do exposto e, à míngua de qualquer elemento, mínimo que seja, hábil a elidir a decisão do magistrado de origem acerca da possibilidade da busca e apreensão do veículo, além de inexistir a mínima comprovação de prejuízo por parte da Agravante, INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. Comunique-se o Juízo de origem. Publique-se e intimem-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Desembargador Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro Relator". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4000188-73.2019.8.04.0000 - Manaquiri em que é Agravante: Antonio Saraiva Araújo (Advogado(a): Dr(a). Denison de Souza Santos, Antonio Henrick Holanda da Silva Rocha12123/AM, 12622/AM e Agravado: Deiverson Rodrigues dos Santos fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Denison de Souza Santos, Antonio Henrick Holanda da Silva Rocha 12123/AM, 12622/AM. "DESPACHO Acolho a Promoção Ministerial de páginas 273/278 e determino: 1.º) intime-se o Agravante/Executado, por seu advogado, para que apresente seus documentos pessoais (RG e CPF), a fim de que haja comprovação de seu nome real, bem como para que esclareça a existência de sua assinatura em citações e intimações como JUNHO SARAIVA ARAÚJO DE OLIVEIRA ou ainda JÚNIOR SARAIVA; 2.º) seja intimada por meio de carta de ordem, Ângela Maria Rodrigues dos Santos, representante legal do menor Deiverson Rodrigues dos Santos, para que regularize a representação processual, constituindo advogado devidamente habilitado nos autos ou ainda se faça representar pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, com atuação junto a Comarca de Manaquiri. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000752-68.2019.8.04.0900 - Manaus/Am, em que é Agravante: Daniela Frota de Souza. (Advogado(a): Dr(a). Yuri Dantas Barroso(4237/AM). Agravado: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico. DECISÃO: "Assim sendo, por todo o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.". LA

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing , faço público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados os seguintes processos:

Apelação nº 0612197-88.2016.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.A. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT). **Apelado: Kedson Gonzaga Taveira.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação / Remessa Necesária nº 0005561-27.2017.8.04.0000, de 1ª Vara de Coari. Apelante: Municipio de Coari -Prefeitura Municipal. Procuradora: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM), **Apelado: Raimundo Alves Nogueira.** Advogado: Luiz Otavio de Verçosa Chã (OAB: 910A/AM).

Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação nº 0000084-23.2016.8.04.2501, de Fórum de Autazes. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM). **Apelado: Valdecy Rodrigues Costa.** Advogado: Sandro Vidal Mendonça Guimarães (OAB: 11914/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0002284-37.2016.8.04.0000, de Forúm de Alvarães. Apelante: Municipio de Alvaraes/am. Advogado: Ricardo Souza Guimarães (OAB: 8675/AM). **Apelado: João da Silva Batista.** Advogado: Raimundo Claudemir Bezerra de Queiroz (OAB: 1973/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria Jose da Silva Nazaré.

Apelação nº 0210262-78.2016.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Vanderlan Dps Santos Coutinho. Defensora: Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB: 600002/AM). **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social.** Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Apelação nº 0606101-23.2017.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bmg S/A. Advogados: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG), Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM), Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) e Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB: 63440/MG). **Apelada: Davina Araujo de Oliveira.** Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0607185-59.2017.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Município de Manaus. Procurador: Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM). **Apelado: Edmilson de Souza Carvalho.** Advogadas: Telma Maria Silva de Mello (OAB: 10202/AM) e Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB: 10800/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação nº 0610805-50.2015.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelantes: Josival Salvador Monteiro e Outros Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas.** Procurador: Carlos Alexandre M. de C. Martins de Matos (OAB: 2364/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0612197-88.2016.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.A. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT). **Apelado: Kedson Gonzaga Taveira.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação nº 0613262-84.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Cirley Maria Melo da Fonseca. Advogados: Eric Pires Benigno (OAB: 9944/AM), Natan Costa Teixeira (OAB: 10656/AM) e Lara Betse Pará Nunes (OAB: 12034/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas.** Procuradora: Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (OAB: 2342/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação nº 0617007-09.2016.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco do Brasil. Advogados: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) e Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG)**Apelado: Fernando Pereira Simões.** Advogados: Heladio de Souza Gomes Júnior (OAB: 11129/AM) e Heladio de Souza Gomes (OAB: 11163/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0618231-84.2013.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Delka do Brasil Fábrica de Reboques Ltda. Advogados: Maiko Roberto Maier (OAB: 31939/SC) e Celso Almeida da Silva (OAB: 23796/SC). **Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a).** Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG), Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) e Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Membro: Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Agravo de Instrumento nº 4000624-66.2018.8.04.0000, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Oi Movel S.a. Advogados: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM), Ana Tereza Palhares Basilio (OAB: 74802/RJ), Márcio Henrique Notini (OAB: 120196/RJ), Alexandre Miranda Lima (OAB: 596A/AM), **Agravado: Hoje Sistemas de Informática Ltda.** Advogados: Fabio Forti (OAB: 29080/PR), Daniela Avila (OAB: 54348/PR), Sergio Luiz Piloto Wyatt (OAB: 36342/PR), Henrique Otto Benites Mahlmann (OAB: 80516/PR). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Agravo de Instrumento nº 4001047-60.2017.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravantes: Sebastião Rezende Cavalcante Júnior e Alessandra Marymar de Souza Cavalcante. Advogados: Elci Simões de Oliveira Junior (OAB: 5543/AM) e Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB: 3582/AM). **Agravado: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.** Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Agravo de Instrumento nº 4002807-44.2017.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Raimundo Xavier da Costa. Advogado: Renato de Oliveira Gamenha (OAB: 10292/AM). **Agravada: Neila Barbosa Siqueira.** Advogados:

Giselle Cristina M. Ferreira (OAB: 11159/AM) e Cândido Honório Ferreira Filho (OAB: 1270/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Agravo de Instrumento nº 4003642-32.2017.8.04.0000, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Tintas Hidracor SA. Advogados: Celso Luiz de Oliveira (OAB: 77977/SP), Aldemir Ferreira de Paula Augusto (OAB: 20301/PE) e Anchieta Guerreiro Chaves Junior (OAB: 20127/CE). **Agravado: Y M Krul Comercial / Me e Yara Mendonça Krul.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Agravo de Instrumento nº 4003879-66.2017.8.04.0000, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Solange Maria Santiago Morais. Advogada: Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (OAB: 9442/AM). **Agravado: Richard Barreto Sidi.** Advogado: Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Agravo de Instrumento nº 4004414-92.2017.8.04.0000, de Fórum de Caapiranga. Agravante: Vivo S/A. Advogados: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM), André Frossard Albuquerque (OAB: 302000A/SP), Fabiano Robalinho Cavalcanti (OAB: 95237/RJ), Caetano Berenguer (OAB: 135124/RJ), Lívia Ikeda (OAB: 163415/RJ), Ian Von Niemeyer (OAB: 211103/RJ), Renato Caldeira Grava Brazil (OAB: 305379/SP), Sergio Santos do Nascimento (OAB: 305211/SP), João Lucas Pascoa Bevilacqua (OAB: 357630/SP), Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM), Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM), Eloi Pinto de Andrade Junior (OAB: 3840/AM) e Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB: 6566/AM). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Promotor: Daniel Silva Chaves Amazonas Menezes. Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Apelação nº 0608407-62.2017.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Advogados: Hudson Jose Ribeiro (OAB: 150060/SP), Gustavo Pasquali Parise (OAB: 155574/SP) e Alexandre Pasquali Parise (OAB: 112409/SP). **Apelado: Renilson da Silva Barreto.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Apelação nº 0615308-17.2015.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Stanny Carla Cruz Azedo. Advogados: Janne Sales Gomes (OAB: 3045/AM) e Maria Auxiliadora Bicharra (OAB: 3004/AM). **Apelado: Banco Cruzeiro do Sul S/A.** Advogado: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB: 98628/SP). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Apelação nº 0631485-27.2013.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Banco Safra S.A. Advogados: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 583A/AM) e Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB: 608A/AM). **Apelante/Apelado: Prince Bike Norte Ltda.** Advogado: Mauro Celi Martins (OAB: 2907/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Apelação nº 0718552-64.2012.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Ocimar Lopes de Souza e Maria Lucia Lopes de Souza. Advogado: Ocimar Lopes de Souza (OAB: 1717/AM). **Apelada: Patri Quatro Empreedimentos Imobiliários Ltda.** Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Membro: Exma. Srs. Desa. Joana dos Santos Meirelles. . Membro: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Apelação nº 0000753-51.2015.8.04.7500, de 1ª Vara de Tefé. Apelante: O Município de Tefé / Prefeitura Municipal. Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM). **Apelada: Jeisa Bernardo Gomes.** Advogado: Jones de Oliveira Santos (OAB: 9616/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Apelação nº 0003853-48.2014.8.04.7500, de 1ª Vara de Tefé. Apelante: O Município de Tefé / Prefeitura Municipal. Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM). **Apelado: Francisco Alves de Lima Filho.** Advogado: Jones de Oliveira Santos (OAB: 9616/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0003998-07.2014.8.04.7500, de 1ª Vara de Tefé. Apelante: O Município de Tefé/am. Advogados: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM) e Alvimar Costa Monteiro Junior (OAB: 8580/AM). **Apelada: Odeth Cavalcante da Silva.** Advogado: Jones de Oliveira Santos (OAB: 9616/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Apelação nº 0005018-52.1998.8.04.0012, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Alda Filgueiras Peres. Advogado: Andre Ricardo Cabral Pio (OAB: 6688/AM). **Apelada: Irene Lopes Pimenta.** Defensor: Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB: 14088OM/T). **Apelado: O Município de Manaus.** Procurador: Paulo César Laborda Valente (OAB: 1403/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação nº 0609608-26.2016.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Município de Manaus. Procuradora: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM). **Apelados: Claudenilde Duarte Cardoso, Joao Vinicius Cardoso Melo Pereira, Felipe Cardoso Melo Pereira e Junio Cardoso Melo Pereira.** Advogados: Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB: 10714/AM) e Daniel Botelho Campelo (OAB: 5100/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação nº 0612446-73.2015.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Sul América Companhia de Seguro Saúde. Advogados: José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (OAB: 273843/SP) e Paulo Fernando Lopes de Almeida (OAB: 305877/SP). **Apelado: Logos Bolsa de Veículos**

Ltda. Advogados: Arnoldo Bentes Coimbra (OAB: 345/AM) e Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

Apelação nº 0616917-64.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Norma Campos Castro. Advogado: Fred Gerson de Souza Pinheiro (OAB: 8444/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas.** Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0638561-34.2015.8.04.0001, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Honda S/A. Advogados: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE) e Eliete Santana Matos (OAB: 10423/CE). **Apelada: Maria Doroteia Souto Jorge.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

Apelação nº 0639926-26.2015.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Nilto Silva dos Santos. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 12790AM/T). **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social.** Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Remessa Necessária nº 0212697-64.2012.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Requerente: O Estado do Amazonas. Procuradora: Karla Brito Novo (OAB: 4771/AM). **Requerido: Cintia Andrade Ferreira.** Defensor: Ricardo Queiroz de Paiva (OAB: 4510/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Membro: Exmo. Sr. Des. Joana dos Santos Meirelles. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0602311-02.2015.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM). **Apelado: Gefeson Rodrigues Alves.** Defensor: Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB: 3470/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

Apelação nº 0606909-28.2017.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda. Apelante: Rossi Residencial S/A - Capital Rossi. Apelante: Santa Emerciana Empreendimentos Imobiliários Ltda. Apelante: Capital Rossi Empreendimentos S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM). **Apelados: Alessandra Mendes de Lira e Marcos Pereira de Lira.** Advogadas: Keila Azevedo Menezes de Castro (OAB: 8113/AM), Lorena ferreira Caldas Ramos (OAB: 10557/AM) e Deuza Brito Ramos (OAB: 9076/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0608004-35.2013.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Maria de Nazare Alves da Silva Anjos. Defensor: Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB: 3135/AM). **Apelados: Joelson Rodrigues de Almeida e Edenilson Medeiros Alves.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0618733-47.2018.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142AC/E). **Apelante/Apelada: Francinete Serrão do Nascimento.** Advogados: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM), Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM) e Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Apelação nº 0618834-84.2018.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM). **Apelada: Elizabeth Romania Miranda.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

Apelação nº 0630008-90.2018.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.A. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT). **Apelada: Vanessa Perreira de Sousa.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

Apelação nº 0633971-09.2018.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A. Advogados: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM), Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM). **Apelante/ Apelada: Gleiciane Cavalcante Januário.** Advogados: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM), Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM) Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0713171-75.2012.8.04.0001, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: João de Deus de Souza. Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM). **Apelada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A),** Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

Remessa Necessária nº 0615796-69.2015.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Requerente: Josias Lourenço da Silva. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 12790AM/T). **Requerido: Instituto Nacional de Seguridade Social Inss.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Remessa Necessária nº 0639016-96.2015.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Remetente: Juízo de Direito da 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital do Amazonas. Requerente: Maria Bernadete dos Santos. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 12790AM/T). **Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Dra. Joana dos Santos Meirelles.** Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0251172-26.2011.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Advogadas: Giovana Isabella Pimentel Lima (OAB: 3981/AM) e Danielle Salgado Freire (OAB: 5349/AM). **Apelada: Elizabeth Dinye da Silva Ferreira.** Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.** Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Embargos de Declaração nº 0011137-06.2014.8.04.0000, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) e Luis Philipe de Lana Foureaux (OAB: 104147/MG). **Embargada: Elizabeth Dinye da Silva Ferreira.** Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.** Membro: Exmo. Sr. Des. Paulo Cesar Caminha e Lima. Membro: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Manaus, 1º de março de 2019.
Nelsilene Lima da Silva Gomes- Assistente da Secretária

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Apelação nº 0614226-43.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A (Advogado: Dr. Antonio Braz da Silva). Apelado: Oswaldo Machado Neto. Fica o Apelante intimado da Decisão Monocrática de fls. 110/115, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, dou provimento monocraticamente ao recurso, anulando a decisão contestada, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 31 de janeiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Apelação nº 0640769-83.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Bradesco S.a. (Advogado: Dr. Edson Rosas Junior (1910/AM)). Apelado: Vivecananda Porto Neto. Fica o Apelante intimado da Decisão Monocrática de fls. 87/91, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, dou provimento monocraticamente ao recurso, anulando a decisão contestada, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 31 de janeiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4004375-61.2018.8.04.0000, em que é Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE). Agravado: Simone Dutra dos Santos (Advogado: Dr. Alexandre Paes Barreto Saraiva (8838/AM)). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 295, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Considerando que o processo principal já foi julgado em primeiro grau, constato a perda do objeto do presente recurso, razão pela qual determino a remessa do feito ao juízo de origem para arquivamento. Manaus/AM, 31 de janeiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo Interno nº 0004300-27.2017.8.04.0000, em que é Agravante: Ministério Público Do Estado Do Amazonas - Primeiro Grau (Promotora: Dra. Neyde Regina Demosthenes Trindade). 1ºAgravado: Vicente Augusto Cruz de Oliveira (Advogado: Dr. Antonio Raimundo Barros de Carvalho - OAB/AM 2.267 e outros). 2ª Agravada: Ivonilda Nogueira Medeiros (Advogados: Drs. Antonio Raimundo Barros de Carvalho - OAB/AM 2.267 e outros). 3ª Agravada: Helena Fiuza do Amaral Souto (Advogado: Dr. Rubenito Cardoso da Silva Júnior - OAB/AM 4.947). 4º Agravado: Benedito de Souza Gomes (Advogado: Dr. César Augusto Baptista de Carvalho - OAB/AC 086 e outros). 5º Agravado: Francisco Gomes da Silva (Advogados: Edmilson Almeida de Oliveira OAB 3185/AM e Kaio Felipe Oliveira Fernandes OAB 9102/AM). 6º Agravado: Wilson Batista Campos (Advogados: Dr. Aristófanes Bezerra de Castro Filho - OAB/AM 705, Dr. Orlando Ribeiro do Nascimento - OAB/RO 177 e outros). 7º Agravado: Alberto Nunes Lopes (Advogado: Dr. Gustavo Amorim Corrêa - OAB/AM 5.071 e outros). Ficam os Agravados intimado da Decisão Monocrática de fls. 18, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Homologo, novamente, o pedido de desistência recursal, como já fizera anteriormente. Manaus/AM, 31 de janeiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo Regimental nº 0008981-40.2017.8.04.0000, em que é Agravante: Keila Christina Bernardes (Advogado: Dr. Rosquild Azedo Omena (605A/AM). Agravados: Rossi Residencial S/A (Capital Rossi Empreendimentos S/a), Santa Sílvia Empreendimentos Imobiliários Ltda, SPE Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 34, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "O agravo de Instrumento do qual se originou o presente agravo interno foi definitivamente julgado, perdendo o objeto o presente incidente, razão pela qual determino seu arquivamento. Manaus/AM, 31 de janeiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000385-28.2019.8.04.0000, em que é Agravante: José Oswaldo Pinto da Costa (Advogado: Dr. Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP) . Agravado: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 291/294, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, nego seguimento monocraticamente ao recurso, por absolutamente improcedente, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 1º de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4003256-02.2017.8.04.0000, em que é Agravante: Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil (Advogados: Drs. José Lidio Alves dos Santos (156187/SP) e Roberta Beatriz do Nascimento (192694/SP) . Agravada: Mickela da Silva Souza (Advogado: Dr. Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM)). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fl. 107, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Considerando que o processo principal já foi julgado em primeiro grau, constato a perda do objeto do presente recurso, razão pela qual determino a remessa do feito ao juízo de origem para arquivamento. Manaus/AM, 6 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000419-37.2018.8.04.0000, em que é Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Agravado: Rizo da Silva Ribeiro (Advogada: Dra. Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (3456/AM)). Fica o Agravado intimado da Decisão Monocrática de fls. 79, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Considerando que o processo principal já foi julgado em primeiro grau, constato a perda do objeto do presente recurso, razão pela qual determino a remessa do feito ao juízo de origem para arquivamento. Manaus/AM, 6 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000436-39.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Ford Motor Company Brasil Ltda (Advogado: Dr. Celso de Faria Monteiro (1080A/AM) . Agravado: Denilson Diniz Pereira (Advogado: Dr. Luziane de Ávila Calazans (586A/AM)). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 393/397, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, por absolutamente inadmissível, nego seguimento ao presente recurso, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 8 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000368-89.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado: Décio Freire (56543/MG)(697A/AM) e outros). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Fica o Agravante intimado do Despacho de fls. 75, exarado nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Intime-se o agravante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte aos autos a íntegra do agravo de instrumento anteriormente interposto à que faz referência em sua petição recursal atual, a fim de que se possa disponibilizar a este Relator melhor compreensão da demanda. Manaus/AM, 4 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000437-24.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Paula Chã Cela (Advogados: Drs. Nilson Coronin (1925/AM) e Raquel Pinto Valente (6771/AM) . Agravado: Jayme Pereira Júnior e Rommel Makarem Nadaf. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 108/111, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, nego seguimento monocraticamente ao recurso, por absolutamente improcedente, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 8 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000546-54.2019.8.04.0900, em que é Agravante: Anhanguera Educacional Participações S/A (Advogados: Drs. Alfredo Domingues Barbosa Migliore (182107/SP), Aluísio Berezowski (206324/SP), Andre Yukio Iochida Lacerda (356300/SP) e Lucas Casado Alcaniz (407794/SP). Agravados: Centro de Estudos Juridicos do Amazonas Ltda - Faculdade Fametro e Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 147/151, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, por absolutamente inadmissível, nego seguimento ao presente recurso, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 12 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Apelação nº 0636659-41.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Diego Reis da Silva (Advogados: Drs. Cirlane Figueredo Albertino (8085/AM) e Sarah Porto Lima Anijar (4098/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Procuradora: Dra. Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM)). Fica o Apelante intimado da Decisão Monocrática de fls. 148/156, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, nego seguimento monocraticamente ao recurso, mantendo a decisão contestada, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 14 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4001104-20.2013.8.04.0000, em que é Agravante: Financeira Alfa S/A (Advogado: Dr. Roberto Macedo Vironda (89243/SP) . Agravado: Mario Flavio de Albuquerque Brayer (Advogado: Dr. Ronny Peterson Baima Picanço (6175/AM)). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 147, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Considerando que o processo principal já foi julgado em primeiro grau, constato a perda do objeto do presente recurso, razão pela qual determino a remessa do feito ao juízo de origem para arquivamento. Manaus/AM, 14 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000457-15.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda (Advogado: Dr. Mauro Eduardo Lima de Castro (146791/SP) e outros). Agravada: Maxima Assistencia Ltda - Epp (Advogado Dr. Alvaro Antonio da Costa Junior (118094/MG), Milton Ramos de Abreu Lima (13278/ES) e Wandre Pinheiro de Andrade (17133/MT)). Fica a Agravada intimada, nas pessoas de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 872/874, cujo teor final é o seguinte: "...Assim, por não constatar a presença dos requisitos autorizadores para a concessão da medida planicial, defiro o pedido liminar pretendido, suspendendo os efeitos da decisão vergastada, devendo ser comunicado o magistrado primevo acerca da presente. Intime-se o agravado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contraminuta, sendo-lhe facultada a juntada de documentos que entender necessários.... Manaus/AM, 14 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Apelação nº 0210805-13.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Bradesco S.a. (Advogados: Drs. Amandio Ferreira Tereso Júnior (A739/AM) e Maria Lucília Gomes (1579A/AM). Apelado: Can Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda.. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 430/433, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, por absolutamente improcedente, nego seguimento ao presente recurso, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 14 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4003625-93.2017.8.04.0000, em que é Agravante: Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas S/A - Sodecam (Advogados: Drs. Ivone Eiko Kurahara (136019/SP) e Roberto Trigueiro Fontes (692A/AM) . Agravado: Vittoria Mota Farias (Advogados: Drs. Luan Vieira da Cunha (11201/AM) e Mauricio Vieira de Castro Filho (11035/AM)). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 156, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Considerando que o processo principal já foi julgado em primeiro grau, constato a perda do objeto do presente recurso, razão pela qual determino a remessa do feito ao juízo de origem para arquivamento. Manaus/AM, 15 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Embargos de Declaração nº 0000882-13.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Banco Bradesco S.a. (Advogado: Dr. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)(877A/AM). Embargado: Fermazon Comércio de Ferro Ltda e outros. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fl. 5, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Homologo o acordo firmado entre as partes, oportunidade em que determino o envio dos autos ao juízo de origem para que fique o feito suspenso até o integral cumprimento do avençado. Manaus/AM, 18 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000399-28.2019.8.04.0900**, em que é **Agravante: Banif Finance (Usa) Corp** (Advogados: Dr. Helder Moroni Câmara (173150/SP) e Dr. Ulisses Penachio (174064/SP**). Agravados: Helios da Amazonia Ind. de Mat. de Escritorio LTDA, Sérgio Sacchhi, Hélio Eugênio Sacchi e Neringa Sacchi** (Advogados: Dra. Andrea Ditolvo Vela (194721/SP), Dra. Beatrriz Merheje Trevisan (151035/SP), Dra. Danielle Campos Lima Serafino (197350/SP), Dr. Paulo Merheje Trevisan (170382/SP) e Dra. Priscila Lima Monteiro (5901/AM). **Ficam os Agravados intimados, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 05 de fevereiro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 01 de março de 2019(as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação nº 0633256-64.2018.8.04.0001**, em que é **Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A** (Advogada: Dra. Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM). **Apelado: Cleomenes Brigido de Oliveira Filho. Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fl. 73**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, homologo a desistência, subscrita por advogada com poderes especiais para desistir e, consequentemente, não conheço do recurso. A Secretária para providências cabíveis. Manaus, 26 de fevereiro de 2019". Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 01 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4006091-26.2018.8.04.0000**, em que é **Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogado: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (A671/AM). **Agravado: Joaquim Mendes Souza Filho** (Advogada Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM**). Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões** ao presente recurso, **bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 188/189,** cujo teor final é o seguinte: "Desta maneira, inexistindo a probabilidade de provimento do recurso, ao menos em juízo

liminar, o pedido de concessão de efeito suspensivo deve ser indeferido. Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Intime-se a agravada para responder no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. A Secretaria para providências. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 01 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4006090-41.2018.8.04.0000**, em que é **Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogado: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (A671/AM). **Agravada: Maria Izabel de Brito Lopes** (Advogada Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM**). Fica a Agravada intimada, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar Contrarrazões** ao presente recurso, **bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 184/185,** cujo teor final é o seguinte: "Desta maneira, inexistindo a probabilidade de provimento do recurso, ao menos em juízo liminar, o pedido de concessão de efeito suspensivo deve ser indeferido. Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Intime-se a agravada para responder no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. A Secretaria para providências". Manaus, 26 de fevereiro de 2019 Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 01 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Délcio Luís Santos - Relator** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003532-96.2018.8.04.0000**, em que são **Agravantes: Elizabeth Porcelanato Unidade 01 Ltda, Elizabeth Porcelanato Unidade 02 Ltda e Elizabeth Porcelanato Unidade 03 Ltda**, Advogados: Dr. Fabiano Miranda Gomes (13.003/PB), Dr. Jovino Machado da Nóbrega Neto (10.727/PB), Dr. José Eduardo Nogueira Júnior (14.352/PB) e Dr. Anísio Marques Valente Netto (13.255/AM). **Agravada: Nordestão Comércio, Representação e Serviços Ltda. - ME**, Advogados: Dr. Marcelo Abdon Souto Kizem (2.138/AM) e Dra. Maria do Rosário Neves Filardi (5.504/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão de fls. 676/680**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, inexistindo previsão legal para o seu cabimento, não conheço do presente agravo de instrumento, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal sem irresignação, encaminhem-se os autos à vara de origem. Manaus/AM, 28 de fevereiro de 2019. Des. Délcio Luís Santos - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

MBV

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Délcio Luís Santos - Relator** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003782-32.2018.8.04.0000**, em que é **Agravante: Banco do Brasil S/A**, Advogado: Dr. Rafael Sganzerla Durand (211.648/SP e 737-A/AM). **Agravado: João Batista Rodrigues**, Advogado: Dr. Wladimir da Cunha Aleli (7.084/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 95/97**, cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, pelas razões delineadas, indefiro o pedido de efeito suspensivo, por estarem ausentes os requisitos do art. 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Intime-se a parte agravada para ofertar contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Publique-se. Cumpra-se. À Secretaria para os fins devidos. Manaus/AM, 28 de fevereiro de 2019. Des. Délcio Luís Santos - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

MBV

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusões de Acórdãos

*(REPUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO)

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0607502-96.2013.8.04.0001 - Apelação, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.
Apelante: Bnp Paribas S.A.
Advogado: Evaristo Aragão Santos (OAB: 24498/PR).
Advogada: Maria Lucia Lins Conceição (OAB: 15348/PR).
Advogada: Teresa Celina Arruda Alvim Wambier (OAB: 22129/PR).
Advogado: Priscila Kei Sato (OAB: 159830/SP).
Apelante: Andritz Ag
Advogado: André Camerlingo Alves (OAB: 104857/SP)
Advogado: André Mendes Espírito Santo (OAB: 220485/SP)
Advogado: Ulisses Simões da Silva (OAB: 273921/SP)
Advogado: Felipe de Oliveira Ramos (OAB: 398762/SP)
Apelado: Procoating Industrial de Laminados da Amazonia Ltda
Advogado: João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am)
Advogado: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB: 734A/AM)
Advogado: Jean Rodrigo Cioffi (OAB: 232801/SP)
Advogado: José Higino de Sousa Netto (OAB: 1734/AM)
Apelado: Andritz Ag
Advogado: André Camerlingo Alves (OAB: 104857/SP)
Advogado: André Mendes Espírito Santo (OAB: 220485/SP)
Advogado: Ulisses Simões da Silva (OAB: 273921/SP)
Advogado: Felipe de Oliveira Ramos (OAB: 398762/SP)
Apelado: Bnp Paribas S.A.
Advogado: Evaristo Aragão Santos (OAB: 24498/PR).
Advogada: Maria Lucia Lins Conceição (OAB: 15348/PR).
Advogada: Teresa Celina Arruda Alvim Wambier (OAB: 22129/PR).
Advogado: Priscila Kei Sato (OAB: 159830/SP).
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge (CONTRÁRIO)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury (A FAVOR)
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões (CONTRÁRIO), Des. Airton Luís Corrêa Gentil (A FAVOR) e Des. Fávio Humberto Pascarelli Lopes (A FAVOR).

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - DISCUSSÃO SOBRE O CONTRATO PRINCIPAL DE COMPRA E VENDA DE EQUIPAMENTO INDUSTRIAL E O CONTRATO ACESSÓRIO DE FINANCIAMENTO FIRMADOS NO EXTERIOR – APELO DO BANCO BNP PARIBAS – CONTRATO DE CRÉDITO – CARACTERÍSTICAS DE CONTRATO DE ADESÃO – CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM – CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA CHEIA – REQUISITOS DE VALIDADE – ART. 4º, § 2º, DA LEI 9.307/96 – INOBSERVÂNCIA DO PRESSUPOSTO FORMAL DE VALIDADE – INEFICÁCIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA – COMPETÊNCIA DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA – INTELIGÊNCIA DO ART. 21, II, DO CPC –

MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA KOMPETENZ-KOMPETENZ (COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA) – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES DO STJ – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – CERCEAMENTO DE DEFESA – NÃO OCORRÊNCIA – PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO – CONTRATOS COLIGADOS E INTERDEPENDENTES – UNIDADE DE INTERESSES ECONÔMICOS – INADIMPLEMENTO CONTRATUAL – RESOLUÇÃO DO CONTRATO PRINCIPAL QUE INFLUI DIRETAMENTE NO DESFAZIMENTO DO CONTRATO ACESSÓRIO – DISCIPLINA DO ART. 184, DO CÓDIGO CIVIL – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – CERTIFICADO DE ACEITE – NÃO EQUIVALÊNCIA À QUITAÇÃO – CERTIFICADO DE CONCLUSÃO MECÂNICA NÃO ASSINADO – CORRESPONDENTE AO TERMO DE CONCLUSÃO E ENTREGA DO BEM – PROVA PERICIAL PRODUZIDA NOS AUTOS DE AÇÃO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS N.º 0608055-46.2013.8.04.0001 – LAUDO DO PERITO – CONCLUSÃO PELO DESEMPENHO DA MÁQUINA INFERIOR AO FIRMADO NO PLANO DE NEGÓCIOS CONTRATUALMENTE ESTABELECIDO – CLÁUSULA DE LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE – NULIDADE – IMPOSIÇÃO DE VANTAGEM EXCESSIVA EM DESFAVOR DO ADERENTE DO PACTO – RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO A TÍTULO DE SINAL AO BANCO – POSSIBILIDADE – ART. 418 DO CÓDIGO CIVIL – SENTENÇA MANTIDA – APELAÇÃO DA ANDRITZ AG – ARGUIÇÃO DE QUESTÕES JÁ ENFRENTADAS NO APELO DO BANCO – DESNECESSIDADE DE CONFRONTAR NOVAMENTE TAIS MATÉRIAS – ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES NÃO DEFRONTADAS – DECADÊNCIA – INOCORRÊNCIA – PREMISSA EQUIVOCADA DO JUÍZO A QUO – BEM IMÓVEL POR ACESSÃO INTELECTUAL OU ARTIFICIAL – ATIVIDADE INDUSTRIAL – PRAZO DECADENCIAL ANUAL A CONTAR DA CIÊNCIA DO VÍCIO – ART. 445 DO CÓDIGO CIVIL - NOVA CONCLUSÃO QUE NÃO ALTERA O RESULTADO PRÁTICO DO JULGAMENTO – SUCESSÃO CONTRATUAL – OCORRÊNCIA – DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DO COMÉRCIO DE CHAMBERY NA FRANÇA – PROPOSTA DA ANDRITZ ACOLHIDA PARA CESSÃO DOS ELEMENTOS ATIVOS DA FALIDA EMPRESA DMT SAS – CONTRATO REFERENTE AO EQUIPAMENTO “PB 920” – ORDEM PARA RECUPERAÇÃO CONTRATUAL – PERMISSÃO APENAS PARA RENEGOCIAÇÃO DAS CLÁUSULAS PENAIS – IMPOSIÇÃO DE NOVA AVENÇA PELA ANDRITZ – OFENSA À BOA-FÉ CONTRATUAL – PERFORMANCE DO EQUIPAMENTO INDUSTRIAL INFERIOR AO PACTUADO EM CONTRATO – EVIDENTE INADIMPLEMENTO – POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO DO CONTRATO – ART. 475 DO CÓDIGO CIVIL – HONORÁRIOS MANTIDOS – DENUNCIAÇÃO À LIDE INDEFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM – AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM DESFAVOR DO DENUNCIANTE – PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE – HONORÁRIOS DEVIDOS – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- Os contratos de adesão são caracterizados pela desigualdade entre as partes contratantes, no qual o policitante impõe ao oblato as condições e cláusulas que previamente redigiu.- O Superior Tribunal de Justiça entendeu que “os contratos de adesão, mesmo aqueles que não apresentam relação de consumo, devem observar o que prescreve o art. 4º, § 2º, da Lei 9.307/96, que dispõe que, nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.” (AgInt no AgInt no AREsp n.º 1029480)- É nítida a invalidade das cláusulas compromissórias constantes nos contratos de adesão firmados entre as partes, porquanto não foi observado qualquer destaque às cláusulas que instituíram a arbitragem, como se vê às fls. 97, 165/167, 222 e 335 dos autos. Ademais, apesar de constar esta cláusula do corpo de cada contrato, não há negrito e não há sequer rubrica própria, razão suficiente para afastar a competência da justiça arbitral.- A kompetenz-kompetenz (competência-competência) é um dos princípios basilares da arbitragem, todavia, sabe-se que a regra kompetenz-kompetenz não pode ter caráter absoluto, pois a arbitragem excepciona uma das garantias fundamentais do cidadão, que é a inafastabilidade da jurisdição estatal, prevista no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição. Precedentes do STJ.- A jurisprudência da Corte Cidadã é assente no sentido de que o juiz é o destinatário da prova e pode, assim, indeferir, fundamentadamente, aquelas que considerar desnecessárias, a teor do princípio do livre convencimento motivado.- Evidencia-se a interligação entre o contrato de financiamento e o de compra e venda do maquinário, bem como a relação voluntariamente estabelecida entre as rés, instituição financeira e a fornecedora dos insumos, atuando em conjunto face ao recorrido, que obtém o crédito com o estrito escopo de adquirir o equipamento industrial “PB 920”. Em tais casos, nenhum dos contratos existiria autonomamente, sendo certo que o bem apenas pôde ser comprado em razão do financiamento oferecido, tendo a instituição financeira plena ciência da destinação do crédito concedido e a fornecedora do produto/serviço conhecimento da fonte do crédito, configrando o nexo econômico funcional.- Em virtude da relação de acessoriedade, a rescisão do contrato de crédito é decorrência lógica da rescisão do contrato principal de compra e venda, fato que implica a devolução de todos os valores vertidos, bem como o retorno ao status quo ante.- O Certificado de Aceite não possui o escopo de quitação, sendo o certificado de conclusão mecânica previsto na Cláusula 2.1, do Anexo 2, o documento correto para tal finalidade.- A prova pericial foi produzida nos autos da ação cautelar de produção antecipada de provas n.º 0608055-46.2013.8.04.0001, a qual foi homologada por meio de sentença proferida naqueles autos.- O laudo pericial foi categórico ao afirmar que o equipamento industrial “PB 920” não atingiu a performance contratualmente estabelecida, caracterizando a inadimplência da ANDRITZ.- A cláusula de limitação de responsabilidade é nula, uma vez que, além do Tribunal do Comércio de Chambery ter autorizado à ANDRITZ a negociar apenas as cláusulas penais, a empresa descumpriu a decisão impondo cláusula que coloca o aderente em excessiva desvantagem diante do fornecedor de insumos.- Afasta-se a preliminar de decadência, uma vez que o equipamento industrial deve ser considerado bem imóvel por acessão intelectual ou artificial, consoante art.79 do CC, aplicando-se, assim, o prazo decadencial anual.- A ANDRITZ AG é efetivamente sucessora do contrato originalmente firmado com a DMT SAS, pois tal compromisso de manutenção do contrato original foi firmado perante o Tribunal do Comércio de Chambery, por ocasião da audiência sobre a recuperação judicial da DMT SAS.- Honorários advocatícios mantidos.- Em respeito ao princípio da causalidade, fixo as verbas sucumbenciais decorrentes do indeferimento do pleito de denunciação à lide. - Recursos conhecidos para, no mérito, negar provimento ao recurso do banco BNP PARIBAS e, dar parcial provimento ao apelo da ANDRITZ, tão somente no que se refere à condenação em verba honorária decorrente do indeferimento da denunciação à lide.DECISÃO: “Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelações Cíveis nº 0607502-96.2013.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, **por maioria de votos, em conhecer de ambos os recursos para negar provimento ao recurso do BNP PARIBAS e dar parcial provimento ao recurso da ANDRITZ AG, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.** Ausente, justificadamente, Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes, porém, já havia lançado o voto nos autos.”.

Sessão: 11 de fevereiro de 2019.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 1º de março de 2019.

*Republicado em virtude da não disponilibização da totalidade dos votos divergentes. Processo nº. **0607502-96.2013.8.04.0001**. Págs. 13. Ed. 2561. Disp. 21/02/19.

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4000885-94.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Banco Bradesco S.a.**, advogado, Antônio Braz da Silva (1026A/AM) e como **Agravado, Arthur Guimarães Ferreira Neto**, advogado, Jano de Souza Melo (4587/AM) . **Despacho:** "Na forma dos arts. 10 e 933 do CPC/2015, intime-se a parte agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre eventual intempestividade do recurso, considerando que o prazo recursal iniciou em 06/02/2019 com término no dia 26/02/2019 (fls. 302 dos autos originais) e a interposição do agravo se deu em 27/02/2019. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES. Relator,"

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001268-43.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Baiano Comércio de Bijuterias Ltda**, advogados, Drs. Edmilson das Neves Guerra, Edmilson das Neves Guerra (848/AM) , Eduardo José Borges Guerra (5188/AM) e Josias Ferreira Cavalcante (3580/AM) e como **Embargado, Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB**, advogados, Drs. Flavia Lourdes Mendes Coelho (3552/AM), Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (7153/AM) e Marco Aurelio dos Reis Fernandes (7371/AM) . **Despacho: "(...)**

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. Flavia Lourdes Mendes Coelho (3552/AM) , Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (7153/AM) e Marco Aurelio dos Reis Fernandes (7371/AM)** , para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001255-44.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargantes, Capital Rossi Empreendimentos S/A e Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda**, advogados, Drs. Luma Vieira Marquez (10959/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) e como **Embargados, Joseli Faraco de Andrade e Wanderley Souza da Silva**, advogado, Mary Jane Faraco de Andrade (5815/AM) e Paula Regina de Mattos Ferreira (4794/AM) . **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2.º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Desembargador Airton Luís Correa Gentil – Relator."

Ficam intimadas as partes embargadas, por meio de seu advogado, **Dr. Mary Jane Faraco de Andrade (5815/AM) e Paula Regina de Mattos Ferreira (4794/AM)** , para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001231-16.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Raimundo Nixon Santos**, advogado, Caroline Pereira de Souza (6118/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e como **Embargado, Detran-am**, advogados, Drs. José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM) . **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil – Relator."

Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, **Drs. José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM) , Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM) , Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM)** , para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação nº. 0636234-53.2014.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, N. de P. M. F.** , advogado, Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM) e Daniel Santos de Andrade (6733/AM) e como **Apelado, F. S. S. F.** , advogado, Lorena Soares Sirotheau Falcão, Vitor de Souza Vieira (6843/AM) e Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM) . **DECISÃO: "(...)Homologo** o acordo celebrado entre as partes para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Remetam-se os autos ao juízo da 7ª. Vara de Família da Comarca de Manaus (processo n.° 0636234-53.2014.8.04.0001) para que tome conhecimento acerca do teor do presente acordo. Oficie-se. Nada mais havendo, foi determinado pelo Desembargador Relator o encerramento da audiência, mandando lavrar o presente termo que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Eu, Joyce da Costa Noronha, digitei e assinei**."**

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4005240-84.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Olisnei Nascimento Conceiçao**, advogado, Andre Luis Negreiros Chuvas (10864/AM) e como **Agravado, Janaína Horn Conceição**, advogado, Eduardo Pinheiro Santana (7049/AM). **DECISÃO: "(...)** Nestes termos, a solução para o equívoco no peticionamento que dá ensejo a

multiplicidade de recursos iguais é o cancelamento do recurso repetido, e não a homologação da desistência, a qual pressupõe a regularidade da autuação. Posto isso, cancele-se a autuação do presente recurso, dando-se baixa nos autos. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes. Relator**."**

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 28 de fevereiro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4000758-75.2019.8.04.0900**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM) e como **Agravado, Gilberto Rodrigues**, advogado, Humberto Lessa de Farias Filho (10655/AM) e Leiry Maria Padilha de Araújo (9157/AM) . **DECISÃO: "(...)**Fincado nessas razões, concedo o efeito suspensivo pelo recorrente para suspender parcialmente os efeitos da decisão agravada (fls. 49/52 dos autos originais), tão somente no que tange ao bloqueio de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) das contas públicas do ente estatal. Na oportunidade, por ser matéria cognoscível a qualquer tempo, determino a redução das *astreintes* para o valor de R$1.000,00 (um mil reais) por dia, limitados a 15 dias/multa. Ato contínuo, determino a intimação do Agravado para apresentar contraminuta, no prazo legal (CPC, art. 1.019, I). À secretaria para as providências necessárias. Manaus/AM, 28 de fevereiro de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES. Relator**."**

Fica a parte agravada intimada, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão, na pessoa de seu advogado, Humberto Lessa de Farias Filho (10655/AM) e Leiry Maria Padilha de Araújo (9157/AM). Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4005748-30.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Caixa Econômica Federal**, advogado, Alirio Vieira Marques (3772/AM) e Kátia Regina Souza Nascimento (4189/AM) e como **Agravado, O Estado do Amazonas e Petrobras Distribuidora S/A**, advogado, Angela Beatriz G. F. de Oliveira Bastos (2540/AM) , Anna Karina L. Brasil Salama (2528/AM) , Jose Guilherme Fontes de Azevedo Ccsta (126729/RJ) , Raquel Bentes de Souza do Nascimento (4819/AM) e Vinicius Pedroso de Albuquerque Lima (66642/RS) . **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, declino a competência em favor da Justiça Federal, determinando a remessa dos presentes autos ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Intimem-se as partes, e transcorrido o prazo legal sem interposição de qualquer recurso, cumpra-se a determinação de remessa dos autos com a consequente baixa no sistema. À secretaria para as providências subsequentes. Manaus, 1º de março de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge. Relatora**."**

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4000600-20.2019.8.04.0900**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Geraldo Cunha Farias**, advogados, Drs. Geilson Teixeira dos Santos (10312/AM) e Sinatra de Jesus dos Santos Peleja (4054/AM) e como **Agravado, Eduardo César Cardoso de Figueiredo**, advogado,Dr. Everson de Lima Conceição (7002/AM) .

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Everson de Lima Conceição (7002/AM)** , para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4000605-26.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Rebelo & Cia Ltda.**, advogado, Dr. Sydney Sousa Silva (21573/PA) e como **Agravado, Petróleo Sabbá S/A**, advogados, Drs.Geraldo Fonseca de Barros Neto (206438/SP) e João Victor Carvalho de Barros (368430/SP) .

Fica intimada a parte agravada, por meio de seus advogados, **Drs. Geraldo Fonseca de Barros Neto (206438/SP) e João Victor Carvalho de Barros (368430/SP)** , para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4005643-53.2018.8.04.0000, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Raimundo Guaracy Guedes Motta. Advogados: Marina das Graças Paula Araújo (OAB: 3906/AM) e Noel Cavalcante dos Santos (OAB: 13042/AM).**Agravada: Maria Francisca Mendes do Nascimento.** Advogado: José Maria Pires do Nascimento (OAB: 8937/AM). Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.**

Apelação nº 0613271-17.2015.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Tumpex Empresa Amazonense de Coleta de Lixo ltda. Advogado: Vasco Pereira do Amaral (OAB: 99A/AM).**Apelado: Wesllen Branco dos Santos.** Representa: Gislane Marinho Branco.Advogados: Ana Paula Ivo Fernandes (OAB: 4288/AM) e Andrea Elda Reis Mendonça (OAB: 582A/AM).Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões. **Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.**

Embargos de Declaração nº 0008109-88.2018.8.04.0000, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Embargantes: Marcos de Oliveira Nery e Marcia Alves de Souza. Advogado:

Marco Antonio de Carvalho Brasil (OAB: 9165/AM).**Embargado: Tecnisa - Parque 10 Empreendimento Imobiliario Spe – S.A.** Advogados: Hileano Pereira Praia (OAB: 3834/AM),Cláudio Elias dos Santos (OAB: 4036/AM), Terezinha Teles Fernandes (OAB: 6622/AM) e Andreza Priscila Lima de Lima (OAB: 9192/AM). Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Agravo de Instrumento nº 4004936-22.2017.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado.Agravante: O Estado do Amazonas. Procurador: Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM).**Agravado: Fagner Felix Saraiva.**Advogado: Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB: 7271/AM). Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil. **Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.**

Agravo Interno nº 0006386-34.2018.8.04.0000, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda. Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM).**Agravado: Antonio Candido da Silva.**Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Apelação nº 0000284-72.2013.8.04.3200, de Fórum de Borba.Apelante: Oi - Tnl Pcs S/A. Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ). **Apelado: Antonia Lemos Gomes.** Advogado: José Nazareno da Silva (OAB: 3052/AM).**Apelado: Oi - TNL PCS S/A.**Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ).**Apelante:Antonia Lemos Gomes.**Advogado: José Nazareno da Silva (OAB: 3052/AM).Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Apelação nº 0637416-06.2016.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Apelante: General Motors do Brasil LTDA. Advogados: Maximilian Fierro Paschoal (OAB: 131209/SP),Lucas Pinto Simão (OAB: 275502/SP) e Camilla Fernandes Cardoso Marcellino (OAB: 389109/SP). **Apelado: J. G. Rodrigues Ltda - Garcia Veículos.**Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM),Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) e Solon Angelim de Alencar Ferreira (3338/AM). Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Agravo de Instrumento nº 4003810-05.2015.8.04.0000, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Telemar Norte Leste S.A. Advogados: Ana Tereza Palhares Basilio (OAB: 74802/RJ),Márcio Henrique Notini (OAB: 120196/RJ),Alexandre Miranda Lima (OAB: 131436/RJ),Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM),Daniella Rodrigues de Araújo (OAB: 8199/AM),Daniel Dias Carneiro Guerra (OAB:159540/RJ) e Bruno Di Marino (OAB: 93384/RJ).**Agravado: Hoje Sistemas de Informática Ltda.** Advogados:Samuel Albuquerque (OAB: 33950/DF),Celso Cardoso (OAB: 19749/DF), Djaci Falcão Neto (OAB:23523/DF) e Fabíola Vasques Pereja (OAB: 4167/AM). Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.**Procuradora de Justiça: Suzete Maria dos Santos.**

Apelação nº 0607247-02.2017.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Requerente: Claudio Natividade de Araujo. Advogados: Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB: 2978/AM) e Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB: 6395/AM).**Requerido: Governador do Estado do Amazonas.**Procurador: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM).Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes. **Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.**

Apelação nº 0615336-82.2015.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM).**Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev.** Advogada: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM). **Apelado: Edmilson Alves da Silva.**Advogados: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM). Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Des. Aristóteles Lima Thury. **Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.**

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de março de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis,** Relatora dos autos de **Apelação nº 0648678-79.2018.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Diego Ferreira da Costa, Advogados Dr. Keulison da Silva Ramos (OAB/AM 8581) e Dr. Mário Porto de Aguiar (OAB/AM 2296)** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante Diego Ferreira da Costa** na pessoa de seu advogados Dr. Keulison da Silva Ramos (OAB /AM 8581) e Dr. Mário Porto de Aguiar (OAB/AM 2296) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 1º de março de 2019. **Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos,** Relator dos autos de **Apelação nº 0632800-51.2017.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que são **Apelantes Dilson Santana de Freitas e Iraci Silva de Freitas, Advogado Dr. James Rodrigues Moreira OAB/AM n° 8.227** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** os **Apelantes Dilson Santana de Freitas e Iraci Silva de Freitas** na pessoa de seu advogado James Rodrigues Moreira OAB/AM 8.227 para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 1º de março de 2019. **(a) Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos - Relator.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis,** Relatora dos autos de **Apelação nº 0206417-09.2014.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante E. da S. e S. M. M. da S., Advogados Drs. Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM) e Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** os **Apelantes E. da S. , S. M. M. da S.** na pessoa de seus advogados Drs. Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM) e Luanna Barros de Albuquerque Gomes (13172/AM) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 1º de março de 2019. **(a) Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis,** Relatora dos autos de **Habeas Corpus n.º 4000906-70.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Processo Originário n.º . 0001271-37.2018.8.04.5301 - Manaus/AM**, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **Saulo de Castro Canté Pimentel OAB 11355/AM**, **Paciente Nauedely Rodrigues Uchoa e Impetrado Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Lábrea/AM** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente Nauedely Rodrigues Uchoa** na pessoa de seu advogado Dr. **Saulo de Castro Canté Pimentel (11355/AM)** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: " Ante o exposto, indefere-se a liminar ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 1º de março de 2019. **(a) Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos,** Relator dos autos de **Habeas Corpus n.º 4000831-31.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Processo Originário n.º 0000472-91.2018.8.04.5301 - Manaus/AM**, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **Jairo Fernandes da Silva OAB/AM 674A**, **Paciente Atagan Cordovil de Souza, Jairo Fernandes da Silva e Impetrado Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Lábrea/AM** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente Atagan Cordovil de Souza,** na pessoa de seu advogado Dr. **Jairo Fernandes da Silva OAB/AM n° 674A** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: "**Ante o exposto, CONHEÇO, PARCIALMENTE, DA ORDEM, E, NESSA EXTENSÃO, INDEFIRO o pedido de liminar.**Sendo eletrônicos os autos do processo originário e estando o presente Feito devidamente instruído, **DEIXO DE REQUISITAR** as Informações da Autoridade indicada como Coatora, nos termos do art. 662 do Código de Processo Penal, por entendê-las como prescindíveis.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 1º de março de 2019. **(a) Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos - Relator.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Habeas Corpus n.º 4000768-06.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Processo Originário n.º 0245522-51.2018.8.04.001 - Manaus/AM**, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **Delian Pereira dos Santos OAB 11743/AM**, **Paciente Valdirene de Abreu, e Impetrado Juízo de Direito da 2ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (2ª Vecute)** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** a **Paciente Valdirene de Abreu,** na pessoa de seu advogado Dr. **Delian Pereira dos Santos (11743/AM)** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: "Por intermédio da petição de fl. 59, foi requerida a desistência do presente Habeas Corpus, sob alegação de ausência superveniente do interesse de agir. Assim, tendo em vista que consta nos autos procuração com poderes específicos para tanto (fl. 60), HOMOLOGO o pedido de desistência requerida, para que surta seus devidos e legais efeitos. Em consequência, julgo extinto o processo sem resolução de mérito.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. **(a) Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Habeas Corpus n.º 4000770-73.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Processo Originário n.º 0245522-51.2018.8.04.0001 - Manaus/AM**, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **Delian Pereira dos Santos OAB 11743/AM**, **Paciente Valdirene de Abreu e Impetrado Juízo de Direito da 2ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (2ª Vecute)** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente Valdirene de Abreu** na pessoa de seu advogado Dr. **Delian Pereira dos Santos (11743/AM)** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: "Por intermédio da petição de fl. 62, foi requerida a desistência do presente Habeas Corpus, sob alegação de ausência superveniente do interesse de agir. Assim, tendo em vista que consta nos autos procuração com poderes específicos para tanto (fl. 63), HOMOLOGO o pedido de desistência requerida, para que surta seus devidos e legais efeitos. Em consequência, julgo extinto o processo sem resolução de mérito.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. **(a) Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

Pauta de Julgamento Designado

PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO – PROCESSOS VIRTUAIS: De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques - Presidente da colenda Primeira Câmara Criminal, faço público para conhecimento de todos os interessados, que logo após cumpridas as formalidades legais, **serão julgados nas sessões seguintes os processos constantes da pauta.**

Apelação nº 0239942-45.2015.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:10ª Vara Criminal
Apelante: Renan Ramos da Silva e
Vivaldo da Silveira Lira Filho
Defensor Público Dr. Daniel Britto Freire Araujo
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Revisor: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Membro: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Genesino Braga Neto.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.**

Recurso Em Sentido Estrito nº 0231545-89.2018.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem: 3º Vara do Tribunal do Júri
Recorrente: Celson Alves dos Santos
Advogada: Dra. Cristiane Gama Guimarães OAB/AM n° 4.507 .
Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Membros: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta Vasconcellos Dias
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Mauro Moraes Antony.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário. M33901.**

Apelação nº 0608827-67.2017.8.04.0001 - Manaus/Am.
Origem:7ª Vara Criminal
Apelante: Elias Lima Gomes Filho
Defensor Público Dr. Eduardo Augusto da Silva Dias
Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Revisor: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Membros: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr . Carlos Lélio Lauria Ferreira
Juiza Prolatora da Sentença: Exma. Sra. Dra. Careen Aguiar Fernandes.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.**

Recurso Em Sentido Estrito nº 0206698-28.2015.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem: 3º Vara do Tribunal do Juri
Recorrente: Saul Azevedo do Nascimento
Advogada: Dra. Gabriela de Brito Coimbra OAB/AM n.º 8.89
Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Membros: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta de Vasconcellos dias.
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Mauro Moraes Antony.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário.** M33901**.**

Apelação nº 0201898-20.2016.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem: 9ª Vara Criminal
Apelante: Daiane Ferreira de Souza
Advogado: Dr. Deldson Souza de Oliveira OAB/AM n° 8.848.
Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Revisora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membro: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino
Juiza Prolatora da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Henrique Veiga Lima.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019.
Mastewener Abreu Nery, Secretário. M33901.

Apelação nº 0615108-05.2018.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:10ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas
Apelados: Wesley Lima Ferreira e
Marcos Paulo Rodrigues Campos
Defensor Público:Dr. Daniel Britto Freire Araújo
Presidente/Revisor: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Genesino Braga Neto.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019.
Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.

Apelação nº 0045635-86.2000.8.04.0011 - Manaus/AM.
Origem:1ª Vara do Tribunal do Juri
Apelante I: Jander Miranda Nascimento
Advogado:Dr. Manoel Dias Barbosa OAB/AM n° 6.736
Apelante II:Ricardo Marques da Silva
Defensor Público Dr. Antonio Ederval de Lima.
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Presidente/Revisor: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta de Vasconcelos Dias
Juiz Prolator(a) da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Roger Luiz Paz de Almeida.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**, Secretário M33901.

Apelação nº 0641237-81.2017.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:11ª Vara Criminal
Apelante I: Nathalia Stuart Costa
Defensor Público Dr. Leonardo Figliuolo
Apelante II:Luciano Costa da Silva
Advogada: Dra. Margide Amaro de Souza OAB/AM n° 10.380.
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Presidente/Revisor: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvia Abdala Tuma
Juiza Prolatora da Sentença: Exma. Sra. Dra. Eulinete Melo Silva Tribuzy.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019.
Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.

Apelação nº 0308286-93.2006.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:7ª Vara Criminal
Apelantes: Emanuel dos Santos Frazão Pinheiro e
José Augusto Tenório Chagas
Defensora Pública Dra. Monique Cruz Castellani.
Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas -
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Revisor: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Membros: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino
Juiza Prolatora da Sentença: Exma. Sra. Dra. Careen Aguiar Fernandes.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019.
Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

1. Agravo de Execução Penal nº 0202536-53.2016.8.04.0001, de Vara de Execuções Penais (VEP)
Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Sheyla Dantas Frota de Carvalho
Agravado: Daniel Moreira Viana
Defensor Público: Arthur Sant' Anna Ferreira Macedo
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Djalma Martins da Costa.**

2. Apelação nº 0202163-28.2017.8.04.0020, de 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)
Apelante: E. F. S.
Defensor Público: Danilo Germano Ribeiro Penha
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Davi Santana da Câmara
Procurador: José Roque Nunes Marques
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

3. Apelação nº 0202861-34.2017.8.04.0020, de 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)
Apelante: T. F.
Defensor Público: Maurílio Casas Maia
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Davi Santana da Câmara
Procurador: José Roque Nunes Marques
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 1º de março de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Decisões

Habeas Corpus N.º 4000152-47.2019.8.04.0900 .

Impetrante: Marcos Antonio Ferreira Feitosa
Paciente: J. H. D.
Advogado: Dr. Marcos Antonio Ferreira Feitosa (13305/AM)
Impetrado: Juizo de Direito da Vara da Infancia e do Adolescente Infracional

Decisão:

Fica o Paciente J. H. D., através de seu representante legal, Dr. Marcos Antonio Ferreira Feitosa (13305/AM), intimado da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "*Diante do exposto, julgo prejudicado o presente writ com esteio no artigo 61, inciso VI, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas*". Manaus, 1º de março de 2019.

Secretaria do Conselho da Magistratura
Manaus/AM 1º de março de 2019

Juliana Andrade David
M58815
Secretária

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARCISE J.SANTANA VIEIRA (OAB 113334/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG) - Processo 0630250-25.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Sebastião Resende Cavalcante - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vista à parte requerida para falar sobre os embargos de declaração no prazo de 5 dias. Expeça-se mandado na forma pretendida às fls. 339. I.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
MARCISE J.SANTANA VIEIRA (OAB 113334/MG)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0200651-96.2019.8.04.0001 (processo principal 0624945-55.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria Agricola da Silva Braga - Proceda-se a imediata baixa do presente. Intime-se a peticionante de fls. retro para que protocole suas petições nos autos de cumprimento de sentença sob pena de não conhecimento.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0201151-51.2008.8.04.0001 (001.08.201151-7) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raimundo Nonato Pereira Lima e outro - REQUERIDO: Gelocrim Indústria e Comércio de Gelo Ltda. - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0205933-18.2019.8.04.0001 (processo principal 0622231-59.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Lidiane da Costa Batista - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver

procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ (OAB 3495/AM) - Processo 0205943-62.2019.8.04.0001 (processo principal 0700283-74.2012.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Adriano Neves de Medeiros - Cite-se na forma do art. 135 do CPC.

ADV: ROSIMEIRE DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 6558/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM) - Processo 0248313-71.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Manaus Refrigerantes Ltda - REQUERIDA: Maria Sobreira das Chagas - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0600169-18.2017.8.04.0110 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: GEYZON OLIVEIRA REIS - REQUERIDO: C.E.T.P. - Citem-se as denunciadas às fls. 60 para que apresentem contestação no prazo de 15 dias. Após, voltem-me conclusos para saneamento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600315-66.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: TIAGO CARDOSO VAITEKUNAS ZAPATER (OAB 210110/SP), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0600631-50.2013.8.04.0001 - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EMBARGANTE: Petrobrás Distribuidora S.A. - EMBARGADO: Shell Brasil S.A - Skymaster Air Lines Ltda - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará, se for o caso.

ADV: GERALDO CORRÊA DANTAS DE ARAÚJO (OAB 1370/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0601476-14.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: MARCO ANTÔNIO BONOME - REQUERIDO: Geraldo Corrêa Dantas de Araújo - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ALBERTO ALVES DE MORAES (OAB 17578/PA) - Processo 0603296-97.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603434-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0607680-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Viação Caravelas Ltda - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0607793-57.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LIEGE DE ABREU CARVALHO (OAB 2309/AM) - Processo 0608866-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Juros de Mora - Legais / Contratuais - REQUERENTE: Distribuidora de Bebidas Ferguedes Ltda - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: LIEGE DE ABREU CARVALHO (OAB 2309/AM) - Processo 0608866-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Juros de Mora - Legais / Contratuais - REQUERENTE: Distribuidora de Bebidas Ferguedes Ltda - Em complemento a decisão anterior, concedo o parcelamento das custas. Intime-se a requerente para pagamento no prazo de 15 dias.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0609013-22.2019.8.04.0001 - Petição - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Claudia Figueiredo César e outro - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0609091-16.2019.8.04.0001 - Petição - Liminar - REQUERENTE: C.R.J.E.A. - Trata-se de ação pelo procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Narra o requerente que o banco requerido bloqueou suas contas para movimentação sem justa causa. Junta documentos que comprovam a formação do condomínio e atas das reuniões que elegeram o atual síndico. Sustenta que o bloqueio das contas está causando grave perigo de dano ao condomínio que não consegue realizar seus devidos pagamentos. Pois bem. Extrai-se dos documentos juntados a probabilidade do direito do autor. A documentação juntada é suficiente para se verificar a regularidade do condomínio e legitimidade do síndico e, por conseguinte, liberar o acesso as contas. Ademais, o perigo de dano é evidente, na medida em que a falta de dinheiro para realizar seus contratos coloca em risco diversos aspectos do dia-a-dia do condomínio, inclusive segurança, fornecimento de água e luz, etc. Sendo assim, concedo a tutela requerida e determino que o requerido proceda o imediato desbloqueio das contas do requerente. Intimem-se as partes conforme art. 303 do CPC.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0609513-88.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais

sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0611324-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0611366-74.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DAYCOVAL S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0612428-47.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Meta Comércio de Lubrificantes Ltda. - Eireli - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: LAILA LACERDA DE SÁ (OAB 20664/CE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0617142-89.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Manoel Expedito Bastos Sousa - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outro - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO DELUIGGI (OAB 220938/SP), ADV: GUILHERME GUIDI LEITE (OAB 328861/SP) - Processo 0617448-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Tec Toy S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos negativo, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LAIANE TAMMY ABATI (OAB 172066/SP), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 115411/MG), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: ALI ASSAAD HAMADE DE OLIVEIRA (OAB 253180/SP), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0617933-92.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - REQUERIDO: Marcos Castro da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0618166-16.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Associação do Condomínio do Sumaúma Park Shopping - ACSPS - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: LAILA LACERDA DE SÁ (OAB 20664/CE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0618451-48.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Simone Dantas dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0618873-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: M. J. Barreto Moraes - Expeça-se carta precatória visando a citação conforme requerido.

ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0618957-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de

Trânsito - REQUERENTE: Maria das Graças Pereira Encarnação - REQUERIDO: Vieira Comércio e Transporte Ltda. - Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621090-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RAFAEL CHAVES BEZERRA (OAB 155096/MG) - Processo 0621329-38.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Paulo Roberto Monteiro Martires - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM) - Processo 0625862-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: José Carlos Cury Cuesta - REQUERIDO: Seguradora Bradesco Vida e Previdência S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 14/03/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0626378-60.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CRHISTY ANE MELO BASTOS (OAB 88919/RJ), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0628306-46.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco John Deere S/A - REQUERIDO: Ômega Construções e Terraplanagem Eirelli - EPP - O Colendo Superior Tribunal de Justiça, converteu em súmula o entendimento de que a concessão do benefício da justiça gratuita, à pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos, depende de prova da impossibilidade de solver os encargos: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." (Súmula 481 do STJ). No presente caso, não há prova de que a parte tem o direito invocado no tocante ao benefício. Nesse contexto, INDEFIRO o benefício da justiça gratuita em favor da Requerida/Reconvinte. Intime-se a parte demandada que pleiteou o benefício, para que recolha as custas da reconvenção, no prazo de quinze dias, sob pena de extinção.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0635366-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Itaú Seguro de Autos e Residência S/A - Itaú Seguros de Autos e Residência S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0635727-92.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: ADRIANA DA SILVA MATOS - REQUERIDO: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0636075-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio Jardim Paradiso Alamanda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0640627-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Aluizio Fernandes de Aguiar - REQUERIDO: Josimar da Silva Rodrigues e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Petição de fls. 131, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JULIANA INOUE MARIANO (OAB 261052/SP) - Processo 0640803-92.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Maria Edilene de Almeida - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0641738-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Josué de Freitas Marinho e outro - "Intime-se eletronicamente para ciência do RPV de fls. Retro e cumprimento no prazo legal. Depositados os valores, autoriza-se a expedição de alvará. Proceda-se à baixa. "

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641899-11.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0642201-11.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: D. F. Comércio, Serviço e Representação de Acessórios Automotivos Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas das diligências do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM) - Processo 0646097-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: A. L. do N. Padial - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0649343-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Maria Helena da Costa Romero - ME (Centro Educacional Professora Helena Romero) - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0654002-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0657868-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Márcia Esther Freire Benarros - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/03/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MARIA SÔNIA SILVA REBELLO (OAB 587A/AM), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0701699-77.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Eduardo Freitas de Sousa - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0716951-23.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: E.L. da Rocha Megamoto - ME - REQUERIDO: Platinum Construções Ltda - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído

nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alberto Alves de Moraes (OAB 17578/PA)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Ali Assaad Hamade de Oliveira (OAB 253180/SP)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Crhisty Ane Melo Bastos (OAB 88919/RJ)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Diego Campos (OAB 115411/MG)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Geraldo Corrêa Dantas de Araújo (OAB 1370/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Guilherme Guidi Leite (OAB 328861/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juliana Inoue Mariano (OAB 261052/SP)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Laiane Tammy Abati (OAB 172066/SP)
Laila Lacerda de Sá (OAB 20664/CE)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Liege de Abreu Carvalho (OAB 2309/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marco Deluiggi (OAB 220938/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Sônia Silva Rebello (OAB 587A/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Chaves Bezerra (OAB 155096/MG)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosimeire de Oliveira Barbosa (OAB 6558/AM)
Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB 3495/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Tiago Cardoso Vaitekunas Zapater (OAB 210110/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: LEILA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 5310/AM), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 000.187/AM), ADV: EDSON DA SILVA DOS SANTOS (OAB 1621/AM) - Processo 0005376-11.2002.8.04.0001 (001.02.005376-3) - Cumprimento de sentença - Reivindicação - REQUERENTE: Concretec Tecnologia de Concreto Ltda - REQUERIDO: Joao Mendes da Fonseca Junior - INTSSADO: Banco GMAC S/A - Intime-se o exequente para querendo, se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acerca das petições retro. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE ABREU BIANCHI (OAB 345150/SP), ADV: ANA MARIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 5052/AM), ADV: CÁSSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO (OAB 255615/SP), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: FERNANDO DODORICO PEREIRA (OAB 331806/SP), ADV: FABRÍCIO ROCHA DA SILVA (OAB 206338/SP) - Processo 0211179-97.2016.8.04.0001 (processo principal 0614386-10.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Incorporação Imobiliária - EXEQUENTE: Evaneide Marques Velozo - EXECUTADA: API SPE 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Emprendimentos de Imobiliários Ltda. - De ordem, intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre a petição fls. 690/691 e documentos que a acompanham.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0246777-78.2017.8.04.0001 (processo principal 0629049-61.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Cheque - REQUERENTE: S. M. Sultan Ltda. - REQUERIDO: Griff Multi Veículo Amazonas Ltda. - Assim, determino a suspensão dos autos por 1(um) ano, consoante inteligência do § 1º do art. 921. Na hipótese de o credor apontar bens passíveis de penhora, determino desde já a reativação e prosseguimento do feito.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0601576-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: M.A.S. - Diante das razões expostas, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: WERITON FONTES DE LIMA (OAB 9624/AM), ADV: RUBENS EDMAR VERONEZZI (OAB 4259/AM), ADV: LUÍS

PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602679-11.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Keny Silva do Nascimento - Postas essas considerações fáticas e jurídicas, JULGO IMPROCEDENTE os presentes Embargos Monitórios ajuizado por KENY SILVA DO NASCIMENTO em face de AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, e em decorrência, constituo de pleno direito, nos termos do § 3º do art. 1.102c, o mandado monitório em título executivo judicial, no valor de R$ 5.261,38 (Cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), para janeiro de 2015, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, e correção monetária, desde 01/2015.

ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 38185/CE), ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 33211/CE) - Processo 0603132-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vivaldo Falcao de Araujo - Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, para suspender os descontos referentes a "contribuição Anapps", sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 10 (dez) dias.

ADV: ROBERTO ANDRÉ XAVIER BEZERRA (OAB 3158/AM) - Processo 0605133-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vitor Branco da Cruz - Diante das razões expostas, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada. Cite-se e intime-se. Encaminhem-se os autos ao setor competente para realização da audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo a citação, ora ordenada, ocorrer pelo correio, e em harmonia com a informação obtida, se não requerida de outra forma, atentando-se para o teor dos arts. 247 e 248, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (caput do art. 334). Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para a referida audiência. A citação e intimação deverão conter especificamente a transcrição do § 8º do art. 334 bem como a do § 9º do mesmo artigo.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0605894-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rosivaldo Ferreira Neri - Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, para determinar a suspensão dos descontos mensais na folha de pagamento do autor, a titulo de "BIB CARTÃO DE CRÉDITO", no valor de R$ 833,36 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos) sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 30 dias. Defiro a gratuidade. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Considerando que a parte requerida é refratária à autocomposição em causas pretéritas semelhantes, com fundamento nos princípios da razoável duração do processo, economia processual e da Instrumentalidade das formas, a fim de evitar perda de tempo e gasto inútil de recursos, especialmente quando a frustração da autocomposição é certa, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art.139, VI e Enunciado nº 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo"). Assim, cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Intime(m)-se.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0606995-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronaldo Alves Brasil - Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, para determinar que a Requerida suspenda a cobrança do débito no valor de R$ 7.442,17 (sete mil quatrocentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos), e para que a Requerida se abstenha de sustar o fornecimento de energia e negativar a parte Requerente perante os órgãos de proteção ao crédito fundamentado em tal débito. Defiro a gratuidade. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Considerando que a parte requerida é refratária à autocomposição em causas pretéritas semelhantes, com fundamento nos princípios da razoável duração do processo, economia processual e da Instrumentalidade das formas, a fim de evitar perda de tempo e gasto inútil de recursos, especialmente quando a frustração da autocomposição é certa, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art.139, VI e Enunciado nº 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo"). Assim, cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Intime(m)-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0607720-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Perpetuo Socorro da Silva - Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, para determinar a suspensão dos descontos realizados na conta bancária da autora, a título de "Cesta Fácil Econômica", sob pena de arcar com multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais)por desconto, até o limite de 30 (trinta) dias. Defiro a gratuidade. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Considerando que a parte requerida é refratária à autocomposição em causas pretéritas semelhantes, com fundamento nos princípios da razoável duração do processo, economia processual e da Instrumentalidade das formas, a fim de evitar perda de tempo e gasto inútil de recursos, especialmente quando a frustração da autocomposição é certa, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art.139, VI e Enunciado nº 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo"). Assim, cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM) - Processo 0607839-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Energia Elétrica - REQUERENTE: Eder de F Lima Me - Intime-se a parte autora para que efetue o pagamento das custas e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0607991-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condominio Residencial Authentic Recife - Intime-se a parte autora para que efetue o pagamento das custas e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0608270-12.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - Intime-se a parte autora para que efetue o pagamento das custas e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias.

ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM) - Processo 0608643-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ninive Cardoso Coêlho - Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, para determinar a suspensão dos descontos mensais no contracheque da Autora, a título de "BBS-CARTÃO". Defiro o pedido de justiça gratuita. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Considerando que a parte requerida é refratária à autocomposição em causas pretéritas semelhantes, com fundamento nos princípios da razoável duração do processo, economia processual e da Instrumentalidade das formas, a fim de evitar perda de tempo e gasto inútil de recursos,

especialmente quando a frustração da autocomposição é certa, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art.139, VI e Enunciado nº 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo"). Assim, cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Intime(m)-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0608725-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para que efetue o pagamento das custas e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0609304-22.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias.

ADV: KARINA KAREN DOS SANTOS (OAB 351191SP) - Processo 0615561-05.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Elton Costa Morais - De ordem, intimo a parte autora/exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Prazo de 10 dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0620579-36.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte autora/exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Prazo de 10 dias.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0625581-50.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Conave Comércio e Navegação Ltda. - De ordem, intimo a parte autora para que informe o estado da solicitação do reforço policial para cumprimento da liminar, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM) - Processo 0638711-15.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: ALIANÇA SERVIÇOS DE EDIFICAÇÕES E TRANSPORTE LTDA. - Considerando que o recurso não foi conhecido (fls. 126/127), fica restabelecida a liminar concedida às fls. 122/123. Proceda o autor o recolhimento das despesas de diligências do Sr. Oficial de Justiça. Após, expeça-se mandado de reintegração de posse e citação. Oficie-se ao comando da Policia Militar para o apoio necessário.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0639880-32.2018.8.04.0001 - Petição - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Tereza Lopes Cruz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto exposto, revogo a liminar e dou por extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência da autora, condeno-a ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme art. 85, §8º, c/c 86, parágrafo único, ambos do CPC. Contudo, suspendo a cobrança, face ao deferimento da gratuidade. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0640210-29.2018.8.04.0001 - Petição - Nulidade e Anulação de Testamento - REQUERENTE: Orleilson Moraiz de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto exposto, revogo a liminar e dou por extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência da autora, condeno-a ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme art. 85, §8º, c/c 86, parágrafo único, ambos do CPC. Contudo, suspendo a cobrança, face ao deferimento da gratuidade. Intime-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 33211/CE)
Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB 5052/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Cássio Augusto Torres de Camargo (OAB 255615/SP)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Edson da Silva dos Santos (OAB 1621/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Fabrício Rocha da Silva (OAB 206338/SP)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Dodorico Pereira (OAB 331806/SP)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 38185/CE)
Karina Karen dos Santos (OAB 351191SP)
Leila de Oliveira Souza (OAB 5310/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 000.187/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo de Abreu Bianchi (OAB 345150/SP)
Roberto André Xavier Bezerra (OAB 3158/AM)
Rubens Edmar Veronezzi (OAB 4259/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Weriton Fontes de Lima (OAB 9624/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0071/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601275-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Ana Carolina Marques Sampaio - De ordem, abro vista as partes para se manifestarem acerca do laudo Pericial de fls. 180/186 no prazo de 15 dias, conforme § 1º do art. 477 do CPC.

ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM) - Processo 0635521-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Fabiana de Jesus da Silva Sales - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização

de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0657030-26.2018.8.04.0001 - Consignatória de Aluguéis - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Gleybson Rodrigues de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/04/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 002.847/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM) - Processo 0022630-55.2006.8.04.0001 (001.06.022630-8) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Safra Leasing S. A. _ Arrendamento Mercantil - Banco Central do Brasil S/A - REQUERIDO: Marcelo da Costa Chaves - Indefiro o pedido de fls. 167 dos autos, tendo em vista o sistema de Registro de Imóveis Eletrônicos - ERIDFT, encontrar-se indisponível temporariamente. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem DETERMINAR O ARQUIVAMENTO dos presentes autos. Noutro giro, determino à Secretaria que: I) Expeça-se Certidão de Teor da Decisão nos moldes do art. 517, NCPC, para fins de protesto em registros públicos. II) Expeça-se ofício ao SERASA para incluir o nome do executado em cadastros de inadimplentes. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0025876-64.2003.8.04.0001 (001.03.025876-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Maria do Carmo Galucio de Freitas - Tendo em vista que a parte Requerida já foi devidamente citada nos autos, conforme fls. 25, chamo o processo à ordem e torno sem efeito o Ato Ordinatório de fls. 103. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Noutro giro, verifico que às fls. 38, o processo permaneceu suspenso por prazo superior a 1 (um) ano sem que houvesse quaisquer manifestação nos autos. Portanto, intimo a parte Requerente acerca da prescrição intercorrente, conforme o § 4º do art. 921 do NCPC/2015, no prazo de 15 dias.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0044485-18.2010.8.04.0012 (012.10.044485-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Hyssa Abrahim & Cia Ltda - REQUERIDO: A S Gato - ADAMIL SOUZA GATO - Indefiro pedido de fls. (290). Noutro giro, verifico, também, que o processo em epígrafe permaneceu sem andamento pelo prazo superior a 1 (um) ano, contando do deferimento de suspensão de 2 (dois) anos, conforme despacho de fls. (96), solicitado pelo próprio autor, bem como às fls. (115) por mais 1 (um) ano. " É o breve relatório. Decido. Sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, como é cediço no nosso ordenamento jurídico, transcorrido o prazo supracitado, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição intercorrente de que trata o §§ 1o e 4º o art. 921 do NCPC/2015, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUIZ CARLOS DA SILVA SAMPAIO (OAB 000.983/AM), ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0083464-92.2004.8.04.0001/01 (001.04.083464-7/00001) - Embargos de Terceiro - Recurso - EMBARGANTE: Sebastião Barbosa dos Santos - EMBARGADA: CREDRIO - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda - Trata-se de Embargos de Terceiro proposta por Sebastião Barbosa dos Santos, em face de CREDRIO - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento IMEDIATO dos presentes autos. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM), ADV: ROBERTO ZAMPIERI (OAB 4094/MT) - Processo 0201142-84.2011.8.04.0001 - Imissão na Posse - Posse - REQUERENTE: Espolio de Antonio Gonçalves Ribeiro - REQUERIDO: Carlos Cavalcante Albuquerque Filho - Trata-se de Imissão Na Posse proposta por Espolio de Antonio Gonçalves Ribeiro, em face de Carlos Cavalcante Albuquerque Filho. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0201710-08.2008.8.04.0001 (001.08.201710-8) - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Banco Central do Brasil - BACEM, representante, Banco do Brasil - REQUERIDO: Antônio Pereira Neto - Indefiro o pedido de fls. 197 dos autos, tendo em vista o sistema de Registro de Imóveis Eletrônicos - ERIDFT, encontrar-se indisponível temporariamente. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem DETERMINAR O ARQUIVAMENTO dos presentes autos. Noutro giro, determino à Secretaria que: I) Expeça-se Certidão de Teor da Decisão nos moldes do art. 517, NCPC, para fins de protesto em registros públicos. II) Expeça-se ofício ao SERASA para incluir o nome do executado em cadastros de inadimplentes. P.R.I.C.

ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE COSTA DE SOUZA (OAB 5712/AM) - Processo 0233968-61.2014.8.04.0001 (processo principal 0225980-62.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Marcelo Silva Nascimento - EXECUTADO: TRANSLEMA - TRANSP. E MUDANÇAS - Carlos Magno Savaget - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhes provimento. Intime - se o exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: MARCELA FRÓES NONATO (OAB 6070/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM) - Processo 0238565-49.2009.8.04.0001 (001.09.238565-7) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Sacoplast Ind. e Com. de Artefatos Plásticos S/A - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Manaus Energia S/A, em face de Sacoplast Ind. e Com. de Artefatos Plásticos S/A. Compulsando os autos, verifico que consta sentença às fls. (182/184), transitada em julgado, não reconhecendo em seus termos o instituto da desconsideração da personalidade jurídica. Ademais, descabido se falar em desconsideração na fase de conhecimento de ação monitória. Ante o exposto, corrobora-se através de acórdão de fls. (163/168) dos embargos à monitória, o qual deixa claro o cumprimento do art. 701, § 2º do NCPC/2015. Portanto, por se tratar de ação monitória, na fase de cumprimento de sentença e diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem REJEITAR a presente manifestação de fls. (241), bem como determinar o arquivamento PROVISÓRIO dos presentes autos. Determino à secretaria para que arquive-se os autos

ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: MARCELA FRÓES NONATO (OAB 6070/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM) - Processo 0238565-49.2009.8.04.0001 (001.09.238565-7) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Sacoplast Ind. e Com. de Artefatos Plásticos S/A - Compulsando os autos, verifico que consta sentença às fls. (182/184), transitada em julgado, não reconhecendo em seus termos o instituto da desconsideração da personalidade jurídica. Ademais, descabido se falar em desconsideração na fase de conhecimento de ação monitória. Ante o exposto, corrobora-se através de acórdão de fls. (163/168) dos embargos à monitória, o qual deixa claro o cumprimento do art. 701, § 2º do NCPC/2015. Portanto, por se tratar de ação monitória, na fase de cumprimento de sentença e diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem REJEITAR a presente manifestação de fls. (241), bem como determinar o arquivamento PROVISÓRIO dos presentes autos. Determino à secretaria para que arquive-se os autos. P.R.I.C.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0245857-70.2018.8.04.0001 (processo principal 0627006-20.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana de Borborema Correia - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Intime-se a parte executada: na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; A fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes as consultas ao sistemas BACENJUD/ RENAJUD/ INFOJUD e ERIDFT, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se as consultas por meio do dos sistemas supracitados, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 854, §3, do NCPC. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte exequente e trazendo aos autos bens passíveis de penhora, haja vista ser dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM) - Processo 0245857-70.2018.8.04.0001 (processo principal 0627006-20.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana de Borborema Correia - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - I - Compulsando os autos, verifica-se que a parte executada não foi devidamente intimada.

ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM) - Processo 0261593-75.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Alves Benfica - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca de pesquisa de endereço via sistema BACENJUD, conforme fls. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KENIO MARCOS SANTOS E SILVA (OAB 89105 / MG), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0357375-51.2007.8.04.0001 (001.07.357375-3) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Waldecina Oliveira Barbosa - Vespasiano Pedro Barbosa - DEPRECANTE: Comarca de Itacoatiara - REQUERIDO: Braspor Madeiras Ltda. - DEPRECADO: FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITACOATIARA DR.JOSÉ REBELO DE MENDONÇA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD, conforme fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: MARCELA FRÓES NONATO (OAB 6070/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0502099-46.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0238565-49.2009.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Sacoplast Ind. e Com. de Artefatos Plásticos S/A - EMBARGADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de Embargos À Execução proposta por Sacoplast Ind. e Com. de Artefatos Plásticos S/A, em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0603309-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alan Augusto de Souza Santos - Angelo Serrão dos Santos - Andryo Serrão dos Santos - REQUERIDO: Medic Lab Servicos e Atividade Medica Ltda - Intime-se a parte executada: na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; A fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes as consultas ao sistemas BACENJUD/ RENAJUD/ INFOJUD e ERIDFT, conforme tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se as consultas por meio dos sistemas supracitados, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 854, §3, do NCPC. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte exequente e trazendo aos autos bens passíveis de penhora, haja vista ser dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC. P.R.I.C.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0604668-23.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - EXECUTADA: A Souza do Nascimento E.I. - Andrea Souza Nascimento - Tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Chamo o processo à ordem e torno sem efeito Despacho de fl. 96 dos autos em epígrafe, bem como aplico o art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015 e DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0605729-74.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - REQUERIDO: R A Operadora de Viagens e Turismo Ltda - Me (latam) - Daniel Soares Dias Reis - Em razão do descumprimento do pacto efetivado entre as partes litigantes, hei por determinar o prosseguimento da demanda, com a consequente expedição de mandado de despejo, com notificação de desocupação voluntária em 15 (quinze) dias. Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Provimento n° 261-CGJ/AM. Após o pagamento, expeça-se competente mandado. Ressalto que, nos termos do termo de confissão de dívida, folha 163, item 5.1, a execução de valores ocorrerá no processo n° 0641776-81.2016.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0605729-74.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - REQUERIDO: R A Operadora de Viagens e Turismo Ltda - Me (latam) - Daniel Soares Dias Reis - Ex positis, intime-se o executado, no prazo de 15(quinze) dias, para querendo, oferecer impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. No outro giro, determino à secretaria para que publique a decisão de fls. 186, no nome dos patronos cadastrados junto ao sistema SAJ. Após as publicações das decisões, cumpra-se o mandado de fls. 192. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0606373-56.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ranier de Souza Brasil - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa de endereço via sistema BACENJUD, conforme fls. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0607888-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Companhia Tropical de Hoteis da Amazonia - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por todo o exposto, supedaneado no art. 292 § 3o do CPC, arbitro o valor da causa em 8.752.747.75 (oito milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais, e setenta e cinco centavos), em consonância com a fatura de energia elétrica juntada à f. 49 dos autos. Determino, outrossim, que o autor proceda ao pagamento das custas judiciais designadas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP) - Processo 0608117-81.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: OMNI S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - REQUERIDA: ROBERTA ANDRADE PEIXOTO - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0608163-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - É o necessário. Passo a decidir. A produção antecipada de prova é designada como um direito autônomo à prova, em que a parte utilizar-se da medida probatória autônoma, bem como a possibilidade de urgência, como o intuito de o litígio, obter um maior esclarecimento dos fatos, com o fito demandar com uma ação mais instruída. As hipóteses de sua aplicação estão estabelecidas no art. 381 do CPC: Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação; II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação. No caso em tela, não vislumbro a ocorrência de nenhum dos requisitos estabelecidos pela lei, razão pela qual indefiro pedido de produção antecipada de prova em caráter liminar. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 4º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No entanto, intime-se a parte interessada para recolher as custas referentes à emissão de carta/AR,nos termos do que determina o Provimento 116/217 - PTJ, (atos Processuais), no prazo de 5 (cinco) dias. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0608957-23.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Evandro Gomes Fernandes - Defiro pedido de fls. (66). Determino, à secretaria para que expeça-se ALVARÁ dos valores bloqueados judicialmente, conforme fls. (60), observando a existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se o referido alvará dos valores depositados judicialmente. Em caso negativo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. P.R.I.C.

ADV: SADI BONATTO (OAB 10011/PR), ADV: FERNANDO JOSÉ BONATTO (OAB 25698/PR), ADV: ROSANE BARCZAK (OAB 47394/PR) - Processo 0608965-73.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: COOPERFORTE - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - REQUERIDO: Fábio Aparício Maia - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (de endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: JOSÉ LIMA GALVÃO (OAB E1692/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0609117-24.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcos Paulo Machado Fernandes - REQUERIDO: José Armando Teles da Mota - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º,

que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: Verifico às fls.124, fora designada Audiência de Instrução e Julgamento, todavia, a publicação ocorreu apenas para os advogados da parte requerida, não sendo intimada a parte requerente que está sendo assistida pela DEFENSORIA PÚBLICA, necessitando, portanto, da publicação por plataforma eletrônica. Sendo assim, redesigno nova audiência para o dia 15/08/2019 às 10 horas, devendo constar as intimações da forma devida, aos respectivos patronos e a DEFENSORIA PÚBLICA.

ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM) - Processo 0609144-94.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Eriko Leonardo Valente Lopes - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: KAMILA DA SILVA FREITAS (OAB 8458/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM) - Processo 0610215-44.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Clea Picanço de Lima - Intime-se a parte executada: Na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; A fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes as consultas ao sistemas BACENJUD/ RENAJUD/ INFOJUD e ERIDFT, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se as consultas por meio do dos sistemas supracitados, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 854, §3, do NCPC. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte exequente e trazendo aos autos bens passíveis de penhora, haja vista ser dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC. P.R.I.C.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612806-71.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: EDINALDO LOPES DA COSTA - Compulsando os autos, verifico que a parte executada opôs embargos à execução às fls. (138/145). Documentos anexos. Decisão interlocutória fls. (169), determinando à secretaria para que transladasse as peças de fls. (138/167) para um novo número, conforme preconizado no art. 914,§1º do NCPC/2015. É o relatório. Decido. Depreende-se dos autos em epígrafe que houve manifestação equivocada acerca do procedimento de oposição de embargos à execução, que deve correr em autos apartados e não nos mesmos autos da execução. Ademais, depois de sanado tal equívoco e cumprida determinação deste juízo pela secretaria para transladar as peças dos embargos à nova numeração, persistiu a parte executada em peticionar algumas curiosas, peças, tais como: Contestação às fls. (172/180) e Defesa às fls. (186/194), porém com conteúdos similares. Portanto, conforme já advertido acerca do peticionamento correto, mas descumprido pela parte executada, aplico-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: FREDERICO ALVIM BITES DE CASTRO (OAB 88562/MG) - Processo 0612827-81.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Elielson da Silva Freire - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (de endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613054-37.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: MARIA DO CARMO CORRÊA DA SILVA - Tendo em vista o resultado negativo das pesquisas realizadas via sistema INFOJUD e RENAJUD, conforme fls. 108/111, de titularidade da parte Requerida, intimo a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para tomar ciência da pesquisa infrutífera juntada ao processo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Desta forma, aplico o art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS) - Processo 0618530-27.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: MARCELO SALES DA SILVA - Compulsando os autos, verifico que o processo em epígrafe é uma ação de busca e apreensão, porém ainda não consta sentença nos autos. Às fls. (37/60) contestação do requerido. Às fls. (69) remessa dos autos à contadoria para elaboração do valor total da dívida. Planilha atualizada da contadoria acerca dos débitos fls. (70). Conforme a parte requerida, houve pagamento às fls. (72/73). Expedido è cumprido mandado de restituição às fls. (77/78). Às fls. (87/96) houve manifestação da parte autora não concordando com a purgação da mora apresentado pelo requerido, haja vista que a purgação da mora deve corresponder ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas, ou seja, ao montante integral da dívida. Decisão intimando a parte requerente, para que proceda a transferência da jurisdição do bem objeto da lide para o estado do Amazonas às fls. (101/102). Pagamentos do requerido, todavia trata-se de busca e apreensão e alienação fiduciária e não consignação em pagamento, às fls. (117, 120, 141, 162, 166,171, 173, 212). Interposição de agravo de instrumento às fls. (123). Cumprimento de mandado acerca da ciência de decisão de fls. (101/102) à parte requerente às fls. (127). Às fls. (138), nova intimação do autor para cumprimento de decisão de fls. (101/102), sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais) até o limite de 30 dias. Decisão monocrática sobre o agravo de instrumento interposto fls. (147), negando seguimento. Às fls. (152) manifestação da parte requerente, informando que o bem fora restituído ao requerido em 03/09/2014. Decisão interlocutória às fls. (175), determinando que o autor tranfira o emplacamento do veículo de São Paulo para o estado do Amazonas, majorando multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) até o limite de 30 dias. Parte ré requerendo Execução de multa astreinte às fls. (194/197). Às fls. (198) deferimento de execução de multa e intimação do autor/executado para pagamento no prazo legal. Parte autora acostou aos autos impugnação ao cumprimento provisório de astreinte às fls. (200/207). Às fls. (208/211) acórdão acerca de agravo de instrumento com efeito suspensivo, porém intempestivo, recurso não conhecido. Portanto, verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: TATIANA TISSOT BRITO SCHWARZER (OAB 64546/RS), ADV: KARINE JUNG GUIMARÃES (OAB 90175/RS), ADV: FRANCISCO THEODORO PINTO ALVES (OAB 55864/RS), ADV: JAMIL ANDRAUS HANNA BANNURA (OAB 21036/RS) - Processo 0618824-16.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: CALÇADOS SENADOR POMPEU LTDA. - REQUERIDO: TEREZA SOLARTES COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169AC) - Processo 0618987-54.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda (patrimônio) - REQUERIDO: Wanderley Nunes de Medeiros Soares - Renata Beltreme - Os embargos foram interpostos em 05/07/2017 portanto são intempestivos. Assim, deixo de conhecer os embargos interpostos, haja vista sua extemporaneidade.

ADV: MÁRCIA REGINA RESENDE DOMINICALE (OAB 92284/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 4193/AC), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0621341-91.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA 2 MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO E DIREITO DE CRÉDITO LTDA. - REQUERIDO: Joel Oliveira Ribeiro - Tendo em vista que até o presente momento não se efetivou a citação do requerido, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, na execução, conforme o art. 802 do NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG) - Processo 0622822-50.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Joel da Silva Azevedo - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se NOVAMENTE a parte requerente para que informe nos autos a data de nascimento e o nome da genitora da parte requerida para efetivação da pesquisa eletrônica via sistema SIEL, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM) - Processo 0623856-65.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Aleana Siqueira da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0624693-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADA: Futura Comércio e Derivados de Petróleo Ltda - Salomão José Linhares da Silva Filho - Intimo, novamente, a parte autora para que cumpra decisão de fls. (128), no que tange a comprovação de pagamento de custas de sistemas eletrônicos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, do NCPC. P.R.I.C.

ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE) - Processo 0626257-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: VIRGÍNIA MARIA LIUZZI GOMES - REQUERIDO: SUL AMERICAS COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM) - Processo 0626820-60.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Alegra Indústria e Comércio Ltda - REQUERIDO: JEFFERSON BRAGA RODRIGUES - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (de endereço) realizadas via sistemas RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG), ADV: VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG), ADV: GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG), ADV: HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG), ADV: FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG), ADV: LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG) - Processo 0626984-93.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO CARVALHO CHAPARRO - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (de endereço) realizadas via sistemas RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES F. LUNIERE JÚNIOR (OAB 2987/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0627313-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - EXECUTADO: Amazonas Industria e Comercio de Pescados Ltda. ME - Adalberto Tavares Antônio - Às fls. (128), o autor requer a penhora em nome dos executados através do sistema ERIDFT - Registro de Imóveis, no intuito de localização de bens. Indefiro pedido retro, pois manifestamente indevido, tendo em vista que o executado sequer foi citado. No mesmo passo chamo o processo à ordem e torno em efeito decisão interlocutória de fls. (130). Ademais, na execução, conforme o art. 802 do NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627570-91.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Igor Mateus Martins Lopes - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (de endereço) realizadas via sistemas SIEL, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ MARIA SANTOS DE CARVALHO (OAB 1028/AM), ADV: VIVIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 4716/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0632461-34.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Fernando Alessandro da Silva Sousa - INTSSADO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Trata-se de Execução de Título Judicial proposta por Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, em face de Fernando Alessandro da Silva Sousa. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos, IMEDIATAMENTE assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0633653-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Célia Regina Fonseca de Andrade - EXECUTADO: Centro de Ensino de Idiomas do Amazonas Ltda - Neivaldo da Silva Lima - Jorge Luiz Moura Hutton - Cite-se o executado por edital, em razão da declaração de que o réu encontra-se em lugar incerto e não sabido, na forma do art. 256, II, c/c o art. 257 todos do CPC/2015, ao fito de que o réu, querendo, pague o débito devido, com as advertências legais. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC/2015. P.R.I.C.

ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB A1080/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0633839-88.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Errol

Flinn Rodrigues de Sena - REQUERIDO: Monttana Veículos Ltda - Ford Motor Company Brasil LTDA - Tendo em vista o pagamento voluntário da parte executada, defiro o pleito constante no petitório de fls. 455/456.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0634546-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Maria Lucia Ferreira Gonzaga - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, em face de Maria Lucia Ferreira Gonzaga. Compulsando os autos, verifico que a executada não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora "on line", a teor da inteligência dos arts. 854 do NCPC/2015. Portanto, intime-se a parte autora para que esta comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas referentes aos atos eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17 - PTJ, bem como planilha atualizada de débitos, no mesmo prazo supracitado. Isso posto, após o recolhimento dos emolumentos pertinentes as consultas aos sistemas BACENJUD / RENAJUD / INFOJUD e ERIDFT, efetue-se as pesquisas aos referidos sistemas, acerca da existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854 do Código Processo Civil de 2015. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Frustradas as diligências, intime-se a parte autora a fim de que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, a medida executiva que entender pertinente, sob pena de suspensão do feito, conforme dicção do art.921, §1º do CPC/2015. P.R.I.C.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0636620-20.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES BORNHOLDT LTDA - REQUERIDO: TELEMARKETING BRASIL PUBLICIDADE LTDA EPP - Compulsando os autos, verifico que a parte executada, devidamente citada por AR, não possui advogado. Portanto, determino à secretaria para que intime a parte ré para fins de oportunizar o pagamento voluntário, preconizado no art. 523, do NCPC/2015. Somente após escoar o prazo supracitado, efetue-se os atos expropriatórios cabíveis. P.R.I.C.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0641169-34.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Toyota Leasing do Brasil S.a. Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Martim Francisco Alencar Moreno da Costa - Martim Francisco Alencar Moreno da Costa - Às folhas (149), o Oficial de Justiça devolveu o mandado n° 001.2019/024325-3 sem cumprimento, alegando que o endereço constante no mandado não faz pare de sua zona de atuação. No entanto, não merece prosperar a devolução sem cumprimento pelo meirinho, em razão de que é seu dever redistribuir o mandado, quando verificado que este não pertence a sua zona. È o que determina o art. 11 da Portaria 01/2016 CCM do TJ/AM: Art. 11. Fica VEDADA a devolução de mandado para a Vara de origem pelo Oficial de Justiça sob a alegação de que o endereço da diligência se encontra fora de sua zona de atuação, devendo para tanto observar o seguinte procedimento: I - deverá, quando do recebimento do mandado averiguar, desde logo, se o endereço está ou não dentro da zona para a qual está designado; II - identificado o equívoco, seja na data do recebimento, seja em momento posterior, deverá devolver o mandado, com urgência, para a Central com o objetivo de ser redistribuído para um Oficial de Justiça da zona correspondente. (grifo nosso) Parágrafo único. Caso o Oficial de Justiça deixe de atentar para os procedimentos acima, retardando a tramitação do processo, serão adotadas medidas pertinentes para apurar sua responsabilidade funcional. Desse modo, descabe o argumento acerca da devolução do mandado sem seu devido cumprimento, razão pela qual determino que seja oficiado a Central de Mandados, com o fito de intimar o Oficial Sr. Danilo Lopes de Brito (para que cumpra, IMEDIATAMENTE, o mandado retro). À secretaria para que proceda as providências necessárias. P.R.I.C.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0641705-11.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda - SAMEC - EXECUTADO: André Eduardo Cunha da Costa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (de endereço) realizadas via sistemas RENAJUD, INFOJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641921-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Fatima Campos de Almeida - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca da consulta realizada no SISTEMA DE INFORMAÇÕES ELEITORAIS (SIEL), com resultado NEGATIVO, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: URBANO VITALINO DE MELO NETO (OAB 17700/PE), ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0650005-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Dulcineia Freires de Souza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0656039-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Aline Cruz de Angiolis - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0701630-45.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Casa do Modulado Ltda - Indefiro pedido de fls. (169/170), tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.

ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7690/PA), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0707798-

63.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S. A - REQUERIDO: ATLANTA LOGÍSTICA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - AVALISTA: MARCO AURELIO SEIXAS BARROS - REQUERIDO: LUIZ CLÁUDIO ARAÚJO CORREA - Indefiro pedido de decretação de revelia do executado (Marco Aurélio Seixas Barros) por não se tratar de processo de conhecimento, portanto, não aplicável seus efeitos no processo de execução, conforme ASSIS (2016, p. 1617): A não impugnação dos embargos do devedor não induz os efeitos da revelia, pois, que, no processo de execução diferentemente do processo de conhecimento em que se busca a certeza do direito vindicado, o direito do credor encontra-se consubstanciado no próprio título, que se reveste da presunção de veracidade. Ademais, compulsando os autos, verifico que até o presente momento não se efetivou a citação dos executados (Atlântica Logística Transporte de Cargas LTDA e Luiz Cláudio Araújo), e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Outrossim, na execução, conforme o art. 802 do NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, a despeito do extenso lapso transcorrido desde o despacho inicial que determinou a citação, esta não restou perfectibilizada, deixando o autor de adotar as providências processuais necessárias para efetivação deste ato processual imprescindível no que diz respeito as partes (Atlântica Logística Transporte de Cargas LTDA e Luiz Cláudio Araújo), assim o direito de executá-los já encontra-se prescrita. Determino à secretaria para que retire do polo passivo da demanda as partes (Atlântica Logística Transporte de Cargas LTDA e Luiz Cláudio Araújo), ficando somente como executado (Marco Aurélio Seixas Barros) devidamente citado às fls. (88). Noutro giro, chamo processo à ordem e torno sem efeito despacho de fls. (250), bem como indefiro pedido de fls. (145/246), tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Além disto, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente P.R.I.C.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0712204-30.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - EXECUTADO: ARTE EM AMBIENTES MOVEIS PLANEJADOS LTDA - Renato Teixeira Lopes - Miguel Gomes Lopes - Lúcio Felipe Gonçalves - Tendo em vista que somente o Executado Miguel Gomes Lopes foi devidamente citado nos autos em epígrafe, conforme fls. 47, chamo o processo à ordem e torno sem efeito a Decisão Interlocutória de fls. 116, haja vista já ter sido efetuada uma pesquisa via sistema BACENJUD, restando infrutífera às fls. 97/98. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Noutro giro, verifico que às fls. 104, o processo permaneceu suspenso por 1 (um) ano sem que houvesse quaisquer manifestação nos autos. Portanto, intimo a parte Requerente acerca da prescrição intercorrente, conforme o § 4º do art. 921 do NCPC/2015, no prazo de 15 dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0715018-15.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - EXECUTADO: MARIA NEY ANDES DAS NEVES ME - INTSSADO: Diretor Geral do TRE-AM - Indefiro o pedido de fls. 117 dos autos, haja vista que até o presente momento a parte Executada não foi devidamente citada, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, na execução, conforme o art. 802 do NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 002.847/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Henrique Costa de Souza (OAB 5712/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB A1080/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Danielle de Jesus Oliveira dos Santos (OAB 7690/PA)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG)
FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG)
Fernando José Bonatto (OAB 25698/PR)
FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
FRANCISCO THEODORO PINTO ALVES (OAB 55864/RS)
Frederico Alvim Bites de Castro (OAB 88562/MG)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 4193/AC)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 20366/PE)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)

HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jamil Andraus Hanna Bannura (OAB 21036/RS)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
JOSÉ LIMA GALVÃO (OAB E1692/AM)
José Maria Santos de Carvalho (OAB 1028/AM)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Kamila da Silva Freitas (OAB 8458/AM)
Karine Jung Guimarães (OAB 90175/RS)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kenio Marcos Santos e Silva (OAB 89105 / MG)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG)
LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Carlos da Silva Sampaio (OAB 000.983/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Marcela Fróes Nonato (OAB 6070/AM)
MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG)
Márcia Regina Resende Dominicale (OAB 92284/MG)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes F. Luniere Júnior (OAB 2987/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG)
PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169AC)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto Venesia (OAB 103541/MG)
Roberto Zampieri (OAB 4094/MT)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rosane Barczak (OAB 47394/PR)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sadi Bonatto (OAB 10011/PR)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tatiana Tissot Brito Schwarzer (OAB 64546/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB 17700/PE)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG)
Viviane Tupinambá de Carvalho (OAB 4716/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGÍLIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: POLYANA SILVA GOMES VIEIRA (OAB 6422/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 001.753/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0002819-28.1996.8.04.0012 (012.96.002819-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Sabino de Oliveira Comercio e Navegacao S/a - Sanave - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, III e VI, do NCPC, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, caso subsista legítimo interesse nesse sentido (art. 486 do NCPC). Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Pendendo de pagamento de custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Transitada em julgado esta decisão, independente de novo despacho, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de fevereiro de 2019.

ADV: JÚLIA MOREIRA MAIA (OAB 10238/AM) - Processo 0604490-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Compromisso - REQUERENTE: Condomínio do Centro Comercial Le Bom Marche - Indefiro o pedido de justiça gratuita, visto que não comprovados os requisitos para concessão. Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM) - Processo 0605935-20.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Cecil Concorde Comercio Industria Importacao e Exp Ltda - Trata-se de ação monitória proposta por Cecil Concorde Comercio Industria Importacao e Exp Ltda em face de Unimed de Manaus Empreendimentos S.a. Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls. 01/68), determino a citação do requerido. Expeça-se o competente mandado para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. No referido mandado, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC. Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607454-30.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Flaviano Frumond de Oliveira e outro - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, a fim de emendar a inicial, no prazo de 10 dias, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607681-20.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Carlos Fábio Pinheiro de Oliveira e outro - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls. 01/06, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0607900-33.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: D C Dantas- Assessoria - Indefiro o pedido de gratuidade judicial, visto que não comprovadas as condições para tanto. Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0608179-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Francisco Carlos Silva e outro - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM) - Processo 0636688-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neila dos Santos Oliveira - Wilton Ribeiro de Souza - Marilu Medeiros da Silva - INTIMEM-SE as partes, por patrono habilitado nos autos, para, no prazo de cinco dias, informar se ainda têm interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Caso a parte seja patrocinada pela Defensoria Pública, intime-se o douto Defensor Público pessoalmente. Havendo substabelecimento, atualize-se o cadastro sistema SAJ-PG5, e publique-se aos substabelecidos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MURILO GADELHA DE HOLLANDA (OAB 2640/AM) - Processo 0655088-56.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Affeam - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas - Trata-se de ação monitória proposta por Affeam - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas em face de Dalila Mota de Brito. Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls. 01/81), determino a citação do requerido. Expeça-se o competente mandado para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. No referido mandado, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC. Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: PATRÍCIA DA COSTA CHAGAS (OAB 7436/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0711005-70.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERIDA: Nortimoveis Empreendimentos Imobiliarios Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)

Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 001.753/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
José Murilo Gadelha de Hollanda (OAB 2640/AM)
Júlia Moreira Maia (OAB 10238/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Patrícia da Costa Chagas (OAB 7436/AM)
Polyana Silva Gomes Vieira (OAB 6422/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGÍLIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0601216-92.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda - EXECUTADO: Lucas Thiago Rodrigues Braga e outro - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls. 01/05, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM) - Processo 0603532-78.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pedro Portela Nunes Epp - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando os documentos de constituição da empresa, comprobatórios da situação financeira e comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0604567-73.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Compulsando os autos averiguo que a Notificação Extrajudicial foi encaminhada para endereço diverso ao informado no contrato e que não foi recebida pelo requerido. Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, a fim de emendar a inicial, regularizando a notificação extrajudicial, no prazo de 10 dias, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0605561-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Carlos Alberto Zago - Antonia Sandra Diniz de Lima e outro - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls. 01/07, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: LEANDRO JOSEPH DE AQUINO (OAB 12474/AM) - Processo 0607158-08.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0635310-08.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Marivaldo Alves Fernandes - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0607787-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos, etc. Deflui da analise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão. Após a juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas INFOJUD, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa deferida, sendo positivo, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo,

desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, fica a parte ré intimada para no prazo de 05 (cinco) dias pague integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre de ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº911/16, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida reposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no § 1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não haverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se o mandado. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0629129-20.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Amaury Filho Machado e outro - Defiro o pedido formulado às fls. 182/183 para expedição de Mandado.Caso a parte não seja beneficiária da Justiça Gratuita, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça previstas no Provimento nº 261/2015- CGJ/AM, no prazo de 15 dias. Após, comprovado o pagamento, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0629600-70.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Francisco Rodrigues de Melo Filho e outro - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 94/99, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0652968-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradise River - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls. 01/05, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM) - Processo 0657910-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paula Chã Cela - REQUERIDO: Jayme Pereira Junior e outro - Diante disto,defiro o parcelamento das custas inicias em 06 (seis) parcelas mensais sucessivas. Recolha-se a primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (art. 290 do NCPC). Fica desde já cientificado que as parcelas subsequentes deverão ser feitas mês a mês a partir do pagamento da primeira parcela, devendo o autor comprovar nos autos o pagamento. O inadimplemento de qualquer uma delas acarretará automaticamente na extinção do processo e no cancelamento junto a distribuição, independentemente de nova intimação. Certifique o cartório sobre o cumprimento da obrigação. Caso seja constatado a falta do cumprimento das custas, remetam-se conclusos para sentença extintiva (art. 485, IV do NCPC). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0661076-58.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Almir Abdul Samad e outro - Expeça-se o competente mandado para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. No referido mandado, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC. Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Leandro Joseph de Aquino (OAB 12474/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM), ADV: EDMARIE DE JESUS CAVALCANTE (OAB 3351/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATTOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ) - Processo 0006899-44.2010.8.04.0012 (012.10.006899-8) - Monitória - REQUERENTE: Banco Itau S/A - REQUERIDO: Dalcio Vicente Tavares e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SILVYA KAREN DE CARVALHO MARTINS (OAB 6125/AM) - Processo 0208082-84.2019.8.04.0001 (processo principal 0618616-61.2015.8.04.0001) - Oposição - Obrigação de Fazer / Não Fazer - INVTANTE: GIZELLY DE CARVALHO MARTINS e outros - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0214951-78.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0255357-15.2008.8.04.0001) (001.10.214951-9) - Embargos de Terceiro - REQUERENTE: Estevao Soares da Silva - REQUERIDA: Maria Thiago dos Santos Medeiros - Vistos etc. Expeça-se novo ofício ao Banco Santander, para que este dê informações, com as respectivas documentações, sobre as ações vinculadas à conta do Executado, bem como o estágio da venda das ações indicadas em ofício de fl. 178/179. Ainda, mantenho o bloqueio das demais contas e determino a transferência dos valores até então bloqueados à Conta Judicial. À Secretaria, para providências. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM) - Processo 0230312-38.2010.8.04.0001 (001.10.230312-7) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Itautinga Agro-Industrial S.A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intime-se o devedor ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0245715-66.2018.8.04.0001 (processo principal 0621631-38.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Nota de Crédito Industrial - REQUERENTE: Emam Emulsões e Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA (OAB 2589/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0259531-33.2009.8.04.0001 (001.09.259531-7) - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ana Paula Machado Andrade de Aguiar e outros - REQUERIDO: Forma Construção Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca das certidóes dos senhores oficiais de justiça de fls. 1156/1158 , no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0602377-40.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio The Place Business Center - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c decisão de fl. 35, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual (penhora e avaliação) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0603252-44.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LIZANDRA BRAGA SOARES DE MELO (OAB 8156/AM), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: ANTÔNIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912/AM), ADV: MARCOS ANDRADE DE ALMEIDA XAVIER (OAB 5747/AM) - Processo 0603421-36.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada do cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0603585-69.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WALDISNEY COELHO GIRÃO (OAB 12569/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604466-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Celso Roberto da Silva Assante - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0604527-91.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE:

Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o número da placa do veículo para expedição do mandado, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM) - Processo 0605689-24.2019.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Erika Barros da Cruz - Vistos etc. Nos termos da Lei Complementar 17/97, remetam-se os autos, via distribuição, à Vara da Fazenda Pública da comarca de Manaus. Cumpra-se.

ADV: MELK LEVI DA SILVA PEREIRA (OAB 12046/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605962-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edilson Ximenes de Aragao - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Juros e correção monetária a partir do vencimento de cada obrigação, nos termo do art. 397, do CCB. Intime-se o autor para juntada do valor atualizado. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0606193-40.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: ILBERTH DOUGLAS PINTO CASTRO - REQUERIDO: DELPHOS SERVIÇOS TECNICOS S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Sr. Perito para que apresente o laudo pericial, no prazo de 05 (cinco) dias, tendo em vista o término do prazo estabelecido pelo juízo.

ADV: FABRÍCIO HILARICKI FERREIRA (OAB 10398/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0606545-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Espólio de Francisco Ritta Bernardino, Representado Por Sua Inventariante Maria da Conceição Saraiva da Silva - Defiro a justiça gratuita. Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual 4.408/2016 Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0606743-93.2017.8.04.0001 - Monitória - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: Amazonas Motocenter Comércio de Motos Ltda - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada do valor atualizado. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0606769-28.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM) - Processo 0607872-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Miguel Antonio Mendes Ribeiro - REQUERIDA: Claudia Maria da Silva Fernandes - Vistos etc. Intime-se o inquilino, no endereço do imóvel em litígio nos autos, para depositar mensalmente em juízo 50% do valor do aluguel. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0608070-44.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: ELZA MARIA BORGES GARNELLO - Vistos etc. Está clara nos autos a ausência de bens penhoráveis do requerido, apesar das buscas até então realizadas. Assim, determino a imediata baixa e arquivamento do processo, desnecessário o pagamento de custas finais e ressalvado o direito de reabertura do feito dentro do prazo prescricional. Cumpra-se.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0608129-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Tatiane Pereira de Souza - Vistos etc. Uma vez pago o valor total do débito, quitando o bem, expeça-se mandado de restituição imediata do automóvel, em nome do advogado da ré. Intime-se o autor a falar do prosseguimento da lide. Cumpra-se.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0608129-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Tatiane Pereira de Souza - Vistos etc. Defiro a gratuidade da justiça ao requerido. Expeça-se mandado urgente. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA) - Processo 0608644-33.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Manoel Amaro Pereira de lima - REQUERIDO: ALIANÇA INCORPORADORA LTDA. - A G R A Signolare Incorporadora LTDA - Vistos etc. Intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0609042-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar

resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609974-65.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Juros e correção monetária a partir do vencimento de cada obrigação, nos termo do art. 397, do CCB. Intime-se o autor para juntada do valor atualizado. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0610405-02.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda. - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada do cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0610771-12.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: TOMASELLI SOM & STUDIOS LTDA - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada do valor atualizado. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0611904-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Serviços Profissionais - REQUERENTE: M.P.C. - Compulsando os autos, verifico que o Defensor Público não foi intimado do despacho de fls. 239. Dessa forma, intimo- do despacho, cujo teor segue abaixo: “Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/04/2019 às 10:30h. Intimem-se as partes para que indiquem as provas que pretendem produzir. Cumpra-se. “

ADV: ÉRICO DE OLIVEIRA GONÇALO (OAB 5165/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0614367-33.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Duplicata - REQUERENTE: Auto Posto Uniao LTDA - REQUERIDO: Armesq Solos Controle Tecnológico de Constuções Ltda e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ARIANA DA SILVA FÉLIX (OAB 8501/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616365-41.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0617177-83.2013.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Creuza dos Santos Cardoso - REQUERIDO: Franklin Boy do Nascimento - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM) - Processo 0618475-08.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: BB LEASING SA ARREDAMENTO MERCANTIL - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0619194-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO (OAB 255615/SP), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM), ADV: FABRÍCIO ROCHA DA SILVA (OAB 206338/SP) - Processo 0625263-38.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Adria Conceição Saboia Rosas e outros - REQUERIDO: PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações - PDG Vendas Corretora Imobiliária Ltda, Gonder Incorporadora Ltda - API SPE 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes à expedição de ofício, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169AC), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0626873-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maryellen Iannuzzi Lopes Galuch e outro - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: ÁDERSON JULIANO SIMÕES VIEIRA (OAB 10497/AM) - Processo 0627040-58.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso de Ascendentes e Descendentes - REQUERENTE: Aderson Campos Vieira - Assim, em decorrência da falta de citação, declaro extinto o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: GRAZIELA MARIA SILVA FAGUNDES DUARTE (OAB 288249/SP), ADV: CARLOS EDUARDO ZULZKE DE TELLA (OAB 156754/SP) - Processo 0632200-93.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Bvt Cargo Logística e Desembaraço Aduaneiro Ltda. - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada do valor atualizado. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0632341-54.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Juros e correção monetária a partir do vencimento de cada obrigação, nos termo do art. 397, do CCB. Intime-se o autor para juntada do valor atualizado. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM) - Processo 0632455-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: LUCIO RIBEIRO MARTINS - REQUERIDO: Vision Clínica de Olhos Ltda - Centro Amazonense de Oftalmologia Ltda e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 13/03/2019, às 09:00, no endereço indicado em petição de fl. 309

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634587-23.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Juros e correção monetária a partir do vencimento de cada obrigação, nos termo do art. 397, do CCB. Intime-se o autor para juntada do valor atualizado. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0635036-73.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0644257-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Adriano Junior Xavier da Silva - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada do ato ordinatório de fls. 85. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência, cujo teor segue abaixo: "Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias "

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0646080-89.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada do valor atualizado. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino consulta via Bacenjud e Renajud, como requerido. Intime-se o autor ao pagamento das diligências. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0646342-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Erisvaldo Rufino de Jesus - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0659416-29.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Alberto Tadeu do Nascimento Borges - Vistos etc. Pedido de tutela de urgência no qual a requerente alega que firmou contrato de compra e venda junto ao réu do imóvel localizado na avenida do Turismo, apartamento nº 801, no entanto, o réu, ao fazer resumo do contrato, mudou o objeto para o apartamento nº 701, e, agindo de boa fé, o autor assinou o respectivo resumo. Decido. Vejo presentes os elementos necessários ao deferimento da liminar pretendida como antecipação de tutela, conforme CPC 300. Quanto à probabilidade do direito, o lançamento, no contrato realizado em outubro de 2011, da compra do apartamento de nº 801, conforme cláusula segunda do documento juntado às fls. 8/10, é suficiente para me convencer da verossimilhança do alegado. O resumo feito quase um ano após, em setembro de 2012, onde consta como negociado o apartamento de número 702 (fls. 11), nem de través é suficiente a considerar alterado o contrato anteriormente assinado entre as partes. O fato de o resumo estar assinado pelo autor, de forma nenhuma significa anuência a eventual troca do imóvel adquirido, mesmo porque, mudando eventualmente valores e cláusulas, teria que ser realizado por uma alteração contratual, o que não foi proposto pela ré. Além do mais, o comprovante de pagamento nos autos, indica adimplemento da obrigação do autor antes do resumo do contrato, aperfeiçoado o contrato. No que concerne ao perigo do dano, a mudança do objeto do contrato, além de por si frustrar expectativas do contratante, poderá trazer-lhe prejuízos financeiros, dado valor em geral maior de apartamentos em andares mais altos. Não há perigo, ademais, de irreversibilidade da medida, pois, sendo de conteúdo plenamente econômico, poderá ser facilmente revertida em favor da requerida em caso de julgamento que lhe seja favorável. Dito desta maneira, defiro a liminar para determinar que a ré, no dia da entrega dos imóveis, faça a entrega ao autor do apartamento de nº 801, sob pena de multa única que arbitro em R$ 100.000,00 (cem mil) reais. Expeça-se mandado com intimação e citação, nos termos dos artigos 335 e 344 do CPC, devendo o réu manifestar-se sobre eventual interesse na audiência de conciliação, nos termos do CPC 334, 4º. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA BISPO ANDRADE (OAB 251975/SP) - Processo 0660474-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda - Vistos etc. E o título executivo extrajudicial? E o demonstrativo do débito atualizado? Intime-se, termos dos arts. 798, I, alínea a e b, e 801 do CPC. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0709966-38.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Real Bebidas da Amazonia ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0718874-84.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Áderson Juliano Simões Vieira (OAB 10497/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Sampaio Nunes (OAB 3912/AM)
Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (OAB 2589/AM)
Ariana da Silva Félix (OAB 8501/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos eduardo zulzke de tella (OAB 156754/SP)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Cássio Augusto Torres de Camargo (OAB 255615/SP)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Edmarie de Jesus Cavalcante (OAB 3351/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eliete Santana Mattos (OAB 10423/CE)
Érico de Oliveira Gonçalo (OAB 5165/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Fabrício Hilaricki Ferreira (OAB 10398/AM)
Fabrício Rocha da Silva (OAB 206338/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Graziela Maria Silva Fagundes Duarte (OAB 288249/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lizandra Braga Soares de Melo (OAB 8156/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Andrade de Almeida Xavier (OAB 5747/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Melk Levi da Silva Pereira (OAB 12046/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Priscila Bispo Andrade (OAB 251975/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169AC)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvya Karen de Carvalho Martins (OAB 6125/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Vitor Kikuda (OAB 199259/SP)
Waldisney Coelho Girão (OAB 12569/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: EUZEBIO R. C. JUNIOR (OAB 002.338/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM) - Processo 0001813-92.2010.8.04.0012 (012.10.001813-3) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Telemar Norte Leste S/A - Consultas ao sistema Infojud foram juntadas aos autos em fls. 210-227 e tornaram-se infrutíferas. De ordem, intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio, por se tratar de documentos

sigilosos. Do mesmo modo, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: EURICO JOSÉ SANTORO FRANCO AZEVEDO (OAB 003.576/AM) - Processo 0003052-09.2006.8.04.0001 (001.06.003052-7) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Coencil - Construções e Empreendimentos Civis Ltda. - REQUERIDO: P. B. Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0045893-87.2004.8.04.0001 (001.04.045893-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0210113-24.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE) - Processo 0213528-15.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM) - Processo 0601940-09.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Veículos - REQUERENTE: Ribamar Viana dos Santos - REQUERIDA: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: CAROLINA MIZUMUKAI (OAB 264422/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0601957-69.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0603755-65.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAROLINA RIGO PALMEIRO (OAB 60961/RS) - Processo 0604114-88.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Getnet Adquirência e Serviços Para Meios de Pagamentos S/A - De ordem, intimo a parte autora para que junte o contrato social da empresa requerida, para possibilitar a citação na pessoa do sócio, no prazo de 05 dias.

ADV: RANIELE ALVES RIBEIRO (OAB 13342/AM) - Processo 0604797-18.2019.8.04.0001 - Petição - Inadimplemento - REQUERENTE: Roberto Jaime Cuesta Cavalcante - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/04/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606096-98.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO (OAB 8130/AM) - Processo 0607564-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Pericles Batista Cavalcante - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento

em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/03/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM) - Processo 0609462-82.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ana Marilis Raposo Diogenes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610405-07.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP) - Processo 0619831-38.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0620873-88.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Silene Silva Batista - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM (OAB 118685/SP), ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP), ADV: RICARDO RIBEIRO VIANA DE QUEIROZ (OAB 285803/SP), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0621543-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Karolynne Maria Lira Teixeira e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Petição de fls. 491/498, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0621811-49.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Alcy Ribeiro Paiva - REQUERIDO: Cássio da Silva Bezerra - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo de fls. 52-53 para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: JOEL CUESTA TÉLLES (OAB 3584/AM) - Processo 0622053-08.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Luciana Ayres Pereira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/04/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: AURÉLIO CÂNCIO PELUSO (OAB 32521/PR), ADV: JOEL CUESTA TÉLLES (OAB 3584/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC) - Processo 0622053-08.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Luciana Ayres Pereira - CONSIGNADO: Banco RCI Brasil S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/04/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0623274-31.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Aleson Marcos do Nascimento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0625301-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Imissão na Posse - REQUERENTE: Ivan Serrão da Silva Júnior - REQUERIDA: Andréa Arouca Reis - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625330-37.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: ANELSON BRITO DE SOUZA (OAB 5342/AM), ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0631173-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial -

Compra e Venda - EXEQUENTE: Biotargeting Representações e Comércio de Produtos Para Saúde Ltda. - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada no sistema conveniado (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0631933-92.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vivenda do Pontal - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0635726-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Graciana Vinhote da Silva - REQUERIDO: Sumaúma Park Shopping - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/04/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0636481-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Adson Cleyton Freitas Feitosa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/04/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0639376-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Eletro do Nordeste S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0639603-21.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Certifico, para os devidos fins, que, nos termos do Provimento nº 63/02-CGJ e do disposto no parágrafo 4º do art. 162 do CPC, aditado pela Lei nº 8.952/94, pratiquei o ato processual abaixo: ( ) Remessa à Contadoria para cálculos das custas finais. ( ) Remessa à Contadoria para atualização do débito e inserção de multa de 10% (ARTIGO 475-J DO CPC). ( ) Remessa à Contadoria para atualização de conta. (X) Remessa à Contadoria para confirmação do pagamento de custas. Observe-se apenas o ítem assinalado.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0641946-87.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0647776-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Aparecida Marinho dos Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/04/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0648879-71.2018.8.04.0001 - Petição - Cláusula Penal - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Assis Marinho Pereira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/04/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0650015-06.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0714952-35.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Anelson Brito de Souza (OAB 5342/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Any Caroliny da silva Ozorio (OAB 8130/AM)
Aurélio Câncio Peluso (OAB 32521/PR)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carolina Mizumukai (OAB 264422/SP)
Carolina Rigo Palmeiro (OAB 60961/RS)
Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB 2906/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB 118685/SP)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Eurico José Santoro Franco Azevedo (OAB 003.576/AM)
Euzebio R. C. Junior (OAB 002.338/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 20366/PE)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
Joel Cuesta Télles (OAB 3584/AM)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)

Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Raniele Alves Ribeiro (OAB 13342/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Ricardo Ribeiro Viana de Queiroz (OAB 285803/SP)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: ADEMIR DOCE DA FONSECA (OAB A-113/AM), ADV: ERNESTO ANTUNES DA CUNHA NETO (OAB 128922/MG), ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM) - Processo 0011637-84.2005.8.04.0001 (apensado ao processo 0000540-87.2005.8.04.0001) (001.05.011637-2) - Interdito Proibitório - Interdição - REQUERENTE: Ademir Doce da Fonseca - REQUERIDA: Mariza Cândida Freitas - Amaury Guimarães de Matos - Em cumprimento à Portaria nº 316 de 1º de fevereiro de 2019 (DJE 2548, disponibilizado no dia 04/02/2019, fls. 2), e conforme consulta realizada no sistema SAJ/PG5, certifico que os autos encontram-se sem local físico definido. Dessa forma, procedo com a conversão do processo físico para digital, e em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de restauração dos autos, sob pena de arquivamento, resguardada a possibilidade das partes ou o Ministério Público, a qualquer tempo, promover-lhes, consoante o disposto no art. 712 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

ADV: JOAO CRISOSTOMO DE QUEIROZ (OAB 000.540/AM) - Processo 0014645-12.2000.8.04.0012 (012.00.014645-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Economico S/a - Credito, Financiamento e Investimentos - Em cumprimento à Portaria nº 316 de 1º de fevereiro de 2019 (DJE 2548, disponibilizado no dia 04/02/2019, fls. 2), e conforme consulta realizada no sistema SAJ/PG5, certifico que os autos encontram-se em carga com o advogado. Dessa forma, procedo com a conversão do processo físico para digital, e em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o advogado ao qual a carga está vinculada, para que proceda com a devolução dos autos, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de responsabilização junto à Ordem dos Advogados do Brasil, consoante disposto no art. 234, §§1°, 2° e 3°, da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015.

ADV: CAUPOLICAN PADILHA JUNIOR (OAB 002.362/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: DANTE GLAUS ROCHA DE CASTRO (OAB 2686/AM) - Processo 0024429-61.2010.8.04.0012 (012.10.024429-0) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Siddhartha Gautana Almeida Antony - REQUERIDO: Valer Livraria e Distribuidora Ltda. - Em cumprimento à Portaria nº 316 de 1º de fevereiro de 2019 (DJE 2548, disponibilizado no dia 04/02/2019, fls. 2), e conforme consulta realizada no sistema SAJ/PG5, certifico que os autos encontram-se sem local físico definido. Dessa forma, procedo com a conversão do processo físico para digital, e em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de restauração dos autos, sob pena de arquivamento, resguardada a possibilidade das partes ou o Ministério Público, a qualquer tempo, promover-lhes, consoante o disposto no art. 712 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

ADV: DR. LEONARDO GUIMARAES DE CARVALHO (OAB 003.483/AM) - Processo 0048407-67.2010.8.04.0012 (012.10.048407-0) - Cautelar Inominada - Medida Cautelar - REQUERENTE: Maria Heliana de Albuquerque Mello Santos - Em cumprimento à Portaria nº 316 de 1º de fevereiro de 2019 (DJE 2548, disponibilizado no dia 04/02/2019, fls. 2), e conforme consulta realizada no sistema SAJ/PG5, certifico que os autos encontram-se em carga com o advogado. Dessa forma, procedo com a conversão do processo físico para digital, e em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o advogado ao qual a carga está vinculada, para que proceda com a devolução dos autos, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de responsabilização junto à Ordem dos Advogados do Brasil, consoante disposto no art. 234, §§1°, 2° e 3°, da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015.

ADV: MARCELO RAMOS RODRIGUES (OAB 002.831/AM), ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2089/AM) - Processo 0084068-53.2004.8.04.0001 (001.04.084068-0) - Cautelar Inominada - Medida Cautelar - REQUERENTE: Associação Atlética Cagin - Associação Aquática Tritões - Associação Glória de Artes Marciais - Insetoria Salisiana Missionária da Amazônia - Centro Juvenil - Clube Gmj Esportes - REQUERIDA: Federação de Judô do Amazonas - Em cumprimento à Portaria nº 316 de 1º de fevereiro de 2019 (DJE 2548, disponibilizado no dia 04/02/2019, fls. 2), e conforme consulta realizada no sistema SAJ/PG5, certifico que os autos encontram-se em carga com o advogado. Dessa forma, procedo com a conversão do processo físico para digital, e em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o advogado ao qual a carga está vinculada, para que proceda com a devolução dos autos, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de responsabilização junto à Ordem dos Advogados do Brasil, consoante disposto no art. 234, §§1°, 2° e 3°, da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015.

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0246756-49.2010.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em cumprimento à Portaria nº 316 de 1º de fevereiro de 2019 (DJE 2548, disponibilizado no dia 04/02/2019, fls. 2), e conforme consulta realizada no sistema SAJ/PG5, certifico que os autos encontram-se sem local físico definido. Dessa forma, procedo com a conversão do processo físico para digital, e em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de restauração dos autos, sob pena de arquivamento, resguardada a possibilidade das partes ou o Ministério Público, a qualquer tempo, promover-lhes, consoante o disposto no art. 712 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: ANA NIZETE VIEIRA RODRIGUES (OAB 003.683/PA) - Processo 0331504-19.2007.8.04.0001 (apensado ao processo 0331504-19.2007.8.04.0001) (001.07.331504-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Betoneira Concreto Usinado Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em cumprimento à Portaria nº 316 de 1º de fevereiro de 2019 (DJE 2548, disponibilizado no dia 04/02/2019, fls. 2), e conforme consulta realizada no sistema SAJ/PG5, certifico que os autos encontram-se sem local físico definido. Dessa forma, procedo com a conversão do processo físico para digital, e em conformidade

com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de restauração dos autos, sob pena de arquivamento, resguardada a possibilidade das partes ou o Ministério Público, a qualquer tempo, promover-lhes, consoante o disposto no art. 712 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Ademir Doce da Fonseca (OAB A-113/AM)
Ana Nizete Vieira Rodrigues (OAB 003.683/PA)
Caupolican Padilha Junior (OAB 002.362/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Dante Glaus Rocha de Castro (OAB 2686/AM)
Dr. Leonardo Guimaraes de Carvalho (OAB 003.483/AM)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2089/AM)
ERNESTO ANTUNES DA CUNHA NETO (OAB 128922/MG)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Joao Crisostomo de Queiroz (OAB 000.540/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
Marcelo Ramos Rodrigues (OAB 002.831/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM) - Processo 0200289-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Prince Bike Norte Ltda - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Vistos, Abro vista às partes para se manifestarem acerca dos esclarecimentos feitos pela perita na petição de fls.2127/2146, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FLAVIA SANT 'ANNA (OAB 65122/RJ) - Processo 0203415-55.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: Associação Congregação de Santa Catarina-Hospital Santa Tereza - Cumpra-se, servindo esta de mandado, devendo ser entregues os documentos que a acompanham ao destinatário do ato deprecado. Após, devolva-se ao MM. Juízo deprecante, com as nossas homenagens e cautelas de estilo.

ADV: ALBERTO BRANCO JÚNIOR (OAB 86475/SP), ADV: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA (OAB 88492/SP) - Processo 0211440-04.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Caixa Seguradora S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0248115-53.2018.8.04.0001 - Petição - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: José Carlos Pereira de Sena - Vistos, Intime-se o autor para se manifestar sobre a contestação e a proposta de acordo de fls.129/145.

ADV: MARCELO MICHEL DE ASSIS MAGALHAES (OAB 91045/MG) - Processo 0267015-31.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Vistos, Intime-se o autor para atualizar o valor da causa e recolher custas complementares, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602464-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/E-RIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603024-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: ALEXANDRE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 7201/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0603136-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mucuripe Comercio de Combustiveis Ltda - REQUERIDO: Jorge Henrique Pampolha de Souza - Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. - DECIDO. Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: CONDENAR o 1ª Requerido, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária (INPC) e juros legais (1%), a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ). Condeno o Requerida ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Quanto a lide secundária, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, do CPC. Intime-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0603485-12.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distribuidora Equador de Produtos de Petroleo Ltda - R.H. Considerando que não houve impugnação ao bem penhorado, intime-se o exequente para prosseguir com o feito.

ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM) - Processo 0607420-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: HPX ENGENHARIA E CONSTRUÇÂO LTDA - R. H Intime-se o Autor sobre o cumprimento de sentença, não sendo requerida e execução no prazo de 6 (seis) meses, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0607982-35.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0608813-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Nunes de Oliveira - Isso posto, DEFIRO parcialmente a tutela de urgência para determinar que a Requerida se ABSTENHA de continuar levando a protesto títulos referentes ao contrato firmado entre as partes, sob pena de multa diária de R$ 500,00. Limitados a 30 dias multa. Defiro a gratuidade de justiça, que aproveitará apenas em relação às custas iniciais, nos termos do art. 98, § 5º do CPC. INTIME-SE O AUTOR para pagar as custas do Oficial de Justiça. Após, EXPEÇA-SE MANDADO de Intimação para cumprimento da liminar. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE o requerido (a) para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM) - Processo 0608980-37.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE:

Civilcorp-incorporações LTDA - Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se a Requerida Paulo Adroaldo Ramos Alcantara, por meio do seu patrono, ou, na falta deste, mediante carta com aviso de recebimento, para pagar o valor indicado pelo credor, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento), bem como a expedição de mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos expropriatórios, tudo nos termos dos arts. 513, § 2, II e 523 e parágrafos do CPC. Caso efetuado o pagamento parcial dentro do supracitado prazo, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos termos do art. 523, § 2° do CPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC. Intime-se.

ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM) - Processo 0608980-37.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Civilcorp-incorporações LTDA - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609393-55.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A-ag. Noel Nutles - Vistos, Defiro o pedido de fl.163/164. Suspendo o feito pelo prazo de 6(seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1(um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art.921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0609462-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I. - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM) - Processo 0609592-67.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - REQUERENTE: Mvm Comercio Serviços e Construções - R. H. Defiro o pedido de gratuidade de justiça, que aproveitará apenas em relação às custas iniciais, nos termos do art. 98, § 5º do CPC. Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia da mesma, ou, para, no prazo de 15 (quinze) dias, opor-se à execução por meio de embargos. De logo, arbitro honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da dívida (Art. 827 do NCPC), devendo ficar ciente o executado que, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Intime-se o Requerente para realizar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, mediante boleto extraído diretamente do site oficial do TJAM. Comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado.

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0610863-53.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: UNIPAR CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA - Defiro o pedido de fls.232, mediante o recolhimento das respectivas custas. Intime-se o autor para realizar o pagamento da taxa no valor de R$66,03(sessenta e seis reais e três centavos) referente a expedição da carta, conforme provimento nº 116/2017 - PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se a respectiva Carta Precatória com prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 261 do CPC. Fica à cargo do patrono do autor: a) impressão da documentação exigida no art. 260 do CPC; b) postagem pelos Correios; c) Distribuição, pagamento e acompanhamento no juízo deprecado; d) Informação ao juízo deprecante sobre a distribuição da CP. Cumpra-se.

ADV: EDUARDA ROSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 8846/AM) - Processo 0615079-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Eletro Instalações Ltda - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0616129-84.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0616601-85.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDO: e da S Vieira de

Sousa Me e outro - Vistos, Considerando a guia de recolhimento de n° 001.0971325-51, que consta baixada, nota-se que foi recolhido valor para realizar apenas uma consulta por meio dos Sistemas Renajud e E-ridft, posto que o valor de R$ 14,98 é cobrado POR ATO. Sendo assim, intime-se o autor para complementar as custas para que assim possa ser realizada consulta nos demais sistemas e para os dois requeridos.

ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM) - Processo 0617579-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nulidade - REQUERENTE: Jerri Adriani Albuquerque da Frota - REQUERIDO: Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Manaus - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0619778-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Socorro de Assunção Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Considerando a possibilidade de concessão do efeito modificativo aos embargos de declaração, tempestivos, opostos em fls.348/358. Intime-se a parte embargada para que se manifeste sobre o seu teor, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 1.023, do CPC.

ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB 8901/AM) - Processo 0620672-38.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: SELENETUR AGENCIA TURISMO LTDA - R.H. Considerando que foi recolhida custas para apenas uma pesquisa, defiro somente no sistema Bacenjud.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0620833-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII multicarteira fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - Vistos, Indefiro o pedido de ofício as cooperativas de crédito, for falta de amparo legal, bem como a falta de efetividade da medida, que não irá satisfazer a execução, sendo desnecessária a intervenção judicial nesse sentido. Por outro lado, DEFIRO o pedido de SERAJUD que ficará condicionado ao pagamento no valor de R$20,00(vinte reais). DEFIRO, também, a expedição de certidão de crédito, que ficará condicionado ao pagamento no valor de R$30,00(trinta reais) a primeira folha. Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0623603-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Leideany da Silva Dias - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, CONDENANDO o Requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) a CONCEDER o benefício auxílio-acidente, a ser pago desde o dia seguinte a cessação do benefício, ou seja, o dia 01/10/2017, calculado na forma do art. 86, §1º da Lei 8.213/91, devendo o referido benefício ser acrescido de atualização, remuneração do capital e compensação da mora através dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/09, a partir da citação válida (Súmula 204, STJ). Certificado o direito da Autora e diante do caráter alimentar do benefício, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA e determino ao Réu que implante, no prazo de 30 dias, o benefício auxílio-acidente em favor do Autor, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de 30 dias. O pagamento dos valores atrasados deverá ser realizado mediante RPV ou precatórios, a depender do valor. Não havendo pagamento voluntário, o cumprimento de sentença deve ocorreu consoante o art. 535 do CPC. Condeno o INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10%, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, do CPC. Não havendo, Os honorários sucumbenciais incidirão apenas sobre o valor das prestações vencidas, conforme Súmula 111 do STJ. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0623819-38.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - Vistos, Analisando os autos verifico que o processo esta tramitando a vários anos, e até o momento o requerido não foi citado e a liminar não foi cumprida. Portanto, INDEFIRO o pedido de arquivamento provisório e ratifico o despacho de fls.207, para determinar que o autor promova diligencias úteis no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0623925-97.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H Intime-se o Autor sobre o cumprimento de sentença, não sendo requerida e execução no prazo de 6 (seis) meses, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM), ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM) - Processo 0625804-03.2018.8.04.0001 - Petição - Compra e Venda - REQUERENTE: Valci Medeiros da Silva - Vistos, Trata-se de ação de cobrança, na qual o Autor requereu a rescisão de eventual contrato verbal firmado entre as partes, com a sua reintegração de posse no imóvel. Verifico nos autos, que o AR positivo de fl. 47 foi assinado por terceiro, alheio a lide, sobre isso, é necessário esclarecer que, conforme o art. 223 do CPC, no caso de citação via postal, estabelece o parágrafo único que "a carta será registrada para entrega ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo", Sendo o aviso de recebimentoassinadoporterceiros, cabe ao autor comprovar que o réu tomou conhecimento da demanda contra ele ajuizada, isso porque a ausência de citação valida gera nulidade de todos os atos processuais dela decorrentes. Ademais, por se tratar de contrato verbal, a presença do Requerido é imprescindível para o deslinde do processo. Face ao exposto, chamo o processo a ordem, para tornar sem efeito a decisão interlocutória de fl. 57, que deferiu o julgamento antecipado da lide, face a revelia do Requerido, devendo o processo prosseguir com a citação válida do Requerido. Expeça-se mandado de citação para o endereço constante da inicial, mediante recolhimento das custas do oficial de justiça. Intime-se.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0625898-82.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Formapack Embalagens Plásticas Ltda. - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0626213-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Wanderleia da Silva Camarão - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 3. DISPOSITIVO Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, CONDENANDO o Requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) a CONCEDER o benefício auxílio-doença por acidente do trabalho (espécie 91),

com período de duração de 120 (cento e vinte) dias, a contar da efetiva implantação, a ser pago a partir do dia seguinte da data da cessão do benefício, que ocorreu no dia 26/08/2018, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, devendo o referido benefício ser acrescido de atualização, remuneração do capital e compensação da mora através dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/09, a partir da citação válida (Súmula 204, STJ). Certificado o direito da Autora e diante do caráter alimentar do benefício, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA e determino ao Réu que implante, no prazo de 30 dias, o benefício auxílio-doença (espécie 91) em favor do Autor, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de 30 dias. O pagamento dos valores atrasados deverá ser realizado mediante RPV ou precatórios, a depender do valor. Não havendo pagamento voluntário, o cumprimento de sentença deve ocorreu consoante o art. 535 do CPC. Condeno o INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10%, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, do CPC. Não havendo, Os honorários sucumbenciais incidirão apenas sobre o valor das prestações vencidas, conforme Súmula 111 do STJ. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627519-56.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: PATRÍCIA MANTES DO AMARAL TOLEDO PIZA (OAB 98124/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM) - Processo 0627606-07.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Raimunda Sabino de Araújo - Vistos, Intime-se o autor para se manifestar sobre a petição de fls.189/190.

ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: STEPHANNY KATHERINNY FONSECA MOTTA (OAB 8114/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0627921-06.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Gustavo de Castro Sotero - REQUERIDO: Norte Editora Ltda (Amazonas em Tempo) - R.H. Designe-se audiência de Instrução e Julgamento para o dia 24/04/2019 às 10:00h. Defiro prazo comum de 10 dias para as partes apresentarem o rol de testemunhas, contendo no máximo três (03) testemunhas por parte, as quais devem comparecer independente de intimação, nos termos do art. 357, §§4º, 6º e 7º do CPC.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0628923-40.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 10 (dez) dias, conforme requerido em fls. 153/154, dos autos.

ADV: FREDERICO AUGUSTO SAMPAIO VEIGA (OAB 11411/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0630060-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - EXEQUENTE: Ray Maria Viana Lima - EXECUTADO: Caymus Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA a presente Execução de Título Extrajudicial/PROC, ajuizada por Ray Maria Viana Lima, contra Caymus Empreendimentos Imobiliarios Ltda e Capital Rossi Empreendimentos S/A e o faço nos termos do Art. 267, III c/c 598, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição, desentranhem-se os documentos e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0630304-49.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo Ltda - Vistos, Defiro pedido de expedição de edital que ficará condicionado ao pagamento no valor de R$17,14 (dezessete reais e quatorze centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0632502-30.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: A Gurgel do Carmo e Cia Ltda - R. H Intime-se o Autor sobre o cumprimento de sentença, não sendo requerida e execução no prazo de 6 (seis) meses, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633220-56.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0635152-79.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Valdemar Pereira Pena - R.H. Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença em que a requerida, Margarida Caetano da Silva, foi intimada para pagar voluntariamente os valores referente a condenação, porém se manteve inerte. Na petição de fls.222/223, o autor requer a expedição de alvará de valores supostamente bloqueados pelo sistema BACENJUD. Pois bem, verifico que não há valores bloqueados pelo sistema BACENJUD. Portanto, INDEFIRO o pedido de expedição de alvará. INDEFIRO, ainda, o pedido de pesquisa BACENJUD, devido ao curto período de tempo. DEFIRO RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos) POR ATO. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LUÍS CARLOS DOS SANTOS MATIAS (OAB 4937/AM) - Processo 0636742-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: José Luiz Bampa Sauerbronn e outro - R.H. Defiro SERAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento das custas no valor de R$20,00(vinte reais). Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0636777-85.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0638321-11.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Habitec - Habitação, Empreendimento e Construções Ltda - Vistos, Trata-se de sentença integralmente cumprida. Remeto os autos a contadoria para cálculo de custas finais. Após, intime-se o requerido para efetuar o pagamento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0639929-78.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R. H Intime-se o Autor sobre o cumprimento de sentença, não sendo requerida e execução no prazo de 6 (seis) meses, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA LÚCI MESSA PEREIRA (OAB 5374/AM) - Processo 0640533-39.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Paula Noberto da Costa - R. H Intime-se o Autor sobre o cumprimento de sentença, não sendo requerida e execução no prazo de 6 (seis) meses, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0641454-95.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: RONEY CHAVES DOS REIS - R.H. Face a inércia do autor, proceda-se a baixa dos autos. Ressalto que o feito poderá ser desarquivado a qualquer tempo, mediante solicitação da parte interessada com prova da existência de bens ou para diligências nesse sentido.

ADV: WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA (OAB 2924/AM), ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0641532-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: José Raimundo Viana de Freitas - REQUERIDO: Jockey Club Consórcio - INTIMEM-SE as partes para indicarem quais provas pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM) - Processo 0642016-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Motonorte - Motores e Máquinas do Norte Ltda. - Vistos, Defiro pedido de suspensão do feito pelo prazo de 20(vinte) dias, a fim que o autor encontre o endereço atualizado do requerido.

ADV: BERNADETE PEREIRA CORRÊA SOUZA MONTEFUSCO (OAB 22417/PA) - Processo 0643050-46.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Eliana Pereira Correa - R. H Intime-se o Autor sobre o cumprimento de sentença, não sendo requerida e execução no prazo de 6 (seis) meses, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0643221-66.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: M Alves da Silva - Me - REQUERIDO: Walderles Felix Brandao - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Defiro o pedido de expedição de alvará para a restituição da caução. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0644057-73.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0645572-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Renan Lima de Castro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Dispositivo Isto posto, julgo IMPROCEDENTE os pleitos formulados na inicial, nos termos do art. 487, I do CPC. Condeno o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo 10% (dez por cento), no entanto, suspensa a exigibilidade em relação ao requerente por estar amparado pela justiça gratuita. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0646486-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cristiane Adyel Santos de Almeida - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0647726-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Ronaldo Freitas dos Santos - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: RICARDO QUASS DUARTE (OAB 195873/SP), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM) - Processo 0648796-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: White Martins Gases Indústria do Norte S/A - REQUERIDO: Voith Hydro da Amazonia Ltda. - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, “c” do CPC. Após o pagamento das custas, se existirem, proceda-se à baixa.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM) - Processo 0650188-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Luís Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, “b” do CPC. Após o pagamento das custas, se existirem, proceda-se à baixa.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0653572-98.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0654433-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Seara Alimentos Ltda - De acordo com o Provimento nº 261-CGJ/AM .Intimo o Autor a proceder o pagamento do boleto eletrônico referente as custas da diligencia do Oficial de Justiça, com a devida comprovação nos autos, para que possa ser gerado o devido mandado.

ADV: RENATO MULINARI (OAB 47342/RS), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO (OAB 734A/AM), ADV: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI (OAB 39274/PR) - Processo 0659307-15.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0631975-10.2017.8.04.0001) - Impugnação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda) - Vistos, Defiro o pedido de dilação de prazo por 10 (dez) dias, conforme requerido às fls. 101. Intimem-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
Alberto Branco Júnior (OAB 86475/SP)
Alberto Ivan Zakidalski (OAB 39274/PR)
Alexandre Oliveira de Araújo (OAB 7201/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bernadete Pereira Corrêa Souza Montefusco (OAB 22417/PA)

Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB 734A/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduarda Rosa Cavalcante de Oliveira (OAB 8846/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flavia Sant 'Anna (OAB 65122/RJ)
Frederico Augusto Sampaio Veiga (OAB 11411/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Francisco da Silva (OAB 88492/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Chaves Moura (OAB 8901/AM)
Juliana Lúci Messa Pereira (OAB 5374/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Carlos dos Santos Matias (OAB 4937/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marcelo Michel de Assis Magalhaes (OAB 91045/MG)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
Patrícia Mantes do Amaral Toledo Piza (OAB 98124/SP)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Renato Mulinari (OAB 47342/RS)
Ricardo Quass Duarte (OAB 195873/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stephanny Katherinny Fonseca Motta (OAB 8114/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424A/AM)
Wagner Ricardo Ferreira Penha (OAB 2924/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADILSON JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0042/2019

ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0001613-08.1998.8.04.0012 (012.98.001613-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Fundo de Investimento em Direitos Creditorios não Padronizados America Multicarteira (Fundo america) - REQUERIDO: Quitute Sao Paulo Ltda - TERCEIRO I: Cleyber Antonio Costa - Cartorio do 4 Oficio do Registro de Imoveis - Vistos, Defiro pedido de pesquisa nos sistemas RENAJUD e INFOJUD. Custas já colhidas. Indefiro o pedido de expedição de oficio ao SERASA e DRF, por falta de efetividade na medida. Além disso, os sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD são os mais completos e totalmente disponíveis as partes.

ADV: SAULO GRANA DE MENEZES (OAB 2408/AM), ADV: ABRAHAM JAYME BENEMOND (OAB 900.284/AM) - Processo 0019683-53.2010.8.04.0012/01 (012.10.019683-0/00001) - Embargos à Execução - EMBARGANTE: Praxis Engenharia Ltda. - EMBARGADO: Abraham Nissim Benoliel - INTSSADO: Alonso Oliveira de Souza - Intime-se o Executado, por meio de seu respectivo patrono, para, querendo, impugnar o Auto de Penhora acima, no prazo de 05 (cinco) dias conforme art. 854, §3º do CPC.

ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0204343-84.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fernando Santos da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - LITSPASSIV: Moises da Silva Lima - SEGURADORA ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A - DENUNCIADO: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/AROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Isto posto, com amparo dos dispositivos citados e argumentação expendida, com fundamento no art. 485, I, do CPC. c/c art. 927 e seguintes do CCB e art. 5º, inciso XXVIII, da CF/88, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO DE INDENIZAÇÃO por ato ilícito/acidente de transito proposta por FERNANDO SANTOS SILVA, representado por contra MANAUS AMBIENTAL - AGUAS DO AMAZONAS , e em conseqüência CONDENO-A ao pagamento de DANOS MORAIS na ordem de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), face a gravidade das lesões e DANOS MATERIAS comprovado nos autos no valor de R$ 4.513,34 (quatro mil, quinhentos e treze reais e trinta e quatro centavos) devidamente corrigidos e ainda, uma pensão mensal fixada à razão de 1 (um) salário mínimo) mínimo mensal vigente, na data do pagamento, valor a ser pago que deve incidir a partir desta data, mantida/ratifico a antecipação de tutela no valor deferido (R$ 1.900,00) que reduzo a partir da presente decisão, não cabendo compensação, inclusiva da multa asteintes já levantada, prosseguindo-se durante a vida provável da vítima, que fixo em 20 anos (até limite de 67 anos de idade), depositando em nome do Requerente/Interditante, OSNALIA NOVAES CARIBÉ, conforme Sentença juntada aos autos. Deixo de condenar aos LUCROS CESSANTES visto que o deferimento da tutela antecipatória prejudicou neste particular o pedido. CONDENO a seguradora ROYAL SUNALLIANCE SEGUROS

BRASIL solidariamente, de acordo com a cobertura e até o limite da apólice. Quanto as prestações vencidas até o trânsito em julgado (se houver), custas e honorários advocatícios, estas parcelas em dinheiro deverão ser depositada em Juízo, de uma única vez; o restante, poderá ser constituído renda, transferência de bens no valor, deposito em poupança etc...levando-se em conta o estado da vitima e as condições as serem justificadas em eventual execução de sentença. Custas processuais (a serem recolhidas) e honorários advocatícios esses fixados 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, considerado o pensionamento antecipado e o ora fixado, face ao ônus da sucumbência e o Autor ter decaído em parte mínima do pedido. P. R. I

ADV: FELIPE DOS ANJOS THURY (OAB 4518/AM), ADV: RAFAEL BARROSO FONTELLES (OAB 327331/SP), ADV: FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS (OAB 148512/RJ) - Processo 0240007-40.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0026695-93.2006.8.04.0001) - Procedimento Comum - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Cabea e Banco Alvorada S/A - REQUERIDO: Ilcemar Cardoso de Carvalho - Intime-se o executado Cabea e Banco Alvorada S/A para manifestar-se quanto aos cálculos de fls. 466/467, bem como para substituir o seguro garantia por depósito judicial, no prazo de 5 (cinco) dias, uma vez que o seguro garantia trazido pela executada não permite a execução imediata da quantia incontroversa, não se destinando à garantia do Juízo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0600555-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Helena Fagundes da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social e outro - Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, CONDENANDO o Requerido Instituto Nacional Do Seguro Social - INSS, a CONCEDER o benefício AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO a HELENA FAGUNDES DA SILVA a partir do dia seguinte a cessação benefício (NB 31/618.810.340-5), que ocorreu em 30/11/2017 e a CONVERTE-LO em APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, desde a data da perícia judicial (16/01/2017). Deverá incidir sobre eventual diferença: a) correção monetária a partir do ajuizamento da ação (09/07/2015), devendo ser aplicado índice IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial) divulgado pelo IBGE; b) juros de mora, a partir da citação (04.08.2015), conforme Súmula nº 204 do STJ, com aplicação dos juros da poupança (TR), nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.949/97. Considerando o caráter alimentar do benefício, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA e determino ao Réu que implante, no prazo de 30 dias, o benefício Aposentadoria por Invalidez em favor da Autora, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de 30 dias. O pagamento dos valores atrasados deverá ser realizado mediante RPV ou precatórios, a depender do valor. Não havendo pagamento voluntário, o cumprimento de sentença deve ocorreu consoante o art. 535 do CPC. Condeno o INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10%, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, do CPC. Não havendo, O honorários sucumbenciais incidirão apenas sobre o valor das prestações vencidas, conforme Súmula 111 do STJ. P. R. I. Cumpra-se

ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0608500-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedito Heraldo da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto, DEFIRO o pedido de Tutela de Urgência para determinar a SUSPENSÃO dos descontos mensais, realizados no contracheque do autor, sob a descrição “OLÉ BONSUC. CARTÃO 10”, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, até o deslinde da demanda ou fato superveniente relevante, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitados a 30 dias/multa. Defiro o pedido de gratuidade de justiça integral, uma vez que restou comprovada a condição de hipossuficiente do autor. EXPEÇA-SE mandado de citação/intimação para cumprimento da liminar. Após, REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE o requerido (a) para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO (OAB 309115SP) - Processo 0609260-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc Trata-se de Ação Regressiva, distribuído por dependência, com suspeita de repetição com a ação de n° 0634417-12.2018.8.04.0001, em trâmite neste juízo. Acerca da conexão, estabelece o art. 55, caput, do CPC: Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. Ocorre que, em análise aos presentes autos e ao processo de n ° 0634417-12.2018.8.04.0001, não vislumbro a ocorrência de nenhuma das hipóteses previstas nos arts. 55 e 286, do CPC, pois apesar da identidade de partes, as ações são fundamentadas em apólices distintas, logo, possuem causa de pedir e pedido distintos. Dessa forma, remetam-se os autos para a Distribuição, a fim de redistribuir o feito de forma automática. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0614404-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Conversão - REQUERENTE: Waldeiza Gomes de Aquino - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, CONDENANDO o Requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) a RESTABELECER o benefício auxílio-doença, e convertido para acidentário (espécie 91), com período de duração de um 120 (cento e vinte) dias, após a efetiva implantação, a ser pago desde o dia seguinte a cessação do benefício 27/06/2018 , calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, devendo o referido benefício ser acrescido de atualização, remuneração do capital e compensação da mora através dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/09, a partir da citação válida (Súmula 204, STJ). Certificado o direito da Autora e diante do caráter alimentar do benefício, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA e determino ao Réu que implante/mantenha o benefício auxílio-doença (espécie 91) em favor do Autor, no prazo de até 30 dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de 30 dias. O pagamento dos valores atrasados deverá ser realizado mediante RPV ou precatórios, a depender do valor. Não havendo pagamento voluntário, o cumprimento de sentença deve ocorreu consoante o art. 535 do CPC. Condeno o INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10%, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, do CPC. Não havendo, Os honorários sucumbenciais incidirão apenas sobre o valor das prestações vencidas, conforme Súmula 111 do STJ. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 291A/AM), ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 5746/PA) - Processo 0628094-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Luiz Antonio de Oliveira - REQUERIDO: Lauro Pereira Daniel - Maria Alcirene Pedrosa Costa - Joao Sanguineo - R.H. Considerando petição do defensor em fls. 144, chamo o processo a ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 137. Nomeio a Defensoria Pública para atuar como Curador Especial do requerido. Intime-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: LUIZ PEREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 5736/AM) - Processo 0630538-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José de Assis Nunes - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se o Executado Banco Santander Brasil, por meio de seu respectivo patrono, para, querendo, impugnar o Auto de Penhora acima, no prazo de 05 (cinco) dias conforme art. 841, §1º do CPC.

ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: FABIO FORTI (OAB 349436/SP) - Processo 0632324-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compensação - REQUERENTE: Megafort Distribuidora Incormoração e Exportação Ltda. - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Sendo assim, por força do dispositivo legal, não compete a este juízo a apreciação da presente ação. Isto posto, DECLINO DA MINHA COMPETÊNCIA para presidir o feito em favor de uma das varas cíveis do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte/MG. A secretaria para providenciar a remessa dos autos a comarca destinatária, mediante expedição de ofício e copia dos autos, seja de forma física ou digital (gravado em CD). O referido envio, ficará

condicionado a algumas providências de responsabilidade do autor, quais sejam: providenciar cópias do processo, bem como, o pagamento das despesas relativo a postagem, no prazo de 15 (quinze dias). O prazo fluíra de forma automática após transcurso do prazo recursal. Ressalto ainda, que eventuais custas no juízo destinatário são de responsabilidade do Autor. Não sendo providenciado, proceda-se a baixa junto a Distribuição.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0635358-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: RAIMUNDO EDSON BATALHA DOS SANTOS - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Vistos, Ação julgada parcialmente procedente, sentença confirmada em grau de recurso, com transito em julgado. Intime-se o INSS para, em 30 dias, indicar os valores que entende devido como obrigação de pagar quantia certa prevista no título executivo, devendo-se, adiante, intimar a parte exequente para, em 10 dias, impugnar os cálculos apresentados, sob a advertência de, se nada disser, serem levadas a cabo as medidas requisitórios no montante indicado pela Autarquia, nos termos do art. 526 do CPC. Não apresentadas as medidas para execução invertida, intime-se a parte exequente para, nos termos do art. 523 e ss. do CPC, elaboração do montante devido a título da obrigação de pagar. Cumpra-se. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0652256-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - REQUERIDA: Rozelia Albuquerque Machado - Vistos, Defiro pedido de pesquisa nos sistemas RENAJUD, INFOJUD, SIEL e BACENJUD. Custas já colhidas. Ressalto que a pesquisa no sistema SIEL ficará condicionada a apresentação das seguintes informações: -Nome da genitora; -Data de nascimento.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0653209-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - REQUERIDO: Vaney Galvão da Silva - Vistos, Defiro pedido de pesquisas nos sistemas RENAJUD, BACENJUD, SIEL e INFOJUD. Custas já colhidas. Ressalto que a pesquisa SIEL ficará condicionada a apresentação das seguintes informações: -Nome da genitora; -Data de nascimento.

ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: FRANCISCO WILLIAM BRAGA ROCHA (OAB 8089/CE) - Processo 0653330-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reivindicação - REQUERENTE: Mario Jorge Medeiros Moraes Neto - REQUERIDO: Fetecom Comércio de Derivados de Petróleo Ltda - LITSPASSIV: AUTO POSTO MASTER LTDA - José Tadeu de Souza Teles - TERCEIRA: Evair Aparecida Marques - Ocorre que o ingresso nos autos de terceiro alegando fraude documental, no mínimo, significa inexistência de um direito liquido e contundente. Assim, considerando a petição de fls.1.337/1.339 que de forma gravosa expõe as partes a uma questão de fraude de documentos, REVOGO a decisão proferida às fls. 1.074/1.078, para determinar a intimação das partes para manifestarem-se quanto a petição e documentos juntados, no prazo de 10 (dez) dias. Designo Audiência de Conciliação para o dia 11/04/2019 as 09:30 horas.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0655037-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - REQUERIDO: Andriel da Cunha Bragança - Vistos, Defiro pedido de pesquisa nos sistemas SIEL/RENAJUD/INFOJUD/ BACENJUD. Custas já colhidas. Ressalto que a pesquisa SIEL, ficará condicionada a apresentação das seguintes informações: -Nome da genitora; -Data de nascimento.

Abraham Jayme Benemond (OAB 900.284/AM)
Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 291A/AM)
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 5746/PA)
Fabio Forti (OAB 349436/SP)
Felipe dos Anjos Thury (OAB 4518/AM)
Felipe Fidelis Costa de Barcellos (OAB 148512/RJ)
Francisco William Braga Rocha (OAB 8089/CE)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Luis Bonfim Leite Filho (OAB 309115SP)
LUIZ PEREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 5736/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Rafael Barroso Fontelles (OAB 327331/SP)
Saulo Grana de Menezes (OAB 2408/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: RAYSA LEMOS PERTOTI DE FIGUEIREDO (OAB 7777/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0254397-88.2010.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Ante o exposto, conheço os embargos de declaração, contudo NÃO LHES DOU PROVIMENTO, mantendo a sentença nos termos em que foi proferida. Intimem-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 1623A/MG) - Processo 0600103-45.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: BRF - BRASIL FOODS S.A - Tendo em vista o que dispõe o art. 513, § 2.º, II do CPC, de ordem, fica intimada a parte Exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a devida comprovação nos autos, intime-se o Executado nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0602071-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Nara Barbosa Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte Autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: KARIME SAID E SAID (OAB 11800/AM) - Processo 0606810-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Check Up Clínica Hospital Ltda - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de

boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria n.º 116/2017. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM), ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM) - Processo 0612814-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Santorini - EXECUTADO: Franklin Simões de Santana Filho - De ordem, encaminho os autos para consulta de bens via sistema conveniado RenaJud. Custas pagas à fl. 179.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0614820-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: ALSIDNEY MACIEL BARBOZA - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: I - Condeno o Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a restabelecer ao Autor Alsidney Maciel Barboza o auxílio-doença NB 6110478982, desde a data da cessação indevida (27/07/2016) até o término da análise da reabilitação profissional, bem como as parcelas em atraso, as quais serão apuradas em sede de liquidação de sentença. Conforme decidido nos autos do RE 870947, os valores vencidos serão acrescidos de juros de mora com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança (TR), conforme disposto no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, na redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a contar da citação (S. 204 do STJ) e correção monetária calculada pelo IPCA-E a contar do vencimento de cada parcela do benefício concedido. II - Condeno o Requerido a converter o benefício auxílio-doença previdenciário (NB NB 6110478982) em seu homônimo acidentário. III - Considerando o caráter alimentar da prestação, determino que o Requerido implante o benefício auxílio-doença acidentário, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito. IV - Condeno, ainda, o Requerido a pagar as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre as parcelas vencidas até esta sentença (S. 111 do STJ). P.R.I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JÚLIA MOREIRA MAIA (OAB 10238/AM) - Processo 0659297-68.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio do Centro Comercial Le Bon Marche - EXECUTADO: Banco Alvorada S/A - Defiro à parte Autora os benefícios da justiça gratuita, ressaltando que a mesma não ficará isenta do pagamento referente as despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. Intimo-a para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. Após o pagamento com a comprovação nos autos, cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Júlia Moreira Maia (OAB 10238/AM)
Karime Said e Said (OAB 11800/AM)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 1623A/MG)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Raysa Lemos Pertoti de Figueiredo (OAB 7777/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: BENEDITO CARLOS VALENTIM (OAB 4114/AM), ADV: EMIVAL LEMES DE ABREU (OAB 3848/AM), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401A/AM), ADV: JOSÉ PAULO FERREIRA (OAB A183/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0017146-30.2004.8.04.0001 (001.04.017146-0) - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Jose Francisco Pesqueira Lessa - CURADOR: Gualberto Graciano de Melo - REQUERIDO: Ela - Empresa Lider de Assessoria Ltda - Defiro o pedido de expedição da Carta de Adjudicação nos termos da sentença de fls 201, bem como do r acórdão. Após, promova a remessa dos autos à Contadoria para os cálculos das custas e honorários advocatícios. Ao retorno, intime-se o requerente para manifestar-se nos autos.

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: MAURO MARTINEZ MARQUES JUNIOR (OAB 9387/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM) - Processo 0207535-25.2011.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0207535-25.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Alexsandro de França Santos - EXECUTADO: Balbino Mendonca Filho - INTSSADO: Check Up Hospital Ltda. e outro - Intime-se o exequente por Ar para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas, conforme portaria 116/2017. Recolhidas as custas, proceda com a pesquisa junto E-RIDFT. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0600654-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Josimar Neves da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0601404-95.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o retorno dos autos da instância ad quem, tenho por bem intimar a parte Autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito requerendo o que entender de direito . Apos, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO MIRANDA REIS (OAB 8678/AM) - Processo 0601463-49.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: RITA DE CASSIA PEREIRA DA COSTA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0601484-49.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0624107-78.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Capital Rossi Empreendimentos S/A - EMBARGADO: Condominio Residencial Authentic Recife - Em cumprimento à Decisão de fls. 106, intimo a parte embargada para que se manifeste acerca dos embargos opostos, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601852-63.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 131. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM) - Processo 0602810-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Eriko Leonardo Valente Lopes - Trata-se de ação de busca e apreensão. A parte Requerente obteve concedida em seu favor, com base nos documentos apresentados na exordial, liminar para apreensão do bem dado em garantia contratual. Contudo, comparece aos autos a parte Requerida aduzindo, entre outras teses de defesa, falta de interesse de agir da parte Requerente por inexistência de mora, ante a comprovação de pagamentos efetuados que coincidem com o período alegado na exordial. Diante do impasse, tenho por bem sobrestar o mandado de busca e apreensão e determinar a intimação da parte Requerente para oferecer réplica à contestação. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão, onde então o juízo analisará se de fato houve o preenchimento do requisitos necessários da liminar vindicada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0604389-61.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 90, proceda conforme requerido, custas pagas. Após a consulta intimem-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT) - Processo 0607870-37.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transporte de Pessoas - REQUERENTE: JACKELINE GOMES NOVO e outro - REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRA S.A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ) - Processo 0608631-68.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0638416-12.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Eletro Instalações Ltda. e outros - EMBARGADO: Itaú Unibanco S/A - Ante o retorno dos autos da instância ad quem, intime-se as partes autoras para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem-se requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0608684-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Remeto os autos a Contadoria para que a mesma informe o efetivo pagamento da guia de recolhimento judicial de n° 001.0975070-32, uma vez que a parte autora juntou as autos a comprovação de pagamento as fls. 35/37, contudo, o mesmo não fora reconhecido no relatório de custas do sistema SAJ. Apos, voltem-me conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM), ADV: SOUZA CRUZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 13259AM) - Processo 0609283-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tiago Rodrigues Lima Soares Menor e outros - Tratando-se de interesse de incapaz, abro vista ao Ministério Publico para que o mesmo manifeste-se no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. Apos, retornem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: LANDO BORGES BOTTOSSO (OAB 26158/GO), ADV: BRUNO MACHADO DE LIMA (OAB 12597/AM), ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM) - Processo 0612722-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A - REQUERIDO: Expresso Norte e Sul Logistica e Transportes Eireli - Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca

de eventual interesse em produção de provas complementares, devendo de plano indica-las e justificar a sua pertinência para a resolução da lide, sob pena de indeferimento liminar das mesmas. Após, retornem-me os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0612879-14.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.232/234, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0615399-10.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: RD Refrigeração, Comércio e Serviços Ltda - EXECUTADO: Construtora Almeida Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fls.239/242, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0616324-98.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Fica o exequente intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o complemento das custas, conforme portaria nº 116/2017. Recolhida as custas, proceda com a pesquisa requerida às fls. 103. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0617312-56.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Fica o exequente intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas, conforme portaria nº 1116/2017. Recolhida as custas, proceda com a pesquisa junto aos sistemas conveniados para obtenção de novo endereço. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ PAULO CITOLIN JÚNIOR (OAB 13311/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0618274-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Defiro o pedido de fls. 133, proceda com a substituição do polo passivo. Após, intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas, conforme portaria nº 116/2017. Recolhidas as custas, expeça-se a carta de citação no endereço acima mencionada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM) - Processo 0622833-50.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - EXEQUENTE: themis costeira de mendonça - EXECUTADO: José Antonio Dias de Carvalho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0625065-64.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Condominio Residencial Authentic Recife - Fica o requerente intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de consulta, conforme portaria nº 116/2017. Efetuado o pagamento, proceda com a pesquisa requerida as fls. 140. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0626913-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que promova o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0630356-16.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: MERRONIT COMERCIAL LTDA ME - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0631518-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Selezio Sergio Sarayva Matos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0631960-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leonilia Silva da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0632156-11.2017.8.04.0001 - Petição - Seguro - REQUERENTE: Maria da Conceição Palheta da Costa e outro - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Acolho o pedido do Ministério Público e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/04/2019, às 9 (nove) horas, na sala 1 de audiências da 1a Unidade de Processamento Judicial (UPJ), localizada no 7º andar do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633936-49.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas, conforme portaria nº 116/2017. Recolhidas as custas, proceda como requerido as fls.79. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO HAROLDO GUERRA LÔBO (SUSPENSO ATÉ 26/04/2018) (OAB 15166/CE), ADV: FELIPE ALVERNAZ GOMES (OAB 27210/CE) - Processo 0633994-28.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: EDERNILSON DE ANDRADE GARRIDO - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0634020-50.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Duplicata - REQUERENTE: Vetoh Materiais de Segurança do Trabalho Ltda - Epp - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634454-78.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fl.182, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM) - Processo 0635640-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Josimar Carneiro da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0635942-97.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Adminstradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0638067-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Valdeneide Roberto da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: JIULIANE MOURA DA COSTA (OAB 9809/AM) - Processo 0638410-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Eliana Torres Cerbaro - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0638706-56.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando terem esgotados os meios de tentativa de localização da parte Requerida em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0639925-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ana Maria Alves Gois - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (55/62).

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0640103-19.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vila das Flores - Fica o exequente intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas, conforme portaria nº 1116/2017. Recolhidas as custas, proceda como junto ao Renajud. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641572-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de comprovante de restrição em fls. 138 e 139, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0642593-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Rosiene do Carmo Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que tome ciência da petição de fls. 336/360, e se manifeste, caso queira. Aguarde-se prazo para recurso da sentença de fls. 322/329.

ADV: MARCUS DI FABIANNI FERREIRA LOPES (OAB 358A/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: CARINE TERESA LOPES DE SOUZA POSSIDÔNIO (OAB 12656/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0642728-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Epitacio Casimiro Goes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício - remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0644175-49.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus -Sicoob Uniam - Em cumprimento ao Despacho de fls. 90, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca do teor do despacho mencionado, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0645378-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Fica o requerente intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de consulta, conforme portaria nº 116/2017. Efetuado o pagamento, proceda com a pesquisa requerida as fls. 74/75. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0708624-89.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro pedido de nova consulta nos sistemas conveniados ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, ante a constatação por este Juízo da ausência de bens ou valores penhoráveis em nome da parte executada em pesquisas anteriores/recentes, bem como falta de indicação expressa e específica da existência de outros bens penhoráveis pela parte Exequente, sendo seu ônus a diligência, razão pela qual determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo em caso de demonstração da efetividade da medida. Transcorrido o prazo, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, conforme o § 2º do referido artigo, ocasião na qual terá início o prazo de prescrição intercorrente. Intime-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Haroldo Guerra Lôbo (SUSPENSO ATÉ 26/04/2018) (OAB 15166/CE)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benedito Carlos Valentim (OAB 4114/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Machado de Lima (OAB 12597/AM)
Carine Teresa Lopes de Souza Possidônio (OAB 12656/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emival Lemes de Abreu (OAB 3848/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401A/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Felipe Alvernaz Gomes (OAB 27210/CE)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Jiuliane Moura da Costa (OAB 9809/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Paulo Citolin Júnior (OAB 13311/AM)
José Paulo Ferreira (OAB A183/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lando Borges Bottosso (OAB 26158/GO)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB 358A/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Maurício Miranda Reis (OAB 8678/AM)
Mauro Martinez Marques Junior (OAB 9387/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)

Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Souza Cruz Sociedade Individual de Advocacia (OAB 13259AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601272-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Jose Baptista Vidal Pessoa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas de Citação Carta/Mandado e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s)/Mandado(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601272-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Jose Baptista Vidal Pessoa - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC e estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta/mandado de citação para pagamento da quantia em dinheiro, observando-se o teor do art. 700, §7º do CPC, apontada na inicial, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme artigo 701, caput, do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR/Mandado, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC. Caso a carta/mandado expedida retorne negativa, havendo requerimento, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte Requerida, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta/mandado de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela VII, Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0060/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0261596-30.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0600245-49.2015.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Ante o exposto, na ação movida por Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. contra SUPRIMAZON COMÉRCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE LTDA,, após cuidadosa análise dos autos em questão e por todo o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais, termos em que DECLARO NULOS os títulos 10A17 e 212/183/96, bem como a INEXIGÍVEL o débito ensejador dos protestos, devendo a Secretaria desta Vara expedir ofício ao 3º e 4º Ofícios para retirada de protesto dos títulos nulos, ficando a cargo da parte interessada a impressão e envio aos destinatários Por fim, por força do princípio da causalidade, CONDENO o Réu ao pagamento das custas, incluindo as referentes à retirada dos protestos junto ao 3º e 4º Ofícios, bem como em honorários advocatícios em favor da parte adversa, fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 86, parágrafo único, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção

Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: EVELYN FABRÍCIA DE ARRUDA (OAB 28224/PR) - Processo 0602060-76.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Best Way Trips Agência de Viagens e Turismo Ltda. - Vistos, etc. Cuida-se de embargos declaratórios opostos por Best Way Trips Agência de Viagens e Turismo Ltda., em face de sentença que extinguiu o processo, com resolução de mérito, em razão de erro material. É o relato. Decido. Embargos opostos tempestivamente. Efeito interruptivo concedido, pois. Com efeito, assiste razão à embargante. Passa a vigorar o dispositivo no que tange a custas e honorário com a seguinte redação: "Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerente, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, com suporte no art. 85, §§ 2º CPC." Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes conferir provimento, de modo a fixar que os honorários são devidos pela Requerida aos Patronos da parte autora. Intime-se. P. R.C.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0603962-64.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0604390-85.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM), ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0606028-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Brenno Pamplona Cavalcante - REQUERIDO: Adair José Pereira Moura - Intimadas as partes a se manifestar quanto a eventuais provas a ser produzidas, o requerente pugna pelo julgamento no estado e o requerido quedou-se inerte. Assim, em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0607217-30.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Devidamente intimado do ato ordinatório de fls. 83 para recolher custas referente às diligências do oficial de justiça, caso manifestasse interesse, a parte requerente não juntou comprovante de recolhimento. Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0612906-94.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA CÉLIA SANTANA DA SILVA (OAB A456/AM), ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0614022-67.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Multa de 10% - REQUERENTE: Anderson Maciel das Chagas - REQUERIDA: Neuza Socorro da Silva Pinto e outro - Assim, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove o recolhimento das custas para requisição de informações por meio eletrônico, nos termos do item 9 da tabela III da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. No mesmo prazo, deverá a parte interessada juntar planilha atualizada de débitos. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACEN JUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Caso a pesquisa resulte em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na petição de fls. 138/139, resta esclarecer que equivoca-se a peticionante, posto não haver qualquer objeção por parte do exequente no que se refere a decisão de fls. 132/133, inexistindo motivo para exclusão dos autos. Por fim, ciente da revogação de poderes, há de ser resguardado percentual em eventual honorário no momento próprio. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0615425-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Ruth Afonso Didier - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, cujo pagamento restará suspenso até que o demandante, beneficiário da assistência judiciária, apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 98, §3º do CPC, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0618086-23.2016.8.04.0001 - Interpelação - Liminar - INTPELANTE: GUILDO SATURNINO UCHOA - EPP - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM) - Processo 0618105-97.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça -

REQUERENTE: MARIA TEREZA BARBOSA CORRÊA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0618695-40.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0610223-79.2017.8.04.0001) - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: SB COMERCIO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0624347-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Polonorte Serviços Empresariais Ltda. - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Precatória ou indicar novo endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM), ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0625155-77.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0620886-92.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Associação Esportiva de Artes Marciais Amazônia - REQUERIDO: Federação de Judô do Amazonas - Ante o exposto, na ação movida por Associação Esportiva de Artes Marciais Amazônia contra Federação de Judô do Amazonas, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC). Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0630394-91.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0633370-03.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: M.R.A.C. - Certifico que, nesta data, em cumprimento a decisão interlocutória de fls. 92 e conforme manifestação de fls. 95/96, procedi com a alteração do valor da causa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra a decisão interlocutória de fls. 92, na parte cujo teor segue abaixo: “Sendo assim, altero de ofício o valor da causa, devendo a autora complementar as custas iniciais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição.”

ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: PEDRO REINALDO DA SILVEIRA (OAB 6472/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0634707-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDA: Maria Emilia da Silva Leitao - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (91/96) e documentos às Pág.(s) (97/104).

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO (OAB 7628/AM) - Processo 0634885-49.2013.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Fernando Antonio de Paulo Siervi - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM), ADV: ANA CÉLIA SANTANA DA SILVA (OAB A456/AM) - Processo 0636419-23.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0614022-67.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Neuza Socorro da Silva Pinto e outro - EMBARGADO: Anderson Maciel das Chagas - Portanto, restando apenas um dia de prazo para embargos, nos termos da decisão exarada, tempestivo é o ingresso da defesa que deu-se no mesmo dia da publicação, 08/11/2016. Aguarde-se por parte das embargantes o cumprimento da determinação judicial , sob pena de extinção do feito. Intime-se.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0639662-04.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: B. S. A. Comercio de Materiais de Telecomu - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0651785-34.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0652181-11.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Solange Lacerda Gago Santa Rita - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (97/120) e documentos às Pág.(s) (121/139).

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0657746-53.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALESSANDRO FERNANDES BRAGA (OAB 72065/MG), ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0707462-59.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Intermedium S.AINTERMEDIUM S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alessandro Fernandes Braga (OAB 72065/MG)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Célia Santana da Silva (OAB A456/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Evelyn Fabrícia de Arruda (OAB 28224/PR)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Maria Rosiane de Brito (OAB 7628/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Pedro Reinaldo da Silveira (OAB 6472/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: ANA CLÁUDIA CASTRO DE HOLANDA (OAB 4405/AM) - Processo 0208256-93.2019.8.04.0001 (processo principal 0350720-63.2007.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Joao Paulo Marques - Vistos, Determino seja a petição de fl. 1/2 destes autos transladada aos autos principais de nº : 0231757-18.2015.8.04.0001. Ato contínuo, determino ocorra a baixa do presente feito no sistema processual. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0208339-12.2019.8.04.0001 (processo principal 0626482-52.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jucimar Moraes Matias e outros - Vistos, Determino seja a petição de fl. 1/7 destes autos transladada aos autos principais de nº 0626482-52.2017.8.04.0001. Ato contínuo, determino ocorra a baixa do presente feito no sistema processual. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 10026A/PB), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS) - Processo 0210374-86.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca da certidão do senhor oficial de justiça, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ANA CLÁUDIA CASTRO DE HOLANDA (OAB 4405/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0231757-18.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0350720-63.2007.8.04.0001) (processo principal 0350720-63.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Joao Paulo Marques - EXECUTADO: Habitec _ Habitacao Empreendimentos e Construcoes Ltda - Vistos, Consoante dispõe o art.524 do CPC para requerer o cumprimento de sentença o Exequente deve trazer aos autos demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. Nesse contexto, diga o Exequente em 15 (quinze) dias. Doutro giro, determino à Secretaria da 4a. UPJ que promova o translado de todas as peças e documentos que instruem estes autos àqueles sob registro nº 0350720-63.2007.8.04.0001 - processo de distribuição originária, onde deve efetivamente tramitar o cumprimento definitivo de sentença. Após, ultimem-se providências à baixa e arquivamento destes autos. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0235777-96.2008.8.04.0001 (001.08.235777-4) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Manaus EnergiaS/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IVES ALENCAR ALBUQUERQUE (OAB 5621/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM), ADV: IGOR HANAN SIMÕES (OAB 6069/AM), ADV: DANYEL ALENCAR GARAVITO (OAB 5576/AM) - Processo 0236863-34.2010.8.04.0001 (001.10.236863-6) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: SINART - SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIÁRIOS E TURÍSTICO LTDA - REQUERIDO: Lúcio Alberto de Lima Albuquerque - Vistos, Intime-se o Executado, na pessoa de seu advogado (art. 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado

pelo Exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso o Executado efetue o pagamento integral da dívida, defiro ocorra a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do sistema BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se o Executado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme os termos da Lei n. 4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome do Executado, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo desde logo, ocorra a constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo "in albis", intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0250265-75.2016.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Banco Mercantil do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0261476-21.2010.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: BB Leasing S.A - Arrendamento Mercantil - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no artigo 485, VIII, do CPC. Em que pese o Autor ter dado causa ao processo, bem como a sua extinção, verifico que procedeu ele com o pagamento das custas processuais, não havendo então qualquer outra despesa processual a ser adimplida. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: OSÉIAS VITORINO DO NASCIMENTO (OAB 13236/PA), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0338064-74.2007.8.04.0001 (001.07.338064-5) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Bb - Leasing S/a - Arrendamento Mercantil - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0600439-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Valdir Mafra da Silva - Vistos, Inexistentes questões processuais pendentes à análise. Assim, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Portanto, o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 973A/AM) - Processo 0601842-87.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0601983-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Thailson Marques Siqueira e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos, Em análise dos autos, verifico que o Ministério Público não restou por ser devidamente intimado para intervir nos presentes autos, considerando ser o Autor incapaz. Dessa forma, determino que se intime o Ministério Público para intervir como fiscal da Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 178, caput e inc. II, do CPC Findo o prazo sem manifestação do Parquet, determino que se conclua o feito para sentença, consoante norma disposta no art. 180, §1°, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0602437-86.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: SIMITRANS FRIGORÍFCO E COMÉRCIO DE FRIOS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0602967-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos do art. 319 do CPC. Sendo assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do art.334 do CPC. Providências legais. Int. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0602998-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAUJO (OAB 10188/AM) - Processo 0604181-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edimar Pimentel Monteiro - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a concessão de gratuidade da justiça, na forma do art. 98, §1º, do CPC; c) deferir a prioridade na tramitação do feito, ex vi do art. 1.048, inc. I, do CPC; e d) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0604200-25.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c decisão de fl. 38, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0606142-19.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no artigo 485, VIII, do CPC. Em que pese o Autor ter dado causa ao processo, bem como a sua extinção, verifico que procedeu ele com o pagamento das custas processuais, não havendo então qualquer outra despesa processual a ser adimplida. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0606470-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartão S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 06/06/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: RENNO ANDRADE VALER (OAB 8669/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM), ADV: FERNANDA DE ARAÚJO MEDEIROS (OAB 29249/CE) - Processo 0606714-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Contratos Bancários - REQUERENTE: ANTONIO LOPES BRAGA NETO - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0606740-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: EMILIA ALENCAR DE SOUZA - REQUERIDO: CARLOS JORGE CURY MANSILLA e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR de fls. 1007 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLEUTON PEREIRA TAVARES (OAB 13814/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: WALDIR LINCOLN PEREIRA TAVARES (OAB 3998/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM) - Processo 0606805-75.2013.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Dacilene Rodrigues Gomes - REQUERIDA: Edvania Souza da Cruz - Em conformidade com o art. 1º, XXVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de desistência formulado nas fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0607706-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Carolina Batista de Moraes - Diante disso, determino seja intimada a parte Autora, por seu advogado, a fim de que comprove em 15 (quinze) dias a alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, nos moldes do art. 321 do CPC. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos à análise do pedido de gratuidade processual. Int.Cumpra-se.

ADV: KARINA ARAUJO BLASCH (OAB 4362/AM), ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM) - Processo 0607721-07.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - EXEQUENTE: Menta e Araujo Comercio de Alimentos LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0608537-81.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Hts Servicos de Hotelaria e Turismo Conservação e Serviços Ltda - Vistos, As partes acostam petição em fls. 185/190, informando que celebraram avença extrajudicialmente e requerendo sua homologação. Em assim sendo, decido por homologar o referido acordo e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC. Isento de custas finais remanescentes, se ocorrerem, em atenção ao disposto no art.90, §3º do CPC. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0609095-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Viagem Nacional - REQUERENTE: R.M.S. - Vistos, etc Pleiteia o Autor autorização de viagem em favor de filho menor de idade. Assim sendo, resta clara a incompetência absoluta deste juízo para conhecer da demanda, em razão do quanto disposto no art. 161, I, da Lei Complementar n.º 17/97, que atribui à Vara da Infância e Juventude a competência para conhecer das matérias atinentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Redistribuam-se os autos à Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital. Cumpra-se.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0609460-10.2019.8.04.0001 - Petição - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Euro Jader Sampaio - Vistos, etc Pleiteia o Autor seja a presente demanda distribuída por dependência aos autos n.º 0603112-73.2019.8.04.0001 que tramitam no juízo da 16ª Vara Cível, por reconhecer a conexão entre os feitos. Dito isto, em detida análise ao feito 0603112-73.2019.8.04.0001, visualizo que assiste razão ao Autor, na medida que versam os referidos autos sobre busca e apreensão do veículo adquirido por intermédio de contrato de financiamento que se busca revisar nesta demanda, a incidir a norma encartada no art. 55, §2º, I, do CPC. Ante o exposto, declino da competência para conhecer da presente demanda e, ato contínuo, determino a remessa destes autos ao juízo da 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, via distribuição. Int. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0609488-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Amanda Fabiola Pereira Pequeno - Diante disso, determino seja intimada a Autora, por seu advogado, a fim de que comprove em 15 (quinze) dias a alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, nos moldes do art. 321 do CPC. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos à análise do pedido de gratuidade processual. Int.Cumpra-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0609747-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Oreonaldo Rodrigues da Silva - Vistos, Determino que se intime o Autor, a fim de que se manifeste sobre a proposta de acordo formulada pela autarquia Requerida em fls. 134/135, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0611042-79.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Janderlan Rodrigo dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0612116-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Lilian da Silva Macedo - Vistos, Determino que se intime a Autora a fim de que se manifeste sobre a proposta de acordo formulada pela autarquia Requerida no corpo da contestação que oferta em fls. 122/124, no prazo de 15 (quinze) dias, na medida em que não vislumbro nos autos ocorra regular manifestação da Requerente sobre referido ponto. Int. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612314-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0614567-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616113-62.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c decisão fl. 33/34, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual (penhora e avaliação) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616263-19.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: ALEXANDRE BISKER (OAB 118681/SP), ADV: BERENICE SOUBHIE NOGUEIRA MAGRI (OAB 121288/SP), ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: ALEXSANDRO R. FERNANDES (OAB 73747/MG), ADV: MARCELO MARTINS (OAB 167475/SP), ADV: EDINEIA SANTOS DIAS (OAB 197358/SP), ADV: ANA LÚCIA DA SILVA BRITO (OAB 286438/SP), ADV: ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP), ADV: FLÁVIA CRISTINA M DE C ANDRADE (OAB 106895/SP), ADV: THOMAS BENES FELSBERG (OAB 19383/SP), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: FELIPE DI BENEDETTO JÚNIOR (OAB 12234/MS), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: DIOGO ASSUMPÇÃO REZENDE DE ALMEIDA (OAB 364858/SP), ADV: CLÁUDIO OLAVO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 184055/SP), ADV: MARCOS ANTÔNIO KAWAMURA (OAB 88871/SP), ADV: WELLINGTON DE MORAIS FERRATO (OAB 9040/MS), ADV: ROSA CRISTINA MEYER (OAB 3649/ES), ADV: CELITA ROSENTHAL (OAB 201351/SP), ADV: LUIZ FELIPE OLIVEIRA STIVAL (OAB 329244/SP), ADV: MICHELE FOYOS CISOTO (OAB 247486/SP), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: GILBERTO GIANSANTE (OAB 76519/SP), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP), ADV: ADRIANO DE SOUZA JAQUES (OAB 315165/SP), ADV: ELAINE CARNAVALE BUSSI (OAB 272431/SP), ADV: MARCUS ALEXANDRE MATTEUCCI GOMES (OAB 164043/SP), ADV: CÉSAR RODRIGO NUNES (OAB 260942/SP), ADV: ROBERTO GOMES NOTARI (OAB 273385/SP), ADV: RUY JANONI DOURADO (OAB 128768A/SP), ADV: RAFAEL ISBER FIGLIOLA (OAB 320581/SP), ADV: OCTAVIO JOSE ARONIS (OAB 70929/SP), ADV: SANDRO DOMENICH BARRADAS (OAB 115559/SP), ADV: FERNANDO JORGE DAMHA FILHO (OAB 109618/SP), ADV: PÉRSIO THOMAZ FERREIRA ROSA (OAB 183463/SP), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: HARRISSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 107778/MG), ADV: MICHELE PITA DOS SANTOS (OAB 296314/SP), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM), ADV: EDUARDO SILVA TOLEDO PULLIN MIRANDA (OAB 29880/GO), ADV: HENRIQUE CAVALHEIRO RICCI (OAB 43024/DF), ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM), ADV: ANDRÉA GONÇALVES OLIVA ITACARAMBI (OAB 25246/GO), ADV: AMANDA TORRES HOLLERBACH (OAB 189513/RJ), ADV: JACQUES FELIPE ALBUQUERQUE RUBENS (OAB 208019/RJ), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: MÔNICA MENDONÇA COSTA (OAB 195829/SP), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: LUIS RENATO FERREIRA DA SILVA (OAB 24321/RS), ADV: GABRIELA VITIELLO WINK (OAB 54018/RS), ADV: LEILA MEJDALANI PEREIRA (OAB 128457/SP) - Processo 0617552-11.2018.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Igb Eletrônica S.a. e outro - EMBARGANTE: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A - Banco Safra S/A - REQUERIDO: - - ADMINISTRA: Carlos Roberto Deneszczuk Antônio e outro - TERCEIRO I: Felsberg e Pedretti Advogados e Consultores Legais e outros - INTSSADO: Banco Crefisa S.a. (Nova Denominação do Banco Bpn Brasil S/a) - Banco do Brasil S/A - Sportpro Marketing Ltda. e Berenice Soubhie Nogueira Magri Advocacia - TERCEIRO I: BANCO TRIANGULO S/ABANCO TRIÂNGULO S/A - Korea Trade Insurance Corporation - Polonorte Serviços Empresariais

Ltda. - Fazernda Nacional do Estado de Goias - Editora Abril - Abril Comunicações S.A. - Ferreira Rosa Sociedade de Advogados - Marilda de Oliveira Silva - Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados - PREST SERVICE MÃO DE OBRA LTDA - Sodexo do Brasil Comercial S/A - Elton Oliveira Ribeiro - Municipio de Vitoria - Raila Araujo Ferreira da Silva - Aron Bisker Advogados Associados e outros - NÃO INFORM: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - INTSSADO: Newton Ribeiro Filho - TERCEIRO I: Instituto de Pesquisas Eldorado - Marcos Kawamura - Sociedade de Advogados - Avnet Eletronics Marketing e outros - R.H. 1- Considerando os PETICIONAMENTOS de fls. 6709/6713 e 6803/6804, DETERMINO a INTIMAÇÃO do ADMINISTRADOR JUDICIAL e das EMPRESAS RECUPERANDAS para, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, apresentarem MANIFESTAÇÃO quanto aos questionamentos apontados. 2- DETERMINO, também, que os PEDIDOS de HABILITAÇÃO DE CRÉDITO, bem como de DIVERGÊNCIAS apontadas por CREDORES, postulando pela INCLUSÃO, MAJORAÇÃO, EXCLUSÃO e/ou RECLASSIFICAÇÃO dos CRÉDITOS, sejam ENVIADAS DIRETAMENTE ao ADMINISTRADOR JUDICIAL, por e-mail: contato@inpeam.com.br e perito.pauloalecrim@inpeam.com.br., de modo a permitir a VERIFICAÇÃO dos CRÉDITOS e a elaboração do EDITAL contendo a RELAÇÃO DE CREDORES. 3- A fls. 6787/6789, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelas EMPRESAS RECUPERANDAS em face da DECISÃO proferida a fls. 6695/6708, cujo ATO ORDINATÓRIO de INTIMAÇÃO dos EMBARGADOS para apresentarem CONTRARRAZÕES já foi DISPONIBILIZADO no DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA, devendo, portanto, ser AGUARDADO o DECURSO do PRAZO para MANIFESTAÇÃO no momento oportuno. CERTIFIQUE, a SECRETARIA-UPJ, o DECURSO do PRAZO e a ocorrência de eventuais CONTRARRAZÕES. 4- Ora, em APRECIAÇÃO e DECISÃO, a petita de fls. 6842/6853 apresentada pelas as EMPRESAS IGB ELETRÔNICA S/A e EBTD - EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DIGITAL LTDA - vejamos. Comparecem as RECUPERANDAS para INFORMAR que vem ocorrendo BLOQUEIOS DE VALORES em SUAS CONTAS BANCÁRIAS, via sistema BACENJUD, especialmente por ordens de MM. JUÍZOS TRABALHISTAS, o que vem INVIABILIZANDO a MANUTENÇÃO das ATIVIDADES PRODUTIVAS e todo o PROCEDIMENTO DE REESTRUTURAÇÃO. Pois bem. Conforme JÁ DECIDIDO em outras oportunidades NESTE PRÓPRIO FEITO, e consoante JURISPRUDÊNCIA do C. STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, o JUÍZO da RECUPERAÇÃO JUDICIAL é UNIVERSAL e o COMPETENTE para DECIDIR sobre ATOS de CONSTRIÇÃO/ EXPROPRIAÇÃO de ATIVOS das EMPRESAS RECUPERANDAS, exercendo, assim, uma COORDENAÇÃO EFETIVA com os demais MM. JUÍZOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS e TRABALHISTAS, a fim de se PRESERVAR os OBJETIVOS do PROCESSO de RECUPERAÇÃO JUDICIAL e a CONCRETIZAÇÃO do PRINCÍPIO da PRESERVAÇÃO da EMPRESA. Desse modo, as ORDENS de BLOQUEIOS de valores em CONTAS BANCÁRIAS pertencentes às EMPRESAS EM SOERGUIMENTO determinadas por JUÍZOS ALHEIOS e de FORMA SIMULTÂNEA COM O CURSO DESTE FEITO se fazem INCOMPATÍVEIS com os OBJETIVOS da presente RECUPERAÇÃO JUDICIAL, além de DESPROVIDAS de COMPETÊNCIA, uma vez que cabe a ESTE JUÍZO UNIVERSAL o CONTROLE dos ATOS que impliquem em RESTRIÇÃO PATRIMONIAL das DEVEDORAS, ainda que ultrapassado o STAY PERIOD. Nesse sentido : EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR SOBRE EXPROPRIAÇÃO DE BENS. ARRESTO DE BENS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que no caso de deferimento da recuperação judicial a competência de outros juízos se limita à apuração dos respectivos créditos, sendo vedada a prática de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação. 2. A jurisprudência está sedimentada no sentido da impossibilidade de o arresto e seus consequentes atos de execução incidirem sobre os bens da empresa em recuperação judicial. 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no CC 128267 SP 2013/0155282-7 - SEGUNDA SEÇÃO DJe 16/10/2013). - EMENTA: AGRAVO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL PARA TODOS OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. PRECEDENTES. 1. Respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais. Precedentes. 2. Tratando-se de recuperação judicial, o destino dos bens da empresa seguirá o que estiver fixado no plano aprovado, cujo cumprimento é fiscalizado pelo juízo cível. A continuidade de atos de constrição em juízo diverso poderá implicar alienação judicial de bens indispensáveis ao regular desenvolvimento das atividades da recuperanda, inviabilizando o cumprimento do plano e violando o princípio de preservação da empresa, previsto no art. 47 da Lei 11.101/2005. 3. Agravo interno no conflito de competência não provido. (STJ - AgInt no CC 145.089 MT 2016/0019626-0 DJe 10/02/2017). A teor de tal posicionamento, a r. DECISÃO LIMINAR proferida por Sua Exa., o Min. Relator RAUL ARAÚJO - E. STJ, ao apreciar o CONFLITO POSITIVO de COMPETÊNCIA Nº 161551/AM, 2018/0268169-1, SEGUNDA SEÇÃO, assim verberou, como se vê a fls. 4220 / 4231: ". . . LOGO, PERMANECE A COMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE DEFERIU O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO, PARA A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DA EMPRESA RECUPERANDA. 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA PRATICAR QUAISQUER ATOS CONSTRITOS REFERENTES AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM SOERGUIMENTO. (EDCL NO AGRG NOS EDCL NA PET NO CC139.068/DF, REL. MINISTRO MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 29/06/2016) EM VISTA DO EXPOSTO, CONCEDO PARCIALMENTE A LIMINAR REQUERIDA PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA EM EVIDÊNCIA, NO TOCANTE À ADOÇÃO DE ATOS CONSTRITIVOS DE BENS E DIREITOS EXCLUSIVOS DA SUSCITANTE, FICANDO VEDADO O LEVANTAMENTO DE QUAISQUER VALORES. DESIGNO O JUÍZO DE DIREITO DA 11ª CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO DE MANAUS / AM PARA RESOLVER, EM CARÁTER PROVISÓRIO, AS MEDIDAS URGENTES RELATIVAS À EXECUÇÃO SOBRESTADA . . ." (destaques nossos) Portanto, conforme r. DECISUM proferido pelo Col. STJ, ESTE JUÍZO RECUPERACIONAL é o COMPETENTE para DECIDIR a respeito da PRÁTICA DE ATOS CONSTRITIVOS que afetem o PATRIMÔNIO das RECUPERANDAS. Pelo exposto e com a intenção de viabilizar a superação de crise econômico-financeira por que passam as empresas requerentes, DEFIRO o PEDIDO de PROTEÇÃO da CONTA BANCÁRIA da RECUPERANDA IGB ELETRÔNICA S/A, CNPJ 43.185.362/0001-07, BANCO SANTANDER - 033, AGÊNCIA 4784, CONTA CORRENTE 13000487-4, momento em que DETERMINO a EXPEDIÇÃO de OFÍCIOS ao BANCO CENTRAL (BACEN) e ao BANCO SANTANDER para que TODO e QUALQUER PEDIDO ou ORDEM de BLOQUEIO sobre a CONTA BANCÁRIA ACIMA DESIGNADA SEJA SUBMETIDO à PRÉVIA APRECIAÇÃO DESTE JUÍZO RECUPERACIONAL. DETERMINO, ainda, acaso existente, a IMEDIATA SUSTAÇÃO de eventuais BLOQUEIOS ORDENADOS e REALIZADOS por MM. JUÍZOS INCOMPETENTES, na referida CONTA BANCÁRIA da EMPRESA RECUPERANDA - IGB ELETRÔNICA S/A. 5- No mais, quanto ao PEDIDO de OBJEÇÃO ao PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, postulada a fls. 6854 / 6882, por BANCO SAFRA S.A., RESERVO, por ora, a apreciação de admissibilidade, para APÓS o DECURSO do PRAZO para tal finalidade, aos DEMAIS CREDORES, ocasião em que serão apreciadas em bloco / conjunto. CERTIFIQUE, a SECRETARIA-UPJ, qando ocorrer, o DECURSO do PRAZO e a ocorrência de eventuais outras OBJEÇÕES. I. C.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0617890-87.2015.8.04.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: SB COMERCIO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça, conforme Tabela VII - Dos Oficiais de Justiça Avaliadores - VI, necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ MARTINS (OAB 84314/SP), ADV: FRANCISCO DUQUE DABUS (OAB 248505/SP), ADV: JAKSON WAGNER RODRIGUES SANTOS (OAB 226132/SP), ADV: FRANCISCO DUQUE DABUS (OAB 4629/AC) - Processo 0619426-36.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Oportunamente, determino à Secretaria da 4ª UPJ que ultime providências ao cancelamento das restrições impostas ao veículo objeto dos autos. Em que pese o Autor ter dado causa ao processo, bem como a sua extinção, verifico que procedeu ele com o pagamento das custas processuais, não havendo então qualquer outra despesa processual a ser adimplida. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0620553-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Magno Rabelo de Souza - Assim, superada a pendência processual ora decidida, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0621696-67.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: WILSON ROSO DA CRUZ FILHO - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0621892-95.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - Destarte, demonstrado que o prazo prescricional para cobrança de taxa de condomínio é de 5 (cinco) anos, é possível constatar que no caso concreto dos autos encontram-se prescritas as cobranças referentes ao período de jul/2011 à abr/2013, em razão de que a interposição da presente ação só ocorreu no mês de maio de 2018. Portanto, deve ser considerado para efeitos de cobrança as taxas condominiais relativas ao período correspondente de maio/2013 à fevereiro/2018. Ante o exposto, julgo parcialmente improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo parcialmente o mérito da presente demanda, nos moldes do art. 354, § ún., art. 487, II, bem como art. 356, I todos do CPC, para declarar prescrito o débito relativo às taxas de condomínio referentes ao período de julho/2011 à abril/2013. Determino ao Exequente que no prazo de 15 (quinze) dias traga aos autos demonstrativo de débito atualizado, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art.801 do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0621912-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Indefiro o pedido de fls. 110/111, eis que não há falar na hipótese em cumprimento de sentença, na medida em que os autos estão convertidos em título executivo judicial, nos termos da decisão exarada em fls.92. Nesse contexto, diga o Exequente em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0623619-31.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0624380-96.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: SÉRGIO SOARES SILVA (OAB 251896/SP), ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 664A/AM) - Processo 0624629-76.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Em que pese o Autor ter dado causa ao processo, bem como a sua extinção, verifico que procedeu ele com o pagamento das custas processuais, não havendo então qualquer outra despesa processual a ser adimplida. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0626829-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marineia Alves Primo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Assim, superadas as pendências processuais ora decididas, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG), ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP), ADV: BRUNA GAIL MENDES (OAB 150255/MG), ADV: LUCYLEA THOME DE PAIVA (OAB 13320/AM), ADV: ALESSANDRA SOARES DA COSTA MELO (OAB 29047/DF), ADV: BRUNA CADIJA VIANA (OAB 24256/GO) - Processo 0627031-62.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: União Brasiliense de Educação e Cultura - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0627430-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flavio Cavalcante de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Assim, superadas as pendências processuais ora decididas, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0628039-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Ricardo Lima Pinheiro - REQUERIDO:

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Assim, superadas as pendências processuais ora decididas, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: SELMA MAGALHAES SANTANA (OAB 7683/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0628492-74.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: FRANCISCA MARTINS DA SILVA - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - DENUNCIADO: Nobre Seguradora - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca da certidão da senhora oficiala de justiça, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0628905-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rociclan Silva de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos, Em análise dos autos, verifico que embora tenha sido determinado em decisão de fls. 33, o Ministério Público não restou por ser devidamente intimado para intervir nos presentes autos, à vista de ser o Autor incapaz. Dessa forma, determino que se intime o Ministério Público para intervir como fiscal da Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 178, caput e inc. II, do CPC Findo o prazo sem manifestação do Parquet, determino que se conclua o feito para decisão interlocutória, consoante norma disposta no art. 180, §1°, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0629096-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Elizabeth Lima de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Assim, superadas as pendências processuais ora decididas, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM) - Processo 0629394-85.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0600025-46.2018.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a. - REQUERIDO: Ildney Bilby da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC) - Processo 0629632-46.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMMI S/A FIMANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM), ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP), ADV: JOÃO GILBERTO FEIRE GOULART (OAB 291913/SP), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/SP) - Processo 0630308-28.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - REQUERIDO: Karine Januário Nascimento - ME(Studio K) e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência da certidão do Oficial de Justiça, fls. 393, e dê prosseguimento ao feito.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE), ADV: LUÍS DOS SANTOS BERNARDES (OAB 11984/AM) - Processo 0630730-61.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I.S. - REQUERIDA: A.M.R. - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação, resolvendo-a no mérito, nos moldes do art. 487, I, do CPC, para tornar definitiva a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem objeto da demanda em favor do Autor, nos termos do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Por fim, diante da sucumbência da Ré, condeno-a ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0631488-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Kaele Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0631756-31.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0632292-47.2013.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: João Marcos Pozzetti - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JAILENE CASTELO BESSA DE OLIVEIRA (OAB 6865/AM) - Processo 0632724-95.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pólo Norte Indústria e Comércio de Refrigeração Ltda. - Vistos, Compulsando os autos, verifico que após exarado o despacho de fl. 144, houve o Autor por ser intimado tão somente por meio do DJe. Assim sendo, determino ocorra a intimação pessoal da empresa Requerente a fim de que, no prazo de 5 dias, ultime providências à citação dos Réus, sob pena de extinção sem resolução do mérito da presente ação, ex vi do art. 485, III, §1º, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0632882-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Jose Everardo Nobre - Vistos,

Inexistentes questões processuais pendentes. Assim, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Portanto, o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0634220-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: ALEXANDRINA MAGNA TAVEIRA - Ante o exposto, acolho a preliminar apresentada pela autarquia Requerida em fls.141/146 e reconheço que a causa de pedir desta ação previdenciária não versa sobre acidente de trabalho, motivo pelo qual declino a competência para processar este feito em favor da Justiça Federal e o faço com fulcro no art. 109, I, primeira parte, da CRFB/88. Encaminhem-se os autos à Justiça Federal com as cautelas de praxe. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634825-71.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0635140-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Telefonia - REQUERENTE: Cond. Opera Prima Reziencialle - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o reconvinte/requerido(a) para recolher as custas processuais referentes à reconvenção interposta, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0639974-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sindomar Pires da Cunha - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641494-09.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON SANTANA VENTURIM (OAB 101141/RJ), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM) - Processo 0642300-10.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Artek Industrial da Amazônia Ltda - EXECUTADO: Campeão Supermercados Ltda - Em conformidade com o art.1°, inciso XXV da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da proposta de acordo apresentada pelo executado às fls. 57 , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0642596-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Orledilson Colácio da Silva - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação fls. 173/198 e documentos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643166-23.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Trata-se de ação monitória movida por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Simonica Vasconcelos Duarte. No curso do processo, verifico que as partes realizaram acordo (fls.74/77), destinado ao pagamento das faturas de consumo de energia elétrica referentes aos meses de 01/14 a 09/15, que restou por homologado através de sentença (fls.78). Em fls. 86, petição da empresa ora Exequente informando que o acordo homologado pelo juízo não vem sendo cumprido pela ora Executada. Certo é que, para que haja a instauração do Cumprimento de Sentença, impõe-se preencher os requisitos dispostos nos arts.523 e 524 do CPC. Destarte, determino ao Exequente promova em prazo de 15 (quinze) dias o regular e legal cumprimento de sentença nos autos. Inocorrente a manifestação, permaneçam arquivados e baixados os autos. Int. Cumpra-se.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM) - Processo 0643802-81.2018.8.04.0001 - Petição - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Yuri Arnaud Bridi - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas de expedição de cartas de citação e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de pessoas e endereços, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0646099-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cristovao Guedes Viana - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Inicialmente, indefiro o pedido de nova perícia judicial, eis que não vislumbro qualquer indício de vício ou incongruência na perícia realizada em fls. 111/116. Em assim sendo, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Portanto, o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0646450-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rubens Pereira Pinho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Oportunamente, mantenho a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por entender preenchidos os requisitos do art. 98 do CPC. À vista do art. 90 c/c o art. 98, §§2º e 3º, ambos do CPC, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0646834-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Geberson

Marques de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação de fls. 42/52 e documentos.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYAKARNOPPALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0646892-97.2018.8.04.0001 - Petição - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Helena Araujo de Castro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA (OAB 10363/AM) - Processo 0647708-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ruy Chaves Saraiva - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, à vista do disposto no art. 290 c/c o art. 485, I, ambos do CPC. Em observância ao princípio da causalidade, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0648162-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Claudine Nonato de Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pela Autora e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Considerando o mandamento insculpido no art. 90 do CPC, condeno a Autora ao pagamento das custas processuais. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0648479-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rubens Pereira Pinho - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Em observância ao mandamento insculpido no art. 90 c/c o art. 98, §§2º e 3º, ambos do CPC, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0650371-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eduberto Silveira Rocha - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Oportunamente, defiro ao Autor os benefícios da justiça gratuita, por entender preenchidos os requisitos elencados no art. 98 do CPC. Considerando o disposto no art. 90 c/c o art. 98, §§2º e 3º, ambos do CPC, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0650914-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Waldir Gomes de Queiroz Filho - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Em observância ao mandamento insculpido no art. 90 c/c o art. 98, §§2º e 3º, ambos do CPC, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0651843-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josemar Alves Martins - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Em observância ao mandamento insculpido no art. 90 c/c o art. 98, §§2º e 3º, ambos do CPC, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: JORIO MACHADO DANTAS (OAB 18795/PB), ADV: JÓRIO MACHADO DANTAS (OAB 18795/PB) - Processo 0652546-65.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: E.I.R. - Ante o exposto, extingo sem resolução de mérito a presente demanda, nos moldes do art. 76, §1º c/c o art. 485, I, ambos do CPC. Oportunamente, defiro à Autora os benefícios da justiça gratuita, por entender preenchidos os requisitos do art. 98 do CPC. À vista do princípio da causalidade, condeno a Autora ao pagamento das custas processuais, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCIO FERNANDES JUNIOR (OAB 11338/AM) - Processo 0660776-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Nunes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 06/06/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0660858-30.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 5369/RO) - Processo 0713705-19.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Roberto de Souza Ramos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos, Observo nos autos que o Autor não compareceu à realização de exame pericial em três oportunidades - fls.165, 203 e 242, embora regularmente intimado ao referido ato, consoante

se vê em fls.169 e 173, 211 e 214, 218 e 220, 231 e 239. Assim, considerando o requerimento do Réu em fls. 245/246 para extinção do feito com resolução de mérito, ex vi do art.487, III, "c", do CPC, determino seja pessoalmente intimado o Autor no último endereço que informa nos autos em fls.229 para dizer em 05 (cinco) dias, pena de extinção do feito, consoante assim preleciona a jurisprudência do STJ: AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA.INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. DEVER DA PARTE DE MANTER ENDEREÇO ATUALIZADO. SÚMULA 83/STJ. 1. Segundo a jurisprudência desta Corte, cabe a extinção do processo por abandono por parte do autor, desde que, ocorrida a intimação pessoal prévia para dar prosseguimento ao feito, o autor permaneça silente, hipótese dos autos. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1281692/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018) Inocorrente a manifestação no prazo assinalado, façam-se conclusos à sentença extintiva. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0715608-89.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas para expedição dos demais ofícios às operadoras de telefonia, necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Adriano de Souza Jaques (OAB 315165/SP)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Alessandra Soares da Costa Melo (OAB 29047/DF)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexandre Bisker (OAB 118681/SP)
Alexandre Fidalgo (OAB 172650/SP)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alexsandro R. Fernandes (OAB 73747/MG)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Aline Novais Conrado dos Santos (OAB 415428/SP)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 3592/AC)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 5369/RO)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Torres Hollerbach (OAB 189513/RJ)
Ana Cláudia Castro de Holanda (OAB 4405/AM)
Ana Lúcia da Silva Brito (OAB 286438/SP)
Ana Paula Benevides de Araujo (OAB 10188/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB 25246/GO)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 10026A/PB)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Berenice Soubhie Nogueira Magri (OAB 121288/SP)
Bruna Cadija Viana (OAB 24256/GO)
Bruna Gail Mendes (OAB 150255/MG)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CELITA ROSENTHAL (OAB 201351/SP)
César Rodrigo Nunes (OAB 260942/SP)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Olavo dos Santos Júnior (OAB 184055/SP)
Cleuton Pereira Tavares (OAB 13814/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 291906/SP)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Danyel Alencar Garavito (OAB 5576/AM)
Dheyson Lobo da Silva Miranda (OAB 10363/AM)
Diogo Assumpção Rezende de Almeida (OAB 364858/SP)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edineia Santos Dias (OAB 197358/SP)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Silva Toledo Pullin Miranda (OAB 29880/GO)
Elaine Carnavale Bussi (OAB 272431/SP)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Di Benedetto Júnior (OAB 12234/MS)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernanda de Araújo Medeiros (OAB 29249/CE)
Fernando Jorge Damha Filho (OAB 109618/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Cristina M de C Andrade (OAB 106895/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Duque Dabus (OAB 248505/SP)
Francisco Duque Dabus (OAB 4629/AC)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Gabriela Vitiello Wink (OAB 54018/RS)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gilberto Giansante (OAB 76519/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Harrisson Fernandes dos Santos (OAB 107778/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Cavalheiro Ricci (OAB 43024/DF)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Hanan Simões (OAB 6069/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Ives Alencar Albuquerque (OAB 5621/AM)
Jacques Felipe Albuquerque Rubens (OAB 208019/RJ)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jailene Castelo Bessa de Oliveira (OAB 6865/AM)
Jakson Wagner Rodrigues Santos (OAB 226132/SP)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Gilberto Feire Goulart (OAB 291913/SP)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorio Machado Dantas (OAB 18795/PB)
Jório Machado Dantas (OAB 18795/PB)

José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Martins (OAB 84314/SP)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG)
KARINA ARAUJO BLASCH (OAB 4362/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leila Mejdalani Pereira (OAB 128457/SP)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucylea Thome de Paiva (OAB 13320/AM)
Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB 664A/AM)
Luís dos Santos Bernardes (OAB 11984/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
LUIS RENATO FERREIRA DA SILVA (OAB 24321/RS)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Felipe Oliveira Stival (OAB 329244/SP)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Martins (OAB 167475/SP)
MARCIO FERNANDES JUNIOR (OAB 11338/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Pozzebon Tacco (OAB 304775/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Kawamura (OAB 88871/SP)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Marcus Alexandre Matteucci Gomes (OAB 164043/SP)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michele Foyos Cisoto (OAB 247486/SP)
Michele Pita dos Santos (OAB 296314/SP)
Mônica Mendonça Costa (OAB 195829/SP)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 973A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Octavio Jose Aronis (OAB 70929/SP)
oséias vitorino do nascimento (OAB 13236/PA)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Pérsio Thomaz Ferreira Rosa (OAB 183463/SP)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Isber Figliola (OAB 320581/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renno Andrade Valer (OAB 8669/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Gomes Notari (OAB 273385/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rosa Cristina Meyer (OAB 3649/ES)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Ruy Janoni Dourado (OAB 128768A/SP)
SANDRO DOMENICH BARRADAS (OAB 115559/SP)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Selma Magalhaes Santana (OAB 7683/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Soares Silva (OAB 251896/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Thomas Benes Felsberg (OAB 19383/SP)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Waldir Lincoln Pereira Tavares (OAB 3998/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wellington de Morais Ferrato (OAB 9040/MS)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Santana Venturim (OAB 101141/RJ)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: JOSÉ RIBAMAR NUNES ROCHA (OAB 1938/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 003.182/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 3182/AM) - Processo 0020180-81.2002.8.04.0001 (001.02.020180-0) - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Niza Dib Bastos - REQUERIDO: Jose de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Certidão do Oficial de Justiça, fls. 359, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0204502-90.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud/Bacenjud/Infojud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de arquivamento do processo. Após a comprovação, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros da Executada via Bacenjud, bem como à consulta de veículos e/ou bens via Renajud e Infojud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON DE MOURA PINTO FILHO (OAB 5609/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0225577-83.2015.8.04.0001 (processo principal 0253904-82.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Markelly Carolina Ferreira de Souza - EXECUTADO: José Antônio Linhares Silva Júnior - M. A. B. Bezerra e outros - Em conformidade com o art. 4º

da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: EDSON DE MOURA PINTO FILHO (OAB 5609/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0225577-83.2015.8.04.0001 (processo principal 0253904-82.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Markelly Carolina Ferreira de Souza - EXECUTADO: José Antônio Linhares Silva Júnior - M. A. B. Bezerra e outros - Considerando que o sistema eletrônico eRIDFT já se encontra operando neste Juízo, DEFIRO a CONSULTA. I.Cumpra-se.

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0233303-06.2018.8.04.0001 (processo principal 0207740-20.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Pagamento - REQUERENTE: Posto 3000 Ltda - REQUERIDO: Skymaster Airlines Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM), ADV: HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS (OAB 2591/AM) - Processo 0258083-88.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: OSMAR ESTEVES DA SILVA - REQUERIDO: Tokio Marine Seguradora S.A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE COSTA DE SOUZA (OAB 5712/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602469-57.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Dinah Cila Costa de Souza - Isto posto, DETERMINO a SECRETARIA que promova o IMEDIATO DESBLOQUEIO dos VALORES objeto da CONSTRIÇÃO à CONTA BANCÁRIA sob a titularidade da EXCIPIENTE - DINAH CILA COSTA DE SOUZA, instituída sob n.º 12338-2 junto à AGÊNCIA n.º 1999 do BANCO BRADESCO S.A. . INTIME-SE o EXCEPTO para manifestar no PRAZO de 15 DIAS. CUMPRA-SE.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0602779-97.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM) - Processo 0602807-65.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: JORNADAS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - REQUERIDO: LG ELETRONICS DA AMAZÔNIA LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADRIANA REGINA BATISTA VILAÇA (OAB 10787/AM) - Processo 0603002-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jacicleia dos Santos Nogueira - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada da decisão de fls. 129. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) para que tome(m) ciência, cujo teor segue abaixo: "Vistos. Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e a finalidade de cada uma delas, sob pena de indeferimento. I.C. "

ADV: ANE ROCHA DE CARVALHO (OAB 7116/AM), ADV: JEANN DE OLIVEIRA VALENTE (OAB 12318/AM) - Processo 0603204-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Júlia Carvalho da Silva - REQUERIDO: Centro de Ensino Pré-universitário de Manaus Ltda. Supletivo do Norte - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de arquivamento, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603889-92.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados SIEL, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0605411-28.2016.8.04.0001 - Petição - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Evanildo Francisco de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0605888-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca da certidão do senhor oficial de justiça , no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: INGRID DANIELLE DE SOUZA MARQUES (OAB 7756/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB 422A/AM) - Processo 0607707-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: OZIAN RORIGO DOBERSTEIN MORAES M.E - REQUERIDO: RANAM INDUSTRIAL E COMERCIAL DE IMPLEMENTOS DE TRANSPORTES LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre a petição do perito, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ) - Processo 0608506-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Vistos. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. I.C

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609600-15.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado, tudo nos termos do art. 914, §1°, do CPC/15. Diante disso, à secretária para as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610064-73.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0610915-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Hitler Gray Farias Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DECISÃO Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da Autora, na forma do art. 487, inc. I do CPC. REVOGO A TUTELA ANTECIPADA para SUSPENSÃO dos descontos sob a rubrica “BMG - CARTÃO” para DECLARAR VÁLIDO o CONTRATO DE MÚTUO de FLS. 194/195, de forma a retornar os descontos no contracheque do Autor nos termo do contrato. CONDENO a Parte Autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exequibilidade fica SUSPENSA pelo período de 5 (cinco) ANOS subsequentes ao trânsito em julgado da SENTENÇA, na forma do §3º do art. 98 do CPC, em face da GRATUIDADE JUDICIÁRIA anteriormente DEFERIDA. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0611112-04.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0611130-25.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR) - Processo 0612343-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: RAIMUNDA CARVALHO BORGES - REQUERIDO: Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial. Condeno o sucumbente ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, do Novo Código de Processo Civil. Entretanto, considerando que a parte vencida é beneficiária da assistência judiciária gratuita, a exigência de tais valores ficará condicionada a demonstração dos requisitos do artigo 98, §3°, do Código de Processo Civil. Advindo o trânsito em julgado da presente, dê-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0612705-34.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0612768-88.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB 11672/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0614062-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nadia de Ascenção Freire - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da Autora, na forma do art. 487, inc. I do CPC, para: - DEFIRO a TULELA DE URGÊNCIA para DETERMINAR a IMEDIATA SUSPENSÃO dos descontos consignados no contracheque da Autora, sob a rubrica de “BBS - CARTÃO” referente ao contrato de FLS. 133/134. Em caso de descumprimento da obrigação, APLICO multa no valor referente ao dobro do valor descontado, POR DESCONTO EFETIVADO, enquanto perdurar a infração; - DECLARAR a QUITAÇÃO do CONTRATO de FLS. 133/134 sob a rubrica de desconto “BBS - CARTÃO”, e a ANULAÇÃO do CARTÃO DE CRÉDITO identificado a FLS. 140 e 142 de final *6448; - CONDENAR o Requerido BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S.A. ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral experimentado pelo Autor no valor de R$ 5.000.00 (cinco mil reais), incidindo-se juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária pelo INPC, a partir desta decisão; - CONDENAR ainda o Requerido à Repetição do Indébito em favor da Autora na FORMA SIMPLES referente ao período a partir de Fevereiro/2014 até a efetiva cessação dos descontos determinada nesta decisão, incidindo correção monetária oficial pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir dos desembolsos. - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do §2º do art. 85 do CPC. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0615803-56.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de

partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0616251-05.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0616828-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAROLINA MIZUMUKAI (OAB 264422/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0617325-55.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0617791-49.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Considerando que as custas de diligência já foram recolhidas às fls. 187/189, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros do Executado via Bacenjud. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0618309-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Conversão - REQUERENTE: Elenise Alves de Souza - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada da decisão de fls. 222. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) para que tome(m) ciência, cujo teor segue abaixo: "Vistos. Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e a finalidade de cada uma delas, sob pena de indeferimento. I.C. "

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0619776-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Nilzete Maria Rabelo de Paula - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DISPOSITIVO Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da Autora, na forma do art. 487, inc. I do CPC. CONDENO a Parte Autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exequibilidade fica SUSPENSA pelo período de 5 (cinco) ANOS subsequentes ao trânsito em julgado da SENTENÇA, na forma do §3º do art. 98 do CPC, em face da GRATUIDADE JUDICIÁRIA anteriormente DEFERIDA. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C. Manaus, 28 de janeiro de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620514-07.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0621517-36.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUCCA FERNANDES ALBUQUERQUE (OAB 11712/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623024-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Sérgio Roberto Lopes Albuquerque - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DISPOSITIVO Ante o exposto, CONFIRMO A TUTELA ANTECIPADA, e RESOLVENDO o MÉRITO da demanda, nos termos do art. 487 - I do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, para CONDENAR a CONCESSIONÁRIA demandada à REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO atinente aos valores que foram cobrados e pagos indevidamente dos meses de MARÇO, JULHO e AGOSTO de 2016. DETERMINO o REFATURAMENTO dos meses - JUNHO, SETEMBRO, OUTUBRO de 2016, devendo ser considerada a importância de R$204,52 para cada mês, de acordo com a média de consumo dos demais meses, bem como, declaro NULA a FATURA relativa do mês de MAIO, no valor de R$846,76, com vencimento em 18/06/2016. CONDENO a parte Requerida ao pagamento da SUCUMBÊNCIA, custas, despesas processuais e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, que ARBITRO em 20% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0623402-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Andreza Farias Bezerra - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Banco CSF S/A (Banco Carrefour S/A) - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: DAMIÃO FERREIRA LISBOA (OAB 3067/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0626039-43.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: AURELIANO FERREIRA DOS SANTOS - REQUERIDO: Aymoré Créditos Financiamentos e Investimentos S/A - Expeça-se o ALVARÁ em favor do patrono Dr. Rodrigo Catro Vaz, com as devidas cominações legais que houverem. Nesta hipótese, após, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUBENS DAMIANOS LAPAS (OAB 11426/AM) - Processo 0627310-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Levy Marcio da Silva Pinho - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada da decisão de fls. 117. Dessa forma, intimo para que

tome(m) ciência, cujo teor segue abaixo: "Vistos. Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e a finalidade de cada uma delas, sob pena de indeferimento. I.C. "

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0627845-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Maria de Nazare Souza dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais referente à carta de citação e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM) - Processo 0632231-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Marilene Batista Figueiredo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0632258-67.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Arquive-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0633724-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Saul Thiago Samuel Leão Oliveira e outros - Dessa maneira, julgo extinto o presente nos termos do art. 485, IV, c/c 290 do NCPC. E mais, determino o cancelamento da distribuição, oportunidade em que determino ainda seja procedida a baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0634448-32.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se o Requerente para que se manifeste acerca da certidão do Oficial de Justiça juntada às fls. 64, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0635771-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0636123-35.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0636875-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Liege de Fatima Ribeiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Com o efetivo CUMPRIMENTO da OBRIGAÇÃO, mediante o PAGAMENTO comprovado a fls. 114/116, expeça-se o ALVARÁ. Após, encerrada a jurisdição, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. I.C.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0637052-97.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Manuel Orlandio Santos Sousa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0637280-77.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARILIA DA POIAN FURLAN (OAB 7540/AM), ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM) - Processo 0638556-75.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Premmium Eletrônicos Comércio de Eletrônicos Ltda - R. H. DEFIRO a DILAÇÃO DE PRAZO requerida a FLS. 199/201 por 15 (quinze) dias. Após, voltem conclusos. I. C.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0639298-03.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0640744-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Alcemir Menezes de Souza - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada da decisão de fls. 171. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) para que tome(m) ciência, cujo teor segue abaixo: "Vistos. Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e a finalidade de cada uma delas, sob pena de indeferimento. I.C. "

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641801-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da nomeação de bem à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0646831-42.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE:

Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FILIPE MATHEUS FERREIRA DA SILVA LIMA (OAB 42897/DF) - Processo 0650553-84.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto Tecnológico de Ciência e Pesquisa Ltda. - Dessa maneira, julgo extinto o presente nos termos do art. 485, IV, c/c 290 do NCPC. E mais, determino o cancelamento da distribuição, oportunidade em que determino ainda seja procedida a baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM), ADV: LEIRIMAR DA SILVA NAZARÉ (OAB 13794/AM) - Processo 0652574-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Everaldo de Souza Nazaré - R. H. DEFIRO o fracionamento das custas em 6 (seis) parcelas, conforme petita de FLS. 83/84. I. C.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0654552-45.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Pelo exposto, julgo procedente o pedido da presente Ação de Busca e Apreensão, confirmando a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade do Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente. Condeno o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto no Art. 85, § 2o, do Novo Código de Processo Civil. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0655382-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0702238-43.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud/Bacenjud/Infojud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de arquivamento do processo. Após a comprovação, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros dos Executados via Bacenjud, bem como à consulta de veículos e/ou bens via Renajud e Infojud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0716687-06.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Caldas Vital Valeruz (OAB 11672/AM)
Adriana Regina Batista Vilaça (OAB 10787/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Ane Rocha de Carvalho (OAB 7116/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Henrique Costa de Souza (OAB 5712/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Mizumukai (OAB 264422/SP)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
Damião Ferreira Lisboa (OAB 3067/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson de Moura Pinto Filho (OAB 5609/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Filipe Matheus Ferreira da Silva Lima (OAB 42897/DF)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hirley Verçosa dos Santos (OAB 2591/AM)
Ingrid Danielle de Souza Marques (OAB 7756/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jeann de Oliveira Valente (OAB 12318/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Ribamar Nunes Rocha (OAB 1938/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leirimar da Silva Nazaré (OAB 13794/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lucca Fernandes Albuquerque (OAB 11712/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB 003.182/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB 3182/AM)
Marilia Da Poian Furlan (OAB 7540/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)

Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
RUBENS DAMIANOS LAPAS (OAB 11426/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
wellyngton da Silva e Silva (OAB 422A/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zilmara Marcela de Souza Guedes (OAB 10392/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: SANDRA HENRIQUE CALHEIROS - Processo 0205775-46.2008.8.04.0001 (001.08.205775-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: RENAN PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 7054/AM), ADV: JOZÉLIA DE SOUZA CARVALHO LOPES (OAB 6493/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0242569-61.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bernardo Júlio Furtado Monteiro - REQUERIDO: Empresa de Jornais Calderado Limitada - Jornal Àcritica - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 24.820,84 (vinte e quatro mil oitocentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 206. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0248101-50.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, III do NCPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0600290-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Diego Fernandes Ayoub Bazzi - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Tendo em vista o disposto no art. 246, §1º, do Código de Processo Civil, e o Provimento 274/2016 - CGJ/AM, que regulamenta a citação e intimação por meio eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, determino que se proceda a citação da Requerida, via Portal eletrônico, para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0600660-61.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0601560-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Dirnei Pessoa de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602995-24.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604762-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Jhessus Kiev Mendes Acosta - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0607734-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Teresinha da Silva Pessoa - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Tendo em vista o disposto no art. 246, §1º, do Código de Processo Civil, e o Provimento 274/2016 - CGJ/AM, que regulamenta a citação e intimação por meio eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, determino que se proceda a citação da Requerida, via Portal eletrônico, para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0607743-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Claudenilson dos Santos Viana - Assim, haja vista, o convencimento deste Juízo, por ora, da falta de condições financeiras do autor para o recolhimento integral das custas, Indefiro o pedido de diferimento para efetua-lo, contudo, concedo os Benefícios da

Justiça Gratuita nos termos do art. 98, § 6° , para em consequência autorizar o recolhimento das custas em 06 (seis) parcelas iguais e consecutivas, determinando desde pronto o envio dos presentes autos à contadoria para as providências devidas e incumbir a secretaria deste juízo para fiscalizar a liquidação das referidas parcelas. Fica a parte autora desde já intimada que deverá carrear aos autos, no prazo de 15 dias, comprovante de pagamento da primeira parcela, sob pena de cancelamento da distribuição deste feito no termos do artigo 290 do CPC.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0608058-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Life Saúde Assistência Médica e Odontológica Ltda - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608267-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nayara Caroline da Silva Vasconcelos - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Tendo em vista o disposto no art. 246, §1º, do Código de Processo Civil, e o Provimento 274/2016 - CGJ/AM, que regulamenta a citação e intimação por meio eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, determino que se proceda a citação da Requerida, via Portal eletrônico, para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0609264-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a preliminar suscitada pela demandada-embargante, para nos termos do art. art. 487, II, do CPC, e art. 205 do Código Civil, reconheço a prescrição, das cobranças vencidas em 01/2008 a 03/2008. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial da demandante-embargada, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, nos termos nos termos do § 8º do art. 702 do CPC/15, conforme planilha acostada à inicial, excluindo-se, contudo, as parcelas declaradas prescritas, assim como: Ante o ônus da sucumbência, tendo o Autor decaído em parte mínima do pedido, a teor do art. 85, do CPC, CONDENO o Réu ao pagamento das custas, despesas e honorários, estes últimos fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, contando juros de mora a partir do trânsito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento, contudo, suspendo a exigibilidade em razão da mesma ser beneficiária da Justiça Gratuita, assistida pela Defensoria Pública do Estado do Amazoans. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0614744-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ociam Farias Gomes - REQUERIDO: Unipar Spe Liberty Ltda - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0617383-58.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Kalce Distribuidora de Calçados Ltda - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA - Processo 0618219-70.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Ilen Dantas Moinhos - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM) - Processo 0619428-74.2013.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Inadimplemento - REQUERENTE: ANTONIA CLAUDIA PINHEIRO COELHO - REQUERIDO: OLAVO DE ALMEIDA BARBOSA - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 8.561,55 (oito mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 99. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: MARCELA NUNES FERREIRA (OAB 10243/AM), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0620848-46.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Moden Modelo de Engenharia Ltda - REQUERIDA: Cristiane de Almeida Benchaya e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta dos bens de propriedade da requerida no sistema conveniado Renajud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0621016-14.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. 124/124, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0626499-88.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seção Cível - REQUERENTE: Fabiana Silva Azevedo Carioca - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC/15, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, para confirmar a decisão de fls. 83-84, que antecipou os efeitos da tutela, e para: II - CONDENAR a parte demandada UNIMED MANAUS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. a fornecer o medicamento Benlysta (Belimumabe) à demandante FABIANA SILVA AZEVEDO CARIOCA,120mg, até o fim do tratamento, conforme prescrição médica; II - CONDENAR a parte demandada UNIMED MANAUS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. a pagar à autora a quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de indenização por danos morais, incidindo sobre esse valor correção monetária desde a data de seu arbitramento (Súmula 362 do STJ), nos termos da Tabela utilizada pelo TJAM. E, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, por

se tratar de ilícito contratual; III - CONDENAR, ainda, demandada UNIMED MANAUS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. ao pagamento das custas, e, honorários de advogado, os quais fixo no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, parágrafo 2º, do CPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0626675-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roberto Célio Amôedo de Faria e outro - REQUERIDO: Geap - Fundacao de Seguridade Social - Ante o exposto, rejeito a preliminar de impugnação aos benefícios da gratuidade da justiça, e, no mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC/15, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, para confirmar a decisão de fls. 104-106, que antecipou os efeitos da tutela, assim como: I - CONDENAR a parte demandada GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE a pagar à autora Maria NIlze Alves de Lima a quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de indenização por danos morais, incidindo sobre esse valor, correção monetária desde a data de seu arbitramento (Súmula 362 do STJ), nos termos da Tabela utilizada pelo TJAM, e, juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, por se tratar de ilícito contratual. II - CONDENAR, também, a demandada GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE, a título de danos materiais, a arcar com todas as despesas médico-hospitalares referentes ao tratamento do autor originário Roberto Célio Amôedo de Faria, ora de cujus, desde a época do fato danoso até a data de seu falecimento, devidamente comprovadas nos autos, devendo incidir correção monetária pelos índices da Portaria do TJ/AM, desde o vencimento de cada fatura ou desembolso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. II CONDENAR, ainda, a GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE, ao pagamento das custas, e, honorários de advogado, os quais fixo no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, parágrafo 2º, do CPC.

ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0629130-10.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Lei de Imprensa - REQUERENTE: RENATO RODRIGO DOS REIS TEIXEIRA JUNIOR - REQUERIDA: Rosângela Lemos de Mello Guimarães - Processo findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: BRUNO DOMINGOS VIANA BATISTA (OAB 6517/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: CÉSAR CIPRIANO DE FAZIO (OAB 246650/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0631627-31.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Wilson Ferreira Cardoso Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM), ADV: MARIA FELÍCIA DE NAZARÉ CARDOSO PAULAIN (OAB 3939/AM), ADV: RENATA LOPEZ ALANIS (OAB 8706/AM) - Processo 0632825-98.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Maria Felícia de Nazaré Cardoso Paulain - REQUERIDO: MARIO JORGE VIANA DA SILVA - DEFIRO o pedido de fls. 167-170, para que seja expedido mandado de despejo, conforme sentença proferida às fls. 127-130, mantida pelo Acórdão de fls. 158-162, cujo trânsito em julgado foi certificado à fl. 165. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM), ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM) - Processo 0633226-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Sociedade - REQUERENTE: Milena Mota do Nascimento - I. Defiro o pedido de fl. 90. Expeça-se Mandado de Citação para o endereço indicado. II. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC) - Processo 0633289-59.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Renova Cia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - EXECUTADO: FRANCIO CARLOS PINTO DE ARAUJO - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0634151-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Cintia de Lima Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 27,18% (vinte e sete virgula dezoito por cento). Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela Autora por força do contrato entabulado em janeiro de 2011, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento à Autora da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 315486/SP), ADV: VINICIUS MARTINS DUTRA (OAB 930/AM), ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0634457-91.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613567-73.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Joao Freire da Silva - REQUERIDO: Fundação de Crédito Educativo - Fundacred - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial dos presentes embargos à execução, nos termos do art. 487, I, do CPC, e DETERMINO o prosseguimento da execução. CONDENO o embargante ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado da parte embargada, os quais arbitro em R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do § 8º do art. 85 do CPC/15.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0634692-29.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0637396-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por

Dano Moral - REQUERENTE: Jean Mary dos Santos Cardoso - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por JEAN MARY DOS SANTOS CARDOSO contra o BANCO BMG S/A., para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 22,81% (vinte e dois vírgula oitenta e um por cento). Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela Autora por força do contrato entabulado em fevereiro de 2013, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento ao Autor da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641672-26.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0644903-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Targlane do Nascimento Rebelo - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 27,18% (vinte e sete virgula dezoito por cento). Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela Autora por força do contrato entabulado em janeiro de 2011, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento à Autora da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0645165-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Luzineide Souza da Costa Marques - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por LUZINEIDE SOUZA DA COSTA MARQUES contra o BANCO BMG S/A., para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 26,43% (vinte e seis virgula quarenta e três por cento). Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela Autora por força do contrato entabulado em fevereiro de 2012, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento ao Autor da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0655385-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Tupar Participações Eireli - REQUERIDA: Helen Benzecry - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação à reconvenção e documentos.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0656143-42.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, com espeque no art. 3º, §1º do Decreto lei nº 911/69, com a redação dada pela Lei Federal 10.931/04, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, convalidando em definitiva a busca e apreensão do veículo objeto da presente ação e consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do referido bem no patrimônio do Autor. Em caso de venda do veículo a terceiro, independente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, apresente a instituição, em 05 (cinco) dias, planilha demonstrando, com clareza, o valor total do débito à época da alienação (incluso as processuais), o preço alcançado com o leilão, e, em havendo valores a serem restituídos ao demandado, o respectivo comprovante de cumprimento da obrigação, podendo fazê-lo mediante depósito do valor remanescente em juízo (Dec. Lei 911/69, art. 2º). Custas e honorários de advogado pela parte vencida, fixando estes em R$500,00 (quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0658463-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Barbara Pereira de Vasconcelos - Embora citada, a Ré deixou transcorrer o prazo legal sem apresentar qualquer manifestação (fl. 54), razão pela qual decreto a revelia da referida parte, nos termos do disposto nos arts. 344 c/c 355, II, ambos do NCPC.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0709266-62.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: RAFAEL RENAN DA SILVA CAVALCANTE - REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A - Processo findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruno Domingos Viana Batista (OAB 6517/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Cipriano de Fazio (OAB 246650/SP)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)

Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
Jozélia de Souza Carvalho Lopes (OAB 6493/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela Nunes Ferreira (OAB 10243/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Maria Felícia de Nazaré Cardoso Paulain (OAB 3939/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Orlando Patrício de Sousa
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renan Pereira de Souza Lima (OAB 7054/AM)
Renata Lopez Alanis (OAB 8706/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sandra Henrique Calheiros
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sônia Maria Fernandes Pacheco (OAB 4868/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 315486/SP)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
VINICIUS MARTINS DUTRA (OAB 930/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0043363-76.2005.8.04.0001 (001.05.043363-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Manaus Energia S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência dos executados, defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Proceda-se à consulta e bloqueio de valores acima aludida. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: MARCELO LALONI TRINDADE (OAB 86908/SP), ADV: MARCELO LALONI TRINDADE (OAB 37585/SC), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0200874-88.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Matone - EXECUTADA: Maria José de Souza Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que promovam o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: EDSON LIMA FRAZÃO (OAB 6626/PA), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP) - Processo 0207521-36.2014.8.04.0001 (processo principal 0327845-02.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Albeniza Leonardo da Silva - EXECUTADO: CABEA - CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIO DO BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS - Banco Alvorada S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu contradição na decisão atacada, mantendo incólume os termos da decisão proferida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM) - Processo 0217320-64.2018.8.04.0001 (processo principal 0316068-20.2007.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Ernandes Queiroz Vieira - Diante disso, deixo de apreciar o pedido de reconsideração (fl. 29). Tendo em vista que o pedido de reconsideração não produz qualquer efeito quanto ao prazo fixado, e considerando o lapso temporal já transcorrido, determino à Secretaria que certifique nos autos acerca do cumprimento da decisão (fls. 25/27). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: TIAGO CARDOSO DOS SANTOS DA COSTA (OAB 7870/AM), ADV: EISENHOWER PEREIRA CAMPOS (OAB 564A/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: CAIO SILVA ANDRADE (OAB 7899/AM) - Processo 0218514-17.2009.8.04.0001 (001.09.218514-3) - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RUI HAGMANN BENTES JÚNIOR - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0224991-46.2015.8.04.0001 (processo principal 0230400-13.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença -

Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Administradora de Imóveis Batará Toda - EXECUTADO: Ezinete Martins de Almeida Me e outro - Considerando que a pesquisa de informação quanto à declaração de bens pelo sistema configura medida demasiadamente extrema, sendo permitida apenas em hipótese excepcional, o que não é o caso dos autos, indefiro o pedido de consulta via INFOJUD. Intime-se a exequente, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 10 (dez) das, pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE DE ALMEIDA (OAB 43621/RS), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: NAURA MARIA DA SILVA PINHEIRO (OAB 5665/AM) - Processo 0234765-76.2010.8.04.0001 (001.10.234765-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Manoel Rubens Rocha Rodrigues - Dito isso, torno sem efeito o despacho de fl. 186 e, com fundamento no art. 778, §1º, III do CPC, defiro a sucessão processual, promovendo a substituição do pólo ativo por Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL1, fazendo-se as devidas anotações dos seus advogados nos autos. Por oportuno, considerando a proposta de acordo de fl. 197, intime-se o executado, por seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se, podendo pleitear o que entender de direito. À Secretaria para as devidas anotações no SAJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0245401-38.2009.8.04.0001 (001.09.245401-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Itautinga Agro-Industrial S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência do executado, defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600229-95.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A preliminar será analisada por ocasião da prolação da sentença. No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600243-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Silvia de Andrade Rebouças Guimarães - REQUERIDO: Geap - Autogestão Em Saúde - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0601323-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Diretório Estadual do Democratas No Amazonas - Dem - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANILO CARVALHO FREIRE SILVA FILHO (OAB 162033/MG), ADV: LUIZ ANTÔNIO SIMÕES (OAB 175849/SP), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM) - Processo 0604500-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exclusão de associado - REQUERENTE: ADEMIR FRANSISCO GRANGEÃO - REQUERIDO: Jorge Luiz Viana da Cruz e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0604522-69.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - Tendo em vista o pedido de sobrestamento formulado pelo requerente em razão da possibilidade de acordo entre as partes (fl. 21), defiro a suspensão do presente feito pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 313, II, do CPC. Após o transcurso do aludido prazo, intime-se a requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0608281-80.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: KM Multimodal Transportadora e Logistica Ltda - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência do executado, defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAUREANO CEZAR ELIAS MULLER (OAB 1633/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM) - Processo 0608307-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Edilson Rufino de Jesus - Pelo exposto, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar a realização do bloqueio pelo sistema BACENJUD do valor de R$ 589.500,00 (quinhentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais), de acordo com o pedido constante na peça de ingresso, salientando-se, desde já, da impossibilidade de levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após, proceda-se a consulta e bloqueio do valor acima mencionado. Por conseguinte, paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação acerca do deferimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o réu não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n°116/2017

- PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0609562-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência dos executados, defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: MYRIAM PALOMA MENDONÇA AGUIAR PORTELA (OAB 12849/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 265728/SP) - Processo 0610088-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Myriam Paloma Mendonça Aguiar Portela - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: LIAH LIMA CERF LEVY (OAB 7183/AM), ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0610132-91.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO ALVES DE CARVALHO - REQUERIDO: COOPTAF - cooperativa de transprotes coletivos e urbanos do estado do Amazonas - DENUNCIADO: Jailson Souza Damasceno - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: ARNALDO PENTEADO LAUDISIO (OAB 83111/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: AINÁ FRANCO DE ANDRADE (OAB 200768/SP), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: ALEXANDRE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 7201/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0617281-41.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: ANTONIO DE LIMA GOMES-ME - REQUERIDO: BANCO BRADESCO - BANCO DO BRASIL S/A - HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Banco Citibank S/A - Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: ANA CLAUDIA MADEIRO FAÇANHA (OAB 13650/CE), ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0617681-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jaecy Gomes Ribeiro - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Hospital São Lucas - Samesp Sociedade de Assistëncia Medica Especializada Ltda - Por essas razões, no exercício da permanente função saneadora, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decretação da revelia, mantendo incólume as demais disposições da decisão de fls. 330/331 dos autos. Em relação à preliminar de ilegitimidade passiva da segunda requerida, entendo que é improcedente, vez que o hospital possui vinculação aos fatos na medida em que na petição inicial a alegação é de demora no atendimento e na realização da cirurgia durante a internação da autora no estabelecimento hospitalar requerido, sendo os pedidos de obrigação de fazer e indenizatório dirigido às duas requeridas. Diante disso, afasto a aludida preliminar de ilegitimidade passiva. Não havendo irresignação no prazo legal, façam-se os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0618280-28.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Elizelma da Silva Teixeira - REQUERIDA: Construtora Marquise S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0623165-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: MARIA JACIENE PAZ DE LIMA e outro - REQUERIDO: BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/AM), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0624467-81.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Alberico Ferreira Bezerra - REQUERIDO: Mafre Vida S/A - Encerrada a fase probatória, determino que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625323-45.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência do requerido, defiro o pedido de consulta pelo sistema RENAJUD. Proceda-se à consulta acima aludida, devendo ser realizado o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva, intime-se a requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa, intime-se a parte autora para requerer o que de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627258-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM), ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0628204-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Agleany Maciel de Aguiar - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0628296-70.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: LAIZE DA SILVA REBELO - REQUERIDO: GONDER INCORPORADORA LTDA - Indefiro o pedido de extinção formulado pela ré em recuperação judicial (fls.1424/1502), vez que a presente demanda não é execução. Com efeito, ultrapassado o prazo de suspensão deferido na recuperação judicial, a presente ação de conhecimento deve prosseguir até a prolação da sentença. Em caso de procedência, ocorrerá a constituição de título judicial e liquidação de eventual crédito a ser habilitado na recuperação judicial; e, reversamente, na hipótese de improcedência, não haverá crédito a ser habilitado. Tendo em vista que já foi proferida a decisão de julgamento antecipado do mérito (fl. 176), determino que os autos sejam conclusos para sentença. Encerrado o prazo de suspensão do feito, determino, ainda, à Secretaria que proceda as anotações necessárias no SAJ quanto ao retorno do trâmite processual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: JAYME ARANHA CHACON JÚNIOR (OAB 8497/AM), ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM) - Processo 0628462-05.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: André Luiz Damasceno de Araújo e outro - REQUERIDO: RIO MADEIRA INCORPORADORA LTDA. e outro - Indefiro o pedido de extinção formulado pela ré em recuperação judicial (fls.249/1398), vez que a presente demanda não é execução. Com efeito, ultrapassado o prazo de suspensão deferido na recuperação judicial, a presente ação de conhecimento deve prosseguir até a prolação da sentença. Em caso de procedência, ocorrerá a constituição de título judicial e liquidação de eventual crédito a ser habilitado na recuperação judicial; e, reversamente, na hipótese de improcedência, não haverá crédito a ser habilitado. No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Encerrado o prazo de suspensão do feito, determino à Secretaria que proceda as anotações necessárias no SAJ quanto ao retorno do trâmite processual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP), ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0631695-39.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Luiz Cláudio Maia Silva e outro - Tendo em vista a existência de Ação Revisional cumulada com Declaratória de Nulidade, processo n° 0611998-32.2017.8.04.0001, ajuizada anteriormente, determino a suspensão do presente feito em face da prejudicialidade externa, nos termos do art. 313, V, a, do CPC. Aguarde-se em cartório até o julgamento da demanda revisional, observado o prazo máximo de suspensão previsto no § 4° do aludido dispositivo legal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0634312-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Telion Santos da Costa - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0634597-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: M Maria Eliete Rodrigues Gonçalves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: CELSO CASTELO BRANCO GARCIA (OAB 5058/AM) - Processo 0636915-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adimplemento e Extinção - REQUERENTE: Celso Castelo Branco Garcia - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro - No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Por oportuno, determino à Secretaria consultar o saldo dos valores depositados em juízo, vinculados ao presente feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0637009-97.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0640760-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em obséquio à efetividade da prestação jurisdicional, defiro, em parte, o pedido de bloqueio do veículo, via RENAJUD, tão somente para impedir a transferência do bem a terceiros, por entender este Juízo que a existência de processo judicial não obsta o licenciamento com o respectivo pagamento dos tributos e demais encargos, atendidas às exigências legais. No que se refere à consulta aos órgãos públicos para localizar o endereço do requerido, defiro-a, em parte. Proceda-se à pesquisa aos sistemas BACENJUD/INFOJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o requerente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Proceda-se às consultas acima deferidas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0653234-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Ainá Franco de Andrade (OAB 200768/SP)
Alexandre de Almeida (OAB 43621/RS)
Alexandre Oliveira de Araújo (OAB 7201/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Claudia Madeiro Façanha (OAB 13650/CE)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
arnaldo penteado laudisio (OAB 83111/SP)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Caio Silva Andrade (OAB 7899/AM)
Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celso Castelo Branco Garcia (OAB 5058/AM)
Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB 162033/MG)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson LIma Frazão (OAB 6626/PA)
Eisenhower Pereira Campos (OAB 564A/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Jayme Aranha Chacon Júnior (OAB 8497/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Laureano Cezar Elias Muller (OAB 1633/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Liah Lima Cerf Levy (OAB 7183/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Antônio Simões (OAB 175849/SP)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
Marcelo Laloni Trindade (OAB 37585/SC)
MARCELO LALONI TRINDADE (OAB 86908/SP)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Myriam Paloma Mendonça Aguiar Portela (OAB 12849/AM)
Naura Maria da Silva Pinheiro (OAB 5665/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 265728/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Tiago Cardoso dos Santos da Costa (OAB 7870/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI C. NETO (OAB 002.599/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM) - Processo 0004481-90.1997.8.04.0012 (012.97.004481-6) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Acram Turismo Ltda. - REQUERIDO: Tapiri Turismo Ltda. - Vistos. A perita judicial entregou o laudo da perícia grafotécnica (fls. 328 a 379), o que é bastante ao levantamento integral da verba honorária já depositada nos autos em seu favor (fls. 277). À Secretaria para o desembaraço. Ordeno às partes que no prazo comum de 15 dias se manifestem acerca do laudo pericial. Em caso de silêncio não fica obstado o lançamento de sentença judicial, notadamente quando se sabe que a questão ventilada dizia respeito apenas sobre a autenticidade da assinatura insculpida no título. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0202273-60.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos em saneador permanente. Indefiro o pedido de cumprimento da sentença judicial formulado que foi pelo Autor em virtude da falta de certidão do trânsito em julgado da sentença de fls. 242 a 248. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0202804-49.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. É imperioso que a Secretaria realize a evolução de classe deste processo que se encontra em fase de cumprimento da sentença judicial transitada em julgado (fls. 180). Quanto ao pedido de suspensão do feito requerida pelo Autor para a busca de bens em nome do Executado, o ACOLHO, embora o defira não em 120 dias, mas por 1 (um) ano, durante o qual não haverá correr o prazo prescricional. Todavia, com seu transcurso a ser certificado pela Secretaria, incumbirá ao Autor, independentemente de outro pronunciamento judicial, tomar providências para a satisfação do crédito, sob pena de arquivamento, tal o que dita o artigo 921, inciso III,§§ 1° e 2° da Lei do Rito Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 760A/AM), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 464A/AM), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP) - Processo 0215811-11.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Distribuidora Bringel Ltda. - Vistos e examinados. Trata-se de demanda monitória aviada por DISTRIBUIDORA BRINGEL LTDA contra o Réu L.I. PINTO - EPP, com o qual foi entabulado negócio jurídico de compra e venda de mercadorias que totalizaram o valor de R$ 5.311,00, embora não haja resultado pagamento. Referido valor correspondeu àquele estatuído à causa, sobre cujo recolhimento das custas foi demonstrado pelo Autor (fls. 21 e 22). Exauridas as tentativas de citação do Réu, inclusive a que se concretizou por edital, coube à Defensoria Pública a oferta de resistência à demanda por negativa geral (fls. 92 e 93). O Autor pugnou o julgamento da demanda (fls. 104). É o relato. DECIDO. A relação jurídica deve ser sustentada em atendimento às condições da ação, demonstrando, o Autor, o estofo material de sua pretensão, seu interesse de agir pela previsão legal do direito que alega ter e a legitimidade para apontar a parte sobre a qual recaia o dever de suportar-lhe o direito que entende ter ou que lhe possa desdizer. Ao Autor se revela evidente a eficácia endoprocessual reclamada pelo ordenamento jurídico isto porque foi obrigado a deduzir pretensão judicial para obter um provimento jurisdicional que lhe seja útil e que de outra forma não obteve diante do Réu que se sagrou revel depois de ultimado seu chamamento pela via editalícia, segundo dicção do artigo 256 e seguintes da Lei do Rito Civil. O pedido monitório formulado pelo Autor está estritamente relacionado à solução judicial ancorada pelo ordenamento jurídico para que se justifique a movimentação do aparato judiciário no rumo da obtenção de tutela jurisdicional, requisito de seu legítimo interesse. A ação monitória ajuizada se mostra adequada e necessária à consecução dos fins colimados pela parte demandante, bem assim útil à prestação jurisdicional postulada, daí restando evidente o interesse processual, mecanismo pelo qual se provoca a jurisdição ou de direito efetivo ao exercício da atividade jurisdicional que merece do Estado-Juiz o equacionamento ou a imposição da solução definitiva à espécie colocada. O descortino fático é claro, sustenta-se na ordem de pagamento insculpida em cártula devolvida por falta de provisão de fundos, o que garante a força executiva de conversão pleiteada e o reconhecimento da liquidez, certeza e exigibilidade do débito recaído na esfera de responsabilidade do Réu. Ademais, o débito reconhecido por factível, também emerge com linear clareza resultante de simples operação aritmética. O Autor se desobrigou do que dita o artigo 700, § 2°, inciso II, da Lei do Rito Civil e também do inciso III, do mesmo dispositivo. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda monitória é inteiramente sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Na espécie, o Autor se desobrigou de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. O entendimento desta Julgadora é firmado em decisão recente do STJ que adiante se delineia, posto que inteiramente aplicável à espécie: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL ACOMPANHADA DO COMPROVANTE DE ENTREGA DA MERCADORIA. COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. ACÓRDÃO ESTADUAL ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA Nº 83 DO STJ. CONVERSÃO EM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Havendo o acórdão estadual firmado, com apoio nas provas documentais colacionadas aos autos, que ficou comprovado o crédito pleiteado na ação monitória, a revisão de suas conclusões, na via especial, está impedida pela Súmula nº 7 do STJ. 3. Não é possível o conhecimento do recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial na hipótese em que o dissídio é apoiado em fatos, e não na interpretação da lei, pois a tanto se opõe a Súmula nº 7 do STJ. 4. O Tribunal local decidiu em consonância com a jurisprudência iterativa desta Corte ao consignar que a nota fiscal, com comprovante de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço, é apta a instruir a ação monitória prevista no art. 1102 -A do Código de Processo Civil, o que atrai a aplicação da Súmula nº 83 do STJ. 5. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp -968508 / GO - AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2016/0216389-6 - Relator: Ministro MOURA RIBEIRO - Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento: 06/04/2017 - Data da Publicação/Fonte: DJe 20/04/2017). Aprofundamento meritório A leitura do artigo 700, do Código de Processo Civil estabelece a possibilidade do manejo da demanda monitória por aquele que intencione obter o pagamento em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou bem móvel ou imóvel e o adimplemento da obrigação de fazer e não fazer, com sustentáculo em prova escrita sem eficácia de título executivo. A premissa aludida permite-nos o entendimento de que o cheque preenche o requisito da prova escrita documento hábil a capitanear o pagamento pretendido em virtude do descumprimento da obrigação assumida. "Processo Civil. Ação Monitória. Cobrança pelo fornecimento de mercadoria. Fatura: Documento hábil Aplicação do art. 515, § 3°, do CPC . Possibilidade. 1. Correta a

aplicação da denominada Teoria da Causa Madura, prevista no § 3°, do art. 515 do CPC, porque desnecessária a produção de outras provas. 2. Doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, têm entendido que é título hábil para cobrança, documento escrito que prove, de forma razoável, a obrigação, podendo, a depender do caso, ter sido produzido unilateralmente pelo credor. 3. É perfeitamente viável instruir ação monitória ajuizada por concessionária de energia elétrica com cópia de faturas para cobrança por serviços prestados, sendo desnecessária, na hipótese, a assinatura do devedor." (Recurso Especial 2006/0229439-5, Ministra Eliana Calmon T2 Segunda Turma Dje 24/07/2008). A responsabilidade do Réu é evidente na hipótese em decorrência do negócio jurídico causal. "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA. DESNECESSIDADE. DÍVIDA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART.20, § 3º, DOCPC. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Devidamente comprovada a existência do negócio jurídico entre as partes, e tendo sido, inclusive, reconhecida a dívida, sob o argumento da novação, a ausência do comprovante de entrega da mercadoria não retira do credor a possibilidade de se utilizar do procedimento monitório para compelir o devedor ao cumprimento de sua obrigação. 2. Cabe ao embargante comprovar a inexatidão das notas, arguindo fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito, não bastando simples alegação. 3. Tratando-se de sentença condenatória e fixados os honorários de sucumbência no patamar mínimo legal de 10%, previsto no § 3ºdo art. 20do CPC, revela-se descabida a pretensão de redução do montante. 4. Recurso conhecido e não provido." (APC 20130111477685 Relator: Simone Lucindo Julgamento: 29/07/2015 Órgão Julgador: 1ª Turma Cível Publicado no DJe: 10/08/2015, p. 164). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do Autor, reconhecendo-lhe o direito ao crédito representado pelo valor de R$ 5.311,00 (cinco mil, trezentos e onze reais), a ser exigido do Réu que, regularmente citado prostrou-se inerte quanto ao pagamento e à oferta de embargos. Faço-o por sentença com resolução do mérito segundo dicção do artigo 487, inciso I, do Digesto Processual Civil. CONVERTO o comando inicial de pagamento em mandado executivo, com fundamento no artigo 701, § 2°, do Código de Processo Civil, incidindo-se correção monetária oficial (INPC) e juros de mora de 1% ao mês a partir de sua primeira apresentação à instituição financeira ou à câmara de compensação. A tal respeito é de se mencionar o Acórdão em Recurso Repetitivo, do STJ: "RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CHEQUE. INEXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO REGULAR DO DÉBITO REPRESENTADO PELA CÁRTULA. TESE DE QUE OS JUROS DE MORA DEVEM FLUIR A CONTAR DA CITAÇÃO, POR SE TRATAR DE AÇÃO MONITÓRIA. DESCABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. TEMAS DE DIREITO MATERIAL, DISCIPLINADOS PELO ART. 52, INCISOS, DA LEI N. 7.357/1985. 1. A tese a ser firmada, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/1973), é a seguinte: "Em qualquer ação utilizada pelo portador para cobrança de cheque, a correção monetária incide a partir da data de emissão estampada na cártula, e os juros de mora a contar da primeira apresentação à instituição financeira sacada ou câmara de compensação". 2. No caso concreto, recurso especial não provido.'" (REsp 1556834/SP Recurso Especial 2015/0239877-3 Relator: Ministro Luis Felipe Salomão Órgão Julgador: Segunda Seção Data do julgamento: 22/06/2016 Data da publicação: DJe 10/08/2016). JULGO EXTINTA a demanda tal o que dita o artigo 316, da Lei do Rito Civil. DEIXO DE DETERMINAR a expedição do mandado executivo em desfavor do Réu para que satisfaça o crédito líquido, certo exigível, porquanto sobre ele haja recaído o decreto de revelia. Desta feita, uma vez certificado o trânsito em julgado fica desde já ordenada a penhora de ativos financeiros em desfavor do Réu revel, a quem CONDENO ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (princípio da causalidade), que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com sustentáculo no que dita o artigo 85, § 2°, incisos I, II, III e IV da Lei do Rito Civil, atendendo ao grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e relevância da causa. ORDENO à Secretaria que transmude a demanda (evolução de classe) para cumprimento de sentença com início de procedimentos expropriatórios logo após o trânsito em julgado, desde que o Autor se desobrigue dos requisitos associados à referida fase. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Observe a Secretaria que é imprescindível a intimação do Réu por meio da Defensoria Pública.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0217765-63.2010.8.04.0001 (001.10.217765-2) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - Vistos em saneador permanente. É imprópria a certidão de fls. 176 quanto ao não cumprimento voluntário da obrigação pelo Réu, isto porque não se coaduna com o pronunciamento judicial de fls. 159. Atente, a Secretaria. A certidão do trânsito em julgado está às fls. 176. Qualquer providência associado ao cumprimento voluntário deve ser tomada pelo Autor. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0243279-81.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de empresa fornecedora do serviço de energia elétrica ingressou com a presente demanda monitória contra MARCOS RUBENS DA SILVA, a quem atribui a responsabilidade pela unidade consumidora n. 0274296-9 e o inadimplemento das faturas pela disponibilização do serviço no que tange aos períodos de 11/03 a 03/2005, o que representa o débito de R$ 6.164,21 e o valor atribuído à causa pelo qual o Autor recolheu as custas de seu processamento judicial. O Órgão de Segundo Grau desconstituiu a sentença proferida por magistrado outro no que pertine à prescrição (fls. 101 a 105), posto que não considerado o prazo decenal, assim o feito retornou a este Juízo. Em juízo de admissibilidade da exordial e recebimento do feito no estado, foi ordenada a citação do Réu para pagamento e oferta de embargos monitórios, embora ele jamais haja sido encontrado, inobstante utilização de ferramentas judiciais de busca com tal fim. A registrar que, expressamente, foi apontado ao Autor que deveria promover a citação do Réu, sob pena de extinção do feito em virtude da prescrição (fls. 192). O oficial de justiça apontou que o Réu não morava mais no endereço declinado (fls. 195), o que levou à emissão do ato ordinatório para que o Autor pugnasse outras providências (fls. 196). O Autor pugnou a expedição de ofícios a empresas de telefonia para a localização do endereço do Réu (fls. 200), porém não se manifestou sobre a possibilidade de proferimento de sentença que reconheça a prescrição. É o relato. DECIDO. Na espécie resulta imperioso frisar que a pretensão para o recebimento da obrigação recaída sobre o cliente, a quem se forneceu serviço essencial de energia, desafia um prazo temporal para que, no curso deste seja obtida a tutela jurisdicional almejada, sob pena de reconhecimento da prescrição, que é a perda da pretensão do direito de vir a parte que produziu demanda obter do Órgão Julgador a outorga resolutória da demanda dentro do prazo legal para o exercício de tal direito. O fundamento da prescrição reside na inércia ou negligência do titular da pretensão de direito material quanto ao seu exercício dentro de certo espaço de tempo, circunstância esta que atinge, por via reflexa, a obrigação, representando, assim, forma anômala de extingui-la. Muitas das vezes, é verdade, a parte busca o chamamento citatório de quem haveria ocupar a angularidade passiva do feito, todavia não logra obter a válida citação que garante ao Réu a possibilidade de, em sabendo do que se trata a demanda, ofertar sua contestação e, assim resistir ao direito que o Autor pretende proteger. Tão relevante a citação aperfeiçoada da parte que, inclusive, o STJ já reconheceu a interrupção da prescrição em processo extinto sem resolução do mérito por ilegitimidade da parte (REsp 1636677). Disse-o, com maestria a Ministra Relatora Nancy Andrighi, em parte do voto que transcrevo: "7. A manutenção indefinida de situações jurídicas pendentes, por lapsos temporais prolongados, importaria, inegavelmente, em total insegurança jurídica, hábil a constituir fonte inesgotável de conflitos e prejuízos diversos. Disto decorre, consequentemente, a necessidade de se controlar, temporalmente, o exercício de direitos, propiciando equilíbrio e segurança às relações jurídicas e às relações sociais como um

todo. 8. Sob essa ótica é que imperam os institutos da prescrição e decadência, uma vez que os valores e garantias reconhecidos constitucionalmente são incompatíveis com a instabilidade propiciada pela possibilidade de exercício temporalmente ilimitado de direitos. 9. Ocorre que tais institutos, além de terem fundamento no próprio transcurso do tempo (elemento objetivo), também fundam-se em elemento subjetivo e voluntário, consubstanciado na inércia do titular do direito. 10. Como bem destacam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, "a prescrição e a decadência também dizem respeito à inércia do titular de determinada relação jurídica. Equivale a dizer, além de fundar-se em aspecto objetivo, o decurso temporal também tem como suporte uma conduta omissiva do titular do direito em perecimento" (Curso de Direito Civil. Parte Geral e LINDB 11 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2013, p. 741). 11. Assim, como corolário de fundar-se a prescrição também na inércia do credor por tempo predeterminado, é que se considera toda a manifestação deste, defensiva de seu direito, como razão determinante de se inutilizar a prescrição, isto é, de interromper a sua contagem (PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil / Atual. Maria Celina Bodin de Moraes 29 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 584). 12. A interrupção da prescrição dá-se, afinal, quando o titular do direito manifesta por uma das formas previstas em lei a intenção de exercê-la ou quando o devedor manifesta inequivocamente o reconhecimento daquele direito." (negritos posteriores). Vale o sempre atual ensinamento de Clóvis Beviláqua: "prescrição é a perda da ação atribuída a um direito, de toda a sua carga defensiva, em consequência do não uso dela, durante um determinado espaço de tempo" (Da prescrição no Direito Civil Brasileiro, Forense, 1983, 1ª ed., p. 2 a 3 e 9). No caso descortinado, ao Autor foi expressamente assinalada a possibilidade de vir o Juízo proferir sentença extintiva do feito com fulcro na prescrição para o fim de evitar a decisão surpresa, que se sabe vedada pelo Digesto Processual Civil. A tal respeito o pronunciamento de fls. 167 e 168, embora aquele não haja emitido qualquer intenção objurgativa recursal.Pois bem, quando se leva em conta a pretensão de direito material bosquejada pelo Autor deve-se considerar que o despacho que ordena a citação tem o condão de interromper a prescrição (artigo 240, § 1º, do CPC). Entrementes, não basta ao Julgador determinar o chamamento citatório da parte adversa a fim de que ocupe a angularidade passiva da demanda, é imprescindível que este ato citatório se aperfeiçoe inteiramente, ou seja, que se consolide em rigor formalístico para estabilizar uma situação jurídica de válida formação processual, segundo dicções dos artigos 202, inciso I, do Código Civil e do artigo 240, da Lei do Rito Civil. Transcrevo-os: "Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;" "Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. § 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2º Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1º. § 3º A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4º O efeito retroativo a que se refere o § 1º aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei." A um intérprete incauto parece que o simples despacho de citação é bastante para que se interrompa a prescrição, entretanto para que tal ato interruptivo se consolide sob o imprescindível aspecto formal deverá o Autor (demandante) promover atos capazes de viabilizar a citação indicação fidedigna do endereço; recolhimento das custas para referida diligência; exaurimento das vias legais de citação para o caso de diligências infrutíferas a fim de que seja aperfeiçoado o ato de chamamento voltado à formação válida do processo com o conhecimento do (Réu) demandado de que aquele tem intenção e proteger seu direito, sem o que não se há excogitar de interrupção da prescrição. "A citação é pressuposto processual de existência." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 2. ed. revista, atualizada e ampliada São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 853) (grifo subsequente). Observe-se que a insigne doutrinadora observa a todos nós eternos alunos do Direito e de seu aprendizado fraterno que o legislador infraconstitucional, embora haja estabelecido no aludido artigo a palavra validade, é a própria existência do processo que se coloca à deriva por inação do sujeito ativo, através daquele a quem se outorgou capacidade postulacional. Transcreve-se: "Apesar da letra do art. 239 do NCPC, que fala em validade, não em existência. (Arruda Alvim. Manual de direito processual civil cit. p. 507-508). " Novamente a Mestra: "Em suma, e em exercício de simplificação, a citação inexistente se confunde com a omissão (não realização do ato citatório), ao passo que a citação inválida envolve ato comissivo (realização do ato citatório contrariando a lei que lhe diz respeito." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 2. ed. revista, atualizada e ampliada São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 460). Sem citação válida e regular não se há como aplicar o disposto no § 1°, do artigo 240, do Código de Processo Civil. Pois bem, fixadas as premissas legais tem-se que o pronunciamento judicial que ordenou a citação foi lançado em 19 de março de 2015, quando, em tese, estaria interrompida a prescrição, desde que o simples despacho fosse suficiente ao desiderato legislativo, o que não é. Sucede que a citação da parte demandada não ocorreu até o presente, logo não se há excogitar da concretização do ato que lhe dá conhecimento acerca da propositura desta demanda, qual seja a citação. Desta feita assimilando-se o entendimento de que o prazo de cobrança das faturas por serviço essencial é decenal, na forma como estatuído pelo artigo 205, do Código Civil é possível afirmar que houve a prescrição quanto às faturas relativas ao período compreendido entre 11/2003 a 03/2005, as quais não podem ser mais cobradas pelo Autor. "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EXONERAÇÃO DE SERVIDO ESTÁVEL. REINTEGRAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES. REVISÃO DOS ÔNUS NA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 1. Para demonstração da existência de similitude das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados, é necessário que haja indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado, quer tenha sido interposto o Recurso Especial pela alínea "a" quer pela "c". (AgRg no REsp 1.346.5.88/DF, Rel. Ministro ARNALDO). 2. A citação válida leva à interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses em que a causa é extinta sem resolução do mérito, ressalvadas apenas as hipóteses do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, quais sejam, negligência das partes e abandono de causa. O que não se verificou na espécie. 3. A análise da divisão das despesas processuais e honorários diante da sucumbência recíproca enseja reanálise de provas, conforme precedentes desta Corte. (AgRg no AREsp 681.619/RJ) Agravo regimental improvido. " (AgRg no AREsp 726.379/MA, 2ª Turma, DJe 23/09/2015) (grifos acrescentados). "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO ACIDENTE PESSOAL. AJUIZAMENTO DE ANTERIOR DEMANDA, COM CITAÇÃO VÁLIDA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO ANTE A ILEGITIMIDADE PASSIVA. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Esta Corte Superior de Justiça consolidou o entendimento de que a citação válida, excepcionando-se as causas do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, interrompe a prescrição. 2. Na presente hipótese, mesmo tendo sido extinta sem resolução de mérito a ação anteriormente proposta, a citação no prazo e na forma da lei processual é suficiente a obstar a suscitada prescrição e viabilizar o prosseguimento do feito. 3. Agravo regimental não provido. " (AgRg no AREsp 316.215/SP, 4ª Turma, DJe 18/06/2013) (grifos acrescentados). "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ILEGITIMIDADE DE PARTE. POSSIBILIDADE. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, mesmo sendo extinto o processo por ilegitimidade da parte, a citação válida possui o condão de interromper a prescrição, por haver inclusive aparência de correta

propositura da ação. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. " (AgRg no REsp 781.186/PR, 6ª Turma, DJe 03/08/2011) (grifos acrescentados). A destacar, no caso descortinado que, a falta de citação antes do pronunciamento declaratório acerca do prazo prescricional não pode ser atribuída ao Poder Judiciário representado por este Juízo, notadamente quando se sabe foram acolhidas, em favor do Autor, diversas diligências de chamamento. Tampouco à Secretaria, que cumpriu com fidedignidade os comandos judiciais neste caderno processual. Parte dispositiva Ex positis, DECLARO a prescrição da pretensão autoral de manejo da monitória relativa ao período de 11/03 a 03/2205 sobre a unidade consumidora n. 0274296-0 cujas respectivas faturas não podem mais ser cobradas pelo Autor, daí a necessidade de vir este corrigir o valor da pretensão monitória quanto à esta unidade. Sobejar-lhe-ão, pois os períodos outros não alcançados pela prescrição. JULGO EXTINTA a demanda por sentença com resolução parcial do mérito na forma estatuída pelo artigo 487, inciso II, combinado com o artigo 490 e o artigo 316, do Digesto Processual Civil. Custas remanescentes pelo Autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa, sem prejuízo à sua continuidade pelo Autor quanto aos demais períodos não alcançados pela prescrição.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0257226-08.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jorge Luís Lavor Cunha - Vistos. A sentença proferida por este Juízo foi confirmada por Órgão de Segundo Grau (fls. 269 a 274). Sucede que foi apontado ao Autor, em sentença desta Julgadora, que teria ele direito à cobrança por faturas do serviço essencial de períodos outros que não os associados a 04/2004 a 12/2007 recaídos sobre a UC n. 0093792-4. Assim, a movimentação de processo julgado deve permanecer na espécie. Necessário, desta feita, que o Autor tome providências para indicar no feito os períodos e valores que haverão ser perseguidos por meio desta monitória, observando-se que ante a falta de citação outros tantos já foram prescritos entre o lançamento da sentença judicial até sua confirmação e retorno ao Juízo; assim como tome providências para a citação das partes que se faziam no imóvel e usufruíram os serviços. Faça-o em 5 dias, sob pena de extinção do feito. Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0264347-87.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de empresa fornecedora do serviço de energia elétrica ingressou com a presente demanda monitória contra ERNESTINA MOREIRA DA SILVA, a quem atribui a responsabilidade pela unidade consumidora n. 0490156-8 e o inadimplemento das faturas pela disponibilização do serviço no que tange aos períodos de 05/08 a 07/08, 11/08 a 01/09, 03/09 a 12/10, o que representa o débito de R$ 4.836,24 e o valor atribuído à causa pelo qual o Autor recolheu as custas de seu processamento judicial. Houve o juízo de admissibilidade da exordial com ordem de citação da Ré que jamais foi encontrada, inobstante providências para a consumação, inclusive através de ferramentas judiciais de busca INFOJUD, RENAJUD e SIEL, exceto quanto ao BACENJUD, pois esta Julgadora o entende como indevida quebra de sigilo fiscal da parte. A registrar que, no último despacho judicial restou evidenciado que, no caso de não localização do Réu seria o Autor instado, por ato ordinatório de delegação a promover a citação em 5 dias, sob pena de extinção do feito pelo reconhecimento de prescrição (fls. 115). Regularmente intimado, porém, o Autor se limitou a requerer a consulta sobre endereço do Réu diante do BACENJUD (fls. 120). É o relato. DECIDO. Na espécie resulta imperioso frisar que a pretensão para o recebimento da obrigação recaída sobre o cliente, a quem se forneceu serviço essencial de energia, desafia um prazo temporal para que, no curso deste seja obtida a tutela jurisdicional almejada, sob pena de reconhecimento da prescrição, que é a perda da pretensão do direito de vir a parte que produziu demanda obter do Órgão Julgador a outorga resolutória da demanda dentro do prazo legal para o exercício de tal direito. O fundamento da prescrição reside na inércia ou negligência do titular da pretensão de direito material quanto ao seu exercício dentro de certo espaço de tempo, circunstância esta que atinge, por via reflexa, a obrigação, representando, assim, forma anômala de extingui-la. Muitas das vezes, é verdade, a parte busca o chamamento citatório de quem haveria ocupar a angularidade passiva do feito, todavia não logra obter a válida citação que garante ao Réu a possibilidade de, em sabendo do que se trata a demanda, ofertar sua contestação e, assim resistir ao direito que o Autor pretende proteger. Tão relevante a citação aperfeiçoada da parte que, inclusive, o STJ já reconheceu a interrupção da prescrição em processo extinto sem resolução do mérito por ilegitimidade da parte (REsp 1636677). Disse-o, com maestria a Ministra Relatora Nancy Andrighi, em parte do voto que transcrevo: "7. A manutenção indefinida de situações jurídicas pendentes, por lapsos temporais prolongados, importaria, inegavelmente, em total insegurança jurídica, hábil a constituir fonte inesgotável de conflitos e prejuízos diversos. Disto decorre, consequentemente, a necessidade de se controlar, temporalmente, o exercício de direitos, propiciando equilíbrio e segurança às relações jurídicas e às relações sociais como um todo. 8. Sob essa ótica é que imperam os institutos da prescrição e decadência, uma vez que os valores e garantias reconhecidos constitucionalmente são incompatíveis com a instabilidade propiciada pela possibilidade de exercício temporalmente ilimitado de direitos. 9. Ocorre que tais institutos, além de terem fundamento no próprio transcurso do tempo (elemento objetivo), também fundam-se em elemento subjetivo e voluntário, consubstanciado na inércia do titular do direito. 10. Como bem destacam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, "a prescrição e a decadência também dizem respeito à inércia do titular de determinada relação jurídica. Equivale a dizer, além de fundar-se em aspecto objetivo, o decurso temporal também tem como suporte uma conduta omissiva do titular do direito em perecimento" (Curso de Direito Civil. Parte Geral e LINDB 11 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2013, p. 741). 11. Assim, como corolário de fundar-se a prescrição também na inércia do credor por tempo predeterminado, é que se considera toda a manifestação deste, defensiva de seu direito, como razão determinante de se inutilizar a prescrição, isto é, de interromper a sua contagem (PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil / Atual. Maria Celina Bodin de Moraes 29 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 584). 12. A interrupção da prescrição dá-se, afinal, quando o titular do direito manifesta por uma das formas previstas em lei a intenção de exercê-la ou quando o devedor manifesta inequivocamente o reconhecimento daquele direito." (negritos posteriores). Vale o sempre atual ensinamento de Clóvis Beviláqua: "prescrição é a perda da ação atribuída a um direito, de toda a sua carga defensiva, em consequência do não uso dela, durante um determinado espaço de tempo" (Da prescrição no Direito Civil Brasileiro, Forense, 1983, 1ª ed., p. 2 a 3 e 9). No caso descortinado, ao Autor foi expressamente assinalada a possibilidade de vir o Juízo proferir sentença extintiva do feito com fulcro na prescrição para o fim de evitar a decisão surpresa, que se sabe vedada pelo Digesto Processual Civil. A tal respeito o pronunciamento de fls. 115 proferido em caderno de tramitação virtual, embora aquele não haja emitido qualquer intenção objurgativa recursal.Pois bem, quando se leva em conta a pretensão de direito material bosquejada pelo Autor deve-se considerar que o despacho que ordena a citação tem o condão de interromper a prescrição (artigo 240, § 1º, do CPC). Entrementes, não basta ao Julgador determinar o chamamento citatório da parte adversa a fim de que ocupe a angularidade passiva da demanda, é imprescindível que este ato citatório se aperfeiçoe inteiramente, ou seja, que se consolide em rigor formalístico para estabilizar uma situação jurídica de válida formação processual, segundo dicções dos artigos 202, inciso I, do Código Civil e do artigo 240, da Lei do Rito Civil. Transcrevo-os: "Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;" "Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna

litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. § 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2º Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1º. § 3º A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4º O efeito retroativo a que se refere o § 1º aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei." A um intérprete incauto parece que o simples despacho de citação é bastante para que se interrompa a prescrição, entretanto para que tal ato interruptivo se consolide sob o imprescindível aspecto formal deverá o Autor (demandante) promover atos capazes de viabilizar a citação indicação fidedigna do endereço; recolhimento das custas para referida diligência; exaurimento das vias legais de citação para o caso de diligências infrutíferas para que seja aperfeiçoado o ato de chamamento voltado à formação válida do processo com o conhecimento do (Réu) demandado de que aquele tem intenção e proteger seu direito, sem o que não se há excogitar de interrupção da prescrição. "A citação é pressuposto processual de existência." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 2. ed. revista, atualizada e ampliada São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 853) (grifo subsequente). Observe-se que a insigne doutrinadora observa a todos nós eternos alunos do Direito e do aprendizado fraterno que o legislador infraconstitucional, embora haja estabelecido no aludido artigo a palavra validade, é a própria existência do processo que se coloca à deriva por inação do sujeito ativo, através daquele a quem se outorgou capacidade postulacional. Transcreve-se: "Apesar da letra do art. 239 do NCPC, que fala em validade, não em existência. (Arruda Alvim. Manual de direito processual civil cit. p. 507-508). " Novamente a Mestra: "Em suma, e em exercício de simplificação, a citação inexistente se confunde com a omissão (não realização do ato citatório), ao passo que a citação inválida envolve ato comissivo (realização do ato citatório contrariando a lei que lhe diz respeito." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 2. ed. revista, atualizada e ampliada São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 460). Sem citação válida e regular não se há como aplicar o disposto no § 1°, do artigo 240, do Código de Processo Civil. Pois bem, fixadas as premissas legais tem-se que o pronunciamento judicial que ordenou a citação foi lançado em 29 de fevereiro de 2012, quando, em tese, estaria interrompida a prescrição, desde que o simples despacho fosse suficiente ao desiderato legislativo, o que não é. Sucede que a citação da parte demandada não ocorreu até o presente, logo não se há excogitar da concretização do ato que lhe dá conhecimento acerca da propositura desta demanda, qual seja a citação. Desta feita assimilando-se o entendimento de que o prazo de cobrança das faturas por serviço essencial é decenal, na forma como estatuído pelo artigo 205, do Código Civil é possível afirmar que houve a prescrição quanto às faturas relativas ao período compreendido entre 05/08 a 07/08, 11/08 a 03/2009, as quais não podem ser mais cobradas pelo Autor, daí a necessidade de vir este corrigir o valor da pretensão monitória e dos períodos almejados a título de cobrança recaída sobre a UC n. 0490156-8, com exclusão das faturas prescritas, para o correto enquadramento daquela pretensão de direito material. "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EXONERAÇÃO DE SERVIDO ESTÁVEL. REINTEGRAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES. REVISÃO DOS ÔNUS NA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 1. Para demonstração da existência de similitude das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados, é necessário que haja indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado, quer tenha sido interposto o Recurso Especial pela alínea "a" quer pela "c". (AgRg no REsp 1.346.5.88/DF, Rel. Ministro ARNALDO). 2. A citação válida leva à interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses em que a causa é extinta sem resolução do mérito, ressalvadas apenas as hipóteses do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, quais sejam, negligência das partes e abandono de causa. O que não se verificou na espécie. 3. A análise da divisão das despesas processuais e honorários diante da sucumbência recíproca enseja reanálise de provas, conforme precedentes desta Corte. (AgRg no AREsp 681.619/RJ) Agravo regimental improvido. " (AgRg no AREsp 726.379/MA, 2ª Turma, DJe 23/09/2015) (grifos acrescentados). "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO ACIDENTE PESSOAL. AJUIZAMENTO DE ANTERIOR DEMANDA, COM CITAÇÃO VÁLIDA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO ANTE A ILEGITIMIDADE PASSIVA. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Esta Corte Superior de Justiça consolidou o entendimento de que a citação válida, excepcionando-se as causas do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, interrompe a prescrição. 2. Na presente hipótese, mesmo tendo sido extinta sem resolução de mérito a ação anteriormente proposta, a citação no prazo e na forma da lei processual é suficiente a obstar a suscitada prescrição e viabilizar o prosseguimento do feito. 3. Agravo regimental não provido. " (AgRg no AREsp 316.215/SP, 4ª Turma, DJe 18/06/2013) (grifos acrescentados). "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ILEGITIMIDADE DE PARTE. POSSIBILIDADE. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, mesmo sendo extinto o processo por ilegitimidade da parte, a citação válida possui o condão de interromper a prescrição, por haver inclusive aparência de correta propositura da ação. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. " (AgRg no REsp 781.186/PR, 6ª Turma, DJe 03/08/2011) (grifos acrescentados). A destacar, no caso descortinado que, a falta de citação antes do pronunciamento declaratório acerca do prazo prescricional não pode ser atribuída ao Poder Judiciário, notadamente quando se sabe foram acolhidas, em favor do Autor, consultas às ferramentas judiciais de busca para a localização do endereço do Réu INFOJUD, RENAJUD e SIEL. Tampouco à Secretaria, que cumpriu com fidedignidade os comandos judiciais neste caderno processual. Parte dispositiva Ex positis, DECLARO a prescrição da pretensão autoral de manejo da monitória relativa ao período de 05/08 a 07/08, 11/08 a 03/09 sobre a unidade consumidora n. 0490156-8 cujas respectivas faturas não podem mais ser cobradas pelo Autor, daí a necessidade de vir este corrigir o valor da pretensão monitória quanto à esta unidade. Sobejar-lhe-ão, pois os períodos outros não alcançados pela prescrição, isto quer dizer os períodos de 04/09 a 12/10. JULGO EXTINTA a demanda por sentença com resolução parcial do mérito na forma estatuída pelo artigo 487, inciso II, combinado com o artigo 490 e o artigo 316, do Digesto Processual Civil. Custas remanescentes pelo Autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa, sem prejuízo à sua continuidade pelo Autor quanto aos demais períodos não alcançados pela prescrição.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0265953-53.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: S. B. Comércio Ltda. - Vistos em saneador permanente. Na espécie, em caso de não localização do Réu pela via postal (fls. 148) , o Autor contará 5 dias para lhe promover nova citação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular e prescrição. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0306895-06.2006.8.04.0001 (001.06.306895-9) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Lourdes Lima de Souza - Vistos. Ordeno à Secretaria que certifique o trânsito em julgado da sentença judicial. Aludido pronunciamento reconheceu obrigações de parte a parte, assim se Autor e Réu nada requereram até o presente, é de se arquivar o feito e ultimar sua baixa, sem prejuízo ao desarquivamento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0600906-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0602342-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com a Ré, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Liminar deferida em decisão de fls. 45 a 47. Citação não realizada - fls. 55. Petição de fls. 54, por meio da qual o Autor pugna pela desistência do feito. Decido. Homologo, pois, por sentença, nos termos do artigo 200, parágrafo único do CPC, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência manifestado nestes autos em fls. 54. Em consequência,julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII do Código de Processo Civil. Revogo a liminar de fls. 45 a 47. Custas recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa por termo nos autos.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0602616-54.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. O Autor maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional de Busca e Apreensão de veículo outrora negociado com o Réu que se sagrou inadimplente. Às fls. 24 e 25, decisão interlocutória que determinou o deferimento do pedido liminar, desde que houvesse o recolhimentos das custas atinentes ao mandado. Decisão de fls. 1.340, por meio da qual este Juízo determinou que o Autor, em quinze dias, ultimasse providências de citação do Réu e de recolhimento de custas. Em que pese a regular intimação, deu-se a inércia - fls. 1.342. É o relatório. DECIDO. Não escapa ao conhecimento dos operadores do direito que a citação é ato dotado de formalismo de eficácia endoprocessual, isto porque a validade de sua realização culmina com o entendimento de que o Réu tomou conhecimento inequívoco do processo que foi contra si manejado. Assim, uma vez admitida a petição inicial pela autoridade judiciária, é proferido decisório que torna efetivo o chamamento da parte adversa, eis que por meio dele se acolhe a promoção citatória do Autor em desfavor do Réu. Cumprem-se, então os pressupostos processuais de existência (jurisdição petição inicial e citação) para que, em momento subsequente, também sejam consolidados os pressupostos de validade (competência imparcialidade capacidade e legitimidade processual petição inicial válida e citação válida). A citação figura como pressuposto processual de existência que, a partir da ordem judicial de sua ultimação obriga o Autor a tornar efetivo referido comando e, assim se desobrigar do dever processual de recolher as custas da diligência citatória, o que pode ocorrer segundo o tipo de ato citatório pretendido, aviso de registro postal ou mandado a ser cumprido por oficial de justiça, um e outro enquadrado como pressuposto de validade do chamamento do Réu. Seja sob a ótica da existência da citação, ou de sua validade, configura-se ela como pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo judicial. Bem a propósito, dita o artigo 239, da Lei do Rito Civil: “Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.” Sucede que não são bastantes o pedido de citação do Réu e sua acolhida judicial, faz-se de mister que o Autor se desobrigue de recolher as respectivas custas para a prática do ato processual (custas pela prestação do serviço de citação), eis que estas são necessárias à consecução do ato de chamamento. Nunca demasiado lembrar que as custas judiciais, ou as denominadas taxas judiciárias são tributos que integram a espécie taxa. Nesta toada, as custas associadas à realização da diligência do oficial de justiça situação em baila estão inseridas como custas judiciais (taxas) que, acaso não recolhidas, conduzem ao reconhecimento judicial da falta de atendimento (observância) a pressuposto objetivo de desenvolvimento válido e regular do processo. É remunerável por taxa a atividade jurisdicional até a formação da tríade processual. Em resumo, o serviço judicial (serviço público específico colocado à disposição do jurisdicionado) é prestado com a simples aceitação da exordial e a subsequente ordem citatória da parte, para cujo aperfeiçoamento válido se exige o recolhimento das respectivas custas. Diz o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal: “Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tributos: II. taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.” Ensina-nos Costa Machado: “Ao contrário do que acontece com os impostos, a taxa é uma espécie de tributo vinculada a uma atividade estatal específica, seu objetivo é remunerar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pelo custa de sua atuação em relação ao contribuinte (contraprestação) no exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, efetivamente prestados ou postos à disposição. Na primeira hipótese, a exigência se materializa por meio da criação, pela administração pública, de limitações de ordem formal (alvarás, licenças, etc.) que condicionam o exercício de certos direitos individuais ou coletivos, com a finalidade de proteção ao interesse público (ver art. 78 do CTN). No segundo caso, trata-se de cobrança por serviço público específico e divisível, não se exige que o contribuinte efetivamente o utilize, basta a sua colocação à disposição.” (Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo / Costa Machado, organizador. Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora 5ª. ed. Barueri, SP. Manole, 2014, p. 402). Importante, ademais, a leitura do Pedido de Providências 0009204-05.2017.2.00.0000 em que figurou como Requerente o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná SINDIJUSPR e, Requerida, a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e outros. De seu bojo transcrevo Acórdão referido no Recurso Extraordinário n. 89.876: “Há, sem dúvida alguma, taxas que o são, pela natureza mesma da relação jurídica entre o poder público e o particular, e, apesar disso, só são exigidas quando este solicita e recebe a prestação de serviço daquele. É o caso, por exemplo, da taxa judiciária, certo como é que só é exigida quando quem pretende ter um direito violado requer a prestação jurisdicional que tão-somente o Estado lhe pode prestar. E taxa que não se paga pelo simples fato de o serviço judiciário estar colocado à disposição dos particulares.” (Rel. Min. Moreira Alves, 04/09/1980). São estas as premissas que colocam à deriva qualquer objurgação recursal a apontar que a sentença judicial final, longe de reconhecer a falta de pressupostos processuais deve reconhecer, diante da falta da prática de ato, o abandono da causa, depois de dirigida intimação postal à parte por falta de cumprimento do ato por seu patrono (artigo 485, inciso III, § 1º, do CPC). Ressalte-se que ao Autor foi determinado, em exercício ao juízo positivo de aceitação de sua proemial, o recolhimento das custas relativas à diligência citatória a cargo do oficial de justiça dentro do prazo de 5 dias, o que não ocorreu. Logo, a falta de cumprimento desse comando não enquadra a inação do Autor como abandono, mas, sim como conduta que inobserva a exigência legal de atendimento ao pressuposto de desenvolvimento válido e regular do feito para a formação da relação jurídica tríade. Digno de registro que a Tabela de valores das diligências a cargo dos Oficiais de Justiça no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado foi estabelecido através do

Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. Nos autos não houve, pelo Autor o recolhimento das custas para a realização da diligência citatória a cargo do meirinho, dentro do prazo judicialmente assinalado, embora cônscio que o comando judicial para a válida formação da demanda de busca e apreensão estaria condicionada a tal cumprimento fidedigno. Eis a jurisprudência em torno da questão: "EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. RECOLHIMENTO DE DILIGÊNCIAS DE OFICIAL DE JUSTIÇA. FALTA DE CITAÇÃO. PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. REQUERIMENTO DO RÉU. 1. Tratando-se de ação monitória na qual, apesar de intimado por intermédio de seu advogado, o autor não efetua pagamento de diligências para citação, o fundamento da extinção do feito é a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido do processo (CPC, art. 267, inciso IV). 2. Nessa hipótese, não há necessidade de intimação pessoal do autor, o que só é exigível em caso de sentença de extinção fundada nos incisos II e III daquele dispositivo legal. 3. É desnecessário que o réu requeira extinção da ação por abandono nos casos em que ele sequer foi citado nos autos. Não se presume interesse no prosseguimento do feito de parte do réu quando sequer tem ciência de sua existência. 4. Recurso não provido." (TJ-SP - APL: 07041149520118260020 SP 0704114-95.2011.8.26.0020, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 11/12/2013, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/12/2013). "PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. NÃO CITAÇÃO DO REQUERIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A citação válida configura pressuposto de validade subjetivo de desenvolvimento processual. 2. O ordenamento claramente inadmite que o processo se desenvolva sem a citação da parte contrária, sob pena de nulidade transrescisória. Cogitar seu prosseguimento com esta mácula fere não apenas o basilar princípio do contraditório, como também o princípio da eficiência da prestação jurisdiciona. 3. Apelo conhecido e desprovido." (TJ-AM-APL:02519901220108040001AM0251990-12.2010.8.04.0001, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 21/09/2015, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 21/09/2015). O Autor inobservou o princípio da cooperação e judicializou desnecessariamente a questão, à medida que negligenciou a ordem proferida por autoridade judiciária quando lhe admitiu a petição inicial. Parte dispositiva Desta feita, JULGO EXTINTA A DEMANDA formulada pelo Autor, ante a inobservância do requisito de desenvolvimento válido e regular do processo, relativo este ao recolhimento da diligência citatória a cargo do meirinho, dentro do prazo que lhe foi judicialmente assinalado. Faço-o ex officio por sentença sem resolução do mérito, na forma como insculpido no artigo 485, inciso IV, § 3º, da Lei do Rito Civil. Custas iniciais de processamento da demanda recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno processual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0604591-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: R. Z. Comércio de Farmácia e Drogaria Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0604650-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. O Autor movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com a Ré, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária, o qual não cumprido. Deferimento da liminar às fls. 37 a 37. Petitório do Autor em que aponta a entrega voluntária do bem pela Ré, o qual já se faz na esfera de domínio da instituição financeira (fls. 46). Requereu, pois o julgamento meritório da demanda. É o relatório. Decido. A entrega voluntária do veículo automotor pela Ré à instituição financeira cristaliza o entendimento de que a pretensão deduzida judicialmente é pertinente e dotada da necessária força jurídica que permita ao Autor o exercício do direito de retirar o bem da esfera da posse do devedor para que se consolide seu domínio em favor do credor. Precisamente o que se vislumbra na espécie. Parte dispositiva Desta feita HOMOLOGO o termo de quitação contratual e entrega voluntária do veículo para reconhecer a procedência do pedido inicial e JULGO EXTINTA a demanda com resolução do mérito na forma estatuída pelo artigo 487, inciso III, alínea 'a', primeira figura, da Lei do Rito Civil. Custas e despesas recolhidas. Deixo de condenar em honorários advocatícios porquanto não formada a relação jurídica processual. Determino, por fim, o levantamento da restrição sobre o veículo automotor objeto desta demanda. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0605392-17.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0647423-86.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder aos embargos à execução.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606969-40.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0607139-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: CVN - Construção e Incorporação Ltda - REQUERIDO: JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S.A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição às fls. 498 e 499, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607208-68.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que se manifeste acerca da Certidão do Oficial de Justiça de fls. 185 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0609423-22.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609938-91.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos em saneador permanente. Acaso reste infrutífera a diligência do oficial de justiça após a devolução do mandado, fica desde já assinalado à Secretaria que, por ato ordinatório, assinale ao Autor o prazo de 5 dias para promover nova citação do Réu e manifestação acerca da prescrição quanto a algumas faturas que servem de base à demanda monitória. Cumpra-se.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM) - Processo 0610398-78.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Márcio Serrão Ribeiro - Vistos. O Autor não compareceu à perícia médica agendada perante o IML, como expressamente informado por referido Instituto (fls. 161). Em verdade, expedida a intimação postal para que comparecesse ao ato, tem-se que há informação de sua mudança de endereço, aspecto bastante ao comando para que o seu advogado informe seu endereço e justifique a ausência de ambos para a perícia médica, tudo em 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Curial rememorar que a mudança de endereço da parte sem informação ao Juízo é conduta que transgride o princípio da cooperação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0613732-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que traga aos autos o ato constitutivo da parte requerida, para fins de citação na pessoa do(s) sócio(s), no prazo de 05 dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0613840-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS) - Processo 0614571-82.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos e examinados. O Autor maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional de Busca e Apreensão de veículo outrora negociado com o Réu que se sagrou inadimplente. Às fls. 55 e 56, decisão interlocutória que determinou o deferimento do pedido liminar, desde que houvesse o recolhimentos das custas atinentes ao mandado. Decisão de fls. 128, por meio da qual este Juízo determinou que o Autor, em quinze dias, ultimasse providências de citação do Réu e de recolhimento de custas. Em que pese a regular intimação, deu-se a inércia. É o relatório. DECIDO. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração, devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível, as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. “Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.” Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. “O dever de cooperar existe no interesse de todos, pois todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável.” (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, na presente demanda, o Autor não praticou ato que lhe competia (promoção citatória do Réu e recolhimento das custas da diligência com tal escopo), tampouco declinou motivação plausível para sua inobservância. A negligência ao cumprimento do comando judicial viola o princípio da razoável duração do processo. Parte dispositiva Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso IV, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. REVOGO, por fim, a liminar concedida às fls. 55 e 56. Observe-se à parte que poderá novamente propor a demanda, desde que ultime o saneamento de todos os vícios que lhe foram objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0620151-88.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647D/PE), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE) - Processo 0621789-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Porto Autos Ltda. - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Rescisão de Contrato de Compra e Venda de Veículo com Pedido de Tutela Provisória de Urgência ajuizada por PORTOS AUTOS S.A contra JANAYNA CASTRO DE VASCONCELOS, por inadimplemento da parte Ré. Aduz ter pactuado com o Réu a venda de automóvel KSVA01 - KICKS, 16V, SV/AT (automático), ano de fabricação 2016, modelo 2017, pelo valor de R$ 84.990,00 (oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais), sendo R$43.000,00 pagos à vista e R$ 42.490,00 através de financiamento. Informa a realização do pagamento pelo Réu de apenas R$ 15.000,00 e a

realização do financiamento. Aduz que em 2 fevereiro de 2017, foi informado pelo Réu que depositaria o restante do valor a ser pago à vista, qual seja R$ 28.500,00, assim procedeu à entrega do veículo. Alega, todavia, a inadimplência do Réu na quantia supramencionada. Ademais, informou que a proposta de venda (fls. 52) foi firmada no valor de R$ 43.500,00 à vista (transferência bancária), e o restante no valor de R$ 42.490,00 (financiamento bancário). Aduzis que o Réu no que atine ao pagamento à vista o fez somente de R$ 15.000,00 por transferência bancária (fls. 54), restando o valor de R$ 28.500,00 que teria sido pago por cheque de terceiros, e que o Autor a isto não atentou, devolvido pelo banco em razão da "alínea 11" (fls. 55). Narra que, após o emplacamento do veículo, o Réu compareceu ao estabelecimento do Autor para a retirada do bem, e, acreditando que receberia o valor do cheque, entregou o veículo ao Réu, mas afirma que este se encontra inadimplente desde fevereiro de 2017 e que não compareceu até o momento no estabelecimento para a retirada do DUT (fls. 56) que se encontra em poder do Autor. Pugnou liminarmente a Rescisão do contrato e a Reintegração de posse do automóvel; requereu a condenação do Réu ao pagamento de perdas e danos no valor de R$ 3.399,60 por danos materiais e R$ 20.000,00 a título de danos morais. Expressou, categoricamente, o desinteresse pela realização de audiência de conciliação e mediação. Atribuiu à causa o valor de R$ 108.389,60 (cento e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). Custas iniciais recolhidas às fls. 170 a 172, e complementares às fls. 187 a 188. Esta Julgadora no exercício do juízo de admissibilidade da inicial, ordenou ao Autor que realizasse emenda à inicial para indicar o valor correto da causa com indicação precisa do valor do dano material e correspondente comprovação dos prejuízos suportados aferíveis economicamente bem como carreasse aos autos o contrato entabulado com o Réu (fls. 177 a 179). O Autor atravessou petitório de fls. 181 a 186 quando informou que o contrato firmado o foi por meio de Proposta de Venda e Emissão de Nota Fiscal (fls. 50 a 53); apontou o valor de R$ 12.748,50 (doze mil setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos) de dano material decorrente da desvalorização de 15% do valor do automotor (R$ 84.990,00), em razão de seu uso pelo Réu, mais perdas e danos relativos ao custo financeiro do inadimplemento no valor de R$ 3.399,60 (três mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos) e aos juros legais mensais de 1% ao mês sobre o valor das parcelas vencidas; o recolhimento das custas (fls. 170 a 172); informou que o contrato que se pretende rescindir, em verdade, refere-se à Proposta de Venda e Emissão de Nota Fiscal (fls 50 a 53) no valor de R$ 84.990,00; danos morais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais); alternativamente pleiteia pagamento do valor de R$ 30.139,25 pelo Réu referente à quantia inadimplente, caso a autoridade não entenda pela rescisão. Assim, do somatório dos valores pugnados atribuiu à causa o valor de R$ 121.138,10. Determinou-se ao Autor, por conseguinte, que informasse se recebeu o valor do financiamento do bem gravado ao Banco J. Safra S/A; indeferiu o pedido de reintegração liminar da posse do veículo, eis que o Autor não comprovou nos autos a notificação extrajudicial dirigida ao Réu para fins de constituí-lo em mora. Após, determinou a citação deste e o envio dos autos ao CEJUSC para realização de audiência de conciliação, ato este importante cujo não comparecimento das partes implicaria no reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça, a ser reprimido com multa. (fls. 191 a 193) O Autor atravessou peça de fls. 201 e 202 para informar a interposição de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo (fls. 203 a 227), cujo resultado somente fora acostado aos autos após ordem desta Julgadora (fls. 268). Fê-lo às fls. 271 quando informou que o aludido recurso foi improvido Corte Local (fls. 283 a 290). Realizada audiência conciliatória, esta restou malograda em razão da ausência do Réu, a despeito de regularmente citado para comparecimento (fls. 247) tal Ata de fls. 253. Após o Autor, pugnou decreto de revelia do Réu, e a apreciação do pedido de tutela provisória de urgência formulado na exordial (fls. 254 e 255). Esta Julgadora, em saneador permanente, ordenou à Secretaria que certificasse o aviamento ou não de contestação pelo Réu. Fê-lo às fls. 257, quando então certificou a não apresentação de contestação nos autos. Em seguida, a autoridade judiciária decretou a revelia do Réu JANAYNA CASTRO DE VASCONCELOS, bem como em seu desfavor reconheceu a violação ao princípio da dignidade da justiça e aplicou-lhe multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, de conformidade com o que dita o artigo 334, §8º do CPC, a ser revertida em favor do Estado (fls. 259 a 262). É o relato. DECIDO. Ratificação de reconhecimento da violação à dignidade da justiça e aplicação da multa pela ausência do Réu à audiência de conciliação Ratifico, por seus próprios termos, a decisão que reconheceu em desfavor do Réu a violação ao princípio da dignidade da justiça, em razão de sua ausência à audiência de conciliação, e desta forma fez recair sobre si a reprimenda judicial espraiada em multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, de conformidade com o que dita o artigo 334, §8º, a ser revertida em favor do Estado. Delineamento da relação jurídica travada entre as partes As relações jurídicas obrigacionais impõem a prática de valores de respeito mútuo centrados na boa-fé objetiva que vincula os contratantes, notadamente em virtude de que a formação contratual é derivada da vontade livre e consciente de contratar. A tal respeito apregoa o artigo 422, do Código Civil: Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé." (grifei) A boa-fé objetiva é a regra de conduta dos indivíduos nas relações jurídicas obrigacionais, compreendendo valores éticos como a honestidade, lealdade e veracidade, assim como os que a estes se assemelham, tal a solidariedade, o respeito mútuo e a cooperação entre os partícipes contratuais. Na hipótese posta, a boa-fé materializada na confiança recíproca capitaneou a relação jurídica firmada tendo a Autora acatado o pedido do Réu, através da Proposta, de emplacamento do veículo e sua entrega, em contraprestação de vir liquidar o pagamento do bem, mas que não foi integralmente adimplido. Neste norte, impende traçar linhas paralelas atinentes ao decreto de revelia e seus consequentes efeitos de presunção de veracidade. É cediço que a revelia, uma vez decretada, enseja a presunção da veracidade dos fatos articulados na inicial. Mas tal assertiva não é absoluta. Digo-o porque o que foi categorizado na inicial poderá ceder, durante o desenrolar instrutório do feito, à realidade superveniente que eclode nos autos, sobre os quais o Julgador exerce permanente saneador e não lhe impede que seu convencimento seja formado ou reformado, após, inclusive, já ter exercido o juízo de admissibilidade da inicial. Pois bem, a inatividade ou silêncio deliberado do réu deflagra consequências de distinta natureza. Em um primeiro momento, caracterizada a revelia, e coexistentes os pressupostos capazes de viabilizar o enfrentamento do mérito, verifica-se o chamado efeito material caracterizado na presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, como se extrai da redação do artigo 344 da Lei do Rito Civil. Ocorre que tal regra comporta ressalvas estatuídas no artigo 345 do mesmo diploma legal, vejamos. Art. 345 A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se: I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação; II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis; III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato; IV - as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante nos autos. (grifei) No caso posto, resta patente que o bem automotor encontra-se na posse do Réu, e tal situação não será modificada, ao menos com o presente desiderato do Autor. Esta assertiva advém da firme informação que o próprio demandante prestou nos autos, quando registrou que, nos termos da proposta ofertada, o Réu efetuou o pagamento avençado de duas formas. A primeira à vista, que foi decotada em dois momentos - transferência bancária e cheque -; a segunda por financiamento bancário travado exclusivamente entre Réu e instituição financeira cujos efeitos não atingiram, e sequer atingirão, prejudicialmente o Autor que, apenas se beneficiou com o recebimento da quantia financiada (R$ 42.490,00). "Assim a presunção de veracidade só se produz em relação às alegações de fato que se revistam de credibilidade, que sejam críveis, a respeito das quais haja verossimilhança acentuada. O erferito não se produz, portanto, quando o autor alegar, na petição inicial, fatos improváveis impossíveis ou que se contrapunham a fatos notórios." (WAMBIER, T. A. A. et. al. PRIMEIROS COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ARTIGO POR ARTIGO, 2015, São Paulo, pg. 345.) Ainda que o Réu tenha apenas pago parcialmente, e em seu mínimo o valor à vista, (R$ 15.000,00), não

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

há qualquer razão jurídica para que se assegure ao Autor a reintegração de posse de bem para o qual já recebeu parcela significativa de toda transação, isto porque somado aos quinze mil também recebeu o valor financiado, o que configura adimplemento, pelo Réu, de 67% do pactuado pelas partes. Noutro norte, não se quer com tal afirmativa dizer que ao Autor não será assegurado o direito de receber o valor discriminado no cheque (R$ 28.500,00), que foi posteriormente retornado do banco sem fundos. Em verdade, o que não pode ser reconhecido ao Autor é a reintegração de posse do veículo e a rescisão de pretenso contrato, ainda que precário na forma de proposta na qual houve avenças e parâmetros vinculativos, por meio de disposições convencionais, para os quais esta autoridade judiciária reconhece a força contratual (pacta sunt servanda) entre os contraentes/proponentes. O sinalagma foi cumprido por ambas as partes, ocorre que quanto a uma (o Réu) houve superveniente fato que culminou no inadimplemento parcial das arras que marcou o início da irresignação do Autor. Para tanto, bastaria o aviamento de demanda de cobrança do valro ou de execução do título, a depender da força que este ainda ostentasse. Ao contrário, o Autor preferiu o caminho mais oneroso e pungente ao Réu, o que deve ser refutado pelo órgão julgador. Sob o prisma aludido a obrigação contratual firmada entre as partes configurou parcialmente e, porque não dizer, supervenientemente inadimplida pelo Réu, na medida em que para o Autor a quitação do pactuado teria se dado com a transferência e entrega do cheque, sem saber que o respectivo título de crédito (cheque) não possuiria fundos, e para o Réu a entrega do bem emplacado. Assim, não se configura plausível a resolução de pleno direito do contrato/proposta. De outro lado, não se deve olvidar que o bem automotor encontra-se gravado em fidúcia ao Banco J Safra S.A, portanto, o valor remanescente, e que foi financiado pelo Réu, foi recebido pelo Autor. Sobressai indene nos autos, que o contrato, caracterizado na proposta de compra e venda, obteve substancial adimplemento (67%), isto porque o Autor (concessionária) recebeu do banco o valor do financiamento ultimado pelo Réu (R$ 61.490,00), e o valor que este pagou à vista (R$ 15.000,00). O único valor que resta pendente de pagamento pelo Réu é o de R$ 28.500,00, isto porque o cheque que emitiu para efetuar o pagamento teria retornado pela alínea 11 (cheque sem fundos). Destarte, em respeito ao princípio da segurança jurídica, compete ao juiz, antes de aplicar os efeitos da revelia, avaliar as provas constitutivas do direito da Parte autora. Na hipótese, não há como conceder o desiderato principal do Autor eis que há robusta exposição nos autos da validade do contrato/proposta firmado pelas partes. Repúdio à indenização aos danos materiais (perdas e danos) Da ilação lógica da exposição e entendimento desta Julgadora, alhures apontado, com espeque ao reconhecimento judicial do direito do Réu em manter na sua posse o veículo automotor, é que rechaço a pretensão indenizatória por danos materiais, porquanto os aludidos danos para o Autor inexistiram. Digo-o porque o prejuízo advindo do uso e fruição do bem atinge exclusivamente o Réu, legítimo possuidor do veículo, cuja desvalorização de preço é inerente a esta específica modalidade de produto. Ademais, tendo em vista que a utilização do bem móvel pelo Réu é legítima, porquanto reconhecida judicialmente a legalidade do contrato/proposta de compra e venda do aludido bem, não se há falar em ressarcimento de valores ao Autor pelo uso e fruição do veículo pelo demandado. Destarte, diante da inexistência de ocorrência do dano material ao Autor, que se ancora na formação válida e eficaz da relação jurídica entabulada pelas partes, repudio a pretensão indenizatória por perdas e danos esposada na proemial. Repúdio à indenização por danos morais Conforme preleciona a Carta Magna são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; O dano moral da pessoa jurídica, portadora de honra objetiva, está muito mais associado a esse “desconforto extraordinário” que afeta o nome e a tradição de mercado, com repercussão econômica, do que aos atributos das pessoas naturais. Tratando-se de pessoa jurídica, o dano moral de que é vítima atinge seu nome e tradição de mercado e terá sempre repercussão econômica, ainda que indireta. De qualquer forma, a reparabilidade do dano moral causado à pessoa jurídica ainda sofre certas restrições na doutrina e na jurisprudência, principalmente por parte dos que defendem que a personalidade é bem personalíssimo, exclusivo da pessoa natural. Para essa posição, seus defensores levam em consideração que dano moral denota dor e sofrimento, que são exclusivos do Homem. Não são, entretanto, somente dor e sofrimento que traduzem o dano moral, mas, de forma ampla, um desconforto extraordinário na conduta do ofendido e, sob esse aspecto, a vítima pode ser tanto a pessoa natural como a pessoa jurídica” (Direito Civil - Responsabilidade Civil. 3. ed. São Paulo: Atlas 2003 - p. 203). Fixadas as premissas assimilo o entendimento de que a Autora, concessionária de veículos, não sofreu desordem interna pelo inadimplemento de R$ 28.500,00 pela Ré, afinal não contava exclusivamente com tal valor para o desenvolvimento de suas atividades precípuas, sem quaisquer transgressões à honra objetiva. A propósito, é indiscutível que o descumprimento contratual, ou de qualquer instrumento negocial, por si só, não dá ensejo à reparação, principalmente quando não comprovada ofensa efetiva à honra, à moral ou à imagem da parte prejudicada. Excertos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reflete a jurisprudência acerca da matéria: RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ABALO MORAL NÃO VERIFICADO. MERO DISSABOR. Reputa-se como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. A hipótese dos autos não gera direito à indenização por danos morais, uma vez que não ultrapassou o estágio de mero dissabor. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70043603109, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Túlio de Oliveira Martins, Julgado em 26/03/2013). Assim, os fatos narrados pela Autora, na prefacial, de que se extrai descumprimento da entrega total da mercadoria não passam de meros dissabores, incapazes estes de gerar dano de natureza moral, quando muito ocasionam chateação e aborrecimento. Não incorporo, pois a ideia de ter a demandante experimentado desequilíbrio de ordem interna que lhe tenha escapado à esfera de tranquilidade para atingimento ao binômio da integridade interior e reputação, sua atividade comercial não foi posta em risco nem teve seu deslinde configurado. A Autora não bosquejou elementos necessários para comprovação da dor, do vexame, do sofrimento ou da humilhação que supostamente tenha sofrido, aduzindo tão somente o inadimplemento de parcela do que o Réu deveria ter pago como sinal ao que foi pactuado pelas partes. As frustrações do cotidiano devem ficar fora do judiciário. A propósito o que apregoa a Súmula nº 75, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: o simples descumprimento de dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte. Parte Dispositiva Ex positis, INDEFIRO o pedido liminar de tutela de urgência antecipada de reintegração de posse e rescisão de contrato requerida por falta de preenchimento aos requisitos da verossimilhança das articulações iniciais tal como exige o art. 300, caput, da Lei do Rito Civil. Reverbero que o contrato/proposta de compra e venda do bem automotor é hígido em sua natureza, porquanto emane de ajustes que agrupam a assertiva de sua consubstanciação como ato jurídico perfeito, a ser observado em plenitude pelos contratantes, em observância ao binômio da certeza e segurança jurídicas que sobressaem das relações privadas enliçadoras e em vassalagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos estatuído no artigo 170, do Código Civil. Faço-o proferindo sentença com resolução do mérito, tal o que dita o artigo 269, inciso I, da Lei do Rito Civil. JULGO IMPROCEDENTE O PRIMEIRO PEDIDO ALTERNATIVO de devolução do bem automotor (reintegração de posse), pelos motivos espasados alhures e em capítulo próprio desta sentença ACOLHO O SEGUNDO PEDIDO ALTERNATIVO e CONDENO a Ré ao pagamento do valor inadimplido, a saber, R$ 28.500,00 que, atualizado até a propositura desta demanda verteu o valor de R$ 30.139,25 (trinta mil, cento e trinta e nove reais e

vinte e cinco centavos), com incidência de correção monetária oficial e juros de 1% ao mês a partir do vencimento da parcela associada ao sinal. DECLARO a validade dos termos ajustados em contrato/proposta de compra e venda do veículo automotor descrito na proemial. Em decorrência da sucumbência recíproca, quanto aos honorários advocatícios, aplica-se o estatuído no artigo 86 do Digesto Processual Civil. À Secretaria o desembaraço da cobrança da multa aplicada em desfavor do Réu, em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, de conformidade com o que dita o artigo 334, §8º, a ser revertida em favor do Estado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certifique-se o trânsito em julgado e ultime-se a baixa do caderno virtual do acervo desta Unidade Judicial.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: DANIEL CREPALDI DIAZ (OAB 441A/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622520-84.2018.8.04.0001 - Monitória - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: MSI Comércio de Materiais de Construções - Vistos e examinados. Os Acordantes atravessaram conjuntamente petitório por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para encerrar a presente demanda monitória. Pois bem, esta autoridade judiciária entende que o órgão julgador, diante de um pretenso acordo de vontades submetido à sua homologação ou ao deferimento de suspensão da demanda, não pode figurar como um simples espectador, ou árbitro do que houver sido convencionado, mas, ao contrário haverá exercer sobre o pedido, a análise de sua legalidade, inclusive com incursões sobre as cláusulas do pacto, segundo a corrente jurisprudencial da intervenção judicial restrita ao controle da legalidade, a qual me filio sem reservas. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas (fls. 106 a 108) esta Julgadora lança este pronunciamento resolutório da demanda. De grande e primorosa valia jurídica o ensinamento que transcrevo acerca da transação: "A característica básica da transação é a reciprocidade de concessões, sendo lícito às partes levar à transação elementos, em princípio, estranhos à lide (nesse sentido, dispõe o art. 515, § 2 º, do NCPC, que é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo). A lide é praticamente redefinida na transação, pois que, do contrário, de transação não se trataria. Por isso é que, segundo pensamos, a transação é possível ainda que a ação tenha sido proposta, pleiteando-se, por meio dela, direito indisponível. Isto porque, como a transação é instituto que envolve necessariamente concessões mútuas, implica necessariamente alteração do mérito, tal como originariamente posto (delineado, delimitado) na petição inicial, já que o autor e réu hão de fazer concessões para que de transação se trate." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 791). Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência JULGO EXTINTA a demanda posta segundo dicção do artigo 487, inciso III, alínea 'b' da Lei do Rito Civil. Faço-o por sentença com resolução do mérito. Custas recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM) - Processo 0622761-34.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: André Souza da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consorcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 14/03/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0629949-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com a Ré, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Liminar deferida em decisão de fls. 57 e 58. Citação não realizada - fls. 63. Petição de fls. 71, por meio da qual o Autor pugna a desistência do feito. Decido. Homologo, pois, por sentença, nos termos do artigo 200, parágrafo único do CPC, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência manifestado nestes autos em fls. 71. Em consequência,julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII do Código de Processo Civil. Revogo a liminar de fls. 57 e 58. Custas recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Ultimado o trânsito em julgado é de ser arquivado o feito e ultimada sua respectiva baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0630931-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Paraíso da Construção Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca de petição de fls.158/170 , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM) - Processo 0633571-97.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: DISTREL - DISTRIBUIDORA ELÉTRICA LTDA - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0634150-11.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Horizonte da Amazônia Logística Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta Infojud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0635836-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinados. O Autor BANCO BRADESCO S.A. ingressou com demanda de cobrança contra o Réu VAP INFORMÁTICA LTDA - ME (VAP INFORMÁTICA), em virtude da ultrapassagem ao limite de crédito disponibilizado na conta corrente n. 48404, agência 5422, o que corresponde ao valor de R$ 63.784,41, pelo qual foi estabelecido o valor da causa. Este Juízo determinou que o Autos expressasse sua opção quanto à audiência de conciliação ante ao advento do CPC de 2015, quando então se limitou a dizer que como não se tratava de hipótese de emenda, deveria ocorrer o recebimento da proemial de cobrança (fls. 120 e 121). Houve a determinação judicial de citação do Réu, desde que o Autor em 5 dias recolhesse as custas associadas à diligência postal citatória, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular (fls. 123 e 124). Regularmente intimado, porém não houve sua manifestação, tal o certificado às fls. 126. É o relatório. DECIDO. Não escapa ao conhecimento dos operadores do direito que a citação é ato dotado de formalismo de eficácia endoprocessual, isto porque a validade de sua realização culmina com o entendimento de que o Réu tomou conhecimento inequívoco do processo que foi contra si manejado. Assim, uma vez admitida a petição inicial pela autoridade judiciária, é proferido decisório que torna efetivo o chamamento da parte adversa, eis que por meio dele se acolhe a promoção citatória do Autor em desfavor do Réu. Cumprem-se, então os pressupostos processuais de existência (jurisdição petição inicial e citação) para que, em momento subsequente, também sejam consolidados os pressupostos de validade (competência imparcialidade capacidade e legitimidade processual petição inicial válida e citação válida). A citação figura como pressuposto processual de existência que, a partir da ordem judicial de sua ultimação obriga o Autor a tornar efetivo referido comando e, assim se desobrigar do dever processual de recolher as custas da diligência citatória, o que pode ocorrer segundo o tipo de ato citatório pretendido, aviso de registro postal ou mandado a ser cumprido por oficial de justiça, um e outro enquadrado como pressuposto de validade do chamamento do Réu. Seja sob a ótica da existência da citação, ou de sua validade, configura-se ela como pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo judicial. Bem a propósito, dita o artigo 239, da Lei do Rito Civil: "Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido." Sucede que não são bastantes o pedido de citação do Réu e sua acolhida judicial, faz-se de mister que o Autor se desobrigue de recolher as respectivas custas para a prática do ato processual (custas pela prestação do serviço de citação), eis que estas são necessárias à consecução do ato de chamamento. Nunca demasiado lembrar que as custas judiciais, ou as denominadas taxas judiciárias são tributos que integram a espécie taxa. Nesta toada, as custas associadas à realização da diligência do oficial de justiça situação em baila estão inseridas como custas judiciais (taxas) que, acaso não recolhidas, conduzem ao reconhecimento judicial da falta de atendimento (observância) a pressuposto objetivo de desenvolvimento válido e regular do processo. É remunerável por taxa a atividade jurisdicional até a formação da tríade processual. Em resumo, o serviço judicial (serviço público específico colocado à disposição do jurisdicionado) é prestado com a simples aceitação da exordial e a subsequente ordem citatória da parte, para cujo aperfeiçoamento válido se exige o recolhimento das respectivas custas. Diz o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal: "Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tributos: II. taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição." Ensina-nos Costa Machado: "Ao contrário do que acontece com os impostos, a taxa é uma espécie de tributo vinculada a uma atividade estatal específica, seu objetivo é remunerar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pelo custa de sua atuação em relação ao contribuinte (contraprestação) no exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, efetivamente prestados ou postos à disposição. Na primeira hipótese, a exigência se materializa por meio da criação, pela administração pública, de limitações de ordem formal (alvarás, licenças, etc.) que condicionam o exercício de certos direitos individuais ou coletivos, com a finalidade de proteção ao interesse público (ver art. 78 do CTN). No segundo caso, trata-se de cobrança por serviço público específico e divisível, não se exige que o contribuinte efetivamente o utilize, basta a sua colocação à disposição." (Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo / Costa Machado, organizador. Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora 5ª. ed. Barueri, SP. Manole, 2014, p. 402). Importante, ademais, a leitura do Pedido de Providências 0009204-05.2017.2.00.0000 em que figurou como Requerente o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná SINDIJUSPR e, Requerida, a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e outros. De seu bojo transcrevo Acórdão referido no Recurso Extraordinário n. 89.876: "Há, sem dúvida alguma, taxas que o são, pela natureza mesma da relação jurídica entre o poder público e o particular, e, apesar disso, só são exigidas quando este solicita e recebe a prestação de serviço daquele. É o caso, por exemplo, da taxa judiciária, certo como é que só é exigida quando quem pretende ter um direito violado requer a prestação jurisdicional que tão-somente o Estado lhe pode prestar. E taxa que não se paga pelo simples fato de o serviço judiciário estar colocado à disposição dos particulares." (Rel. Min. Moreira Alves, 04/09/1980). São estas as premissas que colocam à deriva qualquer objurgação recursal a apontar que a sentença judicial final, longe de reconhecer a falta de pressupostos processuais deve reconhecer, diante da falta da prática de ato, o abandono da causa, depois de dirigida intimação postal à parte por falta de cumprimento do ato por seu patrono (artigo 485, inciso III, § 1º, do CPC). Ressalte-se que ao Autor foi determinado, em exercício ao juízo positivo de aceitação de sua proemial, o recolhimento das custas relativas à diligência citatória do Réu dentro do prazo de 5 dias, o que não ocorreu. Logo, a falta de cumprimento desse comando não enquadra a inação do Autor como abandono, mas, sim como conduta que inobserva a exigência legal de atendimento ao pressuposto de desenvolvimento válido e regular do feito para a formação da relação jurídica tríade. Nos autos não houve, pelo Autor o recolhimento das custas para a realização da diligência citatória, dentro do prazo judicialmente assinalado, embora cônscio que o comando judicial para a válida formação da demanda de cobrança. Eis a jurisprudência em torno da questão: "EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. RECOLHIMENTO DE DILIGÊNCIAS DE OFICIAL DE JUSTIÇA. FALTA DE CITAÇÃO. PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. REQUERIMENTO DO RÉU. 1. Tratando-se de ação monitória na qual, apesar de intimado por intermédio de seu advogado, o autor não efetua pagamento de diligências para citação, o fundamento da extinção do feito é a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido do processo (CPC, art. 267, inciso IV). 2. Nessa hipótese, não há necessidade de intimação pessoal do autor, o que só é exigível em caso de sentença de extinção fundada nos incisos II e III daquele dispositivo legal. 3. É desnecessário que o réu requeira extinção da ação por abandono nos casos em que ele sequer foi citado nos autos. Não se presume interesse no prosseguimento do feito de parte do réu quando sequer tem ciência de sua existência. 4. Recurso não provido." (TJ-SP - APL: 07041149520118260020 SP 0704114-95.2011.8.26.0020, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 11/12/2013, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/12/2013). "PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. NÃO CITAÇÃO DO REQUERIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A citação válida configura pressuposto de validade subjetivo de desenvolvimento processual. 2. O ordenamento claramente inadmite que o processo se desenvolva sem a citação da parte contrária, sob pena de nulidade transrescisória. Cogitar seu prosseguimento com esta mácula fere não apenas o basilar princípio do contraditório, como também o princípio da eficiência da prestação jurisdiciona. 3. Apelo conhecido e desprovido." (TJ-AM-APL:02519901220108040001AM0251990-12.2010.8.04.0001,

Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 21/09/2015, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 21/09/2015). O Autor inobservou o princípio da cooperação e judicializou desnecessariamente a questão, à medida que negligenciou a ordem proferida por autoridade judiciária quando lhe admitiu a petição inicial. Parte dispositiva Desta feita, JULGO EXTINTA A DEMANDA formulada pelo Autor, ante a inobservância do requisito de desenvolvimento válido e regular do processo, relativo este ao recolhimento da diligência citatória a cargo do meirinho, dentro do prazo que lhe foi judicialmente assinalado. Faço-o ex officio por sentença sem resolução do mérito, na forma como insculpido no artigo 485, inciso IV, § 3º, da Lei do Rito Civil. Custas iniciais de processamento da demanda recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno processual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: MARY FRANÇOISE DAS NEVES NASCIMENTO (OAB 5142/AM) - Processo 0636033-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Bruno Monteiro Lobato e outros - REQUERIDO: Leandro da Silva Malizia e outros - Intimem-se os Autores para informar se foi realizada a AGE marcada para o dia 18.10.2018, e se foi regularmente eleito novo síndico, apresentando a Ata respectiva. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0638105-79.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0640620-87.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDA: Fabrícia Santos Moura - Vistos. A citação da Ré operou-se validamente por hora certa, através da diligência bem encetada pela oficiala de justiça LUCIANA COELHO MOTA (fls. 36 e 37), a qual, aliás se tece elogio pelo cumprimento fidedigno do comando judicial em repouso às disposições expressas do Código de Processo Civil, no que guarda respeito à suspeita de ocultação da parte demandada. Não é por outro motivo que ordeno à Secretaria expeça ofício à Central de Mandados para que transmita à servidora os cumprimentos. Pois bem, a Ré não purgou a mora, tampouco ofertou contestação à demanda de busca e apreensão, tao o certificado às fls. 38, o que é bastante ao decreto de sua revelia, de conformidade com o que prescreve o artigo 344, da Lei do Rito Civil. Impróprio, assim o pedido por ela formulado para o agendamento de audiência conciliatória (fls. 39). Curial colher-se do Autor manifestação, isto porque o veículo ainda se encontra sob a posse da Ré que, como salientado alhures se ocultou da citação. Assinalação do prazo de 5 dias. Observo à Secretaria que a intimação da Ré também haverá ser realizada, isto porque apesar de não ter oferecido resistência, habilitou patrono nos autos. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM) - Processo 0644110-20.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Marilene Marques Pequeno - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0645981-22.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com a Ré, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Liminar de busca e apreensão deferida em decisão de fls. 38 e 39, ainda não cumprida, apesar de reiteradas tentativas. Petição de fls. 107 a 109, por meio da qual as partes entabulam acordo. Pois bem, vieram-me os autos conclusos. Da análise dos autos, constato que o acordo realizado atende aos requisitos legais, notadamente com partes capazes e objeto lícito. Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, possuindo a mesma eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o art. 515, do Código de Processo Civil, não se mostrando prescindível que constem os termos da transação, não bastando apenas a simples notícia de que as partes se compuseram amigavelmente. Assim, diante do termo de acordo apresentado, outro caminho não há senão a homologação do acordo pactuado nos autos. Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Por fim, revogo a liminar de fls. 38 e 39. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0649831-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. O Autor maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional de Busca e Apreensão de veículo outrora negociado com o Réu que se sagrou inadimplente. Às fls. 39 e 41, despacho que determinou o deferimento do pedido liminar, desde que houvesse o recolhimentos das custas atinentes ao mandado, o que não foi cumprido pelo Autor, em que pese sua regular intimação - fls. 45. É o relatório. DECIDO. Não escapa ao conhecimento dos operadores do direito que a citação é ato dotado de formalismo de eficácia endoprocessual, isto porque a validade de sua realização culmina com o entendimento de que o Réu tomou conhecimento inequívoco do processo que foi contra si manejado. Assim, uma vez admitida a petição inicial pela autoridade judiciária, é proferido decisório que torna efetivo o chamamento da parte adversa, eis que por meio dele se acolhe a promoção citatória do Autor em desfavor do Réu. Cumprem-se, então os pressupostos processuais de existência (jurisdição petição inicial e citação) para que, em momento subsequente, também sejam consolidados os pressupostos de validade (competência imparcialidade capacidade e legitimidade processual petição inicial válida e citação válida). A citação figura como pressuposto processual de existência que, a partir da ordem judicial de sua ultimação obriga o Autor a tornar efetivo referido comando e, assim se desobrigar do dever processual de recolher as custas da diligência citatória, o que pode ocorrer segundo o tipo de ato citatório pretendido, aviso de registro postal ou mandado a ser cumprido por oficial de justiça, um e outro enquadrado como pressuposto de validade do chamamento do Réu. Seja sob a ótica da existência da citação, ou de sua validade, configura-se ela como pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo judicial. Bem a propósito, dita o artigo 239, da Lei do Rito Civil: "Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido." Sucede que não são bastantes o pedido de citação do Réu e sua acolhida judicial, faz-se de mister que o Autor se desobrigue de recolher as respectivas custas para a prática do ato processual (custas pela prestação do serviço de citação), eis

que estas são necessárias à consecução do ato de chamamento. Nunca demasiado lembrar que as custas judiciais, ou as denominadas taxas judiciárias são tributos que integram a espécie taxa. Nesta toada, as custas associadas à realização da diligência do oficial de justiça situação em baila estão inseridas como custas judiciais (taxas) que, acaso não recolhidas, conduzem ao reconhecimento judicial da falta de atendimento (observância) a pressuposto objetivo de desenvolvimento válido e regular do processo. É remunerável por taxa a atividade jurisdicional até a formação da tríade processual. Em resumo, o serviço judicial (serviço público específico colocado à disposição do jurisdicionado) é prestado com a simples aceitação da exordial e a subsequente ordem citatória da parte, para cujo aperfeiçoamento válido se exige o recolhimento das respectivas custas. Diz o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal: "Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tributos: II. taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição." Ensina-nos Costa Machado: "Ao contrário do que acontece com os impostos, a taxa é uma espécie de tributo vinculada a uma atividade estatal específica, seu objetivo é remunerar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pelo custa de sua atuação em relação ao contribuinte (contraprestação) no exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, efetivamente prestados ou postos à disposição. Na primeira hipótese, a exigência se materializa por meio da criação, pela administração pública, de limitações de ordem formal (alvarás, licenças, etc.) que condicionam o exercício de certos direitos individuais ou coletivos, com a finalidade de proteção ao interesse público (ver art. 78 do CTN). No segundo caso, trata-se de cobrança por serviço público específico e divisível, não se exige que o contribuinte efetivamente o utilize, basta a sua colocação à disposição." (Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo / Costa Machado, organizador. Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora 5ª. ed. Barueri, SP. Manole, 2014, p. 402). Importante, ademais, a leitura do Pedido de Providências 0009204-05.2017.2.00.0000 em que figurou como Requerente o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná SINDIJUSPR e, Requerida, a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e outros. De seu bojo transcrevo Acórdão referido no Recurso Extraordinário n. 89.876: "Há, sem dúvida alguma, taxas que o são, pela natureza mesma da relação jurídica entre o poder público e o particular, e, apesar disso, só são exigidas quando este solicita e recebe a prestação de serviço daquele. É o caso, por exemplo, da taxa judiciária, certo como é que só é exigida quando quem pretende ter um direito violado requer a prestação jurisdicional que tão-somente o Estado lhe pode prestar. E taxa que não se paga pelo simples fato de o serviço judiciário estar colocado à disposição dos particulares." (Rel. Min. Moreira Alves, 04/09/1980). São estas as premissas que colocam à deriva qualquer objurgação recursal a apontar que a sentença judicial final, longe de reconhecer a falta de pressupostos processuais deve reconhecer, diante da falta da prática de ato, o abandono da causa, depois de dirigida intimação postal à parte por falta de cumprimento do ato por seu patrono (artigo 485, inciso III, § 1º, do CPC). Ressalte-se que ao Autor foi determinado, em exercício ao juízo positivo de aceitação de sua proemial, o recolhimento das custas relativas à diligência citatória a cargo do oficial de justiça dentro do prazo de 5 dias, o que não ocorreu. Logo, a falta de cumprimento desse comando não enquadra a inação do Autor como abandono, mas, sim como conduta que inobserva a exigência legal de atendimento ao pressuposto de desenvolvimento válido e regular do feito para a formação da relação jurídica tríade. Digno de registro que a Tabela de valores das diligências a cargo dos Oficiais de Justiça no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado foi estabelecido através do Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. Nos autos não houve, pelo Autor o recolhimento das custas para a realização da diligência citatória a cargo do meirinho, dentro do prazo judicialmente assinalado, embora cônscio que o comando judicial para a válida formação da demanda de busca e apreensão condicionada a tal cumprimento fidedigno. Eis a jurisprudência em torno da questão: "EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. RECOLHIMENTO DE DILIGÊNCIAS DE OFICIAL DE JUSTIÇA. FALTA DE CITAÇÃO. PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. REQUERIMENTO DO RÉU. 1. Tratando-se de ação monitória na qual, apesar de intimado por intermédio de seu advogado, o autor não efetua pagamento de diligências para citação, o fundamento da extinção do feito é a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido do processo (CPC, art. 267, inciso IV). 2. Nessa hipótese, não há necessidade de intimação pessoal do autor, o que só é exigível em caso de sentença de extinção fundada nos incisos II e III daquele dispositivo legal. 3. É desnecessário que o réu requeira extinção da ação por abandono nos casos em que ele sequer foi citado nos autos. Não se presume interesse no prosseguimento do feito de parte do réu quando sequer tem ciência de sua existência. 4. Recurso não provido." (TJ-SP - APL: 07041149520118260020 SP 0704114-95.2011.8.26.0020, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 11/12/2013, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/12/2013). "PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. NÃO CITAÇÃO DO REQUERIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A citação válida configura pressuposto de validade subjetivo de desenvolvimento processual. 2. O ordenamento claramente inadmite que o processo se desenvolva sem a citação da parte contrária, sob pena de nulidade transrescisória. Cogitar seu prosseguimento com esta mácula fere não apenas o basilar princípio do contraditório, como também o princípio da eficiência da prestação jurisdiciona. 3. Apelo conhecido e desprovido." (TJ-AM-APL:02519901220108040001AM0251990-12.2010.8.04.0001, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 21/09/2015, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 21/09/2015). O Autor inobservou o princípio da cooperação e judicializou desnecessariamente a questão, à medida que negligenciou a ordem proferida por autoridade judiciária quando lhe admitiu a petição inicial. Parte dispositiva Desta feita, JULGO EXTINTA A DEMANDA formulada pelo Autor, ante a inobservância do requisito de desenvolvimento válido e regular do processo, relativo este ao recolhimento da diligência citatória a cargo do meirinho, dentro do prazo que lhe foi judicialmente assinalado. Faço-o ex officio por sentença sem resolução do mérito, na forma como insculpido no artigo 485, inciso IV, § 3º, da Lei do Rito Civil. Custas iniciais de processamento da demanda recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno processual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0653521-87.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com o Réu, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Ocorre que o Réu deixou de remunerar as parcelas vencidas e vincendas, e, desta forma revelou-se contratualmente inadimplente, motivo bastante à emissão de édito notificatório, que, na espécie foi ultimado por cartório de títulos e documento ou de protesto, em nome da Autora para a regular e indiscutível constituição em mora daquele, aspecto legal de procedibilidade da pretensão autoral que tem o condão de concretizar o débito até a data da propositura da demanda. Deferida liminarmente a busca e apreensão do veículo, em juízo de admissibilidade de cognição sumária e provisória,

expediu-se mandado de busca e apreensão do veículo vindicado, o qual foi regularmente cumprido por oficial de justiça, inclusive com realização do chamamento citatório do Réu e entrega do bem ao representante legal do Autor (fls. 58). Inobstante válida citação do Réu, tem-se que não houve a quitação do débito (art. 3º, § 2º, DL 911/69), tampouco a oferta de contestação no prazo legal (art. 3º, § 3º, DL 911/69), tal o certificado às fls. 86. É o relatório. Decido. O Réu não contestou o pedido do Autor, não obstante sua regular citação, razão pela qual lhe decreto a revelia, nos termos e com os efeitos previstos no artigo 344 do Código de Processo Civil. Incontroversa a relação jurídica firmada entre as partes para a aquisição do bem móvel pelo Réu (devedora fiduciante) que, de seu turno transferiu, sob condição resolutiva, ao credor fiduciário que lhe financia a dívida, o domínio do bem adquirido, mantendo, todavia a posse direta. Logo, em havendo inadimplemento contratual quanto às parcelas pecuniariamente acertadas e conhecidas pelo Réu, consolida-se a propriedade resolúvel em favor da instituição financeira (STJ, REsp. 916.782/MG). Em contratos de financiamento bancário, como sabido, a mora tem natureza ex re, posto que revela obrigação líquida e positiva quanto ao valor, data e forma de cumprimento obrigacional previamente fixado. Assim, mesmo que o devedor não receba pessoalmente a notificação extrajudicial realizada que deverá ser através de Cartórios de Títulos e Documentos (STJ, REsp 1.051-406/RS) - meio de comprovação da mora que se situa ao lado do protesto do título com possibilidade de intimação pela via editalícia (STJ, REsp 1.506.864/RS) - é válido o cumprimento do requisito formalístico legal. Registre-se que a comprovação notificatória é necessária para que o Juízo diante do qual se descortina a demanda de Busca e Apreensão tenha conhecimento de sua ocorrência e que dela haja se desobrigado o Autor (instituição financeira), isto porque a constituição da mora decorre do simples atraso no pagamento, daí falar-se em mora ex re. Aquela demonstração, de seu turno, condição de procedibilidade da demanda de Busca e Apreensão é relevante à caracterização da verossimilhança das assertivas iniciais do credor para que se lhe possa deferir a tutela de urgência atendendo-se a dupla finalidade de comprovação documental da mora do devedor e de possibilitar-lhe a purga extrajudicial atualizada das prestações do financiamento contatual. "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMPROVADA. CONSTITUIÇÃODO DEVEDOR EM MORA. RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO CARTORÁRIA NO ENDEREÇO INDICADO NO ZCONTRATO. REQUISITO CUMPRIDO. SENTENÇA CASSADA. 1. Nas ações de busca e apreensão de veículos, com base em contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, aconstituiçãodo devedor em mora pode ser efetivada por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada por cartório de títulos e documentos ao endereço indicado no contrato ou pelo protesto do título. 2. O comprovante de entrega da correspondência ao destinatário expedido pela internet pelos Correios é suficiente para evidenciar a notificação extrajudicial, não sendo necessária a restituição do AR assinado pelo próprio devedor. 3. Apelação conhecida e provida. Sentença cassada. Unânime." (APC 20150310003176 - Órgão Julgador: 3ª Turma Cível - Publicação no DJe: 06/08/2015, p. 224 - Julgamento: 29/07/2015 - Relatora: Fátima Rafael). Houve observância expressa à Súmula n. 72 que é complementada pela Súmula 245, do STJ: "Súmula 72 - A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente." "Súmula 245 - A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito." A título de registro, quanto à notificação extrajudicial realizada por cartórios de títulos e documentos, é de se lhe afirmar a validade mesmo quando for realizada por unidade cartorária extrajudicial de outra Comarca, ainda que diversa daquela em que mora o devedor (Recurso Repetitivo n. 1.184.570/MG - STJ). "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SITUADO EM COMARCA DIVERSA DA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. VALIDADE. 1. A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor. Precedentes. 2. Julgamento afetado à Segunda Seção com base no procedimento estabelecido pela Lei n. 11.672/2008 (Lei dos Recursos Repetitivos) e pela Resolução STJ n. 8/2008. 3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (STJ - Resp 1.184.570/MG - Ministra Maria Isabel Gallotti. Data de Julgamento: 09/05/2012). O depósito elisivo da mora que implica o pagamento da integralidade da dívida pendente - parcelas vencidas e vincendas - não foi ultimado pelo Réu, à luz do que dita a Lei n. 10.931/2004 que alterou o §2º, do artigo 3º, do Decreto-lei n. 911/1969. Assim, o vencimento antecipado previsto contratualmente transforma o débito líquido e certo, também exigível quanto às parcelas futuras (STJ, REsp n. 1.418.593/MS). Realço que o manejo do aparato judiciário pelo devedor para a revisão do contrato de financiamento do veículo automotor não elide sua constituição em mora, daí a plausibilidade jurídica da propositura da demanda de busca e apreensão pela instituição financeira ante o inadimplemento contratual. Assim o preclara a Súmula 380, do STJ: "Súmula 380 - A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor." O débito e a mora atribuídos ao Réu estão robustamente comprovados através dos documentos juntados com a inicial, desincumbindo-se o Autor do que lhe assinala o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Portanto, o silêncio mordaz do Réu à demanda (falta de purgação da mora), sedimenta o entendimento de que a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente devem ser consolidados no patrimônio do Autor, por força do que dispõe o art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Quanto a tal consolidação, já foi guarnecida por diligência do meirinho. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PROCEDENTE a demanda de busca e apreensão para confirmar a liminar deferida, manter definitivamente os efeitos do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69 e concretizar a posse do bem móvel declinado na proemial em favor do Autor. Faço-o por sentença com resolução do mérito na forma estatuída pelo artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 490 do Código de Processo Civil. Retire-se eventual bloqueio do bem perante o RENAJUD, desde que tal haja sido ordenado por este Juízo. Faça-o, a Secretaria, independentemente de novo decisório. Declaro a extinção da demanda, segundo disposição do artigo 316, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor da causa (parcelas vencidas e vincendas do contrato de financiamento inadimplido), de conformidade com o apregoado no artigo 85, § 2º, incisos I a IV da Lei do Rito Civil, tendo-se em vista o zelo do advogado; o trabalho desempenhado; a natureza e importância da causa, assim como o lugar em que prestado o serviço. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno virtual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0655387-33.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com a Ré, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Liminar deferida em decisão de fls. 45 a 47. Citação não realizada. Petição de fls. 53, por meio da qual o Autor pugna pela desistência do feito. Decido. Homologo, pois, por sentença, nos termos do artigo 200, parágrafo único do CPC, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência manifestado nestes autos em fls. 71. Em consequência,julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII do Código de Processo Civil. Revogo a liminar de fls. 45 a 47. Custas recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0660496-28.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos e examinados. O Autor maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional de Busca e Apreensão de veículo outrora negociado com o Réu que se sagrou inadimplente. Às fls. 33, decisão interlocutória que determinou que o Autor juntasse os demonstrativos de débitos das parcelas vencidas e vincendas, de acordo com a exordial. Em que pese a regular intimação, deu-se a inércia. É o relatório. DECIDO. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração, devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível, as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. "Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva." Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. "O dever de cooperar existe no interesse de todos, pois todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, na presente demanda, o Autor não praticou ato que lhe competia (juntada dos cálculos relacionados às parcelas vencidas e vincendas), tampouco declinou motivação alguma para sua inobservância. Parte dispositiva Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso IV, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. Observe-se à parte que poderá novamente propor a demanda, desde que ultime o saneamento de todos os vícios que lhe foram objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0660731-92.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com a Ré, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Liminar deferida em decisão de fls. 40 a 42. Citação não realizada. Petição de fls. 47, por meio da qual o Autor pugna pela desistência do feito. Decido. Homologo, pois, por sentença, nos termos do artigo 200, parágrafo único do CPC, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência manifestado nestes autos em fls. 47. Em consequência,julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII do Código de Processo Civil. Revogo a liminar de fls. 40 a 42. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado é de ser arquivado o feito e ultimada sua respectiva baixa.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0661678-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos e examinados. Os Acordantes atravessaram conjuntamente petitório por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para encerrar a presente demanda de execução de título extrajudicial. Pois bem, esta autoridade judiciária entende que o órgão julgador, diante de um pretenso acordo de vontades submetido à sua homologação ou ao deferimento de suspensão da demanda, não pode figurar como um simples espectador, ou árbitro do que houver sido convencionado, mas, ao contrário haverá exercer sobre o pedido, a análise de sua legalidade, inclusive com incursões sobre as cláusulas do pacto, segundo a corrente jurisprudencial da intervenção judicial restrita ao controle da legalidade, a qual me filio sem reservas. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas (fls. 119 e 122), de que se extrai a composição para equacionamento da dívida, esta Julgadora lança este pronunciamento resolutório da demanda. De grande e primorosa valia jurídica o ensinamento que transcrevo acerca da transação: "A característica básica da transação é a reciprocidade de concessões, sendo lícito às partes levar à transação elementos, em princípio, estranhos à lide (nesse sentido, dispõe o art. 515, § 2 º, do NCPC, que é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo). A lide é praticamente redefinida na transação, pois que, do contrário, de transação não se trataria. Por isso é que, segundo pensamos, a transação é possível ainda que a ação tenha sido proposta, pleiteando-se, por meio dela, direito indisponível. Isto porque, como a transação é instituto que envolve necessariamente concessões mútuas, implica necessariamente alteração do mérito, tal como originariamente posto (delineado, delimitado) na petição inicial, já que o autor e réu hão de fazer concessões para que de transação se trate." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 791). Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Faço-o por sentença com resolução do mérito, segundo dicção do artigo 487, inciso III, alínea b da Lei do Rito Civil. Deixo de lançar pronunciamento extintivo do feito, segundo o que dita o artigo 316, do Código de Processo Civil, em virtude do pedido de suspensão formulado pelos acordantes, aos quais ordeno que informem em 24 horas após o vencimento da parcela final de maio de 2019, o cumprimento da avença, sob pena de arquivamento e definitiva baixa. Em caso de descumprimento do ajuste de vontades dar-se-á continuidade ao feito com reconhecimento judicial de que a aceitação do acordo pelo Réu tem o condão de afastar qualquer vício, falta ou nulidade de sua citação, na forma estatuída pelo artigo 239, § 1º, da Lei do Rito Civil. Custas recolhidas e honorários advocatícios que devem ser suportados por cada parte em relação a seu próprio advogado. À secretaria para que realize a evolução de classe da demanda de "Procedimento Comum" para "Execução de Título Executivo Extrajudicial". Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

Alberto Simonetti C. Neto (OAB 002.599/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Crepaldi Diaz (OAB 441A/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)

Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 760A/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647D/PE)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Mary Françoise das Neves Nascimento (OAB 5142/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 464A/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO IDA MARIA COSTA DE ANDRADE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: CARLOS HENRIQUE COSTA DE SOUZA (OAB 5712/AM) - Processo 0221029-54.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Metta Serviços de Vigilância Ltda - Em cumprimento à Portaria nº 316 de 1º de fevereiro de 2019 (DJE 2548, disponibilizado no dia 04/02/2019, fls. 2), e conforme consulta realizada no sistema SAJ/PG5, certifico que os autos encontram-se em carga com o advogado. Dessa forma, procedo com a conversão do processo físico para digital, e em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o advogado ao qual a carga está vinculada, para que proceda com a devolução dos autos, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de responsabilização junto à Ordem dos Advogados do Brasil, consoante disposto no art. 234, §§1°, 2° e 3°, da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015.

Carlos Henrique Costa de Souza (OAB 5712/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO IDA MARIA COSTA DE ANDRADE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0071/2019

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: VALDECI SOARES DA SILVA (OAB 192667/SP), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0220479-64.2008.8.04.0001 (001.08.220479-0) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Santa Matilde Peças Plásticas Indústria Ltda. - Amilcar Augusto César de Carvalho - REQUERIDO: Reflect Indústria e Comércio Ltda. - Rafael José Hasson - Vistos. É impróprio o pedido do advogado AMÍLCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO, advogado que teve revogada, pelo Autor, a procuração outorgada, isto porque insiste em controverter os honorários advocatícios sucumbenciais lhes atribuindo o direito de os obter. Desacolho o pedido de cumprimento de sentença por ele firmado em seu próprio nome. Admito apenas o pedido de cumprimento de sentença feito pelo Autor através dos advogados habilitados nos autos (fls. 418 a 423), motivo pelo qual ordeno seja realizada a intimação do Réu ao atendimento integral do comando condenatório, sem a multa de 10%. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM) - Processo 0222965-17.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Cipatex Impregnadora de Papéis e Tecidos Ltda. - Vistos em correição permanente. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara antes da publicação e da lavratura de certidão. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. A falta de manifestação do Autor acerca de providências de satisfação do crédito conduz ao arquivamento e baixa deste processo, sem prejuízo ao seu desarquivamento em fase de cumprimento.

ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569A/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903/AM) - Processo 0241033-15.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sintia Socorro Prestes Lyra - REQUERIDO: FOM- Faculdade de Odontologia de Manaus - LITSPASSIV: Osvaldo Kazuo Shirata - Vistos em correição permanente. Esta Julgadora indeferiu a gratuidade da justiça à Autora, por meio do Processo n. 0217594-67.2014.8.04.0001 que tinha tramitação dependente a este feito. Sucede que, irresignada, interpôs recurso para, diante do Órgão de Segundo Grau requerer sua desistência, já homologada (fls. 300 a 302). A Autora então propugnou o parcelamento das custas (fls. 295), o que lhe é negado à vista da sentença supramencionada, de cujo bojo restou assinalado o prazo de 15 dias para o recolhimento integral, sob pena de extinção do feito. Transcrevo a parte dispositiva final daquele pronunciamento: "O efeito deste pronunciamento conduz ao entendimento de que, certificado seu trânsito em julgado, concede-se ao Autor o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento das custas, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância ao pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular." Ora, a considerar a homologação da desistência recursal pelo Órgão de Segundo Grau, em 04/09/2018, é certo dizer que até o presente a Autora não recolheu as custas de processamento da demanda como foi obrigada a fazê-lo, o que pode render ensejo à extinção do feito. Intime-se a Autora à manifestação em 5 dias para que não venha invocar a decisão surpresa. Urgencie-se.

ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM) - Processo 0601335-92.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: ROBERTO DE JESUS CÂMARA DA COSTA - ANA CAROLINA REZENDE RODRIGUES CÂMARA DA COSTA - REQUERIDO: PDG - Poder de Garantir/Agra Bergen Incorporadora Ltda - PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES - Vistos em correição permanente. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara antes da publicação e da lavratura de certidão. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. Processo em múltiplas filas em tumulto notório de tramitação. Corrija-o, a Secretaria, para que seja mantido apenas na de processos suspensos depois da imprescindível correção do nome da advogada dos Autores como requerido às fls. 1.666.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0601829-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos em correição permanente. O sistema SAJ/PG5 informa, em relação a este feito, possível repetição de demanda, precisamente com aquela tomada sob o número 0660508-42.2018, o que de fato é pertinente, motivo pelo qual ordeno à Secretaria que reúna este feito àquele e colha do Autor manifestação em 5 dias sobre o aviamento dúplice da demanda, pois tudo leva a crer que litiga de má fé. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0601977-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Selene Machado Costa Guedes - Vistos. O Exequente BANCO BRADESCO S/A maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional relativa à Execução de Título Extrajudicial representado cédula de crédito bancário em face de SELENE MACHADO COSTA GUEDES, documento que se enquadra numa das hipóteses previstas pelo artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil. Atribuiu à causa o valor de R$ 81.126,63 (oitenta e um mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e três centavos) Efetuou o pagamento das custas processuais. Colacionou aos autos Procuração (fls. 04 a 07); Contrato (fls. 19 a 24); Demonstrativo de débito atualizado (fls. 27 a 29) É o Relatório. Decido. Tratando-se de título extrajudicial impende que o original seja mantido sob a guarda do Exequente até o trânsito em julgado do feito, de conformidade com o que dita o artigo 11, da Lei Federal n. 11.419/2006. “Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais. § 3o Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2o deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.” (grifo subsequente). Curial, portanto avaliar, antes de consumar eventuais atos de constrição, a coexistência dos pressupostos processuais e das condições da ação, tal como feito no processo de conhecimento, enfatizando-se, contudo, a necessidade de averiguar-se ainda sobre o preenchimento dos requisitos específicos da ação de execução, os quais se fazem insculpidos no artigo 786, do Código de Processo Civil. Quanto aos primeiros, tenho-os por presentes de forma cristalina e, quanto aos últimos, quais sejam os peculiares ao processo de execução, também os tenho por cumpridos, senão vejamos: A existência do título executivo, a demonstrar a certeza do direito de produzir demanda executiva, a liquidez da dívida e a legitimatio ativa e passiva. Vale mencionar a valiosa contribuição de Calamandrei quanto à distinção de cada um desses requisitos: “A certeza diz respeito à existência do crédito, a liquidez decorre da determinação da sua importância exata, a exigibilidade se refere ao tempo em o qual poderá o credor exigir o respectivo pagamento. É certo um crédito, quando não é controvertida a sua existência; é líquido, quando é determinada a importância da prestação (quantum); é exigível, quando o seu pagamento não depende de termo ou condição nem está sujeito a outras limitações (quando).” (grifo subsequente). O inadimplemento do devedor, a provar sua exigibilidade pela via executiva. Assim como, a observância ao prazo de aviamento (propositura) da presente execução do título extrajudicial, em escorreito atendimento às prescrições infraconstitucionais. Feito assim este tracejado de reconhecimento da higidez do título ostentado pelo Exequente e, em exercício ao juízo de admissibilidade da proemial,determino à Secretaria que expeça, incontinenti, mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário e intimação para resistir à execução através do aviamento de embargos. Quando da citação que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias úteis (artigo 827, §1°, CPC), segundo regra geral do artigo 219, de referido Diploma, quando então os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ou, deve nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo naquele prazo, lhe ser ordenada a constrição por diligência do oficial de justiça que, em momento subsequente ultimará a avaliação dos bens penhorados, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. “A indicação dos bens foi erigida à categoria de dever processual, caracterizando-se o descumprimento com a mera omissão da informação, sem perquirir a intenção; o que não impede, por óbvio, comprove o executado não ostentar bens penhoráveis, a afastar a tipificação do ato.”(Comentários à Execução Civil: título judicial e extrajudicial (artigo por artigo). Armelin Donaldo e outros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 145). A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC). O Executado poderá oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma estatuída pelo artigo 915, da Lei do Rito Civil. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, na forma como estatuído pelo artigo 827, do Digesto Processual Civil, principalmente por entender que a proemial não evoca maiores aperfeiçoamentos jurídicos para a sua produção. Observe-se, porém que, em caso de rejeição de Embargos é possível a majoração da verba honorária até 20% (vinte por cento), ou se estes não forem aviados, o justificar o trabalho do causídico, segundo leitura do §2°, daquele dispositivo infraconstitucional. Finalmente ordenar ao Exequente que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tal o firmado no artigo 218, §3°, do CPC, ultime o recolhimento das custas relativas à diligência do oficial de justiça, estabelecidas por Tabela através do Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM - Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. O não recolhimento do importe assinalado há culminar com a extinção do feito por falta de atendimento a pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sob o prisma objetivo de sua válida admissibilidade. Diligencie-se. Certifique-se Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: AGNES PELEGRIN DO NASCIMENTO AMORIM (OAB 10916/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0602961-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adriano Sombra de Paula - REQUERIDO: AGRA BERGEN INCORPORADORA LTDA. - Vistos em correição permanente. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara antes da publicação e da lavratura de certidão. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. Não merece acolhida o pedido formulado pelo Réu para que este órgão julgador declare a extinção do feito em virtude do deferimento do benefício de recuperação judicial perante vara empresarial do Estado de São Paulo, isto porque inteiramente descompassado das dicções da Lei n. 11.101/2005 (artigo 6°, §1°), as quais expressamente preveem o andamento da demanda de conhecimento. O próprio Tribunal de Justiça daquele Estado é

pródigo em decisões que capitaneiam este entendimento e que guardam respeito ao Grupo PDG: "COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E LUCROS CESSANTES - Parcial procedência Pedido de extinção do feito, em razão do deferimento da recuperação judicial da corré Goldfarb Descabimento Possibilidade de prosseguimento do feito, até a formação do título executivo judicial Precedentes - Atraso na conclusão da obra, já computado o prazo de tolerância Recurso interposto unicamente pelos autores Cláusula de tolerância de 180 dias que não padece de nulidade Danos materiais/lucros cessantes - Fixação em 0,5% do valor do bem lançado no contrato, devidamente atualizado Montante adequado e em consonância com diversos precedentes, inclusive desta Turma Julgadora Descabida sua majoração Condenação das rés ao pagamento de multa pelo atraso - Descabimento Impossibilidade de aplicação por simetria Saldo devedor Correção monetária Incidência Mera recomposição do valor da moeda Sentença mantida Recurso desprovido." (cf. Apelação Cível nº: 1002395-75.2014 rel. Salles Rossi, j. 21.9.2017). "APELAÇÃO. CONTRATO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. PEDIDO DE SUSPENSÃO POR FORÇA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE UMA DAS RÉS. Indeferimento. Processo em fase de conhecimento, estando-se a demandar por quantia ilíquida, com aplicação do artigo 6º, §1º da Lei 11.101/05. Desenvolvimento do feito junto ao juízo de origem até a formação do título executivo judicial. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. Demora na obtenção do habite-se e problemas com mão de obra e material que são fatos previsíveis na construção imobiliária, próprios ao risco da atividade empresarial, não se constituindo caso fortuito/força maior. Eventos que já são esperados ao tempo da contratação e resultam na validade da cláusula de tolerância de 180 dias para superar entraves comuns a esse ramo de atividade. Súmulas nº 160 e 161 desta Corte. Mora configurada. LUCROS CESSANTES. Prejuízos presumidos no atraso de entrega da unidade imobiliária, por decorrerem do impedimento de uso desse bem no tempo programado, independentemente do destino que se pretenda conferir a essa unidade. Precedentes do STJ. Critério de indenização que deve considerar o percentual de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato. DANO MORAL CONFIGURADO. O atraso resulta em verdadeira frustração aos adquirentes pela quebra de expectativa após tempo de espera superior ao previsto, afetando planejamento de longo prazo, o que causa ansiedade, intranquilidade, sentimentos aptos a gerar abalo emocional. Indenização arbitrada com moderação, a ser mantida. CORRETAGEM. PRESCRIÇÃO VERIFICADA. Lapso trienal do artigo 206, §3º, IV do CC. Matéria assentada em Recurso Repetitivo sob nº 1.551.956/SP. Afastada condenação à restituição dos valores pagos pelo assessoramento técnico-imobiliário, prejudicado o recurso quanto ao reembolso das despesas de corretagem. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. Ressarcimento indevido, cabível apenas a responsabilização do perdedor pelos honorários sucumbenciais. Reconfiguração da distribuição do ônus da sucumbência. PRESCRIÇÃO CONHECIDA DE OFÍCIO E RECURSO DAS RÉS PARCIALMENTE PROVIDO." (cf. Apelação nº 1022619-53.2014.8.26.0506, relª Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira, j. 8.8.2017). Sucede que as pretensões de direito material estão inseridas no recurso de repercussão geral, o que é bastante à ordem para manutenção deste feito na fila de suspensos. Intimem-se.

ADV: TATIANA BENTES DE SOUZA (OAB 3285/AM), ADV: MARY ANNE BENTO BARBOSA (OAB 4358/AM), ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0604272-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Juci Santos de Freitas - Derick Santos de Freitas - Jussara Katiuss Santos de Freitas - REQUERIDA: Israel Transportes Comércio e Serviços Ltda. - ME - Luiz Jorge Leal Lima - Vistos em correição permanente. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara antes da publicação e da lavratura de certidão. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. Não se há falar em expedição de alvará até o cumprimento integral do pronunciamento de fls. 220.

ADV: PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO (OAB 240457SP), ADV: ACÁCIO VALDEMAR LORENÇÃO JÚNIOR (OAB 105465/SP) - Processo 0608579-72.2015.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: SLEM - Sociedade Luso Espanhola de Metais, LDA. - REQUERIDO: Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda. - Vistos. Este Juízo extinguiu o feito por sentença sem resolução do mérito ante o acolhimento da inépcia da proemial, a qual foi desconstituída pelo Órgão de Segundo Grau, por decisão monocrática (fls. 232 a 235), em cujo bojo foi apontado que não poderia se ter dado o reconhecimento de inépcia sem oportunizar ao Autor a possibilidade de a emendar. Pois bem, reconheço a irregularidade na representação processual do Autor - pessoa jurídica estrangeira - a quem ordeno traga aos autos em 15 dias, o contrato social e a necessária prova de sua representação no Brasil, segundo o que reza o artigo 75, inciso X, da Lei do Rito Civil, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, segundo dicção do artigo 76, § 1°, inciso I, daquele Diploma. Reitero as pontuações de que me ocupei nos 3 parágrafos iniciais do decisório desconstituído, posto que traçam com objetividade o que se estabelece ao Autor (fls. 153). Dentro do mesmo prazo também determino que seja colacionado ao feito a tradução juramentada dos documentos quando relativos às partes, à negociação jurídica e o inteiro conteúdo. Tomadas referidas providências é de se garantir ao Embargante Réu manifestação no prazo de 15 dias, antes de virem conclusos os autos para o lançamento de sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM) - Processo 0608599-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: C.E.S.B. - Vistos. Trata-se de demanda indenizatória por danos morais proposta pela parte autora Carlos Eduardo de Souza Braga contra o Réu Brazil Norte Comunicação Amazonas, ao qual atribui publicação injuriosa e difamatória, sobre cujo conteúdo, publicado em 27 de janeiro do ano em curso, lhe teria chegado a conhecimento pelo círculo de amizades reais e virtuais. Aponta o sítio https://bcnamazonas.com.br como endereço eletrônico veiculador da publicação vergastada e reafirma, desta feita, que o conteúdo tido como inverídico lhe foi associado ao período em que exercer o cargo público de Governador do Estado do Amazonas. Indica o link https://bncamazonas.com.br/poder/governo-braga-fraude-etam-mp-am/ como endereço de circulação e publicação da notícia. Atribui à causa o valor de R$ 20.000,00, todavia não há notícia do recolhimento das custas de processamento da demanda, tampouco das despesas associadas à diligência de chamamento da parte adversa. O feito foi proposto em segredo de justiça. É o breve relato. DECIDO. A atuação deste Juízo na hipótese concretamente deduzida se dá, prima facie, em virtude da urgência que a tutela desencadeia, independentemente das providências que serão exigidas do Autor em momento imediatamente seguinte, desde que observado o prazo de 15 dias: - Recolhimento das custas do processo como alhures mencionado; - Esclarecimento sobre a indicação do Réu como sendo BRAZIL NORTE COMUNICAÇÃO AMAZONAS em desarmonia com o cadastro do sujeito passivo realizada perante o SAJ/PG5 - N. C. DE SOUZA EIRELI -ME. Pois bem não se há como deferir a decretação do segredo de justiça na tramitação deste processo por falta de enquadramento aos incisos do artigo 189, da Lei do Rito Civil. Em verdade, a tramitação dos processos é pública e amoldada na transparência dos atos nele praticados, sejam eles de parte do Autor; do Réu e também do órgão julgador. O segredo de justiça é exceção à regra de publicidade dos processos, sendo cabível nos casos: (i) em que o exija o interesse público ou social; (ii) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; (iii) em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; e (iv) que versem sobre arbitragem, inclusive, sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo (art. 189, I, II, III, e IV, do CPC/15). Finalmente destacar que a Constituição Federal garante que "lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem" (art. 5º, LX), e deixa claro que a limitação da publicidade só poderá ocorrer "em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse

público à informação" (art. 93, IX, da CF). Assim sendo fica ordenado à Secretaria que tome providências internas para a eliminação do segredo de justiça na tramitação deste feito. Passo à apreciação da tutela de urgência. A tutela de urgência que encontra balizamento no artigo 300, do Digesto Processual Civil exige, para a sua concessão a coexistência dos requisitos de probabilidade do direito e perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. No caso em debate, a discussão trafega, em linhas gerais sobre os efeitos que a matéria relacionada ao Governo do Autor lhe gerariam no campo pessoal, isto quer dizer se a conotação que foi dada pelo Réu à publicação tem o condão de atingir a honra subjetiva daquele, de molde a lhe gerar o perigo de dano ou risco ao resultado endoprocessual, isto quer dizer à necessidade e utilidade do processo ora manejado. É indiscutivelmente controvertida a retirada da notícia por simples análise cognitiva sumária, isto porque de sua leitura realizada pela signatária neste dia, às 12h54m, não é possível a extração dos elementos capazes de demonstrar o direito que o Autor invoca, isto porque diz respeito a um processo judicial que teria sido produzido, em tese, pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, a apontar irregularidades no contrato firmado com a empresa ETAM pela então Secretaria de Estado WALDÍVIA ALENCAR. Fatos públicos e de interesse público conhecidos e passados - em tese - pelo crivo do MP/AM e do TCE/AM. Transcrevo, o título da matéria e o seu conteúdo imediato publicado logo abaixo: "Governo Braga: fraude enriqueceu ilicitamente donos da Etam, diz MP Os donos da construtora Etam, contratada em 2010 pelo governo Eduardo Braga (MDB) para a realização de duas obras, enriqueceram ilicitamente, afirma o MP-AM (Ministério Público do Estado do Amazonas) em ação por improbidade administrativa. No documento que o siteAmazonas Atualteve acesso, o MP-AM aponta uma série de irregularidades no contrato firmado com a empresa pela entãosecretáriaEstado de Infraestrutura de Braga, Waldívia Alencar. Entre elas estão o pagamento de serviços com preços acima de mercado ou superfaturado, não executados e pagos em duplicidade ou sem qualquer parâmetro. O promotor Edilson Queiroz Martins diz que "o objetivo precípuo [foi] lesar os cofres do Estado do Amazonas". Obra cara e inútil A Etam foi contratada para construir uma passagem de nível sobre o Igarapé do Franco mas o projeto sofreu "grave alteração". A empresa também recebeu R$ 5,5 milhões para construir o totem metálico e praça em concreto armado em homenagem à Ponte Rio Negro, na avenida Brasil. A obra deste monumento foi considerada "cara, sem utilidade e benefício concreto à coletividade" pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM), o que resultou na condenação de Waldívia Alencar, em 2016. Leia mais no siteAmazonas Atual. Foto: Reprodução/Google " A notícia, ao que parece, está associada a um processo judicial que teria detectado, em tese, irregularidades contratuais atribuídas à Secretaria de Estado da Infraestrutura do Governo Braga, o que de forma alguma, ao menos em análise superficial para a concessão da tutela de urgência, envolve achaque ou violação à intangibilidade pessoal do Autor. Este Juízo não vislumbra, em cognição sumária a fumaça do bom direito para assegurar ao Autor a retirada do conteúdo, ainda mais quando os interesses em conflito dizem respeito a direitos fundamentais - artigo 5°, IX e X, da Constituição Federal, o que por óbvio não impede através de cognição exauriente, e, por ocasião da sentença, a modificação judicial do entendimento, daí a ratio para o afastamento do seguindo requisito da tutela de urgência - perigo de dano ou resultado útil do processo. DESACOLHO a tutela de urgência por falta de preenchimento aos requisitos da probabilidade do direito e do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (artigo 300, do CPC). Noutra banda é de se destacar a existência de várias demandas judiciais que envolvem as mesmas partes, todas elas a questionar as publicações do Réu e os efeitos destas em relação ao Autor, o que seguramente faz evocar a necessidade do estabelecimento de um debate maior acerca da prevenção judicial e da própria competência para a tutela jurisdicional final, em nome da segurança jurídica, do contrário as demandas continuarão a ser manejadas e distribuídas a todas as varas cíveis com possibilidade irrefragável de lançamentos de decisões conflitantes. Acerca desta pontuação ordeno manifestação das partes. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, inclusive para que dê cumprimento ao que lhe foi assinalado anteriormente. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM) - Processo 0611783-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: THIAGO SOARES SALES - REQUERIDO: PDG - Poder de Garantir/Agra Bergen Incorporadora Ltda - Vistos. O restabelecimento da marcha processual se impõe. Intime-se o Autor a fim de que informe a este Juízo, em 5 dias, se aceita a proposta que lhe formulou o Réu em contestação (fls. 68) para que lhe seja paga a importância de R$ 52.320,32 a título de restituição. Reservo-me tratar sobre a preliminar impugnativa à gratuidade apenas em caso de não aceitação da tratativa supramencionada. Cumpra-se.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0627282-51.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: FELIPE GABRIEL OLIVEIRA DA SILVA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos. Certificada a tempestividade da Contestação apresentada (fls. 84 a 99), sobreveio Réplica do Autor (fls. 108 e 109). Verifico entretanto que o Réu não se manifestou acerca do laudo pericial de fls. 77 e 78, logo se faz necessária sua intimação para que no prazo de 05 dias o faça, sem prejuízo ao lançamento de sentença judicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0630621-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Multa de 10% - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas (Amazonas Shopping Center) - Vistos em correição permanente. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara antes da publicação e da lavratura de certidão. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. Na hipótese, bastaria a expedição de expediente citatório ao endereço que o Exequente indicou como sendo do Executado, desde setembro de 2018 (fls. 98).

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0630749-33.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Vistos em correição permanente. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara antes da publicação e da lavratura de certidão. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. É inadmissível o inócuo ato ordinatório que a Secretaria dirigiu ao Autor para a indicação dos dados de filiação do Réu para que se buscasse a localização de seu endereço perante o SIEL (fls. 47), notadamente quando o Autor já o trouxe aos autos (fls. 46). Portanto que seja ultimada tal providência desde que haja o recolhimento específico das custas em 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Em caso de obtenção do endereço, deverá ser elaborado ato ordinatório a fim de que o Autor em 5 dias promova a citação, sob a mesma consequência indicada anteriormente. Intime-se.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: JANAÍNA MARIÊ CALADO DE

LIMA (OAB 8891/AM) - Processo 0631540-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: LEONARDO BANDEIRA DE MELO ALVES DA SILVA - Renata da Silva Santos Bandeira de Melo - REQUERIDO: Engeco Engenharia e Construções Ltda. - Vistos. Nesta precisa data, a signatária homologou um pacto semelhante entre o consumidor e o Réu desta demanda - ENGECO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, como se infere do Processo n. 0638166-71.2017.8.04.0001, o qual pode ser replicado a este em função da legalidade que dele se extrai e, mais que tudo em nome da pacificação social. Assinalo, desta feita ao Réu o prazo de 15 dias para manifestação acerca da oferta de acordo, sobre o qual deverão os Autores se manifestar nos 15 dias subsequentes à apresentação, independentemente da apreciação judicial sobre a suspensão deste feito por força de comando do STJ. Intimem-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0636766-56.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradise River - EXECUTADO: Agra Bergen Incorporadora Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda. - Vistos em correição permanente. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara antes da publicação e da lavratura de certidão. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. É imprescindível que se colha do Exequente manifestação, em 5 dias, sobre a peça atravessada pelo Executado, de cujo bojo aponta a inclusão do crédito de R$ 262.064,72, alocado na Opção F, em favor do Autor no processo recuperacional e, assim a extinção do feito (fls. 1.274 a 1.279). Intimem-se.

ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0637418-39.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Vistos em saneador permanente. Em que pesem os esclarecimentos trazidos pelo Exequente aos autos (fls. 124 a 129) é certo que a citação dos Executados não haverá se dar para que se manifestem sobre a peça de fls. 106 a 108, mas para que, quando da citação que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias úteis (artigo 827, §1°, CPC), segundo regra geral do artigo 219, de referido Diploma, quando então os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ou, deve nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo naquele prazo, lhe ser ordenada a constrição por diligência do oficial de justiça que, em momento subsequente ultimará a avaliação dos bens penhorados, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. "A indicação dos bens foi erigida à categoria de dever processual, caracterizando-se o descumprimento com a mera omissão da informação, sem perquirir a intenção; o que não impede, por óbvio, comprove o executado não ostentar bens penhoráveis, a afastar a tipificação do ato."(Comentários à Execução Civil: título judicial e extrajudicial (artigo por artigo). Armelin Donaldo e outros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 145). A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC). O Executado poderá oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma estatuída pelo artigo 915, da Lei do Rito Civil. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, na forma como estatuído pelo artigo 827, do Digesto Processual Civil, principalmente por entender que a proemial não evoca maiores aperfeiçoamentos jurídicos para a sua produção. Observe-se, porém que, em caso de rejeição de Embargos é possível a majoração da verba honorária até 20% (vinte por cento), ou se estes não forem aviados, o justificar o trabalho do causídico, segundo leitura do §2°, daquele dispositivo infraconstitucional. Finalmente ordenar ao Exequente que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tal o firmado no artigo 218, §3°, do CPC, ultime o recolhimento das custas relativas à diligência do oficial de justiça, estabelecidas por Tabela através do Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. O não recolhimento do importe assinalado há culminar com a extinção do feito por falta de atendimento a pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sob o prisma objetivo de sua válida admissibilidade. O presente pronunciamento só ha ser cumprido em sua inteireza pela Secretaria depois de confirmado o recolhimento das custas de processamento desta demanda, sem o que haverá ser o Exequente intimado ao atendimento de relevante pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda para, dentro do prazo supramencionado, o cumprir fidedignamente. Diligencie-se. Certifique-se e Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0643327-62.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Vicente de Oliveria Rocha Pinheiro - EXECUTADO: Agra Bergen Incorporadora Ltda. - Vistos em correição permanente. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara antes da publicação e da lavratura de certidão. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. É imperioso que, diante da homologação do quadro-geral de credores seja o crédito judicialmente reconhecido ao Exequente por sentença judicial habilitado diante do Juízo Recuperacional como retardatário. Para tanto ordeno à Secretaria que expeça nestes autos certidão do trânsito em julgado da sentença judicial proferida em desfavor do Executado que também pode contar com outra certidão do dimensionamento do crédito para as providências voltadas à possível habilitação do crédito retardatário. Intimem-se.

ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0644897-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Elizama Quésia Ferreira de Araújo - Vistos. Houve ordem de emenda (fls. 151), para que que a Autora prestasse esclarecimentos a este juízo quanto ao seu endereço e profissão, além de determinação para que fosse acostado aos autos declaração de hipossufiência econômica. Manifestou-se (fls. 153 e 154) e acostou declaração (fls. 155), esclareceu que utiliza diferente endereço para recebimento postal por problemáticas com o sistema dos correios e quanto à profissão, aquela exposta na qualificação seria a última exercida antes do desemprego. Cumpridas todas as determinações, dá-se à prosseguimento ao feito. Pugna acolhimento de tutela de urgência, para que a Ré inclua a Autora no plano de saúde da Empresa. Pois bem, inicialmente DEFIRO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA por ter a Autora logrado êxito em comprovar sua hipossuficiência econômica por meio de documentação de fls. 140 a 149. Passo a análise do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Pois bem, em juízo de cognição sumária, não vislumbro presentes, pelo menos neste momento processual, todos os requisitos necessários para a concessão do provimento requerido pela Autora. Especificamente no que se refere à responsabilização do Réu pelo sinistro e a real possibilidade de cumprimento do exato pedido da Autora quanto a inclusão em seu plano de saúde. Assim, cumpre assinalar que se faz necessário, na hipótese, a discussão, de forma mais aprofundada, acerca da responsabilidade e atuação no caso por parte da Ré, para que assim se conclua se há de fato possibilidade de deferimento em tutela de urgência do pedido autoral. Desse modo, a prudência recomenda o indeferimento da tutela vindicada de inclusão da Autora no plano de saúde da pessoa jurídica. Necessária, assim, a oferta de contestação do Réu Nesse sentido, colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO. LIMINAR DE NATUREZA SATISFATIVA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela não pode ser deferida porquanto esgota o objeto da ação originária, restando, assim, inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera pars. 2. No caso em exame, o pedido liminar tem natureza satisfativa, porquanto os agravantes pugnaram pela suspensão do pagamento das parcelas do plano de saúde, pretensão esta que corresponde exatamente aquela deduzida como provimento final, o que esvaziaria a própria ação originária. 3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TJ-DF - AGi: 20150 020083253, Relator: Nídia Correa Lima, data de julgamento: 03/06/2015, 1 Turma Cível, data de publicação: publicado no DJE: 22/06/2015. Pag. 104). Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada, perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa, tal o que dita o artigo 334, §8º, do Estatuto Processual. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos, sob pena de revelia, na forma como afirmado no artigo 344, de mencionado Diploma. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0655517-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marianna Monteiro Abboud Daou - Vistos em correição permanente. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve esta Julgadora determinar sua emenda para que a Autora comprovasse seu estado de hipossuficiência econômica (fls. 49 a 51), ao que se manifestou (fls. 54) apenas para acostar nova declaração de sua hipossuficiência. Pois bem, este Juízo se deteve na análise detalhada das peças todas atravessadas pela Autora para o convencimento sobre sua miserabilidade e assim verificou que ela se qualifica na inicial como enfermeira (fls. 1), embora no contrato celebrado com o Réu haja se qualificado como empresária (fls. 28), o que é bastante ao pronunciamento judicial de indeferimento à benesse de gratuidade. Incumbe ressaltar que em verificação ao mesmo contrato (fls. 28 a 35), verifica-se que a promessa de venda e compra foi celebrada não apenas pela Autora, como também pelo Senhor FRANCISCO JOSÉ MALHEIROS ABBOUD DAOU que, por óbvio deverá integrar a demanda, em cumulação. Assinalo o prazo de 15 dias para que seja ultimado o recolhimento das custas de processamento da demanda e formado o litisconsórcio ativo, sob pena de extinção do feito sem aprofundamento do mérito, na forma do que apregoa o artigo 485, inciso IV, do Digesto Processual Civil. Intime-se. Controle-se o prazo assinalado. Recomendo que qualquer peça a ser atravessada pelo Autor só o seja depois de publicado este pronunciamento. Cumpra-se.

Acácio Valdemar Lorenção Júnior (OAB 105465/SP)
Agnes Pelegrin do Nascimento Amorim (OAB 10916/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Janaína Mariê Calado de Lima (OAB 8891/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Mary Anne Bento Barbosa (OAB 4358/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457SP)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Tatiana Bentes de Souza (OAB 3285/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
VALDECI SOARES DA SILVA (OAB 192667/SP)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569A/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Jorge Braga do Vale (OAB 6360/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANA PAULA SIMÃO HENRIQUES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0123/2016

ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0200887-29.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Finasa BMC S/A - REQUERIDA: Maria Lopes de Melo - R. H. Intime-se a Requerida, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no feito, sob pena de arquivamento.

João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 003.710/AM), ADV: ROSEMAR GONÇALVES FEITOSA (OAB 4453/AM), ADV: AROLDO PEREIRA CAVALCANTE (OAB 3904/AM) - Processo 0036277-88.2004.8.04.0001 (001.04.036277-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Fermazon Ferro e Aço do Amazonas Ltda. - EXECUTADO: Progresso Construções Civis Ltda. - DEPOSFIEL: Walqueline da Silva Pereira - R. H. Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: RENAN LOURENÇO BARBARÁ (OAB 7035/AM) - Processo 0200398-11.2019.8.04.0001 (processo principal 0221683-41.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Renan Lourenço Barbará - R. H. Considerando a ausência do trânsito em julgado, intime-se o exequente para que cumpra o requisito elencado nos arts. 520, IV, e 521, parágrafo único, do CPC/2015 apresentando caução idôneo no valor a ser executado. Cumpra-se.

ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM) - Processo 0205333-12.2010.8.04.0001 (001.10.205333-3) - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Nelson Fernando Navroski - REQUERIDO: José Eustáquio Alves e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0207290-82.2009.8.04.0001 (001.09.207290-0) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM) - Processo 0207354-92.2009.8.04.0001 (001.09.207354-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Giuliana Ribeiro Muscio Delatorre - ME - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado às fls.116. Ressalto que o posicionamento do STJ é neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2.Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). 2.- Recurso Especial provido, para permitir o arresto on line, a ser efetivado na origem.(REsp 1338032/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 29/11/2013)" g.n. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM) - Processo 0207665-20.2008.8.04.0001 (001.08.207665-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Condomínio do TVlândia Mall - R. H. Indefiro o pedido de fls. 66, que requereu a expedição de ofício à Receita Federal, para que forneça as 5 últimas declarações de Imposto de Renda do Executado, uma vez que trata-se de quebra de sigilo fiscal o que só deve ser deferida excepcionalmente, e somente esgotadas todas as tentativas de localização de bens do devedor pelo credor. Nesse sentido tem decidido o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, in verbis: AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exeqüente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 28/05/2010). EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS - LOCALIZAÇÃO DE BENS - RECEITA FEDERAL E OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PRÉVIAS E INFRUTÍFERAS TENTATIVAS - INDEFERIMENTO - RECURSO DESPROVIDO. A jurisprudência hodierna, especialmente do STJ e do STF, firmou-se no sentido da possibilidade da requisição de informações às repartições públicas, como a Receita Federal, e à entidades privadas, com o escopo de obter informações sobre bens do devedor, condicionando-a, porém, à demonstração de prévias e infrutíferas tentativas do credor. Não havendo provas de que a agravante realizou diligências para tentar localizar bens do agravado, não se pode deferir a expedição de ofício à Receita Federal, conforme pleiteado. (TJ-MG, 17ª CÂMARA CÍVEL, AI n.° 1.0024.97.086854-3/005 - BH, Rel. Des.(a) EDUARDO MARINÉ DA CUNHA, D.O.E. 24/08/2010) Intimem-se.

ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0208497-04.2018.8.04.0001 (processo principal 0203979-20.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Posse - REQUERENTE: Transportes Roraima V/B S/A - REQUERIDO: Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil - R. H. Compulsando os autos, acuso que a parte exequente não atendeu os requisitos dispostos no art. 524, do CPC/15, motivo o qual determino a sua intimação para que adeque a sua petição no prazo legal, inclusive colacionando certidão de trânsito em julgado. Cumpra-se.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM), ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: LUCY CHRISTIANE DE SOUZA HOSSAINE (OAB 6631/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0208693-86.2009.8.04.0001 (001.09.208693-5) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Rodrigues do Nascimento - REQUERIDO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: KARLA GOMES LEITE (OAB 6387/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0210290-56.2010.8.04.0001 (001.10.210290-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Atlântica Hotels International Brasil Ltda. (Sleep Inn Manaus) - EXECUTADO: L. M. Agência de Viagens e Turismo Ltda. - ME

- R.H Determino o desentranhamento dos embargos do devedor que se encontra em fls. 67/71, devendo a secretaria proceder sua distribuição em apartado. Torno sem efeito o despacho de fls. 75. Cumpra-se.

ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM), ADV: ADEMAR BRITO DA FROTA JÚNIOR (OAB 6090/AM), ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM) - Processo 0212472-49.2009.8.04.0001 (001.09.212472-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Araguaia Factoring Fomento Mercantil Ltda. - EXECUTADO: Bismarque Gonçalves Leite - R.H Intime-se o executado se manifeste acerca da petição de fls. 140, no prazo de 10 dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERI JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0215736-11.2008.8.04.0001 (001.08.215736-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM) - Processo 0218268-21.2009.8.04.0001 (001.09.218268-3) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Irene Azevedo - REQUERIDA: Alba da Costa Kuhl - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - Intime-se o patrono da Requerida Alba da Costa Kuhl para que, no prazo de 5 (cinco) dias, proceda à juntada da Certidão de Óbito indicada à fl. 484. Cumpra-se.

ADV: LUCINEIDE MARIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 72973/SP), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: IVAN LANZA CORDEIRO DE SOUZA (OAB 4615/AM) - Processo 0226015-22.2009.8.04.0001 (001.09.226015-3) - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raul de Oliveira Rodrigues - REQUERIDO: Renascer Transporte e Turismo Ltda. - DENUNCIADO: Nobre Seguradora do Brasil S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM) - Processo 0227862-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Juliana Ângelo Barreto - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 05(cinco) dias, encaminhar o laudo de perícia realizada, ou informação sobre o não comparecimento da parte. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM) - Processo 0227862-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Juliana Ângelo Barreto - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MATHEUS BONACCORSI FERNANDINO (OAB 88005/MG), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0230633-39.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Terra Editora Comércio e Serviços Gráficos Ltda. - REQUERIDO: Telecrim da Amazônia Comércio e Serviços de Telefonia Móvel Ltda. - R.H. Aguarde-se manifestação do credor pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão de mérito prolatada. Após o decurso do referido lapso, desde que não haja qualquer impulso do interessado, determino o arquivamento dos autos, com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 115A/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM) - Processo 0236864-19.2010.8.04.0001 (001.10.236864-4) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: SINART - Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda. - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: ADRIANO CÉSAR CABRAL DE AQUINO E SILVA (OAB 4194/AM), ADV: ANTÔNIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JÚNIOR (OAB 5062/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: IONE CRISTINA LIMA CARIOCA (OAB 5286/AM), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: KAITEANE MIREK FERREIRA (OAB 6134/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM) - Processo 0240552-23.2009.8.04.0001 (001.09.240552-6) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: F. A. B. Costa Lima e Cia. Ltda. - REQUERIDO: Unimed Manaus - Cooperativa de Trabalho Médico - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: MARIA ANTONIETA DE CAMPOS TINÔCO (OAB 4718/AM), ADV: TAYANA MARIA JAÑA PINTO (OAB 4455/AM) - Processo 0241524-56.2010.8.04.0001 (001.10.241524-3) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Garantia Real Serviços Ltda. e outro - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor da contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0244102-60.2008.8.04.0001 (001.08.244102-3) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o

tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0245727-80.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: Banco da Amazonia S/A - R. H. Expeça-se o mandado competente conforme a ordem do juízo deprecante. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADILSON SANCHEZ (OAB 92102/SP), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: MÁRCIO BRUNO SOUSA ELIAS (OAB 12533/DF), ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0248378-32.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - REQUERIDO: Panasonic do Brasil Ltda. - R.H Cumpra-se a decisão de fls. 130.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0250988-75.2008.8.04.0001 (001.08.250988-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebíveis S/A - EXECUTADO: Clailton Costa de Oliveira e outros - R. H. Procedam-se a transferência dos valores bloqueados às fls. 123/126 e 151/153 para a conta judicial vinculada ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0251173-11.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SÉRVULO MORAIS OLIVEIRA (OAB 6320/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 3900/AM), ADV: LUIZ SERUDO MARTINS NETO (OAB 3762/AM), ADV: MAURÍCIO DA GAMA MONTEIRO (OAB 4931/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: OÁSSIS TRINDADE DE OLIVEIRA (OAB 495/AM), ADV: SIDNEY SERUDO DE MENDONÇA (OAB 4891/AM) - Processo 0252989-28.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Norteferro Indústria e Comércio de Ferro Ltda. - REQUERIDA: Geovana Maria Paula dos Santos Chaves - R. H. O advogado que assina a petição de fls. 251 , informa a este Juízo que não mais patrocina os interesses do autor. Entretanto, não juntou prova de que cientificou o seu mandante do fato. Assim, determino que o patrono em questão seja intimado, para cumprir o disposto no art. 112 do CPC, no prazo de 10 dias. Se o referido causídico comprovar a comunicação ao seu mandante, determino que a Secretaria da 2ª UPJ exclua seu nome do cadastro de intimação pertinente aos presentes autos. Após, sem manifestação, remetam-se os autos à fila de conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: JOSÉ RENATO CHÍXARO DE MENEZES (OAB 3321/AM) - Processo 0330104-67.2007.8.04.0001 (001.07.330104-4) - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: C. A. H. H. M. de Oliveira - R.H. Aguarde-se manifestação do credor pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão de mérito prolatada. Após o decurso do referido lapso, desde que não haja qualquer impulso do interessado, determino o arquivamento dos autos, com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: DANILO JOSÉ KLEIN (OAB 003.064/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM) - Processo 0336423-51.2007.8.04.0001 (001.07.336423-2) - Monitória - REQUERENTE: Manaus Refrigerantes Ltda. - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600506-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0600687-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Ariete da Costa Almeida, - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 28/05/2019 às 10:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0600774-39.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelino Venâncio de Vasconcelos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: NEY JOSÉ CAMPOS (OAB 44243/MG), ADV: ROBÉRIO RODRIGUES DE CASTRO (OAB 348669SP), ADV: SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS (OAB 37/AM) - Processo 0601181-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: F. C. de Oliveira Materiais de Construção - ME - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - R.H Intime-se o requerido para que se manifestar acerca da proposta de acordo apresentada pela Requerente às fls. 233/234.

ADV: DANILO CARVALHO FREIRE SILVA FILHO (OAB 162033/MG) - Processo 0601679-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Mastermedic Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601818-88.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0601926-25.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - C. F. I. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0602055-30.2013.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS (OAB 3967/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOÃO CÉSAR JURKOVICH (OAB 236823/SP), ADV: LESSANDRO JACOMELLI (OAB 217336/SP), ADV: KAREN BADARÓ VIERO (OAB 270219B/SP), ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: CARLOS AUGUSTO FALLETI (OAB 83341/SP), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: CIRO JOSÉ CALLEGARO (OAB 249941/SP) - Processo 0602191-90.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Tiglia Gastaldi - REQUERIDO: Faria Veículos Ltda. - Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores S/A - (BSS - Beyond Especial Security) Serviços de Blindagem Ltda. - Solimões Veículos Ltda. - Determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de peritos com expertise de perícia mecânica automotiva cadastrados no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0602238-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena

de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Ainda, retifique-se no sistema a classe processual.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602401-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ribamar Ferreira da Silva - À Secretaria para certificar acerca da apresentação de defesa pela parte Requerida. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0602848-66.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Roony Santos de Souza - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 14/03/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0602848-66.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Roony Santos de Souza - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Oficie-se o IML para que proceda à juntada do laudo pericial referente à demanda ou, se for o caso, justifique o não cumprimento da medida.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0603007-72.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: L. J. Guerra e Cia. Ltda. - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0603259-36.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603274-10.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0604086-13.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o

pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES (OAB 18924/SC), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0604682-65.2017.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: J. Cruz Indústria de Bebidas Ltda. - REQUERIDO: Thermovac Embalagens Plásticas Ltda. - R.H À secretaria para que intime o Serasa para o cumprimento da decisão de fls. 328.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0605141-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nogueira & Amorim Ltda. - Casa da Indústria - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 09/04/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM) - Processo 0605375-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João Domingos Oliveira do Rego - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0605505-10.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA DE OLIVEIRA (OAB 2842/AM), ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM) - Processo 0606096-35.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Luzanira Queiroz Nogueira - R. H. Trata-se de Cumprimento de Sentença contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual se enquadra nas hipóteses previstas no art. 534, e seguintes do CPC/15. Assim, intime-se a Autarquia Federal para que se manifeste acerca da petição de fls. 229/238, conforme art. 535, caput, do CPC, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução. Cumpra-se.

ADV: ULYSSES DOS SANTOS BAÍA (OAB 160422/SP), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: HEITOR BARBOSA BRUNI DA SILVA (OAB 41422/PR), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB 422A/AM) - Processo 0606142-58.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Navezon Linhas Internas da Amazônia S/A - REQUERIDO: S. C. Transportes Ltda. - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM), ADV: ARIOMAR NASÇON DE OLIVEIRA ALENCAR (OAB 2990/AM) - Processo 0606851-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Solinox Ltda. - EXECUTADO: Rolmaq Comércio e Representações Ltda. - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 151018/MG) - Processo 0607141-69.2019.8.04.0001 - Petição - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elielson Mendes da Silva Me e outros - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a à Requerida que se abstenha de inscrever os Requerentes e/ou os fiadores nos órgãos de proteção ao crédito por supostas dívidas decorrentes da relação locatícia em questão, no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar,

ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: PAULA REGINA DE MATTOS FERREIRA (OAB 4794/AM) - Processo 0607147-76.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Triana Esther Silva Benzion - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 28/05/2019 às 10:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM) - Processo 0607439-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Construtora Colméia S/A - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0607541-93.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Clarinda Pascoal da Cruz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0607735-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Lailson Silva do Nascimento - À secretaria para que designe nova data para realização da perícia. Cumpra-se.

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM), ADV: GABRIEL CIRÍACO LIRA (OAB 7136/AL), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: HERMANN BRAGA DE LYRA NETO (OAB 7107/AL), ADV: CLEANTHO DE MOURA RIZZO NETO (OAB 7591/AL) - Processo 0607790-44.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MB3000 Segurança Eletrônica Ltda. - REQUERIDO: Natural Móveis Ltda. - Transmisan Transporte de Móveis Ltda. - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor das contestaçãos apresentadas autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0607889-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - REQUERENTE: Sul América Companhia de Seguros Saúde - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0607977-42.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Authentic Recife - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Ademais, considerando a ausência de assinatura em instrumento procuratório, determino que a parte autora regularize sua representação processual, nos termos do art.76, I do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0608065-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Andreliane Cardoso dos Santos - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a suspensão dos descontos mensais feito pelo Réu na remuneração da requerente referente aos códigos 5912 (B. Bonsucesso) e/ou 6130 (Olé Bonsucesso), bem como que se abstenha de incluir o nome da parte autora nos cadastros de proteção ao crédito, no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: YAN RANZI BIAZUSSI (OAB 14183/AM) - Processo 0608112-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodoviario Lino Ltda-me - Considerando a Portaria n° 490/2017-PTJ, o princípio constitucional da acessibilidade ao Poder Judiciário estipulado no art. 5º, XXXV, CF/88, e o disposto no art. 98, §6°, do CPC/2015, defiro o pedido de pagamento parcelado de custas iniciais que se dará nos termos da Portaria mencionada, a saber: Art. 1°. O parcelamento das custas processuais poderá ser realizado em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária, incumbindo à serventia a fiscalização quanto ao correto recolhimentos das respectivas parcelas. Art. 2°. O parcelamento referir-se-á tão somente às custas do processo, não abrangendo, em hipótese alguma, as despesas processuais. Art. 3°. Compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam.jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais. Art. 4º A Contadoria Judicial prestará suporte técnico às unidades na elaboração dos cálculos de atualização monetária das custas e subsidiará as serventias na fiscalização dos pagamentos. Insurge salientar que, embora a referida portaria não informe o termo inicial do referido pagamento, este juízo determina que a parte autora efetue o pagamento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, comprovando nestes autos a primeira parcela bem como as demais sucessivamente. Informo ainda, que tal procedimento será adotado a fim de que possibilite à Secretaria a fiscalização em conformidade com a Portaria em epígrafe, bem como, a fim de evitar prejuízos ao autor quanto à ordem cronológica de prolatação de sentença conforme o CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0608218-16.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nortenave Ltda - Considerando a Portaria n° 490/2017-PTJ, o princípio constitucional da acessibilidade ao Poder Judiciário estipulado no art. 5º, XXXV, CF/88, e o disposto no art. 98, §6°, do CPC/2015, defiro o pedido de pagamento parcelado de custas iniciais que se dará nos termos da Portaria mencionada, a saber: Art.1°. O parcelamento das custas processuais poderá ser realizado em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária, incumbindo à serventia a fiscalização quanto ao correto recolhimentos das respectivas parcelas. Art. 2°. O parcelamento referir-se-á tão somente às custas do processo, não abrangendo, em hipótese alguma, as despesas processuais. Art. 3°. Compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam. jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais. Art. 4º A Contadoria Judicial prestará suporte técnico às unidades na elaboração dos cálculos de atualização monetária das custas e subsidiará as serventias na fiscalização dos pagamentos. Insurge salientar que, embora a referida portaria não informe o termo inicial do referido pagamento, este juízo determina que a parte autora efetue o pagamento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, comprovando nestes autos a primeira parcela bem como as demais sucessivamente. Informo ainda, que tal procedimento será adotado a fim de que possibilite à Secretaria a fiscalização em conformidade com a Portaria em epígrafe, bem como, a fim de evitar prejuízos ao autor quanto à ordem cronológica de prolatação de sentença conforme o CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0608946-57.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Ponta Negra Residenza - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos II e VII, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III

- o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Outrossim, entendo que os documentos que acompanham a exordial não são suficientes à formação de um juízo acerca da cobrança em sede de cognição sumária, deve a parte Autora colacionar os respectivos boletos, notificação extrajudicial e/ou outras provas, ao fito de demonstrar o fato constitutivo de seu direito, ou adequar a sua demanda ao procedimento comum, para que haja a devida dilação probatória. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora complete a inicial, atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0608964-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Matheus Vicente de Andrade - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Chamo o feito à ordem, e torno sem efeito o despacho de fl. 132 e o ato ordinatório de fl. 134, sendo o laudo claro quanto às perdas sofridas pelo Requerente e suas respectivas repercussões. Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0609063-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0609089-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0609251-80.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Augusto César Colares - REQUERIDO: Martins Rent a Car Ltda. - ME - DENUNCIADO: Companhia Mutual de Seguros - Desta feita, com fundamento no art. 465, § 3º, do CPC, arbitro os honorários do perito em dois salários mínimos e meio, como vindicado pelo perito, a serem adiantados pela parte que postulou pela realização da medida. Indeferida, por efeito, a impugnação de fls. 242/249. Intime-se o experto, para que indique data, horário e local para a realização da perícia.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609276-59.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Aguarde-se o decurso do prazo para o executado Clínica de Olhos Visão Para Todos Ltda. À secretaria para as devidas providências. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0609437-35.2017.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDA: Cecília Araújo Nóbrega - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610038-75.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema INFOJUD para localização do atual endereço, bem como seja procedida consulta ao sistema E-RIDFT. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: PATRÍCIA GOMES DE ABREU (OAB 4447/AM) - Processo 0610089-57.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Janieire Lopes e Silva - REQUERIDO: Tufi Salim Jorge Filho e outro - R. H. Considerando que o perito nomeado às fls. 149, se recusou justificadamente o encargo, entendo pela nomeação de outro experto, com a finalidade de dar prosseguimento ao processo. Assim, determino à Secretaria que certifique a existência de peritos médicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, na especialidade de oftalmologia, como requer, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0610281-87.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Carlinho de Castro Toicima - R.H. Aguarde-se manifestação do credor pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão de mérito prolatada. Após o decurso do referido lapso, desde que não haja qualquer impulso do interessado, determino o arquivamento dos autos, com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: DANIEL REIS WANDERLEY (OAB 4546/AM) - Processo 0610311-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Condomínio do Residencial Eliza Miranda - 2a. Etapa - Mato Grosso - R. H. Considerando a certidão de fls. 69, determino que a secretaria prossiga no cumprimento da decisão de fls. 62/63. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0610550-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: M. F. de Souza Distribuidora de Alimentos - ME - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A requerimento do exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610559-54.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM) - Processo 0611199-23.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Panificadora Elisa Ltda. - EPP - Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 152/154. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM) - Processo 0611475-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Manuel Benício Cavalcante dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP) - Processo 0612609-19.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - R.H. À Secretaria para certificar a apresentação ou não de defesa pela parte requerida citada às fls. 73. Defiro o pedido de pesquisas através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: JONES RAMOS DOS SANTOS (OAB 6333/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: JUAN AFONSO FIGUEIREDO DO AMORIM (OAB 196534/RJ), ADV: ISABEL BRITO VIANA (OAB 150306/RJ) - Processo 0612678-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: H.

Stern Comércio e Indústria S/A - REQUERIDO: Hotel Juma Ópera Ltda. - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0612699-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana da Silva e Silva - INTSSADO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM) - Processo 0612831-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. À Secretaria, para certificar se houve apresentação de defesa pela parte Requerida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0613927-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - R. H. Indefiro a expedição de alvará postulado às fls. 65, uma vez que o deferimento da pesquisa BACENJUD foi realizada com a finalidade de localizar o endereço da parte requerida, no entanto, ocorreu um equívoco no cumprimento da decisão de fls. 51 que ensejou o bloqueio de valores. Desta feita, determino que se proceda a pesquisa no BACENJUD para localização de endereço da parte requerida.

ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0614158-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Vidrorios Indústria e Comércio Ltda. - Adeci Bastos Rios e outro - R. H. Considerando o cumprimento da decisão de fls. 86, determino que a secretaria promova a imediata exclusão das referidas peças nestes autos, quais sejam, petição de fls. 70/79 e documentos anexos a ela. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0614202-88.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mair Pedro da Costa Cunha - Expeça-se competente alvará, como requer à fl. 102. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ALESSANDRA DE OLIVEIRA NETTO (OAB 5176/AM), ADV: ANNE GUIOMAR SANTOS RIBEIRO DA SILVA (OAB 4741/AM), ADV: ORLANDO BRASIL DE MORAES (OAB 5636/AM), ADV: ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETTO (OAB 6274/AM), ADV: ANA PAULA BORGES DE LIMA (OAB 5010/AM) - Processo 0614203-34.2017.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Clodion de Lima Botelho e outro - REQUERIDO: Codama Comissária de Despachos - Fernando Souza Sobrinho e outro - A parte requerente peticiona às fls. 458 a 459 postulando o deferimento de produção de prova testemunhal, justificando que deve ser esclarecido em juízo o "modo operandi" utilizado pela empresa ré para adquirir as cotas dos sócios minoritários.Assim, requer a designação de audiência de instrução e julgamento. É o relato no essencial. DECIDO. Compulsando os autos, entendo que a matéria cinge-se sobre prestação de contas dos haveres de sócios da pessoa jurídica requerida, inclusive, neste sentido remetem-se os pedidos da exordial, desta feita, vejo que não é necessária a realização de prova testemunhal postulada pela requerente às fls. 458 a 459. Destarte, entendo pelo julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos para proferir sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0614305-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Expeça-se competente alvará, como requer à fls. 88/89. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM) - Processo 0614427-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Wendel Kauã Araújo da Encarnação - R.H À secretaria para que cumpra integralmente a decisão de fls. 53.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0614482-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adolfo Alves dos Santos - R.H Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da audiência, citando-se o Requerido no endereço indicado às fls. 33.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0615047-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Elvimara da Costa Monteiro - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0615971-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Simone Moreira dos Santos - Vistos etc. Homologo por sentença o acordo firmado às fls. 138/144, para que produza os jurídicos e legais efeitos. A transação tem efeito de sentença, razão pelo qual julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, na forma do art. 487, III, "b" do CPC, já ajustado entre as partes as custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Caso haja depósito judicial referente ao presente feito, remetam-se os autos ao Gestor da Conta Única para informar a existência dos respectivos valores. Após, o trânsito em julgado, expeça-se o competente alvará, para levantamento dos valores depositado em juízo. Dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0616403-48.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDA: Giselle de Lima Ferreira - R.H. Aguarde-se manifestação do credor pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão de mérito prolatada. Após o decurso do referido lapso, desde que não haja qualquer impulso do interessado, determino o arquivamento dos autos, com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617115-72.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema INFOJUD. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617115-72.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0617671-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Oracilde Ignácio da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H Intime-se o Requerido para que cumpra o despacho de fls. 120, no prazo de 05(cinco) dias.

ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM) - Processo 0618149-19.2014.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Direito de Imagem - REQUERENTE: Figueiredo Empreendimentos Turísticos Ltda. - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0619199-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Emerson Simões de Souza e outros - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - R.H. Aguarde-se manifestação do credor pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão de mérito prolatada. Após o decurso do referido lapso, desde que não haja qualquer impulso do interessado, determino o arquivamento dos autos, com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 66493/MG), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JUNIOR (OAB 1123A/AM), ADV: SÉRGIO ISAÍAS SOARES MEIRA (OAB 60899/MG) - Processo 0619410-82.2015.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: G. A. O. & Filhos Pecuária e Agricultura Ltda. - R. H. Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM) - Processo 0620551-68.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Masterfood Comércio de Alimentos Ltda. - Expeça-se mandado de citação para o endereço indicado em fls. 214/215. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 115411/MG), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0621115-52.2014.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Monttana Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada para que seja feita consulta no sitema siel ou informe o titulo de eleitor, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0621253-82.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls.273. Expeça-se o edital. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0621548-17.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0622321-33.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alessandro Moreira Lage - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - À Secretaria, para certificar se houve recurso em relação à decisão de fl. 374.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0622496-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0622532-35.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - RMI pelo art. 1º da Lei 6.423/77 - índices de atualização dos 24 1ºs salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos) - REQUERENTE: Ozenilson da Costa Menezes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/03/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0622660-94.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico

conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: BERNARDINA LIMA ARCE (OAB 6689/AM), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP) - Processo 0622762-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Karen da Silva Nascimento - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda. - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0622879-10.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADA: Maria Nilza dos Santos Campos e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0623811-27.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Raimundo dos Santos Amaral - REQUERIDO: Góes e Silva Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - R. H. Considerando que o perito nomeado às fls. 62, não se manifestou até a presente data, apesar de devidamente intimado, entendo pela nomeação de outro experto, com a finalidade de dar prosseguimento ao processo. Assim, determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de peritos grafotécnicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, como requer, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE BRITTO GONÇALVES (OAB 144508/SP) - Processo 0624138-06.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0620137-75.2014.8.04.0001) - Anulação e Substituição de Títulos ao Portador - Duplicata - REQUERENTE: Semp Toshiba Amazonas S/A - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor da contestação e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM) - Processo 0624226-78.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lia dos Reis Pereira e outro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - R.H Defiro o pedido de fls. 239/240. Expeça-se alvará para o levantamento dos valores incontroversos depositados às fls. 222/225.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0624896-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Manoel Divaldo da Silva Nunes - REQUERIDO: Banco Itaú S/A - R.H Mantenho a decisão de fls. 200.

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM), ADV: HELADIO DE SOUZA GOMES (OAB 11163/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM) - Processo 0625213-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Yanka da Costa Guimarães e outros - REQUERIDA: Rosaline Pinheiro de Lima Muelas e outro - Determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de peritos médicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, na especialidade de ginecologia e obstetrícia, como requer às fls. 193/195, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0625752-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Liane Braga do Nascimento - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0625862-06.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Tomateti Frutas e Legumes Ltda. - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação designada no feito. Intime-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0625863-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0625892-46.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Marcelo de Souza Santos - ME e outro - R. H. À Secretaria a fim de certificar a existência de defesa pela parte embargada. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0625932-62.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0626123-73.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sheila Sarah Filgueiras - REQUERIDO: Banco BMG S/A - LITSPASSIV: Corresponder Prestadora de Serviços Administrativos Ltda. - ME - R.H Intime-se o perito para apresentar o laudo, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0627372-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bernardino Sena Paiva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "BMG CARTAO" em folha de pagamento do autor referente à relação jurídica objeto da demanda. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR

(ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: SÉRGIO PEREIRA CAVALHEIRO (OAB 180889/SP) - Processo 0627423-07.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Industrial - REQUERENTE: Novodisc Mídia Digital da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/A - R.H Intime-se o Requerido para se manifeste acerca da petição de fls. 1003/1005. Outrossim, intime-se a Requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 1006.

ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM) - Processo 0627986-93.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcella Amud Botelho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - R.H Diante da arguição de falsidade suscitada em réplica, intime-se a parte Requerida para que se manifeste no prazo de 15 dias, nos termos do art.432 do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0628034-86.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de consulta no Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - e-RIDFT. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0628752-54.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Finance Brasil S/A - Banco Múltiplo - R. H. Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 106. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM) - Processo 0628856-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Arnoldo Bezerra Barros - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0629056-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ademir Rodrigues Serrão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 28/05/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0629399-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Bairon Antônio do Nascimento Júnior e outro - a não ser rejeitar os Embargos de Declaração interpostos pelos Requerentes, mantendo, destarte, a decisão de de fls.122, nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos. Outrossim, concedo prazo de 15 (quinze dias) para que os Requerentes cumpram a referida decisão.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0629449-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eucatur Pneus Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Considerando a comunicação de descumprimento da tutela deferida às fls. 89/93, restando inviável a leitura in loco mensalmente da unidade consumidora de n° 0087604-6 referentes aos meses retroativos, DECIDO. Defiro o pedido de fls. 137/139 apenas no tocante à expedição de faturas mensais entre o deferimento da tutela às fls. 89/93 e a presente decisão para que a requerida suspenda a cobrança das faturas deste interregno de tempo, qual seja, de outubro/2018 à fevereiro/2019 até que efetivamente efetue a leitura in loco do consumo do autor, o qual deverá comprovar devidamente nestes autos, no prazo de de 5 (cinco) dias sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 15 (quinze) dias-multa. Outrossim, aplico a mesma penalidade ao descumprimento dos demais pedidos concedidos na decisão de fls. 89/93. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0629604-10.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria José Gomes Barbosa - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0630102-72.2017.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: J. A. R. Neto - ME - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM) - Processo 0630253-38.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Petrobras Distribuidora S/A - R. H. Cumpra-se a decisão de fls. 57, no prazo legal, sob pena de extinção do feito, nos termos do parágrafo único do artigo 321, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁBIO LOUREIRO GUERREIRO (OAB 7505/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: ADRIANA PARENTE DE SOUZA COSTA (OAB 7150/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: LUÍS HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA (OAB 5953/AM), ADV: HELY DE SOUZA PINHEIRO (OAB 5720/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: FABRICIO CATUNDA DA SILVA (OAB 744/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ALEX FERNANDES MINORI (OAB 9444/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: EDUARDA ROSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 8846/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM) - Processo 0630279-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Cláudio Fernandes Tino - REQUERIDO: Posto Manauto III - R.H Indefiro o pedido de reconsideração e mantenho a decisão de fls.113, pelos seus próprios fundamentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0630284-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Juliana do Carmo Carneiro Miranda Vieira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM) - Processo 0630928-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastião Santos da Silva - INTSSADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Ausência de réplica. Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM) - Processo 0630932-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Osman Nasser Filho - Por tais razões, concedo parcialmente a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a exclusão do nome da parte autora dos cadastros de proteção de crédito e Cartórios de Protestos de Manaus, apenas no tocante ao débito discutido, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0631382-49.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0631392-64.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I.C.

ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: ROBERTA MARQUES BEZERRA (OAB 4535/AM), ADV: FRANCISCO HIAGO DE CASTRO BESSA (OAB 11075/AM) - Processo 0632190-20.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Afonso Vieira Ferreira - REQUERIDO: Eude Gomes Felício da Costa - PERITA: Roberta Marques Bezerra e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 11/03/19, às 14:30, no endereço Avenida Efigenio Sales, Condomínio Mundi, Nº 2240, Bloco B, Sala 212, Aleixo-AM

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632252-31.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0632288-73.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H Intime-se o autor, para que se manifeste acerca da certidão do oficial de justiça. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0632448-98.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0632546-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria da Gloria de Souza Moura - R.H Intime-se a Requerente para que cumpra a decisão de fls. 29, sob pena de extinção do processo.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0632608-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: André de Oliveira Rocha - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 05(cinco) dias, encaminhar o laudo de perícia realizada, ou informação sobre o não comparecimento da parte. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632649-90.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0632677-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633235-64.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 973A/AM) - Processo 0633316-76.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0633345-92.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - R. H. Considerando o documentos acostado às fls. 87, intime-se o exequente Banco Itaucard S/A para que se manifeste acerca do mesmo, no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0633506-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Substituição do Produto - REQUERENTE: Alberto Belém de Oliveira - REQUERIDO: Alessandra Larissa do Nascimento Gualberto - ME - Brasil Norte Bebidas S/A - R.H Intimem-se os requeridos para que esclareçam a especialidade do profissional apto para a realização da perícia técnica solicitada.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0633795-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - R.H Como requer fls. 591. À secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0633826-55.2015.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0634018-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H Suspenda-se a presente execução até o cumprimento integral do acordo nos termos do art.922 do CPC.

ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 7136/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0634219-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luciana de Souza Carvalho - REQUERIDO: Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Hibride Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Construtora F. Lopes Ltda. - Em análise dos autos, verifico que o presente processo trata sobre o assunto sobrestado, determino assim a suspensão imediata destes autos. Por efeito, determino que a Secretaria certifique o andamento do Recurso Repetitivo e seu eventual desfecho.

Observo que não havendo deliberação do órgão competente para continuidade do andamento dos feitos relacionados ao tema em questão, estes devem permanecer suspensos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0634227-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Marilane da Silva Soares - R. H. Remetam-se os autos à conta única a fim de que se verifique a existência de valores consignados nestes autos à título de purgação de mora. Cumpra-se.

ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM) - Processo 0634321-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Propriedade - REQUERENTE: Juceline Fayal de Freitas - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: CINDY DE PAULA PUIM (OAB 394766/SP) - Processo 0634912-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Arras ou Sinal - REQUERENTE: José Danilo Xavier da Silva e outro - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0635200-38.2017.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Rubens Dantas Ribeiro - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento

e Investimento S/A - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0635328-63.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0635349-05.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0635580-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Antonio da Silva - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 05(cinco) dias, encaminhar o laudo de perícia realizada, ou informação sobre o não comparecimento da parte. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0635690-60.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR) - Processo 0635769-10.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcelo dos Santos Coêlho - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - Determino a intimação do perito para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique nova data para a realização da perícia.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: PRATES & ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 2229/SC) - Processo 0635939-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Antônio Alves da Costa - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 05(cinco) dias, encaminhar o laudo de perícia realizada, ou informação sobre o não comparecimento da parte. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: ADRIANE RADELISKI MIRANDA (OAB 13460/MS), ADV: MISAEL DE MELO E SILVA (OAB 10934/AM) - Processo 0636058-06.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Valquíria Hernandes - EXECUTADO: Leandro Pessi - R. H. Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca da petição de fls. 102, no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0636701-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Lucimar de Jesus Pinto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0637088-42.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILLIAM EUSTÁQUIO DE CARVALHO (OAB 90390MG), ADV: ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA (OAB 5466/AM) - Processo 0637642-74.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Tracbel S/A - EXECUTADO: M. I. F. Materiais de Construção Ltda. - R. H. Intime-se o exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 85/86, no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: MÔNICA ARAÚJO RISUENHO DE SOUZA (OAB 7760/AM) - Processo 0637796-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vanuza Patrício de Araújo - REQUERIDO: SINPOL - Sindicato dos Funcionários da Policia Civil do Estado Amazonas e outro - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0637985-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Josemar dos Santos Costa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 14/03/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0637990-97.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Patrícia Rocha Paes - REQUERIDO: Brasil Norte Bebidas Ltda. - R. H. Considerando que a perita nomeada às fls. 92, Dra. Adriana da Fonseca de Souza, recusou justificadamente o encargo às fls. 118, entendo pela dispensa da referida experta e pela nomeação de outro perito, com a finalidade de dar prosseguimento ao processo. Assim, determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de peritos químicos e bioquímicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, como requer, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0638111-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - Concedo os benefícios da justiça gratuita. Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0638567-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOCILIA TEMIS DA SILVA MORAES (OAB 10644/AM), ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM) - Processo 0639472-12.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: David Silva David - CONSIGNADA: Espólio de Jandira do Vale Pinheiro, representado por Ruth Pinheiro Falcão - R. H. Considerando a petição de fls. 39/40, defiro quanto a expedição de ofício ao INSS a fim de localizar informação acerca de possíveis herdeiros. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0639994-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rocicle Maia Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao Requerido que suspenda os descontos realizados nos contracheques da Autora referentes à relação jurídica combatida nos autos (cartão de crédito consignado), bem como que se abstenha de proceder à negativação do nome da Requerente nos órgãos de proteção ao crédito, relativamente ao objeto da presente demanda. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0641444-80.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0642855-32.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à

consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO MONTEIRO DE LIMA (OAB 2031/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0643334-54.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Francisco Monteiro de Lima - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0643683-23.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Alonso Sousa do Nascimento - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 561, do CPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0643776-88.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0643883-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: REBECCA DE MOURA FERNANDES (OAB 10446/AM), ADV: ELIANE ANDRADE MARTINS (OAB 12118/AM) - Processo 0644044-45.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Eth Ferreira dos Santos e outro - REQUERIDO: Ester Moraes da Silva Costa - ME - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0647362-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Lindomar Pinto Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 28/05/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0648949-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Benjamin Souza Lucena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 14/05/2019 às 11:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0649906-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zélia Machado Ribeiro Filha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 5528/AM) - Processo 0651404-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Raimundo da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 21/05/2019 às 11:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0651911-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Seleida Conceição Pereira Pimenta Oliveira - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0652638-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Anacleto Cássio de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "BMG Cartão" em folha de pagamento diante do órgão público em que o autor exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita

à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA NASCIMENTO GIFFONI (OAB 12604/AM) - Processo 0653175-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Georgia Cláudia Martins Seki - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar às partes Requeridas forneçam todos os dados virtuais que dispuserem acerca do usuário que incluiu indevidamente tais informações (IP, Localização geográfica, datas, horas GMT, nomes e etc.) a fim de possibilitar a localização dos responsáveis pelos perfis falsos no qual utilizaram indevidamente fotografia, nome e demais dados da Autora para publicar postagem de cunho difamatório e criminoso, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) por dia até o limite de 15 (quinze) dias-multa. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Defiro ainda o pedido de segredo de justiça em razão da preservação do direito constitucional à intimidade nos moldes do art. 183, III, do CPC/2015. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0655365-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edeval da Silva Carlos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao Requerido que se abstenha de reservar margem consignável (RMC), referente a cartão de crédito ora refutado na demanda, e empréstimo sobre a RMC da parte Autora; bem como para que cesse os descontos promovidos a título de RMC. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação

jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0655869-78.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Bradesco Vida e Previdência S/A - Intime-se o autor para emendar a sua exordial considerando a notícia do óbito do segurado através da certidão de óbito de fls. 51, bem como que colacione aos autos a apólice de seguro e manual da mesma efetuada com o de cujus Zacarias Marinho da Silva, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0660002-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Andresson Júnio dos Santos Pimentel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vislumbro que o requerido antecipa-se apresentando contestação (fls. 74/89) antes mesmo da petição inicial do autor ter sido recebida pelo juízo. Tal conduta tumultua o trâmite processual nos moldes do art. 334, do CPC/15. PROCESSO CIVIL . AGRAVO DE INSTRUMENTO . AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE . DESPACHO QUE DETERMINOU O DESENTRANHAMENTO DE PEÇA CONTESTATÓRIA . INOBSERVÂNCIA AO RITO PROCESSUAL . DEFESA APRESENTADA ANTES DO DEFERIMENTO DA INICIAL . CERCEAMENTO DE DEFESA . INOCORRÊNCIA . ART. 5º, LV, DO CPC . RECURSO NÃO PROVIDO . I - Em observância ao art. 285 do CPC, para que a parte possa apresentar contestação, é indispensável que seja, pelo menos, deferida a inicial e determinado o ato citatório, mormente considerando haver a possibilidade indeferimento da peça de início ou mesmo necessidade do saneamento de algum defeito; II - não há que se falar em cerceamento de defesa na decisão do magistrado que ordena o desentranhamento da peça de defesa apresentada quando sequer foi deferida inicial da demanda, vez que, havido tal ato judicial, poderá a parte exercer, com plenitude, o contraditório e ampla defesa, na forma e prazos previstos na lei processual civil, em observância ao disposto no art. 5º, LV, da CF; III - agravo não provido . (TJ-MA - AG: 369252009 MA, Relator: CLEONES CARVALHO CUNHA, Data de Julgamento: 16/03/2010, CAXIAS). Nesse sentido, considerando que o Juízo de admissibilidade de exordial ainda não ocorreu razão, tal manifestação é extemporânea, sendo necessária a sua exclusão imediata dos autos. Após, tornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0700375-86.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Hyssa Abrahim & Cia. Ltda. - R. H. Intime-se o exequente para que comprove as alegações de fls. 124/125, inclusive no tocante ao valor da ação apontada em trâmite no Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0701623-53.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Consórcio - REQUERENTE: Rosângela Campos Lobato - Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor da contestação e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: WAGNER SILVA DE OLIVEIRA (OAB 6116/AM), ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0704799-40.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Raimunda Maria de Almeida - REQUERIDO: Silas Torres Garcia - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0706475-23.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ELLEN KOHASHI DE FREITAS (OAB 6145/AM), ADV: ADELCI MARIA IANNUZZI MENDONÇA (OAB 1214/AM), ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM), ADV: MILTON FLÁVIO DE A. C. LAUTENSCHLAGER (OAB 162676/SP), ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM) - Processo 0712137-65.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Pagamento - REQUERENTE: Serviço Social da Indústria - SESI - REQUERIDA: IGB Eletrônica S/A - R.H. Aguarde-se manifestação do credor pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão de mérito prolatada. Após o decurso do referido lapso, desde que não haja qualquer impulso do interessado, determino o arquivamento dos autos, com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0714455-21.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Denize Filgueiras de Souza - R. H. Trata-se de Cumprimento de Sentença contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual se enquadra nas hipóteses previstas no art. 534, e seguintes do CPC/15. Segundo a exequente, sopesando as especificidades do caso em tela, esta crê que a Autarquia Federal tenha melhores condições de elaborar os cálculos e, assim, evitar um procedimento de “excessiva morosidade”. Diante de tal pedido, este juízo alerta à exequente que é este o momento processual que lhe é oportunado o direito de discutir os cálculos, em observância ao princípio da ampla defesa e contraditório e do devido processo legal, sob pena de preclusão. Nesse sentido, intime-se a exequente para que se apresente planilha de cálculos atualizadas em conformidade com o art. 535, caput, do CPC, no prazo legal, sob pena de preclusão. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ANTÔNIO DE CARVALHO MOTA (OAB 2155/AM), ADV: ADEMAR DE SOUZA SANTOS (OAB 635/AM) - Processo 0715213-97.2012.8.04.0001 - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EMBARGANTE: José Antônio de Moraes Teixeira Neto - EMBARGADO: Francisco Moura Rabello Júnior - Ante o exposto, indefiro o pedido de bloqueio nas contas do servidor Francisco Moura Rabello Junior, em consonância com o art. 833, IV, do CPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0717490-86.2012.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adelci Maria Iannuzzi Mendonça (OAB 1214/AM)
Ademar Brito da Frota Júnior (OAB 6090/AM)
Ademar de Souza Santos (OAB 635/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adilson Sanchez (OAB 92102/SP)
Adriana Maria Martins da Costa Malizia (OAB 5466/AM)
Adriana Parente de Souza Costa (OAB 7150/AM)
Adriane Radeliski Miranda (OAB 13460/MS)
Adriano César Cabral de Aquino e Silva (OAB 4194/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Alessandra de Oliveira Netto (OAB 5176/AM)
Alex Fernandes Minori (OAB 9444/AM)
Alexandre de Oliveira Netto (OAB 6274/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 003.710/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Paula Borges de Lima (OAB 5010/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anne Guiomar Santos Ribeiro da Silva (OAB 4741/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Chaves Abdalla (OAB 66493/MG)
Antonio Claudio Pinto Flores (OAB 583/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Reuzimar Ferreira de Alencar Júnior (OAB 5062/AM)
Ariomar Nasçon de Oliveira Alencar (OAB 2990/AM)
Aroldo Pereira Cavalcante (OAB 3904/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
Benedicto Celso Benício Junior (OAB 1123A/AM)
Bernardina Lima Arce (OAB 6689/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Antônio de Carvalho Mota (OAB 2155/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Carlos Augusto Falleti (OAB 83341/SP)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cindy de Paula Puim (OAB 394766/SP)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Ciro José Callegaro (OAB 249941/SP)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cleantho de Moura Rizzo Neto (OAB 7591/AL)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Reis Wanderley (OAB 4546/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB 162033/MG)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Danilo José Klein (OAB 003.064/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
David Silva David (OAB 5494/AM)
Débora Nascimento Giffoni (OAB 12604/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Campos (OAB 115411/MG)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduarda Rosa Cavalcante de Oliveira (OAB 8846/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliane Andrade Martins (OAB 12118/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)

Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Ellen Kohashi de Freitas (OAB 6145/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Loureiro Guerreiro (OAB 7505/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
FABRICIO CATUNDA DA SILVA (OAB 744/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Francisco Hiago de Castro Bessa (OAB 11075/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Francisco Monteiro de Lima (OAB 2031/AM)
Frank Emerson Neves Abrahão (OAB 2352/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gabriel Ciríaco Lira (OAB 7136/AL)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gefson Hefer Antiquera de Oliveira (OAB 2842/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heitor Barbosa Bruni da Silva (OAB 41422/PR)
Heladio de Souza Gomes (OAB 11163/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hely de Souza Pinheiro (OAB 5720/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermann Braga de Lyra Neto (OAB 7107/AL)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Ione Cristina Lima Carioca (OAB 5286/AM)
Isabel Brito Viana (OAB 150306/RJ)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Carla Marra Magalhães Barbosa (OAB 151018/MG)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivan Lanza Cordeiro de Souza (OAB 4615/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João César Jurkovich (OAB 236823/SP)
Jocilia Temis da Silva Moraes (OAB 10644/AM)
Jones Ramos dos Santos (OAB 6333/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
José Renato Chíxaro de Menezes (OAB 3321/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juan Afonso Figueiredo do Amorim (OAB 196534/RJ)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Kaiteane Mirek Ferreira (OAB 6134/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Badaró Viero (OAB 270219B/SP)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Karla Gomes Leite (OAB 6387/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leandro Guerrero Guimarães (OAB 18924/SC)
Lessandro Jacomelli (OAB 217336/SP)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB 72973/SP)
Lucy Christiane de Souza Hossaine (OAB 6631/AM)
Luís Henrique Medeiros da Silva (OAB 5953/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Luiz Serudo Martins Neto (OAB 3762/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcio Bruno Sousa Elias (OAB 12533/DF)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcondes Fonseca Lunieri Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Antonieta de Campos Tinôco (OAB 4718/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 5528/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Matheus Bonaccorsi Fernandino (OAB 88005/MG)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)

Maurício da Gama Monteiro (OAB 4931/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Milton Flávio de A. C. Lautenschlager (OAB 162676/SP)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Misael de Melo e Silva (OAB 10934/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Araújo Risuenho de Souza (OAB 7760/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 115A/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 973A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Ney José Campos (OAB 44243/MG)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Oássis Trindade de Oliveira (OAB 495/AM)
Orlando Brasil de Moraes (OAB 5636/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Gomes de Abreu (OAB 4447/AM)
Paula Regina de Mattos Ferreira (OAB 4794/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 3900/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Prates & Advogados Associados (OAB 2229/SC)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rebecca de Moura Fernandes (OAB 10446/AM)
Renan Lourenço Barbará (OAB 7035/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Britto Gonçalves (OAB 144508/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Robério Rodrigues de Castro (OAB 348669SP)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Marques Bezerra (OAB 4535/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo de Oliveira Junqueira (OAB 7136/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Waughan de Lemos (OAB 3967/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Rosemar Gonçalves Feitosa (OAB 4453/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sérgio Isaías Soares Meira (OAB 60899/MG)
Sérgio Pereira Cavalheiro (OAB 180889/SP)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sérvulo Morais Oliveira (OAB 6320/AM)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Sidney Serudo de Mendonça (OAB 4891/AM)
Siqueira Castro Advogados (OAB 37/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Tayana Maria Jaña Pinto (OAB 4455/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Ulysses dos Santos Baía (OAB 160422/SP)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Wagner Silva de Oliveira (OAB 6116/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
wellyngton da Silva e Silva (OAB 422A/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
William Eustáquio de Carvalho (OAB 90390MG)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yan Ranzi Biazussi (OAB 14183/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: ANNA WALLÉRIA GUERRA ALVES (OAB 3133/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: JOAQUIM DONATO LOPES FILHO (OAB 1539/AM) - Processo 0202670-90.2010.8.04.0001 (001.10.202670-0) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Silvana da Silva Lima - REQUERIDO: Ramiro Pereira Ribeiro - Vistos, À contadoria para atualizar os cálculos de fl. 269. Após nova conclusão.

ADV: FERNANDO ARIOSTO SOUZA SILVA (OAB 253871/SP) - Processo 0203513-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Chubb do Brasil Companhia de Seguros - Do exposto, DEFIRO o Pedido de Protesto Judicial, declarando formalmente a ocorrência de interrupção da prescrição, referente ao direito de regresso da Autora Chubb do Brasil Companhia de Seguros em face da Requerida Transportes Bertolini Ltda, de forma que a prescrição recomeça a correr da presente Decisão. Por se tratar de Autos digitais, desnecessária a entrega dos Autos físicos à Autora, como prevê o art. 729 do CPC, bastando a impressão pela própria interessada. Intime-se. Após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0205975-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: ERILSON DOS SANTOS RIMIGIO - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Expeça-se novo RPV, retificando o valor. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: MEYRE ANNE MAGALHÃES NEVES (OAB 4242/AM), ADV: MARIA FERREIRA DE SOUZA (OAB 2346/AM) - Processo 0233767-11.2010.8.04.0001 (001.10.233767-6) - Procedimento Sumário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: José Airton Abreu de Almeida - REQUERIDO: Centro dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Manaus e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0237570-70.2008.8.04.0001 (001.08.237570-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Comercial Amazônia Ltda e outros - Aprecio a Petição de fls. 638/645. Segundo precedentes do STJ, a regra de impenhorabilidade prevista no art. 833, X do CPC deve ser interpretada extensivamente, não abrangendo apenas a caderneta de poupança, mas qualquer tipo de investimento. Os valores até 40 (quarenta) salários mínimos correspondem a uma reserva pessoal mínima, intangível, de forma que sua constrição pode afetar a própria subsistência do devedor. Diante disto, determino o imediato desbloqueio das contas do Excipiente. Dê-se ainda vista ao Exequente para se manifestar da Exceção de Pré-Executividade, em 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GIOBERTO DE MATOS JUNIOR (OAB 787/RR) - Processo 0245779-13.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: U G da Amazonia (Industria de Colchoes da Amazonia Ltda) - Indefiro pedido de fl. 37, pois a Carta Precatória já foi devolvida. Arquivem-se os Autos.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: DANIELLE RAMALHO RODRIGUES DE SOUSA GROSSO (OAB 3982/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ROICILDO PINGARILHO MARTINS (OAB 4136/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0256895-55.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0258646-19.2009.8.04.0001) (processo principal 0258646-19.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Ronaldo Francisco da Silva - EXECUTADO: Ub -Mc Incorporação e Construção Spe Ltda e outros - Reativem-se os Autos. Considerando que o Executado Marco Aurélio Bolognese, devidamente intimado para apresentar bens, não deu qualquer satisfação ao Juízo, condeno-o por ato atentatória à dignidade da justiça, fixando em seu desfavor multa de 10% sobre o valor da execução, a acrescer ao montante exequendo, nos termos do art. 774, parágrafo único do CPC. Determino a renovação do bloqueio via Bacenjud, que atualmente já se encontra sincronizado com CVM Expeçam-se ofícios à Capitania dos Portos e ANAC, para informar se há bens em nome de Marco Aurélio Bolognese, em caso afirmativo tornando-os indisponíveis. Ao menos por ora, indefiro o pedido de suspensão da CNH, por se tratar de medida excepcional e subsidiária. Intime-se ainda o Exequente para em 15 (quinze) dias trazer matrícula do imóvel mencionado, assim como memória de cálculo atualizada para fins de expedição de certidão de crédito e posterior negativação, já incluída a multa por ato atentatória à dignidade da justiça. No mesmo prazo deverá ainda o Exequente recolher as custas devidas, relativas a todas as diligências determinadas (expedição de dois ofícios e realização de bloqueio no Bacenjud), nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM) - Processo 0261985-83.2009.8.04.0001 (001.09.261985-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Requinte Comércio de Alimentos Ltda. - REQUERIDO: W. B. de Assunção Neto - Proceda-se à consulta da declaração de bens dos Executados, via Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 131436/RJ), ADV: ANTONIO FABIO BARROS DE MENDONCA (OAB 002.275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: SÂMARA DA SILVA NÓBREGA (OAB 5808/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DJAMAI MOSCARIELLO FURNARI (OAB 4375/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DIEGO ANDRÉ FEITOSA (OAB 7104/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO DE OLIVEIRA NETO (OAB 6106) - Processo 0318498-42.2007.8.04.0001 (001.07.318498-6) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Francisco Evandro Frota Fontenely - REQUERIDA: E. M. Telecomunicações e Importações Ltda - TNL PSC S/A - À contadoria para apurar o valor do débito,sendo: -valor do débito: R$ 46.695,29 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais, e vinte e nove centavos); -correção monetária a partir de 19.03.2013; -juros de 1% am a partir de 27.05.2008; -termo final dos juros e correção monetária: 20.06.2016. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0600366-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Edielson dos Santos Printes - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na ação ajuizada por Edielson dos Santos Printes em desfavor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A, condenando o Requerido ao pagamento de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), com juros de 1% am da citação e correção pelo INPC desde o ajuizamento. Diante da sucumbência mínima condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais aos cofres do TJAM e honorários advocatícios que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0600827-83.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria do P S Batalha Marinho - Expeça-se novo Mandado de Citação para a Requerida Nelcy Leandro de Souza Almeida. Deverá o Oficial de Justiça diligenciar junto aos demais moradores e vizinhos se a Requerida de fato reside no endereço, e, se for o caso, realizar a citação por hora certa. Referida determinação deverá constar expressamente do Mandado. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: ITAMAR DE SOUSA SILVA (OAB 242796/SP), ADV: CLEOMAR GUEDES LOUREIRO (OAB 8275/AM), ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0601145-61.2017.8.04.0001 - Petição - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carolina de Cásia Guedes Loureiro Maciel e outro - REQUERIDO: J. L. N. Modulados Ltda. - Eppj. - SCA-indústria de Moveis Ltda - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes na presente Ação de Rescisão Contratual com Pedido de Devolução de Valores c/c Indenização por Danos Morais proposta por Fabrício da Silva Maciel e Carolina de Cásia Guedes Loureiro Maciel em face de J.L.N. Modulados Ltda. e SCA - Indústria de Móveis Ltda., para (I) rescindir o contrato firmado e (II) condenar solidariamente as Requeridas à devolução do valor de R$ 70.000,00 (setenta

mil reais) aos Autores, com correção monetária do ajuizamento e juros de 1% am da citação (07/03/2017); e ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais, com correção monetária a partir da data desta Sentença e juros de mora de 1% am a partir data da citação (07/03/2017). Condeno ainda as Requeridas ao pagamento das custas processuais aos cofres do TJ/AM e honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0602626-88.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Isto posto, com amparo dos dispositivos citados e argumentação expendida, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Busca e Apreensão proposta por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A em face de Fabio Chaves dos Santos, consolidando a posse plena e definitiva do bem sub-judice, confirmando a liminar deferida e efetivada. Condeno ainda o Requerido, ao ônus da sucumbência, com pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85 do CPC. Quanto ao pedido de fls. 42/44, não houve qualquer bloqueio do veículo nos presentes Autos. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0604626-32.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se a parte Autora, via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM) - Processo 0604930-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Maria do Perpetuo do Socorro Neves Lasmar - Vistos, Defiro o pedido de Gratuidade de Justiça. Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, observando-se a Gratuidade de Justiça deferida. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, observando-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: MICHEL FARAH SADALA SENA (OAB 9438/AM) - Processo 0606044-68.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Clidenor Batista Spindola Junior e outro - Indefiro, por ora, o pedido de citação por Edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar a Parte Requerida. Diante disto, determino sejam realizadas consultas de endereços nos sistemas judiciais pendentes (Bacenjud, Renajud e Infojud). Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0606798-73.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Expeça-se carta de citação (custas pagas). Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM) - Processo 0607133-63.2017.8.04.0001 - Petição - Quitação - REQUERENTE: Amal Farid Mehri e outro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Revogo o deferimento da prova pericial, declarando ainda a pena de preclusão em produzi-la, conforme fora advertido pela Decisão de fls. 166/167. Assim, aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0607316-68.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o terceiro interessado (Banco do Brasil S/A) para recolher as custas de desbloqueio do Renajud. Comprovado o pagamento proceda-se ao desbloqueio, como já deferido à fl. 131, e então arquivem-se os Autos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 464/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: RAFAEL FERNANDO MELO DA COSTA (OAB 5837/AM), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 464A/AM), ADV: DANIEL BRAJAL VEIGA (OAB 258449/SP) - Processo 0607965-33.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0623510-46.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Alternative Assets I - EXECUTADA: Carmen Enid Mendonça de Lucena - Michael Cleiton Albano de Carvalho e outro - Intime-se o Exequente

para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as matrículas dos imóveis cuja cessão de direitos se quer penhorar. Determino ainda que seja renovada a tentativa de bloqueio via Bacenjud, devendo as custas de sua realização serem previamente recolhidas pela Exequente, no mesmo prazo.

ADV: LENA CLAUDIA DE NAZARE BRASIL (OAB 175519/MG), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0608109-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: William Costa da Silva - Ante o exposto, seja pela ausência de constituição em mora do Réu, seja pela aplicação da Teoria do Adimplemento Substancial, revogo a liminar e defiro o depósito das parcelas vencidas. Após o depósito, expeça-se o Mandado de Restituição do veículo, COM URGÊNCIA, via Plantão da Central de Mandados. Defiro o benefício da justiça gratuita ao Réu.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609309-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0609325-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fátima de Souza Maciel - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Analisarei o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0609459-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Celso de Souza Oliveira - Defiro o pedido de Gratuidade de Justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, observando-se a Gratuidade de Justiça deferida. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM) - Processo 0609525-05.2019.8.04.0001 - Petição - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Dina Martins Linhares - Vistos, Trata-se de Alvará Judicial visando o levantamento de valores depositados em conta bancária de pessoa falecida. Competência da Vara de Família, nos termos do art. 154 da Lei Complementar Estadual n° 17/1997. Isto posto, determino a regular distribuição da ação para uma das Vara de Família da Capital.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609559-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Trata-se de Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária proposta por BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em desfavor de LUIS JONES COELHO DE OLIVEIRA, atribuindo à causa a importância de R$ 8.237,28 (oito mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte oito centavos). No entanto, o valor da causa aplicável na ação de busca e apreensão deve corresponder ao saldo devedor em aberto, incluindo as prestações vencidas e não pagas e, as vincendas, conforme depreende-se do julgado a seguir: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. VALOR DA CAUSA. ART. 259, V, DO CPC. EQUIVALÊNCIA AO SALDO DEVEDOR EM ABERTO. I. Na esteira dos precedentes desta Corte, o valor da causa na ação de busca e apreensão do bem financiado com garantia de alienação fiduciária corresponde ao saldo devedor em aberto. II. Recurso conhecido e parcialmente provido. (STJ - 4ª Turma, REsp780054/RS, proc. N.2005/0149469-1, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, J.14/11/2006, DJ 12/02/2007 p.264) Diante do exposto, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, altero, de ofício, o valor atribuído à causa para o fixar no quantum de R$ 25.234,51 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos), correspondente do saldo devedor em aberto. Remetam-se os autos à Contadoria para o cálculo das custas processuais complementares. A seguir, intime-se o Autor para o recolhimento, em 15 dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0609699-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mário Marques Pequeno - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Dispenso a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se o Requerido, por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: JULIANA LIMA BENOLIEL FERREIRA (OAB 11372/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0611290-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Driely Ipuchima do Amor Divino - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, considerando a verossimilhança das alegações autorais, bem como a estrutura da Requerida e o fato de possuir todos os meios para comprovar a regularidade da contratação. Defiro o pedido de prova pericial, a ser arcada pela Requerida, considerando a inversão do ônus da prova. Nomeio como perito do Juízo o médico dr. Osmar Júnior Brasil de Farias, CRM 633/AM, que, a pedido deste Juízo já antecipou o aceite do encargo e apresentou proposta de honorários à fl. 512. Intimem-se as Partes se manifestar da proposta de honorários, no prazo de 5 (cinco) dias, e também para apresentar quesitos e, querendo, indicar assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611329-47.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro pedido de fls. 134/135. Expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação do imóvel indicado. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0611586-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: NATALIA KATO (OAB 392686/SP), ADV: MARCOS EDUARDO ABREU COSTA FERREIRA (OAB 6698/AM) - Processo 0614156-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Simone Maria Queiroz Teixeira - REQUERIDO: Hospital Bandeirantes e outros - Defiro a perícia médica pedida pelas Requeridas, que custearão solidariamente a produção da prova. Nomeio como perito do Juízo o médico dr. Osmar Júnior Brasil de Farias, CRM 633/AM, que, a pedido deste Juízo já antecipou o aceite do encargo e apresentou proposta de honorários à fl. 465. Intimem-se as Partes se manifestar da proposta de honorários, no prazo de 5 (cinco) dias, e também para apresentar quesitos e, querendo, indicar assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0615066-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: HDI SEGUROS SEGUROS SA - REQUERIDO: MD COSTA DE OLIVEIRA ME e outro - As provas presentes nos autos são suficientes para propiciar a análise meritória da lide. Ademais, as Partes já tiveram oportunidade para pedir provas suplementares e não o fizeram, conforme Despacho de fl. 82. Diante disto, aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: REGINA CECÍLIA DE SENA COSTA (OAB 5090/AM), ADV: SUSI JANAÍNA DE ALMEIDA LEITE (OAB 10420/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: ROGERIO DAMASCENO LEAL (OAB 156779/SP), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0616714-68.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0623776-62.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: A B M Frutas Comercio Importacao Exportacao Ltda - EXECUTADO: José Cildenei Gomes Costa - Suspendam-se os presentes Autos, considerando a Decisão proferida nos Embargos em apenso. Cumpra-se.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA) - Processo 0617431-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Francisco dos Santos Rocha - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefício S/A - Expeça-se Alvará do valor incontroverso. Intime-se a Impugnante para recolher as custas da Impugnação, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não conhecimento desta.

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM), ADV: JEAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS (OAB 9872/AM), ADV: ANDERSON LUIZ DE ALMEIDA (OAB 4689/AM) - Processo 0618060-59.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: EMIL GERALDO DA SILVA E SILVA e outro - REQUERIDO: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0618874-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cinthya Cristina Holanda dos Santos - Analisando a Petição de fls. 103/107, verifico que há indícios contundes de sucessão empresarial de fato. Neste caso, é imprescindível o manejo do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, previsto no art. 133/137, a fim de que a sucessora seja atingida

por qualquer ato executivo. Menciono que referido incidente não se amplica somente a desconsideração da empresa em relação aos sócios e vice-versa, mas tem acepção bastante ampla, como no caso de sucessão de fato e outros casos de fraude em que a personalidade jurídica é utilizada indevidamente de escudo para ludibriar credores. Isto posto, recebo a Petição de fls. 103/107 como Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Antes de determinar qualquer medida constritiva em face da empresa mencionada, determino que anteriormente seja citada para responder ao Incidente, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 135 do CPC, via Oficial de Justiça.. Deixo, outrossim, de determinar a autuação do Incidente em apartado, considerando que não há qualquer prejuízo para ser processado nos próprios Autos, até por que o feito principal fica suspenso. Intime-se previamente a Exequente para recolher as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0619199-75.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Ronaldo Tsunematsu Hatta - REQUERIDO: Pdg Reality S.a Empreendimentos e Participações e outros - Assim, considerando que o presente feito não está abrangido pela Recuperação Judicial, proceda-se ao bloqueio via Bacenjud de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), como já determinado à fl. 344. À título de extrema tolerância, intime-se a Requerida para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer, em 10 (dez) dias, sob pena de aplicação da nova multa determinada à fl. 329, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Friso, que, a rigor, referida multa já deveria incidir, pois a Requerida já foi previamente advertida, mas, deixo de fazê-lo, ao menos por ora, em atenção ao estado recuperacional da Requerida, concedendo-lhe ainda nova oportunidade para cumprimento da obrigação de fazer. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0620026-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Sílvio José Cintra Maia - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud, com os acréscimos do art. 523, §1º do CPC. Intime-se ainda o Requerido, via Oficial de Justiça, para cumprir a obrigação de fazer, consistente na transferência do imóvel objeto da lide, conforme determinado na Sentença de fls. 101/103, sob pena pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CARLOS ALBERTO DE CARVALHO (OAB 109094/SP) - Processo 0621563-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Industria de Embalagens Plasticas da Amazonia Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0622669-85.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Desentranhe-se o Mandado de fl. 205, a fim de que o Oficial de Justiça proceda à citação da Requerida, independentemente de encontrar ou não o veículo. Intime-se o Oficial de Justiça via Central de Mandados para retirar novas cópias do Mandado na Secretaria. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624199-61.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da consulta ao Sistema Renajud às fls. 158, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0624825-75.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0627002-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Manuel Braga de Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627458-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Proceda-se à nova consulta de endereços via Bacenjud. Custas já recolhidas.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: KAREN KAROLINY FERREIRA SANTOS (OAB 10893/AM), ADV: CARMEN KARINE STEIMBACH (OAB 8524/AM), ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0627997-93.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condominio Bem Viver Total Ville Vida Nova - EXECUTADO: MANÁ SERVICE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - EPP - Compulsando os Autos mais detidamente, verifico que a Autora é beneficiária da Gratuidade de Justiça, restando suspensa a exigibilidade das verbas sucumbenciais, conforme expressa determinação na Sentença de fls. 170/173. Diante disto, é indevido o processamento do presente Cumprimento de Sentença, de forma que chamo à ordem o processo, tornando sem efeito as disposições de fl. 181 e determinando o arquivamento dos Autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0631386-86.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Intime-se a parte Autora, via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: LOURENÇO DUQUE ESTRADA DE BARROS (OAB 163110/RJ), ADV: MARIA ELIANA DA SILVA HOROHIAQUE (OAB 9095/AM), ADV: LUIS ROBERTO SIGAUD CORDEIRO GUERRA (OAB 154047/RJ), ADV: LOURENÇO DUQUE ESTRADA DE BARROS (OAB 163110/RJ) - Processo 0631796-42.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: P R B Pessoa Telecom Telecomunicaoes e Comercio Epp - EXECUTADO: Goekinetics International, Inc (Sr Sergio Alexander de Almeida Maron Representante No Brasil) e outros - REQUERIDO: Rosneft Brasil E&p Ltda. - Defiro pedidos de fls. 605/609, concedendo a Gratuidade de Justiça à Exequente, e determinando a expedição de Carta Rogatória para seja seu crédito habilitado no processo falimentar que corre nos Estados Unidos, conforme informações trazidas na própria Petição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSANGELA DE CASTRO CARVALHO (OAB 104920/SP) - Processo 0631904-08.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Tradição Administradora de Consorcio Ltda - Intime-se a parte Autora, via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0633597-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0634234-41.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Francisca Michelle Aires de Oliveira - Isto posto, com amparo dos dispositivos citados e argumentação expendida, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Busca e Apreensão proposta por Banco Bradesco S/A em face de Francisca Michelle Aires de Oliveira, consolidando a posse plena e definitiva do bem sub-judice, confirmando a liminar deferida e efetivada. Condeno ainda o Requerido, ao ônus da sucumbência, com pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85 do CPC, restando suspensa a exigibilidade em razão da Gratuidade de Justiça que ora defiro. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0635216-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Arison Andrade Oliveira e outro - Dê-se vista ao Ministério Público, considerando a presença de incapaz no pólo ativo.

ADV: GIOVANNI TAVARES RODRIGUES (OAB 9473/AM), ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0636354-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Antonio J. Souza Veiga Jr. e outro - REQUERIDA: Rita de Cássia Dias Tavares - Reitere-se o Ofício de fl. 131. Cumpra-se.

ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169AC), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: TATIANNE DE ALCÂNTARA AZULAY MELLO (OAB 11998/AM), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0636481-29.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Fabiana Menezes da Silva Nascimento e outro - CONSIGNADO: Patri Vinte e Oito Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0637528-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suziane Marinho de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para CONDENAR o Réu ao pagamento de danos morais à Autora no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a ser corrigido do arbitramento e com juros da citação. Sucumbente, condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação. P.I. Cumpra-se.

ADV: TAINARA FERNANDA TALHAIRE (OAB 376275/SP), ADV: JOSÉ EDUARDO TREVIZAN (OAB 233347/SP), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0637891-88.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Gold Steel Comércio de Aço Ltda - Dê-se contra-vista ao Requerido da Petição de fls. 119/122, em 5 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0638152-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Renato do Nascimento Sobreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos do artigo 487, I, CPC, condenando o Autor ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, fazendo constar a ressalva do §3º do artigo 98 do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.I.Cumpra-se.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: ENALDO ALMEIDA CORREA (OAB 7696/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0638876-62.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANTÔNIO CORDEIRO DE SOUZA NETO - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Para a resolução deste feito se mostra necessária a realização de cálculos pela própria contadoria do Juízo. Assim, a fim de facilitar os trabalhos da contadoria, intime-se o Autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha contendo exclusivamente os valores e datas dos descontos indevidos realizados.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0640000-75.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Nubia Regina Nascimento - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0640372-92.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: César Augusto de Lima - REQUERIDO: Mapfre Vida S/A - Considerando a ausência de manifestação do Perito nomeado, destituo-o de seu encargos. Nomeio como perito do Juízo o médico dr. Osmar Júnior Brasil de Farias, CRM 633/AM, devendo ser intimado para informar se aceita o encargo e apresentar proposta de honorários, em 5 (cinco) dias. Intimem-se as partes para apresentar quesitos e, querendo, indicar assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0640492-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: MARIO JOSE OLIVEIRA RICART e outro - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 7312/AL), ADV: MARIA EDNA ARAÚJO MATEUS (OAB 3461/AM) - Processo 0641148-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - REQUERIDA: Maria Edna Araújo Mateus - Do exposto, DECLINO da competência em favor da 13ª Vara Cível. Intimem-se e após remetam-se os Autos. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: RICARDO DE ABREU BIANCHI (OAB 345150/SP), ADV: CÁSSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO (OAB 255615/SP), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0641194-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Juliana Noronha Calacina - REQUERIDO: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0643914-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Walter dos Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Intime-se o Autor sobre o contrato e documentos acostados pelo Réu às fls. 184/197. Prazo de 15 dias.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0646299-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Mayara Costa da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na ação ajuizada por Mayara Costa da Silva em desfavor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A, condenando o Requerido ao pagamento deR$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), com juros de 1% am da citação e correção pelo INPC desde o ajuizamento. Diante da sucumbência mínima da Ré, condeno a Autora ao pagamento das custas processuais aos cofres do TJAM e honorários advocatícios que arbitro em 10% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ficando suspensa a exigibilidade em razão da Gratuidade de Justiça.. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0646880-83.2018.8.04.0001 - Petição - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria dos Remedios Lopes de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por MARIA DOS REMÉDIOS LOPES DE SOUZA em face de BANCO BMG S.A. resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, para o fim de: A) DETERMINAR, de forma excepcional, a conversão do empréstimo via cartão de crédito consignado (RMC) para empréstimo consignado convencional, autorizando-se a cobrança de juros à taxa, conforme divulgado no site do BACEN, à época da contratação, 18.11.2014, de 2,18% ao mês, de forma simples e não capitalizada, sendo os valores já pagos a título de RMC utilizados para amortizar o saldo devedor, com base no valor liberado, desprezando-se o saldo devedor atual. Eventual valor pago a maior deve ser devolvido, na forma simples à Autora; B) DETERMINAR o cancelamento do cartão de crédito; C) CONDENAR o Réu ao pagamento de indenização por danos morais que fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), que deverá ser devidamente corrigido monetariamente desde a data da fixação e com juros de mora de 1% ao mês também desde a data desta sentença. Defiro, neste momento, em razão do acima exposto, a tutela solicitada, a fim de determinar a suspensão dos descontos efetuados junto ao salário da parte Autora, sob a rubrica BMG CARTÃO CÓDIGO 5887, na matrícula 081.394-0A. Expeça-se, pois, de imediato, com urgência, o competente ofício ao órgão pagador. Condeno a parte Ré a pagar as custas e os honorários advocatícios, em favor do patrono da parte Autora, que ora fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, art. 85 do CPC. P.I. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0647230-71.2018.8.04.0001 - Petição - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rejane Costa da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos do artigo 487, I, CPC, condenando a Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, fazendo constar a ressalva do §3º do artigo 98 do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.I.Cumpra-se.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0648721-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jose Lopes Alves - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos contidos na presente Ação de Revisão de Contrato proposta por Jose Lopes Alves , em face de B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento, e faço nos termos do artigo 487, I do CPC. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.000,00, suspendendo a exigibilidade do pagamento por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, arquive-se os presentes autos, observadas as cautelas devidas. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0652019-16.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: A.C.F.I. - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, devendo informar, inclusive, se há interesse na conversão em ação executiva, considerando o informado à fl. 47

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0655964-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 131436/RJ)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Anderson Luiz de Almeida (OAB 4689/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrews Martins Siqueira (OAB 11954/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anna Walléria Guerra Alves (OAB 3133/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Fabio Barros de Mendonca (OAB 002.275/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
carlos alberto de carvalho (OAB 109094/SP)
Carmen Karine Steimbach (OAB 8524/AM)
Cássio Augusto Torres de Camargo (OAB 255615/SP)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cleomar Guedes Loureiro (OAB 8275/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
DANIEL BRAJAL VEIGA (OAB 258449/SP)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Ramalho Rodrigues de Sousa Grosso (OAB 3982/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego André Feitosa (OAB 7104/AM)
Djamai Moscariello Furnari (OAB 4375/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)

Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Enaldo Almeida Correa (OAB 7696/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Ariosto Souza Silva (OAB 253871/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Gioberto de Matos Junior (OAB 787/RR)
Giovanni Tavares Rodrigues (OAB 9473/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ismael de Melo Silva (OAB 4921/AM)
Itamar de Sousa Silva (OAB 242796/SP)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jean Carlos padilha dos santos (OAB 9872/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Joaquim Donato Lopes Filho (OAB 1539/AM)
José Alberto de Oliveira Neto (OAB 6106)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Eduardo Trevizan (OAB 233347/SP)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Juliana Lima Benoliel Ferreira (OAB 11372/AM)
Karen Karoliny Ferreira Santos (OAB 10893/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Lena Claudia de Nazare Brasil (OAB 175519/MG)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lourenço Duque Estrada de Barros (OAB 163110/RJ)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luis Roberto Sigaud Cordeiro Guerra (OAB 154047/RJ)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcos Eduardo Abreu Costa Ferreira (OAB 6698/AM)
Maria Edna Araújo Mateus (OAB 3461/AM)
Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB 9095/AM)
Maria Ferreira de Souza (OAB 2346/AM)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Meyre Anne Magalhães Neves (OAB 4242/AM)
Michel Farah Sadala Sena (OAB 9438/AM)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natalia Kato (OAB 392686/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 464/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 464A/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Rafael Fernando Melo da Costa (OAB 5837/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169AC)
Regina Cecília de Sena Costa (OAB 5090/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo de Abreu Bianchi (OAB 345150/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rogerio Damasceno Leal (OAB 156779/SP)
Roicildo Pingarilho Martins (OAB 4136/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosangela de Castro Carvalho (OAB 104920/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sâmara da Silva Nóbrega (OAB 5808/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Susi Janaína de Almeida Leite (OAB 10420/AM)
Tainara Fernanda Talhaire (OAB 376275/SP)
Tatianne de Alcântara Azulay Mello (OAB 11998/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB 7312/AL)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: OLIVAR DURÃES FILHO (OAB 2273/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM) - Processo 0006050-81.2005.8.04.0001 (001.05.006050-4) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Francisca Alves Gomes - REQUERIDO: Empresa de Jornais Calderado Ltda. - Jornal Àcritica - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença da Ação de Indenização por Danos Morais proposta por Maria Francisca Alves Gomes em face de Empresa de Jornais Calderado Ltda. - Jornal Àcritica, ambos devidamente qualificados.. Intime-se o Requerido,

pelo seu respectivo patrono, para efetuar o pagamento do débito ou indicar bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0236834-52.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0223116-85.2008.8.04.0001) (001.08.236834-2) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Matheus de Oliveira Sena - Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito e: a) JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por dano material para condenar a parte Requerida Cooperativa Médica de Clínica e Pediatria do Estadod o Amazonas a pagar à parte Requerente Matheus de Oliveira Sena o valor de R$ 11.629,72 (onze mil, seiscentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos), incidindo-se correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, pelos parâmetros usados pela Tabela de Cálculos do E. Tribunal de Justiça do Amazonas; b) JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais; e, c) JULGO PROCEDENTE o pedido da Ação Cautelar de Exibição de Documentos, autos n. 0223116-85.2008.8.04.0001 e, por conseguinte, confirmo os efeitos da tutela deferida através do Despacho de fls.50, tornando-a definitiva. Pela sucumbência da Requerida em ambos os processos, condeno-a no pagamento das custas, despesas processuais e, ainda, a) Em relação ao processo n. 0236834-52.2008.8.04.0001, em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil; e, b) Em relação ao processo n. 0223116-85.2008.8.04.0001, em honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), com fulcro no art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, buscando-se aqui bem remunerar os serviços jurídicos prestados pelos patronos da Requerente. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Traslade-se cópia desta para os autos de n. 0223116-85.2008.8.04.0001, com a devida movimentação para que não fique indevidamente constando nas metas do CNJ. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: RENATA LOPEZ ALANIS (OAB 8706/AM), ADV: MARIA FELÍCIA DE NAZARÉ CARDOSO PAULAIN (OAB 3939/AM), ADV: GALDINO GIRÃO DE ALENCAR (OAB 528/AM) - Processo 0600221-21.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Maria Felícia de Nazaré Cardoso Paulain - REQUERIDA: Maria Rosana Telheria da Silva - Vistos. Trata-se de Ação Despejo Por Falta de Pagamento C/C Cobrança, proposta por Maria Felícia de Nazaré Cardoso Paulain, por meio de seu patrono(a), em face de Maria Rosana Telheria da Silva, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Verifica-se dos autos a desnecessidade de produção de novas provas, uma vez que o processo está devidamente instruído. Desta feita, anuncio o julgamento antecipado do mérito, com fulcro no art. 355, I, CPC. Após a fluência in albis do prazo recursal, voltem-me os autos conclusos para Sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0601302-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Patricia Luzia da Silva Nascimento - Vistos. Trata-se de Ação de Nulidade Contratual cumulada com Inexistência de Débito com Reparação por Danos Morais e Materiais, proposta por Patricia Luzia da Silva Nascimento, por meio de seu patrono(a), em face de Banco Industrial do Brasil S/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial, pleiteando, em caráter liminar, tutela provisória de urgência, com o propósito de que se abstenha de efetuar descontos em sua folha de pagamento, intitulado BIB CARTÃO DE CRÉDITO/BIB CARTÃO 10, sob alegação de não ter celebrado negócio jurídico com referida instituição na forma como está sendo cobrada, pois, muito embora tenha realizado contrato de empréstimo consignado, vem sendo descontado em seu contracheque valor que corresponde ao mínimo da fatura de um cartão de crédito, o qual nunca foi utilizado pela parte Requerente. Necessária se faz a análise dos pressupostos indispensáveis ao deferimento da tutela provisória de urgência, nos termos do artigo 300, caput e parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, a citar, a existência da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e a inexistência do perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Após detida análise do presente caderno digital processual, vislumbro estarem presentes os requisitos acima expostos para o deferimento da tutela de urgência. Têm se mostrado recorrentes as demandas face à respectiva instituição financeira, em que o consumidor, geralmente servidor público, aposentado ou pensionista, é abordado com a falsa ideia de estar contratando empréstimo consignado, quando, na verdade, está contratando cartão de crédito na modalidade consignada, através do qual, em sua folha de pagamento, se abate apenas o pagamento mínimo estabelecido na fatura do cartão, acrescido de juros e demais encargos típicos desse tipo de operação, de modo que a dívida principal se torna impagável e, sendo que, em muitos casos, o consumidor nem mesmo recebe o cartão de crédito ou a cópia do contrato entabulado. A Requerente demonstra os fatos narrados por meio da documentação acostada à peça vestibular, proporcionando o convencimento deste Magistrado quanto à probabilidade do direito, tendo em vista a presença de seus contracheques, que comprovam realização de descontos na forma acima mencionada. Cumpre, ainda, ressaltar que há discussão judicial acerca da existência do débito e do negócio jurídico que lhe deu origem, negando a Autora a sua existência na forma como tal, não se mostra razoável a manutenção dos descontos em sua folha de pagamento, até o julgamento final da lide, posto que, pela natureza da prova, de caráter negativo para a Autora, somente ao Réu poderia ser exigida a demonstração da natureza do negócio jurídico. Latente o perigo de dano se não concedida a medida neste momento, tendo em vista que os descontos efetuados comprometem a renda da Autora. Ademais, sujeitá-la a aguardar o término do processo configura uma atitude desnecessária e tremendamente onerosa. Por fim, resta praticamente inexistente o perigo de irreversibilidade, na medida em que o Requerido não experimentará prejuízo significativo à sua existência ou à continuidade de suas atividades, vez que, em princípio, deu causa à presente demanda. E, caso fique provada, posteriormente, em sede de defesa ou durante a fase instrutória, a existência da relação jurídica entre as partes quanto ao contrato de cartão de credito, e ainda que haja ao final do processo improcedência do pedido, a tutela de urgência poderá ser revogada e permanecerá o direito do credor de efetuar os referidos descontos. Destarte, presentes os requisitos necessários, tenho como inafastável o deferimento do pedido, ante à força dos argumentos da Requerente. Pelo exposto, com arrimo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de tutela provisória de urgência, de modo que seja intimada pessoalmente a parte Requerida Banco Industrial do Brasil S/A, a fim de que tome as providências necessárias para suspender os descontos realizados na folha de pagamento da Requerente Patricia Luzia da Silva Nascimento, intitulados BIB CARTÃO DE CRÉDITO/BIB CARTÃO 10. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência desta, sob pena de aplicação de multa de R$5.000,00 (cinco mil reais), para cada desconto que venha a ser realizado, em descumprimento a esta decisão, à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil. Defiro ainda o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade dos beneficiários pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a

situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação da audiência de conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0605588-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edson Jose Aguiar de Carvalho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível,q designada para o dia 11/04/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência nº XX do Cartório da 3ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 5, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM. OU

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606951-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Carlos Francisco Mamud de Almeida - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 25/04/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: DÉBORA NASCIMENTO GIFFONI (OAB 12604/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: HILCIA REGINA LIMA DE AQUINO (OAB 5648/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0613369-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - REQUERENTE: BENKOOS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e outro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Tratam-se de manifestações das partes Executada e Exequente, juntadas às folhas 253/256 e 258, respectivamente. Consta às folhas 253/256, juntada do petitório da Empresa Executada, protocolizado em 18/01/2019, onde informa que foram tornados indisponíveis ativos financeiros em seu nome, através do sistema BACENJUD, sem que fosse realizada sua intimação para pagamento espontâneo do valor da condenação. Requereu o chamamento do feito à ordem para que fosse determinada sua intimação para cumprimento voluntário da Sentença e, ainda, imediato desbloqueio do valor de R$ 8.636,33 (oito mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos). Espontaneamente, a Exequente juntou petitório às folhas 258, onde informa que a Sentença transitou em julgado e tendo em vista que a Empresa Requerida peticionou em 18/01/2019, deve ser considerada a referida data como início de prazo para pagamento ou defesa, sob pena de multa no percentual de dez por cento, uma vez que a Executada veio nos autos, o que caracteriza pleno conhecimento de sua obrigação. Requereu, ainda, se comprovado o pagamento nos autos, seja realizado o desbloqueio ou que se manifeste quanto a liberação do valor bloqueado. Vieram-me os autos. Decido. A Empresa Executada foi condenada no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) do valor do débito declarado inexistente, ou seja, R$ 5.477,91 (cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos), mais as custas a serem apuradas pelo Setor competente. As partes foram devidamente intimadas da Sentença, por seus respectivos Patronos, através do Diário da Justiça Eletrônico disponibilizado em 22/10/2018, tendo transitada em julgado, sem manifestação das partes (certidão de folhas 248). Assiste razão a Empresa Executada quando aduz que não houve Despacho determinado sua intimação para pagamento do valor da condenação, tampouco ordem de bloqueio de valores junto ao sistema BACENJUD. Porém não se pode afastar a evidente ciência da Empresa Executada acerca do cumprimento da Sentença, por ocasião do protocolamento da manifestação juntada às folhas 253/256, que se deu no dia 18/01/2019 (sexta-feira). Desta feita, o início do prazo para pagamento voluntário da obrigação imposta na Sentença se deu em 21/01/2019, com término em 8/02/2019, passando a contar o prazo para apresentação da defesa do Devedor Executado. À Secretaria para certificar acerca do decurso de prazo para manifestação do Executado, após voltem-me conclusos para apreciação dos pedidos formulados pelas partes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0614231-65.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos parcialmente cumprido, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0616028-13.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIELA GULLO DE CASTRO MELLO (OAB 212923/SP) - Processo 0627842-85.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Starplast Industria e Comércio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0629094-26.2018.8.04.0001 - Petição - Liminar - REQUERENTE: Maria Izabel de Brito Lopes - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641734-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 5528/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643898-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emidio Gomes de Morais - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: VALERIA LEMOS NUNES VASCONCELOS (OAB 160239/SP) - Processo 0644849-90.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Pb Kids Brinquedos Ltda - Vistos. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0653405-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Adilson Penedo de Araujo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação cumulada com Indenização por Danos Morais e Materiais, prosposta por Adilson Penedo de Araujo, por meio de seu patrono, em face de Banco BMG S/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento de distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0655758-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisca Rozimar Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação cumulada com Indenização por Danos Morais e Materiais, proposta por Francisca Rozimar Pereira, por meio de seu patrono, em face de Banco BMG S/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento de distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL ALCÂNTARA NASTRI CERVEIRA (OAB 200121/SP), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0656639-71.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: P. M. Restaurante Eireli Epp (Loja Giraffas) - REQUERIDO: Condomínio Amazonas - Vistos. Defiro o pedido requerido em Audiência de Conciliação de fls. 151/152. Fiquem os autos sobrestados pelo prazo requerido. Decorrido o prazo, intime-se a parte Requerente para manifestar interesse no prosseguimento do feito e/ou para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Publique-se. Cumpra-se.

Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Daniel Alcântara Nastri Cerveira (OAB 200121/SP)
DANIELA GULLO DE CASTRO MELLO (OAB 212923/SP)
Débora Nascimento Giffoni (OAB 12604/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Galdino Girão de Alencar (OAB 528/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hilcia Regina Lima de Aquino (OAB 5648/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 5528/AM)
Maria Felícia de Nazaré Cardoso Paulain (OAB 3939/AM)
Olivar Durães Filho (OAB 2273/AM)
Renata Lopez Alanis (OAB 8706/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
VALERIA LEMOS NUNES VASCONCELOS (OAB 160239/SP)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: CYNTIA COSTA DE LIMA (OAB 7345/AM) - Processo 0208193-15.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Braga Veículos Ltda - GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA - EXECUTADA: Elizandra Garcia da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência necessária à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: JAIR DE SOUZA SANTOS (OAB 62074/RS), ADV: KLÉRYSTON L. SEGAT (OAB 62781/RS), ADV: MONALISA GADELHA CORDOVIL (OAB 7154/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: HELIANDRO DA MATTA QUEIROZ DE AQUINO (OAB 6674/AM) - Processo 0215188-44.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Tecnicon Serviços e Informática Ltda - EXECUTADA: M. DE S. HARB - Vistos, etc. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou no caso de réu revel (artigo 513, §2º do CPC), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do executado. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM) - Processo 0362823-05.2007.8.04.0001 (001.07.362823-0) - Cumprimento de sentença - Nulidade / Anulação - EXEQUENTE: Silmara Iesa Godinho Rodrigues - EXECUTADO: Claudio Alves Pinheiro - Jose Artur Pozzetti - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0600278-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: O.M. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0600433-42.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Rosa Magalhães de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0602334-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bp Comércio e Serviços de Edição de Livros Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INVERSÃO DO ONUS DA PROVA Em relação a inversão do ônus da prova, a regra processual é de que o autor produzir a prova dos elementos constitutivos de seu direito, havendo, a princípio a alegada verossimilhança de suas alegações, apesar de que as partes são capazes e os contratos hígidos após sua celebração, deve a requerida demonstrar o procedimento adotado para o pagamento do boleto bancário objeto da lide. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA A tutela Antecipada é uma exceção e, como tal, o juiz deve apreciar os elementos que o autorizem a quebrar o ordenamento ordinário do processo. Para que se adiante a outorga que se busca no processo de conhecimento, há necessidade da verificação dos pressupostos contidos no art. 300, que não se restringem somente a prova inequívoca que convença o julgador da verossimilhança da alegação, mas, também, os requisitos do "fumus boni júris" e do "periculum in mora", e ainda a caracterização do abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório

do réu. Em se tratando operações financeiras de pagamento de boletos e outra atividades bancárias, entendo que os documentos trazidos na inicial não são suficientes para conferir a plausibilidade ao argumento da parte autora. Os fatos são controvertidos e somente podem ser melhor analisados sob o contraditório Assim, no caso dos autos, entendo não estarem satisfeitos os requisitos necessários à concessão da tutela antecipada requerida, pelo menos nesta fase inicial do processo, motivo porque INDEFIRO o pedido liminar. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência de conciliação. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se

ADV: PRISCILA DENIZE DO NASCIMENTO CARNEIRO FERREIRA(OAB 11815/AM) - Processo 0603200-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Michel Frank Ferreira de Araújo - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do postulante, razão pela qual concedo o prazo de quinze dias para que traga aos autos cópias da sua Declaração de Imposto de Renda do último exercício fiscal e do seu comprovante atualizado de rendimentos, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da gratuidade judiciária.

ADV: JONATHAN ZAGO APPI (OAB 25675SC) - Processo 0606140-49.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Marcopolo S. A. - Cumpra-se a Carta Precatória, servindo a cópia como mandado ou expedindo-se o necessário. A fim de darmos prosseguimento ao feito, intimo a parte requerente para comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, ressalvados os casos de gratuidade da justiça concedidos no juízo deprecante: I - pagamento decustas iniciais de carta precatóriaajuizada neste foro deprecado, conforme Portaria nº 116/2017 - PTJ. II -custas das diligências do Oficial de Justiçade mandado de citação, penhora e avaliação, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. A Secretaria que cadastre no sistema SAJ, os patronos da parte interessada. Ademais, caso não haja ou não se consiga cadastrar os advogados da parte requerente, a Secretaria que oficie o foro deprecante, a fim de que, em igual prazo de 15 (quinze) dias, proceda à intimação dos patronos. Manifestando-se em tempo hábil, movam-se estes autos à fila de despacho inicial para seu devido prosseguimento. Decorrido o prazo acima, sem manifestação da parte autora, certifique-se o decurso de prazo e remetam-se estes autos ao foro deprecante com os devidos cumprimentos. Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao Juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias. Nesse caso, deverá a Secretaria, ainda, comunicar ao Juízo deprecante quanto a remessa. Determino também, desde já, a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não cumpriu o mandado. À Secretaria para as medidas de praxe. Após a devolução do mandado devidamente cumprido, retornem-se os autos ao Juízo deprecante, observadas as formalidades legais. Cumprida e devolvida, determino o arquivamento dos autos, com a consequente baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: GILVAN MELO SOUSA (OAB 16383/CE), ADV: ALEXANDRE CHICRE ALCANTARA (OAB 14063/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM), ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE) - Processo 0606354-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Neila Soraia Alves Leitao - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste sobre os documentos novos juntados em sede de Réplica de Pág.(s) (176/183) retro..., documentos às Pág.(s) (184/193), no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do Artigo 437 do CPC.

ADV: RENATO MULINARI (OAB 47342/RS) - Processo 0606392-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Souza Cruz S/A - Vistos, etc. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou no caso de réu revel (artigo 513, §2º do CPC), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do executado. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0606561-78.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Cleide Pereira dos Santos -

REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0606561-78.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Cleide Pereira dos Santos - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas iniciais/finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607396-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG) - Processo 0608065-22.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Defiro o pedido de fls. 152/153. Expeça-se o competente mandado de busca, apreensão e citação, a ser cumprido por Oficial de Justiça no endereço declinado pelo autor na petição susoaludida. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0608495-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0609055-76.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Gilson Viana Oliveira - Preenchidos os requisitos do art. 534 do CPC, recebo o pedido de cumprimento de sentença. Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar como incidente a estes próprios autos, nos termos do artigo 535, CPC. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0609281-76.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0616832-20.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - DECISÃO Recebo os embargos à execução para discussão, sem atribuição de efeito suspensivo, vez que não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória, bem como a execução não está garantida por penhora, depósito ou caução suficiente. Com efeito, além de não se poder vislumbrar, à primeira vista, a probabilidade do direito, não se verifica também o perigo de dano, além daquilo que é inerente a toda e qualquer excussão patrimonial. No mesmo sentido, não há como se ter por perfeitamente caracterizada a ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 311, do Código de Processo Civil, sendo o caso de se estabelecer o contraditório antes da apreciação das teses lançadas. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo. Anote-se a presente decisão nos autos da ação de execução. Diante das especificidades da causa, mormente a ausência da parte autora, uma vez que representada por Curador de Ausentes e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se e intime-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Cumpra-se. Intimem-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Rogério José da Costa Vieira Juiz de Direito

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0610907-09.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: ROSA MARIA TEOFILO DOS SANTOS - EXECUTADO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Tendo o devedor satisfeito a obrigação que desencadeou a atuação jurisdicional e a constituição do próprio título executivo, JULGO EXTINTO O PROCESSO na forma do art. 924, II do CPC. Determino a expedição de alvará para levantamento do valor

devido à autora, conforme pedido de fls. 193. Transitada esta em julgado, proceda-se a baixa atinente e posterior arquivamento dos autos, devendo o requerido pagar as custas, conforme estipulado em sentença de fls.107/112. P. R. I.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: PETER LÍNEKER DOS SANTOS LABORDA (OAB 10266/AM), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: ELLEN CRISTINA G. PIRES (OAB 131600/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0613887-89.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: RAPIDÃO COMETA LOGÍSTICA E TRANSPORTE S/A - EXECUTADO: DENNIS MAGALDI BARROSO - REQUERIDO: Newton Alexandre Rodrigues - Vistos, etc. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou no caso de réu revel (artigo 513, §2º do CPC), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do executado. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0613991-81.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: RUTH COLARES DOS SANTOS - Preenchidos os requisitos do art. 534 do CPC, recebo o pedido de cumprimento de sentença. Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar como incidente a estes próprios autos, nos termos do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante no acórdão, qual seja, a conversão do auxílio-doença acidentário em aposentadoria por invalidez, no mesmo prazo acima estipulado, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 por dia de atraso, primeiramente até o limite de 30 dias, sem prejuízo de nova avaliação após decorrido o prazo, conforme dispõe o art. 536, § 1° do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM) - Processo 0615530-19.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: VICTOR VINÍCIUS MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE - REQUERIDO: Dalvair B. de Souza & Cia Ltda. - STOK CASA - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo, assim, o mérito da contenda, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, arcará a parte autora com as custas e despesas processuais, além de honorários de advogado, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, devidamente atualizado, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, observando-se, contudo, o §3º, do art. 98, do mesmo Códex. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Rogério José da Costa Vieira Juiz de Direito

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0623758-46.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE) - Processo 0625316-24.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ilson Azevedo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0625458-91.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Busca e Apreensão - REQUERENTE: RINALDO DA SILVA VIEIRA - DENUNCIADO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Tendo em vista o lapso temporal decorrido desde a última manifestação da requerente a dar prosseguimento ao feito, restando obstada a angularização processual por sua inércia, bem como ante a petição de fl. 100/101, intime-se pessoalmente a parte autora, via mandado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se e requerer o que de direito, sob pena de extinção à inteligência do disposto no art. 485, III e IV do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM) - Processo 0625977-66.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Serviços Profissionais - REQUERENTE: ML COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da autora, no sentido de condenar o requerido ao pagamento de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título de indenização pelos danos morais decorrentes da abusividade do réu na cobrança de dívida indevida mediante restrição do crédito em cadastro de inadimplentes, ex vi do art. 14, do Código de Defesa

do Consumidor e Súmula 548 do STJ, montante a ser acrescido de juros a partir do evento danoso, qual seja da data da inclusão (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ) e correção monetária desde a data do arbitramento (Súmula 362 do STJ), razão pela qual EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, conforme art. 487, I, do CPC. Ademais, declaro a inexigibilidade da cobrança no valor inicial de R$ 4.588,40 (quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), referente à carteira de 01/06/2014, com vencimento em 08/08/2014, ao qual a autora deu quitação em 07/08/2014. Confirmo os termos da decisão que antecipou os efeitos da tutela, os quais por ora torno definitivos. Por fim, tendo a autora decaído de parte mínima do pedido, não sendo caso de sucumbência recíproca pela aplicação da Súmula 326 do STJ, bem ainda por força do princípio da causalidade, CONDENO o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios em favor da parte adversa, fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 86, parágrafo único, do CPC. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM) - Processo 0628944-84.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: JONATHAN ALVES GALDINO - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0631291-85.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Assim, dando prosseguimento ao feito, em face do recolhimento das custas do Oficial, defiro o pedido de fl. 116 para expedição de mandado de citação, penhora e avaliação em desfavor dos executados no endereço declinado na petição de fl. 90. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MARIA SANTOS DE CARVALHO (OAB 1028/AM), ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM) - Processo 0632472-63.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Fagner Lofrano - Ante o exposto, com fundamento no artigo 66 da Lei 4.728/65 e no Decreto-lei 911/69, JULGO PROCEDENTE a ação e CONSOLIDO em mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem indicado na petição inicial, cuja apreensão liminar torno definitiva. Sucumbente, o réu arcará com despesas e honorários advocatícios, fixados estes em dez por cento do valor da condenação (arts. 82, § 2º, e 85, §2º, do CPC), com a ressalva prevista no art. 98, §3º, do CPC, posto que beneficiário da assistência judiciária gratuita. Outrossim, JULGO IMPROCEDENTE a reconvenção. Sucumbente, o reconvinte arcará com as despesas (art. 82, §2º, do CPC) e os honorários advocatícios (art. 85, §2º), fixados estes, à falta de condenação e de proveito econômico, em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa da reconvenção, nos termos do art. 85, §2º, do CPC, com a ressalva prevista no art. 98, §3º, do CPC, posto que beneficiário da assistência judiciária gratuita. P.R.I. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Rogério José da Costa Vieira Juiz de Direito

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633812-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633991-68.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ FERRARINI DE OLIVEIRA PIMENTEL (OAB 185441/SP), ADV: SILVIA ZEIGLER (OAB 129611/SP), ADV: SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM), ADV: IVO LUNGUINHO BARBOSA (OAB 20348/CE), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0634287-61.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - EXEQUENTE: Amazon Aço Indústria e Comércio LTDA - EXECUTADO: IMPEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0637258-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ricardo Mota de Melo - REQUERIDO: Sony Brasil Ltda - Mir Importação e Exportação Ltda (Lojas Ramsons) - Quanto ao pedido de realização de perícia judicial realizado pela parte requerente, indefiro-o, visto que já existe laudo técnico realizado às fls.21/22, de modo que nova perícia judicial se mostra desnecessária ao meu convencimento. Outrossim, a realização de perícia judicial vai de encontro com os princípios da celeridade, razoável duração do processo e economia processual, prejudicando, inclusive, o próprio Requerente. Logo, da análise do processo entendo ser dispensável a instrução processual, vez que as provas já existentes neste apresentam-se suficientes para autorizar o julgamento antecipado da lide (art. 355, inciso I, CPC), aplicando-se, in casu, o princípio da economia processual e o da razoável duração do processo. A esse talante, intimem-se as partes e após, se não houver irresignação a esse entender, voltem-se conclusos os autos para julgamento. Cumpra-se.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0639843-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: VI Wagner - Me - Por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por Autocomposição, tendo em vista que não houve tentativa de conciliação por ausência das partes, vislumbro a possibilidade, ainda que remota, de conciliação entre as partes, razão pela qual determino o encaminhamento do presente processo ao CEJUSC, a fim de que se proceda a redesignação da audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação, nos termos do artigo 334, caput, do CPC. Defiro o pedido de fls 54/55, assim determino nova citação do réu no endereço Av. Laguna n° 11, Bairro Lírio do Vale, CEP 69038-010, Manaus/AM. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0640247-61.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Garganta Kofopoulos - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos, etc. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou no caso de réu revel (artigo 513, §2º do CPC), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do executado. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0644627-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Raimunda Nonata Alves da Silva - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (115/122).

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM), ADV: LUIS CARLOS DOS SANTOS RESENDE (OAB 12203/AM) - Processo 0646993-37.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Supermercado San Ruan Ltda - Epp - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que cumpra, no prazo de 15 (quinze) dias, o despacho de fls. 47, na parte cujo teor segue abaixo: "Portanto, INTIME-SE a parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo."

ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM) - Processo 0647881-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Janaína Santos de Lima e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que cumpra, no prazo de 15 (quinze) dias, a decisão interlocutória de fls. 72/73, na parte cujo teor segue abaixo: "[...] intime-se para fins de recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual."

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0649102-24.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Klinger Gama Feitosa - Diante do exposto, declino de minha competência para julgar a presente ação em favor do Juízo da 7ª Vara Cível, nos termos do Art. 55 e 59 todos do Código de Processo Civil. Remetam-se os autos via setor de distribuição processual para os devidos fins, observadas as cautelas de praxe. Intime-se e cumpra-se.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM) - Processo 0653008-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luziete Melo Cabral - Da gratuidade da justiça: Defiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita, em face aos documentos trazidos pela mesma de fls 29/35, nos termos do art. 98 do CPC. Da Tutela de Urgência: Para concessão desta liminar, faz-se necessário analisar a "probabilidade do direito", o "perigo na demora" ou o "risco ao resultado útil do processo", requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 300 do Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, verifico seu preenchimento com a juntada do documento de fls 21/22, onde podemos constatar a média de consumo da parte autora totalmente diversa do valor da cobrança objeto da lide. Acerca do perigo na demora, também vislumbro a sua existência, na medida em que o serviço de fornecimento de energia elétrica é bem essencial da coletividade, inerente ao bem estar social, à dignidade da pessoa humana, não podendo, em regra geral, ser interrompido quando verificado indícios de vício no fornecimento do serviço público. Diante do exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando a intimação da ré para que, no prazo de 48 horas, se abstenha de interromper o serviço de fornecimento de energia elétrica à parte autora. DETERMINO que a concessionária ré se limite a efetuar as cobranças vincendas, referentes à prestação do serviço de energia elétrica, apurando a média de consumo da parte autora no ano de 2018, uma vez que a parte autora protocolou administrativamente reclamação junto à concessionária em dezembro de 2016. DETERMINO ainda que a parte ré se abstenha de efetuar cobrança referentes às faturas vencidas e não pagas, bem como de inserir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes em relação às faturas ora contestadas, até o deslinde da presente demanda. Acaso a parte ré descumpra quaisquer das tutelas concedidas à parte autora, estará sujeita a aplicação de multa astreinte no valor de R$ 1.000,00 por dia de descumprimento, limitando o valor de R$ 15.000,00. Cite-se a Ré e intimem-se as partes autora/ré para comparecerem à audiência de conciliação preliminar a que alude o art. 334 do CPC, designada para o dia 07/05/2019, às 09h00min, a ser realizada no CEJUSC - Cível na sala 04. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado" (Art. 334, §8º, do CPC). Cite-se.Intimem-se. Cumpra-se com a urgência que se requer.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0658919-15.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0607693-73.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: S.b. Comércio Ltda - EMBARGADO: Mercantil Nova Era LTDA - DECISÃO Recebo os embargos à execução para discussão, sem atribuição de efeito suspensivo, vez que não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória, bem como a execução não está garantida por penhora, depósito ou caução suficiente. Com efeito,

além de não se poder vislumbrar, à primeira vista, a probabilidade do direito, não se verifica também o perigo de dano, além daquilo que é inerente a toda e qualquer excussão patrimonial. No mesmo sentido, não há como se ter por perfeitamente caracterizada a ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 311, do Código de Processo Civil, sendo o caso de se estabelecer o contraditório antes da apreciação das teses lançadas. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo. Por outro lado, conforme regulamenta a Portaria 490/2017 - PTJ, defiro o pedido de parcelamento de custas. Portanto, INTIME-SE a parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo. Em termos de prosseguimento, intime(m)-se o(s) embargado(s), na pessoa de seu(s) patrono(s), para, querendo, apresentar(em) impugnação, no prazo de 15 (QUINZE) dias. Após, com base no art 139, V do CPC, determino a realização de audiência de conciliação, tal como prevista na lei (art. 334 c/c art. 165, §2º e art. 920, II, todos do Código). Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Intimem-se as partes, na pessoa de seus advogados, para comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, no ato de intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §4º, inciso I e §5° todos do CPC/15). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC/15. Cumpra-se. Intimem-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Rogério José da Costa Vieira Juiz de Direito

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0659224-96.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0620105-31.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Direcional Engenharia S/A - DECISÃO Recebo os embargos à execução para discussão, sem atribuição de efeito suspensivo, vez que não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória, bem como a execução não está garantida por penhora, depósito ou caução suficiente. Com efeito, além de não se poder vislumbrar, à primeira vista, a probabilidade do direito, não se verifica também o perigo de dano, além daquilo que é inerente a toda e qualquer excussão patrimonial. No mesmo sentido, não há como se ter por perfeitamente caracterizada a ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 311, do Código de Processo Civil, sendo o caso de se estabelecer o contraditório antes da apreciação das teses lançadas. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo. Anote-se a presente decisão nos autos da ação de execução. Em termos de prosseguimento, intime(m)-se o(s) embargado(s), na pessoa de seu(s) patrono(s), para, querendo, apresentar(em) impugnação, no prazo de 15 (QUINZE) dias. Após, com base no art 139, V do CPC, determino a realização de audiência de conciliação, tal como prevista na lei (art. 334 c/c art. 165, §2º e art. 920, II, todos do Código). Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Intimem-se as partes, na pessoa de seus advogados, para comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, no ato de intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §4º, inciso I e §5° todos do CPC/15). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC/15. Cumpra-se. Intimem-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Rogério José da Costa Vieira Juiz de Direito

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0660168-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Edison Dias Fernandes - Dê-se vistas ao Ministério Público. Cumpra-se. À Secretaria para as medidas de praxe.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0660236-48.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0660309-20.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Pelo exposto, ante a falta do instrumento escrito particular celebrado entre as partes e gravado pela alienação fiduciária, necessário por lei à prova do gravame e consequente autorização para manejo de busca e apreensão no caso de mora fiduciária, EXTINGO A AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, pela ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso IV, CPC c/c art. 1º do Decreto-Lei nº 911/69. Custas pagas, deixo de condenar em honorários, uma vez insatisfeitas as condições previstas em lei para este fim. Transitada esta em julgado, proceda-se à baixa, observadas as cautelas de praxe, e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0660757-90.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - Defiro o pedido de fls. antecedentes e determino a suspensão do feito pelo período de 60 (sessenta) dias. Após o decurso do prazo acima indicado, sem manifestação da parte interessada, INTIME-SE o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da ação, nos termos do art. 485, inc. VI, do CPC. Cumpra-se.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alexandre Chicre Alcantara (OAB 14063/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Ferrarini de Oliveira Pimentel (OAB 185441/SP)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cyntia Costa de Lima (OAB 7345/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Ellen Cristina G. Pires (OAB 131600/SP)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gilvan Melo Sousa (OAB 16383/CE)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Heliandro da Matta Queiroz de Aquino (OAB 6674/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivo Lunguinho Barbosa (OAB 20348/CE)
Jair de Souza Santos (OAB 62074/RS)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
Jonathan Zago Appi (OAB 25675SC)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Maria Santos de Carvalho (OAB 1028/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM)
JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kléryston L. Segat (OAB 62781/RS)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luis Carlos dos Santos Resende (OAB 12203/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Monalisa Gadelha Cordovil (OAB 7154/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Peter Líneker dos Santos Laborda (OAB 10266/AM)
PRISCILA DENIZE DO NASCIMENTO CARNEIRO FERREIRA (OAB 11815/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Renan Barbosa de Azevedo (OAB 23112/CE)
Renato Mulinari (OAB 47342/RS)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
SILVIA ZEIGLER (OAB 129611/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM), ADV: RENDELL MACHADO VALENTE CAVALCANTE (OAB 4759/AM) - Processo 0500162-88.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0343136-42.2007.8.04.0001) - Liquidação por Arbitramento - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Ahmed Barbosa Assi - EXECUTADA: Maria das Graças Machado - De ordem, intimo a parte interessada (autora) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida com poderes especiais

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0600233-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Cuida-se de ação ajuizada por Banco Bradesco S/A em face do Espólio de FRANCISCO RUFINO DA COSTA e outro. Foi proferido

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

despacho no sentido de intimação da herdeira TATIANNY LORENA QUEIROZ RUFINO DA COSTA para informar, no prazo de 15 (quinze) dias, espólio (de quem for o sucessor legal) ou se for o caso, na ausência de inventário, se existe mais de um herdeiro do falecido, qualificando-os em caso positivo. Além disso, intimou-se o exequente para promover o regular andamento processual com o recolhimento das custas das diligências, sob pena de extinção do processo nos termos do art.485, IV, do NCPC. Houve o transcurso do prazo concedido, sem qualquer manifestação do exequente. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Perlustrando o caderno processual, verifico que o exequente inobstante intimado a promover os atos que lhe competiam, não envidou esforços para promover a citação pessoal do administrador provisório do espólio, inventariante ou de eventuais herdeiros, circunstância esta que, como corolário, deverá acarretar a extinção do processo sem resolução do mérito, face a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Ora, a administração da herança e a representação do espólio em juízo incumbem ao administrador provisório até que o inventariante preste o compromisso (arts. 613 e 614 do CPC). Ademais, não há noticia de que a pessoa designada pelo exequente seja de fato administradora provisória do espólio, não havendo notícias seguras de que os bens remanescentes estejam na sua posse, o que atrairia a sua legitimidade. De outro lado, a exequente deduziu pretensão executiva contra quem não tinha capacidade para estar em juízo. Este vício é de natureza insanável, não podendo cogitar-se sequer em habilitação do espólio ou dos sucessores do executado, eis que tal instituto só é aplicável às hipóteses em que o óbito se dá durante a marcha processual, o que não ocorreu na hipótese. Sobre o tema, colhe-se na jurisprudência o mesmo entendimento: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. APELO DO MUNICÍPIO EXEQUENTE. PLEITO PARA SOBRESTAMENTO DO FEITO OU ARQUIVAMENTO DA DEMANDA. INVIABILIDADE. ESPÓLIO. DEFEITO NA REPRESENTAÇÃO. ORDEM JUDICIAL PARA SANAR O VÍCIO. DESCUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. MEDIDA ADEQUADA, FRENTE À INÉRCIA NA INDICAÇÃO DE INVENTARIANTE OU ADMINISTRADOR PROVISÓRIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 09002525220138240139 Porto Belo 0900252-52.2013.8.24.0139, Relator: Luiz Fernando Boller, Data de Julgamento: 18/09/2018, Primeira Câmara de Direito Público) Dessa forma, caracterizado o vício na representação processual do executado, nada mais resta ao julgador senão extinguir o processo por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular. Dispositivo A teor do exposto, ausente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, tudo em conformidade com o art. 485, IV do CPC. Custas pelo autor. Sem honorários advocatícios, vez que não foi formalizada a angularização processual. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10(dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0600690-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Vistos, etc. Os embargos de declaração interpostos pela autora insurge-se contra ato ordinatório da secretaria deste juízo. Sem maiores digressões, entendo incabível o manejo do recurso em face do ato ordinatório, vez que não se identifica qualquer conteúdo judicial próprio no expediente. De outro lado, defiro o levantamento pela autora dos valores depositados judicialmente (fls.816). Após, aguarde-se o prazo de contrarrazões da apelação em curso. Ao final, remetam-se os autos ao Tribunal. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0607988-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, observando que o nome do bairro é requisito necessário para fins de distribuição do referido mandado. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0609130-13.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Marilza Dalssasso - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (falta a de citação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0609172-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência necessária à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM), ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM) - Processo 0613749-25.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Apuração de haveres - REQUERENTE: ALAN FREITAS DE SOUZA - REQUERIDO: Gráfica Moderna Ltda. - LITSPASSIV: ALEXANDER FREITAS DE SOUZA e outros - Em cumprimento ao despacho de fls. 1232 e tendo em vista a manifestação do perito de fls. 1237/1241, intimo as partes interessadas para que se manifestarem no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: TARCISIO ALMEIDA CORRÊA (OAB 19377/ES), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0621830-55.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCIELE MARILIA PRESTES LINS (OAB 6671/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0626736-25.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Fergel Indústria de Ferro e Aço Ltda. - EXECUTADO: Friogas Comercio e Serviços de Ar Condicionado Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e de ordem, intimo a parte exequente para que, no prazo de 05(cinco) dias, junte comprovante do pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça, conforme valores constantes na Portaria nº116/2017- PTJ/AM, sob pena de suspensão da execução, nos termos do art. 921, III, do CPC/2015, conforme disposto no Despacho de fl.127.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM) - Processo 0626836-14.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ronaldo César Nogueira Zanin - Vistos, etc. Em debruço ao caderno processual, verifico a ausência de réplica à contestação, contudo, como cediço, a inexistência de réplica não detém o condão de gerar efeitos de revelia em relação à autora, portanto, não tornando incontroversos os fatos aduzidos pelo reclamado em sua tese de defesa, nem tampouco elide o banco requerido do seu ônus, conforme dicção do art. 373, II do nosso Digesto Processual Civil. Nesse contexto, haja vista que o pronunciamento do postulante sobre a contestação é um ato dispensável, o prosseguimento da ação é medida que se impõe. Dito isso, verifico que não houve audiência de conciliação. Considerando a natureza da ação, bem como a forma como se efetivou a citação dos requeridos (de forma ficta), colijo que despiciendo a realização do ato conciliatório. Com efeito, intimem-se as partes sobre a presente deliberação, bem como para que digam, no prazo de 10 (dez) dias, se há interesse em produzir provas complementares, e no caso de prova pericial e/ou testemunhal, explique resumidamente a sua utilidade para o deslinde da causa. Após a fluência do prazo, sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA), ADV: BRUNO CESAR BENTES FREITAS (OAB 18475/PA) - Processo 0635577-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Devidamente intimado do ato ordinatório de fl. 160 para recolher custas de consulta em sistema conveniado, caso manifestasse interesse, a parte requerente não juntou comprovante de recolhimento. Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTINA MENNA BARRETO PIRES (OAB 97049/SP) - Processo 0637035-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Alpargatas S.a. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0637816-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP) - Processo 0638933-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liminar - REQUERENTE: Francisco Rodrigues Moraes - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: LUIS OTAVIO DE ARAUJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO) - Processo 0643644-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Maria Raimunda Souza de Oliveira - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Ao teor exposto, pelas judiciosas razões acima esposadas e por tudo mais que dos autos constam, com espeque no art .487, inc. I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de complementação de indenização. Condenando a parte sucumbente ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes que resolvo arbitrar em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade, vez que beneficiária da justiça gratuita. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito. Registre-se. Publique-se e intimem-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: JOSÉ PAULO CITOLIN JÚNIOR (OAB 13311/AM) - Processo 0650637-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - EXECUTADO: José Augusto Basilio - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte executada para que se manifeste acerca da contraproposta de fls. 106/108, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM) - Processo 0652251-28.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Geferson da Silva Santos - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Bruno Cesar Bentes Freitas (OAB 18475/PA)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cristina Menna Barreto Pires (OAB 97049/SP)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Paulo Citolin Júnior (OAB 13311/AM)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luis Otavio de Araujo Silva (OAB 6972/RO)
Marciele Marilia Prestes Lins (OAB 6671/AM)
Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rendell Machado Valente Cavalcante (OAB 4759/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Tarcisio Almeida Corrêa (OAB 19377/ES)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: JOICE BERNARDO DO CARMO (OAB 3521/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM) - Processo 0002261-22.1997.8.04.0012 (012.97.002261-8) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Raimundo Joao de Faria Marinho - Digam as partes sobre o cálculo de fls. 252. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM) - Processo 0009818-83.2003.8.04.0001 (001.03.009818-2) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Concreta Engenharia e Construções Ltda - Em respeito ao teor do ofício de fls. 685, fica assegurado a reserva de crédito no montante de R$ 3.024,00, o que será observado no momento processual adequado. Às partes para que requeiram o que for de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALTAILES ALVES PORTELLA (OAB A853AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: JOSÉ CARLOS MARINHO DA SILVA (OAB 1273/AM), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 211324/SP) - Processo 0046118-73.2005.8.04.0001 (001.05.046118-5) - Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Manoel José de Souza Cruz Veloso - Marlene Oliva Veloso - Diga o Executado sobre a petição de fls. 1326/1327. Após, conclusos. Intime-se.

ADV: FRANCINETE SEGADILHA FRANÇA (OAB 867/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: CELSO RICARDO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 425A/AM), ADV: RENATA SANTOS BARROSO (OAB 6663/AM) - Processo 0207343-63.2009.8.04.0001 (001.09.207343-4) - Procedimento Comum - REQUERENTE: IMPRAM - Impressora Amazonense Ltda - Expeça-se o alvará para levantamento do valor remanescente dos honorários devidos ao Sr. Perito Judicial. Digam as partes sobre o laudo pericial, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0211915-28.2010.8.04.0001 (001.10.211915-6) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Ricardo de Jesus da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 526, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0215277-67.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Alberto Martins de Freitas - Diga a Executada sobre a petição de fls. 230/231. Após, conclusos. Intime-se.

ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM) - Processo 0217136-89.2010.8.04.0001 (001.10.217136-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: José Maria Fonseca Ramos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls 433/434. , conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0221796-92.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade da Administração - REQUERENTE: Matheus Vinicius Nogueira Correa - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 270/271, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: HEIDIR BARBOSA DOS REIS - Processo 0232441-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: Rosinety dos Santos Campos - Decisão. Diante do exposto, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO do pleito correspondente ao período anterior a abril/2013, em relação aos quais declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de adicional de insalubridade, por não reconhecer o direito pleiteado, nos termos da fundamentação. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de FGTS e multa, pois a eventual irregularidade na contratação temporária não tem o condão, por si só, de alterar a natureza jurídica da relação administrativa firmada entre a Requerente e o Requerida, a ponto de assegurar-lhe verbas típicas de vínculo regido pela CLT, conforme ventilado na fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante o artigo 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pela Requerente, fixados no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), cuja exigibilidade fica suspensa pelo prazo legal, em razão da gratuidade judiciária, ora deferida. Custas pela parte Requerente, das quais fica isenta, na forma da lei. P.R.I.

ADV: ÉDINA ELIZIANE RAZEIRA ANGELIM (OAB 22665/SC) - Processo 0237886-34.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Liminar - IMPETRANTE: CARLOS ANDRE ROSS - Decisão. Pelo exposto, INDEFIRO a petição inicial, em razão de sua inépcia, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, I do CPC. Sem honorários advocatícios. Custas pelo Impetrante. P.R.I.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0244300-63.2009.8.04.0001 (001.09.244300-2) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Maria do Socorro Castro Paixão e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Em ato contínuo (nos termos da r. Decisão de fls. 155/156), intime-se a SUHAB para (i) dar cumprimento à obrigação de fazer fixada no sentença, comprovando nos autos a efetivação da medida, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0251133-29.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Marco Antonio Vasconcelos de Azevedo - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 1141/1149, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: ALBEFREDO MELO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 7407/AM), ADV: CAROLINA CÂNCIO COUTO DE SOUZA (OAB 7517/AM), ADV: ALCIAN PEREIRA DE SOUZA (OAB 5266/AM) - Processo 0256934-23.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Edrica Nunes Pereira e outros - REQUERIDO: Inacio Alves Diniz e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 781/786, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: SILVANE AMORIM DE ALMEIDA (OAB 4002/AM), ADV: GABRIEL PRATES DONATO LOPES (OAB 6742/AM) - Processo 0605567-84.2014.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Multas e demais Sanções - REQUERIDO: Sidney Robertson Oliveira de Paula - Admito o ingresso do Estado do Amazonas, no polo ativo da demanda, devendo a Secretaria proceder ao ajuste do cadastro processual. A matéria é de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: REBECA ROCHA HANADA (OAB 10173/AM), ADV: TIAGO DE SOUZA ROCHA (OAB 9912/AM), ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM) - Processo 0605678-63.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Servidor Público Civil - IMPETRANTE: Vanderson Brito Pinheiro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se o(a) exequente para manifestar-se sobre os termos da Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 513, caput, c/c art. 920, I, e 219, caput, CPC/2015), informando expressamente se concorda com os cálculos apresentados pelo(a) Impugnante, para fins de celeridade no julgamento da Impugnação. Após, os autos deverão ser encaminhados conclusos ao MM. Juiz. Intime-se.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM), ADV: KARINY BIANCA RODRIGUES DA SILVA (OAB 3779/AM), ADV: JONES KARRER DE CASTRO MONTEIRO (OAB 906/AM) - Processo 0605738-70.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - IMPETRANTE: Lucilene Chaves Curinga - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 164, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0606868-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: André Luiz Franco da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM) - Processo 0609112-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - AUTOR: Ivanildo Azevedo Rego - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0609364-92.2019.8.04.0001 - Petição - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: S.A.L. e outro - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM) - Processo 0610790-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Mauricio M da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 158/159, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0611686-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Juliana Oliveira Costa - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais, por reconhecer a negligência havida pelo ente estatal, causando abalos emocionais relevantes à Autora, nos termos da fundamentação, restando configurado o dano moral e o dever de indenizar do Requerido em favor da Requerente, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com correção monetária e juros tendo como termo inicial a data da publicação desta sentença e os índices dispostos na Portaria nº 1.855/16 (Cap. II, Seção II, art. 8º e Cap. III, Seção II). Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerido, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Custas pelo Requerido, isento, na forma da lei. Deixo de submeter a sentença ao reexame necessário, a teor do que dispõe o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0611720-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - EXEQUENTE: Sergio Lopes Pimentel de Carvalho - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 233/234, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0614519-13.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Liminar - REQUERENTE: Dpl Consultoria e Serviços de Seleção e Agenciamento de Mão de Obra Eireli Me - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: FERNANDA MARIA SILVA (OAB 7975/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0617124-63.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - EXEQUENTE: Lady Jane Rodrigues Leal - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 185, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: EDINALDO CARVALHO DE AGUIAR (OAB 5982/AM) - Processo 0617997-63.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Wagner Ferreira Monteiro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 171/173, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0618219-02.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Correção Monetária - REQUERENTE: Deijanir Silva da Cunha - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 69/72, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620339-47.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-transporte - REQUERENTE: João Vieira da Silva Neto - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 336, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: JARI VARGAS FILHO (OAB 4722/AM) - Processo 0622926-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Gratificações de Atividade - REQUERENTE: Joao de Araujo Fernandes Neto - Ao Exequente para observar a parte final do despacho de fls. 192. Aguarde-se a iniciativa do exequente. Intime-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0625084-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Alcineia Alves Freire e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se via portal eletrônico os Cartórios de Registro Civil , os quais, devidamente intimados via malote em 23/10/2018, ainda não cumpriram a determinação do MM. Juiz exarada no r. Despacho de fl. 85 in verbis: “Oficie-se os Cartórios de Registro Civil da Capital a fim de que informem a este Juízo sobre a existência de registro de óbito da Sra. Alcinéia Alves Freire, RG n.º 2249213-5 e CPF n.º 419.367.792-34, encaminhando cópia da respectiva certidão”. Intime-se.

ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP) - Processo 0627558-14.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Licitações - REQUERENTE: Construtora Tocantins Ind. e Com. Ltda - Assim, declaro sem efeito a citação por edital, e determino que o Estado do Amazonas informe, no prazo de 15 (quinze) dias, a fase da Tomada de Preços nº 045/2016 - CGL, e, ainda, o endereço no qual possa ser encontrada a empresa habilitada no certame público, sob pena de revisão, por este Juízo, do pedido liminar. Após, conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM) - Processo 0627809-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: DIRCLEY MARIA JOSE PEREIRA FRUTUOSO - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 253, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM) - Processo 0629717-90.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Daniel da Silva

Queiroz - Decisão. Pelo exposto, DENEGO A SEGURANÇA, por falta de amparo legal na pretensão esposada e, portanto, de direito líquido e certo que socorra a Impetrante, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC c/c art. 1º da Lei n.º 12.016/09. Sem honorários advocatícios (art. 25, Lei 12.016/09). Custas pelo Impetrante, das quais fica isento pela gratuidade judiciária ora concedida, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0634045-63.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas - Sind-uea - Decisão. Diante do exposto, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, a fim de que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos moldes da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, sem resolução do mérito, ex vi do art. 6º, §5º da Lei n.º 12.016/09 e o art. 485, VIII do Código de Processo Civil. Sem honorários advocatícios. Custas pela Impetrante. P.R.I.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0636403-35.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - EXEQUENTE: Nazareno Alves Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 108, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0637502-45.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Adi Martins de Oliveira e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0638010-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Bezerra do Nascimento - Antes de determinar o prosseguimento do processo, este Juízo tem algumas inquietações que, por força do art. 10 do CPC, precisam ser submetidas às partes: A) o pedido em questão está relacionado à indenização por acidente do trabalho, como bem dito na inicial e reafirmado na réplica; B) o servidor temporário recolhe suas contribuições ao regime geral e não para o regime estaturário; C) nas indenizações relacionadas a acidentes do trabalho, dependendo da natureza do benefício pretendido, costuma integrar a lide o INSS; D) por fim, indenizações relacionadas a acidentes de trabalho, caso o INSS tenha que integrar a lide e ainda que nela também permaneça o Município de Manaus, competência seria definida em razão da matéria e não em razão da pessoa. As partes para, querendo, manifestarem-se sobre os pontos levantados por este Juízo. Após, retornem conclusos.

ADV: CLARISSA DE OLIVEIRA PINHEIRO (OAB 7341/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE FREITAS DA SILVA (OAB 8508/AM) - Processo 0643336-87.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: IONTECH - Serviços de Manutenção em Equip. Médico-Hospitalares Ltda. EPP - Decisão. Pelo exposto, DENEGO A SEGURANÇA, por não reconhecer qualquer ilegalidade no ato administrativo vergastado, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC c/c art. 1º da Lei n.º 12.016/09. Sem honorários advocatícios (art. 25, Lei 12.016/09). Custas pela Impetrante. P.R.I.

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0645623-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Férias - REQUERENTE: Aluisio de Oliveira Borges - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial. Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PATRICIA KELLY OLIVEIRA DE JESUS (OAB 8672/AM), ADV: JULIANA MARIA DUARTE MARQUES (OAB 9259/AM), ADV: GISCARD CRUZ TINOCO (OAB 12857/AM), ADV: CAROLINE DE ARRUDA SALDANHA (OAB 994A/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0645892-62.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Tcharles Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social e outro - Decisão. Pelo exposto, DENEGO A SEGURANÇA, por não reconhecer qualquer irregularidade e/ou ilegalidade na conduta administrativa vergastada e, portanto, direito líquido e certo que ampare a pretensão, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC c/c art. 1º da Lei n.º 12.016/2009. Sem honorários advocatícios (art. 25, Lei 12.016/2000). Custas pelo Impetrante, das quais fica isento, pela gratuidade judiciária ora deferida, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: CASSIANO CASTRO RIBEIRO (OAB 10586/AM) - Processo 0647425-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Valéria Cristina Cunha Rolim - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial. Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0647900-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jaques Ferreira de Souza Junior - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial. Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM) - Processo 0648760-13.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: Vitoria Krislen Freitas da Gama - Decisão. Pelo exposto, DENEGO A SEGURANÇA, por falta de amparo legal na pretensão esposada e, portanto, de direito líquido e certo que socorra a Impetrante, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC c/c art. 1º da Lei n.º 12.016/09. Sem honorários advocatícios (art. 25, Lei 12.016/09). Custas pela Impetrante, das quais fica isenta, pela gratuidade judiciária ora concedida, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0650495-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Jakson José Gomes Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0650521-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Natanael Farias Freires - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial. Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0654394-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Dorronaldo Capucho dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0654502-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: E.P.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0661102-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Alessandro Vieira Cardoso - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: LUCAS DE CASTRO RIVAS (OAB 46431/DF), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: GUTEMBERG FERREIRA DE LUNA (OAB 2327/AM) - Processo 0700010-66.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Sergen - Serviços Gerais de Engenharia S/A - Processo com tramitação irregular por conta de impasse quanto à realização de perícia judicial. Diante da proposta, de fls. 1825/1827, apresenta pela Sra. Perita designada por este Juízo, determino à Requerente que proceda ao depósito judicial dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas da lei. Intimem-se.

ADV: DANIEL PINHEIRO VIEGAS (OAB 746A/AM) - Processo 0700269-90.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Erro Médico - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 823, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0709953-39.2012.8.04.0001 - Petição - Erro Médico - REQUERENTE: Aline Brasil Bacelar - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais, por reconhecer a negligência havida pelo ente estatal, causando abalos emocionais relevantes à Autora, nos termos da fundamentação, restando configurado o dano moral e o dever de indenizar do Requerido em favor da Requerente, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com correção monetária e juros tendo como termo inicial a data da publicação desta sentença e os índices dispostos na Portaria nº 1.855/16 (Cap. II, Seção II, art. 8º e Cap. III, Seção II). Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC. Sem honorários advocatícios (súmula nº 421 do STJ). Custas pelo Requerido, isento, na forma da lei. Deixo de submeter a sentença ao reexame necessário, a teor do que dispõe o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Albefredo Melo de Souza Júnior (OAB 7407/AM)
Alcian Pereira de Souza (OAB 5266/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Altailes Alves Portella (OAB A853AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Carlos Henrique Freitas da Silva (OAB 8508/AM)
Carolina Câncio Couto de Souza (OAB 7517/AM)
Caroline de Arruda Saldanha (OAB 994A/AM)
Cassiano Castro Ribeiro (OAB 10586/AM)
Celso Ricardo Pereira dos Santos (OAB 425A/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Clarissa de Oliveira Pinheiro (OAB 7341/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Daniel Pinheiro Viegas (OAB 746A/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Édina Eliziane Razeira Angelim (OAB 22665/SC)
Edinaldo Carvalho de Aguiar (OAB 5982/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fernanda Maria Silva (OAB 7975/AM)
Francinete Segadilha França (OAB 867/AM)
Gabriel Prates Donato Lopes (OAB 6742/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Giscard Cruz Tinoco (OAB 12857/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gutemberg Ferreira de Luna (OAB 2327/AM)
Heidir Barbosa dos Reis
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jari Vargas Filho (OAB 4722/AM)
Joice Bernardo do Carmo (OAB 3521/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jones Karrer de Castro Monteiro (OAB 906/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Carlos Marinho da Silva (OAB 1273/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliana Maria Duarte Marques (OAB 9259/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kariny Bianca Rodrigues da Silva (OAB 3779/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Lucas de Castro Rivas (OAB 46431/DF)
Lúcio de Rezende Neto (OAB 211324/SP)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Patricia Kelly Oliveira de Jesus (OAB 8672/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rebeca Rocha Hanada (OAB 10173/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renata Santos Barroso (OAB 6663/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Silvane Amorim de Almeida (OAB 4002/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tiago de Souza Rocha (OAB 9912/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GUSTAVO PORTO DINIZ REIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2019

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS (OAB 4176/AM), ADV: VICTOR FABIAN SOARES CIPRIANO (OAB 6019/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0000628-44.1995.8.04.0012 (012.95.000628-3) - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Inst. de Prev. e Assist. dos Serv. do Est. do Am - Ipasea - Espólio de Odete Gurgel Cintra - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Corrija-se o polo ativo para constar 'Espólio de Odete Gurgel', representada pela inventariante Juliana Cintra Machado de Oliveira. Deverá a parte ativa regularizar sua representação. Intimem-se as partes para requererem o que lhes parecer de direito no prazo de 15 dias.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE MOTA (OAB 2334/AM), ADV: MARLENE PERES SOBRAL (OAB 367/AM) - Processo 0001065-27.1991.8.04.0012 (012.91.001065-0) - Procedimento Comum - Coisas - REQUERENTE: Giacomo Ivan Novellino Meneghini - Maria Elisa Freire Meneghini - Mario Nico Novellino Meneghini - Tereza D Avila de Souza Meneghini - Jose Aldo Novellino Meneghini - Elaine Viana Meneghini - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Tratando-se de valor expressivo, vista ao Ministério Público para, querendo, emitir parecer conclusivo. Após, conclusos para decisão.

ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 002.095/AM), ADV: RÔMULO DE SOUZA CARPINTEIRO PÉRES (OAB 3008/AM) - Processo 0012994-90.2010.8.04.0012 (012.10.012994-6) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Braulio de Albuquerque Braule Pinto - REQUERIDO: Secretaria de Administracao do Estado do Amazonas - Sead - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Verifica-se que os documentos de fls. 325/356 não pertencem ao presente feito, assim, à Secretaria para torná-los sem efeito. Encaminhem-se os autos para a Segunda Câmara Cível conforme requerido às fls. 364/366

ADV: MOYSÉS ARAÚJO CORDEIRO (OAB 2195/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: VICTOR FABIAN SOARES CIPRIANO (OAB 6019/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0015267-85.2004.8.04.0001 (001.04.015267-8) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Glaucia Abreu da Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Aguarde-se pagamento do precatório.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: CLEONIRA MARQUES SEIXAS (OAB 4143/AM), ADV: FRANCISCO GOMES DA SILVA (OAB 3065/AM), ADV: MARIA ESPERANCA DA COSTA ALENCAR (OAB 2.114) - Processo 0017186-12.2004.8.04.0001 (001.04.017186-9) - Alvará Judicial - Concessão / Permissão / Autorização - REQUERENTE: Cléa Nádia Carioca da Costa - REQUERIDO: Departamento Estadual de Transito - Detran/Am - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Assim, determino ao Detran/AM que, caso não proceda a baixa do veículo conforme a determinação transitada em julgado, que desvincule o nome da autora do veículo, como medida de se evitar maiores danos até que se efetive o cumprimento do acórdão.

ADV: CRISTIANE DAHIA DUCOS (OAB A-519 AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CINTIA MA. PEREIRA DA SILVA (OAB 003.043/AM), ADV: SILVANA MARIA IÚDICE DA SILVA (OAB A452/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0021052-82.2010.8.04.0012 (012.10.021052-2) - Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Costeira Transportes e Servicos Ltda - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o devedor Costeira Transportes e Servicos Ltda , ora executado, para os fins do art. 523 do CPC/2015, conforme execuções manejadas às fls. 294/295 e 296/299. Não sendo pago o valor devido, acrescente-se 20% ao valor executado, referentes à multa de 10% e honorários de 10% e, considerando a ordem preferencial de execução estabelecida pelo art. 835, do CPC, efetue-se o bloqueio do valor via Bacenjud.

ADV: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO (OAB 5402/AM), ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA (OAB 2751/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: JOSÉ PAIVA DE SOUZA FILHO (OAB 363/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0034794-77.2010.8.04.0012 (apensado ao processo 0223690-06.2011.8.04.0001) (012.10.034794-3) - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Maria Mercedes Bessa Lima de Andrade - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Dessa maneira, DETERMINO a aplicação dos juros de mora em 0,5% (zero cinco por cento) e a correção monetária conforme IPCA-E. Após a preclusão da presente decisão, determino ao autor que apresente nova planilha de cálculos. Juntados os cálculos pelo autor, intime-se o Estado do Amazonas para se manifestar em 10 dias. Havendo concordância quanto ao valor, expeça-se ofício requisitório do pagamento. Intime-se o Estado do Amazonas para, em 5 dias, se manifestar acerca da reserva de valor referente aos autos 0204749-03.2014.8.04.0001 conforme documentos de fls. 315/318.

ADV: DANIEL PINHEIRO VIEGAS (OAB 746A/AM), ADV: CARMEM ROSA SOEIRO ABREU (OAB 5879/AM), ADV: JEDIER DE ARAÚJO LINS (OAB 1635/AM), ADV: RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA (OAB 2751/AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM) - Processo 0036110-28.2010.8.04.0012 (012.10.036110-5) - Desapropriação - Posse - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Cartorio do 4 Oficio do Registro de Imoveis - Empresa de Plantacao Ltda Iii - Companhia Brasileira de Plantações - INTSSADA: Município de Manaus - NÃO INFORM: Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Títulos de Manaus/AM - Estado do Amazonas - Defiro o requerido na petição de fl. 232. Oficie-se, por malote digital, o Cartório do Primeiro Ofício de Imóveis de Manaus para cumprimento, encaminhando a senha do processo para acesso aos documentos necessários.

ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0084220-04.2004.8.04.0001 (001.04.084220-8) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: José Maria da Silva - Joaquina Eloia Corrêa Ribeiro - Maira Emília Oliveira Barbosa - Terezinha de Jesus Martins dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: ABRAHAM NISSIM BENOLIEL (OAB 2375/AM), ADV: ANTONIO VIDAL DE LIMA (OAB 900.341/AM), ADV: MARIA IONE DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 9521/AM) - Processo 0105049-06.2004.8.04.0001 (001.04.105049-6) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Olga Araujo de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Não havendo oposição do exequente quanto à impugnação apresentada pelo Estado do Amazonas às fls. 339/340, homologo os cálculos apresentados às fls. 341/343. Intime-se a exequente para requerer o que lhe parecer de direito em 5 dias. Nada sendo requerido, arquivem-se, sem prejuízo de seu desarquivamento a requerimento do interessado.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0201218-45.2010.8.04.0001

(001.10.201218-1) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sara Mesquita da Mota - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Intime-se a(o) O Estado Amazonas para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM) - Processo 0201268-37.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade da Administração - REQUERENTE: Carlos Augusto Pereira da Cunha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certificado o trânsito em julgado, intimem-se as partes para requererem o que lhes parecer de direito no prazo de 5 dias. Nada sendo requerido, arquivem-se, sem prejuízo de seu desarquivamento a requerimento do interessado.

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0206662-88.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Enerson Rocha de Amorim - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, remeto os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: SINAMOR BEZERRA LOPES (OAB 5757/AM) - Processo 0208017-07.2010.8.04.0001 (001.10.208017-9) - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Milena da Silva Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM - Intime-se a Procuradoria do Estado do Amazonas para informar, no prazo de 5 dias, acerca do pagamento do ofício de RPR de fl. 362, sob pena de bloqueio das constas do Estado do Amazonas.

ADV: DIOGO VICTOR BRASIL (OAB 9693/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM) - Processo 0211064-08.2018.8.04.0001 (processo principal 0642552-18.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Iraci Alves de Andrade - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar CÓPIA NÍTIDA do registro(s) da OAB e Número de Inscrição do Trabalhador-NIT do advogado, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: VIVIEN MEDINA NORONHA (OAB 1931/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0212675-74.2010.8.04.0001 (001.10.212675-6) - Outros Procedimentos - RECLAMANTE: Sergio Rabelo da Silva - RECLAMADO: Estado do Amazonas - Juntado comprovante de pagamento de fls. 549/550, respeitando a ordem cronológica da fila respectiva, expeça-se o competente Alvará em nome do patrono Enéias de Paula Bezerra, oab/am 2354, haja vista que a procuração de fl. 512 dá-lhe poderes específicos para receber e dar quitação.

ADV: SIMONETE GOMES SANTOS (OAB 2516/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM), ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0222468-37.2010.8.04.0001 (001.10.222468-5) - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Francisco Azevedo de Carvalho - REQUERIDO: AMAZONPREV - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - LITSPASSIV: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Intime-se o Estado Amazonas e a Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: VIVIEN MEDINA NORONHA (OAB 1931/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0229052-23.2010.8.04.0001 (001.10.229052-1) - Cumprimento de sentença - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Rubenilson Castro Maquiné - RECLAMADO: Est/Am - Seseg - Secretaria de Estado da Segurança Pública do Amazonas, Adm. Pública Estadual - Estado - Secretaria de Administração - Sead - Estado do Amazonas - Intime-se a(o) Estado do Amazonas para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM), ADV: KAREN DO CARMO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 3188/AM) - Processo 0235773-54.2011.8.04.0001 - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: O Estado Amazonas - REQUERENTE: Estado do Amazonas - EMBARGADO: Edmilson Miranda Targino Filho - Remetam-se os autos à 5ª Vara da Fazenda Pública conforme determinado por aquele douto juízo às fls. 432/433.

ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0251991-60.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josane Vieira Alves - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM - Resta a autora comprovar que a lesão apresentada no prazo adveio do ato do servidor estatal. Em suma, deve demonstrar o nexo causal. Para tanto, além da audiência a ser pautada para a oitiva dos médicos envolvidos, deve a autora informar quais outros meios de prova pretende produzir. Pautе-se audiência de instrução e julgamento para a oitiva dos médicos Carlos Farias, CRM-AM1358 (fl. 23) e Mara Gleice Albuquerque do Vale (fl. 27 e 28). Requisite-se a presença dos referidos médicos ao Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0251991-60.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josane Vieira Alves - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM - A fim de dar cumprimento à decisão de fls. 147, procedi ao agendamento de Audiência de Instrução e Julgamento, para ser realizada em 02/04/2019, às 10:00h, na sede desse juízo.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: FABÍOLA CAMPOS SILVA (OAB 2930/AM), ADV: WOLFGANG ALENCAR SCHUSTER (OAB 4465/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: LEONARDO PRESTES MARTINS (OAB 1277/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: HELLEN CRISTIANE SANTOS SILVA (OAB 6708/AM) - Processo 0254417-79.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: Bernardo Duarte de Araújo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se a(o) Estado do Amazonas, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: LEONARDO PRESTES MARTINS (OAB 1277/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0255628-48.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: Raimunda Queila Lima Viana - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certificado o trânsito em julgado, intimem-se as partes para requererem o que lhes parecer de direito no prazo de 5 dias.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE MOTA (OAB 2334/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0258012-52.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0618801-94.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: PAULO SERGIO MAIA REIS -

REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Intime-se a(o) Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e Estado do Amazonas, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: SINAMOR BEZERRA LOPES (OAB 5757/AM), ADV: ALEXANDRE CORREIA LIMA (OAB 3432/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: GENERVAL FRANCISCO AMORIM DA GRAÇA (OAB 12115/AM) - Processo 0360610-26.2007.8.04.0001 (001.07.360610-4) - Cumprimento de sentença - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Maria Rosaliz Bezerra Lopes - Nélio Lopes de Albuquerque - Núbia Lopes de Abuquerque - Janete Machado de Albuquerque - REQUERIDA: SNPH - 'Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH - INTSSADA: Ada de Araújo Lima Assante - Ante o exposto: a) JULGO PROCEDENTE a impugnação ao cumprimento de sentença. b) REJEITO os embargos declaratórios. Condeno o impugnado nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido pelo impugnante - diferença entre o valor pleiteado na execução e o correto, tendo em conta o art. 85, §1º e § 3º, II, do CPC. Para esta condenação, os juros de mora devem ser contados do trânsito em julgado desta decisão (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º CPC/2015. Remetam-se os autos à Contadoria deste fórum para que proceda com simples atualização dos valores contidos na planilha a fls. 389/390, respeitando os índices ali utilizados. Após, abra-se vista para as partes para, no prazo comum de 05 dias, manifestarem-se quanto aos cálculos da Contadoria. Por fim, retornem os autos conclusos para homologação do valor da execução. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0606636-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Elizandro da Silva Correa - Francisco Fabiano Rebouças Smith - Rudson Geraldo Lima da Silva - Geveson Mendes Sevalho - Glaydson Ferreira Leite - Lisânias Leandro Ribeiro Silva - Marcelo Guimarães Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Cite-se o Estado do Amazonas para, querendo, contestar a ação, no prazo de 30 dias (art. 183 e 335 do NCPC).

ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DA COSTA (OAB 5249/AM), ADV: KETLEN ANNE PONTES PINA (OAB 4818/AM) - Processo 0608772-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: FRANCISCO JUNIOR DE PAULA FREITAS - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação, devem as partes indicar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as provas que pretendam produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente, se quiserem. Se satisfeitas as partes só com a prova documental já carreada aos autos, vista ao Ministério Público para emitir parecer conclusivo, querendo. Após, conclusos para a sentença.

ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM), ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0609079-02.2019.8.04.0001 - Petição - Invalidez Permanente - REQUERENTE: Nilza da Silva Pinto - REQUERIDA: Município de Manaus - Secretaria Municipal de Saúde - Cite-se o Município de Manaus e Secretaria Municipal de Saúde para, querendo, contestar a ação, no prazo de 30 dias (art. 183 e 335 do NCPC).

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0609143-12.2019.8.04.0001 - Petição - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas- Asspbmam - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Assim, intime-se o autor para, no prazo de 30 dias, emendar a inicial e providenciar a autorização e a lista acima especificada, sob pena de extinção sem julgamento do mérito. Determino ainda ao autor que informe as demais demandas que trata sobre o mesmo assunto.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0609145-79.2019.8.04.0001 - Petição - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas- Asspbmam - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Assim, intime-se o autor para, no prazo de 30 dias, emendar a inicial e providenciar a autorização e a lista acima especificada, sob pena de extinção sem julgamento do mérito.

ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM), ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0610383-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Célia Peixoto da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto e de tudo mais que dos autos constam, afasto as preliminares e extingo o processo na forma do art. 487, I, do CPC, para, em harmonia com o parecer do Ministério Público, reconhecer a nulidade do contrato de trabalho objeto da demanda e, por consequência, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS, para condenar o Réu ao pagamento do FGTS, acrescido de correção monetária pelo IPCA-E e juros de mora de 0,5%, nos moldes do artigo 1º - F, da Lei n. 9.494/1997, desde o vencimento de cada parcela, considerando-se prescritas as parcelas vencidas há mais de 5 anos da propositura da ação, a serem apuradas por cálculos na fase de cumprimento. Na esteira do art. 85, §2º, do CPC, fixo os honorários advocatícios em 10% do proveito econômico obtido, entendido este como valor principal a ser pago ao autor. Havendo sucumbência recíproca, CONDENO o réu em 50% dos honorários advocatícios a serem pagos ao advogado do autor, bem como CONDENO o autor em 50% das custas e dos honorários advocatícios, suspensos em razão do deferimento da justiça gratuita. Sentença não sujeita ao reexame necessário, conforme §§3º e 4º, do art. 496, do CPC.

ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: RENAN DOS SANTOS ESPOSTO (OAB 12400/AM) - Processo 0611527-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Cibaldo Waughan de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Como requer o Ministério Público nas fls. 73/74. Considerando que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação, devem as partes indicar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as provas que pretendam produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente, se quiserem. Se satisfeitas as partes só com a prova documental já carreada aos autos, nova vista ao Ministério Público para emitir parecer conclusivo, querendo. Após, conclusos para a sentença.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM) - Processo 0611971-54.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARICÉLIA MAGALHÃES ARAÚJO - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se a(o) Estado do Amazonas, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: HELEN LUCIANE SILVA DE ARAÚJO (OAB 11237/AM) - Processo 0613160-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Erika Barbosa da Silva - REQUERIDO: Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino-seduc/am - Estado do Amazonas - erifica-se que o Estado do Amazonas contesta, dentre outros, a propriedade do veículo envolvido no

acidente, provas que cabem à autora. Assim, considerando que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação, devem as partes indicar, no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que pretendam produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente, se quiserem. Se satisfeitas as partes só com prova documental carreada nos autos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para fim de emitir parecer conclusivo, querendo. Após, conclusos para a sentença. Intime-se e cumpra-se.

ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM), ADV: FRED GERSON DE SOUZA PINHEIRO (OAB 8444/AM) - Processo 0616935-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Ageu da Costa Gomes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM) - Processo 0617538-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nicolle Ashley Lopes da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM), ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM) - Processo 0619053-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Lucineide Soares de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0621624-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Adriana Correa Pinheiro - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, constatando a ilegitimidade estatal, bem como a ausência de comportamento desidioso por parte do Estado, EXTINGO a execução manejada pela petição de fls. 132/137, na inteligência do §1º, do art. 203, do CPC.

ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM), ADV: FERNANDO BORGES MORAES (OAB 1731/RO), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0623969-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Nery Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Secretaria de Estado da Segurança Pública - IML - Instituto Médico Legal - Instituto Médico Legal - IML - Intime-se a(o) Estado do Amazonas, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: BRUNA JUCÁ SALVATIERRA DA COSTA (OAB 10587/AM) - Processo 0624034-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: Pedro Maciel Neto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM), ADV: ANTÔNIO ALFREDO REGO DA MATTA FILHO (OAB 8710/AM), ADV: FELIPE CORREIA MELO (OAB 19257/CE), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: BRUNO DE OLIVEIRA PINTO (OAB 27588/DF), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM) - Processo 0624168-75.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Veículos - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO PAZ DE ARAUJO - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Diante do exposto, EXTINGO a execução por inexigibilidade do título.

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM) - Processo 0624655-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Joyce Marques Silva - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Considerando que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação, devem as partes indicar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as provas que pretendam produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente, se quiserem. Se satisfeitas as partes só com a prova documental já carreada aos autos, vista ao Ministério Público para emitir parecer conclusivo, querendo. Após, conclusos para a sentença.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0624694-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Evanir Portela de Aguiar - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas- FCECON - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM) - Processo 0629728-22.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0006977-97.1994.8.04.0012) - Restauração de Autos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Paulina Moraes de Souza - Ítalo Moraes de Souza - Kelly Auxiliadora Moraes de Souza - LITSATIVO: Topocap - Topografia, Projeto e Orçamento de Construção LTDA. - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Estado do Amazonas - Assim, citem-se os requeridos para, querendo, contestar a ação no prazo de 30 dias, considerando o pedido de conversão em perdas e danos oriundos de desapropriação indireta. Na sequência, ficam desde já intimados os autores para réplica. Inclua-se a Topocap - Topografia, Projeto e Orçamento de Construção ltda, CNPJ 34.490.770/0001-26, provisoriamente na qualidade de litisconsorte ativo, e intime-a, na pessoa do patrono Heraldo Mousinho Barreto, oab/am 4.204, para apresentar suas razões de ingresso no prazo de 5 dias. Ficam desde já intimados os autores para o exercício do contraditório referente à eventual petição de ingresso da Topocap, no prazo de 5 dias, contados da juntada da petição daquela empresa. Arquime-se os incidentes 0000082-86.1995, 0002148-39.1995, 0010376-66.1996, 0014165-34.2000.

ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO), ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 8136/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 163988/RJ) - Processo 0634856-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mamede Lucas da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0635977-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel Pena Hosannah - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação, devem as partes indicar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as provas que pretendam produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente, se quiserem. Se satisfeitas as partes só com a prova documental já carreada aos autos, vista ao Ministério Público para emitir parecer conclusivo, querendo. Após, conclusos para a sentença.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0641001-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Maria Celeste Vasconcelos dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Considerando que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação, devem as partes indicar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as provas que pretendam produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente, se quiserem. Se satisfeitas as partes só com a prova documental já carreada aos autos, vista ao Ministério Público para emitir parecer conclusivo, querendo. Após, conclusos para a sentença.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0647000-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Sandriney Oliveira Araujo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Às fls. 205/206 consta manifestação do Autor declarando a aceitação do acordo proposto, motivo pelo qual HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, e em consequência, JULGO EXTINTO, com resolução de mérito, conforme dispõe o art. 487, III, “b”, do CPC/2015. CONDENO as partes nos honorários advocatícios dos patronos da parte contrária, bem como o autor em metade das custas.

ADV: DANIEL PINHEIRO VIEGAS (OAB 746A/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0706255-25.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Retificação de Nome - REQUERENTE: José Dimas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE COARI-AM - CARTÓRIO DO 2º OFICIO DE COARI (C2OCOA) - À vista do exposto, JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, para que seja retificado o nome do querente, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Isento de custas o Estado do Amazonas. Condeno o Estado do Amazonas ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85, §8º, CPC. Sentença sujeita ao reexame necessário.

ADV: CLEIDE AMAZONAS DA SILVA ALVES (OAB 717/AM), ADV: ANDRÉ LEANDRO DE LIMA SANTOS (OAB 5805/AM), ADV: PAULO JOSÉ REZENDE BORGES (OAB 131743/MG), ADV: LOURDSTELA GUIMARÃES PÁDUA (OAB 4879/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM), ADV: ANTÔNIO LUCIANO LIMA SOUSA (OAB 6974/AM), ADV: LETÍCIA DE MIRANDA LEÃO PORTELLA (OAB 3280/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: ALI ASSAAD HAMADE DE OLIVEIRA (OAB 253180/SP), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0708116-46.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Nora Maria Monteiro Martins, - José Soares Filho - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: José de Souza Santos - Riuna Lis Martins dos Santos - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Certificado o trânsito em julgado, intimem-se as partes para requererem o que lhes parecer de direito no prazo de 5 dias. Nada sendo requerido, arquivem-se, sem prejuízo de seu desarquivamento a requerimento do interessado.

Abraham Nissim Benoliel (OAB 2375/AM)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alexandre Correia Lima (OAB 3432/AM)
Ali Assaad Hamade de Oliveira (OAB 253180/SP)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
André Leandro de Lima Santos (OAB 5805/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Alfredo Rego da Matta Filho (OAB 8710/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Antônio Luciano Lima Sousa (OAB 6974/AM)
Antonio Vidal de Lima (OAB 900.341/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruna Jucá Salvatierra da Costa (OAB 10587/AM)
Bruno de Oliveira Pinto (OAB 27588/DF)
Carmem Rosa Soeiro Abreu (OAB 5879/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Pereira da Costa (OAB 5249/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cintia Ma. Pereira da Silva (OAB 003.043/AM)
Clara Maria Lindoso e Lima (OAB 2602/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Cláudio Roberto Barbosa de Araújo (OAB 5402/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleide Amazonas da Silva Alves (OAB 717/AM)
Cleonira Marques Seixas (OAB 4143/AM)
Cristiane Dahia Ducos (OAB A-519 AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Pinheiro Viegas (OAB 746A/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diego D’Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Diogo Victor Brasil (OAB 9693/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fabíola Campos Silva (OAB 2930/AM)
FELIPE CORREIA MELO (OAB 19257/CE)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Fernando Borges Moraes (OAB 1731/RO)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 163988/RJ)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 8136/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Francisco Gomes da Silva (OAB 3065/AM)
Fred Gerson de Souza Pinheiro (OAB 8444/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Generval Francisco Amorim da Graça (OAB 12115/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Helen Luciane Silva de Araújo (OAB 11237/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Hellen Cristiane Santos Silva (OAB 6708/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ismael de Melo Silva (OAB 4921/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Carlos Pimentel dos Santos (OAB 4176/AM)
Jedier de Araújo Lins (OAB 1635/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)

José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Carlos Valim (OAB 002.095/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Paiva de Souza Filho (OAB 363/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Karen do Carmo Ferreira dos Santos (OAB 3188/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Ketlen Anne Pontes Pina (OAB 4818/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Leonardo Prestes Martins (OAB 1277/AM)
Letícia de Miranda Leão Portella (OAB 3280/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Lourdstela Guimarães Pádua (OAB 4879/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Márcio Pinheiro Azêdo (OAB 7539/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria Esperanca da Costa Alencar (OAB 2.114)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Ione dos Santos Rodrigues (OAB 9521/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Marlene Peres Sobral (OAB 367/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moysés Araújo Cordeiro (OAB 2195/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Neusa Dídia Brandão Soares (OAB 2342/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Paulo José Rezende Borges (OAB 131743/MG)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renan dos Santos Esposto (OAB 12400/AM)
Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB 2334/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Rômulo de Souza Carpinteiro Péres (OAB 3008/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Ruy Marcelo Alencar de Mendonça (OAB 2751/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Silvana Maria Iúdice da Silva (OAB A452/AM)
Simonete Gomes Santos (OAB 2516/AM)
Sinamor Bezerra Lopes (OAB 5757/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Victor Fabian Soares Cipriano (OAB 6019/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB 6880/AM)
Vivien Medina Noronha (OAB 1931/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Wolfgang Alencar Schuster (OAB 4465/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GUSTAVO PORTO DINIZ REIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2019

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: VIVIEN MEDINA NORONHA (OAB 1931/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0211237-13.2010.8.04.0001 (001.10.211237-2) - Cumprimento de sentença - Interesse Coletivo - RECLAMANTE: Rodney Peres da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, VII, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimada a parte interessada acerca dos documentos juntados pela parte contrária, requerendo o que for de direito em 15 dias (art. 437, §1º).

ADV: JOSÉ PAIVA DE SOUZA FILHO (OAB 363/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM) - Processo 0218880-22.2010.8.04.0001 (001.10.218880-8) - Procedimento Comum - RECLAMANTE: Ana Paula de Medeiros Abensur - RECLAMADO: EST/AM - Tribunal de Contas do Município TCM - Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar CÓPIA do CPF do autor, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0265812-34.2011.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Concurso Público / Edital - IMPETRANTE: Luiz Adilson Costa Rocha - IMPETRADO: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, X, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimada a parte embargada para se manifestar no prazo legal sobre os embargos de declaração com efeitos modificativos (art. 1023, §2°);

ADV: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO (OAB 5402/AM), ADV: DRA. MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB A-205/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0333225-06.2007.8.04.0001 (001.07.333225-0) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Pedro Jose Paes dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, X, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimada a parte embargada para se manifestar sobre os embargos de declaração com efeitos modificativos (art. 1023, §2°);

ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM) - Processo 0600744-91.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Concurso Público / Edital - REQUERENTE: André da Silva Leocadio - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - De plano, verifico que a petição inicial não atende aos requisitos legais (art 6º, da Lei nº 12.016/2009). É que o(a) Impetrante não indicou corretamente a autoridade pública investida de poder de decisão dentro da esfera de competência que lhe é atribuída pela norma legal para praticar atos decisórios. A indicação recaiu no ente público, o que não é correto, considerando que o ente público deve tomar ciência do feito como órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessado para, querendo, ingressar no feito (art. 7º, II, da Lei Federal nº 12.016/2019). Portanto, INTIME-SE o(a) Impetrante para, no prazo de 15 dias, emendar a petição inicial, adequando-a aos requisitos legais, sob pena de indeferimento e consequente extinção do feito. Após, conclusos.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: FERNANDO FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7593/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0601746-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diego Gomes de Souza - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Além disso, deverá a parte comprovar, por meio das provas que entender cabíveis, que antes da cirurgia o autor não apresentava os problemas relacionados. Intime-se as partes para, querendo, arrolar outras testemunhas. A análise quanto a necessidade da perícia médica solicitada, será realizada após a audiência, no caso de os fatos não ficarem esclarecidos. Expeçam-se mandados para intimação dos referidos médicos.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM) - Processo 0603436-34.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Ministério Apostólico Ação Missionária - Nos termos do Art. 1º, XXX, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, e tendo decorrido o prazo de suspensão do processo, fica intimada a parte interessada para prosseguir no feito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SUZY OLIVEIRA RIBEIRO (OAB 10701/AM), ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0603977-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Graça da Silva Almeira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto e de tudo mais que dos autos constam, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS formulados pela autora para CONDENAR o Estado do Amazonas na obrigação de efetuar o pagamento à autora no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros de mora, segundo o índice da caderneta de poupança (art. 1º-F da lei 9.494/97), a partir do evento danoso (05.06.2015 - data do óbito), conforme art. 398 c/c súmula 54, STJ; e correção monetária, conforme índice divulgado pelo E. Tribunal do Estado, a partir da publicação desta sentença, conforme súmula 362, STJ. CONDENO ainda o Estado do Amazonas na obrigação de pagar honorários sucumbenciais aos patronos da autora, nos termos do art. 85, do CPC, e, na esteira do §3º, fixo os honorários em 10% do valor da condenação, considerando a súmula 326, do STJ. Havendo sucumbência recíproca, CONDENO o réu em 50% dos honorários advocatícios a serem pagos ao advogado do autor, bem como CONDENO o autor em 50% das custas e dos honorários advocatícios, suspensos em razão do deferimento da justiça gratuita. Condenação aquém do valor mínimo da remessa necessária, motivo pelo qual deixo de remeter os autos à Instância Superior.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0606238-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: José Mauro do Amaral Ramos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando tratar-se de causa cujo valor encontra-se na alçada do art. 2º, da lei 12.153/09, remetam-se os autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606701-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Marcia Vieira de Sena - REQUERIDO: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Estado do Amazonas - Considerando tratar-se de causa cujo valor encontra-se na alçada do art. 2º, da lei 12.153/09, remetam-se os autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM) - Processo 0609296-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Thais Ilka de Deus Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - I - Defiro a gratuidade judicial. II - Acautelo-me quanto ao pedido de Antecipação de Tutela requerida, devendo ser apreciada após a contestação ou no momento do julgamento de mérito, posto que não vejo prejuízo ao perecimento do direito do(a) autor(a). III- Cite-se.

ADV: RAÍZA ODA SARUBI COSTA (OAB 13656/AM) - Processo 0609302-52.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Ivani Francisco de Oliveira - REQUERIDA: Joésia Moreira Julião Pacheco - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM - I - Acautelo-me quanto a liminar requerida para apreciá-la após as informações da autoridade apontada como coatora ou no julgamento de mérito. II - Requisite-se as informações, no prazo legal. III - Ciência ao do feito ao órgão de representação judicial da pessoa juridica interessada, enviando-lhe copia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito. IV - Após, vista ao Ministério Público. Em seguida, conclusos para sentença.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0609358-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas- Asspbmam - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Assim, intime-se o autor para, no prazo de 30 dias, emendar a inicial e providenciar a autorização e a lista acima especificada, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito.

ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM) - Processo 0609585-75.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: MI Nascimento - REQUERIDO: Acb Locadora de Veículos Ltda -me - Estado do Amazonas - Nos termos do art. 1º, II do Provimento nº63/02-CGJ/AM, fica intimado o autor para comprovar nos autos do recolhimento das custas referentes as diligências do oficial de justiça, quais sejam mandados para a autoridade coatora e mandado de citação.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0609662-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Cristina Girão de Brito Vieira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Considerando tratar-se de causa cujo valor encontra-se na alçada do art. 2º, da lei 12.153/09, remetam-se os autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARMEN LÚCIA DE ANDRADE MAGALHÃES COSTA (OAB 69077/RJ), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR (OAB 3520/AM), ADV: HELOYSA SIMONETTI TEIXEIRA (OAB 2561/AM) - Processo 0611582-69.2014.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: IETI-AM INSTITUTO DE ENFERMEIROS INTENSIVISTAS DO AMAZONAS S-S LTDA - REQUERIDO: Pregoeiro CGL PE 010/2014 - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, fica intimado o(s) apelado(s) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, contados em dobro nas hipóteses legais.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: TATIANNE VIEIRA ASSAYAG TOLEDO (OAB 3653/AM) - Processo 0612697-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roger Silva de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, VII, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimado o Estado do Amazonas para se manifestar acerca da petição de fl. 281, conforme despacho de fl. 277.

ADV: LUIZ ANTÔNIO SIMÕES (OAB 777A/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: MAURÍLIO CASAS MAIA (OAB 6056/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0613344-86.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação e Correção de Provas / Questões - REQUERENTE: MARIA DE NAZARE SERRAO DO ORIENTE - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV - Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Patrick Pereira Maciel - Considerando petição de fls. 301, paute-se audiência para oitiva do fiscal indicado pela parte de fls. 298/299, Sr. PATRICK PEREIRA MACIEL.

ADV: SUSANA GERCWOLF (OAB 11264/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0614715-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M L C de Abreu - Maria de Lourdes Coelho de Abreu - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Paute-se audiência de instrução e julgamento. À parte, para observar o ônus que lhe impõe o art. 455, do CPC. Diante dos esclarecimentos prestados às fls. 62/63, não considero necessária a oitiva do Delegado acusado de arbitrariedades.

ADV: SUSANA GERCWOLF (OAB 11264/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0614715-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M L C de Abreu - Maria de Lourdes Coelho de Abreu - REQUERIDO: Estado do Amazonas - A fim de dar cumprimento à decisão de fls. 82, e considerando a petição de fl. 84, procedo ao agendamento de Audiência de Instrução e Julgamento, para ser realizada em 11/06/2019, às 10:00h, na sede desse juízo.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0616219-63.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nomeação - REQUERENTE: PEDRO ALVES BENJAMIM - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas para efetivar o cumprimento da obrigação no prazo de 20 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) até o efetivo cumprimento.

ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0616444-15.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Donaldis Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, VII, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimada a parte interessada acerca dos documentos juntados pela parte contrária, requerendo o que for de direito em 15 dias (art. 437, §1º).

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0617740-43.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: ELÁDIO BARRETO REIS e outros - Elzimar da Silva Correa - Everaldo dos Santos Allfaia - Feliciano Ferreira Tavares - Francisco Dorval Ferreira Mesquita - Ivanildo Barbosa Nogueira - João da Silva Vieira - JOAO EUDES LIMA BATISTA - João Pereira Soares - Joaquim Rodrigues Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, fica intimado o(s) apelado(s) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, contados em dobro nas hipóteses legais.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM), ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM), ADV: SIMON DE SOUZA GUIMARÃES BESSA (OAB 8640/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE ARAÚJO FLÔR (OAB 8748/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: MEYRE ANNE MAGALHÃES NEVES (OAB 4242/AM) - Processo 0618819-52.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Propriedade - REQUERENTE: Dannyel Miranda Lima - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, fica intimado o(s) apelado(s) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, contados em dobro nas hipóteses legais.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0619384-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CLEIA MARTINS MARTINS - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: JIMMY BACELAR MAGALHÃES - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Intimem-se as partes para requererem o que lhes parecer de direito no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento do feito, sem prejuízo de seu desarquivamento a requerimento do interessado.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0620234-70.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Promoção / Ascensão - IMPETRANTE: Alessandra Campbell de Fonseca Alves - Elis Reury Nascimento Araújo - Eriko Vieira de Queiroz - Juliana Batista Figueiredo - Pedro Moisés Ribeiro de Oliveira - Thiago de Lima Fernandes - Virginia Mello da Frota - IMPETRADO: Delegado Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas - Presidente da Comissão Permanente de Progressão Funcional - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, fica intimado o(s) apelado(s) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, contados em dobro nas hipóteses legais.

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM) - Processo 0620384-56.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Urbana (Art. 48/51) - REQUERENTE: Shirley Santa Cruz Machado - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Intime-se o apelado para contrarrazões. Mantenho a decisão de fls. 320/321 pelos seus próprios fundamentos, devendo a I. Advogada comprovar nos autos a comunicação ao mandante. Na sequência, encaminhem-se os autos à Instância Superior.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0621198-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elisaldo do Nascimento Silva - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação, devem as partes indicar, no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que pretendam produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente, se quiserem. Se satisfeitas as partes só com prova documental carreada nos autos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para fim de emitir parecer conclusivo, querendo.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0621866-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Antonio Claudio Bezerra - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Requeira o autor em 5 dias. Nada sendo requerido, arquivem-se, sem embargos de seu desarquivamento a requerimento do interessado.

ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0627592-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: DÊNIS RODRIGUES DE OLIVEIRA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Isto posto e de tudo mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE procedente o pedido do requerente, para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais. Juros de mora a partir 12/05/2015, data do efetivo dano, qual seja, o serviço defeituoso prestado, com fundamento na súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça e correção monetária a partir do arbitramento com fundamento na súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça. Isento de custas processuais o Poder Público. Havendo sucumbência recíproca, CONDENO o réu em 50% dos honorários advocatícios a serem pagos ao advogado do autor, bem como CONDENO o autor em 50% das custas e dos honorários advocatícios, suspensos em razão do deferimento da justiça gratuita. Sentença sujeita ao reexame necessário. Registre-se. Publique-se. Intime-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM) - Processo 0627944-83.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: MARCIA CARVALHO DE ABREU - LITSPASSIV: INSTITUTO DA CRIANÇA DO AMAZONAS - ICAM - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Dessa maneira, julgo PROCEDENTE a impugnação estatal para determinar a aplicação dos juros de mora em 0,5% (zero cinco por cento).

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: BRUNO ANDRÉ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5246/AM), ADV: DANIELE ARAUJO DA SILVA (OAB 10544/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0629499-33.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Maria Alice Cavalcante de Moura - Antonio Osvaldo Dias da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Sendo assim, por tudo o que foi exposto ao norte, julgo TOTALMENTE IMprocedente os pedidos dos requerentes, tendo por base o artigo 487, I, do CPC. Condeno o autor em custas e honorários sucumbências, estes no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), suspensos com base no artigo 98, §3º, do CPC. Sem recurso, ARQUIVEM-SE os autos com a baixa nos registros e distribuição Registre-se. Publique-se. Intime-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0633601-06.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: JOSÉ MARIA OLIVEIRA DE SOUZA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, fica intimado o(s) apelado(s) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, contados em dobro nas hipóteses legais.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: MARCUS VINICIUS BERGO COELHO (OAB 138958/MG), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM) - Processo 0635012-79.2016.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Licenciamento de Veículo - REQUERENTE: Marcus Vinicius Bergo Coelho - REQUERIDO: João Leonel de Britto Feitoza - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, X, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimada a parte embargada para se manifestar no prazo legal sobre os embargos de declaração com efeitos modificativos (art. 1023, §2°);

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0637583-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Soraya Gouveia de Meneses - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Determino à autora que comprove o seu atual estado vegetativo como afirma sua representante, bem como a causa atual deste estado, se há alguma parasilia ou lesão cerebral. Tal prova pode ser produzida pelo próprio autor através de laudos médicos neurológicos, atual (que comprove o atual estado) e antigos, decorrentes de um eventual acompanhamento médico da autora durante seus três anos de vida. Os laudos e eventuais fotos podem corroborar com a origem do eventual problema, demonstrando que desde tenra idade a autora já apresentava a lesão. Além dessas, indiquem outras eventuais provas que pretendem produzir.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0637820-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Eduardo Henrique de Almeida Trindade - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante da revelia estatal, baixem-se os autos em diligência e intime-se o Estado do Amazonas para se manifestar, no prazo de 20 dias, se há possibilidade de proposta de acordo. Não havendo proposta, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO (OAB 4301/AM), ADV: MARCOS PAULO DOS SANTOS BRAGA (OAB 12624/AM) - Processo 0637839-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcelo Victor Dias dos Santos - REQUERIDA: Maria Stela Brito Cyrino - Diretora Geral da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (espi) - Município de Manaus - Assim, exclua-se a Sra. Maria Stela Brito Cyrino da lide. Intimem-se as partes para, querendo, especificar as provas que pretendem produzir. Não havendo provas a serem produzidas, remetam-se os autos ao Parquet, na condição de custus legis.

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0638845-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Antonio Henrique dos Anjos Filho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando o teor da contestação apresentada em que apenas contesta o valor, assim como a réplica, que acata o valor apresentado pelo Estado, intimem-se as partes para informar, no prazo de 15 dias, se há possibilidade de acordo no valor de R$ 68.028,06 (sessenta e oito mil e vinte e oito reais e seis centavos).

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM) - Processo 0640549-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Honório Valentim Lopes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 485, IX, do CPC. Condeno o Estado do Amazonas em honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (mil reais).

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM) - Processo 0641008-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Maria Lucia Gomes Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação, devem as partes indicar, no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que pretendam produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente, se quiserem. Se satisfeitas as partes com as provas já produzidas, vista ao Parquet, na condição de custus legis.

ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM) - Processo 0642458-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Raimundo da Silva Lago - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - Seduc - Estado do Amazonas - I - Defiro a gratuidade judicial. II - Acautelo-me quanto ao pedido de Antecipação de Tutela requerida, devendo ser apreciada após a contestação ou no momento do julgamento de mérito, posto que não vejo prejuízo ao perecimento do direito do(a) autor(a). III- Cite-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: EDUARDO BEZERRA VIEIRA (OAB 6147/AM) - Processo 0644526-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria de Lourdes Monteiro Braga - REQUERIDO: Município de Manaus - Município de Manaus - Nessa linha, em atenção ao contraditório, intime-se a Procuradoria estatal para, querendo, se manifestar acerca da petição de fls. 335/351, bem como aos documentos juntados, cuja folha faltante encontra-se juntada entre os documentos de fls. 170/173. Considerando as questões levantadas na réplica, informe a Procuradoria se tem interesse na produção probatória.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653438-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nomeação - REQUERENTE: José Delcimar Ribeiro dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Manifeste-se o Autor sobre a contestação de fls. 158/176 , em 15 (quinze) dias, conforme aduzem os arts. 350 e 351 do Código de Processo Civil/2015.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: KARINA ARAUJO BLASCH (OAB 4362/AM) - Processo 0654854-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Denis Sena das Chagas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimado o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0656857-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Estado do Amazonas - I - Defiro a gratuidade judicial. II - Acautelo-me quanto ao pedido de Antecipação de Tutela requerida, devendo ser apreciada após a contestação ou no momento do julgamento de mérito, posto que não vejo prejuízo ao perecimento do direito do(a) autor(a). III- Cite-se.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0657445-09.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: José Eduardo Nunes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimado o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0659924-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Wagner Carvalho Fonseca - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, XIX, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimada a parte interessada para se manifestar acerca da Impugnação ao Cumprimento de Sentença no prazo de 15 dias.

ADV: RAIMUNDO EDSON TORRES LIMA (OAB 8732/AM) - Processo 0660681-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Panificadora Master Pan Ltda - Epp - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Rsg Comercio Atacadista de Alimentos e Organizador Logistico Ltda - Seduc - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino - Diante dos fatos antes mencionado e que não foram objeto da apreciação deste Juízo quando da decisão de oncessão da antecipação de tutela porque omitidos na petição inicial e, em atenção a garantia da administração e do administrado, bem como do interesse público e da lisura do certame, já que a licitação é precedida de Edital que se consubstancia na lei a ser seguida pelos envolvidos durante o procedimento, chamo o processo à ordem para RECONSIDERAR a decisão de fls. 427 a 431 dos autos, ANULANDO-A, por conseguinte, DETERMINO o prosseguimento do processo licitatório com a consequente validade e eficácia do ato administrativo decorrente do Pregão Eletrônico nº 1.491/2018, que considerou vitoriosa no certame a empresa RSG COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS E ORGANIZADOR LOGÍSTICO LTDA, até decisão final da presente demanda. Comunique-se ao relator do agravo de instrumento interposto pela empresa RSG COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS E ORGANIZADOR LOGÍSTICO LTDA., a fim de conhecimento da presente decisão, considerando a sua perda de objeto. Os demais atos da decisão de fls. 427 a 431 permanecem válidos. Por fim, inclua-se no sistema a empresa RSG COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS E ORGANIZADOR LOGÍSTICO LTDA., no polo passivo da demanda, a fim de ser citada para, querendo, contestar a ação.

ADV: MAURICIO LIMA SEIXAS (OAB 7881/AM) - Processo 0661566-80.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Norte Serviços Médicos Ltda - REQUERIDO: Comissao Geral de Licitacoes do Poder Executivo - Hospital Pronto Socorro da Criança da Zona Oeste - Estado do Amazonas - I - Acautelo-me quanto a liminar requerida para apreciá-la após as informações da autoridade apontada como coatora ou no julgamento de mérito. II - Requisite-se as informações, no prazo legal. III - Ciência ao do feito ao órgão de representação judicial da pessoa juridica interessada, enviando-lhe copia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito. IV - Após, vista ao Ministério Público. Em seguida, conclusos para sentença.

Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Anna Cláudia Ferraz Rocha (OAB 8874/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Bruno André da Silva Oliveira (OAB 5246/AM)
Carmen Lúcia de Andrade Magalhães Costa (OAB 69077/RJ)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudio Roberto Barbosa de Araújo (OAB 5402/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Octávio Silva Marinho (OAB 4301/AM)
Daniele Araujo da Silva (OAB 10544/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Dra. Marta Maria Vale Oyama (OAB A-205/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eduardo Bezerra Vieira (OAB 6147/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Ellen Florêncio Santos Rocha (OAB 2752/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7593/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Heloysa Simonetti Teixeira (OAB 2561/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ismael de Melo Silva (OAB 4921/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Paiva de Souza Filho (OAB 363/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
KARINA ARAUJO BLASCH (OAB 4362/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Araújo Flôr (OAB 8748/AM)
Luiz Antônio Simões (OAB 777A/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Pinheiro Azêdo (OAB 7539/AM)
Marcos Paulo dos Santos Braga (OAB 12624/AM)
Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB 138958/MG)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
MAURICIO LIMA SEIXAS (OAB 7881/AM)

Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Maurílio Casas Maia (OAB 6056/AM)
Meyre Anne Magalhães Neves (OAB 4242/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Raimundo Edson Torres Lima (OAB 8732/AM)
Raíza Oda Sarubi Costa (OAB 13656/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB 8640/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
SUSANA GERCWOLF (OAB 11264/AM)
Suzy Oliveira Ribeiro (OAB 10701/AM)
Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB 3653/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vivien Medina Noronha (OAB 1931/AM)
Waldemir Costa da Rocha Junior (OAB 3520/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM) - Processo 0200876-63.2012.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Walmir Gomes Ribeiro e outro - SENTENÇA Autos nº:0200876-63.2012.8.04.0001 ClasseHomologação de Transação Extrajudicial Assunto:Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação Autor(a):Município de Manaus e Walmir Gomes Ribeiro Réu(s):Nome da Parte Passiva Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo Município de Manaus em face da Sentença às fls. 1034/1037, que indeferiu o pedido de homologação de acordo extrajudicial, por descumprimento do Município de Manaus à determinação para apresentar certidão de inexistência de ônus sobre o imóvel objeto do acordo. Arguiu o embargante que acostou às fls. 988/1027, documentos referente ao imóvel, nos quais supre o determinado pelo juízo. É o sucinto relatório. II.- Fundamenta-se. Sobre os embargos apresentados pelo embargante, em que pesem os argumentos deduzidos, tem-se que a sentença não se encontra eivada de nenhum dos vícios enumerados no art. 1.022 e seus incisos do Estatuto Processual Civil. Isso porque consta da fundamentação do julgado, que o embargante fora intimado por várias vezes para apresentar certidão negativa de ônus do bem objeto do acordo, e não o fez. Veja-se que, a certidão negativa de ônus sobre o bem se presta para o inconteste atesto do Cartório de que sobre o bem não incide hipoteca ou penhora, mesmo com a matrícula do bem acostada aos autos, por se tratarem de atos distintos e com finalidades distintas. Nesse sentido, a jurisprudência: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. MERO INCONFORMISMO. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. I - Tratam-se os embargos declaratórios de recurso cabível quando o decisum a impugnar-se apresenta algum dos vícios insertos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. II - Incabível o acolhimento dos mencionados aclaratórios no caso sub judice, vez que opostos com a nítida pretensão de reavaliar as razões do julgado, o que não condiz com o presente instituto. Trata-se, pois, de mero inconformismo com a Decisão colegiada. III - Embargos rejeitados. (TJ-AM 00030078520188040000 AM 0003007-85.2018.8.04.0000, Relator: Carla Maria Santos dos Reis, Data de Julgamento: 09/05/2018, Câmaras Reunidas) Desta forma, entende este juízo pelo inconformismo do embargante da decisão, uma vez que foram devidamente analisados os documentos às fl. 988/1027, não constando a devida certidão negativa de ônus. III.- Decide-se De todo o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração, mantendo-se a sentença de fls. 1034/1037 na íntegra em todos os seus termos. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ANA CECÍLIA COSTA ORTIZ (OAB 8387/AM) - Processo 0604380-65.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Guimarães Fernandes Ltda. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0604380-65.2019.8.04.0001 ClasseMonitória Assunto: Autor(a): Réu(s): Pagamento Guimarães Fernandes Ltda. Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação monitória com pedido de tutela antecipada ajuizada por Guimarães Fernandes Ltda. em face de Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM. Narra a demandante que firmou contratos administrativos com a autarquia ré, nos anos de 2016 e 2017, para a prestação de serviços de locação de módulos de trabalhos. Registra que ao longo do cumprimento do contrato, o DETRAN/AM solicitou à mesma outros serviços de infra-estrutura, cujas especificações não foram contempladas nos editais ou nos projetos básicos dos contratos. Tais solicitações foram aceitas e executadas pela parte autora, mesmo sem previsão contratual, uma vez que se entendeu que tais serviços se mostravam indispensáveis ao cumprimento do contrato. A parte autora alega que após realizar as “obras extras”, emitiu as notas fiscais para fins de pagamento pela autarquia ré, as quais somam o montante de R$ 1.151.897,67 (um milhão, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos), valor este que não foi pago até a presente data. Diante dessa situação, a demandante ajuizou a presente ação, onde pugnou tutela antecipada de bloqueio do valor devido, nas consta da autarquia ré. Juntou documentos às fls. 30/335. É o relatório II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. A autora pugnou em sua exordial que fosse concedida tutela antecipada, que no caso em questão diz respeito ao bloqueio de valor nas contas do DETRAN/AM, para o fim de pagamento de supostos débitos devidos pela autarquia. No entanto, tal pedido não pode ser acolhido. Explica-se: Nas causas em que a Fazenda Pública é ré, existem limitações impostas pela lei no que tange ao deferimento de tutelas de urgência. Uma destas hipóteses são as ações em que se pretende “o pagamento de qualquer natureza”, como no caso em tela, uma vez que a autora almeja pelo bloqueio de dinheiro e posterior pagamento de débitos devidos pelo DETRAN/AM, de forma antecipada. Sobre o tema, dita o art. 7°, da Lei n° 12.016/09: Art. 7o Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: I - que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações; II - que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito; III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica. § 1o Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. § 2o Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de

vantagens ou pagamento de qualquer natureza. § 3o Os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença. § 4o Deferida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento. § 5o As vedações relacionadas com a concessão de liminares previstas neste artigo se estendem à tutela antecipada a que se referem os arts. 273 e 461 da Lei no 5.869, de 11 janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Observa-se, portanto, que é vedada a concessão de medida antecipatória que tenha por objeto qualquer espécie de pagamento, nos moldes do art. 7°, §2°, da Lei n° 12.016/02. Outrossim, apesar da legislação apontada tratar de procedimento específico, qual seja, o Mandado de Segurança, existe mandamento expresso no §5°, do art. 7°, da referida lei, informando que tais dispositivos são aplicados em quaisquer casos relativos à concessão de medida antecipatória contra a Fazenda Pública. Essa também é a interpretação da jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE LIMINAR CONTRA A FAZENDA PÚBLICA QUE TENHA POR OBJETO O PAGAMENTO DE NUMERÁRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O art. 7º, em seu § 2º, da Lei 12.016/2009, prescreve a não concessão de medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. 2. Nesse diapasão, consta também a previsão vazada no § 5º do art. 7º, da referida Lei (MS) que estende as vedações relacionadas com a concessão de liminares à tutela antecipada a que referem os arts. 273 e 461 do CPC. 3. Recurso conhecido e provido. (TJ-PA - AI: 201430041529 PA, Relator: JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO, Data de Julgamento: 23/06/2014, 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA, Data de Publicação: 26/06/2014) Tal vedação encontra amparo na própria Constituição Federal, art. 100, uma vez que as dívidas relativas à Fazenda Pública devem ser pagas por meio de sistema de Precatórios, o qual se inicia após o transito em julgado de decisão judicial de mérito. Veja-se: Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. Dessa forma, verifica-se no presente caso a impossibilidade de deferimento do pedido de antecipação de tutela, tendo em vista ser uma das hipóteses em que existe vedação legal para a concessão da medida antecipatória. Ademais, observa-se que as provas apresentadas pela parte autora, quais sejam, notas fiscais emitidas pela empresa e solicitações de pagamento junto ao DETRAN/AM, e listas de serviços extracontratuais prestados, não são suficientes para o convencimento sumário do juízo sobre a existência da dívida. Isto porque toda a documentação foi produzida de forma unilateral, não havendo qualquer declaração/comprovante onde haja a confirmação da dívida pela autarquia ré, ou mesmo que o serviço foi solicitado e recebido pelo DETRAN/AM. Com efeito, dita o art. 700, §5°, do CPC que "havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum", haja vista a necessidade de produção de provas para a comprovação do direito alegado. Assim, mister se faz a alteração da espécie processual adotada, para o correto andamento processual. III.- Decide-se. Diante do exposto, INDEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela pugnado na inicial. Ademais, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial adaptando-a ao procedimento comum, nos termos do art. 700, §5°, do CPC, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme dicção do art. 321, parágrafo único, do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Ana Cecília Costa Ortiz (OAB 8387/AM)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0035/2019

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0003973-81.1996.8.04.0012 (apensado ao processo 0244037-60.2011.8.04.0001) (012.96.003973-8) - Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Santa Jezini Neto e outros - Em virtude da decisão proferida pelo STF, na Adin 4.357/DF, bem como o alcance da modulação de seus efeitos, deixo de assegurar ao Município de Manaus a possibilidade de compensação de créditos, como prescrevia o art. 100, §9º, da CF/88. Remetam-se os autos à Contadoria para atualização do cálculo de fl. 668, elaborado há quase 1 ano. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM) - Processo 0024204-16.2006.8.04.0001 (001.06.024204-4) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Antônia Gomes da Costa - Em virtude da decisão proferida pelo STF, na Adin 4.357/DF, bem como o alcance da modulação de seus efeitos, deixo de assegurar ao Estado do Amazonas a possibilidade de compensação de créditos, como prescrevia o art. 100, §9º, da CF/88. Remetam-se os autos à Contadoria para atualização do cálculo de fl. 577, eis que elaborado há mais de um ano. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0222543-13.2009.8.04.0001 (001.09.222543-9) - Procedimento Comum - Medida Cautelar - REQUERENTE: Willian Saunier de Alcantara - Sendo assim, firme nesses fundamentos, com estrita observância da segurança jurídica, EXTINGO o feito, com resolução do mérito, nos termos do inciso I, do art. 487, do Código de Processo Civil. Manaus, 06 de agosto de 2015 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOSÉ AUGUSTO MONTENEGRO FREIRE (OAB 6029/AM) - Processo 0225906-42.2008.8.04.0001 (001.08.225906-3) - Procedimento Comum - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: José Suedney de Souza Araújo - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, REVOGANDO a liminar concedida à fl. 49-50. CONDENO o Requerente no pagamento dos honorários de sucumbência, arbitrados em R$3.000,00 (três mil reais), cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida à fl. 50. Custas pelo Autor, isento na forma da Lei. P.R.I. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES (OAB 15501/PA) - Processo 0600859-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Sonia Maria Henrique Angelim Sousa, - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0607854-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Equivalência salarial - REQUERENTE: Ricardo Conceicao da Costa de Menezes - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608296-10.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Elisângela Sena Ferreira - Trata-se de pedido individual de cumprimento de acórdão proferido em ação coletiva: mandado de segurança coletivo nº 4001983-56.2015.8.04.0000. No caso em exame, além do demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo as exigências do art. 534 do CPC/15, é

imprescindível que o requerente junte aos autos a petição inicial, a fim de que se possa aferir o alcance da decisão. Assim, intime-se o requerente para que em 15 (quinze) dias emende a inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082/AM) - Processo 0608940-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: Carlos Mario Canto Oliveira - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB 12619/AM) - Processo 0609236-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Marivone Gonçalves de Lima - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0618341-44.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elton da Silva Cidade - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl. 267, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM) - Processo 0639295-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: V. V. Construções Ltda. (V. V. Construções e Comércio) - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0640627-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Altair Artiago dos Santos - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: ROBERVAL SANTOS CAVALCANTE NETO (OAB 13015/AM), ADV: ROBERVALDO PINHEIRO CAVALCANTE (OAB 10650/AM) - Processo 0645486-75.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Roberto Sabino Rodrigues - Decisão. Desse modo, nos termos da fundamentação, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na presente Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa. Sem custas e honorários, nos termos do art. 18 da Lei n.º 7.347/85. P.R.I. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM) - Processo 0645533-49.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: Vilma Florenço Queiroz - Decisão. Desse modo, nos termos da fundamentação, revogando a medida liminar deferida, decido pela rejeição integral da Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa ajuizada contra Vilma Florenço Queiroz, com fulcro no art. 17, §8º da Lei nº 8.429/92. Sem custas e honorários, nos termos do art. 18 da Lei n.º 7.347/85. P.R.I. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: VALÉRIA FREIRE LITAIFF (OAB 8009/AM), ADV: LUAN OLIVEIRA DA SILVA (OAB 10910/AM), ADV: FELIPPE ISPER ABRAHIM NETO (OAB 5279/AM) - Processo 0645978-67.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: Marise Mendes Perez - Decisão. Desse modo, nos termos da fundamentação, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na presente Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa. Sem custas e honorários, nos termos do art. 18 da Lei n.º 7.347/85. P.R.I. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653501-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nomeação - REQUERENTE: Marcifran Barros da Silva - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: RODRIGO RAMOS RODRIGUES (OAB 6701/AM) - Processo 0659496-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seção Cível - REQUERENTE: Raimundo de Jesus Rodrigues e outros - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos das custas processuais pendentes de pagamento às fls.28 pelo requerente - Raimundo de Jesus Rodrigues e outros. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva P/Diretora de Secretaria

Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Felipe Alves de Carvalho Chaves (OAB 15501/PA)
Felippe Isper Abrahim Neto (OAB 5279/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Augusto Montenegro Freire (OAB 6029/AM)
Leonardo Barroso Monteiro (OAB 12619/AM)
Luan Oliveira da Silva (OAB 10910/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Roberval Santos Cavalcante Neto (OAB 13015/AM)
Robervaldo Pinheiro Cavalcante (OAB 10650/AM)
Rodrigo Ramos Rodrigues (OAB 6701/AM)
Valéria Freire Litaiff (OAB 8009/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0019/2019

ADV: VIRGILIO AZEVEDO DOS SANTOS NETO (OAB 4973/AM) - Processo 0224548-61.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: José Carlos de Souza Bruce - R. Hoje. 1. Defiro conforme requerido pelo Ministério Público às fls. 264. 2. Oficie-se ao Presidente da OAB/AM, com cópia dos documentos de fls. 47, 196/199, 234/236, 256, 257, 258 e 262, para providências administrativas quanto a possível falta ética e desídia do advogado Virgílio Azevedo dos Santos Neto (OAB/AM 4.793). 3. Intime-se por Edital o advogado supracitado para apresentação das alegações finais do denunciado no prazo de 05 (cinco) dias, com expressa menção de aplicação da multa do art. 265, do CPP, em caso de descumprimento da ordem judicial. 4. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0240067-81.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Richards Cordeiros de Camargo e outro - Instrução e Julgamento Data: 10/09/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM), ADV:

HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0625009-31.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Joao Evangelista Queiroz Guedes - Aquilis Alves Lira - Orlean Galdino da Rocha e outro - Interrogatório Data: 19/03/2019 Hora 12:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0626336-74.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Willian Rogério Moraes do Nascimento e outro - Instrução e Julgamento Data: 11/04/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0637474-38.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Janderson Nogueira Pontes - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar JANDERSON NOGUERIA PONTES como incurso na sanção prevista no artigo 16, caput, da Lei n. 10.826/2003, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que o Réu agiu com culpabilidade normal à espécie, nada tendo a se valorar; O Réu possui maus antecedentes (fls. 99/100); Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-la; Os motivos do delito são próprios do tipo; a conduta não teve maiores consequências, sendo que não se pode cogitar sobre o comportamento da vítima. Por fim, não existem dados para se aferir a situação econômica do Réu. À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que agravo a pena base, nos termos do art. 61, I, do CP, fixando-a em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Não concorrem circunstâncias atenuantes e tampouco causas de diminuição ou de aumento de pena. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 17.08.2018, dosando definitivamente a pena em 02 (dois) anos, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 02 (dois) anos, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Contudo, em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do Código Penal, o Réu, em face de sua extensa folha de antecedentes (fls. 99/100), sendo REINCIDENTE contumaz, NÃO faz jus ao cumprimento da pena em regime aberto, devendo, portanto, cumpri-la, de início, em regime SEMIABERTO (Súmula 269-STJ). Ademais, da mesma forma, em função da ressalva supracitada, torna-se incabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que o Réu não atende o requisito aduzido no inciso II, do art. 44, do CP. Assim, considerando as observações precedentes, NEGO ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que persistem os requisitos autorizadores da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública, a reiterada prática de crimes, bem como pela garantia da aplicação da lei penal, com vistas ao cumprimento da pena imposta, porquanto se reforça a necessidade da custódia por haver contra o réu um juízo de culpabilidade, conforme consignado nesta decisão. Por fim, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 07 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoagen Juíza de Direito

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0653174-54.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Felipe Mendes Gouvea - Instrução e Julgamento Data: 20/03/2019 Hora 12:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
VIRGILIO AZEVEDO DOS SANTOS NETO (OAB 4973/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0016/2019

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0200023-83.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Afonso Silva de Sales - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0200023-83.2014.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Afonso Silva de Sales, cuja qualificação completa constante dos autos é AFONSO SILVA DE SALES, (Outros nomes: vulgo: 'SORÓ'.), Brasileiro(a), Solteiro, Lavador de Veículos, RG RA290345293606-29CSM, pai Sebastiao Monteiro de Sales, mãe Marilia Couto da Silva, Nascido/Nascida 18/05/1983, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Nova Casa, 133, Compensa I, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Receptação distribuído a esta Vara em 08/01/2014. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: LAÍSE CAVALCANTE SILVA (OAB 9329/AM), ADV: JOSÉ RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA (OAB 9490/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0205602-41.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção ativa - INDICIADO: Marcio Claudio Hortêncio Câmara - Dê-se vista à defesa, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para apresentação de memoriais, na forma do art. 403, §3º do Código de Processo Penal. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0208883-05.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Wallace Pinto Lima - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0208883-05.2016.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Wallace Pinto Lima, cuja qualificação completa constante dos autos é WALLACE PINTO LIMA, Brasileiro(a), Solteiro, Lavador de Veículos, RG 27825531-SSP/AM, mãe Leila Maria Pinto Lima, Nascido/Nascida 02/03/1994, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Prof. Abilio Alencar, 466, Alvorada II, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 91071059, por prática de Roubo distribuído a esta Vara em 07/03/2016. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0213853-48.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADA: Jéssica Langbhen do Nascimento - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0213853-48.2016.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Jéssica Langbhen do Nascimento, cuja qualificação completa constante dos autos é JÉSSICA LANGBHEN DO NASCIMENTO, Brasileiro(a), Solteira, Desempregado, RG 20275820/AM, mãe Gina Langbhen do Nascimento, Nascido/Nascida 07/07/1990, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA QUINTINO BOCAIÚVA - VILA MORGADO, 601, EM FRENTE A JUNTA MILITAR, CENTRO-Feira da banana, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Furto distribuído a esta Vara em 07/04/2016. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0224847-38.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Felippe da Silva Vieira - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0224847-38.2016.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Felippe da Silva Vieira, cuja qualificação completa constante dos autos é FELIPPE DA SILVA VIEIRA, Brasileiro(a), RG 2326276-1/SSP-AM, pai Jorge Marcelo Ferreira Vieira, mãe Micheline Pedrosa da Silva, Nascido/Nascida 17/12/1991, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Maracaibo, 25, Qd. 528, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Roubo distribuído a esta Vara em 13/06/2016. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0229943-97.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADA: Tatiane Cristina dos Santos Teixeira - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0229943-97.2017.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é TATIANE CRISTINA DOS SANTOS TEIXEIRA, Brasileiro(a), Solteira, RG 17392276/AM, pai João Teixeira dos Santos, mãe Maria Assunção Teixeira, Nascido/Nascida 31/01/1984, natural de Manaus - AM, com endereço à Avenida Curação/ QD232, 09, Cidadão V, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM por prática de Estelionatodistribuído a esta Vara em 01/08/2017. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no

Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Beatriz R. de Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

ADV: ANGELA GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 12672/AM) - Processo 0232458-42.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Alcezina Gomes Firmino e outro - INDICIADO: Carlos Eduardo de Oliveira Guedes - ar o carro. Nesse momento Acelane Gomes Firmino travou luta corporal com o réu, tomou a faca de suas mãos, impedindo que levasse o veículo e fazendo com que empreendesse fuga, sendo perseguido pela vítima. Durante a perseguição o acusado jogou o aparelho celular no chão, mas a vítima conseguiu detê-lo. Acionados os policiais militares, os quais após tomarem conhecimento da situação, foi dada voz de prisão em flagrante e conduzido à delegacia, onde foi formalmente reconhecido pelas vítimas.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0237903-41.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Robenilson de Araujo Pereira - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0237903-41.2016.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Robenilson de Araujo Pereira, cuja qualificação completa constante dos autos é ROBENILSON DE ARAUJO PEREIRA, Brasileiro(a), RG 28136985, com endereço à Ramal Sr Medeiros, 550, Puraquequara, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Roubo distribuído a esta Vara em 12/09/2016. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0238420-46.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Gelênio do Carmo da Silva Teixeira - Diante de todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte ABSOLVO Gelênio do Carmo da Silva das imputações que lhe são feitas na denúncia, e o faço com fulcro no art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

ADV: ROBERTO DE SOUZA SIMONETTI NETO (OAB 8454/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: EZEQUIAS VASCONCELOS DE PAULA (OAB 9284/AM), ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: NEILA MARIA DANTAS AZRAK (OAB 10584/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO LAMÊGO VASCONCELOS (OAB 11161/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0603351-82.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: ELEANDRO AUGUSTO OLIVEIRA e outro - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte CONDENO Nadilce da Costa Cardoso, nas sanções penais do art. 155, caput, do Código Penal Brasileiro; por outro lado, ABSOLVO Eleandro Augusto Oliveira das imputações que lhe são feitas na denúncia, e o faço com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: MARLON BRUNO PANTOJA PINHEIRO (OAB 26333/PA) - Processo 0603588-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Db Supermercados - Filial Bairro Dom Pedro - Representada Ozinete Pereira da Silva - INDICIADO: Arlindo Ferreira Junior - Presentes os pressupostos processuais e válidas as condições da ação, porquanto, atendidas as formalidades legais do art. 41 e ausentes quaisquer das hipóteses do art. 395, ambos do Código de Processo Penal RECEBO a denúncia apresentada pelo Ministério Público em desfavor de Arlindo Ferreira Junior, dando-o(s) como incurso(s) no tipo penal previsto no art. 157, caput do Código Penal. Cite-se o(s) denunciado(s) para apresentação de resposta escrita à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o(s) ainda de que, na sua falta, ser-lhe(s)-á nomeado Defensor Público. Devidamente citado(s) e transcorrido in albis o referido prazo legal, havendo advogado constituído nos autos determino a intimação deste, via DJE, para apresentar resposta escrita no prazo legal. Quedando-se inerte a defesa constituída, intime-se o réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo advogado. Constituído novo advogado, intime-o via DJE para apresentar resposta escrita nos moldes acima. Não sendo constituído novo advogado pelo réu, ou não sendo possível a sua intimação, ou ainda em caso de réu citado sem defesa constituída nos autos, promovo desde já a nomeação do Dr. Miguel Henrique Tinoco de Alencar, ilustre Defensor Público do Estado, para defendê-lo(s) no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A, §2º do Código de Processo Penal c/c o art. 34, inciso I da Lei Complementar Estadual 01/90. Atente-se o Cartório para o processamento em apartado de eventuais incidentes e exceções apresentadas no curso da ação, bem como para proceder a evolução de classe de inquérito policial para ação penal. Fica(m) desde já advertido(s) ainda o(s) denunciado(s) de que quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas ao Juízo. Solicite-se os laudos relativos às perícias requisitadas no curso do inquérito policial, notadamente aqueles de fls. 08 e 22 dos autos. Se, por ventura, restar frustrada a citação do(s) denunciado(s), fica autorizada a Secretaria a proceder a busca do atual endereço deste(s) junto aos sistemas eletrônicos SIEL (Tribunal Regional Eleitoral), INFOJUD (Receita Federal), SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos. Caso logre êxito as diligências empreendidas, sendo então fornecido endereço diverso daquele já constante nos autos, expeça-se novo mandado de citação ou carta precatória, se necessário; caso contrário, cite-se o denunciado via edital pelo prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do Código de Processo Penal. À Secretaria para as demais providências.

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0606490-71.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Antonio Marcos Craveiro Frota e outro - Inquirição - Audiência Data: 06/02/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0608718-82.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Gravíssima - INVESTIGAD: Samara da Silva Pinheiro - INDEFIRO o pedido de prisão preventiva de SAMARA DA SILVA PINHEIRO, em consonância com o parecer ministerial, uma vez ausentes os pressupostos que a autorizam, tudo de acordo com motivação jurígena acima delineada.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0609006-64.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Antonio Jaime Silva da Rocha Neto - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte CONDENO Antonio Jaime Silva da Rocha Neto às sanções penais do art. 157, caput, c/c do art. 14, inciso II, do Código Penal.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0612158-57.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Thiago Araujo da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0612158-57.2017.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Thiago Araujo da Silva, cuja qualificação completa constante dos autos é THIAGO ARAUJO DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 2933413-6, pai Roney Ribeiro da Silva, mãe Mary Queiroz de Araújo, Nascido/Nascida 30/08/1998, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Itamar Franco (próx. ao Mercadinho Matos), 30, Comunidade CIDADE ALTA 4 ETAPA, Jorge Teixeira, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Roubo Majorado distribuído a esta Vara em 12/04/2017. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0636548-91.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - DENUNCIADO: Danillo Pinheiro Martins Rocha e outros - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0636548-91.2017.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é MATHEUS ALEXSANDRO CASTRO JATI, Brasileiro(a), RG 2884767-5, mãe Silvia Patricia Castro Jati, Nascido/Nascida 05/09/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 16, 1279 OU 40, CJ ou Rua 31 Março, Japiim, Manaus - AM por prática de Receptação Qualificadadistribuído a esta Vara em 11/10/2017. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de fevereiro de 2019. Eu, Beatriz R. de Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0640767-50.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉ: Luciana da Silva Craveiro e outro - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular da vítima e das acusadas, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 05/02/2020, às 09:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da vítima e das acusadas, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0641154-65.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Gabriel Silva da Silva - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte CONDENO Gabriel Silva da Silva às sanções penais do artigo art. 157, §2º, incisos I e II c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (redação anterior às alterações trazidas pela Lei nº 13.654/2018) c/c do art. 244-B do ECA.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: VERA LICE DE OLIVEIRA TRINDADE (OAB 8989/AM), ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM), ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM) - Processo 0644622-03.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: B.M.C.G. e outro - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte CONDENO Brendo Marques Colares da Glória e Renan Barbosa Evangelista às sanções penais do art. 157, §2º, II do Código Penal.

ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Angela Galvão dos Santos Silva (OAB 12672/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Ezequias Vasconcelos de Paula (OAB 9284/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
José Raimundo Monteiro da Silva (OAB 9490/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Laíse Cavalcante Silva (OAB 9329/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Marlon Bruno Pantoja Pinheiro (OAB 26333/PA)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Neila Maria Dantas Azrak (OAB 10584/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Roberto de Souza Simonetti Neto (OAB 8454/AM)
Rodrigo Otávio Lamêgo Vasconcelos (OAB 11161/AM)
Vera Lice de Oliveira Trindade (OAB 8989/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0038/2019

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM), ADV: CONSUELO PINHEIRO DE FARIAS (OAB 8181/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0218095-50.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - ACUSADO: Eudimar da Silva Oliveira - Após análise dos argumentos constantes na resposta à acusação, confrontando-a com a Denúncia, constato a inocorrência das circunstâncias previstas no artigo 397 do Código de Processo Penal, não havendo possibilidade de absolvição sumária no presente caso. Ante o exposto, nos termos do artigo 399 do Código de Processo Penal, DESIGNO o dia 14/03/2019 às 08:30h para realização da Audiência de Instrução e Julgamento, na forma do art. 400 do CPP. E, ainda, DETERMINO:

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0220015-59.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: Sonja Souza e Silva e outros - INDICIADO: Mario Souza Martins Neto e outro - Instrução e Julgamento Data: 14/03/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Consuelo Pinheiro de Farias (OAB 8181/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0218988-17.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Erikson Pereira de Araújo, vulgo “Gordo “ e outros - Instrução e Julgamento Data: 15/03/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0041/2019

ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0217521-27.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - ACUSADO: Elke do Espirito Santo Lopes - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Homologo a desistência da oitiva das testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Em vista da ausência do réu, suspendo o presente ato e redesigno-o para o dia 15/03/2019 às 10:00h. Intime-se o réu na forma requerida pela defesa. Partes intimadas em audiência. Intimações de estilo. Cumpra-se.

Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0039/2019

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0243861-37.2018.8.04.0001 (processo principal 0635650-44.2018.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Calúnia - APELANTE: Christhian Naranjo de Oliveira - APELADA: Mayana Tomaz Costa - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de interposição de recursos, quais sejam, cabimento, adequação, tempestividade, sucumbência e legitimidade, RECEBO o RECURSO EM SENTIDO ESTRITO interposto, nos termos do artigo 581, inciso II do Código de Processo Penal. Verificando-se que o recurso não prejudica o andamento do processo, determino que seja translado para os próprios autos, na forma do art. 583, III do CPP. Intime-se o recorrido, na forma do art. 588 do Código de Processo Penal, para no prazo de 02 (dois) dias, oferecer contrarrazões recursais. Após, remetam-se os autos conclusos para análise do efeito diferido. Após o translado das peças integrantes do recurso, determino, a baixa da presente autuação (Processo dependente nº 0243861-37.2018,8,04,0001), com o lançamento da movimentação nº 218, apenas para fins estatísticos. Diligências de praxe.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0607276-81.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Mateus Chantel dos Santos - Ante o exposto, nos termos do artigo 399 do Código de Processo Penal, DESIGNO o dia 28/03/2019, às 09:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento, consoante artigo 400 do Código de Processo Penal.

Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)

11ª VARA CRIMINAL

Autos nº: 0201198-10.2017.8.04.0001
SENTENÇA
Vistos, etc.

Acolho a promoção do Ministério Público, às fls. 89/90, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. O conjunto probatório colhido no inquérito policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. A doutrina predominante diz que se procede o arquivamento do inquérito policial quando a) o fato é atípico, b) a autoria desconhecida, c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. Isto Posto, determino o arquivamento destes autos de inquérito policial, mediante baixa na distruição, ressalvando-se o disposto no art.18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se

Manaus, 26 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito em substituição

Autos nº: 0204864-87.2015.8.04.0001
SENTENÇA
Vistos, etc.

Acolho a promoção do Ministério Público, às fls. 141/142, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. O conjunto probatório colhido no inquérito policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. A doutrina predominante diz que se procede o arquivamento do inquérito policial quando a) o fato é atípico, b) a autoria desconhecida c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. Isto Posto, determino o arquivamento destes autos de inquérito policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art.18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se

Manaus, 26 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

Autos nº: 0225476-46.2015.8.04.0001
SENTENÇA
Vistos, etc.
Acolho a promoção do Ministério Público, às fls. 111/112, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. O conjunto probatório colhido no inquérito policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. A doutrina predominante diz que se procede o arquivamento do inquérito policial quando a) o fato é atípico, b) a autoria desconhecida, c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. Isto Posto, determino o arquivamento destes autos de inquérito policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art.18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se
Manaus, 26 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito em substituição

Autos nº: 0231345-87.2015.8.04.0001
SENTENÇA
Vistos, etc.
Acolho a promoção do Ministério Público, às fls. 58, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. O conjunto probatório colhido no inquérito policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. A doutrina predominante diz que se procede o arquivamento do inquérito policial quando a) o fato é atípico, b) a autoria desconhecida, c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. Isto Posto, determino o arquivamento destes autos de inquérito policial, mediante baixa na distribuição, vista a duplicidade, devendo ressalvando-se o disposto no art.18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se
Manaus, 26 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

Autos nº: 0632430-72.2017.8.04.0001
SENTENÇA
Vistos, etc.
Acolho a promoção do Ministério Público às fls. 46/47, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. O conjunto probatório colhido no inquérito policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. A doutrina predominante diz que se procede o arquivamento do inquérito policial quando a) o fato é atípico, b) a autoria desconhecida c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. Isto Posto, determino o arquivamento destes autos de inquérito policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art.18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se
Manaus, 26 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito em substituição

Autos nº: 0645256-96.2018.8.04.0001
SENTENÇA
Vistos, etc.
Acolho a promoção do Ministério Público, às fls. 37/38, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. O conjunto probatório colhido no inquérito policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. A doutrina predominante diz que se procede o arquivamento do inquérito policial quando a) o fato é atípico, b) a autoria desconhecida, c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. Isto Posto, determino o arquivamento destes autos de inquérito policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art.18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se
Manaus, 26 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito em substituição

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0201335-02.2017.8.04.0030
O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Girlaine da Silva Magalhães Manaus-AM, 28/10/1984 pai Gilmar Melo Magalhaes, mãe Rosangela Gomes da Silva, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, ManausAM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.
Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0203235-02.2016.8.04.0015
O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Rubem de Almeida Goes Manaus-AM, 03/05/1975 pai Ruy Reategue de Goes, mãe Maria do Carmo de Almeida Goes, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento daDenúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.
Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0206831-02.2017.8.04.0001
O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Josué Clarindo das Chagas Filho Manaus-AM, 11/01/1986 pai Jose Clarindo das Chagas, mãe Tereza Araujo de Souza, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis,

São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0218082-51.2016.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu RAIMUNDO NONATO SILVA DE SOUZA Belem-PA, 09/01/1961 pai SEBASTIAO SATURNINO DE SOUZA, mãe JOANA SILVA DE SOUZA, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0227126-94.2016.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Diego Júnior de Sousa Serra Manaus-AM, 15/01/1991 pai Fernando de Oliveira Serra, mãe Dileusa Branches de Sousa, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0231386-54.2015.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Ronaldo Matos de Souza Manaus-AM, 23/06/1982 pai Raimundo Nonato de Souza, mãe Minervina de Souza Matos, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0231802-85.2016.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu JANICE DO VALE PINHEIRO Manaus-AM, 13/09/1995 pai JOAO BATISTA DE SOUZA, mãe JANDIRA DO VALE PINHEIRO, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0244832-90.2016.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital doEstado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Thiago Soares da Silva Manaus-AM, mãe Maria de Fátima Correa da Silva, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0254044-77.2012.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Pedro Nogueira Gomes Obidos-PA, 29/11/1972 pai Manoel Bonifácio da Costa Gomes, mãe Maria Rosa Nogueira Gomes, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0601247-49.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Arlon Sales Martins Eirunepe-AM, 10/03/1992 pai Francisco Carlos Monteiro Martins, mãe Francisca Alves de Sales, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva,Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0613712-27.2017.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Jeferson Galvão Benevides Eirunepe-AM, 18/12/1984 mãe Maria das Dores Galvão Benevides, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, ManausAM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0624812-76.2017.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu JOSE THIAGO PONTES DE SENA (MENOR) Manaus-AM, 03/06/1999 pai RAIMUNDO WILLIAM DE SENA, mãe NOEMIA DE OLIVEIRA PONTES, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A

do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído. E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0631100-06.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Flaviana Leitão Galvão Manaus-AM, 30/01/1997 pai Flavio Frreira Galvão, mãe Ivanilda De Carvalho Pereira, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, ManausAM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0631686-43.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital doEstado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Erick Pereira Bezerra Parintins-AM, 19/02/1998 mãe Ana Delia Pereira Bezerra, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0638322-25.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Cidio Moreira Oliveira Limoeiro do Norte-CE, 23/09/1986 pai Cicero Cesário de Oliveira, mãe Maria Aldenora, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, ManausAM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0639072-27.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Italo Soares Ramos Manacapuru-AM, 10/02/1997 pai AILBERTINO GONÇALVES RAMOS, mãe ADRIANA RIBEIRO SOAREA, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0640540-26.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital d oEstado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Leandro Oliveira Silva São Paulo-SP, 25/10/1984 pai José Antonio da Silva, mãe Maria da Conceiçao Oliveira Silva, por prática de Ação

Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0641354-38.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital doEstado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Cleidiomar Oliveira Gondim Maues-AM, 10/07/1992 pai PASCOAL BRASIL GONDIM, mãe DOMINGAS ALVES DE OLIVEIRA, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)
Processo nº 0641354-38.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) réu Cleomar Oliveira Gondim Maues-AM, 05/08/1994 pai PASCOAL BRASIL DONDIM, mãe DOMINGAS ALVES DE OLIVEIRA, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

O MM Juíz de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0200412-57.2013.8.04.0016, no qual figura como acusado Eberton Lago Menezes, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 64), com o seguinte teor: Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Eberton Lago Menezes, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 109, VI, todos do Código Penal. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

A MM.ª Juíza de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0200436-33.2013.8.04.0001, o qual figura como acusado Robson dos Santos Magno, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 119-121), com o seguinte teor: Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER ROBSON DOS SANTOS MAGNO do delito que lhe foi imputado. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

A MM.ª Juíza de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0206006- 97.2013.8.04.0001, o qual figura como acusado Tiago Silva da Silva, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 132-133), com o seguinte teor: Sendo a prescrição matéria de ordem pública, devendo o Juiz decretá-la de ofício, quando constatada sua ocorrência, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RÉU TIAGO SILVA DA SILVA, nos termos do artigo 107, IV, c/c artigo 109, IV c/c artigos 115 e 110, todos do CPB. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

O MM Juíz de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0206297-97.2013.8.04.0001, no qual figura como acusado Otaniel da Silva Rocha, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 159-

160), com o seguinte teor: Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER OTANIEL DA SILVA ROCHA do delito que lhe foi imputado. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

A MM.ª Juíza de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0211642-10.2014.8.04.0001, o qual figura como acusado Antônio Paulo Teixeira Costa e Luiz Carlos Rodrigues Marques, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 252-255), com o seguinte teor: Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para CONDENAR LUIZ CARLOS RODRIGUES MARQUES, anteriormente qualificado, como incurso na conduta prevista no artigo 16, parágrafo único, inciso IV da lei n. 10.826/03 e ABSOLVER ANTONIO PAULO TEIXEIRA COSTA, também devidamente qualificado, com fulcro no art. 386, VII, do CPP. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 27 de fevereiro de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

Autos nº: 0213113-90.2016.8.04.0001
Classe Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Furto Qualificado
SENTENÇA
Vistos, etc.

Trata-se de hipótese, noticiada nestes autos, da provável prática da conduta criminosa disposta no artigo 171, caput, do Código de Penal Brasileiro. Na oportunidade o Ministério Público, ao oferecer a denuncia, propôs a Suspensão Condicional do Processo, pelo prazo de 02 (dois) anos, haja vista estar presentes os requisitos do art. 89, da Lei n. 9099/95, bem assim, art. 77 do CPB. Realizada a audiência e formulada a Proposta de Suspensão Condicional do Processo, a acusada Marilza da Silva Severiano se manifestou no sentido de aceitar o benefício. Ainda na audiência, foi prolatada Sentença de Homologação da presente proposta suspendendo o curso do processo pelo prazo de 02 (dois) anos, com fulcro no art. 89, caput, c/c § 1º da Lei nº 9099/95. Às fls. 302/324, consta que a beneficiária cumpriu o período de prova, sem que houvesse revogação do benefício. Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade em face de MARILZA DA SILVA SEVERIANO, nos termos do art. 89, § 5º, da Lei 9099/95 . Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição. Cumpra-se.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito em Substituição

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

A MM.ª Juíza de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0213404- 95.2013.8.04.0001, no qual figura como acusado Alef Simpson Ramos e outro, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 148-152), com o seguinte teor: Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar os réus ALEF SIMPSON RAMOS e EMERSON FERREIRA SANTANA, anteriormente qualificados, como incurso nas penas do art. 157, §2º, inciso I e II do CPB. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

O Juíz de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0215787-75.2015.8.04.0001, o qual figura como acusado ENGELO WASHINGTON COSTA FERREIRA, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 70-72), com o seguinte teor: Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu ENGELO WASHINGTON COSTA FERREIRA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, I do Código Penal Brasileiro. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 01 de março de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

O Juíz de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0219300-22.2013.8.04.0001, o qual figura como acusado Carlos Odilon Arcos da Silva Neto, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls.168-171), com o seguinte teor: Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para submeter CARLOS ODILON ARCOS DA SILVA NETO, anteriormente qualificado, como incurso na conduta prevista no artigo 16, parágrafo único, inciso IV da lei n. 10.826/03. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 01 de Março de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

O MMo Juíz de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0220720-28.2014.8.04.0001, o qual figura como acusado Vinicius Roger Palmeira Celestino, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 87-93), com o seguinte teor: Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado, Vinicius Roger Palmeira Celestino, já qualificado nesta ação penal que lhe move a Justiça Pública, a PENA INDIVIDUAL DE 01:04:24 (um ano, quatro meses e vinte quatro dias), de reclusão, e 10 (dez) dias-multa, por infração ao art. 299, c/c 71, do Código Penal. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 01 de Março de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

O Juíz de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0227723-63.2016.8.04.0001, no qual figura como acusado Fernando Junio Pacheco Brandão, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 113-116), com o seguinte teor: Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para submeter LEANDRO RODRIGUES DANTAS, anteriormente qualificado, como incurso na conduta prevista no artigo 16, parágrafo único, inciso IV da lei n. 10.826/03. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

O MM.ª Juíz de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0235978-15.2013.8.04.0001, o qual figura como acusado Clarisse Salgado Alexandre, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 114-118), com o seguinte teor: Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para submeter ROSSY BARROS ALEXANDRE, anteriormente qualificado, como incurso na conduta prevista no artigo 171, caput do Código Penal. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

O MM. Juíz de Direito, Jean Carlos Pimentel dos Santos, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º 0252751-38.2013.8.04.0001, no qual figura como acusado Thaian Williams Veiga da Silva, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 130-133), com o seguinte teor: Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar THAIAN WILLIAMS VEIGA DA SILVA pela prática da conduta prevista no artigo art. 16, § único, IV, da Lei nº 10.826/03. Eu, Tomaz Nasser Appel, Assistente Judiciário, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Manaus,. 28 de fevereiro de 2019
Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juíz de Direito

Autos nº: 0614662-70.2016.8.04.0001
Classe Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Furto Qualificado
SENTENÇA
Vistos, etc.

Trata-se de ação penal movida em face de Edeglei Fernandes de Lima, devidamente qualificado nos autos, por suposta prática do crime previsto no art. 171, caput, do CPB. Fato ocorrido no dia 06 de Maio de 2016. À fl. 102 , restou colacionada aos autos, Certidão de Óbito do denunciado, expedida pelo cartório 7º Registro Civil de Manaus, com registro de falecimento na data de 22 de Outubro de 2017. Com vista dos autos, o representante do Ministério Público apresentou parecer para que fosse decretada a extinção da punibilidade. (fl. 106) ISTO POSTO, acompanhando parecer ministerial, na forma dos artigos 107, I, do CPB e art. 62, do CPP, declaro extinta a punibilidade de Edeglei Fernandes de Lima e, em consequência, após as devidas formalidades legais, determino o arquivamento dos autos. Manaus, 31 de janeiro de 2019.

Jean Carlos Pimentel dos Santos
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0094/2019

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: MÁRIO FABIANO DE LIMA (OAB 2234/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 1687E/AM) - Processo 0036724-08.2006.8.04.0001 (001.06.036724-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - DENUNCIADO: Alexandre de Souza Dumont - O Ministério Público, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, ofertou denúncia contra Alexandre de Souza Dumont, pela suposta prática criminal de roubo, capitulada no art. 157, caput do Código Penal. Em breve síntese, o Órgão Ministerial, às fls. 123/124, pugnou pelo deferimento do pleito da defesa realizado, às fls. 117/119, que requereu o reconhecimento da prescrição virtual ou antecipada. A prescrição é a perda da pretensão punitiva do Estado diante de sua inércia por determinado lapso de tempo, estabelecido pelo Código de Penal, em seu artigo 109. Em conformidade com a legislação penal vigente, prescreve-se a pretensão punitiva relativa ao delito em questão, após o transcurso temporal de 16 (dezesseis) anos. In casu, constata-se que o recebimento da denúncia ocorreu no dia 27 de Julho de 2010(fl. 25), dando início a fluência do prazo prescricional, tendo transcorrido, até o presente momento, anos sem haver ao menos projeção para o deslinde processual, até a chegada da prolação da sentença, de modo a faltar tão somente anos para a perda do exercício do jus puniendi. Todavia, verifica-se na atualidade a existência do instituto da prescrição antecipada ou virtual que vem ao socorro de casos como o dos autos. Sobre o tema o professor Guilherme de Souza Nucci informa que o referido instituto trata-se da constatação da prescrição, antecipadamente, levando-se em conta a pena a ser virtualmente aplicada ao réu, ou seja, a pena que seria, em tese, cabível ao acusado. A jurisprudência dos Tribunais de 2ª instância se manifestam nesse sentido: PRESCRIÇÃO ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. O processo, como instrumento, não tem razão de ser, quando o único resultado previsível levará, inevitavelmente, ao reconhecimento da ausência de pretensão punitiva. O interesse de agir exige da ação penal um resultado útil. Se não houver aplicação possível de sanção, inexistirá justa causa para a ação penal. Assim, só uma concepção teratológica do processo, concebido como autônomo, auto-suficiente e substancial, pode sustentar a indispensabilidade da ação penal, mesmo sabendo-se que levará ao nada jurídico, ao zero social. E a custas de desperdício de tempo e recursos materiais do Estado. Desta forma, demonstrado que a pena projetada, na hipótese de uma condenação, estará prescrita, deve-se declarar a prescrição, pois a submissão do acusado ao processo decorre do interesse estatal em proteger o inocente e não intimidá-lo, numa forma de adiantamento de pena. É a hipótese em julgamento. DECISÃO: Apelo ministerial desprovido. Unânime. (TJRS, processo Nº 70018365668, Apelação Crime, Comarca de Torres Sétima Câmara Criminal, Rel. DES. SYLVIO BAPTISTA NETO).

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0600645-29.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Leonardo Santos Castelo Branco - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar LEONARDO SANTOS CASTELO BRANCO, pela prática da conduta prevista no artigo 16, da Lei nº 10.826/03.

ADV: HELDER CESAR BARROS (OAB 9350/AM) - Processo 0633336-62.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Walmir Felipe de Souza Lima - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu WALMIR FELIPE DE SOUZA LIMA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 157, §2º, inciso I e II, c/c art. 70, do CPB e das penas previstas para o art. 244-B, do ECA, todos na forma do art. 70, do CPB.

ADV: RALLES DE ARAUJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0642949-09.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Erik Costa Monteiro e outro - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER ERIK COSTA MONTEIRO e ALEX VEIRA DA SILVA, das sanções que lhes foram impostas na denúncia, com fulcro no art. 386, VII do CPP.

HELDER CESAR BARROS (OAB 9350/AM)
Mário Fabiano de Lima (OAB 2234/AM)
Ralles de Araujo Baldez (OAB 12429/AM)
ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 1687E/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0095/2019

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0602213-75.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - ACUSADO: Wesley da Silva Augusto - Instrução e Julgamento Data: 15/03/2019 Hora 10:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0641717-25.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Janaina Souza dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 15/03/2019 Hora 09:45 Local: padrão Situacão: Pendente

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM) - Processo 0228708-32.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: V.S.B. e outro - R. H. Remetam-se os autos à Superior Instância com as nossas homenagens e as cautelas legais. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0236025-52.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Fabiano de Oliviera Furtado de Freitas - R. H. Reitere-se a intimação das partes para os fins do art. 422 do CPP, certificando-se, nos autos, a data pautada para realização da sessão plenária. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS GUEDES RIOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0024657-45.2005.8.04.0001 (001.05.024657-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Cleiber de Castro Costa - Autos de nº0024657-45.2005.8.04.0001 Acusado: CLEIBER DE CASTRO COSTA DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de CLEIBER DE CASTRO COSTA, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, §2º, inciso I, c/c Art. 14, inciso II, c/c Art. 29, “Caput”, todos do Código Penal, porque, conforme consta da Exordial de fls. 56/57, o acusado, visando vingar-se da vítima, em razão de esta estar supostamente envolvida com o furto de seu celular, foi até o local onde a mesma estava e passou a desferir-lhe murros e tapas, e, após isso, a vítima saiu correndo, sendo que o denunciado, na posse de uma moto, saiu em perseguição da mesma, em companhia de outra pessoa, sendo que esta, a mando do denunciado, desceu do veículo e efetuou um disparo em direção daquela, acertando-a em um dos dedos da mão, somente não conseguindo o seu intento de matá-la devido esta ter conseguido fugir e refugiar-se em sua residência. Indicou o órgão do Ministério Publico a presença da qualificadora do motivo torpe (vingança). A Denúncia foi recebida em 02 de Julho de 2008, fl. 56. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 90/92. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 106, 108, 117/118 e 131/132. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls. 157/158. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, requerendo a Absolvição Sumária ou, alternativamente, a Desclassificação do Tipo Penal, fls. 166/172. Por Decisão proferida em 12 de Agosto de 2015, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls. 174/175. Houve recurso da Decisão de Pronúncia, conforme Razões apresentadas pela Defesa, fls. 193/200. O Ministério Público apresentou as Contrarrazões Recursais, fls. 202/208. O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas negou provimento ao acima referido Recurso, mantendo-se, na íntegra, a Decisão de Pronúncia, conforme fls. 225/230. À fl. 238 ocorreu o trânsito em julgado da Decisão de segundo grau. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls. 241) e a Defesa (fls. 244) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. EXPEÇA-SE o necessário à realização da Sessão Plenária já pautada. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. DETERMINO, considerando o teor da Certidão de fl. 246, que os Causídicos, constituídos à fl. 181, sejam intimados, a fim de que se manifestem, no prazo de 03 (três) dias, se ainda possuem interesse na causa. Em caso negativo, que seja juntada aos autos a renúncia de patrocínio. Caso não se manifestem no prazo estipulado ou renunciem, nomeio a DPE para atuar no feito, devendo tomar ciência desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 28 de Fevereiro de 2019. Mateus Guedes Rios Juiz de Direito Presidente

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0024657-45.2005.8.04.0001 (001.05.024657-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Cleiber de Castro Costa - FICA INTIMADO, DESDE JÁ, através do presente, o (a) patrono (a) do acusado (a) a comparecer no PLENÁRIO deste Juízo do 1º Tribunal do Júri - FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (antiga Av.Paraíba), s/nº, térreo, Bairro de Adrianópolis, a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular designada para o dia : 29/03/2019, às 08h30.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0218253-71.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: Marcos Adriano Marques Paiva e outros - INTIMO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 08/05/2019 às 10:00h.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM), ADV: ALICIENE ONETY DA SILVA (OAB 11884/AM) - Processo 0605367-38.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Nelson Guilherme Melo da Silva - DENUNCIADA: MARCELA VASCONCELOS DE OLIVEIRA e outro - INTIMO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 22/03/2019 às 12:00h.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aliciene Onety da Silva (OAB 11884/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
DIRETORA DE SECRETARIA: MARILENE RIBEIRO ALVES

PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

Processo nº 0028172-88.2005.8.04.0001.

De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0028172-88.2005.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **JOCELMO CARDOSO DE ARAÚJO,** Brasileiro(a), Concubino, RG 1867736-3, pai Wilson Cardoso de Araújo, mãe Nilza Craveiro de Araújo, Nascido/Nascida 23/08/1986, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 15 de Outubro, 1256, REDENCAO, Manaus - AM, Fone 3646-6309, **"DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JOCELMO CARDOSO DE ARAÚJO, em razão de sua morte, nos termos do Art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro."**, e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 28 de fevereiro de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Marilene Ribeiro Alves, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0039/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0227513-46.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Bruno de Andrade Tavares e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0227513-46.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Bruno de Andrade Tavares, por infração art. 121, §2º, inciso I e IV, c/c art. 14, inciso II e art. 228 c/c art. 29 e 69 todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Eguinaldo Gonçalves de Moura, OAB 3761/AM, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados Robert Gregory Souza da Silva, Vammdamme Mendes dos Santos e Josivaldo de Oliveira Ruas, Luan de Figueiredo Lima, Dilson Soares Batista Neto e Bruno Andrade Tavares, já qualificados nos autos, pela suposta prática do delito art. 121, §2º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima) (duas vezes), art. 121, §2º, incisos I (mediante paga) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima) c/c art. 14, inciso II, (três vezes) e art. 288 c/c artigos 29 e 69, todos do Código Penal, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca. Por oportuno, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais em anexo, observa-se que os oras pronunciados Vammdamme Mendes dos Santos e Josivaldo de Oliveira Ruas, apresentam propensão para prática delitiva, visto a extensa ficha criminal, demonstrando, portanto, o comportamento inclinado à prática criminosa, revelando-se perigoso e nocivo ao meio social. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e seu, respectivo, antecedentes criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão dos acusados VAMMDAMME MENDES DOS SANTOS E JOSIVALDO DE OLIVEIRA RUAS, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Referente ao réu Bruno Andrade Tavares, cumprase o teor do termo de audiência à fl. 848/849. Intimem-se pessoalmente os pronunciados, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se.Manaus, 26 de julho de 2018.", no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 28 de fevereiro de 2019 Eu, Lucas Victor Gonçalves Assunção, Estagiário(a), o digitei. Eu, Lucas Rodrigues Cavalcante, Diretor de Secretaria, em exercício, o conferi. LUCAS RODRIGUES CAVALCANTE Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0234128-52.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: A.G.D. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0234128-52.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Anderson Gonçalves Dutra, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Daniel Lourenço, Aguinaldo Pereira Dias, OAB/AM 3192 OAB da Parte Passiva Selecionada \<\< Informação indisponível \>\>, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO

PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado ANDERSON GONÇALVES DUTRA, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, inciso II (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa), ambos do Código Penal Brasileiro. Por derradeiro, considerando que o acusado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais, a ensejar um novo decreto prisional nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Após o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito , no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 01 de março de 2019 Eu, Rhaony de Lima Caldas, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Lucas Rodrigues Cavalcante, Diretor de Secretaria em Exercício, o conferi. Lucas Rodrigues Cavalcante Diretor De Secretaria em Exercício

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0235852-28.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Francisley Pereira dos Santos - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0235852-28.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Francisley Pereira dos Santos, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Juvenal Severino Botelho, Antônio Gonçalves da Costa, OAB 5044/AM, 1240/AM, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita “Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado FRANCISLEY FERREIRA DOS SANTOS, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, incisos I (Motivo Torpe), c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que o ora pronunciado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um novo decreto prisional, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa os réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Transitada em julgado a indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou sclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se.”, no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 28 de fevereiro de 2019 Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiária, o digitei. Eu, Lucas Rodrigues Cavalcante, Diretor de Secretaria em Exercício, o conferi. LUCAS RODRIGUES CAVALCANTE Diretor de Secretaria em Exercício

ADV: ARMANDO DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 638/AM), ADV: LOURENA CRISTINA LIMA AFONSO (OAB 6957/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0262000-76.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Nilon da Silva Freitas - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0262000-76.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Nilon da Silva Freitas, por infração Art. 121 § 2º, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Armando de Oliveira Freitas OAB 638/AM, Lourena Cristina Lima Afonso OAB 6957/AM, Anderson de Souza Lima OAB 10190/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Lucas Rodrigues Cavalcante, Diretor de Secretaria, o conferi. LUCAS RODRIGUES CAVALCANTE Diretor de Secretaria, em exercício.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0609147-88.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Marcio Ricardo dos Santos Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este

Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0609147-88.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcio Ricardo dos Santos Silva, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Waldemir Moraes TorresTarciso da Costa Freire, OAB 11126/AM10297/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Lucas Rodrigues Cavalcante, Diretor de Secretaria, o conferi. LUCAS RODRIGUES CAVALCANTE Diretor de Secretaria, em exercício.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0629953-42.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Samuel Vargas da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0629953-42.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Samuel Vargas da Silva, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. CHARLENE DUARTE MAIA OAB 8504/AM, Marcos Dino da Rocha Marinho OAB 9346, Camila Bertolini de Paiva OAB AM8223/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Lucas Rodrigues Cavalcante, Diretor de Secretaria, o conferi. LUCAS RODRIGUES CAVALCANTE Diretor de Secretaria, em exercício.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Armando de Oliveira Freitas (OAB 638/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Lourena Cristina Lima Afonso (OAB 6957/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0205318-38.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Eliesio Pinto do Nascimento e outro - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 19/08/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0245558-98.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: E.F.R. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 16/09/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0048/2019

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM) - Processo 0207447-11.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: A.P.S. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ALEX PALHETA DOS SANTOS, mãe Maria Luiza Palheta dos Santos, nascido em 14/01/1986, Rua Castro Alves, 77, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 27/03/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0207447-11.2016.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 01 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0210772-91.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: W.L.M. - REPTADO: G.S.L. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Wellington de Lima Mendonça, pai Antonio de Souza Mendonça, mãe Maria Madalena de Lima, nascido em 30/03/1992, nos termos do art.

361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, nos autos do processo-crime nº. 0210772-91.2016.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 01 de março de 2019. Eu, Giuliana Archanjo Fraxe, Estagiário(a), o digitei.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0213565-71.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: K.Y.S.S. - ACUSADO: A.G.P. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio da advogada 12556/AM - Raiany Priscila de Souza Feijo, devidamente constituída nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM), ADV: MILTON LITAIFF GONÇALVES (OAB 10220/AM), ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: PAULO FROZ MACHADO (OAB 9495/AM), ADV: TAMIRES CRUZ DO AMARAL (OAB 9282/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0213967-84.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: E.S.C. e outro - ASSISTENTE: H.E.S.C. - DENUNCIADO: Danrley Arruda Bezerra e outros - Apurados os votos do E. Conselho de Sentença, os jurados por maioria de votos resolveram ABSOLVER os réus Danrley Arruda Bezerra, Gabriel Souza Laborda e Raimundo Claudecy Carvalho de todas as imputações a eles atribuídas nos presentes autos, conforme Termo de Respostas aos Quesitos pelo Conselho de Sentença

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: THEMISTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0217977-74.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Alex Santos de Oliveira - RÉU: Wellington Souza Costa - Célio Ferreira do Nascimento Júnior - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogados 8408/AM - Antônio Augusto Brito Feijó Júnior, 10681/AM - Themistocles Arthemis Rodrigues Brandão, 7398/AM - Adriano Alves de Lima, 9320/AM - ADRIEL LOPES MOTA, 3283/AM - Andréa Marques Telles de Souza, 8408/AM - Antônio Augusto Brito Feijó Júnior, 3042/AM - Antônio Frazão Amaral, 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, 12229/AM - Amanda Karla Paiva da Silva, 8223/AM - Camila Bertolini de Paiva, 9004/AM - Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior, 8504/AM - CHARLENE DUARTE MAIA, 5596/AM - Cíntia Albuquerque Brito, 8550/AM - Davi Rodrigues de Oliveira, 8754/AM - Fábio Assunção Pavesi, 6149/AM - Geysa Caroline de Souza Machado, 9379/AM - Henrique da Silva Braga, 5706/AM - Iran Vieira de Sousa, 8383/AM - Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira, 9509/AM - Jerônimo Pereira da Silva Neto, 8107/AM - João Bosco Lopes Maia Júnior, 6389/AM - Kal-El Bessa Nascimento Salem, 9093/AM - Kathleen Souza de Oliveira Belota, 8648/AM - Luciano Menezes Gadelha, 9346/AM - Marcos Dino da Rocha Marinho, 6541/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, 9543/AM - Michel Alex da Cunha Alves Maia, 8027/AM - Nathália Pimentel Bione de Souza, 7998/AM - Raphael Coelho da Silva, 3162/AM - Veraci Torres da Silva, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: EDINHO GOMES DA CRUZ (OAB 11273/AM) - Processo 0221906-18.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: FAGNER DOS SANTOS REPOLHO e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio dos advogados 11273/AM - Edinho Gomes da Cruz e 10859/AM - Fernando Costa Alves, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: EDINHO GOMES DA CRUZ (OAB 11273/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0221906-18.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: FAGNER DOS SANTOS REPOLHO e outro - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providenciará a intimação da Defensoria Pública, na figura do Defensor Público com atuação neste juízo, para apresentar Memoriais, no prazo legal.

ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM) - Processo 0228976-52.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Rubeilson Silva Sousa - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 9320/AM - Adriel Lopes Mota, 7398/

AM - Adriano Alves de Lima, 3283/AM - Andréa Marques Telles de Souza, 3042/AM - Antônio Frazão Amaral, 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, 12229/AM - Amanda Karla Paiva da Silva, 8223/AM - Camila Bertolini de Paiva, 9004/AM - Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior, 8504/AM - Charlene Duarte Maia, 5596/AM - Cíntia Albuquerque Brito, 8550/AM - Davi Rodrigues de Oliveira, 8754/AM - Fábio Assunção Pavesi, 6149/AM - Geysa Caroline de Souza Machado, 9379/AM - Henrique da Silva Braga, 5706/AM - Iran Vieira de Sousa, 8383/AM - Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira, 9509/AM - Jerônimo Pereira da Silva Neto, 8107/AM - João Bosco Lopes Maia Júnior, 6389/AM - Kal-El Bessa Nascimento Salem, 9093/AM - Kathleen Souza de Oliveira Belota, 8648/AM - Luciano Menezes Gadelha, 9346/AM - Marcos Dino da Rocha Marinho, 6541/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, 9543/AM - Michel Alex da Cunha Alves Maia, 8027/AM - Nathália Pimentel Bione de Souza, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0232144-33.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - INDICIADO: A.C.S. - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado

pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0234141-56.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: D.P.S. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 21/08/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM), ADV: JOSÉ AMSTERDAM PORTUGAL BRANDÃO (OAB 10350/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0235115-93.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: Rosiney Luz dos Santos e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Rosiney Luz dos Santos, pai Levi Marçal dos Santos, mãe Rosely Luz da

Silva, nascido(a) em 18/11/1991, Rua Erva Doce, 41, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, nos autos do processo-crime nº. 0235115-93.2012.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 18 de fevereiro de 2019. Eu, Raquel F. R. Antony, assistente judiciário, o digitei.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0237980-84.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: H.H.O.M. - Diante do exposto, INDEFIRO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do acusado HIAGO HENRIQUE de OLIVEIRA MARTINS, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da Prisão Preventiva constantes no art. 312, do CPP. Intime-se.

ADV: JOICE KELER DE JESUS BRINCKMANN (OAB 54829/PR), ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: LEONCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM) - Processo 0241164-48.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Emerson Cristiano da Silva Couto e outro - Isto posto, com fundamento nas razões acima, aplico à advogada Joice Keler de Jesus, inscrita sob o nº 54829 OAB/PR, a multa processual de 20 (vinte) salários mínimos vigentes a esta data. Justifico o valor imposto em razão da extensão dos prejuízos causados aos réus, pois o réu que a habilitou permaneceu a instrução em sua grande parte indefeso, embora tivesse advogada habilitada e esta tenha sido intimada dos atos processuais. A referida advogada, ao que parece, dignou-se a comparecer aos autos apenas para requerer adiamento de ato, nada mais postulando. O ré Emerson Cristiano, por sua vez, também sofreu prejuízos diante da desídia da advogada, pois o processo é um só, estando nele decretada sua custódia preventiva. Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado para tomar conhecimento do fato e adotar as providências legais que entender cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: LEONCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: JOICE KELER DE JESUS BRINCKMANN (OAB 54829/PR) - Processo 0241164-48.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Emerson Cristiano da Silva Couto e outro - Isto posto, decido nos seguintes termos: 1- determino que o réu João Ricardo Santos da Costa seja intimado para, querendo, constituir advogado da sua confiança, no prazo de 10 (dez) dias. Se o réu não for encontrado, expeça-se edital (art. 361, CPP). Intimado, não constituindo advogado, nomeie-se, desde já, a Defensoria para representá-lo; 2- Converto os memoriais defensivos do réu João Ricardo Santos da Costa em diligência, determinando ao advogado habilitado ou à DPE, conforme o caso, que lhe seja dado vista para apresentar defesa prévia, fazendo-me conclusos os autos logo após. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: GILBERTO MITOUSO DOS SANTOS NETO (OAB 11677/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM) - Processo 0241663-32.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: G.S.L. e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 11677/AM - Gilberto Mitouso dos Santos Neto, 10346/AM - Nilton Mendes Pinto Júnior, 7814/AM - Tiago Brito Mendes, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0244212-20.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Johnsson Alves Barbosa e outro - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 11160/AM - Luiz Gonzaga Souza Lima Neto para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM) - Processo 0244212-20.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Johnsson Alves Barbosa e outro - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 6167/AM - Marleide Saraiva do Amaral para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM), ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM) - Processo 0248340-44.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Alexsandro Almeida Pereira e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 590, expedirá Ofício à Comarca de Iranduba/AM, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0248419-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.F.L.L. - Não obstante a previsão legal, a análise detida dos autos revela a presença dos requisitos constantes do art. 312 do CPP, o que torna inadequada e insuficiente a aplicação de qualquer das medidas diversas da prisão. Pelo exposto, INDEFIRO o pedido formulado pelo acusado ALAN FERNANDO DE LIMA LEAL, por reconhecer a presença dos requisitos da custódia cautelar. Intime-se.

ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM) - Processo 0250182-98.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: F.A.G.P. e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 7780/AM - Sidney Ricardo Carvalho da Silva, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM), ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM), ADV: ALICIENE ONETY DA SILVA (OAB 11884/AM) - Processo 0253673-45.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri

- Homicídio Qualificado - ACUSADO: Ramon Almeida - Eduardo Alves dos Santos - Elvis dos Santos Silva - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 10/07/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0265271-93.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: RODRIGO MARQUES CARVALHO - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria ABRE VISTA AO MP para se manifestar quanto a juntada da carta precatória oriunda da comarca de Codajas/AM, constante das folhas 181/204.

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM) - Processo 0601259-29.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: F.T.S.J. - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII -

Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM) - Processo 0601259-29.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: F.T.S.J. - Recebidos, vistos e analisados. Pedido de Revogação de prisão preventiva (fls. 94/101) Parecer do Ministério Público FAVORÁVEL ao Pedido (fls. 116). Adoto como fundamento desta decisão o parecer Ministerial o qual passa a integrar esta. (fundamentação per relationem). Pelo exposto, REVOGO a PRISÃO PREVENTIVA de Francisco Tome de Souza Junior, nos termos do art. 316 do CPP. Na oportunidade, entendo conveniente e cabível ao caso a APLICAÇÃO DE MEDIDAS DIVERSAS DA PRISÃO, nos termos do art. 319 do CPP. Aplicar-se-ão as medidas diversas da prisão elencadas nos incisos I, III e IV do art. 319 do CPP, caso em que deverá: 1. Comparecer em Juízo impreterivelmente todo mês, a contar do dia em que assinar o termo de compromisso, ou no primeiro dia útil (quando recair em sábados, domingos e feriados), para justificar e informar suas atividades; 2. Não manter contato com os familiares da vítima e 3. Não se ausentar da Comarca, já que sua permanência é conveniente ou necessária para a investigação ou instrução criminal, salvo mediante autorização deste Juízo; Caso não cumpridas as medidas, ensejará a possibilidade da decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 282, §§ 4º e 5º c/c 316 do CPP. A impossibilidade de cumprimento de quaisquer das medidas deverá ser prontamente comunicado a este Juízo. Deverá o acusado comparecer a este Juízo em 48h para assinar o Termo de Compromisso, no qual constará a participação do flagranteado/indiciado/réu no PROGRAMA REEDUCAR, observando-se o cronograma de reuniões. Expeça-se Alvará de Soltura. À secretaria para realizar o controle acerca do comparecimento mensal. Intimem-se. Cumpra-se.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aliciene Onety da Silva (OAB 11884/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)

Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Edinho Gomes da Cruz (OAB 11273/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilberto Mitouso dos Santos Neto (OAB 11677/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Ivan Lima da Silva (OAB 3847/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Joice Keler de Jesus Brinckmann (OAB 54829/PR)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
José Amsterdam Portugal Brandão (OAB 10350/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Leoncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
MILTON LITAIFF GONÇALVES (OAB 10220/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Paulo Froz Machado (OAB 9495/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)
Tamires Cruz do Amaral (OAB 9282/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Themistocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0044/2019

ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0200261-97.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Josué Coêlho da Rocha Júnior - Isto posto, indefiro pedido de assinatura bimestral, porém defiro autorização para que o liberado condicional assine/compareça à Casa do Albergado, mensalmente, para fins de cumprimento do livramento condicional. Dê-se ciência à Casa do Albergado do teor da presente decisão. Intimem-se.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0201263-05.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Davi Pinto Gama - Pelo exposto, deixo de acolher a Promoção Ministerial, pois ainda não aplicável a norma do art. 111 da LEP e com base no art. 145, da Lei de Execuções Penais, decido suspender o curso do livramento condicional concedido ao sentenciado, determinando, em consequência, a imediata expedição de mandado de prisão para recolhimento do apenado ao regime em que se encontrava antes de deferido o livramento, até decisão definitiva nos autos n.º 0617407-86.2017. Oficie-se ao Juízo de Direito da 5.ª Vara Criminal, onde tramita a nova ação penal, para que esteja ciente do teor da presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0201424-44.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - DIREITO PENAL - APENADO: Francivaldo Candido Pinheiro - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Francivaldo Candido Pinheiro.

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM), ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0201545-43.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Felipe Izidoro Ramos - Diante do exposto, cumpridos os requisitos do art. 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, CONCEDO LIVRAMENTO CONDICIONAL A Felipe Izidoro Ramos, mediante aceitação e sujeição às seguintes condições, consoante artigo 132 da LEP: a) Obter ocupação lícita no prazo de sessenta dias; b) Comparecer MENSALMENTE ao Juízo da Vara de Execuções Penais, informando suas ocupações; c) Proibição de mudar de endereço e de ausentar-se desta Comarca sem prévia autorização judicial; d) Não andar armado e nem portar instrumentos capazes de ofender a integridade física de outrem; e) Não ingerir bebidas alcóolicas, não frequentar bares, boates, casas de jogos e locais congêneres; f) Proibição de visitar internos do sistema penitenciário, salvo parentes legítimos ou com autorização deste juízo. Deve a presente decisão servir como CARTA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, para que, após a sua leitura, o apenado seja posto imediatamente em liberdade, nos termos do Art. 136 da Lei de Execução Penal, se por outro motivo não estiver preso. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0223353-46.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Rodolfo Barroso Martins - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Rodolfo Barroso Martins em 61 dias. Expeça-se novo atestado de pena a cumprir, observando que o apenado tem cumprido a pena através de comparecimento quinzenal à VEP, conforme decisão às fls. 221, e encaminhe-se ao sentenciado a relação dos dias remidos (Art. 129, parágrafo único, da Lei de Execução Penal). Após, conceda-se vista ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM) - Processo 0242324-11.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Delfim Batista dos Santos - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Delfim Batista dos Santos.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0268029-50.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Fernando Henrique de Souza Conceição - Pelo exposto, deixo de acolher a Promoção Ministerial, pois ainda não aplicável a norma do art. 111 da LEP e com base no art. 145, da Lei de Execuções Penais, decido suspender o curso do livramento condicional concedido ao sentenciado, determinando, em consequência, a imediata expedição de mandado de prisão para recolhimento do apenado ao regime em que se encontrava antes de deferido o livramento, até decisão definitiva nos autos n.º 0245747-76.2015. Oficie-se ao Juízo de Direito da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, onde tramita a nova ação penal, para que esteja ciente do teor da presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM), ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM) - Processo 0245844-81.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - ACUSADO: Getúlio Corrêa do Nascimento - VANDERSON CAMPELO RODRIGUES BEZERRA - Inquira-se a testemunha Tenente PM Madson dos Santos Correia, arrolada na denúncia no dia 30 de maio de 2019, às 11 horas, ato para o qual deverão ser feitas as intimações e requisições necessárias. Por fim, cumpra-se a promoção de fls. 139, expedindo-se carta precatória ao Juízo de Direito Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, para que sejam inquiridas as testemunhas Genivaldo Rodrigues Porto e Alex Sandro de Oliveira, arroladas na denúncia. Propicie-se a formulação de quesitos às partes. Intimem-se.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM), ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM) - Processo 0245844-81.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - ACUSADO: Getúlio Corrêa do Nascimento - VANDERSON CAMPELO RODRIGUES BEZERRA - Inquirição - Audiência Data: 30/05/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Maurício Fernandes de Almeida (OAB 7783/AM)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB A1280/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0245629-03.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: IAGO KAROL LIMA DE SOUZA - Luiz Carlos Saunier Barbosa - Inquirição - Audiência Data: 30/04/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB A1280/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397A/RN)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0216062-92.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Wilmar Tabaiares da Silva Neto - Inquirição - Audiência Data: 02/04/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397A/RN)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0071/2019

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0252278-52.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - ACUSADO: Cecilio Muller Lima Cordeiro - Inquirição - Audiência Data: 23/04/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0041/2019

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM) - Processo 0609480-98.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.M.L.T. - Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade. Intime-se ainda a parte autora para, em igual prazo, juntar aos autos o acordo homologado mencionado nas fls. 5.

ADV: FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM), ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM) - Processo 0646297-98.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.J.L.S. - REQUERIDO: L.C.S. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Flavícia Dias de Souza (OAB 6950/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO MARCOS SANTOS MACIEL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÔNICA COSTEIRA DE MENDONÇA FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0042/2019

ADV: KÁTIA CRISTINA DE PAIVA PINTO (OAB 8837/MS) - Processo 0000200-75.2007.8.04.0001 (001.07.000200-3) - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: Rodrigo dos Santos Oliveira - Intimação por nota frustrada. Aplicação do artigo 275, do CPC, devendo o destinatário da intimação cumprir a determinação pendente no prazo de cinco dias. Com o término do prazo, independente de resposta, retornem os autos conclusos.

ADV: JOSE RODRIGUES FILGUEIRAS NETO (OAB 000.644/AM), ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0010108-41.1998.8.04.0012 (012.98.010108-2) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: A.G.C. - Vistos etc. Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois "(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária" (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais e das despesas com a citação por oficial de justiça do polo passivo no prazo acima assinalado. Corrija-se o valor da causa da causa, pois há bens a partilhar e também discute-se alimentos para a prole. Neste caso, o valor da ação deve corresponder a soma da estimativa dos bens somados a 12 vezes o valor dos alimentos pugnandos. Oportunamente, tornem os autos conclusos. Int.

ADV: MILENE VIEIRA MARTINS (OAB 12828/AM), ADV: JACK GOMES DE SOUZA (OAB 11049/AM) - Processo 0201651-68.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.A.C.S. - REQUERIDA: N.B.V.S. - Vistos etc, Dianto do teor da certidão de página 106, torno sem efeito a determinação de apresentação de alegações finais. Paute-se audiência de instrução para oitiva das testemunhas descritas na página 90, devendo a interessada apresenta-las, independente de intimação. Intimem-se as partes.

ADV: FLÁVIO WILLER CÂNDIDO (OAB 5527/AM) - Processo 0207075-57.2019.8.04.0001 (processo principal 0649590-76.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Família - REQUERENTE: Yure Castro Lopes - Vistos etc. Cancele-se a petição em tela autuada em apartado equivocadamente por falha no peticionamento eletrônico, devendo o advogado apresentar corretamente sua petição. Intime-se. Cumpra-se. Após, arquive-se.

ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM) - Processo 0207739-88.2019.8.04.0001 (processo principal 0628889-94.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Jefferson Mainetti da Silva - Intime-se o patrono do exequente para peticionar nos autos do processo principal, no prazo de 10 (dez) dias, visto que é desnecessário a criação de um processo dependente. Cancele-se a presente distribuição.

ADV: GIANLUCA AZEVEDO CONTE DE MELO (OAB 9434/AM) - Processo 0213453-63.2018.8.04.0001 (processo principal 0612945-86.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Pedro Iago Gusmão Felizardo - Jacqueline da Silva Gusmão - Acolho a promoção ministerial de fls.68. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 35010/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0216008-24.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.G.O. - REQUERIDO: M.O.L. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar o Termo de Guarda, no prazo de dez dias.

ADV: KÁTIA OLIVEIRA SANTOS DA COSTA (OAB 8260/AM), ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM) - Processo 0221557-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: F.O.R. - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, tal como explicitados acima. Sem custas e honorários, devido à ausência de efetiva resistência. P.R.I.C.

ADV: ELIANE COELHO DA SILVA (OAB 8376/AM), ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0227106-06.2016.8.04.0001 (processo principal 0629907-29.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Sônia Andrea Sousa Pimentel Rocha - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a devolução sem cumprimento da carta precatória, no prazo de cinco dias.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM), ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0235773-78.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: N.D.L.S. - Vistos etc, Versam os presentes autos sobre cumprimento de sentença para satisfação de crédito alimentar de obrigação de fazer (entrega de medicamento). Tanto a pretensão de modificar o título quanto a de recebimento de valores pendentes devem ser apresentados em processos autônomos (revisional de alimentos e cumprimento de sentença de obrigação de pagar valores), razão pela qual nego prosseguimento ao pedidos descrito nos itens "1" e "3" de folha 192. Intimem-se o devedor para entregar o remédio referente ao mês de fevereiro de 2019 e outro que vier a vencer até a efetivação da medida, sob pena de ser aplicada multa no valor diário de R$ 100,00 (cem reais), com limite de trinta dias de incidência.

ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM) - Processo 0237719-85.2016.8.04.0001 (processo principal 0202041-09.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Bárbara Cécilia Marães dos Santos - A intimação pessoal deverá ser repetida, pois, nos termos da certificada retro, não foi regular ou, menos ainda, atingiu sua finalidade. Em sendo necessário, proceda-se com a intimação por hora certa, observando-se o procedimento legal, sob pena de ser novamente declarada inválida. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM) - Processo 0237990-60.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: A.C.G. - Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0241325-53.2018.8.04.0001 (processo principal 0611951-58.2017.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Ana Carolina Holanda Menezes Silva - Diante do exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 200 c/c artigo 485, inciso VIII, ambos do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência do feito e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas pela parte desistente, nos termos do art. 90, do CPC. Contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo prescricional de cinco anos, em razão da gratuidade de justiça requerida na petição inicial.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: AURIMAR ANTONIO BATISTA IMBIRIBA (OAB 9815/AM) - Processo 0241697-41.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.F.F. - Vistos etc, A decretação do casamento prescinde da citação do polo passivo. Além do mais, uma vez decretado o divórcio não há como reverter a situação jurídica, razão pela qual indefiro o pedido de julgamento antecipado. Indefiro o pedido de citação por edital pois não restou demonstrado que a demandado encontra-se em lugar incerto e não sabido. Solicite-se informações do juízo deprecado sobre a efetivação da citação do polo passivo. Faculta-se ao autor tomar as providências que entender úteis para efetivação da citação junto ao juízo deprecado.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0242459-52.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXECUTADO: M.F.S.F. - Defiro o pedido de fls. 36. Viabilize-se.

ADV: TATIANE DE PAULA SANTOS (OAB 6153/AM), ADV: ANDRÉ NOGUEIRA VIANA MOTA (OAB 9987/AM) - Processo 0242844-97.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: S.F.V. - REQUERIDO: R.W. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 27 de fevereiro de 2019

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0243647-17.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.C.C. - Proceda-se conforme petição de fls. 93. Viabilize-se.

ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0249370-27.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Apuração de haveres - REQUERENTE: Marluce Marta Silva dos Santos - REQUERIDO: Euclides dos Santos Furtado - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de renúncia de poderes com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0253149-48.2014.8.04.0001 (processo principal 0025731-03.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: E.S.F. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de renúncia, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM) - Processo 0254341-16.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0025731-03.2006.8.04.0001) (processo principal 0025731-03.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Marluce Marta dos Santos Furtado - EXECUTADO: E.S.F. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de renúncia de poderes, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: MÍRIA SUELLEN DOS SANTOS CUNHA (OAB 6091/AM), ADV: ANA NICÉIA AZULAY MENEZES (OAB 3102/AM) - Processo 0255343-26.2011.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: Merita Azulay Cardoso Soares e outro - REQUERIDA: Ana Cristina Azulay Cardoso Soares e outro - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 26 de fevereiro de 2019

ADV: DANIEL RAPHAEL ENÉAS E SILVA (OAB 5601/AM) - Processo 0600162-28.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Luiz Felipe Braga Marques - Intime-se o requerente para juntar aos autos a certidão de óbito da interditanda, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: IZAQUE NEWTON DA SILVA DUTRA (OAB 10636/AM) - Processo 0601495-78.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Larissa Barreto de Araújo - Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois "(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária" (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais e das despesas com a citação por oficial de justiça do polo passivo no prazo acima assinalado. Oportunamente, tornem os autos conclusos. Int.

ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM), ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM), ADV: ELCI CARVALHO DOS SANTOS (OAB 8337/AM) - Processo 0601577-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: A.N.B. - Isto posto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral, para DECLARAR extinta a obrigação do autor/pai de pagar alimentos à requerida/filha desde o momento em que se operou a maioridade dela, ou seja, a partir de 29/07/2015, para todos os efeitos legais, providenciando-se a Serventia, desde já, em sendo o caso, a expedição dos mandados e ofícios de praxe para a cessação dos descontos, após o trânsito em julgado desta sentença.

ADV: MONALISA GADELHA CORDOVIL (OAB 7154/AM), ADV: MARIA BENIGNO (OAB 236604/SP), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0601631-46.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0625302-40.2013.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: J.V.N.S.R. e outros - EXECUTADO: E.E.R.F. - R.H. Ante o teor da certidão de fls., e, considerando que o prosseguimento do processo não pode sofrer solução de continuidade, nomeio o(a) servidor(a) FÁBIO AUGUSTO DO NASCIMENTO CASTILHO, lotado nesta 1ª Vara de Família, para substituir o(a) Diretor(a) de Secretaria, no presente feito, em todos os atos que o substituído caberia praticar. Notifique-se e Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA BENIGNO (OAB 236604/SP), ADV: MONALISA GADELHA CORDOVIL (OAB 7154/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0601631-46.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0625302-40.2013.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: J.V.N.S.R. e outros - EXECUTADO: E.E.R.F. - Vistos, Trata-se de cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos processada pelo art. 528 do CPC, em que a parte executada, intimada para pagar o débito, não o fez, tendo apresentado a justificativa de fls. 274/281, alegando são exorbitantes para duas crianças. Sobre a justificativa manifestou-se a parte exequente, pela rejeição e prosseguimento (fls. 323/332). O Ministério Público, às fls. 407/408, pronunciou-se pela improcedência da justificativa e pela intimação para pagamento sob pena de prisão do devedor. DECIDO. No cumprimento de sentença/decisão interlocutória processado na forma do art. 528, do CPC, a lei faculta ao devedor justificar o inadimplemento do débito, realizar o pagamento ou provar que já o fez. No caso dos autos, o devedor nem comprovou, nem realizou o pagamento da integralidade da dívida, optando pela apresentação de justificativa pelo não pagamento. Não obstante, a justificativa não procede, eis que as razões do executado não consistem em fatos ou situações que evidenciem ser escusável e involuntário o inadimplemento (CF, 5º, LXVII), tampouco se trate de situação que gere impossibilidade absoluta de pagar a dívida (CPC, 528, § 2º). Com efeito, os fatos alegados referem a situações supervenientes e alheias à obrigação alimentar, modificadores da fortuna ou das condições do executado de fazer frente ao débito, de modo que, quando muito, poderão constituir causa de pedir em eventual ação revisional, mas não justificam a interrupção do pagamento ou a diminuição do valor da pensão por conta própria, tampouco revelam ser absolutamente involuntário o inadimplemento. É de se consignar, enfim, que os argumentos do réu não bastam para que seja afastada a aplicação da pena de prisão, sendo necessária a quitação integral, na forma do que prescreve a Súmula 309, do STJ. Assim, tem-se que as razões deduzidas pelo executado não justificam o inadimplemento, ainda que parcial, da obrigação alimentar ora executada, sem prejuízo de que se proceda a efetiva dedução dos valores comprovadamente pagos. POSTO ISTO, estando evidenciada a voluntariedade e inescusabilidade do inadimplemento do débito, cumpridas as formalidades do art. 528, do CPC, REJEITO a justificativa de fls.274/281 e DETERMINO que a parte executada, em 72 (setenta e duas) horas, comprove documentalmente o pagamento integral da quantia executada, acrescida dos valores que se vencerem até o dia do pagamento, sob pena de, não o fazendo, ter decretada sua prisão civil por até três meses. Intime-se o executado, por seu patrono (via DJE), do inteiro teor desta decisão,ressalvando-se que o inadimplemento das verbas devidas a título de custas e honorários não sujeita a prisão. À Secretaria para as providências necessárias, com a urgência que a lide reclama. P. R. I.

ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM) - Processo 0601842-14.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: W.A.S. - P.P.M.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls. 30/32 do MM. Juiz de Direito. Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 03/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0602352-27.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.A.P.S. - M.A. - Vistos etc. Segundo os termos da inicial os genitores do menor residem em Estados diferentes, encontrando-se a criança atualmente sob a guarda de fato da genitora. É bem verdade que a recente inovação trazida pela Lei nº 13.058/2014, vigora no Código Civil a regra segundo a qual a concessão liminar de guarda deve ser realizada preferencialmente após a oitiva de ambas as partes. Contudo, até posterior deliberação sobre quem exercerá a guarda do menor, faz-se necessário nomear um representante legal para observar e tutelar os interesses do infante. Assim, sem prejuízo de modificação da presente deliberação após o contraditório, defiro o pedido de tutela provisória para deferir a guarda provisória de V. A. P. S em favor da autora. Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita ao polo ativo. O processo deve seguir em segredo de justiça. A petição inicial é deficiente na indicação sumária dos elementos pertinentes à capacidade financeira do alimentante, de modo a melhor subsidiar a fixação do valor dos alimentos descritos no pedido de tutela provisória. Faculta-se a juntada de documentos no prazo assinado no presente despacho. Intime-se o polo ativo para esclarecimentos sobre alimentante pertinentes ao vínculo empregatício, a existência de outros dependentes etc. Prazo: quinze dias.

ADV: WENDEL ALMEIDA DE SOUZA (OAB 11172/AM), ADV: SANDRA MARIA CARVALHO DE FARIAS (OAB 11679/AM) - Processo 0602922-81.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: H.C.M.P. - REQUERIDO: R.S.S. - Em razão da anulação da sentença homologatória, cumpra-se a deliberação presente nas páginas 40/41. Intime-se.

ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0603302-41.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: THAIS SOUZA CORDEIRO - Paute-se nova audiência de conciliação e mediação com as devidas intimações. Int.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM) - Processo 0603635-85.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: J.A.V. - Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0603871-08.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: Valcilene da Silva Souza - REQUERIDO: Erison de Amorim Dias - Vistos etc, O Dr. Jonas Monteiro Machado ingressou com pedido de cumprimento de sentença para o recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados na sentença em desfavor do senhor Erison de Amorim Dias. O devedor apresentou justificativa informando o valor que entende ser o coreto, qual seja: R$ 11.829,22 (onze mil oitocentos e vinte e nove reais e vinte e dois centavos). Ao final, o executado requereu a suspensão do trâmite ou extinção do feito. O pedido de suspensão do trâmite nos moldes do §6º, do artigo 525, do CPC merece indeferimento em razão da falta de garantia do juízo mediante penhora, caução ou depósito suficientes. Quanto ao valor do crédito, o credor expressamente manifesta renúncia ao valor excedente ao descrito na impugnação, aceitando como adequado a importância descrita na página 388. Assim, homologo a renúncia

explicitada pelo credor. O feito terá seu regular prosseguimento para cobrança de R$ 11.829,22 (onze mil oitocentos e vinte e nove reais e vinte e dois centavos). Nos termos § 1º do artigo 523, do CPC, em razão da falta do pagamento voluntário do crédito no prazo legal, acresço ao débito a multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Intime-se o credor para indicar bens à penhora e, caso necessário, o número do CPF do devedor, no prazo de cinco dias. Os pedidos de cumprimento de sentença presente nas páginas 397 e seguintes devem ser promovidos em autos separados pois já tramita nos presentes autos outra execução em andamento. Excluam-se dos autos as petições e documentos presentes nas páginas 397/421.

ADV: DIOGO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10810/AM), ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM) - Processo 0603976-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.M.S.R. - Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: JULIANO DE SOUZA TRINDADE (OAB 53574/RS) - Processo 0604009-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: A.A.M.N. - Vistos etc. A tutela urgente não merece deferimento, ao menos por ora, por ser imprescindível, antes de eventual antecipação da pretensão de alteração de visitas da prole formulada na inicial, a concessão de oportunidade para que a parte contrária se manifeste, a fim de se delinear o exato panorama fático-jurídico, preservando-se, deste modo, os interesses dos próprios menores. Assim fica indeferido o pedido em tela, podendo ser reapreciado após a contestação. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0604373-10.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.L.C. - Ante o exposto, DECRETO o divórcio do casal Ana Luisa Cardoso e Ricardo Barroso Cardoso. Autorizo a mulher a voltar usar o nome de solteira, isto é, ANA LIOSA NOBRE KLEM. No que concerne ao acertamento patrimonial, entendo pela conversão do julgamento em diligências. Determino, assim, a juntada do Certificado de Registroe Licenciamento deVeículo ou DUAL,livre do ônus da propriedade fiduciária, dos veículos arrolados pelas partes (inicial e contestação). Havendo ainda gravame sobre esse(s) bem(ns), colacione(m) aos autos os documentos pertinentes ao(s) financiamento(s), inclusive extrato(s) de parcelas pagas até a presente data fornecido pelo credor fiduciário. Prazo: 05 dias. Nesse mesmo prazo proceda a juntada de certidão(ões) de matrícula(s) atualizada(s), devidamente averbada(s), do(s) imóvel(is) indigitado(s) nos autos, isto é, expedida(s) há menos de um ano. Determino, ainda, que a parte autora junte aos autos os principais documentos (cópias) da medida protetiva em seu favor deferida (mencionada às fls. 37), inclusive a comprovação do andamento e do desfecho dado ao caso. Ao réu compete trazer aos presentes autos os elementos principais (cópias de peças e documentos e decisões) quanto ao feito mencionado na petição de fls. 55, mediante o qual afirma haver informações relevantes quanto à verdadeira data da separação de fato do casal. Tal questão merece ser melhor deslindada e concebo que há necessidade de maiores elementos para que se possa inferir quando de fato ocorreu a separação fática do casal, vez que a definição dessa data será essencial à solução da partilha de bens pretendida por ambas as partes. Int. Cumpra-se.

ADV: RAIANA CUNHA OLIVEIRA (OAB 7704/AM) - Processo 0604375-82.2015.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: N.L.N. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo do edital: vinte dias. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM) - Processo 0604415-64.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: ANTÔNIO JORGE FERREIRA MOTA - REPTANTE: Myris Pereira da Silva - REQUERIDA: Pollyana Pereira Mota (MENOR) - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 26 de fevereiro de 2019

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0604633-87.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.R.L. - E.A.P.L. - Acolho a promoção ministerial de fls. 119. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM) - Processo 0605074-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.L. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Os argumentos autorais não são precisos e claros quanto ao possível motivo dos requeridos em negar contato da criança com o genitor. As conversas virtuais apresentadas deixam dúvidas se o deferimento da guarda ao autor é a melhor solução. Assim, antes de apreciar o pedido de tutela provisória, paute-se audiência de justificação para oitiva do autor e de até duas testemunhas que possam elucidar melhor os fatos. Paute-se também audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0605361-94.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: S.M.D. - J.M.B. - J.M.B. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 26 de fevereiro de 2019

ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0605368-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: P.S.F. - De qualquer sorte, a Constituição da República estabeleceu um salário-mínimo nacional, sendo que ninguém pode receber menos que o seu valor. Nesse passo, por presumir que o requerido aufere essa renda mínima mensal, a fim de não ferir o binômio necessidade x possibilidade, entendo que seja razoável, ao menos em princípio, deferir os alimentos provisórios postulados, pelo que ARBITRO no montante de 60% (sessenta por cento) do salário-mínimo vigente, devidos a partir da citação do requerido, a serem entregues diretamente à genitora (mediante recibo), até ser informada a conta para depósito. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou,

comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Atenda-se, ainda, a última parte da promoção ministerial quanto a possibilidade de definição da guarda e, neste caso, da necessária emenda da inicial. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: RAQUEL DOS SANTOS GAMA (OAB 10828/AM) - Processo 0605770-70.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.S.B. - Diante da ausência de prova pré-constituída da paternidade alegada, indefiro por ora os alimentos provisórios pleiteados. Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, o Requerente para comparecimento a mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Para que não pairem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital. (art. 695, §3º, do CPC/2015). Ao oficial de Justiça observa-se o dever de citar a parte demandada onde quer que a encontre, observando-se as hipóteses de não citação previstas nos artigos 244 e 245 do CPC e o poder/dever de proceder com a citação por hora certa quando por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, devendo intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Códex . Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Atente-se, por derradeiro, para os ensinamentos de Maria Berenice Dias, in verbis: "Na tentativa de encontrar formas consensuais de solução dos conflitos, é prevista a realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação em todos os processos de conhecimento (334). Esta determinação, no entanto, não se confunde com o mesmo ato a ser realizado nas ações de família. Nestas demandas o mediador ou conciliador deve estar acompanhado de profissional de outras áreas de conhecimento (694). Há outras peculiaridades. No processo de conhecimento o réu deve ser citado com 20 dias de antecedência (334), enquanto para a audiência de família, o prazo é de 15 dias (695 § 2º). Nestas demandas não é possível a qualquer das partes manifestar desinteresse em sua realização, como é facultado ao autor e ao réu nas demais ações (334 §§ 4º e 5º)." (Grifos não do original) (in As ações de família no novo Código de Processo Civil - por Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias - Advogada - Vice Presidenta Nacional do IBDFAM. 25 de Julho de 2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: IGOR BERGSON SILVA ALMEIDA (OAB 11407/AM), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0605837-40.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXECUTADO: J.V.C. - Acolho a promoção ministerial de fls. 569/570. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0605967-25.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção Nacional - ADOTANTE: R.C. - Intime-se a requerente para converter a ação litigiosa em consensual, visto que há expressa vontade do adotado. Na mesma oportunidade, deve a parte autora juntar aos autos a petição devidamente assinada pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0605979-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.A.T.P. - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, fixos alimentos provisórios em 1 salário(s) mínimo(s) com vencimento a cada quinto dia útil ao mês subsequente ao de referência. Cite-se o polo passivo para integrar a lide.Intimem as partes para o comparecimento à audiência de conciliação/mediação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Faculta-se desde logo à parte alimentante apresentar em juízo documentos hábeis à comprovar sua verdadeira capacidade financeira, para fins de possível reanálise dos alimentos provisórios, ressaltando-se ser seu o ônus da prova na comprovação de sua capacidade financeira.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0606176-91.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.A.L. - ALIMENTAND: V.A.A.E. - Pelo exposto, intime-se a requerente, por seu patrono, para emendar a inicial, consignando corretamente o polo ativo da demanda,incluindo a menorV.A.A.E., representada por sua genitora,no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, inclusive juntando nova procuração judicial. Int. Diligencie-se.

ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM) - Processo 0606620-27.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Renato Damasceno Batista - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM) - Processo 0606650-62.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: L.G.S. e outro - O processo deve seguir em segredo de justiça. A petição inicial é deficiente na indicação sumária dos elementos pertinentes à capacidade financeira do alimentante, de modo a melhor subsidiar

a fixação do valor dos alimentos descritos no pedido de tutela provisória. Faculta-se a juntada de documentos no prazo assinado no presente despacho. Intime-se o polo ativo para esclarecimentos sobre alimentante pertinentes ao vínculo empregatício, a existência de outros dependentes etc. Prazo: quinze dias.

ADV: CARLOS EVALDO TERRINHA ALMEIDA DE SOUZA (OAB 1520/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0606745-29.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.N. - REQUERIDA: R.G.S. - Vistos, etc. Segundo a regras processuais descritas no artigo 53, II, do CPC é competente o juízo do domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos (entenda-se, também, revisional de alimentos); Dispenso a oitiva da parte adversa para manifestação pois de nenhum prejuízo processual, pelo contrário, a remessa do feito para comarca onde reside somente beneficiará sua atuação no feito. Além do mais, entendo tratar de matéria de que pode ser apreciado de ofício, conforme entendimento do STJ, expresso no seguinte aresto: "CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. PROTEÇÃO DO INTERESSE DO MENOR. ART. 147, I, DO ECA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. IMPOSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO. 1 - A Segunda Seção entende que a regra de competência insculpida no art. 147, I, do ECA, que visa a proteger o interesse da criança, é absoluta, ou seja, deve ser declarada de ofício, não sendo admissível sua prorrogação. 2 - Em discussões como a que ora se trava, prepondera o interesse do menor hipossuficiente, devendo prevalecer o foro do alimentando e de sua representante legal como o competente tanto para a ação de alimentos como para aquelas que lhe sucedam ou que lhe sejam conexas. 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito de Arneiroz, o suscitante". (STJ - CC: 102849 CE 2009/0016921-2, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 27/05/2009, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: 03/06/2009. Diante do exposto, acolho a promoção ministerial para remeter o presente feito ao domicílio da polo passivo. Intimem-se.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0606820-34.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.S. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, o Requerente para comparecimento a mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Para que não pairem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital. (art. 695, §3º, do CPC/2015). Ao oficial de Justiça observa-se o dever de citar a parte demandada onde quer que a encontre, observando-se as hipóteses de não citação previstas nos artigos 244 e 245 do CPC e o poder/dever de proceder com a citação por hora certa quando por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, devendo intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Códex . Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Atente-se, por derradeiro, para os ensinamentos de Maria Berenice Dias, in verbis: "Na tentativa de encontrar formas consensuais de solução dos conflitos, é prevista a realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação em todos os processos de conhecimento (334). Esta determinação, no entanto, não se confunde com o mesmo ato a ser realizado nas ações de família. Nestas demandas o mediador ou conciliador deve estar acompanhado de profissional de outras áreas de conhecimento (694). Há outras peculiaridades. No processo de conhecimento o réu deve ser citado com 20 dias de antecedência (334), enquanto para a audiência de família, o prazo é de 15 dias (695 § 2º). Nestas demandas não é possível a qualquer das partes manifestar desinteresse em sua realização, como é facultado ao autor e ao réu nas demais ações (334 §§ 4º e 5º)." (Grifos não do original) (in As ações de família no novo Código de Processo Civil - por Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias - Advogada - Vice Presidenta Nacional do IBDFAM. 25 de Julho de 2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0607357-69.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Revisão - ALIMENTAND: I.D.P.S. - Vista a advogada do autor para que fale sobre a certidão negativa, no prazo de 05(cinco) dias.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0607413-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.P.M. - Intime-se a parte autora para cumprir integralmente o despacho de fls. 27, sob pena de indeferimento. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM) - Processo 0607704-63.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.M.C.M. - Em relação ao montante, não há na inicial a especificação da necessidade alimentar da gestante e tampouco dados concretos sobre a possibilidade do réu. Assim sendo, acolho a parcialmente cota ministerial para fixar os alimentos gravídicos em 20% dos rendimentos bruto do réu, menos descontos legais e obrigatórios. Cite-se o réu, com as advertências legais, na forma do artigo 7º, da Lei nº 11.804/08, por meio desta DECISÃO, para que apresente defesa no prazo de cinco dias. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0607724-54.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.R.A.V. - Vistos, etc. Segundo a regras processuais descritas no artigo 53, II, do CPC é competente o juízo do domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos (entenda-se, também, revisional de alimentos); Dispenso a oitiva da parte adversa para manifestação pois de nenhum prejuízo processual, pelo contrário, a remessa do feito para comarca onde reside somente beneficiará sua atuação no feito. Além do mais, entendo tratar de matéria de que pode ser apreciado de ofício, conforme entendimento do STJ, expresso no seguinte aresto: "CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. PROTEÇÃO DO INTERESSE DO MENOR. ART. 147, I, DO ECA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. IMPOSSIBILIDADE DE

PRORROGAÇÃO. 1 - A Segunda Seção entende que a regra de competência insculpida no art. 147, I, do ECA, que visa a proteger o interesse da criança, é absoluta, ou seja, deve ser declarada de ofício, não sendo admissível sua prorrogação. 2 - Em discussões como a que ora se trava, prepondera o interesse do menor hipossuficiente, devendo prevalecer o foro do alimentando e de sua representante legal como o competente tanto para a ação de alimentos como para aquelas que lhe sucedam ou que lhe sejam conexas. 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito de Arneiroz, o suscitante". (STJ - CC: 102849 CE 2009/0016921-2, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 27/05/2009, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: 03/06/2009. Diante do exposto, acolho a promoção ministerial para remeter o presente feito ao domicílio da polo passivo. Intimem-se.

ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0607921-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.M.M.R. - Vistos etc. A redução dos alimentos sem o conhecimento das reais necessidades do(a)(s) alimentado(a)(s) pode causar-lhe danos irreparáveis. Por isso, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Ressalto, porém, que, garantido o contraditório, referido pedido poderá ser reapreciado. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM) - Processo 0608053-66.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.T.M.S.B. - De qualquer sorte, a Constituição da República estabeleceu um salário-mínimo nacional, sendo que ninguém pode receber menos que o seu valor. Nesse passo, por presumir que o requerido aufere essa renda mínima mensal, a fim de não ferir o binômio necessidade x possibilidade, entendo que seja razoável, ao menos em princípio, deferir os alimentos provisórios postulados, pelo que ARBITRO no montante de 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo vigente, devidos a partir da citação do requerido, a serem entregues diretamente à genitora (mediante recibo), até ser informada a conta para depósito. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0608191-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: F.Z.P.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 03/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CLÁUDIA FERREIRA BRANDIZZI (OAB 8036/AM) - Processo 0608247-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.V.A. - Vistos etc. Trata-se de ação de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos. Diante da ausência de prova pré-constituída da paternidade alegada, indefiro por ora os alimentos provisórios pleiteados. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: CLÁUDIA FERREIRA BRANDIZZI (OAB 8036/AM) - Processo 0608247-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.V.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 03/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: REBECA RAMOS DE MESQUITA (OAB 9471/AM) - Processo 0608309-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.P.R. - Portanto,DEIXO DE APRECIAR, por ora, o pedido de antecipação de tutela quanto a guarda, sem prejuízo de posterior análise, após a formação do contraditório. Cite(m)-se o(a) (s) Requerido(a) (s) para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o(a) (s) Requerente(s) para comparecimento a mencionada audiência. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado a(o) ré(u) o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015) "Ao ser citado, o réu deverá ser advertido de que sua ausência injustificada à audiência de conciliação ou mediação configura ato atentatório à dignidade da justiça, punível com a multa do art. 335, § 8º, sob pena de sua inaplicabilidade". (Enunciado n.º 273 do Fórum Permanente de Processualistas Civis - FPPC) As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015) Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica(m) o(a) (s) ré(u) (s) intimado(a) (s) para contestar(em), por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber(em) a contrafé. (art. 335, do CPC/2015) O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015) Intime-se. Viabilize-se.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: MARCOS ALMEIDA DE ALBUQUERQUE (OAB 278808/SP) - Processo 0608309-48.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fixação - ALIMENTAND: D.R.S.A. - ASSISTENTE: M.A.S.A. - ALIMENTANT: R.M.S. - Acolho a promoção ministerial retro. Viabilize-se.

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0608447-73.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: R.F.B. - I.F.B. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar Termo de Curatela, no prazo de dez dias.

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0608447-73.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: R.F.B. - I.F.B. - Vistos etc. Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois "(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária" (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais e das despesas com a citação por oficial de justiça do polo passivo no prazo acima assinalado. Corrija-se o valor da causa da causa, pois há bens a partilhar e também discute-se alimentos para a prole. Neste caso, o valor da ação deve corresponder a soma da estimativa dos bens somados a 12 vezes o valor dos alimentos pugnandos. Oportunamente, tornem os autos conclusos. Int.

ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM) - Processo 0608472-86.2019.8.04.0001 - Petição - Família - REQUERENTE: C.G.F. - Gratuidade processual deferida. Determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, nem tampouco foram qualificados e individualizados todos os acionados, lembrando que compete a parte autora providenciar ou requerer diligências para obtenção de todos os dados necessários para esse fim. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM) - Processo 0608496-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.S.F. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: DEYWISON LIMA DE SOUZA (OAB 12737/AM) - Processo 0608869-48.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.F.M. - Acolho a promoção ministerial de fls. 36/37. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0609027-06.2019.8.04.0001 - Petição - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.R.C.F. - Gratuidade processual deferida. Determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Transcrevo, textualmente, as prescrições do precitado Provimento do CNJ, a seguir. "Art. 1ºEstabelecer a obrigatoriedade de informação do número do CPF, do CNPJ e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional. Parágrafo único. As obrigações que constam deste provimento são atribuições dos cartórios distribuidores privados ou estatizados do fórum em geral, bem como de todos os serviços extrajudiciais. Art. 2ºNo pedido inicial formulado ao Poder Judiciário e no requerimento para a prática de atos aos serviços extrajudiciais deverão constar obrigatoriamente, sem prejuízo das exigências legais, as seguintes informações: I nome completo de todas as partes, vedada a utilização de abreviaturas; II número do CPF ou número do CNPJ; III nacionalidade; IV estado civil, existência de união estável e filiação; V profissão; VI domicílio e residência; VII endereço eletrônico. Art. 3ºO disposto no artigo anterior aplica-se aos inquéritos com indiciamento; denúncias formuladas pelo Ministério Público; queixas crime; petições iniciais cíveis ou criminais; pedido contraposto; reconvenção; intervenção no processo como terceiro interessado; mandados

de citação, intimação, notificação, prisão; e guia de recolhimento ao juízo das execuções penais. Art. 4ºAs exigências previstas no art. 2º, imprescindíveis à qualificação das partes, não poderão ser dispensadas, devendo as partes, o juiz e o responsável pelo serviço extrajudicial, no caso de dificuldade na obtenção das informações, atuar de forma conjunta, para regularizá-las. .... § 2º No pedido inicial e no requerimento, na hipótese do parágrafo anterior, deverá constar o desconhecimento das informações mencionadas no art. 2º, caso em que o juiz da causa ou o responsável pelo serviço extrajudicial poderá realizar diligências necessárias à obtenção." (grifos não do original) Corrija-se, ainda, o valo da causa, tendo-se em vista o valor do patrimônio partilhável, o qual deve ser somado ao total de doze vezes o valor dos alimentos ofertado. Int. Viabilize-se.

ADV: BRUNO GOMES PIRES (OAB 7640/AM) - Processo 0609097-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.J.G.T. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 27 de fevereiro de 2019

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0609126-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - ASSISTENTE: R.C.S. - ALIMENTAND: T.R.S.S. - Vistos etc. Versam os presentes autos sobre ação de alimentos com apresentação de alimentos provisórios e gratuidade de justiça. Recebo a petição inicial com o deferimento da assistência judiciária gratuita. Anote-se o segredo de justiça no sistema. O vínculo de parentesco entre alimentante e alimentado incapaz encontra-se comprovado nos presentes autos, portanto evidenciado o dever de prestar alimentos com base no poder familiar. A deficiência na demonstração de elementos pertinentes a necessidade da alimentada e possibilidade do alimentante dificultam a fixação de alimentos provisórios em valor razoável fixação dos alimentos provisórios é de difícil aferição no caso concreto, em razão da deficiência de elementos. Infere-se da análise da inicial a falta de precisão dos ganhos e despesas justificáveis do demandado. A falta de indicação do endereço do emprego regular justifica a fixação dos alimentos em percentual sobre o salário mínimo. Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, é com fundamento no artigo 4º da Lei 5478/68, fixos alimentos provisórios em valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo com vencimento a cada quinto dia útil ao mês subsequente ao de referência. Os alimentos provisórios serão devidos desde a citação do requerido (art. 13, § 2º, da Lei nº 5478/68). Determina-se desde logo ao polo passivo apresentar em juízo documento hábeis a comprovar sua verdadeira capacidade financeira, dentre os quais o contracheque para fins de possível reanálise dos alimentos provisórios, observando ser do alimentante o ônus da prova de sua capacidade financeira. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência, observando que o prazo para contestação no caso concreto diverge do rito comum previsto no CPC. Caso a auto-composição restar frustrada, intimem-se as partes para comparecerem a audiência una de conciliação e julgamento a ser realizado no presente juízo, ocasião em que a contestação será apresentada e feito instruído para, ao fim, ser prolatada sentença. (arts. 8° e 9° da Lei de Alimentos). Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, adotando-se a forma célere e compacta que a lei prevê (sumário), pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos Arts. 7º e 8° da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). Na intimação do polo passivo deve constar a ordem para o requerido apresentar seus comprovantes de rendimentos, no momento da instrução do feito. Advirtam-se as partes de que o não comparecimento à audiência una pelo autor ensejará extinção do feito, e no caso da falta do requerido, será declarada sua revelia. Advirta-se também que as partes deverão comparecer à audiência una acompanhados de seus respectivos advogados e testemunhas, independentemente de intimação de prévio depósito de rol.

ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0609343-19.2019.8.04.0001 - Petição - Alimentos - REQUERENTE: M.R.S. - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0609345-86.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.C.C. - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0609359-70.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.V.S. - Os menores não possuem legitimidade para sofrer o pedido de modificação de guarda. A regulamentação do presente feito pode ser realizado mediante formação de litisconsórcio entre a guardiã e os menores, ou somente aquela, pois representa os filhos, mas nunca tal como se apresenta (os menores - polo passivo - representados por sua genitora). Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0609368-32.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.C.S.S. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0609381-31.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.C.S.S.J. - C.F.P.S. - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, atribuir o valor correto à causa, devendo levar em consideração o valor dos bens a partilhar somados a doze vezes o valor dos alimentos que serão destinados aos filhos. Cumprido o determinado, retornem os autos conclusos.

ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM) - Processo 0609421-86.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.G.F. - REQUERIDO: M.F.F. e outro - Vistos etc. Rejeito liminarmente a preliminar de nulidade de citação (fls. 127/128). Primeiro, porque o argumento levantado, especificamente, às fls. 128 está incompleto e não se pode inferir o que de fato queria afirmar o réu. Segundo, porque o acionado veio aos autos e contestou o pedido autoral, não havendo qualquer prejuízo para a sua defesa. Defiro ao réu a gratuidade de justiça requerida, ante a afirmação de Lei. Dou por encerrada a fase de instrução processual. Não vejo necessidade de mais provas. Inclusive, tem-se a preclusão do prazo para que as partes especificassem provas a serem produzidas em audiência, conforme certidão de fls. 145. As petições de fls. 150/152 e 154/156 não justificam a necessidade de produção de prova oral.

A questão central é resolvida com documentos, o que já existe nos autos, tendo ainda a parte ré trazido mais elementos, em fls. 157/160. Assim, entendo por encerrada a instrução do processo. Por consequente, determino a intimação das partes para alegações finais, em prazo sucessivos de 15 dias. Ao autor compete tomar ciência e se manifestar sobre os documentos trazidos pelo réu, em fls. 157/160 quando for apresentar suas razões finais. Int. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0609526-24.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: M.D.S.C. - ALIMENTANT: J.P.S.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM) - Processo 0609558-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.A.C.F. - Intime-se o autor para adequar o valor da causa, uma vez que trata-se de revisional de alimentos, devendo ser a diferença entre o valor atual e o que se pretende pagar acrescido de doze parcelas. Prazo: 15 dias.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0609628-12.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.C.N. - É o relatório. DECIDO. A pretensão dos requerentes prospera, porquanto amparada pelo ordenamento jurídico vigente. Com efeito, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, independente do lapso temporal em que permaneceram casados. Isto posto, extinguindo a ação, com apreciação do mérito, com fulcro no artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de vontade dos requerentes, decretando-lhes o divórcio, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas no referido acordo. Considerando que "Não pode apelar da sentença homologatória de transação judicial, sob o fundamento de inconformismo com os termos desta, a parte que transigiu" (TJ SP - Apelação Cível n. 127.838-4 - São Paulo - 2ª Câmara de Direito Privado - Relator: Cezar Peluso - 20.02.01 - V.U.), porquanto caracterizada a preclusão lógica, expeça-se mandado de averbação e arquivem-se os autos, observadas as cautelas legais. Dispensada a expedição de mandado de averbação, restando por suficiente a apresentação da presente sentença mais o termo de acordo junto ao Cartório competente. Sem custas. P.R.I.C. Manaus,28 de fevereiro de 2019

ADV: SUELEN FALCÃO GOIS DE LIMA (OAB 11153/AM), ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0610503-50.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.A.S. - Solicite-se informações quanto ao processo referido às fls. 220 visando analisar a preliminar de litispendência alegada. Cumpra-se. Após, dê-se vista ao M.P.

ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB A1280/AM), ADV: ANDRÉA REGINA TORRES LOBÃO (OAB 10103/AM), ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0612134-63.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.S.R. - REQUERIDO: R.D.O. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar o Termo de Guarda, no prazo de dez dias.

ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM) - Processo 0614255-30.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: W.S.V. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do polo ativo para se manifestar sobre a diligência negativa de fls. 72, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0614424-85.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA - Diante do exposto, deixo de apreciar o pedido de mérito, julgando-se extinto o processo por questões processuais, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Revoga-se a liminar deferida nos presentes autos, página 17. P.R.I Custas pela parte requerente pois deu causa à extinção do feito sem a resolução do mérito. Contudo, suspendo a exigibilidade nos termos do § 3º do artigo 98, do CPC. Baixe-se e arquive-se os autos tão logo ocorra o trânsito em julgado da decisão. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM), ADV: LAILA BEATRIZ ANDRADE DA SILVA (OAB 12621/AM) - Processo 0614506-48.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.L.P.S. - Por consequência da citação ficta e falta de contestação, nomeio curador especial ao polo passivo, na pessoa da Defensora Pública do Estado do Amazonas à Doutora Regina Jansen Simões. Retornem os autos à serventia do juízo, providenciando: a) intimação da curadora especial para promover a defesa do(a) revel, no prazo de quinze dias; b) com o término do prazo para apresentação da contestação, intime-se o polo ativo para indicar quais fatos e meios de provas deseja produzir em audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias, sob pena de ser o feito apreciado no estado, com ou sem resolução do mérito.

ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: SÉRVIO TULIO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 10628/AM) - Processo 0615024-72.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.H.P.S. - REQUERIDO: José Lopes Gonçalves - Julgo extinto o processo com a resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. Diante da sucumbência autoral sobre a partilha de todos os bens por ela arrolado e deferimento da inclusão do imóvel indicado na contestação, condenando o polo ativo ao pagamento de honorários advocatícios (quinze por cento sobre o valor do bem partilhado) em favor do patrono do contestante. Contudo, suspendo a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça requerida na inicial. P.R.I. Após trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se os autos com as providências de estilo.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: DANIEL SABÓIA GUERREIRO (OAB 11051/AM) - Processo 0615177-71.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.R.A. - REQUERIDO: R.D.A. - Assim, expeça-se mandado de averbação caso ainda não tenha sido providenciado, atento a permanência do nome de casada da autora, inclusive sem oposição do réu. Quanto ao acertamento patrimonial, especificamente em relação ao imóvel descrito na inicial (fls. 03), houve manifestação expressa do réu pela partilha igualitária desse bem, assim como dos bens móveis que o guarnecem (fls. 95/97 e 108). Em sendo assim, homologo o reconhecimento da partilha do imóvel apartamento -, localizado na Avenida Maneca Marques (antiga Av. Perimetral), nr. 900, Condomínio Ópera Prime, Torre Dom Geovani, apt. 301, Parque Dez de Novembro, CEP.: 69055-021 e, ainda, dos bens móveis que guarnecem a referida residência, pelo que devem ser partilhados em partes iguais (50% para cada cônjuge), facultada as partes a alienação por iniciativa própria ou, em sendo o caso, a efetivação da partilha na fase de liquidação de sentença. Em havendo posterior dissenso, atento a necessidade de alienação força e/ou extinção de condomínio, compete à parte interessada buscar para tanto a via própria e adequada, ciente que, em casos tais, a competência é do Juízo Cível. Quanto aos

veículos arrolados pelas partes, diante da manifestação de troca (pela autora), fls. 06 da inicial, e de que permaneça como estão, conforme postulado pelo réu, em fls. 146, entendo prudente a designação de audiência de conciliação, a ser pautada o mais breve possível, pois nítida a possibilidade de acordo. Int. Cumpra-se.

ADV: JOHANN STEPHEN DE OLIVEIRA MELO (OAB 12675/AM) - Processo 0615699-64.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.K.S.J. - M.V.K.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: MARIA DO SOCORRO SOUSA MENEZES (OAB 10156/AM), ADV: JOENILSON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 3178/AM) - Processo 0615841-39.2016.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Alimentos - EXEQUENTE: T.S.M. - EXECUTADO: J.M.M.C. - Acolho a promoção ministerial de fls. 113. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0616682-63.2018.8.04.0001 - Petição - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.J.S.S. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM) - Processo 0617478-54.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.S. - Diante do exposto julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, na forma acima explicitada.

ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: HENRIQUE PAULO AUGUSTO (OAB 77333/SP), ADV: BRENDA LUANA SLUZARSKI DA SILVA (OAB 13378/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM) - Processo 0617531-69.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.I.M.O.M. - REQUERIDO: J.M.A.O. - Intimem-se as partes para apresentação de alegações finais no prazo sucessivo de quinze dias, a começar com o polo ativo.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 12702/AM) - Processo 0617995-59.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.G.S.P. - REQUERIDO: M.J.N.P. - Intimem-se as partes para apresentação de alegações finais no prazo sucessivo de quinze dias, a começar com o polo ativo.

ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0618195-66.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.R.S.C. - Portanto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA VINDICADO PELO ALIMENTANTE e, em consonância com o parecer do M.P. de fls. 78/79 e 93, reduzo os alimentos provisoriamente para o patamar equivalente a um salário mínimo vigente. Int. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0618279-04.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: W.A.S. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e, em razão da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo por equidade em R$ 500,00, observada a inexigibilidade decorrente da assistência judiciária gratuita que lhe foi deferida às fls. 19. Publique-se e intimem-se.

ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0618908-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: M.M.G.S.G. - ALIMENTANT: A.A.G.F. - Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo feito nas condições descritas na petição de folhas 20/30, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Custas recolhidas. Caso o alimentos sejam descontados em folha de pagamento, oficie-se o empregador para promove o cancelamento do desconto. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM) - Processo 0619641-46.2014.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.M.M. - REQUERIDO: C.S.N. - Acolho a promoção ministerial de fls. 206/207 pela pertinência de sua fundamentação. Viabilize-se, assim, o postulado pelo M.P. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM), ADV: FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS (OAB 1960/AM) - Processo 0619664-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: F.A.B. - Indefiro o pedido de realização de audiência de instrução pois contra a pretensão da autora ocorreu a preclusão temporal do prazo descrito na certidão eletrônica de página 196. Voltem os autos ao Ministério Público para opinar sobre o mérito.

ADV: ANA VANDERLEA ALVES DA CRUZ (OAB 11241/AM) - Processo 0619894-92.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0622151-27.2017.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.S.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar sua representação processual.

ADV: LEONÍZIA LIMA ENES (OAB 9159/AM) - Processo 0620998-90.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: C.G.T.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para informar como ficará o nome do requerente, no prazo de dez dias.

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: KARINE VARELLA (OAB 88409/RS), ADV: DANIEL DOS SANTOS COSTA (OAB 12962/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0621195-45.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: F.J.F.B. - Comando no BacenJud efetivado. Aguarde-se a resposta.

ADV: ANDRÉ LUIZ NEGREIROS CHUVAS (OAB 10864/AM) - Processo 0621237-94.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Dissolução - REQUERENTE: J.A.V.U. - Destarte, durante o trâmite processual houve notícia de que a requerida havia falecida em 27/08/2018, portanto, antes da prolação da sentença, conforme certidão de óbito de fls. 162, com o que, de rigor a extinção do processo, sem julgamento do mérito, o que faço, nos termos do art. 485, IX, do NCPC, por se tratar de ação personalíssima e intransmissível por disposição legal. Nesse sentido:

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0621539-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: G.A.S. - A intimação pessoal deverá ser repetida, pois, nos termos da certificada retro, não foi regular ou, menos ainda, atingiu sua finalidade. Em sendo necessário, proceda-se com a intimação por hora certa, observando-se o procedimento legal, sob pena de ser novamente declarada inválida. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JOSÉ DE RIBAMAR FREITAS JÚNIOR (OAB 7404/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: SYLVIA INES BARBOSA FERREIRA FREITAS (OAB 13324/AM) - Processo 0621696-33.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0642740-40.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: C.C.V.O. - EXECUTADO: J.A.B.F.F. - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-

se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: ANA VANDERLEA ALVES DA CRUZ (OAB 11241/AM) - Processo 0622151-27.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.S.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar sua representação processual.

ADV: ERIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM) - Processo 0622743-08.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.B.C. - Acolho a promoção ministerial de fls. 91. Intime-se a parte autora por edital. Viabilize-se.

ADV: MARIA IRACEMA PEDROSA (OAB 1709/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM), ADV: FLÁVIO OLIVEIRA SPOSINA (OAB 11374/AM), ADV: DANIEL JOSE SAMPAIO DE BRITO (OAB 12178/AM) - Processo 0623111-17.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: T.A.M.G. - Rejeito, portanto, os Embargos Declaratórios, por não vislumbrar obscuridade, contradição, muito menos omissão no decidido. Intimem-se.

ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: GLICÉRIA GUERREIRO DA SILVA (OAB 8526/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM) - Processo 0624069-66.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0641056-80.2017.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERIDO: C.S.F. - Assim sendo, acolho em parte os Embargos Declaratórios, tão somente para fazer constar que o relatório feito pelo M.P. e adotado na sentença é o constante do parecer inserido nas páginas 208/210. Intimem-se.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM) - Processo 0625038-81.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.S.F. - Defiro o pedido de fls. 205/206. Viabilize-se.

ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM), ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0625310-75.2017.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: D.A.S. - Vistos etc. Segundo §1º do artigo 531, do CPC "a execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados.". A parte credora não observou a forma processual adequada, razão pela qual determino o desentranhamento de sua petição. Prossigam o feito cumprindo as determinações já proferidas nos presentes autos. Intimem-se.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0625817-70.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: M.R.C. - Intime-se a parte executada para no prazo de 3 (três) dias efetuar o pagamento do valor reclamado, acrescido do valor das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de protesto (CPC, 528, § 1º), de prisão civil (CPC, 528, § 3º) ou, alternativamente e a critério da parte exequente, expropriação de bens (CPC, 530), bem como nomeação de curador. Havendo apresentação de justificativa procedam nos moldes da PORTARIA Nº 02/2017. Decorrido o prazo sem manifestação, voltem para nomeação de curador especial (CPC, 72, II). Na hipótese de processamento em apartado, deverá a serventia certificar se houve concessão de assistência judiciária gratuita a qualquer das partes na fase de conhecimento. Int.

ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM) - Processo 0626197-25.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.F.S. - Defiro o pedido de fls. 75 Viabilize-se.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM) - Processo 0627013-41.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: J.R.G.S. - REQUERIDO: S.A.O. - Intimem-se as partes para apresentação de alegações finais no prazo sucessivo de quinze dias, a começar com o polo ativo.

ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM), ADV: NANCY CASTRO SEGADILHA (OAB 8575/AM), ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM) - Processo 0627902-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: G.J.O.M. - REQUERIDA: M.L.B.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento, sem reserva de poderes, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: MANOEL MOTA MACIEL JÚNIOR (OAB 4348/AM), ADV: THIAGO DA SILVA MACIEL (OAB 5632/AM) - Processo 0628024-42.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Revisão - EXECUTADO: J.R.M. - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: ALISSON SABINO ROQUE DE MELO (OAB 11978/AM) - Processo 0628928-91.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: J.D.S.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 03/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM) - Processo 0631022-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ASSISTENTE: V.P.S. - ALIMENTAND: E.S.L. - Vista ao advogado da autora, para que fale sobre a certidão negativa, no prazo de 5(cinco) dias.

ADV: JORGE TADEU LAPA AGUILA (OAB 12880/AM), ADV: EDUARDO MARCELL DE BARROS ALVES (OAB 5531/PI), ADV: SAMUEL MAYCON MOURA DE BRITO SILVA (OAB 13090/PI), ADV: GUSTAVO SILVA PORTELA FRAZÃO (OAB 14475/PI), ADV: EDUARDO REZENDE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 10517/AM) - Processo 0631153-84.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.E.D.F. - EXECUTADO: F.A.P.M. - Intime-se a parte exequente para informar o saldo remanescente, ou seja, ainda pendente de pagamento e devidamente atualizado. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0631999-04.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.C.H.C. - R.h. Gratuidade processual deferida à parte acionada. INTIMEM-SE sucessivamente as partes, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, na forma do NCPC, art. 348, fundamentando a pertinência das mesmas, sob pena de indeferimento, na linha do atual entendimento jurisprudencial acerca do tema. (ex.: STJ; AgRg-REsp 1.407.571; Proc. 2013/0330961-2; RJ; Segunda Turma; Relª Minª Assusete Magalhães; DJE 18/09/2015) Cumpra-se.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM) - Processo 0632009-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão

- ALIMENTAND: E.A.L.S. - ALIMENTANT: F.R.P.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 27 de fevereiro de 2019

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: GUILHERME RÉGIO PEGORARO (OAB 34897/PR), ADV: JANDERLI CAVALCANTE COSTA (OAB 12550/AM) - Processo 0632023-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: Marcos Aurelio Ferreira da Silva - REQUERIDO: Arthur Marrero e Silva, Representado Por Sua Genitora Tai Li Marrero e outro - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: KELLLEN PEREIRA DA SILVA (OAB 10319/AM) - Processo 0632423-80.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Giselle Pereira da Silva - Assim sendo, tendo em vista que o executado não pode ser preso novamente pela mesma dívida, bem como, o pedido do credor do prosseguimento do feito, determino que se proceda a cobrança de crédito alimentar pretérito (junho de 2017 a janeiro de 2019) pelos meios ordinários de execução, com base no art. 523 do NCPC, que permitirá a(o) exequente cobrar a dívida existente, perseguindo bens do executado para satisfazê-la. Pelo exposto, determino: 1) Remetam-se os autos à contadoria judicial para atualizar o débito executado, nos termos do art.523doNCPC, referente ao período de junho de 2017 a janeiro de 2019. 02. Tendo em vista, que o presente cumprimento de sentença ocorreapós 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentençaque arbitrou os alimentos,bem como, ante o fato de o devedor está assistido pela defensoria pública (fls. 86),nos termosdos §§ 2º, IIdo artigo 513, do NCPC,INTIME-SE a parte executada,PESSOALMENTE,para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do montante da execução,no valora serapurado pela contadoria de juízo, devidamente atualizado,acrescido dascustas processuais,se houver(art. 523,NCPC). 2.1.Na ausência do pagamentovoluntáriono prazoacima estabelecido, haverá a cominação de multa de 10% (dez por cento)e, também, de honorários de advogado de10% (dez por cento),de acordo com o art.523, § 1º, do CPC. 2.2.Se, no prazoestabelecido no item2, for efetuado pagamento parcial do montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento)e honorários de advogadofixados no item2.1,incidirãosobre o restantedo débito(§2º, art.523, do CPC). 3.Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias, sem pagamento voluntário do débito, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos, sua impugnação,tudo conforme art. 525,caput, do NCPC. 4.Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intimem-seo(a)exequente, por seupatrono, para requerero que entender de direito, especialmente, informando se houve a quitação do débito executado. 5.Intimem-se,especialmente,o ilustre Defensor Públicoque assiste o executado. 6.Diligencie-se.

ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM), ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0633190-84.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: A.S.Q.S. - Intime-se.

ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM), ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0633190-84.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: A.S.Q.S. - CERTIFICO que, face a Certidão de fls.43 e em cumprimento ao despacho do MM. Juiz de Direito. Dr. Marcos Santos Maciel, fica REDESIGNADA a audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA -Fórum Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, para o dia 26 de março de 2019, às 10 horas e 30 minutos. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados à(s) fila(s) "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação - Audiência", a fim de que tomem ciência da redesignação da audiência. Sendo expedido neste ato o mandado de citação necessário.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM) - Processo 0633280-29.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0605001-96.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.C.B. - REQUERIDO: A.F.O.F. - Conheço do recurso apresentado nas páginas 695/698 para suprir a omissão sobre o requerimento apresentado na página 671, item "1", para ao fim, indeferi-lo. Não há qualquer prova da existência de vício na manifestação de vontade na forma alegada. Levando-se em consideração estar a autora acompanhada de advogado durante a audiência, forçoso acreditar que não compreendeu as consequências do acordo firmado para o fim de partilhar o imóvel e retirar-se do bem no prazo de trinta dias. Na verdade, os argumentos da embargante aproximam-se da configuração do posterior arrependimento, fato este insuficiente para anular o acordo firmado. A utilização do imóvel sob a justificativa de inadimplência dos alimentos não pode ser utilizado no presente feito pois não previsto no acordo. Nada obsta que a autora pleiteie o uso do bem como forma de adimplemento da obrigação executada, porém, observando-se o devido processo legal e adequação do pedido. Diante do exposto, indefiro o pedido de dilação de prazo descrito no item "a" da página 671. O fato dos litigantes firmarem acordo quanto à partilha de bens retira a obrigação do magistrado de analisar os fatos apresentados e as provas produzidas no decorrer do processo uma vez que a solução do litígio foi resolvida de forma consensual. Assim não há de falar de omissão sobre a partilha do veículo Frontier. O intento do embargante para excluir o veículo polo é questão a ser enfrentada em sede de apelação, pois visa rediscutir o julgado sobre o referido bem, não havendo de falar em omissão. O embargante alega omissão sobre a responsabilidade sobre o pagamento que fez a título de IPTU, AGUA, LUZ, PRESTAÇÃO DO IMÓVEL. Não vislumbro omissão sobre os pontos ventilados no embargo, pois não foram objetos da inicial ou da contestação, tratando-se de inovação indevida do requerido. Além do mais, nos termos do acordo, as partes ajustaram "o direito da divisão do que foi pago durante a convivência, no período de 2011 a 17 de julho de 2017, sendo essa a última data, devendo ser portanto partilhado esse período em liquidação de sentença". Assim, não vislumbro a omissão quanto a questão patrimonial. Sobre o valor dos alimentos foi decidido: "Assim, ao cotejo dos elementos necessidades (no caso, presumidas) e possibilidade, estes indispensáveis à justa fixação dos alimentos, assim como, diante da existência de outros filhos do réu, e atento ao documento de fls. 117, entendo pela fixação dos alimentos no patamar de 20% dos rendimentos auferidos pelo requerido a título de comissões, excetuados os descontos obrigatórios e legais, em prol das menores descritos na inicial.". Da análise dos embargos percebe-se que o recorrente visa rediscutir o valor dos alimentos, trazendo argumentos para justificar seu pedido. Torno expresso que o quanto fixado levou em consideração as possíveis despesas do alimentante em sua atividade, ressaltando a sua falta de colaboração para apuração de sua capacidade financeira. Diante do exposto, nego provimento ao recurso referente aos alimentos. Intimem-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0634445-77.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.R.S. - Intimem-se a parte autora para apresentação de alegações finais no prazo de quinze dias.

ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: SILVANA GRIJÓ GURGEL COSTA RÊGO (OAB 6767/AM), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: NATASSYA DOS SANTOS AMORIM (OAB 10151/AM) - Processo 0634697-17.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Andreza Schimidt Menezes de Souza - REQUERIDO: Denis da Silva Nunes - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 27 de fevereiro de 2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0635229-25.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.J.C.D. - Intimem-se as partes para apresentação de alegações finais no prazo sucessivo de quinze dias, a começar com o polo ativo.

ADV: SIMON DE SOUZA GUIMARÃES BESSA (OAB 8640/AM), ADV: ALESSANDRO SILVA RIBEIRO (OAB 6854/AM), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0635863-21.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERIDO: E.D.S. - Intimem-se os acordantes para juntarem aos autos o termo de acordo devidamente assinando pelas partes, para fins de homologação. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0636070-83.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.M.C.F. - L.I.C. - Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se o(a) executado(a) na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de da incidência multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831).

ADV: ALDECIR PAZ D'AVILA JUNIOR (OAB 4565/AC) - Processo 0637180-83.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.R.T.D. - Vista ao advogado do autor, para que fale sobre a certidão negativa, no prazo de 05(cinco) dias.

ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0637649-32.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Família - EXEQUENTE: A.S.O. - Acolho a promoção ministerial de fls. 33/34, itens A, B e C. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: AIRTON JOSE FERREIRA ALVES (OAB 11852/AM) - Processo 0637891-59.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.P.C.A. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para informar como ficará o nome da investigante, no prazo de dez dias.

ADV: JOSÉ KLEBER ARRAES BANDEIRA (OAB 223A/AM), ADV: CLYNIO MAURÍCIO SAUNIER CAVALCANTI (OAB 4217/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ NEGREIROS CHUVAS (OAB 10864/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0637961-42.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: G.T.G.S. - EXECUTADO: M.A.R.C.O.C. - Chamo o feito à ordem. Cancelo os despachos de fls. 327 e 346. Mais uma vez advirto para que seja observado a deliberação de fls. 276.

ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM) - Processo 0638022-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: R.F.R. - REQUERIDO: I.L.B. - Cumpra-se a deliberação de fls. 149.

ADV: LUIZ CARLOS SANTOS JUNIOR (OAB 9749/AM) - Processo 0638167-90.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.L.C.C. - Defiro o pedido de fls. 54. Viabilize-se.

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: ANA CLÁUDIA CASTRO DE HOLANDA (OAB 4405/AM) - Processo 0640965-53.2018.8.04.0001 - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Isis Sandra Frota Oliveira Lopes - REQUERIDA: Eliane Cristina Silva de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento, sem reserva de poderes, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0641187-26.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.B.Q. - REQUERIDA: S.C.G. - Arquive-se pois a deliberação de folhas 160/161 já resolveu a questão apresentada quanto à incidência dos alimentos.

ADV: RAFAELLE SENA DE SOUZA (OAB 357557SP) - Processo 0641838-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: C.M.K. - Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via INFOJUD ou SIEL. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM) - Processo 0641917-32.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.S.F. - Assim sendo, indefiro o pedido de tutela antecipada para exoneração da obrigação alimentar, visto que o contraditório é imprescindível em respeito à referida Súmula do STJ. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: JOSÉ DE RIBAMAR FREITAS JÚNIOR (OAB 7404/AM), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM), ADV: SYLVIA INES BARBOSA FERREIRA FREITAS (OAB 13324/AM), ADV: GUILHERME FIGUEIREDO MORAIS TOLEDO (OAB 188819/MG), ADV: CARLOS JAVET BRAGA BITENCOURT (OAB 107192/MG) - Processo 0642740-40.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: C.C.V.O. - EXECUTADO: J.A.B.F.F. - Indefiro o pedido de reconsideração com fundamento nas mesmas razões por mim expendidas na deliberação de fls. 208/209.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0643006-90.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.A.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento com reserva de poderes, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: ADELCI MARIA IANNUZZI MENDONÇA (OAB 1214/AM), ADV: LAÍS ARAÚJO DE FARIA (OAB 9037/AM), ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM), ADV: RAFAEL MAGALHÃES COELHO (OAB 9010/AM) - Processo 0643056-53.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: A.S.F.J.M.R.S.M.D.M.S. - ALIMENTANT: A.S.F. - Defiro o pedido de fls. 54/55. Oficie-se ao órgão empregador sobre o cancelamento dos alimentos provisórios pelos definitivos.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA (OAB 12202/AM), ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM) - Processo 0644345-21.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.H.S. - REQUERIDA: S.K.N.F. - Vistos etc. O pedido de reconsideração de fls. 152/154 não é instrumento previsto no ordenamento processual civil brasileiro, de modo que a decisão atacada, se mantém por seus próprios e jurídicos fundamentos. Com efeito, a jurisprudência acerca do tema assentou que "À ausência de previsão legal, não há como apreciar pedido de reconsideração como sucedâneo recursal" (RSTJ 159:591). Assim sendo, fica indeferido o pedido de reconsideração retro. Int.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS XAVIER (OAB 13762/AM) - Processo 0645248-22.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.S.C. - Certifico para os devidos fins que a contestação de fls. 62/63 é tempestiva. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para réplica no prazo de 15 (quinze) dias. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO SILVA PORTELA FRAZÃO (OAB 14475/PI), ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM), ADV: EDUARDO REZENDE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 10517/AM), ADV: SAMUEL MAYCON MOURA DE BRITO SILVA (OAB 13090/PI) - Processo 0645860-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.A.P.M. - Certifico para os devidos fins que a contestação de fls. 74/97 é tempestiva. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para réplica no prazo de 15 (quinze) dias. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0647174-38.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.S.P. - Reitere-se o ofício ao empregador da parte alimentante para que desconte os alimentos em folha de pagamento e, independente de requerimento, fornecer ao juízo cópias dos três últimos contracheques. Ao redigirem o ofício, explicitem-se ao empregador do alimentante que deverá fornecer as informações exigidas no prazo de vinte dias, eis que, contrário sensu, o responsável pelo descumprimento da Ordem Judicial aqui imposta estará praticando crime contra a administração da Justiça, cuja pena em abstrato é detenção de seis meses a um ano, consoante inteligência do art. 22, caput e respectivo Parágrafo Único da Lei 5.478, de 25 de julho de 1968.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: CAROLINE MONDEGO MARTINS FERREIRRA (OAB 10663/AM) - Processo 0648950-73.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: X.R.A.C.M.H. - REQUERIDO: J.A.H.J. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: ROSEMARY SOUZA DE QUEIROZ (OAB 11054/AM) - Processo 0649730-13.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.B.A.P. - Certifico para os devidos fins que a contestação e documentos de fls. 97/320 é tempestiva. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELLA VALOIS COELHO CHAVES (OAB 3570/AM), ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: JÉSSICA SANTOS SOUZA (OAB 8743/AM) - Processo 0650497-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: D.F.S.R. - ALIMENTANT: G.F.R. - Diante do exposto,considerando a idade dos menores, bem como, a ausência de alegações contrárias da autora na exordial,DEFIRO, a tutela provisória de urgência postulada pelo réu para autorizar o direito de convivência deG.F.R.com seusfilhosM.B.F.R. e E.G.F.R., nos seguintes termos:

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0650613-57.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.A.O. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0650908-94.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.L.M.H. - Defiro o pedido de parcelamento das custas. Remetam os autos à Contadoria.

ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM) - Processo 0651012-86.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.S.B. - Diante do exposto, em razão da falta de desenvolvimento regular, julgo extinto o processo sem resolução do Mérito, com fundamento no art. 485, IV do CPC. Tem-se por revogada qualquer tutela provisória deferida nos presentes autos, devendo a Secretaria providenciar as notificações que fizerem necessárias para o efetivação da ordem. Custas pela parte demandante, contudo suspensa a exigibilidade por ser beneficiária da A.J.G. P.R.I. Após trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0651043-09.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Luciana de Jesus Muniz - Helena Muniz Duarte - Diante do exposto, no prazo de quinze dias, determino a intimação da parte credora para adequar sua pretensão dos termos da Lei, optando por até 3 parcelas anteriores ao ajuizamento da execução ou mudança de rito para coerção patrimonial.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0651440-68.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.A.M.P. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 27 de fevereiro de 2019

ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM) - Processo 0652233-07.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Munique Liane Pereira Cavalcante - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: REINALDO DE LEMOS FREITAS (OAB 13396/AM) - Processo 0652830-73.2018.8.04.0001 - Petição - Alimentos - REQUERENTE: Wanessa Dantas de Araujo - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, fixo alimentos provisórios em favor dos menores descritos na petição inicial em 30% dos rendimentos brutos da parte Alimentante, deduzidos os descontos obrigatórios (ex. INSS e FGTS) e verbas indenizatórias a serem descontados em folha de pagamento do alimentante e depositados na conta bancária de quem os reivindica (ou representante legal). Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: REINALDO DE LEMOS FREITAS (OAB 13396/AM) - Processo 0652830-73.2018.8.04.0001 - Petição - Alimentos - REQUERENTE: Wanessa Dantas de Araujo - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 03/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: HELLEN FIGUEIREDO RODRIGUES ZUMAETA (OAB 3782/AM) - Processo 0655509-46.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: P.K.S.D. - Vistos etc. Trata-se de ação de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos. Diante da ausência de prova pré-constituída da paternidade alegada, indefiro por ora os alimentos provisórios pleiteados. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DE QUEIROZ PIERRE DOS SANTOS (OAB 10970/AM) - Processo 0656082-84.2018.8.04.0001 - Petição - Guarda - REQUERENTE: J.P. - REQUERIDO: M.S.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0656548-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.F.V. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0658171-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.B.S. - Diante do exposto, indefiro a antecipação de tutela almejada. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM) - Processo 0658861-12.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso -

Dissolução - REQUERENTE: A.L.B. - REQUERIDO: F.A.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0659792-15.2018.8.04.0001 - Petição - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: E.S.S. - Acolho a promoção ministerial de fls. 41. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0659926-42.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Joana Vicente de Lima - Nos termos do art. 751, do CPC, cite-se o(a) interditando(a) para comparecer perante juiz em dia a ser designado para a entrevista com o fim de auferir minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e sobre o que mais lhe parecer necessário para convencimento quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil. No ato da diligência, o oficial de justiça deverá certificar sobre a impossibilidade de deslocamento do interditando, para fim de se proceder com a inspeção judicial. Façam constar no mandado o termo e prazo para apresentação de impugnação do pedido de interdição, por advogado. Paute-se audiência para interdição, providenciando-se as intimações necessárias. Manaus, 26 de fevereiro de 2019.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0660350-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.H.M.M. - Defiro o pedido de fls. 22. Cite-se o requerido por Oficial de Justiça. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0660365-53.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Mateus Duarte Silva Costa - REQUERIDO: José Petronilo Silva Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0660651-31.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.J.G.S. - Intime-se o requerente para manifestar-se sobre a certidão de fls. 32, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0660906-86.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: JÉSSICA MORANGO BULBOL (OAB 9612/AM) - Processo 0661733-97.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: José Eduardo Menezes da Nóbrega - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0702976-31.2012.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.B.M. - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inc. III c/c parágrafo único do art. 274, todos do CPC. Sem custas. Arquivem-se os autos.

ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0703021-35.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: J.P.A.S.D.C. e outros - EXECUTADO: A.P.D.C. - Vistos etc. Tomo em análise tanto o pedido de suspensão do trâmite processual quanto as diligências para satisfação do crédito. Após bloqueio de valores o devedor solicitou suspensão do trâmite processual em razão da tramitação de ação revisional de alimentos. Os credores manifestaram de forma desfavorável ao pedido alegando inexistir efeito retroativo para deliberação em ação revisional de alimentos. Segundo lição de Alexandre Freitas Câmara: Denomina-se suspensão do processo a paralisação total e temporária de um processo. Trata-se, portanto, de uma situação temporária (já que, ultrapassada a causa de suspensão, o processo voltará a tramitar normalmente) durante a qual nenhum ato processual pode ser validamente praticado (art. 314), com a única ressalva dos atos que sejam considerados urgentes, destinados a evitar dano irreparável. (...) A questão prejudicial pode ser interna (quando sua resolução se dá no mesmo processo em que será resolvida a questão prejudicada) ou externa (quando sua resolução se dará em processo distinto). Pense-se, por exemplo, na hipótese de haver, em curso, dois processos entre as mesmas partes: um tendo por objeto a prestação de alimentos e outro em que se discute a própria existência da relação de parentesco entre as partes. Pois este é prejudicial àquele. Em casos assim, de prejudicialidade externa, suspende-se o processo da causa prejudicada para aguardar-se o julgamento da causa prejudicial (art. 313, V, a). Esta suspensão não pode durar mais de um ano (art. 313, § 4o), e após o decurso deste prazo o processo voltará a tramitar normalmente (art. 313, 5o), cabendo ao juiz da causa prejudicada manifestar-se, também, ao fundamentar sua decisão, sobre a questão prejudicial. Equivocada é a ponderação dos exequentes sobre a impossibilidade da atribuir efeitos ex tunc à sentença que revisa o valor dos alimentos. vejamos: "Alimentos. Ação revisional. Procedência do pedido. Alteração do valor da pensão. Efeitos. Termo inicial. Data da citação. Artigo 13, parágrafo 2, da lei 5.478/68. precedentes. Recurso provido. I - os efeitos da alteração do valor dos alimentos, estabelecida em sede de ação revisional, operam retroativamente, alcançando a data da citação inicial. II - não há divergência no tema, mas sim no caso em que se postula alimentos sem a prova pré-constituída da paternidade." (STJ, REsp 51781/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. DJ 24-10-1994, p. 28765) Por outro lado, não há de falar em suspensão da presente execução em razão da tramitação de ação revisional da obrigação alimentar fundada em fato superveniente à formação do título revisando ou mesmo posterior ao período executado. Ainda assim, não se pode esquecer que o objeto da ação é para reduzir o valor dos alimentos e não exonerar o devedor da obrigação, sendo desproporcional a paralisação do presente feito. Por fim, mesmo se o executado consiga reduzir o valor de seu encargo, o mais razoável para o caso concreto seria o devedor efetuar o pagamento parcial da dívida, considerando o valor que entende razoável na revisional. Por fim, a presente execução não depende do julgamento da ação revisional de alimentos pois se baseia em título judicial válido e eficaz que somente perderá a exequibilidade após deliberação judicial o reduzindo o encargo sobre o qual inexista pendência de recurso desprovido de efeito suspensivo. Oportuno destacar decisão proferida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva, em RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 35.192 - RS (2013/0005873-0): "[...] Registre-se que a hipótese versa sobre parcelas atrasadas, já consolidadas desde novembro de 2008 (e-STJ fl. 97), antes mesmo do julgamento da ação de exoneração, cuja procedência, a posteriori, não pode representar verdadeira liberação do devedor de dívida alimentar reconhecida judicialmente como devida à sua filha maior (27 anos), sob pena de beneficiar quem deliberadamente não cumpre o dever de pagamento dos alimentos pela mera expectativa de futura isenção. A injustificada omissão, neste caso, privilegiaria o devedor de má-fé. Nesse sentido, corroborando o entendimento esposado nos apontados precedentes desta Corte, cite-se abalizada doutrina: "As demandas revisionais devem adotar o procedimento da Lei de Alimentos (13). O

ingresso da demanda não autoriza o devedor a reduzir o valor dos alimentos ou a deixar de pagá-los. A alteração do encargo depende de chancela judicial. A propositura da ação também não enseja a suspensão do processo de execução. Achatado o valor dos alimentos ou extinta a obrigação, a sentença não dispõe de efeito retroativo, não alcançando as parcelas vencidas e não pagas. Admitir a possibilidade de fazer retroagir o valor fixado a menor - ou até na hipótese de exclusão dos alimentos - alcançando as parcelas vencidas e não pagas incentivaria o inadimplemento. Como os alimentos, repita-se, são irrepetíveis, aquele que pagou o valor devido até a data da decisão não teria como reaver as diferenças. Somente seria beneficiado quem não pagou a verba alimentar, aquele que se quedou inadimplente à espera da sentença. Dita solução, às claras, afrontaria o princípio da igualdade. A propositura da ação revisional intentada pelo alimentante não pode incentivá-lo a deixar de pagar os alimentos ou a proceder à redução do seu valor do modo que melhor lhe aprouver. Admitir tal possibilidade daria ensejo, inclusive, à suspensão do processo de execução, até o trânsito em julgado da demanda revisional, sob o fundamento de que o encargo alimentar pode ser reduzido ou excluído. Assim, não há como conceder efeito retroativo à redução ou exclusão do dever de pagar alimentos. O resultado seria desastroso. Além de incentivar a mora, induziria a todos que são executados a buscarem a via judicial, propondo ação de redução ou exclusão do encargo, tão só para verem a execução suspensa. A regra do § 2º do art. 13 da Lei de Alimentos não tem aplicação quando os alimentos foram reduzidos ou houve a exoneração do devedor. Prevalece o princípio da irrepetibilidade dos alimentos. Portanto, achatado o seu montante ou extinta a obrigação, a decisão judicial não dispõe de efeito retroativo, não alcançando as parcelas vencidas e não pagas. Somente quando os alimentos são majorados, por meio de sentença transitada em julgado, é que se pode falar em efeito retroativo à data da citação. Qualquer outra solução geraria impasse absolutamente desarrazoado. Primeiro estimularia o devedor a deixar de proceder ao pagamento dos alimentos ao intentar demanda revisional ou exoneratória, para se beneficiar do efeito retroativo da sentença e deixar de pagar o valor devido. A retroatividade aceita por alguns julgados não leva sequer em conta que pune o alimentante que cumpre com o pagamento e beneficia o devedor inadimplente. Vetada a devolução das parcelas pagas, o que pagou não pode pleitear a compensação, enquanto aquele que se quedou em mora irá beneficiar-se com o descumprimento do encargo alimentar. Assim, por qualquer ângulo que se atente ao tema, não é possível deixar ao bel-prazer do devedor o direito de suspender o pagamento dos alimentos para se beneficiar de sua omissão (Maria Berenice Dias, Manual de Direito das Famílias, 6ª edição, Editora Revista dos Tribunais, pág. 584 - grifou-se). Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário. - (STJ - Rec. em HC. 35.192/2013 - RS - Rel.: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva - DJ 18/03/2013". Diante do não enquadramento dos fatos expostos pelo devedor ao previsto nos incisos V e VI do artigo 316 do CPC, indefiro o pedido de suspensão do trâmite processual na forma apresentada nas páginas 364/365. A meu sentir, a conduta do executado trás indícios do caso previsto no inciso IV, do artigo 80, do CPC, razão pela qual o advirto que se tal conduta persistir poderá sofrer penalidades por litigância de má-fé. Em razão da falta de impugnação ao bloqueio dos valores indicados nas páginas 358/359 converto o ato em penhora, providenciando a transferência dos valores para conta judicial. Com a resposta da diligência, expeçam o alvará autorizando os credores sacarem o valor penhorado. Na oportunidade, defiro o pedido de adjudicação do bem penhorado e avaliado nas páginas 278/279. Providencie-se o necessário. Intimem-se os credores para indicarem o valor detalhado e atualizado do débito, deduzindo-se do montante o valor penhorado e o bem adjudicado. Prazo: cinco dias. Com a indicação do saldo remanescente voltem os autos para consulta INFOJUD e RENAJUD.

ADV: DIEGO ROSSATO BOTTON (OAB 495A/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0704111-78.2012.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: W.M.I.R. - REQUERIDO: V.J.R.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: cinco dias úteis. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: INGRID KELLY G. COSTA (OAB 7081/AM), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: FABRIZIA SENA CARVALHO (OAB 10170/AM) - Processo 0710140-47.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.A.S. - REQUERIDA: B.C.S. - Acolho a promoção ministerial de fls. 257/258. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

Adelci Maria Iannuzzi Mendonça (OAB 1214/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Gomes de Oliveira (OAB 12202/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Airton Jose Ferreira Alves (OAB 11852/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldecir Paz D'avila Junior (OAB 4565/AC)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandro Silva Ribeiro (OAB 6854/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Alisson Sabino Roque de Melo (OAB 11978/AM)
Ana Cláudia Castro de Holanda (OAB 4405/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Ana Nicéia Azulay Menezes (OAB 3102/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Ana Vanderlea Alves da Cruz (OAB 11241/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André Luiz Negreiros Chuvas (OAB 10864/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
André Nogueira Viana Mota (OAB 9987/AM)
Andréa Regina Torres Lobão (OAB 10103/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Aurimar Antonio Batista Imbiriba (OAB 9815/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Brenda Luana Sluzarski da Silva (OAB 13378/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Bruno Gomes Pires (OAB 7640/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Evaldo Terrinha Almeida de Souza (OAB 1520/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
CARLOS JAVET BRAGA BITENCOURT (OAB 107192/MG)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
Caroline Mondego Martins Ferreirra (OAB 10663/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudia Ferreira Brandizzi (OAB 8036/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Clynio Maurício Saunier Cavalcanti (OAB 4217/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel dos Santos Costa (OAB 12962/AM)
Daniel Jose Sampaio de Brito (OAB 12178/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)

Daniel Pereira Pio Suwa (OAB 9683/AM)
Daniel Raphael Enéas e Silva (OAB 5601/AM)
Daniel Sabóia Guerreiro (OAB 11051/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Deywison Lima de Souza (OAB 12737/AM)
Diego Rossato Botton (OAB 495A/AM)
Diogo José Vieira dos Santos (OAB 10810/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eduardo Marcell de Barros Alves (OAB 5531/PI)
Eduardo Rezende de Souza Júnior (OAB 10517/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Elci Carvalho dos Santos (OAB 8337/AM)
Eliane Coelho da Silva (OAB 8376/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Erika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Fabrizia Sena Carvalho (OAB 10170/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Flávio Oliveira Sposina (OAB 11374/AM)
Flávio Willer Cândido (OAB 5527/AM)
Francisco Madson da Cunha Veras (OAB 1960/AM)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Gianluca Azevedo Conte de Melo (OAB 9434/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Glicéria Guerreiro da Silva (OAB 8526/AM)
Guilherme Figueiredo Morais Toledo (OAB 188819/MG)
Guilherme Régio Pegoraro (OAB 34897/PR)
Gustavo Silva Portela Frazão (OAB 14475/PI)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hellen Figueiredo Rodrigues Zumaeta (OAB 3782/AM)
Henrique Paulo Augusto (OAB 77333/SP)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Igor Bergson Silva Almeida (OAB 11407/AM)
Ingrid Kelly G. Costa (OAB 7081/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isabella Valois Coelho Chaves (OAB 3570/AM)
Islane Marques Setubal (OAB 7239/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Izaque Newton da Silva Dutra (OAB 10636/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
Jack Gomes de Souza (OAB 11049/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jander Rubens Passos Ribeiro (OAB 13384/AM)
Janderli Cavalcante Costa (OAB 12550/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
Jéssica Morango Bulbol (OAB 9612/AM)
Jéssica Santos Souza (OAB 8743/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB 3178/AM)
Johann Stephen de Oliveira Melo (OAB 12675/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
JORGE TADEU LAPA AGUILA (OAB 12880/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José da Rocha Freire (OAB 3768/AM)
José de Ribamar Freitas Júnior (OAB 7404/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
José Kleber Arraes Bandeira (OAB 223A/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
Jose Rodrigues Filgueiras Neto (OAB 000.644/AM)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Juliano de Souza Trindade (OAB 53574/RS)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Karine Varella (OAB 88409/RS)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Kátia Cristina de Paiva Pinto (OAB 8837/MS)
Kátia Oliveira Santos da Costa (OAB 8260/AM)
Kelllen Pereira da Silva (OAB 10319/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laila Beatriz Andrade da Silva (OAB 12621/AM)
Laís Araújo de Faria (OAB 9037/AM)
LAURA OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 35010/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB A1280/AM)
Leonízia Lima Enes (OAB 9159/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 12702/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luiz Carlos Santos Junior (OAB 9749/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Manoel Mota Maciel Júnior (OAB 4348/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcos Almeida de Albuquerque (OAB 278808/SP)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Benigno (OAB 236604/SP)
Maria do Perpétuo Socorro de Queiroz Pierre dos Santos (OAB 10970/AM)
Maria do Socorro Sousa Menezes (OAB 10156/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Iracema Pedrosa (OAB 1709/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Milene Vieira Martins (OAB 12828/AM)

MÍRIA SUELLEN DOS SANTOS CUNHA (OAB 6091/AM)
Monalisa Gadelha Cordovil (OAB 7154/AM)
Nancy Castro Segadilha (OAB 8575/AM)
Natassya dos Santos Amorim (OAB 10151/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Rafael Magalhães Coelho (OAB 9010/AM)
Rafaelle Sena de Souza (OAB 357557SP)
Raiana Cunha Oliveira (OAB 7704/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Raquel dos Santos Gama (OAB 10828/AM)
Rebeca Ramos de Mesquita (OAB 9471/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Reinaldo de Lemos Freitas (OAB 13396/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Rodrigo dos Santos Xavier (OAB 13762/AM)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Rosemary Souza de Queiroz (OAB 11054/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)
Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)
Samuel Maycon Moura de Brito Silva (OAB 13090/PI)
Sandra Maria Carvalho de Farias (OAB 11679/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
SÉRVIO TULIO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 10628/AM)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Silvana Grijó Gurgel Costa Rêgo (OAB 6767/AM)
Silvana Maria Martins da Costa (OAB 5644/AM)
SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM)
Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB 8640/AM)
Suelen Falcão Gois de Lima (OAB 11153/AM)
SYLVIA INES BARBOSA FERREIRA FREITAS (OAB 13324/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiane de Paula Santos (OAB 6153/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Thiago da Silva Maciel (OAB 5632/AM)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wendel Almeida de Souza (OAB 11172/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO EVERALDO DA SILVA LIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROCILANE NAVEGANTE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0010/2019

ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM) - Processo 0201596-88.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: P.F.S.J. - Cumpra-se a Promoção Ministerial de fls. 86.

ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0204026-42.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERIDO: F.I.S.P. - ARQUIVAR .

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0205585-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: M.J.L.R. - Intime-se o Executado, a fim de que se manifeste acerca da petição de folhas anteriores no prazo de 3 dias.

ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0206012-31.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: P.R.C.R. - Ante a necessidade de produção de provas, paute-se audiência de Instrução e Julgamento. Devem as partes trazerem suas testemunhas independente de intimação ou, caso queiram, devem juntar o rol no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência. Procedam-se as comunicações necessárias. Cumpra-se.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0206012-31.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: P.R.C.R. - CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO Fica designado o dia 21/08/2019 às 10:15h, para a audiência de instrução e julgamento.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: RUBENS EDMAR VERONEZZI (OAB 4259/AM), ADV: LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM) - Processo 0209066-39.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: SÉRGIO CONCEIÇÃO DOS SANTOS - CERTIFICA, para os devidos fins de direito que se fizerem necessários, que a defensoria pública da parte autora apresentou as alegações finais nas fls. 177-179. Abre-se o prazo de 15 dias para a parte passiva apresentar as devidas alegações finais conforme despacho de fls. 171.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM) - Processo 0209843-24.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.P.R. - REQUERIDO: K.M.F. - Aguarde-se a realização do estudo social já determinado às fls. 65. Cabe esclarecer que existe grande demanda de processos desta natureza e vários processos os quais encontram-se na fila aguardando a sua vez para elaboração pela equipe multidisciplinar. Após a juntada do laudo/estudo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: ALINE RIBEIRO (OAB 37323/GO), ADV: RAONE CIRILO SOUTO (OAB 52142/GO) - Processo 0210813-58.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução

- EXECUTADO: Enio Pires Guerra - Isto posto, determino a suspensão da presente execução até o cumprimento integral do acordo. Expeça-se Alvará para saque de valores, se for o caso. Expeça-se o competente Alvará de Soltura, ou se for o caso, recolha-se o Mandado de Prisão. INTIME-SE O(A) EXECUTADO ACERCA DO PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS DE PROTESTO JUNTO AO 1º TABELIONATO DE PROTESTOS DE NOTAS DE MANAUS, SE HOUVER. OFICIE-SE AO SPC/SERASA PARA RETIRADA DA INSCRIÇÃO DO NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER.

ADV: BIANKA CAELLI BARRETO RODRIGUES (OAB 4445/AM) - Processo 0215930-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: N.M.C. - Cumpra-se o acórdão- cancelamento da pensão concedida provisoriamente. Aguardar instrução já designada.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0220653-29.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.G.L. - Despacho: Feito já sentenciado e baixado. Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores. Após, à fila de encerrados.

ADV: ITALO FERNANDO DE SOUZA FELTRINI (OAB 2586/AC) - Processo 0231923-45.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: E.S.Q. - Vistos, etc. Conforme dispõe o art. 485, § 4º , do CPC , a desistência da ação, após o decurso do prazo para a resposta (contestação e documentos apresentados às fls. 31/58), somente poderá ser homologada com o consentimento do réu. Intime-se o requerido para ofertar sua aquiescência ou não no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0239405-44.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: R.S.T. - Razão pela qual fica designado o dia 28/03/2019 às 09:15h, como nova data para a realização da audiência. A parte requerente fica desde já intimada da nova data para a audiência.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0246768-63.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: J.A.P.B. - Aguarde-se retorno do Aviso de Recebimento dos correios (AR), referente às correspondências de fls. 71 e 72, datadas de 22/02/2019. Prazo de 30 (trinta) dias contados da postagem. Cumpra-se.

ADV: IANA FARIAS GUIMARÃES (OAB 12099/AM), ADV: THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM) - Processo 0247434-54.2016.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERIDO: DJALMA DO NASCIMENTO DE MELO JUNIOR - Processo retornado do 2º Grau. Recebido hoje. Ante o teor do Acórdão de fls. 79/83, determino o arquivamento da presente ação. Cumpra-se.

ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0253671-12.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: C.G.S.P. - REQUERIDO: G.S.P. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM) - Processo 0253671-12.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: C.G.S.P. - REQUERIDO: G.S.P. - Vista à Defensoria Pública para que se manifeste acerca da Justificação apresentada no prazo de 6 (seis) dias, já considerado o dobro legal. I.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: LÍVIA PEREIRA LINDOSO (OAB 6396/AM), ADV: RICARDO AUGUSTO ANTUNES BOTINELLY (OAB 3675/AM) - Processo 0337984-13.2007.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXECUTADO: A.C.O. - Vistos, etc. Reitere-se Ofício de fls. 80, haja vista, a ausência do retorno do AR. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0342422-82.2007.8.04.0001 (001.07.342422-7) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERIDO: W.M.S. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: KÁSSIA CAMILA GUERRA MONTEIRO (OAB 13373/AM) - Processo 0609136-20.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: V.V.S. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: SAVIO FELIX DE ARAUJO (OAB 154607 /MG) - Processo 0609200-30.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.F.A.F. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: CAINÃ TAVEIRA MELO (OAB 11378/AM) - Processo 0609386-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.L. - ALIMENTAND: L.V.L.P. - R.E.L.P. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0609718-20.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Margarida Pantoja da Silva - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0623882-92.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.T.L. - REQUERIDO: M.R.S.L. - A defensoria para confirmar o alegado na fl. 110 no prazo de 10 dias.

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO, ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: JOSÉ HILTON RIBEIRO BARROS (OAB 11848/AM) - Processo 0627486-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: J.S.S. - EXECUTADO: D.S.M.J. - Verifica-se que o bem foi partilhado (fl. 62), assim, realizada a partilha do bem na separação judicial, união estável ou divórcio, desaparece a comunhão e nasce o condomínio, podendo qualquer um aliena-lo,sendo desnecessário a expedição de alvará. Confira-se: "Os bens não partilhados após o divórcio, pertencem ao casal, semelhante ao que ocorre com a herança, entretanto, nenhum deles pode alienar ou gravar seus direitos na comunhão, antes da partilha, sendo ineficaz a cessão, posto que o direito de propriedade e posse é indivisível, ficando os bens numa situação que a doutrina denomina de estado de mancomunhão.Não raras vezes, entretanto, quando os bens estão identificados na ação de divórcio e são partilhados na fração ideal de 50% (cinqüenta por cento) para cada um, em razão da meação, importa em estado de condomínio entre o casal e não mais estado de mancomunhão.Tratando-se de condomínio, pode qualquer um dos cônjuges alienar ou gravar seus direitos, observando a preferência do outro, podendo ainda requerer a extinção por ação de divisão ou alienação judicial, não se cogitando a nova partilha e dispensando abertura de inventário" (Carvalho, Dimas Messias, "Divórcio e Separação Jurídica", 2ª ed., BH, Del Rey, 2012, p. 86).

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: LUIZ FERNANDO GENEROSO MAURA MOREIRA (OAB 13077/AM), ADV: GUELLRI LINNEKER ALVES DE SOUZA (OAB 12072/AM), ADV: GEORGE AUGUSTO RIBEIRO LAPA (OAB 13732/AM) - Processo 0638704-86.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: H.G.A.C.O. - Cumpra-se a Promoção Ministerial de fls. 156 (...O Ministério Público promove pela intimação da representante legal dos menores a fim de que se manifeste sobre o ofício de fls. 149-153. No mais, pugna pela expedição de ofício à empresa onde o Requerido trabalha, com o fornecimento dos dados constantes em petição de fls. 144-145.).

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0641604-71.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: D.S.P. - Proceda-se o cadastro conforme instrumento de substabelecimento juntado às fls. anteriores.

Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Aline Ribeiro (OAB 37323/GO)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Bianka Caelli Barreto Rodrigues (OAB 4445/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cainã Taveira Melo (OAB 11378/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
George Augusto Ribeiro Lapa (OAB 13732/AM)
Guellri Linneker Alves de Souza (OAB 12072/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Iana Farias Guimarães (OAB 12099/AM)
ITALO FERNANDO DE SOUZA FELTRINI (OAB 2586/AC)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
José Hilton Ribeiro Barros (OAB 11848/AM)
Kássia Camila Guerra Monteiro (OAB 13373/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM)
Lívia Pereira Lindoso (OAB 6396/AM)
LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM)
Luiz Fernando Generoso Maura Moreira (OAB 13077/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Mauro de Figueiredo Lobato (OAB 14210/AM)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Raone Cirilo Souto (OAB 52142/GO)
Ricardo Augusto Antunes Botinelly (OAB 3675/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rubens Edmar Veronezzi (OAB 4259/AM)
Savio Felix de Araujo (OAB 154607 /MG)
THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0019/2019

ADV: RAFAEL DA ROCHA LIMA (OAB 3784/AM) - Processo 0027146-55.2005.8.04.0001 (001.05.027146-7) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: Larissa Monalysa da Silva Gato - REQUERIDO: Sergio Sena Gato - Intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo relativa aos meses de agosto, setembro, outubro de 2018, assim como as que se venceram no curso do processo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, e ser decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses. Outrossim, no tocante às prestações relativas aos meses de dezembro de 2017 a julho de 2018, intime-se o executado, nos termos dos art. 523 e seguintes, do NCPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, advertindo-o que não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0038885-93.2003.8.04.0001 (001.03.038885-7) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Iuçana Cavalcante Gadelha - REQUERIDO: Jose Lourenco Gadelha - Defiro o pedido de folhas 213. Emita a carta de crédito judicial e consulte junto ao Renajud bens em nome do executado. Após, dê-se nova vista à exequente para se manifestar em dez dias.

ADV: JOSE RODRIGUES FILGUEIRAS NETO (OAB 000.644/AM), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM) - Processo 0045861-82.2004.8.04.0001 (001.04.045861-0) - Procedimento Comum - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Israel Couto Rebelo - Mirian Regina Cunha Dutra - Cumpra-se novamente despacho de folha 28, advertindo-se que o descumprimento de determinação judicial pode implicar em sanções penais.

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM), ADV: EDMAR PEREIRA DE FREITAS (OAB 11750/AM), ADV: NALDIR FRANCO HAYDEN (OAB 957/AM), ADV: AMBRÓSIO GAIA NINA (OAB 914/AM), ADV: PEDRO TENAÇOL ANDES (OAB 2217/AM) - Processo 0103068-39.2004.8.04.0001 (001.04.103068-1) - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: M.V.M.F. - REQUERIDO: L.G.F. - DESPACHO À Secretaria para realizar pesquisa junto ao Sistema SIEL a fim de obter informações acerca do endereço da parte Requerida. Após, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo relativo aos valores apresentados na planilha juntada aos autos às fls. 587/588, assim como as que se venceram no curso do processo, nos termos do art. 528 e 1°§ 3°§ do NCPC. Cumpra-se Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: LINDAUREA LIRA BRANDÃO (OAB 5155/AM), ADV: LINDÁUREA LIRA BRANDÃO (OAB 51555AM) - Processo 0200956-32.2009.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Syrslane Ferreira Navegante Santos - EXECUTADO: Fabio Augusto Centeio dos Santos - Defiro o pedido de folhas 82-83. Expeça-se o alvará. Suspendo o feito por 90 (noventa) dias.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0202305-55.2018.8.04.0001 (processo principal 0630373-52.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: ROBERTA ALVES DA SILVA -

REQUERIDO: T.S.S. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0203046-95.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.V.S. - REQUERIDA: N.A.L.S. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas e a quê fato se referem. No mais, determino que a requerida, no prazo de 10 (dez) dias, atenda à promoção ministerial de folha 75-76 e junte aos autos cópia de sua certidão de nascimento. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0207857-06.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Maria da Conceição Pinheiro da Costa - TEMÍSTOCLES DA COSTA PARAIZO - REQUERIDO: JORGE DE MEDEIROS PARAIZO - DESPACHO R.H. Diante da petição de fls. 98 e, conforme o art. 76 do CPC, intime-se a parte Requerida, pessoalmente, para constituir novo procurador, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de revelia. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM), ADV: MANOEL MATOS RODRIGUES (OAB 8791/AM) - Processo 0213530-72.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Maus Tratos - REQUERENTE: J.R.S.O. - REQUERIDO: P.A.S.O. - DESPACHO R.H. Façam-se os presentes, apenso aos autos do processo n° 0601299-16.2016.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: BUITRAGO & PORDEUS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 508/AM), ADV: JOSE ROGERIO CORREA DA SILVA (OAB 330467/SP) - Processo 0215148-52.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.Z.C.M. - REQUERIDO: B.J.P. - Portanto, em consonância com parecer ministerial de folhas 241-249, SUSCITO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA e determino o encaminhamento dos autos para o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com fulcro no artigo 105, I, alínea “d”, da Constituição Federal de 1988. Oportunamente, encaminhe-se também cópia dos autos nº 0600521-75.2018.8.04.0001 a fim de facilitar o julgamento do caso. À tempo, no que se refere ao pedido de tutela antecipada nestes autos, acautelo-me e deixo para apreciar-lhe após a definição da competência. Oficie-se o juízo da Vara Única da Comarca de Passa Quatro/Minas Gerais para que tenha conhecimento da presente decisão. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0221233-88.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: R.J.R.S. - REQUERIDO: A.J.S.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Dê-se vista ao Ministério Público”.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0221696-93.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Christian Salim Bastos Martins - REQUERIDA: Cleonice da Mata Amorim - Conciliação Data: 17/05/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0223012-83.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.L. - REQUERIDA: G.A.O. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Noutro giro, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem nos autos manifestação acerca do estudo de folhas 28-34.

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0230609-64.2018.8.04.0001 (processo principal 0601558-79.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Alice Sena Abreu - EXECUTADO: D.A.P. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Expeça-se novo mandado de intimação observando as informações constantes na certidão de fls. 34”.

ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM), ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM) - Processo 0230980-28.2018.8.04.0001 (processo principal 0621091-87.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: PAULA ANDREZA MAFRA MESTRINHO ROCHA - EXECUTADO: P.J.R. - Da simples leitura do art. 178, II, Código de Processo Civil, sabe-se que em processos onde há interesses de incapazes a intervenção ministerial faz-se obrigatória. Assim, considerando que não há manifestação do douto parquet nos autos em apreço, cumpra-se inteiro teor do despacho de folha 95 e dê-se vista ao fiscal da lei.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: THOMAZ DOS SANTOS FARIAS (OAB 8691/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM) - Processo 0231467-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: T.A.M. - REQUERIDO: M.S.F. e outro - Intime-se a parte autora para que cumpra o despacho de folha 77 no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LEONARDO BRUNO BARBOSA MONTEIRO (OAB 8570/AM) - Processo 0232603-64.2017.8.04.0001 (processo principal 0631569-91.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Adoção Nacional - REQUERENTE: Paulo Augusto Monteiro Pacheco - Antonio Augusto Monteiro Pacheco - Cumpra-se o despacho de folha 221 pelo correio com a expedição de carta com AR.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: ERICK DREAN PEREIRA DA COSTA (OAB 7746/AM) - Processo 0234107-08.2017.8.04.0001 (processo principal 0638994-38.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Oferta - REQUERENTE: NAZARÉ DO SOCORRO DO ESPÍRITO SANTO RUIZ - EXECUTADO: M.A.M. - Em resposta ao petitório de folhas 86-87, oficie-se novamente a Diretoria de Pessoal do Comando-Geral da Polícia Militar do Amazonas para, no prazo de 10 (dez) dias, informar a este Juízo a razão pela qual os descontos alimentícios na folha de pagamento do senhor MOISÉS AZEVEDO MARINHO não incidiram sobre o 13º Salário, 1/3 de férias e demais verbas remuneratórias nos anos de 2017 e 2018, procedimento este que foi contrário a decisão proferida por este Poder e encaminhada para cumprimento. Após, tornem os autos conclusos.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0234506-71.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.M.F.Q. - REQUERIDO: M.R.Q. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0239999-29.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: J.A.N. - REQUERIDO: J.F.V.R. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM) - Processo 0240299-20.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.A.L. - REQUERIDO: J.R.T.C. - Pautе-se audiência de conciliação e mediação. Cite-se a parte requerida, no endereço indicado em fls. 36/37. Intimem-se o autor e seu advogado para comparecer à audiência. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM) - Processo 0241477-72.2016.8.04.0001 (processo principal 0215859-62.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Maria José Pereira Frota Pintto - EXECUTADO: S.O.P. - DESPACHO Cite-se a parte Requerida mediante edital, com prazo de 20 (vinte) dias, cientificando-a que, transcorridos 20 (vinte) dias da publicação do edital, ela terá o prazo de 15 (quinze) dias para contestar. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0244348-41.2017.8.04.0001 (processo principal 0625743-79.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Maria Eduarda Machado Reis - REQUERIDA: M.L.D.R. - Evitando-se decisões surpresas, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a promoção de folhas 153-154. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0244813-16.2018.8.04.0001 (processo principal 0613975-64.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Andréia da Rocha Duarte - EXECUTADO: Francisco Ferreira Francilino - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 10".

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM), ADV: JAMES ANTUNES RIBEIRO AGUIAR (OAB 2546/AC) - Processo 0247157-14.2011.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.A. - REQUERIDO: A.S.A. - Conciliação Data: 31/05/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM), ADV: ANTONIO EVANDRO MELO BALBI (OAB 66418/RJ) - Processo 0247221-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.N.M. - REQUERIDO: C.S.B. - Instrução e Julgamento Data: 04/06/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ (OAB 4846/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO PEREIRA DA COSTA (OAB 10682/AM) - Processo 0247721-17.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.H.G.S. - REQUERIDO: J.S.C. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e fixo o valor da pensão alimentícia em 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos do alimentante. Sem custas. Oficie-se o empregador do alimentante. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO PEREIRA DE SALLES (OAB 6675/AM), ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM) - Processo 0250376-69.2010.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Oferta - REQUERENTE: S.O.P. - J.P.P. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil. Havendo manifestação, deve-se atender o despacho de folha 57.

ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM) - Processo 0266255-82.2011.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: Gabriel Ruan Silveira dos Santos - REQUERIDO: José Oliveira dos Santos e outro - DESPACHO R.H. Diante da petição de fls. 262 e, conforme o art. 76 do CPC, intimem-se as partes Requeridas, pessoalmente, para constituir novo procurador, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de revelia. Cumpra-se.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM) - Processo 0600212-54.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0602686-32.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: C.G.H. - EXECUTADO: G.V.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Expeça-se novo mandado de intimação conforme petitório de fls. 67/68".

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0600285-89.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Marcela Silva de Souza - EXECUTADO: Elias Penheiro Pacheco - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Expeça-se novo mandado de citação e intimação ao Executado, devendo ser observado o endereço informado em fls. 26, devendo o Sr. Oficial de Justiça, em caso de suspeita de ocultação, adotar os procedimentos inerentes a modalidade de citação por hora certa ".

ADV: DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA (OAB 9226/AM) - Processo 0600424-41.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: Bernardo Bittencourt Garcia Rocha - REQUERIDO: Fabian da Costa Garcia - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 35. Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0600622-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: L.R.M. - REQUERIDO: B.N.C. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 02/05/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM), ADV: ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO (OAB 10481/AM) - Processo 0601330-31.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: C.V.S.A. - A.L.S.S. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM), ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0601381-42.2019.8.04.0001 - Petição - Oferta - REQUERENTE: M.J.N.P. - REQUERIDA: K.S.A. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRCIO TABOSA DA SILVA (OAB 12820/AM) - Processo 0601398-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: Alessandra da Silva Praia - ALIMENTANT: Nuno Sena dos Santos - DESPACHO Compulsando os presentes autos, verifico que a Petição Inicial acostada aos autos em fls. 01/10, está incompleta. A Petição Inicial, deve obedecer todos os requestos do art. 319 do NCPC. No caso em análise, não consta o pedido com as suas especificações, o valor da causa, as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados, e a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Desse modo, INTIME-SE a parte autora, para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a petição inicial, completa, incluindo os requisitos restantes dos incisos: IV, V, VI, VII do art. 319 do NCPC, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0602196-39.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Adria Camila Campos Tavares - REQUERIDO: Henrique Rodrigues da Silva - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, pessoalmente por carta AR, para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a Declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil."

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: RODRIGO POLLARI CASTELO BRANCO (OAB 7993/AM), ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0602548-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.O.R. - E.R.M. - REQUERIDO: E.M.S. - DESPACHO Acolho a promoção ministerial de fls. 93/96. Intime-se a parte Requerente no prazo de 15 (quinze) dias para apresentar planilha dos gastos que possui com a menor, comprovando-os na medida do possível, bem como seja intimada a demonstrar sua capacidade financeira, apresentando cópia de sua carteira de trabalho, seus 03 últimos extratos bancários, 03 últimas declarações de imposto de renda. Ato continuo, intime-se a parte Requerida para apresentar cópia do título judicial que fixou os alimentos em favor de sua filha Lana Liandra Souza Miranda, bem como cópia das certidões de nascimento dos outros filhos que alega possuir, cópia dos seus 03 últimos contracheques, cópia das 03 últimas faturas de cartão de crédito, e o que mais entender pertinente. Após, paute-se audiência de Conciliação para oportunizar que as partes cheguem a um acordo acerca do direito de convívio e visitas da menor com o genitor, restando infrutífera, requer desde já a elaboração de estudo psicossocial, a fim de que se apure o melhor regime de convívio e visitas, com destaque para rotina da menor e de seus genitores, de modo a conferir subsídios suficientes à resolução da questão de maneira que melhor represente os interesses da criança. Cumpra-se Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0602610-47.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: A.C.C.V.D. - EXECUTADO: P.C.G.V.D. - Dessa forma, com fulcro no art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas. Cumpra-se, registre-se e publique-se. Transitado em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0602737-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.S.C. - REQUERIDO: E.S.C. - Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos para concessão de liminar. Tendo em vista a inexiste informações sobre vinculo empregatício do requerido, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, devido a partir da citação, a ser depositado em conta bancária a ser indicada pela requerente. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios.

ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0602935-12.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.S.R. - REQUERIDA: E.M.R.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, pessoalmente por Carta AR, para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar aos autos, Declaração de Hipossuficiência, bem como os documentos dos bens indicados na inicial, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil."

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0603100-30.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.S.A. - REQUERIDA: C.N.C. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre os documentos de folhas 82-83 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE SOARES DE SOARES (OAB 8859/AM) - Processo 0603188-97.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Fatos Jurídicos - REQUERENTE: Perla Baltazar - REQUERIDO: Tribunal de Justiça Di Estado do Amazonas - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se as partes, pessoalmente por carta AR, para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 16. Após, dê-se nova vista ao parquet."

ADV: ROSEMI FERREIRA DA SILVA (OAB 4983/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: MARCELO VINICIUS MATTOS DE OLIVEIRA (OAB 7638/AM), ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM), ADV: ROBERTO RODRIGUES ARRAIOL FILHO (OAB 338945/SP) - Processo 0603296-39.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: Everaldo Pereira Santos - EXEQUENTE: S.A.S. - EXECUTADO: E.P.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Expeça-se novo mandado conforme informações constantes nas fls. 197/198".

ADV: JARSON ARIDAY DA S. COSTA (OAB 15997/PA), ADV: CALIRIA MAIA HAYEK (OAB 2858/AM), ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM), ADV: MARIA CRISTTIANE DOS REIS SOUSA (OAB 12319/AM), ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM), ADV: IVO MORAIS DE OLIVEIRA (OAB 5945/AM) - Processo 0603905-51.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: JANE PEREIRA DE ANDRADE - REQUERIDO: NILSON ESQUERDO FERREIRA - DESPACHO Acolho a promoção ministerial de fls. 261/262. Intime-se a parte Requerida para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar acerca do aditamento do pedido pela Autor (guarda unilateral da filha das partes), consentindo ou não com o referido aditamento, nos termos do art. 329, II, do CPC. Cumpra-se Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MAURICIO SABOIA DE SOUZA (OAB 8982/AM), ADV: THAÍS BARRETO DE SOUZA (OAB 8597/AM), ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM) - Processo 0604073-82.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.K. - REQUERIDO: A.D.M.V.J. - Isto posto,

JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e fixo o valor da pensão alimentícia em 30% (trinta por cento) sobre o salário mínimo. Sem custas. Oficie-se o empregador do alimentante. Publque-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0604214-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: Marcondes da Silva Lima Junior - REQUERIDO: Cleonira Freitas Lima - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0604351-15.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: J.C.P.S. - REQUERIDA: E.P.S. - DESPACHO R.H. Considerando que é função do Curador zelar pelos interesses do Interditado, autorizo o petitório de fls. 33. Ademais, intime-se a parte Requerente, por meio de seu patrono constituído, para, no prazo de 10 (dez) dias, comparecer ao balcão desta secretaria, para fins de assinatura do Termo de Compromisso de Curador expedido às fls. 35. Cumpra-se o constante na decisão interlocutória, devendo ser designada data para entrevista com a Curatelanda, in loco.

ADV: MARLUCE BRAGA DE MENEZES (OAB 8652/AM), ADV: RAFAELA ROCHA BEZERRA (OAB 12824/AM), ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: RICARDO AMANCIO DE SOUZA (OAB 11319/AM) - Processo 0604506-52.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: A.S.Q. - ALIMENTANT: L.A.Q. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA SOUZA E SILVA (OAB 6966/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO PINHEIRO DE ALMEIDA (OAB 2365/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0604614-23.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.F.C.M. - REQUERIDO: A.M.P.M. - Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da petição de folhas 275-277. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE ARRUDA BENAYON (OAB 4996/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM) - Processo 0604856-11.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: J.S.C. - W.S.C.M. - EXECUTADO: A.K.P.M. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: MARCELO CARDOSO ALECRIM (OAB 5868/AM), ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0605074-44.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: JONES DE MORAES RAMOS - EXECUTADA: Aderlane Pereira Maciel - Cumpra-se despacho de folha 128 no que concerne à intimação pessoal do requerido para manifestação.

ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM) - Processo 0605257-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - RevisãoLucio Oliveira de Araujo - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 25/04/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0605410-38.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.M.B. - REQUERIDO: J.E.V.S. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, emendar a exordial, no sentido de juntar o documento do automóvel Celta 2011, descrito nas fls. 2, tendo em vista tratar-se de documentos indispensáveis à propositura da demanda judicial, adequando-a ao estabelecido no art. 320 do Código de Processo Civil. Intime-se, Cumpra-se.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0605550-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: D.M.L.M. - REQUERIDO: D.A.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios, bem como o nome e endereço completo do empregador do requerido.”

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0605978-54.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.P.A.N. - REQUERIDA: V.S.A. - Conciliação Data: 31/05/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: IGOR BERGSON SILVA ALMEIDA (OAB 11407/AM), ADV: ISABELA ESPERANÇA MACHADO (OAB 11024/AM) - Processo 0606281-78.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: F.B.B. - EXECUTADO: J.A.R.A.C. - Conciliação Data: 17/05/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: HUGO MONTEIRO DE OLIVEIRA (OAB 12346/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0606616-58.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: Y.L.L.S.F. - ALIMENTANT: W.S.F. - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre o parecer ministerial de folhas 149-150, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil, a fim de evitar-se decisões surpresas. Após, torne os autos conclusos.

ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM) - Processo 0606651-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Casamento - REQUERENTE: J.P.P. - REQUERIDO: S.O.P. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, emendar a exordial, no sentido de juntar a declaração de hipossuficiência e o documento do imóvel descrito em fls. 2, tendo em vista tratar-se de documentos indispensáveis à propositura da demanda judicial, adequando-a ao estabelecido no art. 320 do Código de Processo Civil. Intime-se, Cumpra-se.

ADV: LILIAN MEGUMI BUZAGLO KOGUCHI (OAB 11753/AM) - Processo 0606681-82.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.F.F. - REQUERIDA: A.V.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 25/04/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0606846-32.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.S.V. - REQUERIDO: F.M.A.O. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 25/04/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0606906-05.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Rachel Abrahim Magalhães - EXEQUENTE: Guilherme Abrahim Moreira - EXECUTADO: Edicarlos Pinto Moreira - Trata-se de cumprimento do título acostado às folhas 11, procedendo-se à execução pelos ritos de prisão e expropriação previstos no Código de Processo Civil. No tocante aos meses dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019 e às parcelas que vencerem no curso da presente execução, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetua-lo, assim como as que se venceram no curso do processo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, e ser decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses. Noutro giro, quanto as parcelas relativas aos meses de setembro, outubro e novembro de 2018, intime-se o executado, nos termos dos art. 523 e seguintes, do NCPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, advertindo-o que não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses não compreendidos pelo § 3º do art. 528 do CPC. Cumpra-se.

ADV: PEDRO HUMBERTO DE CARVALHO FIGUEIREDO (OAB 13318/AM) - Processo 0607025-63.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0210118-46.2012.8.04.0001) - Ação de Exigir Contas - Administração judicial - REQUERENTE: Claudia Miranda M. de M. Batista - REQUERIDA: Laele Liege Miranda Martins - DESPACHO:R.H.Compulsando os presentes autos, verifico que a Ação de Interdição, já é objeto de discussão, tramitando nesta 4ª Vara de Família sob o processo de nº 0210118-46.2012.8.04.0001, que foi dado baixa em 13/02/2019. Assim sendo, determino que faça o apensamento deste, aos autos do processo nº 0210118-46.2012.8.04.0001.Cumpra-se.Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto.Juiz de Direito

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0607095-80.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.S.S. - REQUERIDA: E.B.A. - Defiro a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do CPC. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 335, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0607095-80.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.S.S. - REQUERIDA: E.B.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 02/05/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CHRISTIANE GREYCE MORAES DA SILVA MENDONÇA (OAB 12754/AM) - Processo 0607100-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.C.F.S. - REQUERIDO: D.F.S. - Trata-se de Ação de Revisão/Exoneração de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Acautelo-me, neste momento processual, de julgar o pedido de tutela antecipada, entendo que, em vista da natureza da prestação alimentar, é necessário aguardar a manifestação da parte contrária para, então, aferir se houve modificação substancial no binômio necessidade/possibilidade em relação à prestação original. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0607112-19.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: M.B.S. - EXECUTADO: C.S.D. - No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.582 do NCPC. Diante disso, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo relativa ao mês de fevereiro, assim

como as que se venceram no curso do processo, nos termos do art. 528 e §§ do NCPC. Do resultado do mandado, intime-se a parte exequente para manifestação, seguindo-se vista ao Ministério Público, se for o caso de intervenção. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM) - Processo 0607123-48.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.B. - REQUERIDA: C.A.V. - Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida, no endereço indicado em fls. 15, e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Ato contínuo, oficie-se o setor competente para a realização do estudo psicossocial. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: CALUÃ FRÓES DE AZEVEDO (OAB 13395/AM) - Processo 0607249-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: R.S.R. - REQUERIDO: D.S.N. - No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.582 do NCPC. Diante disso, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo relativa aos meses de janeiro, fevereiro, assim como as que se venceram no curso do processo, nos termos do art. 528 e §§ do NCPC. Do resultado do mandado, intime-se a parte exequente para manifestação, seguindo-se vista ao Ministério Público, se for o caso de intervenção. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM), ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0607356-50.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDO: M.A.S.A. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e a fim de se evitar a longa tramitação executória, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0607452-60.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.F.P. - REQUERIDA: S.S.S.P. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 02/05/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0607466-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.P.R.L. - REQUERIDA: S.L.A.B. - S.H.B.L.M. e outro - Assim, por todo o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e determino a redução dos alimentos para o percentual de 22% (vinte e dois por cento) dos vencimentos do requerente, bem como mantenho o dever de arcar com as despesas de educação e saúde, conforme acordo anteriormente firmado. Oficie-se o empregador e expeça-se o necessário. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM), ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM) - Processo 0607642-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.B.L. - REQUERIDA: Y.L.B.S. - Defiro a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do CPC. Cite-se a parte Requerida para no prazo de 5 (cinco) dias apresentar o documento do imóvel financiado, localizado na Avenida Curação, quadra 311, número:03, bairro: Nova Cidade. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 335, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Intime-se. Viabilize-se. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0607827-61.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: D.C.S.L. - REQUERIDO: J.J.A.S.N. e outros - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0607957-51.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.L. - REQUERIDO: R.P.L. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a Declaração de Hipossuficiência e esclarecer quanto a profissão do requerido, visto que na qualificação em fls. 01, informa que é empresário, enquanto que em fls 06, diz o mesmo é Sargento da Polícia Militar, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0607992-45.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.F.S.J. - REQUERIDA: T.D.S. e outro - Citada, fl. 59, a parte requerida quedou-se inerte 66. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM), ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB 1224A/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0608072-43.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.C.B. - REQUERIDA: E.B.F.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Em obediência ao Despacho de fls. 60, intime-se a parte autora, por meio de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca das fls.53/56, requerendo o que entender por direito.”

ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA NETO (OAB 3669/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0608080-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Maternidade - REQUERENTE: Cely Cristina dos Santos Nobre - REQUERIDA: Ana da Silva Cavalcante - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte requerente, por seu patrono constituído nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar o polo passivo da demanda, a fim de incluir os herdeiros do de cujus, conforme ordem de vocação hereditária."

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0608306-54.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.P.V. - REQUERIDO: A.R.G.S. - Instrução e Julgamento Data: 08/05/2019 Hora 11:15 Local: Sala padrão

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0608306-54.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.P.V. - REQUERIDO: A.R.G.S. - DESPACHO R.H. Segundo preceitos do art. 300, § 2º- A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. Desse modo, paute-se audiência de justificação prévia,com a urgência que o caso requer. Cite a parte requerida, para comparecer à audiência designada, acompanhada da criança. Intime-se o requerente. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0608306-54.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.P.V. - REQUERIDO: A.R.G.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Dê-se vista ao Ministério Publico, sobre o petitório de fls.29/30".

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0608398-32.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.C.G. - REQUERIDO: M.N.M. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar aos autos, comprovante de residência, documento de identidade, Declaração de Hipossuficiência, bem como, os comprovastes de gastos relacionados na planilha de fls. 03, visto que, são documento indispensáveis para propositura da ação, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0608760-05.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.H.R. - REQUERIDO: P.G.C.C.R. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls.65/66 do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 04/04/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: PAULO JÚNIO LEANDRO DE OLIVEIRA (OAB 10250/AM) - Processo 0608977-48.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.R.C. - REQUERIDA: E.M.S.C. - DESPACHO Defiro a gratuidade da justiça. Dê baixa e arquive-se. Cumpra-se Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: PATRICIA KELLY OLIVEIRA DE JESUS (OAB 8672/AM), ADV: IOVANE NUNES PENHA (OAB 3023/AM), ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0609487-95.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: F.L.S. - REQUERIDO: L.J.O. - DESPACHO R.H. Façam-se os presentes, em apenso aos autos do processo nº 0609487-95.2016.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM), ADV: ISABEL CRISTINA GERALDO DA SILVA (OAB 12992/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM) - Processo 0609715-36.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - ALIMENTAND: M.A.M. - ALIMENTANT: W.M. - Recebida hoje; Intime-se (o)a autor(a), pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário.

ADV: DANIEL HICLEI OLIVEIRA SANTOS (OAB 6577/AM), ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM) - Processo 0610095-25.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: J.M.S. - REQUERIDA: L.M.S. - D.M.S. e outros - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: SÍLVIO DA COSTA BATISTA (OAB 3262/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM) - Processo 0610412-23.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.L.R. - REQUERIDO: E.C.S.R.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Tendo em vista o acordo de fls. 64/66, dê-se vista à representante do Ministério Público".

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM), ADV: JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM) - Processo 0611025-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Flávio Mauricio Viana da Silva - REQUERIDO: Rubya Karen Tavares e Tavares e outros - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0611227-54.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.A.S. - REQUERIDO: D.A.F.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre os documentos de folhas 77-78 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0611351-08.2015.8.04.0001 - Guarda - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Francyana Tsokas Carvalho e outro - REQUERIDO: Tercio Medeiros de Figueiredo - Réu revel citado por edital Remetam-se os autos ao curador especial, nos termos do art. 72, II, NCPC. Intime(m)-se.

ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0611375-65.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0609261-27.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Rachel Abrahim Magalhães - EXECUTADO: Edicarlos Pinto Moreira - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o executado, pessoalmente por Carta AR para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens passíveis de penhora para satisfação do débito alimentar."

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0612242-24.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.S.A. - REQUERIDO: D.H.P.A. - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e fixo

o valor da pensão alimentícia no patamar de um salário mínimo e meio mensais. Sem custas. Publque-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: RODRIGO MENDES LASMAR (OAB 12480/AM), ADV: ROSA MARIA FEITOSA DA FONSECA (OAB 11120/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: DANIELLA LOPES CAVALCANTE (OAB 4164/AM), ADV: FRANCELINA GIORDANA FEITOSA GÓES (OAB 12041/AM) - Processo 0612547-76.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: R.M.M.S. - REQUERIDO: A.C.S. - Em respeito aos princípios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, pautese audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. A fim de aguardar a audiência designada, suspendo a decisão de fls. 64. Ademais, expeça-se alvará em nome da representante legal da Exequente, autorizando o levantamento do valor de R$ 4.159,62 (quatro mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos), depositados em conta judicial, conforme comprovante de fls. 71/72, com juros e correções se houver. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM) - Processo 0613153-70.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.B.F.S. - EXECUTADO: R.F.V. - Cumpra-se despacho de folha 31.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0613319-68.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.F.P. - M.Z.B.P. - REQUERIDA: P.F.P. - DESPACHO Cite-se a parte Requerida mediante edital, com prazo de 20 (vinte) dias, cientificando-a que, transcorridos 20 (vinte) dias da publicação do edital, ela terá o prazo de 15 (quinze) dias para contestar. Cumpra-se.

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0613333-28.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: R.G.S. - REQUERIDO: N.N.B. - Cumpra-se novamente o despacho de folhas 58, procedendo-se às intimações por Oficial de Justiça. Saliento que o endereço do requerido é aquele informado às folhas 47.

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0613503-92.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.A.S.F. - REQUERIDO: A.I.L.A. - DESPACHO Compulsando os autos, verifico que a conta bancária foi informada em fls. 143, não havendo mais pedidos para serem analisados uma vez que a demanda foi sentenciada em fls.121/124. Arquive-se e dê-se baixa. Cumpra-se Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: DAYANA FREITAS DE ALBUQUERQUE BULCÃO (OAB 10001/AM) - Processo 0613507-61.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.S.S. - REQUERIDO: J.A.D.S. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre os documento de folha 46 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0613608-98.2018.8.04.0001 - Petição - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Cilane dos Santos Casanova - REQUERIDA: Esther Souza do Nascimento e outro - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas e a qual fatos se referem. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: KAREN VIEIRA DA SILVA (OAB 8366/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM) - Processo 0613628-65.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: G.M.S. - REQUERIDA: C.S.Q. - Oficie-se conforme pedido do parquet de folha 241.

ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: SERGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM) - Processo 0613630-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.C.F.L. - REQUERIDO: J.V.N.J. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM), ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0614413-51.2018.8.04.0001 - Petição - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: V.G.L. - REQUERIDO: R.W.T.R. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM) - Processo 0615193-93.2015.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: L.A.R.S. - REQUERIDO: P.N.R.S. - Intime-se a parte interditanda para se manifestar sobre o parecer ministerial de folhas 407-411, no prazo de 10 (dez) dias. Após, certifique-se e dê-se nova vista ao Ministério Público.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0615241-47.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.P.L. - REQUERIDO: C.A.S. - CERTIFICO que, recebi os autos na presente data, e, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 28/03/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM) - Processo 0615512-27.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.F.O. - REQUERIDA: D.F.R. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0615778-77.2017.8.04.0001 - Separação de Corpos - Liminar - REQUERENTE: M.E.A.L. - REQUERIDO: R.A.S. - Recebida hoje; Intime-se (o)a autor(a), pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário.

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM), ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0616200-52.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: R.O.C. e outro - ALIMENTANT: I.C.C.C. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre o petitório de folhas 74-78 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM) - Processo 0616842-64.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0615680-34.2013.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.R.S.C.C. - ASSISTIDO: A.G.A.C. e outro - REQUERIDA: C.L.A. - J.D.V.F.S.R.P.C.M. e outro - DESPACHO R.H. Compulsando o

caderno processual, observo que o pedido de guarda formulado com relação a Gabriella Leonora Campezzato perdeu o objeto, posto que esta já atingiu a maioridade, conforme certidão de nascimento constante às fls. 11. Ademais, verifico vasta produção de provas, inclusive mediante a realização de audiências para oitiva das partes e do menor. Sendo assim, intimem-se as partes, por meio dos respectivos patronos, a fim de indicarem se há provas a produzir e a qual fato estas se referem, bem como para manifestarem-se sobre a possibilidade de autocomposição com designação de audiência de conciliação, considerando o disposto no artigo 694 do CPC, no sentido de que todos os esforços devem ser empreendidos para a solução consensual de ações de família, no prazo comum de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: PEDRO HUMBERTO DE CARVALHO FIGUEIREDO (OAB 13318/AM), ADV: PAULO TAVARES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4547/AM), ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM), ADV: LISONEY MARCELICE GOMES JUNIOR (OAB 13790/AM) - Processo 0616903-46.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.C.P.C. - REQUERIDO: P.V.S.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Ante o acordo de fls. 72/73, abro vista dos autos ao Ministério Público.

ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM), ADV: MARCUS VITOR TORRES DE LIMA (OAB 9563/AM) - Processo 0617625-17.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: M.A.A.S. - A.A.S. - ALIMENTANT: M.J.M.S. - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e fixo o valor da pensão alimentícia em 60% (sessenta por cento) do salário mínimo vigente no país. Sem custas. Oficie-se o empregador do alimentante. Publque-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: REGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM) - Processo 0617755-07.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Waldo Paulo Chicolet Junior - REQUERIDA: Eleonildes Martins Chicolet - Kathia Maria Monteiro Espíndola Feijo - Dê-se vista à representante do Ministério Público para se manifestar sobre os documentos de folhas 192-251, em especial quanto a pedido ratificado de concessão de tutela de urgência. Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Por fim, permanece em curso os prazos concedidos à folha 190. Cumpra-se.

ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: REGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0617755-07.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Waldo Paulo Chicolet Junior - REQUERIDA: Eleonildes Martins Chicolet - Kathia Maria Monteiro Espíndola Feijo - Atenda-se, com urgência, os itens “b” e “c” da folha 257 dos autos, encaminhando os oficios com prazo de 10 (dez) dias para resposta. Respondidos os ofícios, dê-se nova vista ao Ministério Público. No mais, pauto inspeção in loco na data de 27/03/2019, às 10h30. Intimem-se as partes. Dê-se ciência ao MP.

ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: REGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0617755-07.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Waldo Paulo Chicolet Junior - REQUERIDA: Eleonildes Martins Chicolet - Kathia Maria Monteiro Espíndola Feijo - Inspeção Judicial Data: 27/03/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0617814-29.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: R.M.M. - ASSISTENTE: M.H.M.M. - ALIMENTANT: L.M.A. - DESPACHO Expeça-se o oficio de fls. 134 para o AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS, localizado na Av. Visconde de Porto Alegre, 486 - Centro. CEP 69.010-125 - Manaus - AM, para que sejam efetuados descontos previstos. Cumpra-se Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM) - Processo 0617825-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Luis Antonio Lobato Gomes - REQUERIDA: Francineide Soares de Sousa - Paute-se audiência de conciliação e mediação. Cite-se a parte requerida. Intimem-se a parte requerente.. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM) - Processo 0617934-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: LEONICE PRINTES DE CARVALHO - REQUERIDA: ARLEIDE PRINTES DE CARVALHO - FRANCISCO PRINTES DE CARVALHO - ANTONIO MARCOS PRINTES DE CARVALHO e outros - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0618343-82.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seção Cível - REQUERENTE: F.R.C. - REQUERIDO: D.A.C. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0618506-62.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: JURIMAR CINTRA DE ANDRADE - EXECUTADO: JANDERSON MARQUES VENÃNCIO - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0618635-62.2018.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: I.B.P. - REQUERIDO: A.R.D.S. - CERTIFICO que, face a manifestação da parte autora, em razão da devolução do mandado negativo retro e em cumprimento ao despacho do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica REDESIGNADA a audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA -Fórum Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, para o dia 01 de abril de 2019, às 10 horas e 30 minutos. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM) - Processo 0618698-24.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marieta da Silva Sales - Reconheço a procedência para o processamento do feito. Cumpra-se a sentença de folhas 240-241. Após, transitado em julgado, arquive-se e dê-se baixa.

ADV: CARLEFE MORAES DE JESUS (OAB 28989/PR), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM) - Processo 0619403-22.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: I.A.F. - ALIMENTANT: A.J.F. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e fixo o valor da pensão alimentícia em 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo. Sem custas. Publque-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM), ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM), ADV: ANNE KAROLINE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 12154/AM) - Processo 0619970-53.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.A.A. - REQUERIDO: J.A.A. - ISSO POSTO, com fundamento no art. 1.024, caput, do CPC, ACOLHO os embargos de declaração aforados por MÁRCIA SARMENTO DE AZEVEDO para doravante DECLARAR a correção na da decisão guerreada de fls. 150, devendo os presentes autos permanecerem tramitando nesta Vara. A secretaria deverá na sequencia observar o §4º do art. 1.024 do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO (OAB 7628/AM), ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0620059-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Nemezio Alves Froes - REQUERIDA: Maria do Carmo Souza dos Santos - Intimem-se as partes para se manifestar sobre o parecer ministerial de folha 171, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil. Após, torne os autos conclusos.

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0620134-81.2018.8.04.0001 - Petição - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Charles Degaullee Lima Serrulha - REQUERIDA: Márcia Francisca da Costa Melo - Em resposta ao petitório de folhas 24, determino que a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos as notas fiscais referentes aos documentos listados às folhas 07.

ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM) - Processo 0620177-18.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.S.P. - REQUERIDO: V.V.C. - DECISÃO Vistos, Ausentes hipóteses de julgamento antecipado da lide, aplica-se o disposto no artigo 357 do Código de Processo Civil. Assim, distribuo o ônus da da prova, devendo o autor apresentar provas quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, consoante disposto no art. 273 CPC. Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM) - Processo 0621106-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.C.F.F.S. - ALIMENTANT: G.F.S. - Intime-se a parte embargada para, se desejar, apresentar manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Após, certifique-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: GISELE SOUZA DE MATTOS (OAB 10601/AM) - Processo 0621142-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.L.S.A.M. - REQUERIDO: E.N.F.A. - Recebida hoje; Intime-se (o)a autor(a), pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0621314-35.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.P.S.R. - REQUERIDO: P.R.S.S. - Citada, fl. 40, a parte requerida quedou-se inerte 42. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA FROTA MAGALHÃES (OAB 7980/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB 12723/AM) - Processo 0622033-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ana Kelli Costa dos Santos - REQUERIDO: Valdeci Rodrigues dos Santos - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: JOSÉ SEBASTIÃO DE CARVALHO FILHO (OAB 12965/AM) - Processo 0622166-59.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francineide Leonardo da Silva - REQUERIDO: Leonan de Jesus Oliveira - DESPACHO Faça-se o apensamento destes autos ao processo de nº 0609487-95.2016.8.04.0001. Cumpra-se

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0622210-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: U.R.F.J. - REQUERIDO: A.L.T.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o documento de folha 127.

ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM) - Processo 0622288-72.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.A.P.N. - REQUERIDO: D.F.N. - Citada, fl. 54, a parte requerida quedou-se inerte 63. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO CORDEIRO DE SOUZA (OAB 10207/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0623240-85.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: J.V.S. - EXECUTADO: R.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0623506-38.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.S.A. - M.G.D.S. - REQUERIDO: R.F.Q. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Ante o acordo de fls. 42/44, abro vista dos autos ao Ministério Público. Descrição do Ato".

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: JOÃO FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 6953/AM) - Processo 0623805-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.P.O. - REQUERIDO: A.S.L.J. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se

ADV: GISELE RABELO GARCIA (OAB 6833/AM), ADV: NATACHA DE OLIVEIRA PEQUENO (OAB 12048/AM) - Processo 0623859-15.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível -

REQUERENTE: R.S.L. - REQUERIDO: C.A.S. - Intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição de folhas 179-180. No mais, aguarde-se a realização do estudo psicossocial. Cumpra-se.

ADV: LUIZ CARLOS PANTOJA (OAB 913/AM) - Processo 0624078-28.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.S.C. - REQUERIDO: A.S.C. - Processo sentenciado às folhas 52-54. Em resposta à petição de folhas 69-70, saliento que irresignação da decisão proferida deve ser objeto de recurso, seguindo os dispostos no Código de Processo Civil. No mais, em resposta à folha 64-65, intime-se a parte autora para informar, em 10 (dez) dias, se há situações pendentes na presente demanda. Intimem-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM) - Processo 0624169-21.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.L.P. - REQUERIDA: M.R.B.P. - Busque-se o endereço da parte requerida no SIEL. Encontrando-o, cite-se para contestar no prazo de 15 (quinze) dias. Sendo negativa a resposta da busca, dê-se vista à parte autora para se manifestar me 10 (dez) dias.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0624183-68.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.E.C.P. - REQUERIDA: P.B.P. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Ante o acordo de fls. 55/56, Dê-se vista ao Ministério Público".

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0624261-33.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.B.O. - REQUERIDO: M.M.V. - Intime-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se sobre o estudo de folhas 69-74. Cumpra-se.

ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM) - Processo 0624604-34.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0615680-34.2013.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.L.A. - REQUERIDO: L.L.A. - L.F.A.M. e outros - DESPACHO R.H. Considerando a conexão entre os presentes autos e o processo de nº 0616842-64.2013, aguarde-se a manifestação das partes no referido processo. Após, voltem-se os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALEXIA MARIAH SILVA MICHILES (OAB 11375/AM), ADV: OLGA DE NAZARÉ DIAS DA SILVA (OAB 6758/AM), ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0624952-47.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.C.S. - REQUERIDO: M.A.B. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, defiro a guarda unilateral da menor em favor da genitora, regulamento as visitas conforme pleiteado na exordial e fixo o valor da pensão alimentícia em50% (cinquenta por cento) do salário mínimo. Sem custas. Expeça-se termo de guarda. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0625059-91.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: G.H.A.A. - R.M.A. - REQUERIDO: E.S.A. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: MARIA FRANCIDEUZA DA COSTA (OAB 4256/AM) - Processo 0625130-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.S.N. - REQUERIDO: D.C.T. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público".

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: DAFHINE DE ALMEIDA CARNEIRO (OAB 9934/AM) - Processo 0625431-06.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.V.O.S. - EXECUTADO: L.B.P.A. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o documento de folha 116 e requerer o quê entender de direito.

ADV: RAQUEL DOS SANTOS GAMA (OAB 10828/AM), ADV: RAQUEL DOS SANTOS GAMA (OAB 10828/AM) - Processo 0626671-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.J.D.S. - H.D.F. - REQUERIDO: D.J.S.S. - A.S.S. - Instrução e Julgamento Data: 31/05/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM) - Processo 0626716-68.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.B.M.S. - REQUERIDO: C.N.L.S. - Réu revel citado com hora certa. Remetam-se os autos ao curador especial, nos termos do art. 72, II, NCPC. Intime(m)-se.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0626725-93.2017.8.04.0001 - Petição - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Ivete Martins de Pinho - REQUERIDA: Maria da Gloria Rodrigues da Silva - Sarrandro Rodrigues da Silva e outro - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, pessoalmente por carta AR, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.".

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0627098-66.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.K.B.L. - R.C.L. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a exequente, por meio de seu patrono, para informar acerca do cumprimento no prazo de 10 dias."

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: IUARLEY DA SILVA FONSECA (OAB 10548/AM) - Processo 0627135-54.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.R.N.F. - REQUERIDO: A.L.F.N. - P.M.A.F. - Paute-se audiência de conciliação e mediação, em consonância com parecer ministerial de folhas 226-227. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM) - Processo 0627382-35.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.C.P.R. - REQUERIDO: A.B.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0627755-37.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: L.C.S.P.A. - EXECUTADO: F.J.T.S.J. - Emita-se a certidão de crédito pleiteada às folhas 139-140.

ADV: ALBERTO D'ALMEIDA COELHO (OAB 6495/AM), ADV: DAVIDSON REIS DA SILVA (OAB 8228/AM), ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0628061-98.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE:

C.O.T. - REQUERIDO: H.A.B.Q. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0628130-67.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Alves de Lima - REQUERIDO: Gecimar Alves de Lima - Em resposta à folha 77, concedo prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento do despacho de folha 74. Intime-se.

ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0628132-03.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.N.A.A. - REQUERIDO: R.C.A. - Expeça-se mandado para que seja realizada a citação da parte requerida por meio de Oficial de Justiça para contestar o feito em 15 (quinze) dias. Saliento que, havendo suspeita de ocultação, deve-se realizar a citação por hora certa, obedecendo os requisitos legais. Cumpra-se.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0628321-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: L.L.B. - REQUERIDO: R.R.B.J. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão de folha 118 e requerer o quê entender de direito.

ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: PAULO MARCOS BASTOS SAMPAIO (OAB 8878/AM) - Processo 0629836-27.2013.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: E.C.C. - REQUERIDO: T.M.F. - Processo sentenciado à folha 530. Após, as partes inauguraram fase de execução, uma vez que há discussão quanto ao cumprimento da sentença. Paute-se audiência de conciliação e mediação oportunizando às partes a solução mais célere da demanda Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: CAMILA PONTES TORRES (OAB 12280/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0630135-28.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Danna Michelle Gordiano Valente - REQUERIDA: Marília Gordiano Valente - Assim, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil e em consonância com parecer ministerial, noto presentes os requisitos para concessão da tutela pretendida. Portanto, DEFIRO o pedido de tutela provisória pleiteado. Expeça-se termo de curatela provisória e o termo de compromisso, com prazo de 06 (seis) meses. Dando continuidade a marcha processual, paute-se entrevista com o curatelando in loco, para os fins do art. 751 do NCPC, citando-se e intimando-se, inclusive o Ministério Público. Intime-se o(a) requerente e seu patrono, advertindo que devem comparecer neste juízo com antecedência de uma hora do horário estipulado para inspeção, para auxiliar o deslocamento até o local em que se encontra o Interditando. Caso o curatelando não constitua advogado, deverá ser nomeado curador especial, nos termos do art. 752, §2º do CPC. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM) - Processo 0630139-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: C.S.A. - REQUERIDO: J.M.T.A. - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre o parecer ministerial de folhas 29-30, no prazo de 15 (quinze) dias e requerer o quê entender de direito. Após, tornem os autos conclusos.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM), ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0630473-70.2016.8.04.0001 - Petição - Guarda - REQUERENTE: L.C.C.C. - REQUERIDA: M.C.C. - Aguarde-se realização de estudo psicossocial agendado.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0630634-46.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: S.F.G. - REPTANTE: A.C.F.G. - Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0630761-18.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.J.R.G. - REQUERIDO: P.H.P.R. - Assim, incumbida do ônus probatório e não tendo apresentado elementos suficientes para comprovar a alteração do trinômio necessidade-possibilidade-razoabilidade, entendo, em consonância com parecer ministerial, pela manutenção dos alimentos no patamar anteriormente estipulado. Por todo o exposto, Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e mantenho o valor da pensão alimentícia em 35% (trinta e cinco por cento) dos vencimentos do alimentante. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0631126-04.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Dorli Santos Schiochet - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a certidão de folha 542. Cumpra-se.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0631277-04.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.P.S. - REQUERIDA: T.A.R.S. - Assim, por todo o exposto, julgo PROCEDENTE a demanda, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e determino a exoneração dos alimentos anteriormente estipulados. Oficie-se o empregador e expeça-se o necessário. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM) - Processo 0631678-66.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.R.B.A. - ALIMENTAND: J.M.B.S. - M.R.B.S. - REQUERIDO: J.E.F.S. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: KAREN KAROLINY FERREIRA SANTOS (OAB 10893/AM), ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631715-98.2015.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: T.S.C.B. - REQUERIDO: D.A.T. - DESPACHO R.H. Em razão da complexidade da demanda em apreço, paute-se Audiência de Instrução e Julgamento para depoimento pessoal das partes e oitiva da menor. Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM) - Processo 0632035-85.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.F.R.S. - ASSISTENTE: M.R.F. - ALIMENTANT: G.M.S. - Vistos, Citado no cumprimento de decisão que condenou ao pagamento de prestação alimentícia, nos termos do art. 528 do CPC, o devedor não pagou a dívida, não provou que já tenha pago e nem tentou justificar eventual impossibilidade. O Ministério Público, instado, opinou pela decretação da prisão. Medida coercitiva de elevada excepcionalidade, a prisão civil do

devedor de alimentos tem respaldo legal e constitucional. Em algumas situações é de extrema eficácia. E esta parece ser uma dessas situações. O devedor foi citado para pagamento da dívida e advertido da prisão, caso nada providenciasse pagamento, prova do pagamento ou justificativa. Simplesmente nada providenciou. Tenha-se em conta, por outro lado, que o não-pagamento da pensão pelo executado tem causado, pela recalcitrância, sérios transtornos à exeqüente. Diante disso e configurada a efetiva necessidade, tem-se por decretada a prisão do devedor, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 5º, LXVII, da Constituição Federal, e art. 528, § 3º, do Código de Processo Civil. Expeça-se o mandado de prisão Intime-se o Exequente para esclarecer se tem interesse na certidão de protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517 do CPC. Intimem-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0632722-91.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: R.F.N.S. - ALIMENTANT: R.S. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MARIA ISÉLIA SARAIVA DE OLIVEIRA (OAB 6478/AM), ADV: PATRICIA DA SILVA (OAB 7395/AM), ADV: RUBERVAL NERY DE OLIVEIRA (OAB 10821/AM) - Processo 0632976-64.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bem de Família - REQUERENTE: J.J.S. - REQUERIDA: J.M.B. - Instrução e Julgamento Data: 04/06/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: IARA CRISTINA NOVAES (OAB 62223/PR) - Processo 0633077-67.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.M. - REQUERIDO: M.S.M. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e fixo o valor da pensão alimentícia em 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos do alimentante. Sem custas. Oficie-se o empregador do alimentante. Publque-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: DALVA IRACEMA NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9984/AM) - Processo 0633231-85.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.M.M.O. - REQUERIDA: B.M.S. - Assim, por todo o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e determino a redução dos alimentos para o percentual de 20% (vinte por cento) dos vencimentos do requerente, dando continuidade aos pagamentos da maneira que já são realizados. Oficie-se o empregador e expeça-se o necessário. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM), ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0633660-52.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.P.N. - REQUERIDO: W.R.C. - Audiência p/ coleta de material genético Data: 15/05/2019 Hora 08:45 Local: Sala padrão

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0633663-41.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.M.A.T. - REQUERIDO: A.S.T. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre os documentos de folha 130-132 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0634251-19.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Y.S.C. - REQUERIDA: T.P.S.C. - Oficie-se conforme pedido do parquet de folha 180.

ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM), ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM), ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM) - Processo 0634259-54.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.P. - REQUERIDA: K.A.P. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: RÔMULO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 5558/AM) - Processo 0634465-68.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.L.A.G. - REQUERIDO: L.A.S.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “ Ante o acordo de fls. 36/38, dê-se Vista ao Ministério Público”.

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM), ADV: MANOEL MEIRELES BICHARA (OAB 9274/AM), ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0634650-43.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.L.T. - REQUERIDO: F.A.A. - DESPACHO Considerando a pendência do estudo psicossocial. Considerando o pedido de fls. 154. Considerando os princípios processuais que visam a resolução consensual das lides, paute-se audiência de Conciliação, após, dê-se vista a representante do Ministério Público. Caso não haja acordo, determino a realização de Estudo Psicossocial pelo setor competente, a ser realizado com a maior brevidade possível, a fim de se averiguar a real situação em que se encontram inseridas as crianças. Cumpra-se Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: MANOEL MEIRELES BICHARA (OAB 9274/AM), ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0634650-43.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.L.T. - REQUERIDO: F.A.A. - Conciliação Data: 17/05/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC), ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM), ADV: FABIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO (OAB 1644/AM) - Processo 0635175-59.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0635176-44.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: J.C.L.P. - V.I.L.P. - EXECUTADO: J.A.F.P. - Cumpra-se a parte final do despacho de folha 200, em consonância com o parecer ministerial de 209-210.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0635384-91.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: H.M.P.S.R.G. - EXECUTADO: M.A.L.M. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0635384-91.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: H.M.P.S.R.G. - EXECUTADO: M.A.L.M. - Conciliação Data: 17/05/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: BERNARDINA LIMA ARCE (OAB 6689/AM), ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0635476-74.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: MARIA NIZETE QUEIROZ DE

VASCONCELOS - REQUERIDO: FRANCISCO JOSÉ ROCHA GONÇALVES - Belisário dos Santos Arce - Diego de Vasconcelos Gonçalves e outro - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 414".

ADV: FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM), ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM) - Processo 0635543-97.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.S.P. - REQUERIDA: M.C.S.P. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que se manifeste acerca da contestação de fls. 36/54, no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0635721-85.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.P.N.G. - REQUERIDA: R.M.S.S. - LISTPASSIV: L.M.S. e outros - Oficie-se conforme pedido de folha 674-675.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0636040-48.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: H.S.S. - REQUERIDO: M.S.O. - Indefiro o pedido de folha 35, por entender que é dever da parte informar a este juízo o endereço para citação do réu. Assim, intime-se a autora para, no prazo de 10 (dez) dias, usando-se dos diversos procedimentos legais para citação, informe a este juízo o endereço do requerido e/ou como deseja citá-lo. Após, tornem os autos conclusos.

ADV: TOMÁS GOMES DA SILVA NETO (OAB 12978/AM) - Processo 0636123-64.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: H.R.M. - REQUERIDA: A.S.M. - M.C.S.M. - Considerando que a parte autora quedou-se inerte por duas vezes seguidas, conforme certidões de folhas 54 e 61, intime-a, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE, ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0636390-36.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.G.P. - REQUERIDA: M.J.A.P. - G.A.P. - Recebida hoje; Intime-se (o)a autor(a), pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário.

ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM) - Processo 0636425-59.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.P.S. - REQUERIDO: S.C.S. - Em resposta ao petitório de folha 55, cumpra-se por mais uma vez o despacho de folhas 42-43, procedendo-se à intimação agora por Oficial de Justiça.

ADV: DEYVISON SOUZA BRITO (OAB 9366/AM) - Processo 0636553-79.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0637210-55.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: F.B.S. - Z.M.B.N. - EXECUTADO: S.R.S. - Cumpra-se o despacho de folha 21 no endereço informado às folhas 30-32.

ADV: SAULO GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 9908/AM) - Processo 0636690-37.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.G.S.O. - EXECUTADO: F.F.O.N. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Expeça-se novo mandado de intimação conforme informações constantes às fls. 113/114".

ADV: DEISE SUELY SALES DE OLIVEIRA (OAB 12967/AM) - Processo 0637374-20.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.L.L. - REQUERIDO: C.P. - Conciliação Data: 17/05/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: THIAGO FERREIRA DE LIMA SILVA (OAB 22858/PA), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA) - Processo 0637445-22.2017.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: E.A.S.C. - REQUERIDO: R.L.S.N. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0637838-78.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.C.B.S. - REQUERIDA: D.R.C. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM) - Processo 0638059-61.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0241002-19.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Auricelio Alves dos Santos - EMBARGADA: Angelica Nabarro dos Santos - Intime-se as parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se a promoção do Ministério Público de folhas 48-50 a fim de se evitar decisões surpresas. Cumpra-se.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0638524-02.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.R.C. - REQUERIDO: A.A.S.L. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Litigioso. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 49/52. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio e bens. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0638574-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.S.C. - REQUERIDO: R.R.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Ante o Termo/Acordo de fls. 32/33, abro Vista ao Ministério Público".

ADV: ISIS DE MORAES SIQUEIRA (OAB 10069/AM) - Processo 0638734-53.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: P.P.F. - EXECUTADO: A.J.B.A. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre os documentos de folhas 38-39.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0638746-67.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.P.S. - REQUERIDA: L.M.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o acordo de fls. 38/39, Dê-se Vista ao Ministério Público".

ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM), ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0638779-62.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: A.B.S.F. - REQUERIDA: D.C.A.S. - Em resposta ao petitório de folhas 89-90, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. No mais, oficie-se novamente o setor psicossocial para com urgência responda os oficios outrora encaminhados e dê posicionamento acerca do estudo a ser realizado nestes autos solicitado em 16/05/2016. Cumpra-se.

ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM) - Processo 0638894-78.2018.8.04.0001 - Petição - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Janildo Lopes dos Santos - REQUERIDA: Jacinara Gonçalves de Oliveira - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Ante o acordo de fls. 24/26, abro vista dos autos ao Ministério Público".

ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM) - Processo 0639699-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.C.A. - REQUERIDA: A.L.C.A. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM) - Processo 0640533-05.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.G.A. - REQUERIDA: L.C.A. - K.D.C. - Assim, por todo o exposto, em consonância com parecer ministerial, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e determino a redução dos alimentos para o percentual de 20% dos vencimentos do requerente e mantenho a obrigação de que o autor deve custear o plano de saúde e os medicamentos da filha. Oficie-se o empregador e expeça-se o necessário. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: SUZANA CAROLINA CARDEAL MELO (OAB 13999/AM), ADV: GLEIZIELLEM GOMES DE OLIVEIRA SILVA (OAB 13997/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0640848-62.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: G.A.S. - ALIMENTANT: M.P.B.G. - Aguarde-se o decurso de prazo para apresentação de réplica. Aguarde também a audiência pautada à folha 178. Após, não havendo acordo, retornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: ANDREA GUIMARÃES PACHECO (OAB 12305/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0640883-56.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.S.O. - REQUERIDO: J.R.A.L. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se

ADV: JOSE RAYAN DAMIAO DE OLIVEIRA (OAB 13328/AM) - Processo 0641204-57.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.O.D. - J.C.A.S. - Concedo a dilação do prazo por mais 60 (sessenta) dias, consoante pedido de folha 27.

ADV: ESAÚ MATIAS DE LIMA (OAB 5019/AM) - Processo 0641219-31.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.M.S. - REQUERIDA: E.C.R. - Considerando a inércia da parte requerida para fornecer as informações solicitadas às folhas 69-73, não é possível o pagamento dos alimentos arbitrados às folhas 20-21 até que a genitora se manifeste nos autos e informe o solicitado. No mais, visando impulsionar a lide, em consonância com o parecer ministerial de folhas 63-64, defiro o pedido de folhas 59. Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 (trinta) dias, juntar aos autos o estudo psicossocial. Cumpra-se

ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM) - Processo 0641322-33.2018.8.04.0001 - Prestação de Contas - Seção Cível - REQUERENTE: Hamilton Colares Azevedo Junior - REQUERIDA: Mariza Collares Azevedo - DESPACHO Defiro os pedidos do parquet e determino: 1) Apense-se os autos ao processo de número 0629951-43.2016. 2) Encaminhem-se os presentes autos para a contadoria, a fim de verificar a regularidade ou não das contas apresentadas pelo curador provisório, mencionando eventuais créditos ou débitos em favor ou desfavor da Interditanda. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM), ADV: MYLENE COSTA MACIEL (OAB 4835/AM) - Processo 0641322-67.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: A.R.L. - ALIMENTAND: G.R.L. - ALIMENTANT: A.B.C. - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, decretando que o requerido é pai do autor e fixando o valor da pensão alimentícia em 15% (quinze por cento) do valor da pensão do INSS recebida pelo genitor. Sem custas. Oficie-se o INSS. Expeça-se mandado de averbação para retificação do registro de nascimento do menor, conforme acordo de folhas 50-52. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: ROBSON LOPES CARIOCA (OAB 9364/AM), ADV: JEFERSON ANJOS DA SILVA (OAB 9794/AM), ADV: SULIANE LIMA VIANA (OAB 10552/AM) - Processo 0641689-57.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: Letícia Anselmo Brito dos Santos - EXECUTADO: Luiz Anselmo dos Santos - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e a fim de evitar as medidas de processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0641863-66.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.S.D. - REQUERIDO: R.D.M.B. - D.S.S. - Considerando a grande demanda do setor psicossocial deste Poder, o que pode acarretar em extenso lapso temporal para resolução da lide, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM) - Processo 0641961-51.2018.8.04.0001 - Petição - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: R.S.M. - REQUERIDA: J.A.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Vista ao Ministério Público".

ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0642008-93.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: F.J.F.S. - ALIMENTANT: D.S.S. - Assim, diante das manifestações de acordo as partes, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e fixo o valor da pensão alimentícia em 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos do alimentante. Sem custas. Oficie-se o empregador do alimentante. Publque-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0642133-95.2015.8.04.0001 - Petição - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.B.Q. - LITSPASSIV: I.M.Q.S. - S.L.P.A. - E.R.Q.S. - REQUERIDO: M.C.P. - LITSPASSIV: M.M.R.A. - Inclua o requerido MIGUEL MOSAICO ROCHA no polo passivo da demanda e cite-o para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC, conforme petitório de folha 159. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0642173-09.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.A.O. - REQUERIDO: B.B.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora para, pessoalmente por carta AR, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC."

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM) - Processo 0642632-11.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ASSISTENTE: E.C.A. - ALIMENTAND: I.C.O. - REQUERIDO: H.P.O. - SENTENÇA Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida, conforme certidão de folhas antecedentes, e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: EVERSON MORAES FEITOSA (OAB 7868/AM) - Processo 0642919-71.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0627200-49.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.A.T.G. - REQUERIDO: J.L.G.G.O. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa de folhas 113-114, 120 e 122 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA (OAB 3689/AM) - Processo 0643092-61.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: P.A.S. - R.S.Q. - REQUERIDA: L.Q.S. - M.F.L.P. - L.S.R. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 44".

ADV: ILSON VIEIRA RUIZ (OAB 12739/AM), ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0643124-03.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.M.S. - REQUERIDO: E.O.S. - E.O.S. - Assim, por todo o exposto, julgo PROCEDENTE a demanda, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e determino a exoneração dos alimentos anteriormente estipulados. Oficie-se o empregador e expeça-se o necessário. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0643382-13.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.H.S.N.M. - REQUERIDO: A.J.M.N. - Recebida hoje; Intime-se (o)a autor(a), pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0643386-16.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.B.F.J. - REQUERIDO: T.A.R.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, por meio de patrono constituído, para que, no prazo de 10 (dez) dias se manifeste acerca do AR negativo de fls. 56."

ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM), ADV: KAREN DE ARAÚJO FRANÇA (OAB 8916/AM), ADV: MARIA ANGELA FERREIRA REIS (OAB 5906/AM) - Processo 0643709-55.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.M.A.C. - REQUERIDO: W.F.B. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: FABIANE BATISTA FRANÇA (OAB 12077/AM), ADV: WALTER DA CUNHA AZEVEDO FILHO (OAB 3828/AM) - Processo 0643808-25.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.D.P.M.S. - REQUERIDA: E.R.M. - Cumpra-se por mais uma vez o despacho de folha 182, devendo o Ofício agora ser encaminhado por Oficial de Justiça.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0643883-64.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.R.B. - REQUERIDA: L.R.C.B. - Intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição de folhas 59-60. Cumpra-se.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0644530-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.B.S.B. - ALIMENTANT: D.A.S.B. - DESPACHO Intime-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar acerca da Contestação de fls. 22/47 Cumpra-se Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: ANA MARIA MARQUES MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 8471/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0645410-51.2017.8.04.0001 - Interdição - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: J.T.S. - REQUERIDA: R.S.S. - Pautе-se entrevista com o curatelando e cite-o para comparecer à este juízo na data designada, para os fins do art. 751 do NCPC. Intime-se o Ministério Público. Intime-se o(a) requerente e seu patrono, advertindo que devem comparecer neste juízo com antecedência de uma hora do horário estipulado para inspeção, para auxiliar o deslocamento até o local em que se encontra o Interditando. Caso o curatelando não constitua advogado, deverá ser nomeado curador especial, nos termos do art. 752, §2º do CPC.

ADV: SUSI JANAÍNA DE ALMEIDA LEITE (OAB 10420/AM), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0645544-78.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: L.D.R.A. - J.G.R. - EXECUTADO: L.M.N.A. - Cumpra-se a parte final do despacho de folhas 55-56.

ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0646702-37.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: P.K.P.M. - REQUERIDO: L.C.P.P. - M.J.P.P. - M.P.S.P.R. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Ante o acordo de fls. 31/33, abro vista dos autos ao Ministério Público".

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM), ADV: RICARDO ALVES DE CAMPOS (OAB 11803/AM) - Processo 0647199-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.M.S. - R.S.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o Sr. Ridiclei Da Silva Santos, pessoalmente por Carta AR, no prazo de 15 (quinze) dias, para se manifestar sobre a petição de fls. 33. Após, dê-se vista a representante do Ministério Público tendo em vista haver interesse de menor."

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM), ADV: RENATA MENDES ANGELIM (OAB 13279/AM), ADV: JENNIFER KAROLINE DE OLIVEIRA SILVA (OAB 13419/AM) - Processo 0647367-53.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.S.B.R. - A.H.B. - REQUERIDO: R.S.R. - Defiro a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do CPC. Arbitro os alimentos provisórios em favor do filho da parte requerida, no valor correspondente a 1 (um) salário mínimo vigente a serem depositados na conta bancária a ser informada. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária em nome da Requerente na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios. Cite-se a parte requerida para que deposite os valores devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão Recomendo que as partes participem da Oficina de Pais e Filhos que é realizada na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Henoch Reis, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, ou realizem a referida Oficina On-line, disponibilizada no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (www.cnj.jus.br/eadcnj), criada no intuito de estimular os pais a estabelecerem convivência com mais diálogo, cordialidade e respeito, proporcionando o saudável desenvolvimento emocional dos filhos e a resolução pacífica de seus conflitos. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 335, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0648170-36.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.T.S. - REQUERIDO: M.F.S.L. - Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 35/36. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 37. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Oficie-se ao Banco Bradesco, com sede na Av. Noel Nutels (cód. 3733), para que realize abertura da conta poupança em nome da genitora da Autora para recebimento dos valores da pensão com a máxima urgência. Sem custas. Cumpra-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0649729-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.G. - ALIMENTAND: G.S.G.U. - ALIMENTANT: G.S.U. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 25/04/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: RENATO CARLET ARAÚJO LIMA (OAB 250882/SP) - Processo 0649964-92.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: M.B.S. - EXECUTADO: C.K.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 36. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0650409-13.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.A.P. - REQUERIDO: L.D.F.P. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Expeça-se novo ofício para o empregador do requerido, qual seja o SESC, conforme informações constantes no petitório de fls. 59/60".

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0652147-36.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.H.B.A. - REQUERIDA: E.C.C. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM), ADV: LILIAN ANTONIA FERREIRA DE AQUINO (OAB 10336/AM) - Processo 0652732-88.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.T.S. - M.C.T.S. - REQUERIDA: D.Q.C. - Trata-se de Ação de Guarda para regularização de posse de fato do menor Samuel Catanheide Silva, ajuizada por Judith Torres da Silva e Maria da Conceição Torres da Silva, respectivamente tia e avó paterna do menor, em face de Daliena Queiroz Catanheide, genitora do menor, com pedido de tutela provisória de urgência. Aduzem as Requerentes que o menor é filho de Daliena Queiroz Catanheide e Lusenilton Torres da Silva. Após o término do relacionamento, a genitora ficou com o filho até seus 3 (três) anos de idade. Em meados de 2009, a genitora alegou não ter mais condições de cuidar da criança, procurou a avó paterna e as Requerentes resolveram ficar com o menor, exercendo desde então a guarda de fato, bem como assumiram todas as suas responsabilidades. Ocorre que, em 17/10/2018, o genitor do menor, Sr. Lusenilton, veio a falecer (certidão de óbito às fls. 15) e as Requerentes desde

então vem encontrando dificuldades para resolver os trâmites relacionados ao benefício da pensão por morte junto ao INSS que o menor faz jus, bem como efetuar a matrícula escolar do menor. Pugnam, assim, por tutela provisória de urgência para guarda provisória do menor. Acompanhando da peça vestibular, foram juntados os documentos de fls. 09/20, entre eles, a declaração de concordância assinada pela genitora do menor e o seu documento de identidade, as certidões de nascimento da criança e de óbito do genitor do menor. Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido liminar. É o relatório. Passo a decidir. O art. 300 do CPC fixa os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência, a saber: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Entendo que os elementos constantes dos autos são suficientes para, neste momento, conceder a tutela provisória perseguida. A probabilidade do direito está traduzida nos documentos carreados aos autos com a exordial que demonstram a relação de parentesco entre as partes, o falecimento do genitor, bem como a declaração de que as Requerentes já exercem a guarda de fato do menor. Ademais, vale ressaltar que o deferimento da guarda a terceiro, ainda que integrante da família, só se justifica em hipótese de ausência dos pais ou para regularizar situação em que a guarda esteja sendo exercida de fato mas não de direito. In casu, verifica-se que a ausência de regulamentação jurídica da guarda importa em prejuízo potencial ao menor, uma vez que suas guardiãs de fato não poderão requerer o benefício de pensão por morte em seu favor, bem como terão dificuldades para realizar sua matrícula na rede escolar de ensino, restando configurada à presença do perigo de dano. Outrossim, encontra-se presente o requisito da reversibilidade dos efeitos da decisão (art. 300, § 3º do CPC), uma vez que tal medida poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo. Diante do exposto, concedo a tutela provisória de urgência para conceder a guarda provisória do menor as Requerentes, Sra. Judith Torres da Silva Bezerra e Maria da Conceição Torres da Silva. Determino a realização de Estudo Social pelo setor de Serviço Social, observando-se os quesitos contidos na promoção ministerial de fls. 25/26. Expeça-se o necessário. Intimem-se o autor e o Ministério Público.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0652998-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.L.R. - REQUERIDA: R.T.A.R. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 01/04/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0653140-79.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.C.C.M. - REQUERIDO: R.E.O.B. - DESPACHO Intime-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias para informar se o Requerido é autônomo ou informar o endereço do empregador do Requerido, caso este seja empregado. Cumpra-se Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: EVELISE DE FERNANDES ALMADA (OAB 23043BC/E) - Processo 0653167-62.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.M.P.S. - C.A.D. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM) - Processo 0653432-64.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.L.B. - REQUERIDO: F.L.D.I. - Trata-se de Ação de Alimentos Gravídicos que deve seguir o rito estipulado na Lei nº 11.804/2008. Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do Código de Processo Civil. Constam nos autos pedido de alimentos provisórios, para dando, analisou-se os documentos juntados a fim de deferimento da tutela. Assim, tendo em vista os indícios de paternidade, consubstanciados, especialmente, nos documentos juntados às folhas 12/17 da inicial, o pedido de alimentos gravídicos procede. Deste modo, considerando as evidências constantes nos autos acerca das despesas adicionais da gravidez, bem como a ausência de informações relativas à renda do alimentante, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente, devido a partir da citação, a ser depositado em conta bancária a ser indicada pela requerente. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios. Cite-se a parte requerida para apresentar resposta em 5 (cinco) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 7º da Lei 11.804/08. Vista ao Ministério Público. Intime-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0654026-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.R.F.S. - REQUERIDO: R.S.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Expeça-se novo mandado de intimação conforme petitório de fls. 42”.

ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM) - Processo 0654114-19.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.S.A. - H.R.B.A. - REQUERIDO: J.C.A. - Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se as partes requeridas: JADY COSTA DE ALMEIDA e JANAINA SOARES DOS ANJOS, e intimem-se as partes autoras para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Ato contínuo, oficie-se o setor competente para a realização do estudo psicossocial. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0655908-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fixação - REQUERENTE: A.K.B.S. - REQUERIDO: J.L.C.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora por meio de patrono constituído, para no prazo de 10 (dez dias), manifestar-se acerca de oficio recebido de fls.49.”.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0657885-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Nelson José da Costa Sena, - REQUERIDO: Ozéas Gonçalves Santiago - DESPACHO Trata-se de Ação de Reconhecimento de União Estável Post mortem. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. No caso em análise, a parte requerente foi intimada por meio de seu advogado, incluir no polo passivo da demanda, os herdeiros do de cujus (descendentes, ascendentes ou colaterais), conforme art. 1.829, do CPC. No entanto, fez juntada das certidões de Óbito de filho, Pedro de Assis Santiago e de seu pai, Aquiles Lopes de Assis, fls. 24 e 26. A parte requerida, Sr. OZÉAS GONÇALVES SANTIAGO, encontra-se em local incerto e não sabido. Assim, localize-se o endereço cadastral da parte requerida através do Programa SIEL. Em caso negativo, cite-se por Edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Em caso positivo, paute-se audiência de mediação e conciliação.

Cite-se para comparecer na audiência designada. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da parte requerida. Após, abra-se igual prazo para apresentação de réplica. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ESMERALDA SANTOS DA COSTA (OAB 10942/AM) - Processo 0658490-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: T.C.S. - P.H.S.F.M. - REQUERIDO: M.C.F. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão de fls 26/27 do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 25/04/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ESMERALDA SANTOS DA COSTA (OAB 10942/AM) - Processo 0658490-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: T.C.S. e outro - CARTA DE CITAÇÃO

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM) - Processo 0659505-52.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.R.S.A. - A.R.R.M. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA FILHO (OAB 10014/AM), ADV: MARCELA NUNES FERREIRA (OAB 14034/AM) - Processo 0660143-85.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.A.Q. - REQUERIDO: E.A.C. - Conciliação Data: 31/05/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB 12723/AM) - Processo 0660601-05.2018.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.M. - REQUERIDO: W.L.J. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0660954-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria Izabel da Cunha Mendes - REQUERIDO: Valdeci Pereira de Souza - Analisando os autos, verifico que a parte autora, foi intimada para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, em cumprimento ao despacho de fls. 32, conforme certidão de disponibilização do dia 17/01/2019, fls. 34. No entanto, só fez juntada da Declaração de Hipossuficiência, como demostrado em fls. 36. Desse modo, intime-se o requerente, através de seu patrono, para emendar a iniclal, incluindo os nomes dos herdeiros do falecido, no POLO PASSIVO da presente ação, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Publique-se Cumpra-se.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0661689-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.A.L.M.M. - REQUERIDO: E.S.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 25/04/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM) - Processo 0662401-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Alberto Barboza Zagury Junior - REQUERIDA: Isabela Carvalho Ramos - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar aos autos, a documentação de todos os bens relacionados na inicial, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB 5300/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alberto D’Almeida Coelho (OAB 6495/AM)
Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB 1224A/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
ALEXIA MARIAH SILVA MICHILES (OAB 11375/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Ambrósio Gaia Nina (OAB 914/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Ana Maria Marques Machado de Oliveira (OAB 8471/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andrea Guimarães Pacheco (OAB 12305/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Anne Karoline de Souza Rodrigues (OAB 12154/AM)
Anne Louise Ventura da Silva (OAB 8297/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz de Lima Filho (OAB 10014/AM)
Antônio Braz de Lima Neto (OAB 3669/AM)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antonio Evandro Melo Balbi (OAB 66418/RJ)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bernardina Lima Arce (OAB 6689/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Buitrago & Pordeus Advogados Associados (OAB 508/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Caliria Maia Hayek (OAB 2858/AM)
Caluã Fróes de Azevedo (OAB 13395/AM)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Camila Pontes Torres (OAB 12280/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
CARLEFE MORAES DE JESUS (OAB 28989/PR)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)

Caroline da Silva Braz (OAB 4846/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB 2906/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
César Augusto Pereira da Costa (OAB 10682/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christiane Greyce Moraes da Silva Mendonça (OAB 12754/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
Cristiane Soares de Soares (OAB 8859/AM)
Cristiano Gonçalves Pires (OAB 10755/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
DAFHINE DE ALMEIDA CARNEIRO (OAB 9934/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Dalva Iracema Nascimento Cardoso (OAB 9984/AM)
Daniel Hiclei Oliveira Santos (OAB 6577/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Daniel Pereira Pio Suwa (OAB 9683/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Daniella Lopes Cavalcante (OAB 4164/AM)
Danielle Arruda Benayon (OAB 4996/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
Davidson Reis da Silva (OAB 8228/AM)
DAYANA FREITAS DE ALBUQUERQUE BULCÃO (OAB 10001/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Débora Cristina Nascimento da Costa (OAB 9226/AM)
Deise Suely Sales de Oliveira (OAB 12967/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Deyvison Souza Brito (OAB 9366/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edmar Pereira de Freitas (OAB 11750/AM)
Eduardo Cordeiro de Souza (OAB 10207/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Erick Drean Pereira da Costa (OAB 7746/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Esaú Matias de Lima (OAB 5019/AM)
ESMERALDA SANTOS DA COSTA (OAB 10942/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Evelise de Fernandes Almada (OAB 23043BC/E)
Everson Moraes Feitosa (OAB 7868/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fabiane Batista França (OAB 12077/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fabio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Francelina Giordana Feitosa Góes (OAB 12041/AM)
FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (OAB 12131/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Gisele Rabelo Garcia (OAB 6833/AM)
Gisele Souza de Mattos (OAB 10601/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Gleiziellem Gomes de Oliveira Silva (OAB 13997/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Hugo Monteiro de Oliveira (OAB 12346/AM)
Iara Cristina Novaes (OAB 62223/PR)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Igor Bergson Silva Almeida (OAB 11407/AM)
Ilson Vieira Ruiz (OAB 12739/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Ioldy Vânio Lima fonseca (OAB 8069/AM)
Iovane Nunes Penha (OAB 3023/AM)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB 12992/AM)
Isabela Esperança Machado (OAB 11024/AM)
Isis de Moraes Siqueira (OAB 10069/AM)
Islane Marques Setubal (OAB 7239/AM)
Iuarley da Silva Fonseca (OAB 10548/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Ivo Morais de Oliveira (OAB 5945/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
James Antunes Ribeiro Aguiar (OAB 2546/AC)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
Jarson Ariday da S. Costa (OAB 15997/PA)
Jeferson Anjos da Silva (OAB 9794/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
Jennifer Karoline de Oliveira Silva (OAB 13419/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
João Fernandes de Azevedo (OAB 6953/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Henrique de Freitas Pinho (OAB 1644/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
José Márcio Tabosa da Silva (OAB 12820/AM)
Jose Rayan Damiao de Oliveira (OAB 13328/AM)
Jose Rodrigues Filgueiras Neto (OAB 000.644/AM)

José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Jose Rogerio Correa da Silva (OAB 330467/SP)
José Sebastião de Carvalho Filho (OAB 12965/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM)
KAREN DE ARAÚJO FRANÇA (OAB 8916/AM)
Karen Karoliny Ferreira Santos (OAB 10893/AM)
Karen Vieira da Silva (OAB 8366/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Leonardo Bruno Barbosa Monteiro (OAB 8570/AM)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Lilian Antonia Ferreira de Aquino (OAB 10336/AM)
LILIAN MEGUMI BUZAGLO KOGUCHI (OAB 11753/AM)
Lindaurea Lira Brandão (OAB 5155/AM)
Lindáurea lira Brandão (OAB 51555AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
LISONEY MARCELICE GOMES JUNIOR (OAB 13790/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luiz Carlos Pantoja (OAB 913/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Manoel Matos Rodrigues (OAB 8791/AM)
Manoel Meireles Bichara (OAB 9274/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Marcela Nunes Ferreira (OAB 14034/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcelo Cardoso Alecrim (OAB 5868/AM)
Marcelo Vinicius Mattos de Oliveira (OAB 7638/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
MARCUS VITOR TORRES DE LIMA (OAB 9563/AM)
Maria Angela Ferreira Reis (OAB 5906/AM)
Maria Auxiliadora Souza e Silva (OAB 6966/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria Cristtiane dos Reis Sousa (OAB 12319/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Pereira de Salles (OAB 6675/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Maria Francideuza da Costa (OAB 4256/AM)
Maria Isélia Saraiva de Oliveira (OAB 6478/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Maria Rosiane de Brito (OAB 7628/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Marluce Braga de Menezes (OAB 8652/AM)
Mauricio Saboia de Souza (OAB 8982/AM)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Mylene Costa Maciel (OAB 4835/AM)
Naldir Franco Hayden (OAB 957/AM)
Natacha de Oliveira Pequeno (OAB 12048/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB 12723/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Olga de Nazaré Dias da Silva (OAB 6758/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Patricia da Silva (OAB 7395/AM)
Patricia Kelly Oliveira de Jesus (OAB 8672/AM)
Patrícia Pereira da Silva (OAB 3689/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Júnio Leandro de Oliveira (OAB 10250/AM)
Paulo Marcos Bastos Sampaio (OAB 8878/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Paulo Tavares de Souza Júnior (OAB 4547/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Humberto de Carvalho Figueiredo (OAB 13318/AM)
Pedro Tenaçol Andes (OAB 2217/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Rafael da Rocha Lima (OAB 3784/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Rafaela Rocha Bezerra (OAB 12824/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida (OAB 2365/AM)
Raquel dos Santos Gama (OAB 10828/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Regis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renata Mendes Angelim (OAB 13279/AM)
Renato Carlet Araújo Lima (OAB 250882/SP)
Ricardo Alves de Campos (OAB 11803/AM)
Ricardo Amancio de Souza (OAB 11319/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Rodrigues Arraiol Filho (OAB 338945/SP)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Robson Lopes Carioca (OAB 9364/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)

Rodrigo Mendes Lasmar (OAB 12480/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Pollari Castelo Branco (OAB 7993/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rômulo Luiz Vieira dos Santos (OAB 5558/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosa Maria Feitosa da Fonseca (OAB 11120/AM)
Rosângela Frota Magalhães (OAB 7980/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Rosemi Ferreira da Silva (OAB 4983/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO (OAB 10481/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Ruberval Nery de Oliveira (OAB 10821/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB 9908/AM)
Sergio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Sílvio da Costa Batista (OAB 3262/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suliane Lima Viana (OAB 10552/AM)
Susi Janaína de Almeida Leite (OAB 10420/AM)
Suzana Carolina Cardeal Melo (OAB 13999/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Thaís Barreto de Souza (OAB 8597/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Thiago Ferreira de Lima Silva (OAB 22858/PA)
Thomaz dos Santos Farias (OAB 8691/AM)
Tomás Gomes da Silva Neto (OAB 12978/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Vinícius Martins de Meira (OAB 4269/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Walter da Cunha Azevedo Filho (OAB 3828/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0029/2019

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0203039-06.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERIDO: A.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0205383-23.2019.8.04.0001 (processo principal 0212205-62.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: ARTHUR COIMBRA DA SILVA - Justificação em cumprimento de sentença como processo autônomo... A justificação deve ser nos autos do cumprimento. Processamento indeferido. Cancele-se a distribuição. Intime-se o advogado para justificativa, no prazo legal, no cumprimento de sentença. Ao término do prazo, conclusos.

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0618077-61.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXECUTADO: GERHARD CLAUDE FERMIN DE MELO - Intime-se o executado no prazo de 5 (cinco) dias, para efetuar os pagamentos dos valores remanescentes, sob pena de aplicação de medida coercitiva (prisão civil), ao teor do que determina o art. 528, § 7º do Código de Processo Civil. Não obstante, a renúncia do mandato só se aperfeiçoa com a notificação do mandante, o que segundo o próprio advogado renunciante, não correu efetivamente. Portanto, enquanto não for demonstrado o recebimento da notificação e, ainda, durante o recebimento da notificação, e, também, durante o prazo de dez dias após esta, incumbe ao Procurador a representação em juízo, com todas as responsabilidades inerentes à profissão (artigo 112 do N.C.P.C.). Desta forma, indefiro o pedido de folhas 146. Intime-se

Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EVELYN REBELO DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2019

ADV: ELCILENE COLARES ALENCAR (OAB 5173/AM) - Processo 0044659-36.2005.8.04.0001 (001.05.044659-3) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXECUTADO: Alcimar Mar de Oliveira - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM) - Processo 0202330-68.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDA: M.S.N. e outro - Ausência de legitimidade. Tem-se por indeferido o pedido. Cite-se o réu, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0205446-82.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.R. - REQUERIDO: F.A.O.R. - De ordem do(a) Cargo do Juiz do Processo da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o réu revel FILOMENA AZEVEDO DE OLIVEIRA RODRIGUES acerca da seguinte

sentença: "Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A ré, embora citada, não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.".

ADV: RENAN RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 14042/AM), ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM), ADV: REGINA ROLO RODRIGUES (OAB 12122/AM) - Processo 0211321-09.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: K.C.S. - REQUERIDO: R.S.B. - Diante do requerimento, intime-se o executado no prazo de 5 (cinco) dias, para efetuar os pagamentos dos valores remanescentes, sob pena de aplicação de medida coercitiva (prisão civil), ao teor do que determina o art. 528, § 7º do Código de Processo Civil.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0213449-26.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: M.B.G. - De ordem do(a) Cargo do Juiz do Processo da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o réu revel MARILISA BOTAN GONÇALVES acerca da seguinte sentença: "Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A ré, embora citada, não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.".

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0214162-74.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: I.P.M. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, INTIMA o(a) Senhor(a) STEPHANIE LUIZA SANTOS MEIRELES e ISAIAS PEREIRA MEIRELES, do teor da sentença prolatada nos autos da ação de Cumprimento de Sentença n. 0214162-74.2013.8.04.0001, movida por STEPHANIE LUIZA SANTOS MEIRELES: "Intime-se, nos termos, para os fins e com a advertência do art. 528 e §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil, com relação às 03 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento e todas que se venceram durante a tramitação do processoQuanto às demais parcelas, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora.Não informado o pagamento, providencie-se a penhora.Não havendo pagamento voluntário, a dívida será acrescida de multa de 10% (dez) por cento, bem como de honorários advocatícios no mesmo porcentual.". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 21 de fevereiro de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0215546-96.2018.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERIDO: A.F.F.S. - De ordem do(a) Cargo do Juiz do Processo da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o(s) réu(s) revel(eis) Angelino Francisco Fontana Salgado acerca do(a) seguinte sentença: "Conversão de separação judicial em divórcio. Autora e réu qualificados nos autos. Citado, o réu não respondeu. Sucintamente, o relatório. O pedido tem por objeto conversão de separação em divórcio. O casal está de fato separado judicialmente há mais de vinte e quatro anos. O réu, citado, não se manifestou. A situação do nome da autora foi resolvida na separação judicial. Enfim, atendido, quanto ao pedido formulado, os requisitos legais, é de ser acolhido. Em razão disso, tem-se por acolhido o pedido para, com fundamento no art. 226, § 6º da CF, decretar o divórcio das partes, por conversão da separação judicial. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se, com as providências de estilo.".

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0215994-69.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERIDO: D.M.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, INTIMA o(a) Senhor(a) MICHELE VIEIRA COSTA e DOUGLAS MARINHO DA SILVA, do teor da sentença prolatada nos autos da ação de Cumprimento de Sentença n. 0215994-69.2018.8.04.0001, movida por MICHELE VIEIRA COSTA: "Intime-se, nos termos, para os fins e com a advertência do art. 528 e §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil, com relação às 03 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento e todas que se venceram durante a tramitação do processo Quanto às demais parcelas, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não informado o pagamento, providencie-se a penhora. Não havendo pagamento voluntário, a dívida será acrescida de multa de 10% (dez) por cento, bem como de honorários advocatícios no mesmo porcentual.". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 21 de fevereiro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0221355-67.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: J.S.S. - De ordem do(a) Douto(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz de Direito da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o(s) réu(s) revel(eis) J. Dos S. e S. da audiência designada: Instrução e Julgamento, 26/04/2019 às 10:30h.

ADV: JOSE ARAÚJO FEITOSA (OAB 5856/AM), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM) - Processo 0221549-38.2016.8.04.0001(processoprincipal0256962-25.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - EXECUTADO: JOSÉ ARAÚJO FEITOSA - Defiro o pedido de fls. 213. Cumpra-se a decisão de fls. 206 dos autos.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0223375-31.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.H.P. - REQUERIDA: S.D. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Expeçam-se os ofícios necessários. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0224636-31.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERIDO: C.B.M. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Tutela e Curatela - Nomeação nº 0224636-31.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de CLAUDEMI BANDEIRA DE MATOS, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) CHIRLENE BANDEIRA DE MATOS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender

seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019.

ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0226834-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: C.P.T. - Instrução e Julgamento Data: 01/04/2019 Hora 09:30 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0227301-30.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: M.M.L.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, INTIMA o(a) Senhor(a) MANUEL MILCH LISBANO DA SILVA, do teor da sentença prolatada nos autos da ação de Cumprimento de Sentença n. 0227301-30.2012.8.04.0001, movida por RAYSSA MIKAELLA OLIVEIRA LISBANO: "1. Intime-se pessoalmente o executado, nos termos, para os fins e com a advertência do art. 528 e §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil, com relação às 03 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento e todas que se venceram durante a tramitação do processo. Quanto às demais parcelas, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. 2. Caso o devedor não seja encontrado no endereço declinado, consulte-se INFOJUD e SIEL. 3. Esgotados os meios ordinários de tentativa de intimação pessoal, intime-se por edital com prazo de 20 dias. 4. Decorrido o prazo para pagamento voluntário sem manifestação do executado, ao Ministério Público. 5. Manifestando-se o executado, dê-se vista ao exequente pelo prazo de 15 dias, remetendo-se, com a manifestação, os autos ao Ministério Público. 6. Não havendo manifestação do exequente, intime-o, pelo correio, para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, promovendo atos e diligências que lhe incumbirem no processo, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, III do Código de Processo Civil. 7. Tudo nos autos, conclusos.". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 21 de fevereiro de 2019. Dídimo Santana Barros Filho Juiz

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0229607-59.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERIDO: J.B.S.J. - De ordem do(a) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz de Direito da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o(s) réu(s) revel(eis) J. B. da S. J. audiência designada: Instrução e Julgamento, 03/05/2019 às 08:30h.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0232774-84.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: F.R.R. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Guarda nº 0232774-84.2018.8.04.0001, onde é (são) Requerente(s) Maria das Dores Ferreira Reis e Requerido(s) FRANCISCA RODRIGUES REIS, encontrando-se este(a)(s), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO do(a)(s) Sr(a)(s). FRANCISCA RODRIGUES REIS, para integrar a relação processual, podendo, devidamente representado(a)(s) por advogado ou defensor público, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico, sob pena de revelia. Em caso de revelia, será nomeado curador especial.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0233908-25.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: J.V.N. - REQUERIDO: A.S.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM) - Processo 0239247-86.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.K.S.B. - Juntada de petição e procuração de advogado particular pela parte autora às fls. 39-40. Existência de resolução nº 015/10 do TJ/AM, em vigor, prevendo o recebimento nesta vara somente de processos em que a Defensoria Pública e Ministério Público atuem como representantes dos autores. Necessidade de remessa dos autos à distribuição para ser encaminhadas a outra vara de família, por ser incabível a tramitação do processo nesta vara quanto advogado particular é constituído patrono da Autora. Competência declinada. Remetam-se os autos. Providências e cautelas de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0241084-21.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: K.R.S.S. - EXECUTADO: J.S.S. - Execução de alimentos com pagamento da dívida. Extinção, com fundamento no art. 924, II do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: PEDRO HUMBERTO DE CARVALHO FIGUEIREDO (OAB 13318/AM), ADV: LUÍS CARLOS CALDERARO SOUZA (OAB 1991/AM), ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM), ADV: LISONEY MARCELICE GOMES JUNIOR (OAB 13790/AM) - Processo 0246103-76.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: R.S.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: VINICIUS MARCONDES DOS SANTOS (OAB 101268/MG) - Processo 0342897-38.2007.8.04.0001 (001.07.342897-4) - Homologação de Transação Extrajudicial - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Elisangela Teixeira do Nascimento e outros - De ordem do(a) MM. Juiz de Direito, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o(a) advogado(a) 101268/MG - Vinicius Marcondes dos Santos para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar procuração, sob pena de ineficácia do ato não ratificado, respondendo o advogado pelas despesas e por perdas e danos.

ADV: JOÃO ROSSE PEREIRA LOPES (OAB 5680/AM) - Processo 0603156-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: C.S.M. - Intime-se a parte autora para apresentação das alegações finais, com prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, ao teor do que determina o art. 364, § 2º do CPC. Após, intime-se a parte requerida. Manifestações nos autos, dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0621471-08.2018.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERIDO: J.D.L.M. - De ordem do(a) Cargo do Juiz do Processo \<\< Informação indisponível \>\> da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o(s) réu(s) revel(eis) João de Deus Lins Marques da audiência designada: Instrução e Julgamento, 26/04/2019 às 10:00h.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0621636-89.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDA: R.V.A. - De ordem do(a) Cargo do Juiz do Processo da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o réu revel RENILCE VILENA ARAGÃO acerca da seguinte sentença: "Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado

anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A ré, embora citada, não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.".

ADV: GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 12775/AM) - Processo 0622411-70.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: A.J.C.S. - Instrução e Julgamento Data: 02/04/2019 Hora 09:30 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0627484-23.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: M.F.A.N. - De ordem do(a) Cargo do Juiz do Processo da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o réu revel MARIA DE FÁTIMA ALVES NOGUEIRA acerca da seguinte sentença: "Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A ré, embora citada, não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.".

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0640700-51.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDO: L.L.M.M. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0640700-51.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Lazaro Luer Moraes Mota, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Glenda Greicy Campos Mota. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 21 de fevereiro de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0640717-87.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.G.A. - REQUERIDA: D.V.R.G. - De ordem do(a) Cargo do Juiz do Processo da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, nos termos do art. 346, caput, do CPC, intime-se, via Diário da Justiça Eletrônico, o réu revel DIANA VIEIRA RODRIGUES GONÇALVES acerca da seguinte sentença: "Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A ré, embora citada, não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.".

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0641249-66.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - EXEQUENTE: F.G.S. - De ordem do(a) MM. Juiz de Direito, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do não cumprimento do mandado, conforme certidão de fls. 46, indicando o endereço do réu, com pontos de referência e detalhes sobre o local, e/ou, se assistido pela Defensoria Pública, realizar consultas junto ao sistema INFOSEG.

ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM) - Processo 0641648-27.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: C.M.B. - Despacho anterior equivocado; sem efeito, portanto. Prazo (05 cinco dias) para alegações finais, no termo de audiência - págs. 124/127. Patronos intimados na audiência. Certifique-se o transcurso do prazo, com ou sem apresentação das alegações finais. Após, vista ao Ministério Público. Tudo nos autos, conclusos.

ADV: HELTON FRANCISCO DE SOUSA CARVALHO (OAB 9356/AM) - Processo 0656906-43.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: N.N.F. - Intime-se a parte autora para apresentação das alegações finais, com prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Após, intime-se a parte requerida. Manifestações nos autos, dê-se vista ao Ministério Público, se for o caso de sua intervenção.

Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Elcilene Colares Alencar (OAB 5173/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Gustavo dos Santos Oliveira (OAB 12775/AM)
HELTON FRANCISCO DE SOUSA CARVALHO (OAB 9356/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
João Rosse Pereira Lopes (OAB 5680/AM)
Jose Araújo Feitosa (OAB 5856/AM)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
LISONEY MARCELICE GOMES JUNIOR (OAB 13790/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luís Carlos Calderaro Souza (OAB 1991/AM)
Pedro Humberto de Carvalho Figueiredo (OAB 13318/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Regina Rolo Rodrigues (OAB 12122/AM)
Renan Ribeiro de Oliveira (OAB 14042/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)
Vinicius Marcondes dos Santos (OAB 101268/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EVELYN REBELO DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0026/2019

ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0205143-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: R.J.V.C. - Declaratória e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos. Acordo em audiência - alimentos, guarda e partilha de bens. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que impossibilite, tem-

se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, dando-se por declarada e dissolvida a união estável entre o (a) autor (a) e o (a) ré (u) e a sua dissolução. Sem custas. Providencie-se o necessário. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0205383-23.2019.8.04.0001 (processo principal 0212205-62.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: ARTHUR COIMBRA DA SILVA - Justificação em cumprimento de sentença como processo autônomo... A justificação deve ser nos autos do cumprimento. Processamento indeferido. Cancele-se a distribuição. Intime-se o advogado para justificativa, no prazo legal, no cumprimento de sentença. Ao término do prazo, conclusos.

ADV: RAIMUNDO NONATO HERCULANO DA SILVA (OAB 2147/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL (OAB 7130/AM) - Processo 0240113-70.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: E.L.M. - De ordem do(a) Cargo do Juiz do Processo \<\< Informação indisponível \>\> da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, prestar quaisquer informações que possam auxiliar no cumprimento do mandado prisão.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0251032-21.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: R.A.M. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, INTIMA o(a) Senhor(a) VITÓRIA SILVA DE MELO e EYSHILA SILVA DE MELO e ROBERTO ARAÚJO DE MELO, do teor da sentença prolatada nos autos da ação de Cumprimento de Sentença n. 0251032-21.2013.8.04.0001, movida por VITÓRIA SILVA DE MELO e EYSHILA SILVA DE MELO: "Intime-se, nos termos, para os fins e com a advertência do art. 528 e §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil, com relação às 03 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento e todas que se venceram durante a tramitação do processo Quanto às demais parcelas, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não informado o pagamento, providencie-se a penhora. Não havendo pagamento voluntário, a dívida será acrescida de multa de 10% (dez) por cento, bem como de honorários advocatícios no mesmo porcentual.". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0613164-70.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADA: AMANDA SANTOS DA COSTA - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, INTIMA o(a) Senhor(a) AMANDA SANTOS DA COSTA, do teor da sentença prolatada nos autos da ação de Cumprimento de Sentença n. 0613164-70.2015.8.04.0001, movida por ALEX PAULA VINENTE: "Intime-se, nos termos, para os fins e com a advertência do art. 528 e §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil, com relação às 03 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento e todas que se venceram durante a tramitação do processoQuanto às demais parcelas, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora.Não informado o pagamento, providencie-se a penhora.Não havendo pagamento voluntário, a dívida será acrescida de multa de 10% (dez) por cento, bem como de honorários advocatícios no mesmo porcentual.". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0640853-55.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: L.B.A. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, INTIMA o(a) Senhor(a) Leonardo Brito do Amor, do teor da sentença prolatada nos autos da ação de Cumprimento de Sentença n. 0640853-55.2016.8.04.0001, movida por Derick Elilson Melo do Amor e outro: "Intime-se, nos termos, para os fins e com a advertência do art. 528 e §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil, com relação às 03 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento e todas que se venceram durante a tramitação do processo Quanto às demais parcelas, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não informado o pagamento, providencie-se a penhora. Não havendo pagamento voluntário, a dívida será acrescida de multa de 10% (dez) por cento, bem como de honorários advocatícios no mesmo porcentual.". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0641543-84.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: E.M.T. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, INTIMA o(a) Senhor(a) ESMERALDINO MOREIRA TELES, do teor da sentença prolatada nos autos da ação de Cumprimento de Sentença n. 0641543-84.2016.8.04.0001, movida por Davi dos Santos Teles e outro: "Intime-se, para em 03 (três) dias, sob pena de prisão de 01 (um) mês, pagar o débito, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade.Caso o executado nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 28 de fevereiro de 2019.

Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Raimundo Nonato Herculano da Silva (OAB 2147/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Ricardo de Oliveira Cabral (OAB 7130/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA AUXILIADORA SANTANA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0009/2019

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0002416-77.2005.8.04.0001 (001.05.002416-8) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Marco Antonio da Encarnação Lima - INTIMEM-SE o requerente pessoalmente, tendo em vista que o ato processual depende de providências ou informações que somente a parte realizar ou prestar a este Juízo, conforme Art. 186, § 2º do NCPC. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0011680-21.2005.8.04.0001 (001.05.011680-1) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Luciana Rodrigues Gonçalves - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 97), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0201299-13.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: H.F.M. e outro - REQUERIDA: D.S.F. - DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0204259-39.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: E.M.S. - 1. Chamo o processo à ordem; uma vez que o requerido apresentou contestação às fls. 23, INTIME-SE a parte autora, pelo patrono(a), querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FRANCISCO TULLIO DA SILVA MARINHO (OAB A901/AM), ADV: FRANCISCO TULLIO SILVA MARINHO (OAB 901A/AM), ADV: MARIANA SEREJO CABRAL DOS ANJOS (OAB 5985/AM), ADV: AMANDA GOUVEIA MOURA (OAB 7222/AM) - Processo 0204302-73.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - AUTOR: Leonardo Serejo Cabral dos Anjos - CUMPRA-SE o "item 3" do despacho de fls. 05. À Secretaria, DILIGENCIE-SE para as providências necessárias.

ADV: ISABELLA LEAL REIS (OAB 8101/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM) - Processo 0205075-36.2009.8.04.0001 (001.09.205075-2) - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: W.C.M. - Diante do requerimento retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0210814-43.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0638487-09.2017.8.04.0001) - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.W.L.S. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA (Cumprimento de Sentença), onde as pessoas envolvidas, quais sejam o autor D. W. L. S, e a requerida D. S. A. encontram-se regularmente identificados e qualificados desde o princípio. Analisando o caderno processual, denoto que as partes litigaram ainda nos autos de número 0234766-17.2017.8.04.0001, o qual foi objeto de acordo e, também, de renúncia mútua ao prazo recursal. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, observo que o objeto da presente ação foi matéria abrangida pelo que foi resolvido no curso da ação acima mencionada, motivo pelo qual falta, neste momento, o interesse no prosseguimento da presente causa pela perda do objeto. Isto posto, ao tempo em que torno sem efeito o despacho retro, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, o que faço com fundamento no artigo 485, inciso VI, da nossa Nova Lei de Ritos. Sem custas, por força da Lei 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Oportunamente, PROCEDA-SE a sua efetiva BAIXA e o posterior ARQUIVAMENTO do feito, com as providências de estilo.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL (OAB 4835/AM), ADV: PAULO ALVES MACIEL (OAB 1402/AM) - Processo 0212700-53.2011.8.04.0001/02 (apensado ao processo 0212700-53.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: G.F.C. - EDITAL DE INTIMAÇÃO - 05 dias - Interesse no Feito

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0215293-45.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: D.J.O.S. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 31 e 32), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: JOSE EDUARDO GIRAO NETO (OAB 7862/CE) - Processo 0218068-77.2010.8.04.0001 (001.10.218068-8) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Isis Medeiros Girão - REQUERIDO: José Eduardo Girão Neto - PAUTE-SE data para audiência de tentativa de conciliação entre os litigantes. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0221793-64.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: R.S.F. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 62), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0221919-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: S.R.L.S. - Vistos, Cuida-se de uma Ação de Cumprimento de Sentença de Alimentos, proposta por S. R. L. dos S., menor, representado por sua genitora S. G. L., que move em face de R. C. Dos S., todos devidamente identificados e qualificados desde o princípio. Às fls. 21, foi determinada a intimação do executado para pagar os valores do débito alimentício, no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 528, caput, do CPC. Então, antes mesmo que a secretaria deste juízo desse cumprimento as determinações judiciais, a parte exequente manifestou-se informando o pagamento dos valores devidos e requereu o arquivamento da demanda (fls. 43-46). Em suma, É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, considerando que, nessa demanda de execução de alimentos que tem como fundamento o artigo 528 do NCPC, entendo perfeitamente plausível e pertinente a procedência parcial da pretensão do polo passivo de fls. 439. Nesse diapasão, ressalte-se que o executado, Sr. R. C. dos S., efetuou o pagamento das parcelas cobradas no requerimento de fls. 18-19 (junho, junho e agosto/2016), acrescido das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais. Isto posto, com fundamento no que dispõe o art. 513, combinado com o art. 924, II, ambos do Novo Código de Processo Civil, DECLARO SATISFEITA A OBRIGAÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, devendo a secretaria diligenciar a respeito. Sem custas nos termos da Lei 1.060/50. I. R. P. CUMPRA-SE, com as cautelas de estilo.

ADV: ISABELA DA SILVA SANTOS (OAB 9869/AM), ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0222470-31.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: N.J.B.F. - Diante da juntada de fls. 117/118, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: SYLVIA DA COSTA NEGRÃO (OAB 1972/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0223736-53.2015.8.04.0001 (processo principal 0605529-38.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: Ana Laura Cavalcante dos Anjos e outro - EXECUTADO: Maiky dos Anjos Lima - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por A. L. C. dos A., menor representada por sua genitora, a Srª. L. P. C. D., em face de M. dos A. L., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 06/11. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 106, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 107 e 109. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 19 de maio de 2017, conforme juntada de petição de fls. 88, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0224306-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: G.S.C. e outro - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por A. S. da P., menor representada por sua genitora, a Srª. G. da S. C., em face de A. P., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 47, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 48. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 50, conforme certidão de fls. 51/52, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 11 de abril de 2017, conforme juntada de petição de fls. 27/28, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0230827-97.2015.8.04.0001 (processo principal 0204692-53.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Julieta Izuru Yasuda - Diante da juntada de fls. 113/114, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0231390-28.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: S.S.R. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 62), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0234434-94.2010.8.04.0001 (001.10.234434-6) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: B.S.V.T. - Diante do requerimento retro, INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0234766-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: D.W.L.S. - Vistos, Trata-se de uma Ação de Guarda cumulada com Alimentos e visitas, que foi formulada D. W. L. S., em face de D. S. A., ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular. Aconteceu que, durante a presente audiência de instrução e julgamento e após proposta intermediária do juízo, as partes formularam o acordo supracitado no que pertine, sendo o mesmo pertinente aos alimentos, guarda e direito de visitas/convivência acima explicitados. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo. É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram mesmo preservados os interesses do único filho que os acordantes tiveram em sua relação, um menino que vai completar no próximo dia 28 de fevereiro 04 (quatro) anos de idade, chamado E. D. A .S. Em face do exposto, nos termos do parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, decorrente da Emenda Constitucional nº 66/2010, porquanto o mesmo preenche todos os requisitos legais da espécie e, também, do artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, DECRETO A GUARDA COMPARTILHADA DO MENOR E. D. A .S., EM FAVOR DE SEUS GENITORES, o qual continuará morando na casa materna e o autor com direito a visitar e conviver com seu filho nas datas e horários marcados e HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes, em audiência; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição dos atos necessários, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0235325-42.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: E.F.S. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0235325-42.2015.8.04.0001 Ação:Cumprimento de Sentença/PROC Exequente: Advogada: M. E. S. F. e E. P. DOS S. N., representados por seu genitor EDUARDO DOS SANTOS FEIJÓ. Ana Carolina da Costa Magalhães OAB/AM 6477 ExecutadoSilvania Izidorio Santarém O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, Eduardo Feijó dos Santos, titular do RG n.º 15912000 e do CPF/MF sob o n.º 703.500.602-82, residente e domiciliado na Rua Raio de Luz, Bloco 441, N.º 402, Q. 65 ,Conj. Viver Melhor 2º Etapa, Santa Etelvina - CEP 69099-042, Fone: 3639-2450, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Cumprimento de Sentença/PROC n.º 0235325-42.2015.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0239012-27.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: I.C.S.D.M. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM) - Processo 0239060-49.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.S.S. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2º, parágrafo 2º, do Provimento nº 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0242316-97.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERENTE: F.W.S.R. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0242316-97.2016.8.04.0001 Ação:Cumprimento de Sentença/PROC Requerente:Advogado:Frank William Silva dos Reis Carlos Alberto Rodrigues de Souza OAB 6164/AM e Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa OAB 6857/AM RequeridoPriscila Farias de Castro O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, FRANK WILLIAM SILVA DOS REIS, titular do RG n.º 2067356-6 e do CPF sob o n.º 005.631.812-06, residente e domiciliado na Rua Juscelino Kubitschek, 14, Bairro da Paz - CEP 69090-001, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Cumprimento de Sentença/PROC n.º 0242316-97.2016.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0243234-72.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.A.S.S. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por E. A. S. S., e M. H. A. S. S., menor representada por sua genitora, a Srª. E. A. S. S., em face de F. G. da S., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 03/25. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 56, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 57. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 59, conforme certidão de fls. 60/61, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 07 de março de 2017, conforme juntada de petição de fls. 61, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0244350-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - AUTORA: L.C.M. e outro - Vistos, Tratam os presentes autos sobre um Ação de Cumprimento de Sentença, proposto por A. L. A. C. e L. H. A. C. menores representado por sua genitora a Srª e L. L. A., em face de U. dos S. C., conforme narrado da peça vestibular. Sendo que acompanhando a peça referida, foram juntados os documentos de fls. 26/33. Por este juízo despachou determinando a emenda de fls. 45, posto que a inicial não atendeu os requisitos previstos no art. 2º da Lei de Alimentos. É O RELATÓRIO. CONCLUSOS. DECIDO. Com efeito, em razão de que a demandante não observou as exigências do artigo 2º da Lei nº 5.478/68, especialmente no que tange ao "quantum" necessário para atender as necessidades do alimentando, bem como sobre a profissão e eventual local de trabalho do réu. Ora, como bem assevera Misael Montenegro filho (2016), "a ação de alimentos é fundada no binômio necessidade de quem pede versus possibilidade de quem deve. Assim o autor deve relacionar e comprovar as suas despesas mensais (para demonstrar a necessidade) e fazer prova dos ganhos mensais do réu (para demonstrar a possibilidade)", o que, deveras, não ocorreu. Veja-se que a parte autora não atendeu as deliberações judiciais (fls. 45), que determinavam a emenda à inicial e, ainda, cientificou o(a) Srª. L. L. A., por sua patrona, da sanção que lhe seria cominada, com base no que dispõe o artigo 321, parágrafo único e art. 330, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, prescindindo o caso concreto de maiores argumentações. A propósito, transcrevo doutrina ímpar de Nelson Nery Júnior, bem como julgado oriundo de umas das Câmaras Cíveis do E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, senão vejamos: "Indeferimento da petição inicial. Havendo o juiz dado oportunidade ao autor para emendar a inicial e, depois disso, ainda persistir o vício, deverá indeferir a exordial, sem determinar a citação do réu". (NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante. 7.ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003. p. 673). (Grifei e sublinhei). "Possível é a extinção do processo sem julgamento de mérito por indeferimento da inicial, nas hipóteses em que o autor não cumpre a determinação de emenda da exordial, nos termos do art. 284, do CPC" (Apelação Cível 1.0338.05.037963-9/001, 10ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Des. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA, j. 21.6.2006). (Idem). Isto posto, mesmo porque não sanado o vício da inicial, configurando obstáculo intransponível ao processamento da demanda, nos termos dos artigos 321, parágrafo único e 330, I, todos do Código de Processo Civil e, também, na forma do artigo 490, do citado Diploma Legal, INDEFIRO a inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito (CPC, artigo 485, I). Sem custas, por força da Lei 1.060/50. P.R.I. Cumpra-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELADIO SCHOLZ JUNIOR (OAB 17383/PE), ADV: ELISABETH DE AZEVEDO CABRAL CAVALCANTI (OAB 7302RN) - Processo 0246917-25.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDA: D.A.S.L. - Após as providências retro, bem como diante das juntadas e argumentos de fls. 891 e seguintes, por parte do Sr. A. C. DA C. L., INTIME-SE o lado adverso para o pronunciamento que lhe aprouver. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM) - Processo 0250886-77.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: A.M.V. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 57), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0251204-94.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: M.A.S.C. - INTIMEM-SE a parte requerida, através de seu(s) advogado(s) e via ECT, para informar a este juízo se concorda com a eventual extinção do processo por abandono da causa, ou se pretende prosseguir com a lide, neste caso, requerendo as providências que entender necessárias, nos termos do § 6º do artigo 485 do NCPC.

ADV: ILSON VIEIRA RUIZ (OAB 12739/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0253201-73.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.A. - REQUERIDO: P.R.A. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: ANTÔNIO ARAÚJO DE MORAES (OAB 5631/AM) - Processo 0255464-59.2008.8.04.0001 (001.08.255464-2) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERENTE: C.F.C. - REQUERIDO: O.M.O. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0259680-92.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: Harlen Silveira Pinho - INTIMEM-SE a parte requerida, através de seu(s) advogado(s) e via ECT, para informar a este juízo se concorda com a eventual extinção do processo por abandono da causa, ou se pretende prosseguir com a lide, neste caso, requerendo as providências que entender necessárias, nos termos do § 6º do artigo 485 do NCPC.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: MARCELO CAMPOS SCHRODER (OAB 002.499/AM) - Processo 0343758-24.2007.8.04.0001 (001.07.343758-2) - Interdição - REQUERENTE: M.G.C.A.S. e outros - REQUERIDO: M.J.C.F.A. e outro - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM) - Processo 0600623-63.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: Rozana Maria Vieira Alves - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, PAUTANDO-SE audiência de ratificação com as partes. 2. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOAO HERMINIO GUEDES REIAL (OAB 1260/RR) - Processo 0600802-94.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.A.O.P. - R.O.P. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL DIRETO, que foi proposta pelo Sr(es). E. A. de O. P. e R. de O. P., ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Ocorreu que, durante a regular tramitação do processo e até mesmo em contato direto no gabinete deste juízo de direito, a patrona dos divorciandos ratificou o acordo sob foco, envolvendo o divórcio propriamente dito e, em especial, no que diz respeito à guarda (compartilhada) e à pensão alimentícia do único filho que eles tiveram em seu matrimônio, a menor T. A. de O. P. De seu turno, embora tenha ponderado acerca das cláusulas relativas à guarda do filho menor, o representante do Ministério Público - na prática - declarou ser favorável a homologação do dito acordo. É O RELATÓRIO. DECIDO. 1. A partir da narrativa dos autos, denota-se que o consenso especificado pelos acordantes é plausível e suficiente para que a ação venha a ser finalizada, juntamente com a regularidade de tal pretensão conjunta e, também, à par da legitimidade dos interessados, segundo restou demonstrado desde o princípio. 2. Outrossim, considerando os inerentes direitos e deveres dos suplicantes, enquanto genitores e titulares do Poder Familiar que exercem sobre a menor T. A. de O. P., um menino de quase 02 (dois) anos de idade (a qual permanecerá na casa da genitora Srª E. A. de O. P.), e, portanto, como ponto principal desta sentença, ressalto que a presente ação consensual preserva os interesses de todos os envolvidos na mesma, em particular os da infante acima citada. 3. Ante o exposto, firme no embasamento dos parágrafos anteriores, DELIBERO DA SEGUINTE MANEIRA: (3.1.) HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, O ACORDO FIRMADO/RATIFICADO ENTRE AS PARTES, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, "b", do NCPC e nas demais normas da matéria; (3.2.) DECRETO O DIVÓRCIO DE E. A. de O. P. e R. de O. P., a qual voltará a usar seu nome de solteira (E. A. T. de O.); (3.3.) A GUARDA COMPARTILHADA DA INFANTE EM LUME, EM FAVOR DE SEUS GENITORES, sendo que ele continuará morando com o mãe, Srª. E. A. de O. P., que as visitas serão exercidas livremente; (3.4.) DETERMINO QUE OS REQUERENTES INFORMEM - DE IMEDIATO - QUALQUER ALTERAÇÃO DE MORADIA (Guarda de Fato) DO MENOR T. A. de O. P.; (3.5) Seja oficiada a fonte pagadora do Sr. R. de O. P., a saber: Secretaria Municipal de Administração - SEMAD/AM, localizada na Rua São Luiz, nº 416, Bairro Adrianópolis, Manaus/AM, CEP 69.057-750 para que esta proceda aos descontos referentes aos alimentos mensais, na porção de 20,5% (vinte virgula cinco por cento) dos seus rendimentos brutos, deduzidos apenas os descontos legais obrigatórios, incidindo sobre férias e décimo terceiro salário, os quais deverão ser depositados na conta nº Conta Corrente nº 22177-5, Agência 5926-9, Banco do Brasil, de titularidade da Srª. E. A. de O. P. e (3.6.), por último, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a secretaria diligenciar a respeito. 4. EXPEÇAM-SE, desde logo, o competente Mandado de Averbação e o mencionado Termo de Guarda Compartilhada. 5. P. R. INTIMEM-SE os divorciados, sua(s) advogada(s) e o Dr. Promotor de Justiça; e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a presteza que este divórcio reclama. 6. Sem custas, por força da Lei Federal nº 1.060/50. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM), ADV: WILSON SANTANA VENTURIM (OAB 101141/RJ) - Processo 0600900-84.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: W.S.V. - Diante da juntada de fls. 221/222, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0601120-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria da Conceição Costa Nunes - Vistos, Cuidam os autos sobre uma "AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM", que foi formulada por Maria da Conceição Costa Nunes e que tem relação direta com as 4 filhas que teve com o seu falecido companheiro, DOMINGO REPOLHO FERREIRA, sendo 3 delas ainda menores de idade, tudo conforme argumentos da inicial. Acompanhando a inicial, foram carreados

os documentos de fls. 06 e seguintes, entre eles as respectivas certidões de nascimento e óbito. Concedida a palavra a curadora das menores e ao Ministério Público, ambos concordaram com acordo entabulado pela requerente e sua filha mais velha, chamada MARIANA COSTA FERREIRA. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Desde logo, observando que a transação entabulada na presente audiência atende aos interesses da requerente e, principalmente, das menores acima citadas, uma vez que elas três moram com sua irmã e genitora, bem como denotando a regularidade da manifestação de vontades, ao tempo em que não vislumbramos qualquer situação que o impossibilite, entendo plausível pertinente que seja homologado o acordo sob foco. Ante o exposto, HOMOLOGO NA INTEGRA o acordo aqui descrito, para todos os efeitos legais, inclusive quanto à renúncia que fizeram ao prazo recursal; DECLARO que a autora e o falecido, DOMINGO REPOLHO FERREIRA, viveram em União Estável ao longo de 18 (dezoito) anos isto é de janeiro de 1998 até julho de 2016, quando o mencionado companheiro da requerente veio a óbito; e, por último, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, haja vista outro pleito conjunto e o que prevê a Lei nº 1.060/50. PROVIDENCIE-SE o necessário para o seu cumprimento. Sentença publicada e cientes as partes em audiência. Tudo providenciado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo. CUMPRA-SE

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0601123-32.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: K.F.N. - RECEBO a emenda retro. DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: AUGUSTO GONÇALVES GUIMARAES NETO (OAB 9830/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM), ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM), ADV: MÁRIO VITOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: JANETE MARIA NEVES DE SOUSA (OAB 8626/AM) - Processo 0601173-34.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - AUTOR: K.G.Y.M. e outro - REQUERIDO: R.T.Y. - PAUTE-SE data para audiência de tentativa de conciliação entre os litigantes, o mais breve que for possível. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0601316-52.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: A.V.B. e outros - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 110), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0601593-63.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.S.V. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL DIRETO, que foi proposta pelo Sr(es). V. S. V. e S. C. V., ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Ocorreu que, durante a regular tramitação do processo e até mesmo em contato direto no gabinete deste juízo de direito, a patrona dos divorciandos ratificou o acordo sob foco, envolvendo o divórcio propriamente dito e, em especial, no que diz respeito à guarda (compartilhada) e à pensão alimentícia dos filhos que eles tiveram em seu matrimônio, os menores N. A.V. e N. S. V. De seu turno, embora tenha ponderado acerca das cláusulas relativas à guarda da filha menor, o representante do Ministério Público - na prática - declarou ser favorável a homologação do dito acordo. É O RELATÓRIO. DECIDO. 1. A partir da narrativa dos autos, denota-se que o consenso especificado pelos acordantes é plausível e suficiente para que a ação venha a ser finalizada, juntamente com a regularidade de tal pretensão conjunta e, também, à par da legitimidade dos interessados, segundo restou demonstrado desde o princípio. 2. Outrossim, considerando os inerentes direitos e deveres dos suplicantes, enquanto genitores e titulares do Poder Familiar que exercem sobre os menores N. A.V. e N. S. V., a qual os menores permanecerão na casa da genitora, o pai terá o direito as visitas nos finais de semana alternados, e, portanto, como ponto principal desta sentença, ressalto que a presente ação consensual preserva os interesses de todos os envolvidos na mesma, em particular os da infante acima citada. 3. Ante o exposto, firme no embasamento dos parágrafos anteriores, DELIBERO DA SEGUINTE MANEIRA: (3.1.) HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, O ACORDO FIRMADO/RATIFICADO ENTRE AS PARTES, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, “b”, do NCPC e nas demais normas da matéria; (3.2.) DECRETO O DIVÓRCIO DE V. S. V. e S. C. V.; (3.3.) A GUARDA COMPARTILHADA DA INFANTE EM LUME, EM FAVOR DE SEUS GENITORES, sendo que ela continuará morando com o mãe, a Srª V. S. V.; (3.4.) DETERMINO QUE OS REQUERENTES INFORMEM - DE IMEDIATO - QUALQUER ALTERAÇÃO DE MORADIA (Guarda de Fato) DOS MENORES N. A.V. e N. S. V., especificando na Secretaria desta 6ª Vara de Família, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, o novo endereço e as visitas e convivência de um e do outro; (3.5) tendo em vista que os menores estão residindo com a mãe a Srª V. S. V., o genitor pagara 30% (trinta por cento) de seus rendimentos, excluindo os descontos legais, a ser descontado em folha de pagamento, que seja enviado oficio para a empresa ORSEL, localizada na rua Camapuã, nº 15, cidade nova CEP 69097-720 e depositado na conta poupança nº 00059018-0, operação 013, agencia 2853, banco da caixa econômica federal, em nome da genitora; e (3.6.), por último, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a secretaria diligenciar a respeito. 4. EXPEÇAM-SE, desde logo, o competente Mandado de Averbação e o mencionado Termo de Guarda Compartilhada. 5. P. R. INTIMEM-SE os divorciados, sua(s) advogada(s) e o Dr. Promotor de Justiça; e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a presteza que este divórcio reclama. 6. Sem custas, por força da Lei Federal nº 1.060/50. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: SAMEA ALBUQUERQUE DA COSTA SARE (OAB 12810-A/PA) - Processo 0601648-19.2016.8.04.0001 - Tutela - Tutela e Curatela - REQUERENTE: T.A.A.X. e outros - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: LAUDICEIA DE OLIVEIRA CORREA (OAB 8081/AM) - Processo 0601807-54.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.G.S. - REQUERIDA: B.M.G.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 25/07/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDA PRECATÓRIA COMARCA DE GUARULHOS/SP.

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM), ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM) - Processo 0601929-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Fabia Campos de Menezes - Diante da juntada de fls. 50/52, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: REGIANE ARAÚJO DA SILVA MELO (OAB 10757/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0601937-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDO: E.C.S. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, PAUTANDO-SE audiência de instrução e julgamento. 2. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0602169-56.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.V.S.N. - T.S.S. - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, “b”, do Código de Processo Civil, DECRETO, por sentença, o divórcio de M. V dos S. N e T da S. S, que se regerá pelas condições constantes do acordo firmado na petição de de fls. 23/27.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0602600-90.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Elesmara Maciel da Silva - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: ANGELITO EVANGELISTA QUEIROZ (OAB 2966/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0602879-18.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: CRISTIANNE VILHENA ALMEIDA - REQUERIDO: LINEKER DA SILVA MAIA - ATENDA-SE o requerimento retro, INTIME-SE a parte executada para juntar aos autos o comprovante dos pagamentos dos débitos alimentares referentes aos meses de junho, julho e agosto de 2017, no prazo de 15) dias. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0602890-08.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.P.F.J. - E.S.G. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL DIRETO, que foi proposta pelo Sr (es). E. P. de F. J. e E. S. G., ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Ocorreu que, durante a regular tramitação do processo e até mesmo em contato direto no gabinete deste juízo de direito, a patrona dos divorciandos ratificou o acordo sob foco, envolvendo o divórcio propriamente dito e, em especial, no que diz respeito à guarda (compartilhada) e à pensão alimentícia da única filha que eles tiveram em seu matrimônio, a menor E. S. F. De seu turno, embora tenha ponderado acerca das cláusulas relativas à guarda da filha menor, o representante do Ministério Público - na prática - declarou ser favorável a homologação do dito acordo. É O RELATÓRIO. DECIDO. 1. A partir da narrativa dos autos, denota-se que o consenso especificado pelos acordantes é plausível e suficiente para que a ação venha a ser finalizada, juntamente com a regularidade de tal pretensão conjunta e, também, à par da legitimidade dos interessados, segundo restou demonstrado desde o princípio. 2. Outrossim, considerando os inerentes direitos e deveres dos suplicantes, enquanto genitores e titulares do Poder Familiar que exercem sobre a menor E. S. F., uma menina de 01 (um) anos de idade (a qual permanecerá na casa da genitora Srª E. S. G.), e, portanto, como ponto principal desta sentença, ressalto que a presente ação consensual preserva os interesses de todos os envolvidos na mesma, em particular os da infante acima citada. 3. Ante o exposto, firme no embasamento dos parágrafos anteriores, DELIBERO DA SEGUINTE MANEIRA: (3.1.) HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, O ACORDO FIRMADO/RATIFICADO ENTRE AS PARTES, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, "b", do NCPC e nas demais normas da matéria; (3.2.) DECRETO O DIVÓRCIO DE E. P. de F. J. e E. S. G., a qual permanecerá a usar seu nome, pois não houve alteração; (3.3.) A GUARDA COMPARTILHADA DA INFANTE EM LUME, EM FAVOR DE SEUS GENITORES, sendo que ela continuará morando com o mãe a Srª. E. S. G.; (3.4.) DETERMINO QUE OS REQUERENTES INFORMEM - DE IMEDIATO - QUALQUER ALTERAÇÃO DE MORADIA (Guarda de Fato) DA MENOR E. S. F.; (3.5) que seja decretado o desconto com o percentual de 10% (dez por cento) do salário liquido do genitor, a titulo de pensão alimentícia em favor da menor (E. S. F.), deduzidas as contribuições legais disposta, devendo este percentual incidir também sobre o 13º (decimo terceiro) do salário e ferias, que seja expedido a sede da Policia Militar do estado do Amazonas, com endereço a Rua Benjamim Constant, nº 2150, Petrópolis, CEP 69063-01, devendo ser expedido oficio para efetivação do desconto em folha, na conta poupança da genitora a Srª E. S. G., CPF. 054.690.662-15, Banco Bradesco, Agencia - 2690, Conta Poupança nº 54227-0; e (3.6.), por último, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a secretaria diligenciar a respeito. 4. EXPEÇAM-SE, desde logo, o competente Mandado de Averbação e o mencionado Termo de Guarda Compartilhada. 5 .P. R. INTIMEM-SE os divorciados, sua(s) advogada(s) e o Dr. Promotor de Justiça; e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a presteza que este divórcio reclama. 6. Sem custas, por força da Lei Federal nº 1.060/50. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: ZULMIRA GUEDES DE SOUZA (OAB 3902/AM) - Processo 0602918-73.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Salomao Miguel Chaibe Neto - REQUERIDO: Alexandre Samiir da Frota Chaibe - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/05/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: MARCINEI BRITO DE SOUZA LIMA (OAB 8258/AM) - Processo 0602921-28.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: C.P.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM) - Processo 0602960-59.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Noemia Souza do Nascimento - 1. ATENDA-SE o requerimento retro, PAUTANDO-SE audiência para entrevista do interditando, nos termos do art. 751 da lei Processual Civil. com as partes. 2. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADRIANA ARAÚJO PORTO (OAB 10851/AM), ADV: FELIPE LENHARD (OAB 7762/AM), ADV: ROSEMARY SOUZA DE QUEIROZ (OAB 11054/AM) - Processo 0603392-49.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Keyth Andressa Soares da Silva - REQUERIDO: Dalton Henrique Moura de Aquino - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM) - Processo 0603731-37.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.A.S.L. - REQUERIDO: C.O.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/07/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO PRECATÓRIA / TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0604145-74.2014.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: L.C.S. - Tendo em vista o que dispõe o inciso I do art. 494 do NCPC, CORRIJO o erro material dá sentença de fls. 132/134, para que, no tópido "DO DISPOSITIVO" da sentença passe a constar: "POSTO ISSO, na forma do art, 487, I do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido e declaro que a autora e o requerido viveram em união estável de 21/12/1996 até outubro/2013, julgando o processo com resolução de mérito", mantidos os demais termos da decisão. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM) - Processo 0604584-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Família - REQUERENTE: L.M.S.S. - Diante do requerimento retro, INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: VERÔNICA DA SILVA E SILVA (OAB 12757/AM) - Processo 0604964-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: P.A.P. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro

Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 06/05/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM) - Processo 0605387-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM) - Processo 0605409-87.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.S.B. - Diante da juntada de fls. 28, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM) - Processo 0605496-09.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seção Cível - REQUERENTE: M.F.S.A. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 96, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: PRISCILLA NOGUEIRA FRANÇA (OAB 3340/AM) - Processo 0605532-51.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.A.L.O. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 17, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0605542-95.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.O.C. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Oportunamente voltem concluso para decisão. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: NADIA PATRICIA NEGREIROS GUERRA (OAB 26418/PA) - Processo 0606018-36.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: D.C.P.Q. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 30/04/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM) - Processo 0606316-28.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.G.S.F. - D.C.R.S. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL DIRETO, que foi proposta por R. G. S. F. e D. C. R. S, ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Os autores ingressaram com o pedido de divórcio, definição da condições de guarda compartilhada, visitas e alimentos para a única filha, a menor L. R. S. Deixo consignado que o representante do Ministério Público declarou ser favorável a homologação do dito acordo às fls. 24. É O RELATÓRIO. DECIDO. 1. A partir da narrativa dos autos, denota-se que o consenso especificado pelos acordantes é plausível e suficiente para que a ação venha a ser finalizada, juntamente com a regularidade de tal pretensão conjunta e, também, à par da legitimidade dos interessados, segundo restou demonstrado desde o princípio. 2. Ante o exposto, firme no embasamento dos parágrafos anteriores, DELIBERO DA SEGUINTE MANEIRA: (3.1.) HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, O ACORDO FIRMADO/RATIFICADO ENTRE AS PARTES, às fls. 01-07, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, "b", do NCPC e nas demais normas da matéria; (3.2.) DECRETO O DIVÓRCIO DE R. G. S. F. e D. C. R. S , a qual voltará a usar seu nome de solteira (D. C. R.), e (3.3.) A GUARDA COMPARTILHADA DA INFANTE EM LUME, EM FAVOR DE SEUS GENITORES, sendo que ela continuará morando com a sua geniotra; (3.4.); E (3.5.), por último, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a secretaria diligenciar a respeito. 4.EXPEÇAM-SE, desde logo, o competente Mandado de Averbação, mencionado Termo de Guarda Compartilhada e os Formais de Partilha se necessário. 5. P. R. INTIMEM-SE os divorciados, sua(s) advogada(s) e o Dr. Promotor de Justiça; e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a presteza que este divórcio reclama. 6. Sem custas, por força da Lei Federal nº 1.060/50. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0606735-19.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Lucas da Costa Amorim - DEFIRO o pedido de dilação de prazo de fls. 92. Prazo: 30 (trinta) dias. Transcorrido o prazo ou havendo manifestação da parte interessada, VOLTEM - ME os autos concluso. CUMPRA-SE.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0606754-93.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: M.S.F. - EXEQUENTE: M.A.S. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Execução de Alimentos, que foi formalizada por C. M. da S. F., menor, representado por sua genitora, a Sra. M. A. da S., em face de E. B. F., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. No curso do processo, a parte autora foi pessoalmente intimada para dar andamento ao feito (fls. 56), não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 80. Deixo consignado, que foi feita a intimação da parte autora, via edital, na tentativa de que fosse promovido os atos e diligências do feito às fls. 76. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de ação de Execução de Alimentos em que pende diligência não cumprida pela parte autora. O processo está paralisado por tempo superior a 30 (trinta) dias, por inércia da parte requerente, que não promoveu os atos necessários ao seu regular andamento. Intimada por seu procurador e também pessoalmente para dar prosseguimento, na forma do que prescreve o art. 485, III e § 1º do CPC, a parte autora deixou transcorrer o prazo que lhe foi assinado sem qualquer manifestação, de modo que a extinção é medida que se impõe. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: GILMAR RAPOSO DA CÂMARA (OAB 5501/AM) - Processo 0606903-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: V.F.N. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0606937-30.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Fernanda Ribeiro dos Anjos e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO - 05 dias - Interesse no Feito

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0606968-45.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Geane Borge de Almeida - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 32, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: JORGE LUIZ VIANA DE CARVALHO (OAB 8291/AM) - Processo 0607105-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Abandono Material - REQUERENTE: R.S.C. - REQUERIDO: M.M.L.F. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Justificação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 28/03/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM) - Processo 0607140-84.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.P.C. - R.S.C. - Isto posto, considerando a mencionada manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, DECRETO o divórcio do de M. P. da C. e R. S. da C., a qual voltará a usar seu nome de solteira (R. L. S.) e HOMOLOGO na íntegra o acordo de fls. 01-06, para que surta todos os efeitos legais; JULGANDO O PROCESSO, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, b do Código de Processo Civil. Isento de custas, na forma do art. 98 do CPC e da Lei nº 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o competente mandado de averbação para o Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais, inclusive no que tange ao nome conjugal; OFICIE-SE ao órgão empregador (se necessário) e, ao final, EXPEÇA(M)-SE o termo de guarda. Tudo providenciado, DÊ-SE baixa e proceda-se o devido arquivamento.

ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0607242-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ASSISTENTE: E.M.A. - ALIMENTAND: A.J.M.A. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ÉDER ANTÔNIO BELLO COSTA (OAB 6921/AM) - Processo 0607279-36.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.P.C. - ALIMENTAND: M.F.P.A. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: MYLLA CHRISTIE VASCONCELOS SAIDT (OAB 12691/AM) - Processo 0607306-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.S. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. 2. DESIGNE-SE data para audiência de conciliação e julgamento. 3. CITE-SE a parte requerida e intime-se a parte autora a fim de que compareçam na audiência designada, acompanhados de seus procuradores e de suas testemunhas, importando a ausência da parte requerida em confissão e revelia, e a da parte autora em arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º). 4. CONSTE do mandado de citação que se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, seguindo-se a instrução, tudo na forma do disposto nos arts. 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUCYCLEIDE CAMURÇA FERREIRA (OAB 12626/AM) - Processo 0607522-14.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: S.S.A. - REQUERIDA: F.C.P. - Isto posto, fundamentando no artigo 3º, II, do Código Civil Brasileiro; ACOLHO A PRETENSÃO AUTORAL; DECRETO a interdição pleiteada, declarando-se o(a) interditando(a), F do C. P., como incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, não alcançando o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto; nomeando-lhe como curadora definitiva o(a) requerente, Sr(a). S da S. A, cuja curatela ficará restrita exclusivamente as direitos de ordem patrimonial e negocial, consoante art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); E JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Destarte, CUMPRA-SE o que prevê o citado artigo 755, § 3º, especificamente no que se refere a inscrição da interdição no registro de pessoas naturais, bem como a imediata publicação desta sentença no DJE, na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça- CNJ e na imprensa local, expedindo-se, para tanto, o competente edital. Por fim, INTIME-SE o(a) curador(a) para: a) prestar contas a este juízo, anualmente, da sua administração, com a apresentação do balanço do respectivo ano, nos termos do art. 553 e § 2º do art. 763, ambos do NCPC c/c art. 1756 do Código Civil Brasileiro; b) tomar ciência quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 a 91 do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015; c) tomar ciência que a venda de quaisquer bens em nome do(a) interditado(a) dependerá de expressa autorização judicial.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0607892-27.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.A.M. - DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil.Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM), ADV: RODOLFO MACHADO REIS (OAB 11036/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0607892-27.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.A.M. - EDITAL DE INTIMAÇÃO - 05 dias - Interesse no Feito

ADV: ORLANDO BRASIL DE MORAES (OAB 5636/AM) - Processo 0608084-86.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.H.P.N. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 30/04/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0608270-46.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Aderbal Junior de Melo Miranda - Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0608342-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.Q.P. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0608424-30.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.N.S.L. - Certifico que, em 21/02/2019 , recebi os presente autos oriundos do Setor de Distribuição, (Peticionamento Eletrônico), razão pela qual submeto-os conclusos ao MM. Juiz de Direito, Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular da 6ª Vara de Família. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM) - Processo 0609234-15.2013.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.G.S. e outro - Antes de qualquer outra manifestação, PROCEDAM-SE no SAJ/PG-5: a) a evolução da classe processual para "Cumprimento de Sentença"; b) as retificações necessárias em relação as partes e seus representantes e, c; a reativação dos presentes autos, se for o caso. Tudo providenciado, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. À Secretaria para as providências necessárias e com a urgência que a lide reclama.

ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0609278-24.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.P.G.P.G. - 1. DEFIRO os suscitados benefícios da assistência judiciária gratuita, nos ermos do art. 98 do CPC. 2. Outrossim, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: NATASHA YASMINE CASTELO BRANCO DONADON (OAB 9992/AM) - Processo 0609580-58.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: NICOLY VICTÓRIA SOUZA CHAGAS - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS Autos nº:0609580-58.2016.8.04.0001 Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC Requerente:N.V.S.C, Representado(a) por sua Mãe Ana Rita Souza de Farias RequeridoMARCELO CHAGAS O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, N.V.S. C, Representada por sua Mãe Ana Rita Souza de Farias, titular do RG n.º 1300128-0 e do CPF sob o n.º 438559112-15, residente e domiciliada na Rua Santos Dias (Riacho Doce I),Nº 81, Cidade Nova 1 - CEP 69095-168, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC n.º 0609580-58.2016.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0609768-51.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.G.S. - ATENDA-SE o requerimento retro, no que tange a consulta do endereço da parte requerida junto ao Sistemas (SIEL/INFOJUD/RENAJUD/BACENJUD). À Secretaria, DILIGENCIE-SE para a realização da consulta, via Sistemas , em nome do Sr. M. V. de O. S., certificando o resultado.

ADV: LAUDICEIA DE OLIVEIRA CORREA (OAB 8081/AM) - Processo 0610287-60.2015.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Claudete Maria Mendes Ciarlini - REQUERIDA: Cristina Oliveira Duarte - TERCEIRA: Nívea Ferreira dos Santos - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0610812-37.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: F.T.S.S. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0611595-29.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Multa de 10% - EXEQUENTE: A.M.G.N. - Diante da juntada retro, ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação do requerido na forma e local ali indicados, devendo ser observado a determinação de fls. 30. Int. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0611683-04.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: H.S.S.C. e outro - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, que foi formalizada por H. S. S. C. e M. P. S. C., menor representada por sua genitora, a Srª. R. M. S. de S., em face de D. L. C., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 06/12. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 57, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 58. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 60, conforme certidão de fls. 61/62, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 23 de maio de 2018, conforme ata de audiência de fls. 45/46, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM), ADV: DOUGLAS REIS DA SILVA (OAB 10368/AM), ADV: AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM), ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM) - Processo 0612815-62.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.M.C. - REQUERIDO: M.G.S. - ASSISTIDO: M.M.G.M. - 1. Em razão da juntada de fls. 67/91, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0612843-35.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ALIMENTAND: A.P.A. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que

as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0613945-87.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.L.R. - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao feito, praticando os atos que lhe competir, ou seja: informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); 3. Persistindo a inércia, INTIME-SE o(a) autor(a) pessoalmente, por mandado, e para a mesma finalidade, num prazo de 5 (cinco) dias (idem, 485, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do disposto no art. 274, parágrafo único, também, do NCPC; 4. Não havendo manifestação, sendo caso de intervenção obrigatória, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0615528-15.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Graciete de Abreu Corrêa - Vistos, Tendo em vista o(s) argumento(s) da peça retro e o fato de que, portanto, ainda não foi juntada aos autos a documentação relativa à determinação judicial anterior (fls. 311/312); DELIBERO NO SENTIDO DE PRORROGAR - POR MAIS 15 (QUINZE) DIAS e pela vez derradeira - O PRAZO PARA AS PROVIDÊNCIAS MENCIONADAS NOS ITENS 5.1., 5.2. E 5.3. DA FOLHA 312, devendo a Sra. Diretora de Secretaria diligenciar a respeito. Nesse diapasão, transcrevo ensinamento da obra "Código de Processo Civil comentado e interpretado", por Mizael Montenegro Filho, Editora Atlas, página 83: "Necessidade de autorização do magistrado para prorrogação do prazo: Os primeiros quinze dias são garantidos ao advogado (e a própria parte) de forma automática, independentemente de permissão judicial. Para a prorrogação do prazo, a autorização de que cuidamos se mostra necessária, por meio de decisão de natureza interlocutória (segundo pensamos), não podendo ser qualificada como simples despacho que ordena a marcha do processo". Intime-se e CUMPRA-SE, através do patrono constituído pela requerente, sob pena do efetivo arquivamento do processo e suas consequências.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0616281-40.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.C.S. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS Autos nº:0616281-40.2013.8.04.0001 Ação:Cumprimento de Sentença/PROC Requerente:Advogado:Almerindo Castro dos Santos Beatriz Botinelly Cunha e Silva RequeridoZildete da Silva Santos O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, ALMERINDO CASTRO DOS SANTOS, titular do RG n. 1166329-4 SSP/AM, inscrita no CPF sob n.648.817.332-49, residente nesta cidade e domiciliada na Rua São Vicente Paula, n. 333, Bairro Novo Israel, CEP: 69.000-000, Manaus/AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Cumprimento de Sentença/PROC n.º 0616281-40.2013.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0616419-65.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERIDA: A.L.B. - Diante da juntada retro, INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0616764-02.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.A.A. e outro - Vistos, Tratam os presentes autos de AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA, proposta por A. G. A. de A. M, em face de A. M. L., ambos devidamente identificados e qualificados no feito. Compulsando o caderno processual, denoto que já foi expedido o pretendido ofício ao órgão empregador (fls. 144). Concedida vista ao Ministério Público, seu representante exarou o parecer de fls. 124/125, pugnando pela extinção do processo. SUCINTAMENTE É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, observo que o objeto da presente ação foi atendido com a expedição do dito documento, em 22 de agosto de 2018, sendo que não consta nos autos informação de que a ordem judicial esteja sendo descumprida, motivo pelo qual falta, neste momento, o interesse no prosseguimento da presente causa pela perda do objeto. Diante disso, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas, por força da Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as providências de estilo.

ADV: DILZA AGUIAR SOUTO (OAB 12459/AM), ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM) - Processo 0616853-93.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.C.G. e outro - REQUERIDO: J.P.N.O. - DEFIRO o pedido de dilação de prazo de fls. 183. Prazo: 30 (trinta) dias. Transcorrido o prazo ou havendo manifestação da parte interessada, VOLTEM - ME os autos concluso. CUMPRA-SE.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM) - Processo 0617226-85.2017.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: R.A.L.S. e outro - Ante a juntada da petição retro, OFICIE-SE ao Juízo da Comarca de novo Airão, solicitando informações sobre o eventual cumprimento do expediente de fls. 32. CUMPRA-SE.

ADV: REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM) - Processo 0618915-04.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.G.M. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM) - Processo 0619001-77.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: STEFANO GARCIA SISTI - REQUERIDA: Cristina Duque Sisti - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0619279-05.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: A.L.G.C. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0619335-09.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Execução Provisória - EXEQUENTE: M.B.I. - 1. CERTIFIQUE-SE acerca dos argumentos da peça retro; 2. Em seguida, VOLTEM-ME conclusos; 3. Int. CUMPRA-SE, com a URGÊNCIA, que o caso requer.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0619335-09.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Execução Provisória - EXEQUENTE: M.B.I. - Vistos, Narram os autos acerca de uma Ação de Execução de Pensão Alimentícia,

fundamentada no artigo 528, § 1º, do Código do Processo Civil, na qual ambas as partes estão devidamente identificadas e qualificadas na inicial, ou seja, a exequente M. B. I. e o executado A. D. I., os dois regularmente identificados e qualificados desde o princípio. Sendo que o polo passivo, devidamente citado, segundo informação(ções)/ certidão(ões) constante(s) dos autos, notadamente a partir do disposto às fls. 55, não pagou a dívida em lume, mas apenas procurou justificar a impossibilidade do pagamento de tão alta quantia, primeiro com as petições de fls. 71/81 e 150/152 e depois através da peça de fls. 192/193, alegando excesso de execução. Outrossim, concedida vista ao Ministério Público, seu representante nesta 6ª Vara de Família e Sucessões posicionou-se de forma favorável à decretação da prisão do réu (fls. 204/205), o que foi reiterado às fls. 217/2018. EM SUMA, É O RELATÓRIO. DECIDO. Inicialmente, permito-me consignar que estamos tratando de uma medida coercitiva de elevada excepcionalidade, porquanto sabemos que a prisão civil do devedor de alimentos tem respaldo legal (ratificado no Novo Código de Processo Civil) e constitucional (CF, artigo 5º, LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel); e, assim, como acontece em algumas situações, entre elas a deste processo, é de extrema eficácia. (Grifei e sublinhei). Pois bem, ocorreu que o devedor A. D. U. I. (cidadão qualificado como empresário e corretor de imóveis, o que foi afirmado pela parte suplicante e declarado pelo réu, ou seja, acerca da possibilidade/capacidade do alimentante e a necessidade da/s pessoa/s alimentada/s) foi citado regularmente para o pagamento da dívida em lume, com a clara advertência da possibilidade da sua prisão. Entretanto, ele nada providenciou, afora a(s) simplória(s) tentativa(s) de justificação, fatos que vêm causando sérios transtornos à dona E. A. B. R. e aos sua filha M. B. I. Finalmente, recordo as providências tomadas por esse julgador, às fls. 190 (concedendo nova oportunidade para pagamento) e as fls. 194 (referente a penhora on line no BACENJUD), que foi uma Decisão Interlocutória fulcrada em cristalina doutrina e robusta jurisprudência do Direito de Família brasileiro e que decorreu de apelos da requerente e de seu patrono. Ante o exposto, restando configurada a sua efetiva necessidade e em harmonia com o pronunciamento ministerial (fls. 204/205), DECRETO a prisão civil do Executado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, ressaltando que, efetuado o pagamento, a ordem de prisão será revogada, após a expedição do competente Alvará de Soltura. EXPEÇA-SE o competente Mandado de Prisão, em cujo cumprimento deverão ser observadas todas as formalidades legais atinentes à espécie, cientificando o Executado do motivo da prisão, recolhendo-o à Delegacia Especializada em Capturas e Polinter, à disposição deste Juízo. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ VICENTE PEREIRA CARNEIRO (OAB 7283/AM) - Processo 0620304-24.2016.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: H.C.V.R. - REQUISITE-SE, mediante novo ofício a Secretaria Estadual de Saúde (SUSAM), nos moldes do anterior, devendo constar o prazo de 05 (cinco) dias para o seu cumprimento, e a advertência do artigo 330 do CPB, sob pena de aplicação de multa em caso de desobediência. CUMPRA-SE, com urgência.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0620550-49.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: V.A.M. - Diante da juntada de fls. 72/73, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: EDNEY DOS SANTOS MELO (OAB 10310/AM) - Processo 0620779-43.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.C.S.S. - Diante da juntada de fls. 177/178, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0620802-23.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.D.A. - REQUERIDA: S.M.G.S. - S.D. de A. ajuizou a presente em face de S. M. G. de S., visando obter a exoneração da pensão alimentícia, nos termos dos artigos 1.699 do Código Civil e o 15 da Lei de Alimentos. Às fls. 152 a parte requerida noticia o falecimento da parte alimentante. Tal fato implica a extinção do processo sem conhecimento de mérito, na medida em que o direito material perseguido em juízo é personalíssimo e, como tal, intransmissível. Veja-se que é característica fundamental do direito de alimentos na lição de Yussef Said Cahali o fato de se tratar de direito personalíssimo. Isto porque, objetivando "preservar a vida do indivíduo, considera-se direito pessoal no sentido de que a sua titularidade não passa a outrem, seja por negócio jurídico, seja por fato jurídico". E, não sendo possível a transmissão de tal direito aos herdeiros, a hipótese é de extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do que prescreve o art. 485, inc. IX, do CPC, circunstância, inclusive, que pode ser conhecida de ofício, nos termos do que prescreve o § 3º, de referida norma. Como mão à luva, a lição de Humberto Theodoro Junior a respeito da intransmissibilidade da ação: A intransmissibilidade da ação, como causa impeditiva de prosseguimento da relação processual, está ligada ao direito material controvertido. É consequência de sua natureza (direito personalíssimo) ou de expressa vedação legal à transmissão do direito subjetivo. Morto o titular do direito intransmissível, o próprio direito se extingue com a pessoa do seu titular. Não há sucessão, nem de fato nem de direito. Isso se dá, por exemplo, com a ação de divórcio e a de alimentos. Falecida a parte, no curso de causa dessa natureza, o processo há de encerrar-se, sem atingir julgamento de mérito, por dissolução ipso iure da relação processual, que sem um dos seus sujeitos não tem como subsistir. Na mesma linha tem sido o posicionamento da jurisprudência: Civil. Ação ordinária. Reconhecimento e dissolução de união estável. Celebração de acordo com fixação de alimentos em favor da ex-companheira. Homologação. Posterior falecimento do alimentante. Extinção da obrigação personalíssima de prestar alimentos. Impossibilidade de transmissão ao espólio. 1. Observado que os alimentos pagos pelo de cujus à recorrida, ex-companheira, decorrem de acordo celebrado no momento do encerramento da união estável, a referida obrigação, de natureza personalíssima, extingue-se com o óbito do alimentante, cabendo ao espólio recolher, tão somente, eventuais débitos não quitados pelo devedor quando em vida. Fica ressalvada a irrepetibilidade das importâncias percebidas pela alimentada. Por maioria. 2. Recurso especial provido. (REsp 1354693/SP 2ª Seção Relª. Minª. Maria Isabel Gallotti Rel. p/ Acórdão Min. Antonio Carlos Ferreira 2ª Seção j. em 26.11.2014 DJe 20.02.2015) Em face do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com fundamento no que dispõe o art. 485, inc. IX, do CPC, revogada eventual decisão de tutela de urgência, sem prejuízo da cobrança de eventuais valores em aberto perante o juízo sucessório; Sem custas, nos termos da lei 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e obedecidas as demais formalidades legais, arquivem-se.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: THAIS VASQUES DE BRITO (OAB 12592/AM), ADV: FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 12751/AM), ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM) - Processo 0620906-44.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.B.P. - Diante da deliberações de fls. 40/41, INTIME-SE o(a) requerente (a) por seu patrono(a) para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0621297-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria Clevia Paiva Ferreira - REQUERIDO: José Olimpio de Almeida - 1. ABRA-SE vista - obrigatória - ao Ministério Público (NCPC, art. 178, II). 2. DESIGNE-SE data para audiência de instrução e julgamento, com a brevidade que for possível, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 3. DEFIRO a produção de prova documental e testemunhal. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de

Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0621685-67.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.S.L. - REQUERIDO: E.F.T. - Diante do requerimento retro, INTIMEM-SE a parte requerente, por seus patronos, para que compareçam pessoalmente nas Divisões de Serviço Social e Psicologia do Fórum Ministro Henoch Reis, 5º andar, setor 1, no dia 21/03/2019 as 08:30, munidas de seus documentos pessoais, para que seja agendada a entrevista com os profissionais responsáveis pelo estudo psicossocial determinado, sob pena de extinção (CPC, art. 485,III).

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: ALESSANDRA DANIELE DE CARVALHO COSTA GUERREIRO (OAB 7778/AM) - Processo 0621746-25.2016.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.C.U.I. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0621844-73.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: J.O.B. - REQUERIDO: M.P.L. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 81), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0622503-19.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.P.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: FRANCINILDE DE OLIVEIRA GALUCIO (OAB 13506/AM) - Processo 0623123-60.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: P.C.N. - Trata-se de uma ação de investigação de paternidade que foi proposta por P de C. N., em face de M. S de N. C, representada por L. S de N. C., pleiteando a desconstituição do registro de nascimento, ao argumento de não ser o pai biológico da ré. Partes devidamente identificadas e qualificadas nos autos. Foi realizado o exame de DNA, cujo resultado foi positivo (fls. 44). Durante a audiência de tentativa de conciliação (fls. 48), foi firmado quanto aos alimentos. O Ministério Público manifestou-se favorável à procedência do pedido e homologação do acordo alimentício. Sucintamente, o relatório. A ação é de investigação de paternidade fundamentada no artigo 1.601 do Código Civil, em que o exame de DNA, positivo, e o reconhecimento da paternidade não deixam dúvida: o autor é o pai biológico de M. S de N. C. Decidida essa questão, as partes conciliaram quanto aos alimentos, guarda e direito de convivência. Em razão disso, com fulcro no art. 487, I do CPC, REJEITO o pedido de principal e HOMOLOGO, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formalizado no termo de fls. 48/50, relativamente, guarda, alimentos e visitas, com o qual concordou expressamente o Ministério Público, o que faço na forma do art. 487, III, "b", do Novo Código de Processo Civil, JULGANDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. OFICIE-SE ao órgão empregador, se necessário. Sem custas, nos termos da Lei nº 1.060/50. P.R.I. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o mandado de averbação com os dados paternos necessários e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SANDRA JOELMA P. PAIVA VAZ (OAB 8831/AM), ADV: LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA (OAB 2025/AM) - Processo 0624314-77.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.C.M. - REQUERIDA: S.M.S.M. - F.M.M. - Vistos, Trata-se de uma Ação de Exoneração de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, que foi proposta por F. C de M., em face de F. M de M., todos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Ocorreu que as partes resolveram por fim ao litígio, juntado o acordo de fls. 51/52 o qual submetem à homologação deste juízo. É O RELATÓRIO. DECIDO. A partir da narrativa dos autos, denota-se que os acordantes resolveram chegar num consenso suficiente para que a lide venha a ser finalizada, assim como a regularidade de tal pretensão e, também, a legitimidade dos interessados, segundo restou especificado às fls. 51/52. Isto posto, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes (fls. 51/52), com o qual concordou expressamente o Ministério Público, o que faço com amparo no artigo 487, inc. III, "b" do NCPC; ficando - assim - resolvido o mérito do processo. P. R. I. Cumpra-se. Sem Custas, por força da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98 do NCPC. Após o trânsito em julgado, procedidas as comunicações de estilo e cumpridas as formalidades do legais, baixe-se e arquive-se.

ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM) - Processo 0624704-47.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Soniura Maria Mourão de Carvalho - Diante da juntada de fls. 44/46, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 340210SP) - Processo 0624804-36.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: M.P.N.S.O. - G.C.S. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0624903-69.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0641178-30.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXECUTADO: F.R.B. - Antes de qualquer outra deliberação nestes autos, INTIME-SE o Ministério Público para intervir no feito, nesta hipótese, como fiscal da ordem jurídica. Int. Cumpra-se.

ADV: JIMMY DA SILVA ARAUJO (OAB 9072/AM) - Processo 0625598-86.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: B.J.S.R. - Diante da certidãoretro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM) - Processo 0625625-45.2013.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fixação - REQUERENTE: P.S.C. - Vistos, Trata-se de uma ação de investigação de paternidade que foi proposta por M. da S. C., neste ato representado por sua genitora, Sra. P da S. C., em face de C. M. M., pleiteando que ele seja declarado seu pai e requerendo, por esta razão, a condenação do mesmo a lhe prestar alimentos. Ocorreu que, durante a instrução processual, as partes resolveram por fim ao conflito e requereram a juntada de acordo extrajudicial (fls. 498/500). O Ministério Público manifestou-se favorável à procedência do pedido e homologação do acordo alimentício. Sucintamente, o relatório. A ação é de investigação de paternidade fundamentada no artigo 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em que houve reconhecimento espontâneo do investigado, de que ele é mesmo os pai de M da S. C. Decidida essa questão, as partes conciliaram quanto aos alimentos e guarda. Em razão disso, HOMOLOGO, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formalizado na petição/termo

de fls. 498/500, relativamente à paternidade, guarda, alimentos e visitas, com o qual concordou expressamente o Ministério Público, o que faço na forma do art. 487, III, "b", do Novo Código de Processo Civil, por acolhido o pedido formulado na emenda de fls. 246/251, declarando-se o réu pai de M. da S.C. Quanto aos alimentos, guarda e direito de convivência, tem-se por homologado o acordo, nos termos das condições propostas. OFICIE-SE ao órgão empregador, se necessário. Sem custas, nos termos da Lei nº 1.060/50. P.R.I. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o mandado de averbação com os dados paternos necessários e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0626428-91.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: E.A.M. - Diante da juntada de fls. 56/57, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JONES RAMOS DOS SANTOS (OAB 6333/AM), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ADSON SOARES GARCIA (OAB 6574/AM), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0626656-61.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.T. - REQUERIDA: I.L.T. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0626939-84.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.O.S. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 44, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0627707-73.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: R.M.P. - 01. Em razão do processo sentenciado e transitado em julgado, bem como por tudo mais que dos autos consta; INDEFIRO de plano o requerimento de fls. 111-113. 02. Intime(m)-se a parte interessada para a(s) providência(s) que entender (em) necessárias. 03. Após a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, PROCEDA-SE o efetivo arquivamento.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0627734-90.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Thelma Lima da Cunha Marreiro - REITERO a decisão de fls. 37, item "3", devendo ser observado o endereço da parte requerida às fls.54. CUMPRA-SE.

ADV: CÍNTIA PINHEIRO DOSSANTOS (OAB 5433/AM), ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM) - Processo 0627839-67.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0627825-83.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum - Guarda - REQUERIDA: Kátia Regina Figueiredo - Em reverência ao disposto no artigo 10 do Novo Código de Processo Civil e demais normas da matéria, o qual incorporou ao nosso ordenamento jurídico a versão moderna do princípio do contraditório, vedando as denominadas "decisões surpresas" sem que se tenha oportunizado à(s) parte(s) que apresentem manifestação nos autos, DETERMINO a intimação de todos os interessados, através de seus patronos, para requererem o que entenderem de direito. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem-me conclusos para decisão.

ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM) - Processo 0628020-68.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Dissolução - REQUERENTE: Dayse Maria Mansur Nascimento e outro - Isto posto, mesmo porque não sanado o vício da inicial, configurando obstáculo intransponível ao processamento da demanda, nos termos dos artigos 321, parágrafo único e 330, IV, todos do Código de Processo Civil, INDEFIRO a inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito (CPC, artigo 485, I).

ADV: DIÊGO RIBEIRO GOMES (OAB 10614/AM) - Processo 0628073-49.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: A.V.M.P. - ATENDA-SE o requerimento retro. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMOEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: PAULA FREITAS DE CARVALHO (OAB 13414/AM) - Processo 0628138-10.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: D.F.O. - J.F.O. - ALIMENTANT: E.A.O. - À Secretária para certificar os argumentos de requerimento retro, providenciando o que for necessário com comprimento liberação judicial de fls. 29. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0628659-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: I.C.S. e outros - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0628718-45.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.A.T.D. e outro - ATENDA-SE o requerimento retro. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0628880-35.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: C.M.V. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 34/35, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: IVO MORAIS DE OLIVEIRA (OAB 5945/) - Processo 0629335-97.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Salete Alves de Carvalho - 1. ATENDA-SE o requerimento de fls. 43-44, PAUTANDO-SE audiência para entrevista do interditando, nos termos do art. 751 da lei Processual Civil. com as partes. 2. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM) - Processo 0629876-33.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: S.T. - DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0630269-26.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.T.S.M. - o MM Juiz de Direito passou a proferir a seguinte sentença: Vistos, Narram os autos sobre uma Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos proposta por R. T. da S., devidamente representado por sua genitora Srª R. T. da S., em face do requerido S.B.C, conforme fatos narrados na vestibular de fls. 01/09 e documentos que a acompanham, pretendendo o reconhecimento da paternidade e os direitos dela decorrentes. Aconteceu que, em audiência, as partes, resolveram pôr fim ao litigio que ensejou a propositura da presente ação, ocasião em que celebraram acordo num total de 05 (cinco) itens. O Ilustre Membro do Ministério Público manifestou-se favorável à homologação, enfatizando que restaram preservados os direitos das partes, especialmente do menor R. T. Da S., que teve o Direito ao Nome e aos Alimentos assegurados ao encargo do genitor. Assim, as partes têm legitimidade para o pedido e os direitos sobre os quais transigem lhes é disponível, no âmbito do acordo (destaque-se que não é porque se trata de direito indisponível que é vedado aos seus titulares regulamentar o seu exercício e/ou modo de cumprimento). Os termos do pacto, por sua vez, apresentam-se com regularidade formal, não cabendo ao juízo adentrar ao mérito das disposições. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à

esfera mínima da verificação da exitência dos requisitos formais - ficando, após essa etapa, vinculado". Em face do exposto,na forma do artigo 487, inciso III, alínea "b"; do Código de Processo Civil, cumpridas as formalidades legais, HOMOLOGO, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formalizado pelas partes. Isento de custas, por força da Lei n.º 1060/50 c/c art. 98 do NCPC. Dispensado o prazo recursal. Oportunamente, após a expedição dos atos necessários, inclusive Termo de Guarda Unilateral do menor em favor da genitora (vide item 02) e Mandado de Averbação do Registro Civil, para retificação dos dados ali constantes (vide item 01), de acordo com o que ficou estabelecido nesta audiência, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo. Sentença Publicada em audiência. Cientes partes e patronos/defensores presentes ao ato. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: RENÊ VIEIRA PERES JUNIOR (OAB 9219/AM) - Processo 0630764-02.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: C.A.R. - EXECUTADO: F.G.P.O. - Diante da juntada de fls. 72/73, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0630840-60.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: L.C.P.N.G. - F.E.P.G. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0631518-41.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Abandono Material - REQUERENTE: D.S.T. - REQUERIDO: E.A.C. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/07/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: JOMARA MARTINS ROSAS DO VALE (OAB 10424/AM), ADV: JOSEMAR BEZERRA DO VALE (OAB 9662/AM) - Processo 0631765-27.2015.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Deborah da Silva Corrêa Lessa - Diante da juntada de fls. 112, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0632293-90.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.C.S. - 1. ATENDA-SE o manifestação ministerial. 2. Outrossim, NOMEIO a Dra. Beatriz Cunha e Silva Curadora Especial especial - art. 72, I, do Novo Código de Processo Civil. 4. CITE-SE, para resposta no prazo legal, observando-se as prerrogativas funcionais da Defensoria Pública, previstas no art. 128, I da LC nº 80/94 CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0632349-31.2014.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: G.M.F.B. - REQUERIDA: P.B.B. - Certifico para os devidos fins que, conforme sentença de fls. 112/113, esta Secretaria ficou impossibilitada de expedir o mandado de averbação de interdição, uma vez que não consta nos autos os documentos necessários. Insta esclarecer que para confecção do referido mandado, é necessário saber nformações constantes na certidão de nascimento da interditada.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0632349-31.2014.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: G.M.F.B. - Certifico para os devidos fins que, conforme sentença de fls. 112/113, esta Secretaria ficou impossibilitada de expedir o mandado de averbação de interdição, uma vez que não consta nos autos os documentos necessários. Insta esclarecer que para confecção do referido mandado, é necessário saber nformações constantes na certidão de nascimento da interditada.

ADV: FRANCINETE DOS PASSOS FARIAS (OAB 12469/AM) - Processo 0632894-62.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: G.N.V. - Vistos, Narram os autos sobre uma Ação de Alimentos, proposta por V. G. V. DA S., devidamente representados por sua genitora Srª G. N. V. em face de A. H. DA S., ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular. Por ocasião da presente audiência, , as partes resolveram pôr fim ao litígio, formulando o acordo supra, num total de 02 (dois) itens. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo, por restarem preservados os interesses do menor V. G. V. DA S., uma criança de 08 (oito) anos de idade. RELATEI O ESSENCIAL. FUNDAMENTO E DECIDO. Processo nº 0632894-62.2018.8.04.0001 Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram êxito em resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram mesmo preservados os interesses do menor V. G. V. Da S., uma crianças com 8 (oito) anos de idade, que teve o direito aos Alimentos assegurados ao encargo do genitor, observando-se, portanto, os direitos insculpidos pelos Principios da Proteção Integral do Menor e da Prioridade Absoluta. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado", uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, "transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, na forma do art 487, III, "b" do CPC, cumpridas as formalidades legais HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes ao ato; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0633041-59.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ASSISTENTE: E.R.F. - Em face da juntada de fls. Xx, EXPEÇA-SE novo mandado de citação, a ser cumprido com HORA CERTA, se necessário. CUMPRA-SE.

ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0633617-81.2018.8.04.0001 - Tutela - Seção Cível - REQUERENTE: S.R.N. - REQUERIDO: S.M.N. - ATENDA-SE a manifestação ministerial, com a efetiva intimação das partes para manifestação pertinente ao parecer de fls. 376-377. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0634022-88.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: G.S.R. - Diante do requerimento retro, REITERO o despacho de fls. 75-76, devendo ser observado os endereços das partes às fls. 81. Cumpra-se.

ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE), ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM), ADV: BRUNO SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 12649/AM) - Processo 0634507-88.2016.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: A.M.L.S. - REQUERIDA: J.S.S. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Guarda, que foi formalizada por

A. M. L. S., em face de J. S. S., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 20/60. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 107, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 109. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 108 e 122, conforme certidão de fls. 124, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 07 de agosto de 2017, conforme juntada de petição de fls. 92, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM), ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0634534-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: E.L.B. - REQUERIDA: K.V.O.M.L. - Vistos, Cuidam os autos sobre uma "AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM", que foi formulada pela Sra. ELIANE LIMA BASTOS, em face da requerida KLARISSA VALÉRIA DE OLIVEIRA MELLO LOPES, a qual é a única filha que teve o falecido Sr. ROBERTO AZULAY MELLO, onde ambas as litigantes estão devidamente identificadas e qualificadas desde o princípio. Acompanhando a inicial, foram carreados os documentos de fls. 08 e seguintes, entre eles a Certidão de Óbito do pai da requerida. Por sua vez, a requerida apresentou a contestação de fls. 85/90, também, com documentos. Além disso, uma vez que não sob discussão os interesses de pessoa menor e/ou incapaz, evidenciou-se desnecessária qualquer intervenção do Ministério Público. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Desde logo, observando que a transação entabulada na presente audiência atende aos interesses da requerente e da requerida, principalmente, considerando que as duas estão acompanhadas de seus respectivos advogados,circunstancias que traduzem a regularidade das manifestações de vontades, ao tempo em que não vislumbramos qualquer situação que impossibilite a homologação buscada neste momento pelas partes. Ante o exposto, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO ACIMA, para todos os efeitos legais, inclusive quanto às renúncias que as duas fizeram neste ato; e, por ultimo, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, haja vista outro pleito conjunto e o que prevê a Lei nº 1.060/50. PROVIDENCIE-SE o necessário para o seu cumprimento, a exemplo da expedição de ofício e remessa de documentos ao DETRAN/AM. Sentença publicada e cientes as partes em audiência. Tudo providenciado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo. CUMPRA-SE

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0634865-53.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: L.K.R.S. - Diante da juntada de fls. 68, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0634879-03.2017.8.04.0001 - Interdição - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Raquel Antoine de Souza - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0635293-69.2015.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: CARLA LARISSA BRAULE PINTO DE CARVALHO - MANOEL DA ROCHA CARVALHO NETO - Naira Maria Braule Pinto de Carvalho - ANDREA AROUCA REIS - REQUERIDO: SEBASTIÃO CARLOS MAIA DE CARVALHO - ASSISTIDA: YASMIN REIS DE CARVALHO - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/06/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DO PATRONOS.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: GLÁUCIA LÊNIA INHAUSER CUSTÓDIO (OAB A891AM) - Processo 0635332-61.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.B.F.M. - REQUERIDO: A.C.M.C. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0635387-51.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: W.K.T.A. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0635657-70.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Edilson de Souza Pinto - PELO EXPOSTO, cumpridas as formalidades legais, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a autocomposição extrajudicial formalizada na petição inicial de fls. 01/04 (e emenda de fls. 46/49) o que faço na forma do art. 719 e ss., do CPC.

ADV: GILMAR RAPOSO DA CÂMARA (OAB 5501/AM) - Processo 0636698-38.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Jorge Cunha Lima - Vistos, Nos termos da Lei nº 1.060/50, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita. Trata-se de um pedido de tutela antecipada para a exoneração da obrigação alimentar constituída em benefício da parte requerida, A. G. L e M. J. G. L., ao argumento de que os mesmos já atingiram a maioridade e não tem mais necessidade do pensionamento paterno. Pois bem, não obstante o fato de que a existência de vínculo parental pode ensejar os alimentos a que alude o artigo 1.694 do CCB, há prova de que as partes alimentadas são mesmo maiores de idade, consta dos autos, às fls. 37/38, declaração de próprio punho dos demandados. Ante o exposto, DEFIRO, em parte a antecipação de tutela e, por conseguinte, REDUZO para 25% (vinte e cinco por cento) dos rendimentos brutos do alimentante, devendo a Secretaria diligenciar a respeito, com a imediata expedição de ofício ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Amazonas, no sentido de reduzir os descontos que vinham acontecendo desde a época mencionada na vestibular. Ademais, PAUTE-SE data para audiência de conciliação e julgamento, a ser realizada no CEJUSC-Família. CITE-SE A. G. L e M. J. G. L. e intime-se a parte autora, a fim de que compareçam

na audiência designada, acompanhados de seus procuradores e de suas testemunhas, importando a ausência da requerida em confissão e revelia, e a da parte autora em arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7o). Finalmente, assinalo que deve constar no Mandado de Citação que se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, seguindo-se a instrução, tudo na forma do disposto nos artigos 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). Int. CUMPRA-SE.

ADV: VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274AM) - Processo 0637007-93.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.M.F. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0639127-75.2018.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: D.V.B. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0639127-75.2018.8.04.0001 Ação:Separação de Corpos/PROC Requerente:Advogado:Diene Vieira Bentes Adriana Silva Martins - 11158/AM RequeridoCacivaldo dos Santos Rodrigues O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, DIENE VIEIRA BENTES, titular do RG n.º 6536667 e do CPF sob o n.º 012.521.562-27, residente e domiciliada na Rua Santa Isabel, 33, Centro - CEP 69020-150, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Separação de Corpos/PROC n.º 0639127-75.2018.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0639198-77.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.L.A.C. - Diante da juntada de fls. 26/27, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM) - Processo 0639329-86.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.B.A.G. - Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0639487-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fixação - REQUERENTE: G.V.M. - T.M.S. - o MM. Juiz de Direito passou a proferir SENTENÇA: Vistos, Narram os autos sobre CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movida por T. M. DE S., devidamente representada por sua genitora Srª G. V. M. em face de J. P. DE S. , em que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, processado na forma dos arts. 528 c/c 531, parágrafo 1º do CPC. Autos n°: 0639487-44.2017.8.04.0001 Ocorre que as partes, por ocasião da presente audiência, celebraram acordo pelo pagamento da dívida, sem prejuízo do pagamento dos Alimentos, no percentual de 75 % (setenta e cinco por cento) sobre o salário mínimo vigente. Em audiência, o ilustre membro do Ministério Público mostrou-se favorável à homologação do acordo, por restarem, verdadeiramente, preservados os interesses da menor T. M. DE S., uma criança de 10 (dez) anos de idade. Assim, tendo em vista o acordo celebrado nesta audiência, com fundamento no que dispõe o art. 922 do CPC, HOMOLOGO O ACORDO SUPRA e SUSPENDO o curso do cumprimento de sentença durante o prazo do parcelamento pactuado, qual seja, até 10 de março de 2025. Decorrido o prazo de suspensão sem manifestação espontânea, intimem-se para que se manifestem pelo prosseguimento ou pela extinção, cientes de que, no silêncio, entender-se-á que o débito foi adimplido e a execução será extinta, na forma do art. 924, II, do CPC. Sem Custas, a teor do Art. 98 do CPC/2015. Cientes os presentes em audiência. Sentença publicada em audiência. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo. (C88544)

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0639686-66.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Exoneração - REQUERENTE: B.S.C. - REQUERIDA: C.M.F. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. INTIME-SE a parte requerida para manifestação sobre os termos da petição de fls. 341-347. Outrossim, REMETAM-SE os autos às Divisões de Psicologia e Serviço Social para realização de estudo psicossocial de todos os envolvidos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0639853-49.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.C.M. - REQUERIDA: G.N.O. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 23/07/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PaRTES E PATRONO CIENTES.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0640028-77.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Rosangela de Souza Veras - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0640129-80.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Aldeni Soares Ribeiro de Souza - 1. Na forma do art. 752, § 2º, do CPC, nomeio curador especial para S. R. T., a Defensora Pública, Dra. Beatriz Cunha e Silva. 2. INTIME-SE-A pessoalmente, via portal e-SAJ, para oferecer defesa, no prazo da lei, com as cautelas de praxe. 3. Do resultado, INTIME-SE a parte autora para manifestação, inclusive para a juntada de exame de saúde da pessoa interditada e que respondam aos quesitos dos incisos I a IV, do § 1.º , do artigo 2.º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15); bem como para o que mais entender necessário (prazo de 15 dias) 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público se for caso de intervenção obrigatória (CPC, 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM) - Processo 0640884-75.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: D.M.B.M. - INTIME-SE o representante ministerial, para manifestação específica acerca do requerimento de fls. 271 e seguintes. Após, VOLTEM-ME imediatamente conclusos.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB A1280/AM) - Processo 0641012-95.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.S.B. - REQUERIDO: P.H.C.B. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS, que foi proposta pelo Sr. L. DA S. B., em desfavor de seu filho P. H. C. B., ambos regularmente identificados e qualificados no feito, tudo segundo argumentos da vestibular e demais requerimentos do suplicante. Ocorreu que, após a audiência e sentença homologatória de fls. 152/153, o autor apresentou o requerimento e documentos de fls. 162 e seguintes, quando ele reiterou seu interesse de se ver desobrigado de prestar alimentos ao requerido. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Sem maior delonga, observa-se que, efetivamente, estamos diante de uma causa superveniente e suficiente para a efetiva exoneração de alimentos buscada pelo alimentante, ou seja, o polo ativo logrou demonstrar que o alimentado, afora as alegações prefaciais, resolveu cancelar a matricula mencionada no acordo e decisão de fls. 152/153 e, a partir daí, foi embora do nosso estado com sua genitora, e, dessa maneira, não mais necessita da pensão sob foco, circunstâncias que tornam plausível e pertinente o imediato deferimento da petição de fls. 162/163 e, ainda, a procedência do que pretende o cidadão L. DA S. B. Ante o exposto, CHAMO O FEITO A ORDEM PARA TORNAR SEM EFEITO A CITADA

DELIBERAÇÃO DE FLS. 152/153; ACOLHO NA ÍNTEGRA A PRETENSÃO AUTORAL; EXONERO O ALIMENTANTE DE PAGAR PENSÃO AO RÉU E, por último, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Custas pagas. P. R. I. Cumpra-se, com a URGÊNCIA que a lide reclama. Transitando em julgado, PROCEDA-SE a sua efetiva BAIXA e o posterior ARQUIVAMENTO do feito, com as providências de estilo.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM) - Processo 0641178-30.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0618990-43.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum - Fixação - REQUERENTE: T.J.H.B. - REQUERIDO: F.R.B. - Antes de qualquer outra deliberação nestes autos, INTIME-SE o Ministério Público para intervir no feito, nesta hipótese, como fiscal da ordem jurídica. Int. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM) - Processo 0641182-33.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.C.S.N.R.L.E.C.N.A. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JONATHAS ALMEIDA RIBEIRO (OAB 12144/AM) - Processo 0641735-46.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.B.A. - B.A.M.M. - REQUERIDO: C.E.L.M. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 25/07/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0642155-51.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.S.C. - HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 24/26 e JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO,

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0642160-73.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.S. - Diante da certidão de fls. 30, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: TIAGO JOÃO SALLES BOTELHO (OAB 11873/AM) - Processo 0642275-94.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Leomara da Silva Modesto - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0643275-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Alcelina Lima da Silva - 1. ATENDA-SE o requerimento retro. 2. NOMEIO a Dra. Beatriz Cunha e Silva Curadora Especial especial - art. 72, I, do Novo Código de Processo Civil. 4. CITE-SE, para resposta no prazo legal, observando-se as prerrogativas funcionais da Defensoria Pública, previstas no art. 128, I da LC nº 80/94 CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: CRISTIANO DOS REIS CARVALHO FERNANDES (OAB 8480/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0643450-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: N.O.V. - ASSISTENTE: E.S.M. - o MM. Juiz de Direito passou a proferir a seguinte SENTENÇA: Processo nº 0643450-26.2018.8.04.0001 Vistos, Narram os autos sobre uma Ação de Oferta de Alimentos, proposta por N. O. V. . em face de J. V. DA S. V., devidamente representado por sua genitora Srª E. DA S. M., contemplando Guarda e Direito de Companhia e Convivência, onde ambos estão devidamente identificados e qualificados na vestibular. Aconteceu que, durante a presente audiência de conciliação, as partes resolveram pôr fim ao litígio, formulando o acordo supra, num total de 04 (quatro) itens. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo, por restarem, verdadeiramente, preservados os interesses do menor. RELATEI O ESSENCIAL. FUNDAMENTO E DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram êxito em resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram mesmo preservados os interesses do menor J. V. DA S. V. , uma criança com 09 (nove) anos de idade, que teve o direito aos Alimentos assegurados ao encargo do genitor, observando-se, portanto, os direitos insculpidos pelos Principios da Proteção Integral do Menor e da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado", uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, "transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, na forma do art 487, III, "b" do CPC, cumpridas as formalidades legais HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes ao ato; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição dos atos necessários, quais sejam, TERMO DE GUARDA COMPARTILHADA em favor dos genitores (vide item 02) CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0644825-62.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: G.C.B.M. e outro - Ante o teor da petição de fls. 322/326, dê-se vista ao Ministério Público para se manifestar quanto ao pedido de Curatela Provisória ali formulado, no mesmo azo, manifestar-se quanto ao pedido de fls. 649. Após, voltem-me conclusos para Decisão. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0645738-44.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.W.L.S. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 64, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: PAULO HENRIQUE LIMA DE MELO (OAB 12433/AM) - Processo 0646188-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.D. - REQUERIDO: A.N.L. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/07/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO COMARCA DE COARI/AM.

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORÊNCIO MOTA (OAB 3447/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0647405-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.A.R. - REQUERIDO: M.S.R. - 1. RECEBO a emenda retro, devendo a Diretora de Secretaria proceder as retificações necessárias no SAJ/PG-5. 1. Após, ABRA-SE nova vista ao representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM) - Processo 0647475-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Y.K.A.G. - L.D.A.A. - ATENDA-SE o requerimento retro. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM) - Processo 0647476-67.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.C.S.S. - Vistos, Versam os autos sobre uma Ação de Guarda, cumulada com Alimentos e Direito de Convivência, proposta por C. C. S da S., em face de J. C dos S., envolvendo a menor B. I. C da S., conforme narrado na inicial. Aconteceu que, após algumas providências determinadas por este juízo, as partes resolveram por fim ao litígio formulando o acordo de fls. 36/37, no qual ficou estabelecido além dos alimentos, a guarda e o direito de visitação. O Ministério Público emitiu o r. parecer retro, pela homologação do dito acordo. É o relatório. DECIDO. Pois bem, nesta demanda de Guarda c/c Alimentos em que os acordantes resolveram chegar num consenso suficiente para que a lide venha a ser finalizada, verifica-se a regularidade de tal pretensão e, também, a legitimidade das partes, segundo restou especificado às fls. 36/37. Ademais, em consonância com a Promotoria de Justiça e como ponto principal desta sentença, ressalto que a referida conciliação preserva os interesses de todos os envolvidos, em especial os dos(as) menor(es) N. B. B do N. Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 36/37 e JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, por força do art. 98, caput do NCPC. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, DÊ-SE baixa e arquivem-se.

ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM) - Processo 0648669-20.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.C. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 28, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: FRANCISCO JACOB DOS REIS (OAB 7728/AM) - Processo 0648961-05.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.S.L.M. - Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LEIDA MARA ARAÚJO DE LIMA FALCÃO (OAB 12463/AM) - Processo 0650413-50.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Revisão - REQUERENTE: R.M.C.B. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 09/04/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: LUCIANA GUIMARÃES PINHEIRO VIEIRA (OAB 2859/AM) - Processo 0652343-06.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Marcia Ferreira de Souza - Hemerson Pinto Azevedo - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Interdição, que foi formalizada por M. F. de S. e H. P. A., em face de Z. P. M. P., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 06/21. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 29, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 30/31. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 07 de novembro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 01/04, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM) - Processo 0652609-90.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO "DOUTOR THOMAS" - REQUERIDO: Manuel Pimenta Lopes - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 10/05/2019 às 10:15h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. ATT. PATRONO, FAVOR PEGAR A SERVIDORA PARA VISITA.

ADV: LÍGIEN LILIAM MENEZES LEAL CRUZ (OAB 13375/AM), ADV: PEDRO LÚCIO MACHADO CRUZ (OAB 13813/AM) - Processo 0652870-55.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.R.N. - Vistos, O Sr. R. R do N., por intermédio de profissional devidamente constituído, ingressou com a presente Ação de Guarda com Pedido de Tutela de Urgência, em face de G. R do N., questão relacionada ao menor G. R do N., filho de pai "não declarado", onde autor e requerida estão identificados e qualificados desde o princípio. Aconteceu que, após determinadas providências que foram tomadas por este magistrado, entre elas a interlocutória de fls. 39, e durante o Termo de Audiência de fls. 56/57, os litigantes resolveram chegar a um consenso no que tange a guarda compartilhada, sendo que o domicílio de referência do menor será o do tio, o que teve a anuência da demandada. Outrossim, na mesma ocasião, restou consignado o compromisso do tio materno/autor de permitir o livre acesso da mãe com o filho para o exercício do seu direito de convivência. No caso concreto, ressalte-se que as obrigações assumidas por ambas as partes tiveram o acompanhamento e a concordância, respectivamente, do patrono de um e de outro. Com vista dos autos, às fls. 62, o Ministério Público opinou favoravelmente ao deferimento da guarda compartilhada provisória, nos termos propostos, reiterando o pedido de realização de estudo social. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. De início, depreendo que as partes são legítimas e possuem evidente interesse de agir, na medida em que a criança so foi registrada com o nome da mãe e o autor (e tio) detém a

guarda de fato da menor G. R do N., uma criança de de 6 (seis) anos e que necessita de tratamento médico especializado. Além disso, observa-se que eles assumiram os compromissos supra citados, de forma livre e espontânea. Isto posto, à par do parecer favorável do representante ministerial, sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, HOMOLOGO na íntegra o acordo descrito no ato processual de fls. 56/57, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o que faço na forma do artigo 485, III, ao tempo em que JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito. Sem custas, em razão do que prevê a Lei nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Tudo diligenciado, DÊ-SE baixa e arquivem-se, com as providências de estilo.

ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM), ADV: MIHAEL CARMINDO DE Q. PILLAR (OAB 12328/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0653101-82.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626815-67.2018.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Execução Provisória - EXEQUENTE: L.V. - M.L.S. - EXECUTADO: M.A.O.S. - Vistos, Trata-se de cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos processada pelo art. 528 do CPC, em que a parte executada, intimada para pagar o débito, não o fez, tendo apresentado a justificativa de fls. 39, alegando intempestividade da emenda da petição inicial, sem comprovar o pagamento ou a impossibilidade de fazê-lo. Sobre a defesa/justificativa apresentada, manifestou-se a parte exequente, pela rejeição e prosseguimento (fls. 62/64). O Ministério Público, às fls. 66/67, pronunciou-se pela improcedência da justificativa e pela decretação da prisão do devedor. DECIDO. No cumprimento de sentença/decisão interlocutória processado na forma do art. 528, do CPC, a lei faculta ao devedor justificar o inadimplemento do débito, realizar o pagamento ou provar que já o fez. No caso dos autos, o devedor nem comprovou, nem realizou o pagamento da integralidade da dívida, optando pela apresentação de justificativa pelo não pagamento e requerendo, ainda, a extinção do feito. Não obstante, a justificativa não procede, eis que as razões do executado consistem em vícios sanáveis e os fatos ou situações apresentadas pela exequente evidenciam ser escusável e involuntário o inadimplemento (CF, 5º, LXVII), tampouco se trate de situação que gere impossibilidade absoluta de pagar a dívida (CPC, 528, § 2º). É de se consignar, enfim, que os argumentos do réu não bastam para que seja afastada a aplicação da pena de prisão, sendo necessária a quitação integral, na forma do que prescreve a Súmula 309, do STJ. Assim, tem-se que as razões deduzidas pelo executado não justificam o inadimplemento, ainda que parcial, da obrigação alimentar ora executada, sem prejuízo de que se proceda a efetiva dedução dos valores comprovadamente pagos. POSTO ISTO, estando evidenciada a voluntariedade e inescusabilidade do inadimplemento do débito, cumpridas as formalidades do art. 528, do CPC, REJEITO a justificativa de fls. 39/59 e DETERMINO que a parte executada, em 72 (setenta e duas) horas, comprove documentalmente o pagamento integral da quantia executada, acrescida dos valores que se vencerem até o dia do pagamento, sob pena de, não o fazendo, ter decretada sua prisão civil por até três meses. INTIME-SE, imediatamente, via DJE, o próprio advogado/executado (M. A de O. S.), do inteiro teor desta decisão,ressalvando-se que o inadimplemento das verbas devidas a título de custas e honorários não sujeita a prisão. Finalmente, CONSIGNO que esta execução tramita com os benefícios da assistência judiciária gratuita, DEVENDO, ainda, os autos voltarem conclusos às 12 horas do próximo dia 08/03/2019. À Secretaria para as providências necessárias, com a urgência que a lide reclama. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0653340-86.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.M.L.B.S. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma "AÇÃO DE CANCELAMENTO DE ENCARGO ALIMENTAR CONSENSUAL", que foi proposta por J. R. P. S e otros, na qual as partes, mediante petição conjunta pretendem interromper os descontos que vem sendo feito, decorrente da ação nº 001.06.316545-8, que tramitou na 7ª Vara de Família de Manaus/AM. O Acordo Extrajudicial foi juntado às fls. 01-06, e os documentos iniciais (fls. 07-16). As partes têm legitimidade para o pedido, estão devidamente representadas por advogado e o direito sobre o qual transigem lhes é disponível, no âmbito do acordo (destaque-se que não é porque se trata de direito indisponível que é vedado aos seus titulares regulamentar o seu exercício e/ou modo de cumprimento). Os termos do pacto, por sua vez, apresentam-se com regularidade formal, não cabendo ao juízo entrar no mérito das disposições. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais - ficando, após essa etapa, vinculado" Isto posto, HOMOLOGO o acordo formulado às fls. 01-06 e JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do artigo 487, III, "b" c/c do Código de Processo Civil. Sem custas, por força da Lei nº 1.060/50. Publique-se, registre-se, intimem-se e, oportunamente, após expedição dos atos necessários, inclusive ofício ao empregador, se for o caso, arquivem-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0654035-40.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.S.A. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 40, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0654822-69.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: L.F.S. - Diante da juntada de fls. 32, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0655107-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: A.P.L. - REQUERIDA: L.R.O.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 23/07/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDOS.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0655293-85.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.C.R.F. - Diante da juntada de fls. 19/20, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: THIAGO MEDEIROS (OAB 11250/AM), ADV: SAMUEL ALVES RESENDE (OAB 11838/AM) - Processo 0659343-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.A.A.V. - AUTOR: G.S.V.M. - Trata-se de apreciar pedido de Tutela de Urgência, cujo qual o Ministério Público manifestou-se favorável, conforme parecer de fls. 27. Outrossim, considerando os argumentos da vestibular e os documentos de fls. 09, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 e demais dispositivos da espécie, FIXO alimentos provisórios (em favor do menor I. G. S do V.) num valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor do salário mínimo, o que faço à míngua de maiores elementos de prova a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, que deverão ser descontados em folha de pagamento e repassados à parte autora, conforme requerido no "item 5" de fls. 06. PAUTE-SE data para realização da audiência de conciliação (mediação), prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil. CITE-SE e INTIME-SE o réu deste despacho e para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). EXPEÇA-SE ofício ao órgão empregador. Por fim, RETIFIQUE-SE o cadastro de classe, partes e representantes no SAJ/PG-5, conforme determinado no despacho de fls. 24.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0659620-73.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: O.M.L.J. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 23/04/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EVANDRO THIAGO CID SANTOS (OAB 13915/AM) - Processo 0659645-86.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.K.L.M. - Vistos, Narram os autos sobre um pedido de DIVÓRCIO CONSENSUAL C/C GUARDA E PARTILHA DE BENS, que foi formulado por L. K. L. M. e L. E. F. M., partes devidamente identificadas e qualificadas nos autos. Os autores ingressaram com a ação em consenso acordo juntando os documentos de fls. 05-14, viabilizando o prosseguimento do feito. Concedida vista - obrigatória - ao Ministério Público, seu representante posicionou-se de forma favorável à homologação em comento . EM SUMA, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, compulsando o caderno processual, denota-se que assiste inteira razão ao Dr. Promotor de Justiça, em seu parecer final de fls. 19, uma vez que realmente foram atendidos todos os requisitos para o deferimento do dito pedido conjunto. Destarte, o acordo do ex-casal, formalizado nos termos do artigo 731 do Código de Processo Civil, evidencia que restaram suficientemente resguardados os interesses da família (Código Civil, art. 1.574, par. ún.), especialmente o do filho dos acordantes, no que pertine à guarda, alimentos e direito de visitas. Mesmo porque, a partir da regra do artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, o divórcio é modo voluntário de extinção do casamento válido (CC, 1.571, § 1º), pelo que deve ser decretado diante da regular manifestação de vontade dos interessados, independentemente de qualquer outra formalidade. No mesmo sentido, trago à colação doutrina de Pablo Stolze Gagliano (2015), o qual conceitua o divórcio como “forma voluntária de extinção da relação conjugal, sem causa específica, decorrente de simples manifestação de vontade de um ou ambos os cônjuges, apta a permitir, por consequência, a constituição de novos vínculos matrimoniais”. Isto posto, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES, em duas ocasiões diferentes, o que faço, também, na forma do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil, E RESOLVO O MÉRITO DO PROCESSO, devendo a Secretaria diligenciara respeito. Outrossim, DECRETO, por sentença, o divórcio de L. K. L. M. e L. E. F. M. , sendo que a divorcianda voltará a usar seu nome de solteira, qual seja L. K. M. L. Sem custas, por força do que prevê a Lei nº 1.060/50 c/c art. 98 do Código Processual Civil. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e CUMPRA-SE. Finalmente, uma vez que os divorciandos dispensaram o prazo recursal específico ao divórcio, EXPEÇA-SE o competente Mandado de Averbação e diligencie-sobre o que for necessário. Transitado em julgado, proceda-se as demais formalidades legais, baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0659959-32.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Agnes Luiza Guedes dos Santos - A desistência do cumprimento de sentença é prerrogativa da parte credora; consiste em ato de natureza eminentemente processual, que não alcança o direito material posto em juízo. Uma vez manifestada a intenção da parte nesse sentido e observada a forma prevista no art. 485, VII, § 4º, do CPC, vincula o juízo, que deve, então, limitar-se a homologar o pedido e extinguir o processo, sem entrar em qualquer questão de mérito. Pelo exposto, tendo em vista o contido na citada peça de fls. 18, JULGO EXTINTO O PRESENTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA pela desistência e determino o arquivamento dos autos.

ADV: MÁRCIA CHEILA FARIAS THOMÉ (OAB 3471/AM) - Processo 0660371-60.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.S.S.P. - EM TEMPO: Consigno que a presente ação está tramitando com os benefícios da Justiça Gratuita, conforme declaração da parte e nos termos do art. 98, caput, § § 2º e 3º do NCPC. CUMPRA-SE.

ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0660679-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.M.B. - Em exame dos autos, RESOLVO, ad cautelam, ACOLHER a promoção ministerial retro por seus próprios fundamentos. 3. Assim, DEIXO para apreciar o pedido de tutela de urgência após a realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC.

ADV: MAYARA MARCELA ASSIS VIDAL (OAB 5574/AM) - Processo 0660715-41.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.E.G.C. - V.A.G.C. - Vistos, Narram os autos sobre um pedido de Divórcio Consensual, com fundamento no art. 226, § 6º da Constituição Federal, que foi formulado pelos senhores F. E. G. C. e V. A. G. C. , partes devidamente qualificadas nos autos. Processado o pedido na forma do art. 731, do CPC, observada, ainda, a intervenção do Ministério Público conforme prescreve o art. 178, inc. II, do mesmo Código, vieram os autos conclusos. RELATEI. DECIDO. Trata-se de pedido de divórcio consensual fundamentado no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, em que foram atendidos todos os requisitos para o deferimento do pedido. O acordo do casal, formalizado nos termos do art. 731, do Código de Processo Civil, apresenta-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses da família (Código Civil, art. 1.574, par. ún.), especialmente a da filha, chamada M. E. G., no que pertine à guarda, alimentos e direito de visitas. Quanto à intervenção do Ministério Público, foi observada a regra do art. 178, inc. II, do CPC. Assim, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de ser julgado procedente. Mesmo porque, na regra do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, o divórcio é modo voluntário de extinção do casamento válido (CC, 1.571, § 1º), pelo que deve ser decretado diante da regular manifestação de vontade do casal, independentemente de qualquer outra formalidade. No mesmo sentido, a doutrina de Pablo Stolze Gagliano (2015), que conceitua o divórcio como “forma voluntária de extinção da relação conjugal, sem causa específica, decorrente de simples manifestação de vontade de um ou ambos os cônjuges, apta a permitir, por consequência, a constituição de novos vínculos matrimoniais”. POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, “b”, do Código de Processo Civil, decreto, por sentença, o divórcio de (abreviação dos nomes do casal), que se regerá pelas condições constantes do acordo firmado na petição inicial de fls. 01-09. Isento de custas, por força do que prevê a Lei nº 1.060/50 c/c art. 98 do Código Processual Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação ao Ofício do Registro Civil, inclusive no que tange ao nome conjugal (F. C. E.); oficie-se ao empregador (se necessário) e, ao final, expeçam-se os formais de partilha, observadas as regras do art. 659, § 2º e art. 662, § 2º, ambos do CPC. Enfim, obedecidas as demais formalidades legais, baixem-se e arquivem-se.

ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM) - Processo 0661338-08.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.G.A. - C.R.C.A. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL DIRETO, que foi proposta pelo Sr. J. G. de A. e C. R. C. de A., ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Às fls. 11-17 foram juntados os documentos necessários para viabilização do feito. Deixo consignado que houve manifestação do Ministério Público, o qual manifestou-se favorável a homologação do acordo de divórcio às fls. 36. É O RELATÓRIO. DECIDO. 1. A partir da narrativa dos autos, denota-se que o consenso especificado pelos acordantes é plausível e suficiente para que a ação venha a ser finalizada, juntamente com a regularidade de tal pretensão conjunta e, também, à par da legitimidade dos interessados, segundo restou demonstrado desde o princípio. 2. Ressalto que a presente ação consensual preserva os interesses de todos os envolvidos na mesma, em particular os da infante acima citada. 3. Ante o exposto, firme no embasamento dos parágrafos anteriores, DELIBERO DA SEGUINTE MANEIRA: (3.1.) HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, O

ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES às fls. 01-10, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, "b", do NCPC e nas demais normas da matéria; (3.2.) DECRETO O DIVÓRCIO DE J. G. DE A. e C. R. C. DE A. , a qual voltará a usar seu nome de solteira (C. R. C. de A.); A GUARDA DOS INFANTE EM LUME, EM FAVOR DA MÃE; (3.3) Por último, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a secretaria diligenciar a respeito. 4. EXPEÇAM-SE, desde logo, o competente Mandado de Averbação e o mencionado Termo de Guarda e os formais de partilhas caso necessário. 5. P. R. INTIMEM-SE os divorciados, sua(s) advogada(s) e o Dr. Promotor de Justiça; e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a presteza que este divórcio reclama. 6.Sem custas, por força da Lei Federal nº 1.060/50. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0662099-39.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601443-53.2017.8.04.0001) - Homologação de Transação Extrajudicial - Requisitos - REQUERENTE: Hitala Bianca Rodrigues Pereira - Cuidam os presentes autos de uma Ação Homologação de Transação Extrajudicial , que foi proposta por H. B. R. P, onde as partes estão identificadas e qualificadas na vestibular. Ocorreu que o objeto do acordoa foi analisado e homologado nos autos principais número 0601443-53.2017.8.04.0001, pelo Juízo de Direito Plantonista Cível, em 29/12/2018. Em suma, o relatório. DECIDO. Desde logo, analisando o caso concreto, entendo que resta, nitidamente, configurada a hipótese de litispendência, como bem salientou o Ministério Público na sua promoção de fls. 22, sendo esta prevista no inciso V do artigo 485 da Lei de Ritos. Ante o exposto, com fundamento no citado artigo 485, V, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito. Sem custas. P. R. I.Cumpra-se. Transitando em julgado, providenciem-se a devida baixa e o posterior arquivamento.

ADV: MÁRCIA CRISTINA NERY DA FONSECA ROCHA MEDINA (OAB 2247/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: ALICE ARLINDA SANTOS SOBRAL (OAB 3884/AM) - Processo 0700073-57.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0264851-93.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Seção Cível - REQUERENTE: MARCILENE SANTOS DA COSTA - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 127), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RODRIGO RAMOS RODRIGUES (OAB 6701/AM) - Processo 0700129-90.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: OCIONE ALBUQUERQUE COSTA LEITÃO e outro - REITERO o despacho de fls. 59, sendo que desta vez deverá ser feita a intimação da parte autora por oficial de justiça, para manifestação acerca da juntada de fls. 64. Int. Cumpra-se.

ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM), ADV: FABIOLA DE CARVALHO SILVA (OAB 9608/AM) - Processo 0702139-73.2012.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: B.R.M.C.L. - Diante da juntada de fls. 218/220, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM) - Processo 0708256-80.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: D.A.C. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0708256-80.2012.8.04.0001 Ação:Cumprimento de Sentença/PROC Requerente:Advogado:Daniela Alves Costa Ligier Martins Moreira Júnior - OAB 6660/AM RequeridoGleyson Nascimento da Silva O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, DANIELA ALVES COSTA, titular do RG n.º 1597358-1/AM e do CPF sob o n.º 525.681.992-53, residente e domiciliada na rua Sao Luis, 25, Santo Antonio - CEP 69029-110, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Cumprimento de Sentença/PROC n.º 0708256-80.2012.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III).

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM) - Processo 0710509-41.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: L.L.M. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS Autos nº:0710509-41.2012.8.04.0001 Ação:Cumprimento de Sentença/PROC Requerente:Advogados:Leandro Litaiff Maia Rosemeire Simões de Almeida OAB/AM 3.558 Wilson José da Silva Cunha OAB/AM 3.479 Requerido Advogadas: Sebastiana Rocha Litaiff Paula Regina da Silva Melo OAB/AM 7.490 Patrícia da Silva Melo OAB/AM 8.172 O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, LEANDRO LITAIFF MAIA, titular do RG n.º 15891496 SSP/AM e do CPF sob o n.º 748.041.462-53, residente e domiciliado na Avenida Brasil, n° 30-A, Beco São Lucas, Compensa - CEP 69036-110, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Cumprimento de Sentença/PROC n.º 0710509-41.2012.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0711239-52.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: H.A.B.Q.T. - Ante a juntada de certidão de fls. 184, RENOVEM-SE as diligências junto ao juízo deprecado, desta vez por qualquer meio eletrônico (telefone, fax, e-mail, malote digital), solicitando informações sobre o eventual cumprimento da carta precatória de fls. 160. CUMPRA-SE.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
ADRIANA ARAÚJO PORTO (OAB 10851/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Adson Soares Garcia (OAB 6574/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Alessandra Daniele de Carvalho Costa Guerreiro (OAB 7778/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alice Arlinda Santos Sobral (OAB 3884/AM)
Amanda Gouveia Moura (OAB 7222/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB 1628/AM)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Angelito Evangelista Queiroz (OAB 2966/AM)
Antônio Araújo de Moraes (OAB 5631/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM)
Augusto Gonçalves Guimaraes Neto (OAB 9830/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)

Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Santos Suijkerbuijk (OAB 12649/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
Cíntia Pinheiro dosSantos (OAB 5433/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Cristiano dos Reis Carvalho Fernandes (OAB 8480/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Diêgo Ribeiro Gomes (OAB 10614/AM)
Dilza Aguiar Souto (OAB 12459/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Douglas Reis da Silva (OAB 10368/AM)
Éder Antônio Bello Costa (OAB 6921/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edney dos Santos Melo (OAB 10310/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM)
Elisabeth de Azevedo Cabral Cavalcanti (OAB 7302RN)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Fabiana Ribeiro Florêncio Mota (OAB 3447/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
FABIOLA DE CARVALHO SILVA (OAB 9608/AM)
Felipe Lenhard (OAB 7762/AM)
Fernando Henrique Oliveira de Almeida (OAB 12751/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francinete dos Passos Farias (OAB 12469/AM)
Francinilde de Oliveira Galucio (OAB 13506/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Francisco Jacob dos Reis (OAB 7728/AM)
Francisco Tullio da Silva Marinho (OAB A901/AM)
Francisco Tullio Silva Marinho (OAB 901A/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Gilmar Raposo da Câmara (OAB 5501/AM)
GLÁUCIA LÊNIA INHAUSER CUSTÓDIO (OAB A891AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Heladio Scholz Junior (OAB 17383/PE)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Ilson Vieira Ruiz (OAB 12739/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela da Silva Santos (OAB 9869/AM)
Isabella Leal Reis (OAB 8101/AM)
Ivo Morais de Oliveira (OAB 5945/)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Janete Maria Neves de Sousa (OAB 8626/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Jimmy da Silva Araujo (OAB 9072/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Joao Herminio Guedes Reial (OAB 1260/RR)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
Jomara Martins Rosas do Vale (OAB 10424/AM)
Jonathas Almeida Ribeiro (OAB 12144/AM)
Jones Ramos dos Santos (OAB 6333/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB 8291/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
Jose Eduardo Girao Neto (OAB 7862/CE)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Vicente Pereira Carneiro (OAB 7283/AM)
Josemar Bezerra do Vale (OAB 9662/AM)
JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Kayson de Araujo Moraes (OAB 12912/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Laudiceia de Oliveira Correa (OAB 8081/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leida Mara Araújo de Lima Falcão (OAB 12463/AM)
Lenilton Fortunato de Oliveira (OAB 2025/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB A1280/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígien Liliam Menezes Leal Cruz (OAB 13375/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB 2859/AM)

Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Lucycleide Camurça Ferreira (OAB 12626/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo Campos Schroder (OAB 002.499/AM)
Márcia Cheila Farias Thomé (OAB 3471/AM)
Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (OAB 2247/AM)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcinei Brito de Souza Lima (OAB 8258/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria Ferreira de Oliveira (OAB 6469/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Mariana Serejo Cabral dos Anjos (OAB 5985/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Mário Vitor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Mayara Marcela Assis Vidal (OAB 5574/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Mihael Carmindo de Q. Pillar (OAB 12328/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Mylene Costa Maciel (OAB 4835/AM)
Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB 12691/AM)
Nadia Patricia Negreiros Guerra (OAB 26418/PA)
Natasha Yasmine Castelo Branco Donadon (OAB 9992/AM)
Orlando Brasil de Moraes (OAB 5636/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Freitas de Carvalho (OAB 13414/AM)
Paulo Alves Maciel (OAB 1402/AM)
Paulo Henrique Lima de Melo (OAB 12433/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Pedro Lúcio Machado Cruz (OAB 13813/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Priscilla Nogueira França (OAB 3340/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM)
Regiane Araújo da Silva Melo (OAB 10757/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renê Vieira Peres Junior (OAB 9219/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Rodolfo Machado Reis (OAB 11036/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Ramos Rodrigues (OAB 6701/AM)
Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosemary Souza de Queiroz (OAB 11054/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Samea Albuquerque da Costa Sare (OAB 12810-A/PA)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Samuel Alves Resende (OAB 11838/AM)
Sandra Joelma P. PAiva Vaz (OAB 8831/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Sylvia da Costa Negrão (OAB 1972/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thais Vasques de Brito (OAB 12592/AM)
Thiago Medeiros (OAB 11250/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Tiago João Salles Botelho (OAB 11873/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274AM)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 340210SP)
Verônica da Silva e Silva (OAB 12757/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)
Washington Luiz Costa de Jesus (OAB 3172/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Santana Venturim (OAB 101141/RJ)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)
ZULMIRA GUEDES DE SOUZA (OAB 3902/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO CLEONICE FERNANDES DE MENEZES TRIGUEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRUNO MARCELO CONTE SANCHES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0007/2019

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM), ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0035732-47.2006.8.04.0001 (001.06.035732-1) - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.R.S.M. e outro - DEFIRO o requestado às fls. 58/63. Expeça-se os expedientes necessários. Após, mantenha-se a baixa e arquivamento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM) - Processo 0035732-47.2006.8.04.0001 (001.06.035732-1) - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.R.S.M. e outro - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes

Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fl. 72, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0200286-81.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: F.S.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: MARCOS FERNANDO ROCHA CARNEIRO (OAB 17056/PE), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0200407-46.2014.8.04.0001 (processo principal 0235931-80.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - EXECUTADO: Marcelo José Rocha Carneiro - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUCAS DA CUNHA ARAÚJO (OAB 13981/AM), ADV: PEDRO DE OLIVEIRA (OAB 2042/AM) - Processo 0200499-34.2008.8.04.0001 (001.08.200499-5) - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Lucynier Auxiliadora Omena Melo e outro - Em 01 de março de 2019, é (são) juntado a estes autos a(s) petição(ões) e documento(s) retro.

ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM) - Processo 0205515-51.2017.8.04.0001 (processo principal 0246292-49.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Shalon Nakauth Cativo - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por carta com AR e por mandado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DANIEL SOARES LOPES (OAB 12559/AM), ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0206148-62.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.N.J. - REQUERIDO: E.R.S.J.M.I. - R.S.J. - Chamo o feito a ordem para tornar sem efeito a Certidão de fls. 117, por apresentar erro material, na medida em que a parte requerente manifestou-se às fls. 112/114, ao passo que, a parte ré quedou-se inerte, deixando transcorrer o prazo in albis. Ademais, decorrido o prazo para apresentação de Alegações Finais, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0207309-39.2019.8.04.0001 (processo principal 0021019-67.2006.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa - Oferta - REQUERENTE: Fabrício Freitas do Nascimento - Certifico para os devidos fins que o patrono da parte, equivocadamente, cadastrou a petição retro como um processo novo, ao invés de selecionar a opção "petição intermediária", ao protocolizá-la, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, digitalizarei a referida peça nos autos principais, providenciando, em seguida, a baixa e o arquivamento do presente feito. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0207516-38.2019.8.04.0001 (processo principal 0604463-81.2019.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - REQUERENTE: Vagner da Silva Marques - Certifico para os devidos fins que o patrono da parte, equivocadamente, cadastrou a petição retro como um processo novo, ao invés de selecionar a opção "petição intermediária", ao protocolizá-la, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, digitalizarei a referida peça nos autos principais, providenciando, em seguida, a baixa e o arquivamento do presente feito. É o que me cumpre certificar.

ADV: CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE ARRAES MENEZES (OAB 18977/GO) - Processo 0208034-28.2019.8.04.0001 (processo principal 0201942-15.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Maria Vitoria Araújo Carneiro - Certifico para os devidos fins que o patrono da parte, equivocadamente, cadastrou a petição retro como um processo novo, ao invés de selecionar a opção "petição intermediária", ao protocolizá-la, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, digitalizarei a referida peça nos autos principais, providenciando, em seguida, a baixa e o arquivamento do presente feito. É o que me cumpre certificar.

ADV: AGNALDO ALVES MONTEIRO (OAB 6437/AM) - Processo 0208137-35.2019.8.04.0001 (processo principal 0628854-71.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Alimentos - REQUERENTE: Rafaela Carvalho da Costa - Certifico para os devidos fins que o patrono da parte, equivocadamente, cadastrou a petição retro como um processo novo, ao invés de selecionar a opção "petição intermediária", ao protocolizá-la, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, digitalizarei a referida peça nos autos principais, providenciando, em seguida, a baixa e o arquivamento do presente feito. É o que me cumpre certificar.

ADV: SÉRGIO LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 12953/AM), ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM) - Processo 0213540-19.2018.8.04.0001 (processo principal 0623323-38.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: ANA CLARA EVARISTO GOMES - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 14/18. Cumpra-se, com urgência.

ADV: IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (OAB 8177/PA), ADV: ROSA VIRGINIA PEREIRA DA CUNHA BARROS (OAB 8946/PA), ADV: BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (OAB 9592/PA), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0213757-14.2008.8.04.0001 (001.08.213757-0) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: J.S.S.B. - EXECUTADO: Euclidiomar de Almeida Bezerra - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos planilha de débitos atualizada. Informação nos autos, à contadoria, para atualização da dívida. Dívida atualizada, proceda-se ao cumprimento do despacho de fls. 414, em todo o seu teor. Cumpra-se, com urgência.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: GISELE SOUZA DE MATTOS (OAB 10601/AM) - Processo 0216423-70.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.T.S. - REQUERIDA: P.S.F. - "Vistos etc. Depois de ouvidas em separado e conjuntamente, em audiência, as partes ratificaram o firme propósito de divorciarem-se, pugnando pela conversão da Ação de Divórcio Litigioso em Consensual. A Promotora de Justiça opinou pela homologação do pedido. É o relatório sucinto. Passo a decidir: HOMOLOGO por sentença o acordo acima celebrado pelas partes, decretando, por conseguinte, o Divórcio de MICAEL TUÍSSIMA DOS SANTOS e PRISCILA DA SILVA FEITAS TUÍSSIMA, com a ressalva de que a divorciada voltará a usar o seu nome de solteira, qual seja, PRISCILA DA SILVA FEITAS. O presente termo servirá como mandado para fins de averbação. A pedido das partes e com a anuência do Ministério Público, dispenso o prazo recursal. Isento de Custas. Sentença publicada em audiência, sendo intimadas as partes e suas respectivas advogadas. Expeça-se o competente Termo de Guarda e Responsabilidade em favor da mãe. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos."

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM), ADV: GISELE SOUZA DE MATTOS (OAB 10601/AM) - Processo 0216423-70.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.T.S. - REQUERIDA: P.S.F. - Em cumprimento à sentença do termo de

audiência de fls. 110-112, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: CARLA CRISTINA ALVES TORQUATO (OAB 3392/AM) - Processo 0217032-87.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: A.S.F.O. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 37, foi juntada certidão, informando que a diligência do Sr. Oficial de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por AR, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARILU CORDOVIL BEZERRA (OAB 9729/AM) - Processo 0218315-14.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.E.T.O. - Ante a certidão de fls. 46, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM) - Processo 0221178-06.2018.8.04.0001 (processo principal 0624030-69.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Karolina Veloso Mesquita Aguiar - Certifico para os devidos fins que o Mandado retro encontra-se com prazo devolução vencido, razão pela qual, oficiarei à Central de Mandados, solicitando o seu cumprimento imediato. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM), ADV: NAIRA REGINA RIBEIRO LIMA (OAB 9404/AM) - Processo 0224851-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: M.S.S. - REQUERIDO: G.A.M.P. - CERTIFICO que, após o pregão da audiência de conciliação/mediação, compareceu a requerente, Sra. MARCIANE SILVA DA SILVA, a qual informou que o seu atraso foi devido ao trânsito. A requerente tomou ciência do comparecimento da parte requerida, conforme certidão retro. Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 02/04/2019 às 09:30h, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA -Fórum Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, sendo a parte Requerida intimada por publicação via DJE/AM. Diante da redesignação da audiência, não será aberto o prazo para apresentação de contestação nesta data. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0225790-21.2017.8.04.0001 (processo principal 0225112-79.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: André Henrique Moreira de Oliveira - Certifico para os devidos fins que o Mandado retro encontra-se com prazo devolução vencido, razão pela qual, oficiarei à Central de Mandados, solicitando o seu cumprimento imediato. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0225865-26.2018.8.04.0001 (processo principal 0627377-13.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Revisão - REQUERENTE: Ellen Dayana Borges Porto - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUIS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM) - Processo 0226050-69.2015.8.04.0001 (processo principal 0630328-19.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Mario Eufrasio de Moura - Expeça-se novo Mandado nos moldes do expediente de fls. 38, na medida em que o anterior não foi devidamente cumprimento. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0226753-39.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Relações de Parentesco - REQUERENTE: M.A.A.S. - T.B.S. - Ante o teor da Certidão de Nascimento de fls. 05, restou demonstrado que a Sra. Tainá Bruna Soares de Melo, atingiu a maioridade civil, portanto dispensa-se a realização do Estudo Psicossocial, pugnado pelo Ministério Público, conforme Termo de Audiência de fls. 80/83. Destarte, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar suas alegações finais. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0228130-98.2018.8.04.0001 (processo principal 0629608-47.2016.8.04.0001) - Exceção de Suspeição - Revisão - REQUERENTE: MARIA CLARA DA SILVA (menor) - Recebi os autos nesta data, em virtude da certidão retro. Ao Setor de Distribuição, para providências no sentido de redistribuir estes autos, assim como o processo n.º 0629608-47.2016 , cabendo ressaltar que não incumbe ao Setor de Distribuição a determinação de proferimento de decisão judicial, tendo em vista que já há decisão desta Magistrada, às fls. 06, acatando a Exceção de Suspeição, o que, cumulado com a declaração de suspeição dos servidores deste Juízo, por óbvio, impede que este feito, assim como o processo n.º 0629608-47.2016, ao qual se refere a presente Exceção, continue tramitando perante esta 7ª Vara de Família. Em caso de retorno indevido do feito a esta 7ª Vara de Família, oficie-se à Corregedoria-Geral de Justiça, relatando a conduta do Setor de Distribuição. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM), ADV: KARLA GOMES DE OLIVEIRA (OAB 8563/AM), ADV: DANIEL SABÓIA GUERREIRO (OAB 11051/AM) - Processo 0229300-76.2016.8.04.0001 (processo principal 0600333-24.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERIDO: J.A.S. - Proceda-se à consulta junto ao BACENJUD, a fim de localizar ativos financeiros em nome do Executado, passíveis de penhora. Sendo negativa a diligência, proceda-se à consulta junto ao RENAJUD. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0229704-30.2016.8.04.0001 (processo principal 0602610-76.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Guarda - REQUERENTE: Alessandro da Silva - INDEFIRO o pedido retro, pois ainda não esgotadas as tentativas de intimação pessoal da parte executada. Intime-se a parte exequente, por sua advogada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, fornecer o endereço do trabalho da requerida, ne medida em que as diligências restam infrutíferas por se encontrar a parte ré laborando nos horários em que é procurada, a fim de viabilizar a comunicação dos atos processuais e o regular prosseguimento do feito. Endereço nos autos, cumpra-se o despacho de fls. 08. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: LUCAS ALENCAR MARTINS (OAB 11746/AM) - Processo 0230504-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.S. - REQUERIDO: J.B.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM) - Processo 0232794-80.2015.8.04.0001 (processo principal 0621010-75.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: G.A.G.M. - S.C.A.G.P.N. - REQUERIDO: A.M.M.J. - Intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0233356-60.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: E.L.C.F. e outro - Certifico para os devidos fins que, às fls. 142, foi juntada certidão, informando que a diligência da Sra. Oficiala de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por AR, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ERIKA CRISTHINE DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 8273/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM) - Processo 0233802-29.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Severino Constâncio Pereira Neto - REQUERIDO: J.R.N.P. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 187-191, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0236912-65.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: L.E.L.S.M. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 36, foi juntada certidão, informando que a diligência da Sra. Oficiala de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por AR, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM), ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0238234-67.2009.8.04.0001 (001.09.238234-8) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: A.J.S.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar sua representação processual, ante o advento de sua maioridade civil. Suprida a irregularidade apontada, fixe-se nova data para realização de audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM) - Processo 0239158-97.2017.8.04.0001 (processo principal 0613417-87.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Kezia Nunes Galdino Monteiro - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0239612-19.2013.8.04.0001 (processo principal 0213995-62.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: I.M.B.L. - Efetuem-se as consultas requeridas às fls. 139. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RODRIGO JOSÉ MACHADO (OAB 75687/RS), ADV: MARCOS MACHADO MORAIS (OAB 64891/RS) - Processo 0243069-83.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.C.M. e outro - REQUERIDO: C.S.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 266/267. Manifestação nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLAYTON DIAS SOARES (OAB 8793/AM), ADV: HELLEN DA SILVA LIMA DE FREITAS (OAB 10961/AM) - Processo 0243525-67.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.B.R. - REQUERIDO: I.P.O. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WILSON CAMPOS RIBEIRO (OAB 6848/AM) - Processo 0243741-28.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.G. - Vistos, etc. Restando comprovada a filiação correspondente, conforme Certidão de Nascimento de fls. 34, arbitro os alimentos provisórios em favor da filha do requerido, no valor correspondente a 1/2 (meio) salário mínimo, devidos desde a citação, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, depositado na conta bancária declinada às fls. 04. Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0244537-19.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0200358-10.2011.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: R.F.O.P. - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 95. Manifestação nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0244560-43.2009.8.04.0001 (001.09.244560-9) - Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária - Em comum / De fato - REQUERENTE: Lucilene Moraes Pacheco - Fixe-se data para Audiência de Conciliação a ser realizada neste Juízo. Cite-se e se intime o requerido, por Mandado, no endereço declinado as fls. 81. Expeça-se Carta Precatória. No mesmo azo, atualize-se o cadastro de partes para fazer constar no cadastro do requerido o telefone indicado às fls. 81. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 9600/AM) - Processo 0245321-30.2016.8.04.0001 (processo principal 0619339-80.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Dissolução - EXECUTADA: Ivaneide de Oliveira Castro - Expeça-se Alvará em nome do Exequente, Sr. Antônio Neto da Costa, autorizando-a a sacar a quantia de R$ 18.862,05 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinco centavos), acrescida de juros e correção monetária, depositada na conta judicial vinculada ao presente feito, conforme comprovante de depósito de fls. 57/58. Ante o teor da petição de fls. 55/56, intime-se o Exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias atualizar a planilha de débitos, informando o crédito remanescente. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser realizada neste Juízo. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDRÉA PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 9600/AM), ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM) - Processo 0245321-30.2016.8.04.0001 (processo principal 0619339-80.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Dissolução - EXECUTADA: Ivaneide de Oliveira Castro - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 09/04/2019 às 08:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: JONATAS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 14122/AM) - Processo 0245813-51.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDA: J.S.O. - INTSSADO: A.L.O.S. - Cite-se a requerida, por Mandado, no endereço indicado às fls. 25, para a audiência já designada conforme Certidão de fls. 17. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KELSO WESLEY SOUZA DA SILVA (OAB 6200/AM) - Processo 0246086-30.2018.8.04.0001 (processo principal 0614492-30.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Elizandra Alves de Melo - Washington Rocha de Almeida - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir integralmente o despacho de fls. 08, emendando a inicial, fazendo constar o Executado no polo passivo do presente feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDRÉ MENEZES DE SOUZA E SOUZA (OAB 5847/AM), ADV: PAULO TAVARES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4547/AM) - Processo 0248481-29.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.V.L. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, deixando para fazê-lo somente depois da manifestação da parte contrária. Intime-se a requerida, Sra. Suellen Lopes Feijó, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos laudo recente que comprove a mantença de sua situação médica, bem como outros documentos que achar necessários. Ademais, cumpra-se o despacho de fls. 78, em todo o seu teor. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0250580-11.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0221068-56.2008.8.04.0001) (processo principal 0221068-56.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: B. - Oficie-se ao empregador do alimentante, com endereço declinado às fls. 86, para desconto em folha dos alimentos devidos, conforme acordo de fls. 09. Intime-se, novamente, a parte exequente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que de direito, sob pena de extinção, na medida em que já foi intimado para demonstrar interesse no prosseguimento do feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0251449-66.2016.8.04.0001 (processo principal 0217382-46.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Cinthya Raquel Teixeira da Costa - Em sequência às determinações de despacho/decisão anterior, procedo à republicação de parte do seu conteúdo, para fins de intimação da(s) parte(s): "Cálculo nos autos, intime-se a Exequente, por seu advogado, para requerer o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência."

ADV: ROSA VANESSA RODRIGUES DE FRANÇA (OAB 10878/AM) - Processo 0256165-10.2014.8.04.0001 (processo principal 0236476-53.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: Nonato Junior Santana de Oliveira - Chamo o processo à ordem, para tornar sem efeito o despacho de fls. 203. Proceda-se à avaliação do veículo localizado via RENAJUD às fls. 176, conforme despacho de fls. 184. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LÚCIA ERIKA DE OLIVEIRA BARRETO (OAB 8517/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0256542-78.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0609793-69.2013.8.04.0001) (processo principal 0609793-69.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: Vitor Henrique de Oliveira Barreto Lourenço - EXECUTADO: Evanio Lourenço da Silva - Ante o valor irrisório bloqueado nas contas bancárias de titularidade do Executado, via BacenJud, determino o imediato desbloqueio do referido montante. Proceda-se a nova consulta de valores passíveis de penhora, na forma requerida às fls. 89/90, via BacenJud, todavia, restando infrutífera, realize-se consulta no sistema RENAJUD para bloqueio de bens necessários à satisfação do débito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLEBER OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 4138/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0257388-95.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0701040-68.2012.8.04.0001) (processo principal 0701040-68.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: A.V.R.R. - EXECUTADO: C.O.S. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fl. 68, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM) - Processo 0257688-57.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: H.B.R.A. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Intime-se o devedor, por mandado, no endereço declinado às fls. 54, para efetuar o pagamento da dívida, relativa aos meses de março a agosto de 2016, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez) por cento, além de ser expedido mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e seguintes do CPC, no mesmo azo, intime-se o Executado, para pagar a pensão alimentícia relativa aos meses de Setembro a Novembro de 2016, assim como as que se vencerem no curso do processo, no prazo de 03 (três) dias, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de o fazer, sob pena de prisão, conforme art. 528, §3º do C.P.C. Apresentada a Justificativa, intime-se a parte Exequente para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Tendo a parte Exequente se manifestado acerca da Justificativa apresentada, ou constatada a ausência de Justificativa por parte do devedor, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0260054-69.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: A.B.S.S. e outro - Expeça-se novo Mandado de Intimação do Executado, nos termos do despacho de fls. 44, atentando-se ao endereço fornecido às fls. 59. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: ISABEL CRISTINA GERALDO DA SILVA (OAB 12992/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0262981-13.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: E.N.P.C. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, em consonância com o Ministério Público, tendo a requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Eucária Nunes de Paula Carvalho e Abraão Pereira de Carvalho, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, ao tempo em que, CONCEDO A GUARDA da menor J. De P.C., nascida em 24/01/2008, à sua mãe, com base no art. 227 da Constituição Federal c/c os arts. 1.584, 1.630 e 1.634, inciso I e II do Código Civil, resguardando ao genitor, Sr. Abraão Pereira de Carvalho o direito de visitar e ter a filha em sua companhia, livremente, o que deverá comunicar à mãe da criança, ocasiões em que, poderá ficar com a filha pela manhã ou à tarde, em horário que não coincida com o escolar, ressalvando que as visitas deverão adequar-se sempre à rotina e aos superiores interesses da infante. CONDENO o requerido a prestar alimentos à sua filha menor J. De P.C., a contar da citação, no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, cujo montante deverá ser pago mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, diretamente à representante legal da criança, mediante recibo, ou depositado em conta corrente nº 0699476-8, Agência 0482-0, Banco Bradesco, em nome da requerente, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, Eucária Nunes de Paula. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM) - Processo 0600053-77.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.B.M.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito. Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 24/04/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: PAULO AGNER DA SILVA SOUZA (OAB 5361/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM), ADV: FÁBIO AUGUSTO CENTEIO DOS SANTOS (OAB 9669AM) - Processo 0600072-83.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: FÁBIO AUGUSTO CENTEIO DOS SANTOS e outros - REQUERIDO: Armando dos Santos Junior - Alcineia da Cunha Matos - Ante o teor do despacho de fls. 325 e certidão de fls. 329, e tendo em vista o que dispõe o Provimento n.º 261 - CGJ/AM, que regulamenta o recolhimento e o rateio das custas de diligências dos Oficiais de Justiça do Estado do Amazonas de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para recolher as custas referentes ao cumprimento do mandado de intimação do perito, mediante boleto a ser expedido no site do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, cujo comprovante deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁBIO AUGUSTO CENTEIO DOS SANTOS (OAB 9669AM), ADV: JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: PAULO AGNER DA SILVA SOUZA (OAB 5361/AM) - Processo 0600072-83.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: FÁBIO AUGUSTO CENTEIO DOS SANTOS e outros - REQUERIDO: Armando dos Santos Junior - Alcineia da Cunha Matos - Ao final, a MMª. Juíza, intimou o interditando para que este apresente impugnação aos termos da presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado da data da presente audiência. Em seguida a MMª Juíza determinou a juntada do presente termo aos autos, dispensando a assinatura das partes e da advogada dos autores, abaixo relacionados, as quais estiveram presentes à audiência.

ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM), ADV: MARYSTELLA ANDRADE BONFIM (OAB 3740/AM), ADV: LÚCIO ANTÔNIO SIMÕES MONTEIRO (OAB 5446/AM), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM) - Processo 0600563-32.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.H.P.S. - REQUERIDA: M.L.S.P. - Recebo o Recurso de Apelação de fls. 252/256, e determino, por conseguinte, a remessa ao Égregio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com as cautelas de praxe. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE SILVA (OAB 2970/AM) - Processo 0600731-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Carlos Barboza de Melo - Certifico para os devidos fins que, às fls. 89, foi juntada certidão, informando que a diligência do Sr. Oficial de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA), ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM) - Processo 0601115-60.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: JOÃO EDMILSON MOISES DE OLIVEIRA LOPES - Proceda-se à consulta via INFOJUD, a fim de localizar o endereço dos requeridos. Pesquisa nos autos, proceda-se à citação dos mesmos, por Carta com AR, Precatória ou Rogatória, a depender do caso, para que, querendo, ofereçam contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EMANUELLE LORENA TEIXEIRA CHAGAS (OAB 10535/AM), ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM) - Processo 0601267-40.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.R.F.O. - REQUERIDO: A.R.P.R. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MMa Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: TEREZINHA MARIA FONTENELE ARAGÃO NUNES (OAB 4556/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM) - Processo 0601620-17.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: L.G.M. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar nova cópia do acordo de fls. 111/113, devidamente assinado em todas as suas vias, pelas partes e por seus patronos, bem como fazendo referência se as partes renunciam aos alimentos entre si. Cópia do acordo nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0601847-36.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0626471-86.2018.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: A.B.P.O. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Por força do disposto no art. 528 do C.P.C., no cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o devedor será intimado para, em (03) três dias, efetuar o pagamento da obrigação alimentar, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, valendo ressaltar que, na hipótese de o título consubstanciar decisão judicial transitada em julgado, o Juiz mandará protestá-lo, conforme previsto no art. 528, § 1º, c/c o art. 517 do C.P.C., aplicando-se no couber os §§ 2º a 7º do art. 528. Por sua vez, prescreve o art. 911, caput e parágrafo único do do C.P.C., que no caso de execução fundada em título executivo extrajudicial que contenha obrigação alimentar, o Juiz mandará citar o Executado para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento das parcelas anteriores ao início da execução e das que se vencerem no seu curso, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, ressaltando que o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo, conforme o § 7º do art. 528 do C.P.C. Nesse sentido é a súmula 309 do STJ, in verbis: "Súmula 309:O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores à citação e as que vencerem no curso do processo." Ante o exposto, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, na medida em que o débito alimentar pleiteado corresponderia a verbas indenizatórias de suposta rescisão contratual do executado ocorrida em 10 de setembro de 2018, devendo adequar a exordial ao rito correspondente, sob pena de indeferimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANTONINO MACHADO DA SILVA (OAB 7231/AM) - Processo 0601972-04.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: P.M.S. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais e, a fim de evitar dano irreparável ou de difícil reparação, DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 300 caput e §2º do C.P.C., para determinar o cancelamento do pagamento da pensão alimentícia, na proporção de 10% (vinte por cento) do total dos vencimentos do requerente, Sr. Pedro Machado da Silva, em favor da Sra. Brenda Vieira da Silva, falecida em 07/03/2018, MANTENDO, por conseguinte, a pensão alimentícia no percentual de 10% (dez por cento) dos vencimentos do requerente, devidos à requerida Bruna Vieira da Silva, nos termos do acordo de fls. 12/13, cujo montante deverá continuar a ser descontado mensalmente da folha de pagamento do autor e depositado conforme já vem sendo efetuado. Oficie-se ao empregador do requerente, indicado às fls. 04, encaminhando-se cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida Bruna Vieira da Silva e intimem-se as partes. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELCI CARVALHO DOS SANTOS (OAB 8337/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM), ADV: RAFAEL CARVALHO FERNANDES (OAB 7099/AM), ADV: FABRIZIA SENA CARVALHO (OAB 10170/AM) - Processo 0602214-65.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: J.C.B. - EXECUTADO: A.N.B. - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da Carta Precatória de fls. 577/599. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0602291-40.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.N.A.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 11/06/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus advogados e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas. Intime-se a Defensora Pública, por carta.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0602433-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.S.R. - Exsurge da análise detida dos autos, que o requerente, em seu nome, ajuizou Ação de Alimentos, objetivando a fixação de alimentos em seu favor, requerendo, igualmente, a regulamentação de sua guarda, inferindo-se pelo teor da petição que a intenção da autora era de propor Ação de Guarda cumulada com Alimentos. Ocorre que a Ação de Alimentos processa-se pelo rito especial previsto na Lei n.º 5.478/68, o qual é incompatível com o procedimento ordinário, seguido pela Ação de Guarda, sendo permitida, porém, a cumulação de pedidos dessa natureza, quando adotado este último rito. Nesse sentido, permito-me transcrever o seguinte aresto: AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNIÃO ESTÁVEL. ALIMENTOS. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS NO MESMO PROCESSO. RITOS DIVERSOS. POSSIBILIDADE. É possível cumular pedido de alimentos em favor do filho do casal e de reconhecimento de união estável, caso adotado ao processo o rito ordinário (artigo 292, § 2º do CPC).Precedentes. AGRAVO PROVIDO. EM MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70050270628, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 06/08/2012) Sopesado o exposto, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, alterando a designação da ação, bem como o pedido, para Ação de Guarda cumulada com Alimentos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM) - Processo 0602669-93.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: V.S.P. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA (OAB 12462/AM) - Processo 0603161-17.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Raul Vieira Lima Júnior - Sopesado o exposto, e em consonância com o r. parecer do Ministério Público, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela pretendida, com fulcro art. 300, §2º, do Código de Processo Civil, para o fim de nomear o requerente, Sr. Raul Vieira Lima Júnior, como CURADOR PROVISÓRIO do interditando, Sr. Raul Vieira Lima. Expeça-se termo de compromisso, intimando-se o requerente, para o prestar, no prazo de 05 (cinco) dias e, após, expeça-se o Termo de Curatela Provisória, com validade de 01 (um) ano, em favor do autor, com a ressalva de que o curador, ora nomeado, administrará apenas os atos de natureza patrimonial e negocial do interditando, com exclusividade. Fixe-se data para audiência de entrevista pessoal do interditando. Cite-se e intime-se o interditando, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência, poderá impugnar o pedido. Intime-se o requerente, notificando-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA (OAB 12462/AM) - Processo 0603161-17.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Raul Vieira Lima Júnior - Em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 47-48, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0603221-87.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.L.R. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a decisão interlocutória de fls. 29-30, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0603323-51.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.S.F. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 17/06/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus advogados, para comparecer à audiência, acompanhada do seu patronos e testemunhas.

ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM) - Processo 0603877-44.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.H.N.C. - ALIMENTAND: I.B.B.C. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da ilustre representante do Ministério Público de fls. 39/40, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, por entender que os documentos acostados aos autos, não comprovam a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida. Intimem-se as partes e notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDRÉ LUIZ NEGREIROS CHUVAS (OAB 10864/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO DA CRUZ (OAB CANCELADA) (OAB 6043/AM) - Processo 0604386-43.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0631355-32.2016.8.04.0001) - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.G.L. - Intime-se a parte requerente, por seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, fornecer endereço válido do requerido, na medida em que o número fornecido restou não localizado, conforme AR de fls. 47. Endereço atualizado, cite-se o requerido na forma determinada às fls. 37. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ARTUR FREITAS NASCIMENTO (OAB 330942/SP) - Processo 0604629-50.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.B.P. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se quanto ao Ofício de fls. 56. Decorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: REGIMEIRY CARANHA ALMEIDA (OAB 12314/AM) - Processo 0604640-50.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Oferta - EXEQUENTE: C.J.C.C. - EXECUTADO: D.A.C.C. - Proceda-se a consulta de endereço do réu nos sistemas InfoJud e SIEL. Endereço nos autos, cumpra-se o despacho de fls. 52. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 6953/AM), ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: CAYO MARCELLOS LOPES DE VASCONCELOS (OAB 65077/PR) - Processo 0604852-42.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: A.S.S.K.N. e outro - REQUERIDO: W.V.K. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fl. 127, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0605017-21.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: L.D.D.S. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fl. 92 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0605185-18.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.L.P. - ALIMENTAND: A.C.L.N. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 13/06/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família,sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por carta precatória, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0605247-92.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.C.M.B. - Intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DIANA CAROLINA GALLEGOS ARMAS (OAB 13874/AM) - Processo 0605274-41.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.J.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos a cópia da sentença que originou a prestação alimentícia, sob pena de indeferimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM) - Processo 0605285-70.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.F.T. - Oficie-se ao Hospital e Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado, requisitando informações acerca da paciente, Sra. Rosenai de Jesus Marques dos Santos, RG 1670648-0, enviando a este Juízo, se possível, o prontuário da referida senhora, no prazo de 10 (dez) dias. Resposta do ofício nos autos, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA ESTER COELHO DE OLIVEIRA (OAB 9677/AM), ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0605593-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.B.S. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da ilustre representante do Ministério Público de fls. 33/34, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, por entender que os documentos acostados aos autos, não comprovam a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido. Intimem-se as partes e notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LAUDICEIA DE OLIVEIRA CORREA (OAB 8081/AM) - Processo 0605765-48.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.L.F.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito. Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 24/04/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0605881-88.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.S. - R.S.P. - Ante a certidão de fls. 62, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DENISE CAMPOS DA COSTA (OAB 7509/AM) - Processo 0606296-37.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: B.S.R. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 27/05/2019 às 08:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM), ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0606351-22.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Amanda Tamara da Silva Andrade - EXECUTADO: Juarez Leão Andrade - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II do C.P.C.. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0606426-61.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: L.A.S.N. - Considerando que as partes resolveram por fim a lide mediante autocomposição, conforme fls. 40/41, cancele-se a Audiência pautada. Intime-se. Diante do exposto, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0606526-79.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: G.Q.M. - Ante o teor da petição retro, intimem-se as partes, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos cópia do acordo pretendido, assinado em todas as suas vias, pelas partes e por seu patrono constituído, requerendo a devida homologação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO - Processo 0606549-30.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.J.M. - REQUERIDA: R.A.M. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, tendo o requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando

o Divórcio Direto Litigioso de Juarez José Martins e Rosinete Alves Martins, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber, Rosinete Alves Martins. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0606685-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fixação - REQUERENTE: R.L.B. - Certifico para os devidos fins que, foi juntada a carta precatória retro, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0606779-67.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.M.D. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a certidão de nascimento ou outro documento de identificação da requerida, por ser indispensável à propositura do presente feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0606961-53.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.F.F.B. - A.V.B. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se as partes dispensam a prestação de alimentos entre si, conforme disposto no art. 731 do CPC. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0607195-35.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.L.S.C. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos nova cópia do acordo, devidamente assinada em todas as vias, pelas partes e por seu patrono, devendo ainda, no mesmo prazo, informar se as partes dispensam a prestação de alimentos entre sí bem como esclarecer a data correta de inicio e término da referida união, tendo em vista as incongruências em relação as datas, conforme fls. 01/02. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0607494-80.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.L.C. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando, por conseguinte, o Divórcio de Nancy Lima de Cristo e Jone Frank de Cristo, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, Nancy Pereira de Lima. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor do requerido, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando aos filhos toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitado em julgado, expeça-se o Formal de Partilha e os Mandados de Averbação, dirigidos aos Cartórios do Registro de Imóveis competentes, se for o caso, além dos Alvarás, se forem requeridos, resguardando-se os direitos de terceiros. P.R.I.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0607494-80.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.L.C. - Chamo o processo à ordem, para declarar que houve erro material na sentença prolatada às fls. 93/95, grafando-se erroneamente a determinação de expedição de Termo de Guarda em favor do requerido, e não do requerido e requerente, como seria correto, em virtude do que, impõe-se a imediata alteração do decisum, a fim de corrigir o erro e a omissão apontados, com fundamento no art. 494, I, do C.P.C., de modo que, onde consta requerido, deverá constar requerido e requerente. Esta decisão passa a integrar a sentença de fls. 93/95, mantendo-se todos os seus demais termos. Após, mantenha-se a baixa e o arquivamento. P.R.I.

ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0607535-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.S.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a certidão de nascimento da alimentanda, tendo em vista ser documento indispensável à propositura do presente feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PALOMA MAQUINÉ DA SILVA (OAB 12769/AM) - Processo 0607821-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.Y.S.H. - Ante o teor da petição de fls. 01/04, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos nova cópia do acordo, devidamente assinada em todas as vias, pelas partes e por seu patrono, devendo ainda, no mesmo prazo, informar nos autos a data do início e término da referida união e esclarecer se há bens a partilhar. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SERGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM) - Processo 0607852-45.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDO: M.S.F.N. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Ricardo Hereda Fon e Ming Shek Fon Neto em audiência, conforme Termo de fls. 54/55, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, expeçam-se os demais documentos cabíveis e, após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ANTONIA SILVA DE SOUZA (OAB 9030/AM) - Processo 0608148-96.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: D.M.R. - W.B.N. - Ante o teor da petição de fls. 06/08, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar nos autos se as partes dispensam a prestação de alimentos entre sí. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM) - Processo 0608227-75.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: N.M.S.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, alterando a designação da ação, bem como o pedido, para Ação Negatória de Maternidade, acostando, outrossim, Certidão de Nascimento ou outro documento hábil da suposta filha a fim verificar o estado de filiação, bem como adequar os pedidos à causa de pedir, sob pena de indeferimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCINEI BRITO DE SOUZA LIMA (OAB 8258/AM) - Processo 0608370-64.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.C.N.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar nos autos se a divorcianda voltará a utilizar o nome de solteira ou permanecerá usando o de casada. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0608557-09.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: P.G.S.P. - C.S.P. - C.S.P. - INDEFIRO o pedido formulado às fls. 127/128, utilizando-me para decidir dos mesmo argumentos esposados às fls. 84. Intime-se. Proceda-se a baixa e arquivamento do presente feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM) - Processo 0608649-84.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635682-83.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: E.K.A.S. - EXECUTADO: N.O.N. -

Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 131. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: CAROLINE SILVA MACHADO (OAB 154441/RJ), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ANA SELMA FERREIRA SCHIMMELPFENNING (OAB 115309/RJ), ADV: DANIELLE SOUZA DE FARIAS (OAB 142102/RJ), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: ANA BEATRIZ FADEL (OAB 93720/RJ), ADV: DRª FERNANDA BRANDÃO NOVAES (OAB 120978/RJ) - Processo 0608864-31.2016.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERIDO: V.H.R.R. - Aguarde-se o decurso de prazo para apresentação de réplica. Manifestação dos autores nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0608908-45.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.S.R. - Ante o teor da petição de fls. 01/04, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos a cópia do documento que concedeu a guarda do adolescente H.S. da R. a requerida, sendo o referido documento indispensável à propositura do presente feito. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 2685/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 3900/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0608913-04.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.C.F. - REQUERIDO: R.R.F. - C.R.J.F. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 44, foi juntada certidão, informando que a diligência da Sra. Oficiala de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0609099-27.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: O.B.A. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0609124-11.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.P.O. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, tendo o requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Edmilson Pereira de Oliveira e Darcíla Souza de Oliveira, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber, Darcíla Souza de Oliveira. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0609140-96.2015.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: J.A.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito. Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 17/04/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM) - Processo 0609239-95.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.R.S. - Tendo em vista que já foi decretado a revelia conforme Despacho de fls. 94, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM) - Processo 0609301-09.2015.8.04.0001 - Guarda - Liminar - REQUERENTE: C.C.K.F. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, fornecer o endereço da parte requerida, ou, ratificando o já declinado, fornecer mais elementos para localização da parte ré. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VIVIANE SIMAS DA SILVA (OAB 6747/AM) - Processo 0609311-82.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.M.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ÉRICO DE OLIVEIRA GONÇALO (OAB 5165/AM) - Processo 0609344-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Shirley Moraes de Oliveira Matsui - Ante o teor da petição de fls. 01/07, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, fazendo constar o Sr. Rodolpho Tomihiko Imay Matsui no polo passivo do presente feito Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0609351-98.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.J.L. - Sopesado o exposto, e em consonância ao parecer ministerial de fls. 52, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ANA PAULA SIMÕES BANDEIRA ROCHA (OAB 12917/AM) - Processo 0609974-94.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.F.R. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, estando convencida da verossimilhança das alegações do requerente, e, a fim de evitar dano irreparável ou de difícil reparação, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 300, caput, § 2º, do C.P.C., para determinar a suspensão do pagamento da pensão alimentícia, arbitrada no valor correspondente a 15% (quinze por cento) do salário base, devida pelo requerente, Sr. Natanael Farias Rocha, ao seu filho, Willyan Monteiro Rocha. Expeça-se ofício ao empregador do alimentante, indicado às fls. 19, para que seja suspensos os descontos dos alimentos em folha de pagamento. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, a ser realizada neste Juízo. Cite-se o réu em seu endereço laboral. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido. Intimem-se as partes. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM), ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM) - Processo 0610181-30.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: D.S.N. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 14/06/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0610599-02.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: L.A.F.S. - Nomeio a Dra. Beatriz Cunha e Silva, Curadora Especial, nos termos do art. 72, II, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0610599-02.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: L.A.F.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 10/06/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado, para comparecer à audiência, acompanhado dos seus filhos, bem como de seu patrono e testemunhas. Intime-se a Defensora Pública, por carta.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0610622-74.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.C.V.B. - Intime-se novamente a parte autora, por seu advogado, para cumprir, no prazo de 15 (quinze) dias, em sua íntegra, o despacho de fls. 28, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Decorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANA DE OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 8215/AM), ADV: ADRIANA DE OLIVEIRA CAVALCANTE ANDRADE (OAB 371B/RR) - Processo 0611666-36.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.M.A.M. - Ante a certidão de fls. 48, decreto a revelia da parte requerida, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANA DE OLIVEIRA CAVALCANTE ANDRADE (OAB 371B/RR), ADV: ADRIANA DE OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 8215/AM) - Processo 0611666-36.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.M.A.M. - Sopesado o exposto, tendo o requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Francisco Márcio Andrade Moreira e Juliana Fernandes Lima Andrade, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber, Juliana Fernandes Lima Andrade. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da justiça. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: BRUNO DOS SANTOS REGO (OAB 13310/AM) - Processo 0612220-63.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: D.R.P. - REQUERIDO: A.N.P. - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a planilha de débitos. Informação nos autos, à contadoria, para atualização da dívida. Dívida atualizada, dê-se vista ao Ministério Público Após, voltem-me os autos conclusos para decidir. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO, ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0612564-20.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Família - REQUERENTE: R.B.B. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 24/06/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM) - Processo 0612884-94.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.A.S.F. - REQUERIDO: R.S.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência para Coleta de Material Genético, desta Ação, para o dia 08/05/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM) - Processo 0612969-80.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.A.M.M. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 02/05/2019 às 08:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0613248-66.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.A.S.S. - Ante a certidão de fls. 31, decreto a revelia da requerida, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM) - Processo 0613519-12.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.C.C.M. - " Ante ao exposto, intime-se a requerente, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca das informações contidas na referida certidão. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se."

ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM) - Processo 0613519-12.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.C.C.M. - Cumpra-se, com urgência, as deliberações de fls. 103.

ADV: LENINE YURI SAMPAIO GUEDES CAVALCANTE (OAB 9517/AM) - Processo 0613656-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.V.P. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 20/05/2019 às 08:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0613870-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.A.F. - Proceda-se a consulta de endereço do requerido nos sistemas InfoJud e SIEL. Endereço nos autos, cumpra-se o despacho de fls. 26. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM) - Processo 0613992-03.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: K.C.S.B. - Intime-se a requerente, por carta com AR, para, no prazo de 15 (quinze) dias, constituir novo patrono nos autos, regularizando a sua representação processual, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0614089-95.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.A.T.R. - L.E.T.R. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ERWIN ROMMEL GODINHO RODRIGUES (OAB 2728/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0614093-06.2015.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: GERAMILTON PINHEIRO RIBEIRO - REQUERIDA: DIVA VAZ RIBEIRO - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, tendo o requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Geramilton Pinheiro Ribeiro e Diva Vaz Ribeiro, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, Diva Vaz Ribeiro. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0615479-66.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Eliete Alves do Nascimento - Fixe-se nova data para Audiência de Interrogatório. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: RAQUEL BRASIL LIMA (OAB 6127/AM), ADV: GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES (OAB 6395/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0615647-73.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.C.P. - Indefiro o pedido de Execução dos Alimentos Provisórios nos autos principais, formulado na petição de fls. 175/179, tendo em vista que o referido feito deverá ser processado em autos apartados, nos termos do art. 531, § 1º do C.P.C., verbis: Art. 531. O disposto neste Capítulo aplica-se aos alimentos definitivos ou provisórios. § 1oA execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados. À Secretaria, para desentranhar dos autos as fls. 175/179. Intime-se. Ademais, aguarde-se a realização da audiência já designada. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EUDENIS DANTAS PEREIRA FILHO (OAB 11147/AM), ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: TAYGUARA YAN THANER FERNANDES DE LEMOS (OAB 13334/AM) - Processo 0615654-60.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.P.S. - REQUERIDA: J.S.P. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução de mérito, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso V, do C.P.C. Sem custas. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: PLÍNIO HENRIQUE MORELY DE SÁ NOGUEIRA (OAB 2936/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0616070-62.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.O.S.R. - .

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0616229-39.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda com genitor ou responsável no exterior - REQUERENTE: T.M.M. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por Mandado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0616352-66.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: E.O. - Em cumprimento à sentença de fls. 87-89, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 1295A/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0616652-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.C.F.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0616816-27.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: M.E.R.S. - ALIMENTANT: R.S.O. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da ilustre representante do Ministério Público de fls. 83/84, INDEFIRO de plano o pedido de guarda e regulamentação de visitas realizado em sede de contestação, por incompatibilidade entre os ritos. Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se especialmente aos documentos solicitados a ambos no último parágrafo do parecer ministerial retro. Cumpra-se, com urgência.

ADV: THAÍS FIGUEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/AM), ADV: JOSUÉ PRAIA GUIMARAES (OAB 13647/AM), ADV: RODRIGO CAMPOS DO ROSÁRIO (OAB 13727/AM) - Processo 0617060-53.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.P.B. - REQUERIDO: V.T.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo comum de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB A1089AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0617238-65.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0612194-02.2017.8.04.0001) - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDO: T.M.F. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0617399-12.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.M.L. - Intime-se a parte requerida, por sua Defensora Pública por carta com AR, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição de fls. 89/90. Manifestação nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0617570-37.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: D.A.C.M. - Diante do não pagamento da dívida, aplico, além da multa arbitrada às fls. 24, honorários de advogado, no percentual de 10% (dez por cento). Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos planilha de débitos atualizada. Informação nos autos, à contadoria, para atualização da dívida. Dívida atualizada, proceda-se à consulta junto ao RENAJUD, a fim de localizar veículos, em nome do Executado, passíveis de penhora. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0617765-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.L.N. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0617835-05.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: SUZIE SIMAS SARAIVA - Certifico para os devidos fins que o Mandado retro encontra-se com prazo devolução vencido, razão pela qual, oficiarei à Central de Mandados, solicitando o seu cumprimento imediato. É o que me cumpre certificar.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0618112-50.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.J.G.B. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Marlon José Guimarães Bayma e Maria Augusta da Silva Bayma, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber, Maria Augusta da Silva Bayma. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, dê-se a baixa e proceda-se o arquivamento. P.R.I.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0618142-90.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: M.T.S.S. - Em aditamento ao despacho retro, aplico, também, os honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento), motivo pelo qual os autos devem retornar à Contadoria, para nova atualização. Dívida atualizada, proceda-se ao cumprimento do segundo parágrafo do despacho de fls. 61. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0618255-39.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.F.S. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Moises Ferreira de Souza e Dayanne da Silva Oliveira, em audiência, conforme Termo de fls. 32/33, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. À Secretaria, para, desde já, expedir a documentação necessária à efetivação do acordo, como Termos de Guarda, com a ressalva de que Mandados de Averbação e Alvarás só poderão ser expedidos após o trânsito em julgado da sentença. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, expeçam-se os demais documentos cabíveis e, após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0618313-76.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXECUTADO: A.K.A.A.H. - Diante do não pagamento da dívida pelo Executado, aplico a multa de 10% (dez por cento) e os honorários de advogado de 10% (dez por cento) sobre o valor da Execução. Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos planilha atualizada de débitos. Planilha nos autos, remetam-se os autos à Contadoria, para que proceda à atualização do débito. Cálculo nos autos, proceda-se à consulta via BACENJUD e RENAJUD, a fim de localizar ativos financeiros e/ou bens, em nome do Executado, passíveis de penhora. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GRACIETE DE ABREU CORRÊA (OAB 3412/AM), ADV: ROBERTA IORIO GUINTEIRO (OAB 94072/RS), ADV: SOLANGE CONCEIÇÃO IORIO GUINTEIRO (OAB 22139/RS), ADV: FERNANDO CRUZ UNGARETTI DA SILVA (OAB 60463/RS), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: EZEQUIEL FERNANDES DE OLIVEIRA (OAB 10081/AM) - Processo 0618503-73.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.F.P. - REQUERIDA: F.C.P. - F.C.P. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, considerando que a parte ré arguiu tempestivamente preliminar de incompetência relativa deste Juízo, conforme peça Contestatória de fls. 31/37, sem oposição da parte contrária (fls. 90/92), nos termos do art. 64 cumulado com art. 53, inciso II, do CPC, ACOLHO a alegação de incompetência e, por conseguinte, determino a remessa dos autos ao Juízo de Direito da Comarca de Porto Alegre - RS, para o qual os autos deverão ser remetidos, com as cautelas de praxe. Providências necessárias via Secretaria da Vara. Cumpra-se, com a necessária urgência..

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM) - Processo 0618738-74.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Heliana Reis Barbosa - Sopesado o exposto, e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais, tendo a requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Heliana Reis Barbosa e Erivam De Oliveira, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Heliana Marreiros Reis. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ADRIANO RODRIGUES LOPES (OAB 10846/AM) - Processo 0618984-02.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.M.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM), ADV: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PONCE DE LEÃO JÚNIOR (OAB 5813/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM) - Processo 0619267-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.R.M. - REQUERIDO: T.V.S.M. - L.D.S.M. - Certifico para os devidos fins, que está pendente o endereço do Empregador do Alimentante, o qual é necessário para expedição do ofício para prosseguimento do desconto em folha de pagamento, razão pelo qual não será

possível a expedição do mesmo. É o que me cumpre certificar. Diante disso, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família e Sucessões, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar nos autos o endereço do Empregador.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM) - Processo 0619336-23.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615692-09.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Lidiane de Melo Albarado - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MICHELE FERREIRA DE ALENCAR (OAB 11864/AM), ADV: GISELE SOUZA DE MATTOS (OAB 10601/AM) - Processo 0619345-82.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.P.L.C. - REQUERIDO: L.C.B. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0619385-69.2015.8.04.0001 - Sobrepartilha - Alienação Judicial - REQUERENTE: Fernando Gomes dos Santos - Ante o teor da petição e documento de fls. 96/97, defiro os benefícios da gratuidade da justiça. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida. Intimem-se as partes e notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM), ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: HUMBERTO FILIPE PINHEIRO PEDROSA (OAB 13037/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM) - Processo 0619451-49.2015.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: M.C.A.S. - REQUERIDO: O.S.A. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fl. 384, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANA PAULA DE OLIVEIRA PINHEIRO (OAB 9893/AM), ADV: PRISCILA TITO GARCIA ALVES FERREIRA (OAB 137585/MG) - Processo 0619677-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: Igor Gabriel Ribeiro Santiago - Iury Augusto Ribeiro Santiago - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0619709-25.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.A.N. - Sopesado o exposto e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais, em consonância com o parecer ministerial de fls. 59/60, e com base no artigo 1.604 do Codex Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pelo requerente, para declarar que o Sr. Marcelo Albuquerque Neves não é o pai biológico do menor Vinícius Marques Albuquerque Neves, nascido em 27/05/2013, determinando, por conseguinte, a alteração do nome do infante, a exclusão do nome do genitor, Sr. Marcelo Albuquerque Neves, bem como dos avós paternos, Sr. Evandro Araújo Neves e Sra. Maria Albuquerque Neves, do registro de nascimento do requerido. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação ao 5º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais desta Comarca, para exclusão do nome do autor, Sr. Marcelo Albuquerque Neves e dos avós paternos, Sr. Evandro Araújo Neves e Sra. Maria Albuquerque Neves, do assento de nascimento do menor Vinícius Marques Albuquerque Neves, cujo nome deverá ser alterado, passando a constar "Vinícius da Silveira Marques". Sem custas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0620138-21.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.P. - Fixe-se nova data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se o réu no endereço declinado às fls. 52. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido. Cumpra-se as demais determinações constante da Decisão de fls. 38/39. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0620138-21.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.P. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito. Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 02/04/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM) - Processo 0620253-42.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: W.P.N.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM) - Processo 0620412-19.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: N.K.S.O. - REQUERIDA: I.C.S.O. - Intime-se novamente a parte requerente, por sua advogada, para cumprir, em 15 (quinze) dias, o despacho de fls. 47, acostando aos autos a certidão de nascimento da adolescentes cuja guarda se pretende modificar. Cumpra-se o segundo parágrafo do despacho de fls. 47. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0620514-41.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.O.C. - Cumpra-se o despacho de fls. 38, com ressalva de que a Audiência de Conciliação deverá ser realizada neste Juízo. Citem-se os réus nos endereços apontados às fls. 34 e 38, por Mandado. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0620562-63.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601312-15.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: Yuri Ribeiro Barros - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM) - Processo 0620702-34.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: C.L.F. - Cumpra-se os despacho de fls. 32, nos endereços de fls. 96/97. Expeça-se Carta Precatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SÉRGIO LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 12953/AM), ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM) - Processo 0621107-36.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626653-09.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: M.V.F.S. - Suprida a irregularidade apontada às fls. 38, encaminhe-se a Carta Precatória de fls. 37. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0621108-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.G.S. - Certifico para os devidos fins que, foi juntada a carta precatória retro, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM), ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0621698-95.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.S.C. - REQUERIDO: R.A.L. - Intime-se novamente o causídico da parte autora para cumprir o despacho de fls. 60, no prazo ali assinalado. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0622541-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.L.S. - REQUERIDA: M.L.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0622677-62.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.L.V.R. - REQUERIDO: E.S.M. - intime-se a parte requerente, por carta com AR e por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0622972-31.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.A.O. - REQUERIDO: P.D.M.G. - Em sequência às determinações de despacho/decisão anterior, procedo à republicação de parte do seu conteúdo, para fins de intimação da parte requerida: “Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC.. Cumpra-se, com urgência.”

ADV: RAQUEL DOS SANTOS GAMA (OAB 10828/AM), ADV: CINTIA MARFIZA DE LIMA MONTEIRO (OAB 8836/AM), ADV: GRACE KELLE P. DA SILVA (OAB 8690/AM) - Processo 0623489-36.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.J.A.P. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 30/04/2019 às 08:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: GLADSON FERNANDO DA COSTA MEDEIROS (OAB 13273/AM) - Processo 0623640-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: S.F.C. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0623872-14.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.M.R.C. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0624118-10.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.T.A.L. - Ante a certidão de fls. 44/45, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: IRACEMA DE PAULA MAIA ARAÚJO DE FREITAS (OAB 12386/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0624347-33.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.P.S. - REQUERIDO: S.B.P. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Adriana Passos Braga e Sherverson Braga Pimenta, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Adriana Passos de Souza. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor da requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado

desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Oficie-se ao empregador do alimentante, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se a baixa e o arquivamento. P.R.I.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: IRACEMA DE PAULA MAIA ARAÚJO DE FREITAS (OAB 12386/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0624347-33.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.P.S. - REQUERIDO: S.B.P. - Em cumprimento à sentença de fls. 106-107, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Unilateral Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0624443-82.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.O.L. - É o relatório. Decido: Ab initio, defiro a gratuidade da justiça. Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Dailson Oliveira de Lima e S. L. P. de L., representada por sua genitora Celia Afonso Portela, em audiência, conforme Termo de fls. 75/76, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ao tempo em que, torno definitivo os alimentos arbitrados na Decisão Interlocutória de fls. 37/39, com inclusões pertinentes ao avençado. À Secretaria, para, desde já, expedir a documentação necessária à efetivação do acordo, como ofícios e Termos de Guarda, com a ressalva de que Mandados de Averbação e Alvarás só poderão ser expedidos após o trânsito em julgado da sentença. Sem custas. Transitada em julgado, expeçam-se os demais documentos cabíveis e, após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM) - Processo 0624815-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: E.S.D. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MMa Juiza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM) - Processo 0625089-29.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.M.A. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0625402-53.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.A.A. - ALIMENTAND: J.C.A.A. - REQUERIDO: J.C.A.J. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0625752-12.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.F.M. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fl. 269, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0625928-54.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.V.O. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0626423-98.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.N.R. - Fixe-se data para audiência de conciliação a ser realizada nesta Juízo. Cite-se a ré Tainá da Silva Ferreira no endereço de sua suposta genitora Marigiane da Costa Silva, fornecido na inicial, e o requerido Raimundo Tennicy Mendonça Ferreira no endereço fornecido às fls. 50. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta dos requeridos. Intimem-se as partes. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço dos réus não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0626741-81.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.G.S. - Intime-se o requerido, por Mandado, para, querendo, contestar a presente ação em 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0626877-78.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Dissolução - REQUERENTE: Gilmara Gomes dos Santos - REQUERIDA: Gisely Machado Silva - Gizeuda Machado Silva - Joseneide Machado Silva - MOZANIEL MACHADO SILVA - Aguarde-se a realização da audiência pautada. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM) - Processo 0627135-20.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.M.S.C. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM) - Processo 0627516-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.S. - Aguarde-se a realização da audiência pautada. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM), ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM), ADV: DAIANE PASCHOALOTTI LEMOS (OAB 6489/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: KEILA TAMIRES MELO MARTINS (OAB 9116/AM) - Processo 0627546-

05.2014.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.M.D. - REQUERIDA: E.C.P. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fl. 288, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: DAIANE PASCHOALOTTI LEMOS (OAB 6489/AM), ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: KEILA TAMIRES MELO MARTINS (OAB 9116/AM), ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0627546-05.2014.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.M.D. - REQUERIDA: E.C.P. - Em cumprimento à sentença de fl. 288, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0627668-76.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.V.M.F. - REQUERIDA: E.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da Contestação e Reconvenção proposta às fls. 160/175. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0628439-25.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.S.B. - Certifico para os devidos fins que, foi juntada a carta precatória retro, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: JAQUELINE PONCE DE LEÃO LIMA ALMEIDA (OAB 5200/AM) - Processo 0628894-19.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.F.R. - Fixe-se data para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intime-se a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, fornecer maiores informações quanto a localização do réu, a fim de viabilizar a comunicação dos atos processuais. Informações nos autos, cite-se e se intime o requerido. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas, cientificando-as de que o não comparecimento do requerente determinará o arquivamento do pedido e que a ausência do requerido importará em revelia, bem como que, frustrada a conciliação, a contestação deverá ser oferecida na própria audiência. Intime-se a requerente. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0628896-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.B.S. - Cumpra-se o despacho de fls. 65, intimando o requerido por seu Defensor Público, para ratificar os termos do acordo de fls. 59/60. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM) - Processo 0629004-18.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613557-29.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: B.A.M. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM), ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0629706-95.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: E.B.S.S. - F.S.R. - P.S.R. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 116/137. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDREZA INGRID LIMA DOS SANTOS (OAB 11443/AM) - Processo 0630182-70.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: S.C.C. - Certifico para os devidos fins que foi juntada a cart precatória retro, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM) - Processo 0630523-62.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.J.B.C. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0631260-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: E.G.N. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca do Aviso de Recebimento de fls. 29, fornecendo, outrossim, endereço válido ou maiores elementos para localização, caso confirme-se o endereço constante da exordial, da parte ré para comunicação dos atos processuais. Confirmado o endereço apresentado ou fornecido um novo, fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0631262-40.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Certidão ou atestado ideologicamente falso - REQUERIDO: SALOMÃO RAVIER RODRIGUES DA SILVA - MENOR IMPÚBERE - Ante o lapso temporal transcorrido, oficie-se novamente ao Setor Psicossocial deste Fórum Henoch Reis, requisitando informações acerca do relatório de que trata a parte final do Termo de fls. 120/121, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0631299-62.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: G.S.E. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0632089-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.A.O. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intime-se a parte requerente, para comparecer acompanhada dos seus advogados e testemunhas. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0632415-69.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: P.P.A. - Fica a Audiência de conciliação

redesignada para o dia 02/04/2019 às 08:30h, a realizar-se no Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos das Varas de Família CEJUSC-FAMÍLIA, Fórum Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus- AM. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CARLA BRASIL DE ARAÚJO RAMOS (OAB 11719/AM) - Processo 0632479-50.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.G.B.A.M.L. - S.B.A. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 119, foi juntada certidão, informando que a diligência da Sra. Oficiala de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM) - Processo 0633011-53.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Noteflora de Farias Leite dos Santos - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Inspeção Judicial, desta Ação, para o dia 03/06/2019 às 08:15h, a ser realizada na residência da parte requerida, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0633322-83.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: L.D.A.M. - Demonstrado o pagamento integral dos alimentos em atraso, conforme petição do próprio exequente às fls. 103/105, torno sem efeito o decreto da prisão civil do Executado, determinando, por conseguinte, o cancelamento e a devolução do Mandado Prisão Civil de fls. 95/96, devendo a Secretaria diligenciar conforme o necessário. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0633367-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: Amiel Araújo Bezerra - Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação a ser realizada neste Juízo. Cite-se a requerida Ana Alice Miguel Bezerra no endereço declinado às fls. 30. Proceda-se a consulta de endereço do requerido Andre Miguel Bezerra nos sistemas InfoJud e SIEL. Endereço nos autos, citem-se por Carta com AR, e, em caso de resposta negativa, por Mandado. Caso reste infrutífera a tentativa de autocomposição, fixe-se data para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas, cientificando-as de que o não comparecimento do requerente determinará o arquivamento do pedido e que a ausência do requerido importará em revelia, bem como que, frustrada a conciliação, a contestação deverá ser oferecida na própria audiência. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EWERTON DE ALENCAR CORREIA (OAB 8460/AM) - Processo 0633825-02.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.O.F. - Ante a certidão de fls. 71, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM) - Processo 0633851-97.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: D.F.O. - À Secretaria para certificar quanto aos decurso do prazo de manifestação das partes. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0634031-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ronildo Ramos de Souza - Ante a certidão de fls. 37, decreto a revelia da parte requerida, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Todavia, constituindo Defensora Pública nos autos, intime-se a parte ré, na pessoa de sua representante processual, para dizer se ratifica os termos do acordo parcial de fls. 26/27. Intimem-se as partes, por seus representantes, para informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 348 do C.P.C.. Caso manifestem desinteresse na produção adicional de provas, impor-se-á o julgamento antecipado da lide, conforme dispõe o art. 355, inciso II do C.P.C., razão pela qual, deverão os autos voltarem-me conclusos para sentenciar. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0634237-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: I.S.R. - ALIMENTANT: M.L.R. - "Vistos etc. Homologo o acordo firmado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, determinando, por conseguinte, que a guarda do filho do casal será exercida na modalidade compartilhada, conforme ficou estabelecido pelas partes, ressaltando que a guarda compartilhada pressupõe o exercício conjunto e harmonioso dos direitos e deveres consubstanciados no poder familiar pelos genitores, os quais devem participar ativamente da criação e educação do filho menor,decidindo, de comum acordo, todas as questões que lhe digam respeito, assumindo ambos a responsabilidade pelo seu desenvolvimento físico, educacional, moral e emocional, conforme se deflui do artigo 1.583, § 1º do C.C. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes. Isento de Custas. Sentença Publicada em Audiência. Ciente as partes e seus respectivos patronos. Expeça-se o competente termo de guarda e responsabilidade compartilhadas em favor dos genitores. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. "

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SÍLVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: RAYSA LEMOS PERTOTI DE FIGUEIREDO (OAB 7777/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0634282-39.2014.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDO: E.M.L. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por carta com AR e por mandado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0634300-26.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.X.S. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, tendo o requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Marizaldo Ximenes da Silva e Maria Odinalda Teixeira Ximenes, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, Maria Odinalda Teixeira Ximenes. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM) - Processo 0634341-56.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.C.F. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Antônio Carlos Frota e Camila

da Silva Frota, conforme indigitado acordo de fls. 64/65, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, expeçam-se os demais documentos cabíveis e, após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0634819-98.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: J.C.R.S. - Intime-se novamente a parte requerida, por suas causídicas, para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, ratificar os termos do acordo de fls. 179. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0634861-16.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: NUBIA MIRANDA PARENTE - Fixe-se data para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Cite-se o requerido, por Mandado, no endereço de fls. 71. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas, cientificando-as de que o não comparecimento do requerente determinará o arquivamento do pedido e que a ausência do requerido importará em revelia, bem como que, frustrada a conciliação, a contestação deverá ser oferecida na própria audiência. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0635072-81.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.P.S.B. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para cumprimento do despacho de fls. 19, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0635132-54.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: S.F.V.N. - Oficie-se a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Seped), na pessoa do Senhor Secretário, para disponibilizar profissional habilitado a atuar como intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Audiência designada para o dia 12/04/2019, às 09:00 horas, sob pena de incorrer em crime de desobediência. Cumpra-se, com urgência.

ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM) - Processo 0635296-87.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: B.E.Q.P.S. - Sopesado o exposto e mais do que dos autos consta, em consonância com o parecer ministerial de fls. 74/75 e com base no artigo 1.604 do Codex Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pelo requerente, para declarar que o Sr. Bruno Eustáquio de Queiroz Pedrosa Santos não é o pai biológico do menor Bruno Eustáquio Câmara Santos, nascido em 22/04/2010, determinando, por conseguinte, a exclusão do nome do genitor, Sr. Bruno Eustáquio de Queiroz Pedrosa Santos, bem como dos avós paternos, Sr. Antônio dos Santos e Sra. Sandra Maria de Queiroz Pedrosa Santos, do registro de nascimento do requerido. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação ao 2º Ofício de Registro Civil desta Comarca, para exclusão do nome do autor, Sr. Bruno Eustáquio de Queiroz Pedrosa Santos e dos avós paternos, Sr. Antônio dos Santos e Sra. Sandra Maria de Queiroz Pedrosa Santos, do assento de nascimento do menor Bruno Eustáquio Câmara Santos, bem como do patronímico "Santos". Sem custas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0635781-19.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.R.S.L. - Cumpra-se a deliberação de fls. 22, por Mandado. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MÁIRA ANDRADE MARTINS (OAB 7421/AM) - Processo 0635895-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: L.C.L. - REQUERIDA: B.M.C.K. e outro - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 25/06/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: BIANKA CAELLI BARRETO RODRIGUES (OAB 4445/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DAMASCENO DE ARAÚJO (OAB 5265/AM) - Processo 0635972-98.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.Q.M. - REQUERIDO: H.P.M.S. - Ato contínuo, a MMª Juíza determinou que os autos sigam com vista ao Ministério Público.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM) - Processo 0636242-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: H.C.O.A. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB 9461/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM), ADV: LORENA BEATRIZ ANDRADE DE ARAÚJO (OAB 9424/AM) - Processo 0636519-41.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: N.S.S.N. - N.K.S.N. - REQUERIDO: L.C.P.A. e outros - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito. Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 24/04/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados à fila "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo expedidas neste ato as cartas de citação devidas nos endereços atualizados, bem como o Requerido Luiz Carlos Pacu de Araújo será intimado por seu patrono já cadastrado nos autos e que a Requerida Sra. Silene Gomes Saraiva não reside nesta Comarca e sim em Osasco SP, devendo a Vara de origem providenciar a sua citação por Carta Precatória.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0636718-63.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: J.C.N. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da sentença homologatória de fls. 15, na medida em que o referido documento menciona "pensão alimentícia em favor dos filhos menores", sem, contudo, especificar seus nomes e o percentual cabido a cada um deles. Após, voltem-me conclusos os autos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANA VANDERLEA ALVES DA CRUZ (OAB 11241/AM) - Processo 0636800-94.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.S.N. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JAQUELINE ABREU CARVALHO (OAB 11166/AM) - Processo 0636888-35.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.R.A. - Defiro a gratuidade da justiça. Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos, proposta por Nilson Rocha Alves contra sua filha

Nayenne Carvalho Alves, devidamente qualificados nos autos. Exsurge da análise detida dos autos que a obrigação alimentar foi deferida em favor da filha do autor, sendo que esta já atingiu a maioridade, conforme certidão de nascimento de fls. 12. Contudo, ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, deixando para fazê-lo somente depois da contestação, uma vez que entendo temerária a concessão da medida, sem ouvir a requerida, pelo risco de causar-lhe dano irreparável ou de difícil reparação, mormente pela possibilidade de que ela, com pouco mais de 22 (vinte e dois) anos de idade, possa estar cursando ensino superior. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a parte requerida e intimem-se as partes, por Carta com AR, ressaltando que, no caso de não haver acordo, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para que a requerida apresente contestação, a partir da supracitada audiência. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0636894-13.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.C. - Intimem-se as partes, a requerente por seu advogado e o requerido por Carta Precatória, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem suas alegações finais, conforme art. 364, § 2º do C.P.C. Manifestações nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: BRUNO THIAGO QUEIROZ DE AGUIAR (OAB 11285/AM) - Processo 0637349-41.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: Rosilene Ferreira de Lima - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar a data de início da suposta união entre a parte e o de cujus. Manifestação nos autos,voltem-me os autos conclusos para sentenciar. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0637688-29.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.A.M. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 22/05/2019 às 08:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0637963-12.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.S.M. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MMa Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0638050-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.R.M. - ALIMENTAND: I.D.M.S. - "Vistos etc. Homologo o acordo firmado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, determinando, por conseguinte, que a guarda do filho do casal será exercida na modalidade compartilhada, conforme ficou estabelecido pelas partes, ressaltando que a guarda compartilhada pressupõe o exercício conjunto e harmonioso dos direitos e deveres consubstanciados no poder familiar pelos genitores, os quais devem participar ativamente da criação e educação do filho menor,decidindo, de comum acordo, todas as questões que lhe digam respeito, assumindo ambos a responsabilidade pelo seu desenvolvimento físico, educacional, moral e emocional, conforme se deflui do artigo 1.583, § 1º do C.C. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes. Isento de Custas. Sentença Publicada em Audiência. Ciente as partes e seus respectivos patronos. Expeça-se o competente termo de guarda e responsabilidade compartilhadas em favor dos genitores. Oficie-se ao Chefe do Departamento de Pessoal da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas para que proceda aos descontos devidos. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. "

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0638079-86.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: A.F.S. - REQUERIDO: R.M.S. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do requerente, nos termos do art. 5º c/c art. 1.635, inciso III do Código Civil e Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça, para exonerar o requerente, Sr. Aroldo Freitas dos Santos, da obrigação de pagar alimentos ao requerido, Sr. Rafael Marques dos Santos, determinando, por conseguinte, o cancelamento dos descontos de 15% (quinze por cento) dos vencimentos brutos do autor, a título de alimentos em favor do requerido. Oficie-se ao empregador do requerente, encaminhando cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0638096-20.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.M.S. - REQUERIDO: B.S.C. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fl. 28 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0638200-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: K.R.C.S. - Tratando-se a presente demanda de direito indisponível, a revelia não induz os efeitos do Art. 344 do Código dos Ritos, por conseguinte, mesmo a parte autora pugnando pelo julgamento antecipado da lide, entendo que há necessidade de produção de outras provas necessárias ao julgamento do mérito. Diante do exposto, determino que se fixe data para audiência de Instrução e Julgamento. Intime-se a parte requerente, para comparecer acompanhada dos seus advogados e testemunhas. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: SALIM DAVID GUIMARÃES FELIPE (OAB 13138/AM) - Processo 0638804-70.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.L.V. - REQUERIDO: M.V.P. - Em cumprimento à sentença de fls. 88-89, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0638807-59.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.R.G.T. - REQUERIDO: R.R.T. - Ante o teor da da petição de fls. 278/279, intime-se a parte ré, por carta com AR, para no prazo de 15 (quinze) dias, constituir novo patrono nos autos. Em caso de resposta negativa, intime-se por Mandado. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE - Processo 0638984-23.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0641200-88.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: R.S.L. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MISAEL DE MELO E SILVA (OAB 10934/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0639054-74.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade -

Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.H.M.M. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao termo de audiência de fl. 69, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM) - Processo 0639279-60.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0256918-69.2011.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: C.S.C.C. - Proceda-se à consulta via RENAJUD, a fim de localizar veículos, em nome do Executado, passíveis de penhora. À Secretaria, para a expedição dos ofícios solicitados às fls. 63. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0639719-56.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: S.C.A. - Intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0640278-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.S.A. - Ante o teor da petição de fls. 34/35, cancele-se a Audiência pautada. Face o pedido de desistência da ação, dê-se vista ao Ministério Público. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM), ADV: CINDY DE PAULA PUIM (OAB 394766/SP) - Processo 0640459-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Jose Celso Moda Monteiro - REQUERIDA: Ingrid Lamego Carioca - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM) - Processo 0640522-39.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.T.A. - Intime-se a parte requerente, para dizer, em 15 (quinze) dias, se deseja que o estudo Psicossocial seja realizada por profissionais disponíveis no Setor de Psicologia e Assistência Social Forense deste Fórum, o qual, ressalta-se conta com poucos experts para atender as demandas das varas de família em tempo razoável ou se opta pela nomeação de profissionais cadastrados no Banco de Peritos deste Tribunal, arcando com os honorários respectivos. Manifestando-se pela primeira opção, proceda-se a estudo psicossocial do caso. Optando pela nomeação de perito, consulte-se, no bando de dados do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, peritos aptos a realizar perícia psicológica e social do caso, notificando-os para apresentarem proposta de honorários em 05 (cinco) dias. Proposta nos autos, intimem-se as partes, por seus advogados para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0640541-11.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.F.S. - REQUERIDO: A.L.L.F.S. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0641119-08.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: S.M.S.D.M. - "Vistos etc. Homologo o acordo firmado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes. Isento de Custas . Sentença Publicada em Audiência. Ciente as partes e seus respectivos patronos. Oficie-se ao Chefe do Departamento de Pessoal da Empresa LG Electronics da Amazônia, observando o número correto do RG do requerido, para que proceda aos descontos devidos. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. "

ADV: VERÔNICA DA SILVA E SILVA (OAB 12757/AM) - Processo 0641200-88.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.S.L. - M.E.L.M. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 95, foi juntada certidão, informando que a diligência da Sra. Oficiala de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALISSON SABINO ROQUE DE MELO (OAB 11978/AM), ADV: EDSON GOMES MARTINS DA COSTA (OAB 8967/MA) - Processo 0641315-75.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.S.C. - REQUERIDO: D.F.S. - intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM) - Processo 0641984-31.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.O.S.V. - Proceda-se a consulta de endereço da parte ré nos Sistemas InfoJud e SIEL. Endereço nos autos, fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se e se intime a ré. Intime-se a autora. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA (OAB 10461/AM), ADV: LOURIVAL SIQUEIRA SILVA NETO (OAB 11828/AM), ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM), ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM) - Processo 0642052-15.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0653597-14.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: D.L.A. - EXECUTADO: C.A.G.J. - Acolho a Promoção Ministerial de fls. 168. Apense-se o presenta à Ação de nº 0653597-14.2018. Suspenda-se o presente feito pelo prazo de 1 (um) ano ou até a deslinde da demanda supramencionada, se esta ocorrer em menor prazo. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE) - Processo 0642117-39.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: M.A.F. - intimou-se a interditanda para que esta apresente impugnação aos termos da presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado a partir da data da presente audiência. Após o decurso do prazo, com ou sem impugnação, os autos deverão seguir com vista ao Ministério Público.

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM), ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0642369-42.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: H.B.M.P. - REQUERIDA: F.E.S. - Certifico para os devidos fins que a contestação apresentada foi intempestiva, de acordo com às fls, 70/71. É o que me cumpre certificar.

ADV: JÉSSYCA LUANA MORAIS FERREIRA (OAB 11258/AM) - Processo 0642714-42.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Raimunda Fonseca Paschoalino - intimou-se o interditando para que este apresente impugnação aos termos da presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado a partir da data da presente audiência. Após o decurso do prazo, com ou sem impugnação, os autos deverão seguir com vista ao Ministério Público.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA

(OAB 5663/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0642767-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bem de Família - REQUERENTE: Denilton Antonio da Silva Barroso - REQUERIDA: Berenice Vital Silveira - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Denilton Antônio da Silva Barroso e Berenice Vital Silveira em audiência, conforme Termo de fls. 50/52, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, expeçam-se os demais documentos cabíveis e, após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM), ADV: MAELIR RODRIGUES DA SILVA (OAB 12977/AM) - Processo 0643361-37.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.S.A. - REQUERIDA: M.R.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0643705-81.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.M.M. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 06/06/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por carta precatória, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE, ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM) - Processo 0643972-87.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.C.F. - Fixe-se nova data para Audiência de Conciliação a ser realizada neste Juízo. Cite-se o requerido, por Mandado, a ser encaminhado aos Presídios da Capital, via Malote Digital, no mesmo azo, oficie-se as Unidades Prisionais para apresentação do detento na data determinação para sobredita Audiência. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: VICTOR ALBERTO GRAÇA LINS (OAB 10562/AM) - Processo 0644452-31.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0642997-31.2018.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.B.P. - M.E.C.B. - REQUERIDO: M.H.P. - Apense-se o presente aos autos do processo de nº 0642997-31.2018.8.04.0001. Após, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NEAN JULES COSTA PEDROSO (OAB 8655/AM) - Processo 0644688-17.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.M.S. - Ante a certidão de fls. 41/42, decreto a revelia da requerida, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0644907-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Socorro Sales Reis - REQUERIDO: Carlindo Borges dos Santos - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROGÉRIO DA SILVA RODRIGUES (OAB 9949/AM) - Processo 0644909-63.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: K.B.P.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 12/06/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimado, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: LANDO FERREIRA SIQUEIRA (OAB 3930/AM), ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0645535-19.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Williams Souto Varela - REQUERIDA: Josiane Brito Varela - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o Ministério Público, DECRETO a INTERDIÇÃO de Josiane Brito Varela, com base no art. 1.767, I, do Código Civil, nomeando-lhe CURADOR o seu esposo, Williams Souto Varela, que a representará nos atos da vida civil e na administração dos seus bens, sobretudo, os de natureza patrimonial e negocial, podendo praticar todos os atos inerentes ao exercício do encargo, em nome da esposa curatelada interditada, com exclusividade, com a inspeção deste Juízo, obrigando-se à prestação de contas, com fulcro no art. 1.774, c/c o art. 1.747, caput e incisos, e segts. caput e incisos, e art. 1.755, do Código Civil, no que couber. Expeça-se em favor do Curador o Termo de Curatela, mediante a prestação de compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, de acordo com o disposto no art. 759, do Código de Processo Civil. Expeça-se Mandado para a inscrição da sentença junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Pessoas Naturais, procedendo-se a imediata publicação desta decisão na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da interdita e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que a interdita poderá praticar autonomamente, conforme exigência do art. 755, § 3º, do C.P.C. À Secretaria, para as providências cabíveis. Sem custas. Transitada em Julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM), ADV: LANDO FERREIRA SIQUEIRA (OAB 3930/AM) - Processo 0645535-19.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Williams Souto Varela - REQUERIDA: Josiane Brito Varela - Em cumprimento à sentença de fls. 112-114, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0645569-57.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0216423-70.2017.8.04.0001) - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Micael Tuissima dos Santos - Compulsando os autos apensos, verifico que as partes chegaram a um acordo quanto a guarda, direitos de visitas, alimentos e patrimônio, o que foi devidamente Homologado por Sentença, conforme fls. 110/112, Processo nº 0216423-70.2017. Diante do exposto, e, tão somente para evitar decisões surpresa, intime-se a parte autora, por sua advogada, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, volvam-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ANTÔNIO TAVARES JÚNIOR (OAB 5704/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM), ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM) - Processo 0645651-25.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.C. - REQUERIDO: A.K.L.A. - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 106, fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: LACERDA SERUDO DE OLIVEIRA (OAB 13122/AM) - Processo 0646929-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.R.C.G. - REQUERIDA: A.T.N.A. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MMa Juiza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0648332-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.V.G. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM) - Processo 0649499-83.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.N.S. - Em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 26-28, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0650584-07.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.A.P.L. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 07/06/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimado, por carta precatória, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM) - Processo 0651802-70.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.M.C.M. - Defiro o pedido formulado às fls. 47/48. Oficie-se à empresa PCE - Papel, Caixas e Embalagens S/A, para que, no prazo de 10 (dez) dias, cumpra as determinações contidas no decisum de fls. 32, sob pena de, não o fazendo, incorrer nas sanções do crime de desobediência, previsto no art. 330, do Código Penal, e ser o fato comunicado à autoridade administrativa superior, ao Ministério Público e à autoridade policial, para que sejam tomadas as providências de ordem administrativa e criminal relativas à espécie. Ademais, aguarde-se o transcurso do prazo para contestação. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0651953-36.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Liliane Figueiredo Muniz - Tendo em vista que o Executado foi devidamente citado conforme Termo de Ciência de fls. 30 e deixou transcorrer o prazo para apresentação de Justificativa, conforme restou demonstrado pela Certidão de fls. 33, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0652192-40.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.H.B. - CERTIFICO que, face a manifestação da parte autora, e comparecimento da advogada da requerente Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro OAB/AM 9741, em razão da devolução do MANDADO negativo retro e em cumprimento ao(à) despacho/decisão do MM. Juiz de Direito. Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica REDESIGNADA a audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Euza Maria Naice de Vasconcelos, 1a. andar, CEP: 69079-265, Manaus - AM, para o dia 02 de abril de 2019, às 10 horas e 30 minutos. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0652192-40.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.H.B. - Mandado nº: 001.2019/030538-0 Situação: Aguardando Cumprimento em 27/02/2019 Local: Oficial de justiça - Altemir Alves Portela

ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM) - Processo 0652597-76.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO “DOUTOR THOMAS” e outro - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista e Exame Pessoal da Interditanda, desta Ação, para o dia 31/05/2019 às 08:15h, a ser realizada na Fundação de Apoio ao Idoso “Doutor Thomas, onde reside a interditanda, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0652647-05.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: B.C.J. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fl. 17, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: SARA ALMEIDA AGUIAR (OAB 13442/AM) - Processo 0652831-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.P.L. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Eliesio Pinheiro de Lima, Evellyn Cristina da Silva Lima e Clicya Luane da Silva de Lima, em audiência, conforme Termo de fls. 39/41, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, expeçam-se os demais documentos cabíveis e, após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0653156-33.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0605903-83.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: Magna Maria Santana de Souza - Certifico para os devidos fins que a parte Executada apresentou Justificativa, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família e Sucessões, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias É o que me cumpre certificar.

ADV: PEDRO HUMBERTO DE CARVALHO FIGUEIREDO (OAB 13318/AM), ADV: REBECA MIRANDA BATISTA (OAB 9981/AM), ADV: NONATO VINÍCIUS DOS SANTOS FRANÇA (OAB 13703/AM) - Processo 0654468-44.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.M.M.M.B. - REQUERIDA: L.L.M.M. - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, presentes os pressupostos do periculum in mora e do fumus boni

iuris, não hesito em conceder a medida requerida, determinando a BUSCA E APREENSÃO da Sra. Cristina Miranda Martins, com supedâneo no art. 300, c/c arts. 301 e 536, §§ 1º e 2º do C.P.C., a fim de assegurar o cumprimento da decisão de fls. 84/85, e no resguardo do melhor interesse da curatelada. Expeça-se o competente mandado, em cujo cumprimento deverão ser observadas as formalidades legais, ressaltando que os Oficiais de Justiça deverão fazer-se acompanhar de duas testemunhas que, juntamente com eles, deverão assinar o auto circunstanciado, entregando a interditada Cristina Miranda Martins à requerente, Sra. Cláudia Miranda Martins de Menezes Batista, com as cautelas de praxe. Desde já requisito o auxílio de força policial, para garantir o cumprimento da liminar, ora concedida. Intime-se a requerida, notificando-a para abster-se de praticar qualquer ato capaz de impedir ou dificultar o cumprimento desta decisão, sob pena de incorrer nas sanções do crime de desobediência, no caso de continuar insistindo em descumprir as ordens judiciais emanadas por este Juízo, sujeitando-se às respectivas sanções, além da cominação de multa diária, a qual arbitro no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), ao limite de 30 (trinta) dias. Executada a medida, cumpra-se a parte final da decisão de fls. 84/85, notificando-se o Ministério Público, para as providências penais cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM) - Processo 0657829-69.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Wellington Montemurro Filho - Em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 40-41, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: WINSTON TEIXEIRA DE ARAÚJO (OAB 14518/RN) - Processo 0658450-66.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.B. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro da MM. Juíza de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 11 de abril de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA -Fórum Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas “Ministério Público - Intimação/Audiência” e “CEJUSC - Publicação- Audiência” para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara.

ADV: MARIA DIONE BENTES DINIZ (OAB 6107/AM) - Processo 0659258-71.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: V.S.O. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0659673-54.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.P.M.S. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Arbitro os alimentos provisórios em favor dos filhos do requerido, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos deste, assim entendidos como a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se o 13º salário, férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extraordinárias, 1/3 Constitucional das férias e F.G.T.S, a serem descontados mensalmente em folha de pagamento e depositados na conta bancária indicada às fls. 17. Expeça-se ofício ao empregador do alimentante, para que seja efetuado os descontos dos alimentos em folha de pagamento. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELIEL SERRA CHAGAS (OAB 26550/PA) - Processo 0659799-07.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Francinei Batista Marialva - Jocinaldo Batista Marialva - Jocineide Marialva Serrão - Lourença Tavares de Lima - Ozéias Batista Marialva - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, deixando para fazê-lo somente depois da contestação. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos os documentos pessoais do Sr. Ozéias Batista Marialva Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, a ser realizada neste Juízo. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida. Intimem-se as partes e notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se os requerentes, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0659871-91.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: A.C.S.G.C. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista e Exame Pessoal do Interditando, desta Ação, para o dia 25/03/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado e a parte requerida intimada, por AR ou mandado, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: RONNY ONETI LIMA (OAB 13040/AM) - Processo 0660825-40.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: L.L.S.O. - Certifico para os devidos fins que transcorreu o prazo legal sem que a interditanda apresentasse impugnação, razão pela qual, de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, dê-se vista ao Ministério Público, para manifestação. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIO DA SILVA CUNHA (OAB 11909/AM), ADV: ARTUR FLORÊNCIO DA CUNHA (OAB 6468/AM), ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 291A/AM), ADV: IGOR MATHEUS WEIL PESSÔA DA SILVA (OAB 5764/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0700412-79.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: L.T.A. - REQUERIDA: M.L.C.A. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Drª. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fl. 179, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Adriana de Oliveira Cavalcante (OAB 8215/AM)
Adriana de Oliveira Cavalcante Andrade (OAB 371B/RR)
ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM)

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Adriano Rodrigues Lopes (OAB 10846/AM)
Agnaldo Alves Monteiro (OAB 6437/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Alisson Sabino Roque de Melo (OAB 11978/AM)
Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
Ana Beatriz Fadel (OAB 93720/RJ)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Paula de Oliveira Pinheiro (OAB 9893/AM)
Ana Paula Simões Bandeira Rocha (OAB 12917/AM)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Ana Selma Ferreira Schimmelpfenning (OAB 115309/RJ)
Ana Vanderlea Alves da Cruz (OAB 11241/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB 1628/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Luiz Damasceno de Araújo (OAB 5265/AM)
André Luiz Negreiros Chuvas (OAB 10864/AM)
André Menezes de Souza e Souza (OAB 5847/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andréa Pereira do Nascimento (OAB 9600/AM)
Andreza Ingrid Lima dos Santos (OAB 11443/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
ANTONIA SILVA DE SOUZA (OAB 9030/AM)
Antonino Machado da Silva (OAB 7231/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
Artur Florêncio da Cunha (OAB 6468/AM)
ARTUR FREITAS NASCIMENTO (OAB 330942/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benones Agostinho do Amaral (OAB 9592/PA)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianka Caelli Barreto Rodrigues (OAB 4445/AM)
BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno dos Santos Rego (OAB 13310/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Bruno Thiago Queiroz de Aguiar (OAB 11285/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
CARLA BRASIL DE ARAÚJO RAMOS (OAB 11719/AM)
Carla Cristina Alves Torquato (OAB 3392/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Alberto Teixeira de Arraes Menezes (OAB 18977/GO)
Carlos Antônio Tavares Júnior (OAB 5704/AM)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Caroline Silva Machado (OAB 154441/RJ)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cayo Marcellos Lopes de Vasconcelos (OAB 65077/PR)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Cindy de Paula Puim (OAB 394766/SP)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cintia Marfiza de Lima Monteiro (OAB 8836/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Clayton Dias Soares (OAB 8793/AM)
Cleber Oliveira de Souza (OAB 4138/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daiane Paschoalotti Lemos (OAB 6489/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Sabóia Guerreiro (OAB 11051/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniel Soares Lopes (OAB 12559/AM)
DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM)
Danielle Souza de Farias (OAB 142102/RJ)
DENISE CAMPOS DA COSTA (OAB 7509/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diana Carolina Gallegos Armas (OAB 13874/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Drª FERNANDA BRANDÃO NOVAES (OAB 120978/RJ)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edson Gomes Martins da Costa (OAB 8967/MA)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elci Carvalho dos Santos (OAB 8337/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Eliel Serra Chagas (OAB 26550/PA)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
EMANUELLE LORENA TEIXEIRA CHAGAS (OAB 10535/AM)
Érico de Oliveira Gonçalo (OAB 5165/AM)
ERIKA CRISTHINE DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 8273/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Erwin Rommel Godinho Rodrigues (OAB 2728/AM)
Eudenis Dantas Pereira Filho (OAB 11147/AM)
Eudésia Lins Mayer (OAB 2123/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Euseneide Alves de Sousa (OAB 12853/AM)
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 291A/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Ewerton de Alencar Correia (OAB 8460/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
EZEQUIEL FERNANDES DE OLIVEIRA (OAB 10081/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
FÁBIO AUGUSTO CENTEIO DOS SANTOS (OAB 9669AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fabrizia Sena Carvalho (OAB 10170/AM)
Fernando Cruz Ungaretti da Silva (OAB 60463/RS)

Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB 6395/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Gisele Souza de Mattos (OAB 10601/AM)
Gladson Fernando da Costa Medeiros (OAB 13273/AM)
Grace Kelle P. da Silva (OAB 8690/AM)
Graciete de Abreu Corrêa (OAB 3412/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hellen da Silva Lima de Freitas (OAB 10961/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto
Humberto Filipe Pinheiro Pedrosa (OAB 13037/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Idenilza Regina Siqueira Rufino (OAB 8177/PA)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Igor Matheus Weil Pessôa da Silva (OAB 5764/AM)
Ingra Graziela Guedes Mesquita (OAB 12462/AM)
Iracema de Paula Maia Araújo de Freitas (OAB 12386/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB 12992/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
JAQUELINE ABREU CARVALHO (OAB 11166/AM)
Jaqueline Ponce de Leão Lima Almeida (OAB 5200/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jéssyca Luana Morais Ferreira (OAB 11258/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior (OAB 5813/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Fernandes de Azevedo (OAB 6953/AM)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonatas Pereira de Oliveira (OAB 14122/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Josué Praia Guimaraes (OAB 13647/AM)
JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Karla Gomes de Oliveira (OAB 8563/AM)
Keila Tamires Melo Martins (OAB 9116/AM)
Kelso Wesley Souza da Silva (OAB 6200/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
LACERDA SERUDO DE OLIVEIRA (OAB 13122/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Lando Ferreira Siqueira (OAB 3930/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Laudiceia de Oliveira Correa (OAB 8081/AM)
Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB 9517/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Leylane Ediene Silva (OAB 9461/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lorena Beatriz Andrade de Araújo (OAB 9424/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lourival Siqueira Silva Neto (OAB 11828/AM)
Lucas Alencar Martins (OAB 11746/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
LUCAS DA CUNHA ARAÚJO (OAB 13981/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lúcia Erika de Oliveira Barreto (OAB 8517/AM)
Lúcio Antônio Simões Monteiro (OAB 5446/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luis Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Maelir Rodrigues da Silva (OAB 12977/AM)
Máira Andrade Martins (OAB 7421/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcello Henrique Garcia Lima (OAB 10461/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcinei Brito de Souza Lima (OAB 8258/AM)
Márcio Alexandre Silva (OAB 2970/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marcos Antônio Ribeiro da Cruz (OAB CANCELADA) (OAB 6043/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
MARCOS FERNANDO ROCHA CARNEIRO (OAB 17056/PE)
MARCOS MACHADO MORAIS (OAB 64891/RS)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Maria Dione Bentes Diniz (OAB 6107/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Ester Coelho de Oliveira (OAB 9677/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)

MARILU CORDOVIL BEZERRA (OAB 9729/AM)
Mario da Silva Cunha (OAB 11909/AM)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Marystella Andrade Bonfim (OAB 3740/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michele Ferreira de Alencar (OAB 11864/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM)
Misael de Melo e Silva (OAB 10934/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Naira Regina Ribeiro Lima (OAB 9404/AM)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Nean Jules Costa Pedroso (OAB 8655/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB A1089AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Nonato Vinícius dos Santos França (OAB 13703/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)
OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma Maquiné da Silva (OAB 12769/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Agner da Silva Souza (OAB 5361/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 2685/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 3900/AM)
Paulo Tavares de Souza Júnior (OAB 4547/AM)
Pedro de Oliveira (OAB 2042/AM)
Pedro Humberto de Carvalho Figueiredo (OAB 13318/AM)
Plínio Henrique Morely de Sá Nogueira (OAB 2936/AM)
Priscila Tito Garcia Alves Ferreira (OAB 137585/MG)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
RAFAEL CARVALHO FERNANDES (OAB 7099/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raquel Brasil Lima (OAB 6127/AM)
Raquel dos Santos Gama (OAB 10828/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Raysa Lemos Pertoti de Figueiredo (OAB 7777/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Rebeca Miranda Batista (OAB 9981/AM)
Regimeiry Caranha Almeida (OAB 12314/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
ROBERTA IORIO GUINTEIRO (OAB 94072/RS)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo Campos do Rosário (OAB 13727/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo José Machado (OAB 75687/RS)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rogério da Silva Rodrigues (OAB 9949/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Ronny Oneti Lima (OAB 13040/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosa Vanessa Rodrigues de França (OAB 10878/AM)
Rosa Virginia Pereira da Cunha Barros (OAB 8946/PA)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Salim David Guimarães Felipe (OAB 13138/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sara Almeida Aguiar (OAB 13442/AM)
Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sérgio Luiz Ribeiro dos Santos (OAB 12953/AM)
Sergio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sílvia Luiza Barroso (OAB 6110/AM)
SOLANGE CONCEIÇÃO IORIO GUINTEIRO (OAB 22139/RS)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tayguara Yan Thaner Fernandes de Lemos (OAB 13334/AM)
Tereza Carmo de Castro
TEREZINHA MARIA FONTENELE ARAGÃO NUNES (OAB 4556/AM)
Thaís Figueira de Oliveira (OAB 11229/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 000.564/AM)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Verônica da Silva e Silva (OAB 12757/AM)
Victor Alberto Graça Lins (OAB 10562/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
VIVIANE SIMAS DA SILVA (OAB 6747/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)
Wilson Campos Ribeiro (OAB 6848/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 1295A/AM)
Winston Teixeira de Araújo (OAB 14518/RN)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GEORGIA COSTA DE PAULA MENDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0004/2019

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0049244-25.2010.8.04.0012 (012.10.049244-7) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Francisca Karla Ferreira Gama - REQUERIDO: Marcos Vieira dos Santos - Dê-se vista ao patrono do exequente para oferecimento de impugnação à justificativa, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme art. 218 §1º do Novo CPC. Após, dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0200087-54.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.G.R.F. - Maria das Graças Rodrigues Farias, devidamente qualificada nos autos, e consoante emenda de fls. 57 e 61, requer a guarda da criança João Miguel Carvalho Rodrigues, que é seu neto, para regularização de posse de fato, em face de MARCOS RODRIGUES FARIAS e KASSIA RAISSA DE CARVALHO CORREA, ambos devidamente qualificados,

genitores da criança, ao argumento de que a criança é portadora de Redução na amplitude do forame neural de T9/T10 e necessita de Tratamento Fora do Domicílio para realização de cirurgia fora do Estado, pelo que há necessidade da medida para que a requerente possa resguardar de forma plenaos direitos da criança em outro Estado. Juntou os documentos de fls. 5/20. O requerido concorda expressamente com a medida, consoante se vê às fls. 40/42 dos autos, juntando os documentos de fls. 43/51 dos autos Deferimento de liminar à requerente às fls. 61/63 dos autos. Citada regularmente, a requerida deixou transcorrer o prazo legal para contestação (fls. 65/69), tendo sido ofertada contestação por negativa geral pela curadoria especial às fls. 70. Termo de audiência às fls. 76/77. Houve manifestação ministerial opinando pelo deferimento (fls. 78/79). É o breve relatório. Decido. Deferida a Gratuidade de Justiça. A guarda para terceira pessoa, diversa dos pais, é medida excepcional, cabível apenas para atender a situações especiais. Nos termos do art. 33, § 2º do ECA: "(...) Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, (...)". Cabe destacar que a finalidade da guarda é regular o conjunto de relações jurídicas que existe entre uma pessoa e a criança, dimanados do fato de estar a criança sob o poder ou a companhia daquela quanto à vigilância, direção e educação. Ademais, é cada vez mais frequente situações de família serem reguladas pela afetividade, buscando a estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia sobre as considerações de caráter patrimonial ou biológico, razão pela qual a mesma foi erigida à categoria de princípio norteador no Direito de Família. Da análise dos autos, verifica-se que a medida postulada é adequada ao infante, atendendo ao melhor interesse deste, sendo a dinâmica familiar já vivenciado pela criança e pelo envolvidos de forma positiva, em respeito ao bem-estar infantil, sendo portador de Redução na amplitude do forame neural de T9/T10, necessitando de Tratamento Fora do Domicílio para realização de cirurgia fora do Estado, pelo que há necessidade da medida para que a requerente possa resguardar de forma plena os direitos da criança em outro Estado. Soma-se a isto, que a requerente demonstra habilidades em atender as necessidades infantis básicas e afetivas, visualizando-se ainda a existência de vínculo afetivo sólido, como se extrai do depoimento da requerente neste Juízo às fls. 77 dos autos, vez que cuida do menor desde que este nasceu, sendo sempre presente na vida da criança. In casu, verifica-se que a avó busca resguardar situação fática já existente, por exercer a posse de fato da criança desde o nascimento, no intuito de preservar o bem estar da criança, o que se coaduna com o disposto no art. 33 do ECA, necessitando da medida para praticar atos necessários aos cuidados devidos. Cabe, por fim, destacar que o deferimento da guarda não é definitivo, tampouco faz cessar o poder familiar. Restou amplamente demonstrado que os interesses da criança estarão melhor preservados com o exercício da guarda da mesma pela avó requerente, pelo que a procedência do pedido é medida que se impõe. Quanto à possibilidade de convivência entre o poder familiar e a guarda, tornam-se oportunos os esclarecimentos do Ilustre Desembargador Yussef Said Cahali constante na obra Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado (2ª edição, São Paulo: Editora Malheiros): "Tem-se ressaltado que a guarda dos filhos não é da essência, mas tão-somente da natureza do pátrio poder (sic. poder familiar); em outros termos, a guarda é um dos atributos do pátrio poder, mas não se exaure nele, nem com ele se confunde; em condições tais a guarda pode existir sem o pátrio poder (sic. poder familiar), como, reciprocamente, este pode ser exercido sem a guarda. O símile da posse e propriedade é posto em confronto pela doutrina: assim como a posse é o exercício de fato de alguns dos poderes inerentes ao domínio, mas com este não se confunde, assim também a guarda do menor é o exercício de fato de um dos atributos inerentes ao pátrio poder (sic. poder familiar), mas não se confunde com este, podendo ambos, também aqui, ser exercidos concomitantemente por pessoas diversas; o exercício da posse não extingue o direito de propriedade, assim como a concessão da guarda do menor a terceira pessoa não elimina o pátrio poder (sic. poder familiar) do respectivo titular". É certo que, pela perspectiva de proteção integral conferida pelo ECA, as crianças e os adolescentes têm o direito à convivência familiar, estando os genitores vivos, no entanto, tal convívio não pode ser mantido sob tal pretexto a ponto de causar perturbações de ordem emocional, que obstem o seu pleno e normal desenvolvimento. Além disso, a formalização da guarda de fato a terceiro que proporciona melhores condições de vida as crianças possui guarida nos princípios da proteção da infância, da afetividade e do prevalecimento dos interesses da criança, conforme demonstra decisão recente do STJ: CIVIL. FAMÍLIA. GUARDA JUDICIAL. PREVALECE O INTERESSE DA MENOR. Nas decisões sobre a guarda de menores, deve ser preservado o interesse da criança, e sua manutenção em ambiente capaz de assegurar seu bem estar, físico e moral, sob a guarda dos pais ou de terceiros. (STJ, 3ª turma, REsp 686.709/PI, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, julgado em 28.06.2006, DJ 12.03.2007 p. 220). Assim, tem-se que a medida pleiteada atende ao melhor interesse da criança e encontra amparo no art. 33, § 2º, do ECA, eis que evidenciada a necessidade de atender a situação peculiar da criança, cujos genitores não tem condições pessoais de prestar-lhe a assistência material e educacional necessária ao seu pleno desenvolvimento. No mais, não se está diante da chamada "guarda previdenciária", tão repudiada pela jurisprudência, eis que se verifica uma situação de fato instaurada. Ressalte-se, por último, que o deferimento da guarda não implica na perda do poder familiar da genitora, tampouco na alteração de seus direitos sucessórios. Diante de tal quadro apresentado, considerando que os interesses da criança devem ser protegidos com absoluta prioridade (Art. 227 C.F.), julgo procedente o pedido para deferir a guarda excepcional da criança João Miguel Carvalho Rodrigues, em favor de Maria das Graças Rodrigues Farias, sem a repercussão previdenciária, prevista no §3º do art. 33 do ECA. Lavre-se o termo. Sem custas, face promoção pela Defensoria Pública. P. I. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0200512-47.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: E.G.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0200680-49.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: N.C.V. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO (OAB 5985/RO) - Processo 0200733-64.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.G.S. - REQUERIDO: R.S.N. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme fls. 40. Extinção, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Nos termos do § 2º do art. 98 do novo CPC, a concessão da gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência. Entretanto, diante do pagamento da dívida dentro do prazo do pagamento voluntário, deixo de condenar a parte requerida em honorários advocatícios, consoante entendimento a contrario sensu da súmula 517 do STJ. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0200757-92.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.P.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c

art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0200907-73.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.F.T.S. - REQUERIDO: R.V.S. - Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, julgo parcialmente procedente o pedido nos termos do art. 487, I do CPC, fixando os alimentos em 16% (dezesseis por cento) do salário mínimo, a ser pago mediante depósito bancário na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda, que não se encontra desamparada, vez que vem recebendo auxílio doença. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento do requerente. Condeno, ainda, as partes em eventuais custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 86 do CPC, fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o §§ 2º e 3º do art. 98 do CPC. Nos termos do art. 13, § 2º da Lei 5478/68, os alimentos fixados retroagem à data da citação. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0201071-04.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: D.R.S. - M.O.B. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0201092-14.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.A.S. - REQUERIDO: D.G.S.S. - Ante o exposto, e seguindo posicionamento ministerial, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão autoral de guarda unilateral e determino a guarda compartilhada de Lúcia Maria Alves da Silva, a ser exercida pelos genitores em igualdade de condições, fixando a residência materna como residência referencial da menor. Determino que as visitas paternas sejam livres, bastando aos genitores que combinem previamente entre si a realização das tarefas cotidianas, bem como a companhia do mesmo em datas comemorativas, sendo que no dia dos pais e aniversário do pai, bem como no dia das mães e aniversário da mãe, a criança ficará na companhia do respectivo homenageado, sempre em atenção ao melhor interesse da criança, devendo ser garantido ainda o direito do pai de exercer seu direito de visitas no final de semana. Com relação aos alimentos, condeno o requerido ao pagamento de pensão alimentícia ao filho na proporção de 20% (vinte por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas.. P. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0201095-66.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.C.C. - REQUERIDO: F.H.B.C. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I c/c art. 355, II do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes, concedendo a guarda dos filhos à requerente e fixando os alimentos a ser pago pelo requerido em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante depósito em conta indicada na exordial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0201216-94.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: I.C.S. - REQUERIDO: D.C.P. - Trata-se de ação de curatela ajuizada por IONE DA COSTA SILVA em favor de DENIS DA COSTA PEREIRA, na qualidade de genitora do curatelando, onde aduz a existência de enfermidades que o torna absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil. Juntada de documentos às folhas 5 a 11, inclusive laudo médico às folhas 32 dos autos. Termo de audiência às folhas 19 a 21. Manifestação do curador de ausentes às folhas 23 dos autos. Promoção ministerial de folhas 46 e 47. É o relatório. Decido. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com o parecer de folhas 46 e 47 dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental conforme descritas nos laudos médicos que instruem o caderno processual, cujas seqüelas lhe impedem de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela de DENIS DA COSTA PEREIRA, dando-o por relativamente incapaz. Nomeia-se curador a requerente IONE DA COSTA SILVA, o que importará em limitação de atos de natureza patrimonial e negocial, e de simples gestão dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art. 1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015, bem como atos relativos a direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, nos termos do Estatuto da Pessoal com Deficiência - EPD. Cumpra-se o disposto nos arts. 755, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015 e 9º, inciso III, do Código Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. P. Intime-se. Transitando em julgado, tudo providenciado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0201216-94.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: I.C.S. - REQUERIDO: D.C.P. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Tutela e Curatela - Nomeação nº 0201216-94.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de DENIS DA COSTA PEREIRA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado CURADORA a senhora IONE DA

COSTA SILVA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 13 de fevereiro de 2019.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0201727-58.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.T.L.M. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0201936-27.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.V.N.C. - REQUERIDO: P.R.C. - Parte reside em competência de outra Vara de Família, conforme verifica-se na exordial e o endereçamento para 3ª Vara de Família fls.1. Diante do exposto, declino de minha competência para determinar a remessa dos autos para o Juízo competente, isto é, 3ª Vara de Família, com as diligências de estilo. P. Intime(m)-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0202402-21.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: V.G.M. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0202454-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.S.R. - REQUERIDO: H.M.O.R. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes, concedendo a guarda do filho à parte requerente. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0202470-05.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.O.G. - REQUERIDA: C.A.S.G. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0202621-34.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: S.M.S. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0202630-93.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: S.R.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0202642-10.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.V.S.A. - V.S.A.S. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do saldo para cada requerente. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0202665-53.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.A.A. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0202778-07.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.C.N.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0202827-48.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: O.S.C. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0202994-65.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.L.B. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0203020-63.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: E.S.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0203080-36.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.S.T. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante

do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 2/AM) - Processo 0203624-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.M.S. e outro - REQUERIDO: L.S.S. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0203746-37.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.C.T. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0203960-28.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.C.F.R. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0203986-26.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: W.C.C. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0204043-44.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.L.S.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0204143-96.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.I.S.C. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0204207-09.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: T.M.F.P. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0204220-08.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.L.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0204253-95.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.P.C. - A.B.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0204300-69.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: M.C.M.R. - M.S.V. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARIA IONE DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 9521/AM) - Processo 0204559-98.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: D.B.M. - Instrução e Julgamento Data: 25/04/2019 Hora 11:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0204866-18.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.K.M.B. - D.P.B. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0204959-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.V.S.R. - REQUERIDO: I.S.R. - Vistos etc... ISMAELLY VICTORIA DE

SOUSA RODRIGUES, menor, devidamente representada por sua genitora Jhessika Jhennifer Santos de Souza, devidamente qualificada na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação Revisional de Alimentos, em face de ISMAEL DE SOUZA RODRIGUES, também devidamente qualificado, alegando, em poucas palavras, que o valor atualmente pago à titulo de alimentos é insuficiente para as despesas, postulando, com isso, a majoração da obrigação alimentícia de 12,69% (doze vírgula sessenta e nove por cento) para 32% (trinta e dois por cento) do salário mínimo. Juntou os documentos de fls. 5/12. Efetuada tentativa de conciliação, a mesma restou frustrada, tendo sido citada a parte requerida no ato às fls. 26/27, com transcurso do prazo sem oferta de contestação, como se vê às fls. 28 dos autos. Termo de audiência às fls. 34/37. Em parecer, o MP opinou pela procedência da pretensão (fls. 38/39). É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. No caso dos autos restou demonstrada a capacidade do requerido em suportar ônus maior, pois como foi explicitado pela parte autora, quando foi realizado a acordo concernente aos alimentos o requerido estava desempregado, ao passo que agora encontra-se trabalhando informalmente com "lotação", fato este ratificado pelo próprio requerido às fls. 37 dos autos, além do aumento das necessidades da menor, eis que necessita ir para a escola diante de estar atualmente em idade escolar. A requerente especifica ainda os gastos com a criança em seu depoimento prestado em Juízo às fls. 36 dos autos, informando necessitar do importe de R$ 300,00 (trezentos reais), ao passo que o requerido oferta o importe de R$200,00 (duzentos reais), aduzindo que possui gastos com aluguel da Kombi e de uma casa, além de possuir outro filho menor, sem entretanto juntar documentos comprobatórios de tais alegações. Há que se ter em mente que a obrigação de sustento dos filhos é do casal, não apenas do pai, e que a fixação do valor da pensão deve ser orientada pelo batido critério necessidade/possibilidade, de forma a não impor carência demasiada a quem necessita, nem criar transtorno de subsistência a quem tem o dever de pagar. Pelo exposto, conforme fundamentação supra, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC, fixando os alimentos no aporte de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo, a ser reajustado de acordo com os índices do Governo Federal, a ser pago todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante recibo ou depósito em conta que a requerente vier a abrir, devendo informar o requerido. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado arquivem-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0204975-32.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.D.G.L.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205017-81.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: ANDREIA MIRANDA FERREIRA - REQUERIDO: DEJACIR REZENDE FERREIRA - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, DEJACIR REZENDE FERREIRA, brasileiro, casado, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, ANDREIA MIRANDA FERREIRA, brasileira, casada, domiciliada e residente, na Rua Monte Alegre, C-1, 122, telefone (92) 99192-4993, Compensa II - CEP 69035-260, Manaus-AM, devendo o Sr. DEJACIR REZENDE FERREIRA apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,08 de fevereiro de 2019..

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205053-26.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.C.M. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205098-30.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: I.C.S.O. - REQUERIDO: A.C.T.O. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205199-67.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: J.T.S.C. - A.P.S.N. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público

favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0205655-17.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.V.S. - L.R.C. - Vistos etc... Trata-se de ação de investigação de paternidade com alimentos. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições descritas na petição inicial. O MP opinou favoravelmente (folhas 12). Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Leonilson Rios Cortezão em favor de Verônica Beatriz Veiga da Silva, que passará a se chamar VERÔNICA BEATRIZ VEIGA RIOS CORTEZÃO, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 4º ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos (folhas 6), permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra "b" do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205698-51.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: I.M.C. - E.L.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0205725-34.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.G.N. - S.G.N. - REQUERIDO: R.N.N. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do saldo para cada requerente. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205754-84.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.M.M. - I.P.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205760-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.M.B. - R.S.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205939-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Gleise Batalha da Silva - Diego da Silva Flores - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há

de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205953-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.S.F. - R.G.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205980-89.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: E.G.T. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206068-30.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: F.G.S. - D.C.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206082-14.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: J.L.S. - N.R.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206105-91.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.V.C. - REQUERIDO: E.R.A.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206187-88.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: N.F.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0206194-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.C.M. - F.R.T.C. - Homologação de acordo para dissolução de união estável. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. Os documentos que acompanham a inicial ratificam e dão consistência ao pedido. As partes já haviam reconhecido junto ao cartório a união estável como se vê às fls. 12,. Em razão disso, tem-se por homologado o acordo, para se ter por dissolvida a união estável, para todos os efeitos legais. Se for o caso, providencie-se o necessário ao cumprimento. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206222-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.K.O.M.P. - REQUERIDO: C.A.K.O. - Pelo exposto, conforme fundamentação supra,em consonância com a promoção ministerial, julgo totalmente improcedente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC. Isento das custas. P. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206230-25.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: R.O.M. - T.S.M. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206248-46.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.S.L. - F.S.L. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com

a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206253-68.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: G.O.S. - W.S.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206258-90.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.M.C. - A.F.C.J. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0206272-74.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: V.S.M. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206409-56.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.C.S.F. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206433-84.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.S.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206437-24.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: M.J.P.S. - A.S.C. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0206452-90.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.R.M.L. - I.P.L.J. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de

divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206476-21.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: F.W.S.S. - M.N.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206510-93.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: JOEL MORAES DA SILVA e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206681-50.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Maria das Graças de Lima Vieira - Luiz Ribeiro Vieira - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206692-79.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.N.G. - F.R.C. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206787-12.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.R.O.L. - A.S.O. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206913-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.S.T. - REQUERIDO: J.I.A.C. - o requerente. Condeno, ainda, as partes em eventuais custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 86 do CPC, fixados no aporte de 20% (vinte por

cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o §§ 2º e 3º do art. 98 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0206997-63.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.S.Q. - A.Q.S.F. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0207126-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.A.V. - J.S.O. - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Parecer ministerial favorável. É o relatório. Decido. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação de plano do acordo, uma vez que restaram preservados os interesses de menores, tendo as partes juntado declaração de próprio punho e de duas testemunhas que reconhecem a convivência do casal pelo período postulado. Além disso, as partes, assistidas pela Defensoria Pública assinaram a inicial. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207132-75.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.S.F. - V.F.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207155-21.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: R.D.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207324-08.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: K.C.B.A. - D.S.O.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207328-45.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: V.R.C. - J.C.O. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207389-03.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: J.T. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0207397-77.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.S.B. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207470-49.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.M.F.F. - V.H.F. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207505-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.M.S. - A.M.P.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: CAMILA MALTA SOARES (OAB 7787/RO) - Processo 0207544-79.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.V.G.P. - REQUERIDO: E.N.P. - Vistos etc... Trata-se de ação de divórcio litigioso cumulado com guarda e alimentos, na quantia de 30% (trinta por cento) dos ganhos totais do requerido, onde as partes qualificadas nos autos buscam o reconhecimento da ruptura da relação matrimonial. Procedeu-se a citação, com apresentação de resposta, o requerido concordou com todos os termos da inicial com exceção do percentual pleiteado na inicial, oferecendo em sua defesa 15% (quinze por cento) de alimentos em razão de haver constituído nova familia. Apresentado a Réplica a divorcianda retificou os termos da inicial quanto aos 30% (trinta por cento) de alimentos. Em parecer, o MP opinou pelo prosseguimento do feito sem sua intervenção em razão da filha do casal ter completado a maioridade no curso do processo. Instrução nos autos sem fatos novos. É o relatório. Decido. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Inclusive, foi neste sentido todas as modificações introduzidas na legislação para tratar de matérias relativas ao casamento, seguindo a jurisprudência o mesmo sentido: “Ementa - CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIVÓRCIO DIRETO. AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. DESNECESSIDADE. SEPARAÇÃO DE FATO COMPROVADA POR PROVA DOCUMENTAL. DECLARAÇÃO DE TESTEMUNHAS (COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO) EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/10. APLICAÇÃO IMEDIATA. 1. NÃO SE MOSTRA NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO EM AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO QUANDO OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO PRODUZIDOS NOS AUTOS, NOTADAMENTE A DECLARAÇÃO DE TESTEMUNHAS (COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO) EVIDENCIAM DE FORMA CLARA A SEPARAÇÃO DE FATO DO CASAL PELO LAPSO TEMPORAL EXIGIDO NA LEI, AGREGADOS AO FATO DE QUE OS INTERESSADOS, CATEGORICAMENTE, MANIFESTAM-SE PELA DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO MATRIMONIAL. 1.1. AO DEMAIS, COM A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 13 DE JULHO DE 2010, QUE ALTEROU § 6º DO ARTIGO 226, DA CARTA MAGNA, RESTOU ABOLIDA A PRÉVIA SEPARAÇÃO COMO REQUISITO PARA O DIVÓRCIO, E AO MESMO TEMPO ELIMINADO QUALQUER PRAZO PARA SE REQUERER O DIVÓRCIO, SEJA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO (LEI Nº 11.441/07). 1.2. MESMO QUE A AÇÃO TENHA SIDO PROPOSTA ANTES DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CITADO DIPLOMA CONSTITUCIONAL, NADA OBSTA SUA APLICAÇÃO, NA MEDIDA EM QUE A NORMA CONSTITUCIONAL TEM EFICÁCIA IMEDIATA, SENDO CERTO QUE OS PROCESSOS EM CURSO DEVEM SE ADAPTAR À NOVEL REALIDADE CONSTITUCIONAL.(Registro do Acórdão Número : 503295 Data de Julgamento : 14/04/2011 Órgão Julgador : 5ª Turma Cível Relator : ANGELO PASSARELI Relator Designado: JOÃO EGMONT). O caso dos autos, no que concerne ao casamento das partes envolvidas no processo, se restringe ao reconhecimento pelo estado da vontade das partes de cessar a relação matrimonial, para todos os fins de direito. Não se deve falar em culpa, mas sim em vontade de não mais coabitar, dividir, confidenciar etc. Neste ponto, portanto, não há razão para não reconhecer o divórcio do casal, nos exatos termos da legislação vigente, em especial após modificação introduzida pela EC 66. Pelo exposto, julgo procedente a pretensão deduzida, e decreto o divórcio de ELIAS NUNES PEREIRA e MARIA AUCILENE VIEIRA

DA GAMA PEREIRA. A divorcianda voltará a usar o nome de solteira MARIA AUCILENE VIEIRA DA GAMA. No curso da ação a filha do casal se tornou maior de idade, hoje com 18 anos de idade, entretanto ainda com direito de receber alimentos, devem ser preservados seus interesses, quanto a guarda não há mais que se falar em razão da maioridade. Com relação ao valor, deve-se atentar para o binômio alimentar, descrito no art. 1694, § 1º, CC, com proporcionalidade entre as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante. Considerando o valor pleiteado pela requerente e o comprovante de rendimentos juntado aos autos pelo requerido e todo o material apresentado na ação, o valor pleiteado pela requerente não merece prosperar, determino o valor da pensão em favor da filha do casal KELLY DA GAMA PEREIRA no percentual de 20% (vinte por cento) dos rendimentos líquidos do genitor da mesma, devendo ser excluídos os descontos obrigatórios. Inexiste bens a partilhar e a requerente dispensa pensão para si. Posto isto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do CPC, pelo que, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da CF, decreto, por sentença, o divórcio do casal litigante, voltando a requerida a usar seu nome de solteira, condenando a parte requerida ao pagamento de alimentos no percentual de 20 %(vinte por centos) dos vencimentos líquidos, com exceção dos descontos obrigatórios em favor da filha do casal, a ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante depósito em conta corrente em nome da requerente aberta para tal fim. Sem custas, face a promoção da Defensoria Pública. P.Intime-se. Transitando em julgado, expeçam-se os mandados de averbação necessários. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM), ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0207651-94.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: E.B.B. - REQUERIDO: M.V.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207709-53.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: Ivanilza Santos Ribeiro - Eron Gomes de Carvalho - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207720-82.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: ISABEL CRUZ DOS SANTOS e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207912-15.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: J.A.F. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0208097-53.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.F.M. - D.M.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0208129-92.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.D.M.O. - A.N.M. - Assim, tem-se que a medida pleiteada atende ao melhor interesse da criança e encontra amparo no art. 33, § 2º, do ECA, eis que evidenciada a necessidade de atender a situação peculiar da criança, vez que a genitora encontra-se em local incerto e não sabido e o genitor manifestou concordância com o pedido às fls. 37 dos autos. No mais, não se está diante da chamada “guarda previdenciária”, tão repudiada pela jurisprudência, eis que se verifica uma situação de fato instaurada pela circunstância de que os próprios pais da criança deixaram-na sob os cuidados dos requerentes (avós), que vem exercendo todos os cuidados necessários à criação e o sustento da mesma, vindo a medida tão somente a regularizar a posse de fato já exercida, o que se vislumbra de forma contundente nos presentes autos. Ressalte-se, por último, que o deferimento da guarda não implica na perda do poder familiar dos pais, tampouco na alteração de seus direitos sucessórios. Diante de tal quadro apresentado, considerando que os interesses dos menores devem ser protegidos com absoluta prioridade (Art. 227 C.F.), julgo procedente o pedido para deferir a guarda excepcional da criança Arianne de Lima Oliveira das Mercês, em favor de JOANA DARC MACIEL DE OLIVEIRA e ARIGELSON NUNES DAS MERCES, sem a repercussão previdenciária, prevista no §3º do art. 33 do ECA. Lavre-se o termo. Sem custas, face promoção pela Defensoria Pública. P. I. Cumpra-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0208398-34.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.J.L.P. - REQUERIDO: N.E.L.F.P. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0208578-50.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.F.F. - REQUERIDA: K.D.S. - os menores. Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar a requerida ao pagamento de pensão alimentícia ao requerente na proporção de 37% (trinta e sete por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, a Requerida em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0208750-89.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: MARILENE NASCIMENTO DE QUEIROZ - REQUERIDO: Fernando Santana da Silva - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando os alimentos em 15% (quinze por cento) do salário mínimo, a ser pago mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, dada a razoabilidade do caso concreto, valor que, nos termos da prova produzida, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento do requerente. Condeno, ainda, as partes em eventuais custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 86 do CPC, fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o §§ 2º e 3º do art. 98 do CPC. Nos termos do art. 13, § 2º da Lei 5478/68, os alimentos fixados retroagem à data da citação. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0209074-79.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.M.A.S. - REQUERIDO: A.L.G.S. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência saneadora, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: DIEGO MACHADO MARTINS (OAB 111971/RS), ADV: NERI JULIANO PICCOLOTO (OAB 56769/RS), ADV: RODRIGO GINDRI FIORENZA (OAB 54881/RS) - Processo 0209151-88.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.A.J.C. - REQUERIDA: S.S.B. - INTSSADA: M.B.C. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: MÔNICA ELCIRA MERGULHÃO DAMACENA (OAB 13387/AM), ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM), ADV: MARIJANE DA COSTA NASCIMENTO (OAB 13083/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0210387-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.S. - REQUERIDO: D.M.S.A. - CERTIFICO que, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, pautou-se audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25/04/2019 às 10:00h conforme a parte final da sentença parcial de folhas 87. CERTIFICO, outrossim, que as partes serão intimadas através de seus patronos devidamente constituídas nos autos para, no dia e hora designados, comparecerem acompanhadas de testemunhas independentemente de intimação. Observação: Ato encaminhado para publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0210455-25.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: J.M.N.C. - REQUERIDO: A.P.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: RAQUEL EL BACHA FIGUEIREDO (OAB 23953AM) - Processo 0211313-56.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.S.M.S. - REQUERIDA: P.C.L.M. - Intime-se a parte autora, para que supra a falta no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, § 1º, do Código de Processo Civil.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0211681-65.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: ERIVANIA LIMA DA SILVA - REQUERIDO: JORGE CONCEIÇÃO GONÇALVES - Pelo exposto, julgo procedente a pretensão deduzida na petição inicial para conceder a guarda do menor Rua Lucas da Silva Gonçalves em favor de ERIVANIA LIMA DA SILVA, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. À Secretaria para as diligências de estilo. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0212428-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.F.S. - REQUERIDA: M.J.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0213436-27.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.R.R.J. - REQUERIDA: A.L.S. e outro - Trata-se de Ação Revisional de alimentos formulado por Ademir do Rego Rodrigues Júnior em face de Ana Luiza dos Santos e Álvaro Luiz dos Santos Rodrigues, crianças, ambos representados por Lidiane dos Santos Carvalho, ao argumento de que houve redução na sua possibilidade econômica, postulando a redução de R$500,00 (quinhentos reais) para 15 % (quinze por cento) do salário mínimo. Alega, em especial, situação de desemprego. Juntou os documentos de fls. 06/19. Efetuada tentativa de conciliação, não houve acordo, tendo sido citada a parte requerida no ato, às fls. 30/32, ofertando a contestação de fls. 36/42. Em sua defesa, a representante dos requeridos alega que o desemprego não é condição apta a ensejar a revisão de alimentos. Afirma ainda que o padrão de vida do autor é elevado, juntando inclusive fotos de supostas viagem realizada pelo requerente. Réplica às fls. 56/60, rebatendo os pontos alegados em contestação e reiterando o pedido inicial. Audiência de instrução e julgamento às fls. 77/80, na qual foi feita

a oitivia das partes. Em parecer, o Ministério Público opinou pelo indeferimento da inicial. É o relatório. Decido. Nos termos do art. 1699 do Código Civil, "se fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo". Dispõe ainda o art. 15 da Lei 5478/68 que "a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Diante do exposto, a fixação dos alimentos, por acordo ou por sentença, não é imutável, podendo o quantum da pensão alimentícia ser alterado em caso de superveniência de modificação das condições financeiras do alimentante ou do alimentado. Restou demonstrado nos autos que o autor é desempregado. Ora, se o acordo anterior foi firmado enquanto o requerente estava empregado, é decorrência lógica que fim de tal vínculo modificou de maneira substancial os seus proventos. É certo que não pode o alimentante escorar-se no desemprego com o objetivo de retirar de seus filhos o mínimo necessário para uma vivência digna. Contudo, tal fato não pode ser simplesmente desconsiderado, ao ponto de em nada influenciar no deslinde da causa. Frisa-se ainda que também restou comprovado nos autos que o autor paga pensão a outro filho, fato este que também compromete sua capacidade alimentar. Com relação à alegação da requerida de que o autor, apesar de desempregado detinha bom padrão de vida, tal condição não ficou demonstrada em nenhum momento do processo. Pelo contrário, o autor logrou êxito em demonstrar que a viagem por ele realizada. Por outro lado, é certo que o valor sugerido pelo autor é ínfimo, de modo que eventual deferimento importaria em miséria para os alimentandos. Deve ser ressaltado que, sob a rubrica alimentar, encontram-se gastos com alimentação, saúde, moradia, lazer, educação, vestuário, higiene, transporte e etc, de modo que a redução no patamar postulado pelo autor certamente prejudicará a parte incapaz, vez que se constitui em valor irrisório à contribuição de sua subsistência. Há que se ter em mente, também, que a obrigação de sustento dos filhos é do casal, não apenas do pai, e que a fixação do valor da pensão deve ser orientada pelo batido critério necessidade/possibilidade, de forma a não impor carência demasiada a quem necessita, nem criar transtorno de subsistência a quem tem o dever de pagar. Desta feita, sopesando os elementos possibilidade/necessidade/proporcionalidade,e em discordância com o parecer ministerial, julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando-se a pensão, por revisão, em 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, a ser pago mensalmente, até o último dia de cada mês, diretamente à representante dos alimentandos ou mediante depósito em conta bancária. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita para ambas partes. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0213660-62.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: E.M.P. - Diante a legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0213675-31.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.S.M. - REQUERIDO: J.R.M.T. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0213936-93.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.L.S. - REQUERIDA: A.C.M.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0213940-33.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: P.P.A. - REQUERIDA: N.S.N. - Vistos etc... Trata-se de ação de Multiparentalidade. Reconhecimento voluntário em audiência preliminar, consoante termo de fls. 47/48 dos autos. A requerente, qualificada na inicial, requerer seja declarado a relação de filiação entre ela e o menor Nicolas Emanoel, pelas razões expostas na inicial e confirmada pela genitora em audiência do dia 01/10/2018. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a maternidade afetiva de Priscila Pinheiro de Abreu, CPF: 013.659.812-90 em face de Nicolas Emanoel Sousa Nascimento, que passará a se chamar Nicolas Emanoel Sousa Abreu, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 8º ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com apenas a inclusão da genitora afetiva Priscila Pinheiro de abreu e ainda dos dados dos avós maternos; Constantino da Silva Abreu e Rosinete Lopes Pinheiro, permanecendo os demais termos inalterado. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo parcial, para todos os efeitos legais, na forma do art. 487, III, "b" do CPC . Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de acordo.

ADV: EDSON DA SILVA MASSULO (OAB 4687/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0214229-63.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.S.M. - REQUERIDO: J.L.M.B. - Tendo em vista que o acordo atende o interesse das partes, presentes os requisitos legais constantes no artigo 1694, §§ 1º e 2º do CC e 359 do CPC, entendo por bem em homologar o pedido para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Expeçam os ofícios necessários. A requerimento das partes e com anuência do Ministério Público, fica dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência. Cientificadas as partes.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0214234-85.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: D.P.S. - REQUERIDO: A.P.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0214234-85.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado CURADOR o senhor DEIMISON PEREIRA DOS SANTOS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 08 de agosto de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0214980-50.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: F.C.A. - REQUERIDO: W.A.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do

Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0214980-50.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de WESLLEY DE ALMEIDA SILVA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora FABIULA CARMO DE ALMEIDA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 08 de agosto de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0215195-26.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: J.B.F. - REQUERIDA: R.B.F. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0215195-26.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de ROSINEIDE BATISTA FREIRE, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora JOANA BATISTA FREIRE. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 08 de agosto de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0215302-70.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.S.C. - REQUERIDO: E.P.C. - M.C.S. - INTSSADA: G.S.C. - Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE MATERNIDADE CUMULADA COM ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL manejada por Alcione Souza da Costa contra EDMILSON PEREIRA DA COSTA e Maria Cantiga de Souza. Alega a autora que teve um breve relacionamento com um homem, tendo como fruto o nascimento de sua filha Gerliane Souza da Costa. Ocorre que, ao tempo do nascimento de Gerliane, a autora era menor de idade e como a família possuía baixa escolaridade, seus pais acabaram por registrar a neta como filha. Acrescenta que seus pais não se opõem ao reconhecimento do vínculo que pretende obter. Anexou como prova bastante de suas alegações o exame de DNA em que fora constatada a maternidade da requerente em relação à menor. Realizada audiência para oitiva da menor, esta confirmou todas as alegações da requerente (folhas 47 e 48). É o relatório. O processo comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015. O processo seguiu os trâmites legais pertinentes, com a observância de todas as cautelas apontadas em lei, onde não ter resultado nenhum prejuízo ou qualquer cerceamento ao normal desempenho das partes. A Constituição Federal, ao adotar o sistema único de filiação, está, na verdade, garantindo a todos os filhos "o direito à paternidade e à maternidade" , e tendo em vista que se trata de um direito constitucional, "não mais se tolera que aqueles que biologicamente são filhos não sejam juridicamente considerados como tais". Em outras palavras, "deve-se entender, portanto, que todas as espécies de filiação têm direito a ser reconhecida". Está positivado, sem qualquer sombra de dúvida, a existência do laço biológico entre a autora e a menor, através do exame de paternidade por DNA. Quanto à desnecessidade da produção de outras provas, faço ressoar a jurisprudência a seguir: "INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - PROCEDÊNCIA COM FUNDAMENTO NO EXAME DNA - DISPENSA DE OUTRAS PROVAS PELOS LITIGANTES - Inexistindo elementos sérios que a desmereçam, a prova científica do exame do DNA é idônea para declarar a paternidade biológica, mesmo que inexistam outras provas a respeito do relacionamento amoroso entre os genitores do investigante. (TJPR - AC 127.146-7 - 7ª C.Cív. - Rel. Des. Mendonça de Anunciação - DJPR 10.03.200303.10.2003)". Em conseqüência, tendo ficado racionalmente comprovado pelas provas colhidas durante a instrução, e estando em consonância com o Ministério Publico; o pedido encontra-se embasado nos artigos 226, §§ 4º e 6º; 227, § 6º, da CRFB/1988; art. 1.607 do Código Civil e art. 27 do ECA. Pelo exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL reconheço a maternidade de Gerliane Souza da Costa como sendo de Alcione Souza da Costa, sendo os avós Edmilson Pereira da Costa e Maria Cantiga de Souza, permanecendo inalterado o nome da menor. Sem fixação de alimentos, dada as informações colhidas em audiência. Gratuidade deferida a todos, dado o patrocínio da causa pela Defensoria Pública. Determino que a referida sentença sirva como carta precatória para fins de ciência e cumprimento. Intime-se. Transitando em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216474-47.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.S.N. - REQUERIDO: A.S.C. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0216474-47.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de ALEXANDRE SILVA DA CUNHA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora MILCILENE DA SILVA NOGUEIRA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 08 de agosto de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0216633-87.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.L.A. - REQUERIDA: N.K.R.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0217277-30.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: N.A.C. - REQUERIDA: J.A.C. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0217277-30.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Joana Alexandre Cardoso, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora NILCELE ALEXANDRE CARDOSO. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 08 de agosto de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0217931-17.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.C.M. - REQUERIDA: J.C.S.V. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0218075-88.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: K.A.M. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0218075-88.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de PAULO HENRIQUE MARTINS VASQUEZ, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora KADIA ALMEIDA MARTINS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0218083-65.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.A.L.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0218083-65.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de SEBASTIANA LIMA DOS SANTOS, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora ANTONIA ALIDEIA LIMA DOS SANTOS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0218220-47.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.M.A. - REQUERIDO: M.G.A. - Fixação de alimentos provisórios às fls. 25 em 15% (quinze por cento) dos vencimentos líquidos do requerido, a serem descontados em folha de pagamento, em atenção ao binômio alimentar, devendo ser entendido como vencimentos líquidos a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se o 13º salário, o mês das férias, gratificações, abonos, horas extraordinárias, 1/3 constitucional das férias e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, e F.G.T.S. Regularmente citado, o requerido deixou transcorrer o prazo legal sem oferta de contestação (fls. 37/40). Termo de audiência às fls. 44/46. Parecer ministerial de fls. 47/48 pelo deferimento parcial do pedido, divergindo tão somente com relação ao quantum a ser fixados nos alimento, qual seja, promovendo pela conversão dos provisórios em definitivos. É o relatório. Decido. Deferida a Gratuidade de Justiça. Na guarda unilateral (antigamente, denominada "partilhada"), o filho fica com um dos genitores, enquanto ao outro se concede o direito de visitas (Código Civil, art. 1.589) e o dever de supervisionar os interesses do filho (art. 1.583, § 3º). Nessa espécie, o filho mora com o ascendente titular da guarda, que tem o dever de administrar-lhe a vida cotidiana, levando-o à escola, ao médico e às atividades sociais, providenciando alimentação e vestuário. Ao outro cabe conviver com o filho em períodos, de duração variada (algumas horas ou dias). Nessas oportunidades, chamadas legalmente de visitas, o ascendente que não tem a guarda pega o filho em casa, leva-o a passeios ou eventos familiares, tem-no em sua convivência, e o devolve no horário aprazado. Durante a visita, o pai ou a mãe que não titula a guarda responde pela saúde, física e mental, e bem-estar do menor. A atribuição da guarda a um dos genitores, em nada altera a extensão do poder familiar no que diz respeito aos demais direitos e deveres. Mesmo o pai ou a mãe que não titula a guarda continua a participar do poder familiar. A guarda pode ser definida como um direito-dever natural e originário dos pais, que consiste na convivência com seus filhos, decorrente do poder familiar, sendo o pressuposto que possibilita o exercício de todas as funções paternas/maternas. Assim, o fato de ser pai ou mãe, já assegura a guarda dos filhos, devendo ela ser regulamentada em caso de separação entre o casal. Em caso de separação entre os pais, a guarda deve ser destinada aquele familiar que detem melhores condições para cuidar e educar os seus filhos, mesmo que não disponha de melhores condições financeiras. Dito isto, em outras palavras, deve o juiz deferir a guarda jurídica ao genitor com a melhor situação emocional, o qual dará maior segurança na criação de seu filho. In casu, não tendo o genitor requerido contestado o pedido, verifica-se o seu não interesse em se opor à concessão da guarda da criança à autora, sendo esta quem efetivamente exerce a guarda fática da criança desde a separação do casal, como se vê em seu depoimento prestado em Juízo às fls. 44/46. Com a concessão da guarda à requerente, surge a obrigação do requerido em contribuir com o sustento de seu filho, prestando-lhe alimentos. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Acrescento a esse binômio tão difundido na jurisprudência, um outro requisito: a proporcionalidade. Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial, aos interesses do incapaz. No que tange às necessidades da parte autora, é de se presumir sejam as normais de sua faixa etária, por não haver evidências outras que levem a concluir que tenha uma necessidade especial ou qualificada de alimentos, tendo a representante legal do requerente relatado suas necessidades na exordial e no depoimento prestado em Juízo às fls. 44/46 dos autos e demais documentos acostados aos autos. Com relação às possibilidades do requerido, cabe destacar que o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente a sua capacidade, ou trazendo-se à dicção da norma, a sua possibilidade de ofertar alimentos. Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, tem-se que os alimentos devem ser fixados em definitivo no importe de 15% (quinze por cento)dos vencimentos líquidos do requerido, a serem descontados em folha de pagamento, em atenção ao binômio alimentar, devendo ser entendido como vencimentos líquidos a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se o 13º salário, o mês das férias, gratificações, abonos, horas extraordinárias, 1/3 constitucional das férias e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, e F.G.T.S, a serem descontados mensalmente em folha de pagamento, mediante ofício a ser expedido por este Juízo, e que serão creditados na conta corrente indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês. Valor que, nos termos da prova produzida, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui e poderá buscar a fim de contribuir ao sustento do seu filho, adequado também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não

seria suficiente para o sustento do requerente. Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para conceder a guarda do menor Gabriel Melo de Araújo à Lilana da Costa Melo,convertendo os provisórios em definitivo no importe e moldes fixados na decisão de fls. 25 dos autos, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, após as diligências de estilo, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0218371-13.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.G. - REQUERIDA: R.N.S.M. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo parcialmente procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação, mantendo-se o sobrenome da Requerida obtido em razão do casamento. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0218550-44.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.D.A.F. - Instrução e Julgamento Data: 16/04/2019 Hora 09:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0218742-74.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.P.C. - REQUERIDO: J.C.C.G. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM), ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM) - Processo 0218753-06.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.S.P. - REQUERIDO: C.G.S.P. - Processo em ordem. Nada a sanear. As partes são legítimas. A parte autora está devidamente representada, demonstrando interesse na causa. Quanto à parte Requerida, houve sua citação válida sem resposta.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM), ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM) - Processo 0218753-06.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.S.P. - REQUERIDO: C.G.S.P. - Trata-se de Ação Revisional de alimentos formulada por Gilmar da Silva Paz contra Carlos Gabriel Salgado Paz, estando ambos devidamente qualificados nos autos, ao argumento de que houve redução na sua possibilidade econômica, postulando a redução de 30% (trinta por cento) para 15,7% (quinze inteiros e setenta décimos por cento) do salário mínimo vigente. Juntou os documentos de folhas 7 a 28. Em sede de decisão interlocutória, houve redução liminar para 20% (vinte por cento) do salário mínimo (folhas 29 e 30). Efetuada tentativa de conciliação, não houve acordo, tendo sido citada a parte requerida no ato, às folhas 40 a 41. Prazo para contestação transcorrido sem oferta de defesa (folhas 42). Audiência de instrução e julgamento de folhas 46 e 47. Ministério Público pelo acolhimento total do pedido (folhas 48 a 50). É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifica-se que o requerente acostou a documentação necessária à análise do pleito, de modo que, inobstante não incidam os efeitos da revelia, a causa está madura para julgamento, nos termos do art. 355, inciso I do Código de Processo Civil de 2015. Nos termos do art. 1699 do Código Civil, "se fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo". Dispõe ainda o art. 15 da Lei 5478/68 que "a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Diante do exposto, a fixação dos alimentos, por acordo ou por sentença, não é imutável, podendo o quantum da pensão alimentícia ser alterado em caso de superveniência de modificação das condições financeiras do alimentante ou do alimentado. Segundo o autor, em razão de alteração na sua condição financeira, drasticamente modificada por acidente de trânsito que acabou levando o autor a contrair grave infecção bacteriana em sua perna esquerda, somado ao fato de ter constituído nova família, pagar aluguel e pensões a outros filhos, o valor fixado se tornou superior às suas possibilidades econômicas, postulando, com isso a diminuição para 15,7% (quinze inteiros e setenta décimos por cento) do salário mínimo vigente. Conforme tem entendido a jurisprudência, antes de se analisar os elementos do binômio alimentar (possibilidade/necessidade), há que se comprovar alteração das condições econômicas das partes, sendo certo que a simples constituição de nova família, com ou sem nascimento de filhos, por si só, não induz à procedência do pedido. Ademais, o simples fato da requerida ser revel não determina a procedência automática do pedido inicial. Com efeito, a revelia não enseja a concordância da requerida com o pedido, haja vista a questão versar sobre direito indisponível de criança. Da instrução processual, restou evidenciado que a pensão, em face do percentual acordado, deve ser revista, pois o autor não está conseguindo efetuar o pagamento dos alimentos sem comprometer sua subsistência. Há que se ter em mente, também, que a obrigação de sustento dos filhos é do casal, não apenas do pai, e que a fixação do valor da pensão deve ser orientada pelo batido critério necessidade/possibilidade, de forma a não impor carência demasiada a quem necessita, nem criar transtorno de subsistência a quem tem o dever de pagar. Desta feita, sopesando os elementos possibilidade/necessidade/proporcionalidade, em consonância com o entendimento ministerial, julgo totalmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, inciso I do CPC de 2015, fixando-se a pensão, por revisão, em 15,7% (quinze inteiros e setenta décimos por cento) do salário mínimo vigente, a ser reajustado de acordo com os índices do Governo Federal, e depositado na conta bancária da genitora do alimentando até o último dia de cada mês, com tolerância até o quinto dia útil do mês seguinte ao vencido. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Arbitro honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil c/c parágrafo único do art. 86, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0218769-57.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.B.S. - REQUERIDO: W.M.R.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0218772-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERIDO: R.C.M. - Processo em ordem. Nada a sanear. As partes são legítimas. As partes estão devidamente representada, demonstrando interesse na causa. Contestação do reú às fls. 39/50. Réplica às fls. 156/159. Paute-se data para audiência de instrução e julgamento, para depoimento da parte autora e testemunhas, devendo essas serem trazidas por aquelas independentemente de intimações e de prévio depósito de rol.

Intime-se o requerido via precatória para que o mesmo seja ouvido no juízo deprecado, conforme a pauta cartorária daquele juízo, devendo apresentar testemunhas independente de intimação, e juntar todos os documentos necessários para comprovação de sua alegação. Defiro a produção de provas requeridas pelas partes. À luz do art. 371 do CPC, deve as partes, apresentar aos autos outros elementos documentais que demonstrem suas alegações no curso do processo. Intimem-se a parte autora, o requerido via precatória, o patrono e o Ministério Público quando houver interesse de incapaz, com as diligências de estilo. Publique-se. Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0218804-17.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.A.S.M. - REQUERIDO: M.L.V.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0218809-39.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.S.M. - REQUERIDO: R.J.J.J. - TERCEIRO I: I.M.J. - CERTIFICO que, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, pautou-se audiência de Instrução e Julgamento para o dia 09/05/2019 às 09:30h, conforme o despacho de fls.77. A menor, Ivete Matos de Jesus, deverá comparecer para ser oitivada. O requerido será intimado da audiência mediante o seu patrono constituído nos autos.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0218823-23.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.W.S.L. - L.L.B. - REQUERIDO: J.E.M.B. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Deferida a Gratuidade de Justiça. Urge inicialmente destacar que a criança já foi registrada pelo pai biológico de forma voluntária, como se vê na Certidão de Nascimento acostada às fls. 31 dos autos, com perda do objeto com relação à averiguação de paternidade. Houve acordo de guarda, alimentos e visitas. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0219133-29.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.F.M. - REQUERIDO: K.C.P.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0219632-13.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.O.S.F. - REQUERIDA: A.M.S.F. - Trata-se de ação de divórcio litigioso posteriormente convertido para divórcio consensual na audiência preliminar de fls. 39/41, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0220240-11.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: S.R.S. - REQUERIDO: F.P.S.N. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0220240-11.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Fernando Pinto da Silveira Neto, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADORA a senhora Sonia Reis da Silveira. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0220251-40.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.J.D.L. - REQUERIDO: L.C.L. - Trata-se de ação de divórcio litigioso posteriormente convertido para divórcio consensual na audiência preliminar de fls. 28/29, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0220362-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: A.R.R. - C.S.C. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou às fls. 36. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JAMILE GONÇALVES SERRA AZUL (OAB 6620/SE), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0220563-84.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.F.L.D. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: RAIMUNDA LEILA MENDES DA SILVA (OAB 9940/AM) - Processo 0220928-70.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: LUCIANO NASCIMENTO DE MENEZES - Conciliação Data: 30/04/2019 Hora 09:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: RAQUEL TAVARES NEVES (OAB 13315/AM), ADV: NONATO VINÍCIUS DOS SANTOS FRANÇA (OAB 13703/AM) - Processo 0221085-43.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0637605-13.2018.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: B.S.J.M. - B.S.J.M. - REQUERIDO: J.C.C.M. - "Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência injustificada da requerente à audiência de conciliação, instrução e julgamento, embora devidamente intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei nº 5.478/68, determino o arquivamento do processo. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se."

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0221351-30.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.I.R.S. - REQUERIDO: R.A.S. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0222063-20.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.S.S.G. - REQUERIDO: D.F.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA KAROLINE DOS SANTOS PINTO (OAB 23762/CE) - Processo 0222434-18.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: J.B.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0222554-27.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.C. - REQUERIDA: I.F.S. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0222748-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: A.S.G. - REQUERIDO: J.V.M.M. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0222921-51.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: T.P.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0222921-51.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de ANDRÉ PALHETA DOS SANTOS, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora TELANIA PALHETA DOS SANTOS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 10 de outubro de 2018.

ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM) - Processo 0222937-05.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: H.F.M. - REQUERIDA: A.O.P. - Guarda. Juntada de petição e procuração de advogado particular pela parte autora. Existência de resolução nº 015/10 do TJ/AM, em vigor, prevendo o recebimento nesta vara somente de processos em que a Defensoria Pública e Ministério Público atuem como representantes dos autores. Necessidade de remessa dos autos à distribuição para ser encaminhada a outra vara de família, por ser incabível a tramitação do processo nesta vara quanto advogado particular é constituído patrono da Autora. Competência declinada. Remetam-se os autos. Providências e cautelas de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0223090-38.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.C.A. e outro - REQUERIDA: L.C.M.C. e outro - Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo parcial de fls. 31 e 34, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo parcial, para todos os efeitos legais, na forma do art. 487, III, "b" do CPC . Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de acordo. Prossiga o processo com relação aos demais pedidos, pautando-se audiência de instrução e julgamento, Intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência. Na

audiência, as partes poderão apresentar todas as provas admitidas no Direito, inclusive, à oitiva das testemunhas. Na data indicada, deverão estar acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223170-17.2009.8.04.0001 (001.09.223170-6) - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERENTE: ANA CRISTINA DA SILVA MENEZES - REQUERIDA: Ana Paula Menezes da Silva - Raimundo Barros Palheta - TERCEIRO I: Josué Marcos Willyans da Silva Palheta - David Willis Kalebe da Silva - Ana Sarah Karolina da Silva Palheta - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0223272-24.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: R.M.M. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0223272-24.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de CLOTILDE DE SOUZA MELO, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora ROSIMAR MELO MENDONÇA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de outubro de 2018.

ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM) - Processo 0223283-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.N.L.C.S. - REQUERIDO: P.P.M.S. - Vista ao patrono do requerido, para que junte a procuração no prazo de cinco dias, na forma do artigo 104, §1º, do Código de Processo Civil, sob pena de revelia.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0223290-45.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: L.A.C. - REQUERIDA: L.A.C. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0223290-45.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de LUZIA ARAÚJO COSTA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado CURADOR o senhor LOURENÇO ARAÚJO COSTA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 09 de outubro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0223493-07.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.S.R. - REQUERIDA: K.R.C. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0223534-76.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: V.S.S. - REQUERIDA: F.L.B. - Valdir Soares de Souza, devidamente qualificado, ajuizou ação de guarda em favor dos filhos Tarso Benjamin Barreto de Souza, Valdir Soares de Souza Júnior e Lara Clarice Barreto de Souza, em face de Francimar Lima Barreto, também devidamente qualificado nos autos, ao argumento de que possui a guarda de fato dos menores desde sua separação com o requerido, possuindo melhores condições para o desempenho da guarda. Juntou os documentos de fls. 4/13. Regularmente citada a parte requerida, a mesma deixou transcorrer o prazo legal sem oferta de contestação, consoante se vê às fls. 36/38 dos autos. Termo de audiência às fls. 42/45 e 59. Parecer ministerial às fls. 46/49. É o breve relatório. Decido. Defiro o pedido de justiça gratuita. A guarda pode ser definida como um direito-dever natural e originário dos pais, que consiste na convivência com seus filhos, decorrente do poder familiar, sendo o pressuposto que possibilita o exercício de todas as funções paternas/maternas. Assim, o fato de ser pai ou mãe, já assegura a guarda dos filhos, devendo ela ser regulamentada em caso de separação entre o casal. Ao exercício da guarda sobrepõe-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que não se pode delir, em momento algum, porquanto o instituto da guarda foi concebido, de rigor, para proteger o menor, para colocá-lo a salvo de situação de perigo. Devem as partes pensar, de forma comum, no bem-estar dos menores, sem intenções egoísticas, caprichosas, ou ainda, de vindita entre si, tudo isso para que possam - os filhos - usufruir harmonicamente da família que possuem, tanto a materna, quanto a paterna, porque toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, conforme dispõe o art. 19 do ECA. Diante da nova ordem jurídica implementada pela Lei n. 13.058/2014, a guarda compartilhada passou a ser a regra em nosso ordenamento jurídico, e não mais a exceção. A referida modificação assegurou aos pais a responsabilidade conjunta dos filhos, conferindo-lhes de forma igualitária o exercício dos direitos e deveres com relação à autoridade parental, exceto quando um dos genitores não estiver apto a exercer o poder familiar ou não desejar a guarda do menor, nos termos dos arts. 1583, § 2º e 1584, § 2º, do CC, o que não se vislumbra in casu. Por força do art. 1584, § 2º do CC, o Poder Judiciário deve sempre aferir, com prioridade, a possibilidade de ser aplicada a guarda compartilhada, ficando a guarda unilateral reservada apenas para hipóteses em que um dos genitores não têm condições de exercer o encargo, ou quando houver circunstância impeditiva. Consoante bem ensina CONRADO PAULINO DA ROSA (In Nova Lei da Guarda Compartilhada, 2015, pg. 67), “o que se propõe pela guarda compartilhada é manter uma convivência entre ambos os pais e filho muito mais frequente e contributiva. Isso pode ocorrer por iniciativas corriqueiras, como acompanhá-los até a escola e os auxiliar na resolução das respectivas tarefas, participar dos eventos escolares e das reuniões pedagógicas, levá-los à natação, ao futebol, ao curso de línguas, etc Relevante é que ambos os pais se façam presentes na vida dos filhos, interagindo com eles e ensinando-lhe, por suas atitudes, como se deve ou não, instituir sua própria identidade”. Desta feita, cabe destacar que a guarda compartilhada não é guarda dividida, não é a divisão de tempo, mas sim a divisão de responsabilidades. Da análise dos autos, verifico informações que denotam ser a medida mais adequada a aplicação da regra geral da guarda compartilhada, como passo a fundamentar. Não se vislumbra nos autos informação que

desabone a conduta dos genitores, de modo que ambos aparentam aptos a exercer a guarda compartilhada de Tarso Benjamin Barreto de Souza, Valdir Soares de Souza Júnior e Lara Clarice Barreto de Souza. Enfatiza-se os benefícios advindos de uma convivência regular dos menores com ambos os núcleos familiares e, portanto, a necessidade de que o contato materno-filial seja ampliado em função do pleno desenvolvimento e da garantia da preservação de seus referenciais marentais e manutenção dos vínculos afetivos de maneira satisfatória. Dos presentes autos extrai-se que os menores estão tendo os cuidados decorrentes do exercício da guarda de modo salutar por parte do genitor, fazendo-se necessária, porém, a ampliação e qualificação do contato materno-filial, razão pela qual, não há necessidade de modificar a atual rotina dos menores, vez que tem atendido seus interesses. Entretanto, verifico que o que se faz necessário nesse momento é fortalecer o vínculo familiar com a genitora, que pode ser concretizado com o compartilhamento dessa convivência através da guarda compartilhada, consoante atual sistemática jurídica, a fim de que os genitores possam decidir em conjunto acerca da educação, religião, amizades e tratamento médico/odontológico do filho, bem como colaborarem com este na resolução de seus deveres escolares, presenciando suas atividades esportivas, etc, enfim, propiciando ao menor segurança, afeto e a certeza de que é amado e protegido por ambos os genitores. Da análise das provas produzidas, verifico o depoimento prestado em audiência pelo menor Valdir Filho às fls. 59, o qual diz que está se sentindo bem cuidado pelo pai, tendo preferência em morar com este, sentindo-se feliz em morar com seu pai. O autor narra em seu depoimento prestado em Juízo às fls. 43 dos autos que os menores residem consigo desde 2015 e que a requerida não visita os menores desde a separação do casal, mas que mesmo assim permitia que seus filhos fossem visitar a mãe, sempre levando-os e buscando e que os mesmos possuem boa relação com a família materna, assim como com a família paterna, informando ainda que a requerida reconhece o exercício da guarda de fato pelo requerente. Há ainda o depoimento da filha das partes às fls. 44/45 que ratifica os fatos narrados nos autos pelo requerente, informando também que vem sendo bem cuidada pelo pai e que deseja que o mesmo permaneça com sua guarda. Ante o exposto, e seguindo posicionamento ministerial, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão autoral de guarda unilateral e determino a guarda compartilhada de Tarso Benjamin Barreto de Souza, Valdir Soares de Souza Júnior e Lara Clarice Barreto de Souza, a ser exercida pelos genitores em igualdade de condições, fixando a residência paterna como residência referencial dos menores. Determino que as visitas maternas sejam livres, bastando aos genitores que combinem previamente entre si a realização das tarefas cotidianas, bem como a companhia do mesmo em datas comemorativas, sendo que no dia dos pais e aniversário do pai, bem como no dia das mães e aniversário da mãe, os filhos ficarão na companhia do respectivo homenageado, sempre em atenção ao melhor interesse da criança e dos adolescentes. Condeno, ainda, a Requerida em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0223619-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.A.C. - REQUERIDO: R.A.D. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM), ADV: PEDRO GUIMARÃES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0223718-37.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: L.O.L. - REQUERIDO: J.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada (folhas 79 e 86). Intimações sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CPC de 2015. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM), ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM) - Processo 0223959-74.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: V.M.G.N. - REQUERIDO: F.C.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: GUALBERTO GRACIANO MELO (OAB 8564/AM) - Processo 0223967-12.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: V.S.B. - REQUERIDO: F.R.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0225012-17.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.A.C. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: CREUZA BARBOSA COHEN (OAB 5822/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: PRISCILA DA SILVA SOUZA (OAB 9541/AM), ADV: HELENA LÚCIA OHANA DA SILVA (OAB 12423/AM) - Processo 0225453-95.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.M.S.S. - M.J.B. - REQUERIDA: M.R.S. - T.P.S. - INTSSADA: I.B.S. - Instrução e Julgamento Data: 23/04/2019 Hora 10:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ALI ASSAAD HAMADE DE OLIVEIRA (OAB 253180/SP) - Processo 0225473-86.2018.8.04.0001 - Autorização judicial - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: C.D.C.M. - REQUERIDA: M.C.P. - Trata-se de ação de suprimento judicial de autorização materna tramitando em Vara de Família. Segundo o príncípio da Kompetenz kompetenz, o juiz tem sempre competência para analisar a sua competência Por conseguinte, destaca-se que estabelece o art. 148, § único, alínea “a” da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que compete à Justiça da Infância e da Juventude conhecer de tais pedidos Ratificando tal posicionamento, a Lei Complementar Estadual n. 17, em seu art. 161, preceitua que aos Juízes de Direito da Vara da Infância e da Juventude cabe a competência definida no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação complementar. Assim sendo, apreende-se a existência de ofensa a um requisito de validade intrínseco do procedimento, qual seja, a incompetência absoluta em razão da matéria. Por fim, cumpre ressaltar que nos termos do art. 64,§ 1º do CPC de 2015, a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição. Diante do exposto, declino de minha competência para determinar a remessa dos autos para o Juízo competente, isto é, o Juizado da Infância e da Juventude. Intime(m)-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0225817-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: D.S.V. - REQUERIDA: L.S.V. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0226095-68.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.F.S.C. - REQUERIDA: R.S.C. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0226095-68.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de RAIMUNDA DOS SANTOS COSTA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado CURADOR o senhor Antônio Francisco Santos da Costa. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 12 de novembro de 2018.

ADV: ADAIR REBELO (OAB 382/AM) - Processo 0226381-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: F.A.M. - REQUERIDO: A.C.M.O. - Acato o pedido de fls. 187 dos autos. À Secretaria para as diligências de estilo necessárias. Intime-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar com relação à petição de fls. 187 dos autos, complementando o valor acordado, se porventura ainda não pago.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0226610-06.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.V.S.M. - REQUERIDO: A.M.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0226610-06.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de ANDRIW MIRANDA DE SOUZA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora MARIA VALDENIZA SOUSA MIRANDA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de outubro de 2018.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226646-48.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.F.P.V. - REQUERIDO: R.V.S. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0226910-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.J. e outros - REQUERIDO: A.C.J. - "Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência injustificada da requerente à audiência de conciliação, instrução e julgamento, embora devidamente intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei nº 5.478/68, determino o arquivamento do processo. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se."

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227943-90.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.N.C.Q. - REQUERIDO: C.R.Q. - Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência, embora intimada, fls. 18. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0228829-26.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.C.R. - REQUERIDA: V.P.L. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação, mantendo-se o sobrenome da Requerida obtido em razão do casamento. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0229054-12.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.R.S. - REQUERIDA: J.T.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0229358-11.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.C.S. - REQUERIDO: E.B.S. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: JAMILE GONÇALVES SERRA AZUL (OAB 6620/SE) - Processo 0229515-52.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.L.B.J. - REQUERIDA: C.G.L. - Tendo em vista que o acordo atende o interesse das partes, presentes os requisitos legais constantes no artigo 1694, §§ 1º e 2º do CC e 359 do CPC, entendo por bem em homologar o pedido para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Expeçam os ofícios necessários. A requerimento das partes e com anuência do Ministério Público, fica dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência. Cientificadas as partes.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0230004-21.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.T.B.S. - REQUERIDO: D.B.P.S. - INTSSADO: D.E.S.P. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0230049-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.S.O. - REQUERIDO: M.R.S.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0230262-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.A.R.C. - REQUERIDO: D.A.F.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0230502-20.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.L.L. - REQUERIDA: V.L.H. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0230540-32.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.M.M. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido com relação ao FGTS e PIS. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0230677-14.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S.M. - REQUERIDO: J.B.A.C. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0230683-21.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.M.B. - REQUERIDO: E.C.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou (folhas 42 e 43). Documentação pertinente (folhas 9 a 30). O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra "b", do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas, deferida a gratuidade. Expeçam-se os documentos necessários ao fiel cumprimento do acordo, especialmente o mandado de averbação destinado ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais onde consta o assento de nascimento da filha sócioafetiva, com a inclusão do nome do requerente e de seus pais como genitor e avós paternos, respectivamente. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0230797-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: G.S.S. - J.J.B.V.J. - Em consonância com o parecer ministerial de folhas 22, entendo não ser do Juízo Familiar a competência para apreciar esse pedido. No caso, aplica-se o art. 1726 do Código Civil. Assim, declino da competência em favor do Juízo competente, ou seja a Vara de Registros Públicos. Após as baixas regulares, remetam-se os autos. Sem custas. Intime-se

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0230877-55.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: G.C.O. - EXECUTADO: A.A.N.G. - Vistos etc... Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos. As partes celebraram acordo com pagamento parcial e restante parcelado (folhas 55 a 58). Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, letra " b" do Código de Processo Civil de 2015. Expeça-se com urgência o contramandado de prisão. Proceda-se ao desbloqueio do patrimônio do requerido. Na eventualidade de descumprimento do acordo, o processo retomará seu curso, mediante provocação pelo credor. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0230962-07.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.O.M.S. - REQUERIDO: J.M.S. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA KAROLINE DOS SANTOS PINTO (OAB 23762/CE) - Processo 0231181-54.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0231393-41.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.P.S.L. - REQUERIDO: F.J.R.G.L. - Trata-se de ação de divórcio litigioso posteriormente convertido para divórcio consensual na audiência preliminar de fls. 28, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, extinguindo o processo

com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231579-64.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.J.B.S. - REQUERIDO: A.M.S. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0232026-52.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: E.A.L. - REQUERIDA: E.L.A. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0232026-52.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de ERILIANE LOPES DE ALMEIDA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora ELIANA ALMEIDA DA LUZ. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 19 de dezembro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0232896-97.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: W.M.S. - REQUERIDA: A.P.B. - Juntada de documentos às fls. 6/16 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 11/12 dos autos. Termo de audiência às fls. 24/25. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 29/31 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 35 dos autos. Promoção ministerial de fls. 36/37. É o relatório. Decido. Deferida a Gratuidade de Justiça. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos "incapazes". As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de "tomada de decisão apoiada", consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de "tomada de decisão apoiada", o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental e motora decorrente de Acidente Vascular Cerebral, cujas seqüelas lhe impedem de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 11/12 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0232924-65.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: D.N.M. - S.S.S. - Trata-se de pedido liminar formulado em processo já sentenciado. Não obstante ser possível o reconhecimento de alienação parental no curso de qualquer processo de família, é certo que tal pedido deve ser incidental, o que não ocorreu no presente caso. O que o autor pretende na verdade é iniciar verdadeira ação declaratória no bojo de processo já sentenciado, o que é inviável segundo as normas processuais vigentes. Desse modo, ante a manifesta inadequação da via eleita, indefiro o pedido ora formulado. Publique-se. Intime-se. Após, arquivem-se os autos.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0232945-41.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.D.M. - REQUERIDA: J.C.S.A. - Vistos etc... Trata-se de ação de investigação de paternidade. Realizada perícia médica por meio de exame genético, constatou-se ser o requerente o pai do requerido (folhas 33 a 37). Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou favoravelmente ao pleito (folhas 38). Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Robson Dias Mendonça em relação a Bryan Ravih Silva de Andrade, que passará a se chamar BRYAN RAVIH DE ANDRADE MENDONÇA, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 7º Ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos (folhas 3), permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra "b" do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0233022-50.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.L.S. - REQUERIDA: G.T.S. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0233561-16.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: A.P.A.S. - REQUERIDA: R.A.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0233561-16.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de RITA ABREU DOS SANTOS, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora ANA PAULA ABREU DOS SANTOS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 22 de janeiro de 2019.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0233643-47.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: M.R.F.A. - REQUERIDO: S.S.A.G. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de

Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0233643-47.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Sócrates Socorro de Assis Gonçalves, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora MARIA ROSARIA FARIAS DE ASSIS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 03 de dezembro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0233887-10.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.C. - REQUERIDA: I.P.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0234009-86.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.J.R.V.J. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0234585-79.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: A.F.P. - REQUERIDO: J.F.P. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0234585-79.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de JUNIOR FRANÇA PINHEIRO, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora AFRA FRANÇA PINHEIRO. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 22 de janeiro de 2019.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0234833-45.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.S.S. - REQUERIDA: R.M.O.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234839-52.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.J.A.S. - REQUERIDA: I.L.A. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo parcialmente procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação, mantendo-se o sobrenome da Requerida obtido em razão do casamento. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0234904-81.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.S.C. - REQUERIDO: R.S.R. - Trata-se de procedimento onde a parte autora busca a regulamentação do direito de convivência da requerida em face do filho, sob o argumento de que a genitora da criança teria visitado o filho em horário inadequado, juntando os documentos de fls. 3/14 dos autos. Devidamente citada, a parte requerida deixou o prazo de contestação transcorrer "in albis" (fls. 26/27). Foi realizada audiência de instrução (fls. 31/32). O MP deu parecer pela procedência da pretensão (fls. 33/34). É o relatório. Deferida a Gratuidade de Justiça. Dispõe o art. 1.589 do CCB que "o pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação." O direito de visita consiste, portanto, na faculdade do menor ser visitado, não sendo, por isso, um direito dos pais em relação aos filhos, mas um direito da criança em manter uma convivência saudável com os seus familiares. A regulamentação de visitas tem, assim, por finalidade primordial, atender os interesses do menor, e não os anseios dos adultos envolvidos. Sobre o tema, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça - STJ: "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL. PRETENSÃO DA MÃE DE OBSTAR O DIREITO DO PAI DE VISITAR A FILHA. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE VISITAS. PRETENSÃO DO PAI DE TER AMPLIADO O SEU DIREITO DE VISITAR A FILHA. AJUIZAMENTO CONCOMITANTE, EM OUTRO PROCESSO, DE AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. Alegação de incompatibilidade de interesses a envolver ambas as ações propostas pela mesma parte. Desistência da negatória após a contestação. Ausência de consentimento da parte ré. Questão a ser observada na ação negatória e não em sede de medida cautelar. Manutenção do direito de visitas. A prevalência do melhor interesse da criança impõe o dever aos pais de pensar de forma conjugada no bem estar dos filhos, para que possam os menores usufruir harmonicamente da família que possuem, tanto a materna, quanto a paterna, sob a premissa de que toda criança ou adolescente tem o direito de ter amplamente assegurada a convivência familiar, conforme linhas mestras vertidas pelo art. 19 do ECA. - É inerente ao poder familiar, que compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores, tê-los em sua companhia, nos termos do art. 1.634, II, do CC/02, ainda que essa companhia tenha que ser regulada pelo direito de visitas explicitado no art. 1.589 do CC/02, considerada a restrição contida no art. 1.632 do CC/02, quando colhido o casal pela separação judicial, divórcio ou dissolução da união estável; sem que se tenha notícia de que o poder familiar do recorrido em relação à filha tenha sido de alguma forma suspenso ou extinto, assiste-lhe o direito de visitar a filha, nos termos em que fixadas as visitas em Juízo. - (...) - Se o acórdão recorrido estabelece que o pai possui interesse de estar presente e visitar a filha o tanto quanto lhe for permitido, conforme determinação do Juízo na regulamentação de visitas, cumprindo, por conseguinte, com suas obrigações paternas, demonstrando intensa preocupação e cuidado com o bem estar da menor, tendo-se apenas em perspectiva real o fator de intenso conflito vivenciado entre os genitores, não há porque restringir o salutar contato da filha com pai. Recurso especial não provido". (REsp 1032875/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA

TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 11/05/2009) (grifo nosso). Em audiência de instrução, o requerente solicitou que a genitora comunique quando for visitar o menor, vez que o mesmo é autista, não possuindo a requerida habilidades para lidar sozinha com o menor, consoante se vislumbra da documentação acostada aos autos. Fincados esses pontos, e sendo o melhor interesse da criança a convivência com seus pais de forma harmônica, julgo procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, devendo a requerida visitar a criança mediante prévio ajuste entre as partes, quando o requerente estiver em casa, em consonância com o parecer Ministerial, levando-se em consideração ainda que não houve impugnação específica por parte da requerida apesar de regularmente citada, tornando-se o fato incontroverso. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P.Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0235116-68.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.M.P.M. - REQUERIDA: D.B.R. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0235979-24.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.R.N. - REQUERIDO: G.F.N. - Trata-se de ação de divórcio litigioso convertido para consensual em audiência preliminar de fls. 26/27, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0236055-48.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.R.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0236064-10.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.G.L.B. - Pedido de alvará visando o recebimento relativo a FGTS depositados junto à Caixa Econômica Federal-CEF, em nome do “de cujus” Documentação pertinente. Às fls. 09 consta declaração de habilitados ao benefício da pensão por morte. Instada a se manifestar, a Defensoria Pública, representando a autora, informou que desconhece o paradeiro de alguns dos dependentes inscritos perante o INSS, pleiteando a exclusão da cônjuge e a reserva de cota parte dos herdeiros não localizados. É o relatório. DECIDO. O artigo 1º da Lei 6.858/80 determina que os montantes das contas individuais do FGTS serão pagos em quotas iguais ao dependentes inscritos juntos ao INSS. Assim, em que pese a força do argumento levantado pela Defensoria Pública, não se pode simplesmente excluir a incidência de tal norma em detrimento da regra geral das sucessões. Isso porque o próprio artigo supramencionado aduz que as regras gerais do direito sucessório somente devem ser aplicadas caso não haja dependentes inscritos. Assim, deve o valor do FGTS ser dividido em partes iguais entre os dependentes inscritos. Dentre os dependentes inscritos, verifica-se que quatro deles renunciaram em favor da autora (fls. 13, 16, 20 e 23) e um deles já faleceu (fls. 26). A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, onde o juiz não é obrigado a observar o critério da legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que julgar mais conveniente ou oportuna (art.723, CPC de 2015). Ante tal panorama, cabe à autora a quantia correspondente a 5/7 do valor total do FGTS do falecido, resguardando-se a quota parte da cônjuge e da filha não mencionada (1/7 para cada uma), de modo que a requerente faz jus ao recebimento de 71,43% (setenta e um vírgula quarenta e três por cento) do montante integral. Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, e com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na forma da fundamentação. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art.553 do CPC de 2015, com as respectivas sanções. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0236140-34.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.L.L.M. - REQUERIDO: J.S.V. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0236156-85.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.O.A. - REQUERIDO: R.P.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0236546-55.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.B.C. - Determinada a

emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0236568-50.2017.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: F.S.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0236568-50.2017.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de CONSUELO FERREIRA DA SILVA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora FRANCISCO SOARES DA SILVA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de outubro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0236820-19.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.L. e outro - REQUERIDO: A.S.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: PRISCILA FERREIRA DE LIMA (OAB 9477/RN), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0236836-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.F.P. - REQUERIDO: W.G.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0236921-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.S.L. - M.E.S.L. - REQUERIDO: M.S.L.J. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0236941-47.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.S.A. - M.S.A. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0237006-57.2009.8.04.0001 (001.09.237006-4) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: P.C.M.V. - Vista ao patrono do requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar, sob pena de extinção do feito.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0237039-32.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.R.S. - REQUERIDA: L.S.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0237234-17.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Z.S.L. - Pedido de alvará visando o recebimento relativo a PIS depositado junto à Caixa Econômica Federal-CEF e saldo de contas bancárias, em nome do “de cujus”. Desnecessária a intervenção do Ministério Público dada a inexistência de discussão acerca de interesses de declaradamente incapazes. Saldo de contas bancárias mediante pesquisa BACENJUD de folhas 17 e 18 e saldo de PIS de folhas 26 e 27. É o relatório. DECIDO A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, onde o juiz não é obrigado a observar o critério da legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que julgar mais conveniente ou oportuna (art.723, CPC de 2015). Diante a legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado julgo procedente o pedido para deferir a expedição dos alvará pretendidos, autorizando também o encerramento das contas bancárias indicadas na pesquisa BACENJUD. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art.553 do CPC de 2015, com as respectivas sanções. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0237441-16.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: K.P.P. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0237448-08.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.W.C.S. - M.D.C.S. - REQUERIDO: M.S.S. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo, tendo sido o AR endereçado à residência informada na exordial, sem qualquer

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

informação de modificação do domicílio. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0237505-60.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: I.D.T.A.M.I. - REPTANTE: B.V.T. - EXECUTADO: M.A.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0238110-69.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.A.C. - REQUERIDA: M.L.A. - M.A.C. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0238421-60.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.B.V. - REQUERIDO: E.A.S.C.F. - Tendo em vista que o acordo atende o interesse das partes, presentes os requisitos legais constantes no artigo 1694, §§ 1º e 2º do CC e 359 do CPC, entendo por bem em homologar o pedido para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Expeçam os ofícios necessários. A requerimento das partes e com anuência do Ministério Público, fica dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência. Cientificadas as partes.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0238912-04.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.M.S.S. - REQUERIDO: L.M.B.S. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo parcialmente procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0239098-90.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.M.A. - REQUERIDO: O.M.C. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0239560-47.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: P.C.M. - A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, onde o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, parágrafo único do CPC). Diante a legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Fica autorizado à representante legal dos menores o saque dos valores que cabe a estes, sendo desnecessário o depósito da quantia me caderneta de poupança. Sem custas.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0240056-76.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.S.S. - Diante a legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, estando autorizada a autorizada à representante dos autores o saque de tais valores. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo.

ADV: EDSON CARNEIRO DA COSTA (OAB 369/AC), ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0240088-91.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: D.J.S.B.C. - REQUERIDO: J.A.B.C. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme fls. 474. Extinção, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: MÔNICA ELCIRA MERGULHÃO DAMACENA (OAB 13387/AM), ADV: MARIJANE DA COSTA NASCIMENTO (OAB 13083/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM) - Processo 0240168-45.2018.8.04.0001 (processo principal 0210387-75.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: MAYRA DA SILVA SOUSA - REQUERIDO: DIEGO MARCOS SILVA DE AGUIAR - Vista ao patrono do requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da petição e documento de fls. 13/14 dos autos, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me conclusos.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0240173-77.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: H.C.C. - EXECUTADO: J.N.S. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos. As partes celebraram acordo com pagamento parcial e restante parcelado. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, “ b” do Código de Processo Civil. Na eventualidade de descumprimento do acordo, o processo retomará seu curso, mediante provocação pelo credor. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0240270-48.2010.8.04.0001 (001.10.240270-2) - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.G.S.Q. - REQUERIDO: J.C.M.F.J. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0240305-37.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.W.F.P. - W.F.P. - E.E.F.P. - REQUERIDO: W.R.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0240471-59.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.I.P.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art.

487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0240764-63.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.B.S. - REQUERIDO: J.M.V.A. - Vistos etc... Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0240983-76.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.N. - REQUERIDO: G.M.L. - Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, tem-se que os alimentos devem ser fixados em definitivo no importe de 32,09% (trinta e dois vírgula nove por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui e poderá buscar a fim de contribuir ao sustento do seu filho, adequado também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento do requerente, não se mostrando abusivo o valor postulado pela autora. Pelo exposto, julgo procedente a pretensão deduzida na petição inicial para conceder a guarda de Wendell Neves Libório e Carlos Eduardo Neves Libório, menores, à genitora Suelem Silva Neves e condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia aos requerentes na proporção de 32,09% (trinta e dois vírgula nove por cento) do salário mínimo, a ser reajustado de acordo com o índice oficial do Governo Federal, mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, com visitas na forma postulada, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0241099-48.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.C.A.B. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0241596-62.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.B.N.B. e outro - REQUERIDO: K.B.B. - "Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência injustificada da requerente à audiência de conciliação, instrução e julgamento, embora devidamente intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei nº 5.478/68, determino o arquivamento do processo. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se."

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0241991-88.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: L.D.R.D. - EXECUTADO: J.C.D. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0242522-43.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.M.S.B. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0242529-35.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.J.L.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0242995-63.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.B.R. - REQUERIDA: A.M.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0243497-02.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.F.R. - REQUERIDO: E.C.R. - o requerente. Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia ao requerente na proporção de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, as partes em eventuais custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 86 do CPC, fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o §§ 2º e 3º do art. 98 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0243630-10.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: J.P.A. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0244123-84.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: MARIA LOURDES MONTEIRO DA SILVA - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0244274-84.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: B.V.S. e outro - REQUERIDO: R.R.S. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, Ronildo Ramos de Souza, brasileiro, casado, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na

qual figura como Requerente, BRENDA VALE DE SOUZA e outro, brasileira, casada, domiciliada e residente, na RUA MUTUM DO NORTE, 36, apto.404, Torre 13, Tarumã-Açu - CEP 69000-000, Manaus-AM, devendo o Sr. Ronildo Ramos de Souza apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus, 29 de janeiro de 2019.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0244297-93.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.G.T.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0244301-33.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.S.C. - I.S.M. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do saldo para cada requerente. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0244302-18.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.G.C.S. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0244451-14.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.T. - D.D.S. - Vistos etc... Trata-se de ação de reconhecimento voluntário de investigação de paternidade com alimentos, guarda e convivência. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Diego Dias Lima em face de Daniel Frois Tavares, que passará a se chamar Daniel Tavares Lima, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 4º ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos, permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0244526-53.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: J.L.S.R. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento, inclusive expedição de ofício. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM), ADV: LAURA POLIANA DE OLIVEIRA FRAGATA (OAB 13528/AM) - Processo 0244702-66.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: J.C.S. - REQUERIDO: R.P.R. - Intimado no cumprimento de sentença, nos termos do art. 528 do CPC, o devedor pagou somente parte da dívida. O Ministério Público, instado, opinou pela decretação da prisão e pela realização de medidas executórias e de identificação de bens passíveis de penhora. Medida coercitiva de elevada excepcionalidade, a prisão civil do devedor de alimentos tem respaldo legal e constitucional. Em algumas situações é de extrema eficácia. E esta parece ser uma dessas situações. O devedor foi intimado para pagamento da dívida e advertido da prisão, pagou tão somente pequena parte da dívida. Conforme estabelece a Súmula 309 do STJ "O débito alimentar que autoriza prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo." Verifica-se no caso em tela, que o executado pagou somente parte dos valores, diante disso e configurada a efetiva necessidade, tem-se por decretada a prisão do devedor, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 5º, LXVII, da Constituição Federal c/c art 528, § 3º, do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado de prisão. Com relação à dívida abrangida pelo art. 528, § 8º do CPC, consulte-se o Bacenjud, Renajud e a CEF sobre o FGTS/PIS. Resultando positivo para qualquer situação, bloqueie-se o valor ou bem para satisfação da dívida até o valor do crédito atualizado. Em seguida, penhore-se, intimando-se o devedor para manifestação em 15 (quinze) dias. Expeça-se o alvará requerido para saque do valor depositado e o ofício. Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0244856-50.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.S.N. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0244957-05.2009.8.04.0001 (001.09.244957-4) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.F.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: VITOR DE OLIVEIRA MONTENEGRO (OAB 1798/AM) - Processo 0245368-33.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Marta da Silva Melo - REQUERIDA: Ludovina da Silva Melo - Interdição. Partes qualificadas nos autos. Interditanda com diagnóstico de doença prejudicial à expressão de vontade. Documentação pertinente. Requerimento de nomeação de curador provisório. Para a concessão de uma liminar, com natureza jurídica de antecipação dos efeitos da tutela, a parte deve demonstrar nos autos a concreção dos requisitos autorizativos, os quais presentes no art. 300 do CPC de 2015. Nesse sentido, o artigo supracitado deixa claro que os requisitos comuns para a concessão da tutela provisória de urgência, seja ela antecipada ou cautelar, são a probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora). Ao analisar os autos, nota-se a existência de uma situação fática que deve ser observada: a interditanda já se encontra sob os cuidados da requerente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a nomeação de curadora provisória, de modo a que a interditanda não venha a sofrer qualquer dano nos seus interesses. Nomeação de curador provisório deferida, limitado os poderes à simples gestão dos interesses da interditanda, excluindo-se os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial. Providencie-se o termo. Paute-se data para inspeção "in loco", com a maior brevidade possível. Cite-se e intime-se a interditanda, constando do mandado que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contado da entrevista poderá impugnar o pedido. Sem efeito o despacho de folhas 35. Intimem-se, outrossim, a requerente, a Defensoria Pública e o MP.

ADV: VITOR DE OLIVEIRA MONTENEGRO (OAB 1798/AM) - Processo 0245368-33.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Marta da Silva Melo - REQUERIDA: Ludovina da Silva Melo - Juntada de documentos às fls. 6/34 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 18 dos autos. Termo de audiência às fls. 42/43, realizada in loco. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 37/38 dos autos. Manifestação do curador especial às fls. 44 dos autos. Promoção ministerial de fls. 46/47. É o relatório. Decido. Deferida a Gratuidade de Justiça. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção de fls. 46/47 dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos "incapazes". As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de "tomada de decisão apoiada", consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de "tomada de decisão apoiada", o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que a curatelada apresenta Mal de Alzheimer e Mal de Parkinson, encontrando-se acamada há mais de 6 (seis) meses, necessitando do auxílio de terceiros, como se vê em seu laudo médico de fls. 18, tendo sido constatado em audiência in loco (fls. 42/43) o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: VITOR DE OLIVEIRA MONTENEGRO (OAB 1798/AM) - Processo 0245368-33.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Marta da Silva Melo - REQUERIDA: Ludovina da Silva Melo - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0245368-33.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Ludovina da Silva Melo, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Marta da Silva Melo. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 15 de fevereiro de 2019.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0245997-07.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.B.O. - Vistos etc. Pedido de alvará visando o recebimento relativo ao abono salarial (PIS nº 201.72857.03.6) e saldo de conta poupança, depositados junto à Caixa Econômica Federal-CEF, em nome do "de cujus". Documentação pertinente. É o relatório. DECIDO A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, onde o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, parágrafo único do CPC de 2015). No caso dos autos, a autora demonstrou ser herdeira do falecido, juntamente com o genitor deste, que não participou da relação processual. Em razão disso, deve ser reservada a sua quota-parte, conferindo-se à autora o percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores retidos em nome di de cujus. Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição dos alvarás pretendidos, autorizando também o encerramento da conta bancária. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC de 2015, com as respectivas sanções. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0246007-51.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.C.S.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0246014-43.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.C.S.T. - Sendo assim, deve ser concedido à parte autora o equivalente a 58,33% (cinquenta por cento de sua meação e mais 8,33% da renúncia feita em seu favor) do montante total do FGTS e PIS retido em nome do falecido, reservando-se a quota parte dos outros herdeiros. Ante o exposto, diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na proporção acima indicada. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art.553 do CPC de 2015, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0246063-84.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.J.L. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0246075-98.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.B.A. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada requerente, que poderá ser levantado por sua representante legal para fisn de subsistência dos mesmos. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0246077-68.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.R.P.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.INTIMEM-SE.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0246307-13.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.P.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0246407-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: DAMIAO BARBOSA GONÇALVES - THAMYS BATISTA DE ALMEIDA - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0247610-62.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: E.M.F. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0247758-49.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: E.S.S.C. - REQUERIDO: L.M.P.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0247946-66.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: R.C.L. - R.J.J.C.J. - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação de plano do acordo, uma vez que não existem interesses de menores ou incapazes, não havendo, por ora, obrigação alimentar nem bens a serem partilhados. Além disso, as partes, assistidas pela Defensoria Pública assinaram a inicial e juntaram declaração de duas testemunhas que reconhecem a convivência postulada às fls. 9/13 dos autos, bem como declaração de próprio punho das partes de que não possuem impedimento legal, como se vê às fls. 25/26 dos autos. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: PAULO OLIVEIRA (OAB 5382/PA), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0248191-14.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.B.G. - REQUERIDO: V.H.C.G. - Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia à requerente no percentual fixado a título de alimentos provisórios às fls. 34, convertendo-o em definitivo, mediante desconto em folha e depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, até o limite de 24 (vinte e quatro) anos de idade, o que faço com fundamento nos arts. 1695 e 1696 do Código Civil e art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0248474-37.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.S.S. - REQUERIDA: G.S.S. e outros - Ante o exposto, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão de guarda compartilhada de Ágata Sophia dos Santos Nascimento e Guilherme dos Santos Bonilio a ser exercida pela autora e pelos genitores das crianças em igualdade de condições, fixando a residência da autora como residência referencial das crianças. Sem custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0248594-80.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.O.H. - Assim, tem-se que a medida pleiteada atende ao melhor interesse da criança e encontra amparo no art. 33, § 2º, do ECA, eis que evidenciada a necessidade de atender a situação peculiar da criança, vez que a genitora concorda com a medida postulada, como se vê às fls. 35/37 e o requerido encontra-se em local incerto e não sabido. No mais, não se está diante da chamada "guarda previdenciária", tão repudiada pela jurisprudência, eis que se verifica uma situação de fato instaurada pela circunstância de que os próprios pais da criança deixaram-na sob os cuidados da requerente (avó), que vem exercendo todos os cuidados necessários à criação e o sustento da mesma, vindo a medida tão somente a regularizar a posse de fato já exercida, o que se vislumbra de forma contundente nos presentes autos. Ressalte-se, por último, que o deferimento da guarda não implica na perda do poder familiar dos pais, tampouco na alteração de seus direitos sucessórios. Diante de tal quadro apresentado, considerando que os interesses dos menores devem ser protegidos com absoluta prioridade (Art. 227 C.F.), julgo procedente o pedido para deferir a guarda excepcional da criança Alessandro Henrique Andrade, em favor de Antonia Oliveira Henrique, sem a repercussão previdenciária, prevista no §3º do art. 33 do ECA. Lavre-se o termo. Sem custas, face promoção pela Defensoria Pública. P. I. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0248798-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: J.V.B.S. - REQUERIDO: M.A.M.U. - Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE manejada por JOSÉ VINÍCIUS BITENCOURT DA SILVA, representado por sua mãe Elcimara Bitencourt da Silva, em face de MICHAEL ANDERSON DE MACEDO UCHÔA. Alega a representante da criança que teve um relacionamento com o réu, tendo como fruto o nascimento de seu filho, JOSÉ VINÍCIUS BITENCOURT DA SILVA. Informa que o requerido, além de não reconhecer a paternidade, não vem contribuído para o sustento da criança. Foi realizada audiência com a finalidade de se promover a conciliação entre as partes ou a coleta de DNA, em querendo, a mesma não se realizou tendo o requerido se quedado inerte, apesar de regularmente citado e intimado, como se vê às fls. 26/29 dos autos. Não foi apresentada resposta/contestação, pelo requerido. Termo de audiência às fls. 35/37 dos autos. Em cota, o MP pugnou pelo declaração da paternidade, considerando a aplicação da Súmula 301 do STJ. É o relatório. Decido. Deferida a Gratuidade de Justiça. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram a proteção dos filhos, equiparando a todos, reconhecendo o princípio da paternidade responsável (art. 227, §§ 6º e 7º da CF) e considerando o reconhecimento do estado de filiação personalíssimo, indisponível e imprescritível n(art. 27, ECA). O processo encontra-se instruído com os documentos anexos. A presente Ação de Investigação de Paternidade trata de direitos indisponíveis em que a ausência do réu não importa em revelia. Ocorre, entretanto, que a autora conseguiu comprovar através de seu depoimento pessoal em juízo, comprovando a paternidade atribuída ao requerido. A ausência de contestação do requerido, o não comparecimento do réu para a coleta do material para exame de DNA, sem justificativa, tornam a paternidade presumível. O Superior Tribunal de Justiça, editou súmula que se aplica como uma luva ao caso dos autos, senão vejamos: "Súmula 301/STJ - Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade." Nesse mesmo sentido é remansosa a jurisprudência do supracitado Tribunal no sentido de que a recusa na realização do exame de DNA gera a presunção de paternidade. "Direito civil. Recurso especial. Ação de investigação de paternidade. Exame pericial (teste de DNA). Recusa. Inversão do ônus da prova. Relacionamento amoroso e relacionamento casual. Paternidade reconhecida. - A recusa do investigado em se submeter ao teste de DNA implica a inversão do ônus da prova

e conseqüente presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor. - Verificada a recusa, o reconhecimento da paternidade decorrerá de outras provas, estas suficientes a demonstrar ou a existência de relacionamento amoroso à época da concepção ou, ao menos, a existência de relacionamento casual, hábito hodierno que parte do simples 'ficar', relação fugaz, de apenas um encontro, mas que pode garantir a concepção, dada a forte dissolução que opera entre o envolvimento amoroso e o contato sexual. Recurso especial provido. (REsp 557.365/RO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2005, DJ 03/10/2005 p. 242) Direito de família e processual civil. Recurso especial. Investigação de paternidade. Exame de DNA. Ausência injustificada do réu. Presunção de paternidade. Falta de provas indiciárias. - O não comparecimento, injustificado, do réu para realizar o exame de DNA equipara-se à recusa. - Apesar da Súmula 301/STJ ter feito referência à presunção juris tantum de paternidade na hipótese de recusa do investigado em se submeter ao exame de DNA, os precedentes jurisprudencias que sustentaram o entendimento sumulado definem que esta circunstância não desonera o autor de comprovar, minimamente, por meio de provas indiciárias a existência de relacionamento íntimo entre a mãe e o suposto pai. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 692.242/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/2005, DJ 12/09/2005 p. 327)" Diante disso, é patente que o investigado se escusou a se submeter ao exame de DNA, razão pela qual, em consonância com o parecer ministerial, deve ser declarada a paternidade do investigante. Assim, e sem mais delongas, a presente demanda merece ser julgada procedente. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL e, com fulcro nos artigos 1.616 c/c 1.694 §1º e 1.703, todos do CC, reconheço a paternidade de MICHAEL ANDERSON DE MACEDO UCHÔA como sendo pai de JOSÉ VINÍCIUS BITENCOURT DA SILVA, fazendo incluir ainda os avós paternos da criança, bem como o patronímico paterno em seu nome, eis que não houve manifestação específica. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0249626-67.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: C.S.V. - Vista ao patrono do executado para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar com relação ao item 1 da promoção ministerial de fls. 119 dos autos, vez que o processo prossegue com relação ao rito da penhora, nos termos da sentença de fls. 144, podendo ainda efetuar o pagamento integral da dívida ou postular o que pretender, sob pena de prosseguimento do rito.

ADV: EULAYNE DA SILVA ALVES (OAB 13719/AM), ADV: ISRAEL PAIVA MARTINS OLIVEIRA (OAB 7033/AM) - Processo 0249990-68.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXECUTADO: J.R.S.C. - Cumpra-se a promoção de fls. 374, com as intimações e diligências necessárias. Após, nova vista ao MP.

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM) - Processo 0251382-72.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXEQUENTE: J.C.O. - Vista ao patrono do exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar planilha de cálculo atualizada, em atenção à promoção ministerial de fls. 77/79, diante do lapso temporal transcorrido, a fim de evitar eventual nulidade de decreto prisional de natureza alimentar, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me conclusos para decisão.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM) - Processo 0252029-09.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: R.S.O. - Vista ao patrono do requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca do ofício de fls. 181/182, sob pena de extinção do feito.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0348449-81.2007.8.04.0001 (001.07.348449-1) - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: A.T.S.M. - REQUERIDO: D.S.M. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme fls. 35 dos autos. Extinção, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Nos termos do § 2º do art. 98 do novo CPC, a concessão da gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência. Entretanto, diante do pagamento da dívida dentro do prazo do pagamento voluntário, deixo de condenar a parte requerida em honorários advocatícios, consoante entendimento a contrario sensu da súmula 517 do STJ. Intime-se o requerido da nova conta informada para depósito às fls. 35 dos autos. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0601852-92.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.G.F. - REQUERIDO: A.J.S. - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, de modo que permaneça a guarda compartilhada mudando tão somente a residência de referência do menor para a materna, eis que esta é a situação fática atual. Merece a ressalva de que eventual descumprimento no pagamento de alimentos pode ser objeto de meio processual adequado ao seu adimplemento. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. P. Intimem-se.

ADV: CLOTILDE VALENTIM DE OLIVEIRA (OAB 12771/AM) - Processo 0602927-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: T.B.O. - Juntada de petição e procuração de advogado particular pela parte autora. Existência de resolução nº 015/10 do TJ/AM, em vigor, prevendo o recebimento nesta vara somente de processos em que a Defensoria Pública e Ministério Público atuem como representantes dos autores. Necessidade de remessa dos autos à distribuição para ser encaminhada a outra vara de família, por ser incabível a tramitação do processo nesta vara quanto advogado particular é constituído patrono da Autora. Competência declinada. Remetam-se os autos. Providências e cautelas de estilo.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0603021-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.F.P.G. - REQUERIDA: L.C.S. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. Juntada de petição e procuração de advogado particular pela parte autora. Existência de resolução nº 015/10 do TJ/AM, em vigor, prevendo o recebimento nesta vara somente de processos em que a Defensoria Pública e Ministério Público atuem como representantes dos autores. Necessidade de remessa dos autos à distribuição para ser encaminhada a outra vara de família, por ser incabível a tramitação do processo nesta vara quanto advogado particular é constituído patrono da Autora. Competência declinada. Remetam-se os autos. Providências e cautelas de estilo.

ADV: DANIELLE PEREIRA SILVA (OAB 11102/AM) - Processo 0604494-04.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: E.S.P. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo artigo 531, §2º, do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença de alimentos se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido de plano. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0605685-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Abandono Intelectual - REQUERENTE: H.C.S.S. - REQUERIDA: B.P.V. - Dessa forma, em razão da manifesta inadequação da via eleita, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0605846-94.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: G.S.E. e outro - REQUERIDA: J.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA XAVIER (OAB 584A/AM) - Processo 0606133-57.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Lourival Batuel Moreira Pereira - Assim sendo, intime-se o(a) autor(a), através de seu patrono, para emendar a inicial nos termos do art. 320 c/c art. 321, caput e parágrafo único do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, promovendo a juntada de documento que comprove a recusa do banco em cumprir o alvará concedido, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0606431-20.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: G.C.O. - REQUERIDO: H.M.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MELISSA SOUZA CREDIE BORBOREMA (OAB 3951/AM) - Processo 0607202-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.O.C. - REQUERIDO: D.R.N. - Entretanto, a parte autora não logrou comprovar suas alegações pertinentes aos ganhos do requerido, pelo que pauto-me pela fixação dos alimentos com base na análise das provas produzidas nos autos, levando em consideração os gastos com a criança, notadamente os gastos médicos, vez que portador de transtorno do aspectro autista, sopesando os depoimentos das partes em total razoabilidade, eis que é dever de ambos os pais contribuir no sustento de seus filhos, não havendo prova de que o requerido tenha possibilidade superior ainda que as necessidades sejam muitas. Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, tem-se que os alimentos devem ser fixados no importe de 80% (oitenta por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento do requerente. Passo ao exame dos alimentos pleiteados pela autora. Nos termos do art. 1724, do CC, o dever de mútua assistência inerente à união estável pode perquirir mesmo após seu término, desde que esteja demonstrada a necessidade e a dependência econômica. In casu, verifico que a requerente não logrou comprovar sua alegação de que está desempregada, ainda mais quando levado em consideração a afirmação do requerido de que a mesma trabalha em boate a noite, sendo jovem, saudável e apta para o trabalho, podendo exercer trabalho pela manhã quando a criança estiver na escola, vez que consta em seu depoimento perante este Juízo de que a criança estuda pela manhã, pelo que indefiro o pedido de alimentos postulados para si. Com relação ao pedido de partilha de benfeitorias realizadas verifico que as partes não comprovam nos autos a realização da mesma, bem como dos valores despendidos, não havendo consenso entre as partes com relação aos gastos supostamente realizados, pelo que indefiro o pedido de partilha a ser realizado nos presentes autos, podendo as partes resolver a referida questão em autos próprios. Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, pelo que tem-se por declarada a união estável na forma requerida, para todos os efeitos legais, no período alegado, bem como dissolvida na época declinada pela parte autora, de modo que o pedido principal procede. Com relação à guarda do filho, determino a guarda compartilhada de Diego Bernardo Cunha da Rocha Nóbrega a ser exercida pelos genitores em igualdade de condições, fixando a residência materna como residência referencial da criança. Determino que as visitas paternas sejam livres, bastando aos genitores que combinem previamente entre si a realização das tarefas cotidianas, bem como a companhia do mesmo em datas comemorativas, sendo que no dia dos pais e aniversário do pai, bem como no dia das mães e aniversário da mãe, a criança ficará na companhia do respectivo homenageado, sempre em atenção ao melhor interesse da criança. Com relação aos alimentos, cada genitor arcará com a despesa do filho quando estiver em sua companhia, devendo as despesas escolares serem partilhadas pelas partes, mediante prévio ajuste entre ambas, na melhor forma que lhe couberem em atenção às suas possibilidades. Fixo os alimentos para o filho em 80% (oitenta por cento) do salário mínimo, a ser pago pelo requerido todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante depósito na conta informada na exordial, consoante tudo acima fundamentado. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário termo de guarda compartilhada, com as diligências de estilo. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: JAMILE GONÇALVES SERRA AZUL (OAB 6620/SE), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0608073-62.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ALIMENTAND: A.K.S.N. - ALIMENTANT: C.A.M.T. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme folhas 77 e 78. Extinção, com fundamento no art. 924, inciso II e 925, ambos do Código de Processo Civil de 2015. Expeça-se contramandado de prisão em favor do executado. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0608784-33.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.S.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0608931-88.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: L.P.C. e outro - REQUERIDO: J.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0609698-63.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: E.E.F. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0609698-63.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Maria Aparecida Elias Freire, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado CURADOR o senhor Edmundo Elias Freire. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência

da interditanda, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 08 de agosto de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0609937-67.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: C.M.F. - REQUERIDA: W.C.M. - E.N.M. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0609937-67.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Wilsia Carvalho Matos, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Camila Matos Fortunato. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 24 de setembro de 2018.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0610836-70.2015.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: Debora da Silva Marques - Anderson da Silva Azevedo Fiho - REQUERIDO: Anderson da Silva Azevedo - DEBORA DA SILVA MARQUES, devidamente qualificada, ajuizou ação de guarda c/c alimentos e regulamentação da convivência em favor do filho Anderson da Silva Azevedo Filho, em face de Anderson da Silva Azevedo, também devidamente qualificado nos autos, ao argumento de que possui a guarda de fato do menor desde sua separação com o requerido, postulando a fixação dos alimentos em R$ 900,00 (novecentos reais). Juntou os documentos de fls. 7/13. Em audiência preliminar, restou frustrada a tentativa de acordo com relação à guarda diante dos argumentos expandidos no termo de fls. 25, ofertando o requerido o importe de R$ 300,00 (trezentos reais) a título de alimentos, que foi aceito pela requerente, como se vislumbra no referido termo, tendo sido fixados provisoriamente. Regularmente citado na referida audiência, deixou transcorrer o prazo legal de contestação, consoante certidão de fls. 27 dos autos. Decretada a revelia, foi realizado o depoimento da parte autora às fls. 49/50. Parecer ministerial às fls. 100/103. É o breve relatório. Decido. Defiro o pedido de justiça gratuita. A guarda pode ser definida como um direito-dever natural e originário dos pais, que consiste na convivência com seus filhos, decorrente do poder familiar, sendo o pressuposto que possibilita o exercício de todas as funções paternas/maternas. Assim, o fato de ser pai ou mãe, já assegura a guarda dos filhos, devendo ela ser regulamentada em caso de separação entre o casal. Ao exercício da guarda sobrepõe-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que não se pode delir, em momento algum, porquanto o instituto da guarda foi concebido, de rigor, para proteger o menor, para colocá-lo a salvo de situação de perigo. Devem as partes pensar, de forma comum, no bem-estar dos menores, sem intenções egoísticas, caprichosas, ou ainda, de vindita entre si, tudo isso para que possam - os filhos - usufruir harmonicamente da família que possuem, tanto a materna, quanto a paterna, porque toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, conforme dispõe o art. 19 do ECA. Diante da nova ordem jurídica implementada pela Lei n. 13.058/2014, a guarda compartilhada passou a ser a regra em nosso ordenamento jurídico, e não mais a exceção. A referida modificação assegurou aos pais a responsabilidade conjunta dos filhos, conferindo-lhes de forma igualitária o exercício dos direitos e deveres com relação à autoridade parental, exceto quando um dos genitores não estiver apto a exercer o poder familiar ou não desejar a guarda do menor, nos termos dos arts. 1583, § 2º e 1584, § 2º, do CC, o que não se vislumbra in casu. Por força do art. 1584, § 2º do CC, o Poder Judiciário deve sempre aferir, com prioridade, a possibilidade de ser aplicada a guarda compartilhada, ficando a guarda unilateral reservada apenas para hipóteses em que um dos genitores não têm condições de exercer o encargo, ou quando houver circunstância impeditiva. Consoante bem ensina CONRADO PAULINO DA ROSA (In Nova Lei da Guarda Compartilhada, 2015, pg. 67), “o que se propõe pela guarda compartilhada é manter uma convivência entre ambos os pais e filho muito mais frequente e contributiva. Isso pode ocorrer por iniciativas corriqueiras, como acompanhá-los até a escola e os auxiliar na resolução das respectivas tarefas, participar dos eventos escolares e das reuniões pedagógicas, levá-los à natação, ao futebol, ao curso de línguas, etc Relevante é que ambos os pais se façam presentes na vida dos filhos, interagindo com eles e ensinando-lhe, por suas atitudes, como se deve ou não, instituir sua própria identidade”. Desta feita, cabe destacar que a guarda compartilhada não é guarda dividida, não é a divisão de tempo, mas sim a divisão de responsabilidades. Da análise dos autos, verifico informações que denotam ser a medida mais adequada a aplicação da regra geral da guarda compartilhada, como passo a fundamentar. Não se vislumbra nos autos informação que desabone a conduta dos genitores, de modo que ambos aparentam aptos a exercer a guarda compartilhada de Anderson da Silva Azevedo Filho, que se encontra atualmente com 5 (cinco) anos de idade, consoante se vislumbra da Certidão de Nascimento de fls. 12 dos autos. Enfatiza-se os benefícios advindos de uma convivência regular dos menores com ambos os núcleos familiares e, portanto, a necessidade de que o contato paterno-filial seja ampliado em função do pleno desenvolvimento infantil e da garantia da preservação de seus referenciais parentais e manutenção dos vínculos afetivos de maneira satisfatória. Dos presentes autos extrai-se que o menor está tendo os cuidados decorrentes do exercício da guarda de modo salutar por parte da genitora, fazendo-se necessária, porém, a ampliação e qualificação do contato paterno-filial, razão pela qual, não há necessidade de modificar a atual rotina do menor, vez que tem atendido seus interesses. Entretanto, verifico que o que se faz necessário nesse momento é fortalecer o vínculo familiar com o genitor, que pode ser concretizado com o compartilhamento dessa convivência através da guarda compartilhada, consoante atual sistemática jurídica, a fim de que os genitores possam decidir em conjunto acerca da educação, religião, amizades e tratamento médico/odontológico do filho, bem como colaborarem com este na resolução de seus deveres escolares, presenciando suas atividades esportivas, etc, enfim, propiciando ao menor segurança, afeto e a certeza de que é amado e protegido por ambos os genitores. Passo à análise dos alimentos. A relação de parentesco entre as partes está devidamente evidenciada na certidão de fls. 12, que também comprova a menoridade do filho. Assim, tem-se pela sujeição de ambos os genitores ao poder familiar (CC, art. 1.630) e, com isso, a obrigação alimentar da parte requerida, ínsita ao dever de criar imputado aos pais pela norma do art. 229, da Constituição Federal, também pelo art. 1.634, I, do CCB. Com efeito, o dever de criar, é da essência do poder familiar, e função precípua dos pais. Expresso, inicialmente no ato de dar existência ao filho, concebendo-o, complementa-se com a consequente criação da prole, que implica a obrigação de garantir o bem-estar físico do filho, na qual se inclui o sustento familiar, o cuidado com a saúde e o que mais necessário for à sobrevivência. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Acrescento a esse binômio tão difundido na jurisprudência, um outro requisito: a proporcionalidade. Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial, aos interesses do incapaz, necessário, portanto, considerar a capacidade financeira dos pais, também as necessidades da parte alimentanda. Da análise das provas produzidas em audiência, notadamente nos depoimentos prestados em audiência pela autora às fls. 51/52, bem como o

aceite entre as partes com relação aos alimentos provisórios na audiência preliminar de fls. 25, verifico que ambos concordaram com a fixação da pensão no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), o qual deverá ser fixado em percentual equivalente sobre o salário mínimo, a fim de preservar o poder aquisitivo. Com relação às possibilidades do requerido, verifico, que a autora não comprova que o requerido tenha possibilidade superior ao que havia ofertado em audiência preliminar, tendo apenas informado que o mesmo exerce a função de taxista sem comprovar entretanto esta afirmação. Com relação às necessidades do menor, embora sejam muitas, deve estar atrelada às possibilidades do requerido, pautado na razoabilidade e na proporcionalidade. Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, tem-se que os alimentos devem ser fixados em definitivo no importe de 30,5% (trinta vírgula cinco por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda, aliado ao fato de que é dever de ambos os genitores contribuir no sustento dos filhos. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento dos menores. Ante o exposto, e seguindo posicionamento ministerial, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão autoral de guarda unilateral e determino a guarda compartilhada de Anderson da Silva Azevedo Filho, a ser exercida pelos genitores em igualdade de condições, fixando a residência materna como residência referencial do menor. Determino que as visitas paternas sejam livres, bastando aos genitores que combinem previamente entre si a realização das tarefas cotidianas, bem como a companhia do mesmo em datas comemorativas, sendo que no dia dos pais e aniversário do pai, bem como no dia das mães e aniversário da mãe, a criança ficará na companhia do respectivo homenageado, sempre em atenção ao melhor interesse da criança e dos adolescentes. Com relação aos alimentos, condeno o requerido ao pagamento de pensão alimentícia ao filho na proporção de 30,5% (trinta vírgula cinco por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta indicada às fls. 26, todo dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0610934-21.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: N.N.P. - Vistos etc... Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0612291-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.P.M. - REQUERIDA: M.S.R.S. - F.G.R.M. - Desta feita, sopesando os elementos possibilidade/necessidade/proporcionalidade, julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando-se a pensão, por revisão, em 21% (vinte e um por cento) do salário mínimo enquanto persistir a situação de desemprego, mantido o percentual de 35% (trinta e cinco por cento) dos vencimentos líquidos na hipótese de novo emprego formal. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º a 19 do Código de Processo Civil, c/c art. 98, § 3º do CPC, revertido ao FUNDEP (conta corrente n. 14050-3, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0612400-16.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: E.G.R.S. - EXECUTADO: Eduardo Nasciemnto de Souza - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0613575-11.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.G.L. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0613575-11.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Eliana de Souza Gomes, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Aida Gomes de Lima. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de outubro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0613579-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.S.L. - REQUERIDO: J.S. - Franciely de Souza Lima, devidamente qualificada, ajuizou ação de guarda c/c alimentos em favor dos filhos Jessiely Lima Santos, Adrielly Cristina Lima Santos e Gusttavo Lima Santos, em face de Jessé de Sá Santos, devidamente qualificado nos autos, ao argumento de que possui a guarda de fato dos menores desde sua separação com o (a) requerido (a), postulando a fixação dos alimentos em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo. Juntou os documentos de fls. 4/20. Fixado liminarmente os alimentos provisórios em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, consoante decisão de fls. 21 dos autos. Citado regularmente, o requerido ofertou a contestação de fls. 37/40, juntando os documentos de fls. 41/46 dos autos. Réplica às fls. 49/50. Termo de audiência às fls. 56/58, com depoimento das partes. Parecer ministerial às fls. 59/60. É o breve relatório. Decido. Defiro o pedido de justiça gratuita. A guarda pode ser definida como um direito-dever natural e originário dos pais, que consiste na convivência com seus filhos, decorrente do poder familiar, sendo o pressuposto que possibilita o exercício de todas as funções paternas/maternas. Assim, o fato de ser pai ou mãe, já assegura a guarda dos filhos, devendo ela ser regulamentada em caso de separação entre o casal. Ao exercício da guarda sobrepõe-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que não se pode delir, em momento algum, porquanto o instituto da guarda foi concebido, de rigor, para proteger o menor, para colocá-lo a salvo de situação de perigo. Devem as partes pensar, de forma comum, no bem-estar dos menores, sem intenções egoísticas, caprichosas, ou ainda, de vindita entre si, tudo isso para que possam - os filhos - usufruir harmonicamente da família que possuem, tanto a materna, quanto a paterna, porque toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, conforme dispõe o art. 19 do ECA. Diante da nova ordem jurídica implementada pela Lei n. 13.058/2014, a guarda compartilhada passou a ser a regra em nosso ordenamento jurídico, e não mais a exceção. A referida

modificação assegurou aos pais a responsabilidade conjunta dos filhos, conferindo-lhes de forma igualitária o exercício dos direitos e deveres com relação à autoridade parental, exceto quando um dos genitores não estiver apto a exercer o poder familiar ou não desejar a guarda do menor, nos termos dos arts. 1583, § 2º e 1584, § 2º, do CC, o que não se vislumbra in casu. Por força do art. 1584, § 2º do CC, o Poder Judiciário deve sempre aferir, com prioridade, a possibilidade de ser aplicada a guarda compartilhada, ficando a guarda unilateral reservada apenas para hipóteses em que um dos genitores não têm condições de exercer o encargo, ou quando houver circunstância impeditiva. Consoante bem ensina CONRADO PAULINO DA ROSA (In Nova Lei da Guarda Compartilhada, 2015, pg. 67), "o que se propõe pela guarda compartilhada é manter uma convivência entre ambos os pais e filho muito mais frequente e contributiva. Isso pode ocorrer por iniciativas corriqueiras, como acompanhá-los até a escola e os auxiliar na resolução das respectivas tarefas, participar dos eventos escolares e das reuniões pedagógicas, levá-los à natação, ao futebol, ao curso de línguas, etc Relevante é que ambos os pais se façam presentes na vida dos filhos, interagindo com eles e ensinando-lhe, por suas atitudes, como se deve ou não, instituir sua própria identidade". Desta feita, cabe destacar que a guarda compartilhada não é guarda dividida, não é a divisão de tempo, mas sim a divisão de responsabilidades. Da análise dos autos, verifico informações que denotam ser a medida mais adequada a aplicação da regra geral da guarda compartilhada, como passo a fundamentar. Não se vislumbra nos autos informação que desabone a conduta dos genitores, de modo que ambos aparentam aptos a exercer a guarda compartilhada dos filhos. Enfatiza-se os benefícios advindos de uma convivência regular dos menores com ambos os núcleos familiares e, portanto, a necessidade de que o contato paterno-filial seja ampliado em função do pleno desenvolvimento infantil e da garantia da preservação de seus referenciais parentais e manutenção dos vínculos afetivos de maneira satisfatória. Dos presentes autos extrai-se que os menores estão tendo os cuidados decorrentes do exercício da guarda de modo salutar por parte da genitora, fazendo-se necessária, porém, a ampliação e qualificação do contato paterno-filial, razão pela qual, não há necessidade de modificar a atual rotina dos menores, vez que tem atendido seus interesses. Entretanto, verifico que o que se faz necessário nesse momento é fortalecer o vínculo familiar com o genitor, que pode ser concretizado com o compartilhamento dessa convivência através da guarda compartilhada, consoante atual sistemática jurídica, a fim de que os genitores possam decidir em conjunto acerca da educação, religião, amizades e tratamento médico/odontológico do filho, bem como colaborarem com este na resolução de seus deveres escolares, presenciando suas atividades esportivas, etc, enfim, propiciando ao menor segurança, afeto e a certeza de que é amado e protegido por ambos os genitores. Passo à análise dos alimentos. A relação de parentesco entre as partes está devidamente evidenciada na certidão de fls. 6, 7 e 8, que também comprova a menoridade dos mesmos. Assim, tem-se pela sujeição de ambos os genitores ao poder familiar (CC, art. 1.630) e, com isso, a obrigação alimentar da parte requerida, ínsita ao dever de criar imputado aos pais pela norma do art. 229, da Constituição Federal, também pelo art. 1.634, I, do CCB. Com efeito, o dever de criar, é da essência do poder familiar, e função precípua dos pais. Expresso, inicialmente no ato de dar existência ao filho, concebendo-o, complementa-se com a consequente criação da prole, que implica a obrigação de garantir o bem-estar físico do filho, na qual se inclui o sustento familiar, o cuidado com a saúde e o que mais necessário for à sobrevivência. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Acrescento a esse binômio tão difundido na jurisprudência, um outro requisito: a proporcionalidade. Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial, aos interesses do incapaz, necessário, portanto, considerar a capacidade financeira dos pais, também as necessidades da parte alimentanda. Da análise das provas produzidas em audiência, notadamente nos depoimentos prestados em juízo pelas partes, verifico com relação às possibilidades do requerido, que o mesmo exerce a função de ajudante em serviços de refrigeração, informando ue recebe em média o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), que mora em casa alugada pagando o importe de R$ 300,00 (trezentos reais), possuindo mais um filho recém-nascido, pelo que postula a fixação dos alimentos no importe de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme seu depoimento prestado às fls. 57 dos autos neste Juízo. Com relação às necessidades dos menores, embora sejam muitas, especificadas no depoimento da assistente/representante legal dos menores neste Juízo às fls. 69 dos autos, não pode sobrepor-se às possibilidades do requerido, sendo dever de ambas as partes adotar maiores esforços para contribuir ao sustento digno de seus filhos. Verifico ainda que a autora não comprovou que o requerido tenha possibilidade superior ao informado por este em seu depoimento prestado em Juízo, pelo que suas alegações não possuem lastro probatório suficiente. Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, tem-se que os alimentos devem ser fixados no importe de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda, aliado ao fato de que é dever de ambos os genitores contribuir no sustento dos filhos. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento dos menores. Ante o exposto, e seguindo posicionamento ministerial, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão autoral de guarda unilateral e determino a guarda compartilhada de Jessiely Lima Santos, Adrielly Cristina Lima Santos e Gustavo Lima Santos, em face de Jessé de Sá Santos, a ser exercida pelos genitores em igualdade de condições, fixando a residência materna como residência referencial dos menores. Determino que as visitas paternas sejam livres, bastando aos genitores que combinem previamente entre si a realização das tarefas cotidianas, bem como a companhia do mesmo em datas comemorativas, sendo que no dia dos pais e aniversário do pai, bem como no dia das mães e aniversário da mãe, a criança ficará na companhia do respectivo homenageado, sempre em atenção ao melhor interesse da criança e dos adolescentes, mantendo-se a rotina já vivenciada pelas partes, inclusive com relação aos finais de semana alternados mencionados nos autos. Com relação aos alimentos, condeno o requerido ao pagamento de pensão alimentícia aos filhos acima destacados na proporção de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. Nos termos do art. 13, § 2º da Lei 5478/68, os alimentos fixados retroagem à data da citação. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM), ADV: ANDREZA MAGALHÃES DO REGO (OAB 10538/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0613830-03.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: G.G.M. e outro - REQUERIDO: G.A.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0614094-54.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: SUELEN CLEIDE COSTA DE BRITO - REQUERIDO: MAFRAN XIMENES BERNARDES DA COSTA - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos. As partes celebraram acordo com pagamento parcial e restante parcelado (folhas 68 e 69). Diante disso, tem-

se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, letra " b" do Código de Processo Civil de 2015. Expeça-se com urgência contramandado de prisão. Na eventualidade de descumprimento do acordo, o processo retomará seu curso, mediante provocação pelo credor. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0614302-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: R.C.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0616466-39.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: N.C.S.S. - S.S.S. - REQUERIDO: D.K.B. - Averiguação de Paternidade. Juntada de petição e procuração de advogado particular pela parte autora. Existência de resolução nº 015/10 do TJ/AM, em vigor, prevendo o recebimento nesta vara somente de processos em que a Defensoria Pública e Ministério Público atuem como representantes dos autores. Necessidade de remessa dos autos à distribuição para ser encaminhada a outra vara de família, por ser incabível a tramitação do processo nesta vara quanto advogado particular é constituído patrono da Autora. Competência declinada. Remetam-se os autos. Providências e cautelas de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0616516-31.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Riovanira Pereira de Sousa - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0616516-31.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Raimunda de Almeida Pereira, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Riovanira Pereira de Sousa. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 08 de agosto de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0618170-53.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.P.S.N. - REQUERIDA: M.M.S.N. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0618170-53.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Maria Milva Santos do Nascimento, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Ana Paula dos Santos Nascimento. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2018.

ADV: AMANDA DA ROCHA ALVES (OAB 3202/AM) - Processo 0619230-66.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: J.A.P. - Vista ao patrono do requerido para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar acerca da contraproposta ofertada às fls. 111/113 dos autos, sob pena de prosseguimento do feito. Após, vista ao MP.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0619496-87.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.S.R. - Vista ao patrono da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca do interesse no prosseguimento do feito, postulando o que pretender, sob pena de extinção do feito.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0620175-48.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: P.N.F.G. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0620175-48.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Ernesto Albuquerque Guimarães, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Plácida Nila Freitas Guimarães. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 28 de agosto de 2018.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0620405-27.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.S.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0620822-48.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: V.G.L. - REQUERIDO: A.S.S. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme fls. 41/42 dos autos. Extinção, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Nos termos do § 2º do art. 98 do novo CPC, a concessão da gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência. Entretanto, diante do pagamento da dívida dentro do prazo do pagamento voluntário, deixo de condenar a parte requerida em honorários advocatícios, consoante entendimento a contrario sensu da súmula 517 do STJ. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0620938-54.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.S.O. - REQUERIDO: E.S.O. - Execução de alimentos com pagamento da dívida (folhas 52 a 55). Assiste razão ao Ministério Público, uma vez que há provas de que a obrigação fora satisfeita somadas ao silência da parte autora. Extinção, com fundamento nos arts. 924, inciso II e 925, ambos do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0621450-32.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.V.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos

que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0621450-32.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Waldemar Ferdinando Lopes Vieira, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Maria Vieira de Souza. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2018.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0621637-79.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.R.R. - REQUERIDO: L.C.C.S. - Execução de alimentos com pagamento da dívida (folhas 137 e 138) . Extinção, com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015. Tem-se por revogada a prisão. Expeça-se contramandado de prisão Expeça-se alvará para levantamento dos valores. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Prossigam os autos com relação ao rito da penhora.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0622189-39.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: R.B.C.S. - REQUERIDO: D.B.S. - Determino a suspensão do processo de execução de alimentos, nos termos do art. 921, III, do CPC, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo, se for o caso, durante o prazo de suspensão requerer o desarquivamento a qualquer momento, com a indicação de bem passível de penhora. Havendo novo impulso, retornem conclusos. Decorrido o prazo de um ano sem a indicação de bem passível de penhora, passa a fluir o prazo prescricional de 1 (um) ano, pelo que fiquem os autos arquivados administrativamente durante este período. Decorrido o prazo da prescrição intercorrente, intimem-se as partes para manifestação, em querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. Em quedando-se inertes, sem indicação de bem penhorável, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0622701-85.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Remoção e Dispensa - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.B.S. - REQUERIDA: A.B.S. - A.B.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0622989-67.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.M.S. - Assim, tem-se que a medida pleiteada atende ao melhor interesse da criança e encontra amparo no art. 33, § 2º, do ECA, eis que evidenciada a necessidade de atender a situação peculiar da criança, vez que a genitora da criança é falecida e o genitor encontra-se em local incerto e não sabido. No mais, não se está diante da chamada “guarda previdenciária”, tão repudiada pela jurisprudência, eis que se verifica uma situação de fato instaurada pela circunstância de que os próprios pais da criança deixaram-na sob os cuidados da requerente (avó), que vem exercendo todos os cuidados necessários à criação e o sustento da mesma, vindo a medida tão somente a regularizar a posse de fato já exercida, diante do falecimento comprovado da genitora da criança e do fato do genitor da criança se encontrar em local incerto e não sabido, o que se vislumbra de forma contundente nos presentes autos. Ressalte-se, por último, que o deferimento da guarda não implica na perda do poder familiar dos pais, tampouco na alteração de seus direitos sucessórios. Diante de tal quadro apresentado, considerando que os interesses dos menores devem ser protegidos com absoluta prioridade (Art. 227 C.F.), julgo procedente o pedido para deferir a guarda excepcional da criança Mateus Nascimento Souza, em favor de Minervina Moizes da Silva, sem a repercussão previdenciária, prevista no §3º do art. 33 do ECA. Lavre-se o termo. Sem custas, face promoção pela Defensoria Pública. P. I. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM), ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0623439-78.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: E.R.S.M. - REQUERIDO: E.X.A. - CERTIFICO que, de ordem do MM Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, fica pautada audiência de Conciliação para o dia 08/05/2019 às 11:30h, conforme o despacho de fls.80. CERTIFICO, outrossim, que a Senhora Elis Regina da Silva Marques, RG 1637339-1 , compareceu à secretaria da 8ª Vara de Família, ocasião em que a INTIMEI da audiência. No mesmo ato a parte recebeu o alvará para saque do deposito judicial. CERTIFICO também que o requerido será intimado para audiência por meio de seu patrono constituído nos autos.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0624044-19.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.O.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0624044-19.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Raimundo Freitas de Souza, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Adriana Oliveira de Souza. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2018.

ADV: JULIANA INOUE MARIANO (OAB 261052/SP) - Processo 0625052-36.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: M.A.S.S. - EXECUTADA: VANUSIA FREIRE MARTINS - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0625358-97.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.F.T.A. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0625358-97.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Maria Luci Oliveira da Silva, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Maria de Fátima Taveira de Alcântara. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2018.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0625869-32.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.F. - REQUERIDO: G.P.S. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226,

§6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0626020-66.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: R.V.R.V. - R.P.R.C. - Penhora online insuficiente para saldar a dívida, como se vê às fls. 188. Expeça-se alvará para saque do valor contido em conta judicial. Indefiro o pedido de consulta ao sistema Bancejud, vez que já realizado tal procedimento às fls. 153/154. Vista ao patrono do requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens a penhora em nome do requerido, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0626022-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.G.R. - REQUERIDO: J.S.R. - Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, nos termos do art. 487, I, do CPC, fixo os alimentos no importe de 25% (vinte e cinco por cento) dos vencimentos líquidos do requerido, em atenção ao binômio alimentar, devendo ser entendido como vencimentos líquidos a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se o 13º salário, o mês das férias, gratificações, abonos, horas extraordinárias, 1/3 constitucional das férias e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, e F.G.T.S., a serem descontados mensalmente em folha de pagamento, mediante ofício a ser expedido por este Juízo, e que serão creditados na conta corrente indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, enquanto estiver sob relação de emprego e em 30% (trinta por cento) do salário mínimo, na hipótese de desemprego. Expeça-se ofício para desconto em folha. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0626256-13.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.L.R.R. - REQUERIDA: L.M.R. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0626256-13.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Leina Maria Ramalho, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Maria Luzia Ramalho Rebouças. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de outubro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0626821-74.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.L.B.S. - REQUERIDA: M.L.M.S. - Trata-se de ação de divórcio litigioso posteriormente convertido para divórcio consensual na audiência preliminar de fls. 35, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0626951-98.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.V.S. - Em que pese o nobre e respeitável posicionamento ministerial, diante da informação de fls. 33, nova vista ao MP para em querendo, diante das provas produzidas nos autos, formular seu parecer final.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0626951-98.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.V.S. - Trata-se de procedimento onde a parte autora busca a alteração da regulamentação de visitas acordada perante a Defensoria Pública e homologada judicialmente em outro processo. Alega a parte autora que o requerido se apresenta bêbado para buscar a criança. Sustenta ainda que possui em seu favor uma medida protetiva, conferida pelo juízo especializado em violência doméstica e familiar contra a mulher. Sendo assim, pleiteia que seja realizado estudo psicossocial para que a convivência seja regulamentada por sentença, com dias e horários pré-definidos. A tentativa de conciliação restou frustrada, conforme termo de audiência de fls. 42/43. Contestação do requerido às fls. 45/47, reafirmando seu direito de visitas e pugnando pela improcedência do pedido. Audiência de instrução e julgamento às fls. 59/62, com a colheita de depoimento pessoal das partes. Em parecer, o Ministério Público pugnou pela realização de estudo psicossocial, o que foi reiterado quando este juízo o instou a se manifestar novamente. É o relatório. A demanda não carece de maiores vislumbres. Inicialmente, cumpre esclarecer que já há um acordo, homologado nos autos do processos nº 0621809-16.2017 e discriminado às fls. 63/65, no qual já existe uma convivência regulamentada. O pedido da autora na inicial foi no sentido que "seja regulamentado (sic) a convivência com a criança Daniel da Silva Smith, firmando em sentença os dias e horários de visitas". Ora, nitidamente, trata-se da situação em que a parte pede algo que já possui, uma vez que o acordo homologado no outro processo em explícito em estabelecer que as visitas paternas ocorrerão "nos finais de semana alternados, buscando a criança no sábado às 08h00 e devolvendo no sábado às 18h00 e no domingo buscando às 08h00 e devolvendo às 18h00". O acordo é razoável, estabelecendo um período mínimo de convivência entre o genitor e seu filho. Em razão disso, o estudo psicossocial é desnecessário, haja vista que a prova documental, aliada ao depoimento das partes, apontam no sentido do indeferimento do pedido, cabendo ao juiz indeferir a produção de provas que considerar irrelevantes para o deslinde da causa, na forma do artigo 370, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre salientar que o direito de conviver é dúplice. Tanto o é da mãe ou pai em relação aos

seus filhos, quanto é dos filhos em relação à convivência com os seus pais, não havendo razão para, no caso em análise, cercear tal direito, o que, rememore-se, nem mesmo foi o pedido contido na inicial. Por fim, frisa-se que a medida protetiva concedida em favor da mãe não altera o direito de convivência do genitor com o filho em comum, devendo tais direitos serem compatibilizados. Pelo exposto,e com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial. Sem custas. Deferida a gratuidade judiciária para ambas as partes. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0627497-22.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: J.V.P. - REQUERIDA: F.P.M. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0627497-22.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Franciele Prestes Moreira, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Janaina Vieira Prestes. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2018.

ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM) - Processo 0627581-57.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.S.V.S. - REQUERIDO: A.R.S. - Processo parado há mais de 30 dias por falta de promoção do(a) autor(a). Em razão disso, intime-se pessoalmente (o)a autor(a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Intime(m)-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0628211-79.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.F.M.C. - REQUERIDO: G.J.R. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0628211-79.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Gabriel José Ribeiro, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Mariza de Fatima Melo Cavalcante. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 05 de outubro de 2018.

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM) - Processo 0628273-27.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: K.R.B. - Certifico que de ordem do MM Juiz de Direito,Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, é aberto vista a parte autora, através de seu Patrono, para que se manifeste acerca do AR Negativo de fls.58,dentro do prazo de 10 (dez) dias. Ficando ciente de que na inobservância do prazo, irão incidir o efeitos do art.485 inciso III do CPC. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM) - Processo 0628543-51.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.G.S. - Diante de tal quadro apresentado, considerando que os interesses dos menores devem ser protegidos com absoluta prioridade (Art. 227 C.F.), julgo procedente o pedido para deferir a guarda excepcional das crianças Iago Duque da Silva e Wilckison da Silva Duque, em favor de Maria das Graças da Silva. sem a repercussão previdenciária, prevista no §3º do art. 33 do ECA.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0628583-28.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.S.C. - REQUERIDO: J.B.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0628688-05.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.F.F. - REQUERIDO: E.L.F. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I c/c art. 355, II do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes, concedendo a guarda dos filhos à requerente e fixando os alimentos a ser pago pelo requerido em 30% (trinta por cento) do salário mínimo, todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante depósito em conta que a autora vier a abrir e seja informada ao requerido. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0628708-30.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERIDO: P.P.A.S. - Sopesando os documentos e fatos apresentados até o momento, divergindo respeitosamente do posicionamento ministerial, entendo que os alimentos provisórios devam ser fixados no importe de 3 (três) salários mínimos vigentes, a serem atualizados de acordo com os índices do Governo Federal, com depósito mensal na conta indicada às folhas 75, todo dia 30 de cada mês, podendo ser pago até o dia 05 útil do mês subseqüente. Intime-se a parte requerida, por meio de seus patronos. Proceda-se à pesquisa patrimonial do requerido por meio dos sistemas INFOJUD e BACENJUD. Após, nova vista ao Ministério Público.

ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO - Processo 0628788-62.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.O.M. - REQUERIDO: J.L.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0629980-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.S.F. - REQUERIDO: A.B.M. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0629998-46.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.L.S. - REQUERIDA: J.S.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0630716-43.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: R.N.P. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0630716-43.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Elizeu Araujo do Nascimento, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Rozimar do Nascimento Pimentel. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 08 de outubro de 2018.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0630979-75.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.G.N.O. - REQUERIDO: M.L.N. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0630979-75.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Manoel Lima do Nascimento, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Maria das Gracas Nascimento de Oliveira. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 12 de novembro de 2018.

ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM) - Processo 0631292-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.V.S. - REQUERIDO: C.N.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0631439-62.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.C.S. - REQUERIDA: I.R.O. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SUYANNE SOARES LOIOLA (OAB 9050/AM) - Processo 0631823-64.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ALIMENTAND: E.M.A. - ASSISTENTE: A.C.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0632069-21.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Remoção e Dispensa - Tutela e Curatela - REQUERENTE: F.A.C. - REQUERIDO: C.M.A.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0632675-49.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.C.M.S. - REQUERIDO: S.B.B. - Vistos etc... Trata-se de ação de investigação de paternidade com alimentos. Reconhecimento voluntário com acordo de alimentos mediante proposta apresentada pelo requerido e aceita pela requerente (folhas 39 e 45). Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP entendeu por desnecessária sua atuação neste feito, conforme promoção de folhas 41 e 42). Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Sebastião Barbosa Brito em relação a Ana Carolina Miranda de Sousa, que passará a se chamar ANA CAROLINA MIRANDA DE SOUSA BRITO, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do ofício de registro civil de pessoas naturais da Comarca de Ananindeua, Estado do Pará, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos (folhas 33), permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra "b" do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento, inclusive carta precatória. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: JOÃO ANTONIO DA MOTA SEIXAS (OAB 10046/AM), ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM), ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0633307-17.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: E.S.S. - REQUERIDO: L.F.G. - Vistos etc... As partes, devidamente qualificadas nos autos requereram homologação de acordo, nos termos e condições propostos (folhas 93 a 108). Documentação pertinente. Ministério Público favorável às folhas 112. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra "b", do Código de Processo Civil de 2015.

Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se, inclusive a genitora da menor para que junte aos autos certidão de nascimento da mesma. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0633777-09.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.C.R.S. - REQUERIDO: Q.F.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0633777-09.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Quirino Francisco de Souza, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado CURADOR o senhor Antonio Claudio Rocha de Souza. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 22 de janeiro de 2019.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0633997-12.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: D.R.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM) - Processo 0635578-62.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: Y.W.S.P. - I.O.S.P. - L.V.S.P. - E.C.S. - EXECUTADO: O.S.P. - Expeça-se alvará para levantamento dos valores bloqueados e depositados em conta judicial. Proceda-se à penhora e avaliação do bem indicado às fls. 132. Após, intime-se o executado, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0635966-91.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: B.N.S. - REQUERIDO: D.C.S. - o requerente. Pelo exposto, julgo procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia ao requerente na proporção de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, mediante desconto em folha a ser creditado na conta indicada às fls. 48, todo dia 30 (trinta) de cada mês, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. Nos termos do art. 13, § 2º da Lei 5478/68, os alimentos fixados retroagem à data da citação. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: HUMBERTO FILIPE PINHEIRO PEDROSA (OAB 13037/AM) - Processo 0636855-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.B.M. - REQUERIDO: A.C.F. e outros - Instrução e Julgamento Data: 15/04/2019 Hora 09:30 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0636878-25.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: N.V.C.M. - REQUERIDO: E.O.M.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0637237-04.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.N.S.F. - REQUERIDO: R.S.S. - Processo parado há mais de 30 dias por falta de promoção do(a) autor(a). Em razão disso, intime-se pessoalmente (o)a autor(a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Intime(m)-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0637292-52.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.F.C. - REQUERIDO: G.C.S. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0638116-11.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: S.R.A. - REQUERIDA: M.R.A. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0638116-11.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Maria da Rocha Alves, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Silvia da Rocha Alves. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de outubro de 2018.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0638176-81.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.F.O. - REQUERIDO: J.O. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0638305-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: ANA LUCIA ANDRADE DA COSTA - REQUERIDO: ELIZEU FERREIRA DE MELO - Determino a suspensão do processo de execução de alimentos, nos termos do art. 921, III, do CPC, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo, se for o caso, durante o prazo de suspensão requerer o desarquivamento a qualquer momento, com a indicação de bem passível de penhora. Havendo novo impulso, retornem conclusos. Decorrido o prazo de um ano sem a indicação de bem passível de penhora, passa a fluir o prazo prescricional de 1 (um) ano, pelo que fiquem os autos arquivados administrativamente durante este período. Decorrido o prazo da prescrição intercorrente, intimem-se as partes para manifestação, em querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. Em quedando-se inertes, sem indicação de bem penhorável, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0638578-65.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: S.M. - REQUERIDA: A.E.M. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0638578-65.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Alcinda Estevao Marinho, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Sheiley Marinho. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 26 de outubro de 2018.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0638796-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: G.L.O. - REQUERIDA: B.C.L.S.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo de folhas 167 a 169, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Sem necessidade de intervenção ministerial dada a inexistência de discussão acerca do interesse de declaradamente incapazes neste caso. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, letra “b”, do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento, salientando que a eficácia traslativa desta sentença fica condicionado ao pagamento das taxas, emolumentos e tributos incidentes. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0639017-76.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.M.S. - REQUERIDO: L.D.S. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação, mantendo-se o sobrenome da Requerida obtido em razão do casamento. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0639405-47.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.C.M.S. - REQUERIDA: D.M.C. - F.A.M.S. - Diante de tal quadro apresentado, em consonância com o entendimento ministerial, considerando que os interesses do menor deve ser protegido com absoluta prioridade (Art. 227 C.F.), julgo improcedente o pedido, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas, face promoção pela Defensoria Pública. Após trânsito em julgado, arquive-se, com as diligências de estilo. P.I. Cumpra-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0639416-76.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.P. - REQUERIDA: D.S.E. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0639557-27.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: J.C.C. - REQUERIDA: M.N.C.C. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0639557-27.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Maria de Nazaré Cortez da Costa, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeada CURADORA a senhora Jucilene Cortez da Costa. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 22 de janeiro de 2019.

ADV: LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM) - Processo 0640229-06.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.A.C.L. - REQUERIDO: A.C.L.S. - M.S.H. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. Juntada de petição e procuração de advogado particular pela parte autora (fls. 88/89). Existência de resolução nº 015/10 do TJ/AM, em vigor, prevendo o recebimento nesta vara somente de processos em que a Defensoria Pública e Ministério Público atuem como representantes dos autores. Necessidade de remessa dos autos à distribuição para ser encaminhada a outra vara de família, por ser incabível a tramitação do processo nesta vara quanto advogado particular é constituído patrono da Autora. Competência declinada. Remetam-se os autos. Providências e cautelas de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0640922-87.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.L.L.F. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0641452-57.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.N.M. - EXECUTADO: H.R.S. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos. As partes celebraram acordo com pagamento parcial e restante parcelado. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, “ b” do Código de Processo Civil. Na eventualidade de descumprimento do acordo, o processo retomará seu curso, mediante provocação pelo credor. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0641524-10.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: C.F.S. - REQUERIDO: F.F.C. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0641524-10.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Francisco Fernandes da Costa, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado CURADORA a senhora Cidele Fernandes de Souza. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do interditando, devendo a curadora, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua

educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 12 de novembro de 2018.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0641937-91.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: N.S.N.C. - R.S.N. - REQUERIDO: Metuzalém Silva de Souza - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: MANUEL NEUZIMAR PINHEIRO (OAB 366/AM) - Processo 0642650-03.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.E.C.O. - REQUERIDO: C.S.G. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, CLEDEILSON SALVADOR GONÇALVES, brasileiro, casado, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, RENATA EUGENIA CAVALCANTE DE OLIVEIRA, brasileira, casada, domiciliada e residente, na Rua Rondônia, 01, BL 27, PATO 01, ENTRADA A, PARQUE 10 DE NOVEMBRO - CEP 69050-450, Manaus-AM, devendo o Sr.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0644406-42.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0644815-18.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: K.B.S. - G.P.S. - REQUERIDO: J.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0645119-51.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.G.M. - REQUERIDO: G.A.M.E. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I c/c art. 355, II do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes, concedendo a guarda compartilhada de Jhoncley Garcia Monteiro a ser exercida pelos genitores em igualdade de condições, fixando a residência materna como residência referencial da criança. Determino que as visitas paternas sejam livres, bastando aos genitores que combinem previamente entre si a realização das tarefas cotidianas, bem como a companhia do mesmo em datas comemorativas, sendo que no dia dos pais e aniversário do pai, bem como no dia das mães e aniversário da mãe, a criança ficará na companhia do respectivo homenageado, sempre em atenção ao melhor interesse da criança. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0647088-67.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.M.J. - REQUERIDO: E.J. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0647332-93.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.C.B.S. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo despacho de fls. 12 dos autos. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0648324-54.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: J.S.S. - REQUERIDA: M.A.S. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0648324-54.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença que decretou a CURATELA de Maria Alice de Souza, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado CURADOR o senhor Jaisson da Silva Santos. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência da interditanda, devendo o curador, zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar somente simples atos de gestão, de natureza patrimonial e negocial, dos interesses do curatelado, excluindo-se todos os demais que demandem, pela natureza, autorização judicial, com fundamento no art.1767, inciso I do Código Civil e no art. 85 da Lei 13.146/2015. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 23 de janeiro de 2019.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0648802-62.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.S.N. - REQUERIDO: G.H.D.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0648995-77.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Raimunda Marlene Moura de Souza - REQUERIDA: Raimunda de Moura Sousa - Concedo o prazo de 30 (trinta) dias, com fulcro no art. 218, § 1º do CPC, já computado o prazo em dobro, para os fins requestados na petição de fls. 26, com a ressalva de que, em

decorrendo o prazo sem a devida manifestação, o processo será extinto sem resolução do mérito por inércia da parte autora, pelo que deverá ser intimada pessoalmente. Vista à Defensoria Pública Estadual.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0649010-46.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Dheyme Cordeiro Boneth - Ana Carla Cordeiro Boneth - REQUERIDO: Justiça - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, devendo o saldo ser partilhado na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada requerente, bem como encerradas as contas verificadas na consulta Bacenjud, vez que não demonstraram a existência de saldo. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0650647-32.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.F.O. - REQUERIDA: M.F.G.O.F. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0654707-48.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.F.L.L. - REQUERIDA: L.F.L. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0655208-02.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: G.T.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

Adair Rebelo (OAB 382/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adriana do Rio Branco Souza Xavier (OAB 584A/AM)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Ali Assaad Hamade de Oliveira (OAB 253180/SP)
Amanda da Rocha Alves (OAB 3202/AM)
Ana Karoline dos Santos Pinto (OAB 23762/CE)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Andreza Magalhães do Rego (OAB 10538/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
CAMILA MALTA SOARES (OAB 7787/RO)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 2/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
CLOTILDE VALENTIM DE OLIVEIRA (OAB 12771/AM)
Creuza Barbosa Cohen (OAB 5822/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Danielle Pereira Silva (OAB 11102/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Diego Machado Martins (OAB 111971/RS)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Edson Carneiro da Costa (OAB 369/AC)
Edson da Silva Massulo (OAB 4687/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO (OAB 5985/RO)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Eulayne da Silva Alves (OAB 13719/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Gualberto Graciano Melo (OAB 8564/AM)
Helena Lúcia Ohana da Silva (OAB 12423/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Filipe Pinheiro Pedrosa (OAB 13037/AM)
Israel Paiva Martins Oliveira (OAB 7033/AM)
Jamile Gonçalves Serra Azul (OAB 6620/SE)
João Antonio da Mota Seixas (OAB 10046/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Juliana Inoue Mariano (OAB 261052/SP)
Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Laura Poliana de Oliveira Fragata (OAB 13528/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)

LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Manuel Neuzimar Pinheiro (OAB 366/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Maria Ione dos Santos Rodrigues (OAB 9521/AM)
Marijane da Costa Nascimento (OAB 13083/AM)
Mauro de Figueiredo Lobato (OAB 14210/AM)
Melissa Souza Credie Borborema (OAB 3951/AM)
Mônica Elcira Mergulhão Damacena (OAB 13387/AM)
NERI JULIANO PICCOLOTO (OAB 56769/RS)
Nonato Vinícius dos Santos França (OAB 13703/AM)
Paulo Oliveira (OAB 5382/PA)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
PRISCILA DA SILVA SOUZA (OAB 9541/AM)
Priscila Ferreira de Lima (OAB 9477/RN)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raimunda Leila Mendes da Silva (OAB 9940/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raquel El Bacha Figueiredo (OAB 23953AM)
Raquel Tavares Neves (OAB 13315/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
RODRIGO GINDRI FIORENZA (OAB 54881/RS)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Sarah de Souza Lobo (OAB 5971/AM)
Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Suyanne Soares Loiola (OAB 9050/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)
Vitor de Oliveira Montenegro (OAB 1798/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Yolanda Ana Edelman (OAB 1319/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA MARIA DE OLIVEIRA DIÓGENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0026/2019

ADV: ANTÔNIO ADALBERTO MAGALHÃES MARTINS (OAB 2792/AM) - Processo 0600424-17.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0875298-57.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Associacao de Educacao Latu Sensu do Brasil - AELSEB - Vistos, etc. Cuida-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal, com pedido de Antecipação de Tutela ajuizada por Associação de Educação Latu Sensu do Brasil - AELSEB em face do Município de Manaus pelas razões a seguir expostas. A Requerente afirma que tem ajuizada contra si a Ação de Execução Fiscal n. 0875298-57.2012.8.04.0001, decorrente do Auto de Infração e Intimação nº 2011.3000776, que culminou com o estabelecimento de multa no valor de R$ 1.990,20 (hum mil, novecentos e noventa reais e vinte centavos), a título de suposto descumprimento do dever acessório, este auto deu origem a Certidão de Divida Ativa - CDA citada. Alega que, o Auto de Infração nº 20113000776 foi motivado pelo fato da Autora não escriturar: “os livros contábeis diário e razão, com suas formalidades legais, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, pela falta dos mesmos, totalizando 12 (doze) meses sem a devida escrituração com multa acessória de 3 (três) UFM por mês de atraso, perfazendo 36 (trinta e seis) UFM, de multa de infração no período, com limite máximo pela Lei 1.186/07 de 30 (trinta) UFM por auto de infração”. E que, segundo o agente fiscal: “Esta ocorrência, ainda infringiu: INFRINGÊNCIA(S): Artigo 7º da Lei 254/94, Combinado com o Art. 61 do regulamento do ISSQN aprovado pelo Decreto 5.682/87, pois o contribuinte deixou de escriturar os livros contábeis pela falta deles. E motivou a seguinte penalidade, segundo o indigitado Auto de Infração: PENALIDADE(S) Artigo 31, II, b, § 5º da Lei 254/94. Com redação dada pela Art. 1º da Lei 1.186/07 e multa limitada a 30 UFM.” Assim, a Demandante assevera que o Auto de Infração está eivado de vício e deve ser considerado nulo e que os livros contábeis estiveram sempre à disposição da fiscalização da Fazenda Municipal, tendo sido entregues pelo representante da Autora na sede da Secretaria Municipal de Finanças diretamente ao auditor, que, posteriormente os devolveu. Aduz, ainda, que os mesmos livros fiscais e contábeis sempre estiveram totalmente disponíveis para a fiscalização, não havendo nenhuma razão para sonegação destes documentos que se encontram registrados no Cartório de Títulos e Documentos conforme prova acima citada, bem como cumpre fielmente o estabelecido no Artigo 14, inciso III, do Código Tributário Nacional para a manutenção da sua imunidade. Afirma que, o Município de Manaus não cumpriu procedimentos estabelecidos na Lei Municipal n° 1.182/2007 que disciplinam a suspensão da Imunidade Tributária da Requerente. Requer, a concessão da antecipação de tutela, inaudita altera pars, para suspender a exigibilidade do credito tributário, em face dos argumentos expostos e comprovados, na forma do art. 150,V, do Código Tributário Nacional-CTN. No mérito, requer sejam julgados totalmente procedentes os pedidos formulados na presente Ação Anulatória de Débito Fiscal para declarar a insubsistência e a ilegalidade do Auto de Infração 2011.3000776 e consequentemente, dos lançamentos dele originados, por ser a Autora beneficiaria da imunidade tributaria do art. 150,VI, “c” da Constituição Federal, e por não ter descumprido os requisitos do art. 14 do CTN, assim como não ter sido obedecido pela parte Ré o que determina a Lei 1182/2007, bem como para conceder ou, senão, ratificar, a concessão da tutela antecipatória. Decisão prolatada nas páginas 66/70, deferindo a antecipação de tutela e suspendendo a exigibilidade do crédito tributário referente ao Auto de Infração nº 2011.3000776 e determinando o apensamento dos autos ao processo de Execução Fiscal nº 0875298-57.2012. Contestação do Município de Manaus, nas págs. 79/86, aduzindo que a parte não carreou aos autos documento essencial à propositura da ação, qual seja, seus livros contábeis. No mérito, ataca que, para que pudesse ter deferida a imunidade, imperiosa a coadunação com os requisitos estabelecidos no art. 14 do Código Tributário Nacional e que não houve comprovação de nenhum deles, posto que não há nenhum documento fiscal nos autos. Requer a extinção do feito, sem resolução de mérito, por força da ausência de documento essencial à propositura da demanda ou, caso assim não entenda, julgar improcedente a ação, pelos demais argumentos expostos, especificamente sobre a ausência de imunidade tributária. Réplica apresentada pela Autora, nas págs. 91/97, afirmando, em síntese, que a mesma busca do Poder Judiciário é o reconhecimento de que o Auto de Infração lavrado pela Administração Pública é nulo, é ilegal, preenche todos os requisitos exigidos no artigo 14 do CTN, alegando que a contabilidade está devidamente registrada e regular, bem como foi reconhecido pelo próprio agente da Ré no Termo de Encerramento da Fiscalização. Ademais, afirma que a imunidade tributária, tal qual previsto no artigo 150 da CF, é inerente à sua condição de entidade de ensino sem fins lucrativos, não havendo, até a presente data, qualquer ato válido e regular no sentido de suspender seu direito, pelo que não poderia a Ré lavrar o Auto de Infração. Vista ao Ministério Público, o ilustre Representante daquele Órgão informa o não interesse público a justificar a intervenção. Decisão, na pág. 108, para que as partes digam as provas que ainda pretendem produzir ou, se não houver interesse pelo julgamento da lide. Intimadas as partes, as mesmas mantiveram-se silentes, conforme certidão na pág. 118. Vieram-me os autos. Relatados, no

essencial , passo a decidir. Primeiramente, cumpre esclarecer, minuciosamente qual o pedido que a Autora busca na presente solução judicial. Como bem enfatizado pelo Demandante na Réplica (páginas 91/92), "Com o devido respeito o núcleo da controvérsia, como chama o contestante, não é a discussão acerca da imunidade da Autora visto que esta, a imunidade, prevista no artigo 150 da CF, permanece válida e eficaz (...)". E continua: "É dizer: a Autora não está buscando no Poder Judiciário uma decisão que obrigue a Administração Pública, ora Ré, a lhe conceder imunidade tributária (...)", esclarecendo que: "No presente caso o que a Autora busca do Poder Judiciário é o reconhecimento de que o Auto de Infração lavrado pela Administração Pública, ora Ré, é nulo, é ilegal, já que a Autora não pode ser autuada pelo não recolhimento de tributos (...)". Nesse sentido, a Autora busca a declaração da insubsistência e a ilegalidade do Auto de Infração 2011.3000776 e, consequentemente, dos lançamentos dele originados, por ser alegadamente beneficiária da imunidade tributaria do art. 150,VI, "c" da Constituição Federal, e por não ter descumprido os requisitos do art. 14 do CTN, assim como não ter sido obedecido pela Ré o que determina a Lei 1182/2007. Consequentemente, com o fito de esclarecer os lindes do pedido na exordial e, apesar de reiteradamente a Demandante informar que não procura discutir a sua imunidade tributária, mas usa tal argumento como motivo para anular o citado auto de infração, examinarei o pedido sob a ótica da declaração de Nulidade do referido Auto de Infração de nº 2011.3000776. Dessa forma, analisando a cópia do Auto de Infração nº 2011300077 juntado na página 48, verifico que a Demandante foi autuada porque "(...) não escriturou os livros contábeis diário e razão, com suas formalidades legais, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, pela falta dos mesmos, totalizando 12 (doze) meses sem a devida escrituração com multa acessória de 3 (três) u.f.m por mês de atraso perfazendo 36 (trinta e seis) u.f.m de multa de infração no período, com limite dado pela lei 1186/07 de 30 (trinta) u.f.m por auto de infração.". Ora, não observo nos autos nenhuma ilegalidade do Auto de Infração exarado pela Autoridade Fiscal Municipal, bem como a Autora não apresenta provas que comprovam o alegado do referido Auto. A mesma afirma que "não pode ser autuada pelo não recolhimento de tributos não só porque inexiste qualquer ato válido e regular praticado pela Administração Pública que tenha retirado sua imunidade tributária - o que, aliás, sequer foi contestado pela Ré - mas principalmente porque de fato e de direito preenche todos os requisitos exigidos no artigo 14 do CTN, inclusive e principalmente a contabilidade devidamente registrada e regular, como foi reconhecido pelo próprio agente da Ré que no Termo de Encerramento da Fiscalização". Ora, o fato de a mesma ser beneficiária da imunidade tributária prevista no artigo 150 da Constituição Federal /88, não lhe dá o direito de descumprir regras acessórias, conforme descrito no inciso III, do art. 14 do Código Tributário Nacional, que são exigências que, justamente, vão embasar o seu direito à referida imunidade, descumprindo tais exigências, a mesma perderá o seu beneplácito. E, lembrando que aqui não se está discutindo se o Município de Manaus, após autuar a mesma porque "não escriturou os livros contábeis diário e razão, com suas formalidades legais, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010", absteve-se de, posteriormente, iniciar procedimento administrativo para suspender sua imunidade, conforme afirmou, expressamente, a Requerente: "Logo, pode-se afirmar, sem embargos, que ao contrário do que afirma a ora Ré, o núcleo da controvérsia não é a imunidade da Autora e sim a Nulidade do Auto de Infração". Além disso, afirmar que os livros contábeis não são essenciais para a propositura da presente ação só serve para confirmar que o Município de Manaus agiu corretamente em autuar a mesma por descumprimento aos preceitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, considerando que todo direito subjetivo se origina de um fato. É do exame do fato e de sua adequação ao direito objetivo que se extrairá a solução do litígio. Portanto, não basta às parte litigante apenas alegar os fatos para que a sentença declare o direito. É necessário que se verifique a verdade do alegado através das provas. Tal entendimento fundamenta-se no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, que determina: "CPC, Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;" Por força do art. 373, inciso I, do CPC, cabe ao Autor o ônus de provar fato constitutivo de seu direito. Ademais, ao ingressar com a ação em epígrafe, deveria a Requerente, ao menos, ter instruído a inaugural com todos os documentos aptos a dirimir a questão posta em Juízo. Não fez na exordial e nem tampouco quando intimada a indicar as provas que pretendia produzir, conforme pág. 80/81. Embora despiciendo, cumpre lembrar que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e este atributo decorre da sujeição da Administração Pública à lei. Desta forma, os atos praticados pela administração presumem-se legítimos até que se prove em contrário. Em adendo, é imprescindível que se considere a presunção de legitimidade dos atos administrativos, que exige prova em contrário para seu afastamento, ou nas palavras de Cassagne (apud Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2000:183): "A presunção de legitimidade constitui um princípio do ato administrativo que encontra seu fundamento na presunção de validade que acompanha todos os atos estatais, princípio em que se baseia, por sua vez, o dever do administrado de cumprir o ato administrativo. Se não existisse esse princípio, toda a atividade administrativa seria diretamente questionável, obstaculizando o cumprimento dos fins públicos, ao antepor um interesse individual de natureza privada ao interesse coletivo ou social, em definitivo, o interesse público." Com efeito, os atos administrativos gozam ainda de presunção de veracidade, ou seja, presumem-se verdadeiros os fatos aduzidos pela Administração. Referida presunção, embora relativa, dispensa prova da legitimidade dos atos de cunho administrativo na atividade pública. De seu turno, presumida a legitimidade, cabe ao particular, no caso, a Autora, provar o contrário, demonstrando cabalmente que a Administração Pública obrou fora ou além do permitido em lei, isto é, com ilegalidade flagrante sob a forma de abuso ou desvio de poder. Nesta esteira, a Requerente não trouxe nenhum documento que demonstrasse a ilegalidade do Auto de Infração nº 2011300077, como, por exemplo, os livros contábeis relativo ao ano de 2010, que embasou o Fisco Municipal a exarar o referido documento, a fim de que este Juízo tivesse base de dados para julgar a lide. Os documentos adicionados à inicial não servem para provar o direito da Autora. E nisto inclui-se o referido Termo de Encerramento Fiscal (pags. 57/58 e 59/60), porque não se referem, em momento algum ao Auto de Infração nº 2011300077, mas à contribuições de tributos relativos aos anos de 2004 a 2008, assinado em setembro de 2009, consequentemente, não serve como defesa de formalidades legais que deveriam ter sido tomadas pela Autora de não escrituração dos livros contábeis diário e razão, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, momento posterior à citada fiscalização. DISPOSITIVO Diante do exposto, entendo pela IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO formulado na exordial e, como consequência, julgo EXTINTA sem resolução do mérito, a presente Ação Anulatória de Débito Fiscal oposta por Associação de Educação Latu Sensu do Brasil - AELSEB, em face do Município de Manaus, nos termos da fundamentação e em consonância com o Art. 485, inciso VI, Código de Processo Civil/2015. Honorários advocatícios pela Requerente, os quais arbitro em R$ 400,00 (quatrocentos reais) em favor do Município de Manaus. Custas pagas, conforme pág. 62. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0604334-86.2013.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Luis Themothio Florindo - Autos n°: 0604334-86.2013.8.04.0001 Ação: Embargos À Execução/PROC Embargante: Município de Manaus Embargado: Luis Themothio Florindo SENTENÇA Vistos, etc... Versam os presentes autos sobre Embargos à Execução Fiscal, manejados por Luis Themothio Florindo, já devidamente qualificado, com fulcro nos arts. 16 e seguintes da Lei nº 6.830/1980, em face do MUNICÍPIO DE MANAUS, por dependência aos feitos da Ação de Execução Fiscal n° 0866992-02.2012.8.04.0001, pelas razões a seguir dispostas. Ao compulsar o caderno processual, verifico que nos autos da Execução Fiscal que deu origem ao Incidente Processual, fora proferida a Sentença extinguindo o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 156, do CTN, frente ao pagamento do crédito identificado, como se vê às fls. 25/28, decisão esta subsidiada pelo Ofício n° 1474/2018- GPM/PGM, que pugnou pela extinção do feito de 45.633 na presente condição. Assim, é de todo evidente que a referida peça embargatória não tem mais razão de persistir, principalmente, ao se considerar que a própria Municipalidade atestou o adimplemento do débito, abrindo mão do prazo recursal.

Diante disso, vê-se que a discussão acerca da cobrança em sede dos Embargos à Execução Fiscal mostrou-se prejudicada, haja vista, como já mencionado, o exaurimento da prestação jurisdicional. Assim, não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nos autos, a prejudicialidade da presente ação pela perda superveniente de seu objeto, bem assim a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do processo sem a resolução do meritum causae, de conformidade com as disposições do art. 485, inciso VI, da Lei Adjetiva Civil. Nessa esteira de pensamento construída em linhas acima, trago à baila alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça, como segue: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DO DEVEDOR. PAGAMENTO INTEGRAL DA DÍVIDA. PERDA DE OBJETO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO. ART.267,VI,CPC.1. Efetuada a quitação do débito que deu origem à execução fiscal embargada (fl. 77), em face do cumprimento da obrigação, verifica-se a superveniente ausência de interesse processual do devedor no processamento destes embargos, o que enseja sua extinção, por perda do objeto, nos termos do art. 267,VI,CPC.2. Processo extinto sem exame do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil. 3. Apelação prejudicada." (TRF da 1ª Região, 8ª Turma AC - 200301990032724/MG; Rel. DES. FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO; DJ de 1º/8/2008, pág. 423.) "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PAGAMENTO SUPERVENIENTE DO DÉBITO EXEQUENDO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. PERDA DO OBJETO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO FIXADOS. 1. Com respaldo no artigo 462 do Código de Processo Civil, este Colegiado não pode ignorar que a ação de execução fiscal, que deu origem à presente ação de embargos, foi extinta pelo pagamento do débito exeqüendo, a pedido da parte exeqüente, nos termos de artigo 794, inciso I, do mesmo código. 2. Isso revela, na verdade, que após o oferecimento dos presentes embargos, em maio de 1988, a apelante reconheceu o débito que lhe era exigido e liquidou-o, ensejando a extinção da execução pelo pagamento do débito em 16 de novembro de 2004, a pedido da parte exeqüente. 3. Nesse contexto, ocorreu a perda do interesse superveniente da embargante em relação aos presentes embargos, tornando desnecessário o prosseguimento do processo por meio da apelação que o animava. 4. Reconhecimento da perda do objeto da ação e a falta de interesse superveniente. 5. Não condenação da embargante apelante em honorários advocatícios, à vista da decisão da sentença, que não fixou verba honorária de sucumbência, de acordo com a Súmula n. 168 do extinto Tribunal Federal de Recursos, e que restou irrecorrida. 6. De ofício, julgado extinto os embargos à execução fiscal, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Apelação interposta prejudicada." (TRF 3ª Região; Turma Suplementar da 1ª Seção; AC - 21232/SP; Rel. Juiz JOÃO CONSOLIM; DJ de 25/07/2008). Isto posto, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTO os presentes Embargos, sem a resolução do mérito, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Após, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se estes Embargos. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0609652-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria das Graças M. de Souza - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Tratam os presentes autos de Procedimento Comum ajuizados por MARIA DAS GRAÇAS MARREIRO DE SOUZA em face do Município de Manaus pelos motivos a seguir expostos. A Requerente afirma que ao tentar realizar uma operação financeira no banco, foi surpreendida com a informação de que seu nome estava inscrito no cadastro restritivo de crédito, SPC/SERASA Ao consultar o 6º Ofício de Protesto de Letras, descobriu 2 (dois) protestos apresentados pelo Ente Municipal em 2013, referente aos pagamentos de quitação de IPTU de 2009 e 2010, do imóvel de matrícula 666669486. Prosseguindo afirma que em 10 de junho de 2005 realizou a venda do imóvel para o Sr. Sirley de Souza Cardoso e a Sra. Silvia Vasconcelos Nascimento, com as taxas de IPTU devidamente quitadas. Ainda , que em 2008 o imóvel foi expropriado pela Superintendência Estadual de Habitação de acordo com Termo de Indenização de Acessões número 31736, referente ao Processo nº 100304. Mesmo não sendo mais responsável pelo imóvel, a Autora quitou os débitos até 2008, para evitar lesão de ser qualificada como mal pagadora, o que não foi suficiente, já que se viu indevidamente enquadrada no cadastro restritivo de crédito. Sendo assim, requer seja, liminarmente, solicitada a baixa do protesto de seu nome do rol de mal pagadores, proceda-se a citação do Requerido e que o julgamento da ação seja dado como procedente para, consequentemente, condenação ao pagamento de indenização a título de danos morais. É o relatório, no essencial. Passo a decidir. É de sabença que, o Novo Código de Processo Civil modificou todo o sistema de tutela judicial fundada em cognição sumária, passando as tutelas (antecipada e cautelar) a respeitarem o mesmo regime legal. De par com isso, surge a tutela provisória fundando-se em regime de urgência, subdivindo-se em cautelar e antecipada, incidindo esta última no intuito de assegurar a efetividade do direito material, ou seja, deve ser demonstrado que além da urgência, está em risco na hipótese de apenas vir a ser reconhecido ao final da demanda. Destaque-se, assim, que, para a concessão da tutela de urgência, alguns requisitos devem ser preenchidos, quais sejam, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito (fumus boni iuris - plausibilidade jurídica) - isto é, aparência do direito alegado, sendo um juízo de probabilidade de acolhimento das alegações deduzidas pelo Autor em sua petição inicial. E, ainda, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora). Neste aspecto, ao compulsar o presente caderno processual, vislumbro merecer acolhida a medida antecipatória em caráter liminar, requerida pela Demandante, de exclusão dos órgãos de proteção do crédito, haja vista, apresentou nos autos os documentos comprovando a expropriação do imóvel no ano de 2008, nas pgs. 18/22, bem como, apresentou o contrato de compra e venda realizado em 2005 e encontrado nas pgs. 15 e 16 dos autos processuais. Logo, afigura-se, possivelmente, que a Autora não teria responsabilidade sobre as dívidas advindas de IPTU do imóvel de matrícula nº 666669486. Noutro giro, ao analisar a matéria vindicada na causa ora em observância e, ante o fim dos demais pleitos de cunho tributário formulados pela Requerente, vê-se que o tema em discussão também cinge-se ao pagamento de retorno indenizatório, frente a possíveis danos morais e materiais sofridos pela Autora, em virtude de haver sido inscrito como inadimplente junto ao Protesto de Letras, referente a débito que lhe fora indevidamente atribuído pelo Ente Municipal. Desta feita, mister salientar que, com a edição da Lei Complementar nº 58/2007, que modificou o artigo 153, inciso II, da Lei Complementar nº 17/97, a competência da presente Especializada passou a ser exclusivamente para julgamento das causas de natureza tributária de interesse do Município de Manaus, o que se exigiu, para tanto, a teor do regulado pela Portaria nº 4.309/2007, que os autos de natureza diversa fossem distribuídos para as Varas de Fazenda Pública Municipal. Diante disso, clarividente é afirmar que, a situação fática submetida à apreciação deste Judiciário em relação ao pagamento de verba indenizatória frente ao suposto dano material e moral experimentado não merece ser apreciado neste âmbito, não obstante, haver decorrido de uma circunstância de cunho tributário. Assim, mostra-se sem dúvidas , a incompetência deste Juízo Especializado de Dívida Ativa Municipal para a análise do feito no que tange à discussão concernente a indenização, devendo o valor da causa ser atribuído e modificado para abarcar somente o pedido de natureza declaratória de inexistência de débito em relação ao Autor, devendo o mesmo, ao final da cognição deste Juízo, apresentar o pedido indenizatório no Juízo competente. Desta forma, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência de natureza antecipada, determinando a baixa do protesto do nome da Autora. Ainda, DETERMINO que a parte Requerente apresente Emenda à Inicial no prazo de 15 (quinze) dias a fim de corrigir o valor da causa. Aguarde-se tal providência para que seja feita a análise do pedido de Justiça Gratuita. Cite-se o Requerido para apresentar sua contestação. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

Antônio Adalberto Magalhães Martins (OAB 2792/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2019

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM), ADV: EDCARLA BENEDITA PORTUGAL DE OLIVEIRA (OAB 9687/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM) - Processo 0218866-62.2015.8.04.0001 (processo principal 0210671-88.2015.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - EXCIPIENTE: Elinaldo Sales da Rocha - Processo n.°:0218866-62.2015.8.04.0001 CERTIDÃO Certifico para os devidos fins, em atenção ao despacho de fl. 52, que conforme ofício de fls. 55/58, o exame de sanidade mental de Elinaldo Sales Rocha realizar-se-á no dia 13/03/2019, às 11:00 h, no CDPM I. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0601011-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Josian Ilario de Menezes e outro - Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do indiciado Josian Ilario de Menezes, conforme fls. 43/47. Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se favorável ao pedido, explicitando o feito em fl. 50. Relatado. DECIDO. Analisando os autos, verifica-se que, entre a data da decisão judicial que decretou a prisão preventiva (10/01/2019) do indiciado/denunciado-requerente e a data do pedido de revogação (11/01/2019) passou-se apenas 01 dia, não havendo neste curto período, qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo foi externado e fundamentado, de tal forma que apenas se houver alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis do indiciado. É de suma importância frisar o equívoco do Ministério Público ao externar ser favorável ao pedido feito pelo Indiciado, tendo em vista que este, foi de Revogação da Prisão Preventiva c/c Aplicação das Medidas Cautelares Alternativas à Prisão, e não de Modificação de Medida Cautelar. Mediante o exposto, como já argumentado acima, sendo contrário ao parecer favorável do Ministério Público, INDEFIRO o pedido de fls. 43/47 de Revogação da Prisão Preventiva de Josian Ilario de Menezes. Intime-se. Ressalta-se que o processo encontra-se aguardando Inquérito Policial com as diligências necessárias para o oferecimento da exordial acusatória pelo Ministério Público, dentro do prazo legal processual, conforme art. 51 da Lei 11.343/2006. Sendo assim, dá-se por habitual a marcha processual até então. Após a juntada do I.P, e em caso de oferecimento de denúncia, determino a notificação, nos termos do art. 55 da lei nº 11.343/2006. Em caso de manifestação diversa, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para as providências necessárias. P.R.I. CUMPRA-SE. Manaus, 23 de janeiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito TH

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0601011-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Josian Ilario de Menezes e outro - Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Josian Ilario de Menezes e Higo da Silva Ferreira. Notificados para apresentarem defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado(a)/defensor(a), não limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 06) e laudo toxicológico definitivo (fl. 80/90), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Paute-se audiência de instrução e julgamento, observando-se, sempre, a prioridade para os processos de réus presos. Certifique-se nos autos a data designada para a AIJ. Citem os réus e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito TH

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0601011-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Higo da Silva Ferreira e outro - Fica a defesa intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação processual do(a) ré(u)/indiciado(a) Higo da Silva Ferreira.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0601011-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Josian Ilario de Menezes e outro - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 11/04/2019, às 11:30h. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0601818-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kaio Cesar Paiva Freire - Anderson Fernandes da Silva - Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva (fls. 132/138) formulado por Anderson Fernandes da Silva e Kaio Cesar Paiva Freire. Com vistas, o Ministério Público manifestou-se desfavorável, ao argumento de que ainda estão presentes os requisitos da prisão preventiva. Vieram-me os autos conclusos para decisão. Relatado. DECIDO. De fato assiste razão à Defesa ao asseverar que os denunciados são primários e reúnem todas as condições para responderem ao processo em liberdade. Ademais, não se pode perder de vista o caráter excepcional da prisão cautelar e, nem tampouco a brevidade que lhe deve nortear a duração. Neste ínterim, convém ressaltar que a prisão em flagrante se realizou em 15/01/2019 em circunstâncias que ainda não haviam sido bem detalhadas. Contudo, com o fim das investigações e a conclusão dos autos de inquérito policial, oferecida já a denúncia, tornou-se possível individualizar as condutas de cada réu. Mesmo sem adentrar ao mérito da ação penal, que somente ocorrerá após a instrução probatória, é possível constatar a desnecessidade da manutenção da medida extrema da prisão aos denunciados que não oferecem risco à ordem pública e à instrução criminal. Neste sentido, assiste razão à defesa técnica dos denunciados Anderson Fernandes da Silva e Kaio Cesar Paiva Freire ao pleitear a revogação da prisão preventiva, uma vez que os mesmos são primários, não ostentam nenhum antecedente criminal, sendo este processo o seu primeiro registro. Além disso, foi anexado aos autos comprovante de endereço dos réus, estando segura a instrução processual. Portanto, não vislumbro presente a necessidade de manutenção da prisão dos requerentes que, por imperativo constitucional, têm o direito de responder ao processo em

liberdade até que se prove a sua culpa, mediante sentença penal condenatória transitada em julgado, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Ante o exposto, em dissonância com o parecer do Ministério Público, DEFIRO o PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado por Anderson Fernandes da Silva e Kaio Cesar Paiva Freire. Aplico-lhes, outrossim, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP): 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço residencial, a fim de viabilizar futuras intimações; 2) Comparecimento obrigatório ao Juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinar Termo de Compromisso; 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que devidamente intimado; 4) Participação no Projeto REEDUCAR no dia 12/03/2019 às 08h:00min; 5) Comparecimento trimestral a juízo para justificar suas atividades (ocasião em que será gerada uma fotografia digital, a ser anexada aos autos); e 6) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste Juízo. Expeçam-se Alvarás de Soltura e lavrem-se Termos de Compromisso. Conferindo impulso oficial à marcha processual, determino seja certificado nos autos a data designada para a realização de audiência de instrução e julgamento (AIJ), devendo os réus serem intimados sobre essa data no momento do cumprimento do alvará de soltura, com a ressalva de que a sua ausência à audiência ensejará a decretação de REVELIA nos termos do art. 367 do CPP podendo, ainda, ensejar a decretação de nova prisão preventiva por quebra das condições estabelecidas para o gozo do benefício de responder ao processo em liberdade. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0602518-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jadson da Silva Sousa - Robson Mamed Soares - Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Robson Mamed Soares e Jadson da Silva Sousa. Notificados para apresentarem defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seus advogados(as)/defensor(es), não limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 7) e laudo toxicológico definitivo (fl. 26/31), além de indícios de autoria que apontam para o(a)s denunciado(a)s, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Paute-se audiência de instrução e julgamento, observando-se, sempre, a prioridade para os processos de réus presos. Certifique-se nos autos a data designada para a AIJ. Citem os réus e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0603618-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Maria Missilene de Oliveira - Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Maria Missilene de Oliveira. Notificada para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, a denunciada, por seu advogado(a)/defensor(a), não limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 06) e laudo toxicológico definitivo (fl. 15/20), além de indícios de autoria que apontam para a denunciada, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando a denunciada por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Paute-se audiência de instrução e julgamento, observando-se, sempre, a prioridade para os processos de réus presos. Certifique-se nos autos a data designada para a AIJ. Cite a ré e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Em relação ao pedido formulado em fls. 117/119, acerca da revogação da prisão da acusada, decido pelo seu INDEFERIMENTO, mantendo o inteiro teor da decisão de fls. 97/98, por entender que as circunstâncias do flagrante, bem como os antecedentes da acusada, revelam sua contumácia delitiva, tanto em relação ao tráfico de drogas, quanto a realização de furtos em residências, indicando que neste momento, as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para obstar as atividades criminosas da acusada. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0603618-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Maria Missilene de Oliveira - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 30/04/2019, às 12:00h. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo 0603652-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diego Alves do Carmo - Emerson Matheus Pinto da Silva - José Lucas Machado Canavarro - Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Emerson Matheus Pinto da Silva, José Lucas Machado Canavarro e Diego Alves do Carmo. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seus advogado(a)/defensor(a), não limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 6/7) e laudo toxicológico definitivo (fl. 39/42), além de indícios de autoria que

apontam para o(a)s denunciado(a)s, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Paute-se audiência de instrução e julgamento, observando-se, sempre, a prioridade para os processos de réus presos. Certifique-se nos autos a data designada para a AIJ. Citem os réus e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0603652-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diego Alves do Carmo - Emerson Matheus Pinto da Silva - José Lucas Machado Canavarro - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 03/05/2019, às 12:00h. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0604254-15.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Janderson Frois de Souza - Autos nº:0604254-15.2019.8.04.0001 DESPACHO Notifique-se o denunciado Janderson Frois de Souza para oferecer DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0604254-15.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Janderson Frois de Souza - DECISÃO Vistos estes autos, Cuida-se de pedido revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do flagranteado/indiciado Janderson Frois de Souza, sob o argumento da ausência do periculum libertatis. Com vistas, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido, alegando a necessidade de se garantir a ordem pública. Relatado. DECIDO. É fora de dúvida o fato de que o juiz natural do feito não encontra-se vinculado ao teor da decisão proferida em sede de cognição sumária durante o plantão criminal, podendo externar livremente o seu convencimento, ainda que em sentido contrário, obrigando-se tão somente a fundamentar a sua decisão. Destarte, numa análise percuciente dos presentes autos, mesmo sem adentrar ao mérito dos fatos descritos no auto de prisão em flagrante, verifico que nada existe nestes autos que faça presumir que o indiciado, em liberdade, possa frustrar a instrução criminal ou acarretar perturbações que dificultem o prosseguimento do feito ou a colheita de provas. A par do que emerge os autos, verifica-se que o indiciado é primário, possui residência fixa (comprovante nos autos), e nada há de concreto que possa levar à conclusão de que a sua liberdade é prejudicial à instrução probatória ou à ordem pública. Destarte, verifica-se, no caso em concreto, um conglomerado de razões que militam em favor do indiciado, a corroborar para a formação de um juízo complacente com o pedido da defesa, tendo em vista a inexistência dos requisitos imprescindíveis à manutenção da prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP. Diante disso, entendo que inexistem nos autos quaisquer motivos que autorizariam a decretação da prisão preventiva do indiciado, que, por imperativo constitucional tem o direito de responder ao processo em liberdade, visto que esta é a regra em nosso Ordenamento Jurídico vigente (princípio da não culpabilidade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória). Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado Janderson Frois de Souza, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis. O indiciado fica ciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação de prisão preventiva em seu desfavor. Expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Int. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0605056-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabio Junio Oliveira Santos - Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Fabio Junio Oliveira Santos. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado(a)/defensor(a), não limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 09) e laudo toxicológico definitivo (fl. 14/18), além de indícios de autoria que apontam para o(a)s denunciado(a)s, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na

inicial acusatória. Paute-se audiência de instrução e julgamento, observando-se, sempre, a prioridade para os processos de réus presos. Certifique-se nos autos a data designada para a AIJ. Cite o réu e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0605056-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabio Junio Oliveira Santos - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/04/2019, às 11:30h. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM) - Processo 0605295-17.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: D.V.D.L. - Autos nº:0605295-17.2019.8.04.0001 ClasseAuto de Prisão Em Flagrante AssuntoTráfico de Drogas e Condutas Afins DECISÃO Vistos estes autos, Cuida-se de pedido revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do flagranteado/indiciado Darlison Vagner Dias Leite, sob o argumento da ausência do periculum libertatis. Com vistas, o Representante do Ministério Público manifestou-se favorável ao pedido. DECIDO. Relatado. É fora de dúvida o fato de que o juiz natural do feito não encontra-se vinculado ao teor da decisão proferida em sede de cognição sumária durante o plantão criminal, podendo externar livremente o seu convencimento, ainda que em sentido contrário, obrigando-se tão somente a fundamentar a sua decisão. Destarte, numa análise percuciente dos presentes autos, mesmo sem adentrar ao mérito dos fatos descritos no auto de prisão em flagrante, verifico que a conduta do indiciado não traduz afronta a ordem pública que não sofre abalo pela rotineira prisão de indivíduos portando pequenas quantidades (34,36g) de substância entorpecente, não havendo falar, neste caso concreto, em conduta que propicie grave repercussão social, com reflexos negativos e traumáticos no meio social. Nesse condão, a garantia da ordem pública deve ser tomada pela soma de dois aspectos: gravidade da infração e repercussão social, o que, primma facie, parece-me não ser o caso em questão. No mais, nada existe nestes autos que faça presumir que o indiciado, em liberdade, possa frustrar a instrução criminal ou acarretar perturbações que dificultem o prosseguimento do feito ou a colheita de provas. A par do que emerge os autos, verifica-se que o indiciado é primário, possui residência fixa (comprovante nos autos), nada há de concreto que possa levar à conclusão de que a sua liberdade é prejudicial à instrução probatória ou à ordem pública. Destarte, verifica-se, no caso em concreto, um conglomerado de razões que militam em favor do indiciado, a corroborar para a formação de um juízo complacente com o pedido da defesa, tendo em vista a inexistência dos requisitos imprescindíveis à manutenção da prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP, e, especialmente, pela pequena quantidade de droga apreendida a sugerir dúvida que deve militar em favor do suplicante. Diante disso, entendo que inexistem nos autos quaisquer motivos que autorizariam a decretação da prisão preventiva do indiciado, que, por imperativo constitucional tem o direito de responder ao processo em liberdade, visto que esta é a regra em nosso Ordenamento Jurídico vigente (princípio da não culpabilidade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória). Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado Darlison Vagner Dias Leite, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis, em 2019. O indiciado fica ciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação de prisão preventiva em seu desfavor. Expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Conferindo impulso oficial à marcha processual,e verificando já constar nos autos, denúncia, determino a imediata NOTIFICAÇÃO do denunciado, nos termos do art. 55, da lei nº 11.343/2006, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar escrita. Intime-se ainda, seu Advogado/Defensor, para a mesma finalidade. Após a apresentação, voltem-me os autos conclusos para decisão. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM) - Processo 0606281-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcus Vinicius Ferreira Marques - Autos nº:0606281-68.2019.8.04.0001 ClasseInquérito Policial AssuntoTráfico de Drogas e Condutas Afins DECISÃO Vistos estes autos, Cuida-se de pedido revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do flagranteado/indiciado Marcus Vinicius Ferreira Marques, sob o argumento da ausência do periculum libertatis. Com vistas, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido, alegando a necessidade de se garantir a ordem pública. Relatado. DECIDO. É fora de dúvida o fato de que o juiz natural do feito não encontra-se vinculado ao teor da decisão proferida em sede de cognição sumária durante o plantão criminal, podendo externar livremente o seu convencimento, ainda que em sentido contrário, obrigando-se tão somente a fundamentar a sua decisão. Destarte, numa análise percuciente dos presentes autos, mesmo sem adentrar ao mérito dos fatos descritos no auto de prisão em flagrante, verifico que a conduta do indiciado não traduz afronta a ordem pública que não sofre abalo pela rotineira prisão de indivíduos portando pequenas quantidades de substâncias entorpecentes, não havendo falar, neste caso concreto, em conduta que propicie grave repercussão social, com reflexos negativos e traumáticos no meio social. Nesse condão, a garantia da ordem pública deve ser tomada pela soma de dois aspectos: gravidade da infração e repercussão social, o que, primma facie, parece-me não ser o caso em questão. No mais, nada existe nestes autos que faça presumir que o indiciado, em liberdade, possa frustrar a instrução criminal ou acarretar perturbações que dificultem o prosseguimento do feito ou a colheita de provas. A par do que emerge os autos, verifica-se que o indiciado é primário, possui residência fixa (comprovante nos autos), nada há de concreto que possa levar à conclusão de que a sua liberdade é prejudicial à instrução probatória ou à ordem pública. Destarte, verifica-se, no caso em concreto, um conglomerado de razões que militam em favor do indiciado, a corroborar para a formação de um juízo complacente com o pedido da defesa, tendo em vista a inexistência dos requisitos imprescindíveis à manutenção da prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP. Diante disso, entendo que inexistem nos autos quaisquer motivos que autorizariam a decretação da prisão preventiva do indiciado, que, por imperativo constitucional tem o direito de responder ao processo em liberdade, visto que esta é a regra em nosso Ordenamento Jurídico vigente (princípio da não culpabilidade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória). Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado Marcus Vinicius Ferreira Marques, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem

prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis em 2019. O indiciado fica ciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação de prisão preventiva em seu desfavor. Expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Intime-se ainda, seu Advogado, devidamente habilitado nos autos, ou Defensor Público. Cumpra-se. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM) - Processo 0606281-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcus Vinicius Ferreira Marques - Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Marcus Vinicius Ferreira Marques. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado(a)/defensor(a), não limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 7) e laudo toxicológico definitivo (fl. 16/20), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Paute-se audiência de instrução e julgamento, observando-se, sempre, a prioridade para os processos de réus presos. Certifique-se nos autos a data designada para a AIJ. Cite o réu e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0607534-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Williams Roger da Rocha Veiga e outros - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 07/05/2019 às 12:00h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 01 de março de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0607858-81.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Joel Santos Ramos - Processo nº 0607858-81.2019.8.04.0001 Auto de Prisão Em Flagrante Indiciado: Joel Santos Ramos Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do indiciado Joel Santos Ramos (fls. 35/39). Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se favorável ao pedido, fazendo constar que o requerente é primário, não possui maus antecedentes, além da quantidade de droga não ser considerável, ainda que somada à quantia já vendida e representada pelo dinheiro apreendido. (fls. 86/87). Consigno, por oportuno, que segundo o laudo toxicológico juntado aos autos, fora apreendido na casa do flagranteado quase 11kg de maconha, e 2 balanças de precisão, sendo uma quantidade elevadíssima. Relatado. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que entre a data da decisão judicial que decretou a prisão preventiva do indiciado e a data do pedido de revogação, não houve neste curto período, qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento deste juízo permanece pela manutenção da prisão do flagranteado, em razão da excessiva quantidade de drogas apreendidas em poder do mesmo, e ainda, às circunstâncias do seu flagrante, de tal forma que apenas se houver alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis do indiciado. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 35/39) de revogação da prisão preventiva de Joel Santos Ramos. Intime-se. Conferindo impulso oficial à marcha processual, determino sejam os autos remetidos com vistas ao MP, nos termos do art. 54 da Lei nº 11.343/2006, tão logo o inquérito policial seja juntado. Em caso de oferecimento de denúncia, determino a notificação do denunciado para que apresente defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Em caso de manifestação diversa, voltem-me conclusos. À secretaria para as providências necessárias. P.R.I. CUMPRA-SE. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0639426-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Samuel dos Santos Magalhães - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 12/04/2019 às 11:30h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM) - Processo 0652174-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fulton Amazonas - Edpaulo de Souza Lima e outros - Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Fulton Amazonas, Eder Guimarães Teixeira, Edpaulo de Souza Lima e Altamir Lima Taveira. Notificados para apresentarem defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado(a)/defensor(a), limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 38/39) e laudo toxicológico definitivo (fl.43/49), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Paute-se audiência de instrução e julgamento, observando-se, sempre, a prioridade para os processos de réus presos. Certifique-se nos autos a data designada para a AIJ. Citem os réus e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, juntem-se aos autos as folhas

de antecedentes criminais atualizadas dos acusados. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Em relação ao pedido formulado às fls. 255/260, DECIDO PELA MANUTENÇÃO DA PRISÃO DO ACUSADO FULTON AMAZONAS, por não reconhecer a ilegalidade de sua prisão, e por estar em conformidade com os requisitos previstos no art. 312 do CPB, e embora o outro acusado tenha sido posto em liberdade na ocasião da audiência de custódia, e a defesa requeira extensão de benefício, este juízo entende que, embora os antecedentes se revelem tecnicamente favoráveis, a excessiva quantidade de drogas, e demais itens apreendidos, somados às informações prestadas em sede de investigação policial, necessitam ser melhor analisados no momento da instrução processual, revelando a necessidade da custódia do acusado. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM) - Processo 0652174-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fulton Amazonas - Edpaulo de Souza Lima e outros - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 06/05/2019, às 12:00h. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0653219-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Eduardo de Souza Pena - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins, em atenção à certidão de fl. 119, que não consegui contato telefônico com a Ajudância da Polícia Militar do Estado do Amazonas, setor responsável por notificar seus membros para comparecimento em audiência. Certifico, ainda, que atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 24/04/2019 às 12:00h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0660446-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rivaldo Caetano de Oliveira - Vistos estes autos, Com razão o MP em sua manifestação de fl. 161. De fato, a hipótese não é de revogação de prisão preventiva e, nem tampouco, de substituição por prisão domiciliar. Os documentos médicos acostados aos autos dão conta que o cisto do epidídimo que o denunciado possui é de longa data e, no entanto, basta observar-se a sua folha de antecedentes criminais (fls. 32/33) para constatar-se que essa patologia não o impediu de praticar diversos delitos. Ademais, o acusado tem recebido tratamento médico na própria unidade prisional em que se encontra, havendo notícias da prescrição regular de medicação ao mesmo. Assim, considerando que o réu representa elevado risco à sociedade pela alta probabilidade de reiteração criminosa, indefiro os pedidos formulados por sua defesa e MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado RIVALDO CAETANO DE OLIVEIRA, autorizando, todavia, todo e qualquer deslocamento que se fizer necessário para o seu tratamento médico-hospitalar, desde que verificada essa necessidade pelo setor médico da unidade prisional em que se encontra. Assinalo, por oportuno, que a audiência de instrução e julgamento já encontra-se designada para data próxima, o que constiui mais um argumento para a manutenção da prisão do réu para a conveniência da instrução probatória e garantia da efetiva aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do CPP. Remeta-se cópia da presente decisão judicial ao Diretor da Unidade Prisional onde se encontre ergastulado o acusado em epígrafe, a fim de que adote, internamente, as medidas necessárias para garantir que o réu receba o tratamento médico que necessitar, autorizando, se for o caso, saídas com escolta, para o cumprimento desta finalidade. Intime-se. CUMPRA-SE. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 . Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Edcarla Benedita Portugal de Oliveira (OAB 9687/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0605744-72.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Robson de Souza Coelho - R. Hoje. Ante a denúncia oferecida pelo Ministério Público, notifique-se o denunciado, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Intime-se a Defesa (fls. 45), via publicação no DJ-e, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Exaurido o prazo do artigo 55, caput, da Lei n. 11.343/06 in albis, certifique-se e intime-se o acusado para constituir advogado ou informar eventual impossibilidade, no prazo de 5 (cinco) dias. Vencido o prazo sem apresentação de defesa prévia, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para atuar nesta vara, para apresentar defesa prévia e atuar no processo em favor do denunciado, na forma do § 3º do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Após, conclusão. I.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0625752-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alan Ferreira de Castro e outro - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 08/07/2020, às 08:30h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0026/2019

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0200620-29.2013.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - DENUNCIADO: S.R.L. - Desta feita, pelas razões acima declinadas, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu, SEBASTIÃO RODRIGUES DE LIMA, qualificado nos autos, pela DECADÊNCIA, uma vez que não intentada a representação da ofendida em tempo hábil e o faço com fundamento art. 102, 103 e 107, IV, todos do Código Penal Brasileiro.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)

VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DE CRIMES DE TRÂNSITO
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZA CRISTINA N. DA COSTA MARQUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0019/2019

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0224858-33.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - AUTORFATO: Kelton Gomes de Souza - Diante de todo o exposto e em acolhimento as alegações finais das partes, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte ABSOLVO o denunciado KELTON GOMES DE SOUZA das sanções penais do art. 302, caput, da Lei 9.503/97 - CTB, o que faço com fulcro no art. 386, inciso VII (por não existir prova suficiente para condenação) do Código de Processo Penal.

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0239313-42.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Francisco Mendes de Queiroz - Torno sem efeito o despacho publicado à fl. 134, assim como a certidão de fl. 135 (certidão de remessa de relação para DJe), em razão da data da audiência estar incorreto, no entanto, a Portaria 2712 /2018, de 05 de novembro de 2018, que instituiu o Calendário Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas - Ano 2019, aponta que o dia 20/06/2019 é Feriado de Corpus Christi, e não haverá expediente forense, por este motivo ANTECIPO a audiência de Instrução e Julgamento, para a data de 29/04/2019 às 09:00h, permanecendo inalteradas as demais determinações da Decisão Interlocutória de fls. 132.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0031/2019

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0032554-90.2006.8.04.0001 (001.06.032554-3) - Ação Civil Pública - Flora - REQUERIDA: Município de Manaus - Acolho o parecer ministerial de fls. 332/334. Ficam os autos sobrestados até o retorno da manifestação acerca do cumprimento do acordo nos autos do processo 0207751-49.2012.8.04.0001. À Secretaria para providências.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0216125-25.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0047229-97.2002.8.04.0001) (001.10.216125-0) - Ação Civil Pública - Flora - REQUERIDO: Eulison da Silva - Município de Manaus - Intime-se a SEMMAS para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar relatório técnico acerca da atual situação da área. Após, retornem-me os autos conclusos para sentença. À Secretaria para providências.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: KELLEN DOS SANTOS SENNA (OAB 4626/AM) - Processo 0226380-13.2008.8.04.0001 (001.08.226380-0) - Ação Civil Pública - Flora - REQUERIDO: Robson Marcelo da Silva - Reitere-se o ofício ao IPAAM, a fim de que informe se a área objeto da presente demanda está inserida em área considerada da preservação permanente, apresentando croqui de localização, confrontando a área ocupada, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0231276-31.2010.8.04.0001 (001.10.231276-2) - Ação Civil Pública - REQUERIDA: Município de Manaus - Oficie-se a SEMMAS para, no prazo de 15 (quinze) dias, elaborar o laudo de vistoria técnica da situação atual da área objeto da presente demanda. Após, retornem-me os autos conclusos para sentença. À Secretaria para providências.

ADV: PAULO AUGUSTO DONATTI NOTHEN (OAB 35949/RS), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0235108-43.2008.8.04.0001 (001.08.235108-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: José Orivaldo de Sousa Oliveira - Da análise dos autos, verifico que o réu, apesar de devidamente intimado, não compareceu à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28/2/2019, conforme certidão à fl. 151, razão pela qual determino, nos moldes do art. 367 da legislação processual penal, o prosseguimento regular do feito. Dito isto, INTIME-SE as partes, em prazo de 5 (cinco) dias, sucessivamente, para apresentação de Memoriais Escritos. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0602637-54.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Flora - REQUERIDA: Jociane Paulain Duque - Intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, manifestar-se acerca da certidão de fl. 72. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE.

ADV: ELLEN LARISSA DE OLIVEIRA FROTA (OAB 4310/AM), ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC), ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 851A/AM) - Processo 0706267-39.2012.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Flora - REQUERIDA: Município de Manaus - T. Loureiro Corretora de Imóveis Ltda, na pessoa de seu Representante Legal - Intime-se o Ministério Público para, querendo, manifestar-se, no prazo legal, dos embargos de declaração às fls. 1688/1692, bem como da contestação às fls. 1696/1699. Após, retornem-me os autos conclusos para sentença. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE.

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Ellen Larissa de Oliveira Frota (OAB 4310/AM)
Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB 5003/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Kellen dos Santos Senna (OAB 4626/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Paulo Augusto Donatti Nothen (OAB 35949/RS)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Veranice Mello da Frota (OAB 851A/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO REBECA DE MENDONÇA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JAIME TORQUATO DE MELO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2019

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0201059-24.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: G.S.P. - REQUERIDO: J.M.P.S. e outro - JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que os infantes J. P. ,N., M., M. M., M. e S. passaram a conviver com sua família natural.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0206220-78.2019.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: J.D.V.C.M. - DECISÃO Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, V do Código de Processo Civil, por estar configurada a litispendência. Disponibilize-se cópia deste autos no processo de número: 0200672-72.2019. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão. Dê-se baixa. Após, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0206515-18.2019.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - DECISÃO Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE a aplicação de Medidas de Proteção, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, em razão de ter sido constatada a ausência de risco do adolescente Madrislene da Silva de Souza.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0206783-72.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0204640-13.2019.8.04.0001) - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.C.O.M. - DECISÃO Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, V do Código de Processo Civil, por estar configurada a litispendência. Disponibilize-se cópia deste autos no processo de número: 0204640-13.2019. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão. Dê-se baixa. Após, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0207746-80.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: B.E.P.S. - IMPETRADO: K.H.S.C.S.S.M.E. e outro - DECISÃO Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR e, em consequência, determino as autoridades coatoras, que efetuem imediatamente a matrícula da criança B. E. P. DOS S. no CMEI Paulo Herban Jacob, sob pena de incidir no crime de desobediência (art. 26 da Lei nº 12016/09) e multa diária de R$ 500,00(quinhentos reais), limitada a 10 (dez) dias-multa.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0207751-05.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: N.E.C.M. - IMPETRADO: K.H.S.C.S.S.M.E. e outro - DECISÃO Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR e, em consequência, determino as autoridades coatoras, que efetuem imediatamente a matrícula da criança N. E. C. M. no CMEI Profª Dulcineia Tinoco, sob pena de incidir no crime de desobediência (art. 26 da Lei nº 12016/09) e multa diária de R$ 100,00(cem reais), limitado a 30 dias-multa.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0207772-78.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: F.M.N. e outros - IMPETRADO: K.H.S.C.S.S.M.E. e outro - DECISÃO Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR e, em consequência, determino as autoridades coatoras, que efetuem imediatamente a matrícula dos infantes F. M. N., F. M. .N. e F. M. N. na Escola Municipal Siria Mamed Amed Chagas, sob pena de incidir no crime de desobediência (art. 26 da Lei nº 12016/09) e multa diária de R$ 100,00(cem reais), limitada a 30 (trinta) dias-multa.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0207791-84.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: J.V.O.J. - IMPETRADA: I.C.C.C.A.C.C.M.S.E.E. e outro - DECISÃO Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR e, em consequência, determino as autoridades coatoras, que efetuem imediatamente a matrícula da criança J. V. O. J. na Escola Estadual Ayrton Senna, sob pena de incidir no crime de desobediência (art. 26 da Lei nº 12016/09) e multa diária de R$ 100,00(cem reais), limitada a 30 dias-multa.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0207792-69.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: S.R.V. - IMPETRADA: I.C.C.C.A. - AUTORFATO: E.A. - DECISÃO Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR e, em consequência, determino as autoridades coatoras que efetuem imediatamente a matrícula da criança S. R. V. na Escola Estadual Ayrton Senna, sob pena de incidir no crime de desobediência (art. 26 da Lei nº 12016/09) e multa diária de R$ 100,00(cem reais), limitada a 30 (trinta) dias-multa.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0207795-24.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: J.G.R.C. - IMPETRADA: I.C.C.C.A. e outro - DECISÃO Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR e, em consequência, determino as autoridades coatoras que efetuem imediatamente a matrícula da criança

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0209741-65.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Abandono Material - AUTORA: R.S.S. - REQUERIDA: M.B. e outro - DECISÃO Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, ratifico a decisão de busca e apreensão (fls. 26/27), JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para determinar que a GUARDA da criança E. R. permaneça com a autora R. S. de S., ao passo que o genitor, Sr. E. G. de A. pode realizar o direito de visitas e convivência de forma livre, mediante acordo com a genitora e desde que não atrapalhe os afazeres escolares da criança, nos termos do art. 1.589 do Código Civil. Sem custas e honorários. Dê-se ciência ao Ministério Público. Com o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão, e após, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0212099-03.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Desta forma, não estando presentes os motivos basilares para a abertura das Medidas Protetivas elencados nos incisos artigo 98 da lei 9.069/90, conclui-se que a presente ação não deveria existir, devendo, portanto, ser arquivada. Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 267, do Código de Processo Civil. Por fim, notifique-se o Conselho Tutelar da Zona Norte desta decisão para que tome ciência acerca da competência daquele órgão e faça acompanhamento durante 3 meses na residência da familia.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0214178-52.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.A.A.N.P. e outro - DECISÃO

Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante D. B. DE S. passaram a conviver com sua família na Comarca de Autazes/AM.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0214183-74.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante H. S. da S. voltou a conviver com sua família natural.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0220536-33.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635540-45.2018.8.04.0001) - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: J.I.J.C.M. - INTSSADA: A.S.N.M. e outro - Diante do exposto, em consonância com o Parecer Ministerial, DEFIRO o pedido de guarda para fins de Adoção da criança P. N. M., ao casal habilitado para adoção A. C. de S. e J. C. G. M., que, no prazo de 30 (trinta) dias, deverão comprovar nestes autos o ajuizamento da Ação de Adoção. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade e a Guia de Desacolhimento. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0223819-64.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono Material - REQUERENTE: A.M.A.N. - DECISÃO Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE a aplicação de Medidas de Proteção, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, em razão de não ter sido necessária a intervenção deste Juízo, uma vez que a criança está sob a companhia de sua genitora na Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0224690-31.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Adolescente - REQUERENTE: R.R.B. e outro - REQUERIDO: P.R.B.A. - ADOTANDO: A.R.B.A. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR de P. R. B. A. sobre o filho A. R. B. de A., com fundamento nos artigos 22 da Lei nº 8.069/90 e artigo 1.634 do Código Civil. Outrossim, defiro a ADOÇÃO do adolescente em favor dos requerentes, os Srs. Rangel Ribeiro Barbosa e E. V. B. em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando os autores como pais, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós paternos e maternos os genitores dos adotantes, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome do adolescente deverá se chamar R. V. B.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0228619-72.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: V.B.A. - REQUERIDO: A.F.F. - DECISÃO Ante o exposto, pelo que demais consta dos autos e em consonância com o parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, contido em peça vestibular, no qual defiro a ADOÇÃO UNILATERAL de G. S. F. em favor do requerente, Sr. V. B. A. em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1° e 47 da Lei nº 12.010/09.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0233768-15.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: C.T.C.O. - DECISÃO Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que os infantes D. E. DE F. R., A. L. DE F. O. e L. V. DE F. O. uma vez que os genitores passaram a prestar os cuidados necessários e o Conselho Tutelar vem acompanhando a família, inclusive fazendo os encaminhamentos necessários.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0234000-27.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: J.D.J.I.J.C.C.M. - Por todo o exposto, DETERMINO a expedição de mandado ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais desta Comarca em que a criança foi registrada quando do seu nascimento, o mesmo em que se procedeu a averbação de Destituição do Poder Familiar de sua genitora, para que se proceda ao registro da adolescente A. G. D. L., com os dados de seu genitor L. E. da C. e S. e demais informações fornecidas por este.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0235840-77.2015.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.A.I. e outro - DECISÃO Pelo exposto, em consonância com o Parecer Ministerial e DECLINO a competência deste juízo e DETERMINO que se remetam os autos em favor do Juízo da Comarca de Manicoré/AM. Cautelas de praxe. Intimações necessárias. Cumpra-se sem demora.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0238173-65.2016.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: J.I.J.C.C. - REQUERIDO: J.B.P. - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante G. P. B. passou a conviver com sua família natural.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0249514-88.2016.8.04.0001 - Ação de Alimentos - Seção Cível - REQUERENTE: M.R.T. - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, pois o Autor não informou sua mudança de endereço e as tentativas de localiza-lo restaram infrutíferas.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0263291-19.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0214938-40.2014.8.04.0001) - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - REQUERENTE: M.P.E.A. - ASSISTIDA: D.S.S.B. - REQUERIDO: T.R.E.A. e outros - DESPACHO R.H. Retornaram-me os autos Conclusos com a informação de que a adolescente D. S. da S. B. fora transferida para o Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, ante sua condição clínica, diante disto, oficie-se o Hospital retromencionado para que tome ciência da Decisão Judicial fls. 437/438 e se proceda a transferência determinada em caráter excepcional. Cumpra-se.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0513981-63.2014.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Saúde - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - DESPACHO R.H. Diante da informação de fls. 1248, determino o sobrestamento dos autos pelo prazo de 06 (seis) meses. Esgotado o prazo ou havendo juntada do Termo de Ajustamento de Conduta, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0600589-88.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: Paulo Roberto de Souza Lima - IMPETRADA: Maria Helena Lima da Silva - A solução deste caso é de fácil deslinde. Verifica-se no feito a ausência de meios legais para dar continuidade processual à ação, pois em nenhum momento vislumbra-se nos documentos aprazados pela impetrante a presenta de afronta a direito líquido e certo, pelo exposto, com fulcro no artigo 10 da lei 12.016/09, DENEGO A SEGURANÇA pleiteada à impetrante. Dê-se ciência ao Ministério Público. Após o transito em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM) - Processo 0603522-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Allan Sergio Silva Bizerra Campos Filho - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para que informe se fora dado cumprimento ao determinado em decisão de fls. 41/42. Após, conclusos.

ADV: JEANN DE OLIVEIRA VALENTE (OAB 12318/AM), ADV: ADILCE PEREIRA DO AMARAL (OAB 6513/AM) - Processo 0604689-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seção

Cível - REQUERENTE: Nathalia Raquel de Souza Fernendes - Representada Por Seu Genitor - Sr. Marcio Roberto Lima Fernandes - REQUERIDO: Colegio do Norte (Supletivo do Norte) - DESPACHO R.H. Diante da juntada de fls. 53, intime-se a parte autora para manifestação pertinente e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0606392-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sarah Victoria Castelo Branco Barbosa - Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar ora requerida, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas/SUSAM, na pessoa de seu representante legal, a disponibilizar no prazo de 10 (dez) dias, a realização do exame de teste de HCG a criança S. V. C. B. B., nos termos da solicitação médica, pelo SUS ou em rede conveniada, ou ainda em rede privada. Em caso de descumprimento do ora estabelecido, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitado a 10 (dez) dias-multa, sem prejuízo das sanções criminais à espécie.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0608421-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Micael Lucas Melo Lago - Processo nº 0608421-75.2019.8.04.0001 Ação: Obrigação de Fazer Requerente: Micael Lucas Melo Lago Requerido:Dj Empreendimentos Educacionais Ltda. e Universidade do Estado do Amazonas - UEA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos e examinados. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com Pedido Liminar, em favor de M. L. M. L., representado por seu genitor, o Sr. Marcos Magalhães Lago, em face das ESCOLAS IDAAM (DJ EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA), bem como em face da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA), em razão do requerente haver obtido aprovação e classificação no processo Vestibular 2018, acesso 2019, na Universidade do Estado do Amazonas no curso de Economia, sendo impedido de realizar sua matrícula por não ter concluído o ensino médio e de tão pouco poder concluí-lo em curso supletivo regular em razão de sua tenra idade. Aduz o requerente que foi aprovado no vestibular para o curso de economia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, tendo sido convocado para efetuar sua matrícula. Contudo, o requerente não possui o certificado de conclusão do ensino médio, haja vista estar cursando atualmente o 3º ano do ensino médio, necessitando portanto, concluir o 3o ano via aplicação de provas de avanço de série. É o breve relatório. DECIDO. Para a concessão da liminar, devem estar presentes seus requisitos, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora. O primeiro requisito - literalmente a fumaça do bom direito - é a demonstração da possibilidade jurídica aferível de plano pelo juiz. O segundo - o perigo da demora - é o prejuízo irreparável que sofrerá a parte pela não concessão da medida. Com relação a negativa das ESCOLAS IDAAM (DJ EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA), em proceder a aplicação de provas de avanço de série, entendo estarem configurados os dois requisitos: o fumus boni iuris foi demonstrado pelo requerente nos autos, uma vez que, ao ser aprovado em curso superior, demonstrou, em tese, capacidade intelectual para concluir o ensino médio e ingressar em curso superior, não cabendo as Escolas Idaam recusar ao aluno a oportunidade de tentar uma conclusão antecipada do ensino médio. O periculum in mora está caracterizado pelo efetivo prejuízo que o aluno sofrerá, acaso lhe seja negada a oportunidade de realizar as provas do avanço de série. Assim quanto à aplicação de provas de avanço de série ao aluno, não vejo óbice à concessão da liminar, haja vista que o aluno, em tese, demonstrou capacidade intelectual para a conclusão antecipada do ensino médio, devendo ser-lhe permitido que realize as provas do avanço de série. No que diz respeito ao segundo pedido liminar, qual seja, compelir a Universidade do Estado do Amazonas a reservar a vaga do aluno no curso superior em que aprovado, também vislumbro presentes, de imediato, os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora. Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR PRETENDIDA e DETERMINO A REQUERIDA, AS ESCOLAS IDAAM (DJ EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA) QUE REALIZE AS PROVAS DO AVANÇO DE SÉRIE AO REQUERENTE MICAEL LUCAS MELO LAGO, ASSEGURANDO-LHE A REALIZAÇÃO DA RESPECTIVA PROVA E, EM CASO DE APROVAÇÃO, A OBTENÇÃO DO RESPECTIVO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO E HISTÓRICO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO, DE MODO A VIABILIZAR SUA REGULAR INSCRIÇÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO, DE MODO QUE O RESULTADO E O CERTIFICADO DE APROVEITAMENTO SEJAM EXPEDIDOS ATÉ O DIA 27/02/2019, EM CONSEQUÊNCIA, DETERMINO A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA) QUE RESERVE A VAGA DO REQUERENTE NO CURSO SUPERIOR EM QUE LOGROU APROVAÇÃO, ATÉ O DIA 01.03.2019, QUANDO DEVERÁ APRESENTAR O CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO, sob pena de, os requeridos, incidirem no crime de desobediência (art. 26 da Lei nº 12016/09) e multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitado a 30 (trinta) dias-multa. Cite-se os requeridos para que, querendo, apresentem resposta no prazo legal. Com ou sem as informações, vista ao MP para manifestação nos termos do art. 12 da Lei nº 12016/09. Expeçam-se os competentes Mandados extrajudiciais. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se, com urgência. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Rebeca de Mendonça Lima Juíza de Direito

ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0609755-47.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - REQUERENTE: Walfecy Gomes de Souza - DESPACHO Intime-se a requerente para proceder ao aditamento da inicial a fim de nomear a genitora da adolescente para figurar no polo passivo da ação, indicando o endereço onde pode ser encontrada, e também para juntar a documentação exigida pelo art. 197-A do ECA, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0619993-33.2016.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: R.M.C. - REQUERIDO: A.N.S. e outro - ADOTANDA: L.G.A.S. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR de A. DO N. DE S., A. DOS S. A. sobre a filha L. G. A. DE S., com fundamento nos artigos 22 da Lei nº 8.069/90 e artigo 1.634 do Código Civil. Outrossim, defiro a ADOÇÃO UNILATERAL da criança em favor da requerente, a Sra. RAIMUNDA MOUTA CASTELLO, em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando o autor como mãe, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós maternos os genitores da adotante, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome da criança deverá se chamar L. G. M. C.

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM) - Processo 0621318-43.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Abandono Material - REQUERIDO: Secretaria Municipal de Educação - SEMED - Município de Manaus - Chamo à ordem o processo, para retificar sentença, vez que no dispositivo à fl. 562, constata-se erro de ordem material no nome da escola. Posto isto, determino a seguinte modificação: Onde se lê: “3. DECISÃO Pelo exposto, confirmo a decisão de fls. 103/111, rejeito as preliminares levantadas pelo Requerido, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o Município de Manaus a corrigir as irregularidades mencionadas nos relatórios do Corpo de Bombeiros, DVISA e do NAT/MPE que ainda estejam pendentes na EMEF DOM MILTON CORREA PEREIRA, no prazo máximo de 6 (seis) meses,, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) limitados a 30 (trinta) dias multa. “ Leia-se: “3. DECISÃO Pelo exposto, confirmo a decisão de fls. 103/111, rejeito as preliminares levantadas pelo Requerido, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o Município de Manaus a corrigir as irregularidades mencionadas nos relatórios do Corpo de Bombeiros, DVISA e do NAT/MPE que ainda estejam pendentes na EMEF FELISMINO FRANCISCO SOARES, no prazo máximo de 6 (seis) meses,, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) limitados a 30 (trinta) dias multa. “ Outrossim, mantenho os demais termos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0626331-52.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Pelo Exposto, ratifico a decisão interlocutória de fls. 36/39 com as correções de fls.54/55, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para determinar que o Estado do Amazonas forneça em caráter contínuo 160 unidades de 200 ml por mês de NUTRINI ENERGY MULTI FIBER 1.5 kcal/ml, FRASCOS de 300 ml para nutrição enteral na quantia de 240/mês; EQUIPO na quantia de 30 unidades/mês; SERINGAS de 40 ml na quantia de 30 unidades/mês à criança R. S. DE A., enquanto houver indicação médica, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais), limitados a 30 (trinta) dias-multa. À secretaria para as providências necessárias. Após o transito em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 3821/AM) - Processo 0627369-07.2015.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Guarda - REQUERENTE: Robledo Matos Castanheiras e outro - DESPACHO R.H. Intime-se os requerentes para que informem qual deverá ser o novo nome da adotanda após sentença. Após, conclusos.

ADV: DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO (OAB 4301/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM) - Processo 0627762-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDA: Município de Manaus - Estado do Amazonas e outro - DECISÃO Nessa esteira, DEFIRO o pedido de levantamento do valor de R$ 14.346,84 (catorze mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), bloqueado às fls. 121, em benefício do Requerente R. A. M. M., razão pela qual determino a expedição do alvará eletrônico com os dados informados às fls. 130. À secretaria para as providências necessárias. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: CÍCERO MONTEIRO DA SILVA (OAB 1968E/AM), ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM) - Processo 0630586-53.2018.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: J.C.P. e outro - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, tendo em vista a desídia da parte autora.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0632222-54.2018.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: R.O.S. e outro - REQUERIDO: M.F.C. e outro - ADOTANDO: K.S.C. - DECISÃO Diante do exposto, INDEFIRO a petição inicial, nos termos do art. 330, II e III c/c art. 485, IV do Código de Processo Civil diante de ilegitimidade ativa dos requerentes e da ausência de agir para propor a adoção do adolescente K. DOS S. C., neto biológico da requerente e afetivo do requerente. Dê-se vista ao Ministério Público. Sem custas e honorários. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0634577-37.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDO: E.A. e outro - DECISÃO Pelo Exposto, ratifico a decisão interlocutória de fls. 23/27 e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para determinar que o Estado do Amazonas forneça em caráter contínuo ao infante M. D. V. C. , enquanto houver indicação médica, o medicamento RESPIRIDONA, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais), limitados a 30 (trinta) dias multa. Outrossim, consigno o cumprimento do requerido quanto a obrigação de fazer quanto ao retorno para consulta com neuropediatra e realização do exame de ressonância magnética de crânio sob sedação. À secretaria para as providências necessárias. Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0639095-70.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0245128-78.2017.8.04.0001) - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: D.D.Q.M. e outro - ADOTANDO: L.F.S. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE ADOÇÃO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, da criança Levi Ferreira da Silva em favor dos requerentes D. D. de Q. M. e S. M. C. J. em caráter irrevogável, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando os autores como pais, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós maternos e avós paternos os genitores dos adotantes, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome da criança deverá se chamar G. de Q. M.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0651968-05.2018.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - ADOTANTE: V.S.N. - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, tendo em vista a desídia da parte autora.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0653608-43.2018.8.04.0001 - Procedimento ordinário - Seção Cível - REQUERENTE: M.N.F.P. - A.N.P. - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para que informe se fora dado cumprimento à decisão de fls. 23/31. Após, conclusos.

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0656220-51.2018.8.04.0001 - Procedimento ordinário - Seção Cível - REQUERENTE: E.T.C. - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o cumprimento da decisão judicial fls. 41/46. Após, conclusos.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0657568-07.2018.8.04.0001 - Petição - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: R.N.M. - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para manifestação pertinente e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Em seguida, conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM) - Processo 0658887-10.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: Paulo Alexandre Fernandes Torres Rep. Por Pedro Sergio da Silva Torres - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora através do patrono para que informe se fora cumprida decisão liminar. Após, conclusos.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0659182-47.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: Carlos Alves Lavor Neto - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o cumprimento da decisão liminar fls. 22/25. Cumpra-se.

ADV: NILZIA DE ANDRADE PINTO (OAB 5187/AM) - Processo 0660069-31.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: Aildo Oliveira Pinto Neto - DESPACHO R.H. Intime-se parte autora para que informe se fora dado cumprimento à decisão interlocutória de fls. 45/48. Após, conclusos.

ADV: SELMA MARIA FERREIRA DE CARVALHO (OAB 1963/AM) - Processo 0660251-17.2018.8.04.0001 - Tutela - Seção Cível - REQUERENTE: J.L.C.C.L. - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para que informe se foi dado cumprimento ao que foi requerido em fls. 45/50. Após, conclusos.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0660733-62.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: Antonio Praciano Bisneto - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para informar acerca do cumprimento da decisão de fls. 22/25, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Em seguida, conclusos para sentença. Cumpra-se.

Adilce Pereira do Amaral (OAB 6513/AM)
Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cícero Monteiro da Silva (OAB 1968E/AM)
Daniel Octávio Silva Marinho (OAB 4301/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Jeann de Oliveira Valente (OAB 12318/AM)

Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcelo Costa dos Santos (OAB 3821/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nilda Silva de Sousa (OAB 112/AM)
NILZIA DE ANDRADE PINTO (OAB 5187/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Selma Maria Ferreira de Carvalho (OAB 1963/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho (OAB 3247A/MP)

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2019

ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM) - Processo 0202823-22.2017.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - VÍTIMAFATO: D.C.B.S.L. - AUTORFATO: J.S.L. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0202823-22.2017.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 10/04/2019 às 10:30h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: LAILA BEATRIZ ANDRADE DA SILVA (OAB 12621/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo 0202921-75.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: M.C.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0202921-75.2015.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 10/04/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: LUIZ AUZIER DE ALMEIDA (OAB 3496/AM) - Processo 0203319-85.2016.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - REQUERIDO: A.S.C. - DESPACHO O réu foi devidamente citado, às fls. 118, mas deixou de se manifestar. Intime-se o patrono do acusado, via DJ-e para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: MARCIO LINCON MARTINS ANDRADE JUNIOR (OAB 13545/AM) - Processo 0205865-79.2017.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - VÍTIMAFATO: A.R.P. - INDICIADO: A.J.S.R. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0205865-79.2017.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 16/04/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM) - Processo 0603216-42.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - AUTORFATO: J.A.A. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0603216-42.2018.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO pautada para o dia 08/04/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: DENYS FALABELO JAIME (OAB 8235/AM) - Processo 0604169-06.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - VÍTIMAFATO: T.C.R.S. - AUTORFATO: W.F.D. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0604169-06.2018.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 16/04/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM) - Processo 0608475-18.2018.8.04.0020 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Injúria - QUERELANTE: A.S.A. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0608475-18.2018.8.04.0020 Intime-se o patrono constituído, para tomar ciência da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 19/03/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se. "

ADV: LUIZ FELIPE SOUZA DOS SANTOS (OAB 11379/AM) - Processo 0611416-72.2017.8.04.0020 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Ameaça - REQUERENTE: S.O.M. - Intime-se a requerente, por intermédio de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se no feito acerca da certidão de fls. 43, informando se ainda há interesse na manutenção das medidas protetivas e, em caso positivo, declarar o endereço atual do requerido para fins de intimação. Após transcorrido o prazo ou a manifestação da parte interessada, retornem conclusos para decisão.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0637557-54.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Decorrente de Violência Doméstica - VÍTIMAFATO: I.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0637557-54.2018.8.04.0001 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA DE RETRATAÇÃO À REPRESENTAÇÃO, nos termos do Art. 16 da Lei nº 11.340/06 para o dia 11/03/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica. Intimem-se "

Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Denys Falabelo Jaime (OAB 8235/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Islane Marques Setubal (OAB 7239/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Laila Beatriz Andrade da Silva (OAB 12621/AM)
Luiz Auzier de Almeida (OAB 3496/AM)
Luiz Felipe Souza dos Santos (OAB 11379/AM)
Marcio Lincon Martins Andrade Junior (OAB 13545/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, DANIELA DE SOUZA ELUTERIO, Brasileiro(a), Convivente, Operador de Caixa, RG 29128145, CPF 033.255.262-41, Rua Java Pintado (Antiga Brasil), 04, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 993795620, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0601061-36.2018.8.04.0030, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Daniela de Souza Eluterio, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO a seguir transcrita:"Isso posto, diante do desaparecimento da autora, por não ter sido localizada no endereço, o que evidencia possível mudança não comunicada ao processo, DETERMINO a extinção deste, em razão do abandono processual e desistência tácita, com revogação de Decisão liminar de fls. 14/16 ", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, CAROLINA FROIS BRAGA, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 36876437, Rua Nossa Senhora de Fátima , N° 480 ou 34, Santa Etelvina, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99149-5735, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0648088-05.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Carolina Frois Braga, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO a seguir transcrita: "Ante o exposto, decreto extinção do feito por abandono. Revogodecisão liminar (fl. 10/12). Intime-se a requerente por Edital. Caso inexista recurso, certifique-se trânsito em julgado e arquive-se.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, FRANCINEIDE COUTINHO DA SILVA, Brasileiro(a), Solteira, Não declarada, RG 18022898, CPF 010.994.652-90, Rua Tanabi, 505, Vale do Sinai, prox. a Igrewja Restauração, Cidade Nova, CEP 69090-688, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0612991-41.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Francineide Coutinho da Silva, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 12/14. Intime-se a requerente por edital. Caso inexista recurso, certifique-se trânsito em julgado e arquive-se.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, ELEM STHEPHANIE MENDES XAVIER, Brasileiro(a), Separada judicialmente, Autônomo, RG 30808855, CPF 700.888.832-56, Rua Anturio Cristalino (Ant. Miraselvas), 131, Prox. a Distribuidora Queiroz, Casa de Alvenaria, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0607693-68.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Elem Sthephanie Mendes Xavier, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO a seguir transcrita: "Isso posto, diante do desaparecimento da autora, por inexatidão do endereço apontado, o que evidencia possível mudança não comunicada ao processo, DETERMINO a extinção deste, em razão do abandono processual e desistência tácita, com revogação de Decisão liminar de fls. 11/13 ", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, Robson da Silva Moraes, filho de ANGELA MARIA DIAS DA SILVA, RG: 20035748, CPF: 974.480.522-68, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0622208-11.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de EVELYN DE SOUZA OLIVEIRA como o referido não foi encontrado, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE CONFIRMAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito com resolução de mérito (CPC, art. 487, I), confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida.", pelo qual ficará INTIMADO, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, ADRIANA ALMEIDA DA CRUZ, Brasileiro(a), Solteira, Recepcionista, RG 27067521, CPF 023.162.522-73, Rua Rio Madeira, SN, Cj Viver Melhor 1ª Etapa, Qd 26, Bl 423, Ap 203, Lagoa Azul, CEP 69018-567, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0653826-71.2018.8.04.0001, em que NÃO foram concedidas medidas protetivas em favor de Adriana Almeida da Cruz, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE INDEFERIMENTO a seguir transcrita: "Isto posto, mantenho o indeferimento do pedido, razão pela qual julgo extinto o processo COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do CPC.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, Cid Albert Lima Brasil Segundo, filho de Francisca Simone de Lima Brasil, RG: 19816456 E BRENDA QUEIROZ LINS, Brasileiro(a), Solteira, Biólogo, RG 2175345-8, CPF 000.463.382-25, Rua Santa Edith, 62, Próximo Ao Mercadinho Alex, Santa Etelvina, CEP 69017-170, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0620263-86.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Brenda Queiroz Lins e como os referidos não foram encontrados, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE CONFIRMAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito com resolução de mérito (CPC, art. 487, I), confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida.", pelo qual ficará INTIMADO, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, Rilson de Araujo Fernandes, filho de Isabel araujo fernandes, RG: 0977160-3, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0630531-05.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Rita de Cássia Soares Gato e como o referido não foi encontrado, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE CONFIRMAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Assim, não havendo contrariedade ao pedido, confirmo integralmente as medidas deferidas, pelo prazo nela estipulado sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida.", pelo qual ficará INTIMADO, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, Fredson Hapto dos Santos, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0631475-07.2018.8.04.0001, em que foram concedidas

medidas protetivas em favor de SANME CRISTINA AZEVEDO PINTO e como o referido não foi encontrado, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE CONFIRMAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Assim, não havendo contrariedade ao pedido, confirmo integralmente as medidas deferidas, pelo prazo nela estipulado sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. ", pelo qual ficará INTIMADO, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, FRANCISNETE LIMA DE ARAUJO BARROS, Brasileiro(a), Convivente, Dona de Casa, RG 1899353-2, Rua Itaúba Amarela, Quadra 34, Bloco 291 Aptº 401, s/n, Conjunto Residencial Viver Melhor 2ª Etapa, Lagoa Azul, CEP 69000-000, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0617242-05.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Francisnete Lima de Araujo Barros, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE CONFIRMAÇÃO a seguir transcrita: "Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito com resolução de mérito (CPC, art. 485, I), confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. ", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito titular do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, Raimundo Rodrigues de Lima, RG: 1088955-8, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0642062-88.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de CLEUDA DA SILVA TAPUDIMA e como o referido não foi encontrado, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE CONFIRMAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito com resolução de mérito (CPC, art. 487, I), confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida", pelo qual ficará INTIMADO, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0645993-36.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado GLAUCIMAR CHAVES DOS SANTOS, Brasileiro(a), Solteiro, Outros, RG 4614919, pai Bernardo Bittencourt dos Santos, mãe Idalete Chaves dos Santos, Nascido/Nascida 26/09/1982, com endereço à Portugal, 77, Japiim, CEP 69078-551, Manaus - AM, Fone 93609152, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5 e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0600015-12.2018.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra o acusado GONZAGA PEREIRA DE MOURA, Brasileiro(a), Convivente, Comerciante, RG 2001029158434, CPF 022.704.013-95, pai LUIZ PEREIRA DE ALBUQUERQUE, mãe MARIA DE FATIMA MOURA DE ALBUQUERQUE, Nascido/Nascida 12/09/1985, natural de Acopiara - CE, com endereço à Rua Goiania, 514, Em frente ao Mercadinho Morambi, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 98182-0564, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e

Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0635309-18.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA, Brasileiro(a), RG 2827295-1, mãe MARIA DAS MERCES SILVA, Nascido/Nascida 28/01/1980, com endereço à rua barao do rio branco, 699, condominio sao judas tadeu blc16 apart. 2016, parque das laranjeiras, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0635809-84.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado MAURICIO DE CASTRO PACHECO, Brasileiro(a), RG 1474285-3, pai JOSE ALEXANDRE MELRES PACHECO, mãe RAIMUNDA IRACEMA DE CASTRO, Nascido/Nascida 15/09/1978, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA BARAO DE INDAIA, 11, FLORES, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 147 “caput” c/c Art. 69 “caput” ambos do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0647925-25.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado MANOEL BARBOSA MARTINS, Brasileiro(a), Solteiro, RG 1681017-1, mãe IZABEL BARBOSA MARTINS, Nascido/Nascida 09/09/1973, natural de Itacoatiara - AM, com endereço à RUA G, 238, JORGE TEIXEIRA, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 147 “caput” c/c Art. 69 “caput” ambos do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0646571-62.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado FELIPE GORDIANO QUEIROZ DA COSTA SILVA, Brasileiro(a), Companheiro, Estudante, RG 26656833, CPF 032.907.162-95, pai GLAUBER DA COSTA SILVA, mãe GERLANE RODRIGUES QUEIROZ, Nascido/Nascida 31/01/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à Ramos Ferreira, 2270, Centro, CEP 69010-120, Manaus - AM, Fone 92 981086519, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0646689-38.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JOSÉ MARIO DA SILVA, Brasileiro(a), RG 02984717, pai JOSE SANTANA DA SILVA, mãe MARIA MOREIRA LINS DA SILVA, Nascido/Nascida 09/12/1956, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA BARAO DO RIO BRANCO, BLOCO 12, APTO 203, S/N, CONDOMINIO SAO JUDAS TADEU, FLORES, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0645519-31.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ONOFRE GAMA DA SILVA, Brasileiro(a), Concubino, RG 1136868, CPF 337.430.372-20, pai CRISTOVAO NUNES DA SILVA, mãe MARIA GUADALUPE GAMA DA SILVA, Nascido/Nascida 05/01/1973, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Araguacema (Ant. 09), 33, Qd. 52, Px. Ao Mercadinho Vitória, São José, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0625563-29.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado RENISON DANIEL FERREIRA, Brasileiro(a), RG 1367579-6, pai Wilson Rodrigues Ferreira, mãe Maria da Paz Daniel Ferreira, Nascido/Nascida 23/09/1970, natural de Benjamin Constant - AM, com endereço à Rua Indianápolis, Antiga 32, Quadra 235, 56, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 5, III c/c Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 129 § 9º do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0638941-52.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado MIQUEIAS FERREIRA FLORES, Brasileiro(a), Solteiro, Outros, RG 2187416-6, pai BENTO FERREIRA FLORES, mãe TEREZA FERREIRA DA SILVA, Nascido/Nascida 31/10/1987, natural de Tefe - AM, com endereço à Rua para, 26, Sao Jose Operario, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 92994103652, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0646141-13.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ISRAEL MOURA TORRES, Brasileiro(a), Casado, RG 21074739, pai ADERVAL MAGALHAES TORRES, mãe MARIA DE LOURDES ALVES MOURA, Nascido/Nascida 22/08/1986, natural de Iranduba - AM, com endereço à RUA E, BECO AREAL, 120, ALEIXO, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e

Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0639455-05.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ISMAEL GOMES FELIPE, Brasileiro(a), RG 3387360-7, pai EDWIGES GOMES FELIPE, Nascido/Nascida 26/08/1961, natural de Fonte Boa - AM, com endereço à RUA PEDRO DE MENDONZA, 25, Próx. ao Mercadinho Elizandra, JAPIIM, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0623165-12.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado DIONI FROES PANTOJA, Brasileiro(a), RG 2788574-7, mãe Nedina Moraes Froes, Nascido/Nascida 23/07/1994, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Ana Nogueira, Por Trás da Bemol, 08, Beco Ana Nogueira, Educandos, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º c/c Art. 147 “caput” c/c Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 5, III c/c Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0601321-46.2018.8.04.0020, que a Justiça Pública move contra o acusado EVANDRO BATISTA DOS SANTOS, Brasileiro(a), Solteiro, Outros, pai José Juliano dos Santos, mãe Maria Francisca Batista dos Santos, Nascido/Nascida 21/02/1974, natural de Pirapemas - MA, com endereço à Rua: São Eusébio, Antiga São Lourenço, 1551, Próximo a casa da Carne, Terra Nova II, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 “caput” do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0639647-35.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ABRAAO PEREIRA DA SILVA, Brasileiro(a), RG 2868343, mãe MARCIA PATRICIA PEREIRA DA SILVA, Nascido/Nascida 20/06/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Rio Araricoera (Ant. Rio Juruá), 54, Comunidade Novo Reino, Gilberto Mestrinho, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0645809-46.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado LEOPOLDO SILVA DE LIMA, Brasileiro(a), Casado, Desempregado, RG 07841370, mãe FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA LIMA, Nascido/Nascida 05/11/1965, natural de Manaus - AM, com endereço à BECO NOVA YORK, 30, LIRIO DO VALE, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0639369-34.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado DYEGO CASEMIRO RIBEIRO DE SOUZA, Brasileiro(a), RG 1546097-5, pai RAIMUNDO CASEMIRO DE SOUZA, mãe MARIA RUTH RODRIGUES RIBEIRO, Nascido/Nascida 07/12/1982, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA VIRGILIO FREIRE(ANT. RUA Ó), 8, QD 19, CONJ. ELDORADO, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO, CEP 69000-000, Manaus - AM DYENE RIBEIRO DE SOUZA, Brasileiro(a), RG 2119216-2, pai RAIMUNDO CASEMIRO DE SOUZA, mãe MARIA RUTH RODRIGUES RIBEIRO, Nascido/Nascida 11/11/1992, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA VIRGILIO FREIRE(ANT. RUA Ó), 8, QD 19, CONJ. ELDORADO, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0601215-88.2017.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra o acusado ANTONIO FERREIRA DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Outros, pai Raimundo Ferreira da Silva, mãe Maria Benedita da Silva, Nascido/Nascida 17/03/1978, natural de Manacapuru - AM, com endereço à Antonio Ribeiro da Silva, 48-B, Casa de dois pisos, próximo à Distribuidora RS, Petrópolis, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 140 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 “caput” do(a) CP e Art. 7, II do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0638911-17.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado MATEUS ARIVAL FERREIRA BURTON, Brasileiro(a), RG 0996963-2, pai Manoel Burton de Souza, mãe Vanilda Ferreira Burton, Nascido/Nascida 04/10/1966, com endereço à Avenida Brasil, ap/16, Bloco P2, Parque Residencial Ayapua, Compensa, Manaus - AM, Fone 99450-4428, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” c/c Art. 69 “caput” e Art. 129 § 9º todos do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 25 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0643217-29.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado WANDERSON DA SILVA ARCANJO, Brasileiro(a), RG 2863086-6, mãe Maria Lucinda Queiroz da Silva, Nascido/Nascida 02/08/1994, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 31 de março, 92, prox. MercadoSão João, terra nova II, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" c/c Art. 69 "caput" ambos do(a) CP c/c Art. 5, III do(a) LEI 11340/2006 e Art. 129 § 9º do(a) CP e Art. 7, I do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 25 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0601213-21.2017.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra o acusado CARLOS EDMILSON DA CUNHA RAMOS, Brasileiro(a), Casado, Representante Comercial, RG 4587235, com endereço à Rua Jorge Veiga (Ant. Rio Negro), SN, Blc 9C, Apt. 16 Conj. Eldorado, Parque Dez de Novembro, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP e Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 25 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0614541-71.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado LUÍS DA CONCEIÇÃO, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 2001948-3-SSP/AM, mãe Maria Ana da Conceição, Nascido/Nascida 21/05/1967, natural de Pio Xii - MA, com endereço à Rua Barão do Indaiá (antiga Rua dos Oficiais), 244, Flores, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 150 "caput" c/c Art. 69 "caput" ambos do(a) CP e Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 e Art. 147 "caput" do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 25 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0625543-38.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado PEDRO ALVES DA SILVA, Brasileiro(a), pai N/I, mãe N/I, natural de Manaus - AM, com endereço à Av.: Cristã, Antiga Rua Chico Mendes, 47, próximo ao 18º DIP, Novo Israel, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 5, III c/c Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 129 § 9º do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 25 de fevereiro de 2019. Eu, Fabyo Orlando Guerra Nakagawa, Técnico Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0624351-70.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado IRAILTON VALE SOUSA, Brasileiro(a), Solteiro, Marceneiro, RG 09575383, CPF 200.066.402-49, pai José Edson Rodrigues de Souza, mãe

Raimunda Vale de Souza, Nascido/Nascida 18/06/1974, com endereço à Rua 27, 274, Quadra 159, Px. Ao Ponto do Biquíni, Amazonino Mendes, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99377-7699, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0602490-68.2018.8.04.0020, que a Justiça Pública move contra o acusado NARLISON SOARES DOS SANTOS, Brasileiro(a), Concubino, Outros, RG 25205102/AM, pai NAIRTO BERNARDO DOS SANTOS, mãe ALBINA DE SOUZA SORES, Nascido/Nascida 24/02/1989, natural de Santarem - PA, com endereço à Rua Esperança, 474, Conj. Cidadão I, Cidade Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 41 "caput" c/c Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 "caput" do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Exmo. Sr. Dr. Reyson de Souza e Silva, Juíza de Direito da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), foi prolatada sentença no processo n. 0604799-22.2018.8.04.0001, na qual foi absolvido réu JOSE AIRTON DO NASCIMENTO LAPA, Brasileiro(a), Solteiro, Pedreiro, RG 0849854-7, CPF 320.905.952-72, pai Milton dos Santos Lapa, mãe Iracy do Nascimento Lapa, Nascido/Nascida 29/05/1968, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua José Pinto Correa, Parque Shanrillá 4, 151, Prox. ao supermercado Veneza, Parque Dez de Novembro, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal, distribuído a esta Vara em 04/02/2018, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 20 dias, nos termos do art. 392, VI, do Código de Processo Penal c/c art. 275, §2º, do Código de Processo Civil. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de fevereiro de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o emiti.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Exmo. Sr. Dr. Reyson de Souza e Silva, Juíza de Direito da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), foi prolatada sentença no processo n. 0617182-32.2018.8.04.0001, na qual foi absolvido réu PATRICK SILVA DE SOUZA, Brasileiro(a), Solteiro, RG 2868278-5, pai JÃO RODRIGUES DE SOUZA, mãe ELIANA SEABRA DA SILVA, Nascido/Nascida 24/08/1997, natural de Manaus - AM, com endereço à AV. VITÓRIA BEATRIZ(ANT. SANTARÉM), 15-B, NOS ALTOS DO BAR DA MORENA, COLONIA TERRA NOVA, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal, distribuído a esta Vara em 26/04/2018, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 20 dias, nos termos do art. 392, VI, do Código de Processo Penal c/c art. 275, §2º, do Código de Processo Civil. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de fevereiro de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o emiti.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Exmo. Sr. Dr. Reyson de Souza e Silva, Juíza de Direito da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), foi prolatada sentença no processo n. 0617165-93.2018.8.04.0001, na qual foi absolvido réu MATHEUS TAVARES GONÇALVES, Brasileiro(a), Solteiro, Industriário, RG 2121280-5, CPF 001.131.922-40, pai Antônio Maria Gonçalves Freitas, mãe Marilene de Souza Tavares, Nascido/Nascida 07/02/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Neves da Fontoura(ant.

são benedito), 689, em frente a igreja São Benedito, Adrianopolis, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal, distribuído a esta Vara em 26/04/2018, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 20 dias, nos termos do art. 392, VI, do Código de Processo Penal c/c art. 275, §2º, do Código de Processo Civil. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de fevereiro de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o emiti.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Exmo. Sr. Dr. Reyson de Souza e Silva, Juíza de Direito da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), foi prolatada sentença no processo n. 0615885-87.2018.8.04.0001, na qual foi absolvido réu LUIZ FELIPE SOUZA DE MORAES, Brasileiro(a), RG 2683348-4, pai Luiz Alexandre de Moares Filho, mãe Beatriz Batista Souza de Moraes, Nascido/Nascida 06/03/1997, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua deus Tupã (ant. das laranjeiras), 01, Santa Etelvina, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal, distribuído a esta Vara em 19/04/2018, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença Absolutória, com prazo de 20 dias, nos termos do art. 392, VI, do Código de Processo Penal c/c art. 275, §2º, do Código de Processo Civil. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de fevereiro de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o emiti.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Exmo. Sr. Dr. Reyson de Souza e Silva, Juíza de Direito da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), foi prolatada sentença no processo n. 0625052-31.2018.8.04.0001, na qual foi absolvido réu FELIPE DOS SANTOS PEREIRA, Brasileiro(a), Convivente, Pedreiro, RG 2324621-9, CPF 998.869.362-15, pai Paulo Sergio Soares Pereira, mãe Gracinete dos Santos Pereira, Nascido/Nascida 11/11/1991, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Delfim de Souza, 787, Casa 09, Petropolis, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal, distribuído a esta Vara em 12/06/2018, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença Absolutória, com prazo de 20 dias, nos termos do art. 392, VI, do Código de Processo Penal c/c art. 275, §2º, do Código de Processo Civil. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de fevereiro de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o emiti.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0168/2019

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0603650-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliesio Gomes dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Eliesio Gomes dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0604229-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Maria Itelvina Silva Santana - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Itelvina Silva Santana em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo

sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0605087-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: José Roberto da Silva Souto - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Roberto da Silva Souto em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0605360-46.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Wilson Marcone Fonteles de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0606148-26.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Petronio Sales de Aguiar Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Petronio Sales de Aguiar Junior em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0606758-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Jose Pereira Lima Sobrinho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jose Pereira Lima Sobrinho em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0606857-61.2019.8.04.0001 - Petição - Liminar - REQUERENTE: Gremio Recreativo Escola de Samba Meninos Levados - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0609065-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Francisco Domarci Martins de Melo - Vistos. Trata-se de ação

ajuizada por Francisco Domarci Martins de Melo em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0614325-13.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Railda Cordeiro Vieira - Considerando o teor da certidão de folhas antecedentes, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores, observando-se as disposições contidas no acórdão proferido. Intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado/Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0615482-21.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Eversom Luiz Sluzarski da Silva - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616582-11.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Clayton Diego Mendes Almeida - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616598-62.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fabiana de Souza Magalhães Valente - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616616-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Janderson Guimaraes Ordones - Diante do exposto, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616932-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Raylton Galvão de Souza - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616933-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Rayone da Costa Bernardo - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0623813-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Delmara de Melo Monteiro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0626031-90.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Alzir Teixeira de Melo - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0632154-41.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: José Pinheiro dos Santos Junior - Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais

informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0632172-62.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Noraneide Teixeira de Souza - Considerando o teor da certidão de folhas antecedentes, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores, observando-se as disposições contidas no acórdão proferido. Intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado/Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0633055-72.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Afrimar Cunha Bragança - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0634252-96.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Janderson Soares da Costa e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0634426-08.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Marcela Gomes de Oliveira e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0634482-41.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Amazonino Gomes de Souza e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634509-24.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Leandro Mesquita da Silva e outros - Recebo ambos os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intimem-se os Recorridos para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634509-24.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Leandro Mesquita da Silva e outros - Recebo ambos os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intimem-se os Recorridos para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecerem contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634524-90.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Magno Raposo Laranjeira e outros - Ante o exposto, evitando a ocorrência de erro material, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PARCIALMENTE PROCEDENTES, consoante permissivo constante do art. 1.022, do CPC, alterando o dispositivo da sentença, que passar a ter a seguinte redação: "Por fim, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 5.319,25 (cinco mil trezentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos) à Daniel Stropa Igesca e Marcelo da Silva Paz; R$ 13.830,05 (treze mil oitocentos e trinta reais e cinco centavos) à José Marílio Milério Neto; e R$ 17.021,60 (dezessete mil, vinte e um reais e sessenta centavos) à Lucas de Matos Araújo, referente às diferenças remuneratórias decorrentes de suas promoções retroativas, nos períodos de dezembro de 2016 a abril de 2018, abril de 2017 a abril de 2018, e dezembro de 2017 à março de 2018, respectivamente". Ademais, mantem-se a sentença por seus próprios termos. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634636-59.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Elton de Azevedo Tavares e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634703-24.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Icaro Herbert de Araujo Cavalcante e outros - Ante o exposto, evitando a ocorrência de erro material, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PARCIALMENTE PROCEDENTES, consoante permissivo constante do art. 1.022, do CPC, alterando o dispositivo da sentença, que passar a ter a seguinte redação: "Por fim, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 5.319,25 (cinco mil trezentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos) à Deivison Rocha de Lima, Joelma Bezerra da Silva Reis, José Mário Braga Domingues Júnior e Kelison Mota Nogueira; R$ 13.830,05 (treze mil oitocentos e trinta reais e cinco centavos) à Ademir Gonçalves Barroso Júnior, Edilcilene Lima de Barros, Eliando Imbiriba da Silva e Joherbet Hossaine de Oliveira; e R$ 17.021,60 (dezessete mil e vinte e um reais e sessenta centavos) à Eversom Luiz Sluzarski da Silva, referente às diferenças remuneratórias decorrentes de suas promoções retroativas, nos períodos de dezembro de 2017 a abril de 2018, de abril de 2017 a abril de 2018 e de dezembro de 2016 a março de 2018, respectivamente. ". Ademais, mantem-se a sentença por seus próprios termos. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0634781-18.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Júlio Marcos de Freitas e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo

Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0634848-80.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Rafael Reis Vilas Boas e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0634857-42.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Francisco Pedrosa Lopes e outros - Recebo ambos os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intimem-se os Recorridos para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecerem contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634891-17.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Everton Brito de Andrade e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0634989-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Guilherme da Cunha - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0635083-47.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Joaquim da Silva Viana e outros - Recebo ambos os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intimem-se os Recorridos para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0635284-39.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Marx Maciel Pena e outros - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0635409-07.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Anderson Balbi da Silva e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0636555-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Dimas da Silva Domingos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Dimas da Silva Domingos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PRISCILA DUARTE OZÓRIO (OAB 10902/AM) - Processo 0637540-18.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Almir Gomes da Cruz - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Almir Gomes da Cruz em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639356-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Idelci da Silva Eloy - Recebo o presente

recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639368-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Anacleto da Silva Craveiro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0640251-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Raimunda dos Santos Ramos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0640417-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Katiana Paredo de Souza Andrade - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0642012-96.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Jonas Ferreira Silvério e outros - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DOS SANTOS RAMOS (OAB 12503/AM), ADV: PAOLA SANTA RITA BARATA (OAB 12384/AM) - Processo 0643036-62.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Robert Palfi - Considerando o teor da certidão de folhas antecedentes e a indicação de conta para depósito às fls. 130, expeça-se o competente RPV. Após, oficie-se ao Diretor/Presidente do DETRAN/AM, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0643222-51.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Weleson Monteiro Teixeira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0643611-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Overlan Silva de Souza - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0644563-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Deimison Andreus Rodrigues de Araújo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Deimison Andreus Rodrigues de Araújo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0644854-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Maria da Silva Rufino - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM) - Processo 0645368-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Kristian Karlo Bibiano Pereira, - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado

do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0645394-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Darlan Nery de Sousa - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 12.126,47 (doze mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e sete centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0645619-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Allayn Neves da Matta - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0646330-88.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Diego Macedo de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0647466-23.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Josafá Alves Leal - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.080,00 (dezenove mil e oitenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0649344-80.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Amoiz Vieira de Araujo - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0650009-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Abel Acid Moraes Vieira e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0650187-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Hérico de Souza Balieiro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0650634-33.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Benedito da Silva Lobato - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Benedito da Silva Lobato em face do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, Luiz Ricardo Marreiro Reis e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM) - Processo 0651270-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Ariane Gama dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ariane Gama dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0651475-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Wederson Lima Gonçalves - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0651561-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Josemar Souza de Melo - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 10.243,17 (dez mil, duzentos e quarenta e três reais e dezessete centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653161-55.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Altemar Pereira Bezerra - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653165-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Francisco Lucas da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653199-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Paulo Rangel Sotero Batalha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0653279-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional de Insalubridade - REQUERENTE: Cristiano Cardoso Bhering - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cristiano Cardoso Bhering em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM) - Processo 0654346-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Luciana Evaristo Rodrigues - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luciana Evaristo Rodrigues em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios

autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0654466-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Algell Christ Frewyd Mcwilly Sawntzy - Forte nestas razões, JULGO PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Requerido a pagar à Requerente a Gratificação de Curso, no percentual de 25% (respeitando-se o Art. 201, § 1º, da Lei 2.271/94) sobre os vencimentos, a contar da publicação desta, condenando-o, ainda, ao pagamento da quantia referente ao pagamento retroativo (08/18 a 11/18). Sobre os valores haverá correção monetária mensal, a contar de de novembro de 2015, pelo IPCA-e, e juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654911-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Arineia Marreira Gonçalves - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0655180-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Marcelo Ferreira Cavalcante - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0655824-74.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Fábio Deivides de Oliveira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656347-86.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Marcio de Oliveira Bulbol - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656354-78.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Daniel Lima de Souza - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656375-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Wellyson Guimarães Golvim - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado

da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0656666-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Sônia Maria Oliveira Palheta - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sônia Maria Oliveira Palheta em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11300/AM) - Processo 0656697-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: Maria de Nazaré Kramer Mendonça - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria de Nazaré Kramer Mendonça em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0659872-76.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Raimundo Queiroz de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antonio Raimundo Queiroz de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0659989-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos da Silva Castro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcos da Silva Castro em face do Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU e Vip- Gestão e Logística Ltda. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria

unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0660633-10.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Francisco Gerson Eufrasio - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Gerson Eufrasio em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Diego dos Santos Ramos (OAB 12503/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Gabriela Costa Machado (OAB 11300/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paola Santa Rita Barata (OAB 12384/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Priscila Duarte Ozório (OAB 10902/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Silvano Cesar Lorido Barreto (OAB 11681/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS GUEDES RIOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0167/2019

ADV: LIGIA PRADO DA ROCHA (OAB 317349/SP), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM) - Processo 0224632-28.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wandreow Rogger Queiroz Botelho e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Decido. Pelas fundamentações aduzidas, resta, portanto, afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos para uma das Varas da Fazenda Pública. Redistribua-se o feito com urgência. À Secretaria para as providências de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0603650-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliesio Gomes dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Eliesio Gomes dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0604229-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Maria Itelvina Silva Santana - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Itelvina Silva Santana em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos

autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0604970-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Breno Santos de Brito - Cleber Catarino da Silva Vieira - Getúlio Vargas Filho - Helington Silvano Campos Sampaio - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Breno Santos de Brito, Cleber Catarino da Silva Vieira, Getúlio Vargas Filho e Helington Silvano Campos Sampaio em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0605087-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: José Roberto da Silva Souto - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Roberto da Silva Souto em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0605360-46.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Wilson Marcone Fonteles de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0605398-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aquisição de veículos automotores - REQUERENTE: Marcos da Silva Castro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcos da Silva Castro em face do Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU e Vip- Gestão e Logística Ltda. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0605594-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nomeação - REQUERENTE: Pedro Paulo Oliveira Santos - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0605643-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleia Gomes da Silva - Por conseguinte, sendo caso de incompetência absoluta deste Juizado Fazendário, como previsto no §4º, do art. 2º, da Lei 12.153/09, esta deve ser declara de ofício e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção (art. 64, §1º do CPC). Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0605728-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Ruthe Dourado Pereira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ruthe Dourado Pereira em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0606148-26.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Petronio Sales de Aguiar Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Petronio Sales de Aguiar Junior em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0606691-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - EXEQUENTE: Jose Luiz Gonzaga da Mota - Diante do exposto: 1) determino a emenda da peça de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a parte adequá-la para preenchimento dos requisitos estabelecidos no CPC; (2) deverá a parte juntar cópia da sentença/acórdão do Mandado de Segurança n° 0634710-16.2017; (3) por fim, a parte deverá juntar aos autos todo o conteúdo probatório necessário para comprovar suas alegações. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0606758-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Jose Pereira Lima Sobrinho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jose Pereira Lima Sobrinho em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito,

haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0606857-61.2019.8.04.0001 - Petição - Liminar - REQUERENTE: Gremio Recreativo Escola de Samba Meninos Levados - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0607381-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0607939-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Alfredo da Silva Fernandes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alfredo da Silva Fernandes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0608069-20.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - EXEQUENTE: João Batista Martins Bernardo - De partida, oportunizo ao Executado a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Exequente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a intimação da Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Havendo impugnação, voltem-me os autos conclusos. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor - RPV. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0608072-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - EXEQUENTE: Joanilson Nunes da Silva - De partida, oportunizo ao Executado a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Exequente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a intimação da Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Havendo impugnação, voltem-me os autos conclusos. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor - RPV. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0608085-71.2019.8.04.0001 - Petição - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Francisco Edson da Costa Brito - Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM) - Processo 0608094-33.2019.8.04.0001 - Petição - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Maria Nilza da Silva Chagas - Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM) - Processo 0608098-70.2019.8.04.0001 - Petição - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Maria das Gracas da Costa Azevedo Soares - Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM) - Processo 0608100-40.2019.8.04.0001 - Petição - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Maria Valdiza de Oliveira - Por conseguinte, sendo caso de incompetência absoluta deste Juizado Fazendário, como previsto no §4º, do art. 2º, da Lei 12.153/09, esta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção (art. 64, §1º do CPC). Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência

absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0608622-67.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Marcio de Freitas Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcio de Freitas Lopes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM), ADV: GABRIEL YUNES DA ROCHA (OAB 9623/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0608802-20.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elder Pinheiro de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. Por derradeiro, notifique-se, via DJE, o procurador que primeiro patrocinou a causa para ciência da revogação do instrumento procuratório de fls. 136. P. R. I. C.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0609023-66.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Ulisses Rodrigues dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ulisses Rodrigues dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0609053-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Francisco das Chagas Lacerda Ramos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco das Chagas Lacerda Ramos em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0609065-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Francisco Domarci Martins de Melo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Domarci Martins de Melo em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0609102-45.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Marcel Amorim Borges - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcel Amorim Borges em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0609104-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Daniel Carlinni Brasil Barbosa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Daniel Carlinni Brasil Barbosa em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0609109-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: E.R.S.M. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Elimar Rogerio Silva de Macedo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0609123-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Eliane Vieira dos Santos - Por conseguinte, sendo caso de incompetência absoluta deste Juizado Fazendário, como previsto no §4º, do art. 2º, da Lei 12.153/09, esta deve ser declara de ofício e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção (art. 64, §1º do CPC). Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0609349-26.2019.8.04.0001 - Petição - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Alberto André Almeida de Melo - Considerando a impossibilidade de visualização da petição inicial, intime-se o Requerente para, no prazo de quinze dias, sanear aludido equívoco. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: BRUNO MORAES MONTEIRO (OAB 12037/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0609805-10.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leni de Aquino Campelo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 174/176.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0611862-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcelino Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 03/2013 à 03/2016 (R$ 1.400,36 x 8% x 36 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Sobre o valor haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Sobre o FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0614305-22.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Miguel Dinamar Martins de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Assim, evitando a ocorrência de contradição CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PROCEDENTES, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no CPC, corrigindo parte do dispositivo da sentença, que passa a ter a seguinte redação: "CONDENO a FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE - FHAJ ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 04/2013 à 06/2016 (R$ 1.759, 59 x 8% x 38), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal."P.R.I.C.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0614325-13.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Railda Cordeiro Vieira - Considerando o teor da certidão de folhas antecedentes, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores, observando-se as disposições contidas no acórdão proferido. Intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado/Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0615482-21.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Eversom Luiz Sluzarski da Silva - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0615950-82.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maks Jean Alves - Sidney Menezes das Chagas - Marcelo Paulino de Souza - Dannyel Miranda Lima - Alan Silva Trindade - André Luis Proença Cruz - Rherondy Aranha Souza - Thiago Abreu de Souza - André dos Santos Evangelista - Angelo Junio de Oliveira Cruz - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Inicialmente, diante da manifestação do Requerente Sidney Menezes das Chagas quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas HOMOLOGO, quanto a este litigante, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 13.853,19 (treze mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico Relativamente aos demais litigantes, por todo o exposto, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de: R$ 18.983,84 (dezoito mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) ao Requerente André Luiz Proença Cruz; R$ 19.234,42 (dezenove mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos) ao Requerente Ângelo Junio de Oliveira Cruz; R$ 19.510,27 (dezenove mil, quinhentos e dez reais e vinte e sete centavos) ao Requerente André dos Santos Evangelista; R$ 19.357,02 (dezenove mil, trezentos e cinquenta e sete reais e dois centavos) ao Requerente Thiago Abreu de Souza; R$ 20.210,36 (vinte mil, duzentos e dez reais e trinta e seis centavos) ao Requerente Rherondy Aranha Souza; R$ 20.339,15 (veinte mil, trezentos e trinta e nove centavos reais e quinze centavos) ao Requerente Maks Jean Alves Alan Silva Trindade; R$ 19.510,27 (dezenove mil, quinhentos e dez reais e vinte e sete centavos) ao Requerente Alan Silva Trindade; R$ 20.287,28 (vinte mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos) ao Requerente Dannyel Miranda Lima; R$ 20.737,60 (vinte mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) ao Requerente Marcelo Pualino de Souza; referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa dos Autores, no período compreendido entre de dezembro de 2015 a outubro de 2017. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e, e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616582-11.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Clayton Diego Mendes Almeida - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616598-62.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fabiana de Souza Magalhães Valente - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616616-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Janderson Guimaraes Ordones - Diante do exposto, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM) - Processo 0616874-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Marcos Paulo

da Silva Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616932-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Raylton Galvão de Souza - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0616933-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Rayone da Costa Bernardo - Diante do exposto, não recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Estado do Amazonas. Por outro lado, conheço dos Embargos opostos pelo Requerente, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FLORENCIO SOARES JUNIOR (OAB 11807/MA), ADV: ROSELY DA COSTA TRIBUZY (OAB 3440/AM) - Processo 0617386-76.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Josenir de Jesus Lopes - REQUERIDO: Vip- Gestão e Logística S.a - Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: JANILSON DA COSTA BARROS (OAB 13152/AM) - Processo 0617586-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Raimunda Guimarães da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vieram-me os autos conclusos para decidir sobre a petição de folhas anteriores. Afirma o requerente que a certidão de intimação emitida para o Estado do Amazonas possui teor diverso do pronunciamento judicial. A priori, não verifico interesse da parte autora em suscitar referido pedido. Ademais, não vislumbro qualquer prejuízo à parte requerida, eis que se trata de equívoco meramente formal, vez que a parte sucumbente deve se ater ao conteúdo da sentença e não da certidão de intimação. Assim sendo, determino o prosseguimento do feito. Certifique-se o trânsito em julgado.

ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0621186-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vistos. Intimado do despacho de folhas antecedentes, para que informasse quanto ao cumprimento da sentença para fornecimento contínuo de medicamentos à parte autora, o Estado do Amazonas manteve-se inerte. Diante disso, com fulcro no §1º, do art. 13, da Lei 12.153/09, considerando a necessidade e urgência dos medicamentos para o tratamento da requerente e da negativa do Estado do Amazonas em fornece-los, como informado às fls. 96/100, determino o bloqueio de verbas públicas no montante de R$ 5.372,45 (cinco mil, trezentos e setenta e dois e quarenta e cinco centavos), suficiente para custear 3 (três) meses de tratamento. Por derradeiro, proceda-se o bloqueio das verbas e expeça-se o competente alvará físico em nome da Requerente, ficando esta incumbida de, no prazo de cinco dias, demonstrar a compra do medicamento. Intimem-se. Cumpra-se com urgência.

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0621362-91.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alvenira de Oliveira Mendes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, evitando a ocorrência de contradição CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PROCEDENTES, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no CPC, corrigindo parte do dispositivo da sentença, que passa a ter a seguinte redação: “CONDENO o Requerido ao pagamento de abono permanência na quantia de R$ 23. 762, 94 (vinte e três mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos) no período compreendido entre maio de 2016 a fevereiro de 2018”. P.R.I.C.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0622045-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Airam do Carmo de Sousa Canto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para se manifestar no prazo determinado no despacho de folhas antecedentes.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0623813-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Delmara de Melo Monteiro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA VIANEZ C. CAVALCANTI (OAB 2413/AM) - Processo 0624518-87.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERIDA: Município de Manaus - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0624545-70.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Miguel Marques de Castro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2013 à 11/2017 (R$ 1.047,98 x 8% x 53 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal, ambos a contar da quitação. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do

Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0626031-90.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Alzir Teixeira de Melo - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM) - Processo 0627094-87.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0628524-74.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Carlinho Silva Sena - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0628615-67.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Elaine Maria Ribeiro Nunes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM) - Processo 0629022-73.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0629336-19.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Rose Mary da Silva Carvalho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0630170-22.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Raquel Macedo do Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0630301-94.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Adenilson dos Santos Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0631147-14.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria do Socorro dos Santos Pantoja - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0631670-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fabian Brasil Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0632154-41.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: José Pinheiro dos Santos Junior - Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0632172-62.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Noraneide Teixeira de Souza - Considerando o teor da certidão de folhas antecedentes, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores, observando-se as disposições contidas no acórdão proferido. Intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado/Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0632361-06.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Kelly do Socorro da Cunha Carneiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento de 13º salário na proporção (04/12 avos), tendo por base o último salário, no importe de R$ 1.375,86. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. A atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, novembro de 2017. Os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0632362-88.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Deonildo dos Santos Marinho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0633055-72.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Afrimar Cunha Bragança - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANILSON DA COSTA BARROS (OAB 13152/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0633385-06.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Deusa Rodrigues Matta - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0633811-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Eduardo Lima Simões - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM) - Processo 0634153-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Anderson Balbi da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Ante o exposto, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 25.933,09 (vinte e cinco mil, novecentos e trinta e três reais e nove centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa do Autor, no período de janeiro de 2017 a março de 2018. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e, e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0634252-96.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Janderson Soares da Costa e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634336-97.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Huguslávio Silva da Paixão - Cristian Albert Martins Torres - Ana Cris Souza de Oliveira - Adriana Portela Ayres - Thales Iran Caldas Feitosa - Jones Caetano Ferreira - Joelson Ferreira da Cunha, - Ivonilson da Costa Monteiro - Italon Castro Dantas - Elizeu Albuquerque da Silva Junior - Danny Cristina Ferreira de Lima - Gustavo Saraiva Roessing - Danubio Silva de Souza - Deivid Roldao Vieira - Ayrton Cesar Lima de Oliveira - Adriel Bader de Lima - Adriano de Souza Coelho - André da Silva Paiani - Keyla Monica da Silva Cardoso - Wiiliam Mendonça de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, evitando a ocorrência de contradição CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PARCILAMENTE PROCEDENTES, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no CPC, corrigindo parte do dispositivo da sentença, que passa a ter a seguinte redação: “Por fim, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 5.319,25 (cinco mil trezentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos) à Huguslávio Silva da Paixão e Elizeu Albuquerque da Silva Júnior; e R$ 13.830,05 (treze mil oitocentos e trinta reais e cinco centavos) à Danny Cristina Ferreira de Lima; R$ 17.021,60 (dezessete mil e vinte e um reais e sessenta centavos) à Ayrton César Lima de Oliveira, André da Silva Paiani, Danúbio Silva de Souza, Keyla Mônica da Silva Cardoso e William Mendonça de Souza; e R$ 25.532,40 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) à Jones Caetano Ferreira, referente às diferenças remuneratórias decorrentes de suas promoções retroativas, nos períodos de dezembro de 2017 a abril de 2018, abril de 2017 a abril de 2018, dezembro de 2016 a março de 2018 e de abril de 2016 a março de 2018, respectivamente. “. P.R.I.C.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM) - Processo 0634382-86.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando o o teor da certidão de folhas antecedentes. À contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634426-08.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Marcela Gomes de Oliveira e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634482-41.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Amazonino Gomes de Souza e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0634509-24.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Leandro Mesquita da Silva e outros - Recebo ambos os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intimem-se os Recorridos para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0634509-24.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Leandro Mesquita da Silva e outros - Recebo ambos os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intimem-se os Recorridos para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecerem contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0634524-90.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Magno Raposo Laranjeira e outros - Ante o exposto, evitando a ocorrência de erro material, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PARCIALMENTE PROCEDENTES, consoante permissivo constante do art. 1.022, do CPC, alterando o dispositivo da sentença, que passar a ter a seguinte redação: "Por fim, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 5.319,25 (cinco mil trezentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos) à Daniel Stropa Igesca e Marcelo da Silva Paz; R$ 13.830,05 (treze mil oitocentos e trinta reais e cinco centavos) à José Marílio Milério Neto; e R$ 17.021,60 (dezessete mil, vinte e um reais e sessenta centavos) à Lucas de Matos Araújo, referente às diferenças remuneratórias decorrentes de suas promoções retroativas, nos períodos de dezembro de 2016 a abril de 2018, abril de 2017 a abril de 2018, e dezembro de 2017 à março de 2018, respectivamente". Ademais, mantem-se a sentença por seus próprios termos. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634636-59.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Elton de Azevedo Tavares e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634703-24.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Icaro Herbert de Araujo Cavalcante e outros - Ante o exposto, evitando a ocorrência de erro material, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PARCIALMENTE PROCEDENTES, consoante permissivo constante do art. 1.022, do CPC, alterando o dispositivo da sentença, que passar a ter a seguinte redação: "Por fim, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 5.319,25 (cinco mil trezentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos) à Deivison Rocha de Lima, Joelma Bezerra da Silva Reis, José Mário Braga Domingues Júnior e Kelison Mota Nogueira; R$ 13.830,05 (treze mil oitocentos e trinta reais e cinco centavos) à Ademir Gonçalves Barroso Júnior, Edilcilene Lima de Barros, Eliando Imbiriba da Silva e Joherbet Hossaine de Oliveira; e R$ 17.021,60 (dezessete mil e vinte e um reais e sessenta centavos) à Eversom Luiz Sluzarski da Silva, referente às diferenças remuneratórias decorrentes de suas promoções retroativas, nos períodos de dezembro de 2017 a abril de 2018, de abril de 2017 a abril de 2018 e de dezembro de 2016 a março de 2018, respectivamente. ". Ademais, mantem-se a sentença por seus próprios termos. P. R. I. C.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0634781-18.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Júlio Marcos de Freitas e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634848-80.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Rafael Reis Vilas Boas e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634857-42.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Francisco Pedrosa Lopes e outros - Recebo ambos os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intimem-se os Recorridos para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecerem contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634891-17.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Everton Brito de Andrade e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0634989-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Guilherme da Cunha - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0635083-47.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Joaquim da Silva Viana e outros - Recebo ambos os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intimem-se os Recorridos para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0635284-39.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Marx Maciel Pena e outros - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0635299-08.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Ivison Brito Ribeiro - Victor Castro Barbosa - Taiane Flávia Morais Pará Normando - Stanley Costa Lobato - San Jefferson Ribeiro Martins - Richarlisson Miranda Gomes - Renan Oliveira Machado - Rafael Rodrigues do Nascimento - Magson Gomes de Souza - Julio Cesar Landes Júnior

- Antonio Claudio Cunha dos Santos - Davi Holanda Lima - Alex Ramos Gomes Morais - Artur Silva de Sales - Camilo de Oliveira Pereira - Hernando de Oliveira Gonçalves Neto - Diego Bentes Bruce - Ediraldo Sampaio de Oliveira Filho - Elton de Azevedo Tavares - Florinda Rodrigues Galves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, evitando a ocorrência de erro material, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PARCIALMENTE PROCEDENTES, consoante permissivo constante do art. 1.022, do CPC, alterando o dispositivo da sentença, que passar a ter a seguinte redação: Por fim, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 5.319,25 (cinco mil trezentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos) à Antônio Cláudio Cunha Santos, Camilo de Oliveira Pereira e Hernando de Oliveira Gonçalves Neto; R$ 17.021,60 (dezessete mil e vinte e um reais e sessenta centavos) à Renan Oliveira Machado e Alex Ramos Gomes Morais, referente às diferenças remuneratórias decorrentes de suas promoções retroativas, nos períodos de dezembro de 2017 a abril de 2018, e de dezembro de 2016 a março de 2018, respectivamente. Ademais, mantem-se a sentença por seus próprios termos. P. R. I. C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0635409-07.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Anderson Balbi da Silva e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0635773-76.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Maria Rosineide Miranda dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0635977-23.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Claúdio Augusto Moura Calixto - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0635994-25.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Devan Carlos Araújo de Carvalho - Portanto, o valor a ser pago é o descrito na coluna sem atualização financeira , decrescido das parcelas que não foram tidas como devidas, conforme fundamentação supra. DISPOSITIVO. Ante o exposto, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 26.969,64 (vinte e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa do Autor, no período de abril de 2016 a março de 2018. Improcedentes os demais pleitos. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e, e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0636555-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Dimas da Silva Domingos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Dimas da Silva Domingos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: EDUARDO REZENDE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 10517/AM) - Processo 0636979-28.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Ilka de Oliveira Dias - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: PRISCILA DUARTE OZÓRIO (OAB 10902/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM) - Processo 0637015-70.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Leonicia Alves da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM) - Processo 0637083-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Curso de Formação - REQUERENTE: Flavinildo Gomes Pena - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda Pública. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0637211-06.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Priscila Gomes Rodrigues - DISPOSITIVO. Ante o exposto, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 25.987,49 (vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa da Autora, no período de abril de 2016 a março de 2018. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e, e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA DUARTE OZÓRIO (OAB 10902/AM) - Processo 0637540-18.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Almir Gomes da Cruz - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Almir Gomes da Cruz em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM) - Processo 0638369-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Por se tratar de decisão com caráter modificativo, abro vista ao Embargado para, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os Embargos de Declaração opostos, na forma do art. 1.023, § 2º do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0638493-79.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Geovane da Silva Cruz - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Ante o exposto, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 27.379,48 (vinte e sete mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa do Autor, no período de abril de 2016 a março de 2018. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e (considerando-se a diferença mensal apontada na planilha de fls. 91/92), e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639356-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Idelci da Silva Eloy - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639368-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Anacleto da Silva Craveiro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0640251-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Raimunda dos Santos Ramos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0640417-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Katiana Paredo de Souza Andrade - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09,

via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0640794-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Antonio Moura de Oliveira - DISPOSITIVO. Isto posto, consoante fundamentação supra, declino da competência para processar e julgar a presente ação e, por consequência, determino a remessa dos autos à uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Redistribuam-se os autos. À Secretaria para as providências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0641384-73.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Calebe Martins Neves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Calebe Martins Neves em face do Estado do Amazonas. Vieram-me os autos conclusos em virtude de petição apresentada pela parte autora, às fls. 48/49, na qual requer o fracionamento do pagamento do crédito da parte vitoriosa, para fins de separação dos honorários advocatícios contratuais, mediante a expedição de RPV para pagamento de honorários contratuais e Precatório apartados, entretanto entendo ser incabível tal hipótese. Explico. Fracionar o crédito pertencente à parte vitoriosa para pagamento de honorários contratuais violaria a regra de pagamento de débitos da Fazenda Pública, prevista no art. 100, § 8ºm da CF/88 e dos artigos 22, §4º e 23 da Lei 8.906/94, uma vez que não se tratam de honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência. Neste contexto, tem-se a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal de que a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultante do contrato firmado entre advogado e cliente, senão vejamos: 02/03/2018 SEGUNDA TURMA. A G .REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.094.439 DISTRITO FEDERAL RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI AGTE.(S) : MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA ADV.(A / S) : MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA AGDO.(A / S) : DISTRITO FEDERAL PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO DISTRITO FEDERAL EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Fracionamento para pagamento por RPV ou precatório. Impossibilidade. Súmula Vinculante nº 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2. O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Agravo regimental não provido. 4. Inaplicável o art. 85, 11, do CPC, pois não houve prévia fixação de honorários advocatícios na causa. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 23/2 a 1º/3/2018, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 14 Ementa e Acórdão RE 1094439 A GR / DF Brasília, 2 de março de 2018. MINISTRO DIAS TOFFOLI Relator. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA VINCULANTE 47. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA. 1. A Súmula Vinculante nº 47 não alcança o debate relativo ao fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento, separado do montante principal, de créditos decorrentes de honorários advocatícios contratuais. Precedentes. 2. Agravo interno desprovido" (Rcl nº 26.254/DF-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Roberto Barroso, DJe de 7/2/18) (grifei) Como visto, o Pleno do STF firmou a orientação de que é possível a execução autônoma dos honorários advocatícios, por se tratar de verba de natureza alimentar, que não se confunde com o débito principal, pertencente a titular diverso. Ao reverso, as duas turmas do Pretório Excelso afirmaram, em precedentes unânimes, a inaplicabilidade da Súmula Vinculante 47 aos honorários advocatícios contratuais, em razão de inexistir relação de estrita aderência entre decisões sobre o fracionamento de execução contra a Fazenda Pública, para o pagamento de honorários contratuais. Outrossim, imperioso registrar que a satisfação do contrato celebrado entre cliente e advogado é de responsabilidade das partes previamente acordadas, posto que se trata de relação entre particulares, regida pelo direito civil, sendo irrelevante a inclusão, em contrato, de cláusula que vincula o recebimento dessa retribuição pelo advogado ao sucesso na resolução da lide em que se exerça a advocacia ou ao efetivo recebimento do valor pelo credor da Fazenda Pública. Ressalte-se que em sede de juizados especiais inexiste condenação em honorários advocatícios em primeiro grau de jurisdição. Pelos fundamentos expostos, indefiro o pedido de fracionamento do crédito. Destarte, intime-se o autor para, em 05 (cinco) dias, indicar em qual conta bancária deve ser expedido o ofício requisitório. Destarte, à Secretaria da Vara para prosseguimento da execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0642012-96.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Jonas Ferreira Silvério e outros - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o Recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM) - Processo 0642532-22.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Abraão Cláudio de Araújo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 09/2013 à 02/2017 (R$ 1.683,70 x 8% x 41 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno o Requerido ao pagamento do reflexo do FGTS sobre o 13º salário do Requerente, pelo período não prescrito, no percentual de 08% a ser calculado pelo número de períodos aquisitivos adquiridos no lapso temporal acima descrito. JULGO IMPROCEDENTES os pleitos de férias proporcionais e 13º salário, nos termos da fundamentação. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação e os juros de mora devem ser contados, também, da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0642889-02.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: André Melo Manso - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 09/2013 à 01/2017

(R$ 1.494,29 x 8% x 40 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno o Requerido ao pagamento do reflexo do FGTS sobre o 13º salário do Requerente, pelo período não prescrito, no percentual de 08% a ser calculado pelo número de períodos aquisitivos adquiridos no lapso temporal acima descrito. JULGO IMPROCEDENTES os pleitos de férias proporcionais e 13º Salário, nos termos da fundamentação. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação e os juros de mora devem ser contados, também, da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0642906-38.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Josué Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 09/2013 à 04/2018 (R$ 1.805,70 x 8% x 43 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno o Requerido ao pagamento do reflexo do FGTS sobre o 13º salário do Requerente, pelo período não prescrito, no percentual de 08% a ser calculado pelo número de períodos aquisitivos adquiridos no lapso temporal acima descrito. JULGO IMPROCEDENTES os pleitos de férias proporcionais e 13º Salário, nos termos da fundamentação. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação e os juros de mora devem ser contados, também, da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0642908-08.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Jose Milto de Andrade Torres - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DOS SANTOS RAMOS (OAB 12503/AM), ADV: PAOLA SANTA RITA BARATA (OAB 12384/AM) - Processo 0643036-62.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Robert Palfi - Considerando o teor da certidão de folhas antecedentes e a indicação de conta para depósito às fls. 130, expeça-se o competente RPV. Após, oficie-se ao Diretor/Presidente do DETRAN/AM, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0643172-25.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Ângelo Marcony Vieira de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando o teor da contestação de fls. 63/67, em que o Requerido manifesta interesse em homologar acordo, intime-se o Requerente para manifestação no prazo de cinco dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0643222-51.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Weleson Monteiro Teixeira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0643611-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Overlan Silva de Souza - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0644346-69.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Francisco Bruno Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Ante o exposto, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 27.195,68 (vinte e sete mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa do Autor, no período de abril de 2016 a março de 2018, correspondente a diferença de Soldo no valor de R$ 17.598,68 (dezessete mil, quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos), de Gratificação de Tropa no valor de R$ 7.183,47 (sete mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos), de Gratificação de Motorista no valor de R$ 77,76 (setenta e sete reais e setenta e seis centavos) e de 13° salário + férias no valor de R$ 2.335,76 (dois mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta

e seis centavos). Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e, e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0644510-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multa Cominatória / Astreintes - EXEQUENTE: Kleber Maia da Costa - Decido. Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nos arts. 485, inc. I do Código de Processo Civil. À luz do sincretismo processual, determino o traslado das cópia da petição e documentos de fls. 01/14 para os autos do processo de n. 0603236-90.2018.8.04.0001 , dando-se prosseguimento naqueles autos, conforme já determinado no referido despacho. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0644563-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Deimison Andreus Rodrigues de Araújo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Deimison Andreus Rodrigues de Araújo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0644854-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Maria da Silva Rufino - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0645147-82.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jorge Campos da Silva - Considerando o teor da contestação de fls. 73/89, em que o Requerido manifesta interesse em homologar acordo, intime-se o Requerente para manifestação no prazo de cinco dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM) - Processo 0645368-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Kristian Karlo Bibiano Pereira, - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0645394-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Darlan Nery de Sousa - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 12.126,47 (doze mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e sete centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0645619-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Allayn Neves da Matta - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0645620-68.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Jozeney Mendes Fonseca

- REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando o teor da contestação de fls. 68/75, em que o Requerido manifesta interesse em homologar acordo, intime-se o Requerente para manifestação no prazo de cinco dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0645628-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Antonio Manoel Margarido de Andrade - Pelos fundamentos expostos, indefiro o pedido de fracionamento do crédito. Destarte, intime-se o autor para, em 05 (cinco) dias, indicar em qual das contas elencadas na petição de fls. 242/243, deve ser expedido o ofício requisitório. Dispositivo. Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. À Secretaria para expedição do ofício requisitório de pequeno valor, após a informação. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARSYL DE OLIVEIRA MARQUES (OAB 1785/AM), ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB 12619/AM) - Processo 0645843-21.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Ana Cristina de Arruda da Mota - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 10/2013 à 12/2017 (R$ 5.137,89 x 8% x 51 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Quanto aos demais valores, a atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, dezembro de 2017. Em ambos os casos, os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0646330-88.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Diego Macedo de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: ANNICK COSTA MONTEIRO (OAB 2069/AM), ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB 12619/AM) - Processo 0646507-52.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Maria Raimunda Araújo de Souza - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 10/2013 à 12/2017 (R$ 5.137,89 x 8% x 51 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (04/12 avos), acrescidas do terço constitucional, tendo por base o último salário, no importe de R$ 5.137,89. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Quanto aos demais valores, a atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, dezembro de 2017. Em ambos os casos, os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0647466-23.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Josafá Alves Leal - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.080,00 (dezenove mil e oitenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM) - Processo 0649222-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ruth Santos Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 10/2013 à 02/2016 (R$ 934,20 x 8% x 28 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Improcedentes os demais pleitos. Sobre o valor haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra, ambos a contar a partir da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico.

Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0649344-80.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Amoiz Vieira de Araujo - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0650009-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Abel Acid Moraes Vieira e outros - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0650187-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Hérico de Souza Balieiro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0650257-62.2018.8.04.0001 - Petição - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Felipe Conceição da Silva - Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE o pedido de retificação da data da promoção do Autor à posição de 2º Sargento, que passará a ser contada de 21 e abril de 2016. JULGO IMPROCEDENTES os demais pedidos, nos termos da fundamentação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB 12304/AM) - Processo 0650543-40.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Altamiro Franco de Figueredo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0650634-33.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Benedito da Silva Lobato - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Benedito da Silva Lobato em face do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, Luiz Ricardo Marreiro Reis e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651000-72.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Cid Mendes Coutinho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM) - Processo 0651270-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Ariane Gama dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ariane Gama dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre

a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651287-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Gilmar Pereira Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651292-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: João Maria Oliveira Cordeiro - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651338-46.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Allan Sílvio Barros Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0651342-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Giberk Araujo Zacarias - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651346-23.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Antônio José de Oliveira Cardoso - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651348-90.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Alessandro Nunes Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651350-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Josenildo Fernandes Cardoso - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651351-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Rodrigo dos Santos Damasceno - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651352-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Nicélio Modesto Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651360-07.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Wanderley Fabá da Silva - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651362-74.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Mário Sérgio da Silva Muca - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651366-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fernando Wilker Amaral da Costa - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651367-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Adeilton Moreira Guedes - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651368-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Anthony Coelho de Andrade - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651371-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fredson Menezes da Silva - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651372-21.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Robson Cruz do Nascimento - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651373-06.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jefferson Santos da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0651376-58.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jerry Sandro da Silva Melo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651377-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Erick Pinto de Souza - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651378-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ely de Souza Brito - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651383-50.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Anderson Dutra Soares - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651385-20.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Janio Luis França - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651389-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Mario Sérgio Rocha Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0651390-42.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Paulo Roberto do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651391-27.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Samuel Vinente de Lima - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0651441-53.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Edinilson Almeida da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651448-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Marlison Couto Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651458-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Walcenir Lemos da Silva - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651460-59.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Josinaldo Lima da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando

extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651463-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Hernandson Monteiro Nogueira - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0651475-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Wederson Lima Gonçalves - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651477-95.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Heverton Ribeiro de Brito - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: KERINNE MARIA FREITAS PINHEIRO (OAB 10105/PI) - Processo 0651485-72.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jose Carlos Nascimento da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0651561-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Josemar Souza de Melo - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 10.243,17 (dez mil, duzentos e quarenta e três reais e dezessete centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0651862-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Airam do Carmo de Sousa Canto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos da Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0651927-38.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Rivelino de Souza Xavier, - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIME-SE o Requerido para que, no prazo de 5 dias, manifeste-se acerca da proposta de acordo de fls. 59.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0652450-50.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Dario Moutinho Romero Junior - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM) - Processo 0653044-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nulidade - REQUERENTE: Raquel Augusta Abtibol de Brito - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 11/2013 à 11/2016 (R$ 5.250,00 x 8% x 48 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Quanto aos demais valores, a atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, novembro de 2016. Em ambos os casos, os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0653046-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: João Bosco Cooper - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653161-55.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Altemar Pereira Bezerra - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653165-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Francisco Lucas da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0653190-08.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francisco Celestino de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653199-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Paulo Rangel Sotero Batalha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0653279-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional de Insalubridade - REQUERENTE: Cristiano Cardoso Bhering - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cristiano Cardoso Bhering em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0653343-41.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Reginaldo Brito Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 11/2013 à 05/2017 (R$ 1.375,86 x 8% x 43 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (10/12 avos), acrescidas do terço constitucional, bem como ao pagamento de 13º salário na proporção 05/12 avos, tendo por base o último salário, no importe de R$ 1.375,86. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Quanto aos demais valores, a atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, maio de 2017. Em ambos os casos, os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM) - Processo 0654346-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Luciana Evaristo Rodrigues - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luciana Evaristo Rodrigues em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654418-18.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Marlison da Silva Ribeiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Mateus Guedes Rios, INTIME-SE o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre os termos da proposta de acordo de fls. 90.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0654466-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Algell Christ Frewyd Mcwilly Sawntzy - Forte nestas razões, JULGO PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Requerido a pagar à Requerente a Gratificação

de Curso, no percentual de 25% (respeitando-se o Art. 201, § 1º, da Lei 2.271/94) sobre os vencimentos, a contar da publicação desta, condenando-o, ainda, ao pagamento da quantia referente ao pagamento retroativo (08/18 a 11/18). Sobre os valores haverá correção monetária mensal, a contar de de novembro de 2015, pelo IPCA-e, e juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0654509-11.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Ana Luiza da Costa Farias - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante do exposto: 1) concluo pela competência deste juízo; 2) determino a emenda da peça de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a parte adequá-la para preenchimento dos requisitos dos arts. 534 do CPC, 52 da Lei n. 9.099/95 e 13 da Lei n. 12.153/09, juntar cópia da sentença do Mandado de Segurança n° 4001983-56.2015.8.04.0000, bem como de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito com indicação do índice de correção monetária adotado, juros aplicados e as respectivas taxas, termo inicial e termo final dos juros e correção monetária utilizados, periodicidade da capitalização dos juros e especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados, no prazo de 15 dias sob pena de extinção. Deve, ainda, a parte autora apresentar todos os contracheques do período postulado e, caso haja pedido de GTE, indicar os meses no qual houve percepção desta gratificação. Caso cumprida a retificação supra, determino a intimação do requerido para que, no prazo de dez dias, manifeste-se sobre a proposta de acordo contida nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB 12304/AM) - Processo 0654730-91.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Lincoln da Silva Beleza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0654807-03.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Auricélia Costa Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 11/2013 à 04/2018 (R$ 1.595,86 x 8% x 53 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno o Requerido ao pagamento do reflexo do FGTS sobre o 13º salário da Requerente, pelo período não prescrito, no percentual de 08% a ser calculado pelo número de períodos aquisitivos adquiridos no lapso temporal acima descrito. JULGO IMPROCEDENTES os pleitos de férias proporcionais e 13º Salário, nos termos da fundamentação. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Quanto aos demais valores, a atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, abril de 2018. Em ambos os casos, os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654911-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Arineia Marreira Gonçalves - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0655076-42.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria de Nazaré Gomes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 11/2013 à 02/2016 (R$ 1.390,56 x 8% x 27 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno o Requerido ao pagamento do reflexo do FGTS sobre o 13º salário da Requerente, pelo período não prescrito, no percentual de 08% a ser calculado pelo número de períodos aquisitivos adquiridos no lapso temporal acima descrito. JULGO IMPROCEDENTE os pleitos de férias proporcionais e 13º Salário, nos termos da fundamentação. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Quanto aos demais valores, a atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, fevereiro de 2016. Em ambos os casos, os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não

conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0655180-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Marcelo Ferreira Cavalcante - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0655497-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adriano Menezes Coutinho - Considerando o teor da manifestação de fls. 55, em que o Requerido manifesta interesse em homologar acordo, intime-se o Requerente para manifestação no prazo de cinco dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM), ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0655737-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Nogueira de Sousa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 11/2013 à 04/2018 (R$ 1.585,70 x 8% x 54 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Quanto aos demais valores, a atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, abril de 2018. Em ambos os casos, os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0655824-74.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Fábio Deivides de Oliveira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0655876-70.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ildenizes Ferreira de Araújo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 11/2013 à 02/2017 (R$ 1.519,14 x 8% x 39 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno o Requerido ao pagamento do reflexo do FGTS sobre o 13º salário da Requerente, pelo período não prescrito, no percentual de 08% a ser calculado pelo número de períodos aquisitivos adquiridos no lapso temporal acima descrito. JULGO IMPROCEDENTES os pleitos de pagamento das parcelas de 13º Salário e férias proporcionais, nos termos da fundamentação. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, consoante fundamentação supra. Em relação ao FGTS, a correção monetária se dará a partir da citação. Quanto aos demais valores, a atualização monetária iniciará a partir do mês de encerramento do contrato, qual seja, fevereiro de 2017. Em ambos os casos, os juros de mora devem ser contados da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656347-86.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Marcio de Oliveira Bulbol - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656354-78.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Daniel Lima de Souza - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas,

HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656375-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Wellyson Guimarães Golvim - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALDENAIRA PAULA DE FREITAS (OAB 2191/) - Processo 0656380-76.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Município de Manaus - Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade do Município de Manaus para figurar no polo ativo de ação no âmbito deste Juizado Especial, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0656666-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Sônia Maria Oliveira Palheta - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sônia Maria Oliveira Palheta em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0656696-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Marcione Cunha de Aguiar - DISPOSITIVO. Ante o exposto, julgo procedente o pedido de pagamento retroativo para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 33.252,39 (trinta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa do Autor, no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2018, correspondente a diferença de Soldo no valor de R$ 20.642,35 (vinte mil, seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos), de Gratificação de Tropa no valor de R$ 9.335,48 (nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), de Gratificação de Motorista no valor de R$ 105,95 (cinto e cinco reais e noventa e cinco centavos) e de 13° salário + férias no valor de R$ 3.168,61 (três mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos). Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e, e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11300/AM) - Processo 0656697-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: Maria de Nazaré Kramer Mendonça - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria de Nazaré Kramer Mendonça em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre

a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0656879-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Alex Souza da Costa - Considerando o teor da contestação de fls. 50/57, em que o Requerido manifesta interesse em homologar acordo, intime-se o Requerente para manifestação no prazo de cinco dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0657315-19.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Adenice da Rocha Michiles - Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0659872-76.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Raimundo Queiroz de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antonio Raimundo Queiroz de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0659989-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos da Silva Castro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcos da Silva Castro em face do Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU e Vip- Gestão e Logística Ltda. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0660633-10.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Francisco Gerson Eufrasio - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Gerson Eufrasio em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0662405-08.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francisco Fábio do Monte Souza Oliveira - Considerando o teor da contestação de fls. 79/86, em que o Requerido manifesta interesse em homologar acordo, intime-se o Requerente para manifestação no prazo de cinco dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Aldenaira Paula de Freitas (OAB 2191/)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)

Andréa Vianez C. Cavalcanti (OAB 2413/AM)
Annick Costa Monteiro (OAB 2069/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Moraes Monteiro (OAB 12037/AM)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Diego dos Santos Ramos (OAB 12503/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Eduardo Rezende de Souza Júnior (OAB 10517/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Florencio Soares Junior (OAB 11807/MA)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Gabriel Yunes da Rocha (OAB 9623/AM)
Gabriela Costa Machado (OAB 11300/AM)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janilson da Costa Barros (OAB 13152/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Kerinne Maria Freitas Pinheiro (OAB 10105/PI)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Leonardo Barroso Monteiro (OAB 12619/AM)
Ligia Prado da Rocha (OAB 317349/SP)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Marsyl de Oliveira Marques (OAB 1785/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Neusa Dídia Brandão Soares (OAB 2342/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paola Santa Rita Barata (OAB 12384/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Duarte Ozório (OAB 10902/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel da Costa Subirana Pena (OAB 12304/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosely da Costa Tribuzy (OAB 3440/AM)
Sebastião Almada da Silva (OAB 8940/AM)
Silvano Cesar Lorido Barreto (OAB 11681/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000014-36.2018.8.04.6801 - Recurso Inominado, de Fórum de Santa Izabel do Rio Negro.
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogada : Suely Ambrósio de Oliveira (4859/AM)
Advogado : Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP)
Recorrido : Francisco Dos Santos Melgueiro
Advogado : Lorruama Justiniano e Silva (11047/AM)
Advogado : Jamilson dos Santos Mascarenhas (11065/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0000017-88.2018.8.04.6801 - Recurso Inominado, de Fórum de Santa Izabel do Rio Negro.
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP)
Advogada : Suely Ambrósio de Oliveira (4859/AM)
Recorrido : HELIS COSTAS RODRIGUES
Advogado : Lorruama Justiniano e Silva (11047/AM)
Advogado : Jamilson dos Santos Mascarenhas (11065/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO.

DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000063-77.2018.8.04.6801 - Recurso Inominado, de Fórum de Santa Izabel do Rio Negro.

Recorrente : BANCO BRADESCO S/A

Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (887A/AM)

Recorrida : MARILENE DE CARVALHO DANTAS

Advogado : Lorruama Justiniano e Silva (11047/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CAIXAS ELETRÔNICOS COM DEFEITO POR LONGO PERÍODO DE TEMPO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO PELA POPULAÇÃO LOCAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000065-94.2016.8.04.3801 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : BANCO BRADESCO S/A

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Recorrido : ROSILENE LIMA PENA

Advogado : Marcos Orlando Conde do Nascimento (10317/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CONTRATAÇÃO DESCONHECIDA. BANCO NÃO APRESENTOU OS CONTRATOS DEVIDAMENTE ASSINADOS. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000148-47.2015.8.04.3801 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : BANCO DO BRASIL

Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)

Advogado : Gustavo Amato Pissini (261030/SP)

Recorrido : LEONARDO SANTOS DOS SANTOS

Advogado : Marcos Orlando Conde do Nascimento (10317/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELA INTERNET. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR TOTAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000196-20.2015.8.04.5801 - Recurso Inominado, de 1ª Vara de Maués.

Recorrente : Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.

Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Recorrido : VALDECI ALEXANDRE LIMA DE SOUZA

Advogada : Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (11755/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS CONSÓRCIO. CONTRATAÇÃO. PROMESSA QUE NÃO SE CONFIRMOU. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DIREITO À RESCISÃO CONTRATUAL COM DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES ALCANÇADOS. VALOR FIXADO CORRETAMENTE, UTILIZANDO COMO PARÂMETRO O PRÓPRIO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. JUÍZO DE EQUIDADE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000239-70.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A

Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

Recorrida : NIDA DA ROCHA GARCIA

Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000253-54.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A

Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

Recorrida : VLADIEDJA GEAN MAFRA

Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não

só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000262-16.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrida : KAYRLA MOREIRA ORTEGA
Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000271-75.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrido : RAIMUNDO DA CRUZ MAFRA
Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000277-95.2017.8.04.5801 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : MARIELLI MAFRA TAVARES
Advogado : Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260A/AM)
Recorrido : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. AUSÊNCIA SINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESCASO COM O CONSUMIDOR – DANOS MORAIS EXCEPCIONALMENTE INDENIZÁVEIS – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA – REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANO MORAL E MATERIAL CONFIGURADOS NO CASO CONCRETO. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DA TURMA EM CASOS ANÁLOGOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000293-36.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrida : SILENE CARVALHO PINTO
Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000303-80.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrido : ALCIMAR BATISTA MARQUES
Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000308-05.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrido : RONELDO PATRICIO DE ALMEIDA
Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000308-33.2013.8.04.6100 - Recurso Inominado, de Fórum de Nhamundá.

Recorrente : DAILDES RIBEIRO BARBOSA

Advogado : ANTONIO CLEMENTINO DO MONTE JUNIOR (1574N/AM)

Recorrido : VIVO S.A.

Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. AUSÊNCIA SINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESCASO COM O CONSUMIDOR – DANOS MORAIS EXCEPCIONALMENTE INDENIZÁVEIS – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA – REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANO MORAL E MATERIAL CONFIGURADOS NO CASO CONCRETO. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DA TURMA EM CASOS ANÁLOGOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000502-54.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : Banco Bradesco S/A

Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

Recorrida : EUNICE MEIRA DE SOUZA

Advogado : José Antonio do Nascimento Pinheiro (6353/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO EFETIVADO. COBRANÇAS INDEVIDAS. NEGATIVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (RESPONSABILIDADE OBJETIVA). DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.A RELAÇÃO DE CONSUMO IMPORTA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO, TANTO PELA PROTEÇÃO FAVORÁVEL à PARTE HIPOSSUFICIENTE NO VÍNCULO CONSUMERISTA, COMO PORQUE a RÉ DETÉM MELHOR CONDIÇÃO DE PRODUZIR A PROVA, CONFORME A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.EXIGIR DO (A) AUTOR (A), NESSA CIRCUNSTÂNCIA, "CONTRA-PROVA", SIGNIFICARIA FORÇÁ-LO (A) A PRODUZIR SUPORTE NEGATIVO, OU PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL. COMPETIA à DEMANDADA REALIZAR, TANTO PELA INVERSÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO COMO PORQUE, EM TAIS PONTOS, O TEMA VERTERIA PROVA POSITIVA, OU POSSÍVEL DE SER EFETIVADA.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000622-63.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : MARIA LAUDECI MONTEIRO DE LUNA

Advogado : Antonino Machado da Silva (7231/AM)

Advogado : Geysa Caroline de Souza Machado (6149/AM)

Advogada : Sabrina Larissa de Souza Machado (7061/AM)

Recorrido : Banco Bom Sucesso S/A

Advogado : Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO EMPRÉSTIMO. COBRANÇAS SUPOSTAMENTE INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO REQUERIDO, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS.VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES. IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR.NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000636-26.2016.8.04.7500 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : Tim Celular S/A

Advogado : Christianne Gomes da Rocha (20335/PE)

Recorrido : ANDRÉ AROEIRA PACHECO

Advogado : Carolina Correa Vidal (46476/DF)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto.

Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000649-73.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : DINELZA SOARES DE LIMA
Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Flavia Almeida Moura Di Latella (109730/MG)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. REGULAR CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000783-65.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : Endrio Barbosa de Oliveira
Advogada : Monize Rafaela Pereira Almeida (7065/AM)
Recorrido : Tim Celular S/A
Advogada : Cintia Hossokawa (7437/AM)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000872-88.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : DAMIANA GIRÃO DE SOUZA
Advogada : Monize Rafaela Pereira Almeida (7065/AM)
Recorrido : Tim Celular S/A
Advogado : Monike Ramos Rodrigues (7877/AM)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000937-83.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : MARGARIDA FROTA DE SOUZA
Advogada : Monize Rafaela Pereira Almeida (7065/AM)
Recorrido : Tim Celular S/A
Advogada : Cintia Hossokawa (7437/AM)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000946-45.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : MILANE MOURA DE MELO
Advogada : Monize Rafaela Pereira Almeida (7065/AM)
Recorrido : Tim Celular S/A
Advogada : Cintia Hossokawa (7437/AM)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0001116-25.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A sucessor do BANCO FINASA S/A
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Marcondes F. Luniere Júnior (2987/AM)
Recorrida : VITORIA FREDERICO NUNES
Advogado : Jose Marconi Moreira Filho (9552/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RENOVAÇÃO DE OPERAÇÃO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. COBRANÇA INDEVIDA DE PARCELAS DE AMBOS OS CONTRATOS. RÉ NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0001216-07.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : ALBERTO SILVA DE SOUZA
Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0001416-76.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.
Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Advogado : Diogo Ribeiro Ayres (148491/RJ)
Recorrida : ZENEIDE ANGELA DE SOUZA
Advogado : Alysson Pereira de Lima (558A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0001756-20.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.
Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Advogado : Diogo Ribeiro Ayres (148491/RJ)
Recorrido : JEFERSON MENDONÇA DE SOUZA
Advogado : Alysson Pereira de Lima (558A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0001881-23.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : EDVAN DA SILVA SOUZA
Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0003872-96.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.
Recorrente : Valmira Carvalho Lopes
Advogado : Francisco Batista Lima Neto (596/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Ediney Costa da Silva (7646/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0200093-79.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaú Bmg Consignado S.a.
Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)
Recorrida : Dulcineia Gadelha de Assis
Advogado : Vandson Soares da Silva (7508/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0200113-10.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrido : Daniel Carvalho de Araujo
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação declaratória de inexigibilidade de débito com indenização por danos morais e materiais. Serviço de fornecimento de energia elétrica. Cobrança indevida. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais e materiais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0200717-65.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : JORGE SILVA DE BARROS
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0201836-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Recorrida : Lucivane Maria de Sousa Vasconcelos
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0201880-80.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Alcemir dos Santos Moraes
Advogado : Matheus Araújo Muniz (7626/AM)
Advogada : Thays Stefany Souza da Silva (12289/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0201959-59.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Recorrido : Valeria Magalhaes Marinho
Defensor P : Gustavo Linhares Rodrigues (31361/BA)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0202041-78.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : MORENA SALES DUQUE
Advogado : Jairo Sandrey Israel Santana (6765/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM)
Advogado : Bruno Henrique Soré (1010/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FATURA DE CONSUMO. DOCUMENTO HÁBIL PARA EMBASAR A CONTESTAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA NOVO JULGAMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0202065-24.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Pedro da Silva Araujo
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. Ação declaratória DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇAS SUPOSTAMENTE INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO.EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS.VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR.NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0203791-86.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : AILTON RODRIGUES DE SOUZA
Advogado : Adonis Maciel Paes (8865/AM)
Recorrido : DB Surpermercados
Advogado : Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (2167/AM)
Advogado : Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (2790/AM)
Advogada : Vera Lúcia Matos Falcão (3758/AM)
Advogado : Luciana Velasco Vasconcellos (4972/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. ABORDAGEM FEITA POR SEGURANÇA DE SUPERMERCADO. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 22 de fevereiro de 2019.

Processo: 0204580-66.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Carlos Cesar Rufino Mendonça
Advogada : Aline Christina Mamede Mendonça (12766/AM)
Recorrido : Banco Toyota do Brasil S.a.
Advogada : Marili Daluz Ribeiro Taborda (727A/AM)
Advogada : Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (1271/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PARCELAS NÃO ADIMPLIDAS. TENTATIVAS DE NEGOCIAÇÃO POR PARTE DO BANCO. DIFICULDADES IMPOSTAS PELO CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS

FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0205879-63.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ruth Pereira Barbosa
Advogado : Eudeilton de Souza Bezerra (13388/AM)
Advogado : Matheus Araújo Muniz (7626/AM)
Advogada : Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM)
Recorrido : Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0206087-62.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Manoel Correia Leite
Advogada : ROZANA RIBEIRO PRAIA (10234/AM)
Advogado : Matheus Araújo Muniz (7626/AM)
Advogada : Roberta Silva de Sena (8956/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. E PEDIDO DE TUTELA. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA INDEVIDA ALÉM DAS CIRCUNSTÂNCIAS REAIS DO CONSUMIDOR. REGULARIDADE DO DÉBITO NÃO COMPROVADA. DESCONSTITUIÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE EFETIVO CONSUMO PELA PARTE AUTORA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.A RELAÇÃO DE CONSUMO IMPORTA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO, TANTO PELA PROTEÇÃO FAVORÁVEL à PARTE HIPOSSUFICIENTE NO VÍNCULO CONSUMERISTA, COMO PORQUE a RÉ DETÉM MELHOR CONDIÇÃO DE PRODUZIR A PROVA, CONFORME A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.EXIGIR DO (A) AUTOR (A), NESSA CIRCUNSTÂNCIA, "CONTRA-PROVA", SIGNIFICARIA FORÇÁ-LO (A) A PRODUZIR SUPORTE NEGATIVO (NÃO-CONSUMO), OU PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL. COMPETIA à DEMANDADA REALIZAR, TANTO PELA INVERSÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO COMO PORQUE, EM TAIS PONTOS, O TEMA VERTERIA PROVA POSITIVA, OU POSSÍVEL DE SER EFETIVADA. INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS COMPROVADA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0206549-19.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrido : Silvia Maria Orofino Moura

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0207837-02.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : AMELIA GOMES PONTES
Advogado : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FATURAS EXORBITANTES. VALORES QUE EXTRAPOLAM A MÉDIA DE CONSUMO SEM A COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO. NECESSIDADE DE REVISÃO DEMONSTRADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0208834-82.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Nezia de Moura Barbosa
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0600150-66.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Recorrida : Izabel de Souza Lima
Advogado : João Ricardo de Souza Dixo Junior (3236/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ASTREINTES. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO – EXCESSO DE EXECUÇÃO ACERTADAMENTE AFASTADA, UMA VEZ QUE O TERMO INICIAL DOS JUROS FOI FIXADO NA FASE DE CONHECIMENTO,. ALEGAÇÃO DE INCORREÇÃO DO TERMO INICIAL FIXADO PARA A ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA QUE NÃO PODE SER ARGUIDA NESTA FASE PROCESSUAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. RECURSO

CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600209-20.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : Cecilia Borges dos Santos
Advogado : Matheus Araújo Muniz (7626/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C DANOS MORAIS. COBRANÇA DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA SEM A DEVIDA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONCESSIONÁRIA NÃO CORROBOROU SUAS ALEGAÇÕES DE LEGALIDADE DAS COBRANÇAS E NORMALIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO. ILEGALIDADE DAS FATURAS COBRADAS. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS RECONHECIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Embargos de declaração. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600433-77.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Cristiane Figueiredo Sequeira
Advogada : Natasja Deschoolmeester (2140/AM)
Recorrido : Amazon Aço Indústria e Comércio LTDA
Advogado : Solon Angelim Alencar Ferreira (3338/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. ATRASO NA ENTREGA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL MATERIAIS ENTREGUES INCOMPLETOS. CARACTERIZAÇÃO EXCEPCIONAL DE DANO MORAL. . FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESCASO COM O CONSUMIDOR – DANOS MORAIS EXCEPCIONALMENTE INDENIZÁVEIS – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA – REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANO MORAL E MATERIAL CONFIGURADOS NO CASO CONCRETO. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DA TURMA EM CASOS ANÁLOGOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar parcia provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600589-80.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Patricia Giselle Almeida de Alcantara
Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA ABUSIVA. DEMONSTRAÇÃO DE CONTRATO DEVIDAMENTE ASSINADO. EMPRÉSTIMO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601018-81.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lucicleia Souza de Oliveira
Advogado : Atabirio Edson Souza de Oliveira (11944/AM)
Advogado : Adriano Gonçalves Feitosa (12531/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Edson Rosas Junior (1910/AM)
Advogada : Lúcia Cristina Pinho Rosas (5109/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. DIVERGÊNCIA QUANTO A TAXA DE JUROS. CALCULADORA ELETRÔNICA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONTÁBIL PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601159-63.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Silvani Sarmento Ferreira
Advogada : Danielly Passos Galvão (4007/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. FRAUDE PERPETRADA POR TERCEIRO. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Restou incontroverso nos autos que houve uma cobrança indevida decorrente de um negócio (contrato de serviço de telefonia) não entabulado pelo requerente. Ocorreu, no caso, fraude perpetrada por terceiro. Logo, tem-se que o negócio realizado na empresa ré não seguiu as cautelas necessárias a evitar esse tipo de fraude. Se o sistema que adota é falho, admitindo situações como esta, não pode o fornecedor pretender que pessoa que nada tem a ver com a sua incapacidade de identificação assuma prejuízo que não é seu. Se já sabe o comércio que falsários existem, sendo este um fato público e notório, agindo eles, principalmente, no ramo de negócio da requerida, tem ela a obrigação, até porque ganhos e lucros para tanto não lhe faltam, de aperfeiçoar o sistema, criando regras mais rígidas a serem observadas quando das solicitações efetuadas.A imputação de débitos originários das transações consumadas pelo fraudador ao requerente, que nunca chegou a consumir o serviço questionado, se aparenta como falha grave nos serviços que fomenta, tornando a ré responsável pelas consequências dela originárias, inexistindo qualquer fato passível de absolvê-la da sua responsabilidade.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601469-35.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A

Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)

Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)

Recorrido : Robson do Nascimento

Advogado : Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (11908/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. DIVERGÊNCIA QUANTO A TAXA DE JUROS. CALCULADORA ELETRÔNICA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONTÁBIL PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602035-06.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Antonio Gracy Ribeiro dos Santos

Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)

Advogado : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)

Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

Advogada : Kênia Bastos Andrade (4037/AM)

Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)

Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (76696/MG)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0602291-46.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vanessa Silva e Silva

Advogado : Renata de Sá e Leme (10231/AM)

Recorrido : Ed. Três Comércio de Publicações Ltda (Editora Três)

Advogada : Joicy Costa Corrêa da Cunha Thompson (146976/RJ)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EDITORA TRÊS. ASSINATURA DE REVISTA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602335-77.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lucelia Campos da Silva

Advogado : Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM)

Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Edson Rosas Junior (1910/AM)

Advogada : Lúcia Cristina Pinho Rosas (5109/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. DIVERGÊNCIA QUANTO A TAXA DE JUROS. CALCULADORA ELETRÔNICA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONTÁBIL PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602400-12.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Farmabem

Advogado : João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am)

Advogado : Sandro Abreu Torres (4078/AM)

Recorrido : Marlon Herculano Barbosa

Advogado : Douglas Herculano Barbosa (6407/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. ASSALTO NA ÁREA EM FRENTE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL. ROUBO DE PERTENCES PESSOAIS. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. OBRIGAÇÃO DE REPARAR OS DANOS MATERIAIS COMPROVADOS E DE INDENIZAR OS DANOS MORAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 130, DO STJ.O ESTACIONAMENTO FAZ PARTE DA ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL E FUNCIONA COMO UM ATRATIVO PARA O AUMENTO DAS VENDAS. DEVE, PORTANDO, A EMPRESA TOMAR PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE EVITAR A OCORRÊNCIA DE ROUBO NO LOCAL, RESPONDENDO ELA PELA OCORRÊNCIA DE FATOS DESSA NATUREZA, INDEPENDENTEMENTE DE CULPA, A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 14, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI Nº 8.078/90). ALÉM DISSO, APLICÁVEL A SÚMULA 130, STJ.A PROVA DE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DO ROUBO À AUTORIDADE POLICIAL, EM QUE PESE UNILATERAL, GOZA DE VEROSSIMILHANÇA, TENDO SIDO LAVRADA NO DIA DO FATO OCORRIDO. ASSIM, A PROVA DOCUMENTAL TRAZIDA PELO AUTOR É SUFICIENTE A COMPROVAR QUE ESTEVE NO ESTABELECIMENTO RÉU NAQUELE DIA, BEM COMO A OCORRÊNCIA DO FATO.EMBORA NÃO SEJA EXIGÍVEL QUE O ESTABELECIMENTO COMERCIAL DISPONHA DE SEGURANÇAS ARMADOS, É SEU DEVER DAR SEGURANÇA AOS CLIENTES QUE UTILIZAM O SEU ESTACIONAMENTO, QUER SEJA COM A INSTALAÇÃO DE OUTROS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA OU MESMO VIGILÂNCIA MAIS INTENSA, A FIM DE DESESTIMULAR AÇÕES COMO A QUE OCORREU COM O AUTOR. AINDA, CONSIDERADA A FREQÜÊNCIA COM QUE TAIS FATOS OCORREM NOS DIAS DE HOJE, NÃO HÁ COMO DIZER QUE SÃO IMPREVISÍVEIS E INEVITÁVEIS, RAZÃO PELA QUAL NÃO HÁ COMO EQUIPARAR O FATO A SITUAÇÃO DE FORÇA MAIOR.EXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. NESSE SENTIDO. CONFIGURADA A RESPONSABILIDADE DA RÉ. QUANTO AO QUANTUM INDENIZATÓRIO, O FIXADO NA SENTENÇA ESTÁ DE ACORDO COM OS ATUAIS PARÂMETROS UTILIZADOS POR ESTA TURMA RECURSAL EM CASOS ANÁLOGOS, TENDO EM VISTA QUE ATENDE AOS CRITÉRIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602438-55.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Recorrido : JAIR TRINDADE DA SILVA CIRNE
Advogado : Reberth da Silva Costa (8817/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA. RESCISÃO DE CONTRATO. DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO POR SE TRATAR DE VERBA DE CORRETAGEM. AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO NO CONTRATO. INFORMAÇÕES GENÉRICAS QUE NÃO SE PRESTAM A INFORMAR ADEQUADAMENTE O CONSUMIDOR. DANO MATERIAL CARACTERIZADO. DEVOLUÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e, no mérito, REJEITAR OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, mantendo mantendo incólume o acórdão atacado, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602579-69.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)
Recorrida : Silvia Regina Lima da Silva
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Advogada : Liozete da Silva Santos (12955/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0602611-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Advogada : Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM)
Recorrida : Elma Feitosa de Oliveira
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO DE FINANCIAMENTO AO AGRICULTOR. VENDA CASADA. SEGURO DE VIDA. DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602625-58.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Paulo Abraao Andrade Canto
Advogado : Aquila Reissy Andrade da Gama (13463/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTA CORRENTE ENCERRADA. TERMO DE CANCELAMENTO DE CARTÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE DEVEDORES. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602632-24.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : FABIO GONÇALVES MOTTER
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. DIVERGÊNCIA QUANTO A TAXA DE JUROS. CALCULADORA ELETRÔNICA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONTÁBIL PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602641-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Recorrido : Anezio Ferreira Mar Neto
Advogado : Roberto André Xavier Bezerra (3158/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0602698-30.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Manoel Medeiros Jordao
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Itavida Clube de Seguros
Advogado : Bruno Silva Matos (99106/MG)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0602722-80.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Valcinei da Costa Alves
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)
Recorrido : BANCO TRIÂNGULO S/A
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0603025-46.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Felicia Seixas Batista
Advogado : Priscila Inocêncio dos Santos (10445/AM)
Advogado : Farrel Rego Nogueira (8047/AM)
Recorrido : Banco Itaú Bmg Consignado S.a.
Advogado : José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO EMPRÉSTIMO. COBRANÇAS SUPOSTAMENTE INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO.EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS.VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR.NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603040-63.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Manoel Jorge de Souza Viana
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0603185-37.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Leda Carla Mar da Costa,
Advogada : Geyza Diany Lima das Chagas (11855/AM)
Advogado : Marco Cesar Souza Pimentel (13160/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. VENDA CASADA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603268-38.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Avoni Nobre de Lima
Advogado : Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (140475/RJ)
Advogada : Natasja Deschoolmeester (2140/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogada : Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM)
Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0603277-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Recorrido : Nilze do Nascimento Machado
Advogada : Elaine Vitória da Silva Guedes (10583/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. SEGURO CRÉDITO PROTEGIDO. OPERAÇÃO CONTRATADA COM VENDA CASADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603382-74.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Victor Igor Souza da Silva
Advogado : Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (13538/AM)
Advogado : Pedro da Silva Gonçalves (13144/AM)
Advogado : THANA ESASHIKA BEZERRA (12606/AM)
Recorrido : Tam - Linhas Aéreas S/A

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0603400-95.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Amarildo Sousa Aguiar
Advogado : Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (140475/RJ)
Advogada : Natasja Deschoolmeester (2140/AM)
Recorrido : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA DE TELEFONIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603425-86.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Cosme Costa Mariano
Advogado : Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. JUROS DIVERGENTES APURADOS PELA CALCULADORA DO CIDADÃO. “CALCULADORA DO CIDADÃO” É MEIO DE PROVA INIDÔNEO PARA CÁLCULOS COMPLEXOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO PARA AFASTAR A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS E DEVOLUÇÃO DE VALORES COBRADOS EM EXCESSO, ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA CALCULADORA DO CIDADÃO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603430-33.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Raimundo Riso Magalhães de Almeida
Advogada : Dina Flavia Freitas da Silva (8182/AM)
Advogado : Miqueias Amaro dos Santos (9811/AM)
Recorrido : Banco Bgn S/A
Advogado : Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (1183/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0603585-14.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria Valdesa de Sousa
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CÓPIA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603875-51.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria da Conceição de Oliveira Pascoal
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0603905-64.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Recorrido : Mairink Diego Maciel Sena
Advogado : Geraldo da Silva Frazão (2674/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO ANULATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. PARCELAMENTO DE DÉBITO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603934-39.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Thâmara Venâncio dos Santos Cabral
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Pan S/A
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0604019-25.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Wililan Nunes da Silva
Advogada : Roseane Rodrigues da Cunha (7610/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Advogada : Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0604139-83.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Renato Fernandes Mariano
Advogado : Renato Fernandes Mariano (8246/AM)
Recorrido : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – DANO MORAI IN RE IPSA CONFIGURADO EXCEPCIONALMENTE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.A RELAÇÃO DE CONSUMO IMPORTA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO, TANTO PELA PROTEÇÃO FAVORÁVEL à PARTE HIPOSSUFICIENTE NO VÍNCULO CONSUMERISTA, COMO PORQUE a RÉ DETÉM MELHOR CONDIÇÃO DE PRODUZIR A PROVA, CONFORME A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.EXIGIR DO (A) AUTOR (A), NESSA CIRCUNSTÂNCIA, "CONTRA-PROVA", SIGNIFICARIA FORÇÁ-LO A PRODUZIR SUPORTE NEGATIVO, OU PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL. COMPETIA à DEMANDADA REALIZAR, TANTO PELA INVERSÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO COMO PORQUE, EM TAIS PONTOS, O TEMA VERTERIA PROVA POSITIVA, OU POSSÍVEL DE SER EFETIVADA.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA REFORMADA NO QUE TANGE A CONDENAÇÃO DOS DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604269-58.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jose Marcos Tavares dos Santos
Advogado : Carlos Rossato da Silva Avila (10309/MT)
Advogado : Diego da Silva Soares Cruz (21519/MT)
Recorrido : Banco Bradesco Cartões S/A
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Recorrido : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604357-11.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria Iracema Pereira dos Santos
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. FATURAS. PROVA INSUFICIENTE. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604416-02.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Isabel do Socorro Lobato Beltrão
Advogado : Matheus Lobato Beltrão (13287/AM)
Recorrido : I Place - Madeireira Herval Ltda
Advogado : Jacques Antunes Soares (75751/RS)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPRA APARELHO CELULAR. SEGURO EMBUTIDO. COBRANÇAS SUPOSTAMENTE INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO.EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS.VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR.NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604475-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Eudes Ribamar Martins de Almeida Junior
Advogado : José Militão Rodrigues da Silva (12721/AM)
Recorrente : Eliana Pereira de Freitas
Advogado : José Militão Rodrigues da Silva (12721/AM)
Recorrido : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Advogada : Lilian Karen de Souza (167344/MG)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇA DE PONTOS ADICIONAIS DE TV A CABO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604539-82.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jose Castro Garcia
Advogado : Carlos Rossato da Silva Avila (10309/MT)
Advogado : Diego da Silva Soares Cruz (21519/MT)
Recorrido : VIVO S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0604596-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : RONALDO FERNANDES GUIMARES
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Mir Importação e Exportação Ltda
Advogado : Edson Pereira Duarte (3702/AM)
Advogada : Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (2819/AM)
Advogado : Waldelina Pereira Duarte Correa (1293/AM)
Advogada : Ana Carolina Pedrosa Marques (12989/AM)
Recorrido : Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0604618-13.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria do Socorro Brito Vasconcelos
Advogada : Roseloane Souza da Costa (11287/AM)
Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. OPERAÇÕES REALIZADAS POR TERCEIRO. FRAUDE DE TERCEIROS. RELAÇÃO DE CONSUMO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604701-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Janaina de Castro Loiola
Soc. Advogados : JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (154/AM)
Advogado : Jefferson Cristophe de Lima Botelho (4315/AM)
Recorrido : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA DE TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604796-10.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Leandro Valente Moraes
Advogado : Carlos Rossato da Silva Avila (10309/MT)
Advogado : Diego da Silva Soares Cruz (21519/MT)
Recorrido : Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0605332-33.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : CARLOS ALBERTO BAIÃO (A925AM)
Recorrido : Edivaldo Cassiano de Lima
Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. DIVERGÊNCIA QUANTO A TAXA DE JUROS. CALCULADORA ELETRÔNICA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONTÁBIL PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605783-32.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Alexandre Viana Freire
Advogado : Alexandre Viana Freire (9947/AM)
Recorrido : Claro S.A.
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : Claro S/A.
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. COBRANÇA INDEVIDA DE MULTA POR QUEBRA DE CONTRATO. RÉ QUE NÃO FEZ PROVA DA LICITUDE DA COBRANÇA. CONTRATO NÃO JUNTADO. SUSPENSÃO INDEVIDA DO SERVIÇO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. DANO MATERIAL NÃO CABÍVEL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DA FATURA DE CONSUMO MENSAL QUESTIONADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.O pedido de indenização por dano material não merece prosperar haja vista que, nos autos, não restou comprovado a existência de pagamento que quantia que entendo o autor ser indevida. Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 9.370,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 5.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 5.000,00 e julgar improcedente o pedido de indenização por dano material. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605855-11.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Fabiano de Lima Menezes
Advogado : Luiz Eduardo Hayden dos Santos (12051/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0605888-72.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Arnoldo Duarte da Silva
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737A/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. DIVERGÊNCIA QUANTO A TAXA DE JUROS. CALCULADORA ELETRÔNICA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONTÁBIL PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606006-11.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisco José Alves de Olieira
Advogado : Robson Parente Ribeiro (10470/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. SEGURO DE VIDA COLETIVO. RESCISÃO DE CONTRATO DE SEGURO. ESTIPULANTE COMO PARTE LEGÍTIMA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606591-03.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Marivone Silva de Castro
Advogado : Orandle Redman Ambrosio (10646/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (100945/RJ)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. DIVERGÊNCIA QUANTO A TAXA DE JUROS. CALCULADORA ELETRÔNICA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONTÁBIL PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606926-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogada : Lilian Karen de Souza (167344/MG)
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : CAMILA DA SILVA MEDEIROS
Advogada : CAMILA DA SILVA MEDEIROS (11056/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS DE TV Á CABO. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. SERVIÇOS DE TV à CABO E INTERNET. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE EFETIVO CONSUMO PELA PARTE AUTORA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. A RELAÇÃO DE CONSUMO IMPORTA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO, TANTO PELA PROTEÇÃO FAVORÁVEL à PARTE HIPOSSUFICIENTE NO VÍNCULO CONSUMERISTA, COMO PORQUE a RÉ DETÉM MELHOR CONDIÇÃO DE PRODUZIR A PROVA, CONFORME A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.EXIGIR DO (A) AUTOR (A), NESSA CIRCUNSTÂNCIA, “CONTRA-PROVA”, SIGNIFICARIA FORÇÁ-LO (A) A PRODUZIR SUPORTE NEGATIVO (NÃO-CONSUMO), OU PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL. COMPETIA à DEMANDADA REALIZAR, TANTO PELA INVERSÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO COMO PORQUE, EM TAIS PONTOS, O TEMA VERTERIA PROVA POSITIVA, OU POSSÍVEL DE SER EFETIVADA.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E

IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607117-52.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : José Antonio da Silva

Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Recorrido : Sky Serviços de Banda Larga Ltda

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PACOTE DE SERVIÇO TV À CABO – COBRANÇA INDEVIDA – INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO COMPROVADA – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – DANO MORAL IN RE IPSA CONFIGURADO EXCEPCIONALMENTE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.A RELAÇÃO DE CONSUMO IMPORTA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO, TANTO PELA PROTEÇÃO FAVORÁVEL à PARTE HIPOSSUFICIENTE NO VÍNCULO CONSUMERISTA, COMO PORQUE a RÉ DETÉM MELHOR CONDIÇÃO DE PRODUZIR A PROVA, CONFORME A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.EXIGIR DO (A) AUTOR (A), NESSA CIRCUNSTÂNCIA, “CONTRA-PROVA”, SIGNIFICARIA FORÇÁ-LO A PRODUZIR SUPORTE NEGATIVO, OU PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL. COMPETIA à DEMANDADA REALIZAR, TANTO PELA INVERSÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO COMO PORQUE, EM TAIS PONTOS, O TEMA VERTERIA PROVA POSITIVA, OU POSSÍVEL DE SER EFETIVADA.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607194-76.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Soc. Advogados : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Recorrida : Eliana Lira Guimaraes

Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. RETENÇÃO DE SALÁRIO. DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS PROVENTOS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607556-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)

Advogada : Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM)

Recorrente : Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A

Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)

Recorrida : Maria da Fonseca Motta

Advogada : Antonia Tavares Correa Gonçalves (4244/AM)

Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VENDA CASADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607613-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Recorrido : Geraldo Antonio Faquetti

Advogada : Leila Priscilla Ponciano de Souza (12460/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE VALORES REFERENTES À PERÍODO POSTERIOR À SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO. COBRANÇA INDEVIDA. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO DE NATUREZA PESSOAL. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL AO DANO. DÉBITO DECLARADO INEXIGÍVEL. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607692-38.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a

Advogado : Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP)

Recorrente : CVC - Espaço Verde Turismo Ltda.Mater Franqueada

Advogado : Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP)

Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.

Advogado : Márcio Vinicius Costa Pereira (84367/RJ)

Recorrente : Ma A Farias de Souza Me

Recorrido : Daniel Camillo Pinheiro

Advogado : Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (7556/AM)

Recorrido : José Jackson de Douza Pinheiro

Advogado : Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (7556/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSOS INOMINADOS. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR

DANOS MORAIS. CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE AÉREO – SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO OU REMARCAÇÃO DA PASSAGEM NÃO EFETIVADOS. ÔNUS DA PROVA DA EMPRESA DEMANDADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (RESPONSABILIDADE OBJETIVA SOLIDÁRIA). DANOS MORAIS CARACTERIZADOS – RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS – SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos.Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento aos recursos.. Sessão: 22 de fevereiro de 2019.

Processo: 0608033-23.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Carlos André Tavares de Souza
Advogado : Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (9932/AM)
Advogada : Iêda Santos Cardoso (5714/AM)
Recorrido : Robert Lincoln da Costa Areias
Advogada : Yara Fonseca de Albuquerque (4264/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARRO DE SOM EM CAMPANHA ELEITORAL. INADIMPLEMENTO DA PARTE CONTRATANTE. DANO MATERIAL DEVIDO. REITERADAS TENTATIVAS DA PARTE RECORRENTE EM RECEBER O VALOR REFERENTE AO PAGAMENTO DE SEU SERVIÇO. DANO MORAL EXISTENTE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608393-02.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Kênia Bastos Andrade (4037/AM)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)
Recorrida : Rosa Maria Dias Pereira
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. LIBERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONDICIONADA. VENDA CASADA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608663-26.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Arnoud Veiga Negrão
Advogado : Victor Negrão Reis (12545/AM)
Recorrido : PREVIPLAN BENEFÍCIOS (PREVIPLAN CLUBE)
Advogado : Andrea Caldeira do Couto (3601/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COBRANÇAS SUPOSTAMENTE INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO.EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS.VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR.NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608865-22.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : João Victor Miranda Galeno
Advogado : Christiano de Oliveira Santiago (9536/AM)
Advogado : Sudjane L. Rodrigues (6718/AM)
Advogado : Joelmir Ricardo Gonçalves (509A/AM)
Recorrido : Oi S.A.
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0609194-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Debora Amanda da Silva
Advogado : Renato Fernandes Mariano (8246/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FRAUDE. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO NÃO PROVIDO.O dia-a-dia forense, com base nos inúmeros casos de ações cujos objetos são semelhantes ao do presente caso, levam a crer que houve fraude perpetrada por terceiros.Ainda que tenha ocorrido ato de terceiro, que falsificou documentos do autor e os utilizou para obtenção de crédito e realização de compras junto à requerida, restou evidente a culpa desta, resultante da falta de diligência e observação no momento da concessão do crédito.Portanto, não há como a ré se eximir da culpa, alegando tão somente ato de terceiro ou a validade contrato, sem, no entanto, demonstrar de forma cabal que o instrumento fora pactuado pelo consumidor. A imputação, pela empresa requerida, de débitos originários das transações consumadas pelo fraudador ao autor qualificam-se como falha

grave nos serviços que fomenta, tornando-a responsável pelas conseqüências dela originárias, inexistindo qualquer fato passível de absolvê-la da sua responsabilidade.Nesse caso, não consiste em mero aborrecimento cotidiano a situação enfrentada pelo autor. É imperioso reconhecer que há um sentimento negativo decorrente de ato injusto de outrem que o atingiu em seu íntimo, o que configura a existência do dano moral.A natureza pedagógica cumpre a função de fazer com que o agressor muna-se dos cuidados necessários de modo a evitar que situações semelhantes tornem a acontecer.A vista dos aspectos abordados acima, o valor de R$ 5.000,00, mostra-se dentro dos parâmetros da razoabilidade.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0609864-87.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Osmar Juvencio de Oliveira Netto
Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)
Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro
Advogado : Kasser Jorge Chamy Dib (5551/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informada.

Processo: 0610469-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jorge Lúcio da Silva
Advogado : Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (12723/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogado : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRESCRIÇÃO. JULGAMENTO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611077-31.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Andre Farias Ribas
Advogado : Natasha Chaves Akel Hauache (9505/AM)
Recorrido : Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS AFASTADA. CAUSA MADURA. JULGAMENTO DO MÉRITO PELA SEGUNDA INSTÂNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DISTRATO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. RETENÇÃO EM PERCENTUAL SUPERIOR A 10%. ABUSIVIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. CABIMENTO, COM A RETENÇÃO DE 10%. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611097-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria do Socorro Candido Maciel
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Bradesco Seguros S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA NÃO COMPROVADA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611183-56.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Recorrido : William Freires Moura
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. TEMPO DE ESPERA NA FILA DO BANCO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611500-88.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ativos S.A. Seguritizadora de Creditos Financeiros
Advogado : Rafael Furtado Ayres (17380/DF)
Recorrida : Ana Claudia da Silva
Advogado : Carlos Henrique da Silva Cesar Pires (8263/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM)
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Advogado : José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. DÉBITO INDEVIDO. CONTA CORRENTE. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos

os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611657-95.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : CASA NORTE BRASIL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : FABIO ANGELO MASPOLI
Advogada : Raquel Pinto Valente (6771/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE SERVIços. MONTAGEM DE móveis projetados. ATRASO ENTREGA DE MATERIAL E MONTAGEM. Falha nas prestação dE serviços. montagem. Responsabilidade objetiva SOLIDÁRIA. APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. VALORAÇÃO DE PROVAS. DANOS MORAIS IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. MATÉRIA ATINENTE AO MÉRITO. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos.Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 22 de fevereiro de 2019.

Processo: 0611866-64.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Net Seriços de Comunicação S.a
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : Jamila Marinho Chehad Barbosa
Advogada : Antônia Andrade de Queiroz (3059/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. EMPRESA DE TELEFONIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇA INDEVIDA APÓS SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0612152-71.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Eduardo Dantas Alfaia
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CONTA CORRENTE. LANÇAMENTOS DENTRO DA NORMALIDADE. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0612380-80.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Shirley Araujo Martins
Advogado : Manoel Marques de Oliveira (5587/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN)
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DESCONHECIMENTO DE CONTRATO. EMPRÉSTIMO COMPROVADA. COBRANÇA DE OPERAÇÕES EM ATRASO. DANOS MORAIS INEXISTENTES. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613041-59.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Recorrida : Regina Lucia Malveira
Advogado : José C. Pereira de Oliveira (2772/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. MUDANÇA DE PLANO. COBRANÇAS INDEVIDAS ALÉM DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CONTRATO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MORAIS IN RE IPSA CONFIGURADOS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.A RELAÇÃO DE CONSUMO IMPORTA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO, TANTO PELA PROTEÇÃO FAVORÁVEL à PARTE HIPOSSUFICIENTE NO VÍNCULO CONSUMERISTA, COMO PORQUE a RÉ DETÉM MELHOR CONDIÇÃO DE PRODUZIR A PROVA, CONFORME A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.DANOS MORAIS IN RE IPSA CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 22 de fevereiro de 2019.

Processo: 0613207-57.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Recorrido : Leonardo Alexandre de Lima
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VENDA CASADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613289-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrente : Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : José Gadelha de Lima
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. LIBERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613886-57.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : UNIVERSO ONLINE S/A - UOL
Advogado : Luiz Gustavo de Oliveira Ramos (128998/SP)
Recorrida : Neuza de Souza Pinheiro
Advogado : Fred Gerson de Souza Pinheiro (8444/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (RESPONSABILIDADE OBJETIVA), INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E Á JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614220-13.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Lucineide Castro Dutra
Advogado : Roberto Carlos Leandro Soares (7653/AM)
Recorrido : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA DE TELEFONIA. ALEGAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614553-14.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : IMOBILIÁRIA TERRAMAZÔNIA LTDA
Advogado : Paula Miranda da Cunha (159369/MG)
Recorrida : MARIA SONIA CAVALCANTE LUCAS
Advogado : Francisca Cumape Gomes (7238/AM)
Advogado : Phillip Cavalcante do Carmo (13253/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL. RESCISÃO A PEDIDO DO COMPRADOR. CONTRATO QUE PREVÊ MULTA EM PATAMAR EXORBITANTE. CONDUTA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RESSARCIMENTO DEVIDO. FIXAÇÃO DA MULTA EM 10% SOBRE O VALOR PAGO, EM OBSERVÂNCIA AOS LIMITES DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0615374-47.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : Chelton de Souza Lemos
Advogado : Carlos Rossato da Silva Avila (10309/MT)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DÉBITO INDEVIDO E INEXISTENTE. ANOTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0615769-39.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Alfredo Teixeira Jonson Morais
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)
Recorrido : Banco Hsbc Finance (Brasil) S.a - Banco Losango S/A
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO.

INCLUSÃO DE COBRANÇA DE ASSISTÊNCIA NA FATURA SEM ANUÊNCIA DO CLIENTE. RÉ NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0616866-11.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Creuza de Castro Vieira
Advogado : Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (9932/AM)
Advogada : Iêda Santos Cardoso (5714/AM)
Recorrido : Banco CSF S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CARTÃO CARREFOUR. RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITO. CONTRATO DENTRO DA NORMALIDADE. AUTORA NÃO COMPROVOU ILEGALIDADE DO BANCO RÉU. DOCUMENTOS ACOSTADOS NÃO COMPROVARAM FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0616883-47.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Santander S.a.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Recorrido : Marcelo Berriel Barcellos
Advogada : Joicy Costa Corrêa da Cunha Thompson (146976/RJ)
Advogada : Katiene Silva Sena (145069/RJ)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. OPERAÇÕES REALIZADAS POR TERCEIRO. FRAUDE DE TERCEIROS. RELAÇÃO DE CONSUMO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0617980-82.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : J. A. Souto Loureiro & Cia. Ltda.
Advogado : Silvia Maria da Silveira Loureiro (3125/AM)
Advogado : Henrique França Silva (7307/AM)
Recorrida : Marisa Maria Sousa Pereira
Advogado : Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (10993/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Recurso inominado. Consumidor. AÇÃO Declaratória de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ATRASO NA ENTREGA DO RESULTADO.A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.DANOS MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos.Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 22 de fevereiro de 2019.

Processo: 0618485-73.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : MARILURDES AZEVEDO DE SOUZA
Advogado : Joelmir Ricardo Gonçalves (509/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. AVERBAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618689-20.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : Ana Cristina Borges Saint Clair
Advogado : Anneson Frank Paulino de Souza (11981/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. TV A CABO. COBRANÇA DE PONTO ADICIONAL. COBRANÇA INDEVIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0619315-39.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rocicleide Lucena de Oliveira
Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. DIVERGÊNCIA QUANTO A TAXA DE JUROS. CALCULADORA ELETRÔNICA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONTÁBIL PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0619632-37.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Robson Alexandre Araujo Maia

Advogada : Jeane Fernandes de Almeida (12508/AM)

Recorrido : Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. Ação DE INDENIZATÓRIA DE MORAIS E Materiais. VÍCIO PRODUTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO.EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS.VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR.NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620370-25.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ana Márcia Ramos Moraes

Advogado : Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO REVISIONAL DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANO MORAL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. IRREGULARIDADE DOS VALORES CONSTANTE NAS COBRANÇAS NÃO DEMONSTRADA. FATURAS EM VALORES QUE APRESENTAM LINEARIDADE DE ACORDO COM O HISTÓRICO DE CONSUMO DA PARTE AUTORA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e, no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, mantendo integralmente a decisão, nos termos do voto da Relatora, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620692-45.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : José Evandro Lopes de Oliveira

Advogado : Didio Raul Américo Jimenez Alvarenga Neto (9084/AM)

Recorrido : Banco Bmg S/A

Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO – CONSUMIDOR – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO – COBRANÇAS SUPOSTAMENTE INDEVIDAS – AUSÊNCIA DO AUTOR NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, EMBORA DEVIDAMENTE INTIMADA. JUSTIFICATIVA TARDIA. EXTINÇÃO FORTE NO ART. 51, I, LEI 9099/95.EM QUE PESE OS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE, INFORMALIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL, NORTEADORES DO JEC, DEVE A PARTE AUTORA COMPARECER PESSOALMENTE A TODOS OS ATOS PROCESSUAIS, SOB PENA DE EXTINÇÃO, A TEOR DO ART. 51, I, DA LEI 9.099/95. É FACULDADE DA PARTE AJUIZAR AÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SENDO EXIGÊNCIA LEGAL A PRESENÇA FÍSICA DA MESMA, A QUAL EVIDENTEMENTE DEVE SER CUMPRIDA. MERECE ACOLHIMENTO A EXTINÇÃO DA LIDE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620922-87.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Recorrido : Douglas Ferreira Ribeiro

Advogado : Renno Andrade Valer (8669/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação declaratória de inexigibilidade de débito com indenização por danos morais e materiais. Serviço de fornecimento de energia elétrica. Cobrança indevida. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais e materiais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0622078-13.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Silvinha Costa de Souza
Advogado : Marco Cesar Souza Pimentel (13160/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. VENDA CASADA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0622427-16.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisco Olegario Ferreira
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Advogado : Emmanuel Sousa Viana (12409/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0623370-33.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hilario Barreto da Costa Filho
Advogado : Evandro Luiz Sales Dias (10850AM)
Advogado : Henrique Vidal Israel dos Santos (8277/AM)
Recorrido : Banco CSF S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0624027-72.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Erika Brandao Nogueira
Advogado : Fábio Antônio de Souza Segundo (7966/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COM DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DEPÓSITO INSUFICIENTE PARA ADIMPLIR OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO. INSCRIÇÃO DEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0625321-07.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Thiago Oliveira Costa (13187/AM)
Recorrida : Marizete Pantoja Tenorio
Advogado : Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL. PRECEDENTES STJ E STF. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0629527-64.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Thiago Oliveira Costa (13187/AM)
Recorrida : Rosimar Silva da Cruz
Advogado : Enéas de Paula Bezerra (2354/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL. PRECEDENTES STJ E STF. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0630525-32.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Advogado : Vitor Hugo Mota de Menezes (1675/AM)
Recorrida : Regina Lúcia Barbosa de Souza
Advogado : Angela Maria Leite de Araújo Silva (6940/AM)
Advogado : Natalia Chacon Hildebrando da Silva (10454/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL. PRECEDENTES STJ E STF. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0634006-03.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM)

Recorrido : Luiz Antonio da Cruz
Advogado : Jussara da Silva Pontes (7062/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL. PRECEDENTES STJ E STF. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0638768-62.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Thiago Oliveira Costa (13187/AM)
Recorrida : ROSEMARY SOUZA DA SILVA
Advogado : Jussara da Silva Pontes (7062/AM)
Advogado : Geferson Batista Pinheiro (11931/AM)
Advogado : Nubia Batista Pinheiro (11184/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL. PRECEDENTES STJ E STF. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0640235-76.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Requerido : DAVYS SILVA DOS SANTOS
Advogado : Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)
Recorrente : Estado do Amazonas
Procurador : Janilson da Costa Barros (13152/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL. PRECEDENTES STJ E STF. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 4000292-02.2017.8.04.9000 - Mandado de Segurança, de Vara de Origem do Processo Não informado.
Impetrante : CARLOS EDUARDO DORNELLAS BOLPATO
Advogada : Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM)
Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MANAUS
LitsPassiv : NELITO THIAGO DE CASTRO BRITO
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA CITAÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO QUE CORREU À REVELIA. MATÉRIA A SER DEDUZIDA EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESCABIMENTO DA MEDIDA. PROCESSO EXTINTO POR INDEFERIMENTO DA INICIAL. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em e NEGAR A SEGURANÇA, de acordo com o voto da Juíza Relatora.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Manaus, 1º de março de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 1ª Turma Recursal

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000584-72.2015.8.04.6301 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : CAROLINA DE AZEVEDO FARIAS
Advogado : Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260A/AM)
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0001092-65.2016.8.04.5401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrido : DIONIZIO GOMES DE FIGUEIREDO
Advogado : ANTONINO MACHADO DA SILVA (7231A/AM)
Recorrente : DIONIZIO GOMES DE FIGUEIREDO
Advogado : Antonino Machado da Silva (7231/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DESCONTOS INDEVIDOS. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. ART. 14 DO CDC. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0202442-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Requerente : Ambrozina Pereira dos Santos
Defensor P : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Requerido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA EXCESSIVAMENTE ONEROSA SE COMPARADO AO HISTÓRICO DE CONSUMO DE ANOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais decorrente de cobrança onerosa pelo consumo de água. Em análise ao caso em comento, verifico que o histórico de consumo da Recorrida constitui elemento de convicção irrefutável relacionado à excepcionalidade do faturamento efetivado pela concessionária em seu desfavor, cuja regularidade não fora demonstrada nos autos. A cobrança, portanto, não pode subsistir, diante da presunção de abuso de direito por parte da Recorrente, que não se desincumbiu do ônus processual de demonstrar a regularidade da cobrança realizada perante o consumidor. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0204342-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Ivanilda Costa Araujo

Advogado : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)

Recorrido : MIR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (RAMSONS)

Advogado : Edson Pereira Duarte (3702/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. MAU USO DO APARELHO. GARANTIA DO APARELHO AFASTADA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais decorrente de suposto vício de qualidade. Em análise ao caso concreto, verifico que os documentos juntados aos autos, o laudo de fls. 14/15 aponta que a tela do aparelho estava quebrada, indicativo de falta de cuidado com o celular. À vista disso e considerando a forma genérica como a Recorrente relata o defeito, entendo que o dano causado no aparelho decorreu de mau uso por parte da Recorrente, afastando a garantia oferecida pelo fabricante e, consequentemente, a caracterização de ato ilícito passível de indenização. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem Custas e honorários advocatícios em razão da Assistência Judiciária Gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0601325-61.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Veronica Costa de Lima

Advogado : Hader da Fonseca Almeida (10118/AM)

Recorrido : Águas do Amazonas S.A.

Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. LIGAÇÃO CLANDESTINA. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. MULTA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0601330-65.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas

Procuradora : Gabriela Muniz de Moura (14809/MA)

Recorrido : Lucas Teixeira Picanço

Advogado : Rosquild Azêdo Omena (A605/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. ENQUADRAMENTO EM RAZÃO DE PROMOÇÃO VERTICAL. DIFERENÇA REMUNERATÓRIA DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente de progressão funcional. Em análise ao caso em comento, entendo que o magistério em nosso Estado é

regulamentado pela Lei Ordinária nº 3.951/2013 Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração PCCR dos Servidores da SEDUC/AM, dispondo os artigos 24, I, e 26 da referida lei: "Art. 24. A partir do enquadramento nos termos do artigo 21 desta Lei, a progressão funcional dos ocupantes dos cargos do Grupo Ocupacional do Magistério, constantes do Anexo I e Anexo I-A, dar-se-á sob as formas Horizontal, Vertical e Diagonal, obedecidos, sempre, os seguintes critérios:I - PROMOÇÃO VERTICAL - é a elevação para a classe superior, de acordo com a titulação apresentada, dentro da mesma referência, mediante ato administrativo específico, conforme regulamentação da SEDUC, independente da existência de vagas;(.) Art.26. Será constituída comissão permanente na Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC, para avaliar, mediante ato administrativo contínuo, os títulos apresentados pelos integrantes do Magistério, para efeitos de concessão de progressão vertical. Quanto ao art. 24, I, a leitura é bastante clara no sentido de que a promoção vertical deve ocorrer "independente da existência de vagas", após o preenchimento dos requisitos. Assim, atendidos os requisitos legais, o servidor deverá ser promovido na carreira, cabendo à Administração Pública dar cumprimento à lei, pois não se trata de ato discricionário, mas de ato vinculado, que não pode ser obstaculizado pela Fazenda Pública, sendo inadmissível que a Administração atue com tamanha lentidão para efetivar a avaliação de título de seus servidores com vistas à concessão de promoção vertical, prevista em lei desde 2013. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença objurgada. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0601342-08.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : SESI - Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Amazonas

Advogado : Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM)

Recorrida : ANGELA PAULA DA SILVA PESSOA

Advogado : Hilderson Farias de Oliveira (7364/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS INDEVIDOS NA CONTA-CORRENTE DO RECORRIDO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO PLEITEADO, NEM CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. BANCO NÃO COMPROVOU A AUSÊNCIA DE MARGEM CONSIGNADA OU AINDA A ANUÊNCIA DO CORRENTISTA PARA EFETUAR OS DESCONTOS. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ABSTER-SE DE EFETUAR OS DESCONTOS DAS PARCELAS DO REFERIDO EMPRÉSTIMO EM CONTA-CORRENTE. DANOS MATÉRIAL E MORAL CONFIGURADOS. quantum indenizatório MANTIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, COM SÚMULA DE JULGAMENTO SERVINDO DE ACÓRDÃO, NA FORMA DO ART. 46 DA LEI N. 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. CONDENO O RECORRENTE VENCIDO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0601442-23.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sb Comércio Ltda.

Advogado : José Higino de Sousa Neto

Advogado : Marcio Luiz Sordi (134A/AM)

Recorrida : Aline Lopes da Encarnação Ferreira

Advogado : Stanley Pinheiro Braga Filho (10169/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FURTO DE VEÍCULOS EM ESTACIONAMENTO. SÚMULA 130 STJ. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0601812-31.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Requerente : Wanderley Barbosa Bahia

Advogado : Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (5788/AM)

Requerido : Banco Itaucard S/A

Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais com Repetição de Indébito decorrente de cobranças indevidas. Em análise ao caso em comento, verifico que o Recorrente não se desincumbiu do ônus de provar suas alegações, ficando ausente qualquer autorização do Recorrido que pudesse justificar as aludidas cobranças. Compete a qualquer empresa averiguar, necessariamente, se o consumidor não está usando a documentação de terceiros. Resta evidente, portanto, que o Recorrente deixou de adotar as cautelas de praxe de forma a preservar a legitimidade e liceidade dos negócios por ela entabulados. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe

o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0601832-44.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lady Felix da Silva
Advogado : Marco Cesar Souza Pimentel (13160/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Advogada : Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMENTA: CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. NEGATIVA DE REALIZAÇÃO PELO AUTOR. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA COMPLEXA - PERÍCIA PAPILOSCÓPICA, NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. RESPEITO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ART. 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPLEXIDADE DA LIDE QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS PARA APRECIAÇÃO DA CAUSA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO MANTIDA. RECURSO PROVIDO. 1. Inicialmente, defiro ao Recorrente os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 99, do CPC/2015. Da análise dos autos, e sem adentrar o mérito, observa-se que a Recorrente afirma que tem sofrido descontos de um empréstimo que nunca realizou junto ao Réu, em contraposição a contrato de empréstimo, em que consta impressões digitais semelhante a sua. 2. Assim, observa-se que a análise do mérito sobre a validade ou não do contrato de empréstimo necessita de maior base probatória, como a perícia PAPILOSCÓPICA dos documentos de fls. 185/188, o que, por si, torna a demanda uma causa complexa, afastando a competência dos Juizados especiais, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 9.099/95.3. Além disso, embora o art. 35 da Lei dos Juizados discipline que o Juiz pode inquirir técnicos de sua confiança, e permita às partes, a apresentação de parecer técnico, é forçoso reconhecer que tal método somente se aplica a casos de menor complexidade. Questões de alta indagação, que requeiram a realização de exames periciais, que devam seguir os moldes dos arts. 464 e seguintes do CPC, pela complexidade, devem ser realizados pela Justiça Comum, no sentido de garantir às partes o exercício dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.4. Assim, conquanto o tema objeto da ação seja pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: STJ - AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. VEÍCULO ZERO-QUILÔMETRO. DIVERSAS IDAS À CONCESSIONÁRIA SEM SOLUÇÃO DE DEFEITO. SÚMULA N. 83/STJ. CONSTATAÇÃO EM LAUDO PERICIAL DE FALHA NA QUALIDADE DE SERVIÇO. 1. É cabível indenização por dano moral quando o consumidor de veículo zero-quilômetro necessita, por diversas vezes, retornar à concessionária para reparos, sem que haja solução. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 533.916 - RJ (2014/0146221-4) VOTO: Voto portanto, no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, os quais trago-os à colação, como parte integrante desse voto, com fulcro no art. 46, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários, em razão da concessão da justiça gratuita. . DECISÃO: A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo-se incólume a sentença de primeiro grau. Participaram deste julgamento, além da signatária, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 23 de janeiro de 2019.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0601964-53.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jairo Rodrigues dos Reis
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Pan S/A
Advogada : Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM)
Advogado : Pio Carlos Freiria Junior (A1118/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CALCULADORA DO CIDADÃO. INAPLICABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais decorrente de cobrança de taxas de juros diversas da contratada, utilizando como base a “Calculadora do Cidadão”, ferramenta disponibilizada pelo Banco Central do Brasil em seu sítio eletrônico. Pois bem, ainda que meu entendimento acerca da matéria referente à calculadora do cidadão seja diverso, qual seja a extinção da ação pela complexidade da causa ante a necessidade de perícia contábil, tese que não fora ventilada tanto no recurso inominado quanto nas contrarrazões, tenho por manter a sentença por seus próprios fundamentos para que não haja julgamento extra petita. Jurisprudência nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. UTILIZAÇÃO DA CALCULADORA DO CIDADÃO PARA CÁLCULO DO VALOR DAS PARCELAS DO CONTRATO. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL QUE NÃO POSSUI JUROS REMUNERATÓRIOS. NECESSIDADE DE CÁLCULO TÉCNICO MAIS APURADO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e improvido. Diante do exposto, resolve esta Turma Recursal, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar- lhe provimento, nos exatos termos do vot (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0016865-38.2014.8.16.0018/0 - Maringá - Rel.: Marco Vinicius Schiebel- Julg. em 09.10.2015). 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo

constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários em razão da concessão da assistência judiciária. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0602466-40.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogada : Dinah Amazonas de Oliveira (4667/AM)
Recorrida : Maria do Socorro Azevedo
Advogado : Juarez Barbosa de Lima Neto (8819/AM)
Advogada : Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (10800/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SAQUE EM CONTA FEITO POR TERCEIRO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Reparação por Danos Materiais e Morais decorrente de saque feito por terceiro em conta corrente. Em análise ao caso em espécie, entendo que compete ao prestador de serviços conferir ao consumidor segurança e proteção nas transações bancárias, que resguarde terceiros de eventuais transtornos e ilícitos. Do contrário, todos os consumidores estariam, a todo tempo,expostos a riscos de contratações fraudulentas e constrangimentos variados. O STJ já mantém posicionamento sumulado acerca do tema conforme súmula 479 - "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias". Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0602793-60.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria do Carmo Corrêa da Silva
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. REVISÃO DAS FATURAS. COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0602908-89.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : Juliana Batista Lima
Advogada : Raquel Pinto Valente (6771/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPATÓRIA. EMBARGOS à EXECUÇÃO. MULTA ASTREINTE (OBRIGAÇÃO DE FAZER). descumprimento de liminar deferida e ratificada em sentença. PERIDIOCIDADE E VALOR RAZOÁVEL. certidão nos autos. RECURSO CONHECIDO E IMPRÓVIDO. . DECISÃO: RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei n.º 9.099/95. VOTO Conheço do recurso vez que este é próprio e tempestivo. Trata-se de Recurso Inominado interposto por Claro S/A, ora Recorrente, contra a r. sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 8ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por Juliana Batista Lima, ora Recorrida. Trata-se de recurso inominado, que se presta a discutir o valor da multa diária imposta e a condenação do respectivo pagamento por descumprimento, em sede de sentença de embargos à execução. Pretensão da recorrente para cancelamento ou redução, atinente aos princípios da razoabilidade. Em detida análise, entendo devida a execução, já que restou provada nos autos pela parte exequente o descumprimento da obrigação, oriunda da tutela deferida, ratificada em sentença de mérito, que não foi cumprida pela recorrente. Instaurada a fase executória, a recorrente depositou valor menor da condenação conforme boleto de fls.152, e não cumpriu no prazo estabelecido com os termos do acórdão ao não retirar o nome da recorrida dos órgãos de proteção do crédito. A recorrida reiteradamente através das petições de fls.,204,206/207, 215/216, requereu do recorrente a comprovação da retirada do seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, todavia, até dia 28/8/2017 o seu nome constava com restrição conforme documento de fls. 300. Dado o descumprimento da obrigação restou frutífera a penhora do valor executado de R$ 5.673,10, às fls. 238. Assim, trata-se de mera irresignação da parte executada, que não provou o cumprimento da obrigação a contento, bem como se manifestou apenas em sede de embargos, o que demonstra total descaso para as decisões judiciais. Portanto, não merece prosperar a alegação de cancelamento, haja vista a falta de prova de cumprimento no prazo citado, bem como de excesso na medida imposta, já que pautada nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade que o caso merece. Segue decisão aplicável a espécie: Ementa: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE CONDENAÇÃO EM ORBIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR FIXADO [...] QUE ATENDE A PROPORCIONALIDADE. MULTA DIÁRIA FIXADA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PEDIDO

DE REDUÇÃO DESPROVIDO. EXCESSIVIDADE DO VALOR NÃO VERIFICADA, DIANTE DA DEMORA DA RECORRENTE EM CUMPRIR A DECISÃO JUDICIAL. SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e desprovido. Isso posto, voto pelo CONHECIMENTO DO RECURSO, E EM SEU MÉRITO PELO DESPROVIMENTO (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0000194-38.2013.8.16.0029/0 - Colombo - Rel.: Mariana Pereira Alcantara dos Santos - - J. 30.06.2015). Diante do que foi explicitado acima, voto no sentido de negar provimento ao recurso interposto, confirmando a sentença de embargos à execução em sua integralidade. É como voto. Nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, condeno a parte recorrente ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, bem como às custas processuais. Manaus, 14 de fevereiro de 2019.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0603294-14.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Clemilda da Silva Ferreira
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. NEGÓCIO VÁLIDO. DOCUMENTO COLACIONADO AOS AUTOS QUE COMPROVA A RELAÇÃO JURÍDICA. CONDUTA AUSENTE DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais e Materiais decorrente de relação de mútuo firmada entre as partes mediante concessão de empréstimo consignado. A parte ré, ora recorrida, trouxe aos autos os documentos comprobatórios da formação da relação jurídica às fls.70/73, perfazendo o negócio válido e transparente à luz do Código de Defesa do Consumidor. Assim, diante dos fatos posto à análise, entendo acertados todos os fundamentos da sentença que julgou improcedente os pedidos formulados na inicial. Jurisprudência nesse sentido: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. VALOR DESCONTADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, COM BASE NA RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). LICITUDE. INOCORRÊNCIA DE DESCONTOS INDEVIDOS. RESTITUIÇÃO INCABÍVEL POR AUSÊNCIA DE AGIR ILÍCITO. PARTE RÉ QUE SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO DISPOSTO NO ARTIGO 373, II, DO CPC. NÃO DEMONSTRADA IRREGULARIDADE NOS DESCONTOS OU DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 138 E SEGUINTES CC). DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO MANTIDA POR SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007290406, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 15/12/2017). 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários em razão da concessão da assistência judiciária. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0603850-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisca Freitas da Silva
Advogada : Francisca Núbia de Oliveira de Lima (4376/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Kênia Bastos Andrade (4037/AM)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (76696/MG)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA DEVIDA. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0603979-21.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Marinete Costa Xavier
Advogado : Dyogo Rodrigues de Oliveira (19941/PB)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CALCULADORA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA-CONTÁBIL. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença em todos os seus termos, em razão da incompetência dos Juizados Especiais para o processo e julgamento da ação por verter matéria complexa, conforme artigo 51, II da Lei 9.099/95 c/c art. 98, inc. I da Constituição Federal.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0604180-47.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : FRANCISCO WALDENOR BENTES DE LIMA
Advogado : Diogo Monteiro de Souza (12567/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TELEFONIA MÓVEL. SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: RELATÓRIO Relatório

dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos. O Acórdão merece ser confirmado por seus próprios fundamentos, o que se faz na forma do disposto no art. 46, da Lei nº 9.099/95 (o julgamento em segunda instância constará apenas na ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Esclareço que Embargo de Declaração é recurso de fundamentação vinculada, contrapondo-se ao de fundamentação livre ou desvinculada, ou seja, o demandante recursal deverá preencher os requisitos descritos na lei para o futuro sucesso da impugnação aforada. Dessa forma, a Lei dos Juizados Especiais prevê a possibilidade de ajuizamento dos Embargos de Declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida da sentença, devendo o intérprete levar em conta também as decisões interlocutórias. Verbis: Art. 48. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida. Na verdade, a questão não foi decidida como queria o embargante, uma vez que fora aplicado entendimento diverso do pretendido. É cediço que o magistrado não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, todos os argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar sua decisão, o que de fato ocorreu no caso em análise. Ressalte-se, ainda, que cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto, ocorrente no caso em epígrafe. Não se presta, pois, a via excepcional dos embargos a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos que foram considerados na formação do convencimento do Juízo. Se contra a decisão se insurge o embargante, deve buscar o remédio jurídico adequado à sua irresignação, e este, por certo, não é o ora eleito, haja vista a natureza complementar deste recurso. Dessa forma, em que pesem os argumentos trazidos, entendo que, verdadeiramente, não há omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados acerca dos danos morais foram precisos e objetivos, não modificando em nada a decisão do juízo a quo. Quanto ao prequestionamento, no julgamento, não há necessidade de fazer expressa manifestação sobre a interpretação dos dispositivos de leis aplicáveis para o fim de prequestionamento. Para tal finalidade, basta que a matéria suscitada tenha sido debatida e resolvida, uma vez que se prequestiona a quaestio juris, e não o dispositivo legal a ela inerente. Jurisprudência nesse sentido: Processo: EXSUSP 1189575501 PR 1189575-5/01 (Acórdão) Relator(a): Rubens Oliveira Fontoura Julgamento: 24/06/2014 Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível Publicação: DJ: 1367 09/07/2014 Ementa EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MERA FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO EXPRESSO - DESNECESSIDADE - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO IMPRÓVIDO I) Desnecessária a referência expressa a dispositivo legal invocado, bastando a menção à questão jurídica necessária para a solução da lide. II) Impossível acolher os Embargos de Declaração se inexistente omissão, contradição ou obscuridade, principalmente se as partes utilizam incorretamente desta via para rediscutir novamente a matéria dos autos. Acórdão Acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto. O destacado mestre Nelson Nery Junior também leciona que: “não há necessidade de a decisão recorrida mencionar expressamente o artigo da CF ou da lei para haver-se caracterizado o prequestionamento. Basta que o ato judicial tenha ‘decidido’ a matéria constitucional ou federal”. Diante. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0604643-86.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Antonia Vieira Cardoso
Advogado : Antonio Jarlison Pires da Silva (12261/AM)
Recorrido : Banco Itaucard S/A
Advogado : Antonio Braz da Silva (1026A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CALCULADORA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA-CONTÁBIL. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, desconstituir a sentença recorrida para julgar extinta a ação em razão da incompetência dos Juizados Especiais, nos termos do voto da Relatora.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0604944-36.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : João Antônio S. Tolentino
Advogado : João Antônio S. Tolentino (2300/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA, ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0605165-04.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria das Graças Fernandes Marques
Advogado : Rodrigo Castro Vaz (6719/AM)
Recorrido : Itaú Seguros S/A
Advogado : Ana Rita dos Reis Petraroli (130291/SP)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DOENÇA PREEXISTENTE A ASSINATURA DO CONTRATO DE SEGURO. OMISSÃO DE INFORMAÇÃO QUANTO AO ESTADO DE SAÚDE. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0605223-07.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Valdicleia Silva de Lima
Advogado : Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (9932/AM)
Recorrido : Benchimol, Irmão & Cia Ltda
Advogado : Leonardo Andrade Aragão (7729/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS EM FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Desconstituição de Negócio Jurídico c/c Inexigibilidade de Débito c/c Danos Morais decorrente de falha na prestação de serviços. Em análise ao caso em comento, este juízo posiciona-se que o pedido de indenização por danos morais não merece prosperar porque em situações como recebimento de fatura com débito indevido, sem negativação ou comprovação de outro elemento desabonador da

conduta da Recorrida, e sem prova de que a Recorrente entrou em contato para tentar solucionar a controvérsia, não configuram a gravidade necessária para atingir os atributos da personalidade da Recorrente, maculando sua moral. A mera cobrança indevida não autoriza indenização por dano moral. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0605224-41.2017.8.04.0015/90001 - Pedido de Providências, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Nome das partes/advogados por tipo de participação Não informado

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0605246-62.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Santander S.a.

Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Advogado : Thiago Noronha Benito (11127/MS)

Recorrido : JOSE AUGUSTO NASCIMENTO BORGES JUNIOR

Advogado : Thiago Teixeira da Costa (12263/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CALCULADORA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA-CONTÁBIL. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade na espécie, CONHEÇO do recurso. Trata-se de Recurso Inominado interposto por Banco Santander S.a., ora Recorrente, contra a r. sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 14ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por JOSE AUGUSTO NASCIMENTO BORGES JUNIOR, ora Recorrido. A sentença de fls. 85/87, em síntese, julgou procedentes os pedidos constante na inicial para condenar o recorrente ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais); bem como a títulode danos materiais o valor de R$ 372,84 (trezentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos). Em suas razões, o banco recorrente sustenta a legalidade do contrato; a ausência de danos morais, requerendo a reforma da sentença para julgar improcedente os pedidos constantes na inicial. Sem contrarrazões. Decido. Inicialmente, dispondo o art. 98, inciso I, da Constituição, que os juizados terão competência para julgar causas de menor complexidade, verifica-se que o presente caso é de incompetência deste Juizado Especial quanto à irregularidade no cálculo das prestações de seu financiamento bancário, contrato de mútuo feneratício. Reverbero a incompetência dos Juizados Especiais, visto que, a “Calculadora do Cidadão”, ferramenta disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, o período de carência eventualmente existente para o pagamento da primeira prestação pelo consumidor, e o valor efetivamente financiado, que inclui IOF, tarifas, etc, havendo a necessidade de realização de perícia técnica contábil para apuração de abusividade dos juros. O cálculo não é tão simplório conforme sustenta o recorrente. Apenas para espancar dúvida sobre a complexidade ou não, esclareço que a Resolução 3.517/07, do Conselho Monetário Nacional, em seu art. 1º, § 2º, obriga que se faça constar a taxa de juros “ANUAL” praticada, a qual, em razão do autorizado fenômeno dos juros compostos (S. 596, STF), discrepa da simples multiplicação por 12 da taxa mensal anunciada. A título de exemplo, praticando-se taxa mensal de juros de 1%, obtém-se taxa anual de R$ 12,68%. A matéria, por sinal, já foi apreciada pelo STJ, conforme teor da Súmula 541, que obstaculiza o reconhecimento do pedido, verbis: “A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.” Não bastasse, a operação de crédito efetuada se trata de fato gerador do IOF (imposto sobre operações de crédito), ainda tendo que se elucidar se mencionado imposto foi pago em separado, à vista, ou se está diluído nas parcelas, bem como se houve ou não prazo de carência para pagamento da primeira parcela. A iniciativa de fornecer acesso à calculadora do cidadão, pelo Banco Central, é louvável, mas não elide as dúvidas, quanto mais se, junto à calculadora, há o campo “Metodologia”, nas quais são elucidadas questões que não posso apreciar sem opinião de contador habilitado. Como afirmei, não se trata de simplório cálculo como se faz parecer, sendo controvertido até se a mencionada calculadora utilizada na inicial é a adequada para o cálculo pretendido. É dizer, há múltiplas formas de metodologias: juros simples, compostos, com e sem capitalizações periódicas de juros, uso das taxas anuais ou mensais, bem como outras variáveis complexas. Segue jurisprudência nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. UTILIZAÇÃO DA CALCULADORA DO CIDADÃO PARA CÁLCULO DO VALOR DAS PARCELAS DO CONTRATO. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL QUE NÃO POSSUI JUROS. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0605423-26.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Recorrida : Marcia Maria Pinheiro de Deus

Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS DE TEIEFONIA MÓVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA, ART. 14 DO CDC. DANO MORAL IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados

Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0606449-93.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jardim de Flores Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe

Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)

Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM)

Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)

Advogada : Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM)

Recorrido : Jimmy Eiji Santos Namiuti

Advogado : Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (11908/AM)

Advogada : Caroline Oliveira dos Santos (4094/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. ESCOPO PEDAGÓGICO. ARBITRAMENTO SEM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM EXACERBADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO. . DECISÃO: RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade na espécie, CONHEÇO do recurso. Trata-se de Recurso Inominado interposto por Jardim de Flores Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe, ora Recorrente, contra a r. sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 3ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Jimmy Eiji Santos Namiuti, ora Recorrida. A sentença de fls. 125/126, em síntese, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar ao recorrente o pagamento de R$ 18.740,00 (dezoito mil, setecentos e quarenta reais), incidindo-se correção monetária da data da decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação, a título de danos morais. Em suas razões, a recorrente argumenta a ausência de dano moral, pugnando pela reforma da sentença, no sentido de ser afastada a condenação por danos morais, ou alternativamente a redução do valor arbitrado. Contrarrazões pela recorrida às fls. 188/190. Decido. Após análise detalhada dos autos, constato que as razões do presente recurso não enfrentam aos termos da sentença capaz de demonstrar sua reforma quanto à inexistência do dano moral, pois correto o julgamento. No entanto, entendo como exacerbado o quantum arbitrado a título de condenação por danos morais, uma vez que os fatos narrados na inicial em cotejo aos termos contestados na defesa do recorrente, percebo que não foi observado pelo Magistrado de primeiro grau a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para o arbitramento do quanto indenizatório, razão pela qual reduzo a condenação por danos morais ao valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Isto posto, CONHEÇO DO RECURSO E DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para reduzir o quantum indenizatório ao patamar de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), mantendo a sentença recorrida nos seus demais termos, na forma do art. 46, da Lei 9.099/95. Sem condenação em honorários advocatícios em razão do resultado do julgamento, na forma do art. 55 da Lei 9.099/95. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0606628-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Recorrido : Simião Ferreira dos Santos

Advogado : Janaína Mendonça de Moraes (8070/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO SEM ANUÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Danos Materiais e Morais decorrente de descontos indevidos na conta do Autor por empréstimo não contratado. Em análise ao caso em espécie, verifico que a parte Recorrente, não se desincumbiu do seu ônus em provar a legalidade do contrato com a devida anuência pela parte Recorrida(fls. 49/68), quando para justificar as cobranças, evitando-se o ilícito e a obrigação de repetição em dobro do indébito. Assim, Diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0607191-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Recorrido : Rafael de Oliveira Brito

Advogado : Carolina Oliveira da Fonseca (10249/AM)

Advogado : Lucivane Carla da Silva (10109/AM)

Advogado : Telmarcia Dayane Silva do Nascimento (10097/AM)

Advogado : Débora Diana Lopes Neris (10251/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. DESCASO QUANDO DA RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Restituição de Valores c/c Indenização por Dano Moral e Material decorrente de descontos indevidos por serviços não contratados. Em análise ao caso em comento, embora invertido o ônus da prova, a parte Recorrente não trouxe qualquer elemento de convicção a desestruturar os fatos afirmados, sequer apresentou quaisquer documentos específicos sobre a causa. Cumpre esclarecer que é

impossível que a parte Recorrida realize prova de cunho negativo, ou seja, de que NÃO deve à parte Recorrente, cabendo a esta, por óbvio, juntar os documentos comprobatórios da perfeição dos descontos, ônus do qual, repise-se, não se desincumbiu. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0607656-93.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisco Menezes Ferreira Junior
Advogada : Natasja Deschoolmeester (2140/AM)
Recorrido : SKY Brasil Serviços Ldta
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. FRAUDE POR TERCEIROS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Inexigibilidade de Débito c/c indenização por danos morais por fraude na contratação de serviços por terceiros. Em análise ao caso em comento, verifico que a parte recorrida, não fez prova alguma de que o Recorrente efetivamente tenha realizado a contratação dos seus serviços e que deles tenha desfrutado. Assim, tenho por certa a caracterização da fraude, valendo-me do art. 373, I e II, do NCPC, vez que o Recorrente, de fato constitui o seu direito, relacionado ao problema e ao fato ocorrido. Por outro lado, no que concerne a indenização por danos morais, este juízo posiciona-se no sentido de que situações como a do caso concreto não são capazes de gerar dano que atinja a esfera de direitos personalíssimos, mas configura apenas mero aborrecimento, uma vez que não houve sequer negativação do nome do Autor. Sabe-se que o mero aborrecimento não é indenizável, pois não foge à normalidade do dia-a-dia do homem médio, não causando ruptura em seu equilíbrio emocional de modo a interferir intensamente em seu bem estar. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita . É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0607753-04.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claudevan de Souza Pereira
Advogado : Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (7665/AM)
Recorrido : Marcus Vinicius Bergo Coelho
Advogado : Marcus Vinicius Bergo Coelho (138958/MG)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SEM LESÃO EXTRAPATRIMONIAL. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais. Em análise ao caso em comento, no que concerne a indenização por danos morais, este juízo posiciona-se no sentido de que situações como a do caso concreto não são capazes de gerar dano que atinja a esfera de direitos personalíssimos, pois não foge à normalidade do dia-a-dia do homem médio, não causando ruptura em seu equilíbrio emocional de modo a interferir intensamente em seu bem estar. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não

provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0608420-19.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : A.c. da Costa Instalações-me
Advogado : Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM)
Recorrido : Banco Itaucard S/A
Advogado : Antonio Braz da Silva (1026A/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CALCULADORA DO CIDADÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA-CONTÁBIL. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Restituição de Valores e Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais decorrente de cobrança de taxas de juros diversas da contratada, utilizando como base a "Calculadora do Cidadão", ferramenta disponibilizada pelo Banco Central do Brasil em seu sítio eletrônico. Pois bem, meu entendimento acerca da matéria referente à calculadora do cidadão seja pela extinção da ação sem resolução do mérito, em razão da incompetência dos Juizado Especiais para o processo e julgamento da ação por verter matéria complexa, conforme artigo 51, II da Lei 9.099/95 c/c art. 98, inc. I da Constituição Federal. . Jurisprudência nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. UTILIZAÇÃO DA CALCULADORA DO CIDADÃO PARA CÁLCULO DO VALOR DAS PARCELAS DO CONTRATO. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL QUE NÃO POSSUI JUROS REMUNERATÓRIOS. NECESSIDADE DE CÁLCULO TÉCNICO MAIS APURADO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e improvido. Diante do exposto, resolve esta Turma Recursal, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar- lhe provimento, nos exatos termos do vot (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0016865-38.2014.8.16.0018/0 - Maringá - Rel.: Marco Vinicius Schiebel- Julg. em 09.10.2015). Vejamos jurisprudência: RECURSO CÍVEL INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - CADERNETA DE POUPANÇA - DIFERENÇA DA APLICAÇÃO INCORRETA DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA - "PLANO VERÃO" - COMPLEXIDADE DA CAUSA - NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL CONTÁBIL - INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS - SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Demonstrando ser necessária à realização de perícia técnica contábil para o deslinde da controvérsia objeto dos autos, atinente ao índice de correção monetária que deve incidir sobre os saldos da caderneta de poupança por ocasião do "Plano Verão", deve ser afastada a competência do Juizado Especial. (Recurso Cível Inominado nº 2702/2010, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/MT, Rel. Sebastião de Arruda Almeida. j. 12.11.2010, unânime, DJe 02.12.2010). 3. Sem custas e honorários em razão da concessão do julgamento. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0608821-52.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : RAIMUNDO FERREIRA DO VALE
Advogado : Daniel Santos de Andrade (6733/AM)
Recorrido : AUGUSTO CASTILHO DE OLIVEIRA SIMOES

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Cobrança decorrente da execução de Título extrajudicial. Em análise ao caso em espécie, entendo que a nota promissória não possui eficácia executiva, pois demandado após o prazo, conforme se depreendem da exordial e dos documentos juntados, já que estes datam de fevereiro/2013, sendo que o ingresso da ação só se deu em 01/07/2016, passando mais de 03 anos, tornando-se prescrito. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0608966-45.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Carlos José de Barros
Advogado : Vera Lucia Matos Falcão (3758/AM)
Advogado : Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (2790/AM)
Advogado : Luciana Velasco Vasconcellos (4972/AM)
Advogado : Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (2167/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO ABASTECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇA INDEVIDA INEXISTENTE. ÔNUS PROBANTE DO AUTOR PARA SUSTENTAR A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DE SEU DIREITO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0609728-56.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Paulo Itamar Soares Marinho
Advogada : Evellyn Kelryen Apolonio da Silva (9125/AM)
Advogado : Eduardo Marques da Silva (9114/AM)
Advogada : Emmilly Karen Apolônio da Silva (9716/AM)
Recorrido : Banco Santander S.a.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Repetição de Indébito c/c indenização por danos morais decorrente da alegação de inexistência de contratação de empréstimo bancário. Não se pode afirmar com certeza a divergência de assinatura constante no contrato apresentado pelas partes, sem a realização de perícia grafotécnica. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida para mantê-la por seus próprios fundamentos. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios em razão da concessão da assistência judiciária gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0610528-55.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : SILVIO ROBERTO FERNANDES DE LIMA
Advogado : Henrique Hércules da Costa Pinto (10229/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO . INCLUSÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SERASA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos. O Acórdão merece ser confirmado por seus próprios fundamentos, o que se faz na forma do disposto no art. 46, da Lei nº 9.099/95 (o julgamento em segunda instância constará apenas na ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Esclareço que Embargo de Declaração é recurso de fundamentação vinculada, contrapondo-se ao de fundamentação livre ou desvinculada, ou seja, o demandante recursal deverá preencher os requisitos descritos na lei para o futuro sucesso da impugnação aforada. Dessa forma, a Lei dos Juizados Especiais prevê a possibilidade de ajuizamento dos Embargos de Declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida da sentença, devendo o intérprete levar em conta também as decisões interlocutórias. Verbis: Art. 48. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida. Na verdade, não há que se falar em omissão na indicação do índice de correção monetária e juros, uma vez que a sentença objurgada foi muito clara e objetiva, senão vejamos: “1) Julgo procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 65,63 (sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de mora de 1% a partir da citação até o efetivo cumprimento da obrigação; 2 Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais), incidindo-se correção monetária oficial, a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação” e no julgado às fls. 189/190, foi mantida a sentença em seus próprios fundamentos. Dessa forma, em que pesem os argumentos trazidos, entendo que, verdadeiramente, não há omissão a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados acerca da indicação de juros e correção monetária foram precisos e objetivos, não modificando em nada a decisão do juízo a quo. Diante do exposto, CONHEÇO E REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra o acórdão prolatado. Sem custas. É como voto. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0610615-40.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda
Advogada : Roberta Beatriz do Nascimento (1164A/AM)
Recorrida : Sarah Georgia de Figueiredo
Advogado : Patrese Anunciação Prado (9571/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS ABUSIVAS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais decorrente de conduta abusiva. Em análise ao caso em espécie, verifico que a Recorrida colacionou aos autos inúmeros prints das ligações recebidas (fls. 13-27), com mais de 100 ligações, todas relativas a cobranças, em horários aleatórios, o que constitui prova irrefutável da conduta abusiva. Quanto ao dano moral pretendido, via de regra, o mero inadimplemento contratual, ou cobrança indevida, não ensejam, por si, a ocorrência do dano moral presumido, sendo necessário demonstrar a excepcionalidade do agravo causado por quem comete o ato ilícito. No caso dos autos, a excepcionalidade configura-se, pois não restam dúvidas de que a realização de cobrança de serviço, através de inúmeras e insistentes ligações, sem horário certo para ocorrerem, por meses seguidos, constitui abuso de direito praticado pelo fornecedor, capaz de gerar dano moral indenizável, mesmo quando não evolui para a negativação dos dados pessoais do Consumidor. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO

JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0611730-33.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria do Socorro Tavares Regis
Advogado : Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM)
Recorrido : Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DEFEITUOSO MÉDICO HOSPITALAR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0611805-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Nair da Silva Guedes
Advogada : Elaine Vitória da Silva Guedes (10583/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. DESCONTO INDEVIDO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO, ART.42 PARÁGRAFO ÚNICO DO CDC. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0612133-65.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Zulene de Araujo Teixeira
Advogado : Wellington Martins do Nascimento (9317/AM)
Recorrido : Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos
Advogado : Lázaro José Gomes Júnior (8125/MS)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA DEVIDA. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0613090-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada : Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ)
Advogado : Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA)
Recorrido : Altamir da Silva Vieira Junior
Soc. Advogados : Altamir da Silva Vieira Junior (12961/AM)
Advogado : Altamir da Silva Vieira Junior (12961/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO . INCLUSÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO/SERASA. DANO MORAL IN RE IPSA . SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c indenização por danos morais decorrente de inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito. Da detida análise dos autos, resta patente a falha na prestação de serviços pela parte Recorrente, o dever de indenizar ocorre da própria natureza do ato ilícito, porquanto aplicável. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida para mantê-la por seus próprios fundamentos, em relação ao quantum indenizatório fixado, reconheço pois foram observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao fato. Vejamos jurisprudência: EMENTA: APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - INJUSTA NEGATIVAÇÃO - SÚMULA 385 DO STJ - INAPLICABILIDADE - MONTANTE - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. Comprovada a discussão judicial da restrição creditícia anterior àquela objeto da presente ação, inaplicável a Súmula 385 do STJ. 2. Desnecessária a prova do reflexo patrimonial do prejuízo sofrido, a título de dano moral, pois este representa puro sofrimento humano, resultante de lesão de direitos da personalidade, sendo evidentes os constrangimentos advindos da negativação indevida em órgãos de proteção ao crédito. 3. Compete ao julgador, estipular eqüitativamente o quantum da indenização por dano moral, segundo o seu prudente arbítrio, analisando as circunstâncias do caso concreto e obedecendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. (TJ-MG Apelação n.º 1.0000.17.037997-8/001, Rel: Desdor Alberto Diniz Júnior; Julg: 16/08/2017) 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação:

ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por centos) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0613567-60.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : PRISCILA RAMOS PANTOJA
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Net Seriços de Comunicação S.a
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CORREÇÃO DA NOMENCLATURA EM FATURA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais decorrente de erro na nomenclatura de serviço prestado. Em análise aos autos, entendo que considerando que a lide versa sobre apenas um pequeno problema de nomenclatura, pois a Recorrente alega que não vem recebendo a velocidade de 30Mb, mas sim de 10Mb, sem aumento de suas faturas (CPC, art. 373, I), fato que admitido pela Recorrida; e considerando que não há alegação e/ou prova de que a falha na prestação de serviço da Requerida tenha, por exemplo, prejudicando ou impedindo a realização de algum projeto de vida ou lesado algum específico interesse existencial da parte Recorrente, não há o que se falar em danos morais uma vez que este juízo posiciona-se no sentido de que situações como a do caso concreto não são capazes de gerar dano que atinja a esfera de direitos personalíssimos. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da Assistência Judiciária Gratuita . É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0613986-31.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lucilene Serpa de Souza
Advogado : Roger Marques Mendes (9516/AM)
Recorrido : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogado : Márcio Vinicius Costa Pereira (84367/RJ)
Soc. Advogados : Dias dos Santos Advogados (311/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ATRASO DE VOO. ATUAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 400/2016 DA ANAC. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais decorrente de suposta falha na prestação de serviços. Em análise ao caso em espécie, verifico que a Recorrida atuou conforme as normas que regulam a atuação das companhias aéreas, Resolução nº.400/2016 da ANAC. Conforme exposto na inicial, a partida atrasou em aproximadamente três horas, circunstância que obriga a empresa a oferecer refeição ou voucher de alimentação individual aos consumidores, o que efetivamente ocorreu. Além disso, a parte recebeu esclarecimento a respeito do motivo do atraso. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0614402-14.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Nadia Garcia Prata
Advogada : BÁRBARA PRATA GORDIANO (10326/AM)
Recorrido : Agra Bergen Incorporadora Ltda
Advogado : Fabio Rivelli (1119/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Fabio Rivelli (297608/SP)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMISSÃO DE CORRETAGEM. VALIDADE DE CLÁUSULA PREVISTA EM CONTRATO. RESTITUIÇÃO INDEVIDA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0615194-02.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Lurdete Brito D'ávila
Advogado : Douglas Herculano Barbosa (6407/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TELEFONIA MÓVEL. SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO SEM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM EXARCEBADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0615907-06.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Recorrida : Ana Carolina Alves Peixoto Matute

Advogado : Fabíola Vasconcelos Mitoso (4236/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FATURA PAGA INDEVIDAMENTE POR ERRO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0615981-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A

Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)

Advogado : Celso Roberto de Miranda Ribeiro Junior (18736/PA)

Recorrida : Izete de Souza Castro

Advogado : William Sami Ramos (8149/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESCONTOS INDEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Repetição de Indébito c/c Danos Morais decorrente de falha na prestação do serviço. Em análise ao caso em espécie, verifico que o conjunto probatório colacionados nos autos comprovam os fatos alegados pela parte Recorrida, extraindo de tal fato a pretensão jurídica pretendida, assegurando o direito a repetição do indébito. A parte Recorrente não provou por meio de contrato a anuência da parte Recorrida, de forma a dar conta da avença e dos descontos, evitando-se o ilícito e a obrigação de repetição em dobro do indébito. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0616506-76.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaú S/A

Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Recorrida : Fabiana Gomes Palheta

Advogada : Gabrielle dos Santos Freire (12068/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. FORTUITO INTERNO, SÚMULA 479. DANO MORAL IN RE IPSA. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO MORAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. MANTIDA SENTENÇA NOS DEMAIS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0616780-74.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Centro Universitário do Norte - Uninorte

Advogado : Roberto Trigueiro Fontes (692A/AM)

Recorrida : Tais Regina da Silva Rocha

Advogado : Charles Gomes da Costa Junior (10715/AM)

Advogado : Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais decorrente da relação de mútuo entre as partes. Em análise ao caso em espécie, verifico que a Recorrida realizou a matrícula no curso de Farmácia e não obstante a isso a parte Recorrente não disponibilizou a vaga e o direito de frequência nas disciplinas correspondentes ao semestre do curso, sendo que o débito em aberto não poderia ser usado contra a Recorrida a impedindo de se matrícular. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE

NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0616813-93.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Requerente : Jose de Jesus Ferreira
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)
Requerido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS DEVIDAS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Repetição de Indébito c/c Danos Morais decorrente de supostos descontos indevidos. Em análise aos extratos às fls. 45/64, a rubrica “MORACRED. PESS.”, não representa um serviço autônomo prestado pelo banco, mas encargos decorrentes da impossibilidade de desconto de parcelas de empréstimo contratado pelo Recorrente. Neste sentido, verifica-se que, após os descontos da mora, por exemplo, às fls. 46, o Recorrente realizava novos empréstimos (fls. 47), majorando seus débitos com a instituição, e, portanto, as parcelas a serem descontadas. Não adimplindo as obrigações, incidem os encargos de juros e mora, o que, por si, não constitui ato ilícito do Recorrido, que age em exercício regular de direito, nos termos do art. 18, do CC. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da Assistência Judiciária Gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0617158-93.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : João Bernardo de Oliveira Neto
Advogado : Marcia Monteiro Alves Vailante (10333/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Soc. Advogados : Wilson Sales Belchior (1037/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALTA DE PROVAS HÁBEIS DO AUTOR PARA COMPROVAR A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Cobrança c/c Indenização por Danos Morais decorrente de suposta falha na prestação do serviço. Em análise ao caso em espécie, verifico que não há prova nos autos da ocorrência das alegadas transações comerciais, pois os únicos documentos acostados aos autos pelo Recorrente para fundamentar tal pedido são os extratos bancários de sua conta corrente referente aos meses de maio a novembro de 2015 (fls. 16/26), bem como o extrato de serviço Cielo para simples conferência, cujo teor não é hábil a comprovar as referidas transações comerciais. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0618318-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Georgete das Dores Pereira de Oliveira
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. UTILIZAÇÃO DE CHEQUE ESPECIAL. COBRANÇA DEVIDA. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DANOS MATERIAIS E MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais decorrente de suposto desconto indevido por utilização de serviços. Em análise ao caso em espécie, entendo que do extrato juntado às fls.18 e seguintes, fica evidente a utilização do cheque especial que perdurou dias seguidos, beneficiando-se do produto que, apesar de sua alegação da não contratação, certamente configura comportamento contraditório que não pode ser tido como legítimo. A parte Recorrida exerceu somente o seu direito de cobrança pela prestação do produto, não cometendo ato ilícito algum. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença objurgada. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da Assistência Judiciária Gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0618849-45.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Marcela Amazonas Menezes
Advogada : Alessandra Amazonas da Cunha (5780/AM)
Recorrido : Itapeva VII Multicarteira Fundo de Inv. em Dir. Credit. não Padronizados
Advogado : Karina de Almeida Batisttuci (685/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogada : Alessandra Amazonas da Cunha (5780/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS DEVIDAS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débitos c/c Indenização por Danos Morais. Em análise ao caso em espécie, verifico que a Recorrida comprovou ser cessionária de crédito da Caixa Econômica Federal e que também junta nos autos faturas de cartão de crédito contraído pela Recorrente deste banco (fls. 104-111) demonstrando os gastos autorais que originaram a dívida pelos quais ensejaram a negativação nos Órgãos de Proteção ao Crédito, exercendo desta forma seu regular direito de cobrança. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da Assistência Judiciária Gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0619006-18.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)
Advogada : Greysa Mores Fragoso (12765/AM)
Recorrida : Maria Aurea Correa Marinho
Advogada : Roseloane Souza da Costa (11287/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO . INCLUSÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SERASA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0619218-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Robert Nery da Costa Pereira
Advogado : Amauri Vieira dos Santos (11881/AM)
Recorrido : Governador do Estado do Amazonas
Advogada : Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)
Advogado : Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTO E APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS EXIGIDOS NO ART.21 DA LEI 4.044/14. INTERSTÍCIO E TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO EFETIVO EXIGIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0621295-21.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Santander S.a.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Recorrida : Dalci Freitas Batista
Advogado : Wilson Molina Porto (12790AM/T)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. RESTRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO SEM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM MAJORADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0621583-66.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Santander S.a.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Recorrida : Ericka Luana Souza da Silva
Advogado : Bruno Climaco Campos (11031/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR – ESPERA DEMASIADA EM FILA DE BANCO. AFRONTA A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANO MORAL CARACTERIZADO. INDENIZAÇÃO JUSTA. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais decorrente de espera excessiva em fila de banco. A demora excessiva de atendimento em filas bancarias caracteriza abuso de direito e desrespeito ao consumidor. Insta salientar que, o dano moral não se restringe apenas à violação de direito fundamental, mas ao respeito e dignidade que o consumidor merece e deve ser tratado. O consumidor está, ou ao menos deveria estar, protegido da má prestação do serviço bancário, que impõe ao cliente horas de espera por um serviço não gratuito. Por sua vez o réu não apresentou qualquer justificativa para a demora no atendimento, revelando de forma inequívoca a inadequação do serviço prestado, o que é suficiente para caracterizar constrangimento ao consumidor. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. Resta patente a responsabilidade do Recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento), a cargo do recorrente, sobre o valor da condenação, a teor do art. 55 da Lei 9.099/95. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0621650-31.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)
Recorrido : Lenovo Comercial e Distribuição Ltda
Advogada : Ellen Cristina Goncalves Pires (A1266/AM)
Advogado : Ellen Cristina Gonçalves Pires (1266A/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. COBRANÇA INDEVIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação Declaratória de Obrigação de Fazer c/c indenização por danos morais. Em análise ao caso em espécie, verifico conforme fatura de cartão de crédito de às fls.12/15, em especial às fls.13, resta evidente que foi emitida a ordem de parcelamento de compra em 10 parcelas, notadamente porque foram cobradas 10 parcelas ao autor em uma mesma fatura, proveniente da mesma ordem de compra, não havendo como afastar a responsabilidade do réu por defeito na prestação do serviço bancário quando o processamento de compra atribuiu encargo excessivamente oneroso ao Recorrido. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0623393-76.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A

Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Recorrido : João Gomes da Silva

Advogado : Israel Gomes da Silva (12030/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇAS INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Cobrança Indevida c/c indenização por Danos Morais decorrente da relação de mútuo firmada entre as partes. Em análise ao caso em comento, verifico que o conjunto probatório apresentado nos Autos confirmam os fatos alegados pela parte Recorrida, inclusive às fls. 18, foi apresentado comprovante do pagamento da fatura do cartão de crédito vencido em 17/02/2017, na quantia de R$ 6.124,72 (seis mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos), entretanto mesmo com o pagamento, a partir da fatura com vencimento em 17/03/2017 a parte Recorrente continuou cobrando nas faturas subsequente indevidamente esse valor devidamente pago. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0623901-22.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rosilane Vasconcelos do Carmo

Advogado : Celso José Dias (11774/AM)

Recorrido : Movida Locação de Veículos S/A

Advogado : ANDRE NORIO HIRATSUKA (231205/SP)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. RESTITUIÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: 1. Trata-se de Ação de Restituição de Quantia Paga c/c indenização por danos morais e materiais decorrente de falha na prestação do serviço. Em análise ao caso em espécie, verifico que os elementos de prova juntados aos autos corroboram a versão da Recorrente. O orçamento de fls. 101, indicando o valor do pagamento inicial de R$ 15.000,00 (valor da carta de crédito somado ao boleto de fls. 23) indicam claramente que a carta de crédito foi aceita como parte do pagamento de entrada no veículo. Ora, se a carta de crédito ainda seria objeto de análise por parte do vendedor, não faz sentido que o valor nela indicada já conste como pagamento inicial na elaboração do orçamento. A geração de boleto de cobrança como complemento da entrada, no mesmo dia (06/12/2017), reforça a presunção de que o valor da carta de crédito já tinha sido aceita pelo vendedor. Por outro lado, no que concerne a indenização por danos morais, este juízo posiciona-se no sentido de que situações como a do caso concreto não são capazes de gerar dano que atinja a esfera de direitos personalíssimos, mas configura apenas mero aborrecimento. Sabe-se que o mero aborrecimento não é indenizável, pois não foge à normalidade do dia-a-dia do homem médio, não causando ruptura em seu equilíbrio emocional de modo a interferir intensamente em seu bem estar. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita. É como voto.. Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0631933-58.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Herculano Lopes Curico

Advogado : Alan Kelson de Lima Fonseca (10160/AM)

Recorrido : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev

Advogada : Luciane Barros de Souza (4789/AM)

Recorrido : O Estado do Amazonas

Procurador : Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM)

Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. VANTAGEM NOMINALMENTE IDENTIFICADA .EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 04 de março de 2011.

Manaus, 1º de março de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 2ª Turma Recursal

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000020-04.2017.8.04.3301 - Recurso Inominado, de Fórum de Caapiranga.

Recorrente : RIVELINO RAIMUNDO TELES BEZERRA
Advogado : Jair Lelis Alves Junior (8820/AM)
Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DESCONTO EM CONTRACHEQUE. SUSTENTA O RECORRENTE QUE NÃO AUTORIZOU O EMPRÉSTIMO IMPUGNADO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRENTE É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. NESSE SENTIR, COM O INTUITO DE DESINCUMBIR-SE DE SEU ÔNUS, O RECORRIDO JUNTOU AOS AUTOS O CONTRATO DE FLS. 76/79. EM ANÁLISE DA ASSINATURA APOSTA NO CONTRATO DE FLS. 79 E AS ASSINATURAS DO AUTOR ÀS FLS. 23 NÃO VERIFICO NENHUMA DIVERGÊNCIA QUE INDIQUE FRAUDE GROSSEIRA. NESSE SENTIR, PELO NÃO CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL POR PARTE DO RECORRENTE, NECESSÁRIA A ALUDIDA PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FACE A COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA PARA EXTINGUIR O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 51, II, LEI 9.099/95. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0000020-04.2017.8.04.3301, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000233-63.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrida : ROSILDA DA COSTA MORAES
Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DIREITO DO CONSUMIDOR – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO – DESCONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA – PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE – DANO MORAL CARACTERIZADO – MANTIDO O VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. O recorrente foi condenado a pagar a quantia de R$ 7.000,00, a título de reparação pelos danos morais sofridos, em razão de serviço público de telefonia descontínuo.2. Não há nulidade de citação/intimação, eis que os prazos mínimos entre a citação e a realização da audiência foram devidamente respeitados; tanto assim o é que se fez presente à audiência preposto do ora recorrente.3. Matéria de fácil deslinde, podendo ser provada através de documentos, bem como tratando de direito individual, razão pela qual fica afastada a alegação de incompetência dos Juizados Especiais.4. Verifica-se que o caso em tela retrata uma relação de consumo com o serviço inadequado, encontrando guarida na Lei n.º 8.078/90 em seu art. 20, caput, na chamada responsabilidade por vício do serviço, ou seja, não correspondeu à legítima expectativa do consumidor quanto à sua utilização ou fruição, além de violar o art. 22 do CDC. Vale ainda acrescentar que foi violado um dos princípios da Lei 8.987/95, que estipula no seu art. 6º, §1º, que o "Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.". Diante disto, caracterizados os danos morais como aborrecimentos, transtornos, sentimento de raiva e desprazer que ultrapassam a esfera do normal ou cotidiano, sendo este in re ipsa, oriundos do vício no fornecimento das revistas compradas e não entregues. 5. Observo, por fim, que o valor da indenização dos danos morais arbitrada in casu versou em consonância aos critérios adotados pelos Tribunais Pátrios, e também, com respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, mormente os fatos negativos acometidos ao recorrido e se sucederam ao fato dos serviços não ter sido prestado da forma contratada, não se verificando, portanto, a necessidade de redução do valor atribuído a título de danos morais no montante de R$ 7.000,00.6. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000248-32.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrida : MARIA AUXILIADORA GEAN MAFRA
Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DIREITO DO CONSUMIDOR – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO – DESCONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA – PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE – DANO MORAL CARACTERIZADO – MANTIDO O VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. O recorrente foi condenado a pagar a quantia de R$ 7.000,00, a título de reparação pelos danos morais sofridos, em razão de serviço público de telefonia descontínuo.2. Não há nulidade de citação/intimação, eis que os prazos mínimos entre a citação e a realização da audiência foram devidamente respeitados; tanto assim o é que se

fez presente à audiência preposto do ora recorrente.3. Matéria de fácil deslinde, podendo ser provada através de documentos, bem como tratando de direito individual, razão pela qual fica afastada a alegação de incompetência dos Juizados Especiais.4. Verifica-se que o caso em tela retrata uma relação de consumo com o serviço inadequado, encontrando guarida na Lei n.º 8.078/90 em seu art. 20, caput, na chamada responsabilidade por vício do serviço, ou seja, não correspondeu à legítima expectativa do consumidor quanto à sua utilização ou fruição, além de violar o art. 22 do CDC. Vale ainda acrescentar que foi violado um dos princípios da Lei 8.987/95, que estipula no seu art. 6º, §1º, que o "Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.". Diante disto, caracterizados os danos morais como aborrecimentos, transtornos, sentimento de raiva e desprazer que ultrapassam a esfera do normal ou cotidiano, sendo este in re ipsa, oriundos do vício no fornecimento das revistas compradas e não entregues. 5. Observo, por fim, que o valor da indenização dos danos morais arbitrada in casu versou em consonância aos critérios adotados pelos Tribunais Pátrios, e também, com respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, mormente os fatos negativos acometidos ao recorrido e se sucederam ao fato dos serviços não ter sido prestado da forma contratada, não se verificando, portanto, a necessidade de redução do valor atribuído a título de danos morais no montante de R$ 7.000,00.6. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000298-58.2015.8.04.6701 - Recurso Inominado, de Fórum de Santo Antonio do Iça.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A

Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

Recorrido : THEOPHANES DOS SANTOS VEIGA

Advogado : Eron Garcia de Sá (9526/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DIREITO DO CONSUMIDOR – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO – DESCONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA – PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE – DANO MORAL CARACTERIZADO – MANTIDO O VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. O recorrente foi condenado a pagar a quantia de R$ 7.000,00, a título de reparação pelos danos morais sofridos, em razão de serviço público de telefonia descontínuo.2. Não há nulidade de citação/intimação, eis que os prazos mínimos entre a citação e a realização da audiência foram devidamente respeitados; tanto assim o é que se fez presente à audiência preposto do ora recorrente.3. Matéria de fácil deslinde, podendo ser provada através de documentos, bem como tratando de direito individual, razão pela qual fica afastada a alegação de incompetência dos Juizados Especiais.4. Verifica-se que o caso em tela retrata uma relação de consumo com o serviço inadequado, encontrando guarida na Lei n.º 8.078/90 em seu art. 20, caput, na chamada responsabilidade por vício do serviço, ou seja, não correspondeu à legítima expectativa do consumidor quanto à sua utilização ou fruição, além de violar o art. 22 do CDC. Vale ainda acrescentar que foi violado um dos princípios da Lei 8.987/95, que estipula no seu art. 6º, §1º, que o "Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.". Diante disto, caracterizados os danos morais como aborrecimentos, transtornos, sentimento de raiva e desprazer que ultrapassam a esfera do normal ou cotidiano, sendo este in re ipsa, oriundos do vício no fornecimento das revistas compradas e não entregues. 5. Observo, por fim, que o valor da indenização dos danos morais arbitrada in casu versou em consonância aos critérios adotados pelos Tribunais Pátrios, e também, com respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, mormente os fatos negativos acometidos ao recorrido e se sucederam ao fato dos serviços não ter sido prestado da forma contratada, não se verificando, portanto, a necessidade de redução do valor atribuído a título de danos morais no montante de R$ 7.000,00.6. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000338-38.2013.8.04.3200 - Recurso Inominado, de Fórum de Borba.

Recorrente : AUZIMAR CAVALCANTE ALVES

Advogado : Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM)

Recorrido : Banco Bmg S/A

Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)

Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)

Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA – DIREITO DO CONSUMIDOR – EMPRÉSTIMO FRAUDULENTO – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – INCOMPETÊNCIA POR COMPLEXIDADE DE PROVA AFASTADA – FORTUITO INTERNO (SÚMULA 479 DO STJ) – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. Submetendo-se à regra da inversão do ônus da prova (art. 6.º, inciso VIII, do CDC), imposição legal cabível, segundo a Súmula 297 do STJ, o recorrente, quando da instrução processual, não trouxe aos autos prova de não ter ocorrida a fraude, ficando somente nas suas alegações, como ônus de prova que lhe cabia por meio de apresentação do contrato de empréstimo com a assinatura do recorrido reconhecida por cartório extrajudicial, até para ter força probante (art. 368, CPC). Pelo mesmo motivo, não acolho a preliminar de incompetência, mormente seria provada a relação jurídica com a apresentação do referido contrato com assinatura ao menos das testemunhas.2. O caso concreto aos riscos da atividade desenvolvida pelo fornecedor, tratando-se de fortuito interno, dentro dos ensinamentos do STJ (Súmula 479 do STJ), não podendo o recorrente se eximir da responsabilidade imputada a terceiro fraudador.3. O serviço não foi prestado corretamente, passou do mero aborrecimento ao reduzir a capacidade econômica e financeira do recorrido com o desconto em seu contracheque, devendo o recorrido responder com indenização por dano moral, de natureza pedagógica e punitiva, em virtude da sua falta de cautela em oferecer a segurança nas suas transações bancárias (art. 20 do CDC), a chamada responsabilidade por vício de serviço. 4. Com relação ao valor do quantum, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, entendo justo e razoável o valor de R$ 5.000,00, atendendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.5. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO e DOU-LHE PROVIMENTO, reformando a sentença de primeiro grau somente quanto aos danos morais, para CONDENAR o réu-fornecedor a pagar R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais. Demais termos incólumes. Sirvo-me desta súmula

de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Isenção de custas e honorários. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os Embargos, mas sem efeitos infringentes.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000700-44.2016.8.04.6301 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : Banco Itau- Bmg Consignado S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Junior (392/RN)
Recorrido : AGENOR DE SOUZA MACHADO
Advogado : Amauri Marinho Farias (6515/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO DE DANOS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DÍVIDA NÃO RECONHECIDA PELA PARTE. SUPOSTA FRAUDE DE TERCEIROS. CONTESTAÇÃO OFERTADA. OCORRÊNCIA DE REVELIA PELA AUSÊNCIA DE COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA PRELIMINAR. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE COMPROVA DE FORMA CABAL A EXISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO REGULAR. PRESUNÇÃO ILIDIDA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. RECURSO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0001243-18.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : BANCO BRADESCO S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrido : R. DE M. G. DE VASCONCELOS
Advogado : Everson de Lima Conceição (7002/AM)
Recorrido : ROMERITO DE MENEZES GARCIA DE VASCONCELOS
Advogado : Everson de Lima Conceição (7002/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. QUITAÇÃO EM SETEMBRO DE 2014. DESCONTO EM CONTA CORRENTE DE VALOR RESIDUAL GARANTIDO FINAL DE R$6.997,50 RELATIVO A OPERAÇÃO DE LEASING (ARRENDAMENTO MERCANTIL). É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRIDO É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, O RECORRENTE DEIXOU DE JUNTAR AOS AUTOS O INSTRUMENTO INTEGRAL DO CONTRATO, DEMONSTRANDO O CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. SALIENTO QUE O DOCUMENTO DE FLS. 10/11 POUCO ESCLARECE SOBRE A NATUREZA JURÍDICA E ESPECIFICIDADES DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, DE FORMA QUE NÃO SE PODE PRESUMIR QUE O CONSUMIDOR, HIPOSSUFICIENTE, TENHA PLENO CONHECIMENTO DOS TERMOS NÃO ESCLARECIDOS. LADO OUTRO, ENTENDO QUE OS DANOS MATERIAIS MERECEM REFORMA, ISSO PORQUE A PARCELA FINAL DESCONTADA CONSTITUI PAGAMENTO DEVIDO PELO VEÍCULO, DEVIDAMENTE PREVISTO NO CONTRATO DE FLS. 10. OBSERVE QUE O VALOR TOTAL DO CONTRATO DE R$20.992,50 FOI PARCELADO EM R$13.995,00 (60 PRESTAÇÕES) E RESIDUAL DE R$6.997,50. NESSE SENTIR, A DESPEITO DA FALHA DO SERVIÇO PELA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO QUANTO AO MODO DE PAGAMENTO DA PARCELA FINAL, ESTA É PLENAMENTE DEVIDA PELO CONSUMIDOR. NOUTRO GIRO, PELA FALHA DO SERVIÇO CONSUBSTANCIADA PELA INFORMAÇÃO NÃO ADEQUADAMENTE PRESTADA, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. PELO EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTES O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS EM DOBRO, MANTENDO INCÓLUME A OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0001243-18.2014.8.04.6301, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0001261-08.2015.8.04.6300 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : MARIA OLIENE DE SOUZA PEREIRA
Advogado : Amauri Marinho Farias (6515/AM)
Recorrido : Banco Industrial Comercial - S.A - BICBANCO
Advogado : Sérgio Roberto Ribeiro Filho (305088/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA - EMPRÉSTIMO – CONTRATO ASSINADO - IMPROCEDENTES PEDIDOS DA INICIAL - RECURSO IMPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0002367-80.2013.8.04.7300 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : CIELO S/A
Advogado : FABIANO DA SILVA MACIEL (21664/AM)
Recorrida : Elany Batista Obando

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COBRANÇAS ALÉM DO PRAZO CONTRATUAL. RÉU REVÉL. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0004946-69.2013.8.04.5402 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : OZEILSON ARAUJO DAMASCENO
Advogado : Flavio Emanoel do Espirito Santo (8515/AM)
Advogada : CADIGE JAMEL BOHADANA (6163/AM)
Recorrido : PAULO ROOSEWELT COSTA
Advogado : Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. OFENSA A IMAGEM. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS. EXERCÍCIO DO DIREITO DE EXPRESSÃO. DIREITO NÃO ABSOLUTO. CASUÍSTICA QUE REVELA EXCESSO INDENIZÁVEL. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0200037-05.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : PAULO VICENTE MOUTINHO DOS SANTOS
Advogado : Matheus Araújo Muniz (7626/AM)
Recorrido : Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SERVIÇO DE DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. PAGAMENTO INDEVIDO POR PRODUTO/SERVIÇO NÃO SOLICITADO. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE DEFERIU A OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER A RESTITUIÇÃO DO DANO MATERIAL. RECURSO APENAS QUANTO AOS DANOS MORAIS. IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. CONSTITUI DANO MORAL APENAS A DOR, O VEXAME, O SOFRIMENTO OU A HUMILHAÇÃO QUE, EXORBITANDO A NORMALIDADE, AFETEM PROFUNDAMENTE O COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVIDUO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES, DESEQUILÍBRIO E ANGÚSTIA. APESAR DO RECONHECIMENTO DA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NÃO HÁ FALAR EM DANO MORAL INDENIZÁVEL, UMA VEZ QUE OS FATOS NÃO AFETARAM OS ATRIBUTOS DE PERSONALIDADE DO AUTOR, NÃO PASSANDO DE MERO DISSABOR, INSUSCETÍVEL DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. NÃO É QUALQUER ENTRAVE OU DISSABOR QUE GERA REPARAÇÃO PECUNIÁRIA A ESSE TÍTULO. AO CONTRÁRIO, DEVE OCORRER ALGO SÉRIO E EXTRAORDINÁRIO QUE EXIJA A INTERVENÇÃO JUDICIÁRIA. AUSÊNCIA DE PROVA, ÔNUS QUE INCUMBIA AO AUTOR, DA OCORRÊNCIA DE ABALO MORAL NA ESPÉCIE. ADEMAIS, HAVENDO TÃO SOMENTE UMA COBRANÇA INDEVIDA EM VALOR INCAPAZ DE GERAR ABALO NA SUBSISTÊNCIA DO RECORRENTE. ABUSIVIDADE DA CONDUTA QUE GERA A DEVOLUÇÃO DO DANO MATERIAL DANO MORAL QUE NÃO SE PRESUME. AUSÊNCIA DE LESÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE DO AUTOR. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES, CPC. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0200037-05.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0200210-29.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : HAP VIDA
Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)
Recorrida : MARCIA CUNHA DE SOUSA
Advogado : Cristiano Gonçalves Pires (10755/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. ACORDO EXTRAJUDICIAL PARA REAJUSTE DE MENSALIDADES. RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO POR INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR. COMUNICAÇÃO DA RESCISÃO NÃO REALIZADA PELA RECORRENTE. DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA. SUSTENTA O RECORRENTE QUE A RECORRIDA É CONTUMAZ EM PAGAR AS MENSALIDADES EM ATRASO. OCORRE QUE, COMO BEM EXPLANADO PELA MAGISTRADA DE PRIMEIRO GRAU "ainda que inadimplente em relação às parcelas supracitadas, a requerente realizou o pagamento de parcelas subsequentes, devidamente aceitos pela requerida, o que indica a prorrogação tácita da contratação pela contratada" (FLS. 195/196), FUNDAMENTAÇÃO COM A QUAL AQUIESÇO. RESSALTO AINDA QUE NÃO SE PODE PRESTIGIAR A CONDUTA DO RECORRENTE EM ANUIR TACITAMENTE COM A MANUTENÇÃO DO CONTRATO E, POSTERIORMENTE, EM POSTURA CONTRADITÓRIA RESCINDIR O NEGÓCIO JURÍDICO. A TEORIA DOS ATOS PRÓPRIOS, OU A PROIBIÇÃO DE VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM PROTEGE UMA PARTE CONTRA AQUELA QUE PRETENDA EXERCER UMA POSIÇÃO JURÍDICA EM CONTRADIÇÃO COM O COMPORTAMENTO ASSUMIDO ANTERIORMENTE. DESTA FORMA, OS PAGAMENTOS EM ATRASO ACEITOS PELA RECORRENTE, AINDA QUE PERMITAM A INCIDÊNCIA DE ENCARGOS DE MORA, NÃO SE PRESTAM A FUNDAMENTAR A RESCISÃO UNILATERAL EFETIVADA. QUANTO ÀS DUAS PARCELAS QUE RESTARAM EM ABERTO, VERIFICO QUE, DE FATO, ATÉ PODERIAM EMBASAR A RESCISÃO. ENTRETANTO, O RECORRENTE NÃO CUMPRIU OS REQUISITOS DA NOTIFICAÇÃO PARA TANTO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE

CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0200210-29.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0200231-46.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ELAINE VIEIRA LIMA
Defensoria : Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira
Recorrido : SKY Brasil Serviços Ldta
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Soc. Advogados : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇAS POR SERVIÇO NÃO SOLICITADO. OBRIGAÇÃO DE CANCELAR AS COBRANÇAS JÁ CUMPRIDA. RECURSO APENAS QUANTO AOS DANOS MORAIS. CONSUMIDORA POR EQUIPARAÇÃO. RECORRENTE QUE NÃO POSSUI RELAÇÃO JURÍDICA COM A RECORRIDA, ENTRETANTO, SOFRE CONSTANTEMENTE COBRANÇAS EXCESSIVAS E INDEVIDAS. A RELAÇÃO JURÍDICA EM EXAME É DE CONSUMO, UMA VEZ QUE, EM FUNÇÃO DA NORMA DO ART. 17 DO CDC, O AUTOR É CONSIDERADA CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO POR TER SIDO VÍTIMA DE ACIDENTE DE CONSUMO ANTE A EXCESSIVA E IMPERTINENTE COBRANÇA DE DÍVIDA A QUE NÃO DEU CAUSA, NÃO OBSTANTE A AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA COM O FORNECEDOR DE SERVIÇOS, ESTANDO LEGALMENTE PROTEGIDA PELAS NORMAS SOBRE RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELO FATO DO SERVIÇO PRESENTES NO DIPLOMA CONSUMERISTA. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. ADEMAIS, NO CASO, NÃO HÁ IMPOSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA PELA PARTE REQUERIDA, CONQUANTO BASTARIA COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DE QUE OS VALORES COBRADOS SÃO DEVIDOS. PELO EXPOSTO, A PARTE REQUERIDA NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO DA AUTORA (ART. 333, II, CPC), RAZÃO PELA QUAL MERECE TUTELA O PLEITO DA RECORRENTE. SUSTENTA O RECORRIDO A AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS NA ESPÉCIE POR SE TRATAR DE MERAS COBRANÇAS INDEVIDAS. OCORRE QUE, NO CASO CONCRETO, OBSERVO QUE O RECORRIDO DIUTURNAMENTE ENTRAVA EM CONTATO COM A RECORRENTE PARA COBRAR-LHE DÍVIDA QUE NÃO DEU CAUSA. DESTA FORMA, A COBRANÇA NÃO APENAS FOI INDEVIDA COMO ABUSIVA, ATORMENTANDO A TRANQUILIDADE DA RECORRENTE QUE SEQUER POSSUI RELAÇÃO JURÍDICA COM A RECORRIDA. OBSERVE QUE AINDA QUE A DÍVIDA FOSSE LEGÍTIMA, INCONTROVERSO QUE A RECORRIDA EFETUOU INÚMERAS LIGAÇÕES PARA A RECORRENTE, O QUE REVELA SUA INTENÇÃO DE CRIAR DESCONFORTO AO CONSUMIDOR SUPOSTAMENTE INADIMPLENTE COMO FORMA DE CONSTRANGER-LHE AO PAGAMENTO DO DÉBITO. PORTANTO, A SITUAÇÃO TRANSBORDA O MERO EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DE COBRANÇA PARA CONFIGURAR DANO MORAL INDENIZÁVEL. ADEMAIS, RESTOU CARACTERIZADA A VIOLAÇÃO AO DEVER DE QUALIDADE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. PERDA DE TEMPO ÚTIL. A IMPORTÂNCIA DO TEMPO COMO CAPITAL ECONÔMICO É RELEVANTE TANTO PARA O FORNECEDOR QUANTO PARA O CONSUMIDOR. DESTACA-SE DOUTRINA DO DESEMBARGADOR ANDRÉ GUSTAVO CORRÊA DE ANDRADE: “Quando está diretamente em jogo um interesse econômico, o tempo desempenha um papel fundamental, como se percebe pela previsão dos juros de mora, da cláusula penal moratória ou, ainda, da possibilidade de indenização por lucros cessantes. No plano dos direitos não patrimoniais, porém, ainda há grande resistência em admitir que a perda do tempo em si possa caracterizar dano moral. Esquece-se, porém, que o tempo, pela sua escassez, é um bem precioso para o indivíduo, tendo um valor que extrapola sua dimensão econômica. A menor fração de tempo perdido de nossas vidas constitui um bem irrecuperável. Por isso, afigura-se razoável que a perda desse bem, ainda que não implique prejuízo econômico ou material, dê ensejo a uma indenização”. NESSA LINHA DE PENSAMENTO, O AUTOR DA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR É ENFÁTICO AO ESCLARECER: “nessas circunstâncias recorrentes de mau atendimento, o consumidor é levado a se afastar de uma atividade que deveria ou desejaria estar realizando - como trabalhar, estudar, consumir, cuidar de si, divertir-se, descansar, estar com entes queridos - para gastar seu tempo e suas competências na tentativa de resolver um problema de consumo ao qual não deu causa, mas que o está sujeitando a algum tipo de prejuízo, potencialmente ou efetivo”. SE O PROVEITO ECONÔMICO DOS FORNECEDORES PELO TEMPO OTIMIZADO COM A ACEITAÇÃO LEGAL DE CONTRATOS DE ADESÃO E ATENDIMENTOS ELETRÔNICOS, MITIGANDO O DIREITO À INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA, NÃO SOCORRER TAMBÉM NA OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DO CONSUMIDOR NA REALIZAÇÃO DE SEU INTERESSE MATERIAL, O FORNECEDOR DEVE ARCAR COM ESSE DESVIO DE PRODUTIVIDADE E PAGAR PELA PERDA DO TEMPO PESSOAL, EQUILIBRANDO-SE OS DIREITOS E DEVERES NAS RELAÇÕES DE CONSUMO. POR TODO O EXPOSTO, INCONTROVERSA A CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL, TANTO PELA COBRANÇA INDEVIDA E ABUSIVA, COMO TAMBÉM PELA PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR, JÁ QUE A RECORRIDA NÃO FOI CAPAZ DE RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELO RECORRIDO. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRIDO EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A PARTE OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO

JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0200231-46.2018.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0200650-11.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Movam Movéis Amazonas Ltda
Advogado : Bruno Ricardo Lima Tapajós (5695/AM)
Recorrente : Polifer Indústria e Comércio Ltda -EPP
Advogado : Bruno Ricardo Lima Tapajós (5695/AM)
Recorrente : Banco Bradesco Cartões S/A
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Marcondes F. Luniere Júnior (2987/AM)
Recorrida : Mirian Salomao Laredo
Advogado : Aline Laredo Pinto (4187/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DESISTÊNCIA DE COMPRA PARCELADA EM CARTÃO DE CRÉDITO. ESTORNO NÃO EFETIVADO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE AO ESTORNO SOLICITADO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0200650-11.2015.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0200913-35.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : Perla Amazonas da Rocha

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DO SERVIÇO DE TELEFONIA E INTERNET. COBRANÇA INDEVIDA. RÉU QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 373, II, CPC. DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO APROPRIADO. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0203177-28.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Azul Linhas Aereas Brasileiras S.a.
Advogado : Itallo Gustavo de Almeida Leite (7413/MT)
Recorrida : Renata Soares de Souza
Advogado : Gleison Juliano de Souza (197262/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL – DIREITO DO CONSUMIDOR – PASSAGEM AEREA – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO – DANO MATERIAL INEXISTENTE - VALOR DEVOLVIDO PELO FORNECEDOR – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – EXCLUSÃO DOS DANOS MATERIAIS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE

PROVIDO.1. O recorrente fornecedor busca reforma da sentença de primeiro grau que julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais do consumidor, condenado aquele a pagar indenização por danos morais e materiais em razão de imbróglio envolvendo compra, utilização e cancelamento indevido de passagens aéreas.2. Os pedidos do recurso inominado ora analisado objetivam a exclusão das indenizações (danos materiais e morais) estabelecidas na sentença de primeiro grau.3. Analisando os autos, entendo que o presente recurso interposto pelo fornecedor merece prosperar em parte.4. Não cabe nestes autos condenação por danos materiais. Verificando os documentos e informações juntadas pelo recorrente, bem como (e inclusive) o documento trazido a juízo pela parte autora-consumidora, ora recorrida, mormente o extrato do cartão de crédito à f. 14, observa-se de modo simples que os valores a título de danos materiais foram restituídos à consumidora, bastando visualizar naquele extrato os valores que estão vinculados a "AZUL LI HAS AEREAS" que estão com um sinal "negativo" à frente, indicando crédito na fatura do cartão de crédito da consumidor-requerente, ora recorrida.5. Dessa forma, tendo sido devolvidos os valores à consumidora na própria fatura do cartão de crédito, não há que se falar em condenação em danos materiais.6. Quanto ao pedido da recorrente de reforma da indenização por danos morais, não merece provimento, uma vez que submetendo-se à regra da inversão do ônus da prova (art. 6.º, inciso VIII, do CDC), o recorrente, quando da instrução processual, não fundamentou de modo razoável o porquê do cancelamento da compra das passagens aéreas, ficando somente nas suas alegações, como ônus de prova que lhe cabia, até para ter força probante (art. 368, CPC).7. O serviço não foi prestado corretamente, passou do mero aborrecimento ao reduzir a capacidade econômica e financeira do recorrente-consumidor, devendo o recorrente responder com indenização por dano moral.5. No caso dos autos, o serviço se apresentou defeituoso. Os danos morais do consumidor se caracterizam pelos aborrecimentos, transtornos, descontentamentos e sentimento de raiva por este suportado em face da não execução do serviço contratado, o que por si só origina a má prestação dos serviços por parte do requerido. Por sua vez, além do aspecto compensatório do dano moral há de ser levado em conta o seu aspecto punitivo baseado no punitive damages do direito anglo-saxão, aceito pela jurisprudência brasileira, inclusive com remansosas decisões do E.STJ, até porque, a conduta do ora requerido se reveste de singular desvalia.6. Com relação ao valor do quantum, entendo que a monta fixada na sentença de primeiro grau está de acordo com as peculiaridades do caso concreto; entendo justo e razoável o valor de R$ 4.000,00, atendendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.7. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para reformar em parte a sentença de primeiro grau somente quanto aos danos materiais, os quais JULGO IMPROCEDENTES. Demais termos incólumes. Sirvo-me desta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Isenção de custas e honorários. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0203577-61.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO

Advogado : Daniel Cidrão Frota (19976/CE)

Recorrente : Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO

Advogado : Marcio Rafael Gazzineo (23495/CE)

Advogado : Daniel Cidrão Frota (19976/CE)

Recorrida : Joelma Farias

Advogado : Jessyca Luana Morais Ferreira (11258/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS EDUCACIONAIS. COLAÇÃO DE GRAU EM CURSO DE GESTÃO DE RECURSO HUMANOS EM 01/09/2015. DIPLOMA NÃO ENTREGUE ATÉ A DATA DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. ACORDO QUANTO À ENTREGA DO DIPLOMA. SALIENTO QUE PELO ARCABOUÇO PROBATÓRIO JUNTADO AOS AUTOS, A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU E O RECORRENTE CONCORDAM ACERCA DA DATA DO REQUERIMENTO DE EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA 08/09/2016. RAZÃO PELA QUAL TOMO POR BASE TAL TERMO INICIAL. QUANTO AO TEMPO QUE SERIA RAZOÁVEL PARA A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA, A PREPOSTA DA RECORRENTE EM AUDIÊNCIA AFIRMOU QUE SERIA DE SEIS MESES A DOIS ANOS (FLS. 160); JÁ EM RECURSO AFIRMA SER UM ANO (FLS. 175). DE UMA OU OURA FORMA, O QUE SE OBSERVA É QUE O RECORRENTE NÃO EXPLICA NEM COMPROVA A PREVISÃO E A RAZOABILIDADE DO PRAZO TÃO EXTENSO PARA EMISSÃO DO DOCUMENTO. SOMENTE CITA QUE HÁ ENVIO DE "documentos para Fortaleza e posteriormente para São Paulo" (FLS. 160), MAS CEDIÇO QUE OS PRAZOS APENAS PARA TRASLADO DE CORRESPONDÊNCIAS NÃO É TÃO ALONGADO. VERIFICO QUE SERIA NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DO CONHECIMENTO DO TEMPO DE TRÂMITE PELA RECORRIDA, CASO HOUVESSE PREVISÃO EM CONTRATO, OU AO MENOS A EXPLICAÇÃO BUROCRÁTICA DO TRÂMITE QUE JUSTIFIQUE A NECESSIDADE DE UM A DOIS ANOS PARA DIPLOMAÇÃO. ISSO PORQUE A EXPERIÊNCIA COMUM (ART. 5º, LEI 9099/95) NOS PERMITE SABER QUE HÁ UNIVERSIDADES QUE INCLUSIVE ENTREGAM O DIPLOMA NO ATO DA COLAÇÃO DE GRAU, O QUE DEMONSTRA SER POSSÍVEL A SUA EXPEDIÇÃO EM LAPSO TEMPORAL MENOR CASO A INSTITUIÇÃO SE ORGANIZE PARA TANTO. INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR A REGULARIDADE NA DEMORA EXCESSIVA PARA EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELA RECORRIDA. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU A RECORRIDA EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A PARTE OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM INCAPAZ DE GERAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI

9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0203577-61.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0204857-19.2016.8.04.0015 - Apelação, de 13ª Vara do Juizado Especial Criminal.

Apelante : Juan Bernabeu Céspedes

Advogado : Juan Bernabeu Cespedes (2595/AM)

Apelado : :Thiago Reis Bernabeu

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PEREMPÇÃO. AUSÊNCIA INJUSTIFICADA NA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONTESTAÇÃO. FATO QUE NÃO INDUZ À PEREMPÇÃO. RECURSO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da Relatora, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2019. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0204967-18.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : José Galdino Tosta

Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)

Recorrido : Universidade Paulista - Unip - Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero

Advogada : Cecilia Helena Pugliesi Cury (305976/SP)

Advogada : CRISTIANE BELLOMO DE OLIVEIRA (140951/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DE MATRÍCULA. PERDA DA BOLSA PERANTE PRO-UNI. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRENTE É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. NESSE SENTIR, COM O INTUITO DE DESINCUMBIR-SE DE SEU ÔNUS, O RECORRIDO JUNTOU AOS AUTOS O HISTÓRICO ESCOLAR DO RECORRENTE (FLS. 90), O QUAL DEMONSTRA QUE NO PRIMEIRO PERÍODO FORA REPROVADO POR MÉDIA EM TODAS AS DISCIPLINAS, MESMO ASSIM CHEGOU A CURSAR ALGUMAS MATÉRIAS DO SEGUNDO PERÍODO (FLS. 58/62). CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE À AUTORA A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. NO CASO CONCRETO, VERIFICO QUE O BOLETIM DE OCORRÊNCIA (FLS. 63) NÃO POSSUI O CONDÃO DE COMPROVAR A OCORRÊNCIA DOS FATOS NARRADOS E NEM A RESPONSABILIDADE CIVIL DA RECORRIDA, PORQUANTO AS INFORMAÇÕES FORAM PRESTADAS EXCLUSIVA E UNILATERALMENTE PELO RECORRENTE. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DA AUTORA NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. PELA AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0204967-18.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0204969-51.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Francisco da Silva Nonato

Advogada : Michelle Melo Barbosa (2648/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. REVISÃO DE FATURAS RECONHECIDAS EM PRIMEIRO GRAU. RECURSO QUANTO AO NÚMERO DE PRESTAÇÕES NO CASO DE PARCELAMENTO DA DÍVIDA E CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL. QUANTO NÚMERO DE PARCELAS PARA PAGAMENTO DAS DÍVIDAS REVISADAS, A DESPEITO DE HAVER ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL ACATANDO O PARCELAMENTO A FIM DE PERMITIR A EFETIVA QUITAÇÃO, NÃO HÁ DEFINIÇÃO LEGAL DA QUANTIDADE DE PRESTAÇÕES. A REGULAMENTAÇÃO RESTOU, PORTANTO, CONFERIDA À AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. NA ESPÉCIE, ENTENDO RAZOÁVEL E ADEQUADA A PREVISÃO DE PARCELAMENTO EM NÚMERO IGUAL AO DOBRO (VINTE PRESTAÇÕES, NO CASO DOS AUTOS). LADO OUTRO, DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. CONDUTA, DANO E NEXO CAUSAL VERIFICADOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. A FIXAÇÃO DO QUANTUM

INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0204969-51.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0206764-29.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Sebastião de Paula Moda
Advogado : Tude Moutinho da Costa (564/AM)
Recorrido : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
LitsPassiv : CIFRAS CRED
Advogado : Mithan Vasconcelos Corrêa (5784/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO INOMINADO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE. NÍTIDO INTUITO DE REEXAME DO MÉRITO E PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. RECURSO REJEITADO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, em REJEITAR OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0210305-07.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sheyliane Coelho Ramos
Advogado : Hernane Pereira Machado (7649/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Soc. Advogados : Carlos Fernando Siqueira Castro (672/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PELA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0210432-08.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Cardif do Brasil Vida e Previdência S/A
Advogado : Antônio Ary Franco César (123514/SP)
Recorrido : Francisco Rodrigues da Costa
Advogado : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Defensor P : CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (DEFENSOR PÚBLICO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO EM 27/08/2015 (FLS. 74). INCLUSÃO DE SEGURO PREMIADO E CONTA PAGA FAMÍLIA. DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO OCORRIDO EM 08/09/2015, 13 DIAS APÓS A CONTRATAÇÃO (FLS. 74). PEDIDO DE UTILIZAÇÃO EM MAIO/2016. NEGATIVA DE COBERTURA. CONTRATO FLS. 81/86 COLACIONADO PELO PRÓPRIO RECORRIDO. CLÁUSULA DE CARACTERÍSTICA DO SEGURO QUE DISPÕE SOBRE O DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO (FLS. 83): Pagamento à vista das despesas contraídas através dos Cartões Carrefour, calculado o valor presente na data da ocorrência do sinistro, sem a incidência de juros do financiamento, mora ou multas, limitado ao valor máximo indenizável de até R$1.000,00 (um mil reais) por segurado, independente do número de contratos que o mesmo possuir. Válido para profissionais assalariados com vínculo empregatício mínimo de 12 meses ininterruptos, em regime de CLT (para um mesmo empregador). Cobertura Família: Pagamento à vista correspondente a 3 (três) vezes o valor médio das 6 (seis) últimas faturas anteriores à ocorrência do evento, limitado ao máximo indenizável de R$1.000,00 (um mil reais) por valor médio, sendo o máximo total indenizável de R$3.000,00 (três mil reais). Carência de 31 dias e não há franquia. NESSE SENTIR, ASSEVERO QUE PARA O CONSUMIDOR FAZER JUS AO PRÊMIO DO SEGURO CONTA PAGA FAMÍLIA HAVIA NECESSIDADE DE CARÊNCIA MÍNIMA DE 31 DIAS ENTRE A CONTRATAÇÃO E A DATA DO DESEMPREGO, O QUE NÃO OCORREU, PORQUANTO PASSADOS TÃO SOMENTE 13 DIAS. ADEMAIS, EM UM PERÍODO TÃO EXÍGUO, NÃO HAVIA FATURAS FECHADAS COM PENDÊNCIA DE PAGAMENTO A SEREM QUITADAS PELO SEGURO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRIDO É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. NESSE SENTIDO, FICOU COMPROVADO FATO IMPEDITIVO DO DIREITO AUTORAL, PORQUANTO NÃO CUMPRIU OS REQUISITOS DE CARÊNCIA PARA FAZER JUS AO PRÊMIO, BEM COMO NÃO HAVIA FATURAS PENDENTES. PELO EXPOSTO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM RESPONSABILIDADE CIVIL OU DANO INDENIZÁVEL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PEDIDOS AUTORAIS JULGADOS IMPROCEDENTES. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0210432-08.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600207-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Keila Alves da Rocha
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. IMPOSIÇÃO DE SEGURO DE VIDA (VALOR DE R$112,23) EM CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO AGRÍCOLA. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU LIMINARMENTE IMPROCEDENTE A DEMANDA ANTE O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO TRIENAL. CONTRATO ENTABULADO EM 30/10/2013. LIDE PROPOSTA EM 05/01/2018. RECORRENTE QUE DEFENDE A INCIDÊNCIA DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NO ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ESSA HIPÓTESE DE PRESCRIÇÃO DEVE SER DESCARTADA DE PLANO POR NÃO SE TRATAR DE UMA PRETENSÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR FATO DO SERVIÇO (DEFEITO QUE, ALÉM DE ATINGIR A INCOLUMIDADE ECONÔMICA DO CONSUMIDOR, ATINGE SUA INCOLUMIDADE FÍSICA), MAS DE UMA PRETENSÃO RESTITUTÓRIA RELATIVA A UM PAGAMENTO ALEGADAMENTE INDEVIDO. ALINHO-ME À INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO TRIENAL (3 ANOS), PREVISTA NO ART. 206, § 3º, INCISO IV E V, DO CC, POIS A PRETENSÃO DOS CONSUMIDORES ESTARIA FUNDADA, EM ÚLTIMA ANÁLISE, NA ALEGAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA OU DE PAGAMENTO INDEVIDO, CUMULADA COM A REPARAÇÃO CIVIL. POR TODO O EXPOSTO, A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0600207-87.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600275-08.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : José Francisco Figueira
Advogado : Luís Alberto Correa (5117/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TELEFONIA. CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE INTERNET GIRO”. TELEFONE FIXO. RÉU QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 373, II, CPC. DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO APROPRIADO. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600326-90.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Advogado : Janilson da Costa Barros (13152/AM)
Recorrido : Manoel Aldair Andrade Tinoco
Advogado : Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600337-14.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ana Freisner Cruz Farias
Advogado : Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM)
Advogado : José de Jesus Gouvêa Oliveira Junior (10793/AM)
Advogada : Maria Auxiliadora Cavalcante de G. Oliveira (6102/AM)
Recorrido : SKY Brasil Serviços Ldta
Advogado : Fabiano da Silva Maciel (5005/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. TV POR ASSINATURA. PAGAMENTO DE FATURA DO MÊS DE FEVEREIRO/2016 QUE FOI CREDITADO EM CONTA “SKY LIVRE”. CONSUMIDORA QUE PAGOU NOVAMENTE A FATURA DA MESMA COMPETÊNCIA EM MARÇO DE 2016. SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO NÃO ATENDIDA. DOCUMENTO DE FLS. 18/19 QUE CONTÉM SEIS COMPROVANTES DE PAGAMENTO DATADOS DE 29/02/2016 EM FAVOR DE SKY BRASIL, MAS COM AS SEGUINTES DATAS DE VENCIMENTO: 23/12/2015; DUAS CONTAS COM VENCIMENTO EM 15/03/2016; DUAS CONTAS COM VENCIMENTO EM 30/03/2016; E 29/05/2016. JÁ ÀS FLS. 20 HOUVE PAGAMENTO DE FATURA COM VENCIMENTO EM 20/01/2016 EM 27/01/2016. EXTRAI-SE, PORTANTO, QUE NENHUM DESSES COMPROVANTES REFERE-SE À FATURA COBRADA PELA RECORRIDA, CONFORME INFORMADO NA EXORDIAL: VALOR DE R$387,20, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO E COM VENCIMENTO EM 20/02/2016. OBSERVO QUE SOMENTE EM 07 DE MARÇO DE 2016 A RECORRENTE EFETUOU PAGAMENTO DE VALOR APROXIMADO AO QUE NARRA SER INDEVIDO, DE R$360,99 (R$387,20, FLS. 04), COM VENCIMENTO EM 20/02/2016 (FLS. 22). NESSE ESPEQUE, CONCLUI-SE QUE NÃO HÁ PROVAS DO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE DA FATURA COM VENCIMENTO EM 20/02/2016. NÃO HÁ VEROSSIMILHANÇA NA ALEGAÇÃO DA AUTORA EM DIZER QUE OS PAGAMENTOS AVULSOS E DE COMPETÊNCIAS DIVERSAS (FLS. 18/21) EQUIVALEM ÀQUELE CONTESTADO COM VENCIMENTO EM 20/02/2016 (FLS. 22). CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE À AUTORA A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A

INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DA AUTORA NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. QUANTO À DECLARAÇÃO DE FLS. 37, VERIFICA-SE QUE A RECORRIDA FAZ REFERÊNCIA AO PAGAMENTO DE 2015, QUE RESTOU INCONTROVERSA A TRANSFERÊNCIA IRREGULAR, NADA AFIRMANDO SOBRE A DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2016. PELA AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO PAGAMENTO INDEVIDO, A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0600337-14.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600347-29.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : ABRAÃO LUCAS CARDOSO AFFONSO
Advogada : Hediane Naiade Silva Monteiro (5839/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO TRANSFERÊNCIA DE SERVIÇOS CONTRATADOS PARA NOVA RESIDÊNCIA. INÚMERAS RECLAMAÇÕES RELATADAS E IGNORADAS. RÉU QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 373, II, CPC. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600376-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Recorrida : Lilia Alcantara de Souza
Advogada : Maria Rosa S. de Lima Avila (4086/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SEGURO. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESCISÃO UNILATERAL SEM PRÉVIA COMUNICAÇÃO À CONSUMIDORA. RECURSO QUANTO AOS DANOS MORAIS ARBITRADOS NO JUÍZO A QUO. A DESPEITO DOS VALOROSOS ARGUMENTOS ENGENDRADOS PELO RECORRENTE, ENTENDO QUE NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELA RECORRIDA. IGUALMENTE CONFIGURADA A CONDUTA ABUSIVA E UNILATERAL DA RECORRENTE EM CANCELAR-LHE A COBERTURA DO SEGURO CONTRATADO, QUEBRANDO A LEGÍTIMA EXPECTATIVA DA CONSUMIDORA QUANTO AO CUMPRIMENTO DA AVENÇA. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU A RECORRIDA EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A PARTE OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM INCAPAZ DE GERAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0600376-74.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600482-21.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jarbas Arirama da Costa
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Advogado : Paulo Henrique de Souza Viana (12177/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO POR FATURA QUITADA. PROTESTO DA FATURA DE AGOSTO DE 2016 COM VENCIMENTO EM 06/09/2016 NO VALOR DE R$165,08 (FLS. 13). PEDIDOS JULGADOS IMPROCEDENTES PELA NÃO COINCIDÊNCIA DA LINHA DIGITÁVEL DO BOLETO. PAGAMENTO EFETUADO EM CASA LOTÉRICA. ERRO NO REPASSE QUE NÃO PODE SER IMPUTADO AO CONSUMIDOR. É INCONTROVERSO QUE HOUVE O PAGAMENTO DA FATURA, PORÉM, NÃO FOI IDENTIFICADO PELA RÉ. A RESPONSABILIDADE PELO NÃO-REPASSE DO PAGAMENTO, DECORRENTE DE ERRO DE COMUNICAÇÃO ENTRE A DEMANDADA E A LOTÉRICA, QUE RECEBEU O PAGAMENTO, NÃO DEVER SER IMPUTADO AO AUTOR. OBSERVE QUE O PRÓPRIO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DEMONSTRA A IDENTIFICAÇÃO DE “MANAUS ENERGIA S/A”. FORTUITO INTERNO PELO QUAL

A RECORRENTE DEVE SE RESPONSABILIZAR. CONDUTA DA RECORRENTE QUE CAUSOU DANOS AO RECORRIDO. NEXO CONFIGURADO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO OU CULPA CONCORRENTE. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. INAFASTÁVAL A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO RECORRENTE (ARTIGO 14 DO CDC) PELOS DANOS CAUSADOS A PARTE AUTORA, SENDO CERTO QUE A INDEVIDA NEGATIVAÇÃO CREDITÍCIA, POR SI SÓ, GERA INEGAVELMENTE ABALO MORAL, CONSOANTE ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. O DANO MORAL, NESTES CASOS, É CONSIDERADO IN RE IPSA, DECORRENDO DO PRÓPRIO FATO, SEM NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA. BEM A PROPÓSITO PRECEDENTE DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO QUAL SE DECIDIU QUE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE O DANO MORAL DECORRE DO PRÓPRIO ATO LESIVO DE INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DA PROVA DO PREJUÍZO, DESDE QUE COMPROVADO O EVENTO DANOSO (STJ, 3ª TURMA, RESP Nº 768.153-SP, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, J. 25.09.2006, DJU 09.10.2006, P. 292). A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA E JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL OCORRENTE. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO PROTESTADO ÀS FLS. 13. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0600482-21.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600785-92.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrido : Welliton Neves de Souza
Advogado : Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Debora Bandeira Koenow (36823/GO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO POR AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. DIREITO AO LEVANTAMENTO DO FGTS. BASE DE CÁLCULO. EVOLUÇÃO DO SALÁRIO. APLICAÇÃO DO ÍNDICE TR. TEMA 731, STJ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. 1. A Constituição Federal, em seu art. 37, IX, prevê: "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público". Neste sentido, o Poder Legislativo do Estado do Amazonas elaborou a Lei 2.607/2000, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e do artigo 108, §1º, da Constituição do Estado, ali estabelecendo o prazo determinado das contratações, bem como as possíveis prorrogações. De logo, verifica-se que o recorrente não observou a improrrogabilidade de qualquer dos prazos ali previstos. Por esta razão, comprovado nos autos que o Estado não respeitou o caráter temporário e excepcional da contratação, deve ser mantida incólume a sentença proferida pelo juízo a quo, eis que ponderou corretamente todas as questões do caso em comento. 2. Recurso conhecido e parcialmente provido somente para o fim de estabelecer que a base de cálculo seja fixada conforme a evolução salarial do empregado. Índice de correção monetária pela Taxa Referencial, TR. Sem condenação em custas e honorários. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600814-85.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : JULIETA SOARES COIMBRA
Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)
Recorrido : Banco Itaú Bmg Consignado S/A
Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. COMPLEXIDADE. INCOMPETÊNCIA MANTIDA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, alinho-me no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central.Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação, necessitando, in casu, a realização de perícia para apurar a suposta abusividade da cobrança.Recurso conhecido e não provido. Incompetência mantida. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0600814-85.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600892-28.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Eaglemoss do Brasil Publicações e Distribuição Ltda

Advogado : André Marsiglia Santos (331724/SP)

Recorrido : Gabriel de Morais Sabá

Advogada : Neila Aparecida Duarte Corá (8635/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSINATURA DE REVISTA MEDIANTE PAGAMENTO PARCELADO NO CARTÃO DE CRÉDITO. ENVIO IRREGULAR DAS REVISTAS. CANCELAMENTO DO CONTRATO E DAS COBRANÇAS DEVIDO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A PARTIR DO PEDIDO DE CANCELAMENTO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO APROPRIADO. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, em REJEITAR OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600973-40.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S/A

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Recorrido : MILTON DA SILVA CAVALCANTE

Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0601034-35.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Fátima Andrade dos Santos

Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)

Recorrido : Credifibra S.a - Credito, Financiamento e Investimento

Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. COMPLEXIDADE. INCOMPETÊNCIA MANTIDA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, alinho-me no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central.Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação, necessitando, in casu, a realização de perícia para apurar a suposta abusividade da cobrança.Recurso conhecido e não provido. Incompetência mantida. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0601034-35.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601082-57.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : BANCO DAYCOVAL S/A

Advogado : Denner B. Mascarenhas Barbosa (1183A/AM)

Recorrida : Etelvina Maria Nunes de Souza

Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0601087-24.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Requerente : Governador do Estado do Amazonas

Procurador : Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM)

Requerida : Ivaney Almeida da Silva

Advogado : Leonardo Alvarenga Viana (6956/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0601298-52.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)

Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Recorrido : Jonathan Amorim Brasil da Silva

Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0601308-67.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : NÍVIA CARVALHO SOLIMÕES

Advogado : Otavio Dias Pedrosa Filho (9559/AM)

Recorrida : Rosana Leão Gomes

Advogada : Maria Rosiane de Brito (7628/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0601563-85.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : DIRECIONAL ENGENHARIA LTDA
Advogado : Humberto Rossetti Portela (91263/MG)
Advogado : Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG)
Recorrido : ALEXSANDRO MOREIRA DE LIMA
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0601595-56.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Tecnisa Engenharia e Comercio Ltda
Advogado : Hileano Pereira Praia (3834/AM)
Advogado : Claudio Elias Santos (4036/AM)
Recorrido : Jorge Azize Maia
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Recorrida : Aída Maria Meninea Yunes
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL. COBRANÇA DE TAXA DE CONDOMÍNIO ANTES DO RECEBIMENTO DAS CHAVES. SUSTENTA O RECORRENTE PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL POR ILEGIBILIDADE DE DOIS DOCUMENTOS (FLS. 120/122). COMPULSANDO OS AUTOS VERIFICO QUE É POSSÍVEL IDENTIFICAR AS INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO DE FLS. 122. JÁ O DOCUMENTO DE FLS. 120, CASO SUA ILEGIBILIDADE PREJUDIQUE A COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO, TAL FATO SOMENTE AFETARÁ A COMPROVAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM INÉPCIA EM FUNÇÃO DE UM ÚNICO DOCUMENTO. QUANTO AO ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROVA DO PAGAMENTO, NOVAMENTE RESSALTO QUE TAL FATO AFETARIA TÃO SOMENTE O VALOR DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NÃO PREJUDICANDO O CONHECIMENTO E JULGAMENTO DA LIDE. PRELIMINAR REJEITADA. COBRANÇA DO COMPRADOR DE TAXA DE CONDOMÍNIO ANTES DA ENTREGA DAS CHAVES. IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA/VENDENDORA. OBRIGAÇÃO PROPTER REM. O PROMITENTE COMPRADOR SÓ PASSA A RESPONDER PELAS TAXAS DE CONDOMÍNIO APÓS O RECEBIMENTO DAS CHAVES, QUANDO PASSA A TER A POSSE EFETIVA DO BEM. NO ENTANTO, NÃO HÁ SUPORTE JURÍDICO PARA A PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO EM DOBRO, POIS A COBRANÇA DAS TAXAS CONDOMINIAIS NÃO FOI REALIZADA PELA RECORRENTE E O PAGAMENTO NÃO FOI REALIZADO EM SEU BENEFÍCIO, MAS POR TERCEIRO, O CONDOMÍNIO CONSTITUÍDO. A DEVOLUÇÃO EM DOBRO PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR SE REFERE À REPETIÇÃO DE INDÉBITO RELATIVAMENTE AOS PAGAMENTOS EFETUADOS AO FORNECEDOR, SENDO QUE, NO CASO, A PRETENSÃO É DIVERSA, CONSISTINDO NA INDENIZAÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS EM VIRTUDE DE PAGAMENTO FEITO A TERCEIROS. ASSIM, AO REALIZAR O PAGAMENTO DAS TAXAS CONDOMINIAIS QUE ERAM DE RESPONSABILIDADE DO RECORRENTE, OS RECORRIDOS SE SUB-ROGARAM NO DIREITO DO CREDOR, SENDO FACULTADO-LHES A COBRANÇA DO QUE FORA DESPENDIDO. PORTANTO, NÃO SE TRATANDO EFETIVAMENTE DE "DEVOLUÇÃO", MAS INDENIZAÇÃO, O RESSARCIMENTO DEVE SER FEITO NA FORMA SIMPLES. OS RECORRIDOS AFIRMARAM PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AOS MESES DE FEVEREIRO A MAIO, JULHO A SETEMBRO E NOVEMBRO DE 2016. OCORRE QUE, DOS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS (FLS. 119/129), RESTARAM CABALMENTE DEMONSTRADOS TÃO SOMENTE OS PAGAMENTOS REFERENTES AOS MESES DE FEVEREIRO (R$763,71 – FLS. 121); MAIO (R$574,71, FLS. 124); JULHO (R$387,39, FLS. 125); AGOSTO (R$339,25, FLS. 123); SETEMBRO (R$339,25, FLS. 122) E NOVEMBRO (R$346,58, FLS. 128). QUANTO AO MÊS DE MARÇO, O COMPROVANTE DE FLS. 120 ENCONTRA-SE TOTALMENTE ILEGÍVEL, SOMENTE SE RECONHECENDO O SÍMBOLO DO BANCO. O MÊS DE ABRIL POSSUI DOIS BOLETOS IDÊNTICOS (FLS. 119 E 126), ENTRETANTO AMBOS ESTÃO DESACOMPANHADOS DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO OU AUTENTICAÇÃO DO BANCO. MESES DE MARÇO E ABRIL ABATIDOS DO QUANTUM PRETENDIDO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO. DANOS MATERIAIS FIXADOS EM R$2.750,89 (DOIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS), COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DO EVENTO DANOSO (EFETIVO PAGAMENTO). INDENIZAÇÃO QUE SE DÁ DE FORMA SIMPLES. CARACTERIZADA A IRREGULARIDADE DA CONDUTA ADOTADA PELA RECORRENTE, QUE REPASSOU SUA RESPONSABILIDADE A CONSUMIDORA, TENDO ESTA QUE DISPOR DE CONSIDERÁVEL QUANTIA PARA ADIMPLIR AS TAXAS CONDOMINIAIS. ASSIM, IMPÕE-SE A SUA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELO DANO MORAL POR ELA SOFRIDO, O QUAL SE PRESUME, CONFORME AS MAIS ELEMENTARES REGRAS DA EXPERIÊNCIA COMUM, PRESCINDINDO DE PROVA DA SUA EFETIVA OCORRÊNCIA. A REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE PROPORCIONAR A JUSTA SATISFAÇÃO À VÍTIMA E, EM CONTRAPARTIDA, IMPOR AO INFRATOR IMPACTO FINANCEIRO, A FIM DE DISSUADI-LO DA PRÁTICA DE NOVO ILÍCITO, PORÉM DE MODO QUE NÃO SIGNIFIQUE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO OFENDIDO. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES MANTENHO O VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.São de responsabilidade da construtora/incorporadora todas as despesas relativas aos imóveis, incluindo as taxas condominiais, até que os adquirentes obtenham a posse direta da unidade imobiliária, o que somente ocorre com o recebimento das chaves e não com a expedição do "Habite-se".Segundo entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, "a efetiva posse do imóvel, com a entrega das chaves, define o momento a partir do qual surge para o condômino a obrigação de efetuar o pagamento das despesas condominiais" (EREsp 489.647/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 15/12/2009). . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0601595-56.2017.8.04.0016, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601627-49.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Paulo Henrique Cavalcante de Melo
Advogado : Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (11821/AM)
Recorrido : Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda
Advogado : Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE)

Advogada : Maria Emilia Gonçalves de Rueda (13788/AL)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. PETIÇÃO ÀS FLS. 106 NO QUAL O RECORRIDO "SE OPÕE" AO JULGAMENTO VIRTUAL, CONTUDO NÃO SOLICITA INSCRIÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL, RAZÃO PELA QUAL O JULGAMENTO DEVE MANTER-SE NOS TERMOS DO ARTIGO 114-A DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. ESTABELECIMENTO DE ENSINO. NARRA O RECORRENTE QUE FICOU INADIMPLENTE COM AS MENSALIDADES DO CURSO, RAZÃO PELA QUAL A EMISSÃO DE SEU DIPLOMA FOI NEGADO. A EXPERIÊNCIA COMUM (ART. 5º, LEI 9099/95) NOS PERMITE SABER QUE O PROCEDIMENTO DE EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA É ATO FORMAL MEDIANTE O QUAL SE INSTAURA PROCEDIMENTO PARA VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS PARA TANTO, DENTRE ELES ANÁLISE DO HISTÓRICO ESCOLAR, ENTREGA DE DOCUMENTOS PESSOAIS, ENTRE OUTROS. NO CASO ESPECÍFICO DOS AUTOS, VERIFICO QUE A RECORRIDA ÀS FLS. 24/25 ACLARA QUE INTERNAMENTE EXISTE TRÂMITE ANTERIOR À SOLICITAÇÃO FORMAL DO DIPLOMA: "Quando o aluno busca a secretaria acadêmica para dar entrada no diploma é verificado se existem pendências de documentos ou financeiras. Caso exista alguma pendência, o mesmo é orientado a verificar/sanar tal pendência e retornar a secretaria para dar continuidade ao processo de entrada do Diploma.". PELO QUE SE OBSERVA, ANTES MESMO DA POSSIBILIDADE DE FORMALIZAR O PEDIDO, A INSTITUIÇÃO DE ENSINO REALIZA FILTRO DE PENDÊNCIAS, NÃO PERMITINDO QUE OS ALUNOS COM DÉBITOS SEQUER DEEM ENTRADA NO PEDIDO SEM QUE TAIS DÍVIDAS ESTEJAM SANADAS. CEDIÇO QUE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO NÃO ESTÁ OBRIGADA A EFETUAR A REMATRÍCULA DO ALUNO INADIMPLENTE NOS PERÍODOS/MATÉRIAS POSTERIORES. ENTRETANTO, UMA VEZ MATRICULADO, ELE NÃO PODE SER IMPEDIDO DE REALIZAR AS ATIVIDADES INERENTES AO CONTRATO, O QUE INCLUI A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA DE CONCLUSÃO CASO TENHA FINALIZADO A GRADE ACADÊMICA COM ÊXITO. SALIENTO, AINDA, QUE A DEFESA DA RECORRIDA NÃO SE BASEIA EM DESEMPENHO INSUFICIENTE OU DISCIPLINAS PENDENTES, MAS SOMENTE NA INCONTESTE INADIMPLÊNCIA DO RECORRENTE. DISTO EXTRAI-SE QUE MESMO COM A INADIMPLÊNCIA, A INSTITUIÇÃO DE ENSINO PERMITIU AO ALUNO A CONCLUSÃO DO CURSO. DE TODA A ANÁLISE PROCESSUAL VISLUMBRO QUE O RECORRENTE CUMPRIU A INTEGRALIDADE DA GRADE CURRICULAR, PROCUROU A SECRETARIA ACADÊMICA PARA DAR ENTRADA NO REQUERIMENTO DE EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA MAS FOI IMPEDIDO DE REALIZA-LO FORMALMENTE EM FUNÇÃO DAS PENDÊNCIAS FINANCEIRAS. SENDO ORIENTADO A SANÁ-LAS NA SECRETARIA, TENTOU NEGOCIAR AS DÍVIDAS (FATO INCONTROVERSO, FLS. 23), PORÉM PELA AUSÊNCIA DE RECURSOS NÃO CONSEGUIU QUITÁ-LAS. SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADA A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO AUTOR E SOMADO AO PROCEDIMENTO DE BARREIRA CONFESSADO ÀS FLS. 25 PELA RECORRIDA, ENTENDO CONFIGURADA A CONDUTA ILÍCITA. NESTE SENTIDO HÁ EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL À CONDUTA PRATICADA PELA RÉ, CONFORME DISPÕE O ART. 6º DA LEI 9.870/99: Art. 6o São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com os arts. 177 e 1.092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias. HAVENDO AFRONTA AO DISPOSITIVO DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA, PERFEITAMENTE APLICÁVEL AO CASO, É DE SER RECONHECIDA A CARACTERIZAÇÃO DOS DANOS ALEGADOS NA INICIAL, POIS PERMITIR QUE O ALUNO INADIMPLENTE COMPLETE O CURSO E, DEPOIS, NEGAR O ALCANCE DO RESPECTIVO CERTIFICADO, CONSTITUI MEDIDA QUE SE CONTRAPÕE AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. NEXO CAUSAL RESTA DEMONSTRADO ENTRE A CONDUTA E O DANO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL OBEDECE À FINALIDADE PUNITIVA E TAMBÉM PEDAGÓGICA. A PUNIÇÃO DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO EM FACE DA RESPONSABILIDADE CIVIL TEM NATUREZA CIVIL E CONSISTENTE NA COMPENSAÇÃO PELOS DISSABORES ENFRENTADOS PELA VÍTIMA, DE MODO A AMENIZAR O SOFRIMENTO DECORRENTE DO INJUSTO. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. ANTE O EXPOSTO, DOU PROVIMENTO AO RECURSO, PARA CONDENAR A RÉ A INDENIZAR O AUTOR PELOS DANOS MORAIS SOFRIDOS, ARBITRADOS EM R$5.000,00 (CINCO MIL REAIS), COM CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DESTA DATA E JUROS DESDE A CITAÇÃO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. QUANTO À OBRIGAÇÃO DE FAZER, VERIFICO QUE ATÉ O MOMENTO NÃO HÁ NOTÍCIAS DA EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA, RAZÃO PELA QUAL DETERMINO QUE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO APRESENTE O DIPLOMA E O HISTÓRICO ESCOLAR DO RECORRENTE NO CARTÓRIO DA VARA DE ORIGEM NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R$500,00 (QUINHENTOS REAIS) ATÉ O LIMITE DE R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0601627-49.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601680-30.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : João Xavier da Silva

Advogado : Maria do Rosário de Oliveira Melo (5385/AM)

Recorrido : Banco Itaucard S/A

Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. ATENDIMENTO EM AGÊNCIA BANCÁRIA. FACULDADE DO CONSUMIDOR EM SER ATENDIDO POR QUALQUER DOS MEIOS DISPONIBILIZADOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONSUMIDOR QUE NÃO É OBRIGADO A VALER-SE DOS CAIXAS ELETRÔNICOS OU MESMO INTERNET BANKING. QUANTO AOS FATOS NARRADOS, EM REGRA, POSICIONO-ME NO SENTIDO DE QUE A DEMORA EM FILA DE BANCO, POR SI SÓ, NÃO GERA DANOS DE ORDEM EXTRAPATRIMONIAL. OCORRE QUE, NO CASO CONCRETO, RESTOU CABALMENTE COMPROVADA A PERMANÊNCIA DO CONSUMIDOR DAS 10:16H ÀS 12:43H (FLS. 15), OU SEJA, UMA ESPERA DE POR QUASE DUAS HORAS E MEIA PELO ATENDIMENTO BANCÁRIO. LADO OUTRO, O BANCO RECORRIDO LIMITOU-SE A AFIRMAR QUE NÃO HOUVE

OFENSA MORAL INDENIZÁVEL. É INCONCEBÍVEL PENSAR QUE A ESPERA APROXIMADA DE DUAS HORAS E MEIA PARA SER ATENDIDO CONSTITUI-SE MERO ABORRECIMENTO. ADEMAIS, OBSERVA-SE QUE O TEMPO EXTRAPOLA E MUITO O RAZOÁVEL. BANCO RECORRIDO QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO DO AUTOR. SERVIÇO INADEQUADO. RESTOU CARACTERIZADA A VIOLAÇÃO AO DEVER DE QUALIDADE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. PERDA DE TEMPO ÚTIL. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO.A IMPORTÂNCIA DO TEMPO COMO CAPITAL ECONÔMICO É RELEVANTE TANTO PARA O FORNECEDOR QUANTO PARA O CONSUMIDOR. DESTACA-SE DOUTRINA DO DESEMBARGADOR ANDRÉ GUSTAVO CORRÊA DE ANDRADE: "Quando está diretamente em jogo um interesse econômico, o tempo desempenha um papel fundamental, como se percebe pela previsão dos juros de mora, da cláusula penal moratória ou, ainda, da possibilidade de indenização por lucros cessantes. No plano dos direitos não patrimoniais, porém, ainda há grande resistência em admitir que a perda do tempo em si possa caracterizar dano moral. Esquece-se, porém, que o tempo, pela sua escassez, é um bem precioso para o indivíduo, tendo um valor que extrapola sua dimensão econômica. A menor fração de tempo perdido de nossas vidas constitui um bem irrecuperável. Por isso, afigura-se razoável que a perda desse bem, ainda que não implique prejuízo econômico ou material, dê ensejo a uma indenização". NESSA LINHA DE PENSAMENTO, O AUTOR DA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR É ENFÁTICO AO ESCLARECER: "nessas circunstâncias recorrentes de mau atendimento, o consumidor é levado a se afastar de uma atividade que deveria ou desejaria estar realizando - como trabalhar, estudar, consumir, cuidar de si, divertir-se, descansar, estar com entes queridos - para gastar seu tempo e suas competências na tentativa de resolver um problema de consumo ao qual não deu causa, mas que o está sujeitando a algum tipo de prejuízo, potencialmente ou efetivo". SE O PROVEITO ECONÔMICO DOS FORNECEDORES PELO TEMPO OTIMIZADO COM A ACEITAÇÃO LEGAL DE CONTRATOS DE ADESÃO E ATENDIMENTOS ELETRÔNICOS, MITIGANDO O DIREITO À INFORMAÇÃO INDIVIDUALIZADA, NÃO SOCORRER TAMBÉM NA OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DO CONSUMIDOR NA REALIZAÇÃO DE SEU INTERESSE MATERIAL, O FORNECEDOR DEVE ARCAR COM ESSE DESVIO DE PRODUTIVIDADE E PAGAR PELA PERDA DO TEMPO PESSOAL, EQUILIBRANDO-SE OS DIREITOS E DEVERES NAS RELAÇÕES DE CONSUMO. CARACTERIZADO O ABUSO, NO CASO CONCRETO, NA ESPERA PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DO ARBITRAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0601680-30.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601769-34.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Fábio Lúcio Falcão de Oliveira
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Recorrido : Banco Ficsa S.A
Advogado : Paulo Roberto Vigna (173477/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA - EMPRÉSTIMO – REFINANCIAMENTO – CONTRATO ASSINADO - IMPROCEDENTES PEDIDOS DA INICIAL - RECURSO IMPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601895-55.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : FRANCISCA DE NAZARÉ ALVES DE CARVALHO
Advogado : Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (953/RR)
Recorrido : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : Oi Movel S.a.
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)
Advogado : Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. PORTABILIDADE. PAGAMENTO DE FATURAS EM DUPLICIDADE. INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS E DANOS MATERIAIS DEFERIDOS EM SENTENÇA. RECURSO QUE PLEITEIA A REPETIÇÃO DOBRADA E DANOS MORAIS. QUANTO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO, VERIFICO QUE, DE FATO, SOMENTE UMA FATURA DEMONSTRA CORRELAÇÃO COM A LINHA QUE FOI REALIZADA A PORTABILIDADE (FLS. 27). OS DOCUMENTOS DE FLS. 303/304 APONTADOS PELO RECORRENTE NÃO APRESENTA CORRELAÇÃO COM FATURA DA LINHA PORTABILIZADA (FLS. 303) E APRESENTA NÚMERO DIVERSO (FLS. 304). POR TAL MOTIVO, ENTENDO CORRETA A CONDENAÇÃO A TÍTULO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO APONTADA PELA SENTENÇA RECORRIDA. CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE AO AUTOR A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO (ART. 373, I, CPC), OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DO AUTOR, NÃO SERÁ A INVERSÃO QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DO AUTOR NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. NÃO TENDO SIDO COMPROVADO O PAGAMENTO DE OUTRAS FATURAS, A MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO É MEDIDA QUE SE IMPÕE. NOUTRO GIRO, CONSTITUI DANO MORAL APENAS A DOR, O VEXAME, O SOFRIMENTO OU A HUMILHAÇÃO QUE, EXORBITANDO A NORMALIDADE, AFETEM PROFUNDAMENTE O COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVIDUO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES, DESEQUILÍBRIO E ANGÚSTIA. NO CASO EM COMENTO, HOUVE PAGAMENTO INDEVIDO DE UMA FATURA, EM QUANTIA QUE NÃO SE DEMONSTROU TER AFETADO O EQUILÍBRIO ECONÔMICO DA RECORRENTE OU SUA MANUTENÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA, ÔNUS QUE INCUMBIA AO AUTOR, DA OCORRÊNCIA DE ABALO MORAL NA ESPÉCIE. QUANTO AO PEDIDO DE CONSOLIDAÇÃO DE MULTA FACE O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA, TAL QUESTÃO DEVE SER DETERMINADA NO JUÍZO DE EXECUÇÃO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO

ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0601895-55.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602194-63.2014.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Eudésia Lins Mayer
Advogado : Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (6502/AM)
Advogado : Érico de Oliveira Gonçalo (5165/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso S/A
Advogado : Celso Henrique dos Santos (795A/AM)
Advogado : William Batista Nésio (797A/AM)
Advogado : Erik Lorenzzo Marinho da Silva (4944/AM)
Advogada : Suellen Poncell do Nascimento Duarte (28490/PE)
Advogado : Ivan Mercedo de Andrade Moreira (796A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – EMBARGOS À EXECUÇÃO – EXCESSO - DUPLICIDADE - PAGAMENTO VOLUNTÁRIO E CONSTRIÇÃO BACENJUD - DEVOLUÇÃO DE PARTE DOS VALORES AO EXECUTADO – REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA – DEVOLUÇÃO DO PAGAMENTO VOLUNTARIO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602271-55.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Thiago Pessoa Rocha (29650/PE)
Recorrido : Antonio Ferreira Rodrigues
Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE SEGURO. PEDIDO EXPRESSO DE CANCELAMENTO EM 30/01/2013 (FLS. 17). REITERAÇÃO EM 14/12/2015 (FLS. 18). MANUTENÇÃO DOS DESCONTOS PELO RECORRENTE. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS POR NECESSIDADE DE PERÍCIA NO CARIMBO. CONFORME O RECORRENTE RECONHECE ÀS FLS. 168 TAL MODELO DE CARIMBO FOI UTILIZADO ATÉ 2014. SENDO O PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO EM 30/01/2013, VÁLIDO E INCONTESTÁVEL O CARIMBO DE FLS. 17, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DA PERÍCIA DEFENDIDA.ADUZ AINDA A FALTA DE INTERESSE DE AGIR DO AUTOR PELA AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. ORA, HAVENDO PEDIDO EXPRESSO DE CANCELAMENTO E DEVIDAMENTE PROTOCOLADO PERANTE A INSTITUIÇÃO, A MANUTENÇÃO DO CONTRATO COM OS RESPECTIVOS DESCONTOS EM CONTRACHEQUE POR MAIS DE QUATRO ANOS APÓS A SOLICITAÇÃO CONFIGURA SIM PRETENSÃO RESISTIDA DA RECORRENTE, QUE ALÉM DE NÃO CANCELAR O SERVIÇO, SEQUER APRESENTOU RESPOSTA FORMAL AO PEDIDO. PRELIMINAR REJEITADA. SUSTENTA O RECORRENTE A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO, TENDO EM VISTA QUE OS PLEITOS AUTORAIS TEM COMO PANO DE FUNDO PAGAMENTO DE PRÊMIOS OCORRIDOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS. EM VERDADE, NÃO SE TRATA DE COBRANÇA DE PRÊMIOS, MAS SIM INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DOS DESCONTOS INDEVIDOS. PRIMEIRO PEDIDO EXPRESSO DE CANCELAMENTO EM 30/01/2013 (FLS. 17). AJUIZAMENTO DA DEMANDA EM 02/04/2018. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL QUE SOMENTE ATINGIRIA AS PARCELAS DOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2013, E QUE SEQUER FORAM INCLUÍDAS NO PEDIDO DO AUTOR (FLS. 10). PRETENSÃO AUTORAL QUE SE LIMITOU A PEDIR A QUESTIONAR AS PARCELAS INDEVIDAMENTE DESCONTADAS A PARTIR DE ABRIL DE 2013. IGUALMENTE NÃO SE APLICA A PRESCRIÇÃO ÂNUA, PORQUANTO NÃO SE TRATA DA COBRANÇA DO PRÊMIO DE SEGURO, MAS SIM DESCONTOS INDEVIDOS. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CONDUTA, DANO E NEXO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. MÁ-FÉ COMPROVADA ANTE A OMISSÃO DO RECORRENTE EM NÃO EFETIVAR O CANCELAMENTO DO CONTRATO MESMO APÓS REITERADOS PEDIDOS DO RECORRIDO. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, DESCONTOS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. SALIENTO QUE, A DESPEITO DO QUE SUSTENTA O RECORRENTE, NÃO SE TRATA DE MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL, MAS DE DESCONTO ABUSIVO DE PARCELAS SALARIAIS, DE NATUREZA ALIMENTAR, SEM QUE HAJA PREVISÃO CONTRATUAL. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0602271-55.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602436-54.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM)
Recorrido : Manoel Bianor Ferreira Palma
Advogado : Eugenio dos Santos Gomes (8930/AM)
Recorrida : Aparecida Mady da Silva
Advogado : Eugenio dos Santos Gomes (8930/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO – DIREITO DO CONSUMIDOR – DÉBITO INEXISTENTE - AUSÊNCIA DE ESCLARECIMENTO DA ORIGEM D DÉBITO

- CONTESTAÇÃO GENÉRICA – INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – DANO MORAL PRESUMIDO – CARACTERIZADO – MANTIDO O VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA – RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602799-72.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Karen Andrade de Almeida

Advogado : Harbem Gomes Avelar (9795/AM)

Recorrido : Centro de Assist. ao Desenv. de Form. Profissional - Literatus

Advogada : Juliana Passos dos Santos (7815/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0602850-15.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Elisamar Andrea Canto dos Santos

Advogado : Paulo Gustavo Barroso Sobral (11235/AM)

Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A

Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL – DIREITO DO CONSUMIDOR – NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DE CARTÃO DE CREDITO – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO – AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO – DANO MORAL NÃO COMPROVADO – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. A sentença julgou improcedentes os pedidos da exordial.2. Entendo que não merecem ser acolhidas as alegações do Recorrente, tendo em vista que não comprovou/narrou qualquer conduta ilícita do requerido-recorrido, pelo contrário, vejo que dos fatos narrados o requerido-recorrido apenas praticou seus atos comerciais relacionados à livre iniciativa, direito esse previsto nos arts.1º, IV, e 170, caput, ambos da CF:Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa (...).3. É possível concluir que o requerido-recorrido não infringiu qualquer lei ou desrespeitou o consumidor durante a prestação do serviço em comento. Pode-se perceber que a conduta do requerido-recorrido reveste-se de puro exercício regular de direito, pois realizou lançamentos/descontos oriundos de contrato devidamente assinado pelo consumidor. Valendo frisar que, diferentemente do que se alega no recurso inom o valor desse segundo empréstimo "creditado" ao consumidor fora utilizado para refinanciar um outro empréstimo, e não para crédito em conta bancária.4. O Código Civil prevê que aquele que age no exercício regular de seu direito não pratica ato ilícito, a saber:Art. 188. Não constituem atos ilícitos: I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;5. Provado que o serviço prestado foi adequado, não prosperam as alegações do recorrente, eis que o recorrido apenas exerceu seu direito regularmente, não havendo que se falar em conduta ilícita ou qualquer dano indenizatório em favor do recorrente.Veja o que esclarece o seguinte julgado do STJ, da relatoria do saudoso Min. Menezes Direito: "(...) 1. Não há falar em prova do dano moral, mas, sim, na prova do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que o ensejam. Provado assim o fato, impõe-se a condenação, sob pena de violação ao art. 334 do Código de Processo Civil. (...)" (REsp 86.271/SP). 6. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Isento de custas e honorários nos termos da lei. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos desta súmula de julgamento que serve como acórdão.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602868-70.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrido : PAULISTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.,

Advogado : Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM)

Recorrida : Maria Aparecida Saris Ferreira

Advogado : Roberto Ramos de Castro Junior (10467/AM)

Recorrido : Vinicius Saris Ferreira

Advogado : Roberto Ramos de Castro Junior (10467/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. ORÇAMENTOS. SUFICIÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602929-65.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisca de Souza e Souza

Advogado : Gerson Menezes Evangelista (5268/AM)

Recorrente : MARILENE LOPES DELGADO

Advogado : Gerson Menezes Evangelista (5268/AM)

Recorrido : Hospital São Lucas - Samesp - Sociedade de Assistência Médica Especializada

Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)

Advogado : Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO CIVIL. VIZINHANÇA. OBRAS DE RESPONSABILIDADE DO HOSPITAL QUE GERARAM TRANSTORNOS AOS MORADORES DO ENTORNO. CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA COM ABERTURA E DESPEJO DE ÁGUA DO AR CONDICIONADO PARA O PARA O IMÓVEL DOS RECORRENTES. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE EXTINGUIU PELA INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FACE A NECESSIDADE DE PERÍCIA BEM COMO PELO CHAMAMENTO À LIDE DE PESSOA JURÍDICA DE DIRETO PÚBLICO – PREFEITURA DE MANAUS. PRIMEIRAMENTE RESSALTO A TÍTULO DE OBITER DICTUM QUE A DESPEITO DE A SENTENÇA SER CONTRÁRIA AO INTERESSE DAS RECORRENTES, NÃO SE TRATA DE JULGAMENTO EXTRA OU ULTRA PETITA, PORQUANTO CEDIÇO QUE O JUÍZO TEM COMPETÊNCIA PARA ANALISAR SUA PRÓPRIA COMPETÊNCIA (INSTITUTO DA KOMPETENZ KOMPETENZ). DESTA FORMA NENHUM JUIZ É TOTALMENTE INCOMPETENTE, POIS AO VERIFICAR SUA INCOMPETÊNCIA - ABSOLUTA - TEM COMPETÊNCIA PARA RECONHECÊ-LA. ADEMAIS, A ENTABULADA NA SENTENÇA RECORRIDA NÃO EXTINGUIU O FEITO POR COMPETÊNCIA RELATIVA, MAS SIM ABSOLUTA, SENDO, PORTANTO QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA E COGNOSCÍVEL PELO JULGADOR A QUALQUER MOMENTO E INCLUSIVE DE OFÍCIO. NO MÉRITO, VERIFICO QUE, CONFORME PETIÇÃO DE FLS. 128/140 A OBRIGAÇÃO DE FAZER RESULTOU ACORDADA ENTRE AS PARTES, SENDO DEVIDAMENTE CUMPRIDA, EXTINGUINDO DESSA FORMA PARCIALMENTE O MÉRITO DA DEMANDA. NESSE

ESPEQUE, A MATÉRIA CONTROVERTIDA RESIDUAL CINGE-SE TÃO SOMENTE QUANTO AOS DANOS MORAIS, ACERCA DO QUAL NÃO HÁ QUE SE FALAR EM PERÍCIA DE ENGENHEIROS OU INTERVENÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, SENDO, PORTANTO, COMPETENTE O JUIZADO ESPECIAL. DA ANÁLISE DOS FATOS E DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS, INEGÁVEL QUE A OBRA E OS EQUIPAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DO RECORRIDO DESPEJAVAM OS RESÍDUOS DO AR CONDICIONADO PARA O PRÉDIO DAS RECORRENTES (FLS. 111/112). IGUALMENTE OS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ULTRAPASSAVAM OS LIMITES DO PRÉDIO DO RECORRIDO, INVADINDO O TERRENO VIZINHO (FLS. 111, 112, 114), BEM COMO ENTULHOS DE OBRA ERAM LANÇADOS SOBRE O TELHADO ALHEIO (FLS. 116/117). ALÉM DISSO, O QUE APARENTA SIGNIFICATIVA INVASÃO É A ABERTURA DE VARANDA ABERTA DIRETAMENTE SOBRE O QUINTAL DAS RECORRENTES (FLS. 108/110). AINDA QUE SEM PERÍCIA DE ENGENHARIA, OBSERVA-SE QUE A VARANDA FOI ELABORADA A MENOS DE METRO E MEIO DO TERRENO VIZINHO, PORQUANTO CLARAMENTE PERCEBE-SE QUE ESTÁ APOIADA SOBRE A VIGA DE FERRO ENCOSTADA NO MURO DIVISOR. TAL ACESSO VIOLA O DIREITO À PRIVACIDADE DAS RECORRENTES, QUE TIVERAM QUE SUPORTAR INJUSTAMENTE A INVASÃO DE OLHOS DOS TRABALHADORES DIARIAMENTE SOBRE SUAS RESIDÊNCIAS. CONDUTAS QUE, ALÉM DE OFENDER AS DETERMINAÇÕES RELATIVAS AO DIREITO DE VIZINHANÇA PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL, VIOLAM INEGAVELMENTE DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS RECORRIDAS, MORMENTE NO QUE TANGE À PRIVACIDADE E SOSSEGO, CONFIGURANDO-SE, PORTANTO, O DANO MORAL E O NEXO CAUSAL ENTRE AMBOS. O ELEMENTO SUBJETIVO DA CULPA ENCONTRA-SE ELENCADO NA MODALIDADE NEGLIGÊNCIA, PORQUANTO O RECORRIDO NÃO REALIZOU AS DEVIDAS PRECAUÇÕES PARA EVITAR OS DANOS ÀS RECORRENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DA MESMA FORMA DEVE PROPORCIONAR A JUSTA SATISFAÇÃO À VÍTIMA E, EM CONTRAPARTIDA, IMPOR AO INFRATOR IMPACTO FINANCEIRO, A FIM DE DISSUADI-LO DA PRÁTICA DE NOVO ILÍCITO. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS) PARA CADA AUTORA A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA E JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0602929-65.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603054-96.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Dulcimar de Araujo Sabino
Advogada : kamyla Sabino dos Santos (6673/AM)
Advogado : Sérgio Wellington de Souza (10627/AM)
Recorrido : Pelmex da Amazônia Ltda
Advogada : Andréa Marques Teles de Souza (3283/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE CAMA BOX. SUSTENTA A RECORRENTE QUE DESDE A ENTREGA DO PRODUTO EM 10/07/2015 O PRODUTO EXALAVA FORTE MAU CHEIRO. RETIRADA DO BOX BASE DO COLCHÃO EM 21/07/2015. SUBSTITUIÇÃO QUE SE DARIA APÓS 7 DIAS, MAS NÃO OCORREU. RECORRENTE QUE OPTOU POR CANCELAR A COMPRA EM 10/08/2015 (FLS. 40). OBSERVE QUE A ENTREGA DEU-SE EM 10/07/2015 E AFIRMA A RECORRENTE QUE NO MESMO DIA INFORMOU DO PROBLEMA À VENDEDORA. A PARTIR DE TAL MOMENTO A EMPRESA POSSUÍA 30 DIAS PARA RESOLVER O IMPASSE. NÃO TENDO RESOLVIDO, SURGE À CONSUMIDORA A POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DE UMA DAS TRÊS OPÇÕES ELENCADAS NO §1º DO ARTIGO 18, CDC: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço. DESTA FORMA, A CONSUMIDORA OPTOU PELO DESFAZIMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO E RESTITUIÇÃO DA QUANTIA PAGA. PRAZO DO ARTIGO 18, CDC CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DANO NÃO CONFIGURADO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603054-96.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603141-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)
Recorrida : Antonia Gomes Rodrigues
Advogada : Suzana Pinto Lorenzoni (9155/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO – DIREITO DO CONSUMIDOR – TENTATIVA DE RESOLUÇÃO DO IMBRÓGLIO NA VIA ADMINISTRATIVA - INEXISTÊNCIA DE CONSUMO - COBRANÇA INDEVIDA - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. O recorrente cobrou do recorrido valores de fatura de energia referente a período em que o imóvel do segundo estava desapropriado.2. Alegou o recorrente que em momento algum o recorrido demonstrou que efetivamente informou na via administrativa acerca da inexistência de consumo no imóvel em razão da alegada desapropriação.3. De pronto obeserva-se que o recurso não merece provimento, uma vez que tanto no petitório de defesa do recorrente no primeiro grau, quanto neste recurso inominado não há fatos e fundamentos modificativos/extintivos do direito do autor, ora recorrido.4. Analisando os documentos juntados pelas partes, mormente o de f. 15/16, vê-se que o recorrido-consumidor fora desapropriado em 04/11/2016 e que buscou resolver administrativamente o imbróglio das cobranças de período sem consumo objeto desta demanda diretamente junto ao recorrente, ou seja, demonstra que informou ao recorrente que o imóvel estava desocupado desde 04/11/2016.5. De posse da informação da desocupação/desapropriação do imóvel, o recorrente nada fez para colaborar com o consumidor (sujeito hipossuficiente

da relação), mantendo as cobranças refutadas pelo consumidor bem como dificultando a instalação do novo medidor de energia.6. A conduta do recorrente é de responsabilidade objetiva e não se coaduna com o princípio da informação adequada ao consumidor (art. 6.º, III, CDC) e ainda torna excessivamente onerosa a cobrança pelos seus serviços (art. 6º, V, do CDC). Portanto, entendo de direito a anulação do débito cobrado por serviço não consumido.7. Quanto ao valor da indenização por dano moral, na esteira da jurisprudência do STJ, "o 'quantum' indenizatório devido a título de danos morais deve assegurar a justa reparação do prejuízo sem proporcionar enriquecimento sem causa do autor, além de levar em conta a capacidade econômica do réu, devendo ser arbitrado pelo juiz de maneira que a composição do dano seja proporcional à ofensa." (STJ, Resp. n.º 959.904/PR, Rel. Min. Luiz Fux). 8. Sopesadas estas circunstâncias preponderantes que envolvem o caso concreto, entendo que a quantia aplicada pelo Juízo a quo como suficiente para atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de estar dentro dos parâmetros das jurisprudências do STJ.9. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo de seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento, nos termos desta súmula de julgamento que serve como acórdão e voto.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603161-28.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rosa Maria Rocha dos Santos
Advogado : Mirna Cristina Geber da Silva (9097/AM)
Advogada : Vanilde de Jesus Duarte (10028/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. SUSTENTA A RECORRENTE QUE FOI INDEVIDAMENTE NEGATIVADA PELA EMPRESA RECORRIDA PELA FATURA DO MÊS DE MAIO/2016 NO VALOR DE R$1.090,74. ALEGA QUE EFETUOU O PAGAMENTO DA RESPECTIVA COMPETÊNCIA NO VALOR DE R$45,33. NA PEÇA DE DEFESA, A RECORRIDA DEMONSTRA QUE A NEGATIVAÇÃO DO VALOR DEU-SE EM RAZÃO DO DÉBITO IMPUTADO RELATIVO A PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ENERGIA (FLS. 73/89). EM RECURSO INOMINADO, A RECORRIDA ALTERA A CAUSA DE PEDIR E O PEDIDO. ENQUANTO NA EXORDIAL QUESTIONADA A INSCRIÇÃO INDEVIDA, NO RECURSO IMPUGNA O PROCEDIMENTO DE LEVANTAMENTO DE CARGA. PEDIDO QUE DEVE SER CERTO E DETERMINADO. POSSIBILIDADE DE ADITAR OU ALTERAR O PEDIDO ATÉ A CITAÇÃO SEM O CONSENTIMENTO DO RÉU, E ATÉ O SANEAMENTO DO PROCESSO COM CONSENTIMENTO DO RÉU E NOVO PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO (ART. 329, CPC). NOTE-SE QUE A ADMISSÃO DE NOVAS QUESTÕES FÁTICAS COM O RECURSO INOMINADO SÓ É POSSÍVEL SE A PARTE DEMONSTRAR QUE DEIXOU DE APRESENTÁ-LOS NO JUÍZO DE ORIGEM POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR, NA FORMA DO ARTIGO 1014 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. NESTA MESMA ESTEIRA DE EXCEPCIONALIDADE, IMPÕE-SE À RECORRENTE A DEMONSTRAÇÃO DE FORÇA MAIOR IMPEDITIVA PARA QUE SE ADMITA A INVOCAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE QUESTÕES DE FATO NÃO SUSCITADAS OPORTUNAMENTE NO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, RATIFICANDO, ASSIM, A REGRA DE VEDAÇÃO DO NOVORUM IUDICIUM EM SEDE DE RECURSO, VISTO QUE A COGNIÇÃO EFETUADA PELO ÓRGÃO AD QUEM NO EXERCÍCIO DA SUA COMPETÊNCIA RECURSAL CONSISTE EM ATIVIDADE DE CONTROLE (REVISIO PRIORIAE INSTANTIAE) E NÃO DE CRIAÇÃO. NESSE SENTIR, O RECURSO DEVE RESTRINGIR-SE À ANÁLISE DOS FATOS E ARGUMENTOS ENGENDRADOS EM PRIMEIRO GRAU. OUTROSSIM, VERIFICO QUE DE FATO O HISTÓRICO DE CONSUMO DA RECORRENTE DESTOA EM MUITO DA AFERIÇÃO REALIZADA APÓS A INSPEÇÃO E A TROCA DO MEDIDOR, CHEGANDO A MEDIR, A EXEMPLO, 1KWH NO MÊS DE JANEIRO DE 2014. MUITO EMBORA POSSA SE QUESTIONAR O PROCEDIMENTO UNILATERAL ADOTADO PELA REQUERIDA DURANTE A INSPEÇÃO TÉCNICA QUE APONTOU ADULTERAÇÃO NO MEDIDOR E O RESPECTIVO LEVANTAMENTO DE CARGA, PERCEBE-SE, CLARAMENTE, QUE HOUVE FATURAMENTO A MENOR. NESSE SENTIDO, POUCO IMPORTANDO SE HOUVE FRAUDE OU DEFEITO NA MEDIÇÃO, A VERDADE É QUE A PARTE REQUERENTE FOI BENEFICIADA COM TAL IRREGULARIDADE NA MEDIDA EM QUE DEIXOU DE PAGAR COM O QUE ERA DEVIDO. POR TODO O EXPOSTO, ENTENDO QUE A SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603161-28.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603349-41.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : MARIA CLÉIA DA SILVA MAIA
Advogada : Léa Fernandes Amazonas (8612/AM)
Advogado : Diego Humbelino Duarte (9071/AM)
Recorrido : MASTERCARD BRASIL LTDA
Advogado : Hildeberto Corrêa Dias (1127/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0603494-29.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rebeka Ribeiro de Pinho
Advogado : Félix de Melo Ferreira (3032/AM)
Advogado : Diogo Coelho de Freitas (10733/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (211648/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. SUSTENTA A RECORRENTE QUE EFETUOU TRANSFERÊNCIA DE 460 EUROS (FLS. 10/12) À ESTABELECIMENTO DE HOSPEDAGEM EM RAZÃO DE INTERCÂMBIO. POR FALHA NO SERVIÇO DO RECORRIDO, A TRANSAÇÃO NÃO FORA CONCLUÍDA E SEQUER O VALOR FORA ESTORNADO À SUA CONTA. OCORRE QUE, CONFORME RESTOU DEMONSTRADO PERANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, A OPERAÇÃO NÃO FOI CONCLUÍDA EM FUNÇÃO DE A RECORRENTE TER

APONTADO EQUIVOCADAMENTE A NUMERAÇÃO BANCÁRIA DO BENEFICIÁRIO DE DESTINO. CULPA DA CONSUMIDORA PELA AUSÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA DE VALORES. LADO OUTRO, O DANO MORAL INDENIZÁVEL RECONHECIDO PELA SENTENÇA A QUO DEU-SE EXCLUSIVAMENTE PELA FALHA DO SERVIÇO DO BANCO OCORRIDO APÓS O FRACASSO DA TRANSAÇÃO: AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO À CONSUMIDORA DO OCORRIDO E FORMA DE RESTITUIR OS VALORES EM TEMPO BREVE. A REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE PROPORCIONAR A JUSTA SATISFAÇÃO À VÍTIMA E, EM CONTRAPARTIDA, IMPOR AO INFRATOR IMPACTO FINANCEIRO, A FIM DE DISSUADI-LO DA PRÁTICA DE NOVO ILÍCITO, PORÉM DE MODO QUE NÃO SIGNIFIQUE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO OFENDIDO. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. PELO EXPOSTO, E SOPESADA A CULPA CONCORRENTE OCORRIDA NO CASO EM COMENTO HEI POR BEM MANTER O VALOR ARBITRADO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603494-29.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603579-80.2013.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : MASTERCARD BRASIL LTDA

Advogado : Hildeberto Corrêa Dias (1127/AM)

Recorrida : MARILENE SILVA BARBOSA

Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0603597-02.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisca Alves do Nascimento

Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)

Recorrido : ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASIL S/S LTDA - EPP

Advogada : Edmárie de Jesus Cavalcante (3351/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUSTENTA A RECORRENTE QUE DESDE 2010 SOFRE DESCONTOS EM SEU CONTRACHEQUE COM A DENOMINAÇÃO "ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO BRASIL", REFERENTE A UM SEGURO CONTRATADO HÁ MUITOS ANOS, QUE TERIA PRAZO DETERMINADO. QUE A DESPEITO DA NÃO RENOVAÇÃO DA AVENÇA E REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, OS DESCONTOS PERSISTEM ATÉ OS DIAS ATUAIS. A DESPEITO DA NARRATIVA DA PARTE AUTORA, OBSERVO QUE A CONTRATAÇÃO DEU-SE REGULARMENTE E SEM PRAZO DETERMINADO (FLS. 110) EM 26/10/1994. NESSE SENTIDO, ANTES DE SE ADENTRAR NA QUESTÃO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO DE CANCELAMENTO, CUMPRE AVALIAR A VALIDADE DO CONTRATO DE SEGURO POR PRAZO INDETERMINADO. IMPORTANTE DESTACAR QUE O CONTRATO FORA ASSINADO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. A LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (DECRETO-LEI 4.657/42) DISPÕE EM SEU ARTIGO 6º QUE A LEI EM VIGOR TERÁ EFEITO IMEDIATO E GERAL, RESPEITADOS O ATO JURÍDICO PERFEITO, O DIREITO ADQUIRIDO E A COISA JULGADA. REPUTA-SE ATO JURÍDICO PERFEITO O JÁ CONSUMADO SEGUNDO A LEI VIGENTE AO TEMPO EM QUE SE EFETUOU (ART. 6º, §1º, LINDB). NESSE SENTIR, DEVE SER ANALISADO SOB A ÓTICA DA LEI VIGENTE À ÉPOCA (CC/1916) POR SE TRATAR DE ATO JURÍDICO PERFEITO. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 760, CC/2002. O CÓDIGO CIVIL DE 1916 TRAZIA NORMAS GERAIS DAS RELAÇÕES DE SEGURO NOS ARTIGOS 1.432 A 1.465, E O SEGURO DE VIDA DOS ARTIGOS 1.471 A 1.476 - ACERCA DOS REQUISITOS DA APÓLICE, HAVIA PREVISÃO: Art. 1.434. A apólice consignará os riscos assumidos, o valor do objeto seguro, o prêmio devido ou pago pelo segurado e quaisquer outra estipulações, que no contrato se firmarem. ASSIM, FACE A AUSÊNCIA DE REGRA NA LEI PRETÉRITA, VÁLIDO O CONTRATO DE SEGURO NOS TERMOS ANUÍDOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DO CONTRATO QUE NÃO INVALIDA O MESMO. AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM CONTRACHEQUE (FLS. 110) QUE APRESENTA INFORMAÇÃO CLARA E PRECISA QUANTO À AUSÊNCIA DE PRAZO DETERMINADO, ATÉ MANIFESTAÇÃO EM SENTIDO CONTRÁRIO PELA CONTRATANTE. LADO OUTRO, A QUALQUER MOMENTO PODERIA TER SOLICITADO O DESLIGAMENTO DO BENEFÍCIO. PEDIDOS DE CANCELAMENTO QUE PODERIAM SER COMPROVADOS MEDIANTE PROTOCOLO DE ATENDIMENTO VIA CENTRAL TELEFÔNICA OU PESSOALMENTE, DOCUMENTO ESCRITO RECEBIDO POR UM DOS PREPOSTOS DA RECORRIDA, OU MESMO POR TESTEMUNHA. INSTA RESSALTAR QUE O ÔNUS DE DEMONSTRAR O PEDIDO DE CANCELAMENTO INCUMBE À AUTORA, VEZ QUE SE TRATA DE FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. LADO, OUTRO, IMPOR ESTA OBRIGAÇÃO AO RECORRIDO, SERIA EXIGIR-LHE PROVA DE FATO NEGATIVO (QUE O AUTOR NÃO PEDIU O CANCELMENTO), SENDO DE DIFICULDADE EXCESSIVA OU IMPOSSÍVEL, ENQUADRA-SE NO QUE A DOUTRINA CONVENCIONOU CHAMAR DE PROVA DIABÓLICA - NESSES CASOS, A LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E COMO MEDIDA DE JUSTIÇA, A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA É ADOTADA PELO ARTIGO 373, §1º, CPC. DESTA FORMA, TENDO AFIRMADO A RECORRENTE QUE TENTOU SOLICITAR O CANCELAMENTO VIA CENTRAL TELEFÔNICA, E FOI ORIENTADA A PROCURAR A FILIAL, A ESTA INCUMBE APRESENTAR AO MENOS O NÚMERO DE PROTOCOLO DE ATENDIMENTO, A FIM DE CONFERIR VEROSSIMILHANÇA ÀS SUAS ALEGAÇÕES. LADO, OUTRO, IMPOR ESTA OBRIGAÇÃO À RECORRIDA, SERIA EXIGIR-LHE PROVA DE FATO NEGATIVO, QUE, COMO DITO, DEMONSTRA-SE EXTREMAMENTE GRAVOSO. POR TODO O EXPOSTO, ENTENDO O RECORRIDO TER AGIDO EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603597-02.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603809-88.2015.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : C & A Modas Ltda
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : ADRIANA SOUZA DA SILVA
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0603816-75.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Júlia Cristian Pinhais da Silva
Advogado : Igor Hanan Simões (6069/AM)
Recorrido : Direcional Engenharia S/A
Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. VÍCIOS DA OBRA. INFILTRAÇÕES, VAZAMENTOS, MOFO E RISCO DE DESABAMENTO. LADO OUTRO, VERIFICO QUE O LAUDO TÉCNICO APRESENTADO PELA DEFENSORIA (FLS. 30/36) INFORMA QUE O EMPREENDIMENTO POSSUI 8.895 APARTAMENTOS, COM MAIS DE 1.000 DELES APRESENTANDO PROBLEMAS DE CONSTRUÇÃO, CONFORME “ANEXO 1” DO REFERIDO LAUDO. ENTRETANTO, TAL ANEXO QUE ESPECIFICARIA AS UNIDADES COM PROBLEMAS, NÃO FOI COLACIONADO PELA RECORRENTE. DE IGUAL FORMA, A RECORRENTE NÃO DEMONSTROU O DANO ESPECÍFICO EM SUA UNIDADE (APARTAMENTO 102, BLOCO 23, QUADRA 05), AINDA QUE PELA SIMPLES JUNTADA DE FOTOS DO IMÓVEL COM AS INFILTRAÇÕES, VAZAMENTOS, MANCHAS NEGRAS DE MOFO. DESTA FORMA, PELA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA NA UNIDADE DA RECORRIDA, ENTENDO QUE A CAUSA DEMONSTRA COMPLEXIDADE, AFASTANDO A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, ANTE A COMPLEXIDADE DA CAUSA. QUANTO AOS NÚMEROS DE PROCESSO APRESENTADOS EM QUE A RECORRENTE AFIRMA TEREM O MÉRITO JULGADO, SALIENTO QUE A ANÁLISE DAS PROVAS É CASUÍSTICA, DEVENDO CADA LIDE SER ANALISADA INDIVIDUALMENTE. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603816-75.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603843-46.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Arcanjo Campelo Monteiro
Advogado : Mayra Mamed Levy (8598/AM)
Advogado : Adrianne Sanches Soares da Silva (8595/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SEGURO COLETIVO DE PESSOAS CONTRATADO EM FEVEREIRO DE 2010 (FLS. 234). ESTIPULANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO. NOTIFICAÇÃO À ESTIPULANTE. QUANTO À NOTIFICAÇÃO APENAS DO ESTIPULANTE, ENTENDO QUE DEVE PREVALECER À ESTIPULANTE A OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS, PORQUANTO, NO CASO DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE ERA DIRETAMENTE RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO, INCIDINDO, PORTANTO, A REGRA ESPECÍFICA PREVISTA NA RESOLUÇÃO 107 DA SUSEP, EM DETRIMENTO DAS NORMAS GERAIS. ADEMAIS, HOUVE INFORMAÇÃO EXPRESSA NO CONTRATO DE ADESÃO (FLS. 234): Pelo presente autorizo a minha inclusão na apólice de Seguro de Pessoas – Coletivo, contratada pelo estipulante acima, a quem concedo o direito de agir em meu nome no cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nas Condições Gerais e Especiais da referida apólice, devendo todas as comunicações ou avisos inerentes a este seguro serem encaminhadas diretamente ao estipulante que, para tal fim, fica investido nos poderes de representação. TENDO RECORRIDA DEMONSTRADO QUE AGIU DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, UMA VEZ QUE OCORREU A DEVIDA INFORMAÇÃO, QUANTO A NÃO RENOVAÇÃO DA APÓLICE, AO ESTIPULANTE, MUNICÍPIO DE MANAUS, POR MEIO DE OFÍCIO DEVIDAMENTE PROTOCOLADO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM NÃO RENOVAÇÃO DA APÓLICE DE FORMA ABUSIVA OU ILEGAL. POR TUDO QUE SE DISSE A RESPEITO DA NÃO CONFIGURAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO, PRESENTE EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL E VIABILIZADA FACULDADE DE FATO EXERCIDA PELA RÉ, DESFAZ-SE A POSSIBILIDADE DE PROCEDÊNCIA DA PRESENTE DEMANDA, MESMO PORQUE NÃO EVIDENCIADA QUALQUER MÁCULA NO ATO DE RESCINDIR/ NÃO RENOVAR A APÓLICE. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DO CONTRATO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.Precedentes:CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - CONTRATO COLETIVO DE SEGURO DE VIDA - PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO - REJEITADA - RESCISÃO UNILATERAL - VIABILIDADE - ENTENDIMENTO DO STJ - DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS - INDEVIDOS - DANO MORAL - NÃO CONFIGURADO - RECURSOS PROVIDOS. 1 - Não é abusiva a cláusula que permite a seguradora rescindir de forma unilateral o contrato coletivo de seguro de vida, cabendo apenas a prévia comunicação ao estipulante, a qual restou evidenciada no caso concreto. Precedentes do STJ. 2 - Na vigência do contrato, a seguradora prestou regularmente a cobertura contratada, sendo indevida a restituição das contribuições mensais, pois o segurado teve garantido o seu direito ao recebimento da importância segurada em caso de morte e invalidez permanente. 3 - A rescisão contratual do seguro não configura a prática de ato ilícito passível de gerar reparação civil. Os dissabores suportados não consubstanciam dano moral. 4- Recursos conhecidos e providos, à unanimidade. (TJ-PI - AC: 00017787720138180032 PI, Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem, Data de Julgamento: 21/08/2018, 1ª Câmara Especializada Cível)RECURSO INOMINADO. SEGURO. CONTRATO COLETIVO DE SEGURO DE VIDA. RESCISÃO UNILATERAL. VIABILIDADE. ENTENDIMENTO DO STJ. Não é abusiva a cláusula que permite a seguradora rescindir de forma

unilateral o contrato coletivo de seguro de vida, cabendo apenas a prévia comunicação ao estipulante, a qual restou evidenciada no caso concreto. Precedentes do STJ. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71007589898 RS, Relator: Ana Cláudia Cachapuz Silva Raabe, Data de Julgamento: 20/06/2018, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/06/2018)APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS DE VIDA EM GRUPO. RESCISÃO DE CONTRATO ENTRE A ESTIPULANTE E A SEGURADORA. CONTRATO COLETIVO. CANCELAMENTO. POSSIBILIDADE. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. 1. Não se mostra abusiva a rescisão unilateral do contrato de seguro de vida em grupo, uma vez que de interesse dos contratantes e procedida a notificação. 2. Ademais, na espécie, a ausência de renovação do contrato foi ajustada entre a estipulante e a operadora, sendo inviável a manutenção do contrato para um dos beneficiários. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078347093, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018).AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. VERIFICAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE POR OUTROS MEIOS. POSSIBILIDADE. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NÃO RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO DO SEGURADO EM PRAZO RAZOÁVEL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. (...). 2. A Segunda Seção desta Corte pacificou o entendimento de que inexiste abuso na cláusula que prevê a possibilidade de não renovação de contrato de seguro de vida em grupo, desde que haja prévia notificação em prazo razoável, como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 743.642/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 26/10/2015)4. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. FEITA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. OFERTADO NOVO CONTRATO COM OUTRAS CONDIÇÕES. COBRANÇAABUSIVA. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DA PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DO STJ SÚMULA 83/STJ. REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Este Tribunal Superior entende que o exercício do direito de não renovação do seguro de vida em grupo pela seguradora, na hipótese de ocorrência de desequilíbrio atuarial, com o oferecimento de proposta de adesão a novo produto, não fere o princípio da boa-fé objetiva, mesmo porque o mutualismo e a temporariedade são ínsitos a essa espécie de contrato. 2. A Segunda Seção deste Tribunal Superior, no julgamento do REsp 880.605/RN (DJe de 17/9/2012), firmou entendimento de não ser abusiva a cláusula contratual que prevê a possibilidade de não renovação automática do seguro de vida em grupo por qualquer dos contratantes, desde que haja prévia notificação em prazo razoável. Precedentes. (...) 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1347003/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 01/10/2015) . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603843-46.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604049-43.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Midway Finaceira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Recorrida : Maria do Socorro Freitas Vieira

Advogado : Nazira Marques de Oliveira (8707/AM)

Advogado : Stephane Varela Garcez (9876/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FATURA COM DESCONTO QUE TOTALIZOU R$899,57 (FLS. 15). COMPROVANTE DE PAGAMENTO DATADO DE 04/06/2016 (FLS. 16). O RECORRENTE INFORMA QUE POR UMA FALHA DO SISTEMA O PAGAMENTO NÃO FOI RECONHECIDO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO EM 24/11/2016 (FLS. 112). EXCLUSÃO DA ANOTAÇÃO EM 04/05/2017. MANUTENÇÃO INDEVIDA POR MAIS DE UM ANO. FALHA DO SISTEMA QUE CONSTITUI FORTUITO INTERNO, NÃO SENDO EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. AUSÊNCIA DE EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. CONDUTA DA RECORRENTE QUE CAUSOU DANOS À RECORRIDA. NEXO CAUSAL EVIDENCIADO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO OU CULPA CONCORRENTE. INAFASTÁVAL A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO RECORRENTE (ARTIGO 14 DO CDC) PELOS DANOS CAUSADOS A PARTE AUTORA, SENDO CERTO QUE A INDEVIDA NEGATIVAÇÃO CREDITÍCIA, POR SI SÓ, GERA INEGAVELMENTE ABALO MORAL, CONSOANTE ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. O DANO MORAL, NESTES CASOS, É CONSIDERADO IN RE IPSA, DECORRENDO DO PRÓPRIO FATO, SEM NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA. BEM A PROPÓSITO PRECEDENTE DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO QUAL SE DECIDIU QUE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE O DANO MORAL DECORRE DO PRÓPRIO ATO LESIVO DE INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DA PROVA DO PREJUÍZO, DESDE QUE COMPROVADO O EVENTO DANOSO (STJ, 3ª TURMA, RESP Nº 768.153-SP, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, J. 25.09.2006, DJU 09.10.2006, P. 292). NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELO RECORRIDO. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRIDO EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A VISTA DOS ASPECTOS ABORDADOS ACIMA, O VALOR ARBITRADO PELO JUIZ A QUO, MOSTRA-SE DENTRO DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0604049-43.2016.8.04.0016, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604070-53.2015.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Patri Doze Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)

Recorrida : MARIA DO PERPETUO SOCORRO OLIVEIRA DA SILVA

Advogado : João Ricardo Chamma das Neves Filho (5889/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0604084-32.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaú Bmg Consignado S.a.
Advogado : José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN)
Recorrido : Francisco Barbosa de Souza
Advogado : Everton Sarraff Nascimento (6538/AM)
Advogado : José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A PARTE RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR A LEGALIDADE DOS DESCONTOS. O RECORRENTE NÃO COLACIONOU O CONTRATO DE EMPRÉSTIMO A QUE FAZ REFERÊNCIA, A FIM DE SE VERIFICAR O TERMO INICIAL E FINAL DOS PAGAMENTOS, BEM COMO O EXTRATO APONTADO COMO PROVA CABAL DE QUE NÃO HOUVE POSTERIORES DESCONTOS NÃO É SUFICIENTE PARA ELIDIR A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR. ISSO PORQUE RESTA EVIDENTE QUE HOUVE PAGAMENTO INDEVIDO DE PARCELA POR EMPRÉSTIMO EXCLUÍDO, CONFORME FLS. 04. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO E COBRANÇAS INDEVIDAS ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0604084-32.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604247-83.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Keila Roberta da Cunha Aguiar
Advogado : Alice Vieira Nunes (7323/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S/A
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (76696/MG)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. NEGATIVA DE FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. CERTIDÃO DE CASAMENTO (FLS. 28) QUE ATESTA A COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. IMÓVEL NÃO QUITADO ANTES DO MATRIMÔNIO. BEM QUE A SER FINANCIADO QUE, MESMO COM A RENDA DO MARIDO NÃO COMPONDO O CONTRATO, INTEGRARÁ O PATRIMÔNIO COMUM DO CASAL. PROCEDIMENTO DE APROVAÇÃO QUE AVALIA DE IGUAL FORMA A SITUAÇÃO DE AMBOS OS CÔNJUGES. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. EMPRESA PRIVADA. LIVRE DETERMINAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DO CRÉDITO. LIBERALIDADE NA CONCESSÃO, EM FACE DO RISCO DO NEGÓCIO. CONSUMIDOR QUE NÃO POSSUI DIREITO POTESTATIVO A CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. AUSÊNCIA DE ILÍCITO CIVIL. RESPONSABILIDADE NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.Precedentes:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. NEGATIVA DE CRÉDITO PARA FINANCIAMENTO DE BENS. LIBERALIDADE DO CREDOR. DANOS MORAIS AFASTADOS. Considerando que a concessão de crédito é uma liberalidade do comerciante, descabe ao Poder Judiciário compelir a ré a fornecer os motivos da negativa. Outrossim, a mera negativa de concessão de cartão de crédito, sem que ofenda aos direitos da personalidade do autor ou a submissão a situação vexatória ou constrangedora, não enseja a fixação de indenização por danos morais. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71004793931 RS, Relator: Silvia Muradas Fiori, Data de Julgamento: 17/06/2014, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 23/06/2014) APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. NEGATIVA DE CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO. LIBERALIDADE DA

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA APÓS ANÁLISE DO PERFIL DO CLIENTE. DANOS MORAIS INOCORRENTES. - Não configura ato ilícito a negativa de liberação de crédito para financiamento de imóvel, ainda que tenha ocorrido pagamento de tarifa de análise de documento e pré-aprovação do financiamento. (...) APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA. (TJ-RS - AC: 70075383844 RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Data de Julgamento: 22/11/2017, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/11/2017)APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS POR NEGATIVA NA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO. DESCABIMENTO. 1. O simples indeferimento de concessão de empréstimo não caracteriza situação vexatória.(...). Apelação improvida. (TRF-2 - AC: 200751010092291, Relator: Desembargador Federal LUIZ PAULO S. ARAUJO FILHO, Data de Julgamento: 26/05/2010, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 01/06/2010) APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA SOB A ÉGIDE DO CPC DE 2015. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RELAÇÃO DE CONSUMO. BANCO. NEGATIVA DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. LIBERDADE DE CONTRATAR. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. (...) Faculdade do financiador. Liberdade contratual. A instituição financeira, em decorrência da atividade de risco a que se dedica, pode estipular condições de acordo com critérios próprios para fornecimento de crédito. Avaliação do risco do negócio. Réu que age no exercício regular de um direito, não sendo possível compelir alguém a conceder crédito. Direito em optar pelo não fornecimento do serviço, inexistindo constrangimento e ilicitude em tal fato. Situação incapaz de acarretar dano moral ou mesmo ocasionar responsabilidade objetiva da prestadora, por fato do serviço. Mero aborrecimento. Inexistência de qualquer dano moral a ser indenizado. Incidência da Súmula nº 75 do TJRJ. Precedentes jurisprudenciais de nosso Tribunal de Justiça. Sentença de improcedência que se mantém. Recurso ao qual se nega provimento. (TJ-RJ - APL: 00471467320128190014 RIO DE JANEIRO CAMPOS DOS GOYTACAZES 5 VARA CIVEL, Relator: WILSON DO NASCIMENTO REIS, Data de Julgamento: 05/10/2017, VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR, Data de Publicação: 16/10/2017) . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0604247-83.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604264-41.2015.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : WILSON FELICIO DA SILVA ARAUJO

Advogada : Francisca Núbia de Oliveira de Lima (4376/AM)

Recorrido : EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL

Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0604270-63.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : MARCO ANTONIO PEIXOTO DE ARAÚJO

Advogado : Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (8798/AM)

Recorrido : Claro S/A

Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0604343-64.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco de Crédito e Varejo S.a (Antigo Banco Schahin)

Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)

Recorrida : Valda Lucia Graça Teixeira

Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)

Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CONTRATAÇÃO EMPRÉSTIMO FINANCEIRO EM DEZEMBRO DE 2011. PRIMEIRO DESCONTO EM JANEIRO DE 2012 (FLS. 17). 34 PARCELAS DE R$7,10. EM RECURSO INOMINADO O RECORRENTE COLACIONA DOCUMENTO NOVO REFERENTE A RECORTE DE CONTRATO DATADO DE JUNHO DE 2007 COM 36 PARCELAS DE R$137,10 (INÍCIO EM 15/08/2007 E FIM EM 15/07/2010) SUPOSTAMENTE ENTABULADO COM A RECORRIDA (FLS. 142). DOCUMENTO NÃO CONHECIDO POR ESTA INSTÂNCIA. NOTE-SE QUE A ADMISSÃO DE NOVAS QUESTÕES FÁTICAS E NOVOS DOCUMENTOS COM O RECURSO INOMINADO SÓ É POSSÍVEL SE A PARTE DEMONSTRAR QUE DEIXOU DE JUNTÁ-LOS OU APRESENTÁ-LOS NO JUÍZO DE ORIGEM POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR, NA FORMA DO ARTIGO 1014 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. COM EFEITO, O ART. 435 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015, AO PERMITIR PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL FORA DOS MOMENTOS DA PROTOCOLIZAÇÃO DA INICIAL OU DO OFERECIMENTO DA RESPOSTA (ART. 434 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015), RESTRINGE TAL AUTORIZAÇÃO A DOCUMENTOS OPONÍVEIS AOS TRAZIDOS PELA PARTE ADVERSA OU REFERENTES A FATOS SUPERVENIENTES AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. NESTA MESMA ESTEIRA DE EXCEPCIONALIDADE, O ART. 1.014 DO MESMO DIPLOMA IMPÕE AO RECORRENTE A DEMONSTRAÇÃO DE FORÇA MAIOR IMPEDITIVA PARA QUE SE ADMITA A INVOCAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE QUESTÕES DE FATO NÃO SUSCITADAS OPORTUNAMENTE NO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, RATIFICANDO, ASSIM, A REGRA DE VEDAÇÃO DO NOVORUM IUDICIUM EM SEDE DE RECURSO, VISTO QUE A COGNIÇÃO EFETUADA PELO ÓRGÃO AD QUEM NO EXERCÍCIO DA SUA COMPETÊNCIA RECURSAL CONSISTE EM ATIVIDADE DE CONTROLE (REVISIO PRIORIAE INSTANTIAE) E NÃO DE CRIAÇÃO. NÃO BASTASSE ESTA VEDAÇÃO, O DOCUMENTO DE FLS. 142 AINDA SE MOSTRA DESCONEXO COM OS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL, QUE SE TRATA DE DESCONTOS HAVIDOS ENTRE JANEIRO DE 2012 A AGOSTO DE 2015 E COM VALOR DIVERSO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR A LEGALIDADE DOS

DESCONTOS. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO E COBRANÇAS INDEVIDAS ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0604343-64.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604435-05.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Denyce Lopes Freitas
Advogada : Viviane Lopes Soares (10534/AM)
Recorrente : ALDENOR LOPES SOARES
Advogada : Viviane Lopes Soares (10534/AM)
Recorrido : Centro de Ensino Superior Nilton Lins
Advogado : Júlio de Oliveira Macedo (6523/AM)
Advogada : Carla Josefina Lima de Lima (9783/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DANOS OCASIONADOS EM VEÍCULO NO ESTACIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. RECORRIDO QUE BUSCOU SOLUCIONAR O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, NÃO OBTENDO POSICIONAMENTO POR PARTE DA RECORRENTE (FLS. 18). SÚMULA 130, STJ. A EMPRESA RESPONDE, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANO OU FURTO DE VEICULO OCORRIDOS EM SEU ESTACIONAMENTO. NA MESMA ESTEIRA, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA JÁ CONSIDEROU QUE MESMO SENDO GRATUITO O ESTACIONAMENTO, SE O SERVIÇO É PRESTADO NO INTERESSE DO PRÓPRIO INCREMENTO DO ESTABELECIMENTO HÁ UM DEVER DE VIGILÂNCIA E GUARDA. NESSA ORDEM DE IDEIAS, CABE TRAZER À LUME O DISPOSTO NO ART. 14 DO CDC, SEGUNDO O QUAL O FORNECEDOR RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DE CULPA, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, TENDO-SE POR DEFEITUOSO O SERVIÇO QUANDO NÃO FORNECE A SEGURANÇA QUE O CONSUMIDOR DELE PODE ESPERAR, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS CIRCUNSTÂNCIAS RELEVANTES, ENTRE AS QUAIS: A) O MODO DE SEU FORNECIMENTO; B) O RESULTADO E O RISCO QUE RAZOAVELMENTE DELE SE ESPERAM; C) A ÉPOCA EM QUE FOI FORNECIDO. CONVÉM ANOTAR QUE A PROTEÇÃO DA LEGÍTIMA EXPECTATIVA, OU PROTEÇÃO DA CONFIANÇA, CONSTITUI, AINDA, COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES PRIVADAS, ESTABELECENDO UM VÍNCULO OBRIGACIONAL AO SUJEITO QUE, COM SEU COMPORTAMENTO, CRIA EM OUTREM EXPECTATIVA LEGÍTIMA QUE É INCORPORADA EM SUA ESFERA DE DIREITOS. RELEMBRE-SE QUE A BOA-FÉ OBJETIVA, ALÉM DE FUNCIONAR COMO INSTRUMENTO HERMENÊUTICO E DE LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO DE DIREITOS SUBJETIVOS, É FONTE DE DIREITOS E DEVERES JURÍDICOS. DEVER QUE SE ESTENDE ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADOS, A TEOR DE PRECEDENTE DO CITADO STJ, (AGRG NO RESP 1249104/SC, MINISTRO SIDNEI BENETI, DJE 27/06/2011). RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONDUTA, DANO E NEXO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. QUANTO AOS DANOS MATERIAIS, RESTAM COMPROVADOS, BEM COMO SÃO DEVIDOS PORQUANTO, ATÉ O MOMENTO, O RECORRENTE ESCUSOU-SE DE ARCAR COM QUALQUER AUXÍLIO PERANTE AO RECORRIDO. DANO MATERIAL COMPROVADO. LADO OUTRO, QUANTO AO DANO MORAL, ENTENDO QUE O ABORRECIMENTO DECORRENTE DOS DANOS CAUSADOS EM SEU VEÍCULO, NÃO VIOLA DIREITOS DE PERSONALIDADE E, POR ISSO, NÃO CONFIGURA DANO MORAL, POIS CONSTITUI MERO DESCONFORTO, INCAPAZ DE REPERCUTIR NA ESFERA ÍNTIMA DO AUTOR. CONSTITUI DANO MORAL APENAS A DOR, O VEXAME, O SOFRIMENTO OU A HUMILHAÇÃO QUE, EXORBITANDO A NORMALIDADE, AFETEM PROFUNDAMENTE O COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVIDUO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES, DESEQUILÍBRIO E ANGÚSTIA. AUSÊNCIA DE PROVA, ÔNUS QUE INCUMBIA AO AUTOR, DA OCORRÊNCIA DE ABALO MORAL NA ESPÉCIE. DANO MORAL REFORMADO. MANTIDA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0604435-05.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604639-20.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VALDIR BERNARDO CRUZ
Advogada : Maria de Nazareth Farias do Nascimento (3182/AM)
Recorrido : Yamagami Investimentos Ltda
Advogado : João Bosco A. Toledano (1456/AM)
Advogada : Leila Almeida de Sousa (3734/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL – DIREITO CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – AUSÊNCIA DE VÍTIMA LESIONADA – NÃO OCORRÊNCIA DE DANO ESTÉTICO OU LESÃO À HONRA SUBJETIVA – NÃO CONDENAÇÃO EM DANO MORAL – MANUTENÇÃO SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Não vislumbro a incidência de dano moral somente pelo aborrecimento do recorrente pelo fato do acidente de trânsito ter sido ocasionado por imprudência e negligência da recorrida, pois o caso trazido se amolda perfeitamente a aborrecimentos vivenciados no dia a dia, dissabores do cotidiano, sem o condão de gerar abalo extrapatrimonial reparável pecuniariamente. Há de se dizer que todo e qualquer possuidor de veículo automotor está sujeito a tal fato.

Trata-se de mero aborrecimento não incidente de dano moral. 2. A jurisprudência é clara no sentido de haver dano moral em acidente de trânsito quando há a espécie dano estético, nesse aspecto seria o recorrente indenizado, mas não é o caso, ante a ausência de qualquer lesão física ao recorrente. Também haveria tal direito de indenização em caso de o preposto do recorrido ou qualquer de seu representante legal tivesse proferido injúrias, palavras em tom de xingamentos, mas não foi o que ocorreu também. Na verdade, em acidente de trânsito se verifica a possibilidade de indenização por dano moral, porém dentro desses aspectos, os quais foram ausentes no caso concreto.3. Vide os julgados acerca do tema: "AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - MORTE DA GENITORA EM ACIDENTE DE TRÂNSITO - DANOS MORAIS - QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO COM RAZOABILIDADE - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. (...)" (AgRg no AREsp 170.555/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 16/08/2012) "DIREITO CIVIL. REPARAÇÃO DO DANO MORAL. VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. COTEJO ANALÍTICO. NÃO REALIZADO. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. OCORRÊNCIA. SEQUELAS DEFINITIVAS. PARAPLEGIA. DANO DE GRANDE MONTA CAUSADO A PRÓPRIA VÍTIMA. PRECEDENTES DO STJ. CASOS ANÁLOGOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO. COMPATIBILIDADE. DOR SOFRIDA PELA VÍTIMA. POTENCIAL ECONÔMICO DO CAUSADOR DO DANO. MAJORAÇÃO. CABIMENTO." (REsp 1189465/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 09/11/2010) "APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR. CONTRARRAZÕES INTEMPESTIVAS. NÃO CONHECIMENTO. DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VALOR FIXADO. EXTENSÃO DO PREJUÍZO. RECURSO IMPROVIDO. - Não se conhece de contrarrazões apresentadas de forma extemporânea; - Experimenta dano moral a pessoa que, em decorrência de acidente de trânsito, sofre lesão em sua integridade física; - O valor a ser arbitrado deve observar o parâmetro descrito no art. 944 do CC/2002; - A fixação dos juros de mora constituem matéria de ordem pública e a modificação no seu termo inicial não configura reformatio in pejus; - Recurso improvido." (TJ-MG - AC: 10079120309087001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 16/04/2013, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/04/2013) "CIVIL. PROCESSO CIVIL. REPARAÇÃO DE DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LESÕES EM PASSAGEIRA. CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE ALTERNATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. (...) 3. Comprovado o dano moral, em decorrência das lesões sofridas, acarretando a realização de várias cirurgias, é de ser mantida a sentença que condenou a ré a repará-lo. 4. Recurso Conhecido e improvido." (TJ-DF - APL: 42005320068070007 DF 0004200-53.2006.807.0007, Relator: JESUÍNO RISSATO, Data de Julgamento: 24/06/2009, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: 17/09/2009, DJ-e Pág. 134).4. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 10% sobre o valor da ação (art. 55 da Lei nº 9.099/95), suspensos nos termos da lei. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos desta súmula de julgamento que serve como acórdão.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604864-43.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Advogado : Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE)
Advogado : Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM)
Recorrida : Eleete Brito Fernandes de Souza
Advogado : Wagner Jackson Santana (8789/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO VALOR DAS ASTREINTES POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. SUSENTA O RECORRENTE O DESCABIMENTO DA MULTA FIXADA NA OBRIGAÇÃO DE FAZER QUE ORIGINOU A REFERIDA INTIMAÇÃO, BEM COMO, A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE LEGITIMEM A PRESENTE EXECUÇÃO E O DESATENDIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E O DA PROPORCIONALIDADE, PROPORCIONANDO O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA PARTE ADVERSA. A MULTA NÃO É UM FIM EM SI MESMO, MAS UM INSTRUMENTO DE COERÇÃO INDIRETA IMPOSTO PARA QUE O RÉU CUMPRA A OBRIGAÇÃO PRINCIPAL DE MODO ESPECÍFICO. POR ESTE MOTIVO, SEU VALOR NÃO FOI DETERMINADO PELA LEI. DEIXOU O LEGISLADOR AO JUIZ A CONSIDERAÇÃO DO VALOR A SER ARBITRADO, CONSIDERANDO ASPECTOS COMO AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO PRÓPRIO EXECUTADO E AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. ALEGAÇÃO DE EXCESSIVO VALOR DA ASTREINTE. DESCUMPRIMENTO REITERADO DE OBRIGAÇÃO ESTIPULADA. MULTA DERIVADA DE INSISTENTE RECALCITRÂNCIA QUE DEVE SER MANTIDA. A MEDIDA APRESENTA CUNHO COERCITIVO PARA FINS DE CONFERIR EFETIVIDADE AO COMANDO JUDICIAL. CARACTERIZADO MANIFESTO MENOSCABO DA RECORRENTE EM DAR CUMPRIMENTO A UMA SIMPLES OBRIGAÇÃO DE FAZER. DEMONSTRAÇÃO CABAL DE QUE MANTINHA-SE FIRME NO INTUITO DE DESAFIAR A ORDEM JUDICIAL PARA ASSIM IMPINGIR DESCRÉDITO AO JUDICIÁRIO. MANUTENÇÃO DA MULTA PARA CUMPRIR O DEVIDO EFEITO PEDAGÓGICO, SEM QUE ISSO REPRESENTE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA PARTE EX ADVERSA. VALOR QUE NÃO EXTRAPOLA OS LIMITES DO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. ADEMAIS, NÃO SE CONFUNDEM AS ASTREINTES E A CLÁUSULA PENAL (ART. 412, CC). ESTA ÚLTIMA É UMA PENA CONVENCIONAL, FIXADA, POIS, PELAS PARTES, E QUE TEM POR FIM PREFIXAR PERDAS E DANOS PELO INADIMPLEMENTO TOTAL OU PARCIAL DA OBRIGAÇÃO. AS ASTREITENTES, COMO VISTO, NÃO TEM NATUREZA CONVENCIONAL, NEM SE PRESTAM A PREFIXAR PERDAS E DANOS, NÃO SE CONFUNDINDO COM ESTAS. EM RAZÃO DESSA DISTINÇÃO, NÃO SE PODE QUERER APLICAR ÀS ASTREINTES O DISPOSTO NO ART. 412 DO CC QUE LIMITA O VALOR DA CLÁUSULA PENAL, ESTABELECENDO QUE ESTA NÃO PODE EXCEDER O VALOR DA OBRIGAÇÃO. AS ASTREINTES NÃO ESTÃO LIMITADAS PELO VALOR DA OBRIGAÇÃO, CUJO CUMPRIMENTO SE DESTINAM A PERMITIR OBTER. PODEM ULTRAPASSAR ESTE VALOR, SUPERANDO-O. NÃO GUARDAM NEM DEVEM GUARDAR, RELAÇÃO COM O VALOR DA OBRIGAÇÃO. INCIDEM AS ASTREINTES NO PROCESSO EXECUTIVO QUANDO O EXECUTADO, CITADO PARA CUMPRIR PRESTAÇÃO DEVIDA OU PARA DESFAZER O QUE FEZ INDEVIDAMENTE NÃO CUMPRE VOLUNTARIAMENTE NO PRAZO ASSINADO NO TÍTULO EXECUTIVO OU PELO JUIZ, A OBRIGAÇÃO." COMO TAL, TRATANDO-SE DE MULTA, ESTA NÃO TEM O ESCOPO REPARADOR DE PATRIMÔNIO DE UMA INDENIZAÇÃO, MOTIVO PELO QUAL É VOZ CORRENTE EM DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA QUE À MESMA NÃO VENCERIAM CORREÇÃO MONETÁRIA OU JUROS. EMBORA NÃO SE POSSA PRIVILEGIAR O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, TAMBÉM NÃO SE DEVE PERMITIR O INCENTIVO A ATITUDE REPROVÁVEL DO OBRIGADO QUE DEIXA DE CUMPRIR DECISÃO JUDICIAL.SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0604864-43.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605051-85.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : George Luis Pinto de Miranda Montenegro
Advogado : DANIEL ZUBRESKI MONTENEGRO (55336PR)
Recorrido : Sky Serviços de Banda Larga Ltda
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0605095-02.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Raimunda de Melo Ferreira
Advogado : Félix de Melo Ferreira (3032/AM)
Recorrido : Sabemi Seguradora S/A
Advogado : Fernando Hackmann Rodrigues (18660/RS)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DESCONTO DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS NÃO AUTORIZADO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRENTE É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. NESSE SENTIR, COM O INTUITO DE DESINCUMBIR-SE DE SEU ÔNUS, O RECORRIDO JUNTOU AOS AUTOS O CONTRATO DE FLS. 107. ASSINATURA APOSTA NÃO RECONHECIDA PELA RECORRENTE. EM ANÁLISE DA ASSINATURA APOSTA NO CONTRATO DE FLS. 107 E A ASSINATURA DA AUTORA ÀS FLS. 10 NÃO VERIFICO NENHUMA DIVERGÊNCIA QUE INDIQUE FRAUDE GROSSEIRA. NESSE SENTIR, PELO NÃO CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA RECORRENTE, NECESSÁRIA A ALUDIDA PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FACE A COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA PARA EXTINGUIR O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 51, II, LEI 9.099/95. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605095-02.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605135-52.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : Alexsandro dos Santos Sarmento
Advogado : Simone Batista da Silva (5778/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0605154-55.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : JULIANA LOPES SILVA
Advogado : Jefferson Cristophe de Lima Botelho (4315/AM)
Advogado : Fabio Cristiano Moura de Freitas (10756/AM)
Recorrida : FABIOLA RAQUEL VALENTE
Advogada : Andréa Pereira do Nascimento (9600/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0605228-78.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : Fabiana dos Santos Botelho
Advogado : Sarah Talía Bezerra Serudo (4934/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0605262-16.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Raimunda Pinto Santos
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DESCONTOS DE “BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA” NA CONTA CORRENTE DA AUTORA. NÃO CONTRATAÇÃO PELA CONSUMIDORA. ACORDO PARCIAL SOMENTE EM RELAÇÃO À REQUERIDA CLADAL ADMINISTRADORA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO EM RELAÇÃO AO BANCO BRADESCO S/A PELA COMPLEXIDADE DO FEITO E NECESSIDADE DE PERÍCIA. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRENTE É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART.

6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. NESSE SENTIR, COM O INTUITO DE DESINCUMBIR-SE DE SEU ÔNUS, O RECORRIDO JUNTOU AOS AUTOS O CONTRATO DE FLS. 194/197. TERMO DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO DEVIDAMENTE ASSINADO ÀS FLS. 196. EM ANÁLISE DA ASSINATURA APOSTA NO CONTRATO DE FLS. 196 E A ASSINATURA DA AUTORA ÀS FLS. 11 NÃO VERIFICO NENHUMA DIVERGÊNCIA QUE INDIQUE FRAUDE GROSSEIRA. NESSE SENTIR, PELO NÃO CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA RECORRENTE, NECESSÁRIA A ALUDIDA PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FACE A COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. QUANTO À ALEGAÇÃO DE QUE O CONTRATO NÃO CORRESPONDE AO DISCUTIDO NOS AUTOS, NÃO SE TEM COMO PRECISAR, PORQUANTO A AUTORA JUNTOU EXTRATOS DA CONTA CORRENTE SOMENTE A PARTIR DE AGOSTO DE 2012 (MESES ANTERIORES QUE SERIAM PREJUDICADOS FACE A PRESCRIÇÃO – DEMANDA PROPOSTA EM 16 DE AGOSTO DE 2017). NESSE ESPEQUE, O ACERVO PROBATÓRIO NOS LEVA A CONCLUIR QUE OS DESCONTOS REALIZADOS EM 2012 SÃO CONTINUIDADE DO CONTRATO ASSINADO EM 2002. POR TAL MOTIVO, INAFASTÁVEL A NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605262-16.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605302-95.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Valcineide Freitas Labra

Advogada : Natasja Deschoolmeester (2140/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. DESVIO DE ENERGIA NÃO COMPROVADO. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. MERA COBRANÇA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, muito embora o recorrido tenha alegado que a UC encontrava-se com desvio de energia, não comprovou, efetivamente, sua ocorrência. Impende, ainda, salientar, que a autora solicitou duas vezes a instalação do medidor em sua residência, conforme fls. 21/22, no entanto a requerida se manteve inerte.Nesse sentido, não havendo irregularidade na UC de titularidade do recorrente, a cobrança realizada mostra-se infundados e equivocados, de modo que a declaração de inexigibilidade é medida que se impõe. Por outro lado, quanto ao dano moral, este não restou configurado, uma vez que não houve corte de energia ou negativação do nome da autora, mantendo-se o entendimento de que meras cobranças, por si só, não são capazes de ensejar o direito a indenização por danos morais.Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, suspensa a exigibilidade eis que beneficiária da justiça gratuita. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605302-95.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605593-20.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Socorro Iris de Souza

Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)

Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)

Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Karina de Almeida Batisttuci (685/AM)

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DESCONTOS EM CONTA CORRENTE NÃO AUTORIZADOS. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRENTE É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE.

A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE À AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS PELA RECORRENTE. INEXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA DECLARADA EM SENTENÇA. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESTITUIÇÃO QUE DEVE SER EFETUADA EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICADO. VALOR TOTAL DE R$200,00 (DUZENTOS REAIS), COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DO EFETIVO PREJUÍZO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA E JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605593-20.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605851-42.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VANIA MARIA DE SOUZA AZEVEDO
Advogado : Penelope A. Antony Lira (7357/AM)
Recorrido : Uninorte - Centro Universitário do Norte
Advogado : Roberto Trigueiro Fontes (692/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. SUSTENTA A RECORRENTE QUE A PROVA DE SUA MATRÍCULA NA DISCIPLINA DE BACTERIOLOGIA SERIA DIABÓLICA, OU SEJA, IMPOSSÍVEL DE SER PRODUZIDA PELA AUTORA. A EXPERIÊNCIA COMUM (ART. 5º, LEI 9099/95) NOS PERMITE SABER QUE O ATO DE MATRÍCULA EM DETERMINADA DISCIPLINA GERA COMPROVANTES, E AINDA QUE A RECORRENTE NÃO MAIS O TENHA, POSSÍVEL A COMPROVAÇÃO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS E PROVAS ENTREGUES, COMO BEM RESSALTADO NA SENTENÇA A QUO. E, COMO ULTIMA RATIO, PODERIA TRAZER COLEGAS DA CLASSE DE BACTERIOLOGIA A TÍTULO DE TESTEMUNHAS, A FIM DE DEMONSTRAR QUE NÃO APENAS A RECORRENTE ESTAVA MATRICULADA, MAS TAMBÉM FREQUENTAVA E PARTICIPAVA DAS ATIVIDADES. ÚNICA TESTEMUNHA DA RECORRENTE (FLS. 94/95) QUE NÃO APRESENTOU MAIORES ESCLARECIMENTOS ACERCA DA FREQUÊNCIA NA MATÉRIA, SOMENTE DESTACANDO SOBRE TAL: como estudavam juntas, no período desta materia, com a Professora Jansser, a nota simplesmente não apareceu. QUANTO AO REQUERIMENTO DE CORREÇÃO DE NOTAS, TAL DOCUMENTO NÃO APRESENTA A VEROSSIMILHANÇA NECESSÁRIA PARA ADMITIR A MATRÍCULA COMO INCONTROVERSA, ADEMAIS, NÃO POSSUI SEQUER O RECEBIDO DA SECRETARIA/COORDENAÇÃO OU NÚMERO DO REQUERIMENTO NA PARTE SUPERIOR DO DOCUMENTO (FLS. 29). ACORDOS EM PROCESSOS DIVERSOS E COM PARTES DISTINTAS DA RECORRENTE QUE NÃO SE PRESTAM A DEMONSTRAR FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM RELAÇÃO À AUTORA, VEZ QUE ESTA ANÁLISE DEVE SER REALIZADA NO CASO CONCRETO E DE ACORDO COM AS PROVAS QUE SE PRODUZIREM NOS AUTOS. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605851-42.2016.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605877-77.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ATSON BENTES DE MELO
Advogado : Yuri Evanovick Leitao Furtado (10225/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONCESSÃO DO EMPRÉSTIMO CONDICIONADA À AQUISIÇÃO DE SEGURO PRESTAMISTA. A DESPEITO DOS VALOROSOS ARGUMENTOS DO JUÍZO A QUO, ENTENDO COMPROVADA A VENDA CASADA DO SEGURO NO CASO DOS AUTOS. ISSO PORQUE, DA ANÁLISE DO CONTRATO ACOSTADO PELO AUTOR (FLS. 21/26), VERIFICO QUE HOUVE A INCLUSÃO DO VALOR REFERENTE AO ALUDIDO SEGURO NO PRÓPRIO CONTRATO DE ADESÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DEDUZ-SE QUE QUEM CONTRAI EMPRÉSTIMO ESTEJA COM ALGUMA DIFICULDADE FINANCEIRA, OU SEJA, SEM DINHEIRO DISPONÍVEL PARA FAZER INVESTIMENTOS COMO A AQUISIÇÃO DE SEGUROS. ALÉM DE SEREM ATOS INCOMPATÍVEIS ENTRE SI, A SIMULTANEIDADE DAS CONTRATAÇÕES (FLS. 21 E 27) FAZ ENTENDER QUE HOUVE DE FATO A PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA NO ARTIGO 39, I, CDC. COM O ADVENTO DA TESE N.º 74, DIREITO DO CONSUMIDOR III, FIRMADA PELO STJ, PACIFICA-SE O ENTENDIMENTO DE QUE A VINCULAÇÃO DE SERVIÇO OU PRODUTO A UM ADQUIRIDO PELO CONSUMIDOR, QUANDO IMPOSTO PELO FORNECEDOR, CONFIGURA PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA NO ART. 39, I, DO CDC. SENDO EMBUTIDO SEGURO NO CONTRATO, ONDE O OBJETIVO ERA EXCLUSIVAMENTE O EMPRÉSTIMO, FICA CARACTERIZADA A VENDA CASADA. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS, VEZ QUE O VALOR FOI INCLUSO NO CET. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. DANO MATERIAL EM R$2.910,86

(DOIS MIL, NOVECENTOS E DEZ REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS), COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DO EVENTO DANOSO (15/01/2016). DANO MORAL QUE SE CONFORMA IN RE IPSA PELA SITUAÇÃO DE SUJEIÇÃO E IMPOTÊNCIA A QUE FOI SUJEITO O CONSUMIDOR. VULNERAÇÃO A PRINCÍPIOS BÁSICOS DO CDC COMO OS DA LEALDADE E CONFIANÇA CONTRATUAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO E NEXO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. DANO MORAL RECONHECIDO. VALOR INDENIZATÓRIO A SER ORIENTADO PELOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.É oportuno esclarecer que, no caso vertente, há relação de consumo, logo o deslinde da demanda deve socorrer-se do Código de Defesa do Consumidor, na qual cabe à instituição prestadora de serviço desincumbir-se do ônus de provar a inocorrência da pretensão do autor. A responsabilidade preconizada pelo Código Consumerista é objetiva, não havendo que se questionar a ilicitude do ato praticado ou aferição de dolo ou culpa, basta que o defeito na prestação dos serviços tenha acarretado algum dano ao consumidor, que exsurge o dever de indenizar inerente do risco da atividade. Tenho que restou caracterizada a infringência à norma inserta no art. 14 do Código Consumerista, o qual enseja dano moral, impondo-se a condenação da prestadora de serviço a reparar o abalo causado pela falha na prestação do serviço. Destarte, emerge, cristalinamente, o dano moral alegado e a obrigação do recorrido em repará-lo, posto que toda a conduta irregular da instituição financeira produziu ofensa moral à personalidade da recorrente, não podendo ser tomado como mero aborrecimento por acontecimentos do cotidiano, impondo-se, via de consequência, a condenação da ré à reparação do dano por ela causado.No tocante ao quantum a ser arbitrado, vale destacar que o valor deve ser o suficiente para incutir à recorrida, os efeitos pedagógicos da medida, de modo que ela não mais reitere atos censuráveis como o aqui analisado e ainda tenha mais atenção e zelo para com o consumidor. Nesse sentir, entendo como suficiente o valor de R$3.000,00 (três mil reais) com juros e correção a partir desta data.Forte nesses argumentos, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, para reformar a sentença de Primeiro Grau, e CONDENAR o recorrido à repetição dobrada do valor do seguro indevidamente cobrado, no total de R$2.910,86 (dois mil, novecentos e dez reais e oitenta e seis centavos) (R$1.455,43 x 2), nos termos do art. 42, parágrafo único do CDC, sobre a qual deverão incidir juros e correção monetária oficial, desde o evento danoso; e, por fim, CONDENAR o Recorrido ao pagamento de indenização por danos morais, no montante da indenização por danos morais para R$3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir desta data. Índices aplicáveis conforme Portaria 1855/2016 TJAM.. Deixo de condenar o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, da lei nº 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605877-77.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605880-58.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sul América Companhia Nacional de Seguros

Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)

Recorrida : Raquel Oliveira dos Santos

Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE SEGURO. PEDIDO DE CANCELAMENTO EM 16/09/2014 NÃO EFETIVADO (FLS. 13/14). MANUTENÇÃO INDEVIDA DOS DESCONTOS. SUSTENTA A RECORRENTE PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, POR SER A PREFEITURA DE MANAUS ESTIPULANTE DO CONTRATO DE SEGURO EM APREÇO. OCORRE QUE, CONFORME SE OBSERVA, O ESTIPULANTE POSSUI A REPRESENTAÇÃO DO SEGURADO, MAS NÃO DETÉM A VONTADE EXCLUSIVA DO RECORRIDO, QUE PODE SOLICITAR POR SI O DESLIGAMENTO DO CONTRATO. PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, O RECORRENTE ADUZ QUE “e não é razoável acreditar que o recorrido tenha sofrido com os descontos em seu contracheque desde o ano de 2005, como foi alegado na petição inicial, e somente em setembro/2017 reclamou em Juízo alegando que não sabia da contratação do seguro” (FLS. 105). ENTRETANTO, O QUE SE OBSERVA É QUE O AUTOR SABIA SIM DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO, MAS EM SETEMBRO DE 2014 MANIFESTOU-SE NO SENTIDO DE DESLIGAR-SE DO SERVIÇO. DESTA FORMA, O RECORRIDO CONTESTA TÃO SOMENTE OS DESCONTOS INDEVIDOS APÓS O PEDIDO DE RESCISÃO. HAVENDO PEDIDO EXPRESSO DE CANCELAMENTO E DEVIDAMENTE PROTOCOLADO PERANTE A INSTITUIÇÃO, A MANUTENÇÃO DO CONTRATO COM OS RESPECTIVOS DESCONTOS EM CONTRACHEQUE POR MAIS DE TRÊS ANOS APÓS A SOLICITAÇÃO CONFIGURA PRETENSÃO RESISTIDA DA RECORRENTE, QUE ALÉM DE NÃO CANCELAR O SERVIÇO, SEQUER APRESENTOU RESPOSTA FORMAL AO PEDIDO. SUSTENTA AINDA O RECORRENTE QUE O DOCUMENTO DE FLS. 13/14 NÃO PROVA O RECEBIMENTO PELA INSTITUIÇÃO SEGURADORA. QUANTO A ESTE ARGUMENTO, VERIFICO QUE NÃO POSSUI QUALQUER EMBASAMENTO, PORQUANTO AMBOS OS TERMOS DE FLS. 13/14 POSSUEM CARIMBO TIMBRADO E DATADO PERANTE A INSTITUIÇÃO RECORRENTE. ENSINA-NOS O MESTRE LUIZ RODRIGUES WAMBIER, CALCADO EM VASTA EXPERIÊNCIA, ATRAVÉS DE ARTIGO PUBLICADO NA REVISTA DOS TRIBUNAIS 915/280, JANEIRO DE 2.012: “A SUPRESSIO SIGNIFICA O DESAPARECIMENTO DE UM DIREITO, NÃO EXERCIDO POR UM LAPSO DE TEMPO, DE MODO A GERAR NO OUTRO CONTRATANTE OU NAQUELE QUE SE ENCONTRA NO OUTRO POLO DA RELAÇÃO JURÍDICA A EXPECTATIVA DE QUE NÃO SEJA MAIS EXERCIDO. PODE-SE DIZER QUE O QUE PERDEU O DIREITO TERIA ABUSADO DO DIREITO DE SE OMITIR, MANTENDO COMPORTAMENTO REITERADAMENTE OMISSIVO, SEGUIDO DE UM SURPREENDENTE ATO COMISSIVO, COM QUE JÁ LEGITIMAMENTE NÃO CONTAVA A OUTRA PARTE”. AINDA QUE EM DETERMINADOS CASOS A DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA ACOLHAM A TEORIA DEFENDIDA, NO CASO EM COMENTO, RECHAÇO-A DE PLANO. ISSO PORQUE HÁ INDUBITÁVEL MANIFESTAÇÃO DO AUTOR EM SENTIDO CONTRÁRIO À CONTINUAÇÃO DOS DESCONTOS, DE FORMA QUE NÃO HÁ QUE SE FALAR EM BOA-FÉ POR PARTE DA SEGURADORA, QUE INDUBITAVELMENTE TINHA CONHECIMENTO DA VERDADEIRA INTENÇÃO DO CONSUMIDOR. COMO ACREDITAR QUE O CONSUMIDOR DESISTIU DO CANCELAMENTO SOMENTE EM VIRTUDE DA REITERADA OMISSÃO DA PRÓPRIA SEGURADORA EM FAZER VALER A VONTADE DESTE, DERRESPEITANDO INCLUSIVE PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL BASILAR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, SEGUNDO O QUAL NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRTUDE DE LEI, E AINDA, EM INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA, NINGUÉM PODERÁ SER COMPELIDO A ASSOCIAR-SE OU A PERMANECER ASSOCIADO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CONDUTA, DANO E NEXO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, DESCONTOS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. SALIENTO QUE, A DESPEITO DO QUE SUSTENTA O RECORRENTE, NÃO SE TRATA DE MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL,

MAS DE DESCONTO ABUSIVO DE PARCELAS SALARIAIS, DE NATUREZA ALIMENTAR, SEM QUE HAJA PREVISÃO CONTRATUAL. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605880-58.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605978-65.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Recorrida : Ilenice Alves Diniz
Advogado : Jakson Alves de Souza (8840/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. PRELIMINAR DE COMPLEXIDADE AFASTADA. DESCONTOS NO CONTRACHEQUE SEM ANUÊNCIA DA AUTORA. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. DESCONTOS INDEVIDOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Resta prejudicada a preliminar de complexidade, eis que o recorrente sequer apresentou contrato assinado pela autora, a fim de demonstrar a necessidade de perícia técnica, de modo que não existe óbice para o alcance do mérito.No tocante ao mérito propriamente dito, o recorrente não logrou comprovar a efetiva contratação do empréstimo bancário, a fim de legitimar os descontos realizados no contracheque da autora. Nesse sentido, mostra-se indevido os descontos realizados, devendo a sentença de primeiro grau ser mantida incólume. O valor arbitrado mostra-se suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido. Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605978-65.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606032-54.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Procuradora : Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (2342/AM)
Recorrido : Mateus Franco Batista
Advogada : Elisabete Lucas (4118/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606303-52.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : Ordelira Pinheiro da Silva
Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. MANUTENÇÃO DE DESCONTOS RELATIVOS A SEGURO BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA MESMO APÓS OS PEDIDOS EXPRESSOS DE CANCELAMENTO EM 30 DE ABRIL DE 2012 (FLS. 18/19). SUSTENTA O RECORRENTE PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. OCORRE QUE, COMO DITO, NÃO SE DISCUTE A INICIAL CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO PELA RECORRIDA, MAS SIM A MANUTENÇÃO DOS DESCONTOS APÓS O PEDIDO EXPRESSO DE CANCELAMENTO. COMPLEXIDADE REJEITADA. ADUZ AINDA A FALTA DE INTERESSE DE AGIR DA RECORRIDA PELA AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. ORA, HAVENDO PEDIDO EXPRESSO DE CANCELAMENTO E DEVIDAMENTE PROTOCOLADO PERANTE A INSTITUIÇÃO, A MANUTENÇÃO DO CONTRATO COM OS RESPECTIVOS DESCONTOS EM CONTRACHEQUE POR MAIS DE QUATRO ANOS APÓS A SOLICITAÇÃO CONFIGURA SIM PRETENSÃO RESISTIDA DA RECORRENTE, QUE ALÉM DE NÃO CANCELAR O SERVIÇO, SEQUER APRESENTOU RESPOSTA FORMAL AO PEDIDO. PRELIMINAR REJEITADA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CONDUTA, DANO E NEXO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. MÁ-FÉ COMPROVADA ANTE A OMISSÃO DO RECORRENTE EM NÃO EFETIVAR O CANCELAMENTO DO CONTRATO MESMO APÓS REITERADOS PEDIDOS DA RECORRIDA. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, DESCONTOS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. SALIENTO QUE, A DESPEITO DO QUE SUSTENTA O RECORRENTE, NÃO SE TRATA DE MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL, MAS DE DESCONTO ABUSIVO DE PARCELAS SALARIAIS, DE NATUREZA ALIMENTAR, SEM QUE HAJA ANUÊNCIA. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-

ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0606303-52.2016.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606310-10.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Magaly Cabral da Silva Ramos
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Pan S/A
Soc. Advogados : Felipe Andres Acevedo Ibanez (206339/SP)
Advogado : Felipe Andres Acevedo Ibanez (206339/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. COMPLEXIDADE. INCOMPETÊNCIA MANTIDA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, alinho-me no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central.Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação, necessitando, in casu, a realização de perícia para apurar a suposta abusividade da cobrança.Recurso conhecido e não provido. Incompetência mantida. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0606310-10.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606339-97.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Edimilson Viriato Martins
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Supermercados DB Ltda.
Advogado : Alberto Muller Filho (118692/RJ)
Advogado : Rafael Fernando Melo da Costa (5837/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA MENSAL DE TARIFA DE ADMINISTRAÇÃO NO VALOR DE R$3,99. NÃO CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO. SUSTENTA O RECORRENTE QUE O JUIZ A QUO BASEIA SUA SENTENÇA ARGUINDO UM FUNDAMENTO GENÉRICO REFERENTE À COBRANÇA DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADO, ALEGANDO APENAS O EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO, NÃO OCASIONANDO PORTANTO A REPARAÇÃO DO DANO MORAL. OCORRE QUE, EM VERDADE, A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU É BEM CLARA AO IMPROCEDER OS PLEITOS AUTORAIS EM RAZÃO DA ANUÊNCIA EXPRESSA DO CONSUMIDOR ÀS FLS. 89. AUSÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0606339-97.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606571-17.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Lourença Silva de Almeida
Advogada : Maria Rosiane de Brito (7628/AM)
Recorrido : Banco Santander Brasil S/A
Advogado : Carlos Maximiano Mafra de Laet (809A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0606627-45.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Redecard S.A.
Advogado : Eduardo Augusto Penteado (88737/RJ)
Advogado : Letícia Dias Ponce de Leão (9099/AM)
Recorrido : Soraya Acris de Oliveira - Me
Advogado : Janaína Mendonça de Moraes (8070/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE MAQUINETAS DE CARTÃO. DESCONTO EM CONTA CORRENTE DE TARIFA POR SUPOSTAS MÁQUINAS INATIVAS. É FATO INCONTROVERSO QUE A RECORRIDA SOLICITOU E UTILIZA REGULARMENTE DUAS MAQUINETAS DE CARTÃO. PRIMEIRAMENTE CUMPRE SALIENTAR QUE A PARTE RECORRIDA É EMPRESÁRIO

INDIVIDUAL (FLS. 34). SOBRE O TEMA, TEM-SE QUE A FIRMA INDIVIDUAL, EM VERDADE, NÃO ATUA COMO PESSOA JURÍDICA, MAS SIM, COMO PESSOA FÍSICA E QUE O PATRIMÔNIO DAS FIRMAS INDIVIDUAIS SE CONFUNDE COM O DA PESSOA FÍSICA. A FIRMA INDIVIDUAL É PESSOA FÍSICA COMERCIANTE QUE RECEBE TRATAMENTO DE PESSOA JURÍDICA APENAS PARA FINS FISCAIS, DE MODO QUE, COM RELAÇÃO AO DIREITO OBRIGACIONAL, HÁ CONFUSÃO ENTRE A FIRMA INDIVIDUAL E SEU TITULAR. O ENTENDIMENTO DO STJ É NO SENTIDO DE QUE "NÃO É CORRETO ATRIBUIR-SE AO COMERCIANTE INDIVIDUAL, PERSONALIDADE JURÍDICA DIFERENTE DAQUELA QUE SE RECONHECE A PESSOA FÍSICA" (STJ - RESP N. 102.539DSP, REI. MIN. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJU DE 01.09.97). (E-STJ FL. 317). A PARTIR DESTE PONTO ENFRENTO O ARGUMENTO ENGENDRADO PELO RECORRENTE NO QUE TANGE À APLICABILIDADE OU NÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO EM COMENTO. CUMPRE RELEMBRAR QUE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, EM SEUS ARTIGOS INICIAIS, CONCEITUA FORNECEDOR - ARTIGO 3º, § 2º, ENQUANTO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE NATUREZA BANCÁRIA, FINANCEIRA, DE CRÉDITO E SECURITÁRIA, BEM COMO CONSUMIDOR - ARTIGO 2º - COMO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE ADQUIRE OU UTILIZA PRODUTO OU SERVIÇO COMO DESTINATÁRIO FINAL. ASSIM, PARA A CONCEITUAÇÃO DO CONSUMIDOR, INDISPENSÁVEL A PASSAGEM PELA IDEIA DE DESTINATÁRIO FINAL. PARA A CORRENTE SUBJETIVA (FINALISTA), O DESTINATÁRIO FINAL É QUEM ADQUIRE BEM OU SERVIÇO PARA ATENDER NECESSIDADE PRÓPRIA E NÃO PARA DESENVOLVER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU PRODUTIVA (CONCEITO ECONÔMICO DE DESTINATÁRIO FINAL). POR OUTRO LADO, OS ADEPTOS DA CORRENTE OBJETIVA (MAXIMALISTA) ENTENDEM QUE DESTINATÁRIO FINAL É AQUELE QUE RETIRA O BEM OU SERVIÇO DE MERCADO, POUCO IMPORTANDO SE ELES SÃO UTILIZADOS NO PROCESSO PRODUTIVO OU NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (CONCEITO FÁTICO DE DESTINATÁRIO FINAL). A FIM DE SOLUCIONAR ESSE IMPASSE DOUTRINÁRIO, O ARTIGO 29 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, CLÁUSULA GERAL, PERMITIU QUE A JURISPRUDÊNCIA CONCEBESSE A FIGURA DO "CONSUMIDOR-EQUIPARADO", FLEXIBILIZANDO, ASSIM, O RIGOR DO CRITÉRIO SUBJETIVO DO CONCEITO DE CONSUMIDOR E ADMITINDO A APLICABILIDADE DO CDC NAS RELAÇÕES ENTRE FORNECEDORES E CONSUMIDORES-EMPRESÁRIOS EM QUE FIQUE EVIDENCIADA NO CASO CONCRETO A RELAÇÃO DE CONSUMO. EXIGEM-SE, PARA TANTO, A VULNERABILIDADE TÉCNICA, JURÍDICA OU ECONÔMICA DO CONTRATANTE. NESTE SENTIDO ARESTO DO STJ: "Cumpre consignar a existência de certo abrandamento na interpretação finalista, na medida em que se admite, excepcionalmente e desde que demonstrada 'in concreto' a vulnerabilidade técnica, jurídica ou econômica, a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor a determinados consumidores profissionais, como pequenas empresas e profissionais liberais. Quer dizer, não se deixa de perquirir acerca do uso, profissional ou não, do bem ou serviço; apenas, com exceção, e à vista da hipossuficiência concreta de determinado adquirente ou utente, não obstante seja um profissional, passa-se a considerá-lo consumidor". (STJ-4ª T., REsp 661.145, rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 22.02.05, DJU 28.03.05, p.286). A QUESTÃO APROFUNDA-SE NO VOTO PROFERIDO PELA Minstra Nancy Andrighi: "Processo civil. Conflito de competência. Contrato. Foro de eleição. Relação de consumo. Contratação de serviço de crédito por sociedade empresária. Destinação final caracterizada. - Aquele que exerce empresa assume a condição de consumidor dos bens e serviços que adquire ou utiliza como destinatário final, isto é, quando o bem ou serviço, ainda que venha a compor o estabelecimento empresarial, não integre diretamente - por meio de transformação, montagem, beneficiamento ou revenda - o produto ou serviço que venha a ser ofertado a terceiros.- O empresário ou sociedade empresária que tenha por atividade precípua a distribuição, no atacado ou no varejo, de medicamentos, deve ser considerado destinatário final do serviço de pagamento por meio de cartão de crédito, porquanto esta atividade não integra, diretamente, o produto objeto de sua empresa. (...)". NESSE CONTEXTO, VERIFICADA A FRUIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO, O EVENTUAL USO PROFISSIONAL DA UTILIDADE PRODUZIDA POR PESSOA JURÍDICA COM INTUITO DE LUCRO NÃO DESCARACTERIZA, POR SI, A RELAÇÃO DE CONSUMO. NO CASO EM COMENTO, VERIFICO QUE A EMPRESÁRIA INDIVIDUAL CONTRATOU SERVIÇO DE MÁQUINA DE CARTÃO PARA FINS DE AMPLIAR AS FORMAS DE PAGAMENTO EM SEU RESTAURANTE. ASSIM, VERIFICA-SE QUE O SERVIÇO CONTRATADO É UTILIZADO COMO FINAL, PORQUANTO NÃO PERTENCENTE A CADEIA DE PRODUÇÃO DO RESTAURANTE, CUJO OBJETO COMERCIALIZADO É ALIMENTO. DISTO TEM-SE QUE NÃO SE PODE CONFUNDIR O USO FINAL COM USO PRIVADO. A MÁQUINA DE CARTÃO EFETIVAMENTE CUMPRE SUA FUNÇÃO FINAL PERANTE A EMPRESÁRIA INDIVIDUAL, NÃO SENDO SEUS SERVIÇOS REVENDIDOS OU TRANSFERIDOS A TERCEIROS, VÊ-SE PORTANTO, QUE A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL, POUCO IMPORTA SE A NECESSIDADE A SER SUPRIDA COMO CONSUMO SERÁ DE NATUREZA PESSOAL OU PROFISSIONAL. JÁ O USO PRIVADO ENTENDE-SE POR AQUELE EMPREGADO EM ATIVIDADES EMINENTEMENTE PARTICULARES. POR ÓBVIO QUE O USO DE MÁQUINA DE CARTÃO PARA RECEBIMENTO DE PAGAMENTOS SEMPRE INTEGRARÁ TERCEIROS, POSTO QUE INERENTE À SUA NATUREZA, E NÃO DESCARACTERIZA O ENQUADRAMENTO COMO CONSUMIDOR. SOMA-SE A ISSO A A VULNERABILIDADE TÉCNICA, JURÍDICA E ECONÔMICA DA CONTRATANTE, QUE SENDO EMPRESÁRIA INDIVIDUAL EQUIPARA-SE A DE PESSOA FÍSICA. PELO EXPOSTO, ENTENDO PLENAMENTE APLICÁVEL O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO EM COMENTO. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR A LEGALIDADE DOS DESCONTOS EFETUADOS. CONTRATO DE FLS. 376/403 QUE NÃO POSSUI ASSINATURA DA RECORRIDA, DE FORMA QUE NÃO SE PODE PRESSUPOR QUE TINHA CONHECIMENTO DE TODAS AS CLÁUSULAS. PRINTS DO SISTEMA INTERNO (FLS. 360/361) QUE NÃO DEMONSTRAM A EFETIVA ENTREGA DE MÁQUINAS ADICIONAIS. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. QUANTO AO DANO MATERIAL, ESTE ENCONTRA-SE CABALMENTE DEMONSTRADO PELOS EXTRATOS JUNTADOS AOS AUTOS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO,

CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. COMO DITO ALHURES, NÃO HAVENDO IDENTIDADE ENTRE A PESSOA FÍSICA E EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, O DANO MORAL DEVE SE BALIZAR PELOS MESMOS CRITÉRIOS. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0606627-45.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606873-41.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Tim Celular S/A

Advogada : Daniele Silva Moura (5899/AM)

Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Recorrido : João Rezende Cavalcante

Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. LINHA INOPERANTE. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRIDO É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE AO REGULAR FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA LINHA PELO RECORRIDO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADO O VÍCIO. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. QUANTO À MULTA ARBITRADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER, SALIENTO QUE ESTA NÃO É UM FIM EM SI MESMO, MAS UM INSTRUMENTO DE COERÇÃO INDIRETA IMPOSTO PARA QUE O RÉU CUMPRA A OBRIGAÇÃO PRINCIPAL DE MODO ESPECÍFICO. POR ESTE MOTIVO, SEU VALOR NÃO FOI DETERMINADO PELA LEI. DEIXOU O LEGISLADOR AO JUIZ A CONSIDERAÇÃO DO VALOR A SER ARBITRADO, CONSIDERANDO ASPECTOS COMO AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO PRÓPRIO EXECUTADO E AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. VALOR ARBITRADO QUE MOSTRA-SE ADEQUADO AOS FINS. ENFATIZO QUE A MULTA NÃO INCIDIRÁ CASO O RECORRENTE NÃO APRESENTE ÓBICE AO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO, DE FORMA QUE SUA EXIGIBILIDADE DÁ-SE EXCLUSIVAMENTE EM RAZÃO DA CONDUTA DO RÉU. MANUTENÇÃO DAS ASTREINTES. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0606873-41.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606874-86.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Terezinha Santos da Silva

Advogado : Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM)

Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A

Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados

Advogada : Maria P. Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SEGURO COLETIVO DE VIDA DESCONTADO EM CONTRACHEQUE. CONTRATAÇÃO INICIAL EM 01/03/2007. SUSTENTA A RECORRENTE QUE MESMO NÃO TENDO HAVIDO RENOVAÇÃO EXPRESSA, OS DESCONTOS SE MANTIVERAM ATÉ HOJE. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS POR ENTENDER VÁLIDAS AS RENOVAÇÕES POSTERIORES PROMOVIDAS PELO ÓRGÃO ESTIPULANTE, MAS DETERMINOU A OBRIGAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE NOVOS DESCONTOS. EM CONTESTAÇÃO, O RECORRIDO DEMONSTRA SER O

CONTRATO RELATIVO A SEGURO COLETIVO DE PESSOAS, QUE TEM COMO ESTIPULANTE A PREFEITURA DE MANAUS. SEGURADO, ORA RECORRENTE, QUE ADERIU AO CONTRATO COLETIVO EM 01/03/2007 (FLS. 214) INDICANDO, INCLUSIVE, BENEFICIÁRIOS DE EVENTUAL PRÊMIO. SEGUNDO O ARTIGO 1º, CAPUT DA RESOLUÇÃO 107/2004 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, ESTIPULANTE É A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE CONTRATA APÓLICE COLETIVA DE SEGUROS, FICANDO INVESTIDO DOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO DOS SEGURADOS PERANTE AS SOCIEDADES SEGURADORAS, NOS TERMOS DESTA RESOLUÇÃO. DE IGUAL FORMA, HOUVE INFORMAÇÃO EXPRESSA NO CONTRATO DE ADESÃO: Pelo presente autorizo a minha inclusão na apólice de Seguro de Pessoas – Coletivo, contratada pelo estipulante acima, a quem concedo o direito de agir em meu nome no cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nas Condições Gerais e Especiais da referida apólice, devendo todas as comunicações ou avisos inerentes a este seguro serem encaminhadas diretamente ao estipulante que, para tal fim, fica investido nos poderes de representação. TENDO A ESTIPULANTE PODERES DE REPRESENTAÇÃO, BEM COMO A CONTRATAÇÃO COLETIVA É REALIZADA ENTRE ESTIPULANTE E SEGURADORA E A ADESÃO É REALIZADA DE FORMA INDIVIDUAL, LEGÍTIMAS AS RENOVAÇÕES DO CONTRATO COLETIVO REALIZADAS APÓS A INCLUSÃO DO RECORRENTE. SEGURADORA QUE NOTIFICOU A ESTIPULANTE DA AUSÊNCIA DE INTERESSE NA RENOVAÇÃO DO CONTRATO A PARTIR DE 2017 (FLS. 119). LADO OUTRO, O RECORRENTE NÃO DEMONSTRA TER SOLICITADO O CANCELAMENTO DE SUA APÓLICE, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA, COMO FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. RECORRIDO QUE AGIU EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. ILÍCITO CIVIL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0606874-86.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607069-79.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Analda Ribeiro de Oliveira

Recorrida : Maria Rosalina Souza de Oliveira

Advogado : Irany Solano e Silva (3603/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0607232-51.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Elciney Alves Lima

Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)

Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)

Advogado : Waldisney Coelho Girão (12569/AM)

Recorrido : Banco Santander S.a.

Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FRAUDE PERPETRADA POR TERCEIROS. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRIDO É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR QUE TOMOU AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA ATENUAR OS DANOS. FRAUDE PERPETRADA POR TERCEIRO. SÚMULA 479 DO STJ. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SUPORTA OS RISCOS INERENTES DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA, RESPONDENDO OBJETIVAMENTE PELO PREJUÍZO SUPORTADO PELO CONSUMIDOR, HAVENDO INDÍCIO DE FRAUDE, O QUE CONFIGURA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RESPONDEM PELOS DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS." (SÚMULA 479 DO STJ). DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. RESTITUIÇÃO DEVIDA DE FORMA SIMPLES. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELO RECORRIDO. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRIDO EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A PARTE OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM INCAPAZ DE GERAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO

CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0607232-51.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607542-57.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Raimundo Nonato Santos de Lima
Advogado : Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Carlos Eduado Pereira Texeira (327026/SP)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. COMPLEXIDADE. INCOMPETÊNCIA MANTIDA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, alinho-me no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central.Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação, necessitando, in casu, a realização de perícia para apurar a suposta abusividade da cobrança.Recurso conhecido e não provido. Incompetência mantida. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0607542-57.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607785-38.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Juarez Menezes de Oliviera
Advogado : Illy Soares de Souza (10263/AM)
Recorrido : Supermercados DB Ltda.
Advogado : Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (2167/AM)
Advogado : Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (2790/AM)
Advogada : Vera Lúcia Matos Falcão (3758/AM)
Advogado : Luciana Velasco Vasconcellos (4972/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FURTO EM ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO SUPOSTAMENTE OCORRIDO EM 14/03/2017 (FLS. 13/14). REVELIA DECRETADA. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS POR ENTENDER NÃO COMPROVADO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR, MORMENTE NO QUE TANGE À APRESENTAÇÃO DO CUPOM FISCAL QUE COMPROVASSE A PERMANÊNCIA DO CONSUMIDOR NA DATA DO EVENTO DANOSO. NO RECURSO INOMINADO, O RECORRENTE AFIRMA QUE A MAGISTRADA NÃO OBSERVOU A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NEM SUA CRONOLOGIA, PROLATANDO SENTENÇA SEM A DEVIDA ANÁLISE ECAUTELA. CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE AO AUTOR A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO (ART. 373, I, CPC), OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. NO CASO CONCRETO O RECORRENTE NÃO TRAZ QUALQUER INDÍCIO DE QUE ESTEVE NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL NO DIA DA OCORRÊNCIA DO FATO, NEM MESMO POR PROVA TESTEMUNHAL. OBSERVE QUE SOMENTE NO RECURSO O RECORRENTE INFORMA QUE NÃO FEZ COMPRAS NAQUELE DIA, ENTRETANTO, AINDA PERMANECE COM ESTE O ÔNUS DE DEMONSTRAR AO MENOS SUA PERMANÊNCIA NO LOCAL. REVELIA DECRETADA. A REVELIA É ATO-FATO JURÍDICO CONSISTENTE, NO CASO, NA AUSÊNCIA DO RÉU EM AUDIÊNCIA. NÃO PODEMOS CONFUNDI-LA COM A CONFISSÃO FICTA, QUE É UM DE SEUS EFEITOS. A REVELIA NÃO É UM EFEITO JURÍDICO, POSTO QUE ENCONTRA-SE NO MUNDO DOS FATOS. DO EXPOSTO, NÃO HÁ COMO ELIDIR SUA INCIDÊNCIA. A DESPEITO DISSO, É POSSÍVEL QUE HAJA REVELIA E NÃO SE PRESUMA A OCORRÊNCIA DOS FATOS DEDUZIDOS CONTRA O REVEL. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DO AUTOR, NÃO SERÁ A REVELIA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A REVELIA NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DO AUTOR NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. PELA AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO, HÁ DE SER MANTIDA A SENTENÇA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0607785-38.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607813-66.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrente : C&a Modas Ltda (Amazonas Shopping)
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrente : ODONTOPREV S.A

Advogado : Karla Freixo Braga (3775/AM)
Advogado : Victoria Dutra Alencar Arantes (10316/AM)
Recorrida : Kathia dos Santos Pereira Figueiredo da Rocha
Advogado : José Militão Rodrigues da Silva (12721/AM)
Advogado : Vanessa Nunes Zogahib (10021/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – DIREITO DO CONSUMIDOR – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO – ESTIPULAÇÃO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – VALOR DA INDENIZAÇÃO MANTIDO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.1. A sentença fustigada julgou procedente o pedido na exordial, condenando as partes recorrentes, solidariamente, ao pagamento do valor de R$ 6.000,00 a título de danos morais.2. Repilo a preliminar de ilegitimidade passiva ventiladas pelas partes recorrentes ODONTOPREV S.A., pois verifico que faz parte da cadeia de fornecedores, devendo responder, à luz da teoria da aparência e da boa-fé objetiva, de forma solidária.3. Rejeito também a preliminar de ilegitimidade passiva ventilada por Banco Bradesco S/A por ausência de interesse recursal, uma vez que o Código de Processo Civil é expresso ao proibir a possibilidade de pleitear direito alheio em nome próprio (art. 18 do CPC).4. Quanto ao mérito, restou demonstrado que as partes recorrentes faltaram com informação adequada e clara à parte recorrida, violando um dos direitos básicos do consumidor previsto expressamente no CDC: “Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;”.5. O montante relativo à indenização por danos morais é determinado de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, sendo revisto por este relator tão-somente quando se tratar de valores ínfimos ou excessivos, isto é, quando não se observa os critérios da proporcionalidade e razoabilidade. 6. In casu, observo que o valor da indenização por danos morais arbitrada versou em consonância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, mormente o valor fixado não ser ínfimo frente ao desvalor da conduta. Houve falha na prestação do serviço; a indenização por danos morais leva em conta a capacidade econômica do fornecedor bem como serve de caráter pedagógico e punitivo, obedecendo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Não se verificando, então, a necessidade de diminuição do valor atribuído a título de danos morais. 7. Diante disto, CONHEÇO DOS RECURSOS, mas LHES NEGO PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607826-73.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Advogada : Vanessa Benayon de Carvalho (5977/AM)
Recorrido : MARCO ANTONIO MAR DE OLIVEIRA
Advogado : Terezinha Teles Fernandes (6622/AM)
Advogado : Paulo Alexandre Leite da Silva (3760/AM)
Advogado : José Arthur de Souza Rodrigues Alves (7906/AM)
Advogado : Claudio Elias Santos (4036/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0608081-68.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Procuradora : Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM)
Recorrido : Thompson Oliveira Orbea
Advogado : Rogério Pena Bento da Silva (9960/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0608377-53.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Waldir Almeida de Araújo
Advogado : Delias Tupinambá (2268/AM)
Advogado : Ana Cláudia Conde Vieiralves (6073/AM)
Recorrido : NET Serviços de Comunicação S/A - MANAUS
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de junho de 2018.

Processo: 0608557-98.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Bradesco Saúde S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogada : Maria P. Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)
Recorrida : Mirna de Almeida Bacry
Advogado : Ikaro Pereira Amore (6350/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0608710-19.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Patrícia Paiva Azevedo
Advogado : Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (6502/AM)
Recorrido : Administradora Geral de Estacionamento S.a.
Advogado : Rafael Bicca Machado (44096/RS)
Recorrido : Shopping Manaus Via Norte SPE S/A.
Advogado : João Gilberto Freire Goulart (73169/MG)
Advogada : Damaris Lima Barbosa (188025/RJ)
Advogado : Lucas Cordeiro Marques (187570/RJ)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. ESTACIONAMENTO PARTICULAR. CONTRATO DE DEPÓSITO. FURTO DE CAPACETE DEIXADO NO GUIDÃO DA MOTO. CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE À AUTORA A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE SE INVERTA O ÔNUS DA PROVA. NO CASO CONCRETO A AUTORA COMPROVOU A DATA EM QUE ESTACIONOU A MOTO, MAS NÃO DEMONSTROU A OCORRÊNCIA DO DANO. A SIMPLES NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO DE NOVO CAPACETE NÃO DEMONSTRA O FURTO DO ANTERIOR. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI.

COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DA AUTORA NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. OBSERVO QUE O JULGADOS COLACIONADOS PELA RECORRENTE DIVERGEM DO CASO EM COMENTO. ÀS FLS. 151 TRATA DE FURTO DE OBJETO NO INTERIOR DE VEÍCULO, OU SEJA, COM DANO AO AUTOMÓVEL E TRANSPOSIÇÃO DE BARREIRA (PORTA OU VIDRO). ÀS FLS. 152 O EXCERTO NARRA O FURTO NO PRÓPRIO VEÍCULO (BICICLETA) QUE FOI DEVIDAMENTE ESTACIONADA E PRESA COM CADEADO. QUANTO À SÚMULA 130 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ESTA SE AMOLDA AOS JULGADOS CITADOS ACIMA: DANO AO VEÍCULO (TRANSPOSIÇÃO DE BARREIRA PARA FURTO DE OBJETOS GUARDADOS NO INTERIOR) E FURTO DE VEÍCULO (SUBTRAÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE). PARA ALÉM DA PROVA DA EXISTÊNCIA, PROPRIEDADE E COMPROVAÇÃO DE QUE O CAPACETE FOI DEIXADO JUNTO COM A MOTO, VERIFICO QUE DA MERA NARRATIVA DOS FATOS NA EXORDIAL A RECORRENTE IGUALMENTE CONCORREU PARA O EVENTO DANOSO. ISSO PORQUE NÃO TOMOU AS PRECAUÇÕES DEVIDAS PARA ARMAZENAMENTO DO ACESSÓRIO. DESTACO QUE A AUTORA TÃO SOMENTE "deixou o capacete de cor rosa, no guidom da moto" (FLS. 02), NÃO SE PREOCUPANDO EM COLOCAR CADEADO OU PROCURAR MELHOR ACONDICIONAMENTO DO OBJETO, APENAS O DEIXOU EM CIMA DA MOTOCICLETA. PELA AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO DANO, A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0608710-19.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0608720-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Antonia Sebastiana Pereira da Silva
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0608760-94.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : BRUNO MELO DA SILVA
Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0608824-70.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Pneu Forte Ltda.
Advogada : Tatiane Medina Oliveira (E1388/AM)
Advogado : Luiz Fernando Mafra Negreiros
Recorrido : Prado Auto Center Serviços Mecânicos Eireli Epp
Advogado : Dr. Walmir Ribeiro Pereira (6273/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO CIVIL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS POR AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO DA PARTE AUTORA COMO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONFORME ARTIGO 8º, II, LEI 9099/95. ENUNCIADO 135 FONAJE - O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro – Palmas/TO). DESPACHO DE FLS. 33 QUE DETERMINOU A EMENDA DA INICIAL PARA COMPROVAR A QUALIDADE DA EMPRESA. JUNTADA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 37/41 QUE DEMONSTRAM INDUBITAVELMENTE A QUALIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA COM ENQUADRAMENTO NA MODALIDADE EMPRESA DE PEQUENO PORTE. A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA DEFENDIDA PELO RECORRENTE COMO A DESCRITA NO ARTIGO 31, I, LEI 8666/93 TRATA-SE DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE BENS/SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NESTA HIPÓTESE, EXIGEM-SE DOCUMENTOS DIVERSOS A FIM DE QUE SE DEMONSTRE A SAÚDE FINANCEIRA DO LICITANTE PARA SUPORTAR AS DESPESAS E ADIANTAMENTOS DE RECURSOS NECESSÁRIOS PARA HONRAR O OBJETO DO NEGÓCIO JURÍDICO. RIGIDEZ QUE NÃO SE REPLICA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS, QUE SE REGEM PELA SIMPLICIDADE, INFORMALIDADE, ECONOMIA PROCESSUAL E CELERIDADE. PRELIMINAR REJEITADA. QUANTO AO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, INSURGE-SE O RECORRENTE AFIRMANDO A NECESSIDADE DE DEPOIMENTO PESSOAL. EM VERDADE, VERIFICO QUE NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CERCEAMENTO DE DEFESA PELO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ISTO PORQUE, NA ANÁLISE DA PROVA, DEVE-SE TER EM VISTA O DISPOSTO NO ARTIGO 370, CPC/2015: Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito. Parágrafo único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias. NO CASO DOS AUTOS, O RECORRENTE NÃO LOGROU ÊXITO EM DEMONSTRAR A UTILIDADE DA PRODUÇÃO DE DITA PROVA. ADEMAIS, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 370, O JUIZ APRECIARÁ LIVREMENTE AS PROVAS DE MODO QUE, SE AQUELE MAGISTRADO ENTENDEU SUFICIENTEMENTE ESCLARECIDOS OS FATOS PARA A PROLAÇÃO DE SUA DECISÃO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CERCEAMENTO DE DEFESA. ADEMAIS, VERIFICO QUE EM AUDIÊNCIA NENHUMA DAS PARTES PLEITEOU PROVAS COMPLEMENTARES, CONSOANTE FLS. 82/83, DESTA FORMA, NÃO SE SUSTENTA O ARGUMENTO DE QUE A "recorrente foi impedida de produzir, justamente pelo fato do juízo não ter acatado o pedido de instrução processual" (FLS. 123). QUANTO AO ÔNUS DA PROVA, CORRETA A ANÁLISE CONSUBSTANCIADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. ISSO PORQUE O DEVER DE COMPROVAR O ALEGADO INCUMBE ÀQUELE QUE MELHOR PUDER DEMONSTRAR A OCORRÊNCIA DO FATO. À LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E COMO MEDIDA DE JUSTIÇA, A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA É ADOTADA PELO ARTIGO 373, §1º, CPC. NOTICIADO NO MOMENTO DA CITAÇÃO ACERCA DA INVERSÃO DO ÔNUS, O RECORRENTE TEVE TEMPO HÁBIL PARA DESINCUMBIR-SE DE SEU ENCARGO, MAS NÃO O FEZ, E SEQUER PLEITEOU DEMAIS DILIGÊNCIAS EM AUDIÊNCIA. NOUTRO GIRO, A SÚMULA 227 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DISPÕE: A PESSOA

JURÍDICA PODE SOFRER DANO MORAL. CONTUDO, EM SE TRATANDO DE PESSOAS JURÍDICAS, A EXTENSÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NÃO É AMPLA E IRRESTRITA, COMO, EM VERDADE, DECORRE DA PRÓPRIA DICÇÃO LEGAL DO CÓDIGO CIVIL EM SEU ARTIGO 52 (APLICA-SE ÀS PESSOAS JURÍDICAS, NO QUE COUBER, A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE). NESSE CONTEXTO, OS DIREITOS DA PERSONALIDADE SÃO IMANENTES À PESSOA HUMANA, PODENDO SER EM CERTAS SITUAÇÕES EXTENSÍVEIS ÀS PESSOAS JURÍDICAS, MAS NUNCA AQUELES DIREITOS CUJA PRÓPRIA EXISTÊNCIA ESTEJA DIRETA E INDISSOCIAVELMENTE LIGADA À PERSONALIDADE HUMANA. AQUELES DANOS QUE PODEM SER CAUSADOS EXCLUSIVAMENTE À HONRA SUBJETIVA NÃO PODEM SER EXPERIMENTADOS PELA PESSOA JURÍDICA, TAIS COMO, ANGÚSTIA, DOR, SOFRIMENTO, ABALOS PSÍQUICOS, DIGNIDADE, HUMILHAÇÃO, AUTOESTIMA, DESESTABILIDADE EMOCIONAL, DESCONFORTO ETC. ISTO PORQUE, A PESSOA JURÍDICA NÃO É TITULAR DE CORPO OU PSIQUISMO, NÃO SENDO CAPAZ, PORTANTO, DE EXPERIMENTAR DOR OU EMOÇÃO (SOFRIMENTO FÍSICO OU SOFRIMENTO PSÍQUICO OU EMOCIONAL). ESSA DISTINÇÃO ENTRE HONRA SUBJETIVA E HONRA OBJETIVA PARA FINS DE INDENIZABILIDADE DE DANO MORAL DA PESSOA JURÍDICA JÁ FOI FEITA EM PARADIGMÁTICO ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DA RELATORIA DO MINISTRO RUY ROSADO DE AGUIAR. STJ, 4.ª T., REsp 60.033-2-MG, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. 9.8.1995, DJ 27.11.1995, verbis: “Quando se trata de pessoa jurídica, o tema da ofensa à honra propõe uma distinção inicial: a honra subjetiva, inerente à pessoa física, que está no psiquismo de cada um e pode ser ofendida com atos que atinjam a sua dignidade, respeito próprio, auto-estima, etc., causadores de dor, humilhação, vexame; a honra objetiva, externa ao sujeito, que consiste no respeito, admiração, apreço, consideração que os outros dispensam à pessoa. Por isso se diz ser a injúria um ataque à honra subjetiva, à dignidade da pessoa, enquanto que a difamação é ofensa à reputação que o ofendido goza no âmbito social onde vive. A pessoa jurídica, criação da ordem legal, não tem capacidade de sentir emoção e dor, estando por isso desprovida de honra subjetiva e imune à injúria. Pode padecer, porém, de ataque à honra objetiva, pois goza de uma reputação junto a terceiros, passível de fi car abalada por atos que afetam o seu bom nome no mundo civil ou comercial onde atua”. ESSA É A RAZÃO PELA A QUAL A DOUTRINA PROCLAMA QUE, NESSA TEMÁTICA, INDENIZA-SE O DANO MORAL EM FUNÇÃO DO ATENTADO À HONRA OBJETIVA DA PESSOA JURÍDICA, POIS A PESSOA JURÍDICA APENAS E TÃO SOMENTE PODE SER ATINGIDA EM SUA HONRA OBJETIVA (SEU BOM NOME, REPUTAÇÃO OU IMAGEM), É DIZER, SOMENTE PODE SOFRER ABALO AO CONCEITO PÚBLICO QUE PROJETA NA SOCIEDADE, UMA VEZ QUE ELA NÃO POSSUI HONRA SUBJETIVA. NO CASO EM COMENTO, POR CERTO QUE A INSCRIÇÃO DA EMPRESA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES AFETA SUA IMAGEM DE CUMPRIDORA DE SUAS OBRIGAÇÕES PERANTE FORNECEDORES, BANCOS E CLIENTES. POR TAL RAZÃO, CONFGURADO ESTÁ O ABALO MORAL. A REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE PROPORCIONAR A JUSTA SATISFAÇÃO À VÍTIMA E, EM CONTRAPARTIDA, IMPOR AO INFRATOR IMPACTO FINANCEIRO, A FIM DE DISSUADI-LO DA PRÁTICA DE NOVO ILÍCITO, PORÉM DE MODO QUE NÃO SIGNIFIQUE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO OFENDIDO. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM INCAPAZ DE GERAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0608824-70.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609033-10.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ODONTOPREV S.A
Advogada : Ianna Carla Câmara Gomes. (16506/BA)
Advogado : Frederico Oliveira Albuquerque (9146/AM)
Advogado : Karla Freixo Braga (3775/AM)
Advogado : Waldemiro Lins de Albuquerque Neto (11552/BA)
Advogado : Cristiane Nolasco Monteiro do Rêgo (8564/BA)
Recorrente : C&a Modas Ltda (Amazonas Shopping)
Recorrente : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : ROSANJELA CANTÃO PAMPOLHA
Advogado : Frederico Oliveira Albuquerque (9146/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. ADESÃO A PLANO ODONTOLÓGICO A SER PAGO VIA CARTÃO DE CRÉDITO. LANÇAMENTO DE VALORES SUPERIORES AO CONTRATADO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELA RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. COMPULSANDO DETIDAMENTE OS AUTOS, VERIFICO QUE O FOLHETO DE FLS. 15 QUE AFIRMA SER O VALOR DE R$27,90 POR PESSOA/MÊS. PROPOSTA DE ADESÃO AO PLANO (FLS. 17) QUE DEMONSTRA A RELAÇÃO DE QUATRO BENEFICIÁRIOS (TITULAR + 3 DEPENDENTES). R$27,90 X 4 = R$111,60. DESCONTO MENSAL DE R$110,90 NO CARTÃO DE CRÉDITO DA RECORRIDA. TRÊS DEPENDENTES, FILHOS DA RECORRIDA, QUE PAGAM MENSALIDADE INDIVIDUAL, E NÃO APENAS UMA PARA TODOS, COMO SUSTENTA A RECORRIDA NA EXORDIAL (FLS. 02). COBRANÇA CORRETA DA MENSALIDADE REFERENTE A QUATRO BENEFICIÁRIOS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. ILÍCITO CIVIL NÃO CONFIGURADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA AFASTADA. DANO MATERIAL E MORAL IMPROCEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0609033-10.2015.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609107-64.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogada : Flávia Almeida Moura Di Latella (109730/MG)
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrido : Glicerio Silva dos Anjos
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – DIREITO DO CONSUMIDOR – SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO – MANUTENÇÃO DA MULTA – FIXAÇÃO DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609337-23.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : Cosme dos Santos Silva
Advogado : Marcelo Gonzaga Carvalho (5432/AM)
Advogado : Elias Barros Cavalcante (5359/AM)
Advogado : Heliandro Brandão de Lima (4894/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0609783-49.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Requerente : Governador do Estado do Amazonas
Procurador : Thiago Oliveira Costa (83060/PR)
Requerida : Elendyana Lima de Azevedo
Advogado : Jean Carlos Siqueira de Souza (8165/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0610050-95.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Chancile Galucio de Queiroz
Advogado : Gabriel Castilho dos Santos (10277/AM)
Advogado : Hader da Fonseca Almeida (10118/AM)
Recorrido : Banco Itaú S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO NO VALOR DE R$247,61 (FLS. 16). RECORRENTE QUE AFIRMA DESCONHECER O DÉBITO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRENTE É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. NESSE SENTIR, COM O INTUITO DE DESINCUMBIR-SE DE SEU ÔNUS, O RECORRIDO ALEGA TER HAVIDO RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS NO VALOR DE R$3.765,33 REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 622199172, REALIZADO EM 03/03/2017 PARA QUITAR PENDÊNCIAS DO CONTRATO DE Nº 98040924222270000. SUSTENTA AINDA QUE DEVERIAM SER PAGAS 47 PARCELAS DE R$123,67. BUSCA DEMONSTRAR O ALEGADO POR MEIO DOS DOCUMENTOS DE FLS. 36/198. PRIMEIRAMENTE PARA AVALIAR A VEROSSIMILHANÇA DO SUPOSTO CONTRATO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA (COM FINAL 9172 – OBJETO DA NEGATIVAÇÃO), CUMPRE AVERIGUAR O DÉBITO QUE LHE DEU ORIGEM (CONTRATO COM FINAL 70000). NESTE PONTO O RECORRIDO SOMENTE TROUXE FATURAS DE CARTÃO DE CRÉDITO, FORA DA ORDEM CRONOLÓGICA, E NÃO EXPLICA A PERTINÊNCIA NEM COM O PRIMEIRO CONTRATO E NEM COM A RENEGOCIAÇÃO. NESSE SENTIR, TORNA-SE FRÁGIL A ACEITAÇÃO DE PRINTS DO SISTEMA INTERNO DO RECORRIDO COMO CONTRATO VÁLIDO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA QUE SEQUER FOI DEMONSTRADA. ADEMAIS, O RECORRIDO AFIRMA QUE A CONTRATAÇÃO SE DEU MEDIANTE NEGOCIAÇÃO DIRETA COM O GERENTE, MAS SEM QUALQUER DOCUMENTO ASSINADO PELA CONSUMIDORA. DO EXPOSTO, TENHO QUE O RECORRIDO NÃO SE DESINCUMBIU A CONTENTO DO ÔNUS DE DEMONSTRAR FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO DA AUTORA, RAZÃO PELA QUAL DECLARA INEXIGÍVEIS OS DÉBITOS NEGATIVADOS ÀS FLS. 16. POR OPORTUNO, COMO CONSECTÁRIO LÓGICO DO RECONHECIMENTO NA CAUSA DE PEDIR EM SER INEXISTENTE A DÍVIDA, QUE DEU ENSEJO À INSCRIÇÃO INDEVIDA, INCLUSIVE EM FACE DA ECONOMIA PROCESSUAL, EVITANDO MAIORES PREJUÍZOS AO REQUERENTE E OUTRAS DEMANDAS CONTRA A REQUERIDA SOBRE ESTA MESMA INSCRIÇÃO, ESTA NEGATIVAÇÃO MERECE SER EXCLUÍDA MOTIVO PELO QUAL DETERMINO QUE SE OFICIE INCONTINENTI AOS ÓRGÃOS COMPETENTES PARA PROCEDEREM A BAIXA DO NOME DA REQUERENTE DOS ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO (FLS. 16). INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONDUTA DA RECORRIDO QUE CAUSOU DANOS À RECORRENTE. NEXO CONFIGURADO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO OU CULPA CONCORRENTE. INAFASTÁVAL A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO RECORRENTE (ARTIGO 14 DO CDC) PELOS DANOS CAUSADOS A PARTE AUTORA, SENDO CERTO QUE A INDEVIDA NEGATIVAÇÃO CREDITÍCIA, POR SI SÓ, GERA INEGAVELMENTE ABALO MORAL, CONSOANTE ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. O DANO MORAL, NESTES CASOS, É CONSIDERADO IN RE IPSA, DECORRENDO DO PRÓPRIO FATO, SEM NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA. BEM A PROPÓSITO PRECEDENTE DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO QUAL SE DECIDIU QUE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE O DANO MORAL DECORRE DO PRÓPRIO ATO LESIVO DE INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DA PROVA DO PREJUÍZO, DESDE QUE COMPROVADO O EVENTO DANOSO

(STJ, 3ª TURMA, RESP Nº 768.153-SP, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, J. 25.09.2006, DJU 09.10.2006, P. 292). O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL OBEDECE À FINALIDADE PUNITIVA E TAMBÉM PEDAGÓGICA. A PUNIÇÃO DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO EM FACE DA RESPONSABILIDADE CIVIL TEM NATUREZA CIVIL E CONSISTENTE NA COMPENSAÇÃO PELOS DISSABORES ENFRENTADOS PELA VÍTIMA, DE MODO A AMENIZAR O SOFRIMENTO DECORRENTE DO INJUSTO. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$5.000,00 (CINCO MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA E JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0610050-95.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0610129-26.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Moises Magalhaes Pacheco
Defensor : Ricardo Queiroz de Paiva (4510/AM)
Defensor : Carol Regina Xavier Rocha (15004/PA)
Recorrida : ANA EUCALIR
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO EXTINTA NOS TERMOS DO ARTIGO 53, §4º, LEI 9099/95. AUSÊNCIA DE CPF DA EXECUTADA. A DESPEITO DE SER DEVER DA PARTE EXEQUENTE A INDICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRECISAS DO EXECUTADO, CASO ESTA SE TORNE IMPOSSÍVEL OU EXTREMAMENTE DIFÍCIL, NÃO PODE POR TAL MOTIVO O JUDICIÁRIO NEGAR-LHE A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EFETIVA. ADEMAIS, PELO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO, ENTENDO PLENAMENTE APLICÁVEL A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS PELO JUÍZO PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS RÉUS (ARTIGO 319, §1º, CPC). OUTROSSIM, VERIFICO QUE NO CASO DOS AUTOS NÃO HÁ QUE SE FALAR EM INEXISTÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA, PORQUANTO AS DILIGÊNCIAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS MESMOS NÃO FORAM ESGOTADAS, MORMENTE NO QUE TANGE AO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO. ENDEREÇO INDICADO PELO EXEQUENTE NO QUAL HOUVE EFETIVA CITAÇÃO (FLS. 32). SENTENÇA REFORMADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS SOLICITADAS ÀS FLS. 54. SOMENTE NA HIPÓTESE DE RESTAREM INFRUTÍFERAS AS DILIGÊNCIAS, ADMITE-SE A EXTINÇÃO DO FEITO COM A EMISSÃO DA RESPECTIVA CERTIDÃO DE CRÉDITO. ENUNCIADO 75 FONAJE – A hipótese do § 4º, do 53, da Lei 9.099/1995, também se aplica às execuções de título judicial, entregando-se ao exeqüente, no caso, certidão do seu crédito, como título para futura execução, sem prejuízo da manutenção do nome do executado no Cartório Distribuídor. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0610129-26.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0610316-82.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : Leomar de Jesus Lobato Uchoa
Advogado : Elci Carvalho dos Santos (8337/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA INDEVIDA DE FATURA PAGA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à fatura paga.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado. Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Cumpre ressaltar o descaso administrativo deliberar singela questão, pois, como se sabe, inúmeras são as dificuldades e incontáveis os passos a ser percorrido pelo consumidor que busca um atendimento capaz de deliberar os problemas como os descritos nos autos. Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada.Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0610316-82.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0610335-06.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : LUIS ANAZILDO NASCIMENTO LIMA
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Advogado : Jean Carlos padilha dos santos (9872/AM)
Recorrido : BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado : Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (198088/SP)
Advogado : Eduardo Alexandre Guedes Cidade (7179/AM)
Advogado : Dênis Audi Espinela (198153/SP)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. COMPLEXIDADE. INCOMPETÊNCIA MANTIDA.

SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, alinho-me no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central.Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação, necessitando, in casu, a realização de perícia para apurar a suposta abusividade da cobrança.Recurso conhecido e não provido. Incompetência mantida. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0610335-06.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0610671-44.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco CSF S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrido : Bruno de Albuquerque Pinheiro
Advogado : Marcelo Guedes de Mello e Silva (9786/AM)
Advogado : Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar (4249/AM)
Advogada : Roseane Rodrigues da Cunha (7610/AM)
Advogada : Fabrícia Arruda Moreira (5043/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0611039-53.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bonsucesso S/A
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG)
Recorrido : SEBASTIÃO GONCALVES DA SILVA
Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – JUIZADOS ESPECIAIS – PREPARO E CUSTAS – AUSÊNCIA DE CUSTAS – DESERÇÃO – RECURSO NÃO CONHECIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611315-50.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Aurora Gaio de Souza
Advogado : Manoel Marques de Oliveira (5587/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S/A
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. SUSTENTA A RECORRENTE QUE CONTRATOU EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À AQUISIÇÃO DE SEGURO AQUI/DEV E QUE TAL PRÁTICA CONSTITUI VENDA CASADA. A DESPEITO DA PARCA QUANTIDADE DE PROVAS JUNTADAS PELA RECORRENTE, DE FATO, VERIFICO QUE HOUVE A COBRANÇA DE SEGURO AQUI/DEV SIMULTANEAMENTE À LIBERAÇÃO DO EMPRÉSTIMO (FLS. 116). NESTE PONTO, É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRENTE É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELA RECORRIDA, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO, TANTO O É, QUE FORA REGULARMENTE DEFERIDA NA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE FLS. 14. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRIDO, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR QUE A CONTRATAÇÃO DO SEGURO CONTESTADO FOI DESVINCULADA DO EMPRÉSTIMO. RESSALTO QUE O BANCO RECORRIDO NÃO JUNTOU NENHUM DOS CONTRATOS, NEM DE EMPRÉSTIMO E NEM DE SEGURO. ASSIM, DIANTE DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE, E A NÃO DEMONSTRAÇÃO PELO RECORRIDO DE FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO, ENTENDO QUE, PELA REGRA DO ÔNUS DA PROVA, RESTA VERIFICADA A VENDA CASADA NA ESPÉCIE. ADEMAIS, CONFORME SE OBSERVA DO EXTRATO DE FLS. 116, TÃO LOGO O VALOR DO EMPRÉSTIMO FORA DEPOSITADO, HOUVE DESCONTO DO SEGURO. OFENSA AO ART. 39 DO CDC PREVÊ QUE COMO PRÁTICA ABUSIVA E ILEGAL, O CONDICIONAMENTO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇO AO CONSUMIDOR AO FORNECIMENTO DE OUTRO. VENDA CASADA CONFIGURADA. DANO MATERIAL COMPROVADO. PARCELA DE R$70,90 DESCONTADA EM CONTA CORRENTE. RECONHECIDA A OBRIGAÇÃO DE RESTITUIÇÃO EM DOBRO DA TARIFA COBRADA. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. VALOR QUE PERFAZ O MONTANTE DE R$141,80 (CENTO E QUARENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS), COM JUROS E CORREÇÃO LEGAIS A CONTAR DO EVENTO DANOSO (01/09/2014), APLICANDO-SE OS ÍNDICES ESTABELECIDOS NA PORTARIA 1.855/2016 TJAM. DEDUZ-SE QUE QUEM CONTRAI EMPRÉSTIMO ESTEJA COM ALGUMA DIFICULDADE FINANCEIRA, OU SEJA, SEM DINHEIRO DISPONÍVEL PARA FAZER INVESTIMENTOS COMO A AQUISIÇÃO DE SEGUROS. ALÉM DE SEREM ATOS INCOMPATÍVEIS ENTRE SI, A SIMULTANEIDADE DAS

CONTRATAÇÕES FAZ ENTENDER QUE HOUVE DE FATO A PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA NO ARTIGO 39, I, CDC. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELA RECORRENTE. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU A CONSUMIDORA EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A PARTE OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM CORREÇÃO E JUROS A PARTIR DO ARBITRAMENTO, APLICANDO-SE OS ÍNDICES DA PORTARIA 1.855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611315-50.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611474-75.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rodinei de Holanda Lima
Advogado : Robson Parente Ribeiro (10470/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SEGURO COLETIVO DE PESSOAS CONTRATADO EM MARÇO DE 2007 (FLS. 107). ESTIPULANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. NÃ RENOVAÇÃO DO CONTRATO. NOTIFICAÇÃO À ESTIPULANTE. SUSTENTA O RECORRENTE QUE NÃO FORA CUMPRIDO O PRAZO DE 60 DIAS DE ANTECEDÊNCIA, PORQUANTO A NOTIFICAÇÃO DATA DE 11/01/2017 (FLS. 61) E JÁ NO CONTRACHEQUE DE MARÇO/2017 O DESCONTO FOI SUSPENSO. OCORRE A DESPEITO DE O CONTRACHEQUE DO AUTOR DO MÊS DE MARÇO REFERIR-SE AO SEU SALÁRIO DE MARÇO, EM RELAÇÃO AO CONTRATO DE SEGURO O VALOR DEBITADO EM MARÇO, REFERE-SE AO PAGAMENTO DO MÊS DE ABRIL. OU SEJA, PAGA-SE NO MÊS ANTERIOR A COMPETÊNCIA CONSECUTIVA. DESTA FORMA, TEM-SE QUE O SEGURO DO MÊS DE MARÇO ESTAVA PAGO E COM A COBERTURA GARANTIDA. EM VERDADE, O SOBRESTAMENTO DOS DESCONTOS EM MARÇO DE 2017 SIGNIFICA DIZER QUE A COBERTURA CESSOU EM ABRIL DE 2017, PORTANTO, CUMPRIDO O PRAZO DE 60 DIAS PARA CESSAÇÃO DA COBERTURA. QUANTO À NOTIFICAÇÃO APENAS DO ESTIPULANTE, ENTENDO QUE DEVE PREVALECER À ESTIPULANTE A OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS, PORQUANTO, NO CASO DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE ERA DIRETAMENTE RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO, INCIDINDO, PORTANTO, A REGRA ESPECÍFICA PREVISTA NA RESOLUÇÃO 107 DA SUSEP, EM DETRIMENTO DAS NORMAS GERAIS. TENDO RECORRIDA DEMONSTRADO QUE AGIU DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, UMA VEZ QUE OCORREU A DEVIDA INFORMAÇÃO, QUANTO A NÃO RENOVAÇÃO DA APÓLICE, AO ESTIPULANTE, MUNICÍPIO DE MANAUS, POR MEIO DE OFÍCIO DEVIDAMENTE PROTOCOLADO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM NÃO RENOVAÇÃO DA APÓLICE DE FORMA ABUSIVA OU ILEGAL. POR TUDO QUE SE DISSE A RESPEITO DA NÃO CONFIGURAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO, PRESENTE EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL E VIABILIZADA FACULDADE DE FATO EXERCIDA PELA RÉ, DESFAZ-SE A POSSIBILIDADE DE PROCEDÊNCIA DA PRESENTE DEMANDA, MESMO PORQUE NÃO EVIDENCIADA QUALQUER MÁCULA NO ATO DE RESCINDIR/ NÃO RENOVAR A APÓLICE. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. OBRIGAÇÃO DE FAZER IMPROCEDENTE. IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DO CONTRATO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Precedentes:CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - CONTRATO COLETIVO DE SEGURO DE VIDA - PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO - REJEITADA - RESCISÃO UNILATERAL - VIABILIDADE - ENTENDIMENTO DO STJ - DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS - INDEVIDOS - DANO MORAL - NÃO CONFIGURADO - RECURSOS PROVIDOS. 1 - Não é abusiva a cláusula que permite a seguradora rescindir de forma unilateral o contrato coletivo de seguro de vida, cabendo apenas a prévia comunicação ao estipulante, a qual restou evidenciada no caso concreto. Precedentes do STJ. 2 - Na vigência do contrato, a seguradora prestou regularmente a cobertura contratada, sendo indevida a restituição das contribuições mensais, pois o segurado teve garantido o seu direito ao recebimento da importância segurada em caso de morte e invalidez permanente. 3 - A rescisão contratual do seguro não configura a prática de ato ilícito passível de gerar reparação civil. Os dissabores suportados não consubstanciam dano moral. 4- Recursos conhecidos e providos, à unanimidade. (TJ-PI - AC: 00017787720138180032 PI, Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem, Data de Julgamento: 21/08/2018, 1ª Câmara Especializada Cível)RECURSO INOMINADO. SEGURO. CONTRATO COLETIVO DE SEGURO DE VIDA. RESCISÃO UNILATERAL. VIABILIDADE. ENTENDIMENTO DO STJ. Não é abusiva a cláusula que permite a seguradora rescindir de forma unilateral o contrato coletivo de seguro de vida, cabendo apenas a prévia comunicação ao estipulante, a qual restou evidenciada no caso concreto. Precedentes do STJ. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71007589898 RS, Relator: Ana Cláudia Cachapuz Silva Raabe, Data de Julgamento: 20/06/2018, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/06/2018)APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS DE VIDA EM GRUPO. RESCISÃO DE CONTRATO ENTRE A ESTIPULANTE E A SEGURADORA. CONTRATO COLETIVO. CANCELAMENTO. POSSIBILIDADE. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. 1. Não se mostra abusiva a rescisão unilateral do contrato de seguro de vida em grupo, uma vez que de interesse dos contratantes e procedida a notificação. 2. Ademais, na espécie, a ausência de renovação do contrato foi ajustada entre a estipulante e a operadora, sendo inviável a manutenção do contrato para um dos beneficiários. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078347093, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel

Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018).AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. VERIFICAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE POR OUTROS MEIOS. POSSIBILIDADE. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NÃO RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO DO SEGURADO EM PRAZO RAZOÁVEL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. (...). 2. A Segunda Seção desta Corte pacificou o entendimento de que inexiste abuso na cláusula que prevê a possibilidade de não renovação de contrato de seguro de vida em grupo, desde que haja prévia notificação em prazo razoável, como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 743.642/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 26/10/2015)4. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. FEITA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. OFERTADO NOVO CONTRATO COM OUTRAS CONDIÇÕES. COBRANÇA ABUSIVA. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DA PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DO STJ SÚMULA 83/STJ. REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Este Tribunal Superior entende que o exercício do direito de não renovação do seguro de vida em grupo pela seguradora, na hipótese de ocorrência de desequilíbrio atuarial, com o oferecimento de proposta de adesão a novo produto, não fere o princípio da boa-fé objetiva, mesmo porque o mutualismo e a temporariedade são ínsitos a essa espécie de contrato. 2. A Segunda Seção deste Tribunal Superior, no julgamento do REsp 880.605/RN (DJe de 17/9/2012), firmou entendimento de não ser abusiva a cláusula contratual que prevê a possibilidade de não renovação automática do seguro de vida em grupo por qualquer dos contratantes, desde que haja prévia notificação em prazo razoável. Precedentes. (...) 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1347003/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 01/10/2015) . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611474-75.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611590-81.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I

Advogado : Alan de Oliveira Silva (208322/SP)

Recorrida : Dione Silva Nascimento

Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (FLS. 13). RECORRENTE QUE SUSTENTA SER A DÍVIDA ORIUNDA DE CESSÃO DE CRÉDITO. AINDA QUE SE CONSIDERE LEGÍTIMA A DÍVIDA CONTRAÍDA PERANTE O CEDENTE, NÃO SE OBSERVA A NOTIFICAÇÃO DA CONSUMIDORA ACERCA DA REFERIDA CESSÃO DE CRÉDITOS AO CESSIONÁRIO. RESPONSABILIDADE DO CEDENTE PERANTE A CESSIONÁRIA PELA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA, ART. 295, CC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA PERANTE O CONSUMIDOR PELOS PREJUÍZOS CAUSADOS, ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. ALEGAÇÃO DE BOA-FÉ QUE NÃO POSSUI FORÇA DE EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO NÃO CONFIGURADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO IN RE IPSA. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM INCAPAZ DE GERAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95.No presente caso discute-se acerca da cessão de créditos, modalidade de transmissão das obrigações. A partir do momento que é feita a tradição do crédito ou sua cedência, o cessionário passa a ser credor do valor atribuído a dívida.Mas para que esse tipo de negociação adquira efeitos jurídicos perante o devedor, é exigida a plena obediência aos ditames do art. 290 do Código Civil, que impõe a obrigatoriedade do devedor ser cientificado de que a empresa credora originária cedeu e transferiu o crédito para o cessionário.Inexistindo essa cientificação ou notificação, ficará o crédito indisponível, uma vez que inexiste qualquer relação jurídica entre o devedor e a empresa cessionária, não podendo esse levar a protesto, negativar o devedor em órgãos restritivos de crédito e nem executar a dívida. Não se fala aqui em invalidade ou inexistência da cessão, mas sim da eficácia contra o devedor. No caso, verifico que mesmo o recorrente não demonstrar a notificação do recorrido quanto aos termos da cessão de crédito, este procedeu à negativação, havendo responsabilidade da recorrente quanto a inscrição indevida, mesmo se a dívida fosse legítima.A partir do momento em que as empresas se associam em operações de cessão de crédito, respondem perante o consumidor que se vê lesado com inscrição em serviço de proteção ao crédito relacionada à dívida cuja legitimidade é posta em discussão.Portanto, havendo a solidariedade, tanto uma como a outra respondem pelos prejuízos causados ao devedor, responsabilidade essa prevista também no CDC. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611590-81.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611751-77.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : SKY Brasil Serviços Ldta

Advogado : Fabiano da Silva Maciel (5005/AM)

Recorrido : Washington Batista dos Reis

Advogada : Alessandra Alves de Carvalho (A988/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0611753-13.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ANA CLAUDINA RONDON DO NASCIMENTO NETA

Advogado : Erico Vidal Rotondano (10709/AM)

Recorrido : POP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Advogada : Laine Moraes Souza (92547/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA REALIZADA PELA INTERNET. ATRASO NA ENTREGA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO MANEJADO PARA MAJORAR O QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da

proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da condenação. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611753-13.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611921-15.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lucilene Guimarães de Oliveira
Advogado : Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM)
Advogado : Yuri Evanovick Leitao Furtado (10225/AM)
Recorrido : Ace Seguradora S/A
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SEGURO VIVA TRANQUILO – PLANO 1. FALECIMENTO DO SEGURADO. DESCONTOS DE PRESTAÇÕES DO SEGURO NA CONTA CORRENTE DO SEGURADO MESMO APÓS A COMUNICAÇÃO DO FALECIMENTO E ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO PARA RESGATE DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO RECONHECIDA EM PRIMEIRO GRAU. RECURSO QUANTO AOS DANOS MORAIS. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRENTE É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE À LEGALIDADE DOS DESCONTOS EFETUADOS APÓS A NOTIFICAÇÃO DO FALECIMENTO DO SEGURADO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELA RECORRENTE, QUE, NO MOMENTO DE PERDA DE FAMILIAR EM QUE POSSUÍA LEGÍTIMA EXPECTATIVA DE CONTAR COM A EFETIVA PRESTAÇÃO DO SEGURO, AINDA TEVE QUE SUPORTAR AS COBRANÇAS INDEVIDAS E O DESGASTE PARA TENTAR RESOLVER O IMBRÓGLIO CRIADO PELA RECORRIDA. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRIDO EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A PARTE OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$4.000,00 (QUATRO MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611921-15.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0612146-83.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : Tiago de Aguiar Freire
Advogada : Leyla Viga Yurtsever (3737/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0612150-38.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria das Graças Maciel de Almeida
Advogado : Manoel Marques de Oliveira (5587/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO

DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. SUSTENTA O RECORRENTE QUE SOFRE DESCONTOS EM SUA CONTA CORRENTE RELATIVOS A "MORA CRED PESS", "IOF" E "ENCARGO LIM CRED" QUE JAMAIS CONTRATOU. PRIMEIRAMENTE CUMPRE DESTACAR QUE A COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS – IOF – INCIDE SOBRE OS FATOS GERADORES INDEPENDENTEMENTE DE CONTRATO, RAZÃO PELA QUAL SEU PAGAMENTO É DEVIDO. JÁ OS DESCONTOS EFETUADOS SOB A SIGLA DE "MORA CRED PESS" E "ENCARGO LIM CRED", A EXPERIÊNCIA COMUM (ART. 5º, LEI 9099/95) NOS PERMITE SABER QUE SE TRATAM DE ENCARGOS DECORRENTES DA MORA DO PRÓPRIO RECORRENTE. PELOS EXTRATOS COLACIONADOS PELO PRÓPRIO RECORRENTE OBSERVA-SE QUE ESTE POSSUI EMPRÉSTIMOS PESSOAIS (FLS. 23 EM 24/09/2012/ FLS. 24 EM 25/02/2013/ FLS. 26 EM 22/08/2013/ FLS. 27 EM 05/12/2013/ FLS. 29 EM 29/05/2014/ FLS. 31 EM 12/03/2015 / FLS. 32 EM 25/05/2015/ FLS. 33 EM 10/07/2015 E 27/07/2015/ FLS. 35 EM 13/01/2016/ FLS. 36 EM 15/02/2016/ FLS. 38 E, 12/08/2016/ FLS. 40 EM 09/02/2017) E EM RAZÃO DE SUA CONTA CORRENTE ESTAR A MAIOR PARTE DO TEMPO NEGATIVA, UTILIZA COM FREQUÊNCIA O LIMITE DO CHEQUE ESPECIAL, RAZÃO PELA QUAL INCIDEM OS ENCARGOS MORATÓRIOS. ILÍCITO NÃO CONFIGURADO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0612150-38.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0612223-92.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Requerente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Requerida : Francisca Constantino dos Santos
Advogado : Kassia Cristina Pereira Torres (10577/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0612519-32.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lucio Alves da Silva
Advogada : Michelle Melo Barbosa (2648/AM)
Recorrido : Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Fucapi
Advogado : Mario Vitor M Aufiero (8787/AM)
Advogado : Adriana Gomes de Oliveira (12202/AM)
Advogado : Aniello Miranda Aufiero (1579/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. MERA COBRANÇA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Assenta-se descaber indenização por dano moral decorrente de mero envio de cobranças por via postal para o consumidor, se do fato, não houve desdobramentos capazes de impor maiores abalos ao patrimônio imaterial do ofendido.Não auxilia qualificar o simples recebimento de fatura constando quantia certa quantia, porque, data vênia as opiniões contrárias a respeito, há óbvio exagero de interpretação. Poderia a parte requerente ter ajuizado ação declaratória de inexigibilidade de débito, obrigação de fazer ou não fazer, porém, preferiu ajuizar indenizatória por dano moral, pouco se importando sobre a desconstituição do débito.Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, a qual fica suspensa pelo prazo legal em razão da gratuidade de justiça concedida. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0612519-32.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0613270-53.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Janderval Vasconcelos Cruz
Advogado : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Recorrido : Instituto Dados da Amazônia - IDAAM
Advogada : Milena Pinheiro de Lima (11678/AM)
Advogado : Graco Diniz Fregapani (2357/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS EDUCACIONAIS. RECORRIDA QUE, EM 2010, INTERROMPEU A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E NÃO OFERECEU O MÓDULO "ENERGIA E MEIO AMBIENTE", NECESSÁRIA À CONCLUSÃO DO CURSO. PRESCRIÇÃO DECLARARA EM PRIMEIRO GRAU. SUSTENTA O RECORRENTE QUE NÃO HOUVE CONSUMAÇÃO DA PRESCRIÇÃO EM RAZÃO DE PENDER CONDIÇÃO SUSPENSIVA (CURSO ESTAR SUSPENSO). EM VERDADE, VERIFICO QUE COM A OMISSÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, SURGE A PRETENSÃO AUTORAL DE REPARAÇÃO CIVIL. COM ISSO QUER-SE DIZER QUE A PRÓPRIA SUSPENSÃO DO CURSO MARCA O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO, E NÃO SUA INTERRUPÇÃO. POR TAIS MOTIVOS, A SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0613270-53.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0613891-79.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos
Advogado : Lázaro José Gomes Júnior (8125/MS)
Recorrida : Francisca de Jesus Pereira
Advogado : Franciane Monteiro Cavalcante (6934/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. REALIZAÇÃO DE DESCONTO APÓS

QUITAÇÃO. ATO ILÍCITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.O evento danoso que dá suporte a presente ação resume-se no fato do banco réu ter permanecido a descontar parcelas de um empréstimo, na conta do autor, mesmo depois da quitação do contrato.A ocorrência do dano demonstra-se com os descontos mensais, no contracheque do autor, de parcelas indevidas, diminuindo-lhe os ganhos mensais. Portanto, há sim prejuízo ao consumidor quando vê descontos indevidos em seu salário, que possui caráter alimentar, e mesmo após cientificado, o banco nada faz ou providencia para reparar o erro ou minorar as consequências.Desta feita, tenho que os descontos realizados, depois da quitação do contrato de empréstimo, foram ilegais, constituindo ato ilícito, gerando os danos morais pleiteados.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada. Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0613891-79.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0614024-43.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : U. A.

Advogado : Ana Carolina Remigio de Oliveira (86844/MG)

Advogada : Flávia Almeida Moura Di Latella (109730/MG)

Recorrido : A. F. dos S.

Advogada : Melissa Pinheiro da Silva (12855/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CONSUMIDOR – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – RESPONSABILIDADE DA EMPRESA QUE REALIZOU A NEGATIVAÇÃO DE CRÉDITO – DANO MORAL – QUANTUM INDENIZATÓRIO – RAZOABILIDADE – RECURSO NÃO PROVIDO – SENTENÇA MANTIDA.Analisando o contexto fático-probatório existente nos autos, tem-se que, ficou demonstrada a falha administrativa do requerido em restringir indevidamente o crédito, diante da inscrição do nome da parte requerente nos cadastros de restrições ao crédito SPC e SERASA, quando não havia causa subjacente para tanto.Tratando-se de responsabilidade objetiva, é preciso tão somente a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado lesivo, a teor do disposto no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. Sua exclusão depende de culpa exclusiva de terceiro ou do consumidor. Vale enfatizar que a recorrente não apresentou qualquer causa excludente de responsabilidade, a qual romperia com o nexo de causalidade entre sua conduta e o dano experimentado pelo Recorrido.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado. Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara. Assim tenho que a sentença prolatada pela instância singela (R$ 7.000,00) se aparenta proporcional ao malefício experimentado pelo autor, pois suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções empresariais. Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0614024-43.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0614080-76.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jander Alves Bernardes

Advogado : Luiz Eduardo Hayden dos Santos (12051/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. PROTESTO EM DESFAVOR DO RECORRENTE NO VALOR DE R$1.315,02 (FLS. 21). DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO DA PRÓPRIA RECORRIDA QUE INFORMA NÃO HAVER DÉBITOS EM ABERTO NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2002 A DEZEMBRO DE 2016 (FLS. 17/20). É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRENTE É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELA RECORRIDA, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. NESSE SENTIR, COMPULSANDO DETIDAMENTE OS AUTOS, VERIFICO QUE O DÉBITO PROTESTADO REFERE-SE AO MÊS DE ABRIL/2013 COM VENCIMENTO EM JANEIRO/2014, INCLUÍDO NA FATURA DE FLS. 16. A DATA DO PROTESTO CONSTA DE 10/06/2016. PAGAMENTO DA FATURA EM 22/12/2016. DESTA FORMA, CONCLUO QUE O PRÓPRIO RECORRENTE DEU CAUSA AO PROTESTO, PORQUANTO REALIZOU PAGAMENTO COM MAIS DE DOIS ANOS DE ATRASO, BEM COMO APÓS A EFETIVAÇÃO DA RESTRIÇÃO. O RECORRENTE AFIRMA QUE A INTERPRETAÇÃO DA MAGISTRADA A QUO FOI COMPLETAMENTE EQUIVOCADA, BEM COMO HOUVE FALTA

DE COMPROMETIMENTO DA DOUTA MAGISTRADA COM AS NORMAS PROCESSUAIS PROPRIAMENTE DITAS (FLS. 99). ENTRETANTO, COMO DITO, A DÍVIDA PROTESTADA, COM VENCIMENTO EM JANEIRO/2014 SOMENTE FOI PAGA EM DEZEMBRO/2016. FATURA DE FLS. 16 QUE SE TRATA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS E INCLUI DIVERSAS DÍVIDAS JÁ VENCIDAS DOS ANOS DE 2013 E 2014. PAGAMENTO POSTERIOR AO PROTESTO, ÉPOCA EM QUE O DÉBITO AINDA SE ENCONTRAVA PENDENTE. TRATANDO-SE DE PROTESTO EM CARTÓRIO, O PROCEDIMENTO PARA BAIXA DA RESTRIÇÃO DEVE SER REALIZADO PELO DEVEDOR. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. AUSÊNCIA DE ILÍCITO CIVIL. RESPONSABILIDADE NÃO CONFIGURADA. PELO EXPOSTO, A SENTENÇA A QUO MOSTRA-SE IRRETOCÁVEL E DEVE SER CONFIRMADA POR SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0614080-76.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0614094-60.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)
Recorrida : Jucelia da Silva Araujo
Advogado : Mauricio Vieira de Castro Filho (11035/AM)
Advogado : Luan Vieira da Cunha (11201/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0614105-89.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lisney Delaguila Galvão
Advogada : Natasja Deschoolmeester (2140/AM)
Advogado : Davisander Vieira Carneiro (8815/AM)
Advogado : Arthur de Souza Rego Tavares (6428/AM)
Advogada : Káren Rebecca L. Dadalto Henriques (7075/AM)
Advogada : SAMIA NASCIMENTO DA SILVA (10082/AM)
Advogado : Carlos Eugênio Veras de Menezes (4693/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Bruno Henrique Soré (1010/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM)
Advogado : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. PEDIDO DE REVISÃO DE FATURAS. COMPETÊNCIA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017. VALOR REVISADO EM SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO QUANTO AOS DANOS MORAIS. MERA COBRANÇA INDEVIDA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO, INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES OU INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO. CONSTITUI DANO MORAL APENAS A DOR, O VEXAME, O SOFRIMENTO OU A HUMILHAÇÃO QUE, EXORBITANDO A NORMALIDADE, AFETEM PROFUNDAMENTE O COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVIDUO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES, DESEQUILÍBRIO E ANGÚSTIA. NÃO É TODA COBRANÇA INDEVIDA QUE IMPLICA NO DEVER DE INDENIZAÇÃO. HIPÓTESE DOS AUTOS EM QUE NÃO HÁ PROVA DE QUE OS DANOS REALMENTE TENHAM OCORRIDO, POIS O NOME DA PARTE AUTORA SEQUER FOI INSCRITO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSENTE LESÃO AO BEM JURÍDICO RELATIVO A DIREITO DE PERSONALIDADE, INEXISTE O DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0614105-89.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0614388-64.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : FRANCISCA DAS CHAGAS DE FIGUEIREDO BEZERRA
Advogada : Ana Maria Bezerra Pinheiro (5052/AM)
Recorrido : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ERRO MATERIAL – EQUÍVOCO MANIFESTO – EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os Embargos, mas sem efeitos infringentes.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0614636-30.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : GABRIEL FABRICIO REBELO DE OLIVEIRA (GAME NET LAN HOUSE REI DAVI)
Advogado : Wagner Jackson Santana (8789/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO CIVIL. ACESSO À INTERNET. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. NECESSIDADE DE PERÍCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS.O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. A referida complexidade a que alude o art. 3º da lei 9.099/95 não diz respeito à matéria em si, mas sim à prova necessária à instrução e julgamento do feito. Via de regra, é possível de se constatar a deficiência de serviço de Internet, quando prestado à destinatário final, com simples registros de velocidades por meio de aplicativos de medição, realizados em momentos distintos de modo a caracterizar a constância da precariedade dos serviços.In casu, tem-se que a parte requerente utiliza-se dos serviços prestados pela requerida para realização de serviços profissionais (lan house). Logo, tem-se que a deficiência da prestação dos serviços de acesso à internet fixa e wi-fi só pode ser aferida com o laudo de profissional habilitado, pois, para a apreciação da causa, é necessária, além da

necessidade de se precisar a quantidade de terminais disponíveis no estabelecimento (de modo a apurar a velocidade média para cada unidade), a demonstração da composição do consumo, por meio da leitura das medições de velocidades realizadas nas máquinas utilizadas na ocasião em que a velocidade está abaixo da contratada.Recurso conhecido e provido para o fim de se reconhecer a incompetência do Juizado Especial para processar e julgar a presente demanda, em atenção ao art. 51, inciso II, da lei nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0614636-30.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0614777-15.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrente : Juscelino da Costa Silva
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0615008-76.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisco Jose Malheiros Abboud Daou
Advogado : Leandro Kazuyuki Takahashi
Advogado : Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM)
Recorrido : Tam - Linhas Aéreas S/A
Advogado : Fábio Rivelli (1119A/AM)
Advogado : Fabio Rivelli (297608/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PASSAGEM AÉREA. DESISTÊNCIA DO CONSUMIDOR. PEDIDO REALIZADO COM 2 MESES DE ANTECEDÊNCIAS. RECUSA EM PROCEDER AO REEMBOLSO DO QUE ERA DEVIDO AO CONSUMIDOR. DANO MORAL. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO FORMULADO.É inequívoco que o autor possui o direito de reembolso da quantia paga pelo pedido de cancelamento da passagem aérea. Portanto é injustificável a recusa da requerida em proceder à devolução do que é devido ao consumidor. Afigura-se como abusiva os procedimentos adotados pela recorrente. Conquanto não se possa evitar, afastar, substituir, ou quantificar o desgaste à imagem da vítima em valores monetários, certo é que o dinheiro representa efetivamente uma compensação. De fato, a indenização moral objetiva levar ao prejudicado um bem da vida, que lhe restitua parcialmente a sensação de justiça e, ainda, represente uma utilidade concreta.Nesse sentido, a quantia de R$ 2.000,00 se aparenta suficiente para reparar os malefícios enfrentados pela parte recorrente, bem como justo para fazer valer a natureza pedagógica desta sanção, a qual cumpre a função de fazer com que o agressor muna-se dos cuidados necessários de modo a evitar que situações semelhantes tornem a acontecer. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para condenar a requerida ao pagamento da cifra de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, com juros e correção a partir desta data. Índices conforme portaria 1855/2016 TJAM. Recurso conhecido e parcialmente provido. Deixo de condenar a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, da lei nº 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0615008-76.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0615019-37.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Recorrido : Geovani Costa e Silva
Advogado : Vito Sasso Filho (10344/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. DESCONTOS DECORRENTES DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS PELO AUTOR. INÉRCIA DA REQUERIDA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Restou incontroverso nos autos que houve uma cobrança indevida de serviços não contratados pela parte requerente. Ocorreu, no caso, fraude perpetrada por terceiro. Logo, tem-se que a compra/venda realizada na empresa requerida não seguiu as cautelas necessárias a evitar esse tipo de fraude. Constatado pelo próprio banco que a cobrança fora realizada de forma irregular, sem anuência do consumidor, tem-se que sua inércia quanto à tomada de atitudes deliberativas e a subseqüente imputação de débitos originários das transações consumadas pelo fraudador ao efetivo titular do cartão qualificam-se como falha grave nos serviços que fomenta, tornando-a responsável pelas conseqüências dela originárias, inexistindo qualquer fato passível de absolvê-la da sua responsabilidade.Nesse caso, não consiste em mero aborrecimento cotidiano a situação enfrentada pelo recorrido. É imperioso reconhecer que há um sentimento negativo decorrente de ato injusto de outrem que atingiu a recorrida em seu íntimo, o que configura a existência do dano moral.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada. Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0615019-37.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0615412-93.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Recorrente : Maria Teresa de Oliveira Guedes
Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro
Recorrido : Tim Celular S/A
Recorrida : Maria Teresa de Oliveira Guedes

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTARecurso inominado INTERPOSTO POR AMBAS AS PARTES. CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM BANCO DE DADOS RESTRITIVO DE CRÉDITO, POR FATURAS TELEFÔNICAS COM VALORES EM DESACORDO COM O ESTIPULADO CONTRATUALMENTE. RESPONSABILIDADE. OBJETIVA DA FORNECEDORA DE SERVIÇOS. ART. 14 DO CDC. QUANTO AO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, ENTENDO O MESMO DEVIDO, FACE À ATITUDE DA OPERADORA RECORRENTE

DE NÃO INFORMAR CORRETAMENTE À CONSUMIDORA SOBRE O PRODUTO QUE OFERECE, INDUZINDO A MESMA AO ERRO, AGINDO DE FORMA MALICIOSA, E CAUSANDO FRUSTRAÇÕES E TRANSTORNOS AO CONSUMIDOR, DEVIDO À MÁ-FÉ CONTRATUAL EMPREGADA, OFENDENDO, DESSA FORMA, A HONRA SUBJETIVA DA AUTORA. Além disso, reconhecida a irregularidade das cobranças, ilícita se torna a ANOTAÇÃO DO NOME DA AUTORA (fls. 105). PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: "STJ - "A PRÓPRIA INCLUSÃO OU MANUTENÇÃO EQUIVOCADA CONFIGURA O DANO MORAL IN RE IPSA, OU SEJA, DANO VINCULADO À PRÓPRIA EXISTÊNCIA DO FATO ILÍCITO, CUJOS RESULTADOS SÃO PRESUMIDOS" (AG 1.379.761)". SÚMULA 13 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DO AMAZONAS, PUBLICADA NA REVISTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS, ANO V- N° 5 DE 2003: "DANO MORAL - A INSCRIÇÃO DO NOME DE CONSUMIDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES, SEM QUE ESTEJA EM DÉBITO, ENSEJA RESPONSABILIZAÇÃO POR DANO MORAL, CONSTITUINDO-SE, POR SI SÓ, CAUSA SUFICIENTE à INDENIZAÇÃO MORAL." INDENIZAÇÃO que deve ser arbitrada em VALOR DENTRO DOS PARÂMETROS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A VISTA DOS ASPECTOS ABORDADOS ACIMA, ARBITRO A INDENIZAÇÃO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). MANTIDA A OBRIGAÇÃO DE FAZER IMPOSTA AO RÉU, NOS TERMOS DA SENTENÇA, BEM COMO A MULTA ESTIPULADA. RECURSO DO RÉU CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PROVIDO PARA REFORMAR A SENTENÇA DE 1º GRAU, E JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, E, CONSEQUENTEMENTE, CONDENAR A EMPRESA RÉ AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, NO MONTANTE DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), COM CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DESTA DATA (SÚMULA 362 DO STJ) E JUROS DE MORA DESDE A CITAÇÃO VÁLIDA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. VENCIDO O RECORRENTE TIM CELULAR S/A, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0615412-93.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0616063-28.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Josinei Mendonça de Oliveira
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. IMPOSIÇÃO DE SEGURO DE VIDA (VALOR DE R$112,08) EM CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO AGRÍCOLA. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU LIMINARMENTE IMPROCEDENTE A DEMANDA ANTE O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO TRIENAL. CONTRATO ENTABULADO EM 14/04/2014. LIDE PROPOSTA EM 08/09/2017. RECORRENTE QUE DEFENDE A INCIDÊNCIA DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NO ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ESSA HIPÓTESE DE PRESCRIÇÃO DEVE SER DESCARTADA DE PLANO POR NÃO SE TRATAR DE UMA PRETENSÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR FATO DO SERVIÇO (DEFEITO QUE, ALÉM DE ATINGIR A INCOLUMIDADE ECONÔMICA DO CONSUMIDOR, ATINGE SUA INCOLUMIDADE FÍSICA), MAS DE UMA PRETENSÃO RESTITUTÓRIA RELATIVA A UM PAGAMENTO ALEGADAMENTE INDEVIDO. ALINHO-ME À INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO TRIENAL (3 ANOS), PREVISTA NO ART. 206, § 3º, INCISO IV E V, DO CC, POIS A PRETENSÃO DOS CONSUMIDORES ESTARIA FUNDADA, EM ÚLTIMA ANÁLISE, NA ALEGAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA OU DE PAGAMENTO INDEVIDO, CUMULADA COM A REPARAÇÃO CIVIL. POR TODO O EXPOSTO, A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0616063-28.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0616160-62.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)
Recorrida : Clara Esmênia Albuquerque dos Santos Anselmo
Advogado : Kleibianno Teles de Souza (7098/AM)
Recorrido : Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL. MIGRAÇÃO DE BRADESCO PARA HAPVIDA. DEMISSÃO DA RECORRIDA. POSSIBILIDADE DE CONTINUAÇÃO NO PLANO EMPRESARIAL POR PERÍODO DE UM TERÇO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DURANTE O VÍNCULO EMPREGATÍCIO, DESDE QUE ASSUMA O PAGAMENTO INTEGRAL. RECORRIDA SUSTENTA QUE O SERVIÇO INSATISFATÓRIO DA RECORRENTE QUE OCASIONOU ATRASO NA MIGRAÇÃO POR LAPSO SUPERIOR AO RAZOÁVEL. RECORRENTE QUE ADUZ EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE CIVIL, BUSCANDO ATRIBUIR A DEMORA À CULPA EXCLUSIVA DA USUÁRIA. É FATO INCONTROVERSO QUE A CONSUMIDORA DEVERIA COMPARECER AO ESTABELECIMENTO DA RECORRENTE NO PRAZO DE 30 DIAS, COMPREENDENDO 01/08/2016 A 30/08/2016 COM OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À CONFIRMAÇÃO DE MIGRAÇÃO, SOB PENA DE CANCELAMENTO DO PLANO. A CONTROVÉRSIA CINGE-SE QUANTO À DATA DE COMPARECIMENTO - OU NÃO. NESTE PONTO TEMOS QUE ANALISAR A EXTENSÃO DO ÔNUS DA PROVA, AINDA QUE INVERTIDO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELA REQUERIDA, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE

QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. OCORRE QUE, A AUTORA AFIRMA QUE COMPARECEU NO ESTABELECIMENTO DENTRO DO PRAZO DE 30 DIAS E QUE ENTREGOU TODOS OS DOCUMENTOS (FATO POSITIVO). JÁ A RECORRENTE AFIRMA QUE A RECORRIDA NÃO COMPARECEU EM MOMENTO ALGUM PERANTE A INSTITUIÇÃO (FATO NEGATIVO). A DESPEITO DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR COM EVENTUAL INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, EM VERDADE O DEVER DE COMPROVAR O ALEGADO INCUMBE ÀQUELE QUE MELHOR PUDER DEMONSTRAR A OCORRÊNCIA DO FATO. COMO CEDIÇO, A PROVA DE FATO NEGATIVO, SENDO DE DIFICULDADE EXCESSIVA OU IMPOSSÍVEL, ENQUADRA-SE NO QUE A DOUTRINA CONVENCIONOU CHAMAR DE PROVA DIABÓLICA. NESSES CASOS, A LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E COMO MEDIDA DE JUSTIÇA, A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA É ADOTADA PELO ARTIGO 373, §1º, CPC. OUTROSSIM, IMPOR ESTA OBRIGAÇÃO AO RECORRENTE SERIA EXIGIR-LHE PROVA DE FATO NEGATIVO, QUE, COMO DITO, DEMONSTRA-SE EXTREMAMENTE ONEROSO. TEM-SE, PORTANTO, QUE INCUMBE À AUTORA A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DA AUTORA NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. A PROVA DE QUE CUMPRIU OS REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DO PLANO É INDISPENSÁVEL À DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO ALEGADO PELA AUTORA, VEZ QUE A ELA CABE, PRIMA FACIE, TRAZER AOS AUTOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRETENSÃO DO DIREITO MATERIAL QUE ADUZ, SEJA POR MEIO DOCUMENTAL OU TESTEMUNHAL. NESSE SENTIR, NÃO SENDO DEMONSTRADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM DANO MORAL INDENIZÁVEL. QUANTO À MULTA, APESAR DE SUA IMPOSIÇÃO RETRATAR UMA PUNIÇÃO PELO DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL, TENHO QUE ELA NÃO TEM COMO MANTER-SE POR SI SÓ, CASO O PRESSUPOSTO DO QUAL ELA DERIVA NÃO SE CONFIRMA NOS AUTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MULTA POR DESCUMPRIMENTO JULGADOS IMPROCEDENTES. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0616160-62.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0616174-20.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Procurador : Rafael Lins Bertazzo (7213/AM)
Procurador : Ernando Simião da Silva Filho (9069/AM)
Recorrido : Wagner da Costa Santos
Advogada : Wanessa Beltrão da Silva (12623/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0616218-31.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Haroldo Lamego Matos
Advogado : Ocivan Silva de Souza (9480/AM)
Recorrido : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA. COBERTURA EM CASO DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO PELO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. BANCO RECORRIDO QUE INICIOU PROCESSO JUDICIAL DE BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO PELO NÃO PAGAMENTO DE PARCELAS QUE SUPOSTAMENTE SERIAM ABONADAS PELO SEGURO. PRIMEIRAMENTE RESSALTO QUE O PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA TRANSFERIR A TITULARIDADE DO VEÍCULO RESTA PREJUDICADO. ISSO PORQUE, EM ANÁLISE INTEGRAL DO PROCESSO 0605517-53.2017 EM TRÂMITE NA 20ª VARA CÍVEL, VERIFICO QUE A DECISÃO QUE DETERMINOU A RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO AO RECORRENTE ENCONTRA-SE PENDENTE DE JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO 4001626-08.2017, ÚNICA RAZÃO PELO QUAL O PROCESSO ENCONTRA-SE SUSPENSO E ARQUIVADO (FLS. 21), MAS NÃO HAVENDO RESOLUÇÃO DEFINITIVA DO MÉRITO. DIGA-SE AINDA QUE A DECISÃO QUE DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO EM FAVOR DO RECORRENTE ASSEVEROU: Fica o réu (Haroldo Matos, ora recorrente) autorizado a depositar em juízo, no prazo de 05(cinco) dias, as parcelas vencidas a partir de Março/2017 e as vincendas até a data do vencimento, sob pena de revogação da medida. ENTRETANTO, O RECORRENTE APRESENTOU NOS AUTOS TÃO SOMENTE COMPROVANTE DE UMA PARCELA, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2017. EM VERDADE, A POSSE DO VEÍCULO PELO RECORRENTE BASEIA-SE EM DECISÃO PRECÁRIA E PROVISÓRIA, QUE PODE SER INCLUSIVE ALTERADA PELO RECURSO PENDENTE OU POR REVOGAÇÃO DO JUÍZO. NESSE SENTIR, EVENTUAL CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE É QUESTÃO A SER DEFINIDA PELO JUÍZO NATURAL DA BUSCA E APREENSÃO. IGUALMENTE, POR NÃO HAVER DECISÃO DEFINITIVA DE MÉRITO NO PROCESSO DE BUSCA E APREENSÃO, NÃO SE TEM COMO AFERIR A ABUSIVIDADE - OU NÃO - DA CONDUTA DO RECORRIDO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEFINIÇÃO DA MORA DO CONSUMIDOR (INDISPENSÁVEL À CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E EVENTUAL CONFIGURAÇÃO DOS DANOS MORAIS) QUE NÃO PODE SER DECIDIDA POR ESTE JUÍZO, SOB PENA DE HAVER DECISÕES CONFLITANTES. LADO OUTRO, FACE A VEDAÇÃO À REFORMATIO IN PEJUS, MANTENHO NA ÍNTEGRA A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0616218-31.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0618057-91.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Mayra Magalhães Auler
Advogado : Rafael Raposo da Câmara Auler (8000/AM)

Recorrido : Banco Bradesco Cartões S/A
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – DIREITO DO CONSUMIDOR – MERO DISSABOR – DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Houve improcedência do pedido inicial do recorrente que tinha como escopo a indenização por dano moral em razão da má prestação do serviço pelo banco recorrido que enviou cartão não solicitado.2. É indubitável que se aplica ao caso concreto as regras do CDC, com a autorização da inversão do ônus da prova frente à vulnerabilidade e à hipossuficiência do recorrente. Porém, o simples fato de envio de cartão, apesar do teor da súmula 532 do STJ, não ocasiona por si só o dano moral pleiteado. Faz-se necessário comprovar os danos alegados na inicial. 3. É mero dissabor, pois além do envio do cartão, não houve qualquer outra conduta capaz de desabonar a moral do consumidor.4. Portanto, mantenho a sentença de primeiro grau, que julgou pela improcedência do pleito de dano moral, acrescentando somente que se tratou de mero dissabor não indenizável o fato ora posto.5. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Sem condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios em face da gratuidade de justiça. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0620575-54.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Elivane Alves Bezerra
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. REVISÃO DE FATURAS. PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ENERGIA. IRREGULARIDADE NO MEDIDOR. IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE (FLS. 10). INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO. MUITO EMBORA POSSA SE QUESTIONAR O PROCEDIMENTO UNILATERAL ADOTADO PELA RECORRIDA DURANTE A INSPEÇÃO TÉCNICA QUE APONTOU ADULTERAÇÃO NO MEDIDOR E O RESPECTIVO LEVANTAMENTO DE CARGA, A VERDADE É QUE NOS MESES ANTERIORES À COBRANÇA QUESTIONADA, PERCEBE-SE, CLARAMENTE QUE HOUVE FATURAMENTO A MENOR (FLS. 74). ADEMAIS, COMO BEM RESSALTADO PELA SENTENÇA A QUO, A RECORRENTE NÃO DEMONSTROU QUE, DE FATO, O IMÓVEL ENCONTRAVA-SE DESOCUPADO/EM OBRAS. FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO QUE É FRÁGIL COMO DEMONSTRAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL. RECIBOS DOS SERVIÇOS ELÉTRICOS E DE GESSO (FLS. 17/18) QUE NÃO INDICAM O LOCAL EM QUE FORAM REALIZADOS. O HISTÓRICO DE CONSUMO EVIDENCIA A AFERIÇÃO DE CONSUMO A MENOR POR PROLONGADO PERÍODO. NESSE SENTIDO, POUCO IMPORTANDO SE HOUVE FRAUDE OU DEFEITO NA MEDIÇÃO, A VERDADE É QUE A PARTE RECORRENTE FOI BENEFICIADA COM TAL IRREGULARIDADE NA MEDIDA EM QUE DEIXOU DE PAGAR COM O QUE ERA DEVIDO. MESES RECUPERADOS: SETEMBRO/2015 A FEVEREIRO/2016 COM CONSUMO ESTIMADO DE 521 KWH. OCORRE QUE, DEPOIS DE SANADA A IRREGULARIDADE DO MEDIDOR, CONSTATA-SE QUE A MÉDIA DE CONSUMO (MESES POSTERIORES – MARÇO A MAIO DE 2016) EQUIVALE A 195 KWH. NESTE SENTIR, DEVE SER ESTA A MÉDIA DO CONSUMO ESTIMADO A SER RECUPERADO, DESCONTANDO-SE AQUELE JÁ FATURADO. COBRANÇA DE RECUPERAÇÃO DE 2.365 KWH (FLS. 10). REVISÃO DE FATURAS. RECUPERAÇÃO QUE DEVE CINGIR-SE AOS MESES NOS QUAIS HOUVE CONSUMO MUITO ABAIXO DA MÉDIA (SETEMBRO E OUTUBRO DE 2015, JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016). DEMAIS COMPETÊNCIAS (NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015) MANTIDO O CONSUMO ORIGINALMENTE FATURADO, PORTANTO NÃO DEVEM SER INCLUÍDOS. COBRANÇA DE RECUPERAÇÃO DE ENERGIA QUE DEVE LIMITAR-SE A 480 KWH (DIFERENÇA DE KWH EM ORDEM CRONOLÓGICA: 145 + 145 + 0 + 0 + 67 + 123). DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE PARCIAL DE 1.885KWH. QUANTO AO DANO MORAL, RESTOU INCONTROVERSO A SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA EM OUTUBRO DE 2017. ENTRETANTO, VERIFICO QUE A RECORRENTE NÃO COMPROVOU QUE A INTERRUPÇÃO SE DEU EM RAZÃO DOS DÉBITOS DE RECUPERAÇÃO DE ENERGIA. CONSUMIDORA QUE SE ENCONTRAVA INADIMPLENTE POR DÉBITOS ATUAIS DE JULHO E AGOSTO DE 2017 (FLS. 16). DANO MORAL NÃO COMPROVADO, ÔNUS QUE INCUMBIA À RECORRENTE COMO FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE PARCIAL. DANO MORAL IMPROCEDENTE. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0620575-54.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0622347-52.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Mércia Gomes Coelho
Advogado : Vanessa Nunes Zogahib (10021/AM)
Recorrido : Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. CADASTRO DE UM DEPENDENTE A MAIS, O QUE GEROU COBRANÇA INDEVIDA DE R$51,19 POR DOIS MESES, TOTALIZANDO R$102,38. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE DETERMINOU A RESTITUIÇÃO DOS DANOS MATERIAIS. RECURSO QUANTO AOS DANOS MORAIS. DANOS MORAIS. IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. CONSTITUI DANO MORAL APENAS A DOR, O VEXAME, O SOFRIMENTO OU A HUMILHAÇÃO QUE, EXORBITANDO A NORMALIDADE, AFETEM PROFUNDAMENTE O COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVIDUO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES, DESEQUILÍBRIO E ANGÚSTIA. APESAR DO RECONHECIMENTO DA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NÃO HÁ FALAR EM DANO MORAL INDENIZÁVEL, UMA VEZ QUE OS FATOS NÃO AFETARAM OS ATRIBUTOS DE PERSONALIDADE DA AUTORA, NÃO PASSANDO DE MERO DISSABOR, INSUSCETÍVEL DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. NÃO É QUALQUER ENTRAVE OU DISSABOR QUE GERA REPARAÇÃO PECUNIÁRIA A ESSE TÍTULO. AO CONTRÁRIO, DEVE OCORRER ALGO SÉRIO E EXTRAORDINÁRIO QUE EXIJA A INTERVENÇÃO JUDICIÁRIA. AUSÊNCIA DE PROVA, ÔNUS QUE INCUMBIA À AUTORA, DA OCORRÊNCIA DE ABALO MORAL NA ESPÉCIE. ADEMAIS, HAVENDO TÃO

SOMENTE UMA COBRANÇA INDEVIDA NO VALOR DE R$10,30, VALOR INCAPAZ DE GERAR ABALO NA SUBSISTÊNCIA DA RECORRENTE. ABUSIVIDADE DA CONDUTA QUE GERA A DEVOLUÇÃO DOS DANOS MATERIAIS. DANO MORAL QUE NÃO SE PRESUME. AUSÊNCIA DE LESÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE DA AUTORA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES, CPC. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0622347-52.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0626483-37.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Janilson da Costa Barros (13152/AM)
Recorrida : Maria Eliana Maciel Parente
Advogado : Eduardo Rezende de Souza Júnior (10517/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0627214-33.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (2342/AM)
Recorrida : Maria Josefina Oziel Galvão
Advogado : Manoel Pedro de Carvalho (4890/AM)
Advogado : Viviane Nunes de Oliveira da Costa (8944/AM)
Advogada : Francyne Negro Vaz Leal (10447/AM)
Advogado : Oswaldo Tavora Buarque Neto (5566/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0630770-43.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM)
Recorrida : Hulda da Silva Babrosa
Advogado : Wagner Amâncio dos Santos (4660/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0630901-18.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrida : Vera Lucia de Carvalho Lessa
Advogado : Wagner Amâncio dos Santos (4660/AM)
Recorrente : Estado do Amazonas
Procurador : Ivania Lucia Silva Costa (7530/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0634949-20.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Luis Carlos Paula e Souza (1667/AM)
Recorrido : Walmir Teixeira de Vasconcelos
Advogado : Enéas de Paula Bezerra (2354/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0635279-17.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrida : Maria do Socorro Rodrigues de Oliveira
Advogado : Leandro de Oliveira Violin (4857/AM)
Recorrente : Estado do Amazonas
Procurador : Janilson da Costa Barros (13152/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0635487-98.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procuradora : Ivania lucia Silva Costa
Recorrido : José Erlândio Lunier Sampaio
Advogado : Leandro de Oliveira Violin (4857/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0636255-24.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrido : Jairom Guimaraes de Lima
Advogado : Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)
Recorrente : Estado do Amazonas
Procurador : Luís Carlos de Paula e Souza (900555/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0636386-96.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Procurador : Alberto Bezerra de Melo (2015/AM)
Recorrido : Sinfronio de Souza
Advogada : Karen Bezerra Rosa Braga (6617/AM)
Advogado : Juarez Camelo Rosa (2695/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0637937-14.2017.8.04.0001 - Apelação, de 13ª Vara do Juizado Especial Criminal.
Apelante : Adalto Guilherme Xavier Gil
Advogado : José Militão Rodrigues da Silva (12721/AM)
Advogado : Vanessa Nunes Zogahib (10021/AM)
Apelada : Anny Kathleen Gil da Cruz
Soc. Advogados : Vila & Braga Advogados Associados (523/AM)
Advogado : Felipe Braga de Oliveira (9663/AM)
Apelada : Ana Maria Xavier Gil da Cruz
Advogado : Felipe Braga de Oliveira (9663/AM)
Soc. Advogados : Vila & Braga Advogados Associados (523/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE DIFAMAÇÃO. ARTIGO 139 DO CÓDIGO PENAL. AÇÃO PENAL PRIVADA QUE DEVE SER APRESENTADA NO PRAZO DECADENCIAL DE SEIS MESES A PARTIR DO CONHECIMENTO DA AUTORIA. ARTIGO 38 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DATA DO FATO 18/04/2017 (FLS. 08/09). BOLETIM DE OCORRÊNCIA REGISTRADO EM 31/08/2017 (FLS. 17/18). TCO DATADO DE 17/09/2017 (FLS. 01). DESDE A DÉCADA DE 30 O PADRÃO DE PERSECUÇÃO CRIMINAL NO PAÍS DENOTA DUAS ETAPAS DISTINTAS QUE INICIAM COM A OCORRÊNCIA DO CRIME OU CONTRAVENÇÃO PENAL ATÉ CHEGAR À CIÊNCIA DO ESTADO, A FASE POLICIAL, DE NATUREZA INQUISITÓRIA, A QUAL SE INICIA COM A NOTITIA CRIMINIS E O POSTERIOR DESENCADEAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. A NOTITIA CRIMINIS É O CONHECIMENTO, ESPONTÂNEO OU PROVOCADO, DE POSSÍVEL FATO TÍPICO PELA AUTORIDADE POLICIAL, MOMENTO QUE O DELEGADO DE POLÍCIA DEVE, ENTÃO, DAR INÍCIO A PERSECUÇÃO PENAL COM AS INVESTIGAÇÕES ACERCA DO FATO. NO CASO DE CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO, OU SEJA, OS CRIMES DE MENOR RELEVÂNCIA, QUE TENHAM A PENA MÁXIMA COMINADA EM ATÉ 02 (DOIS) ANOS DE CERCEAMENTO DE LIBERDADE OU MULTA, É REALIZADO POR MEIO DE REGISTRO DE TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA (TCO). APÓS A LEI 9.099/95 A FASE POLICIAL DE PERSECUÇÃO PENAL É UNIFICADA NA LAVRATURA DO TCO NOS CASOS DE NOTITIA CRIMINIS OU CONFIRMAÇÃO DE FLAGRÂNCIA NOS CRIMES OU INFRAÇÕES PENAIS ESTABELECIDAS COMO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO, DISPENSANDO ASSIM O INQUÉRITO POLICIAL, ISTO POSTO, ASSEGURA A LEI NO QUE TANGE ÀS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS EM TAIS OCORRÊNCIAS: Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e encaminhará imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários. NO CASO EM COMENTO, O TCO FOI DEVIDAMENTE INSTAURADO E ENCAMINHADO AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, ENTRETANTO, A QUEIXA-CRIME SOMENTE FOI APRESENTADA PELO QUERELANTE EM 11/01/2018 (FLS. 47). É A PETIÇÃO FEITA PELO PARTICULAR OFENDIDO EM AÇÃO PENAL PRIVADA, DENUNCIANDO O FATO CRIMINOSO PARA A PUNIÇÃO DO CULPADO. PARA QUE A QUEIXA-CRIME SEJA RECEBIDA PELO JUIZ, A FIM DE QUE SE INSTAURE O INQUÉRITO POLICIAL, É NECESSÁRIO QUE PREENCHA AOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 41, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, OU SEJA, NELA DEVERÁ CONTER EXPOSIÇÃO DO FATO CRIMINOSO, COM TODAS AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS, A QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO OU ESCLARECIMENTOS PELOS QUAIS SE POSSA IDENTIFICÁ-LO, A CLASSIFICAÇÃO DO CRIME E, QUANDO NECESSÁRIO, O ROL DAS TESTEMUNHAS. DECORRIDO LAPSO SUPERIOR A SEIS MESES ENTRE A DATA EM QUE A OFENDIDA TOMOU CONHECIMENTO DOS DELITOS IMPUTADOS AO QUERELADO E A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL PRIVADA, IMPOSITIVO O RECONHECIMENTO DA DECADÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO E DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DOS DELITOS. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0637937-14.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos

Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0638198-76.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Estado do Amazonas
Advogada : Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (2342/AM)
Recorrida : Rosineide dos Santos Freitas
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0639134-04.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
Advogada : Debora Bandeira Koenow (36823/GO)
Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Recorrente : Secretaria de Estado da Saude - Susam
Recorrido : Marcelo de Azevedo Cardoso Pereira
Advogada : Odely Costa dos Santos (10324/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0643241-91.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Requerente : Governador do Estado do Amazonas
Procuradora : Debora Bandeira Koenow (36823/GO)
Requerida : Francisca de Oliveira Falcão
Advogado : Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0645983-89.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Advogado : Janilson da Costa Barros (13152/AM)
Recorrida : Carmen Lúcia Martins de Assis
Advogado : Enéas de Paula Bezerra (2354/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 4000173-07.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança, de Vara de Origem do Processo Não informado.
Impetrante : FRANCISCO NASCIMENTO DA SILVA
Advogado : PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (8872/AM)
Impetrado : JUIZ do 6º JEC
LitsPassiv : Banco Bradesco S/A
LitsPassiv : Bradesco Vida e Previdência S/A
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE SUSPENSÃO COM BASE NO RESP. 1.639.320/SP, AFETADO AO TEMA 972 DO STJ. EXTRATOS JUNTADOS AOS AUTOS. SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA. DECISÃO PRIMEIRO GRAU SUSPENDENDO OS AUTOS. LIMINAR CONFIRMADA. SEGURANÇA CONCEDIDA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONCEDER A ORDEM DE SEGURANÇA.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Manaus, 1º de março de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 3ª Turma Recursal

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000138-81.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança (Cível) - Manaus - Impetrante: Walcilece Campos da Silva - Impetrado: 1° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ITACOATIARA - AM - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Lauri Dario Bock (12074/AM) , advogado(a) de 1° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ITACOATIARA - AM, Walcilece Campos da Silva intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Sanã Nogueira Almendros de Oliveira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança nº 0000138-81.2019.8.04.9000. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM) - Fórum Mário Verçosa

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000421-69.2017.8.04.5801 - Recurso Inominado - Maués - Recorrente: ANTONIO DOS SANTOS FROES - Recorrido: VIVO S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rodrigo César da Silva e Silva (7260/AM) , Angélica Maria Monteiro Duarte (2659/AM) , advogado de ANTONIO DOS SANTOS FROES, VIVO S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0000421-69.2017.8.04.5801 , interposto ANTONIO DOS SANTOS FROES. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Rodrigo César da Silva e Silva (OAB: 7260/AM) - Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604691-90.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Ana Rosa Souza da Costa - Recorrido: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alex Mendes dos Santos (7308/AM) , Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Ana Rosa Souza da Costa, Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0604691-90.2018.8.04.0001 , interposto Ana Rosa Souza da Costa. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0609408-74.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: HDI Seguros S/A - Recorrido: ADALA DE SOUZA PEREIRA - ME - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Eduardo Pereira Sanches (39162/PR) e Luis Eduardo Pereira Sanches (6272/TO) , Claudevan de Souza Pereira (7800/AM) , advogado de HDI Seguros S/A, ADALA DE SOUZA PEREIRA - ME, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0609408-74.2016.8.04.0015 , interposto HDI Seguros S/A. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Luis Eduardo Pereira Sanches (OAB: 39162/PR) - Luis Eduardo Pereira Sanches (OAB: 6272/TO) - Claudevan de Souza Pereira (OAB: 7800/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612135-69.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Recorrida: Alteniza Brtio de Lima - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) , Pablo de Paula Lima (9482/AM) , advogado de Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Alteniza Brtio de Lima, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0612135-69.2017.8.04.0015 , interposto Carrefour Comércio e Indústria Ltda.. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142AC/E) - Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612771-69.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: MERRONIT COMERCIAL LTDA – EPP - Recorrida: Ana Paula Nazare Almeida - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM) , Roberta Souza Silva (11429/AM) , advogado de MERRONIT COMERCIAL LTDA - EPP, Ana Paula Nazare Almeida, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0612771-69.2016.8.04.0015 , interposto MERRONIT COMERCIAL LTDA - EPP. Manaus, 1º de março de 2019. - Fórum Mário Verçosa

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0602393-59.2013.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: UNS ESCOLA DE IDIOMAS - M.A CENTRO DE IDIOMAS - Recorrida: PAULA TABAL MUCHA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) , Izabel Albuquerque Signorini (7558/AM) e Márcia Regina Castro Albuquerque (8769/AM) , advogado(a) de PAULA TABAL MUCHA, UNS ESCOLA DE IDIOMAS - M.A CENTRO DE IDIOMAS intimado(a,s), da DECISÃO DE FLS. 212/213 NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0602393-59.2013.8.04.0015. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB: 8769/AM) - Izabel Albuquerque Signorini (OAB: 7558/AM) - Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM) - Fórum Mário Verçosa

2ª Turma Recursal
DESPACHO DE RELATORES

2ª Turma Recursal

4000534-24.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança (Cível). Impetrante: Manaus Ambiental S/A. Advogado: Francisco Nonato Boary (OAB: 1058/AM). Impetrado: JUIZ FRANCISCO SOARES DE SOUZA TITULAR DO 11 JUIZADO ESPECIAL CIVEL. LitsPassiv: Maiara Ferreira Lima. Advogado: Bruno Moraes Monteiro (OAB: 12037/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Bruno Moraes Monteiro (12037/AM) , Francisco Nonato Boary (1058/AM) , advogado(a) de JUIZ FRANCISCO SOARES DE SOUZA TITULAR DO 11 JUIZADO ESPECIAL CIVEL e Maiara Ferreira Lima, Manaus Ambiental S/A intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança nº 4000534-24.2018.8.04.9000. Manaus, 1º de março de 2019.

Total de feitos: 1

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0201485-88.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Banco CSF S/A - Recorrido: Alfredo Carlos dos Santos Luna - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) , Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Banco CSF S/A, Alfredo Carlos dos Santos Luna, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0201485-88.2017.8.04.0092 , interposto Banco CSF S/A. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142AC/E) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608723-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Banco CSF S/A - Recorrido: ALDENIR PINHEIRO DE LIMA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) , Maria Esperança Costa Alencar (2114/AM) e Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (1431/AM) , advogado de Banco CSF S/A, ALDENIR PINHEIRO DE LIMA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0608723-96.2018.8.04.0015 , interposto Banco CSF S/A. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142AC/E) - Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (OAB: 1431/AM) - Maria Esperança Costa Alencar (OAB: 2114/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000484-95.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança (Cível) - Impetrante: FRANCISCO RIBEIRO DE MELO NETO - LitsPassiv: Banco Bradesco S/A - LitsPassiv: Bradesco Vida e Previdência S/A - Impetrado: JUIZ DE DIREITO DO 15º JEC - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alexandre Paes Barreto Saraiva (8838/AM) , Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de FRANCISCO RIBEIRO DE MELO NETO, Banco Bradesco S/A, Bradesco Vida e Previdência S/A e JUIZ DE DIREITO DO 15º JEC, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança nº 4000484-95.2018.8.04.9000 , interposto FRANCISCO RIBEIRO DE MELO NETO. Manaus, 1º de março de 2019. - Advs: Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB: 8838/AM) - Fórum Mário Verçosa

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0601589-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Walter Martins de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma "em espécie", para recebimento na boca do caixa.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0605057-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thiago Morais de Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica redesignada a audiência de Conciliação para o dia 26/04/2019 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0605128-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Suelem Patricia Nunes da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Desta forma, indefiro pedido de tutela, tendo em vista que não há nos autos documentos que comprovem a negativação da parte autora. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 24/07/2019 às 09:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0605192-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Ângelo Martins de Lima - REQUERIDO: Vivo S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar cobranças, referentes ao plano VIVO CONTROLE DIGITAL 2,5 GB, valorado em R$ 49,99, bem como cobre pelo plano previamente contratado, VIVO CONTROLE DIGITAL 2 GB, no valor de R$ 44,99, do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por cobranças realizada, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 24/07/2019 às 11:45h, na sala de conciliação deste cartório.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0605217-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Dorisvaldo Santana Junior - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a SEGURO VIDE E PREVID, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 24/07/2019 às 10:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0609302-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Rosinete de Oliveira Vital - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma "em espécie", para recebimento na boca do caixa.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ELINE DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 7543/AM), ADV: FLORA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 8579/AM) - Processo 0614547-70.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jisele Cristina Aguiar Moita - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma "em espécie", para recebimento na boca do caixa.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614874-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kerolaine da Silva Ferreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0616795-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Doranei Martins - REQUERIDO: Banco Ibicard S/A - C&A Modas Ltda. - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado às fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0618588-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcel das Chagas - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0619885-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Geisiane Salvador Goes - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTESos pedidos formulados na inicial. Deixo de condenar os requerentes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM) - Processo 0624055-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Gilmar de Oliveira Freitas - REQUERIDO: Beleza Rápida Ltda-me - Nivea Maria Goncalves Gomes - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência UNA de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 26/04/2019 às 10:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente.

Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Eline de Oliveira Souza (OAB 7543/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Flora de Oliveira Souza (OAB 8579/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA SILVA SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2019

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE) - Processo 0200300-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - 1. Intimo V.Sa. a interpor Embargos à Execução, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de transferência do valor penhorado, em favor do exequente.

ADV: GISELE MEIRELES DE CASTRO ARAÚJO (OAB 11314/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM) - Processo 0600152-10.2016.8.04.0015 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO SERGIPE QUARTA ETAPA RESIDENCIAL ELIZA MIRANDA - REQUERIDO: Direcional Engenharia - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM) - Processo 0601773-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Douglas Pereira Marques - Intimo V.Sa. a atualizar o cálculo no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

ADV: IZABEL ALBUQUERQUE SIGNORINI (OAB 7558/AM), ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0602393-59.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: PAULA TABAL MUCHA - REQUERIDO: UNS ESCOLA DE IDIOMAS - M.A CENTRO DE IDIOMAS - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, pagamento do valor da condenação (R$ 13.474,04 - conforme cálculo juntado às fls. 241 a 246), sob pena de execução.

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM) - Processo 0602901-92.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Yano Costa Ribeiro - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovação das faturas “em aberto”, no período de vigência do contrato de locação (01/03/2017 a 01/03/2018).

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0603031-24.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: ROSELIA PINHEIRO DA SILVA QUEIROZ - Intimo V.Sa. a atualizar o cálculo no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0603910-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Wellington Pinto Oliveira - Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Santa Etelvina), conforme comprovante de residência apresentado sob fl. 23, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0603974-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Intimo V.Sa. a interpor Embargos à Execução, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de transferência do valor penhorado, em favor do exequente.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0603998-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Karen de Siqueira Ferreira Ávila - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: BRUNO RODRIGUES VALENTE (OAB 840A/AM) - Processo 0604253-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Mútuo - REQUERENTE: Antonio Juacyr Tavares Straus - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Audiencia Redesignada de Instrução e Julgamento Data: 11/04/2019 Hora 11:30 Local: Sala 3 do 3º JECC (Instrução e Julgamento Cível) Situacão: Pendente

ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM) - Processo 0604325-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Yara Pereira Dias - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: RG e CPF da autora; comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0604356-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nirdanha Menezes da Costa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovação da efetiva negativação do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito.

ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM) - Processo 0605607-87.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: NET (CLARO S.A.) - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MARCOS ANDRADE DE ALMEIDA XAVIER (OAB 5747/AM) - Processo 0607357-27.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: ANTONIO FEITOSA DE OLIVEIRA - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0607687-53.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: A Gurgel do Carmo e Cia Ltda - Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM) - Processo 0608186-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josenias Almeida da Costa - REQUERIDO: Banco Safra S/A e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0609592-30.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: RONÉLIO CARDOSO DE LIMA (OAB 6432/AM), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0610252-29.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: ANNY CAROLINE DE SOUZA MOURA - Intimo V.Sa. a atualizar o cálculo no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0610610-52.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Intimo V.Sa para o pagamento do Saldo remanescente sob pena de prosseguimento de execução.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610651-24.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizandro da Silva Souza - Intimo V.Sa. a atualizar o cálculo acrescido com multa no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM) - Processo 0611205-51.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Fabíola Ferreira do Nascimento - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos."

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM) - Processo 0611221-39.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: WENDELL MARTINS DO NASCIMENTO - Intimo V.Sa para contrarrazoar a petição de fls.155/160 no prazo de 15 dias.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0611337-79.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. (VIVO S.A) - Intimo V.Sa. a interpor Embargos à Execução, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de transferência do valor penhorado, em favor do exequente.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0611921-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - Intimo V.Sa. a apresentar, no prazo de 15 dias, cálculo atualizado da execução acrescido com a multa, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: MARIA ESTER COELHO DE OLIVEIRA (OAB 9677/AM), ADV: ANA PAULA NEPOMUCENO BATANHE (OAB 10529/AM) - Processo 0612270-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Roberto da Costa Rezende - Intimo V.Sa. a atualizar o cálculo acrescido com multa no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0612723-13.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Acácias I - Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676/PE), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676/PE) - Processo 0613553-76.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERIDO: Banco Santander S/A - Intimo V.Sa. a interpor Embargos à Execução, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de transferência do valor penhorado, em favor do exequente.

ADV: RAQUEL DA SILVA BENIGNO (OAB 12295/AM) - Processo 0615008-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisco Sales Lopes Ramos - Intimo V.Sa. a atualizar o cálculo no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0615952-78.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0616037-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Intimo V.Sa. a interpor Embargos à Execução, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de transferência do valor penhorado, em favor do exequente.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0616773-48.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0618079-52.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rosemeire Alves Pereira - Intimo V.Sa. a atualizar o cálculo no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM) - Processo 0618644-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Condominio Residencial Villa Verde I - Intimo V.Sa a manifestar sobre a petição de fls.48 no prazo de 5 dias

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0623011-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Ana Glenda da Silva Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: SARAH CORREIA DE SOUZA (OAB 8781/AM) - Processo 0625179-24.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO 4 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO LIRIO - Intimo V.Sa a manifestar sobre a petição de fls.231 no prazo de 5 dias

ADV: SARAH CORREIA DE SOUZA (OAB 8781/AM) - Processo 0625557-77.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO 4 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO LIRIO - Intimo V.Sa para informar o CPF do executado no prazo de 15 dias sob pena de arquivamento.

Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Paula Nepomuceno Batanhe (OAB 10529/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Rodrigues Valente (OAB 840A/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676/PE)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Gisele Meireles de Castro Araújo (OAB 11314/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Izabel Albuquerque Signorini (OAB 7558/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Larissa Sento Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Andrade de Almeida Xavier (OAB 5747/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria Ester Coelho de Oliveira (OAB 9677/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
RAQUEL DA SILVA BENIGNO (OAB 12295/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Ronélio Cardoso de Lima (OAB 6432/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sarah Correia de Souza (OAB 8781/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA SILVA SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0037/2019

ADV: JOÃO FRANCISCO BECKMAN MOURA (OAB 2734/AM) - Processo 0200398-71.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LEILA REGINA BECKMAN MOURA - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do valor remanescente, conforme petição de fls.193/197 no prazo de 15 dias, sob pena de execução.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0200582-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica designado o dia 14/08/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RICARDO MAGALHÃES PINTO (OAB 123575/RJ) - Processo 0205132-02.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: RIACHUELO - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, conforme petição de fls. 233 A 234, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora;

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0208194-79.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Smiles S/A e outro - Intimo V. Sª apresentar contrarrazões do Embargos de Declaracão, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0600725-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Daniel da Silva Rabelo - De ordem, fica designado o dia 24/05/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0601145-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: LEONARDO RAFAEL MENEZES MEDEIROS (OAB 10067/AM) - Processo 0601454-74.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Guilherme Vinicius Miranda Marmos - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0601616-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sueli Nogueira da Silva - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM) - Processo 0601771-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Karla Nunes Froz de Borba - De ordem, fica designado o dia 21/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601888-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Nazareno - De ordem, fica designado o dia 28/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0601948-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Elaine Ribeiro Forasteiro - De ordem, fica designado o dia 31/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0602046-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Tjin Kiong Tio - Intimo V.Sa. a atualizar o cálculo acrescido com multa no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0602106-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Bom Gosto da Amazônia Ltda - Epp - De ordem, intimo, novamente, a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: RG e CPF do representante legal da empresa autora.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0602298-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Elaine Ribeiro Forasteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 27/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARISSA BRITO MOREIRA (OAB 11188/AM) - Processo 0602413-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Larissa Brito Moreira - De ordem, fica designado o dia 23/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM) - Processo 0602692-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: Aline Martins de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 24/05/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAYSE SIGRID HOLANDA ROCHA (OAB 3875/AM) - Processo 0602989-09.2014.8.04.0015 - Procedimento Sumário - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Conjunto dos Jornalistas - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: SELVIO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 8308/AM) - Processo 0603421-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - RECLAMANTE: Condominio Residencial Espaco Verde - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0603449-88.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, conforme petição sob fls. 152 a 154, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora;

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0603487-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Elenita de Castro - De ordem, fica designado o dia 27/06/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0603488-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Elenita de Castro - De ordem, fica designado o dia 27/06/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0603490-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Elenita de Castro - De ordem, fica designado o dia 27/06/2019 às 10:30h para a realização de audiência

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM) - Processo 0603858-69.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e outro - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0603998-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Karen de Siqueira Ferreira Ávila - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: LAIS LIMA FERNANDES (OAB 160462MG) - Processo 0604197-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - REQUERENTE: Moraes e Bastos Ltda - Me - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM), ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM), ADV: GILDO AVELINO MAGALHAES (OAB 13435/AM) - Processo 0604643-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marcieli Carvalho Batista - De ordem, fica designado o dia 22/05/2019 às 09:30h para a realização de audiência

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE) - Processo 0605125-08.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO PANAMERICANO S/A - intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do valor remanescente, conforme petição de fls 453/454, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: ROSEANE DE OLIVEIRA NAZARÉ (OAB 8158/AM) - Processo 0607154-02.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sônia Regina Barros de Oliveira - ANA MARIA DE OLIVEIRA NAZARÉ - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607917-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A e outro - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0608238-33.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do valor remanescente, conforme petição de fls136/138, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0608488-03.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM) - Processo 0609306-23.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM PARADISO ALPINIA - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM) - Processo 0610010-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Quinta das Marinas - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0610261-20.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA DE VIAGENS S.A. - CVC - Espaço Verde Turismo Ltda.MASTER FRANQUEADA - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0614158-85.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio Parque Aripuanã - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0615870-47.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Parque Lusitano - Pelo exposto, Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, em razão: 1) da inadmissibilidade do procedimento, na forma do art. 51, II, e 53, § 4º, da Lei nº 9.099/95; 2) da carência de ação, por falta de título executivo extrajudicial em relação ao terceira pessoa indicada, na forma do art. 485, VI, do CPC. PRIC. Arquivem-se, após o trânsito em julgado.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0620107-56.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Vila do Saber - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: YURI DOURADO DE ANDRADE (OAB 12309/AM) - Processo 0621251-02.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jéssica Souza Albuquerque - REQUERIDO: Paula Carolina Taveira Mendes Comércio de Calçados - Epp (havaianas) - Condomínio Shopping Ponta Negra e outro - De ordem, fica designado o dia 20/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0622930-03.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Cristiano Arao Moraes da Fonseca - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0623825-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Heladio José Borba - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0626004-65.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Condomínio Ideal Torquato Tapajos - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0626163-08.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Condomínio Ideal Torquato Tapajos - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: ALEXANDRE VIRGILIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0627539-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Moises Bezerra Neto - De ordem, fica designado o dia 17/05/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0629176-15.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: IZABEL COSTA FERREIRA (OAB 6537/AM) - Processo 0629452-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Eleonora Silva Yamashita - De ordem, fica designado o dia 24/05/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AMADEU ALAKRA NETO (OAB 6463/AM) - Processo 0629577-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Disposições Diversas Relativas às Prestações - REQUERENTE: André Anselmo de Araújo - De ordem, fica designado o dia 27/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM) - Processo 0629610-04.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Alessandro Meneses da Silva - De ordem, intimo, novamente, o autor, para no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC: 1) comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; 2) planilha de cálculo atualizada, sem constar Honorários Sucumbência, tendo em vista o processo estar em 1.º grau; procuração devidamente preenchida.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0629710-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Guadalajara Morena Lima dos Santos - De ordem, fica designado o dia 28/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandre Virgilio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Amadeu Alakra Neto (OAB 6463/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Dayse Sigrid Holanda Rocha (OAB 3875/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)
Escalone Manrarin de Souza Pinheiro (OAB 13277/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
GILDO AVELINO MAGALHAES (OAB 13435/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Izabel Costa Ferreira (OAB 6537/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
João Francisco Beckman Moura (OAB 2734/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Keila Nascimento Saldaña (OAB 11926/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lais Lima Fernandes (OAB 160462MG)
Larissa Brito Moreira (OAB 11188/AM)
Leonardo Rafael Menezes Medeiros (OAB 10067/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)

Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo Magalhães Pinto (OAB 123575/RJ)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Roseane de Oliveira Nazaré (OAB 8158/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
SELVIO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 8308/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Yuri Dourado de Andrade (OAB 12309/AM)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JAIME ARTUR SANTORO LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0200970-53.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0201020-45.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Evandra Maria Batista de Oliveira - REQUERIDO: Universidade UniNilton Lins - De ordem, fica intimada a parte Autora para se manifestar sobre o pedido de parcelamento juntado às fls. 37/39, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0201039-51.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2018 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0201039-51.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cleide Farias Barreto - REQUERIDO: Claro S/A e outro - De ordem, intime-se a parte Requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da mídia juntada (fls. 91). É o que me cumpre certificar. Manaus, 25 de fevereiro de 2019.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0201257-79.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Vistos etc. Relatório dispensado na forma da lei nº 9.099/95. O pedido da inicial já foi objeto dos autos nº 0602006-36.8.04.0092, que tramitou perante a 14ª Vara do Juizado Especial Cível, sendo que já fora julgado. Pelo exposto, com fundamento no art. 485, V (coisa julgada), do CPC, combinado com o art. 51, II, da Lei nº 9099/95, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0201368-97.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0600071-87.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 8.986,51, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, totalizando R$ 9.885,16, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0600888-54.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra da Silva Ventilari - REQUERIDO: Banco Schahin S.a. - De ordem, fica intimada a parte Requerida para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 233/235, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0600903-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: John Lenno Araujo da Silva - Isto posto, extingo o processo sem a resolução do mérito, o que faço com fundamento nos art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0601017-25.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Sônia Benaion Cunha - REQUERIDO: Banco Yamaha Motor do Brasil S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) CONDENAR o Requerido à repetição em dobro do indébito de R$ 338,20 (trezentos e trinta e oito reais e vinte centavos), referente à cobrança e pagamento indevido de seguro, totalizando R$ 676,40 (seiscentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), com juros e correção contados do efetivo prejuízo; II) CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. P. R. I. C. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0601107-67.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601110-56.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: CENTRO EDUCACIONAL FRANCES BURNETT - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 21 de fevereiro de 2019.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0601412-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Cloves Paulo da Silva - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0601470-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO BARROSO - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0601565-24.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Elias Ricardo Monteiro Cruz - EXECUTADO: H C G de Oliveira e outro - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0601597-26.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: RICK DOS SANTOS BRANDÃO - Vistos etc. Indefiro o pedido de fls. 86, uma vez que já houve duas tentativas de penhora eletrônica e ambas restaram infrutíferas. Noutro passo, intime-se a parte Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, para que indique bens passíveis de penhora. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 146101M/GA) - Processo 0601604-47.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Raimunda Silva Cunha - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 42760/BA) - Processo 0601609-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Fernanda Vera dos Anjos Pereira - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a parte Requerida Vivo S/A proceda o restabelecimento da linha telefônica nº (92) 99346-9101, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 07/05/2019 às 10:45h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus,27 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0601610-20.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Antonio L de Souza Menezes - Vistos etc. Tratando-se de execução de título extrajudicial, cite-se o(a) Executado(a), a princípio, por via postal com aviso de recebimento, para pagar a dívida no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, preferencialmente, eletrônica por meio do Sistema BacenJud, nos termos do art. 829, combinado com os arts. 835 e 837, todos do CPC. Restando infrutíferas as tentativas de penhora eletrônica, proceda o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça à penhora e avaliação a ser cumprida por meio de mandado. Efetuada a penhora, designe-se a audiência de conciliação e intimem-se as partes. Em audiência, o executado poderá oferecer embargos por escrito ou verbalmente (art. 53, §1º, Lei 9.099/95). Não encontrado o devedor ou bens penhoráveis, dê-se vista ao exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 53, § 4º, Lei 9.099/95). Expeçam-se as cartas e mandados. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: EZEQUIEL DE SOUZA MANETTI (OAB 13215/AM) - Processo 0601616-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Soares da Silva - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALLAN MARCELO SERRÃO BRAULE PINTO (OAB 9133/AM) - Processo 0601627-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Brahan Bobby Rahal Serrão Freire - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0601630-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruno Macena Souza - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que o(a) Requerido(a) abstenha-se de inserir o nome do(a) Requerente Bruno Macena Souza, CPF nº 023.290.632-70, em cadastros restritivos de crédito, referente ao objeto da presente demanda, ou caso a medida já tenha sido efetuada, determino sua retirada em 10 (dez) dias. Em caso do descumprimento destes preceitos, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 07/05/2019 às 10:30h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0601647-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Auricelia Souza Reis - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art.

4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601650-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jane Correa Pinto - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM) - Processo 0601662-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Silva da Rocha - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0601679-52.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Terezinha Ferreira Nunes - Vistos etc. Tratando-se de execução de título extrajudicial, cite-se o(a) Executado(a), a princípio, por via postal com aviso de recebimento, para pagar a dívida no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, preferencialmente, eletrônica por meio do Sistema BacenJud, nos termos do art. 829, combinado com os arts. 835 e 837, todos do CPC. Restando infrutíferas as tentativas de penhora eletrônica, proceda o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça à penhora e avaliação a ser cumprida por meio de mandado. Efetuada a penhora, designe-se a audiência de conciliação e intimem-se as partes. Em audiência, o executado poderá oferecer embargos por escrito ou verbalmente (art. 53, §1º, Lei 9.099/95). Não encontrado o devedor ou bens penhoráveis, dê-se vista ao exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 53, § 4º, Lei 9.099/95). Expeçam-se as cartas e mandados. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM) - Processo 0601700-28.2019.8.04.0092 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Antonio Castro de Melo - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: PRISCILA DA COSTA CHAGAS (OAB 10963/AM) - Processo 0601703-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jussara da Silva e Silva - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0601779-41.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Silva de Andrade - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos do Requerente, apenas para CANCELAR a linha nº (92) 99161-9508, momento em que resolvo o mérito da demanda, conforme art. 485, I do CPC. Julgo improcedentes os demais pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0601790-70.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marcio de Magalhães Brasil - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intime-se a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: VERA LÚCIA DE MAGALHÃES BRASIL (OAB 12033/AM), ADV: PAULA GAMA DE PAIVA (OAB 11199/AM) - Processo 0601790-70.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marcio de Magalhães Brasil - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Marcio de Magalhães Brasil, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Edson Oliveira Queiroz Assistente Judiciário

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0601986-40.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Maykon Roberto da Silva Cabral - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 39401/BA) - Processo 0602356-19.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Sidinei Evandro da Silva - EXECUTADO: Sky Brasil Serviços Ltda - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP) - Processo 0602447-12.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro de Oliveira Matos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada (débito remanescente), no valor de R$ 657,65, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, totalizando R$ 723,42, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GERCÍLIA MARIA EDNEA SOUZA VIEIRA (OAB 9393/AM) - Processo 0602609-46.2014.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intime-se a parte Executada (Cesar Augusto Pinheiro Alves) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0602642-65.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Contratual - REQUERENTE: BEM VIVER TOTAL VILLE - CONDOMÍNIO PARAÍSO - Pelo exposto, na forma do art. 51, inciso II, da Lei n. 9.099/95, extingo o processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALESSANDRA DE LIMA OLIVEIRA (OAB 7547/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0603034-05.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: JAQUELINE MAUES DE BRITO ME - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I do CPC, para fins de: I) CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro do valor de R$ 1.085,20 (mil, oitenta e cinco reais e vinte centavos), o qual totaliza R$ 2.170,40 (dois mil, cento e setenta reais e quarenta centavos), com juros e correção desde o efetivo prejuízo; II) CONDENAR o Requerido ao pagamento do valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária a partir da publicação da sentença e juros desde a citação. Julgo improcedentes os demais pedidos. P. R. I. C. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0603219-72.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aguinaldo Pereira Dias - Ex positis, julgo procedente a presente Reclamação para: A) CANCELAR o serviço de internet em questão a contar de 09/04/2018, devendo a Requerida abster-se de realizar cobranças ou descontos referentes a este na conta corrente do Autor, sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) a cada cobrança ou desconto indevido; B) CONDENAR o(a) Reclamado à repetição em dobro de R$ 201,64 (duzentos e um reais e sessenta e quatro centavos), totalizando R$ 403,28 (quatrocentos e três reais e vinte e oito centavos), nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; C) CONDENAR o(a) Reclamado(a) ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária pelo índice INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês a partir da citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Sem custas ou honorários advocatícios, salvo em caso de recurso, nos termos do art. 55, caput, da Lei n° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intime-se. ENUNCIADO 167 do FONAJE: "Não se aplica aos Juizados Especiais a necessidade de publicação no Diário Eletrônico quando o réu for revel - art. 346 do CPC (XL Encontro - Brasília-DF)". Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0603463-98.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: M Dutra de Morais Eirelli Epp - EXECUTADO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603517-35.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ERCILANDIA SILVA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ALESSANDRA DE LIMA OLIVEIRA (OAB 7547/AM) - Processo 0603621-27.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contra as Relações de Consumo - REQUERENTE: Nivaldo Matos Hounsell - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) CONDENAR o Requerido à repetição em dobro do indébito de R$ 790,00 (setecentos e noventa reais), referente à cobrança e pagamento indevido de seguro, totalizando R$ 1.580,00 (mil, quinhentos e oitenta reais); II) CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescido de correção pelo INPC a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. Julgo improcedentes os demais pedidos. P. R. I. C. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603643-85.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de

Bens - EXEQUENTE: CIDIA BRASIL BATISTA - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte Executada para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 327/329, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRIO FERNANDO VALENTE COLOMBO (OAB 89949/RJ) - Processo 0603749-18.2014.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Fernando Antônio Gomes dos Santos - REQUERIDO: LOJAS AMERICANAS e outro - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento do débito remanescente apurado às fls. 245, no valor de R$ 4.745,05, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, totalizando R$ 5.219,56, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0603846-76.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose de Lima Santana - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Jose de Lima Santana, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0604147-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: José Cleto Lima dos Santos Junior - REQUERIDO: Vivo S/A - Certifico que os Embargos de Declaração foram interpostos no prazo legal. De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Jaime Artur Santoro Loureiro, fica Vossa Senhoria intimado(a) a manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos embargos de declaração, na forma do art. 1.023, §2º, CPC. É o que me cumpre certificar. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. VINICIUS OLIVEIRA RATTES Estagiário(a)

ADV: RAIMUNDO EDSON TORRES LIMA (OAB 8732/AM) - Processo 0604200-09.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Descontos Indevidos - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA GRACIETE DA SILVA RIBEIRO (OAB 5512/AM) - Processo 0604367-21.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlito da Costa Fontinele - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Carlito da Costa Fontinele, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0604445-15.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Helmo Reis Pinheiro - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0604580-95.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: AUTOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA - De ordem, fica designado o dia 08/05/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. Será expedido novo mandado de citação ao Requerido no endereço indicado à fl. 76.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0604626-84.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Osias Figueira de Moraes - EXECUTADO: R. R. Comercio de Veiculos Ltda-epp e outros - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 21 de fevereiro de 2019.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM) - Processo 0604942-29.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Taiana Rego Alfaia - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 21 de fevereiro de 2019.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM), ADV: CARLOS HOSSAINE DA SILVA (OAB 9931/AM) - Processo 0605131-07.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fernando Brito Pinho de Lima - REQUERIDO: Willame Vianey Pinto de Paula - D E C I S Ã O Vistos e etc. A despeito de os autos estarem conclusos para sentença, entendo que a matéria tratada nos autos é fática, revelando-se imprescindível a reconstituição do acidente de trânsito, uma vez que não há laudo conclusivo acerca do ocorrido. Sendo assim, CHAMO O FEITO A ORDEM, tornando sem efeito a conclusão para sentença para designar o dia 15/03/2019 às 05:00 hs para realização de reconstituição do acidente que deverá ocorrer no local do incidente. As partes deverão se encontrar no posto de combustível indicado nas fls. 64 na data e hora designadas. As partes deverão levar os veículos envolvidos no acidente ou, na impossibilidade, veículos similares, bem como testemunhas do fato, até o máximo de 03 (três) para cada parte. Nomeio o servidor Sr. José Franscisco da Silva Binda, devendo entregar o laudo no prazo máximo de 20 (vinte) dias. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências necessárias. Cumpra-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0605159-77.2015.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: MARIA ELICE DA SILVA E SILVA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., MARIA ELICE DA SILVA E SILVA, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0605381-40.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Afonso Violante dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Reclamação para: I) CONDENAR o(a) Requerido(a) à repetição em dobro de R$ 385,96 (trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos), totalizando R$ 771,92 (setecentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos), acrescidos de correção monetária pelo índice INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; II) CONDENAR o(a) Requerido(a) ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Confirmo a tutela antecipada concedida às fls. 16, tornando-a definitiva, pelos motivos acima expostos. Sem custas ou honorários advocatícios, salvo em caso de recurso. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0605405-05.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Lídia Matos Carneiro - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Lídia Matos Carneiro, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: MARCIO DE SOUZA ORTIZ (OAB 8704/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0605476-07.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Cristiane Lunieris Ribeiro - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Processo

Nº: 0605476-07.2017.8.04.0092 Cumprimento de Sentença Requerente:Cristiane Lunieris Ribeiro Requerido: Oi Móvel S/A DECISÃO Vistos etc. Trata-se de pedido de execução da multa por descumprimento do acordo. Ao compulsar os autos, verifico que o Executado descumpriu o acordo entabulado entre as partes, no que concerne ao cancelamento de todo e qualquer débito e contrato na titularidade da Requerente, que fora realizado no dia 29/01/2018. No dia 24/03/2018 o nome do Requerente fora incluído no cadastro de inadimplentes por um débito do dia 20/12/2017 (anterior ao acordo supracitado), portanto, pode-se concluir que houve descumprimento do acordo realizado, pois a parte Ré não cancelou o débito do dia 20/12/2018 Por essa razão, defiro o pedido de execução da multa estipulada no documento de fls. 28, devendo o Executado pagar a multa por descumprimento no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Não obstante, deve-se observar que a parte Executada encontra-se em recuperação judicial. O Juízo de Direito da 7ª Vara Empresarial expediu o Ofício n. 594/2018/OF, datado de 07/05/2018, com as seguintes orientações: a) para créditos constituídos até 20/06/2016, o Juízo de origem deverá emitir a respectiva certidão de crédito e extinguir o processo para que o credor concursal possa se habilitar nos autos da recuperação judicial. b) para créditos constituídos após 20/06/2016, o Juízo de origem expedirá ofício ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do crédito. No caso dos autos, o crédito fora constituído após 20/06/2016. Desta forma, determino a extinção do processo, devendo a parte exequente postular sua habilitação nos autos da recuperação judicial em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605558-04.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rosana Cardoso Lopes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Rosana Cardoso Lopes, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Edson Oliveira Queiroz Assistente Judiciário

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0605568-48.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Nonata Monteiro Ribeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Raimunda Nonata Monteiro Ribeiro, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Edson Oliveira Queiroz Assistente Judiciário

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605597-98.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Elizabeth Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Elizabeth Pinheiro da Silva, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Edson Oliveira Queiroz Assistente Judiciário

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0605608-30.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leidy Silvia Ribeiro Severo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fins de CONDENAR a Requerida ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. Julgo improcedente o pedido de indenização por dano material. P. R. I. C. Manaus, 28 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0605839-91.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Gutemberg Souza Menezes Filho - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0605850-57.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Estabelecimentos de Ensino - EXEQUENTE: ROZIANE DA SILVA NASCIMENTO - EXECUTADO: SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0605893-23.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: E. S. B. Comércio de Máquinas e Equipamentos - De ordem, INTIMO a parte Requerente para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 15 (quinze) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605925-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisca Damiana Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Francisca Damiana Oliveira, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605928-80.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Marcio de Souza Leite - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Marcio de Souza Leite, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: DANIEL FRANÇA DA SILVA (OAB 24214/DF) - Processo 0605953-93.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rayane Santos da Silva - REQUERIDO: Vivo S/A - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Revogo a decisão de fls. 30. Publique-se, registre-se, intime-se e arquive-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606079-46.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Amelia da Silva Mergulhão - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Amelia da Silva Mergulhão, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante Genérico

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606080-31.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Waldemir Maia da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Waldemir Maia da Silva, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0606088-42.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Tadeu Teixeira - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606108-96.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Dalila Roque de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da comprovação de pagamento em favor da parte Requerente, intime-se o(a) Autor(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) a fim de que seja confeccionado alvará eletrônico, para que receba os valores depositados.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606111-51.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Walterlys Hauradou de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Walterlys Hauradou de Souza, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante Genérico

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0606151-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Adriano da Costa Carvalho - REQUERIDO: Claro S/A - Considerando o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para: I) CANCELAR as cobranças a título de “aluguel de equipamento” sem ônus para o Requerente; II) DECLARAR inexigíveis as cobranças ora guerreadas, sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) a cada cobrança indevida; III) CONDENAR a Demandada a pagar ao Requerente o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária a partir desta data e juros a partir da citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos materiais, conforme acima exposto. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606336-71.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose da Cruz Nogueira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Jose da Cruz Nogueira, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606376-53.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alexandra de Souza Cunha - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Alexandra de Souza Cunha, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0606419-87.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Wellington de Paula Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Wellington de Paula Costa, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Edson Oliveira Queiroz Assistente Judiciário

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0606541-37.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Iris Rezende Felix Viana, - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, diante da comprovação de pagamento em favor da parte Requerente, intime-se o(a) Autor(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) a fim de que seja confeccionado alvará eletrônico, para que receba os valores depositados.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0606555-21.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - EXEQUENTE: Vanderly Paulineli Frota Ximenes - EXECUTADO: Ricardo Teixeira Santos Me - De ordem, intimem-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523, NCPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0606599-06.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José Cláudio Braga da Gama - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Vistos etc. Recebo o(s) recurso(s) no efeito suspensivo, na forma do art. 43, da Lei 9.099/95. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0607007-31.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luiz Carlos Tavares Fonseca - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A e outro - Diante do requerimento do Exequente, de ordem, INTIME-SE o Executado, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 1.355,02, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, totalizando R$ 1.490,52, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0607092-80.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: R.M.R. - D E C I S Ã O Vistos e etc. Em detida análise dos autos, vejo que a matéria tratada nestes autos é diversa daquela que se discute no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000, motivo pelo qual CHAMO O FEITO A ORDEM para tornar sem efeito a decisão de fls. 34. Designo o dia 08/05/2019 às 10:30h para realização de audiência de conciliação que ocorrerá na secretaria deste Juizado. Cumpra-se. Intimem-se. À Secretaria para as providências necessárias. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607094-50.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Reginalddo Macedo da Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - D E C I S Ã O Vistos e etc. Em detida análise dos autos, vejo que a matéria discutida nestes autos é diversa daquela que se discute no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000, motivo pelo qual CHAMO O FEITO A ORDEM para tornar sem efeito a decisão de fls. 34. Designo o dia 07/05/2019 às 11:00h para realização de audiência de conciliação que ocorrerá na secretaria deste Juizado. Cumpra-se. Intimem-se. À Secretaria para as providências necessárias. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607201-94.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Cleia Pantoja do Vale - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a Reclamação para: I) DECLARAR inexistente o débito impugnado no valor de R$ 5.855,40 (cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos) referente ao contrato nº 4282673110668000, com vencimento em 11/05/2018; II) CONDENAR, solidariamente, os Requeridos ao pagamento da quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Confirmo a

tutela antecipada concedida às fls. 29, tornando-a definitiva, pelos motivos acima expostos. Sem custas ou honorários advocatícios, salvo em caso de recurso. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MARIA DIONE BENTES DINIZ (OAB 6107/AM) - Processo 0607312-15.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Maria Odileia de Melo Correa - EXECUTADO: Access Crédito Sociedade de Credito Ao Microempreendedor e A Empresa de Pequeno Porte S.a - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução, juntado às fls. 170/180, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607620-17.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Nazaré de Souza Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Nazaré de Souza Melo, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Alessandra Leal Cavalcante C111677

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0607816-21.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Muhama Barros Sulaiman - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0609628-38.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado par efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 11.173,02 (fl. 192), nos termos da decisão de fl. 188.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra de Lima Oliveira (OAB 7547/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Allan Marcelo serrão Braule Pinto (OAB 9133/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Hossaine da Silva (OAB 9931/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Daniel França da Silva (OAB 24214/DF)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
EZEQUIEL DE SOUZA MANETTI (OAB 13215/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gercília Maria Ednea Souza Vieira (OAB 9393/AM)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 146101M/GA)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 42760/BA)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcio de Souza Ortiz (OAB 8704/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Dione Bentes Diniz (OAB 6107/AM)
Maria Graciete da Silva Ribeiro (OAB 5512/AM)
Mário Fernando Valente Colombo (OAB 89949/RJ)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Paula Gama de Paiva (OAB 11199/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila da Costa Chagas (OAB 10963/AM)
Raimundo Edson Torres Lima (OAB 8732/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vera Lúcia de Magalhães Brasil (OAB 12033/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
WILSON SALES BELCHIOR (OAB 39401/BA)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2019

ADV: RICARDO ROCHA MAIA (OAB 17516/BA), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM) - Processo 0200181-91.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Desireé Queiroz de Carvalho - REQUERIDO: ESBAM - Escola Superior Batista do Amazonas - Venham conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SUELEN PAES DOS SANTOS MENTA (OAB 181181/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS (OAB 672/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0203899-33.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Ermelindo Souza da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar resposta aos Embargos à Execução, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 920, I, CPC

ADV: ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO (OAB 8130/AM), ADV: MELINA LEMOS VILELA (OAB 243283/SP), ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP), ADV: EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM (OAB 118685/SP), ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP) - Processo 0205691-85.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Michele Vieira Lopes - REQUERIDO: Realiza Administradora de Consórcios Ltda. - Juros que incidem desde a citação (15/08/2017), razão pela qual é incrível o cálculo apresentado à f. 110. Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente R$ 871,24 no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: MÁRIO DIEGO DE SOUZA PARISOTTO (OAB 10779/AM) - Processo 0600211-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thiago de Freitas Sobreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/04/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0601314-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Altaires Viriato de Barros - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0601418-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Estefani Pedroza Vieira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM) - Processo 0601832-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rubevaldo da Silva Ramos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/06/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0601909-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Josy Carlos da Silva Cruz - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/04/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0601922-67.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: João Ricardo de Souza Dixo Júnior - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0602300-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.a e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 08/08/2019 às 10:30h.

ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0602315-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Diane Barbosa Cetauro - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º Juizado Especial Cível, em 11.06.2019 às 08h30min. P.C.I.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0602606-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Orianilza Barauna de Leão - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0602732-08.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Ilha Bella Condominium Club - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NAIRA CAROLINA PICANÇO DE LIMA (OAB 6611/AM) - Processo 0602927-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Graca Paiva Pereira - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de

conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/04/2019 às 10:00 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALMÉRIO AUGUSTO CABRAL DOS ANJOS DE CASTRO E COSTA (OAB 5171/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0602972-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fernanda Rodrigues - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: RAQUEL DOS SANTOS GAMA (OAB 10828/AM) - Processo 0603199-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Kedson Guedes de Araújo - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM) - Processo 0603590-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Haytham Bader - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM) - Processo 0603995-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Natacha Bezerra Mota - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: GISELE SOUZA DE MATTOS (OAB 10601/AM) - Processo 0604175-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elba Gonçalves do Nascimento - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0604725-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ambrosio Cohen Assayag - Intime-se a parte autora para que emende o pedido d) da inicial, a fim de esclarecer com precisão o valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo ato, deve a parte autora juntar aos autos documentos legíveis de identidade com foto. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0604747-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Milcyete Braga Assayag - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0604751-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Hallef Rossette de Souza da Silva - Intime-se a parte autora para que emende o pedido c) da inicial, para que colacione aos autos uma planilha especificando os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo ato, deve a parte autora comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0604774-30.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorários. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: INGRID MENDONÇA OSSUOSKY (OAB 7573/AM) - Processo 0604803-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Danielle Ferreira Vasconcellos - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM) - Processo 0604808-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vivia Diniz Navegante - Intime-se a parte autora para que emende o pedido c) da inicial, a fim de esclarecer com precisão o valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve a parte autora juntar aos autos os comprovantes de cancelamento da matrícula e de estorno dos pagamentos efetuados. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0604829-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcela Bruna Pereira Franco - Intime-se a parte autora para que emende o pedido d) da inicial, a fim de especificar os meses e valores que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo ato, deve a parte autora atribuir um valor a causa, conforme dispõe o art. 291, CPC, “a toda causa será atribuído valor certo, ainda que não

tenha conteúdo econômico imediatamente aferível", eis que não foi informado na inicial. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM) - Processo 0604850-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Clara Perret Gentil - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83.. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0604886-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sigrid de Lima Pinheiro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0604893-59.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Noélio Martins Costa - De ordem, intime-se a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Prazo de 15 dias.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0604899-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Mereide Oliveira Mesquita - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: GABRIEL WILLIAM FACHIN LIMA (OAB 8518/AM) - Processo 0604907-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: R.B.C. - Intime-se os autores para que comprovem sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO WOLFF SANCHES DE OLIVEIRA (OAB 1025A/AM) - Processo 0604918-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marcelo Wolff Sanches de Oliveira - Intime-se a parte autora para que emende o pedido ii) da inicial, a fim de esclarecer com precisão o valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15, bem como emendar o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. No mesmo ato, deve a parte autora juntar aos autos documentos legíveis de identidade, instrumento de Procuração e comprovante de residência através de documento(s) recente(s) e idôneo(s), facultando-se-lhe, neste último caso, de utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0605154-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Hállice Moreira Teixeira - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da Autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0606378-31.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM PARADISO ANTURIO - REQUERIDO: ANDERSON DA SILVA CARDOSO - Bloqueie-se a quantia de R$ 3.336,15 via BACENJUD. Sendo positiva a penhora eletrônica, intime-se o Executado para oferecer Embargos, querendo, no prazo de 15 dias.

ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014 /MG), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0607244-68.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0608356-09.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Robson Augusto Marques Palha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - O cerne da impugnação feita pelo executado é a grande discrepância existente entre os valores apresentados por cada parte como sendo o saldo final da execução. À Secretaria para que elabore cálculos imparciais e conforme as premissas adotadas pelo TJ-AM. Após, voltem-me conclusos para sentenciar os embargos/exceção de pré-executividade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0609663-66.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Perla Azize Assayag - REQUERIDO: TNL PCS S/A - Nos termos do acórdão prolatado no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 153.820 - SP, indenizações por dano moral cujo fato gerador tenha ocorrido antes da decretação da Recuperação Judicial são incluídas nos créditos da recuperação. Nestes termos, aplica-se a determinação indicada à fl. 137. Determino que seja tornada sem efeito eventual certidão de crédito pretérita e que seja confeccionada nova certidão, a ser atualizada até a data de 20/06/2016. Por isso, JULGO PROCEDENTES OS PRESENTES EMBARGOS à EXECUÇÃO, determinando, por conseguinte, a expedição de nova certidão nos termos do parágrafo acima. Ademais, cumpra-se a decisão de fl. 126. P.R.I.C

ADV: OLÍVIA MOREIRA PEREIRA (OAB 12032/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO (OAB 7628/AM) - Processo 0610342-95.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Canopus Motos - Trato de processo em fase de cumprimento de sentença (título executivo judicial) em que a parte devedora pretende parcelar o débito, nos termos do art. 916, do NCPC, única hipótese legal autorizativa de parcelamento

de valor contido em título executivo. Contudo, o mesmo artigo, em seu parágrafo 7º, assim dispõe: "§ 7oO disposto neste artigo não se aplica ao cumprimento da sentença." grifei. Ou seja, há expressa vedação legal, à qual estou vinculado, pela impossibilidade do parcelamento pretendido. Assim, por impossibilidade legal, indefiro o pedido de parcelamento. Nos termos do art. 6 da Lei 9.099/95, concedo prazo de 5 dias para que a parte ré complemente o valor a ser pago, de modo que espelhe, exatamente, o conteúdo do título executivo judicial. P.C.I.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0610674-62.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Adriano Sousa Marinho de Azevedo - REQUERIDO: Claro S.a. (Net Serviços de Comunicação S.a.) - Claro S/A - Julgo improcedente os embargos à execução, nos termos da fundamentação supra. P.C.I. Preparo de lei.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0611108-51.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcos Paulo Ferreira Mamede dos Santos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: KÁSSIO ALMEIDA FAYE DAS CHAGAS (OAB 10208/AM) - Processo 0611178-05.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wildemar Oliveira da Silva - REQUERIDO: CLARO - EMBRATEL TV SAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - Efetue-se a penhora de R$ 5.000,00 (multa astreintes pelo descumprimento da obrigação de fazer imposta à fl. 17) via BACENJUD. Após, rito conforme decisão de fl. 82. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KATIUSCIA RAIKA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5225/AM), ADV: CARLOS MARIO EDWARDS DE MEDEIROS (OAB 11078/AM) - Processo 0611350-10.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nathalie Farias Ribeiro da Cunha - Intime-se o autor/exequente para que apresente atos constitutivos / contrato social recentes da pessoa jurídica cuja personalidade visa desconsiderar. Prazo de 15 dias. Após, venham-me conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0611654-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Diego Oliveira da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE TODOS PRETENSOS DÉBITO(S) COBRADOS PELA CONCESSIONÁRIA-RÉ do terminal 92-984174725 E RESCINDIDO O CONTRATO DE FLS. 19/20, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00, a título de danos morais. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo (custas recursais) de lei. P.R.I.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0612238-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Crisostomo Rodrigues Teles - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0613342-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Ajuricaba - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0614035-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosa Joana Albuquerque de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0615664-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERIDO: FIf Autos Ltda (Pole Autos) - Peugeout, Citroen do Brasil Automóveis Ltda. - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0616434-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jucimara da Silva Pinheiro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: KIVAN AGUIAR DE MORAES NETO (OAB 202894/RJ) - Processo 0616897-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - RECLAMANTE: Vitorio Fernando Acioli Lins Junior - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0617073-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antenor de Souza Pinheiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A e outro - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0618157-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josiane das Graças de Souza Pantoja - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º Juizado Especial Cível, em 27.05.2019 às 11h. P.C.I.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM) - Processo 0618279-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: André Luiz Souza Pará de Macedo - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Defiro o pedido formulado pela parte autora às fl. 105/106, assim sendo, mantenha a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 10.05.2019 às 09h30min. P.C.I.

ADV: MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SA (OAB 33933/PR) - Processo 0619037-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ek Formaturas Eireli - Epp - Nada a prover, sobre o pedido formulado à fl. 41. Trata-se de processo extinto sem resolução do mérito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0619368-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0619933-81.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dulce Moura Pereira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a parte executada para que apresente comprovação do pagamento dos valores indicados à fl. 288 no prazo de 15 dias, sob pena de imediata penhora bancária. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: REGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: ANTÔNIO LUCIANO LIMA SOUSA (OAB 6974/AM) - Processo 0620262-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ricardo Costa Torres - REQUERIDO: Locadora Loca Rápido Ltda. e outro - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, condenando a Parte Ré a pagar ao autor R$ 20.000,00, a título de indenização por danos materiais, tendo em vista que, em audiência, de forma leal vendeu seu Voyage, sem repará-lo, por R$ 5.000,00 e que seu valor de mercado era de R$ 25.000,00. Tudo nos termos do art. 493, do NCPC. Rejeito o pedido de condenação em danos morais (STJ. 3ª Turma. REsp 1.653.413-RJ, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 05/06/2018, Info 627). Correção monetária pelo INPC e juros de 12% a.a desde o acidente. Sem custas pretéritas. Sem honorários, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95. Preparo recursal de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 112/2005-CGJ/AM). P.C. I.

ADV: RAPHAEL DOUGLAS VIEIRA (OAB 90343/MG) - Processo 0620471-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raphael Douglas Vieira - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º Juizado Especial Cível, em 30.05.2019, às 10h30min. P.C.I.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0620692-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Willander Araújo Buraslan - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, eis que o pedido foi apresentado antes da abertura do termo de audiência e está embasado em prova documental. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º Juizado Especial Cível, 29/05/2019, 09h30min. P.C.I.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0621080-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabricio Xenos Ventilari Simoes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Agibank S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, RESOLVO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da Lei 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo e custas recursais de lei (art. 54, p. Ú e 55, L. 9.099/95 c/c Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM).

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: RENATA MACIEL SEABRA (OAB 12387/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0621698-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Camila Ramos da Rocha - REQUERIDO: Iresolve Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.a. - Banco Itaucard S/A - Assim, conheço os embargos por serem tempestivos, bem como os ACOLHO no mérito, por preencherem os requisitos legais, alterando a sentença para acrescentar-lhe o que segue: A dívida indicada na fatura de 06/2013 (R$ 309,00, cf. Fl. 142) era inexigível, uma vez que "DÉBITO PAGAMENTO" e "CRÉDITO PAGAMENTO" não são lançamentos que reflitam ingerência do consumidor. O consumidor estava adimplente. Este é o teor dos primeiros parágrafos da sentença (fl. 209). Desta forma, a cessão de créditos feita a IRESTORE foi indevida, pois abrangeu dívida inexistente. IRESTORE, por sua vez, negativou indevidamente o nome do autor sem prévia comunicação ou qualquer prazo para manifestação. Esta fundamentação é que está ausente na sentença. A responsabilidade é solidária. Mantenho a condenação de fl. 209, apenas esclareço que os R$ 15.000,00 devem ser pagos por ambos os réus, em SOLIDARIEDADE. P.R.I.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0621938-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Acacias 2 - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0622115-40.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Cond. Residencial Vista do Sol - Bloqueie-se a quantia via BACENJUD. Sendo positiva a penhora eletrônica, intime-se o Executado para oferecer Embargos, querendo, no prazo de 15 dias.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 317407/SP), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0624363-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Esther Vieira Buas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0628352-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Enock Luniere Alves - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Almério Augusto Cabral dos Anjos de Castro e Costa (OAB 5171/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Luciano Lima Sousa (OAB 6974/AM)
Any Caroliny da silva Ozorio (OAB 8130/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
CARLOS MARIO EDWARDS DE MEDEIROS (OAB 11078/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB 118685/SP)
EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 317407/SP)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabriel William Fachin Lima (OAB 8518/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM)
Gisele Souza de Mattos (OAB 10601/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Ingrid Mendonça Ossuosky (OAB 7573/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jean Mendonça dos Santos (OAB 10984/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014 /MG)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Kássio Almeida Faye das Chagas (OAB 10208/AM)
Katiuscia Raika da Câmara Elias (OAB 5225/AM)
Kivan Aguiar de Moraes Neto (OAB 202894/RJ)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Luana Cristina de Souza Cabrini (OAB 10531/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcelo Wolff Sanches de Oliveira (OAB 1025A/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Maria Rosiane de Brito (OAB 7628/AM)
Maria Sebastiana Ribeiro de Sa (OAB 33933/PR)
Mário Diego de Souza Parisotto (OAB 10779/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melina Lemos Vilela (OAB 243283/SP)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Naira Carolina Picanço de Lima (OAB 6611/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Olívia Moreira Pereira (OAB 12032/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raphael Douglas Vieira (OAB 90343/MG)
Raquel dos Santos Gama (OAB 10828/AM)
Regis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renata Maciel Seabra (OAB 12387/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Rocha Maia (OAB 17516/BA)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Siqueira Castro Advogados (OAB 672/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Suelen Paes dos Santos Menta (OAB 181181/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0049/2019

ADV: LAEDIO DE MENDONÇA MIRANDA (OAB 11178/AM) - Processo 0200454-02.2019.8.04.0015 (processo principal 0601185-64.2018.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laedio de Souza Miranda - Isso posto, JULGO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, CPC. Extraídas as cópias das peças destes autos para o processo principal, faça-se conclusão dos autos principal para prosseguir com o feito. Eventual peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato, será desconsiderado em virtude da fundamentação que ora se apresenta. Arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0203219-87.2012.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adriana Alexandra da Silva Neves - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0205167-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRIO LTDA - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0601185-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM) - Processo 0601721-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marilia Leite Figueira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 03/07/2019 às 09:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JAIRO MOTA ARAGÃO (OAB 9369/AM), ADV: THIAGO FELLIPE DE LIMA RIBEIRO (OAB 10545/AM) - Processo 0601981-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Murillo de Figueiredo Barreto - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 19/07/2019 às 11:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 9186/AM), ADV: YURI DOURADO DE ANDRADE (OAB 12309/AM) - Processo 0602264-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francisco Bernardes Lima Júnior - REQUERIDO: Condominio Residencial Life Ponta Negra - Imbrasco Empreendimento Imobiliario e outros - Por isso e por tudo que dos autos consta, reconhecendo a ilegitimidade passiva da parte CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO, JULGO IMPROCEDENTE o pedido para a mesma; JULGO PROCEDENTE o pedido de dano moral em face das requeridas CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LIFE PONTA NEGRA e IBRASCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e CONDENO a pagarem ao autor a quantia de R$8.000,00 (quatro mil reais cada uma), a título de dano moral. CONFIRMO em definitivo a decisão liminar de fls. 44, para que o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LIFE PONTA NEGRA se abstenha de: a) Exigir cobranças de taxas condominiais relativas ao período anterior à entrega das chaves do imóvel da parte autora (17/03/2017, conforme documento da fl.38); b) Restringir o uso da área comum do condomínio por parte do autor; c) Negativar o nome do autor em razão dos débitos condominiais objeto desta demanda. Correção monetária pelo INPC desde a data do vencimento de cada cota condominial. Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas pretéritas. Sem honorários sucumbenciais. Preparo e custas na forma legal (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015 -CGJ/AM).

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0602535-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kon Tsih Wang - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 19/07/2019 às 09:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0603089-22.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Fábio Moraes Castello Branco - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0603238-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Lucileide Ferreira da Silva - DEFIRO a TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação, imediatamente,via carta postal, ou via portal eletrônico ou via oficial de justiça, juntamente com sua citação: A) ABSTENHA-SE de incluir o nome da parte requerente nos cadastros de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito em relação à fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da obrigação; B) ABSTENHA-SE de suspender o serviço de fornecimento de serviço público para parte autora em razão da fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação; caso o serviço já esteja suspenso determino que o requerido religue-o no prazo de 24 horas sob pena da mesma multa. CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18/07/2019 às 11:00h, bem como do teor da presente decisão. Ainda, mediante publicação ou carta postal, INTIME-SE a parte autora da audiência ora designada. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE) - Processo 0603953-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18/07/2019 às 10:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0603985-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Cidiane Ramos de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/06/2019 às 09:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0604024-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leila Mota Lemos da Costa - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18/07/2019 às 10:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade

de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0604343-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Roseane do Amaral Rodrigues - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29/04/2019 às 10:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0604431-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Rodrigues Paz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documentos de fls. 18,19,21 LEGÍVEIS para comprovar de forma clara a relação jurídica entre as partes.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0604451-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Francisca das Dores de Souza Batista - Por isso, falecendo competência ao presente Juizado para apreciar a causa, manejada que foi por incapaz, JULGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 3º, III c/c 51, II, da Lei 9.099/95 c/c o art. 485, IV do CPC.

ADV: DANDARA GEBER LOPES (OAB 12425/AM) - Processo 0604472-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Márcia Geber de Oliveira Lopes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 19/07/2019 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0604581-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Nazare de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 19/07/2019 às 10:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0604594-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juhliene Raquel Antunes Pereira - Diante do exposto, a petição inicial não preenche o requisito do art. 320 do CPC, DETERMINO, então, nos termos do art. 321 do CPC, à parte requerente a EMENDA À INICIAL para JUNTAR comprovante de endereço em seu nome ou comprove o vínculo de parentesco e/ou jurídico com o terceiro o correto endereço indicado no referido comprovante, bem como JUNTAR o documento de RG e CPF do terceiro declarante. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM), ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0604629-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: João Aparecido Figueiredo Jacaúna - REQUERIDO: Denilson Marcos Pinheiro de Souza - Por isso, reconhecendo a ilegitimidade ativa da parte autora, JULGO IMPROCEDENTE para o autor.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0604640-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio View Club Home - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 19/07/2019 às 10:00h.

ADV: DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM) - Processo 0604732-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Edvaldo Gomes do Carmo Junior - DETERMINO à parte requerente a emenda da inicial para juntar comprovante de residência atualizado em seu nome, bem como juntar documento de CPF e RG.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0604866-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Claudia Figueiredo César - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0605002-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Lindinalva Maria Santos L - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04/06/2019 às 08:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0605194-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tereza Azevedo de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95. INTIMO, ainda, a parte autora para, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM) - Processo 0605213-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Carlos de Lima Araujo - Me - Diante do exposto, analisando o conjunto probatório que se apresenta nos autos, concluo pela não demonstração do requisito probalidade do direito, necessário ao deferimento da tutela pleiteada, razão pela qual INDEFIRO O PEDIDO. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07/06/2019 às 08:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: SERGIO DE ALMEIDA PIMENTA (OAB 9288/AM) - Processo 0605827-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alexandre Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Logos Bolsa de Veículos Ltda - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente:

desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, façam-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: FERDINANDO DESIDERI NETO (OAB 7322/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0607638-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Lucila Maria Porto - Diante do exposto, DENEGO seguimento, POR DESERÇÃO, ao recurso inominado, ante a ausência de recolhimento das custas que foram inicialmente dispensadas e que são devidas, assim como o preparo, nas 48h subsequentes à interposição do recurso. Aguarde-se pleito de cumprimento de sentença, sendo o caso, ou arquive-se, caso tenha sido sentença de improcedência ou não haja o requerimento de cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: RODRIGO FALEIROS DE OLIVEIRA (OAB 22693/MS), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM), ADV: JOSÉ MANUEL MARQUES CANDIA (OAB 7116B/MS), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607990-67.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Edson Santarém Tavares - REQUERIDO: Dwg Assessoria Ltda - Banco Bgn S.a - Banco Finasa BMC S/A - Banco Itaú Bmg Consignado S.a. - Diante do exposto, JULGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em razão do indeferimento da inicial. com fulcro no art. 321, parágrafo único, combinado com o art. 485, I, ambos do CPC/2015.

ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM) - Processo 0611060-58.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Alan Santana da Silva - Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: ARTHUR MARTINS ANDRADE CARDOSO (OAB 369359/SP), ADV: MARÍLIA MENDES CHIARADIA (OAB 383571/SP), ADV: LILIANE DA SILVA SANTOS (OAB 410863/SP), ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: MATHEUS DE OLIVEIRA (OAB 383576/SP) - Processo 0611943-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luciana dos Santos Viana - REQUERIDO: Movida Locação de Veículos Sa - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 8.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR na restituição do valor de R$600,00 a título indenização por danos materiais, bem como com fundamento no art. 493, do CPC, para as parcelas que venceram no curso do processo, a serem comprovadas no cumprimento de sentença. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: ARIJONES BONFIM DA SILVA (OAB 6434/AM) - Processo 0612684-79.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Mg Serpa Hortifrutigrangeiros - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a). Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0613162-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, a título de saldo remanescente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0613751-16.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Claudia Malveira de Souza - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material no valor de R$15.750,00; JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o pedido de pagamento de IPTU, em razão da ausência de interesse de agir, com fulcro no art. 485, VI, e §3º, ambos do NCPC. Com relação à indenização por dano moral, JULGO IMPROCEDENTE a presente demanda, em razão da ausência de dano comprovado. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: GENILCE SIQUEIRA VIANA (OAB 8467/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0614002-97.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Clodoaldo Piedade Matos - REQUERIDO: Medlab - Clinica Medica - Medlab - Clinica Medica e Laboratório Ltda Epp. - INTIME-SE a parte interessada

para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONÇALVES PIRES (OAB 1266A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0614513-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wanessa Caldas Maciel - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Mastercard Brasil Ltda - S. Martins Ltda - Grupo Pmz - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR as partes rés a pagarem solidariamente R$ 8.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos materiais.. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0615911-77.2017.8.04.0015 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Gred Barros Cesar - Me - REQUERIDO: Wilson Sons Rio de Janeiro - JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte autora. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO (OAB 129459/MG), ADV: THAIS BENTES GATO (OAB 12693/AM) - Processo 0616175-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayara Lopes Horta - REQUERIDO: 123 Viagens e Turismo Ltda. - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar solidariamente R$ 435,54, a título de indenização por danos materiais, bem como, solidariamente, R$ 8.000,00, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas sucumbenciais e honorários sucumbenciais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0617623-68.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM) - Processo 0617994-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Yolana Maria Gonçalves Kaneko - REQUERIDO: Cleostenes Farias do Vale - DECISÃO Percebo interesse de produção de prova testemunhal com pedido de intimação das testemunhas por este Juízo. Contudo, não há prazo suficiente para se fazer as intimações para audiência, pelo que MANTENHO a audiência já pautada. Ainda, INTIME-SE A PARTE AUTORA para justificar a necessidade das referidas testemunhas no dia da audiência de instrução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0618636-39.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Karla Raíssa Rocha Maron - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0619190-71.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daguimar Moura Rabelo - Diante do exposto, DENEGO seguimento, POR DESERÇÃO, ao recurso inominado, ante a ausência de recolhimento das custas que foram inicialmente dispensadas e que são devidas, assim como o preparo, nas 48h subsequentes à interposição do recurso. Aguarde-se pleito de cumprimento de sentença, sendo o caso, ou arquive-se, caso tenha sido sentença de improcedência ou não haja o requerimento de cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA ARAÚJO RISUENHO DE SOUZA (OAB 7760/AM), ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM) - Processo 0619308-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Evandro Melo da Silva - REQUERIDO: Arjun Dayaram - PROCEDO com a REDESIGNAÇÃO da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 21/05/2019 às 10:00h.

ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: RAYANE BATISTA PINHEIRO (OAB 12959/AM) - Processo 0619732-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Jose Malheiros Abboud Daou - REQUERIDO: Qualicorp Adm. e Serv. Ltda - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 15.000,00 em prol da parte autora, a

título de indenização por danos morais, bem como a retirar seu nome de cadastro de maus pagadores e/ou protestos. Confirmo em definitivo os efeitos da Decisão de fl. 24. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros desde a data do evento danoso (S. 54 STJ). Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0619953-72.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM) - Processo 0620398-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MIDIAN BRASIL DAL MEDICO - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Isento o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM) - Processo 0621371-11.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rafael de Souza Rolim - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM), ADV: BRUNO MENDES CORDEIRO (OAB 7420/AM) - Processo 0622338-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Victor Negrão Reis - REQUERIDO: Dallas Rent A Car Ltda (Avis Budget Group) - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0623094-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francisco Luiz de Souza - Haja vista o julgamento em sede do repetitivo do RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.320 - SP, afetado no tema 972: 1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva;2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada;3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora. Diante disto, REATIVE-SE o processo e PROCEDA-SE com as devidas citações/intimações das partes interessadas para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/05/2019 às 09:15h. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez vislumbrada a verossimilhança das alegações e hipossuficiência da parte autora em relação à ré. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0623096-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francisco Luiz de Souza - Haja vista o julgamento em sede do repetitivo do RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.320 - SP, afetado no tema 972: 1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva;2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada;3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora. Diante disto, REATIVE-SE o processo e PROCEDA-SE com as devidas citações/intimações das partes interessadas para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/05/2019 às 08:45h. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez vislumbrada a verossimilhança das alegações e hipossuficiência da parte autora em relação à ré. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0623171-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Alexandre Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Haja vista o julgamento em sede do repetitivo do RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.320 - SP, afetado no tema 972: 1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva;2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada;3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora. Diante disto, REATIVE-SE o processo e PROCEDA-SE com as devidas citações/intimações das partes interessadas para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/05/2019 às 10:15h. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez vislumbrada a verossimilhança das alegações e hipossuficiência da parte autora em relação à ré. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE SILVA (OAB 2970/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: ADILSON LOUIS CORRÊA RAMOS (OAB 11221/AM) - Processo 0623383-32.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ricardo Goes Figueira - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia Ltda - JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora e faço nos seguintes termos: a) CONDENO a requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 8.332,40, incidindo juros da citação e correção monetária da data do evento danoso, ou seja, do dia 08.12.2015 (Súmula 43 STJ). Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente ou compatível: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade

de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANTÔNIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0623485-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kassia Helen Menezes Napoles - REQUERIDO: Latam Airlines Group S.a e outro - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 10.000,00 em indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas e honorários sucumbenciais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e, não requerido o cumprimento de sentença, arquivem-se os autos até posterior manifestação da parte autora. P.R.I.C.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 5528/AM) - Processo 0624877-92.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Maria Claudia Sousa da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625881-67.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM) - Processo 0626153-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Paulo Jorge dos Santos - Elenice de Sá Carvalho - REQUERIDO: e M Transporte Multimodal Ltda - JULGO PROCEDENTES os pedidos das partes autoras e faço nos seguintes termos: a) CONDENO a requerida na cifra de R$ 5.770,00 referente aos danos materiais, incidindo juros e correção da data do fato, ou seja, do dia 06/09/2018, (Súmulas 54 e 43 ambas do STJ); b) IMPROCEDENTES os danos morais; c) DETERMINO em forma de liminar cautelar no sentido de efetivar via RENAJUD a restrição total do veículo, para fins de assegurar a futura execução da sentença, cumpra-se incontinenti. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0626801-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alessandro Oliveira da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19/07/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0627012-77.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0706582-25.2012.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: FLÁVIA MARIA DE SOUZA ROCHA - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADILSON LOUIS CORRÊA RAMOS (OAB 11221/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE)
Antônio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Arijones Bonfim da Silva (OAB 6434/AM)
Arthur Martins Andrade Cardoso (OAB 369359/SP)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Mendes Cordeiro (OAB 7420/AM)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Condé Marques e Oliveira Araújo (OAB 9186/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Dandara Geber Lopes (OAB 12425/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Ellen Cristina Gonçalves Pires (OAB 1266A/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)

Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Ferdinando Desideri Neto (OAB 7322/AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Genilce Siqueira Viana (OAB 8467/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jairo Mota Aragão (OAB 9369/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Manuel Marques Candia (OAB 7116B/MS)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laedio de Mendonça Miranda (OAB 11178/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Liliane da Silva Santos (OAB 410863/SP)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcio Alexandre Silva (OAB 2970/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 5528/AM)
Marília Mendes Chiaradia (OAB 383571/SP)
Matheus de Oliveira (OAB 383576/SP)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM)
Mônica Araújo Risuenho de Souza (OAB 7760/AM)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rayane Batista Pinheiro (OAB 12959/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Faleiros de Oliveira (OAB 22693/MS)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Soares do Nascimento (OAB 129459/MG)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sergio de Almeida Pimenta (OAB 9288/AM)
Thais Bentes Gato (OAB 12693/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Fellipe de Lima Ribeiro (OAB 10545/AM)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Dourado de Andrade (OAB 12309/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0202749-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neide Alves Lira - R. Hoje Intime-se a parte requerente para que indique os dados bancários(seus e/ou os do seus patrono) para levantar o alvará eletrônico. Cumpra-se.

ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0603521-09.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Direitos / Deveres do Condômino - EXEQUENTE: Cond. do Ed. Metrópolis Residence - Para apreciação do pedido de penhora de fls. 260/261, deve o autor juntar aos autos certidão narrativa dos imóveis. Intime-se para cumprimento no prazo de 10 dias.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0603705-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastião Alves da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANA FREITAS DE MATTOS (OAB 11236/AM) - Processo 0603726-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: José Eduardo Gomes de Mattos Júnior - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: - O comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: DANIELLE PASSOS ARAÚJO (OAB 9589/AM) - Processo 0603746-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Alex Lima Braga - De ordem, fica designado o dia 08/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM) - Processo 0603786-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Daniela Silva Mariano - De ordem, fica designado o dia 08/04/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0604852-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Vinícius Miranda Barros - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; - O comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM) - Processo 0604872-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Klaiton Anderson Oliveira Freitas - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: - O comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: EDILSON BATISTA DE MENEZES JUNIOR (OAB 26464/BA) - Processo 0604995-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: E.B.M.J. - De ordem, fica designado o dia 25/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0605049-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francinei Pinheiro da Silva - De ordem, fica designado o dia 25/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT) - Processo 0608774-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 8.056,09(oito mil e cinquenta e seis reais e nove centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 8.861,69(oito mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (OAB 18558/PE) - Processo 0614836-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Sul America Seguro Saúde S.a e outro - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0615808-36.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0617587-60.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Cond. do Edificio Portal da Cidade - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: GUILHERME MENDONÇA GRANJA (OAB 919/AM) - Processo 0619925-70.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Maria Francilene da Silva - Intime-se o autor para se manifestar sobre a restrição do veículo às fls. 79 no prazo de dez dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0619932-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Naara de Oliveira Barbosa - Para apreciação do pedido, deve o autor comprovar documentalmente o vínculo entre as empresas e que de fato, compõem o mesmo grupo econômico. Intime-se.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0623927-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Joanice Mendes de Castro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 98/109, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0625247-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Italo de Brito Santana - De ordem, fica designado o dia 08/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0625388-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Emerson Souza Ribeiro - À titulo de informação, tanto o preparo quanto as custas judicias são exigidas para a admissibilidade do recurso inominado. O autor, apesar de juntar o preparo às fls. 314/316, deixou de recolher as custas judiciais. Às fls. 414, juntou aos autos comprovante de pagamento datada de 21/02/2019, após o transito em julgado da presente ação, portanto, intempestivo. Ante o exposto, mantenho a decisão de fls. 394. Intime-se.

ADV: FERNANDA VALE DA SILVA (OAB 173167/RJ), ADV: FERNANDA VALE DA SILVA (OAB 173167/RJ) - Processo 0627771-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Layla Laressa Nepomuceno de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 08/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Adriana Freitas de Mattos (OAB 11236/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielle Passos Araújo (OAB 9589/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Edilson Batista de Menezes Junior (OAB 26464/BA)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernanda Vale da Silva (OAB 173167/RJ)
Guilherme Mendonça Granja (OAB 919/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Gilson Raimundo Filho (OAB 18558/PE)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2019

ADV: VIVIAN SILVA DE MORAIS (OAB 12274/AM) - Processo 0607833-16.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - EXEQUENTE: Maria dos Santos Ferreira - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Vanessa Leite Mota, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, INTIME-SE a parte exequente a fim de que forneça os dados bancários (banco, agência, conte-corrente com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, execetuando-se conta poupança criada em agência lotérica, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor incontroverso. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0608967-10.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Allinson dos Santos Souza - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Vanessa Leite Mota, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, INTIME-SE a parte exequente a fim de que forneça os dados bancários (banco, agência, conte-corrente com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, execetuando-se conta poupança criada em agência lotérica, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor incontroverso. Cumpra-se.

Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Vivian Silva de Morais (OAB 12274/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO VANESSA LEITE MOTA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0043/2019

ADV: OZIEL PINTO DA SILVA (OAB 5455/AM) - Processo 0004236-06.2007.8.04.0020 (020.07.004236-5) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: ANTONIA ROCHA DA SILVA - Vistos, etc., Intime-se o Exequente na pessoa de seu advogado constituído, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os Embargos à Execução de fls. 205-209. Após, com ou sem manifestação. Conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0200272-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Benchimol Irmão e Cia. Ltda. - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da autora, por ser devedora de quantia cobrada regularmente pela requerida. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0200863-31.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Raimundo de Araújo Lima - EXECUTADO: DANIEL DOS SANTOS DE ALMEIDA - Cuida-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE oposta pelo devedor, recebida nos termos do art. 52, IX, “d” da Lei n. 9.099/95, pelas razões de fls. 61-65. FUNDAMENTO e DECIDO: A exceção de pré-executividade é forma atípica de impugnação da execução, pelo devedor, manejável por simples petição, nos próprios autos, através da qual se visa obstacularizar, ou mesmo extinguir, o processo de execução eivado das nulidades discriminadas pelo art. 803 do NCPC. Não há obstáculos legais ao manejo do incidente processual em sede de JECs, pela aplicação subsidiária da legislação processual civil ao sistema estabelecido pela Lei nº 9.099/95. Ao reverso dos embargos do devedor, não há necessidade do excipiente garantir a segurança do Juízo, porquanto a própria execução, quando eivada das nulidades do art. 803 do NCPC, já constitui, por si só, elevado gravame imposto ao Executado. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp nº 1.110.925/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, sujeito ao regime do art. 543-C, do CPC, introduzido pela Lei dos Recurso Repetitivos, firmou entendimento no sentido de que “a exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória”. No que tange à matéria ventilada no incidente, infere-se dos autos que a questão central discutida nos autos diz respeito ao cumprimento voluntário da obrigação por parte do devedor, tornando inexigível o título executivo. A esse respeito, verifico o pagamento anunciado pela excipiente fora contabilizado em 6-11-2017 (f. 71) - 4º dia útil, nos exatos termos do acordo judicial às fls. 29-30, não havendo que se falar em descumprimento do acordo pactuado ente as partes. Assim, a par do desembolso realizado pela excipiente, observo que tal pagamento estão sendo realizados nas datas que fora pactuado, não compreendendo nesse contexto a incidência de inadimplemento contratual. CONCLUSÃO: Ex positis, ACOLHO a EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE oposta às fls. 61-65, para reconhecer a NULIDADE DA EXECUÇÃO, ao tempo em que determino o DESBLOQUEIO do veículo com restrições ao sistema RENAJUD às fls. 46-51. Intime-se o credor para no prazo de 5 (cinco) dias, juntar aos autos, EXTRATO ANALÍTICO DE SUA CONTA CORRENTE vinculada ao ACORDO JUDICIAL de fls. 29-30 e requer o que entender de direito. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0200891-33.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: MIKSON DE ARAUJO FERNANDES - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, procedo à intimação da parte Autora, na pessoa do(a) seu advogado(a), se constituído nos autos, para, querendo, manifestar se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça às fls. antecedentes, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 185, CPC) - (art. 1º, inciso XXIV, Provimento nº 63/02-CGJ).

ADV: BRUNA DE LIMA CAVALCANTI (OAB 25147/PE), ADV: VERUSK DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 27070/PE), ADV: VERA LÚCIA DE SOUZA (OAB 14712/PE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0201663-25.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXECUTADO: Seguros Sura S.a e outro - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 120/123 antecedentes.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS) - Processo 0201862-47.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para declarar inexigíveis os débitos do cartão de crédito contratado pelo autor, originados após 19 de maio de 2018, porém julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSEMARA SOUZA DINIZ DA SILVA (OAB 7161/AM), ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM) - Processo 0203050-46.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - LITSATIVO: ERY JHONSON CARVALHO DE MELLO - EXECUTADO: ERINETE VALETNTIM JERONIMO - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 144/145 antecedentes.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: ROSQUILD AZEDO OMENA (OAB 605A/AM) - Processo 0209980-22.2012.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARIA COTA DE SOUSA - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, procedo à intimação da parte Autora, na pessoa do(a) seu advogado(a), se constituído nos autos, para, querendo, manifestar se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça às fls. antecedentes, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 185, CPC) - (art. 1º, inciso XXIV, Provimento nº 63/02-CGJ).

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0600008-16.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Imperial - Re Carneiro Epp - Me - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a

superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 27/28 antecedentes.

ADV: FRANCISCO MONTEIRO DO NASCIMENTO (OAB 12149/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: DIANA SILVA DO NASCIMENTO (OAB 13369/AM) - Processo 0600112-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Manoel Monteiro do Nascimento - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo parcialmente procedente o pedido de repetição de indébito, condenando o requerido a pagar ao suplicante o valor de R$ 12.036,47 (doze mil, trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) a partir da citação; 2 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o suplicado ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da prolação deste decisum. 3 - julgo procedentes os pedidos para declarar quitado o contrato de empréstimo e determinar que seja cancelado o cartão de crédito, e para condenar a requerida a não efetuar descontos por conta do contrato de empréstimo/cartão mencionado na inicial no contracheque do requerente, sob pena de repetição do indébito em dobro dos valores descontados após a intimação desta sentença.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0600158-94.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Costa e Souza Educação Infantil Ltda Me - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 30/31 antecedentes.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0600235-40.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 84/95 antecedentes.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0600300-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Agnaldo Jose Cardoso dos Santos - De ordem, fica designado o dia 07/03/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0600384-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Fernando da Silva Tavares - De ordem, fica designado o dia 28/03/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0600454-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ruth Vasconcelos dos Santos - De ordem, fica designado o dia 27/03/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600541-43.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Estrelas do Amanhã - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, procedo à intimação da parte Autora, na pessoa do(a) seu advogado(a), se constituído nos autos, para, querendo, manifestar se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça às fls. antecedentes, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 185, CPC) - (art. 1º, inciso XXIV, Provimento nº 63/02-CGJ).

ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE) - Processo 0600622-26.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: BANCO BMG S/A - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 445/446 antecedentes.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0600627-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Donaio de Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, improcedentes os pedidos de repetição de indébito e indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0601086-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nilton Xavier da Silva - Me (Ifull Informática Ltda) - De ordem, fica designado o dia 23/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0601294-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Donaio de Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 02/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0601414-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raulison Marques Simas - De ordem, fica designado o dia 29/03/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EWERTON BARROSO DE SOUZA (OAB 13425/AM), ADV: JESSICA CRISTINA PEREIRA DE QUEIROZ PROTÁSIO (OAB 1631/RR) - Processo 0601463-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Janayne do Socorro Queiroz da Costa - De ordem, fica designado o dia 10/05/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601550-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nelciane Freitas Ribeiro - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial,

para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante. Observação: Não se encontra nos autos nenhum comprovante de residência que ateste que a autora realmente reside no endereço indicado na petição inicial.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601552-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cleo Barbosa L - De ordem, fica designado o dia 29/03/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0601562-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Raimunda Correa de Araujo - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0601564-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Osmundo Francisco Jorge - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante. Observação: Não se encontra nos autos nenhum comprovante de residência que constate que o autor reside no endereço apresentado na peça inaugural.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM) - Processo 0601568-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: David de Souza Feitoza - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM) - Processo 0601573-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ângelo Seabra Soares - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de RG e CPF do declarante.

ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0601580-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Onelia da Silva - De ordem, fica designado o dia 27/03/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0601597-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sindomar Ricardo da Silva - De ordem, fica designado o dia 28/03/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601600-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tatianhi Santos da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601601-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tatianhi Santos da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601602-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tatianhi Santos da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601618-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jaqueline Aquino de Oliveira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue:

De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601621-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Luciwando Gomes Lopes - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: ALEXSSANDER AMARAL DA SILVA (OAB 12968/AM) - Processo 0601632-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sandra Maria Nascimento dos Santos - De ordem, fica designado o dia 02/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0601636-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ivanilzo Santos Oliveira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0601640-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Donaio de Oliveira dos Santos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM) - Processo 0601647-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jessica Leticia Muniz Krauss - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT (OAB 68625/RS), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: FABRÍCIO NEDEL SCALZILLI (OAB 44066/RS), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0601946-03.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Corretagem - EXEQUENTE: GEORGINA MARIA BURGOS FELIX - DIOGO BURGOS FELIX - EXECUTADO: GLOBAL BRASIL BROKERS - CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A CRECI 320-PJ e outro - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 906/910 antecedentes

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0602034-21.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Reginaldo Junio Rodrigues de Castro - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo parcialmente procedente o pedido de repetição de indébito, condenando o requerido a pagar ao suplicante o valor de R$ 1.609,89 (mil, seiscentos e nove reais e oitenta e nove centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação; 2 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o suplicado ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da prolação deste decisum. 3 - julgo procedentes os pedidos para declarar quitado o contrato de empréstimo e determinar que seja cancelado o cartão de crédito, e para condenar a requerida a não efetuar descontos por conta do contrato de empréstimo/cartão mencionado na inicial no contracheque do requerente, sob pena de repetição do indébito em dobro dos valores descontados após a intimação desta sentença.

ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM) - Processo 0602107-61.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXEQUENTE: MARIA NAURA BARBOSA DE SOUZA - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, PROCEDA a juntada de NOVA PROCURAÇÃO do OUTORGANTE, concedendo poderes ao OUTORGADOS: IKARO BASTOS PEDROSA; OAB/AM-11465, acompanhado com o número de inscrição da OAB/AM, dados bancários (banco, agência, conta corrente com dígito), CPF do advogado constituído, informações necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0602600-67.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE:

Emerson Kelvin Feliciano dos Santos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para cancelar quaisquer débitos pendentes da parte autora para com a empresa requerida. Julgo improcedentes os pedidos de repetição de indébito e indenização por danos morais.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0602810-55.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 126/127 antecedentes.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0603098-66.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Priscila Marques Pires de Carvalho - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A e outro - Por fim, julgo parcialmente procedente o pedido constante da inicial, para condenar a demandada ao pagamento da importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês contados a partir da data desta sentença, e para condenar a demandada à devolução do valor pago pela requerente, totalizando R$ 11.220,00 (onze mil, duzentos e vinte reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 27 de abril de 2012. Isento a Ré do pagamento de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603127-19.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Guaracy Morena Lima da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante de todo o exposto, e tudo mais que dos autos consta, conheço da presente, e no mérito julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais, para condenar o requerido a pagar a requerente a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, soma essa a ser corrigida monetariamente, pelo INPC, e com juros de 1% ao mês, a contar dessa data. Condeno ainda o requerido a restituir a requerente, a importância de R$ 57,95, em dobro, num total de R$ 115,90, soma essa a ser corrigida monetariamente pelo INPC e com juros de 1% ao mês, a contar de julho de 2017. Por oportuno, presentes os requisitos legais, concedo a tutela de urgência, determinando ao requerido que, no prazo de 10 dias úteis, a contar da ciência da presente, abstenha-se de realizar novos descontos no contracheque da requerente, relativamente ao contrato discutido nesses autos, pena de multa de R$ 100,00, a incidir sobre cada novo desconto. . É a decisão. Sem custas, salvo recurso. P.R.I.C. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Vanessa Leite Mota Juíza de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0603183-52.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edmilson Gomes Dias - REQUERIDO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da data do arbitramento. Condeno a requerida a excluir o nome do requerente do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Condeno a requerida a cancelar os débitos que motivaram a negativação, ora impugnados. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0603238-08.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: AYLA KAROL DA SILVA ROSARIO FREIRE - Desta feita, certifique o Diretor de Secretaria e entregue-lhe a certidão de dívida, cabendo à parte agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0603336-22.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto Educacional Hilda Ferreira (C Meireles da Costa) - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 87/90 antecedentes.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0603503-05.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Fabines Rodrigues de Souza Ribeiro - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, confirmando a liminar: 1 - julgo procedente o pedido de repetição de indébito, condenando o requerido a pagar à suplicante o valor de R$ 1.704,72 (mil, setecentos e quatro reais e setenta e dois centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação; 2 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o suplicado ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da prolação deste decisum. 3 - julgo procedentes os pedidos para declarar quitado o contrato de empréstimo e determinar que seja cancelado o cartão de crédito.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM), ADV: PAULO JÚNIO LEANDRO DE OLIVEIRA (OAB 10250/AM) - Processo 0604019-59.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Isaías Miranda Tiago - EXECUTADO: Antônio Sérgio Lima da Silva - Paulo Sergio Lima da Silva - Desta feita, certifique o Diretor de Secretaria e entregue-lhe a certidão de dívida, cabendo à parte agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEANNE DE SA YAMADA (OAB 9998/AM) - Processo 0604075-29.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - EXEQUENTE: ADRIANO MENDONÇA BARRETO - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 43/44 antecedentes.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM) - Processo 0604119-14.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda e outro - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 423/424 antecedentes.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0604199-75.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - EXECUTADO: Hapvida Assistência Médica Ltda. e outro - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0604349-22.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otávio Raboni Júnior - REQUERIDO: Rubenilson Reis de Castro - Vistos, etc., DEFIRO o pedido de fls. 28-30. PAUTE-SE NOVA audiência de conciliação, intimando as partes envolvidas na pórfia. Lembro ao nobre causídico que todo e qualquer pedidos de redesignação de audiência, devem serem requerido no mínimo com trinta dias de antecedência, sobre pena de INDEFERIMENTO. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0604349-22.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otávio Raboni Júnior - REQUERIDO: Rubenilson Reis de Castro - De ordem, ficam as partes intimadas do seguinte termo: As partes acima nominadas requerem ao Juízo a redesignação do presente ato, considerando o(s) seguinte(s) motivo(s): o Requerente encontra-se ausente nesta comarca (fls. 28-30). Assim sendo, fica redesignada audiência de Instrução e Julgamento no vindouro dia 08/04/2019, segunda-feira às 11:00 h.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0604389-38.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: Eva Cleicimar Freitas de Moraes - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM) - Processo 0604615-09.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Raimundo Nonato Barroso da Silva - EXECUTADO: Confiance Recuperadora de Crédito Eireli-me - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 134/135 antecedentes.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140A/AM) - Processo 0604780-90.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Hilariane Adriana Pereira de Moraes - RECLAMANTE: Paulo Leal de Moraes - REQUERIDO: Mercadopago.com Representações Ltda e outro - Por todo o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de ressarcimento por danos materiais, para condenar o requerido Mercadopago a pagar aos requerentes o valor de R$ 208,12 (duzentos e oito reais e doze centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 21/04/2016. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55º da Lei 9.099/95.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0605106-84.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES BARROS E AGUIAR LTDA-ME - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 87/88 antecedentes.

ADV: EMMANUEL CHACON RODRIGUES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 7758/AM) - Processo 0606166-29.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: NÁDIA LÚCIA DA COSTA SOARES - EXECUTADO: Nice Veículos Ltda - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, procedo à intimação da parte Autora, na pessoa do(a) seu advogado(a), se constituído nos autos, para, querendo, manifestar se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça às fls. antecedentes, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 185, CPC) - (art. 1º, inciso XXIV, Provimento nº 63/02-CGJ).

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0606335-11.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Amanda Ribeiro da Silva - EXECUTADO: Cielo S/A - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 251/252 antecedentes.

ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11330/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0606704-05.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ruth Viana Oliveira - De ordem, fica designado o dia 07/03/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0606750-

43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Felipe Hadad Junior - REQUERIDO: O. D. Serviços de Construção Civil Ltda - Diante de todo o exposto, e tudo mais que dos autos consta, conheço da presente, para, mérito, julgar parcialmente procedentes os pedidos iniciais, para condenar a requerida, a pagar ao requerente, a importância de R$ 10.000,00, a título de reparação pelos danos morais, soma essa a ser corrigida monetariamente, pelo INPC, e com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar dessa data. Por oportuno, presentes os requisitos legais, concedo a tutela de urgência, determinando seja a requerida intimada para, no prazo de 15 dias, a contar da ciência da presente, providenciar a emissão e entrega do "habite-se" ao requerente, isso sob pena de multa diária de R$ 500,00, até o limite máximo de R$ 10.000,00. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais , escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. P.R.I. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. VANESSA LEITE MOTA Juiz de Direito

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0607101-98.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Financiamento de Produto - EXEQUENTE: Claudionor dos Santos Xavier - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, para que PROCEDA a juntada de NOVA PROCURAÇÃO do OUTORGANTE, concedendo poderes à OUTORGADA Maria Altamira de Souza; OAB/AM-6959, onde nesta procuração o "receber e dar quitação" se faça presente juntamente com os outros poderes, informações estas necessárias à efetivação da transferência do pagamento por meio de Alvará Eletrônico.

ADV: INGRID COELHO DA SILVA (OAB 8761/AM), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM) - Processo 0607173-56.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: HÉRCULES DOS SANTOS GARCIA - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 91/93 antecedentes.

ADV: ARAÚJO & BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 524201/AM) - Processo 0607311-86.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - EXEQUENTE: Leandro de Oliveira Lemos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, PROCEDA a juntada de NOVA PROCURAÇÃO do OUTORGANTE, concedendo poderes ao OUTORGADO: ARAÚJO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica, acompanhado com o (s) número (s) de inscrição (s) da OAB/AM e CNPJ (Pessoa Jurídica), informar os dados bancários (banco, agência, conta corrente com dígito), CPF do (s) advogados (s) constituídos, necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0607448-34.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Ruth Vasconcelos dos Santos - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Vanessa Leite Mota, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, INTIME-SE a parte exequente a fim de que forneça os dados bancários (banco, agência, conte-corrente com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, execetuando-se conta poupança criada em agência lotérica, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor incontroverso. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0607504-38.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Lei de Imprensa - EXEQUENTE: Geraldo Pereira do Nascimento Filho - EXECUTADO: Empresa de Jornais Calderaro Ltda - JORNAL ACRÍTICA - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. antecedentes.

ADV: VIVIAN SILVA DE MORAIS (OAB 12274/AM) - Processo 0607833-16.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - EXEQUENTE: Maria dos Santos Ferreira - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Vanessa Leite Mota, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, INTIME-SE a parte exequente a fim de que forneça os dados bancários (banco, agência, conte-corrente com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, execetuando-se conta poupança criada em agência lotérica, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor incontroverso. Cumpra-se.

ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM) - Processo 0607888-93.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rodrigo Freitas Oliveira - RECLAMADO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM) - Processo 0608204-77.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Célio Alves de Brito - De acordo com o Código de Normas e o art.203, §4º do CPC/15, bem como no disposto no art. 1º do provimento nº 63/02 da CGJ/AM, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o a parte Requerente intimado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o AR Negativo de fls. antecedentes, e requerer o que entender de direito, no prazo, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0608237-96.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

- RECLAMANTE: Lucimar Avelino Queiroz - RECLAMADO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela requerente para declarar inexistente o débito que motivou a negativação e condenar a requerida a pagar à requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Julgo procedente o pedido para condenar a requerida a excluir o nome da requerente do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608333-14.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daniel Reis Ramos, - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo requerente para declarar inexigível o débito que motivou a negativação ora impugnada e para condenar a requerida a pagar ao requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Condeno a requerida a excluir a inscrição no cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0608376-48.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria das Gracas Valente - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da autora. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608437-06.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Claudia Lima de Lima - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante de todo o exposto, e tudo mais que dos autos consta, rejeito a preliminar levantada em contestação, e no mérito julgo improcedentes os pedidos iniciais. É a decisão. Sem custas, salvo recurso. P.R.I.C. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Vanessa Leite Mota Juíza de Direito

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0608485-62.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Tony Alves da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, homologo o reconhecimento da procedência parcial do pedido de revisão de débitos, nos termos da revisão efetuada pela requerida, e, na parte que permanece controversa, julgo-o improcedente. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Julgo extinto sem resolução do mérito o pedido contraposto, com fundamento no art. 51, IV, da Lei n.º 9.099/95. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608508-08.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lucilene Soares Macedo - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A Vivo S/A - Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora. Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608511-60.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - RECLAMANTE: Jucinery da Silva Serra - RECLAMADO: Telefonica Brasil S/A Vivo S/A - REQUERIDO: Vivo S/A - Diante de todo o exposto, e tudo mais que dos autos consta, rejeito a preliminar levantada em contestação, e no mérito julgo improcedentes os pedidos iniciais. É a decisão. Sem custas, salvo recurso. P.R.I.C. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Vanessa Leite Mota Juíza de Direito

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608715-07.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elizama Cavalcante Gomes - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Diante de todo o exposto, e tudo mais que dos autos consta, rejeito a preliminar levantada em contestação, e no mérito julgo improcedentes os pedidos iniciais. Por oportuno, restando configurada a conduta descrita no art. 80, II, do CPC, condeno a autora por prática de litigância de má-fé impondo-lhe multa correspondente a 2% do valor da causa, soma esta que deverá ser revertida em favor da parte requerida. Deixo de condenar o requerente em custa e honorários em razão do disposto da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Vanessa Leite Mota Juíza de Direito

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0608930-17.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Eloy Lima Menezes - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 391/392 antecedentes.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0608967-10.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Allinson dos Santos Souza - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Vanessa Leite Mota, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, INTIME-SE a parte exequente a fim de que forneça os dados bancários (banco, agência, conte-corrente com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, execetuando-se conta poupança criada em agência lotérica, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor incontroverso. Cumpra-se.

ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: ANDRE RICARDO MUCHALSKI (OAB 35874/SC) - Processo 0609084-98.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Mirlane Silva dos Santos Araújo - REQUERIDO: Instituição e Densino Leonardo da Vinci - Uniasselvi - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido da requerente para

declarar inexigíveis os débitos pendentes referentes à matrícula, declarando nulo o contrato, porém julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0609243-41.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Darcleine Farias - RECLAMADO: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA - De ordem, fica designado o dia 21/03/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0612207-41.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Ronaldo Santos Gomes - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 143/144 antecedentes.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0614207-14.2017.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Yolanda Rodrigues do Carmo - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se sobre a referida consulta, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de valores na(s) instituição(ções) em que possui o(a) Executado(a) na(s) conta(s) em consulta ao BACENJUD. De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 50/51 antecedentes.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Alexssander Amaral da Silva (OAB 12968/AM)
Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB 33980/PE)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andre Ricardo Muchalski (OAB 35874/SC)
ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Araújo & Barbosa Advogados Associados (OAB 524201/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Bruna de Lima Cavalcanti (OAB 25147/PE)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Diana Silva do Nascimento (OAB 13369/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140A/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emmanuel Chacon Rodrigues Carneiro de Albuquerque (OAB 7758/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Escalone Manrarin de Souza Pinheiro (OAB 13277/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Ewerton Barroso de Souza (OAB 13425/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fabrício Nedel Scalzilli (OAB 44066/RS)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Francisco Monteiro do Nascimento (OAB 12149/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11330/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Ingrid Coelho da Silva (OAB 8761/AM)
Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB 68625/RS)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jessica Cristina Pereira de Queiroz Protásio (OAB 1631/RR)
João Rodrigo Augusto da Silva Junior (OAB 8650/AM)
JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Josemara Souza Diniz da Silva (OAB 7161/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
LEANNE DE SA YAMADA (OAB 9998/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)

Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Oziel Pinto da Silva (OAB 5455/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Júnio Leandro de Oliveira (OAB 10250/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rosquild Azedo Omena (OAB 605A/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Vera Lúcia de Souza (OAB 14712/PE)
VERUSK DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 27070/PE)
Vivian Silva de Morais (OAB 12274/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0048/2019

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606511-87.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Denielle Macena da Silva - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM) - Processo 0606724-93.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valcinei da Costa Alves - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0607231-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Marizo Conrado de Oliveira - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

ADV: RAFAEL FURTADO AYRES (OAB 17380/DF) - Processo 0607237-61.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Amanda Mayara de Souza Maciel - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

ADV: JAIRO SANDREY ISRAEL SANTANA (OAB 6765/AM) - Processo 0608045-66.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Gboex-gremio Beneficente - Ace Seguradora S.a - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Jairo Sandrey Israel Santana (OAB 6765/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Rafael Furtado Ayres (OAB 17380/DF)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO SOARES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCO AURÉLIO CABRAL CASTRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2019

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0200772-79.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: UNOPAR - EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM) - Processo 0200871-49.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BGN S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2º., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140A/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: MARIANNA LIRA DA ROCHA (OAB 11244/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0200978-64.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Marivaldo Coriolano de Souza - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Hapvida Assistência Médica Ltda. - Dessa forma, em que pese os argumentos trazidos pela Embargante, entendo que, verdadeiramente, não há, obscuridade ou contradição a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados foram precisos e objetivos. Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados qualquer dos vícios previstos no art. 48 da Lei 9.099/95. No mais, prossiga-se a execução em seus ulteriores termos. P.R.I. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0201108-83.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: ITAÚ CONSIGNADO S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0201144-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Chico dos Pneus (F. A. B. Costa Lima e Cia. Ltda) - Acautelo-me quanto ao deferimento do pedido de gratuidade judiciária do recorrente às f. 54, por não estar convencido da fragilidade financeira da parte a ponto de impossibilitá-lo dos pagamentos do preparo e das custas. Convém lembrar, que a presunção de veracidade da alegação de insuficiência financeira só se deduz, exclusivamente, nos casos de pedido formulado por pessoa natural, conforme fundamento do § 3º, do art. 99, do CPC. Posto isto, concedo ao recorrente, ao arrimo do art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95, o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da ciência desta para comprovar o preenchimento dos pressupostos para a concessão da gratuidade judiciária, ou para que proceda os devidos pagamentos, sob pena de deserção. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0201542-72.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nelson Rodrigues do Nascimento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DISPOSITIVO Posto isto, em consequência de tudo que se expôs e com fincas no que preconizam os art. 5o, inciso X da CF; 186 e 927, parágrafo único, do CCB-Lei 10.406/2002; inciso VI, do art. 6o e 14 do CDC/Lei 8.078/90 e 5º e 6º da Lei 9.099/1995, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., a pagar ao autor NELSON RODRIGUES DO NASCIMENTO a quantia de R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) a título de reparação moral, acrescida de juros de mora de 1% e atualização monetária a contar desta data. Como extensão deste decreto, declaro inexigíveis as faturas no valor de R$ 1.607,94 (um mil, seiscentos e sete reais e noventa e quatro centavos), vencida em 09/11/2018, bem como a de R$ 1.400,95 (um mil e quatrocentos reais e noventa e cinco centavos), vencida em 10/01/2019, que devem ser retificadas com base na média de consumo do autor dos últimos seis meses anteriores ao problema, o que deverá ser comprovado nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais). Condeno, ainda, a ré, nas obrigações de trocar o medidor da UC do autor e de cancelar toda forma de cobrança que estiver em andamento com lastro no questionado ato ilícito, no mesmo prazo e sob igual sanção por dia de descumprimento. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB 1111A/AM), ADV: JÚLIO CESAR GOULART LANES (OAB 46648/RS), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM) - Processo 0201586-62.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Adriana da Silva Barroso - EXECUTADO: CARTAO RENNER (bandeira VISA) - Assim, a fim de suprir tal contradição, acolho os embargos declaratórios para no dispositivo, fazer constar somente que: “Posto isto, julgo procedente os presentes embargos a execução e, em cumprimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para reduzir em 50% (cinquenta por cento) o valor da multa em tela à quantia de R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais)”. No mais, prossiga-se a execução em seus ulteriores termos. P.R.I. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM) - Processo 0201706-37.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Joedi Porto Mesquita - Condutor e outro - Trata-se de pedido de redesignação de audiência, formulado pela parte requerida às f. 33/34, devidamente justificado. Portanto, redesigno audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 11/03/2019 às 08:30h. Intimem-se.

ADV: FABRÍCIO NEDEL SCALZILLI (OAB 44066/RS), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: MAURICIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT (OAB 68625/RS), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0202186-20.2015.8.04.0092 (apensado ao processo 0602214-25.2013.8.04.0016) (processo principal 0602214-25.2013.8.04.0016) - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Raquel de Souza Rolim - EXECUTADO: CARGILL AGRÍCOLA S/A - Dessa forma, em que pese os argumentos trazidos pela Embargante, entendo que, verdadeiramente, não há, omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados foram precisos e objetivos. Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados qualquer dos vícios previstos no art. 48 da Lei 9.099/95. No mais, prossiga-se a execução em seus ulteriores termos. P.R.I. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0202573-98.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Claro S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 5.099,79 (cinco mil, noventa e nove reais e setenta e nove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA DE ROSSO AFONSO (OAB 195972/SP), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM) - Processo 0203118-76.2013.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco Santader (Brasil) S.A. - Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados qualquer dos vícios previstos no art. 4848 da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: RAQUEL TAVARES NEVES (OAB 13315/AM), ADV: PAULO RENATO RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 9644/AM), ADV: ÉRICA OLIVEIRA GOMES (OAB 11392/AM) - Processo 0203285-25.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - LITSATIVA: Eliana Araujo da Silva - EXEQUENTE: Ismael Rodrigues de almeida - LITSATIVO: Carlos Cesar Melo Vizitação - EXECUTADO: Welington Picanço de Oliveira - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS DO DEVEDOR de f. 189/198, termos em que determino o prosseguimento da execução até a efetiva satisfação do débito remanescente, com as providências daí decorrentes. Custas pelo embargante, ex vi do art. 55, parágrafo único, II, da Lei n. 9.099/95.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: HELY DE SOUZA PINHEIRO (OAB 5720/AM) - Processo 0600172-61.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Hely de Souza Pinheiro

- EXECUTADO: TNL PCS S/A - Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados quaisquer dos vícios previstos no 48 da Lei 9.099/95. No mais, prossiga-se a execução em seus ulteriores termos. P.R.I.C. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: AGENOR DE SOUZA LIMA (OAB 12863/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0600227-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alessandra Ferreira Pinheiro - Intime-se o(a) autor(a) para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte requerida, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0600227-75.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Niege Passos Fonseca - EXECUTADO: Trivial Festas & Eventos - Rita Cecília Ramos Ramalho - Rian Ramos Ramalho de Castro - Sendo assim, face à manifestada confusão patrimonial entre a empresa executada e seu sócio, eis que não há bens em nome da empresa, tampouco, numerário em conta bancária desta, estendo aos bens particulares do sócio, a obrigação debitória. Isto posto, defiro o pedido de f. 139-140. Cite-se o(s) sócio(s) atingido(s) pela desconsideração da personalidade jurídica para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação. Cite-se.Cumpra-se.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM) - Processo 0600327-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Moisés Oliveira da Costa - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0600566-97.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Allegro Residencial Club - EXECUTADA: Andrea da Cunha Cidade - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 7.740,77 (sete mil, setecentos e quarenta reais e setenta e sete centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0600645-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rosevana Regis Barreto - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM) - Processo 0600645-47.2016.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: MOACIR BARBOSA DE CASTRO - Intimem-se as partes para se manifestarem acerca do bloqueio judicial do veículo de placa JWP5860, em 05 (cinco) dias. Após, com ou sem a manifestação destes, façam-se os autos conclusos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0600662-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ivanilde Almeida dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 16/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600703-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Sergio Gomes Rodrigues, - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 16/05/2019 às 09:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600704-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Junior Pereira Picanco - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 16/05/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600707-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Zenilda Lopes da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 16/05/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600711-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Vania Kelly Rodrigues - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600929-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alcinda Carvalho de Souza - Em razão disto, faço consignar que, em sua redação o art. 485, VI do CPC diz: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: VI - Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual Nesta senda, é certo que os documentos acostados aos autos pela parte autora e a narrativa fática demonstram sua ilegitimidade quanto ao assunto desta lide. Posto isto, ratifico a sentença de f. 22 e indefiro o pedido de reconsideração. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0600977-43.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Deise de Sousa Lopes - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0600983-

21.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: JAMES OLIVEIRA DE MORAES - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Dessa forma, em que pese os argumentos trazidos pela Embargante, entendo que, verdadeiramente, não há omissão a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados foram precisos e objetivos. Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados quaisquer dos vícios previstos no 48 da Lei 9.099/95. No mais, prossiga-se a execução em seus ulteriores termos. P.R.I.C. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0601182-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Maria de Nazare Almeida Rosa - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 16/05/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0601186-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Paula Carmo da Silva, - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 16/05/2019 às 09:15h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0601188-79.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/s Ltda. - Intime-se o(a) autor(a)/exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte requerida/executada Antônio Pedro da Luz Gonçalves. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM) - Processo 0601192-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Tec Maxi Comercio e Serviços Ltda - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA LACI DOS SANTOS (OAB 7601/AM) - Processo 0601196-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Geni Delecrode de Melo - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HONORATO FERNANDES DE MELO NETO (OAB 10248/AM) - Processo 0601208-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ednilson Costa de Souza - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 17/05/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: GABRIEL SERRAO GOMES (OAB 12487/AM) - Processo 0601210-40.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Carlos Alberto de Oliveira Barroso - EXECUTADO: Ddtotal Gfi Arranjos de Pagamentos S/A - Lojão do Queima - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.140,28 (três mil, cento e quarenta reais e vinte e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0601211-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Pereira de Jesus - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 16/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0601217-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wendell Kjellen F. Perrone - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 16/05/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0601267-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: C. dos Santos Marialvo de Souza Me - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0601273-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jossiane Lima da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 21/05/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0601275-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alciléia Santos de Souza - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0601276-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rosilene Vieira Oliveira - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade, cpf e declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência constante dos autos, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM), ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM) - Processo 0601311-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Reynald Correa Matos - Por esta razão, determino

que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THEMISTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM) - Processo 0601322-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cadastro de Inadimplentes - CADIN - REQUERENTE: Themistocles Arthemis Rodrigues Brandão - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade, cpf e declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência constante dos autos e cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SUANNE MALU PAIAO FERREIRA (OAB 1294/RR) - Processo 0601324-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fonseca e Ramos Ltda Me - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente) e Opção do Simples Nacional(Obtida no site da Receita Federal), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÉDER ODILON DE SOUZA BELÉM (OAB 12486/AM) - Processo 0601335-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Aldira de Araujo Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0601345-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Karina da Silva Lima Galvão - Edmilson Gomes Galvão Júnior - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia legível da carteira de identidade e cpf do autor Edmilson Gomes Galvão Junior e de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601356-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jaleison Rodrigues da Mata - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0601386-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Castro Bernardes - A teor do exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, e o faço com arrimo no art. 485, V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, salvo recurso.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0601470-54.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Dental Saúde - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601796-77.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Nilda Almeida de Freitas - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Assim, a fim de sana tal equívoco, acolho os embargos declaratórios para anular as certidões de f. 197 e 228 e a decisão de f. 229. Por conseguinte, recebo o recurso interposto às f. 198/227, bem como defiro gratuidade judiciária pleiteada pela recorrente. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. P.R.I.

ADV: MAURA CARVALHO MARANHÃO (OAB 12135/AM) - Processo 0601811-46.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Rosilene Torres da Silva - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 141/145. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0601859-05.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leonor Paula de Carvalho - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601896-32.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Club - Tendo em vista a certidão de f. 145, intime-se a parte autora para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da requerida Dayllam Regina Marques Soares, sob pena de extinção do processo. Intime-se.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 100945/RJ), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM) - Processo 0602106-20.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Virginia Paulino Cavalcante - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Trata-se do pedido de f. 389/392, cobrança de multa e devolução de valores descontados. Perlustrando os autos, verifico que o autor juntou o contracheque, conforme determinação de f. 387/388, comprovando o desconto indevido do mês de março/2018. Decido Conforme sentença de f. 311/312 o banco executado teria de abster-se de efetuar os descontos no holerite da autora, sob pena de multa de R$ 500,00 reais por desconto, sendo declarada inexigível a dívida em questão. Tendo em vista que o Acórdão confirmou a sentença de 1º grau e que às f. 382/392 a exequente comprova que os descontos foram efetuados, desta forma, defiro parcialmente o pedido da autora, para que os valores indevidamente descontados sejam devolvidos de forma simples, em conformidade com a certidão de cálculo de f. 400, tendo em vista já existir a penalidade da multa contra o réu. Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 1.815,00 (um mil e oitocentos e quinze reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e

bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FERNANDO SERPA NETO (OAB 13416/AM) - Processo 0602154-42.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: José Fernando Serpa Filho - Considerando a expedição do alvará de f. 212-213, verifico que não há valores a serem levantados em favor do exequente. Diante de tal fato, indefiro o pedido de f. 214. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0602244-50.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Manoel Bezerra Gomes - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre o documento de f. 58/60. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602273-37.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0602298-16.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jaure Santos de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0602323-29.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Claro S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 5.034,22 (cinco mil, trezentos e quatro reais e vinte e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0602387-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: I B de M Cardoso - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente), Contrato Social e cópia do documento de identificação pessoal dos sócios administradores, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0602655-98.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: ARELY SILVA DOS SANTOS - EXECUTADO: Oi S/A - Cuida-se de pedido de retirada do nome da requerente dos órgãos de serviço de proteção ao crédito SPC/SERASA, bem como da baixa no protesto junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Decido. Já foi reconhecido o direito líquido e certo da parte autora, inclusive por sentença transitada em julgado, no sentido de que não mais seria exigível o pagamento da fatura de vencimento 01/03/2015. No entanto, a parte exequente alega que a requerida não cumpriu com o que fora determinado, e continuou a cobrar pelo débito ensejo da questão. A parte executada por sua vez, juntou aos autos comprovantes que declaram o devido cumprimento da obrigação de fazer, não se fazendo mais necessária a imposição de multa, tendo em vista que o objeto da lide já fora dirimido. Diante de tal fato, determino a baixa e o arquivamento dos autos. À secretaria para providências.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB 11672/AM) - Processo 0602977-16.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antônia Kely Araújo Bezerra - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Considerando o trânsito em julgado da sentença, bem como a certidão exarada pela Secretaria às f. 171, deixo de receber o recurso por ter sido serôdio em sua interposição. Intime-se. Após, mantenham-se os autos encerrados.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0602979-83.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edileuza Ribeiro de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se do pedido de multa, referente a decisão de f. 134. Perlustrando os autos, verifico que a intimação da ré se deu dia 10/01/2019, porém devido o recesso dos advogados que finalizou dia 21/01/2019, o sistema entende que o prazo iniciou somente dia 20/01/2019. O réu cumpriu com a obrigação dia 21/01/2019, isto dentro do prazo estipulado na sobredita decisão. Desta forma, não há no que se falar em multa, tendo em vista que a ré cumpriu a determinação estipulada, dentro do prazo. Aguarde-se a finalização do prazo para embargos, em conformidade com a decisão de f. 118, para elaboração de alvará eletrônico do valor penhorado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LIA CAROLINA SANTOS DA SILVA (OAB 6874/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0603133-72.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: JOSÉ EUDES DE CARVALHO LIMA - EXECUTADO: ANDRE LUIZ MOURA DE ABREU e outro - Dispositivo Ante o exposto, não conheço dos Embargos à Execução interpostos pelo executado. Prossiga-se com a execução em seus ulteriores termos. P.R.I. Manaus, 15 de fevereiro de 2019 Francisco Soares de Souza Juiz de Direiro

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603418-94.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Ubiratan Laudelino - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em razão disto, faço consignar a redação do art. 3º caput e §1º, do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, in verbis: Art.3º - O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; b) Nos Juizados Especiais Criminais, no valor de R$ 130,00. §1º - No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também, recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Nesta senda, é certo que a ausência de comprovação do recolhimento das custas processuais, no prazo estatuído no sobredito provimento, enseja na deserção do recurso interposto. Posto isto, indefiro o pedido de reconsideração e ratifico a decisão interlocutória de f. 303. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: CAMILLA AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 12777/AM) - Processo 0603501-13.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ivanilson Lira Rocha - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - Assim, a fim de sanar tal contradição, acolho os embargos declaratórios para tornar sem efeito a sentença extintiva de f. 99. Ademais, examinando a petição formulada pelo autor às f. 104/106 na qual consta o suposto descumprimento da condenação, determino o prosseguimento da execução. P.R.I.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0603636-59.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Marcia Lucia Rodrigues Meteles - Tendo em vista que a consulta via RENAJUD restou infrutífera, pois não encontrou bens livres (f. 91), intime-se a parte exequente para, em 15 dias, indicar bens penhoráveis do executado, sob pena de o processo ser extinto, nos termos do Art.53, §4º da Lei 9.099/95.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0603804-32.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: LUCILENE SOARES DA COSTA - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 7.381,10 (sete mil, trezentos e oitenta e um reais e dez centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603804-32.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: LUCILENE SOARES DA COSTA - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Retifico a decisão de f. 316, tendo em vista o equívoco no momento da juntada do cálculo, sendo que o documento de f. 315 não faz parte dos presentes autos, pelo que reconheço como valor devido o de R$ 10.892,97 (dez mil, oitocentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos). No mais, mantenho incólume a sobredita decisão. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ALLAN SORELLY DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 10143/AM), ADV: PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM) - Processo 0603880-85.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Jb Veículos - Jb Comercio de Veiculos Ltda - Epp - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 43.400,00 (quarenta e três mil reais e quatrocentos centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603961-34.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.977,25 (três mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: EDIMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 13556/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0603972-29.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Railete Bernardo da Silva Marques - Marcio Jose Lopes Marques - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM), ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0604026-92.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vandeci Moura Dourado - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista que já houve a satisfação integral do débito, conforme mostra o bloqueio judicial de f. 127, e o alvará em favor da exequente de f. 138/139, defiro o pedido de f. 140, haja vista a duplicidade de pagamento. Intime-se o réu para indicar dados bancários com a finalidade de expedir-se alvará eletrônico em seu favor. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA CARDOSO MOREIRA (OAB 12008/AM) - Processo 0604040-13.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Braz Amorim Cardoso - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: SANDRA HENRIQUE CALHEIROS - Processo 0604045-69.2016.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: MARCU'S ART'S E MOVEIS AMBIENTE PLANEJADO - Analisando detidamente os autos, noto que após consultas por meio do sistemas BACENJUD, RENAJUD e diversos mandados de penhora e avaliação foi penhorada somente a quantia de R$ 146,08 (cento e quarenta e seis reais e oito centavos). Diante das tentativas infrutíferas, a parte exequente requereu medidas atípicas de execução, visando compelir o devedor a efetiva satisfação ou pagamento de crédito, no entanto, em observância ao Princípio da menor onerosidade, o pedido foi acautelado, dando continuidade com a pesquisa via Infojud, o qual também restou ineficiente. No entanto, visando a satisfação do crédito, e a inércia do executado quanto a quitação da dívida, o que evidencia que o devedor faz pouco caso com o que foi determinado por este Juízo, de modo que, esgotadas as medidas típicas, deve ser assegurado ao exequente a fruição de outras medidas indispensáveis a concretude e a eficácia plena da tutela jurisdicional. A respeito do tema, destaco: TJMG-0778707) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. MEDIDAS ATÍPICAS PARA A EFETIVAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL. ART. 139, IV, DO CPC/15. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E MENOR ONEROSIDADE AO DEVEDOR. OBSERVÂNCIA NECESSÁRIA. I - Segundo o disposto no inciso IV do art. 139 do Código de Processo Civil de 2015, pode o juiz determinar medidas atípicas para a efetivação das suas decisões, de acordo com as peculiaridades do caso concreto. II - A aplicação de medidas coercitivas para que o pagamento da dívida seja devidamente efetuado devem observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da menor onerosidade ao devedor. (Agravo de Instrumento nº 0237853-32.2017.8.13.0000 (1), 10ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Vicente de Oliveira Silva. j. 30.05.2017, Publ. 05.06.2017). Considerando o teor do pleito de f. 91-93, a retenção da CNH, por outro lado, não prejudica o direito de ir e vir do devedor, que pode ser alcançado por outros meios, servindo apenas de estímulo para que os inconvenientes advindos da medida possam ser superados pelo adimplemento da obrigação a que se vincula a restrição. A vista do exposto, defiro o pleito de f. 91-93, na esteira do art. 139, IV, do CPC, para o fim de determinar a retenção da CNH do devedor como medida judicial atípica. A medida excepcional, ora adotada, vigorará até a efetiva satisfação do saldo devedor remanescente, após deverá ser imediatamente desfeita, pelos meios forenses mais eficazes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0604428-13.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Sharley Anselmo Monteiro - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Por conseguinte, sendo seródia tal comunicação, não há o que se falar em atos nulos no que tange ao cumprimento da sentença, a qual foi satisfeita antes de qualquer comunicado. Isto posto, rejeito de plano a exceção de pré-excecutividade. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0604680-79.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Amadeus de Souza Nascimento - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Considerando o trânsito em julgado da sentença, bem como a certidão exarada pela Secretaria às f. 252, deixo de receber o recurso por ter sido serôdio em sua interposição. Intime-se. Após, mantenham-se os autos encerrados.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0604749-48.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Sky Brasil Serviços Ltda - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORENCIO (OAB 5316/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0604796-85.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josinaldo Falcão Carvalho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Deixo de receber o recurso por ter sido serôdio em sua interposição, consoante certidão exarada pela Secretaria às f. Retro. Intime-se. Após, mantenham-se os autos encerrados.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0604818-46.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alexandre Magno Praiano de Souza - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados qualquer dos vícios previstos no art. 48 da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0604965-72.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: José Isaac Pazuello - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença formulado pela parte exequente. Aduz o exequente que as faturas referentes aos meses de abril de 2018 até julho de 2018, não foram retificadas. Aberta vista à parte executada para que comprovasse o cumprimento da obrigação, esta em sua defesa anexou às f. 153/154 petição afirmando que o autor está equivocado quanto as alegações de f. 140/142, tendo em vista que este já comprovou sua obrigação de fazer às f. 132/139, em conformidade com a sentença de f. 125/129. Compulsando os autos noto que as faturas ora contestadas pela parte exequente, de fato já foram retificadas, conforme a sentença de f. 125/129, não havendo mais obrigações em aberto, tendo em vista que os meses anteriores ao problema são outubro de 2017 até março de 2018. Diante do exposto, indefiro o pedido de execução de multa. Intime-se.Arquivem-se.

ADV: JÉSSICA SÍLVIA LIMA DA COSTA (OAB 9988/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MONIKE RAMOS RODRIGUES (OAB 7877/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0605248-03.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação /

Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: EDIVALDO MARTINS DA SILVA - EXECUTADO: Amil - Assistência Médica e Odontológica - Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados qualquer dos vícios previstos no art. 48 da Lei 9.099/95. No mais, prossiga-se a execução em seus ulteriores termos. P.R.I.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605276-63.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Altemar Reis Guedes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Examina-se manifestação da Ré de f. 536/538, em que pretende a remessa destes autos ao substituto legal deste magistrado, alegando exceção de impedimento nos processos em que a requerida for parte, sob pena de nulidade. Neste contexto, impende consignar, de logo, que, os autos de nºs. 0607284-81.2016.8.04.0092 e nº0600951-79.2017.8.04.0092 que tramitavam perante a 14ª Vara do Juizado Especial Cível, nas quais este magistrado e a parte requerida figuravam como partes foram baixados definitiva e respectivamente em 20/07/2018 às 10:51 e 22/10/2018 às 14:58, portanto ora inexistindo o alegado impedimento. Posto isto, indefiro o sobredito pleito e recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB 422A/AM) - Processo 0605367-56.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luiz Alberto Lobato - REQUERIDO: Oi S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: CLEBER MAIA DA SILVA (OAB 196739/SP), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM) - Processo 0605451-57.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: J M Gurgel - Eireli - Metalúrgica Trapp Ltda. - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 488,71 (quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0605516-52.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paloma Castro Rego - REQUERIDO: Centro Univerisitário Nilton Lins - Com base nas razões acima delineadas, acolho parcialmente os presentes embargos para reconhecer a omissão apontada na decisão de f. 110, e ratificar o não recebimento do recurso inominado de f. 91/104, eis que deserto diante da falta de pagamento integral do preparo recursal e custas judiciais, consoante regramento do art. 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95 c/c art. 3º, alínea a, II e §1º, do provimento nº 256 da CGJ/AM. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: CARINE TERESA LOPES DE SOUZA POSSIDÔNIO (OAB 12656/AM) - Processo 0605569-67.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Altevir Silva de Oliveira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De início, noto que o embargante deduziu sua pretensão sem estar procedida a segurança do juízo. Sobre o tema diz o Enunciado 117 do FONAJE: É obrigatória a segurança do juízo pela penhora para a apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado. Sendo assim, o embargante não cumpriu com os requisitos de admissibilidade dos Embargos. Vale ressaltar que os requisitos de procedibilidade dos Embargos à Execução estão previstos no art. 52, IX, da lei 9.099/95 e não no Código de Processo Civil, consoante o Enunciado 121 do FONAJE. Dispositivo Ante o exposto, não conheço dos Embargos à Execução interpostos pelo executado. Prossiga-se com a execução em seus ulteriores termos.

ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM), ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM) - Processo 0605700-08.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria dos Remedios Neres-me - REQUERIDO: Rb Marketing Digital Ltda.-me - Dispositivo À guisa do expendido, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização moral para condenar a ré, ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos moldes dos artigos 5º, incisos V e X, da C.F./88, 14 do C.D.C e 186 do C.C.B. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Julgo procedente o pedido de devolução do indébito para condenar a requerida ao pagamento de R$ 2.912,00 (dois mil, novecentos e doze reais), conforme fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Declaro o cancelamento do contrato, objeto da presente lide. Declaro inexigível o débito ensejo da presente. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605753-86.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0605797-08.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Veranice da Costa Pinto - REQUERIDO: P. L. de Oliveira & Cia. Ltda. (Residencial Modulados) - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026, do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605838-72.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-

se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0605847-34.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Clycia Paula de Oliveira Souza - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Assim, a fim de sanar tal equívoco, acolho os embargos declaratórios para anular as certidões de f. 208, 214 e a decisão de f. 215. Por conseguinte, recebo o recurso interposto às f. 209/213, bem como defiro a gratuidade judiciária pleiteada pela recorrente. Intime-se a recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. P.R.I.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0605854-26.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO PAOLIELLO (OAB 80702/MG), ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0605879-39.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Arlindo Batista do Nascimento - REQUERIDO: Familia Bandeirante Previdencia Privada - Considerando o trânsito em julgado da sentença, bem como a certidão exarada pela Secretaria às f. 92, deixo de receber o recurso por ter sido serôdio em sua interposição. Intime-se. Após, mantenham-se os autos encerrados.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605923-58.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Matilde Viana de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0605971-17.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Alain Delon Oliveira Rosa - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM) - Processo 0605973-21.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ricardo Costa Palheta - Em razão da inadequação da via eleita quanto a interposição do sobredito recurso, observo a não aplicação do princípio da fungibilidade, este corolário da instrumentalidade das formas art. 277 CPC, in verbis: Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade. E do aproveitamento dos atos processuais Art.283, parágrafo único, in verbis: Art. 283. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais. Tal Principio consiste na possibilidade do julgador aproveitar um recurso interposto de forma equivocada pelo recurso adequado, ou seja, a substituição de um recurso por outro para evitar a sua inadmissibilidade. Para tanto, vislumbra-se a necessidade que dois requisitos estejam presentes, quais sejam, dúvida objetiva quanto à natureza jurídica da decisão a ser recorrida (divergência doutrinária ou jurisprudencial), inexistência de erro grosseiro por parte do advogado, o qual não poderá interpor recurso pelo meio diverso da forma que a lei explicitamente determina, restando esses notadamente ausentes. Posto isto, havendo erro na interposição de recurso de Apelação, quando o cabível seria o Recurso inominado, deixo de receber o referido recurso, eis que deserto. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606022-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Herculano Lopes Curico - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o reclamado ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Improcedente o pedido de indenização por danos materiais. Declaro inexigível a dívida decorrente do contrato aqui analisado e determino ao requerido que se abstenha de efetuar novos descontos rubricados “BIB CARTÃO 10” , no contracheque do autor, sob pena de multa de R$ 300,00 por desconto indevido. Sem custas e honorários, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, receberei o recurso em seu duplo efeito, de logo ficando autorizada a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.

ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM) - Processo 0606153-03.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jone Wilkerson da Costa Figueredo - Intime-se a parte requerente para, em 24h, juntar postagens na internet, facebook ou whatsapp, onde constem as ofensas alegadas na inicial. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0606192-97.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carla Kelly Ramos de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606438-93.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Euglair de Abreu da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2º do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: BRUNO MORAES MONTEIRO (OAB 12037/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0606643-25.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Leonidas de Vasconcelos Pessoa Netto - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos da exordial, em consonância com os aludidos motivos, haja vista que não se delinearam os pressupostos da responsabilidade civil (art. 927 do CCB). Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0606649-66.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 6.857,24 (seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0606689-82.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - Posto isto, ordeno que se expeça o competente alvará judicial para o levantamento da importância ora destacada e, posteriormente, matenham-se os autos na mesma situação de extinto/arquivado, do modo que estava antes. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM) - Processo 0606705-02.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Milene da Silva Canellas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Banco Bradesco S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedente os embargos interpostos, para reconhecer a existência de omissão quanto a inclusão no dispositivo que: Declaro Lícita a cobrança efetuada pelos Banco Bradesco S/A e Banco Bradesco Financiamento S/A referente ao contrato de nº 734975171, firmado em 11/01/2013, com parcelas no valor R$ 190,49, devidas até a data de 20/02/2021. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606711-09.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Aguinaldo Pereira Dias - EXECUTADO: Itaú Unibanco S/A - Trata-se de pedido de execução de valor remanescente veiculado às f. 204. Perlustrando os autos, verifico que o réu tinha 15 dias para realizar o pagamento voluntário, conforme determina a decisão de f. 185. Na data de 11/01/2019 foi realizado tal pagamento, porém não se juntando aos autos o devido comprovante, razão por que feito o bloqueio judicial via Bacenjud de f. 190. No entanto, verifica-se no boleto juntado às f. 195/198, que o depósito foi realizado em tempo hábil, por conseguinte o valor penhorado deve ser desbloqueado, justo por não inexistir valor remanescente em favor do autor. Desta feita, indefiro o pedido de que se cuida. Intimem-se. Cumpra-se. Arquivem-se.

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0606770-60.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eliete da Silveira Vieira - REQUERIDO: Supermercado Atack - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 01/03/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0606791-36.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Meire Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - União Brasileira de Assistência dos Servidor Públicos - Unibras - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: TIAGO CARDOSO DOS SANTOS DA COSTA (OAB 7870/AM), ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606825-11.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria da Conceição Mendonça Neves - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Converto o julgamento em diligência, e o faço ao entendimento de que faz-se necessária Inspeção Judicial no local do conflito, em razão de mostrar-se essencial estabelecer-se em grau de certeza se ali existe estação de tratamento de esgoto ou sistema equivalente, de moldes a viabilizar um justo e seguro julgamento. De efeito, designo o servidor deste juízo, que entendo apto ao mister, Antônio Rocha de Oliveira, para envidar inspeção judicial no local em que se encontram os terrenos, no dia 15 de março de 2019, às 12:00h. Informe-se o Servidor acima mencionado. Dê ciência às partes. Após a juntada do relatório, v. conclusos imediatamente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0606828-63.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Nonato Oliveira da Silva - Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais para condenar o requerido ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB e 14, caput do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data. Declaro inexigível a divida, ensejo da presente. Sem custas e honorários, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, receberei o recurso em seu duplo efeito, de logo ficando autorizada a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606872-82.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Suely Farias da Costa - Intime-se a parte requerente para em 24h juntar as faturas questionadas na exordial, assim como os comprovantes de pagamento. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM) - Processo 0606939-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange de Souza Elias - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Pelo exposto, condeno o requerido ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais. Juros de 1 % ao mês e correção monetária a contar desta data. Declaro inexigível o débito ensejo da presente no valor de R$ 5.766,85 (cinco mil setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), consoante fundamentação. Sem custas e honorários, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, o receberei em seu duplo efeito, de logo autorizada a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias e, vencido tal prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0606986-21.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Virginia Paulino Cavalcante - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S/A - Banco BMG S/A - Posto isto, indefiro o pedido de majoração e ratifico as decisões interlocutórias às f. 148 e f.153. Intimem-se.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0607109-19.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Edberto dos Santos - REQUERIDO: Banco Losango S/A - Banco Multiplo - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, com fulcro nos artigos 186 , 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data. Condeno a requerida na obrigação de fazer para em 5(cinco) dias providenciar o cancelamento do cartão de crédito de nº 43xx.Xxxx.Xxxx.5122, sob pena de multa diária de R$ 200,00. Declaro inexigível a cobrança de R$ 36,14 (trinta e seis reais e quatorze reais), referente a anuidade do cartão, conforme fundamentação. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, o receberei em seu duplo efeito, de logo autorizada a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias e, vencido tal prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0607171-59.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Marcelo Gonçalves Assef - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ) - Processo 0607334-39.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Walcicley Araújo da Encarnação - REQUERIDO: Ds Card Administradora de Cartões de Crédito - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC) - Processo 0607359-23.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Klissia Siqueira Mar - Considerando a certidão de f. retro, intime-se a parte exequente para, em 05 dias, informar o número do CPF da executada, sob pena de extinção do feito. Intime-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0607438-02.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607608-03.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rosilane Silva de Souza - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 14/03/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607617-62.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisca da Silva Cruz - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 20/03/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FLAVIO EMANOEL DO ESPIRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM) - Processo 0608023-83.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luana da Silva Andrade - Intime-se a parte requerente para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 29/30. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0608660-34.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria dos Anjos do Nascimento Pinto - Passo a pronunciar-me sobre o pedido de tutela de urgência antecipada formulado pela parte autora de f. 48/50, em que objetiva que este Juízo determine que a requerida Amazonas Energia S/A, proceda com a troca de medidor defeituso nº 10679895, sem qualquer ônus à Requerente, em unidade consumidora nº 0595748-6. A autora relata que o pleito se faz necessário, pois o débito da demanda é relacionado à leitura de medidor equivocada, que não condiz ao seu real consumo. Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Intimem-se.

Adriana Caldas Vital Valeruz (OAB 11672/AM)
Agenor de Souza Lima (OAB 12863/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Allan Sorelly de Almeida Albuquerque (OAB 10143/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Beatriz de Souza Cardoso Moreira (OAB 12008/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Bruno Moraes Monteiro (OAB 12037/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Camilla Amâncio da Silva Santos (OAB 12777/AM)
Carine Teresa Lopes de Souza Possidônio (OAB 12656/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 100945/RJ)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina de Rosso Afonso (OAB 195972/SP)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cleber Maia da Silva (OAB 196739/SP)
Cris Rodrigues Florencio (OAB 5316/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB 1111A/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Éder Odilon de Souza Belém (OAB 12486/AM)
Edimar Ribeiro de Oliveira (OAB 13556/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140A/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Paoliello (OAB 80702/MG)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
ÉRICA OLIVEIRA GOMES (OAB 11392/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fabrício Nedel Scalzilli (OAB 44066/RS)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flavio Emanoel do Espirito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gabriel Serrao Gomes (OAB 12487/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hely de Souza Pinheiro (OAB 5720/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Honorato Fernandes de Melo Neto (OAB 10248/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB 68625/RS)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Sílvia Lima da Costa (OAB 9988/AM)
JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ)
José Fernando Serpa Neto (OAB 13416/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Júlio Cesar Goulart Lanes (OAB 46648/RS)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lia Carolina Santos da Silva (OAB 6874/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB 11291/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Laci dos Santos (OAB 7601/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
MARIANNA LIRA DA ROCHA (OAB 11244/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Maura Carvalho Maranhão (OAB 12135/AM)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Monike Ramos Rodrigues (OAB 7877/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)

Paulo Renato Ribeiro dos Santos (OAB 9644/AM)
PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel Tavares Neves (OAB 13315/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sandra Henrique Calheiros
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
SUANNE MALU PAIAO FERREIRA (OAB 1294/RR)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Themistocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Tiago Cardoso dos Santos da Costa (OAB 7870/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
wellyngton da Silva e Silva (OAB 422A/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0192/2019

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM) - Processo 0600510-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tania Regina Santos de Moura - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca dos AR NEGATIVOS juntados aos autos. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM) - Processo 0600516-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karina do Carmo de Souza - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0601245-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Daniel de Souza Anzoategui - Vistos, etc..., Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 29-31, no sentido de determinar à Ré que se abstenha de cobrar faturas em descompasso com o consumo habitual, e inscrever o nome do Autor, em cadastro restritivo de crédito. Contudo, a decisão de fls. 29-31 já contém ordem expressa, ao Réu, de que se abstenha de promover a inscrição negativa, bem como interromper a energia da unidade consumidora, ficando a revisão das faturas, para o valor que o Autor entende corretas, pendente da instrução processual e prolação da sentença. Prossigo aduzindo que as razões ora expostas pelo requerente não me impressionam, aptas a abalarem os fundamentos expostos na r. decisão combatida. Ante o exposto, mantenho a decisão de fls. 29-31 e, INDEFIRO o pedido de fls. 36-40, de revisão da liminar. Mantenha-se a data aprazada para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimem-se.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0604116-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Guilherme Ferreira - No caso em tela, verifica-se que o débito imputado ao autor foge do seu padrão habitual de consumo, conforme se observa no histórico de pagamento juntado aos autos (fl. 19-24). Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurada à autora a não efetivação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, eis que a fatura impugnada, de fls. 22, foi retificada (fls. 24), mas o débito inicial, de R$ 6.405,75, que foi levado a protesto, bem como a não interrupção do serviço essencial de energia elétrica. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Isto, com relação à Ré Amazonas energia. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Em relação à corré Centrais Elétricas de Roraima, não há de ser deferida a tutela, por tratar-se de inclusão ocorrida em 2017, o que afasta a alegada urgência mencionada pelo Autor, e considerando que não há ainda elementos nos autos que permitam reconhecer a irregularidade da anotação em questão. Forte nesses argumentos, CONCEDO PARCIALMENTE a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR a ré Amazonas Energia que se promova a exclusão dos dados pessoais do Autor nos bancos de dados restritivos de crédito e de interromper o fornecimento de água à residência do requerente, no prazo improrrogável de 72h (setenta e duas horas), sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Ainda, que se abstenha de proceder à interrupção do serviço de energia elétrica, à unidade consumidora do Autor, relativamente ao débito impugnado, sob pena de multa única, de R$ 1.000,00. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do Requerente, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo aos Réus a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 26/04/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0604865-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Ari Cássio de S - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fl. 15-73, os descontos impugnados são realizados desde o ano de 2014, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 4 anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira

do art. 6°, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 26/04/2019 às 08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0604988-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nikolas Bruno Martins Pinto - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0605072-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pessoas naturais - REQUERENTE: Elias Mendes da Silva Junior - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que exclua os dados do autor de cadastros de inadimplentes, com base no débito discutido nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 26/03/2019 às 11:30h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL REIS WANDERLEY (OAB 4546/AM) - Processo 0605114-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - EXEQUENTE: Condominios do Residencial Eliza Miranda - 2a. Etapa - Mato Grosso - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) Xerox do CPF do sindico.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM) - Processo 0605132-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Luci Jane da Silva Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0607003-65.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gisele Coelho da Roza - Joao Cloves Vieira - De ordem, intime-se os credores para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 278/281, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do despacho de fl. 275.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613313-53.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0616061-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM) - Processo 0617826-64.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Claro S/A - EXECUTADO: Eloilson Soares de Sousa - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 2.327,13 (Dois mil, trezentos e vinte e sete reais e treze centavos).

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: BRUNO SILVA MATOS (OAB 99106/MG), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB 12723/AM) - Processo 0621260-61.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Roberto Ramos de Freitas - REQUERIDO: Itavida Seguros - De ordem, INTIME-SE as partes para se manifestarem sobre o documento juntado às fls. 271/272, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do decisum de fls. 265/266.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0623450-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERIDO: Grupo Econômico Calderaro Ltda. - Relação: 0037/2019 Teor do ato: Vistos, etc..., Pugna o Réu pela extinção do feito, sem resolução do mérito, pela ausência da Autora em audiência. Considera, para este fim, o atestado de fls. 56, como não apto a justificar sua falta. Considerando que se trata de atestado emitido por profissional cirurgiã dentista, que tem formação necessária para, atendendo paciente em condição de emergência, atestar a necessidade de afastamento e os dias necessários para recuperação, não pode este Juízo presumir a ausência de lastro do documento, por mera inconformação do Réu. Ante o exposto INDEFIRO o pedido de fls. 60-61. Havendo nova petição, no mesmo sentido, desnecessária a conclusão, posto que poderá ser analisada quando da prolação da sentença. Mantenha-se a data aprazada para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimem-se. Advogados(s): Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)

ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM) - Processo 0625756-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: A.c. Fernandes Conjur Consultoria Em Informações Oficiais - LITSATIVA: Adriana da Costa Fernandes - (X) Cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal. .

ADV: THIAGO OLIVEIRA FARIAS (OAB 13285/AM), ADV: ÉRICA ROBERTA RÉGIS DA SILVA (OAB 4815/AM) - Processo 0626316-41.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: A G da Rocha - Centro Automotivo Ret Car - EXECUTADO: Bp Serviços de Esterilização Spe Sa - De ordem, fica Intime-se o requerido para apresentar instrumento procuratório para levantamento do alvará ou dados bancários para a transferência eletrônica no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0628471-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nelson Marcelo Falcao de Souza - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0628520-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Joerg Kiefel - De ordem, ante a petição e documentos de fls. 30 a 33, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 19/03/2019 às 11:20h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0628520-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Joerg Kiefel - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Bruno Silva Matos (OAB 99106/MG)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Daniel Reis Wanderley (OAB 4546/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Érica Roberta Régis da Silva (OAB 4815/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB 12723/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Thiago Oliveira Farias (OAB 13285/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2019

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0205382-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Pedrina Feitosa Rodrigues - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Por estes fundamentos, ACOLHO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO referidos, consoante fundamentação supra, para, sanando contradição existente, modificar a sentença de fl. 98 somente para fixar como termo inicial dos juros de mora na reparação por dano moral a data da citação da ré (9/11/2018 - fl. 38). Prejudicado o pedido da embargada (fls. 110/111). P. R. I. C.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0205524-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 86/87, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM), ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM) - Processo 0208974-53.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Liane Cristine Rebouças Demosthenes - Felipe Rebouças Demosthenes Marques - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM) - Processo 0600045-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Herbert Alves de Souza - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600234-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ana Regina Figueiredo Ribeiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - LITSPASSIV: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: AUGUSTO CEZAR ECHENIQUE RIBEIRO (OAB 13720/AM) - Processo 0600734-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marcus Vinicius Rodrigues Honaiser - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc..., Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 38-40, para que a mesma abranja apenas as faturas discutidas nos autos, ficando a obrigação de pagamento das vincendas. Colaciono a parte dispositiva da decisão de fls. 38-40: Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR à ré que se abstenha (1) de efetivar qualquer procedimento de cobrança que envolva os valores discutidos no feito (inclusive inscrição dos dados pessoais do consumidor junto a órgãos de proteção do mercado de consumo) e (2) de proceder ao corte do fornecimento até final julgamento, sob pena de pagamento de multa individual (por cobrança ou atividade aqui determinada) no valor de R$ 400,00 por dia de desobediência até o máximo de 30 dias, sem prejuízo de outras medidas para o fim de sustar os efeitos de alguma ação proibitiva Claro, portanto, que a decisão abrange os valores discutidos no feito, não há autorização para inadimplência de faturas estranhas ao processo, e ainda, ordem clara de vedação ao corte de energia, até o final julgamento, não havendo qualquer necessidade de complementação do decisum. Ante o exposto, mantenho a decisão de fls. 38-40 e, INDEFIRO o pedido de fls. 45-70. Mantenha-se a data aprazada para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimem-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0601017-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo César Silva - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: DAVID DA SILVA BENAYON (OAB 7958/AM) - Processo 0601509-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Antonio José de Oliveira Gorgonha - Cássio Rodrigo Cohen Pimentel - Gederson Gomes de Nazareth - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM) - Processo 0601691-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Paulo Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Sierra do Brasil Ltda - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 94/102, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma

não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0601722-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Karen Fabiane Lopes Lima - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - Vistos, etc..., Considerando as informações trazidas pela Ré, às fls. 46-54, advirto que, enquanto vigente a decisão concedida nos autos do processo 0660717-11.2018.8.04.0001, o mesmo se dá com relação à tutela concedida nos autos, que, aliás, mantenho até julgamento do processo em voga, devendo à Ré promover o atendimento médico necessário à Autora, nos moldes determinados. Havendo sido deferida a cirurgia, internação e procedimentos inerentes a este tratamento (fls. 48-49), e não tendo sido comunicado qualquer descumprimento, mantenha-se a marcha processual, aguardando-se a realização da audiência já pautada. Mantenha-se a data aprazada para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimem-se.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0601795-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fatos Jurídicos - REQUERENTE: Fábio Junio de Oliveira Medeiros - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0601870-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Aldecyra da Rocha Silva - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0601983-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sthenio Ralph Viana - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0601986-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sthenio Ralph Viana - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0602102-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: M.P.C.S. - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM) - Processo 0602522-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Raimunda de Alencar Pinto - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0602568-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lilian Vieira da Silva - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM), ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0602658-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ramalho de Melo - REQUERIDO: Sky Serviços de Banda Larga Ltda - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0602855-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Edmilson Gomes da Silva - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0603466-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Braz Pereira - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 06/05/2019 às 09:30h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603525-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisca dos Santos Bacelar - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0604253-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Alberto Dias Carvalho - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0604430-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Dario Augusto de Lima - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM) - Processo 0604505-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Guilhermina Inez de Lima Batista - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0604518-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francimar Ferreira Afonso - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM) - Processo 0604534-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Esther Ribero Pacheco - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0604544-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Ideal Torquato - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM) - Processo 0604556-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Andreza Araújo Albuquerque - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0604585-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luan Brito Bezerra - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0604588-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sergio Carlos Geber da Silva - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº0602767-02.2018 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações não possuem mesmas partes, e causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0604588-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sergio Carlos Geber da Silva - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 06/05/2019 às 10:30h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0604644-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Saulo de Souza Menezes - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0604672-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Brenda Florêncio da Costa - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 11:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604783-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliza de Carvalho Lima - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: CAROLINE FERRARI PAZ MENDES (OAB 12498/AM) - Processo 0604821-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Dulce Marieta Cruz Oliveira - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 36, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0605253-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Delmir de Souza Costa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) documento com o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0605256-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: José Augusto Celestino de Oliveira Gomes - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 13940/AM) - Processo 0605265-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Trindade de Seixas - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0605274-96.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Paulo Araújo do Vale - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0605289-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mauro Mendonça Cordeiro - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0605317-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thalissa Rodrigues da Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0605329-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edmilson Aguiar Serra - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15

(quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa, em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: VITOR BENAYON PONTES SERUDO (OAB 10002/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607425-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Palmira Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante da certidão de fl. 170, expeça-se alvará do pagamento de fls. 165/166 em favor da requerente. Quanto ao valor bloqueado, intime-se o executado para apresentar embargos no prazo de 15 dias, apenas do valor remanescente devido na quantia de R$ 427,84, efetuando-se o desbloqueio do valor excedente.

ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0608383-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Renaissance - REQUERIDO: FRED BENZECRY e outros - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0609843-19.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Indefiro o pedido de fls. 307, uma vez que o extrato já consta dos autos (fl. 304) e também porque não há saldo remanescente em favor do requerido, consoante certidão de fl. 305. Mantenho os autos arquivados. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 27 de fevereiro de 2019 .

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0610595-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Manoel Ferreira Dias - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada às fls. 50.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610686-47.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pugna a Ré, ora exequente, a execução de honorários de advogado decorrentes de condenação imposta em 2º Grau, pela Turma Recursal, ao negar provimento a recurso do Autor. Contudo, este é beneficiário da assistência judiciária gratuita, concedida na sentença de fls. 101. Nos termos do art. 98 do CPC: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. § 1o A gratuidade da justiça compreende: (...) VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira; (...) § 2o A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência. § 3o Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. Portanto, determino a suspensão da execução e seu arquivamento, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, podendo o exequente, nos próximos 5 anos, peticionar pela execução, desde que comprove que deixou de existir a insuficiência de recursos que justificou a concessão do benefício da gratuidade. A Secretaria, para as providências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0611241-64.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: JOÃO EVANGELISTA DE OLIVEIRA SABÓIA - Eugênio dos Santos Gomes - Sendo assim, indefiro o pedido de fls. 291/293, mantenho os cálculos como feitos pelo setor e determino o prosseguimento do feito até a quitação total da dívida. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: HERBERT ALLAN IWATA POLLACHINI (OAB 11260/AM), ADV: MICHEL RODRIGUES VEIGA (OAB 11410/AM) - Processo 0611925-52.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Oi Móvel S.A e outro - CONCLUSÃO: Por tal razão, como as causas de pedir são distintas, ACOLHO OS EMBARGOS para corrigir o erro material apontado, de modo que na sentença de fls. 211/213, em sua parte dispositiva, passe a constar como valor de danos morais o montante de R$ 7.000,00 (sete mil reais), mantidas as demais disposições incólumes. P.R.I.C. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0612784-34.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nadime Mustafa Moraes - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas e preparo judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 213/218, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0613177-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fábio Osmar Correa - REQUERIDO: Martins Import Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0613329-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Julio Cesar Pereira da Silva - REQUERIDO: MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Vistos, etc. Indefiro o pedido de fls. 104, pelas razões esposadas na decisão de fls. 101-102. Apesar de requerer prazo suplementar, o Executado renova argumentos já vencidos na decisão em comento, sem proceder ao pagamento da condenação. Isto posto, declaro instaurada a execução, determino à Secretaria que atualize o cálculo. Após, proceda ao bloqueio eletrônico do valor apurado por meio do sistema BACENJUD. Realizada a constrição, intime-se o Executado para, querendo, oferecer impugnação. Restando infrutífera a penhora on line, proceda-se à busca de bens junto aos

sistemas RENAJUD e INFOJUD. Encontrando-se bens, expeça-se mandado de penhora e avaliação, no valor da execução. Inexistindo bens à penhora, intime-se o exequente para manifestação em 10 dias, seguindo-se, caso necessário, as providências para a devida constrição patrimonial. No silêncio do exequente ou na inexistência de bens, voltem-me conclusos para proferir sentença de extinção da execução. Cumpra-se.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0613459-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Lilyanne Rocha Garcêz - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM) - Processo 0614899-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ellita Danuta Raddatz Telles - RECLAMADO: Oftalnorte Otica Ltda. - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 144/145 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Expeça-se alvará dos valores pagos às fls. 125/130 em favor da credora. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0615924-13.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - Da certidão de fl. antecedente, cientifique-se o credor que deterá 10 dias para manifestação.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: GABRIEL HERNANDEZ COIMBRA DE BRITO (OAB 71530/RS) - Processo 0616016-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eclair Lucas - León Santiago Lucas - REQUERIDO: Edestinos. com.br Agência de Viagens e Turismo Ltda e outro - As custas e o preparo recursal são taxas judiciárias e, como tais, espécies de tributo cujo fato gerador é a disponibilização ou o uso efetivo de serviço prestado pelo Poder Judiciário. Logo, o seu pagamento deu-se porque houve fato gerador - hipótese de interposição de recurso a jurisdicionado não beneficiário da justiça gratuita -; todavia, por ausência de adimplemento em sua integralidade, o recurso aviado foi declarado deserto. Ora, houve prestação jurisdicional. Portanto, o que foi pago o foi devidamente, mas não suficientemente para levar o inconformismo autoral para a segunda instância. Dessa maneira, indefiro o pedido de devolução do que depositado a título de preparo e custas. Certifique-se o trânsito em julgado e inicie-se a execução, considerando a manifestação autoral antecedente. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0616292-85.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leda Raquel da Costa e Silva Cunha - A sentença de fl. 53 pôs fim à execução, mediante comando de extinção. Em virtude disso, julgo prejudicado o pedido de fl. 57 quanto ao prosseguimento do feito, restando ao credor apenas a opção de receber a certidão narrativa de seu crédito, para dela fazer uso no plano extrajudicial. Assim, expeça-se-lhe a certidão solicitada. Ultimada tal providência, arquive-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11300/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0616522-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elizabeth Rodrigues Ciriaco - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0617218-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Eliza Miranda Mall - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Forte em tais razões, reconheço de ofício a incompetência deste juízo para processar o feito e, por tal razão, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 485, IV, do CPC; e Enunciado 9-FONAJE. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa nos registros cartorários e arquivem-se os autos, observadas as formalidades de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: IRACEMA DE PAULA MAIA ARAÚJO DE FREITAS (OAB 12386/AM) - Processo 0617559-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aimee de Mello Marques - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: TAYANA CECÍLIA DA SILVA FROTA (OAB 7064/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0617848-88.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - Somente examinarei o pedido de parcelamento após audiência de conciliação, até porque o codevedor Sérgio sequer foi ainda citado. Logo, paute-se. É bom, contudo, destacar ao credor que todos os sistemas utilizados nos autos - Renajud, Infojud e Bacenjud - retornaram infrutíferos, o que pode indicar ser prudente um melhor exame da oferta apresentada, já que o crédito estar-se-ia sendo satisfeito. Quanto ao pedido de fl. 103, informo que o sistema SREI ainda não foi implantado nos juizados especiais. Em verdade, estamos em vias de implantá-lo, o que prejudica o seu acolhimento no momento.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: TAYANA CECÍLIA DA SILVA FROTA (OAB 7064/AM), ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0617848-88.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - EXECUTADA: Lilian da Costa Rodrigues e outro - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618230-81.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - A intimação do exequente para comparecimento à audiência ocorreu em 18/10/2018 (fl. 30); portanto, descabida alegação de problemas técnicos "recentes" do SAJ. Contudo, considerando a distância da comarca de origem do exequente, isento-o das custas, mas mantenho o arquivamento, já que era seu dever de estar presente ou, ao menos, ter pedido que lhe fosse autorizado a representação por preposto. Diante de sua ausência e de inexistência de decisão nesse sentido, o rigor da legislação se impõe. Dessa maneira, indefiro o pedido de retomada da marcha processual, mas isento o exequente do pagamento das custas, nos termos do art. 51, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618682-91.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - A intimação do exequente para comparecimento à

audiência ocorreu em 18/10/2018 (fl. 30); portanto, descabida alegação de problemas técnicos "recentes" do SAJ. Contudo, considerando a distância da comarca de origem do exequente, isento-o das custas, mas mantenho o arquivamento, já que era seu dever de estar presente ou, ao menos, ter pedido que lhe fosse autorizado a representação por preposto. Diante de sua ausência e de inexistência de decisão nesse sentido, o rigor da legislação se impõe. Dessa maneira, indefiro o pedido de retomada da marcha processual, mas isento o exequente do pagamento das custas, nos termos do art. 51, § 2º, da Lei 9.099/95. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM) - Processo 0619460-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: If7 Comercio de Cosmeticos, Calcados e Vestuarios Eireli - Me - assino um prazo de 3 dias para que o recorrente junte sua última DIRPJ e extrato(s) bancário(s) dos últimos 60 dias em nome da parte, a fim deste julgador examinar se, de fato, é merecedor do benefício da gratuidade, sob pena de indeferimento do pedido. Em nada falando, desde já está intimado para, nas 48 horas seguintes (art. 42, §1º, Lei 9.099/95), efetuar o pagamento das custas e demais despesas processuais, sob pena de não recebimento do recurso por deserção. Em se manifestando no tríduo, voltem-me conclusos para análise do pleito de justiça gratuita. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0620099-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Milton da Silva Lapa - expedido

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0620099-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Milton da Silva Lapa - De ordem, considerando ao valor depositado pelo requerido, expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0620358-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rodrigo Barbosa Vilhena - Sendo assim, assino um prazo de 3 dias para que o recorrente junte sua última DIRPF e extrato(s) bancário(s) dos últimos 60 dias a fim deste julgador examinar se, de fato, é merecedor do benefício da gratuidade, sob pena de indeferimento do pedido. Em nada falando, desde já está intimado para, nas 48 horas seguintes (art. 42, §1º, Lei 9.099/95), efetuar o pagamento das custas e demais despesas processuais, sob pena de não recebimento do recurso por deserção. Em se manifestando no tríduo, voltem-me conclusos para análise do pleito de justiça gratuita. Intime-se.

ADV: RAFAEL FONDAZZI (OAB 58844/PR) - Processo 0620671-35.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: C G Neves Studio Fotográfico Ltda - Epp - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 27 de fevereiro de 2019

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0620723-31.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - O veículo identificado no Renajud (fl. 35) não foi penhorado por este Juízo porque já possuía restrições anteriores e, por isso, diminuiria a garantia do credor no presente processo. Em audiência, porém, a exequente pediu pela penhora e avaliação. Dessa forma: A) por inexistir garantia do Juízo, não conheço dos embargos à execução opostos pelo devedor em audiência; B) junte aos autos a Secretaria informação de qual(is) restrição(ões) prévia(s) no carro de fl. 35 já existe(m) e quem é/são o/os credor(es); e C) intime-se a credora para que, ciente do contexto acima, diga se persiste mesmo o interesse de penhorar o referido veículo em 5 dias. Em desejando a penhora, intime(m)-se o/s credor(es) para que, em 10 dias, posicionem-se sobre o pedido, bem como para que tenham ciência do pedido de penhora.

ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM) - Processo 0621871-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Henrique da Silva - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0622102-41.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Parque Aripuanã - O devedor apresentou proposta bastante positiva, tendo se comprometido até mesmo a pagar débitos não cobertos na presente ação, já que o valor por ele indicado - R$ 46.393,95 - é superior à memória de fl. 82. A execução deve nortear-se pela (i) satisfação do crédito e (ii) pela forma menos onerosa do devedor de pagar a dívida (art. 805, CPC). Nos autos, o Bacenjud, o Renajud e o Infojud foram infrutíferos (fls. 36/39). Até o oficial não encontrou bens penhoráveis no imóvel (fl. 79). É verdade que se pode dizer que o imóvel mesmo poder-se-ia ser penhorado para pagar a dívida, mas, tendo em vista ser onde o executado reside, o parcelamento do débito mostra-se relevante, na verdade ganha mais relevância. Não há, portanto, explicação plausível para a recusa do credor. Dessa forma, intime-se a parte devedora, na pessoa de seu advogado constituído na fl. 84, para que, em 5 dias, junte proposta formal e oficial de parcelamento, de acordo com o art. 916 do CPC. Deve atentar-se que, além das parcelas da dívida, deve considerar as taxas normais que ainda vencerão. Após, intime-se o credor para, no mesmo prazo, manifestar-se. Esteja ciente de que a sua recusa deve ser fundamentada, sob pena de ser afastada por este Juízo e o pedido do devedor ser homologado.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622188-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Carioca da Costa Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0622243-26.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: S. M. Barbosa de Queiroz - Me - Renove-se o Mandado de fl. 35, pois pode ser que, dessa vez, o oficial tenha acesso ao local. Concomitantemente a isso, concedo ao autor o prazo de 20 dias para trazer aos autos a qualificação dos sócios da devedora, a fim de ser analisado o pedido de desconsideração que, aliás, somente será examinado após o cumprimento do mandado acima referido.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0622514-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilcilene Januário Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0622719-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Jose de Jesus Ferreira - REQUERIDO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça

gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0622845-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A e outro - De ordem, intimem-se a parte requerida Latam Airlines Group S/A para , no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0623319-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Christianne Pimenta Cavalcante - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG) - Processo 0623369-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Marilda Cordeiro de Sa dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0623827-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Alex Sander das Chagas Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM), ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0624284-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título - REQUERENTE: Tatiana Pereira Ribeiro - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de Sao Paulo - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, rejeito as preliminares; e, no mérito, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral e de devolução dos valores já pagos, a título de danos materiais. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0624509-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Iralice Araujo Teixeira - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MÁRCIA FABÍOLLA HOLANDA FERREIRA (OAB 9338/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0624787-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Dalvina Machado da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, afasto a preliminar e ratifico a tutela antecipada concedida nos autos e, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: I) DECLARO INEXIGÍVEL o débito impugnado na lide, no importe global de R$ 23.088,58 (maio, junho e novembro/2018), além dos consectários de atualização empregados pela ré; II) DETERMINO a revisão do faturamento impugnado (maio, junho e novembro/2018) para aplicar a média de consumo faturado com base nos 6 meses anteriores à fatura vencida em 6/5/2018, no consumo de 17,33m³, com o correspondente valor para cada fatura até a vencida em 6/11/2018, providência mais próxima da realidade da época da constituição do débito e de consumo do requerente, a fim de evitar, de sua parte, locupletamento indevido. O valor total destes débitos deve ser decotado do valor a ser fixado a título de indenização por dano moral, nos termos do art. 368, CC, devendo os mesmos serem declarados quitados e baixados nos sistemas da Ré, abstendo-se esta de novas cobranças relativas ao mesmo, sob pena de multa, de R$ 300,00 por cobrança indevida, até o limite de 10 incidências, sem prejuízo da já fixada; e III) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 7.500,00, dos quais, deve ser compensado o valor indicado no item “II)” retro, nos termos do art. 368 CC. O montante remanescente há de ser acrescido de juros legais desde a citação e correção monetária oficial (INPC) desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Concedo o benefício da AJG, ex vi do art. 98, VIII do CPC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0624958-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Kerollayne Pinto Pereira - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - CONCLUSÃO Forte nesses argumentos, ratifico a decisão de fls. 28-29, REJEITO a preliminar e, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos, termos em que: 1) CONDENO o Réu à repetição do pagamento indevido correspondente ao seguro, no montante de R$ 903,98 (R$ 451,99 x 2), sobre o qual deverão incidir juros legais e correção monetária oficial, a partir do efetivo prejuízo - 05.11.2018 (fls.26); 2) CONDENO, a Ré ao pagamento de R$ 2.500,00, a título de indenização por dano moral, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros legais, a partir da citação; e 3) DETERMINO ao Réu que proceda ao cancelamento do seguro “SEGURO FATURA PREMIADA”, interrompendo os descontos, sob pena de majoração da multa já fixada e sem prejuízo de outras medidas assecuratórias. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT), ADV: PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM) - Processo 0625019-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Cassio da Silva Lima - REQUERIDO: Centauros Motos Ltda. - Moto Honda da Amazônia Ltda - Forte nesses argumentos, rejeito a preliminar arguida e, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais, termos em que: 1) CONDENO as rés solidariamente a ressarcir ao autor a quantia de R$ 10.000,00, sobre a qual deverão incidir juros legais a partir da citação e correção monetária desde 17.9.2018 - primeira ida à assistência técnica (fl. 21); e 2) CONDENO as rés solidariamente ao pagamento de R$ 5.000,00, a título de indenização por dano moral, com juros legais contados da citação e correção monetária desde o arbitramento, consoante fundamentação supra. Condiciono o pagamento dos itens acima à devolução pelo autor do produto defeituoso, devendo entregá-lo na

sede de uma das requeridas, à sua escolha e sem qualquer ônus, no prazo de 15 dias a contar do trânsito em julgado desta sentença (arts. 443 e 884, CC). Entregue o produto, as requeridas deverão cumprir os itens "1)" e "2)" em até 15 dias. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0625058-93.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jucelio Costa da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito originador da restrição de crédito efetivada a fls. 34, no importe de R$ 135,09 e seus respectivos acréscimos, cabendo ao réu efetuar a sua exclusão, para todos os fins de direito, sob pena de execução forçada; 2) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.500,00, acrescida de juros mensais, a partir da citação e correção monetária oficial (INPC), desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0625090-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rafael Vargas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, ratifico a decisão de fls. 35-37, Rejeito a preliminar e, no mérito, e com base no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEIS os débitos relativos às faturas de água, em nome do Autor, no período de janeiro/2017 a novembro/2018, e suas correções, devendo a Ré proceder à baixa destas cobranças em seus sistemas, relativamente aos débitos discutidos nos autos, sob pena de majoração da multa para R$500,00, por cobrança indevida, até o limite de 10 incidências, sem prejuízo de execução forçada; e 2)CONDENO a Ré ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 6.000,00 (seis mil reais), sobre o qual deverão incidir juros legais a partir da citação e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0625192-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucila da Silva Bezerra - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Forte nesses argumentos, rejeito as preliminares arguidas e, no mérito, JULGO PROCEDENTES o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) RESTABELEÇO o acordo nº 6717658, com o reconhecimento do pagamento de 17 das 18 parcelas originalmente ajustadas; 2) DETERMINO ao réu que proceda à emissão do boleto do acordo de nº 18, sem incidência de quaisquer encargos de mora, com nova data de vencimento para possibilitar sua tempestiva quitação, devendo ser respeitados os prazos das cláusulas gerais do contrato de cartão de crédito pactuado entre as partes; 3) CONDENO o réu ao pagamento de indenização por dano moral, no valor de R$ 4.500,00, sobre a qual deverão incidir juros legais, a partir da citação, e correção monetária, a partir do arbitramento. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0625295-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Thiago Xander Sass - Sendo assim, assino um prazo de 48 horas (art. 42, §1º, Lei 9.099/95) para que a parte autora/recorrente junte aos autos documentos que comprovem sua renda ou efetue o pagamento das custas e demais despesas processuais, sob pena de não recebimento do recurso por deserção. Intime-se.

ADV: JOSÉ WASHINGTON CAMPOS FERREIRA (OAB 12221/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0625434-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Washington Campos Ferreira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: FÁBIO BOTELHO LOPES (OAB 10290/AM) - Processo 0625464-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - LITSATIVA: Vitória Stephane de Souza - Anderson das Neves - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, nos termos em que: 1) DETERMINO que a ré entregue o par de alianças descrito no pedido nº 1201516245 (fl. 27), no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), limitados a 30 dias de incidência; 2) CONDENO o réu ao pagamento de R$ 33,00 (trinta e três reais), a título de danos materiais, com incidência de juros legais e correção monetária (INPC) devidos desde a data do desembolso (03/09/2018); 3) CONDENO o réu ao pagamento de indenização por danos morais, na quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com incidência de juros legais a partir da data de vencimento da obrigação (26/09/2018) e de correção monetária a partir do arbitramento. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se o Autor. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0625505-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - De ordem, ante a juntada de mídia da parte requerente, concede-se prazo de 5 dias para parte requerida se manifestar acerca do conteúdo juntado.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0626147-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcilene Santos de Freitas - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls.69/70, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB 12723/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0627120-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Teixeira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0627405-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Winston Magalhães Ribeiro Junior - REQUERIDO: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. - Diante do novo endereço da postagem polêmica indicado

na petição de fl. 112, intime-se o Facebook para cumprir a liminar de fls. 29/31, atentando-se para o endereço comunicado na fl. 112. O prazo lá anotado e os efeitos decorrentes de eventual desobediência recomeçarão de sua nova intimação. Mantenho a audiência já designada na data aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0627638-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Onelia Corrêa Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e tudo o mais que dos autos consta, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, com fundamento no art. 487, I, do CPC, e, consoante fundamentação supra, termos em que: 1) CONDENO o Réu à repetição dobrada do pagamento indevido, devidamente comprovadas às fls. 18, e limitado ao valor pedido na inicial, no montante de R$ 600,00, sobre a qual deverão incidir juros legais e correção monetária oficial, desde o pagamento em 11.01.2018; 2) CONDENAR o Réu ao pagamento de indenização por danos morais, no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e juros de mora desde a citação válida. Defiro ao Autor o pedido de AJG, nos moldes do art. 98, VIII, do CPC. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P.R.I.C. Manaus, 27 de fevereiro de 2019

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0627667-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Gonçalves do Monte - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, no mérito, e com base no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DETERMINO que a concessionária abstenha-se de cobrar a referida tarifa de esgoto em faturas vincendas (posteriores a outubro/2018), até que comprove, de forma inequívoca, que procedeu à ligação da unidade consumidora à rede de esgoto, sob pena de multa de R$ 500,00 por cobrança indevida, até o limite de 30 incidências, sem prejuízo de execução forçada; 2) CONDENO a requerida à repetição dobrada do indébito relativo aos descontos comprovados, no importe de R$ 4.739,48 (R$ 2.369,74 x 2) - sobre o qual deverão incidir juros legais desde a citação e correção monetária oficial, a partir de cada vencimento (Súmulas 43 e 54/STJ); 3) CONDENO a Ré ao pagamento de indenização por dano moral, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a partir desta data e juros de mora desde a citação válida (Súmula 362 do STJ). O valor do item "2)" pode ser majorado, na fase de execução da sentença, desde que comprovados novas cobranças e pagamentos nas faturas após 10/2018 e vencidas durante o curso processual. DECLARO prescrita a pretensão pela repetição, em tese, de indébito vencido até 29/11/2015, nos termos do art. 487, II, do CPC. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Concedo à parte Autora o benefício da AJG, ex vi do art. 98, VIII do CPC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0627876-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Sebastião Rodrigues de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - LITSPASSIV: Previplan Clube - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO SOLIDARIAMENTE os requeridos à repetição dobrada dos valores descontados na conta do autor, no montante comprovado de R$ 208,04 (duzentos e oito reais e quatro centavos), sobre o qual deverá incidir juros legais e correção monetária (INPC), desde as datas de cada desconto, bem como ao pagamento de indenização por danos morais, que ora arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais), com incidência de juros legais desde a data do primeiro desconto ocorrido (28/12/2016) e correção monetária (INPC) desde o arbitramento. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MYLLA CHRISTIE VASCONCELOS SAIDT (OAB 12691/AM) - Processo 0627941-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleonice Lima da Costa - REQUERIDO: Claro S/A - Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, fulcrado no art. 487, I, do CPC. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0628637-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Júlio César de Almeida Lorenzoni - Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 22/23, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Indefiro o pedido de fls. 32/37 por não vislumbrar qualquer fundamento para reconsiderar o decisum, resistido por seus próprios fundamentos. Além disso, o fato do autor ser figura pública, ao invés do argumentado por ele, é fator relevante para manutenção da matéria, tendo em conta, como já decidido pelo STF, de que aquele que é destacado na sociedade, seja na área das artes, da ciência ou da política, pode ser passível de críticas as mais ácidas possíveis, sem que isso se configure até mesmo crime contra a honra (AI 690841/SP, DJe 21/6/2011). Este julgador somente poderá concluir se há eventual excesso após aprofundamento do mérito, o que não é possível na presente fase, onde sequer houve a audiência já designada, tampouco lançamento de contestação nos autos. Dessa maneira, impõe-se a manutenção da decisão, por considerar válidos os atos já praticados, bem como que o deferimento do pedido antecipatório pleiteado acarretaria a necessidade de análise do mérito. Ademais, pela análise dos autos entendo ser relevante a manifestação da parte requerida quanto aos pedidos formulados na exordial. Quanto ao pedido de cancelamento da audiência, entendo que ela é ato essencial do procedimento dos Juizados Especiais, já que os processos que tramitam sob este rito devem, sempre que possível, buscar a conciliação ou a transação (art. 2º da Lei 9.099/95). Nesse campo, o dispositivo do NCPC que permite à parte renunciar à audiência de conciliação, embora aplicável nos processos da Justiça Comum, não incide nos processos dos juizados. Caso o autor não queria a audiência, que desista da presente ação e peticione junto a qualquer uma das Varas Comuns da capital. Isto posto, indefiro o pedido de reconsideração da tutela. Mantenha-se a data aprazada para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Cite-se o réu Carril e Rocha no endereço indicado pelo autor à fl. 35. Intime-se o autor.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0629482-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Maria do Livramento de Jesus Ferreira - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0629751-23.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Maria Rita Silvino Pessoa - Soluções Contabilidade - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)

Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB 13720/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Caroline Ferrari Paz Mendes (OAB 12498/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
David da Silva Benayon (OAB 7958/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Domingos Nunes de Oliveira (OAB 13940/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Fábio Botelho Lopes (OAB 10290/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gabriel Hernandez Coimbra de Brito (OAB 71530/RS)
Gabriela Costa Machado (OAB 11300/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Herbert Allan Iwata Pollachini (OAB 11260/AM)
Iracema de Paula Maia Araújo de Freitas (OAB 12386/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Washington Campos Ferreira (OAB 12221/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Leylane Ediene Silva (OAB 9461/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Márcia Fabíolla Holanda Ferreira (OAB 9338/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Michel Rodrigues Veiga (OAB 11410/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB 12691/AM)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB 12723/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Rafael Fondazzi (OAB 58844/PR)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tayana Cecília da Silva Frota (OAB 7064/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Vitor Benayon Pontes Serudo (OAB 10002/AM)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0037/2019

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0200311-47.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabrício Perrotta da Silva - Ante a certidão de fl. 59, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Eletrônico em espécie do valor transferindo à fl. 53, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ÂNGELA DE CARVALHO ARGENTA (OAB 9389/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: JUSCELINO ROSA GOMES JÚNIOR (OAB 9278/AM) - Processo 0210079-65.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Helena Costa de Souza - À Secretaria para que proceda, a intimação da parte autora para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre a certidão de fl. 164/165, sob pena de arquivamento.

ADV: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA MARQUES JUNIOR (OAB 9197/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0601084-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Nely Pinheiro Rezende - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos infringentes, INTIMO a parte embargada para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDREZA INGRID LIMA DOS SANTOS (OAB 11443/AM) - Processo 0601127-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria das Dores da Silva Cohen - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da inscrição, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 28/05/2019 às 08:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0601638-59.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Tayrine Karina Moraes de Souza - Ante a certidão de fl. 64, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Eletrônico do valor transferido à fl. 58, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0602344-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cleber Catarino da Silva Vieira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano, sequer, os supostos descontos, indicados como indevidos, realizados no contracheque, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 27/05/2019 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM) - Processo 0602702-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maicon de Oliveira Branches - De ordem, fica designado o dia 11/06/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRE DEZIDERIO CHAVES (OAB 11938/AM) - Processo 0602745-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Andre Deziderio Chaves - De ordem, fica designado o dia 20/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHARLE JOSEPH BADR (OAB 11268/AM) - Processo 0602788-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mª da Conceiçao Xavier Marques - De ordem, fica designado o dia 07/05/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JORGE LUIZ VIANA DE CARVALHO (OAB 8291/AM) - Processo 0602819-61.2019.8.04.0015 - Embargos de Terceiro - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Antonio Pereira de Aguiar - De ordem, fica designado o dia 20/05/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAYSE SIGRID HOLANDA ROCHA (OAB 3875/AM), ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM) - Processo 0602827-77.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: JOSÉ RICARDO MONTENEGRO CANSANÇÃO - EXECUTADO: Vitória Régia Comércio de Petróleo LTDA - Por conseguinte, ao detectar esta falha hei por bem CHAMAR O PROCESSO À ORDEM, para determinar a republicação e a consequente reabertura do prazo do Despacho de fl.165 e, por conseguinte, dar continuidade ao trâmite regular do feito. À Secretaria para as devidas providências.

ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM) - Processo 0602827-77.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Vitória Régia Comércio de Petróleo LTDA - Conforme determinado no despacho de fl. 176, INTIMO a parte executada Vitória Régia Comércio de Petróleo LTDA para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0603448-37.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM), ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM) - Processo 0604686-31.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Subcondomínio Residencial Acácias 2 - Analisando os autos com maior acuidade, verifico que o acordo foi celebrado somente entre as partes Subcondomínio Residencial Acácias 2 e Jefferson Anjos da Silva, entretanto, iniciada a execução pelo descumprimento do referido acordo não foram localizados bens e valores nas pesquisas realizadas via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD. A par disso, ante a possibilidade de penhora de imóvel objeto das cotas inadimplidas, não havendo comprovação nos autos de que a parte executada é a legítima proprietária do imóvel, conforme se verifica na certidão de fl.15, cujo registro encontra-se em nome da Construtora Capital S/A e Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Distrito Industrial, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 15 (Quinze) dias, apresente a referida comprovação, sob pena de extinção. Intime-se.

ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 42760/BA) - Processo 0604870-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Rodolfo Ruda de Arruda Rebouças - De ordem, fica designado o dia 11/06/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607172-86.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Descontos Indevidos - EXEQUENTE: Banco BMG S/A - Ante a certidão de fl. 575, intime-se a parte executada, para que no prazo de 05 dias informe corretamente o número da agência da referida conta, vez que o número informando na petição de fl. 550 está dando erro na validação. Transcorrido o referido prazo, volte-me os autos conclusos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607416-44.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - DE ORDEM, verificando que não houve êxito nas tentativas de penhora eletrônica via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, INTIMO A PARTE EXEQUENTE para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 20 (vinte) dias, bem como a localização dos mesmos, em igual prazo, sob pena de extinção, nos termos do art. 53, § 4º da lei 9.099/95.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607928-27.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - DE ORDEM, verificando que não houve êxito nas tentativas de penhora eletrônica via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, INTIMO A PARTE EXEQUENTE para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 20 (vinte) dias, bem como a localização dos mesmos, em igual prazo, sob pena de extinção, nos termos do art. 53, § 4º da lei 9.099/95.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0612488-12.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - DE ORDEM, verificando que não houve êxito nas tentativas de penhora eletrônica via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, INTIMO A PARTE EXEQUENTE para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 20 (vinte) dias, bem como a localização dos mesmos, em igual prazo, sob pena de extinção, nos termos do art. 53, § 4º da lei 9.099/95.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0612658-47.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Patrícia da Conceição Pinto - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - Ante o pagamento realizado à fl. 115, inexistindo manifestação da parte exequente desfavorável ao montante pago, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico em espécie do valor depositado à fl. 115, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0617601-10.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Arivan Roberto Cabral - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o pagamento realizado à fl. 131, inexistindo manifestação da parte exequente desfavorável ao montante pago, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor depositado à fl. 131, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andre Deziderio Chaves (OAB 11938/AM)
Andreza Ingrid Lima dos Santos (OAB 11443/AM)
Ângela de Carvalho Argenta (OAB 9389/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
CARLOS AUGUSTO DE SOUZA MARQUES JUNIOR (OAB 9197/AM)
Charle Joseph Badr (OAB 11268/AM)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Dayse Sigrid Holanda Rocha (OAB 3875/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB 8291/AM)
Juscelino Rosa Gomes Júnior (OAB 9278/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 42760/BA)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0022/2019

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE) - Processo 0201300-16.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 13/03/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600027-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Professora Ana Cleide - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0600106-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Luciana Pinho de Almeida - Defere-se, em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 10/05/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0600160-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Nelson de Oliveira Rosseti - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/05/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa

ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0600226-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Faraildes Silva e Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 21/05/2019 às 11:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0600269-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gil Adriano Maia dos Santos - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 21/05/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM) - Processo 0600294-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eliane Bizantino Americo de Assis - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 24/05/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0608860-41.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cleosson de Melo Reis - Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 08/05/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: PAULO FELIPE SILVA RIBEIRO (OAB 9547/RO) - Processo 0608864-78.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Luciano Neves Ventura Filho - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Designa-se audiência de conciliação para o dia 08/05/2019 às 09:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Paulo Felipe Silva Ribeiro (OAB 9547/RO)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA MENEZES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IVÂNIA PITTALUGA MORENO DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0035/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0200368-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: George Fabian Cavalcanti - Delcimar Afonso Cavalcante - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intime-se o Requerido para que, no prazo de 5 dias, apresente o relatório do faturamento do consumo dos Autores nos autos, sob pena de multa a ser fixada.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0200982-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Guerreiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intime-se o Réu para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente o relatório da média de consumo da Autora, sob pena de multa a ser fixada.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0206398-53.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Carlos Arnoldo Alves Bandeira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando o teor das petições de fls. 165 e 170/171, designo o dia 28/03/2019 (quinta-feira), em horário comercial, para realização do serviço de religação de abastecimento no imóvel do requerente. Intimem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0600327-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jony Farias de Souza - REQUERIDO: Wirecard Brasil S.a (BUYNOWBR) - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0600601-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Tatiana de Moraes Batista - Tatiana de Moraes Batista - Me - REQUERIDO: Mar Rio Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Eireli - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0600738-47.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: ARTHUR ALVES DE SENA FILHO - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0600803-08.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: M7 Locadora de Veículos Ltda - EXECUTADO: Marcus Jerônimo Fernandes - Tendo em vista nova resposta negativa Bacenjud de fls. 72, intime-se o exequente para indicar o endereço em que os veículos objeto de bloqueio Renajud de fls. 54 podem ser localizados, a fim de viabilizar o cumprimento do competente mandado de penhora e avaliação. Faça-o no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NÉLIO GLAUBER DE SOUZA ARAGÃO (OAB 10807/AM) - Processo 0600855-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Geraldo Martins Monteiro - REQUERIDO: Marcia Glaucia Lima de Souza ME - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0600857-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Simone Olimpia de Souza Paulo - REQUERIDO: Redecard S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. 191/197, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo legal.

ADV: ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA (OAB 5466/AM), ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM), ADV: DANIELLA NOVELLINO DE MESQUITA (OAB 3559/AM) - Processo 0600988-43.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Cabelo de Anjo Ltda - REQUERIDO: Excelência Confecções - M J dos Santos Lins - Me - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORENCIO (OAB 5316/AM) - Processo 0601065-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Jandervan Carlos de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: ANDREZA INGRID LIMA DOS SANTOS (OAB 11443/AM) - Processo 0601120-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Salthech Projetos de Engenharia Ltda - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0601312-07.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Habitação - REQUERENTE: CRISTOVÃO SÁVIO ELIAS ARAÚJO DE MEDEIROS - REQUERIDO: VERONA PREMIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - GUSTAVO DE CASTRO BORGES - PREMIUM ENGENHARIA SA - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documentos juntados às fls. 421/441, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LORETA MARIA DA SILVA BARRETO MOTA (OAB 11168/AM) - Processo 0601374-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Tereza Rocha Pires da Silva - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que, no tocante à fatura indicada às fls. 28/29, se abstenha de incluir o nome da parte autora Ana Tereza Rocha Pires da Silva, CPF nº 035.272.122-72 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: HELVÉCIO FRANCO MAIA JUNIOR (OAB 77467/MG) - Processo 0601385-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francisco Nunes do Nascimento - REQUERIDO: Fca Fiat Chrysler Automoveis Brasil Ltda. - Murano Veículos Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0601530-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Amanda Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP) - Processo 0601645-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda Henrique Bandeira de Sousa Lourenço - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA - Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo Requerido em face da decisão interlocutória de fls. 88, a qual declarou deserto o recurso interposto às fls. 60/69. Rejeito liminarmente os embargos em comento, uma vez que estes só tem cabimento em face de sentença ou acórdão, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.099/95: Art. 48. Caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil. Esclareço ao requerido que a deserção decorreu não devido à ausência de recolhimento de preparo, cuja comprovação consta dos autos às fls. 85/86, devidamente certificado pela Secretaria da Vara às fls. 87, mas sim pela ausência de comprovação do recolhimento das custas processuais, consoante determinação contida no Prov. 256 CGJAM. Finalmente,

e considerando o decurso do prazo para pagamento voluntário da condenação (fls. 97), determino o prosseguimento da execução, com a elaboração de cálculo por servidor judicial e postrior cadastramanto de consultas eletrônicas. Intimem-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0601771-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Amazonina de Freitas Gomes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Determino ao Réu a realização de vistoria no imóvel da Autora para apuração de eventual vazamento interno ou externo e troca do hidrômetro, no prazo de 5 dias sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 dias. Devendo-se aguardar o faturamento de 3 ciclos para apuração da média de consumo, período durante o qual determino o sobrestamento dos autos para apresentação do relatório até 08/06/2019, intimando-se o Réu para no prazo de 5 dias apresentá-lo sob pena de multa a ser fixada.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0601788-74.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Andreza Cazemiro Rodrigues de Lima - RECLAMADO: Hapvida (Hospital Rio Negro) - Compulsando os autos, verifico que a Requerida, intimada a opor embargos à execução sobre a penhora de R$ 10.902,46 (dez mil, novecentos e dois reais e quarenta e seis centavos) até o dia 15/03/2019, apresentou comprovante de pagamento no importe de R$ 10.175,50 (dez mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos), ou seja, valor aquém do penhorado. Sendo assim, tenho por reputar a quantia paga às fls. 223/224 como incontroversa, razão pela qual determino a expedição de alvará em favor da Autora, considerando ainda a conta indicada às fls. 225. Após, aguarde-se o decurso do prazo para apresentação de embargos à execução. Decorrendo o prazo sem manifestação do Réu, expeça-se alvará em favor da Requerente no importe de R$ 726,96 e o restante devolva-se ao Executado, o qual deverá indicar conta bancária e/ou patrono autorizado para este fim. Intimem-se. Cumpra-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOÃO DA SILVA PESSÔA JÚNIOR (OAB 13074/AM) - Processo 0601845-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Kamila Fernanda Alves de Almeida - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM) - Processo 0602216-85.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Kay Vasconcelos Queiros - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0602219-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Lucas Oliveira da Silva - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: GISELE MEIRELES DE CASTRO ARAÚJO (OAB 11314/AM) - Processo 0602264-49.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Piauí - E.m 4ª Etapa - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - FRANCISCA ELIZANDES MANSOUR ANDES - Trata-se de ação de cobrança de cotas condominiais, já em fase de execução, no qual a executada comprovou o pagamento do valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e requereu o parcelamento do saldo remanescente - R$ 4.527,01 - em dez parcelas (fls. 206/207), o que não foi aceito pelo exequente, que requereu a alienação do imóvel penhorado. Em que pese ter-se lavrado a penhora sobre o imóvel devedor (fls. 189/194), verifico pela certidão narrativa de fls. 194 que o mesmo encontra-se alienado fiduciariamente à Caixa Econômica Federal, o que pressupõe sua inclusão na relação processual, o que não é permitido em razão de vedação expressa contida no art. 8º da Lei nº 9.099/95 em relação a Empresa Pública da União (CEF). Trago à colação: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DESPESAS CONDOMINIAIS. IMÓVEL OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PENHORA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A impossibilidade de penhora de bem imóvel fiduciariamente alienado, em ação de execução ajuizada contra o devedor fiduciante, decorre da própria dinâmica do contrato de alienação fiduciária de coisa imóvel. Consoante o disposto no parágrafo único do art. 23 da Lei nº 9.514/1997, com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel. Por conseguinte, até o pagamento da dívida e de seus encargos o fiduciante é apenas possuidor direto do imóvel, permanecendo o credor fiduciário como proprietário e possuidor indireto. 2. A legalidade da constrição de bens do credor fiduciário pressupõe sua inclusão na relação processual executória, com a devida citação para pagamento da dívida ou apresentação de embargos à execução, nos termos do art. 917, oportunidade na qual poderá discutir inclusive sua legitimidade para responder pelo débito condominial. 3. Se a pretensão é única e exclusivamente a constrição da própria coisa e não os direitos ou crédito que o devedor possuiria sobre ela, é forçoso rechaçar o pedido formulado pelo credor. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-DF. 0715767-75.2017.8.07.000. RELATOR: LUIZ GUSTAVO B. DE OLIVEIRA. DATA DE JULGAMENTO 18/04/2018. 4ª TURMA CÍVEL. DJE 27/04/2018). Isso posto, indefiro o pedido de alienação judicial do imóvel (fls. 211), determinando seja o exequente intimado a indicar bens livres e desembaraçados em nome da executada para o prosseguimento da execução. Quanto ao valor depositado pela executada (fls. 207), autorizo a expedição do respectivo alvará em favor do exequente. Intimem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0602444-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jussara Costa Castro - REQUERIDO: Previplan Clube - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PAULO MATHEUS DE SOUZA HOLANDA (OAB 9732/AM) - Processo 0602671-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Beta - REQUERIDO: Vicente Fernandes Tino - De ordem, intimo, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM) - Processo 0602686-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Henrique Florentino de Oliveira - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SERGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JUNIOR (OAB 14182/AM), ADV: WILSON LUIS VOLLET FILHO (OAB 336391/SP) - Processo 0602754-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Franquia - REQUERENTE: Vanessa Alves Carvalho Lima Guilherme - REQUERIDO: Cv Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. - De ordem, fica designado o dia 09/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CINTHYA ELIZA MAGALHAES DE SOUZA (OAB 12635/AM) - Processo 0602822-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Marcelo Oliveira Santos - REQUERIDO: Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda. - Atlântico Fundos de Investimento - Fidc - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, apresentando o documento de identidade com o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

ADV: MARCELO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 10089/AM) - Processo 0602936-23.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Roberto Lopes de Moura - REQUERIDO: Aluízio Pereira Gomes - Intimado a manifestar-se acerca do pedido de adjudicação formulado pelo exequente, quedou-se o executado inerte, tal a certidão de fls. 65. Isso posto, atualize-se o cálculo e lavre-se o respectivo auto de adjudicação, nos termos do art. 877, CPC bem como mandado judicial para entrega do bem ao adjudicatário, por tratar-se de bens móveis. Art. 877. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, contado da última intimação, e decididas eventuais questões, o juiz ordenará a lavratura do auto de adjudicação. § 1o Considera-se perfeita e acabada a adjudicação com a lavratura e a assinatura do auto pelo juiz, pelo adjudicatário, pelo escrivão ou chefe de secretaria, e, se estiver presente, pelo executado, expedindo-se: I - a carta de adjudicação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel; II - a ordem de entrega ao adjudicatário, quando se tratar de bem móvel. Intime-se o exequente, notadamente a fim de dar suporte ao cumprimento do mandado pelo oficial de justiça, providenciando o necessário para a remoção dos bens. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603058-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Oneide Duarte da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 17/04/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0603076-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Nathalia Thayne Medeiros Gil - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, fica designado o dia 11/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0603128-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alessandro Nazareno Santos de Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0603163-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Lucas Obando de Oliveira - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONES RAMOS DOS SANTOS (OAB 6333/AM) - Processo 0603185-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jaimeryna Alves Pereira - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RITACLEY RODRIGUES LEOTTY (OAB 2068/AM) - Processo 0603219-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lesley Maristella Pantoja Barbosa - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0603306-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eder Machado Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0603316-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Vista do Sol - REQUERIDA: Cristiane Bacury Soares do Rego - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM) - Processo 0603335-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: André Luis Sousa Gonçalves - REQUERIDO: Movida Locação de Veículos S/A - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANO FERNANDES FERREIRA (OAB 5940/AM) - Processo 0603360-94.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Adriano Fernandes Ferreira - REQUERIDO: Expedia do Brasil Agência de Viagens e Turismo Ltda (hotéis.com) - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YOHANNA JAAMEL SOUSA MENEZES (OAB 9342/AM) - Processo 0603362-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Rafael Mendonça de Rezende - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa.

ADV: JOSELITO DÓREA LIMEIRA JÚNIOR (OAB 37892/BA) - Processo 0603408-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Kerlison de Souza Silva - REQUERIDO: Deutsche Lufthansa A.g. - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRISTIANE AURÉLIA BARBOSA LIMA (OAB 4357/AM) - Processo 0603491-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Aurelio de O Castelo Branco - REQUERIDO: Smiles S/A - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, apresentando comprovante de residência

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0603497-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0603505-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - REQUERIDA: Maria Antônia de Souza Matos - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGNES PELEGRIN DO NASCIMENTO AMORIM (OAB 10916/AM) - Processo 0603532-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maiko Negreiros Sombra - Adriano Sombra de Paula - REQUERIDO: Sul América Companhia de Seguros Saúde - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando os comprovantes de residência em nome dos Autores, ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: EDSON RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 12148/AM) - Processo 0603549-11.2015.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: ANTONÍSIO DE OLIVEIRA MORAIS - LIA PONTES MORAIS - RECLAMADO: EDSON RUBIM DA S R FILHO - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre a petição juntada às fls. 220, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0603593-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Edvânia Noronha Ferreira Machado - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0603615-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Celivaldo Mário de Almeida Guerreiro Júnior - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, juntando o documento de identidade com o Cadastro de Pessoas Física e o comprovante de residência em nome do Autor.

ADV: IANA FARIAS GUIMARÃES (OAB 12099/AM) - Processo 0603632-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nídia de Paula Rocha Fernandes - REQUERIDO: Lotérica Tocantins - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0603648-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Vila Gaia - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0603680-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Thiago Costa de Souza - RECLAMADO: Vivo S/A - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0603718-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Jorge de Souza Lobato - REQUERIDO: Pró Saúde Aparecida (Barbosa Serviços Medicos Eireli) - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0603729-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laura Daniella Cardoso Pimenta - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intimo o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o seguinte documento: Cadastro Pessoa Física (CPF), sob pena de extinção.

ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM) - Processo 0603743-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tamara de Souza Melo - REQUERIDO: Abrao Fonseca Ramos - A. F. Ramos Imóveis - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM) - Processo 0603774-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Md Comércio e Representações de Pisos e Revestimentos Ltda. - REQUERIDO: Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0603784-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: R Y L C Comércio de Eletrodomésticos e Equipamentos de Informática Ltda - Eirelli - REQUERIDO: Antonio Claudenir Almeida da Silva Me - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0603792-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jane Leal Brito - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM) - Processo 0603857-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ineiva de Oliveira Freitas - Daniel Bezerra dos Reis - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0603879-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - REQUERIDO: K. Fontani Lopes (biopet) - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM) - Processo 0603901-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Milena Cristina Fernandes Ferreira - REQUERIDO: A M F de Souza Serviços Me - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS (OAB 10770/AM) - Processo 0603960-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Gilmar Cesar da Silva Santos - REQUERIDO: Abraao Levy Sicsu Essucy - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM) - Processo 0603977-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: João das Graças da Cunha Barros - REQUERIDO: Benchimol Irmão e Cia. Ltda. - Motorola do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABRÍCIO DE SOUZA ROCHA (OAB 6861/AM) - Processo 0604026-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizabeth Vieira Batista - REQUERIDO: Francisco José de Lemos - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0604045-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Carlos Eduardo Xavier Baldin - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0604054-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Alex William dos Santos Barker - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos os seguintes documentos: RG (Registro Geral) e CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), sob pena de extinção.

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0604080-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Romell Praia Maduro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0604092-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Sidney da C Pereira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0604095-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fabricia Ramos Guimarães de Aquino - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. 183/185, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo legal.

ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM) - Processo 0604171-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Flávio Jun Yokoyama - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 23, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Flávio Jun Yokoyama, CPF nº 52313646220 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM) - Processo 0604228-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Juliana Frota Rebouças - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora Ltda. - Banco Santander Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAUJO (OAB 11776/AM) - Processo 0604276-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Euler Soares de Souza - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Euler Soares de Souza, CPF nº 688.691.422-72 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0604305-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Jose Menezes de Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 02/04/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que, no tocante à fatura indicada às fls. 17/22, se abstenha de incluir o nome da parte autora Maria Jose Menezes de Araujo, CPF nº 22440879215 nos Órgãos de restrição ao crédito e que se abstenha de suspender o serviço de abastecimento de água em sua residência, matrícula n.424919-4 e, caso esteja suspenso, que restabeleça-o no prazo de 2 (dois) dias a contar do recebimento desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0604380-23.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0601312-07.2015.8.04.0015) - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Daniela Dellalibera - REQUERIDO: Cristovão Sávio Elias Araújo de Medeiros - DESPACHO Os embargos opostos por terceiros devem tramitar em apenso (art. 676, CPC). Cite-se o embargado - CRISTÓVÃO SÁVIO ELIAS ARAÚJO DE MEDEIROS - para, querendo, contestá-los, em 15 dias, nos termos do art. 679 do CPC, com ulterior conclusão. Intimem-se. Cumpra-se. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: MIRTE RUFINO ALVES DA SILVA (OAB 1491/AM) - Processo 0604405-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Darnelle Rufino Alves da Silva - REQUERIDO: Universo da Beleza - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0604435-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Teresinha da Silva Pessoa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0604444-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ivete de Castro Cavalcante - REQUERIDO: Ronaldo Victor Cavalcante - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0604452-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Antônio de Souza Ferreira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Antônio de Souza Ferreira, CPF nº 668.101.242-68 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0604465-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Benedito Evaldo de Lima - REQUERIDO: José Antero de Souza - Panificadora Lafornata Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0604494-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Amanda Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Imobiliária Terra Firme Ltda - Constrói Imobiliária Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Amanda Rodrigues da Silva, CPF nº 000.566.352-06 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0604502-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Amanda Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Imobiliária Terra Firme Ltda - Constrói Imobiliária Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o

exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Amanda Rodrigues da Silva, CPF nº 000.566.352-06 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0604521-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ricardo Cavalcanti Gomes - REQUERIDO: Brecha Transporte e Turismo Ltda - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0604577-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sisimar Rodrigues Monteiro - REQUERIDO: Sky Serviços de Banda Larga Ltda - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando o comprovante de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

ADV: ELIAS DE OLIVEIRA NILO (OAB 12630/AM) - Processo 0604587-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lourival Almeida Maia - REQUERIDA: Fernanda Stefania Bastos Garcia - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0604599-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: José Paulo Gomes de Mesquita - REQUERIDO: Hpe Automotores do Brasil Ltda (Mitsubish Motors) - Mitsubishi Motors Manaus - Manaus Autocenter - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0604622-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Denis de Lima Campos - RECLAMADO: Vivo S/A - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0604645-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Edinei Lourenço de Carvalho Júnior - REQUERIDO: Panini Brasil Ltda - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0604669-58.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL WEEKEND CLUB PONTA NEGRA - REQUERIDO: Erivaldo Francisco de Mendonça - Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda - Construtora Direcional Engenharia - Superado o prazo de suspensão do processo (até , intime-se o exequente para informar se o acordo foi cumprido em sua integralidade, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena desse Juízo entender por satisfeita a obrigação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAUJO (OAB 10188/AM) - Processo 0604676-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Wilson Lira Pereira Junior - REQUERIDO: Centauro Sbf Comercio de Produtos Esportivos Ltda - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÉRIKA PATRÍCIA DE LUCENA SILVA (OAB 5640/AM) - Processo 0604681-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Laurinda Viana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM) - Processo 0604748-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ana Carmem Silva da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM) - Processo 0604759-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Edith Edna Santos de Araujo - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM) - Processo 0604768-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Antonio Pinto Junior - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM) - Processo 0604768-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Antonio Pinto Junior - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JULIANA CYPRESTE FERRARI (OAB 25230/ES) - Processo 0604787-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Luiz Fernando Quadros Moraes - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0604791-66.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciana Monteiro da Silva - REQUERIDO: Idaam Educação Superior Ltda - Me - LITSPASSIV: Ser Educacional S.a. - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM) - Processo 0604797-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Tenorio da Silva Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que, no tocante à fatura indicada às fls. 11/18, se abstenha de incluir o nome da parte autora Jose Tenorio da Silva Filho, CPF nº 13071335253 nos Órgãos de restrição ao crédito e que se abstenha de suspender o serviço de abastecimento de água em sua residência, matrícula n.2391490-4 e, caso esteja suspenso, que restabeleça-o no prazo de 2 (dois) dias a contar do recebimento desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: EDUARDO TERÇO FALCÃO (OAB 3232/AM) - Processo 0604804-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Terço Falcão - Francisléa Nazaré Caxeixa de Menezes Falcão - REQUERIDO: American Airlines Brasil - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELLE CRISTINE DE CARVALHO CORDEIRO (OAB 10414/AM) - Processo 0604811-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Humberto Gomes de Lima - REQUERIDO: Movida Locação de Veiculos S.a - Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0604831-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Roberto Soares Macedo - REQUERIDO: Fatesp - Ensino Superior e Tecnico Silva e Fonseca Ltda - Epp - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM) - Processo 0604857-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Lopes Filho - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM) - Processo 0604868-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marcelo Ferreira da Costa Filho - REQUERIDO: Localiza Rent A Car - ASSLITISC: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0604892-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Adriana Ximenes Aragão Flores - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Panamericano Administração e Corretagem de Seguro e Previdência Privada Ltda - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0604903-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adila Maria Freire Salgado Pinto - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM) - Processo 0604907-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fernando Fernandes Carvalho - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0604934-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Samara Braga da Silva - REQUERIDO: Zurich Brasil Seguros S/A - Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: MARCELO JOSE DE SOUZA (OAB 148924/SP) - Processo 0605071-08.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - REQUERIDO: Bourbon Ibirapuera Hotel & Convention Center Ltda - Vistos, etc. Requer o Réu o parcelamento da execução, nos termos do art. 916, do CPC/15 (fls. 133), pedido ao qual o Autor impugna, conforme fls. 135/136, dos autos. Esta Julgadora, de início, se posiciona pela impossibilidade de deferimento do requerimento do Réu posto que o mesmo não encontra amparo legal. O referido dispositivo, dispõe expressamente a impossibilidade da aplicação do parcelamento na fase de cumprimento de sentença, autorizando somente no prazo para embargos à execução, consoante art 916, caput e §7° abaixo transcritos: "Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. § 7oO disposto neste artigo não se aplica ao cumprimento da sentença. " Por conseguinte, consoante a legislação aplicada, indefiro o pedido de parcelamento do débito acostado pelo Requerido, determinando à Secretaria da Vara que labore cálculo a fim de apurar o saldo devedor, incluindo-se a multa de 10% do art. 523, §2° do CPC/15, para posterior cadastramento de bloqueio BacenJud, expedindo-se as intimações necessárias. Quanto ao valor já depositado, expeça-se alvará em favor do autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0605221-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Stelio Raimundo Bivar Neves - REQUERIDA: Rita de Cassia Silva de Souza - Em análise aos presentes autos verifico que a parte autora requereu, às fls. 33, a suspensão do processo em razão de acordo extrajudicial levado a efeito com a parte ré, acordo esse que jamais foi homologado por não haver qualquer pedido nesse sentido naquela manifestação. Às fls. 40, requer o autor o prosseguimento do feito ao argumento de que a requerida não cumpriu a avença, pugnando por sua intimação para pagamento do valor acordado. Ora, não havendo título judicial proveniente de sentença homologatória, o pedido, nos termos em que foi proposto, não encontra amparo legal subsistindo, entretanto, o direito de prosseguimento do processo da fase em que se encontrava quando do pedido de supensão. Isso posto, determino seja pautada audiência de conciliação, instrução e julgamento, com a regular intimação das partes. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0605373-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rafael Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Revenda de Internet Eireli - Me - Chiplivre - Indefiro o pedido de fls. 129 uma vez que já consta nos autos às fls. 122 protocolamento de bloqueio Bacenjud frustrado, com a informação CPF/CNPJ não encaminhado às instituições financeiras, por inexistência de relacionamentos. Isso posto, intime-se o exequente para informar bens penhoráveis em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da execução. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ACIR VESPOLI LEITE (OAB 36560/SP), ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM), ADV: GUTEMBERG DE LIMA PINHEIRO PAULO (OAB 343521/SP) - Processo 0605834-

72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tiago Onety Ramalho - REQUERIDO: Equalli Servicos Veterinarios Ltda - Vistos, etc. Requereu o Réu o parcelamento da execução, nos termos do art. 916, do CPC/15 (fls. 105/109), pedido ao qual o Autor impugna, conforme fls. 110/111 dos autos. Esta Julgadora, de início, se posiciona pela impossibilidade de deferimento do requerimento do Réu posto que o mesmo não encontra amparo legal. O referido dispositivo, dispõe expressamente a impossibilidade da aplicação do parcelamento na fase de cumprimento de sentença, autorizando somente no prazo para embargos à execução, consoante art 916, caput e §7° abaixo transcritos: "Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. § 7oO disposto neste artigo não se aplica ao cumprimento da sentença. " Por conseguinte, consoante a legislação aplicada, indefiro o pedido de parcelamento do débito acostado pelo Requerido, determinando à Secretaria da Vara que labore cálculo a fim de apurar o saldo devedor, incluindo-se a multa de 10% do art. 523, §2° do CPC/15, para posterior cadastramento de bloqueio BacenJud, expedindo-se as intimações necessárias. Quanto ao valor já depositado (fls. 108), expeça-se alvará em favor do autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TALITA DOS SANTOS SOUSA (OAB 363246/SP), ADV: LUCIANA GUIMARÃES PINHEIRO VIEIRA (OAB 2859/AM), ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM), ADV: RENATO GIMENEZ PERRICONE (OAB 294420/SP) - Processo 0605953-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Lucas Marques Pinheiro Sobrinho - RECLAMADO: Villas Del Sol Y Mar - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0606555-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adriel Saraiva Sarkis - João de Azevedo Saraiva - REQUERIDA: Ângela Vieira - Trata-se de Recurso Inominado tempestivo com pedido de gratuidade recursal manejada pela recorrente às fls. 103/107. Dispõe o Enunciado 116 FONAJE: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro - São Paulo/SP). Isso posto, intime-se a recorrente para comprovar a alegada insuficiência de recursos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Cumpra-se

ADV: OLGA BEATRIZ DINIZ DE CARVALHO DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 12753/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM), ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB 1210A/AM), ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM) - Processo 0606674-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos dos Santos Carmo - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo Requerido em face da decisão interlocutória de fls. 117. Rejeito liminarmente os embargos em comento, uma vez que estes só tem cabimento em face de sentença ou acórdão, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.099/95: Art. 48. Caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil. Esclareço ao requerido que a deserção decorreu não devido à ausência de recolhimento de preparo, cuja comprovação consta dos autos às fls. 115, devidamente certificado pela Secretaria da Vara às fls. 116, mas sim pela ausência de comprovação do recolhimento das custas processuais, consoante determinação contida no Prov. 256 - CGJAM. Aguarde-se o decurso do prazo para cumprimento voluntário da condenação, conforme certidão de fls. 122. Intimem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0607412-07.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - EXEQUENTE: Amazon Boulevard Garden - EXECUTADO: Espolio de Maria Cristina Dantas Pinto Na Pessoa de Marcos Vinicius Poinho da Encarnação - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre a petição juntada às fls. 213, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MANOEL MOTA MACIEL JÚNIOR (OAB 4348/AM), ADV: THIAGO DA SILVA MACIEL (OAB 5632/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0607555-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Italo de Oliveira Maciel - REQUERIDO: Rezidenza Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Aliança Incorporadora Ltda. - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ADELSON MACIEL DANTAS (OAB 7514/AM), ADV: ALINE PAMELA ARAUJO (OAB 316625/SP), ADV: STEPHANYE RODRIGUES VAZ PEDROSO (OAB 362569/SP), ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP), ADV: THIAGO XAVIER ALVES (OAB 331632/SP) - Processo 0607741-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Greyceanne C. Pinto Farah - RECLAMADO: DECOLAR.COM LTDA - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSEMAR BEZERRA DO VALE (OAB 9662/AM) - Processo 0607988-34.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ELCIMARA BEZERRA DO VALE - REQUERIDO: NET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO S.A - Em análise aos presentes autos verifico que, a despeito da Requerida afirmar que cumpriu a obrigação de fazer consistente no restabelecimento da velocidade de 20 MG de internet dos pontos adicionais da parte autora, os documentos acostados às fls. 238 e 280 demonstram exatamente o contrário, uma vez que constatado pelo próprio técnico da empresa em medição a velocidade de 5MB. Isso posto, entendo incidente a multa arbitrada na setença de fls. 117, entretanto, em razão de não haver previsão de periodicidade, o que tornaria a multa excessiva, com permissivo no art. 523, § 1º, I, de ofício, limito-a a 10 dias-multa, no total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo descumprimento, autorizando seja protocolizada a respectiva ordem de bloqueio Bacenjud, com as notificações pertinentes. Intime-se o requerido para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de nova multa que fixo em R$ 800,00 (oitocentos reais) ao dia, até o limite de 10 dias. Cumpra-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 4380/RO), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0608044-67.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Lourdes A Marques - REQUERIDO: MÁRIO TOMAS LITAIFF - Intimado a manifestar-se acerca da contraproposta ofertada pelo exequente quedou-se o executado inerte, tal a certidão de fls. 134. Isso posto, e diante da não aceitação do parcelamento proposto pelo executado, determino a atualização do cálculo e o prosseguimento da execução, com realização de nova consulta Bacenjud/Infojud. Intimem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDRÉ ZONARO GIACCHETTA (OAB 147702/SP), ADV: MATHEUS CHUCRI DOS SANTOS (OAB 328424/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM) - Processo 0608193-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janary Wanderley Gomes Rodrigues - REQUERIDO: Poholl Adan Sagratzki Cavero - Antonio Alexandre Araujo - Google Brasil Internet Ltda - Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. - Trata-se de embargos de declaração interpostos pelos Requeridos (fls. 224/227 e 228/232) em face do despacho de fls. 221. Rejeito liminarmente os embargos em comento, uma vez que estes só tem cabimento em face de sentença ou acórdão, nos

termos do art. 48 da Lei nº 9.099/95: Art. 48. Caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil. Entretanto, considerando a informação prestada pelos réus de que não possuem os dados cadastrais do requerido, determino seja o autor intimado a indicar o endereço correto para citação do réu ANTONIO ALEXANDRE ARAÚJO, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, vez que vedada a citaçãoe ditalícia. Intimem-se. Cumpra-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0608249-67.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERENTE: THAÍS COSTA BOTELHO - REQUERIDO: SANTA SOFIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SANTA AURORA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Construtora Capital S/A (Capital Rossi Vendas) - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0608447-36.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: FERNANDA DOS SANTOS COSTA - REQUERIDO: EDITORA GLOBO S/A - De ordem, diante da comprovação de pagamento em favor do Requerente, expeça-se alvará no valor ali indicado. Após, intime-se a Exequente para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre o pedido de parcelamento realizado às fls. 148/149.

ADV: GUALBERTO GRACIANO DE MELO SEGUNDO (OAB 11425/AM), ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM), ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM), ADV: VANESSA ALENCAR DA SILVA (OAB 7326/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM) - Processo 0608459-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Condominio Residencial Cidade Jardim - REQUERIDO: Edilson Cavalcante Silva - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0608558-20.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: ROBERTO DA SILVA MARTINS - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerida para comprovar o pagamento da guia de custas emitida às fls. 396, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HENRY MAIRO HENRIQUE RAMOS (OAB 12019/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM), ADV: JAMILLY VIANA DA SILVA (OAB 10666/AM) - Processo 0608737-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wilken Almeida Robert - REQUERIDO: UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ e outro - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0609399-44.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: Renato Antônio de Souza Lima - De ordem, fica intimada a parte executada para se manifestar sobre a petição de fls. 81/82, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM) - Processo 0610281-74.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Livia Gama de Souza - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S /A - Trata-se de pedido de desarquivamento acostado pela autora às fls. 203/208, ao argumento de que o Banco Réu, a despeito de haver se obrigado mediante transação de fls. 147/148 a cancelar o contrato objeto da lide, nº 58077652, lançou descontos em seu contracheque a partir do mês de maio/2017, requerendo a restituição em dobro dos valores descontados bem como a multa atinente à cláusula penal pactuada. Em vista ao pedido, manifestou-se o Banco Réu às fls. 230/235 afirmando que deu cumprimento intergral ao acordo homologado, esclarecendo que os descontos impugnados referem-se a contrato diverso daquele objeto da lide. Com efeito, da análise da petição inicial e do termo de transação de fls. 147/148, verifico que o objeto da presente ação refere-se ao contrato nº 58077652 (proposta 820354015), firmado pela autora em 01/11/2011, cujo depósito foi realizado em sua conta em 03/11/2011, e os descontos por ela combatidos referem-se a contrato diverso, proposta nº 850285816, firmado em 03/08/2015, como bem demosntra o documento de fls. 234/235. Isso posto, e restando comprovado o cumprimento intergral do acordo pelo réu, relativamente ao contrato objeto da presente lide (nº 58077652), indefiro o pedido da parte autora e determino o arquivamento em definitivo dos autos. Intimem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0610397-80.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA REIS - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerida para se manifestar sobre a petição e documentos juntados às fls. 257/296, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0610953-48.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marcos Aurélio Coimbra Marques - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. 296/302, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo legal.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0610996-82.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Iracilda Frazão de Carvalho - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. 179/184, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo legal.

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0611187-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Francisco Cardoso de Almeida - REQUERIDO: Rocha Comércio de Tintas e Ferragens Ltda - Me - Indefiro o pedido de fls. 36, uma vez que o presente feito já encontra-se sentenciado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0611671-45.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXEQUENTE: José Carlos Pimenta Calazans - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. 187/193, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo legal.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0612775-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Paula Amanda Cavalcante de Souza - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, ante a petição e documentos de fls. 34/35, redesigne-se a audiência de conciliação para nova data, com intimação das partes.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0612775-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Paula Amanda Cavalcante de Souza - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Trata-se de Recurso Inominado tempestivo com pedido de gratuidade recursal manejada pela recorrente às fls. 47/60. Dispõe o Enunciado 116 FONAJE: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º,

LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro - São Paulo/SP). Isso posto, intime-se a recorrente para comprovar a alegada insuficiência de recursos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Cumpra-se

ADV: THIAGO MARINHO GOMES COSTA (OAB 13751/AM) - Processo 0612954-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - REQUERENTE: Thiago Marinho Gomes Costa - REQUERIDO: Pedro Soares Borges Me - De ordem, fica intimada a parte exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 51, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0613107-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Aquila Fernandes de Souza - REQUERIDO: Sp - Blc/ Luiz Marinho Paludeto (Atual Editora de Livros) - Vistos, etc... Trata-se de execução de título judicial espraiado em sentença proferida nestes autos, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacenjud e Renajud, restando todas infrutíferas. Intimada a exequente, ela nada requereu. Tenho, portanto, que há motivo bastante ao pronunciamento de extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos à autora-exequente. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, se a Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613748-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Jocileide da Silva Valeriano - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. 251/257, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo legal.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598/AM), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0613854-23.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Santana de Fatima Santana - REQUERIDO: Banco Bradesco Finaciamentos S/A - Em análise aos presentes autos, notadamente petição e documentos de fls. 393/405 e 414/423 verifico que o réu insiste em lançar descontos indevidos em contracheque da autora, ao arrepio das decisões judiciais proferidas nos autos, notadamente aquela de fls. 349, que elevou o valor da multa para R$ 1 mil por cada desconto indevido. Isso posto, reconheço a incidência da multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) por descontos/mês efetivados no período de OUT/2018 a JAN/2019, num total de quatro, totalizando R$ 4.00,00 (quatro mil reais), determinando à Secretaria que protocole ordem de bloqueio Bacenjud, com as notificações pertinentes. Intime-se o réu para cessar os referidos descontos, sob pena de incidência de nova multa, desta vez no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) por desconto/mês. Quanto ao pedido de fixação de honorários em execução, tenho por indeferi-lo uma vez que causas em trâmite perante o rito dos Juizados Especiais Cíveis devem seguir as normas específicas previstas na Lei 9.099/95, na forma da LICC. Acerca da condenação em honorários advocatícios em primeiro grau de jurisdição, o art. 55, do referido dispositivo prevê expressamente que a sentença de primeiro graunão condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Dessa forma, levando-se em consideração os fundamentos e motivações utilizados para a edição da Súmula 517, do STJ, bem como o texto previsto no art. 55 da LJE, tem-se pela impossibilidade de fixação de verba honorária pelo juízo de primeiro grau. Trago à colação: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 517, DO C. STJ NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55, DA LEI 9.099/95. EXCESSO DE EXECUÇÃO CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. Precedentes: prevê expressamente que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. (TJ-PR - RI: 00080958520138160052 1 PR 0008095-85.2013.8.16.0052/1 (Acórdão), Relator: Daniel Tempski Ferreira da Costa, Data de Julgamento: 19/02/2016, 3ª Turma Recursal em Regime de Exceção, Data de Publicação: 23/02/2016). Bem a propósito o comentário extraído do livro Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, de Ricardo Cunha Chimenti, o qual transcrevo: "Considerando que o art. 55 da Lei n. 9.099/95 não faz distinção entre sentença no processo de conhecimento e no processo de execução, os honorários advocatícios são indevidos numa e noutra hipótese. O fator determinante é o grau de instância e não a espécie de processo". (p. 288, 11ª edição; Saraiva)." Ressalte-se, ainda, o Enunciado n. 97 do FONAJE, o qual dispõe, in verbis: A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido dispositivo não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento. Cumpra-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0614004-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Albertin Ade Freitas Bicharra - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, intime-se o Réu para que deposite, no prazo de 05 (cinco), o saldo remanescente no importe de R$ 68,31 (sessenta e oito reais e trinta e um centavos), sob pena de penhora.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0614528-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiola Ferreira de Menezes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0614691-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Gonçalves Dias dos Reis - REQUERIDA: Edelmira Correa Branco - Eduardo de Carvalho Branco - Paulo Cesar Saraiva da Silva - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 21 de fevereiro de 2019.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ARAÚJO & BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 524201/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0615964-58.2017.8.04.0015 - Procedimento

do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Alexandro Magno Ferreira de Araújo - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Embora devidamente intimada a manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 275/362, quedou-se a requerida inerte, tal a certidão de fls. 366, requerendo o autor o prosseguimento da execução. Isso posto e tendo os recursos inominados interpostos sido recebidos apenas efeito devolutivo, entendo incidente a multa arbitrada em sentença a partir da intimação do requerido para cumpri-la (09/04/2018 - fls. 107), mostrando-se indevidas as cobranças a partir da fatura de MAIO/2018, num total de 10, perfazendo o total de R$ 5.000,00 (cinco) mil reais pelo descumprimento de obrigação de fazer, determinando seja protocolizada ordem de bloqueio Bacenjud, com as notificações pertinentes. Determino, ainda, seja o Requerido intimado a cumprir a obrigação de fazer, no prazo de 15 dias, elevando a multa para R$ 800,00 (oitocentos reais) por cada cobrança indevida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0616216-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Miramar Santarém da Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0616498-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jaqueline Coutinho Silverio Ribeiro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM) - Processo 0616560-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ricardo de Jesus Colares de Oliveira - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - De ordem, intimem-se os Requeridos para que complementem o saldo remanescente da condenação, no importe de R$ 5.651,56 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos), sob pena de penhora.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: ANDREIA CHRISTINA RISSON OLIVEIRA (OAB 257302/SP) - Processo 0616709-38.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marly Gomes Capote - REQUERIDO: Englishtow do Brasil Intermediações Ltda - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente a obrigação de fazer (devedor).

ADV: KÁTIA CLÉA BARBOSA DE VASCONCELOS (OAB 5634/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0617597-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Heloiza Leandro Alfom - REQUERIDO: Berta Comercio de Cosmeticos Ltda - Considerando a justificativa apresentada pelo autor, defiro o pedido de isenção de custas para ajuizamento de nova ação, nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0617696-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria do Perpetuo Socorro Silva Uchoa - REQUERIDO: Cwk Imports Eireli - Sistema Brasileiro de Televisão - Sbt - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM) - Processo 0618154-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Avelino Gomes Neto - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: ADILSON LOUIS CORRÊA RAMOS (OAB 11221/AM), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP) - Processo 0618255-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Wanessa Lorenna Santiago Ramos - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0618488-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Valber José Prado Marques - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0618595-72.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucelia Michele Monteiro Aguiar - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 206/208, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: RICHARD LEIGNEL CARNEIRO (OAB 9555/RN), ADV: ANDRÉ JUNIO MENDES DE OLIVEIRA (OAB 7836/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0619768-34.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Lojas Americanas S.A. - Tropeiro - A S de Castro - Posto 3000 Ltda e outros - De ordem, intimo os embargados para, querendo, manifestarem-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MARLUCE BRAGA DE MENEZES (OAB 8652/AM) - Processo 0620283-69.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luan de Menezes Maia - REQUERIDO: D. F. Comercio e Servicos de Informatica Ltda-me (Uti do Notebook) - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para indicar qualificação dos sócios da empresa requerida para apreciação do pedido de desconsideração de personlidade jurídica (enderço e CPF), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA PAULA BATISTA GARCIA (OAB 8032/AM) - Processo 0620592-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Moacir Pereira Batista - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução, juntado às fls. 54/74, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: JOSE D'ASSUNÇÃO DOS SANTOS (OAB 1226/RO) - Processo 0620673-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rogério de Brito Marrocos - REQUERIDO: Washington Bruno Sodré de Souza - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM) - Processo 0622509-

13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Santos Mecenas - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Ante a juntada da petição de fls. 90/92, na qual a parte Autora informou o descumprimento da sentença homologatória do acordo entabulado entre as partes, inicie-se a fase de execução, com a atualização dos cálculos referente à cláusula penal pactuada e, após, proceda-se ao bloqueio eletrônico do valor apurado por meio do sistema BACENJUD. Realizada a constrição, intime-se o Executado para, querendo, oferecer impugnação. Intime-se o executado, ainda, para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer pactuada, consistente no cancelamento do net fone cobrado indevidamente na fatura de fls. 91/92, estornando-se o respectivo valor, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GABRIELA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 13181/AM), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0622934-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Marieth Bezerra Moraes - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Itaú Unibanco S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: ROBERTA KALLINY AFONSO LIMA (OAB 14021/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0625225-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: J. F. da Silva Sarmento Comércio de Armarinho Ltda. - REQUERIDO: Jefersson da Silva Nascimento e outro - De ordem, fica designado o dia 06/05/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676/PE), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG) - Processo 0625401-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vilmar Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANO GUSTAVO DOS SANTOS OZGA (OAB 11849/AM) - Processo 0625795-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Elinara Araujo de Albuquerque - REQUERIDO: Auto Escola Confianca Ltda - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB 12723/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0626802-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Clauceni Silva do Rosário - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - A matéria discutida nos autos não exige produção de prova em audiência, à vista do que anuncio o julgamento antecipado da lide, ex vi do art. 355, I do CPC, do que deverão ser intimadas as partes, para os devidos fins. Preclusa esta decisão, faça-se concluso para sentença. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0626858-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aldemar da Costa Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Quanto à juntada de áudio, fixo o prazo de 5 dias para manifestações das partes, sob pena de preclusão, com ulterior conclusão para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0627031-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Eldison Santos de Oliveira - REQUERIDO: Fundo de Investimento Em Direito Creditorios Nao -Nao Padronizado Npli - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ISABEL CRISTINA GERALDO DA SILVA (OAB 12992/AM) - Processo 0627091-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Candida Antonia de Souza Piedade - REQUERIDO: Atelie Maria Bonita - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0627117-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joaci Bentes Lopes - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014 /MG) - Processo 0627729-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patrícia Nahmias Costa - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB 8901/AM) - Processo 0628654-85.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Rio Purus Consultoria Empresarial Ltda - EXECUTADO: Carlos Henrique de Carvalho Albuquerque - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 28/34, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0628997-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Célia Monteiro de Souza Martinho - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Considerando a justificativa apresentada pela patrona da parte autora, defiro o pedido de isenção de custas para ajuizamento de nova ação, nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0629753-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Mário Salvatierra Júnior - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Acir Vespoli Leite (OAB 36560/SP)
Adelson Maciel Dantas (OAB 7514/AM)
ADILSON LOUIS CORRÊA RAMOS (OAB 11221/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Maria Martins da Costa Malizia (OAB 5466/AM)
Adriano Fernandes Ferreira (OAB 5940/AM)
Agnes Pelegrin do Nascimento Amorim (OAB 10916/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Aline Pamela Araujo (OAB 316625/SP)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Paula Batista Garcia (OAB 8032/AM)

Ana Paula Benevides de Araujo (OAB 10188/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Junio Mendes de Oliveira (OAB 7836/AM)
André Zonaro Giacchetta (OAB 147702/SP)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Andreia Christina Risson Oliveira (OAB 257302/SP)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Andreza Ingrid Lima dos Santos (OAB 11443/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Araújo & Barbosa Advogados Associados (OAB 524201/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cinthya Eliza Magalhaes de Souza (OAB 12635/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cris Rodrigues Florencio (OAB 5316/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB 4380/RO)
Cristiane Aurélia Barbosa Lima (OAB 4357/AM)
Daniel Battipaglia Sgai (OAB 214918/SP)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniella Novellino de Mesquita (OAB 3559/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Cristine de Carvalho Cordeiro (OAB 10414/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Rubim da Silva Reis Filho (OAB 12148/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Eduardo Terço Falcão (OAB 3232/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elias de Oliveira Nilo (OAB 12630/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Érika Patrícia de Lucena Silva (OAB 5640/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabiano Gustavo dos Santos Ozga (OAB 11849/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fabrício de Souza Rocha (OAB 6861/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Gabriela Ferreira dos Santos (OAB 13181/AM)
Gilmar Cesar da Silva Santos (OAB 10770/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gisele Meireles de Castro Araújo (OAB 11314/AM)
GUALBERTO GRACIANO DE MELO SEGUNDO (OAB 11425/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gutemberg de Lima Pinheiro Paulo (OAB 343521/SP)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Helvécio Franco Maia Junior (OAB 77467/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henry MAiro Henrique Ramos (OAB 12019/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Iana Farias Guimarães (OAB 12099/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB 12992/AM)
Jamilly Viana da Silva (OAB 10666/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014 /MG)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João da Silva Pessôa Júnior (OAB 13074/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jones Ramos dos Santos (OAB 6333/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Jose D'assunção dos Santos (OAB 1226/RO)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joselito Dórea Limeira Júnior (OAB 37892/BA)
Josemar Bezerra do Vale (OAB 9662/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB 1210A/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
Juliana Chaves Moura (OAB 8901/AM)
Juliana Cypreste Ferrari (OAB 25230/ES)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kátia Cléa Barbosa de Vasconcelos (OAB 5634/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Sento Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leylane Ediene Silva (OAB 9461/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Loreta Maria da Silva Barreto Mota (OAB 11168/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB 2859/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB 11291/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Manoel Mota Maciel Júnior (OAB 4348/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)

Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Farias de Oliveira (OAB 10089/AM)
Marcelo Jose de Souza (OAB 148924/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Marluce Braga de Menezes (OAB 8652/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Chucri dos Santos (OAB 328424/SP)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Mirte Rufino Alves da Silva (OAB 1491/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB 12723/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nélio Glauber de Souza Aragão (OAB 10807/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 598/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olga Beatriz Diniz de Carvalho Dantas de Oliveira (OAB 12753/AM)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
Paulo Matheus de Souza Holanda (OAB 9732/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Renato Gimenez Perricone (OAB 294420/SP)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Richard Leignel Carneiro (OAB 9555/RN)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Ritacley Rodrigues Leotty (OAB 2068/AM)
Roberta Kalliny Afonso Lima (OAB 14021/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Sara Rafaella Jorge Araujo (OAB 11776/AM)
Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (OAB 14182/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Stephanye Rodrigues Vaz Pedroso (OAB 362569/SP)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Talita dos Santos Sousa (OAB 363246/SP)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)
Thiago da Silva Maciel (OAB 5632/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Marinho Gomes Costa (OAB 13751/AM)
Thiago Xavier Alves (OAB 331632/SP)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vanessa Alencar da Silva (OAB 7326/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Luis Vollet Filho (OAB 336391/SP)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yohanna Jaamel Sousa Menezes (OAB 9342/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0204081-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Satie Okada Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I, do CPC.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0205334-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Oliveira de Castro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DETERMINAR ao Réu que exclua das faturas a contar de agosto/2018 e subsequentes a cobrança do serviço de coleta de esgoto: quanto as vencidas determino a revisão para cobrança do serviço de água, devendo o valor total do débito ser dividido em tantas parcelas quanto forem as faturas cobradas indevidamente a serem incluídas em faturas futuras; quanto as vincendas a cobrança não deve ser feita enquanto não houver comprovada prestação do serviço, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada cobrança indevida; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% 9um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a decisão de fls. 26.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM) - Processo 0619768-34.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Lojas Americanas S.A. - Tropeiro - A S de Castro - Posto 3000 Ltda e outros - De ordem, intimo os embargados para, querendo, manifestarem-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: DRIHELLY PEREIRA BARBOSA (OAB 11100/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0627011-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rayane Cavalcante Pinheiro - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0627018-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: João Bosco Lopes Maia Júnior - Flavia Dalcin Machado - REQUERIDO: Booking.com Brasil Serviços de Reserva Ltda - Loft Morada do Porto - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0627057-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Carlos Fabricio Teixeira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0627152-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Stivie Roger do Nascimento Lioça Pereira - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014 /MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0627174-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Rocicleide Souza de Almeida - REQUERIDO: Claro S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: DENILSON MARREIRA PINTO (OAB 14053/AM) - Processo 0628015-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabiana da Silva Monteiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Denilson Marreira Pinto (OAB 14053/AM)
Drihelly Pereira Barbosa (OAB 11100/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014 /MG)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: LUÍSA ROCHA DUARTE (OAB 13633/MA) - Processo 0605485-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cleomara Gonçalves da Silva - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, comparecer na secretaria deste juízo, no horário de 8h:00 às 14h:00, para receber os documentos originais constantes na petição de fl. 134/135.

ADV: INGRID MENDONÇA OSSUOSKY (OAB 7573/AM), ADV: ROBERTO SANCHES MUBARAC SOBRINHO (OAB 11989AM) - Processo 0606540-40.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo de Oliveira Santos - REQUERIDA: Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da Silva - DESPACHO: Defiro o pedido de fls.674/675, expeça-se o ofício ao Comando do 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas-1º BtlOpRib, para intimação das referidas testemunhas.

Ingrid Mendonça Ossuosky (OAB 7573/AM)
Luísa Rocha Duarte (OAB 13633/MA)
Roberto Sanches Mubarac Sobrinho (OAB 11989AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 1
Intimações 1
SEÇÃO II 2
TRIBUNAL PLENO 2
Conclusões de Acórdãos 2
Despachos 3
Intimações 4
Pauta de Julgamento Designado 4
SEÇÃO III 4
CÂMARAS REUNIDAS 4
Conclusões de Acórdãos 4
Intimações 12
Pauta de Julgamento Designado 13
SEÇÃO IV 14
CÂMARAS ISOLADAS 14
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 14
Intimações 14
Pauta de Julgamento Designado 16
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 20
Intimações 20
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 23
Conclusões de Acórdãos 23
Despachos 25
Decisões 25
Pauta de Julgamento Designado 26
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 27
Intimações 27
Decisões 28
Pauta de Julgamento Designado 28
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 29
Pauta de Julgamento Designado 29
SEÇÃO V 30
CONSELHO DA MAGISTRATURA 30
Decisões 30
SEÇÃO VI 30
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 30
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 30
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 30
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 37
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 47
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 51
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 55
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 60
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 67
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 68
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 73
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 76
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 86
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 92
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 96
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 101
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 122
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 149
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 157
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 161
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 168
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 171
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 175
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 185
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 186
4ª VARA CRIMINAL 187
5ª VARA CRIMINAL 188
6ª VARA CRIMINAL 192
11ª VARA CRIMINAL 192
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 200
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 201
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 203
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 210
AUDITORIA MILITAR 211
1ª VARA DE FAMÍLIA 212
2ª VARA DE FAMÍLIA 231
4ª VARA DE FAMÍLIA 233
5ª VARA DE FAMÍLIA 255
6ª VARA DE FAMÍLIA 259
7ª VARA DE FAMÍLIA 282
8ª VARA DE FAMÍLIA 308
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 355
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 358
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 363
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 364
VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO 364
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 364
SEÇÃO VII 365
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL 365
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 369
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 369
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 370
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 379
SEÇÃO VIII 415
TURMA RECURSAL 415
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 515
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 515
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 516
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 521
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 529
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 534
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 541
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 542
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 552
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 552
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 565
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 577
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 578
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 579
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 594